ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 156
Brasília - DF, terça-feira, 14 de agosto de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 8
Presidência da República 11
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 13
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 53
Ministério da Cultura 55
Ministério da Defesa 58
Ministério da Educação 59
Ministério da Fazenda 60
Ministério da Integração Nacional 68
Ministério da Justiça 71
Ministério da Saúde 79
Ministério da Segurança Pública 163
Ministério de Minas e Energia 164
Ministério do Desenvolvimento Social 167
Ministério do Meio Ambiente 168
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 169
Ministério do Trabalho 236
Ministério dos Direitos Humanos 242
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 243
Ministério Público da União 245
Tribunal de Contas da União 246
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 316

Total de páginas desta edição: 326

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.915 (1)
ORIGEM : ADI - 109546 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido, **para declarar inconstitucional o art. 17 da Lei 10.845/2007 do Estado da Bahia, firmada a prerrogativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para definir, entre seus órgãos internos (Pleno, Órgão Especial ou órgão fracionário), aquele competente para o julgamento dos prefeitos por crimes comuns, incluídos os crimes de responsabilidade impróprios. Ausentes, justificadamente, os Ministros Luiz Fux e Celso de Mello, e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 20.6.2018.**

Ementa: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA QUE ATRIBUI AO ÓRGÃO PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA A COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DOS PREFEITOS PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA (ART. 29, X, DA CF). EMENDA PARLAMENTAR A PROJETO DE LEI DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PODER JUDICIÁRIO. PRINCÍPIO DO AUTOGOVERNO DA MAGISTRATURA (ART. 96, I, ALÍNEA "A", E II, ALÍNEA "D"). AÇÃO PROCEDENTE.

1. A modificação da norma impugnada, desde que observada a continuidade normativa do conteúdo questionado, além do oportuno aditamento da petição inicial, não impede o conhecimento da ação direta. Precedentes.

2. Compete aos Tribunais da República a edição de atos normativos internos para a sua organização e administração, como expressão da autonomia que a Constituição lhes confere (art. 96, I, "a", da CF).

3. Uma vez atribuída aos Tribunais de Justiça a competência para o julgamento dos Prefeitos pela prática de crimes comuns, aí incluídos os crimes de responsabilidade impróprios (art. 1º do Decreto-lei 201/1967), incumbe a essas Cortes definir, em seus respectivos regimentos, o órgão interno responsável pela instrução e julgamento dessas ações.

4. É inválida a inclusão de norma com conteúdo próprio à disciplina dos regimentos internos dos Tribunais, por emenda parlamentar, ao projeto de lei apresentado pelo Tribunal de Justiça com o propósito de dispor sobre a organização judiciária do Estado, uma vez que violada a reserva de iniciativa disposta no art. 96, II, "d", da CF, prevalecendo a previsão do Regimento Interno que comete aos órgãos fracionários do Tribunal (Câmaras Criminais) a competência para julgamento dos prefeitos.

5. Ação direta julgada procedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.705, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 92.216.527,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 92.216.527,00 (noventa e dois milhões, duzentos e dezesseis mil, quinhentos e vinte e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**1.036.422**
		Projetos							
02 122	**0569 11KU**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Joinville - SC**							**600.000**
02 122	0569 11KU 4546	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Joinville - SC - No Município de Joinville - SC							600.000
		Edifício-sede construído (percentual de execução física): 1	F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	**0569 7J62**	**Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA**							**436.422**
02 122	0569 7J62 1999	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA - No Município de Campo Formoso - BA							436.422
		Edifício construído (percentual de execução física): 4	F	4	2	90	0	100	436.422
TOTAL - FISCAL									**1.036.422**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.036.422**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**40.105**
		Projetos							
02 122	**0570 7U84**	**Reforma de Cartório Eleitoral no Município de Santarém - PA**							**13.946**
02 122	0570 7U84 0363	Reforma de Cartório Eleitoral no Município de Santarém - PA - No Município de Santarém - PA							13.946
			F	4	2	90	0	100	13.946
02 122	**0570 7W86**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Juruti - PA**							**26.159**
02 122	0570 7W86 0312	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Juruti - PA - No Município de Juruti - PA							26.159
		Cartório construído (percentual de execução física): 5	F	4	2	90	0	100	26.159
TOTAL - FISCAL									**40.105**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.105**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**65.500.000**
		Projetos							
02 122	**0571 15O9**	**Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de Barra Mansa - RJ**							**500.000**
02 122	0571 15O9 3281	Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de Barra Mansa - RJ - No Município de Barra Mansa - RJ							500.000
		Edifício adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	500.000
02 122	**0571 15Q2**	**Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de São Gonçalo - RJ**							**4.000.000**
02 122	0571 15Q2 3346	Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de São Gonçalo - RJ - No Município de São Gonçalo - RJ							4.000.000
		Edifício adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	4.000.000
02 122	**0571 15Q3**	**Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de Duque de Caxias - RJ**							**22.000.000**
02 122	0571 15Q3 3298	Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de Duque de Caxias - RJ - No Município de Duque de Caxias - RJ							22.000.000
		Edifício adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	22.000.000
02 122	**0571 15Q4**	**Reforma do Edifício Darcy Vargas do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro/RJ**							**30.000.000**
02 122	0571 15Q4 3341	Reforma do Edifício Darcy Vargas do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro/RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							30.000.000
		Edifício reformado (unidade): 1	F	4	2	90	0	100	30.000.000
02 122	**0571 15Q6**	**Reforma da fachada do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro/RJ**							**9.000.000**
02 122	0571 15Q6 3341	Reforma da fachada do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro/RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							9.000.000
		Edifício restaurado (percentual de execução física): 95	F	4	2	90	0	181	9.000.000
TOTAL - FISCAL									**65.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**65.500.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**20.000.000**
		Projetos							
02 122	**0571 159S**	**Aquisição de Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Contagem/MG**							**20.000.000**
02 122	0571 159S 2547	Aquisição de Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Contagem/MG - No Município de Contagem - MG							20.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	10.317.599

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	5	2	90	0	150	948.488
			F	5	2	90	0	181	8.733.913
TOTAL - FISCAL									**20.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**20.000.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**5.640.000**
		Projetos							
03 122	**0581 15Q7**	**Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Santos - SP**							**2.990.000**
03 122	0581 15Q7 3908	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Santos - SP - No Município de Santos - SP							2.990.000
		Edifício adquirido (metro quadrado): 554	F	5	2	90	0	100	2.990.000
03 122	**0581 15Q8**	**Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Volta Redonda - RJ**							**2.650.000**
03 122	0581 15Q8 3365	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Volta Redonda - RJ - No Município de Volta Redonda - RJ							2.650.000
		Edifício adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	2.650.000
TOTAL - FISCAL									**5.640.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.640.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**1.036.422**
		Projetos							
02 122	**0569 11KR**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC**							**600.000**
02 122	0569 11KR 4446	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC - No Município de Blumenau - SC							600.000
			F	4	2	90	0	100	600.000
02 122	**0569 14YL**	**Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA**							**436.422**
02 122	0569 14YL 2261	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA - No Município de Salvador - BA							436.422
			F	4	2	90	0	100	436.422
TOTAL - FISCAL									**1.036.422**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.036.422**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**40.105**
		Atividades							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**40.105**
02 122	0570 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará							40.105
			F	3	2	90	0	100	40.105
TOTAL - FISCAL									**40.105**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.105**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**65.500.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**35.500.000**
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							35.500.000
			F	3	2	90	0	181	35.500.000
		Projetos							
02 122	**0571 15PD**	**Aquisição de Edifício-Sede para as Varas do Trabalho da Capital - Rio de Janeiro - RJ**							**30.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0571 15PD 3341	Aquisição de Edifício-Sede para as Varas do Trabalho da Capital - Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ	F	5	2	90	0	100	30.000.000
									30.000.000
TOTAL - FISCAL									**65.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**65.500.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**20.000.000**
		Atividades							
02 122	**0571 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.906.376**
02 122	0571 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais							1.906.376
		Agente público beneficiado (unidade): 42	F	3	2	90	0	100	1.906.376
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**17.243.624**
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							17.243.624
			F	3	2	90	0	100	5.321.212
			F	3	2	90	0	150	948.488
			F	3	2	90	0	181	7.883.913
			F	4	2	90	0	100	3.090.011
		Projetos							
02 122	**0571 159R**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Iturama - MG**							**250.000**
02 122	0571 159R 2731	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Iturama - MG - No Município de Iturama - MG							250.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 12	F	4	2	90	0	181	250.000
02 122	**0571 15HY**	**Reforma e Adaptação de Edifício para Abrigar o Centro Cultural da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte - MG**							**100.000**
02 122	0571 15HY 2408	Reforma e Adaptação de Edifício para Abrigar o Centro Cultural da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							100.000
		Centro cultural reformado (percentual de execução física): 3	F	4	2	90	0	181	100.000
02 122	**0571 15NB**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguari - MG**							**500.000**
02 122	0571 15NB 2380	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguari - MG - No Município de Araguari - MG							500.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 11	F	4	2	90	0	181	500.000
TOTAL - FISCAL									**20.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**20.000.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**5.640.000**
		Projetos							
03 122	**0581 13CB**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS**							**1.631.290**
03 122	0581 13CB 5027	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							1.631.290
			F	4	2	90	0	100	1.631.290
03 122	**0581 13CJ**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Mossoró - RN**							**1.400.710**
03 122	0581 13CJ 1261	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Mossoró - RN - No Município de Mossoró - RN							1.400.710
			F	4	2	90	0	100	1.400.710
03 122	**0581 15B9**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI**							**978.000**
03 122	0581 15B9 0981	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI							978.000
			F	4	2	90	0	100	978.000
03 122	**0581 7X19**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande - MS**							**1.630.000**
03 122	0581 7X19 5218	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande - MS - No Município de Campo Grande - MS							1.630.000
			F	4	2	90	0	100	1.630.000
TOTAL - FISCAL									**5.640.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.640.000**

LEI Nº 13.706, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 15.475.091,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor das Justiças Federal e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 15.475.091,00 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e noventa e um reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**667.578**
		Atividades							
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**667.578**
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							667.578
			F	3	2	90	0	181	404.000
			F	3	2	90	0	100	263.578
TOTAL - FISCAL									**667.578**
TOTAL - GERAL									**667.578**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**150.296**
		Projetos							
02 122	**0571 15HV**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Queimados - RJ**							**150.296**
02 122	0571 15HV 3334	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Queimados - RJ - No Município de Queimados - RJ							150.296
			F	4	2	90	0	181	150.296
TOTAL - FISCAL									**150.296**
TOTAL - GERAL									**150.296**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**3.607.217**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**3.607.217**
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							3.607.217
			F	4	2	90	0	181	1.567.000
			F	3	2	90	0	181	1.870.000
			F	3	2	90	0	100	170.217
TOTAL - FISCAL									**3.607.217**
TOTAL - GERAL									**3.607.217**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**150.000**
		Atividades							
02 131	**0571 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**150.000**
02 131	0571 2549 0042	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Santa Catarina							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**4.000.000**
		Projetos							
03 062	**0581 4264**	**Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal**							**4.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03 062	0581 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional	F	4	2	90	0	100	4.000.000
									4.000.000
TOTAL - FISCAL									**4.000.000**
TOTAL - GERAL									**4.000.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**3.500.000**
		Projetos							
03 122	**0581 12DN**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ**							**3.500.000**
03 122	0581 12DN 3341	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ	F	4	2	90	0	100	3.500.000
									3.500.000
TOTAL - FISCAL									**3.500.000**
TOTAL - GERAL									**3.500.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**3.400.000**
		Projetos							
03 122	**0581 11EQ**	**Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União**							**3.400.000**
03 122	0581 11EQ 5664	Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União - Em Brasília - DF	F	4	2	90	0	100	3.400.000
									3.400.000
TOTAL - FISCAL									**3.400.000**
TOTAL - GERAL									**3.400.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**667.578**
		Projetos							
02 122	**0569 14YL**	**Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA**							**263.578**
02 122	0569 14YL 2261	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA - No Município de Salvador - BA	F	4	2	90	0	100	263.578
									263.578
02 122	**0569 15GM**	**Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região**							**404.000**
02 122	0569 15GM 6012	Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	F	4	2	90	0	181	404.000
									404.000
TOTAL - FISCAL									**667.578**
TOTAL - GERAL									**667.578**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**150.296**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**150.296**
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	2	90	0	181	150.296
									150.296
TOTAL - FISCAL									**150.296**
TOTAL - GERAL									**150.296**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**3.607.217**
		Projetos							
02 122	**0571 15IA**	**Reforma do Prédio de Apoio para Instalação do Centro de Treinamento da Escola Judicial em Brasília**							**3.087.000**
02 122	0571 15IA 5664	Reforma do Prédio de Apoio para Instalação do Centro de Treinamento da Escola Judicial em Brasília - Em Brasília - DF							3.087.000
			F	4	2	90	0	181	3.087.000
02 122	**0571 15IB**	**Construção de Depósito Judicial e de Material em Sobradinho - DF**							**350.000**
02 122	0571 15IB 0053	Construção de Depósito Judicial e de Material em Sobradinho - DF - No Distrito Federal							350.000
			F	4	2	90	0	181	350.000
02 122	**0571 1M76**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis - TO**							**170.217**
02 122	0571 1M76 0454	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis - TO - No Município de Dianópolis - TO							170.217
			F	4	2	90	0	100	170.217
TOTAL - FISCAL									**3.607.217**
TOTAL - GERAL									**3.607.217**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**150.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**150.000**
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**7.400.000**
		Atividades							
03 125	**0581 2508**	**Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei**							**4.000.000**
03 125	0581 2508 0001	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - Nacional							4.000.000
			F	3	2	90	0	100	2.500.000
			F	4	2	90	0	100	1.500.000
		Projetos							
03 122	**0581 1E30**	**Modernização das Instalações do Ministério Público Federal**							**3.400.000**
03 122	0581 1E30 0001	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional							3.400.000
			F	3	2	90	0	100	2.400.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**7.400.000**
TOTAL - GERAL									**7.400.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**3.500.000**
		Atividades							
03 062	**0581 4263**	**Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar**							**3.500.000**
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional							3.500.000
			F	3	2	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									**3.500.000**
TOTAL - GERAL									**3.500.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.466, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Regulamenta a Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, que transforma a Autoridade Pública Olímpica - APO na Autoridade de Governança do Legado Olímpico - Aglo, e a governança do legado olímpico.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, que transforma a Autoridade Pública Olímpica - APO na Autoridade de Governança do Legado Olímpico - Aglo e a governança do legado olímpico.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:

I - bens do legado olímpico - bens imóveis, sob posse ou sob domínio da União ou da Aglo, não incluídos nas instalações de que trata o inciso II do **caput**, e bens móveis adquiridos pela União com vistas a viabilizar a execução de atividades relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016;

II - instalações do legado olímpico - instalações esportivas sob posse ou sob domínio da União ou da Aglo que receberam as competições dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016;

III - plano de legado olímpico - documento, sujeito a revisão a qualquer tempo, que reúne o planejamento e a proposição de soluções sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental para uso dos bens e das instalações do legado olímpico;

IV - plano de utilização do legado - documento de planejamento da utilização dos bens e das instalações do legado olímpico;

V - modo jogos - administração e conformação das instalações esportivas para atender aos requisitos funcionais e técnicos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016;

VI - modo legado - administração das instalações do legado olímpico, após a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, para atender às necessidades de incentivo ao desenvolvimento esportivo das atividades de alto rendimento ou das outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e à inclusão social; e

VII - Rede Nacional de Treinamento - política pública do Governo federal criada pela Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, que integra os centros de treinamento de alto rendimento nacionais, regionais ou locais e o centro olímpico de treinamento da Aglo, para as modalidades dos programas olímpico e paraolímpico de talentos e jovens atletas, desde a base até a elite esportiva, utilizando-se dos bens e das instalações do legado olímpico, dos laboratórios de controle de dopagem e do centro de pesquisa do Ministério do Esporte.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS DA AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

Seção I
Da adequação dos bens e das instalações do legado olímpico

Art. 3º A Aglo adequará os bens e as instalações do legado olímpico do modo jogos para o modo legado.

Parágrafo único. O disposto no **caput** abrange as alterações de infraestrutura necessárias para permitir a utilização no modo legado.

Art. 4º A Aglo poderá buscar o cumprimento das obrigações pendentes, nos termos do disposto no inciso VII do **caput** do art. 1º da Lei nº 13.474, de 2017, e a realização das medidas corretivas necessárias ao exercício de sua competência, quando constatar a:

I - necessidade de adequação dos bens e das instalações do legado olímpico em decorrência de vícios construtivos;

II - desobediência às exigências da legislação sobre licenciamento de obras públicas; e

III - insuficiência ou inadequação do planejamento, do monitoramento da execução das obras ou outras desconformidades ou anomalias.

Seção II
Da administração dos bens e das instalações do legado olímpico

Art. 5º A Aglo administrará, manterá e utilizará, nos termos do plano de utilização do legado olímpico, os bens e as instalações do legado olímpico e os demais bens sob sua administração.

Art. 6º A Aglo poderá ter, sob sua competência, instalações esportivas dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, caso os imóveis sejam colocados sob sua posse ou sob posse da União.

§ 1º A Aglo sucede a União no termo de cessão celebrado com o Município do Rio de Janeiro relativo às instalações do Parque Olímpico da Barra, incumbindo-lhe todos os direitos e obrigações decorrentes daquele termo.

§ 2º A rescisão do termo de cessão, antes do prazo pactuado, não implicará a extinção da Aglo, que adotará, caso necessário, as providências para ser indenizada.

§ 3º A Aglo poderá proceder ao monitoramento da execução das obras e dos serviços referentes a Carteira de Projetos Olímpicos e das demais instalações esportivas que lhes forem cedidas.

Art. 7º As parcerias celebradas pela Aglo, ainda que contemplem contrapartidas em bens, serviços e obras associados às instalações do legado olímpico, não se sujeitam à aprovação pelo Ministério do Esporte.

Art. 8º A Aglo publicará editais no Diário Oficial da União com a previsão da possibilidade de utilização dos espaços sob sua administração, com a fixação dos requisitos mínimos para fruição e dos critérios de desempate, para a hipótese de haver mais de um interessado na utilização dos espaços em uma mesma data.

Art. 9º A Aglo divulgará, em sítio eletrônico, o calendário de eventos autorizados ou em processo de análise e as parcerias e autorizações de uso dos bens e das instalações do legado olímpico.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo incluirão, de forma atualizada:

I - a identificação da entidade e dos seus responsáveis que utilizarem as instalações do legado olímpico;

II - a descrição do objeto;

III - o preço cobrado;

IV - o valor total das contrapartidas;

V - a empresa responsável pela prestação da contrapartida e seus sócios; e

VI - a manifestação da fiscalização quanto à conformidade do objeto e à prestação de contas.

Seção III
Da autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico

Art. 10. O Presidente da Aglo autorizará o uso dos bens e das instalações do legado olímpico por pessoas físicas ou jurídicas, incluídas aquelas com fins lucrativos.

Parágrafo único. Resolução da Diretoria-Executiva da Aglo estabelecerá:

I - as condições de uso público dos bens e das instalações do legado olímpico;

II - o incentivo às manifestações de desporto de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 1998;

III - as cláusulas padronizadas do termo de intenções que precederá o ato de autorização; e

IV - o uso das áreas externas às instalações olímpicas e paraolímpicas para o desporto e lazer.

Art. 11. A autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico terá prazo máximo de noventa dias e poderá ser prorrogada por igual período.

Parágrafo único. A autorização de uso para treinamento de atletas será submetida às condições preestabelecidas pelo Presidente da Aglo e seu prazo estará condicionado à data da respectiva competição.

Art. 12. A autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico se dará mediante a prestação de contrapartida material de bens, de serviços e de obras comuns ou de contrapartida financeira a ser recolhida em favor do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. A definição da contrapartida material dependerá de deliberação prévia dos padrões de desempenho e de qualidade dos bens, dos serviços e das obras adquiridos, devidos por meio de especificações usuais de mercado em processo administrativo.

Art. 13. O pagamento em contrapartidas materiais somente será cabível na hipótese do evento:

I - incentivar as práticas de modalidades desportivas olímpicas e paraolímpicas;

II - estimular o uso dos bens do legado olímpico para inclusão social; ou

III - adaptar as instalações olímpicas para o modo legado.

Art. 14. Ato do Diretor-Executivo da Aglo estabelecerá a precificação adotada para fins de autorização de uso e fixará os parâmetros e a metodologia de definição do preço de uso das instalações olímpicas e paraolímpicas nos eventos de que trata o § 1º do art. 11 da Lei nº 13.474, de 2017.

Parágrafo único. O ato de que trata o **caput** utilizará como subsídio os eventos-teste realizados.

Subseção I
Condições de habilitação para a autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico por pessoa jurídica

Art. 15. São condições de habilitação para a autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico por pessoa jurídica:

I - habilitação jurídica, nos termos do art. 28 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União;

III - certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IV - certidão negativa de débitos trabalhistas; e

V - a regularidade da requerente junto:

a) ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; e

c) à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. A consulta aos cadastros será realizada em nome da entidade e, para as empresas, também de seu sócio majoritário.

Subseção II
Do procedimento de autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico

Art. 16. A autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico será precedida de requerimento do interessado, que deverá preencher as condições de habilitação previstas na Subseção I.

Art. 17. O ato de autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico será precedido da assinatura do termo de intenções.

§ 1º O termo de intenções conterá, como proposta de adesão, os direitos e as obrigações das partes, a fim de viabilizar a utilização do legado olímpico, e constituirá parte integrante da autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico, independente de publicação no Diário Oficial da União.

§ 2º O exame técnico favorável ou a assinatura do termo de intenções não vinculam o Presidente da Aglo a autorizar o evento ou a decisão de recebimento de bens, serviços e obras como contrapartidas, que obedecerá ao regime estabelecido neste Decreto.

Art. 18. O ato de autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico fará referência:

I - à finalidade do evento;

II - às obrigações da proposta;

III - ao prazo de vigência;

IV - ao valor da garantia de cumprimento das obrigações, quando necessária, e à forma de seu recolhimento;

V - ao valor, à forma e ao tempo de adimplemento das contrapartidas, quando necessário;

VI - à mitigação dos riscos das atividades ou dos eventos que serão desenvolvidos; e

VII - ao atendimento dos requisitos para a utilização do espaço, respeitada a integridade física dos atletas, dos expectadores e do público em geral.

§ 1º A utilização da área poderá ser iniciada somente após a publicação do ato de autorização de uso no Diário Oficial da União.

§ 2º Ato do Presidente da Aglo definirá o valor a ser cobrado referente aos custos administrativos com a publicação em Diário Oficial da União, a ser recolhido em favor do Tesouro Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º A utilização inicial da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, representará a concordância do particular com as condições da autorização de uso estabelecidas em portaria do Presidente da Aglo, independentemente de qualquer outro ato.

§ 4º O autorizado comprovará a obtenção das licenças cabíveis pelos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais competentes, conforme a natureza do evento e previamente a sua realização.

§ 5º Durante a vigência da autorização de uso, a responsabilidade pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área poderá ser transferida ao autorizado, que se comprometerá a entregá-la nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, dentro do prazo estabelecido, salvo autorização expressa em contrário.

Subseção III
Dos parâmetros para a precificação e deliberação das contrapartidas

Art. 19. Resolução da Diretoria-Executiva estabelecerá os valores e a forma de pagamento das contrapartidas decorrentes da autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico.

Art. 20. Para a definição das contrapartidas serão consideradas:

I - as práticas de mercado;

II - a exploração econômica ou comercial dos eventos; e

III - a natureza do evento, a finalidade de lucro e os dias de disponibilização da área, incluído o período de montagem e desmontagem dos equipamentos, que terão tratamento específico.

Art. 21. A prestação de contrapartidas poderá ser isentada ou reduzida e o prazo de carência de até noventa dias para especificação da contrapartida ou para o início da sua prestação poderá ser concedido, quando:

I - necessário:

a) à viabilização do evento, conforme práticas de mercado;

b) ao estímulo do uso dos bens e das instalações do legado olímpico; ou

c) ao incentivo das atividades de alto rendimento ou das outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 1998; ou

II - houver interesse em incentivar atividades esportivas pouco desenvolvidas no País.

Parágrafo único. Na hipótese de deferimento da isenção ou da redução de que trata o **caput**, será apurado o valor total de contrapartidas que seriam devidas, para fins de aplicação de multa e outras penalidades.

Art. 22. Os bens, os serviços e as obras prestados como contrapartida material serão especificados em formulários da Aglo, que conterão a definição do objeto, a quantidade e a qualidade e que atenderão aos requisitos exigidos para os termos de referência previstos na legislação de contratações públicas.

Parágrafo único. Não se aplicam os requisitos do termo de referência que não estejam relacionados com a individualização do objeto e do valor do bem dado em contrapartida.

Art. 23. A deliberação pelas contrapartidas materiais atenderá aos seguintes parâmetros, sempre que possível:

I - pesquisa prévia de preços, segundo as normas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para as contratações públicas;

II - economia processual;

III - celeridade na prestação dos serviços e no atendimento ao público; e

IV - redução do custo dos bens, dos serviços e das obras, na hipótese de aquisição pela administração pública.

§ 1º A deliberação pelo recebimento das contrapartidas materiais depende de avaliação de ganho para a administração pública e, quando possível, da economicidade, se comparada à aquisição dos mesmos bens, serviços ou obras diretamente pela administração pública.

§ 2º A economicidade, quando aplicável, será aferida a partir da comparação com a aquisição dos mesmos bens, serviços ou obras diretamente pela administração pública, bem como o prazo de validade das propostas e o tempo de procedimento.

§ 3º Fica vedado aos servidores da Aglo a indicação de fornecedor, sob pena de responsabilização.

§ 4º As contrapartidas materiais serão prestadas em nome do autorizado, que poderá contratar terceiros, sob sua responsabilidade, sem o estabelecimento de vínculo com a administração pública federal, vedada a indicação de fornecedor pela Aglo, que figurará na relação como terceira beneficiária.

§ 5º O valor de mercado das contrapartidas materiais efetivamente prestadas será descontado do preço estabelecido no ato de autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico, cujo saldo remanescente será recolhido em favor do Tesouro Nacional.

§ 6º Na hipótese de indefinição de contrapartidas materiais suficientes para atingir o preço definido para uso das instalações ou se houver a rejeição motivada de alguma contrapartida prestada, o valor remanescente será adimplido mediante recolhimento do saldo residual em favor do Tesouro Nacional, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 7º A Aglo poderá cancelar, alterar ou requerer o recolhimento de contrapartida financeira, em favor do Tesouro Nacional, se não tiver sido iniciada a sua prestação pelo autorizado no prazo estabelecido.

Subseção IV
Das infrações e das penalidades

Art. 24. Consideram-se infrações à autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico, sem prejuízo daquelas estabelecidas em legislação especial:

I - conferir aos bens e às instalações do legado olímpico destinação diversa daquela requerida à Aglo;

II - realizar serviços, obras ou instalação de equipamentos nos bens e nas instalações do legado olímpico sem expressa aquiescência no processo ou em desacordo com a autorização concedida, em prejuízo do patrimônio público;

III - extrapolar, culposamente, o prazo da autorização para uso dos bens e das instalações do legado olímpico ou de prestação de contrapartidas;

IV - desistir do evento agendado imotivadamente e causar prejuízo à administração pública;

V - causar ou, por sua ação ou omissão, ainda que indiretamente, permitir que terceiros causem dano às instalações esportivas, à imagem, ao nome e aos demais bens do legado;

VI - deixar de prestar as contrapartidas na forma e no prazo estabelecidos no ato de autorização; e

VII - descumprir, por ação ou omissão, as disposições deste Decreto ou as cláusulas do termo de intenções firmados previamente ao ato de autorização em prejuízo ao interesse público.

Parágrafo único. As infrações de que trata o **caput** estarão previstas no termo de intenções.

Art. 25. A prática da infração administrativa sujeitará o autorizado, nos termos dos instrumentos firmados:

I - à advertência;

II - à aplicação de multa simples de dez a vinte por cento sobre o valor da precificação;

III - à aplicação cumulativa à multa simples de multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor total da precificação;

IV - ao embargo da atividade;

V - à retirada, após intimação, dos equipamentos instalados, que poderão se remetidos a depósito, à custa do autorizado;

VI - à demolição de obra pela administração pública, à custa do autorizado; e

VII - ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos, dos danos apurados e inscritos em Dívida Ativa junto com acréscimos e encargos legais, conforme critérios previstos em lei.

§ 1º A aplicação da penalidade poderá ser cumulativa, de acordo com a gravidade da culpa.

§ 2º A aplicação da penalidade ocorrerá em processo próprio, que tramitará junto ao processo da autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico, assegurados ao autorizado a ampla defesa e o contraditório.

§ 3º Da decisão pela aplicação da penalidade caberá recurso para a Diretoria-Executiva, a ser apresentado no prazo de cinco dias.

Art. 26. A prestação das contrapartidas exigidas fora do prazo estabelecido no ato de autorização ou das condições estipuladas neste Decreto ou no processo de autorização implicará inadimplência do autorizado, que ficará sujeito à execução específica ou, quando não for conveniente, à sua conversão em perdas e danos, que serão inscritos em Dívida Ativa, junto à multa e aos encargos legais, sem prejuízo, quando cabível, da instauração de tomada de contas especial do responsável.

§ 1º O Departamento de Gestão Interna da Aglo, encaminhará, no prazo de quinze dias, parecer contábil com a liquidação do débito e notificará o autorizado da infração, na forma da legislação.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a Auditoria Interna encaminhará relatório apartado com recomendações que agreguem eficiência e simplicidade à governança do legado olímpico e das instalações esportivas.

Subseção V
Fiscalização do cumprimento da autorização

Art. 27. A fiscalização pelo Departamento-Executivo da Aglo ocorrerá no mesmo processo em que houver a deliberação pelo recebimento de contrapartidas e será lavrada em termo, o qual demonstrará o cumprimento das obrigações decorrentes da autorização de uso dos bens e das instalações do legado olímpico e da sua prestação de contas.

Parágrafo único. A atividade de fiscalização, quanto à verificação das contrapartidas materiais, abrange a definição prévia dos preços de mercado dos bens, dos serviços e das obras.

Art. 28. O prazo para execução das contrapartidas será de noventa dias, contado do término do evento ou de outro marco fixado no ato de autorização.

Art. 29. O prazo para apresentação da prestação de contas será de quinze dias, contado da data de encerramento do evento ou do pagamento da contrapartida fixado no ato de autorização, o que ocorrer por último.

Parágrafo único. Após a realização do evento e da prestação das contrapartidas em pagamento e caso não haja outras providências a serem tomadas, o Departamento-Executivo da Aglo determinará o arquivamento do processo e dará ciência ao Presidente da Aglo, que poderá exigir medidas saneadoras ou a correção de falhas, sem prejuízo da apuração de responsabilidade.

Art. 30. A Diretoria de Gestão Interna da Aglo produzirá bimestralmente relatório com conclusões relativas às autorizações realizadas no período, que será submetido à Diretoria-Executiva, na primeira reunião colegiada do mês subsequente.

Art. 31. Constatado o descumprimento da autorização, o autorizado será intimado a se defender, na forma da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, antes da tomada de decisão pela aplicação de penalidade.

Art. 32. Resolução da Diretoria-Executiva da Aglo detalhará o procedimento administrativo previsto neste Capítulo.

Seção IV
Do incentivo às atividades do art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998

Art. 33. A Aglo poderá implementar, diretamente ou com auxílio de terceiros, centros de treinamento de talentos, escolas de iniciação esportiva, polos de educação e pesquisa relativos ao desporto.

Parágrafo único. A Aglo poderá buscar o apoio, o auxílio ou a colaboração de entidades públicas ou privadas, incluídas aquelas com fins lucrativos, para a implementação das ações, dos projetos e dos programas relacionados a suas competências, que serão formalizados mediante:

I - acordo de cooperação, quando se tratar de órgãos ou entidades públicas, sem envolver o repasse de recursos financeiros;

II - convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada celebrados com órgãos e entidades da administração pública, com repasse de recursos financeiros;

III - termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação com organizações da sociedade civil para celebrar parcerias; e

IV - termo de cessão, inclusive quando houver exploração econômica do bem ou da atividade, ou outros instrumentos previstos na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 34. A Diretoria de Gestão Interna da Aglo poderá dispensar o chamamento público na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 33, mediante decisão fundamentada, sem prejuízo de outros meios que garantam a publicidade e a impessoalidade da escolha do parceiro.

§ 1º A instalação de estrutura administrativa ou de apoio de parceiros dentro do Parque Olímpico da Barra ou do Complexo Desportivo de Deodoro, quando necessárias e previstas no plano de trabalho, obrigará o custeio do valor do espaço, a título de contrapartida, segundo critérios de mercado.

§ 2º É vedada a instalação de sede de pessoa jurídica nos bens e nas instalações do legado olímpico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção V
Da utilização dos bens e das instalações do legado olímpico pelo público em geral

Art. 35. A Aglo desenvolverá política de uso público dos bens e das instalações do legado olímpico.

Art. 36. Os preços dos serviços administrativos prestados, incluídos os preços referentes à venda de impressos e publicações e à entrada, permanência e utilização dos bens e das instalações do legado olímpico, serão definidos em Resolução da Diretoria-Executiva.

Seção VI
Da convocação de audiência pública

Art. 37. A Aglo poderá convocar audiências públicas para consulta à população sobre o início e o desenvolvimento de projetos sociais realizados nos bens e nas instalações do legado olímpico e sobre os modelos de gestão propostos para as instalações esportivas.

Seção VII
Do plano de utilização do legado olímpico

Art. 38. A Aglo elaborará plano anual de utilização dos bens e das instalações do legado olímpico, junto com o seu planejamento estratégico-operacional, que será apresentado no primeiro semestre de cada ano.

Parágrafo único. O plano de utilização do legado olímpico conterá a exposição de todas as ações, os projetos e os programas propostos para o exercício financeiro, de acordo com o planejamento estratégico-operacional e institucional da Aglo, além do registro, do tratamento, do controle e da execução das operações relativas à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos recursos geridos no exercício anterior, inclusive aqueles oriundos de contrapartidas materiais.

Seção VIII
Da definição do modelo sustentável de gestão

Art. 39. A Aglo realizará, com apoio de outros órgãos, estudos para subsidiar a adoção de modelo de gestão sustentável, sob os aspectos econômico, social e ambiental, a partir dos dados obtidos nas autorizações de uso e nas concessões dos espaços.

§ 1º Os estudos de que trata o **caput** abrangerão a viabilidade da realização de parcerias com a iniciativa privada para:

I - a execução de empreendimentos de infraestrutura, investimentos e outras medidas de desestatização de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; ou

II - a opção pela gestão pública dos bens do legado olímpico.

§ 2º O Departamento-Executivo da Aglo apresentará periodicamente a evolução dos estudos desenvolvidos diretamente pela Aglo, na forma estabelecida no regimento interno da Aglo.

§ 3º O modelo de gestão dos bens e das instalações do legado olímpico poderá ser público ou privado.

CAPÍTULO III
DAS DOAÇÕES À AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

Art. 40. A Aglo poderá receber doações de bens móveis e de serviços de entidades públicas ou privadas.

§ 1º O doador poderá indicar a destinação específica do bem doado, desde que seja atendido o interesse público.

§ 2º A Diretoria-Executiva poderá autorizar a inserção do nome de pessoa jurídica doadora, produto ou serviço no objeto doado ou em material de divulgação do evento ou projeto.

§ 3º O recebimento de doações poderá ser feito no processo de autorização de uso ou após divulgação de edital de chamamento público, no qual a Aglo especificará o bem ou projeto pretendido, as condições para divulgação da marca ou ganhos indiretos do doador e fixará critérios objetivos de escolha.

CAPÍTULO IV
DA PARTICIPAÇÃO NA PARCERIA DE INVESTIMENTO

Art. 41. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que cederem instalações esportivas do legado olímpico para a posse da União ou da Aglo poderão participar da estruturação da parceria de investimento federal.

§ 1º O ente federativo, a União, a Aglo e, se for o caso, o órgão que lhe suceder, adotarão mecanismos que lhes vinculem às decisões do poder concedente, com vistas à assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 2º A decisão da Aglo pela realização de parceria de investimento ou pela gestão pública das instalações esportivas será publicizada.

§ 3º Os contratos de parcerias de investimento poderão prever a resolução de conflitos por meio da arbitragem, na forma da lei.

CAPÍTULO V
DA SUCESSÃO DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Art. 42. A Aglo sucede a APO, consórcio interfederativo, nos direitos e nas obrigações, na data de sua criação pela Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017.

§ 1º O disposto no **caput** não abrange os direitos e as obrigações de competência dos entes federativos envolvidos na realização das Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

§ 2º A sucessão não abrange as ações judiciais cujo objeto não esteja sob a competência da Aglo, nem a consolidação dos custos totais dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

§ 3º O exaurimento das competências da APO de que trata o inciso VII do **caput** do art. 1º da Lei nº 13.474, de 2017, refere-se a:

I - decisão sobre a adequação dos contratos administrativos firmados pelo consórcio;

II - atualização da matriz de responsabilidades dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, quanto aos recursos federais executados pelo Ministério do Esporte;

III - atualização do plano de legado olímpico; e

IV - monitoramento das obras realizadas pelos entes consorciados.

CAPÍTULO VI
DO LEGADO OLÍMPICO E DAS INSTALAÇÕES ESPORTIVAS EM ÁREA MILITAR

Art. 43. Compete ao Comando do Exército do Ministério da Defesa administrar as instalações do legado olímpico no Complexo Desportivo de Deodoro, no Município do Rio de Janeiro.

§ 1º No exercício de suas competências, incluídas aquelas que lhe foram delegadas, o Comando do Exército poderá:

I - promover a adequação, a manutenção e a utilização das instalações, nos termos do acordo de cooperação com o Ministério do Esporte;

II - administrar as instalações, permitida a formalização das autorizações de uso nos termos deste Decreto;

III - firmar ajustes, contratos e acordos a fim de viabilizar a utilização das estruturas do legado olímpico, conforme instrumentos previstos neste Decreto; e

IV - definir o calendário de eventos, a precificação e a destinação de contrapartidas materiais e financeiras, que serão recolhidas ao Fundo do Exército.

§ 2º O requerimento para a autorização de uso ou cessão no Complexo Desportivo de Deodoro de que tratam os incisos II e III do § 1º será direcionado ao Comandante da Organização Militar responsável pela área, que determinará a realização da análise técnica.

§ 3º Aplica-se o disposto no Capítulo II, quanto aos procedimentos para a utilização do Complexo Desportivo de Deodoro, no que couber, e compete ao Comandante do Exército expedir os atos necessários para o detalhamento e a precificação das áreas, permitida a delegação de competência.

§ 4º O Comando do Exército e a Aglo atuarão de forma integrada no desenvolvimento dos procedimentos e das metodologias estabelecidos neste Decreto.

Art. 44. Os bens do legado olímpico localizados em área militar que fazem parte da Rede Nacional de Treinamento são regidos na forma deste Capítulo.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. O Conselho Nacional do Esporte, a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, o Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem e os demais colegiados existentes no âmbito do Ministério do Esporte poderão realizar reuniões, sessões e julgamentos nas instalações da Aglo no Município do Rio de Janeiro.

Art. 46. O Ministro de Estado do Esporte manifestará anuência prévia sobre parcerias, contratos, autorizações e atos que possam ultrapassar o prazo de existência da Aglo.

Art. 47. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna
Leandro Cruz Fróes da Silva

DECRETO Nº 9.467, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Decreto nº 3.011, de 30 de março de 1999, que qualifica como Organizações Militares Prestadoras de Serviços - OMPS, com autonomia de gestão, as Organizações Militares da Marinha que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.724, de 1º de dezembro de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 3.011, de 30 de março de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I - Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro;

II - Laboratório Farmacêutico da Marinha;

III - Centro de Análises de Sistemas Navais;

IV - Instituto de Pesquisas da Marinha;

V - Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira;

VI - Centro de Projetos de Navios;

VII - Hospital Naval Marcílio Dias;

VIII - Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha;

IX - Base Naval do Rio de Janeiro;

X - Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais;

XI - Base Naval de Aratu;

XII - Base Naval de Natal;

XIII - Base Naval de Val de Cães;

XIV - Base Fluvial de Ladário;

XV - Base Almirante Castro e Silva;

XVI - Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia;

XVII - Estação Naval do Rio Negro;

XVIII - Estação Naval do Rio Grande;

XIX - Base de Abastecimento da Marinha no Rio de Janeiro;

XX - Base de Hidrografia da Marinha em Niterói;

XXI - Diretoria de Obras Civis da Marinha; e

XXII - Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha.

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO Nº 9.468, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 68, **caput**, inciso I, e parágrafo único, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão consultivo integrante da estrutura básica do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, tem por finalidade debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal, sobre:

I - enfrentamento da corrupção e da impunidade;

II - fomento da transparência e do acesso à informação pública;

III - promoção de medidas de governo aberto;

IV - integridade e ética nos setores público e privado; e

V - controle social para acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção apresentará plano de trabalho com a identificação das políticas e das estratégias a serem priorizadas, para fins de cumprimento do disposto no **caput**.

Art. 2º Compete ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção:

I - contribuir para a formulação de diretrizes para ações, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, sobre:

a) transparência, governo aberto e acesso à informação pública;

b) integridade e responsabilidade corporativa;

c) prevenção e enfrentamento da corrupção;

d) estímulo ao controle social no acompanhamento da aplicação de recursos públicos; e

e) orientação e comunicação quanto aos temas relacionados às suas atividades;

II - apresentar, em relação às políticas e às estratégias priorizadas, medidas para aperfeiçoamento e integração de ações com vistas a potencializar a efetividade das políticas;

III - sugerir medidas e procedimentos destinados a valorizar a articulação intragovernamental na execução, no monitoramento e na avaliação de ações conjuntas, troca de experiências, transferência de tecnologia e capacitação quanto às políticas e às estratégias a que se refere este Decreto; e

IV - atuar como instância de articulação e mobilização da sociedade civil em relação às políticas e às estratégias a que se refere este Decreto.

Art. 3º O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção será composto por quatorze membros, titulares e suplentes, com direito a voto, de forma paritária entre representantes do Poder Executivo federal e da sociedade civil organizada.

§ 1º O Poder Executivo federal será representado pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, por meio de seu titular;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

VI - Advocacia-Geral da União; e

VII - Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

§ 2º A sociedade civil organizada será representada por:

I - duas organizações com experiência comprovada em projetos de fomento em transparência, acesso à informação ou governo aberto;

II - uma organização com experiência comprovada em projetos de avaliação de políticas públicas, combate à corrupção e fiscalização de recursos públicos;

III - uma organização com experiência comprovada em projetos de integridade ou ética organizacional;

IV - uma organização de pesquisa ou um grupo de pesquisa acadêmico dedicado a projetos relacionados com os temas definidos no **caput** do art. 1º;

V - uma entidade de representação interfederativa de órgãos de controle e fiscalização ou de órgãos da administração pública estadual ou distrital; e

VI - uma entidade nacional representativa do setor produtivo, comercial ou de serviços.

§ 3º Os membros titulares serão substituídos por seus suplentes em suas ausências e seus impedimentos.

§ 4º As organizações da sociedade civil a que se refere o § 2º terão mandato de três anos, admitida uma recondução.

Art. 4º Poderão integrar o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, na condição de convidados permanentes, sem direito a voto, representantes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União.

Art. 5º O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção realizará reuniões ordinárias semestrais ou extraordinárias, presenciais ou por videoconferência, com a participação da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As deliberações do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção serão aprovadas pela maioria simples de seus membros e caberá ao Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade para desempate.

§ 2º As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

§ 3º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

§ 4º As reuniões serão precedidas de pauta que conterá os assuntos a serem tratados ou discutidos, acompanhada do material correspondente, disponibilizados aos Conselheiros por meio eletrônico ou por outro mecanismo eficaz, com antecedência mínima de cinco dias úteis para a reunião ordinária e de três dias úteis para a reunião extraordinária.

§ 5º Por iniciativa de seu Presidente , independentemente dos prazos a que se refere o § 3º, poderá ser submetida à deliberação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção matéria não prevista em pauta, desde que reconhecido o seu caráter excepcional e de urgência por dois terços dos membros votantes, observado o quórum previsto no **caput**.

§ 6º As reuniões serão públicas e, sempre que possível, transmitidas pela internet, com pautas e atas disponibilizadas em meio eletrônico.

Art. 6º Os membros, titulares e suplentes, serão designados em ato do Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União e serão indicados:

I - pelo titular do órgão a que se referem os incisos II, III, IV, V, VI e VII do § 1º do art. 3º; e

II - pelo dirigente máximo da organização ou da entidade, nas demais hipóteses, observado o disposto neste Decreto.

Art. 7º São requisitos para participação das organizações a que se refere o § 2º do art. 3º no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção:

I - comprovar o desenvolvimento de projetos exitosos nas áreas de atuação a que se refere o **caput** do art. 1º;

II - não estar incluídas em cadastro de penalidades da administração pública federal decorrentes de ações fraudulentas ou de atos de corrupção ou improbidade administrativa; e

III - atender às condições previstas no edital a que se refere o art. 10, a respeito da capacidade técnica, operacional e profissional da organização.

Art. 8º A indicação e a manutenção de membros no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção pelas organizações ou pelas entidades a que se refere o §2º do art. 3º ficam condicionadas à comprovação dos seguintes requisitos:

I - ter reputação ilibada;

II - manter vínculo formal direto, na condição de dirigente ou empregado, com a organização detentora do mandato; e

III - não ser ocupante de cargo público em órgãos governamentais integrantes do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, ainda que na condição de convidado permanente, exceto quanto ao disposto no inciso IV do § 2º do art. 3º.

Art. 9º A organização e a entidade com representação no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção poderão solicitar, na qualidade de titular do mandato, a substituição do Conselheiro que deixar de atender aos requisitos definidos neste Decreto ou que tenha perdido o vínculo formal direto com a organização.

Art. 10. A seleção das organizações e das entidades a que se refere o § 2º do art. 3º será regida por edital, aprovado pelo Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União e publicado no Diário Oficial da União, com vistas ao atendimento do disposto neste Decreto.

Art. 11. O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção será presidido pelo Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União.

§ 1º Em suas ausências e impedimentos, a Presidência do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção será exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério Transparência e Controladoria-Geral da União.

§ 2º A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União prestará o apoio técnico e administrativo aos trabalhos do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

Art. 12. O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, por meio de seu Presidente, poderá:

I - convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, representantes de órgãos ou entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil, além de especialistas, peritos e outros profissionais, sempre que constarem da pauta assuntos que justifiquem o convite; e

II - instituir comitês e grupos de trabalho temáticos para a realização de estudos e discussões de temas afetos às políticas e às estratégias a que se refere este Decreto.

§ 1º O ato de criação de comitê ou grupo de trabalho temático especificará os objetivos, a composição e o prazo para a conclusão dos trabalhos.

§ 2º A participação no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, nos comitês e nos grupos de trabalho temáticos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. Fica revogado o Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Wagner de Campos Rosário

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 431, de 10 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 418.

Nº 432, de 10 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.915.

Nº 433, de 10 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.964.

Nº 434, de 10 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.970.

Nº 435, de 10 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.975.

Nº 436, de 10 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.958.

Nº 438, de 13 de agosto de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.705, de 13 de agosto de 2018.

Nº 439, de 13 de agosto de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.706, de 13 de agosto de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.009888/2018-55
Interessado: AR SINDICOND

DEFIRO o pedido de credenciamento do SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS DE PRÉDIOS E EDIFÍCIOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, RESIDENCIAIS E MISTOS INTERMUNICIPAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ 03.547.186/0001-91 (AR SINDICOND), vinculada à AC DOCCLOUD RFB com funcionamento no endereço: R TABAPUA, n°145, SLJ, - ITAIM/BIBI, SAO PAULO/SP.

Processo nº 00100.010071/2018-20
Interessado: AR GENIUS INFORMATICA

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa GENIU'S INFORMÁTICA LTDA., CNPJ 01.678.582/0001-22 (AR GENIUS INFORMATICA), vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: PÇ FIRMO MENDES DE QUEIROZ Nº 230, CENTRO, PRUDENTOPOLIS / PR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 00100.009481/2018-28
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FRANCA
DEFIRO o pedido de credenciamento da ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FRANCA, CNPJ 47.985.577/0001-63 (AR ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FRANCA), vinculada às AC VALID BRASIL e AC VALID RFB, com funcionamento no endereço: RUA VOLUNTARIOS DE FRANCA Nº 1511, CENTRO, FRANCA /SP.

Processo nº 00100.011823/2018-70
Interessado: AR HGL
DEFIRO o pedido de alteração de endereço da AR HGL, vinculada à AC VALID CD e nas demais cadeis onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da AR: AR HGL
Endereço Anterior: Rua Prefeito Pedro Moreira Lopes, 350 - Apt 01- Sala 01 - Centro - Estiva/MG.
Endereço Atual: Rua Maria Joana de Abreu, 52 - Centro - Estiva/MG.

Processo nº 00100.010328/2018-43
Interessado: AR AGIL
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa CÁTIA TATIANE PORTO GALHO EIRELI - ME, CNPJ 20.014.399/0001-77 (AR AGIL), vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA e AC DIGITAL, com funcionamento no endereço: RUA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS Nº 423 A, FRAGATA- PELOTAS / RS.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Processo nº 00100.009391/2018-37
Interessado: AR Associacao Comercial e Empresarial de Registro
DEFIRO o pedido de credenciamento da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTR EAGROPECUÁRIA DE REGISTRO, CNPJ 55.859.425/0001-42 (AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTR E AGROPECUÁRIA DE REGISTRO), vinculada à AC Certisign Multipla, com funcionamento no endereço: Rua José Antônio de Campos, nº 455, Sobreloja 01 - Centro - Registro/SP.

Processo nº 00100.008434/2018-67
Interessado: AR ESPAÇO SOLUÇÃO
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa ÁLVARO A MIRANDA TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE LTDA., CNPJ 24.909.250/0001-07 (AR ESPAÇO SOLUÇÃO), vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: RUA: TENENTE CORONEL CARDOSO Nº 445, SALA 109 B, CENTRO - CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ.

Processo nº 00100.009857/2018-02
Interessado: AR ADEP DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa ADEP ASSESSORIA CONTÁBIL S/C LTDA - ME, CNPJ 00.163.528/0001-81 (AR ADEP DIGITAL), vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: AV DELFIM MOREIRA Nº 840, LOJA 02, VÁRZEA -TERESÓPOLIS / RJ.

Processo nº 00100.009829/2018-87
Interessado: AR CHARRUA
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa CHARRUA CONSULTORIA EMPRESARIAL -ME, CNPJ 42.770.628/0001-16 (AR CHARRUA), vinculada à AC LINK RFB, com funcionamento no endereço: RUA DESEMBARGADOR ONOFRE MENDES JUNIOR, N° 13 - SALA 21 - SÃO JOÃO BATISTA (VENDA NOVA), BELO HORIZONTE/MG.

Processo nº 00100.002244/2018-36
Interessado: AR CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SALETE
DEFIRO o pedido de credenciamento da associação CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SALETE - CDL, CNPJ 79.355.608/0001-99 (AR CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SALETE), vinculada à AC CNDL RFB, com funcionamento no endereço: Rua LUIZ BERTOLI Nº 1037, CENTRO, SALETE - SC.

Processo nº 00100.009277/2018-15
Interessado: AR WIZARD TECNOLOGIA
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa WIZARD TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ 28.417.775/0001-86 (AR WIZARD TECNOLOGIA), vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: ALAMEDA DIOGO DE SOUZA Nº: 167, CASTANHEIRA, BELO HORIZONTE / MG.

Processo nº 00100.011978/2018-14
Interessado: AR CONTADORES
DEFIRO o pedido de correção de endereço da ITS ROLÂNDIA da AR CONTADORES, vinculada à AC DIGITAL e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da ITS: ROLÂNDIA
Endereço Anterior: AV DOS EXPEDICIONÁRIOS, Nº 158, SALA 01, CENTRO, ROLÂNDIA-PR
Endereço Atual: AV. DOS EXPEDICIONÁRIOS, 158, SALA 11, CENTRO, ROLÂNDIA/PR

Processo nº 00100.011762/2018-41
Interessado: AR LIFE SANTOS
DEFIRO o pedido de alteração de endereço da ITS SÃO VICENTE da AR LIFE SANTOS, vinculada à AC SINCOR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da ITS: SÃO VICENTE
Endereço Anterior: RUA JACOB EMERICK, Nº 1238 1ª ANDAR SALA 01 CENTRO, SÃO VICENTE/SP
Endereço Atual: RUA JACOB EMERICK, Nº 924 SALA 01 - CENTRO, SÃO VICENTE/SP

Processo nº 00100.007726/2018-82
Interessado: AR CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONSELHEIRO
DEFIRO o pedido de credenciamento da CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONSELHEIRO LAFAIETE, CNPJ 19.723.006/0001-15 (AR CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONSELHEIRO LAFAIETE), vinculada à AC CNDL RFB, com funcionamento no endereço: RUA DIAS DE SOUZA Nº 255, CENTRO, CONSELHEIRO LAFAIETE / MG.

Processo nº 00100.009478/2018-12
Interessado: AR MAIS CERTIFICADORA DIGITAL LTDA
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa MAIS CERTIFICADORA DIGITAL LTDA., CNPJ 28.750.485/0001-50 (AR MAIS CERTIFICADORA DIGITAL LTDA), vinculada à AC SERASA JUS, com funcionamento no endereço: JURUA Nº 50, SALA 06 - PARTE A, GRAÇA, BELO HORIZONTE / MG.

Processo nº 00100.009859/2018-93
Interessado: AR CERTPR
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa LIZIERI CERTPR EIRELI - ME, CNPJ 29.284.231/0001-56 (AR CERTPR CERTIFICADORA DIGITAL), vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: RUA JÚLIA WANDERLEY Nº 1228, SALA CERTPR, CENTRO , PONTA GROSSA / PR.

Processo nº 00100.009263/2018-93
Interessado: AR DIGI ALL CERTIFICADORA
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa DIGI ALL CERTIFICAÇÃO DIGITAL E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 29.629.533/0001-19 (AR DIGI ALL CERTIFICADORA), vinculada às AC DIGITALSIGN, AC DIGITALSIGN SSL e AC DIGITALSIGN RFB, com funcionamento no endereço: Rua dos Tamoios Nº 666, Sala 7, sala B, Centro, Belo Horizonte / MG.

Processo nº 00100.011636/2018-96
Interessado: AR FINANCIER
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FINANCIER, vinculada à AC INSTITUTO FENACON, com instalação técnica localizada na AVENIDA AYRTON SENNA, Nº 3000 SALAS 3008 A 3009, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ.

Processo nº 00100.009854/2018-61
Interessado: AR Webnacional
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa WEBNACIONAL LTDA - EPP, CNPJ 29.038.119/0001-35 (AR Webnacional), vinculada à AC SAFEWEB RFB, com funcionamento no endereço: AVENIDA: PRAIA DE BELAS N°: 1212 SALA: 1306 , PRAIA DE BELAS, PORTO ALEGRE / RS.

Processo nº 00100.009864/2018-04
Interessado: AR DIGITAL FACIL
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa G & T GESTÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL, CNPJ 30.347.224/0001-35 (AR DIGITAL FACIL), vinculada às AC SERASA CD, AC SERASA CD SSL V5, AC SERASA RFB e AC SERASA JUS com funcionamento no endereço: Rua Coronel Spínola de Castro, nº 3360, bloco B, 9º andar, Anexo 02, Centro, São José do Rio Preto/SP.

Processo nº 00100.010162/2018-65
Interessado: AR Associação Comercial e Empresarial de Pompeia
DEFIRO o pedido de credenciamento da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE POMPEIA, CNPJ 44.483.568//0001-86 (AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE POMPEIA), vinculada à AC CERTISIGN MULTIPLA, com funcionamento no endereço: Av. Expedicionários de Pompeia, nº 217, Centro - Pompeia / SP

Processo nº 00100.010153/2018-74
Interessado: AR CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE MACAPA
DEFIRO o pedido de credenciamento da CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE MACAPA - CDL, CNPJ 05.964.127/0001-44 (AR CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE MACAPA), vinculada à AC CNDL RFB, com funcionamento no endereço: RUA TIRADENTES Nº 468, CENTRAL , MACAPA/AP.

Processo nº 00100.009894/2018-11
Interessado: ar via digital soluções em informática
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa RODRIGUES E TONIETTO INFORMATICA LTDA, CNPJ 17.508.752/0001-60 (AR VIA DIGITAL SOLUÇÕES EM INFORMATICA), vinculada à AC SOLUTI MULTIPLA, com funcionamento no endereço: RUA CORONEL FRANCISCO VIEIRA Nº 169, LOJA 2 , CENTRO - RIO POMBA / MG.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÕES

Processo nº 00100.007219/2018-49
Interessado: AR GOLD
No despacho publicado no Diário Oficial da União, em 24-07-2018, por erro material.
Onde se lê: "[...] da IT JACIARA da AR GOLD, [...]."
Leia-se: "[...] da ITS JACIARA da AR GOLD, [...]."

Processo nº 00100.006896/2018-40
Interessado: AR SESCAP LDA
No despacho publicado no Diário Oficial da União, em 24/07/2018, por erro material.
Onde se lê: "[...] vinculada à AC INSTITUTO FENACON, [...]."
Leia-se: "[...] vinculada à AC INSTITUTO FENACON RFB, [...]."

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 52, de 9 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 154 em 10 de agosto de 2018, Seção 1, página 13:

No Anexo, item 1.1;

Na página 13, **onde se lê:**

1.1	Resolução CAMEX nº 79, 01 de novembro de 2012	Secretaria Executiva da CAMEX	Revogação	A SE-CAMEX está planejando a revogação de diversas Resoluções CAMEX que cumpriram seus objetivos e não mais produzem efeitos. A Resolução CAMEX nº
				79/2012, que dispõe sobre a lista de bens sem similar nacional, é um bom exemplo desta ação.

Leia-se:

1.1	Resolução CAMEX nº 64, de 4 de setembro de 2012	Secretaria Executiva da CAMEX	Revogação	A SE-CAMEX está planejando a revogação de Resoluções CAMEX que criaram grupos que já exauriram seus objetivos. O Gessin, por exemplo, criado pela
				Resolução nº 64/2012, já perdeu o seu objeto desde a edição da Resolução CAMEX nº 79/2012, pois esta regulamentou em definitivo a Resolução do Senado
				Federal nº 13/2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 64, DE 10 DE JULHO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	Nº PROTOCOLO
Glycine max (L.) Merr.	5G8015IPRO	21806.000273/2015
Glycine max (L.) Merr.	GMS 8450RR	21806.000328/2015
Glycine max (L.) Merr.	ADV4317 IPRO	21806.000043/2016
Glycine max (L.) Merr.	BRS 5980IPRO	21806.000174/2017
Solanum tuberosum L.	SCS376 Joaquina	21806.000191/2017
Solanum tuberosum L.	SCS377 Paulina	21806.000192/2017
Glycine max (L.) Merr.	59I60RSF IPRO	21806.000259/2017
Glycine max (L.) Merr.	81I84RSF IPRO	21806.000263/2017
Gossypium hirsutum L.	FM 985GLTP	21806.000307/2017
Gossypium hirsutum L.	16R137B2RF	21806.000319/2017
Triticum aestivum L.	IPR Panaty	21806.000322/2017
Triticum aestivum L.	TBIO Duque	21806.000004/2018
Vigna unguiculata L.	BRS Abiru	21806.000025/2018

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 66, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

1. Motivo da solicitação: Registro (12/06/2018)
Requerente: Chemical Solution Pará
Marca comercial: BENZOATO DE EMAMECTINA TÉCNICO CHEMICAL SOLUTION
Nome comum: Benzoato de Emamectina
Nome químico: Mixture containing 90% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5S,6S,6R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2-(5,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate and 10% of (10E,14E,16E)- (1R,4S,5S,6S,6R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6-isopropyl-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2-(5,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl 2,6- dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabinohexopyranoside benzoate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21030.001847/2018-61
2. Motivo da solicitação: Registro (20/06/2018)
Requerente: Agro-Lead Brasil Assessoria em Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: MALATHION TÉCNICO AGROLEAD
Nome comum: Malationa
Nome químico: diethyl(dimethoxythiophosphorylthio)succinate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.022667/2018-71
3. Motivo da solicitação: Registro (29/06/2018)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: MALATION TÉCNICO CCAB II
Nome comum: Malationa
Nome químico: diethyl(dimethoxythiophosphorylthio)succinate
Classe de uso: Inseticida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.023890/2018-35
4. Motivo da solicitação: Registro (04/07/2018)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda.- EPP
Marca comercial: GOLERO TÉCNICO
Nome comum: Diflubenzurom
Nome químico: 1-(4-clorofenil)-3-(2,6-difluorbenzoil) ureia
Classe de uso: Inseticida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.024497/2018-69
5. Motivo da solicitação: Registro (04/07/2018)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda. - EPP
Marca comercial: GLUFOSINATE-AMMONIUM TÉCNICO LIER
Nome comum: Glufosinato de amônio
Nome químico: Amônio 4-[hidroxi(metil)fosfinoil]-OL-homoalaninato ou ' amon10 OL-homoalanin-4- il(metil)fosfinato ou amônio (2RS)-2-amino-4-(metilfosfinato) ácido butírico
Classe de uso: Herbicida e Regulador de crescimento
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.024499/2018-58
6. Motivo da solicitação: Registro (11/07/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO ADAMA BR
Nome comum: Flumioxazina
Nome químico: N-(7-fluoro-3 ,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1 ,4-benzoxazin-6-yl)cyclohex-1 -ene-1 ,2-carboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.025278/2018-05
7. Motivo da solicitação: Registro (12/07/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: CIPERMETRINA TÉCNICA NORTOX V
Nome comum: Cipermetrina
Nome químico: (RS)-alfa-ciano-3-fenoxibenzil (1RS, 3RS; 1RS, 3SR)-3-(2,2-diclorovinil)-2,2-dimetilciclopropano carboxilate
Classe de uso: Inseticida e Formicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.025544/2018-91
8. Motivo da solicitação: Registro (12/07/2018)
Requerente: CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: SULFENTRAZONE TÉCNICO CHD'S
Nome comum: Sulfentrazona
Nome químico: 2',4'-dichloro-5'-(4-difluoromethyl-4,5-dihydro-3-methyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazol-1- yl) methanesulfonanilide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.025575/2018-42
9. Motivo da solicitação: Registro (12/07/2018)
Requerente: CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: GLUFOSINATO TÉCNICO CHD'S
Nome comum: Glufosinato-sal de amônio
Nome químico: 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalanine ou DL-homoalanin-4- yl(methyl)phosphinic acid
Classe de uso: Herbicida e Regulador de Crescimento
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.025576/2018-97
10. Motivo da solicitação: Registro (13/07/2018)
Requerente: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Marca comercial: DIFENOCONAZOLE TÉCNICO NUFARM BR
Nome comum: Difenoconazol
Nome químico: cis-trans-3-cloro-4- 4-metil-2- 1 H-1,2,4-triazol-1-ilmetil -1,3-dioxolan-2-il fenil 4- clorofenil éter
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.025683/2018-15
11. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: 2,4-D TÉCNICO FB
Nome comum: 2,4-D
Nome químico: 2,4-dichlorophenoxy)acetic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.025949/2018-20
12. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: AZOZYSTROBIN TÉCNICO FB II
Nome comum: Azoxistrobina
Nome químico: methyl (E}-2-{2-(6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.025950/2018-54
13. Motivo da solicitação: Registro (17/07/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: DIFENOCONAZOLE TÉCNICO NORTOX IV
Nome comum: Difenoconazole
Nome químico: cis-trans-3-chloro-4-[4-methyl-2-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)-1,3-dioxolan-2-yl]phenyl 4- chlorophenyl ether
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico.
Processo nº: 21000.026238/2018-72
14. Motivo da solicitação: Registro (18/07/2018)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda. - EPP
Marca comercial: MESOTRIONA TÉCNICO ZJ
Nome comum: Mesotriona
Nome químico: 2-(4-mesil-2-nitrobenzoil) ciclohexano-1 ,3-diona
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.026244/2018-20
15. Motivo da solicitação: Registro (18/07/2018)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda. - EPP
Marca comercial: MESOTRIONA TÉCNICO AN
Nome comum: Mesotriona
Nome químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)cyclohexane-1,3-dione
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.026248/2018-16
16. Motivo da solicitação: Registro (18/07/2018)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda. - EPP
Marca comercial: TERBUTILAZINA TÉCNICO ZS
Nome comum: Terbutilazina
Nome químico: N2-tert-butil-6-cloro-N4-etil-1 , 3, 5-triazina-2 ,4-d iam i na
Classe de uso: Herbicida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.026249/2018-52
17. Motivo da solicitação: Registro (19/07/2018)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca Comercial: PICOXISTROBINA TRADECORP TÉCNICO
Nome comum: PICOXISTROBINA
Nome químico: methyl (E)-3-methoxy-2-[2-(6-trifluoromethyl-2-pyridyloxymethyl)phenyl]acrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.026405/2018-85
18. Motivo da solicitação: Registro (23/07/2018)
Requerente: Alta - América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.
Marca comercial: TRICLOPIR TÉCNICO ALTA
Nome comum: Triclopir
Nome químico: butoxyethyl 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxvacetate
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.026752/2018-16
19. Motivo da solicitação: Registro (23/07/2018)
Requerente: Dow Agrosciences Industrial Ltda.
Marca comercial: AMINOPIRALIDE ÁCIDO TÉCNICO L
Nome comum: Aminopiralide
Nome químico: 4-amino-3,6-dichloropyridine-2-carboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.026754/2018-05

20. Motivo da solicitação: Registro 24/07/2018)
Requerente: Ouro Fino Química Ltda.
Marca comercial: DIFLUBENZUROM TÉCNICO OF
Nome comum: Diflubenzurom
Nome químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea
Classe de uso: Inseticida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.026915/2018-52
21. Motivo da solicitação: Registro: 25/07/2018)
Requerente: Stockton - Agrimor do Brasil Ltda.
Marca comercial: FLUAZINAM TÉCNICO STOCKTON
Nome comum: Fluazinam
Nome químico: 3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridyl)-alfa, alfa, alfa -trifluoro-2,6-dinitro-p-toluidine
Classe de uso: Fungicida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027027/2018-57
22. Motivo da solicitação: Registro (27/07/2018)
Requerente: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: BIFENTRINA TÉCNICO BRA
Nome comum: Bifentrina
Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl (Z)-(1 RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3, 3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethvlcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida, Formicida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027543/2018-81
23. Motivo da solicitação: Registro (27/07/2018)
Requerente: HY-Green Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO HY-GREEN
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3,6-dichloro-o-anisic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027545/2018-71
24. Motivo da solicitação: Registro (30/07/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: DIFENOCONAZOLE TÉCNICO FB
Nome comum:Difenoconazole
Nome químico: cis-trans-3-ch loro-4-[4-methyl-2-(lH-1,2,4-triazol-1-yl methyl)-1,3-dioxolan-2-yl}phenyl 4-chlorophenyl ether
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027677/2018-01
25. Motivo da solicitação: Registro (30/07/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: TIDIAZUROM TÉCNICO ADAMA
Nome comum: Tidiazurom
Nome químico: 1-phenyl-3-(1 ,2,3-th iadiazol-5-y l)urea
Classe de uso: Herbicida e Regulador de Crescimento
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027685/2018-49
26. Motivo da solicitação: Registro (30/07/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: PIMETROZINA TÉCNICO ADAMA
Nome comum: Pimetrozina
Nome químico: (E)-4,5-dihydro-6-methyl-4-(3-pyridylmethyleneamino)-1,2,4-triazin-3(2H)-one
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027693/2018-95
27. Motivo da solicitação: Registro (30/07/2018)
Requerente: CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TRIFLOXISTROBIN TÉCNICO CHD'S
Nome comum: Trifloxistrobina
Nome químico: methyl(E)-methxyimino-{(E)-0-[1-(0,0, o-trifluortolyl)ethylidEmeaminooxy1-otoIyl}acetate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027813/2018-54
28. Motivo da solicitação: Registro (30/07/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: CYPROCONAZOLE TÉCNICO FB II
Nome comum: Ciproconazol
Nome químico: (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(lH-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027675/2018-11
29. Motivo da solicitação: Registro (30/07/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: ETIPROLE TÉCNICO ADAMA BRASIL
Nome comum: Etiprole
Nome químico: 5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-ethylsulfinylpyrazole-3- carbonitrile
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027682/2018-13
30. Motivo da solicitação: Registro (31/07/2018)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: MESOTRIONA TÉCNICO CCAB II
Nome comum: Mesotriona
Nome químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)cyclohexane-1,3-dione
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027917/2018-69
31. Motivo da solicitação: Registro (31/07/2018)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: DIQUAT TÉCNICO CCAB III
Nome comum: Diquate
Nome químico: 9,10-dihydro-8a,10a-diazoniaphenanthrene ou 6,7-dihydrodipyrido[1,2-a:2',1'- c]pyrazine-5,8-di-ium ou 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.027916/2018-14
32. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2018)
Requerente: Pilarquim BR Comercial Ltda.
Marca comercial: PIRACLOSTROBIN TÉCNICO PILARQUIM
Nome comum: Piraclostrobina
Nome químico: methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1 H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}N-(methoxy)carbamate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.028696/2018-46
33. Motivo da solicitação: Registro (03/08/2018)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: SULFENTRAZONA TRADECORP TÉCNICO II
Nome comum: Sulfentrazona
Nome químico: 2',4'-dichloro-5'-(4-difluoromethyl-4,5-dihydro-3-methyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazol-1- yl) methanesulfonanilide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.028784/2018-48
34. Motivo da solicitação: Registro (06/08/2018)
Requerente: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.
Marca comercial: AMICARBAZONE TÉCNICO SYNCROM
Nome comum: Amicarbazona
Nome químico: 4-amino-N-tert-butyl-4,5-dihydro-3-isopropyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazole-1- carboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.029056/2018-53
35. Motivo da solicitação: Registro (09/08/2018)
Requerente: Helm do Brasil Mercantil Ltda.
Marca comercial: PROTIOCONAZOLE YH TÉCNICO HELM
Nome comum: Protioconazole
Nome químico: (RS)-2{2-(1+hlorocyclopropyl)-3-(2,chlorophenyl)-2-hydroxypropyll-2,/|-dihydro.1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.029791/2018-67

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No D.O.U de 31 de Julho de 2018, seção 1, em Ato Nº 59, de 30 de julho de 2018, página 7, item 06, onde se lê: Processo nº: 21000.018847/58, leia-se: 21000.018847/2018-58.

No D.O.U de 31 de Julho de 2018, seção 1, em Ato Nº 59, de 30 de julho de 2018, página 8, item 30, onde se lê: Processo nº: 21000.0235518/2018-59, leia-se: 21000.023551/2018-59.

No D.O.U de 31 de Julho de 2018, seção 1, em Ato Nº 59, de 30 de julho de 2018, página 9, item 41, onde se lê: Processo nº: 21000.025377/2018-8921000.062632/2016-11, leia-se: 21000.025377/2018-89.

No D.O.U de 31 de Julho de 2018, seção 1, em Ato Nº 59, de 30 de julho de 2018, página 7, item 32, onde se lê: Marca Comercial: AZOXISTROBIN TÉCNICO TECNOMYL, leia-se: AZOXISTROBIN TÉCNICO TECNOMYL II.

No D.O.U de 31 de Julho de 2018, seção 1, em Ato Nº 59, de 30 de julho de 2018, página 7, item 1, referente ao produto BENALAXIL-M TÉCNICO SYNCROM, onde se lê: Registro de produto técnico equivalente, leia-se: Registro de produto técnico.

No D.O.U de 26 de Outubro de 2017, seção 1 em Ato Nº 94, de 24 de outubro de 2017, página 4, item 40, referente ao produto DIQUATE ALTA 200 SL, onde se lê: Registro de produto técnico equivalente, leia-se: Registro de produto formulado.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 174, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região Norte e Nordeste do Brasil.

As temperaturas, ótimas para o bom desenvolvimento da cultura, estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando também o número de sementes por vagem.

O feijão caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do feijão caupi no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica se baseou em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluviométrica, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

As áreas de risco e definição dos períodos e respectivos níveis de risco para a semeadura do feijão caupi foi realizado para todo o Estado.

Parâmetros e variáveis incorporados ao balanço hídrico da cultura:

a) ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	≥ 0,60	≥ 0,50

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência (fase 1), crescimento/desenvolvimento (fase 2), floração/enchimento de grãos (fase 3) e maturação fisiológica (fase 4). As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 75 dias); Grupo II (76 dias ≤ n ≤ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de armazenamento de água dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1 e 2 com capacidade de água disponível de aproximadamente 31,5mm e 49,5mm, respectivamente.

e) Limite térmico:

a. Frequência de geada, estimada para temperatura < 2,0 ºC no abrigo;

b. Restrição para decêndios com temperatura mínima média inferior a 18ºC

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,60 e 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, respectivamente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 1 e 2, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: Miranda IPA 20, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO TIPO 1			SOLO TIPO 2			SOLO TIPO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acorizal	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Água Boa	1 a 6			2 a 7			2 a 7	8	
Alta Floresta	3 a 8		9	4 a 9		10	4 a 10		
Alto Araguaia	2 a 6	7	8	3 a 8		9	3 a 8	9	
Alto Boa Vista	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8		9
Alto Garças	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Alto Paraguai	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8	9	
Alto Taquari	2 a 6	7	8	3 a 8	9		3 a 8	9	
Apiacás	5 a 9	10		5 a 10	11		5 a 11		
Araguaiana	36 a 5		6	1 a 6		7	1 a 6	7	
Araguainha	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 7	8	
Araputanga	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8	9	
Arenápolis	2 a 6	7	8	2 a 7	8		2 a 8		
Aripuanã	4 a 9			5 a 9	10		5 a 11		
Barão De Melgaço	36 a 5		6	2 a 6	7		2 a 7	8	
Barra Do Bugres	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Barra Do Garças	36 a 5		6	1 a 6	7		1 a 7		
Bom Jesus Do Araguaia	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Brasnorte	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 9		
Cáceres	1 a 5		6	2 a 6		7 a 8	2 a 7	8	
Campinápolis	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Campo Novo Do Parecis	2 a 7		8	3 a 8			3 a 8	9	
Campo Verde	2 a 7		8	3 a 8			3 a 9		
Campos De Júlio	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Canabrava Do Norte	2 a 7		8	3 a 7	8	9	3 a 8	9	
Canarana	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Carlinda	3 a 8		9	4 a 9		10	4 a 10		
Castanheira	3 a 7	8		4 a 8	9		4 a 9	10	
Chapada Dos Guimarães	2 a 7		8	3 a 8			3 a 9		
Cláudia	2 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Cocalinho	1 a 5	6		2 a 6	7		2 a 7	8	
Colíder	3 a 8			3 a 9			3 a 9		
Colniza	5 a 9	10		5 a 10	11		5 a 11		
Comodoro	3 a 8		9	4 a 8	9		4 a 10		
Confresa	2 a 7	8		3 a 8		9	3 a 8	9	
Conquista D'Oeste	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 9		
Cotriguaçu	4 a 9			5 a 10			5 a 11		
Cuiabá	2 a 7		8	3 a 8			3 a 9		
Curvelândia	1 a 5	6		3 a 6	7	8	3 a 8		9
Denise	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 9		
Diamantino	2 a 7		8	2 a 7	8		2 a 8		
Dom Aquino	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Feliz Natal	2 a 6	7	8	3 a 8			3 a 8	9	
Figueirópolis D'Oeste	2 a 5	6	7	3 a 7	8		3 a 8	9	
Gaúcha Do Norte	1 a 6		7	2 a 7	8		2 a 8		
General Carneiro	1 a 5	6		2 a 7			2 a 7	8	
Glória D'Oeste	1 a 5	6	7	3 a 6	7	8	3 a 7	8	9
Guarantã Do Norte	3 a 8	9		4 a 9			4 a 10		
Guiratinga	1 a 5	6	7	2 a 7		8	2 a 7	8	
Indiavaí	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8	9	
Ipiranga Do Norte	2 a 7		8	3 a 7	8		3 a 8	9	
Itanhangá	2 a 7		8	3 a 8			3 a 8	9	
Itaúba	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Itiquira	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8	9	
Jaciara	2 a 7		8	3 a 8			3 a 9		
Jangada	1 a 6		7	3 a 7	8		3 a 8	9	
Jauru	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 9		
Juara	3 a 8		9	4 a 8	9		4 a 9		10
Juína	3 a 8		9	4 a 9			4 a 10		
Juruena	3 a 8		9	4 a 9		10	4 a 9	10	
Juscimeira	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Lambari D'Oeste	1 a 5	6	7	3 a 6	7	8	3 a 8	9	
Lucas Do Rio Verde	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Luciara	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 8	9	
Marcelândia	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Matupá	3 a 8		9	4 a 9			4 a 10		
Mirassol D'Oeste	1 a 5	6	7	3 a 6	7	8	3 a 8		9
Nobres	2 a 7			3 a 8			3 a 8	9	
Nortelândia	2 a 7		8	2 a 7	8		2 a 8		
Nossa Senhora Do Livramento	1 a 5	6	7	2 a 7		8	2 a 8		
Nova Bandeirantes	4 a 8	9		4 a 9	10		4 a 10		
Nova Brasilândia	2 a 6	7		3 a 8			3 a 8	9	
Nova Canaã Do Norte	3 a 8			3 a 9			3 a 9		
Nova Guarita	3 a 8		9	4 a 9			4 a 9	10	
Nova Lacerda	3 a 7	8		4 a 8		9	4 a 9	10	
Nova Marilândia	2 a 7		8	3 a 7	8		3 a 9		
Nova Maringá	2 a 7			3 a 7	8		3 a 8	9	
Nova Monte Verde	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 9	10	
Nova Mutum	2 a 7			2 a 7	8		2 a 8		
Nova Nazaré	1 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		
Nova Olímpia	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Nova Santa Helena	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Nova Ubiratã	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Nova Xavantina	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		
Novo Horizonte Do Norte	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Novo Mundo	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Novo Santo Antônio	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Novo São Joaquim	1 a 5	6		2 a 7			2 a 7	8	
Paranaíta	4 a 8	9		4 a 9	10		4 a 10		
Paranatinga	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Pedra Preta	1 a 6	7		2 a 7		8	2 a 8		
Peixoto De Azevedo	3 a 8		9	3 a 8	9		3 a 9		
Planalto Da Serra	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Poconé	1 a 5	6		2 a 6	7		2 a 7	8	
Pontal Do Araguaia	1 a 5		6	2 a 6	7		2 a 7		8
Ponte Branca	1 a 6		7	2 a 7			2 a 7	8	
Pontes E Lacerda	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 9		
Porto Alegre Do Norte	2 a 7		8	3 a 7	8	9	3 a 8	9	
Porto Dos Gaúchos	2 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Porto Esperidião	2 a 5	6	7	3 a 6	7	8	3 a 7	8 a 9	
Porto Estrela	1 a 5	6		3 a 6	7	8	3 a 8	9	
Poxoréo	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Primavera Do Leste	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Querência	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8		9
Reserva Do Cabaçal	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 9		
Ribeirão Cascalheira	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Ribeirãozinho	1 a 5	6	7	2 a 6	7		2 a 7		8
Rio Branco	2 a 6		7	3 a 7	8		3 a 8	9	
Rondolândia	4 a 8	9		5 a 9	10		5 a 11		
Rondonópolis	1 a 5	6	7	2 a 7		8	2 a 8		
Rosário Oeste	2 a 6	7		3 a 8			3 a 8	9	
Salto Do Céu	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Carmem	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8	9	
Santa Cruz Do Xingu	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Santa Rita Do Trivelato	2 a 6	7		2 a 8			2 a 8		
Santa Terezinha	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 8	9	
Santo Afonso	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 9		
Santo Antônio Do Leste	1 a 6		7	2 a 7	8		2 a 8		
Santo Antônio Do Leverger	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
São Félix Do Araguaia	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 8	9	
São José Do Povo	1 a 5	6	7	2 a 6	7		2 a 8		
São José Do Rio Claro	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
São José Do Xingu	2 a 7	8		3 a 8		9	3 a 8	9	
São José Dos Quatro Marcos	2 a 5	6	7	3 a 6	7	8	3 a 8	9	
São Pedro Da Cipa	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Sapezal	2 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Serra Nova Dourada	2 a 6	7		3 a 7		8	3 a 8		9
Sinop	2 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Sorriso	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Tabaporã	2 a 8			3 a 8	9		3 a 9		
Tangará Da Serra	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 9		
Tapurah	1 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Terra Nova Do Norte	3 a 8			3 a 8	9		3 a 9		
Tesouro	1 a 5	6	7	2 a 7			2 a 7	8	
Torixoréu	1 a 5	6	7	2 a 6	7		2 a 7		8
União Do Sul	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 8	9	
Vale De São Domingos	2 a 6	7	8	3 a 7	8	9	3 a 9		
Várzea Grande	1 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Vera	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8	9	
Vila Bela Da Santíssima Trindade	2 a 6	7	8	3 a 7	8	9	3 a 9		
Vila Rica	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO TIPO 1			SOLO TIPO 2			SOLO TIPO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acorizal	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7	8	
Água Boa	35 a 5			36 a 5	6		36 a 6	7	
Alta Floresta	1 a 7	8		2 a 8		9	2 a 9		
Alto Araguaia	36 a 5	6	7	1 a 6	7	8	1 a 7	8	
Alto Boa Vista	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7	8	
Alto Garças	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Alto Paraguai	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Alto Taquari	36 a 5	6	7	1 a 7		8	1 a 8		
Apiacás	3 a 8	9	10	4 a 9	10		4 a 10	11	
Araguaiana	34 a 4		5	35 a 5			35 a 5	6	
Araguainha	35 a 5		6	36 a 6		7	36 a 6	7	
Araputanga	36 a 5	6	7	1 a 6	7	8	1 a 7		8
Arenápolis	36 a 5	6	7	1 a 7			1 a 8		
Aripuanã	2 a 8		9	3 a 8	9		3 a 9	10	
Barão De Melgaço	34 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6	7	
Barra Do Bugres	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		8
Barra Do Garças	34 a 4		5	35 a 5		6	35 a 6		
Bom Jesus Do Araguaia	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 6	7	
Brasnorte	36 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Cáceres	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6	7	
Campinápolis	35 a 5		6	36 a 6			36 a 6	7	
Campo Novo Do Parecis	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Campo Verde	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Campos De Júlio	1 a 7			2 a 7	8		2 a 8	9	
Canabrava Do Norte	36 a 6		7	1 a 7			1 a 7	8	
Canarana	35 a 5		6	36 a 6		7	36 a 6	7	
Carlinda	1 a 7		8	2 a 8		9	2 a 9		
Castanheira	1 a 7		8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Chapada Dos Guimarães	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Cláudia	36 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Cocalinho	35 a 4	5		35 a 5	6		35 a 6		
Colíder	1 a 7		8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Colniza	3 a 8	9		3 a 9	10		3 a 10		
Comodoro	1 a 7		8	2 a 8		9	2 a 9		
Confresa	1 a 6		7	1 a 7		8	1 a 8		
Conquista D'Oeste	36 a 6	7		1 a 7		8	1 a 7	8	
Cotriguaçu	2 a 8		9	3 a 9		10	3 a 10		
Cuiabá	36 a 5	6	7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Curvelândia	35 a 4	5		1 a 5	6	7	1 a 6	7	8
Denise	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Diamantino	36 a 6		7	1 a 7			1 a 7	8	
Dom Aquino	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Feliz Natal	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Figueirópolis D'Oeste	36 a 5		6	1 a 6	7	8	1 a 7		8
Gaúcha Do Norte	36 a 5		6	36 a 6		7	36 a 7		
General Carneiro	35 a 4	5	6	36 a 5	6		36 a 6		7
Glória D'Oeste	35 a 4	5		1 a 5	6	7	1 a 6	7	8
Guarantã Do Norte	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Guiratinga	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Indiavaí	36 a 5	6		1 a 6	7	8	1 a 7		8
Ipiranga Do Norte	36 a 6	7		1 a 7			1 a 7	8	
Itanhangá	36 a 6		7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Itaúba	1 a 7			1 a 7	8		1 a 8		
Itiquira	36 a 5	6	7	1 a 6	7	8	1 a 7	8	
Jaciara	36 a 5	6	7	1 a 7			1 a 7	8	
Jangada	36 a 5		6	1 a 6	7		1 a 7		8
Jauru	36 a 5	6	7	1 a 6	7	8	1 a 7		8
Juara	1 a 7		8	2 a 8			2 a 8	9	
Juína	1 a 7		8	2 a 8		9	2 a 9		
Juruena	1 a 7		8	2 a 8		9	2 a 8	9	
Juscimeira	36 a 5	6		36 a 6		7	36 a 6	7	
Lambari D'Oeste	35 a 5		6	1 a 5	6	7	1 a 7		8
Lucas Do Rio Verde	35 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Luciara	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Marcelândia	1 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Matupá	1 a 7		8	2 a 7	8	9	2 a 9		
Mirassol D'Oeste	35 a 4	5		1 a 5	6	7	1 a 7		8
Nobres	36 a 5	6		1 a 7			1 a 7	8	
Nortelândia	36 a 5	6	7	1 a 7			1 a 8		
Nossa Senhora Do Livramento	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Nova Bandeirantes	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9	10	
Nova Brasilândia	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Nova Canaã Do Norte	1 a 7		8	2 a 8			2 a 8	9	
Nova Guarita	1 a 7		8	2 a 8		9	2 a 8	9	
Nova Lacerda	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 7	8 a 9	
Nova Marilândia	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Nova Maringá	36 a 6		7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Nova Monte Verde	1 a 7	8		2 a 8		9	2 a 9		
Nova Mutum	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Nova Nazaré	35 a 4	5		35 a 5		6	35 a 6		
Nova Olímpia	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7	8	
Nova Santa Helena	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Nova Ubiratã	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Nova Xavantina	34 a 4	5		35 a 5		6	35 a 6		
Novo Horizonte Do Norte	1 a 7			1 a 7	8		1 a 8		
Novo Mundo	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Novo Santo Antônio	35 a 5		6	36 a 6		7	36 a 7		
Novo São Joaquim	35 a 4	5	6	36 a 5	6		36 a 6	7	
Paranaíta	2 a 7	8		2 a 8		9	2 a 9		
Paranatinga	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Pedra Preta	35 a 5		6	36 a 6		7	36 a 6	7	
Peixoto De Azevedo	1 a 7		8	2 a 7	8	9	2 a 9		
Planalto Da Serra	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		8
Poconé	35 a 4	5		36 a 5		6	36 a 5	6 a 7	
Pontal Do Araguaia	35 a 4	5		36 a 5		6	36 a 6		7
Ponte Branca	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Pontes E Lacerda	36 a 5	6	7	1 a 6	7	8	1 a 7		8
Porto Alegre Do Norte	36 a 6		7	1 a 7			1 a 7	8	
Porto Dos Gaúchos	36 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Porto Esperidião	36 a 4	5	6	1 a 5	6	7	1 a 6	7	8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Porto Estrela	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6	7	
Poxoréo	35 a 5		6	36 a 6		7	36 a 6	7	
Primavera Do Leste	36 a 5	6		1 a 6		7	1 a 7		8
Querência	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Reserva Do Cabaçal	36 a 5	6	7	1 a 7		8	1 a 7		8
Ribeirão Cascalheira	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6		7
Ribeirãozinho	35 a 4	5	6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Rio Branco	36 a 5		6	1 a 6	7		1 a 7		8
Rondolândia	2 a 8		9	3 a 8	9		3 a 9	10	
Rondonópolis	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Rosário Oeste	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7	8	
Salto Do Céu	36 a 5	6		1 a 6	7	8	1 a 7		8
Santa Carmem	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7		8
Santa Cruz Do Xingu	1 a 7			2 a 7	8		2 a 8	9	
Santa Rita Do Trivelato	36 a 5	6		1 a 7			1 a 7	8	
Santa Terezinha	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Santo Afonso	36 a 5	6	7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Santo Antônio Do Leste	35 a 5		6	36 a 6			36 a 6	7	
Santo Antônio Do Leverger	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7	8	
São Félix Do Araguaia	36 a 6		7	1 a 7			1 a 7	8	
São José Do Povo	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6		7
São José Do Rio Claro	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
São José Do Xingu	1 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
São José Dos Quatro Marcos	36 a 4	5	6	1 a 5	6 a 7		1 a 7		8
São Pedro Da Cipa	36 a 5	6		1 a 6		7	1 a 6	7	8
Sapezal	36 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Serra Nova Dourada	36 a 5	6		36 a 6		7	36 a 6	7	
Sinop	36 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Sorriso	36 a 5	6	7	36 a 6	7		36 a 7		
Tabaporã	1 a 7			1 a 8			1 a 8		
Tangará Da Serra	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Tapurah	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Terra Nova Do Norte	1 a 7		8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Tesouro	35 a 4	5	6	36 a 5	6		36 a 6	7	
Torixoréu	35 a 4	5	6	36 a 5	6		36 a 6	7	
União Do Sul	36 a 6	7		1 a 7			1 a 7	8	
Vale De São Domingos	36 a 5	6	7	1 a 7		8	1 a 7		8
Várzea Grande	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7	8	
Vera	36 a 5	6	7	36 a 6	7		36 a 7		
Vila Bela Da Santíssima Trindade	36 a 5	6	7	2 a 6	7		2 a 7	8	9
Vila Rica	1 a 6	7		2 a 7		8	2 a 8	9	

PORTARIA Nº 175, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado de Alagoas, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão de corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro. No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo de feijão caupi, em condições de baixo risco climático no Estado.

A definição das áreas de risco climático foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de floração/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

A análise hídrica foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fonológicas, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos.

Foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≤ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram indicados os municípios que apresentaram valor de ISNA maior ou igual a 0,50 em, no mínimo, 20% de seu território, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS PARAGUAÇU, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Juruá, BR 17-Gurguéi, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca		11 a 12
Anadia	8 a 18	8 a 18
Arapiraca	12 a 14	11 a 14
Atalaia	8 a 18	7 a 18
Barra de Santo Antônio	7 a 18	7 a 18
Barra de São Miguel	8 a 18	7 a 18
Batalha		11 a 12
Belém	8 a 18	8 a 18
Belo Monte		11 a 12
Boca da Mata	8 a 18	7 a 18
Branquinha	8 a 18	7 a 18
Cacimbinhas		11 a 12
Cajueiro	8 a 18	7 a 18
Campestre	7 a 18	7 a 18
Campo Alegre	11 a 18	8 a 18
Campo Grande	12 a 14	11 a 15
Canapi		11 a 12
Capela	8 a 18	7 a 18
Carneiros		11 a 12
Chã Preta	8 a 18	7 a 18
Coité do Nóia	12 a 14	11 a 15
Colônia Leopoldina	7 a 18	7 a 18
Coqueiro Seco	7 a 18	7 a 18

Coruripe	9 a 17	8 a 18
Craíbas		11 a 14
Delmiro Gouveia		11 a 12
Dois Riachos		11 a 12
Estrela de Alagoas		11 a 13
Feira Grande	12 a 14	11 a 14
Feliz Deserto	9 a 17	8 a 18
Flexeiras	7 a 18	7 a 18
Girau do Ponciano		11 a 14
Ibateguara	7 a 18	7 a 18
Igaci	12 a 14	11 a 15
Igreja Nova	11 a 16	9 a 17
Inhapi	13 a 14	11 a 15
Jacaré dos Homens		11 a 12
Jacuípe	7 a 18	7 a 18
Japaratinga	7 a 18	7 a 18
Jaramataia		11 a 12
Jequiá da Praia	9 a 18	8 a 18
Joaquim Gomes	7 a 18	7 a 18
Jundiá	7 a 18	7 a 18
Junqueiro	12 a 17	11 a 17
Lagoa da Canoa	12 a 14	11 a 14
Limoeiro de Anadia	12 a 17	11 a 18
Maceió	7 a 18	7 a 18
Major Isidoro		11 a 12
Mar Vermelho	8 a 18	8 a 18
Maragogi	7 a 18	7 a 18
Maravilha		11 a 12
Marechal Deodoro	8 a 18	7 a 18
Maribondo	8 a 18	8 a 18
Mata Grande	13 a 14	11 a 15
Matriz de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Messias	7 a 18	7 a 18
Minador do Negrão		11 a 12
Monteirópolis		11 a 12
Murici	8 a 18	7 a 18
Novo Lino	7 a 18	7 a 18
Olho d'Água das Flores		11 a 12
Olho d'Água do Casado		11 a 12
Olho d'Água Grande	12 a 14	9 a 15
Olivença		11 a 12
Ouro Branco		11 a 12
Palestina		11 a 12
Palmeira dos Índios	11 a 17	8 a 18
Pão de Açúcar		11 a 12
Pariconha		11 a 12
Paripueira	7 a 18	7 a 18
Passo de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Paulo Jacinto	8 a 18	8 a 18
Penedo	9 a 17	8 a 18
Piaçabuçu	9 a 17	8 a 18
Pilar	8 a 18	7 a 18
Pindoba	8 a 18	8 a 18
Piranhas		11 a 12
Poço das Trincheiras		11 a 12
Porto Calvo	7 a 18	7 a 18
Porto de Pedras	7 a 18	7 a 18
Porto Real do Colégio	12 a 15	9 a 16
Quebrangulo	8 a 18	8 a 18
Rio Largo	7 a 18	7 a 18
Roteiro	8 a 18	8 a 18
Santa Luzia do Norte	7 a 18	7 a 18
Santana do Ipanema		11 a 12
Santana do Mundaú	8 a 18	7 a 18
São Brás	12 a 14	9 a 15
São José da Laje	7 a 18	7 a 18
São José da Tapera		11 a 12
São Luís do Quitunde	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Campos	8 a 18	7 a 18
São Miguel dos Milagres	7 a 18	7 a 18
São Sebastião	12 a 14	11 a 16
Satuba	7 a 18	7 a 18
Senador Rui Palmeira		11 a 12
Tanque d'Arca	8 a 18	8 a 18
Taquarana	11 a 17	8 a 18
Teotônio Vilela	11 a 17	8 a 18
Traipu		11 a 12
União dos Palmares	7 a 18	7 a 18
Viçosa	8 a 18	7 a 18

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Anadia	7 a 18	7 a 18
Arapiraca	12 a 13	11 a 14
Atalaia	7 a 18	7 a 18
Barra de Santo Antônio	7 a 18	7 a 18
Barra de São Miguel	7 a 18	7 a 18
Belém	7 a 18	7 a 18
Boca da Mata	7 a 18	7 a 18
Branquinha	7 a 18	7 a 18
Cajueiro	7 a 18	7 a 18
Campestre	7 a 18	7 a 18
Campo Alegre	11 a 18	8 a 18
Campo Grande	12 a 13	11 a 14
Capela	7 a 18	7 a 18
Chã Preta	7 a 18	7 a 18
Coité do Nóia	12 a 13	11 a 14
Colônia Leopoldina	7 a 18	7 a 18
Coqueiro Seco	7 a 18	7 a 18
Coruripe	8 a 18	7 a 18
Craíbas	12 a 13	12 a 13
Estrela de Alagoas	12 a 13	12 a 13
Feira Grande	12 a 13	11 a 14
Feliz Deserto	8 a 18	7 a 18
Flexeiras	7 a 18	7 a 18
Girau do Ponciano	12 a 13	12 a 13
Ibateguara	7 a 18	7 a 18
Igaci	12 a 13	11 a 14
Igreja Nova	11 a 15	8 a 17
Inhapi	12 a 13	12 a 14
Jacuípe	7 a 18	7 a 18
Japaratinga	7 a 18	7 a 18
Jequiá da Praia	8 a 18	7 a 18
Joaquim Gomes	7 a 18	7 a 18
Jundiá	7 a 18	7 a 18
Junqueiro	11 a 15	11 a 16
Lagoa da Canoa	12 a 13	11 a 14
Limoeiro de Anadia	11 a 15	10 a 17
Maceió	7 a 18	7 a 18
Mar Vermelho	7 a 18	7 a 18
Maragogi	7 a 18	7 a 18
Marechal Deodoro	7 a 18	7 a 18
Maribondo	7 a 18	7 a 18
Mata Grande	12 a 13	12 a 14
Matriz de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Messias	7 a 18	7 a 18
Minador do Negrão	12 a 13	12 a 13
Murici	7 a 18	7 a 18
Novo Lino	7 a 18	7 a 18
Olho d'Água Grande	12 a 14	11 a 14
Palmeira dos Índios	8 a 18	7 a 18
Paripueira	7 a 18	7 a 18
Passo de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Paulo Jacinto	7 a 18	7 a 18
Penedo	8 a 18	7 a 18
Piaçabuçu	8 a 18	7 a 18
Pilar	7 a 18	7 a 18
Pindoba	7 a 18	7 a 18
Porto Calvo	7 a 18	7 a 18
Porto de Pedras	7 a 18	7 a 18
Porto Real do Colégio	11 a 14	11 a 15
Quebrangulo	7 a 18	7 a 18
Rio Largo	7 a 18	7 a 18
Roteiro	7 a 18	7 a 18
Santa Luzia do Norte	7 a 18	7 a 18
Santana do Mundaú	7 a 18	7 a 18
São Brás	12 a 14	11 a 14
São José da Laje	7 a 18	7 a 18
São Luís do Quitunde	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Campos	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Milagres	7 a 18	7 a 18
São Sebastião	11 a 14	11 a 16
Satuba	7 a 18	7 a 18
Tanque d'Arca	7 a 18	7 a 18
Taquarana	10 a 18	8 a 18
Teotônio Vilela	8 a 16	7 a 17
União dos Palmares	7 a 18	7 a 18
Viçosa	7 a 18	7 a 18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Anadia	7 a 18	7 a 18
Arapiraca	11 a 12	11 a 13
Atalaia	7 a 18	7 a 18
Barra de Santo Antônio	7 a 18	7 a 18
Barra de São Miguel	7 a 18	7 a 18
Belém	7 a 17	7 a 18
Boca da Mata	7 a 18	7 a 18
Branquinha	7 a 18	7 a 18
Cajueiro	7 a 18	7 a 18
Campestre	7 a 17	7 a 18
Campo Alegre	10 a 16	7 a 17
Campo Grande	11 a 12	11 a 13
Capela	7 a 18	7 a 18
Chã Preta	7 a 18	7 a 18
Coité do Nóia	11 a 12	10 a 13
Colônia Leopoldina	7 a 18	7 a 18
Coqueiro Seco	7 a 18	7 a 18
Coruripe	7 a 16	7 a 17
Craíbas	11 a 12	11 a 13
Estrela de Alagoas		11 a 12
Feira Grande	11 a 12	11 a 13
Feliz Deserto	7 a 16	7 a 17
Flexeiras	7 a 18	7 a 18
Girau do Ponciano	11 a 12	11 a 12
Ibateguara	7 a 18	7 a 18
Igaci	11 a 12	10 a 13
Igreja Nova	10 a 15	7 a 16
Inhapi	12 a 13	11 a 13
Jacuípe	7 a 17	7 a 18
Japaratinga	7 a 17	7 a 18
Jequiá da Praia	7 a 17	7 a 17
Joaquim Gomes	7 a 18	7 a 18
Jundiá	7 a 17	7 a 18
Junqueiro	10 a 15	10 a 16
Lagoa da Canoa	11 a 12	11 a 13
Limoeiro de Anadia	10 a 15	10 a 16
Maceió	7 a 18	7 a 18
Mar Vermelho	7 a 18	7 a 18
Maragogi	7 a 17	7 a 18
Marechal Deodoro	7 a 18	7 a 18
Maribondo	7 a 18	7 a 18
Mata Grande	12 a 13	11 a 13
Matriz de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Messias	7 a 18	7 a 18
Minador do Negrão		11 a 12
Murici	7 a 18	7 a 18
Novo Lino	7 a 18	7 a 18
Olho d'Água Grande	11 a 13	11 a 14
Palmeira dos Índios	7 a 15	7 a 17
Paripueira	7 a 18	7 a 18
Passo de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Paulo Jacinto	7 a 18	7 a 18
Penedo	7 a 16	7 a 17
Piaçabuçu	7 a 16	7 a 17
Pilar	7 a 18	7 a 18
Pindoba	7 a 18	7 a 18
Porto Calvo	7 a 17	7 a 18
Porto de Pedras	7 a 18	7 a 18
Porto Real do Colégio	10 a 14	7 a 15
Quebrangulo	7 a 17	7 a 18
Rio Largo	7 a 18	7 a 18
Roteiro	7 a 18	7 a 18
Santa Luzia do Norte	7 a 18	7 a 18
Santana do Mundaú	7 a 18	7 a 18
São Brás	11 a 13	11 a 14
São José da Laje	7 a 18	7 a 18
São Luís do Quitunde	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Campos	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Milagres	7 a 18	7 a 18
São Sebastião	10 a 15	10 a 16
Satuba	7 a 18	7 a 18
Tanque d'Arca	7 a 18	7 a 18
Taquarana	9 a 15	7 a 17
Teotônio Vilela	10 a 15	7 a 16
União dos Palmares	7 a 18	7 a 18
Viçosa	7 a 18	7 a 18

PORTARIA Nº 176, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado da Bahia, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 156 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, método de Penman-Monteith nas 40 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≥ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS PARAGUAÇU, BRS Rouxinol, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BR 14-Mulato, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Itaim, BRS Juruá, BR 17-Gurguéi, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206, Miranda IPA 207.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acajutiba	05 a 17	05 a 18
Adustina	12 a 15	10 a 17
Água Fria	10 a 17	09 a 18
Aiquara	06 a 17	04 a 18
Alagoinhas	06 a 18	06 a 18
Alcobaça	28 a 29 + 06 a 17	28 a 33 + 04 a 18
Almadina	07 a 16	04 a 18
Amargosa	05 a 17	36 a 18
Amélia Rodrigues	06 a 18	05 a 18
Anagé	28 a 29	28 a 33
Andorinha		13 a 15
Angical	28 a 32	28 a 03
Anguera	09 a 16	09 a 18
Antas	10 a 15	10 a 17
Antônio Cardoso	07 a 17	07 a 18
Antônio Gonçalves	12 a 14	11 a 16
Aporá	06 a 18	05 a 18
Apuarema	05 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Araças	06 a 18	06 a 18
Aracatu		28 a 33
Araci		12 a 17
Aramari	07 a 18	06 a 18
Arataca	02 a 17	28 a 33 + 02 a 18
Aratuípe	01 a 18	01 a 18
Aurelino Leal	06 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Baianópolis	28 a 32	28 a 03
Baixa Grande	13 a 14	11 a 16
Banzaê	11 a 15	12 a 17
Barra	30 a 32	29 a 34
Barra do Choça	06 a 16	28 a 34 + 05 a 18
Barra do Rocha	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Barreiras	28 a 04	28 a 06
Barrocas		12 a 17
Barro Preto	03 a 17	01 a 18
Belmonte	28 a 29 + 03 a 17	28 a 18
Belo Campo	28 a 29	28 a 33
Biritinga	11 a 16	10 a 18
Boa Nova	07 a 16	29 a 30 + 06 a 18
Bom Jesus da Lapa	28 a 31	28 a 33
Bom Jesus da Serra	14 a 15	28 a 33 + 07 a 17
Boquira		32 a 33
Botuporã		30 a 32
Brejões	14 a 15	13 a 17
Brejolândia		28 a 33
Brumado		28 a 33
Buerarema	02 a 17	28 a 33 + 01 a 18
Buritirama	29 a 32	29 a 34
Caatiba	13 a 15	29 a 33 + 07 a 17
Cabaceiras do Paraguaçu	07 a 17	06 a 18
Cachoeira	05 a 18	05 a 18
Caém		11 a 16
Caetanos		28 a 33
Caetité		29 a 31
Cairu	01 a 18	35 a 18
Caldeirão Grande		13 a 16
Camacan	02 a 17	28 a 33 + 02 a 18
Camaçari	05 a 18	05 a 18
Camamu	01 a 18	28 a 30 + 34 a 18
Campo Formoso		14 a 15
Canápolis	28 a 32	28 a 34
Canavieiras	03 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Candeal	11 a 16	11 a 18
Candeias	05 a 18	05 a 18
Candiba	29 a 31	29 a 33
Cândido Sales	28 a 30	28 a 33
Caraíbas	28 a 29	28 a 33
Caravelas	28 a 29 + 07 a 17	28 a 34 + 05 a 18
Cardeal da Silva	05 a 18	05 a 18
Carinhanha	28 a 32	28 a 34
Castro Alves	07 a 17	05 a 18
Catolândia	28 a 33	28 a 03
Catu	06 a 18	05 a 18
Caturama		29 a 32
Cícero Dantas	12 a 15	11 a 17
Cipó	12 a 15	11 a 17
Coaraci	07 a 16	05 a 18
Cocos	28 a 36	28 a 04
Conceição da Feira	07 a 18	05 a 18
Conceição do Almeida	05 a 18	04 a 18
Conceição do Coité	13 a 14	12 a 17
Conceição do Jacuípe	06 a 18	05 a 18
Conde	05 a 18	05 a 18
Condeúba	28 a 29	28 a 33
Contendas do Sincorá		28 a 31
Coração de Maria	07 a 17	06 a 18
Cordeiros	28 a 30	28 a 33
Coribe	28 a 32	28 a 34
Coronel João Sá	11 a 15	08 a 17
Correntina	28 a 05	28 a 06
Cotegipe	28 a 32	28 a 04
Cravolândia	06 a 17	05 a 18
Crisópolis	06 a 16	05 a 18
Cristópolis	28 a 32	28 a 03
Cruz das Almas	05 a 18	05 a 18
Dário Meira	07 a 16	05 a 18
Dias d'Ávila	05 a 18	05 a 18
Dom Macedo Costa	05 a 18	03 a 18
Elísio Medrado	05 a 17	04 a 18
Encruzilhada	28 a 30	28 a 33
Entre Rios	05 a 18	05 a 18
Esplanada	05 a 18	05 a 18
Euclides da Cunha		12 a 15
Eunápolis	28 a 30 + 03 a 17	28 a 18
Fátima	12 a 15	11 a 17
Feira da Mata	28 a 32	28 a 34
Feira de Santana	08 a 17	07 a 18
Filadélfia		13 a 16
Firmino Alves	12 a 15	07 a 17
Floresta Azul	07 a 16	04 a 18
Formosa do Rio Preto	28 a 02	28 a 05
Gandu	02 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Gongogi	05 a 17	28 a 29 + 04 a 18
Governador Mangabeira	06 a 18	05 a 18
Guajeru		28 a 30
Guanambi	29 a 30	28 a 32
Guaratinga	28 a 32 + 01 a 17	28 a 18
Heliópolis	12 a 14	12 a 17
Iaçu		13 a 15
Ibiassucê		29 a 30
Ibicaraí	05 a 17	02 a 18
Ibicuí	07 a 16	05 a 18
Ibipitanga		30 a 31
Ibirapitanga	02 a 18	28 a 29 + 36 a 18
Ibirapuã	28 a 32	28 a 34 + 07 a 17
Ibirataia	05 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Ibotirama	30 a 32	30 a 34
Ichu	12 a 15	11 a 18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Igaporã	29 a 30	29 a 33
Igrapiúna	01 a 18	28 a 30 + 34 a 18
Iguaí	07 a 16	05 a 18
Ilhéus	03 a 17	28 a 30 + 01 a 18
Inhambupe	07 a 18	07 a 18
Ipecaetá	09 a 16	09 a 18
Ipiaú	05 a 17	28 a 29 + 04 a 18
Ipirá	13 a 14	11 a 16
Irajuba		13 a 16
Irará	07 a 17	07 a 18
Itabela	28 a 32 + 01 a 17	28 a 18
Itabuna	04 a 17	28 a 30 + 01 a 18
Itacaré	03 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itagi	07 a 16	05 a 18
Itagibá	05 a 17	28 a 29 + 04 a 18
Itagimirim	28 a 30 + 05 a 17	28 a 18
Itaju do Colônia		07 a 17
Itajuípe	05 a 17	28 a 30 + 1 a 18
Itamaraju	28 a 32 + 03 a 17	28 a 18
Itamari	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itambé	28 a 29	29 a 33 + 08 a 16
Itanagra	05 a 18	05 a 18
Itanhém	28 a 32 + 04 a 10	28 a 34 + 01 a 18
Itaparica	05 a 18	05 a 18
Itapé	05 a 16	28 a 29 + 01 a 18
Itapebi	06 a 17	28 a 18
Itapetinga		08 a 17
Itapicuru	12 a 15	11 a 17
Itapitanga	06 a 17	28 a 29 + 04 a 18
Itaquara	07 a 17	05 a 18
Itarantim	08 a 14	28 a 33 + 04 a 18
Itatim	10 a 14	10 a 17
Itiruçu		12 a 17
Itiúba		14 a 15
Itororó		07 a 17
Ituaçu		29 a 32
Ituberá	01 a 18	28 a 30 + 34 a 18
Iuiú	28 a 32	28 a 34
Jaborandi	28 a 05	28 a 06
Jacobina		12 a 15
Jaguaquara	07 a 17	05 a 18
Jaguaripe	01 a 18	01 a 18
Jandaíra	05 a 17	04 a 18
Jequié	14 a 15	08 a 17
Jeremoabo	12 a 13	12 a 14
Jiquiriçá	01 a 18	35 a 18
Jitaúna	07 a 17	05 a 18
Jucuruçu	28 a 32 + 04 a 17	28 a 18
Jussari	05 a 17	28 a 30 + 01 a 18
Lafaiete Coutinho		14 a 16
Lagoa Real		29 a 32
Laje	01 a 18	36 a 18
Lajedão	28 a 32	28 a 34 + 04 a 17
Lajedo do Tabocal		12 a 17
Lamarão	11 a 16	10 a 18
Lauro de Freitas	05 a 18	05 a 18
Luís Eduardo Magalhães	28 a 04	28 a 06
Macarani	29 a 30	29 a 33
Macaúbas		30 a 33
Madre de Deus	05 a 18	05 a 18
Maetinga	28 a 29	28 a 33
Maiquinique	29 a 30	29 a 33 + 08 a 16
Malhada	28 a 32	28 a 34
Malhada de Pedras		28 a 32
Manoel Vitorino		28 a 30 + 14 a 16
Mansidão	28 a 32	28 a 06
Maragogipe	05 a 18	05 a 18
Maraú	02 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Mascote	02 a 17	28 a 33 + 01 a 18
Mata de São João	05 a 18	05 a 18
Matina	28 a 30	28 a 33
Medeiros Neto	28 a 32	28 a 34 + 03 a 18
Miguel Calmon		12 a 15
Milagres	09 a 17	08 a 18
Mirangaba	13 a 14	11 a 16
Mirante		28 a 30
Monte Santo		12 a 15
Morpará	31 a 32	30 a 33
Mucugê		29 a 30
Mucuri	28 a 32	28 a 34 + 07 a 17
Muniz Ferreira	04 a 18	02 a 18
Muquém de São Francisco		30 a 33
Muritiba	05 a 18	05 a 18
Mutuípe	01 a 18	35 a 18
Nazaré	05 a 18	04 a 18
Nilo Peçanha	01 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Nova Canaã	09 a 15	29 a 30 + 07 a 17
Nova Ibiá	04 a 18	28 a 29 + 01 a 18
Nova Itarana		13 a 16
Nova Soure	11 a 17	06 a 18
Nova Viçosa	28 a 29 + 15 a 17	28 a 33 + 06 a 18
Novo Triunfo	11 a 15	11 a 17
Olindina	11 a 16	08 a 18
Oliveira dos Brejinhos		31 a 33
Ouriçangas	07 a 17	07 a 18
Palmas de Monte Alto	28 a 31	28 a 33
Paratinga		31 a 33
Paripiranga	08 a 15	08 a 17
Pau Brasil	05 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Pé de Serra		13 a 14
Pedrão	07 a 18	06 a 18
Pedro Alexandre	11 a 14	10 a 16
Pindaí		29 a 32
Pindobaçu		12 a 16
Piraí do Norte	01 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Piripá	28 a 30	28 a 33
Planalto	06 a 16	28 a 34 + 05 a 18
Poções	08 a 15	28 a 33 + 05 a 17
Pojuca	06 a 18	05 a 18
Ponto Novo		13 a 16
Porto Seguro	28 a 32 + 01 a 17	28 a 18
Potiraguá	06 a 16	28 a 33 + 02 a 18
Prado	28 a 29 + 03 a 17	28 a 33 + 01 a 18
Presidente Jânio Quadros	28 a 29	28 a 33
Presidente Tancredo Neves	01 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Quijingue	13 a 14	12 a 16
Rafael Jambeiro	11 a 14	10 a 17
Retirolândia		13 a 16
Riachão das Neves	28 a 33	28 a 05
Riachão do Jacuípe	12 a 14	11 a 17
Riacho de Santana	28 a 31	28 a 33
Ribeira do Amparo	12 a 14	12 a 17
Ribeira do Pombal	13 a 15	12 a 17
Ribeirão do Largo	28 a 29	28 a 33
Rio Real	05 a 17	04 a 18
Salinas da Margarida	05 a 18	05 a 18
Salvador	06 a 18	05 a 18
Santa Bárbara	10 a 16	10 a 18
Santa Cruz Cabrália	28 a 30 + 03 a 17	28 a 18
Santa Cruz da Vitória	11 a 15	07 a 17
Santa Inês		13 a 16
Santa Luzia	02 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Santa Maria da Vitória	28 a 33	28 a 34
Santa Rita de Cássia	28 a 33 + 01 a 02	28 a 06
Santa Teresinha	09 a 15	08 a 18
Santaluz		12 a 16
Santana	28 a 29	28 a 33
Santanópolis	10 a 16	10 a 18
Santo Amaro	05 a 18	05 a 18
Santo Antônio de Jesus	04 a 18	01 a 18
Santo Estêvão	08 a 17	07 a 18
São Desidério	28 a 05	28 a 06
São Felipe	05 a 18	04 a 18
São Félix	05 a 18	05 a 18
São Félix do Coribe	28 a 32	28 a 34
São Francisco do Conde	05 a 18	05 a 18
São Gonçalo dos Campos	07 a 18	06 a 18
São José da Vitória	01 a 17	28 a 33 + 01 a 18
São Miguel das Matas	01 a 18	36 a 18
São Sebastião do Passé	05 a 18	05 a 18
Sapeaçu	05 a 18	05 a 18
Sátiro Dias	11 a 16	09 a 18
Saubara	05 a 18	05 a 18
Saúde		11 a 16
Sebastião Laranjeiras	28 a 32	28 a 34
Senhor do Bonfim	12 a 13	11 a 16
Serra do Ramalho	28 a 32	28 a 34
Serra Dourada		28 a 33
Serra Preta	11 a 15	10 a 18
Serrinha	11 a 16	11 a 18
Simões Filho	05 a 18	05 a 18
Sítio do Mato		31 a 33
Sítio do Quinto	11 a 15	10 a 17
Tabocas do Brejo Velho	28 a 32	28 a 34
Tanhaçu		28 a 33
Tanque Novo		29 a 32
Tanquinho	11 a 16	10 a 18
Taperoá	01 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Teixeira de Freitas	28 a 29 + 07 a 17	28 a 34 + 03 a 18
Teodoro Sampaio	06 a 18	05 a 18
Teofilândia	12 a 15	12 a 18
Teolândia	01 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Terra Nova	06 a 18	05 a 18
Tremedal	28 a 30	28 a 33
Tucano	12 a 15	12 a 17
Ubaíra	05 a 17	36 a 18
Ubaitaba	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ubatã	04 a 17	28 a 29 + 36 a 18
Uma	02 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Urandi	29 a 30	29 a 31
Uruçuca	03 a 17	28 a 30 + 36 a 18
Valença	01 a 18	35 a 18
Valente		12 a 16
Varzedo	05 a 18	01 a 18
Vera Cruz	05 a 18	02 a 18
Vereda	28 a 32 + 04 a 17	28 a 18
Vitória da Conquista	28 a 30	28 a 34 + 13 a 16
Wanderley	29 a 32	28 a 34
Wenceslau Guimarães	02 a 18	28 a 29 + 36 a 18

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acajutiba	06 a 16	05 a 18
Adustina	12 a 15	11 a 18
Água Fria	10 a 16	10 a 18
Aiquara	07 a 16	05 a 18
Alagoinhas	07 a 17	06 a 18
Alcobaça	28 a 29 + 06 a 17	28 a 32 + 05 a 18
Almadina	07 a 15	05 a 17
Amargosa	06 a 17	01 a 18
Amélia Rodrigues	07 a 17	06 a 18
Anagé	29 a 30	28 a 29
Angical	29 a 32	28 a 32 + 01 a 02
Anguera	09 a 16	09 a 18
Antas	11 a 16	11 a 18
Antônio Cardoso	08 a 17	07 a 18
Antônio Gonçalves		12 a 14
Aporá	07 a 17	06 a 18
Apuarema	05 a 17	05 a 18
Araças	07 a 17	06 a 18
Aracatu		29 a 32
Araci		12 a 13
Aramari	08 a 17	07 a 18
Arataca	04 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Aratuípe	02 a 17	03 a 18
Aurelino Leal	05 a 17	01 a 18
Baianópolis	29 a 32	28 a 02
Baixa Grande	13 a 14	11 a 15
Banzaê	13 a 14	13 a 16
Barra	32 a 33	30 a 33
Barra do Choça	08 a 15	28 a 32 + 05 a 16
Barra do Rocha	05 a 17	05 a 18
Barreiras	28 a 03	28 a 05
Barrocas		12 a 14
Barro Preto	04 a 17	01 a 18
Belmonte	03 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Belo Campo	29 a 30	28 a 32
Biritinga	12 a 15	11 a 16
Boa Nova	07 a 15	07 a 17
Bom Jesus da Lapa	30 a 31	29 a 31
Bom Jesus da Serra		29 a 30 + 10 a 14
Botuporã		29 a 31
Brejões		12 a 16
Brejolândia		28 a 31
Brumado		29 a 31
Buerarema	04 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Buritirama	30 a 31	29 a 33
Caatiba	12 a 14	28 a 29 + 07 a 15
Cabaceiras do Paraguaçu	08 a 17	06 a 18
Cachoeira	06 a 17	05 a 18
Caetanos		28 a 29
Caetité		29 a 32
Cairu	02 a 17	35 a 18
Camacan	03 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Camaçari	06 a 17	05 a 18
Camamu	01 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Canápolis	29 a 31	29 a 32
Canavieiras	04 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Candeal	11 a 16	11 a 17
Candeias	06 a 17	05 a 18
Candiba		29 a 32
Cândido Sales	28 a 30	28 a 32
Caraíbas		29 a 32
Caravelas	28 a 29 + 14 a 16	28 a 32 + 06 a 17
Cardeal da Silva	06 a 17	05 a 18
Carinhanha	29 a 32	29 a 32
Castro Alves	7 a 17	6 a 18
Catolândia	29 a 32	28 a 02
Catu	07 a 17	06 a 18
Caturama		29 a 30
Cícero Dantas	12 a 14	12 a 16
Cipó	12 a 15	12 a 16
Coaraci	07 a 16	05 a 17
Cocos	28 a 35	28 a 03
Conceição da Feira	07 a 17	06 a 18
Conceição do Almeida	05 a 17	05 a 18
Conceição do Coité		12 a 14
Conceição do Jacuípe	07 a 17	06 a 18
Conde	05 a 17	05 a 18
Condeúba		29 a 32
Contendas do Sincorá		29 a 31
Coração de Maria	07 a 17	06 a 18
Cordeiros	28 a 29	28 a 32
Coribe	29 a 32	28 a 33
Coronel João Sá	12 a 15	12 a 16
Correntina	28 a 04	28 a 05
Cotegipe	29 a 32	28 a 32 + 01 a 02
Cravolândia	07 a 17	05 a 18
Crisópolis	07 a 08 + 11 a 15	06 a 17
Cristópolis	29 a 32	28 a 32
Cruz das Almas	06 a 17	05 a 18
Dário Meira	07 a 16	05 a 17
Dias d'Ávila	06 a 17	05 a 18
Dom Macedo Costa	05 a 17	05 a 18
Elísio Medrado	06 a 17	05 a 18
Encruzilhada		28 a 32
Entre Rios	06 a 17	05 a 18
Esplanada	05 a 17	05 a 18
Euclides da Cunha		13 a 14
Eunápolis	28 a 30 + 04 a 16	28 a 18
Fátima	12 a 14	12 a 16
Feira da Mata	29 a 32	28 a 33
Feira de Santana	08 a 17	08 a 18
Firmino Alves	12 a 13	07 a 15
Floresta Azul	07 a 14	07 a 16
Formosa do Rio Preto	28 a 01	28 a 03
Gandu	03 a 17	36 a 18
Gongogi	07 a 17	05 a 18
Governador Mangabeira	06 a 17	06 a 18
Guajeru		29 a 30
Guanambi		29 a 31
Guaratinga	28 a 31 + 01 a 17	28 a 32 + 35 a 18
Heliópolis	12 a 14	12 a 15
Ibicaraí	07 a 16	04 a 17
Ibicuí	07 a 15	05 a 17
Ibipitanga		30 a 31
Ibirapitanga	04 a 17	36 a 18
Ibirapuã	28 a 29	28 a 32 + 15 a 16
Ibirataia	05 a 17	05 a 18
Ibotirama	32 a 33	31 a 33
Ichu	12 a 15	11 a 16
Igaporã		29 a 32
Igrapiúna	01 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Iguaí	07 a 15	05 a 17
Ilhéus	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Inhambupe	08 a 17	08 a 18
Ipecaetá	09 a 15	09 a 17
Ipiaú	07 a 17	05 a 18
Ipirá	13 a 14	11 a 15
Irajuba		12 a 13
Irará	08 a 17	08 a 18
Itabela	28 a 31 + 1 a 17	28 a 18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Itabuna	05 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itacaré	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itagi	07 a 15	06 a 17
Itagibá	07 a 17	05 a 18
Itagimirim	28 a 29 + 06 a 16	28 a 32 + 36 a 17
Itaju do Colônia		07 a 14
Itajuípe	07 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itamaraju	28 a 31 + 04 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Itamari	05 a 17	01 a 18
Itambé		28 a 32 + 11 a 14
Itanagra	06 a 17	06 a 18
Itanhém	28 a 31 + 06 a 09	28 a 32 + 3 a 17
Itaparica	06 a 17	06 a 18
Itapé	07 a 15	03 a 17
Itapebi	06 a 16	28 a 18
Itapetinga		11 a 14
Itapicuru	12 a 14	12 a 16
Itapitanga	07 a 16	05 a 17
Itaquara	07 a 16	05 a 18
Itarantim	11 a 14	28 a 32 + 07 a 17
Itatim	10 a 14	10 a 16
Itiruçu		13 a 14
Itororó		07 a 14
Ituaçu		30 a 31
Ituberá	01 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Iuiú	29 a 31	29 a 32
Jaborandi	28 a 04	28 a 05
Jaguaquara	07 a 16	05 a 18
Jaguaripe	02 a 17	01 a 18
Jandaíra	05 a 17	05 a 18
Jequié		11 a 15
Jiquiriçá	01 a 17	01 a 18
Jitaúna	07 a 16	05 a 17
Jucuruçu	28 a 31 + 06 a 16	28 a 32 + 01 a 18
Jussari	06 a 16	28 a 29 + 03 a 17
Laje	01 a 17	01 a 18
Lajedão	28 a 31	28 a 32 + 15 a 16
Lajedo do Tabocal		13 a 14
Lamarão	11 a 16	11 a 17
Lauro de Freitas	06 a 17	05 a 18
Luís Eduardo Magalhães	28 a 03	28 a 05
Macarani		28 a 32
Macaúbas		30 a 31
Madre de Deus	06 a 17	05 a 18
Maetinga		29 a 32
Maiquinique		28 a 32 + 11 a 12
Malhada	29 a 32	29 a 32
Malhada de Pedras		29 a 30
Manoel Vitorino		28 a 29
Mansidão	29 a 32	29 a 03
Maragogipe	05 a 17	05 a 18
Maraú	03 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Mascote	03 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Mata de São João	06 a 17	05 a 18
Matina		29 a 32
Medeiros Neto	28 a 31	28 a 32 + 05 a 16
Milagres	10 a 15	09 a 17
Mirangaba		12 a 14
Mirante		28 a 29
Monte Santo		13 a 14
Morpará		30 a 32
Mucugê		28 a 29
Mucuri	28 a 31	28 a 32 + 15 a 16
Muniz Ferreira	05 a 17	03 a 18
Muquém de São Francisco		31 a 32
Muritiba	06 a 17	06 a 18
Mutuípe	01 a 17	01 a 18
Nazaré	05 a 17	05 a 18
Nilo Peçanha	01 a 17	35 a 18
Nova Canaã	12 a 14	07 a 16
Nova Ibiá	05 a 17	01 a 18
Nova Soure	12 a 16	10 a 17
Nova Viçosa	28 a 29 + 14 a 15	28 a 32 + 07 a 17
Novo Triunfo	11 a 16	11 a 17
Olindina	12 a 15	10 a 17
Ouriçangas	08 a 17	08 a 18
Palmas de Monte Alto	29 a 30	29 a 32
Paripiranga	11 a 16	11 a 18
Pau Brasil	05 a 17	28 a 30 + 03 a 18
Pedrão	08 a 17	06 a 18
Pedro Alexandre	12 a 13	12 a 14
Pindobaçu		12 a 14
Piraí do Norte	01 a 17	35 a 18
Piripá	28 a 29	28 a 32
Planalto	08 a 15	28 a 32 + 05 a 16
Poções	08 a 15	29 a 32 + 06 a 16
Pojuca	06 a 17	06 a 18
Porto Seguro	28 a 31 + 01 a 17	28 a 18
Potiraguá	06 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Prado	28 a 29 + 04 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Presidente Jânio Quadros		29 a 32
Presidente Tancredo Neves	01 a 17	35 a 18
Quijingue		13 a 14
Rafael Jambeiro		11 a 15
Retirolândia		12 a 14
Riachão das Neves	28 a 01	28 a 03
Riachão do Jacuípe	12 a 14	12 a 16
Riacho de Santana		29 a 32
Ribeira do Amparo	12 a 14	13 a 15
Ribeira do Pombal	12 a 14	13 a 15
Ribeirão do Largo		28 a 32
Rio Real	06 a 16	05 a 18
Salinas da Margarida	06 a 17	05 a 18
Salvador	05 a 17	05 a 18
Santa Bárbara	10 a 16	11 a 17
Santa Cruz Cabrália	28 a 29 + 03 a 17	28 a 18
Santa Cruz da Vitória	12 a 14	07 a 16
Santa Luzia	03 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Santa Maria da Vitória	29 a 32	28 a 33
Santa Rita de Cássia	29 a 33 + 01 a 02	28 a 03
Santa Teresinha	09 a 15	09 a 17
Santaluz		12 a 13
Santana	29 a 31	29 a 31
Santanópolis	10 a 16	10 a 18
Santo Amaro	06 a 17	05 a 18
Santo Antônio de Jesus	05 a 17	03 a 18
Santo Estêvão	08 a 16	08 a 18
São Desidério	28 a 04	28 a 05
São Felipe	05 a 17	05 a 18
São Félix	06 a 17	05 a 18
São Félix do Coribe	29 a 31	29 a 32
São Francisco do Conde	06 a 17	05 a 18
São Gonçalo dos Campos	08 a 17	06 a 18
São José da Vitória	01 a 16	28 a 32 + 01 a 17
São Miguel das Matas	03 a 17	01 a 18
São Sebastião do Passé	06 a 17	06 a 18
Sapeaçu	06 a 17	05 a 18
Sátiro Dias	11 a 15	10 a 16
Saubara	06 a 17	05 a 18
Saúde		12 a 14
Sebastião Laranjeiras	29 a 31	29 a 32
Senhor do Bonfim		12 a 14
Serra do Ramalho	29 a 31	29 a 32
Serra Dourada		28 a 31
Serra Preta	11 a 15	11 a 16
Serrinha	12 a 15	11 a 17
Simões Filho	06 a 17	05 a 18
Sítio do Quinto	11 a 15	12 a 16
Tabocas do Brejo Velho	29 a 31	28 a 32
Tanhaçu		28 a 29
Tanquinho	11 a 16	11 a 17
Taperoá	01 a 17	35 a 18
Teixeira de Freitas	28 a 29 + 06 a 16	28 a 32 + 04 a 18
Teodoro Sampaio	07 a 17	06 a 18
Teofilândia	13 a 14	12 a 16
Teolândia	01 a 17	35 a 18
Terra Nova	07 a 17	06 a 18
Tremedal	28 a 29	28 a 32
Tucano	13 a 14	12 a 15
Ubaíra	05 a 17	01 a 18
Ubaitaba	04 a 17	01 a 18
Ubatã	05 a 17	01 a 18
Una	04 a 17	28 a 31 + 01 a 18
Urandi		29 a 30
Uruçuca	04 a 17	28 a 29 + 1 a 18
Valença	01 a 17	01 a 18
Valente		12 a 13
Varzedo	05 a 17	03 a 18
Vera Cruz	06 a 17	03 a 18
Vereda	28 a 31 + 05 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Vitória da Conquista	29 a 30	28 a 32
Wanderley	29 a 31	29 a 32
Wenceslau Guimarães	05 a 17	36 a 18

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acajutiba	04 a 16	05 a 18
Adustina	11 a 15	11 a 15
Água Fria	10 a 16	10 a 17
Aiquara	07 a 16	05 a 17
Alagoinhas	07 a 17	06 a 18
Alcobaça	28 a 29 + 06 a 17	28 a 30 + 05 a 18
Almadina	07 a 15	05 a 16
Amargosa	06 a 17	01 a 18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Amélia Rodrigues	07 a 17	06 a 18
Anagé	29 a 30	28 a 29
Angical	29 a 31	28 a 32 + 01 a 02
Anguera	09 a 16	09 a 18
Antas	11 a 16	11 a 18
Antônio Cardoso	07 a 18	06 a 18
Antônio Gonçalves		12 a 14
Aporá	07 a 17	06 a 18
Apuarema	05 a 17	05 a 18
Araças	07 a 17	06 a 18
Aracatu		29 a 30
Aramari	07 a 18	06 a 18
Arataca	04 a 17	28 a 30 + 03 a 18
Aratuípe	02 a 17	02 a 18
Aurelino Leal	05 a 16	01 a 17
Baianópolis	29 a 31	28 a 32 + 01 a 02
Banzaê	12 a 14	12 a 15
Barra	32 a 33	29 a 33
Barra do Choça	08 a 15	28 a 32 + 05 a 15
Barra do Rocha	05 a 17	05 a 18
Barreiras	28 a 02	28 a 03
Barrocas		12 a 14
Belmonte	03 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Belo Campo		28 a 31
Biritinga	11 a 15	10 a 16
Boa Nova	07 a 15	07 a 16
Bom Jesus da Lapa	30 a 31	29 a 31
Bom Jesus da Serra		29 a 30 + 11 a 14
Botuporã		29 a 30
Brejões	12 a 13	10 a 14
Brejolândia		28 a 31
Brumado		28 a 30
Buerarema	04 a 16	28 a 31 + 01 a 17
Buritirama	30 a 31	29 a 32
Caatiba	12 a 14	28 a 29 + 07 a 15
Cabaceiras do Paraguaçu	08 a 17	06 a 18
Cachoeira	06 a 17	05 a 18
Caetanos		28 a 29
Caetité		28 a 31
Cairu	02 a 17	35 a 18
Camacan	03 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Camaçari	06 a 17	05 a 18
Camamu	01 a 17	35 a 18
Canápolis	29 a 31	29 a 32
Canavieiras	04 a 16	28 a 30 + 02 a 18
Candeal	11 a 15	11 a 16
Candeias	06 a 17	05 a 18
Candiba		29 a 32
Cândido Sales	28 a 30	28 a 31
Caraíbas		29 a 31
Caravelas	28 a 29 + 14 a 16	28 a 32 + 06 a 17
Cardeal da Silva	06 a 18	05 a 18
Carinhanha	29 a 31	29 a 32
Castro Alves	07 a 17	06 a 18
Catolândia	29 a 32	28 a 02
Catu	07 a 17	06 a 18
Cícero Dantas	12 a 14	12 a 15
Cipó	12 a 14	12 a 15
Coaraci	07 a 15	05 a 16
Cocos	28 a 33	28 a 01
Conceição da Feira	07 a 17	06 a 18
Conceição do Almeida	05 a 17	05 a 18
Conceição do Coité		12 a 13
Conceição do Jacuípe	07 a 17	06 a 18
Conde	05 a 17	05 a 18
Condeúba		29 a 31
Contendas do Sincorá		29 a 31
Coração de Maria	07 a 17	06 a 18
Cordeiros	28 a 29	28 a 31
Coribe	28 a 32	28 a 32
Coronel João Sá	11 a 15	11 a 15
Correntina	28 a 04	28 a 04
Cotegipe	28 a 32	28 a 32 + 01 a 02
Cravolândia	07 a 17	05 a 18
Crisópolis	07 a 08 + 11 a 15	06 a 17
Cristópolis	29 a 31	28 a 32
Cruz das Almas	06 a 17	05 a 18
Dário Meira	07 a 15	05 a 16
Dias d'Ávila	06 a 17	05 a 18
Dom Macedo Costa	05 a 17	05 a 18
Elísio Medrado	06 a 17	05 a 18
Encruzilhada		28 a 31
Entre Rios	06 a 17	05 a 18
Esplanada	05 a 17	05 a 18
Euclides da Cunha		13 a 14
Eunápolis	28 a 30 + 04 a 16	28 a 17
Fátima	12 a 14	12 a 15
Feira da Mata	29 a 32	28 a 33
Feira de Santana	08 a 17	08 a 18
Firmino Alves	12 a 13	07 a 15
Floresta Azul	07 a 14	07 a 16
Formosa do Rio Preto	28 a 01	28 a 03
Gandu	36 a 18	35 a 18
Gongogi	07 a 16	05 a 17
Governador Mangabeira	06 a 17	06 a 18
Guajeru		29 a 30
Guanambi	28 a 29	28 a 31
Guaratinga	28 a 31 + 01 a 16	28 a 17
Heliópolis	12 a 14	12 a 14
Ibicaraí	07 a 16	04 a 17
Ibicuí	07 a 15	05 a 16
Ibirapitanga	04 a 17	36 a 18
Ibirapuã	28 a 29	28 a 32 + 15 a 16
Ibirataia	05 a 17	05 a 18
Ichu	12 a 15	11 a 16
Igaporã		29 a 31
Igrapiúna	01 a 17	35 a 18
Iguaí	07 a 15	05 a 16
Ilhéus	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Inhambupe	08 a 17	08 a 18
Ipecaetá	09 a 15	09 a 17
Ipiaú	03 a 17	03 a 17
Ipirá		11 a 13
Irajuba		12 a 13
Irará	08 a 17	08 a 18
Itabela	28 a 31 + 01 a 17	28 a 18
Itabuna	05 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itacaré	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itagi	07 a 15	06 a 16
Itagibá	07 a 16	05 a 17
Itagimirim	28 a 29 + 06 a 16	28 a 29 + 36 a 17
Itaju do Colônia		07 a 14
Itajuípe	07 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itamaraju	28 a 31 + 04 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Itamari	05 a 17	01 a 18
Itambé		28 a 31 + 11 a 14
Itanagra	06 a 17	06 a 18
Itanhém	28 a 31 + 06 a 09	28 a 32 + 03 a 16
Itaparica	06 a 17	06 a 18
Itapé	03 a 16	28 a 29 + 01 a 17
Itapebi	06 a 16	28 a 18
Itapetinga		11 a 14
Itapicuru	12 a 14	12 a 15
Itapitanga	07 a 16	05 a 17
Itaquara	07 a 16	05 a 18
Itarantim	11 a 14	28 a 32 + 07 a 16
Itatim	10 a 14	10 a 15
Itiruçu		13 a 14
Itororó		07 a 14
Ituaçu		30 a 31
Ituberá	01 a 17	35 a 18
Iuiú	29 a 31	29 a 32
Jaborandi	28 a 03	28 a 04
Jaguaquara	07 a 16	05 a 18
Jaguaripe	02 a 17	01 a 18
Jandaíra	05 a 17	05 a 18
Jequié		11 a 15
Jiquiriçá	01 a 17	01 a 18
Jitaúna	07 a 16	05 a 17
Jucuruçu	28 a 31 + 06 a 16	28 a 32 + 01 a 17
Jussari	06 a 16	28 a 29 + 03 a 17
Laje	01 a 17	01 a 18
Lajedão	28 a 31	28 a 32
Lamarão	11 a 16	11 a 17
Lauro de Freitas	06 a 17	05 a 18
Luís Eduardo Magalhães	28 a 03	28 a 05
Macarani		28 a 31
Macaúbas		30 a 31
Madre de Deus	06 a 17	05 a 18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Maetinga		29 a 31
Maiquinique	28 a 29	28 a 31 + 11 a 12
Malhada	29 a 31	29 a 32
Malhada de Pedras		29 a 30
Manoel Vitorino		28 a 29
Mansidão	29 a 32	29 a 03
Maragogipe	05 a 17	05 a 18
Maraú	03 a 17	35 a 18
Mascote	03 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Mata de São João	06 a 17	05 a 18
Matina		29 a 31
Medeiros Neto	28 a 31	28 a 32 + 05 a 16
Milagres	10 a 15	09 a 17
Mirante		28 a 29
Morpará		30 a 31
Mucugê		28 a 29
Mucuri	28 a 31	28 a 32
Muniz Ferreira	05 a 17	03 a 18
Muquém de São Francisco		31 a 32
Muritiba	06 a 17	06 a 18
Mutuípe	35 a 18	35 a 18
Nazaré	05 a 17	05 a 18
Nilo Peçanha	01 a 17	35 a 18
Nova Canaã		07 a 15
Nova Ibiá	05 a 17	01 a 18
Nova Soure	12 a 16	10 a 16
Nova Viçosa	28 a 29 + 14 a 15	28 a 31 + 07 a 16
Novo Triunfo	11 a 15	11 a 16
Olindina	12 a 15	10 a 16
Ouriçangas	08 a 17	08 a 18
Palmas de Monte Alto	28 a 31	28 a 32
Paripiranga	11 a 16	11 a 18
Pau Brasil	05 a 16	28 a 30 + 03 a 18
Pedrão	08 a 17	06 a 18
Pedro Alexandre	12 a 13	12 a 14
Piraí do Norte	01 a 17	35 a 18
Piripá	28 a 29	28 a 31
Planalto	08 a 15	28 a 32 + 05 a 15
Poções	08 a 09 + 12 a 14	06 a 15
Pojuca	06 a 17	06 a 18
Porto Seguro	28 a 31 + 01 a 17	28 a 18
Potiraguá	06 a 16	28 a 31 + 03 a 18
Prado	28 a 29 + 4 a 17	28 a 31 + 03 a 18
Presidente Jânio Quadros		29 a 31
Presidente Tancredo Neves	01 a 17	35 a 18
Quijingue		13 a 14
Rafael Jambeiro		11 a 13
Riachão das Neves	28 a 01	28 a 02
Riachão do Jacuípe	12 a 14	12 a 14
Riacho de Santana		29 a 32
Ribeira do Amparo	13 a 14	13 a 14
Ribeira do Pombal	12 a 14	13 a 15
Ribeirão do Largo		28 a 31
Rio Real	06 a 16	05 a 18
Salinas da Margarida	06 a 17	05 a 18
Salvador	05 a 17	05 a 18
Santa Bárbara	10 a 16	11 a 17
Santa Cruz Cabrália	28 a 29 + 04 a 16	28 a 32 + 36 a 17
Santa Cruz da Vitória	12 a 14	07 a 15
Santa Luzia	03 a 17	28 a 30 + 02 a 18
Santa Maria da Vitória	29 a 32	28 a 33
Santa Rita de Cássia	29 a 33 + 01 a 02	28 a 03
Santa Teresinha	09 a 15	09 a 17
Santana	29 a 31	29 a 31
Santanópolis	10 a 16	10 a 18
Santo Amaro	06 a 17	05 a 18
Santo Antônio de Jesus	05 a 17	03 a 18
Santo Estêvão	08 a 16	08 a 18
São Desidério	28 a 04	28 a 05
São Felipe	05 a 17	05 a 18
São Félix	06 a 17	05 a 18
São Félix do Coribe	28 a 31	28 a 32
São Francisco do Conde	06 a 17	05 a 18
São Gonçalo dos Campos	08 a 17	06 a 18
São José da Vitória	01 a 16	28 a 31 + 01 a 17
São Miguel das Matas	03 a 17	01 a 18
São Sebastião do Passé	06 a 17	06 a 18
Sapeaçu	06 a 17	05 a 18
Sátiro Dias	11 a 15	10 a 16
Saubara	06 a 17	05 a 18
Sebastião Laranjeiras	28 a 31	28 a 32
Senhor do Bonfim		12 a 14
Serra do Ramalho	29 a 31	29 a 32
Serra Dourada		28 a 31
Serra Preta	11 a 15	11 a 16
Serrinha	12 a 15	11 a 16
Simões Filho	06 a 17	05 a 18
Sítio do Quinto	11 a 14	12 a 15
Tabocas do Brejo Velho	28 a 31	28 a 32
Tanhaçu		28 a 29
Tanquinho	11 a 16	11 a 17
Taperoá	01 a 17	35 a 18
Teixeira de Freitas	28 a 29 + 06 a 16	28 a 32 + 04 a 17
Teodoro Sampaio	07 a 17	06 a 18
Teofilândia	13 a 14	12 a 14
Teolândia	01 a 17	35 a 18
Terra Nova	07 a 17	06 a 18
Tremedal	28 a 29	28 a 31
Tucano	13 a 14	12 a 14
Ubaíra	05 a 17	01 a 18
Ubaitaba	04 a 17	01 a 18
Ubatã	05 a 17	01 a 18
Una	04 a 16	28 a 30 + 01 a 18
Urandi		29 a 30
Uruçuca	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Valença	01 a 17	01 a 18
Varzedo	05 a 17	03 a 18
Vera Cruz	06 a 17	03 a 18
Vereda	28 a 31 + 05 a 16	28 a 32 + 01 a 18
Vitória da Conquista		28 a 31
Wanderley	29 a 31	29 a 32
Wenceslau Guimarães	05 a 17	36 a 18

PORTARIA Nº 177, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado do Ceará, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 190 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 13 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 75$ dias); Grupo II ($75 \text{ dias} \leq n \geq 85$ dias); e Grupo III ($n > 85$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS PARAGUAÇU, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Juruá, BR 17-Gurguéia;

UFC: Setentão, Sempre Verde, Quarenta Dias, Pitiúb, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206 e Miranda IPA 207.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado do Ceará obteve enquadramento no grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 6	1 a 8
Acarape	4 a 8	2 a 9
Acaraú	1 a 8	1 a 9
Acopiara	3 a 7	2 a 8
Aiuaba	3 a 5	3 a 7
Alcântaras	1 a 9	1 a 9
Altaneira	1 a 7	1 a 8
Alto Santo	4 a 5	4 a 6
Amontada	3 a 8	2 a 8
Antonina do Norte	3 a 5	3 a 7
Apuiarés	4 a 6	4 a 8
Aquiraz	3 a 9	2 a 9
Aracati	4 a 5	4 a 7
Aracoiaba	4 a 8	4 a 9
Ararendá	3 a 7	3 a 8
Araripe	1 a 7	1 a 8
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz	4 a 5	3 a 7
Assaré	1 a 6	1 a 8
Aurora	1 a 7	1 a 8
Baixio	3 a 6	2 a 7
Banabuiú	6 a 7	4 a 8
Barbalha	1 a 7	1 a 8
Barreira	4 a 8	4 a 9
Barro	1 a 7	1 a 8
Barroquinha	1 a 8	1 a 9
Baturité	1 a 9	1 a 9
Beberibe	4 a 7	4 a 8
Bela Cruz	2 a 8	1 a 8
Boa Viagem	4 a 8	4 a 9
Brejo Santo	1 a 6	1 a 7
Camocim	1 a 9	1 a 9
Campos Sales	2 a 6	1 a 7
Canindé	3 a 8	2 a 9
Capistrano	2 a 9	1 a 9
Caridade	1 a 9	1 a 9
Cariré	1 a 8	1 a 9
Caririaçu	1 a 7	1 a 8
Cariús	1 a 7	1 a 8
Carnaubal	1 a 9	1 a 9
Cascavel	4 a 8	4 a 9
Catarina	3 a 7	2 a 9
Catunda	4 a 7	4 a 8
Caucaia	2 a 9	1 a 9
Cedro	1 a 6	1 a 8
Chaval	1 a 8	1 a 9
Choró	4 a 7	3 a 9
Chorozinho	4 a 8	4 a 9
Coreaú	1 a 9	1 a 9
Crateús	4 a 7	3 a 8
Crato	1 a 7	1 a 8
Croatá	3 a 8	1 a 9
Cruz	2 a 8	1 a 8
Deputado Irapuan Pinheiro	5 a 6	4 a 8
Ererê	7 a 8	4 a 8
Eusébio	2 a 9	2 a 9
Farias Brito	1 a 7	1 a 8
Forquilha	3 a 6	2 a 7
Fortaleza	2 a 9	1 a 9
Fortim	4 a 5	3 a 7
Frecheirinha	1 a 9	1 a 9
General Sampaio	4 a 6	4 a 8
Graça	1 a 9	1 a 9
Granja	1 a 9	1 a 9
Granjeiro	1 a 7	1 a 8
Groaíras	3 a 6	2 a 7
Guaiúba	2 a 9	1 a 9
Guaraciaba do Norte	1 a 9	1 a 9
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	3 a 8	1 a 8
Horizonte	4 a 8	4 a 9
Ibaretama	4 a 5	3 a 9
Ibiapina	1 a 9	1 a 9
Ibicuitinga	4 a 5	4 a 8
Icapuí	4 a 6	4 a 8
Icó	4 a 5	3 a 8
Iguatu	3 a 6	1 a 8
Independência	4 a 5	3 a 7
Ipaporanga	4 a 7	3 a 8
Ipaumirim	3 a 7	2 a 7
Ipu	1 a 9	1 a 9
Ipueiras	3 a 8	1 a 9
Iracema		4 a 8
Irauçuba	4 a 5	4 a 7
Itaiçaba		4 a 6
Itaitinga	2 a 9	2 a 9
Itapagé	2 a 8	1 a 9
Itapipoca	2 a 8	1 a 9
Itapiúna	2 a 8	2 a 9
Itarema	1 a 8	1 a 9
Itatira	4 a 8	4 a 9
Jaguaretama		4 a 8
Jaguaribara	4 a 5	4 a 8
Jaguaribe	4 a 5	4 a 8
Jaguaruana		4 a 6
Jardim	1 a 6	1 a 7
Jati	1 a 6	1 a 6
Jijoca de Jericoacoara	1 a 8	1 a 8
Juazeiro do Norte	1 a 7	1 a 8
Jucás	1 a 6	1 a 8
Lavras da Mangabeira	1 a 7	1 a 8
Limoeiro do Norte	4 a 5	4 a 8
Madalena	4 a 5	4 a 8
Maracanaú	2 a 9	1 a 9
Maranguape	1 a 9	1 a 9
Marco	1 a 8	1 a 8
Martinópole	1 a 8	1 a 9
Massapê	1 a 9	1 a 9
Mauriti	1 a 6	1 a 7
Meruoca	1 a 9	1 a 9
Milagres	1 a 7	1 a 7
Milhã	7 a 8	4 a 9
Miraíma	4 a 6	4 a 8
Missão Velha	1 a 7	1 a 8
Mombaça	5 a 8	4 a 9
Monsenhor Tabosa	4 a 8	4 a 9
Morada Nova	4 a 5	4 a 8
Moraújo	1 a 8	1 a 9
Morrinhos	3 a 8	3 a 8
Mucambo	1 a 9	1 a 9
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 6	1 a 8
Nova Russas	4 a 8	4 a 8
Novo Oriente	3 a 6	3 a 7
Ocara	4 a 6	4 a 8
Orós	3 a 4	3 a 8
Pacajus	4 a 8	4 a 9
Pacatuba	2 a 9	2 a 9
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 8	1 a 9
Palhano		4 a 6
Palmácia	1 a 9	1 a 9
Paracuru	3 a 8	2 a 9
Paraipaba	3 a 9	2 a 9
Parambu		3 a 7
Paramoti	4 a 5	4 a 8
Pedra Branca	4 a 8	4 a 9
Penaforte	1 a 5	1 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pentecoste	4 a 8	2 a 8
Pereiro	4 a 8	3 a 9
Pindoretama	4 a 8	4 a 9
Piquet Carneiro	4 a 6	4 a 8
Pires Ferreira	1 a 8	1 a 9
Poranga	3 a 8	2 a 9
Porteiras	1 a 6	1 a 7
Potengi	1 a 6	1 a 8
Potiretama		4 a 8
Quiterianópolis	3 a 4	1 a 8
Quixadá	4 a 5	4 a 8
Quixelô	5 a 6	4 a 9
Quixeramobim	4 a 8	4 a 8
Quixeré		4 a 6
Redenção	1 a 9	1 a 9
Reriutaba	1 a 9	1 a 9
Russas	4 a 5	4 a 7
Saboeiro	3 a 5	3 a 7
Salitre	1 a 6	1 a 7
Santa Quitéria	3 a 8	2 a 9
Santana do Acaraú	1 a 8	1 a 9
Santana do Cariri	1 a 7	1 a 8
São Benedito	1 a 9	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	2 a 8	2 a 8
São João do Jaguaribe	4 a 5	4 a 8
São Luís do Curu	4 a 8	2 a 8
Senador Pompeu	4 a 8	4 a 9
Senador Sá	1 a 8	1 a 9
Sobral	1 a 8	1 a 9
Solonópole		4 a 8
Tabuleiro do Norte		4 a 6
Tamboril	4 a 6	4 a 8
Tarrafas	3 a 6	2 a 7
Tauá		3 a 7
Tejuçuoca	4 a 6	4 a 8
Tianguá	1 a 9	1 a 9
Trairi	3 a 9	2 a 9
Tururu	2 a 8	2 a 9
Ubajara	1 a 9	1 a 9
Umari	4 a 6	3 a 7
Umirim	2 a 8	2 a 8
Uruburetama	1 a 8	1 a 9
Uruoca	1 a 8	1 a 9
Varjota	2 a 8	1 a 9
Várzea Alegre	1 a 7	1 a 8
Viçosa do Ceará	1 a 9	1 a 9

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 6	1 a 7
Acarape	3 a 7	1 a 8
Acaraú	1 a 7	1 a 8
Acopiara	2 a 7	1 a 8
Aiuaba	2 a 4	2 a 6
Alcântaras	1 a 8	1 a 9
Altaneira	1 a 6	1 a 8
Alto Santo		3 a 5
Amontada	2 a 7	1 a 8
Antonina do Norte	2 a 5	2 a 6
Apuiarés	3 a 6	3 a 7
Aquiraz	2 a 8	1 a 9
Aracati	4 a 5	3 a 6
Aracoiaba	3 a 8	2 a 8
Ararendá	2 a 7	1 a 7
Araripe	1 a 6	1 a 7
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz	3 a 5	2 a 6
Assaré	1 a 6	1 a 7
Aurora	1 a 6	1 a 7
Baixio	1 a 5	1 a 7
Banabuiú	5 a 6	3 a 7
Barbalha	1 a 6	1 a 7
Barreira	4 a 7	3 a 7
Barro	1 a 6	1 a 7
Barroquinha	1 a 8	1 a 8
Baturité	1 a 9	1 a 9
Beberibe	3 a 6	3 a 7
Bela Cruz	1 a 7	1 a 7
Boa Viagem	3 a 7	3 a 8
Brejo Santo	1 a 5	1 a 7
Camocim	1 a 8	1 a 8
Campos Sales	1 a 5	1 a 6
Canindé	2 a 7	2 a 8
Capistrano	1 a 8	1 a 9
Caridade	1 a 9	1 a 9
Cariré	1 a 7	1 a 8
Caririaçu	1 a 7	1 a 7
Cariús	1 a 6	1 a 7
Carnaubal	1 a 9	1 a 9
Cascavel	3 a 7	3 a 8
Catarina	2 a 6	1 a 8
Catunda	3 a 7	3 a 8
Caucaia	1 a 8	1 a 9
Cedro	1 a 5	1 a 7
Chaval	1 a 8	1 a 8
Choró	3 a 7	2 a 8
Chorozinho	3 a 7	3 a 8
Coreaú	1 a 8	1 a 9
Crateús	3 a 6	3 a 7
Crato	1 a 6	1 a 7
Croatá	2 a 7	1 a 8
Cruz	1 a 7	1 a 8
Deputado Irapuan Pinheiro	4 a 5	3 a 7
Ererê	6 a 7	3 a 8
Eusébio	1 a 8	1 a 9
Farias Brito	1 a 6	1 a 7
Forquilha	2 a 5	1 a 6
Fortaleza	1 a 9	1 a 9
Fortim	3 a 5	3 a 6
Frecheirinha	1 a 8	1 a 9
General Sampaio	3 a 6	3 a 7
Graça	1 a 9	1 a 9
Granja	1 a 8	1 a 9
Granjeiro	1 a 6	1 a 7
Groaíras	2 a 5	1 a 6
Guaiúba	1 a 8	1 a 9
Guaraciaba do Norte	1 a 9	1 a 9
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	2 a 7	1 a 8
Horizonte	3 a 7	3 a 8
Ibaretama	3 a 6	3 a 8
Ibiapina	1 a 9	1 a 9
Ibicuitinga	4 a 5	3 a 7
Icapuí	4 a 5	3 a 7
Icó	3 a 5	1 a 7
Iguatu	2 a 7	1 a 7
Independência	3 a 4	3 a 6
Ipaporanga	3 a 7	2 a 8
Ipaumirim	3 a 6	1 a 7
Ipu	1 a 8	1 a 8
Ipueiras	3 a 7	1 a 8
Iracema		3 a 6
Irauçuba	3 a 5	3 a 6
Itaiçaba	4 a 5	4 a 5
Itaitinga	2 a 8	1 a 9
Itapagé	1 a 7	1 a 8
Itapipoca	1 a 7	1 a 8
Itapiúna	1 a 8	1 a 8
Itarema	1 a 8	1 a 8
Itatira	4 a 8	3 a 9
Jaguaretama		4 a 7
Jaguaribara		4 a 5
Jaguaribe		3 a 7
Jaguaruana		3 a 5
Jardim	1 a 5	1 a 6
Jati	1 a 5	1 a 6
Jijoca de Jericoacoara	1 a 7	1 a 7
Juazeiro do Norte	1 a 6	1 a 7
Jucás	1 a 6	1 a 7
Lavras da Mangabeira	1 a 6	1 a 7
Limoeiro do Norte		3 a 7
Madalena	4 a 7	3 a 8
Maracanaú	1 a 8	1 a 9
Maranguape	1 a 9	1 a 9
Marco	1 a 7	1 a 7
Martinópole	1 a 7	1 a 8
Massapê	1 a 8	1 a 9
Mauriti	1 a 6	1 a 7
Meruoca	1 a 8	1 a 9
Milagres	1 a 6	1 a 7
Milhã	5 a 7	4 a 8
Miraíma	3 a 6	3 a 7
Missão Velha	1 a 6	1 a 7
Mombaça	3 a 7	3 a 8
Monsenhor Tabosa	3 a 7	3 a 8
Morada Nova	3 a 4	3 a 7
Moraújo	1 a 8	1 a 8
Morrinhos	2 a 7	2 a 7
Mucambo	1 a 9	1 a 9
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 6	1 a 7
Nova Russas	3 a 7	1 a 7
Novo Oriente	3 a 5	2 a 6
Ocara	4 a 6	3 a 7
Orós	4 a 5	2 a 7
Pacajus	3 a 7	3 a 8
Pacatuba	1 a 8	1 a 9
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 7	1 a 8
Palhano	4 a 5	4 a 5
Palmácia	1 a 9	1 a 9
Paracuru	3 a 8	1 a 9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Paraipaba	3 a 8	3 a 9
Parambu	2 a 4	2 a 6
Paramoti	3 a 6	3 a 7
Pedra Branca	3 a 8	3 a 8
Penaforte	1 a 4	1 a 5
Pentecoste	3 a 7	1 a 8
Pereiro	3 a 7	2 a 8
Pindoretama	3 a 7	3 a 9
Piquet Carneiro	4 a 7	3 a 7
Pires Ferreira	1 a 7	1 a 8
Poranga	3 a 7	1 a 8
Porteiras	1 a 5	1 a 7
Potengi	1 a 6	1 a 7
Potiretama		3 a 6
Quiterianópolis	2 a 5	1 a 6
Quixadá	3 a 5	3 a 7
Quixelô	5 a 7	2 a 8
Quixeramobim	4 a 6	3 a 8
Quixeré		4 a 7
Redenção	1 a 8	1 a 9
Reriutaba	1 a 8	1 a 8
Russas	4 a 5	4 a 7
Saboeiro	2 a 5	2 a 6
Salitre	1 a 5	1 a 7
Santa Quitéria	2 a 7	1 a 8
Santana do Acaraú	1 a 7	1 a 8
Santana do Cariri	1 a 6	1 a 7
São Benedito	1 a 9	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	3 a 7	1 a 8
São João do Jaguaribe		3 a 7
São Luís do Curu	3 a 7	3 a 8
Senador Pompeu	3 a 7	3 a 8
Senador Sá	1 a 7	1 a 8
Sobral	1 a 7	1 a 8
Solonópole	4 a 5	4 a 7
Tabuleiro do Norte		3 a 7
Tamboril	3 a 5	3 a 7
Tarrafas	2 a 5	1 a 7
Tauá	3 a 5	2 a 7
Tejuçuoca	3 a 6	3 a 7
Tianguá	1 a 9	1 a 9
Trairi	2 a 8	1 a 9
Tururu	2 a 7	1 a 8
Ubajara	1 a 9	1 a 9
Umari	3 a 5	1 a 7
Umirim	2 a 7	1 a 8
Uruburetama	1 a 7	1 a 8
Uruoca	1 a 7	1 a 8
Varjota	1 a 7	1 a 8
Várzea Alegre	1 a 6	1 a 7
Viçosa do Ceará	1 a 9	1 a 9

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 5	1 a 6
Acarape	2 a 6	1 a 7
Acaraú	1 a 7	1 a 7
Acopiara	1 a 6	1 a 7
Aiuaba	1 a 4	1 a 5
Alcântaras	1 a 7	1 a 8
Altaneira	1 a 6	1 a 7
Alto Santo		2 a 4
Amontada	1 a 6	1 a 7
Antonina do Norte	1 a 4	1 a 5
Apuiarés	3 a 5	2 a 6
Aquiraz	1 a 7	1 a 8
Aracati	3 a 4	2 a 5
Aracoiaba	2 a 7	2 a 7
Ararendá	1 a 6	1 a 7
Araripe	1 a 5	1 a 6
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz		1 a 5
Assaré	1 a 5	1 a 6
Aurora	1 a 5	1 a 6
Baixio	1 a 5	1 a 6
Banabuiú	4 a 5	2 a 6
Barbalha	1 a 5	1 a 6
Barreira	3 a 6	3 a 7
Barro	1 a 5	1 a 6
Barroquinha	1 a 6	1 a 7
Baturité	1 a 9	1 a 9
Beberibe	2 a 5	2 a 6
Bela Cruz	1 a 6	1 a 7
Boa Viagem	3 a 6	2 a 7
Brejo Santo	1 a 5	1 a 6
Camocim	1 a 7	1 a 8
Campos Sales	1 a 5	1 a 5
Canindé	1 a 7	1 a 7
Capistrano	1 a 7	1 a 9
Caridade	1 a 9	1 a 9
Cariré	1 a 7	1 a 7
Carirriaçu	1 a 6	1 a 7
Cariús	1 a 5	1 a 6
Carnaubal	1 a 8	1 a 9
Cascavel	2 a 6	2 a 7
Catarina	1 a 6	1 a 7
Catunda	2 a 6	2 a 7
Caucaia	1 a 7	1 a 9
Cedro	1 a 5	1 a 6
Chaval	1 a 7	1 a 7
Choró	2 a 6	1 a 7
Chorozinho	3 a 6	2 a 7
Coreaú	1 a 7	1 a 8
Crateús	2 a 5	2 a 6
Crato	1 a 6	1 a 6
Croatá	1 a 6	1 a 7
Cruz	1 a 6	1 a 7
Deputado Irapuan Pinheiro	3 a 4	2 a 6
Ererê	5 a 6	2 a 7
Eusébio	1 a 7	1 a 9
Farias Brito	1 a 5	1 a 6
Forquilha	1 a 5	1 a 6
Fortaleza	1 a 9	1 a 9
Fortim	3 a 4	2 a 5
Frecheirinha	1 a 8	1 a 8
General Sampaio	3 a 5	2 a 6
Graça	1 a 9	1 a 9
Granja	1 a 8	1 a 8
Granjeiro	1 a 6	1 a 6
Groaíras	1 a 5	1 a 6
Guaiúba	1 a 7	1 a 8
Guaraciaba do Norte	1 a 8	1 a 9
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	1 a 6	1 a 7
Horizonte	2 a 6	1 a 7
Ibaretama	2 a 5	2 a 7
Ibiapina	1 a 9	1 a 9
Ibicuitinga	3 a 4	2 a 6
Icapuí	3 a 4	2 a 6
Icó	3 a 5	1 a 6
Iguatu	1 a 6	1 a 6
Independência	2 a 3	2 a 5
Ipaporanga	2 a 6	2 a 7
Ipaumirim	2 a 5	1 a 6
Ipu	1 a 7	1 a 8
Ipueiras	2 a 6	1 a 7
Iracema		2 a 5
Irauçuba	3 a 4	2 a 6
Itaiçaba	3 a 4	3 a 5
Itaitinga	1 a 8	1 a 8
Itapagé	1 a 6	1 a 7
Itapipoca	1 a 7	1 a 7
Itapiúna	1 a 7	1 a 8
Itarema	1 a 7	1 a 8
Itatira	2 a 7	2 a 8
Jaguaretama	4 a 5	3 a 6
Jaguaribara		3 a 5
Jaguaribe		2 a 6
Jaguaruana		3 a 5
Jardim	1 a 5	1 a 5
Jati	1 a 4	1 a 5
Jijoca de Jericoacoara	1 a 6	1 a 7
Juazeiro do Norte	1 a 5	1 a 6
Jucás	1 a 5	1 a 6
Lavras da Mangabeira	1 a 5	1 a 6
Limoeiro do Norte		3 a 6
Madalena		3 a 7
Maracanaú	1 a 8	1 a 9
Maranguape	1 a 9	1 a 9
Marco	1 a 6	1 a 7
Martinópole	1 a 7	1 a 7
Massapê	1 a 7	1 a 8
Mauriti	1 a 5	1 a 6
Meruoca	1 a 8	1 a 9
Milagres	1 a 5	1 a 6
Milhã	5 a 6	3 a 7
Miraíma	2 a 5	2 a 6
Missão Velha	1 a 5	1 a 6
Mombaça	2 a 6	2 a 7
Monsenhor Tabosa	3 a 6	2 a 7
Morada Nova	3 a 4	2 a 6
Moraújo	1 a 7	1 a 8
Morrinhos	2 a 5	2 a 6
Mucambo	1 a 8	1 a 9
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 5	1 a 6
Nova Russas	2 a 6	2 a 7
Novo Oriente	2 a 4	2 a 5
Ocara	3 a 5	3 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Orós	3 a 4	1 a 6
Pacajus	2 a 6	1 a 7
Pacatuba	1 a 7	1 a 8
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 7	1 a 7
Palhano	3 a 4	3 a 5
Palmácia	1 a 9	1 a 9
Paracuru	2 a 8	1 a 9
Paraipaba	2 a 7	1 a 9
Parambu	1 a 3	1 a 5
Paramoti	3 a 4	2 a 6
Pedra Branca	2 a 6	2 a 8
Penaforte	1 a 3	1 a 5
Pentecoste	2 a 6	1 a 7
Pereiro	2 a 6	1 a 7
Pindoretama	2 a 7	2 a 8
Piquet Carneiro	3 a 5	2 a 6
Pires Ferreira	1 a 7	1 a 7
Poranga	2 a 6	1 a 7
Porteiras	1 a 5	1 a 6
Potengi	1 a 5	1 a 6
Potiretama		2 a 5
Quiterianópolis	2 a 4	1 a 5
Quixadá	2 a 5	2 a 7
Quixelô	4 a 5	1 a 7
Quixeramobim	3 a 6	3 a 7
Quixeré		3 a 5
Redenção	1 a 7	1 a 9
Reriutaba	1 a 7	1 a 8
Russas	3 a 4	3 a 5
Saboeiro	2 a 4	1 a 5
Salitre	1 a 5	1 a 6
Santa Quitéria	1 a 6	1 a 7
Santana do Acaraú	1 a 7	1 a 7
Santana do Cariri	1 a 5	1 a 6
São Benedito	1 a 9	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	1 a 6	1 a 7
São João do Jaguaribe		2 a 4
São Luís do Curu	2 a 6	1 a 7
Senador Pompeu	3 a 6	2 a 7
Senador Sá	1 a 6	1 a 7
Sobral	1 a 6	1 a 7
Solonópole		3 a 6
Tabuleiro do Norte		2 a 5
Tamboril	3 a 5	2 a 6
Tarrafas	1 a 5	1 a 6
Tauá	2 a 4	1 a 6
Tejuçuoca	2 a 5	2 a 6
Tianguá	1 a 9	1 a 9
Trairi	1 a 7	1 a 8
Tururu	1 a 7	1 a 7
Ubajara	1 a 9	1 a 9
Umari	2 a 5	1 a 6
Umirim	1 a 6	1 a 7
Uruburetama	1 a 7	1 a 7
Uruoca	1 a 7	1 a 7
Varjota	1 a 6	1 a 7
Várzea Alegre	1 a 5	1 a 6
Viçosa do Ceará	1 a 9	1 a 9

PORTARIA Nº 178, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado do Maranhão, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão de corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 126 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteithnas, nas 14 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≥ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenologica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS PARAGUAÇU, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Itaim, BRS Juruá, BRS Imponente, BR 17-Gurguéi, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206, Miranda IPA 207.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado do Maranhão enquadramento no grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açailândia	32 a 6	31 a 6	29 a 6
Afonso Cunha	36 a 6	33 a 6	33 a 6
Água Doce do Maranhão	1 a 6	34 a 6	34 a 6
Alcântara	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Aldeias Altas	36 a 6	32 a 6	32 a 6
Altamira do Maranhão	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Alto Alegre do Maranhão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Alto Alegre do Pindaré	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Alto Parnaíba	29 a 2	28 a 4	28 a 6
Amapá do Maranhão	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Amarante do Maranhão	32 a 6	31 a 6	29 a 6
Anajatuba	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Anapurus	36 a 6	33 a 6	33 a 6
Apicum-Açu	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Araguanã	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Araioses	1 a 6	34 a 6	34 a 6
Arame	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Arari	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Axixá	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Bacabal	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Bacabeira	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Bacuri	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Bacurituba	35 a 6	34 a 6	34 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Balsas	28 a 6	28 a 6	28 a 6
Barão de Grajaú	31 a 6	29 a 6	28 a 6
Barra do Corda	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Barreirinhas	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Bela Vista do Maranhão	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Belágua	36 a 6	33 a 6	33 a 6
Benedito Leite	30 a 6	28 a 6	28 a 6
Bequimão	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Bernardo do Mearim	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Boa Vista do Gurupi	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Bom Jardim	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Bom Jesus das Selvas	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Bom Lugar	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Brejo	36 a 6	33 a 6	33 a 6
Brejo de Areia	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Buriti	36 a 6	34 a 6	33 a 6
Buriti Bravo	32 a 6	30 a 6	30 a 6
Buriticupu	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Buritirana	32 a 6	31 a 6	29 a 6
Cachoeira Grande	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Cajapió	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Cajari	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Campestre do Maranhão	32 a 6	31 a 6	29 a 6
Cândido Mendes	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Cantanhede	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Capinzal do Norte	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Carolina	29 a 6	28 a 6	28 a 6
Carutapera	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Caxias	36 a 6	32 a 6	32 a 6
Cedral	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Central do Maranhão	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Centro do Guilherme	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Centro Novo do Maranhão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Chapadinha	36 a 6	33 a 6	32 a 6
Cidelândia	31 a 6	31 a 6	29 a 6
Codó	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Coelho Neto	36 a 6	33 a 6	33 a 6
Colinas	32 a 6	30 a 6	30 a 6
Conceição do Lago-Açu	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Coroatá	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Cururupu	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Davinópolis	31 a 6	30 a 6	29 a 6
Dom Pedro	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Duque Bacelar	36 a 6	34 a 6	33 a 6
Esperantinópolis	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Estreito	29 a 6	28 a 6	28 a 6
Feira Nova do Maranhão	31 a 6	29 a 6	28 a 6
Fernando Falcão	32 a 6	31 a 6	30 a 6
Formosa da Serra Negra	31 a 6	30 a 6	29 a 6
Fortaleza dos Nogueiras	31 a 6	30 a 6	28 a 6
Fortuna	32 a 6	31 a 6	30 a 6
Godofredo Viana	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Gonçalves Dias	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Governador Archer	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Governador Edison Lobão	31 a 6	30 a 6	29 a 6
Governador Eugênio Barros	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Governador Luiz Rocha	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Governador Newton Bello	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Governador Nunes Freire	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Graça Aranha	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Grajaú	31 a 6	30 a 6	29 a 6
Guimarães	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Humberto de Campos	35 a 6	33 a 6	33 a 6
Icatu	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Igarapé do Meio	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Igarapé Grande	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Imperatriz	31 a 6	30 a 6	29 a 6
Itaipava do Grajaú	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Itapecuru Mirim	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Itinga do Maranhão	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Jatobá	32 a 6	30 a 6	30 a 6
Jenipapo dos Vieiras	32 a 6	31 a 6	31 a 6
João Lisboa	32 a 6	31 a 6	29 a 6
Joselândia	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Junco do Maranhão	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Lago da Pedra	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Lago do Junco	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Lago dos Rodrigues	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Lago Verde	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Lagoa do Mato	32 a 6	30 a 6	30 a 6
Lagoa Grande do Maranhão	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Lajeado Novo	32 a 6	31 a 6	29 a 6
Lima Campos	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Loreto	29 a 6	28 a 6	28 a 6
Luís Domingues	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Magalhães de Almeida	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Maracaçumé	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Marajá do Sena	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Maranhãozinho	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Mata Roma	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Matinha	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Matões	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Matões do Norte	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Milagres do Maranhão	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Mirador	31 a 6	29 a 6	28 a 6
Miranda do Norte	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Mirinzal	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Monção	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Montes Altos	32 a 6	31 a 6	28 a 6
Morros	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Nina Rodrigues	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Nova Colinas	30 a 6	28 a 6	28 a 6
Nova Iorque	30 a 6	29 a 6	28 a 6
Nova Olinda do Maranhão	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Olho d'Água das Cunhãs	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Olinda Nova do Maranhão	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Paço do Lumiar	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Palmeirândia	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Paraibano	32 a 6	30 a 6	30 a 6
Parnarama	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Passagem Franca	32 a 6	30 a 6	30 a 6
Pastos Bons	30 a 6	29 a 6	28 a 6
Paulino Neves	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Paulo Ramos	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Pedreiras	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Pedro do Rosário	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Penalva	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Peri Mirim	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Peritoró	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Pindaré-Mirim	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Pinheiro	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Pio XII	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Pirapemas	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Poção de Pedras	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Porto Franco	31 a 6	29 a 6	28 a 6
Porto Rico do Maranhão	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Presidente Dutra	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Presidente Juscelino	33 a 6	33 a 6	32 a 6
Presidente Médici	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Presidente Sarney	35 a 6	33 a 6	33 a 6
Presidente Vargas	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Primeira Cruz	36 a 6	34 a 6	33 a 6
Raposa	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Riachão	29 a 6	28 a 6	28 a 6
Ribamar Fiquene	32 a 6	31 a 6	29 a 6
Rosário	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Sambaíba	28 a 6	28 a 6	28 a 6
Santa Filomena do Maranhão	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Santa Helena	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Santa Inês	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Santa Luzia	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Santa Luzia do Paruá	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Santa Quitéria do Maranhão	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Santa Rita	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Santana do Maranhão	36 a 6	33 a 6	33 a 6
Santo Amaro do Maranhão	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Santo Antônio dos Lopes	32 a 6	32 a 6	32 a 6
São Benedito do Rio Preto	34 a 6	33 a 6	33 a 6
São Bento	34 a 6	34 a 6	33 a 6
São Bernardo	36 a 6	33 a 6	33 a 6
São Domingos do Azeitão	30 a 6	29 a 6	28 a 6
São Domingos do Maranhão	32 a 6	31 a 6	30 a 6
São Félix de Balsas	30 a 6	28 a 6	28 a 6
São Francisco do Brejão	31 a 6	31 a 6	29 a 6
São Francisco do Maranhão	31 a 6	30 a 6	29 a 6
São João Batista	33 a 6	33 a 6	33 a 6
São João do Carú	32 a 6	32 a 6	32 a 6
São João do Paraíso	31 a 6	29 a 6	28 a 6
São João do Soter	34 a 6	32 a 6	32 a 6
São João dos Patos	31 a 6	30 a 6	28 a 6
São José de Ribamar	35 a 6	34 a 6	34 a 6
São José dos Basílios	32 a 6	32 a 6	31 a 6
São Luís	34 a 6	34 a 6	34 a 6
São Luís Gonzaga do Maranhão	32 a 6	32 a 6	32 a 6
São Mateus do Maranhão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
São Pedro da Água Branca	31 a 6	31 a 6	29 a 6
São Pedro dos Crentes	31 a 6	29 a 6	28 a 6
São Raimundo das Mangabeiras	29 a 6	28 a 6	28 a 6
São Raimundo do Doca Bezerra	32 a 6	32 a 6	31 a 6
São Roberto	32 a 6	32 a 6	31 a 6
São Vicente Ferrer	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Satubinha	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Senador Alexandre Costa	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Senador La Rocque	32 a 6	31 a 6	29 a 6
Serrano do Maranhão	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Sítio Novo	31 a 6	29 a 6	29 a 6
Sucupira do Norte	30 a 6	29 a 6	28 a 6
Sucupira do Riachão	31 a 6	30 a 6	29 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tasso Fragoso	28 a 6	28 a 6	28 a 6
Timbiras	35 a 6	32 a 6	32 a 6
Timon	36 a 6	32 a 6	32 a 6
Trizidela do Vale	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Tufilândia	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Tuntum	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Turiaçu	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Turilândia	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Tutóia	1 a 6	34 a 6	34 a 6
Urbano Santos	36 a 6	33 a 6	33 a 6
Vargem Grande	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Viana	33 a 6	33 a 6	32 a 6
Vila Nova dos Martírios	31 a 6	31 a 6	29 a 6
Vitória do Mearim	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Vitorino Freire	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Zé Doca	32 a 6	32 a 6	32 a 6

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açailândia	31 a 5	30 a 6	29 a 6
Afonso Cunha	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Água Doce do Maranhão	35 a 6	33 a 6	33 a 6
Alcântara	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Aldeias Altas	34 a 6	31 a 6	31 a 6
Altamira do Maranhão	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Alto Alegre do Maranhão	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Alto Alegre do Pindaré	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Alto Parnaíba	28 a 1	28 a 3	28 a 4
Amapá do Maranhão	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Amarante do Maranhão	31 a 4	30 a 6	29 a 6
Anajatuba	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Anapurus	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Apicum-Açu	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Araguanã	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Araioses	35 a 6	33 a 6	33 a 6
Arame	31 a 6	30 a 6	30 a 6
Arari	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Axixá	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Bacabal	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Bacabeira	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Bacuri	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Bacurituba	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Balsas	28 a 4	28 a 5	28 a 6
Barão de Grajaú	30 a 5	28 a 6	28 a 6
Barra do Corda	31 a 4	31 a 6	30 a 6
Barreirinhas	35 a 6	33 a 6	32 a 6
Bela Vista do Maranhão	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Belágua	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Benedito Leite	28 a 4	28 a 6	28 a 6
Bequimão	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Bernardo do Mearim	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Boa Vista do Gurupi	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Bom Jardim	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Bom Jesus das Selvas	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Bom Lugar	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Brejo	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Brejo de Areia	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Buriti	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Buriti Bravo	31 a 6	29 a 6	29 a 6
Buriticupu	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Buritirana	31 a 4	29 a 6	29 a 6
Cachoeira Grande	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Cajapió	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Cajari	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Campestre do Maranhão	30 a 4	30 a 6	29 a 6
Cândido Mendes	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Cantanhede	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Capinzal do Norte	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Carolina	28 a 5	28 a 6	28 a 6
Carutapera	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Caxias	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Cedral	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Central do Maranhão	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Centro do Guilherme	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Centro Novo do Maranhão	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Chapadinha	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Cidelândia	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Codó	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Coelho Neto	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Colinas	31 a 5	29 a 6	29 a 6
Conceição do Lago-Açu	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Coroatá	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Cururupu	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Davinópolis	30 a 4	29 a 6	29 a 6
Dom Pedro	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Duque Bacelar	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Esperantinópolis	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Estreito	28 a 5	28 a 6	28 a 6
Feira Nova do Maranhão	29 a 4	28 a 5	28 a 6
Fernando Falcão	31 a 4	29 a 6	28 a 6
Formosa da Serra Negra	31 a 4	29 a 5	28 a 6
Fortaleza dos Nogueiras	29 a 4	29 a 6	28 a 6
Fortuna	31 a 6	30 a 6	30 a 6
Godofredo Viana	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Gonçalves Dias	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Governador Archer	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Governador Edison Lobão	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Governador Eugênio Barros	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Governador Luiz Rocha	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Governador Newton Bello	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Governador Nunes Freire	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Graça Aranha	32 a 5	31 a 6	31 a 6
Grajaú	31 a 4	30 a 5	30 a 6
Guimarães	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Humberto de Campos	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Icatu	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Igarapé do Meio	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Igarapé Grande	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Imperatriz	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Itaipava do Grajaú	31 a 5	31 a 6	31 a 6
Itapecuru Mirim	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Itinga do Maranhão	31 a 4	30 a 6	30 a 6
Jatobá	31 a 5	29 a 6	28 a 6
Jenipapo dos Vieiras	31 a 4	30 a 6	30 a 6
João Lisboa	31 a 4	29 a 6	28 a 6
Joselândia	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Junco do Maranhão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Lago da Pedra	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Lago do Junco	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Lago dos Rodrigues	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Lago Verde	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Lagoa do Mato	31 a 6	29 a 6	28 a 6
Lagoa Grande do Maranhão	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Lajeado Novo	31 a 4	30 a 6	29 a 6
Lima Campos	32 a 6	31 a 6	30 a 6
Loreto	28 a 4	28 a 5	28 a 6
Luís Domingues	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Magalhães de Almeida	35 a 6	33 a 6	33 a 6
Maracaçumé	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Marajá do Sena	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Maranhãozinho	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Mata Roma	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Matinha	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Matões	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Matões do Norte	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Milagres do Maranhão	34 a 6	32 a 6	31 a 6
Mirador	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Miranda do Norte	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Mirinzal	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Monção	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Montes Altos	31 a 4	30 a 6	29 a 6
Morros	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Nina Rodrigues	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Nova Colinas	29 a 4	28 a 5	28 a 6
Nova Iorque	30 a 5	28 a 6	28 a 6
Nova Olinda do Maranhão	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Olho d'Água das Cunhãs	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Olinda Nova do Maranhão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Paço do Lumiar	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Palmeirândia	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Paraibano	31 a 6	29 a 6	28 a 6
Parnarama	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Passagem Franca	30 a 6	29 a 6	28 a 6
Pastos Bons	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Paulino Neves	35 a 6	33 a 6	33 a 6
Paulo Ramos	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Pedreiras	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Pedro do Rosário	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Penalva	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Peri Mirim	33 a 6	33 a 6	32 a 6
Peritoró	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Pindaré-Mirim	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Pinheiro	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Pio XII	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Pirapemas	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Poção de Pedras	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Porto Franco	29 a 4	28 a 6	28 a 6
Porto Rico do Maranhão	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Presidente Dutra	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Presidente Juscelino	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Presidente Médici	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Presidente Sarney	34 a 6	32 a 6	32 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Presidente Vargas	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Primeira Cruz	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Raposa	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Riachão	28 a 4	28 a 5	28 a 6
Ribamar Fiquene	31 a 4	30 a 6	29 a 6
Rosário	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Sambaíba	28 a 4	28 a 5	28 a 6
Santa Filomena do Maranhão	31 a 5	31 a 6	31 a 6
Santa Helena	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Santa Inês	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Santa Luzia	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Santa Luzia do Paruá	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Santa Quitéria do Maranhão	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Santa Rita	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Santana do Maranhão	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Santo Amaro do Maranhão	35 a 6	33 a 6	32 a 6
Santo Antônio dos Lopes	31 a 6	31 a 6	31 a 6
São Benedito do Rio Preto	32 a 6	32 a 6	32 a 6
São Bento	33 a 6	33 a 6	33 a 6
São Bernardo	34 a 6	33 a 6	32 a 6
São Domingos do Azeitão	29 a 4	28 a 6	28 a 6
São Domingos do Maranhão	31 a 5	30 a 6	30 a 6
São Félix de Balsas	28 a 4	28 a 5	28 a 6
São Francisco do Brejão	30 a 4	29 a 6	28 a 6
São Francisco do Maranhão	31 a 6	29 a 6	28 a 6
São João Batista	33 a 6	32 a 6	32 a 6
São João do Carú	31 a 6	31 a 6	31 a 6
São João do Paraíso	28 a 4	28 a 6	28 a 6
São João do Soter	32 a 6	31 a 6	31 a 6
São João dos Patos	30 a 5	28 a 6	28 a 6
São José de Ribamar	34 a 6	33 a 6	32 a 6
São José dos Basílios	31 a 6	31 a 6	31 a 6
São Luís	33 a 6	33 a 6	33 a 6
São Luís Gonzaga do Maranhão	31 a 6	31 a 6	31 a 6
São Mateus do Maranhão	32 a 6	31 a 6	31 a 6
São Pedro da Água Branca	30 a 4	29 a 6	28 a 6
São Pedro dos Crentes	28 a 4	28 a 6	28 a 6
São Raimundo das Mangabeiras	28 a 4	28 a 6	28 a 6
São Raimundo do Doca Bezerra	31 a 6	31 a 6	31 a 6
São Roberto	31 a 6	31 a 6	31 a 6
São Vicente Ferrer	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Satubinha	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Senador Alexandre Costa	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Senador La Rocque	30 a 6	29 a 6	28 a 6
Serrano do Maranhão	34 a 6	31 a 6	31 a 6
Sítio Novo	30 a 4	28 a 6	28 a 6
Sucupira do Norte	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Sucupira do Riachão	30 a 5	29 a 6	28 a 6
Tasso Fragoso	28 a 4	28 a 5	28 a 6
Timbiras	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Timon	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Trizidela do Vale	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Tufilândia	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Tuntum	31 a 5	31 a 6	31 a 6
Turiaçu	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Turilândia	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Tutóia	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Urbano Santos	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Vargem Grande	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Viana	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Vila Nova dos Martírios	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Vitória do Mearim	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Vitorino Freire	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Zé Doca	31 a 6	31 a 6	31 a 6

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLO TIPO 1	SOLO TIPO 2	SOLO TIPO 3
Açailândia	30 a 5	29 a 6	28 a 6
Afonso Cunha	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Água Doce do Maranhão	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Alcântara	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Aldeias Altas	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Altamira do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Alto Alegre do Maranhão	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Alto Alegre do Pindaré	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Alto Parnaíba	28 a 2	28 a 4	28 a 5
Amapá do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Amarante do Maranhão	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Anajatuba	35 a 6	35 a 6	34 a 6
Anapurus	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Apicum-Açu	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Araguanã	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Araioses	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Arame	31 a 5	31 a 6	29 a 6
Arari	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Axixá	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Bacabal	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Bacabeira	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Bacuri	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Bacurituba	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Balsas	28 a 4	28 a 6	28 a 6
Barão de Grajaú	30 a 5	28 a 6	28 a 6
Barra do Corda	31 a 5	31 a 6	30 a 6
Barreirinhas	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Bela Vista do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Belágua	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Benedito Leite	29 a 4	28 a 6	28 a 6
Bequimão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Bernardo do Mearim	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Boa Vista do Gurupi	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Bom Jardim	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Bom Jesus das Selvas	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Bom Lugar	35 a 6	35 a 6	34 a 6
Brejo	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Brejo de Areia	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Buriti	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Buriti Bravo	31 a 6	31 a 6	29 a 6
Buriticupu	34 a 6	31 a 6	31 a 6
Buritirana	30 a 4	28 a 6	28 a 6
Cachoeira Grande	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Cajapió	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Cajari	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Campestre do Maranhão	28 a 5	28 a 6	28 a 6
Cândido Mendes	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Cantanhede	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Capinzal do Norte	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Carolina	28 a 5	28 a 6	28 a 6
Carutapera	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Caxias	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Cedral	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Central do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Centro do Guilherme	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Centro Novo do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Chapadinha	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Cidelândia	30 a 6	28 a 6	28 a 6
Codó	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Coelho Neto	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Colinas	30 a 5	29 a 6	28 a 6
Conceição do Lago-Açu	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Coroatá	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Cururupu	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Davinópolis	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Dom Pedro	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Duque Bacelar	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Esperantinópolis	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Estreito	28 a 5	28 a 6	28 a 6
Feira Nova do Maranhão	28 a 4	28 a 6	28 a 6
Fernando Falcão	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Formosa da Serra Negra	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Fortaleza dos Nogueiras	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Fortuna	31 a 5	31 a 6	30 a 6
Godofredo Viana	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Gonçalves Dias	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Governador Archer	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Governador Edison Lobão	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Governador Eugênio Barros	31 a 5	31 a 6	30 a 6
Governador Luiz Rocha	31 a 5	31 a 6	30 a 6
Governador Newton Bello	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Governador Nunes Freire	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Graça Aranha	31 a 5	31 a 6	30 a 6
Grajaú	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Guimarães	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Humberto de Campos	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Icatu	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Igarapé do Meio	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Igarapé Grande	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Imperatriz	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Itaipava do Grajaú	31 a 5	31 a 6	30 a 6
Itapecuru Mirim	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Itinga do Maranhão	31 a 6	31 a 6	29 a 6
Jatobá	30 a 5	29 a 6	29 a 6
Jenipapo dos Vieiras	31 a 5	31 a 6	29 a 6
João Lisboa	30 a 4	28 a 6	28 a 6
Joselândia	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Junco do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Lago da Pedra	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Lago do Junco	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Lago dos Rodrigues	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Lago Verde	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Lagoa do Mato	31 a 6	29 a 6	29 a 6
Lagoa Grande do Maranhão	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Lajeado Novo	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Lima Campos	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Loreto	28 a 4	28 a 6	28 a 6
Luís Domingues	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Magalhães de Almeida	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Maracaçumé	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Marajá do Sena	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Maranhãozinho	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Mata Roma	33 a 6	32 a 6	32 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Matinha	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Matões	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Matões do Norte	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Milagres do Maranhão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Mirador	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Miranda do Norte	35 a 6	34 a 6	32 a 6
Mirinzal	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Monção	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Montes Altos	30 a 4	29 a 6	28 a 6
Morros	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Nina Rodrigues	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Nova Colinas	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Nova Iorque	30 a 4	28 a 6	28 a 6
Nova Olinda do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Olho d'Água das Cunhãs	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Olinda Nova do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Paço do Lumiar	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Palmeirândia	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Paraibano	30 a 5	29 a 6	28 a 6
Parnarama	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Passagem Franca	30 a 6	29 a 6	29 a 6
Pastos Bons	29 a 4	28 a 6	28 a 6
Paulino Neves	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Paulo Ramos	35 a 6	33 a 6	31 a 6
Pedreiras	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Pedro do Rosário	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Penalva	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Peri Mirim	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Peritoró	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Pindaré-Mirim	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Pinheiro	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Pio XII	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Pirapemas	32 a 6	32 a 6	31 a 6
Poção de Pedras	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Porto Franco	28 a 5	28 a 6	28 a 6
Porto Rico do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Presidente Dutra	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Presidente Juscelino	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Presidente Médici	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Presidente Sarney	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Presidente Vargas	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Primeira Cruz	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Raposa	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Riachão	28 a 4	28 a 6	28 a 6
Ribamar Fiquene	30 a 5	28 a 6	28 a 6
Rosário	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Sambaíba	28 a 4	28 a 6	28 a 6
Santa Filomena do Maranhão	31 a 6	31 a 6	30 a 6
Santa Helena	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Santa Inês	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Santa Luzia	34 a 6	31 a 6	31 a 6
Santa Luzia do Paruá	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Santa Quitéria do Maranhão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Santa Rita	32 a 6	32 a 6	32 a 6
Santana do Maranhão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Santo Amaro do Maranhão	34 a 6	34 a 6	32 a 6
Santo Antônio dos Lopes	31 a 6	31 a 6	31 a 6
São Benedito do Rio Preto	32 a 6	32 a 6	31 a 6
São Bento	35 a 6	35 a 6	35 a 6
São Bernardo	34 a 6	32 a 6	32 a 6
São Domingos do Azeitão	29 a 4	28 a 6	28 a 6
São Domingos do Maranhão	31 a 5	29 a 6	29 a 6
São Félix de Balsas	28 a 4	28 a 6	28 a 6
São Francisco do Brejão	30 a 5	29 a 6	28 a 6
São Francisco do Maranhão	31 a 5	29 a 6	29 a 6
São João Batista	35 a 6	35 a 6	35 a 6
São João do Carú	35 a 6	35 a 6	35 a 6
São João do Paraíso	28 a 5	28 a 6	28 a 6
São João do Soter	32 a 6	31 a 6	31 a 6
São João dos Patos	29 a 5	28 a 6	28 a 6
São José de Ribamar	34 a 6	34 a 6	33 a 6
São José dos Basílios	31 a 6	31 a 6	30 a 6
São Luís	34 a 6	34 a 6	33 a 6
São Luís Gonzaga do Maranhão	32 a 6	31 a 6	31 a 6
São Mateus do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
São Pedro da Água Branca	29 a 6	28 a 6	28 a 6
São Pedro dos Crentes	28 a 5	28 a 6	28 a 6
São Raimundo das Mangabeiras	29 a 4	28 a 6	28 a 6
São Raimundo do Doca Bezerra	31 a 6	31 a 6	30 a 6
São Roberto	31 a 6	31 a 6	30 a 6
São Vicente Ferrer	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Satubinha	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Senador Alexandre Costa	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Senador La Rocque	29 a 4	28 a 6	28 a 6
Serrano do Maranhão	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Sítio Novo	30 a 4	28 a 6	28 a 6
Sucupira do Norte	29 a 5	28 a 6	28 a 6
Sucupira do Riachão	30 a 5	28 a 6	28 a 6
Tasso Fragoso	28 a 4	28 a 6	28 a 6
Timbiras	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Timon	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Trizidela do Vale	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Tufilândia	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Tuntum	31 a 6	31 a 6	29 a 6
Turiaçu	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Turilândia	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Tutóia	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Urbano Santos	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Vargem Grande	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Viana	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Vila Nova dos Martírios	30 a 6	28 a 6	28 a 6
Vitória do Mearim	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Vitorino Freire	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Zé Doca	35 a 6	35 a 6	35 a 6

PORTARIA Nº 179, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado da Paraíba, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 99 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 3 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≥ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS Guariba, BRS-Marataoã, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Itaim, BRS Juruá, BR 17-Gurguéi, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206, Miranda IPA 207.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca		3 a 4
Aguiar	3 a 4	2 a 5
Alagoa Grande	4 a 18	3 a 18
Alagoa Nova	4 a 18	3 a 18
Alagoinha	4 a 18	3 a 18
Alhandra	4 a 18	3 a 18
Aparecida	3 a 4	3 a 5
Araçagi	6 a 17	5 a 18
Arara	4 a 18	3 a 18
Araruna	6 a 17	5 a 18
Areia	4 a 18	3 a 18
Areial	7 a 17	5 a 18
Aroeiras	12 a 16	11 a 17
Bananeiras	5 a 17	4 a 18
Belém	5 a 17	4 a 18
Belém do Brejo do Cruz	4 a 6	3 a 8
Bernardino Batista	3 a 5	2 a 6
Boa Ventura	3 a 4	2 a 6
Bom Jesus	2 a 4	1 a 6
Bom Sucesso		3 a 4
Bonito de Santa Fé	2 a 5	1 a 6
Borborema	4 a 18	3 a 18
Brejo do Cruz	4 a 5	3 a 6
Brejo dos Santos		3 a 4
Caaporã	4 a 18	3 a 18
Cachoeira dos Índios	2 a 4	1 a 5
Cacimba de Dentro	11 a 16	9 a 17
Caiçara	9 a 16	7 a 17
Cajazeiras	2 a 4	1 a 6
Cajazeirinhas	3 a 4	3 a 6
Caldas Brandão	5 a 18	4 a 18
Campina Grande	12 a 13	9 a 14
Campo de Santana	9 a 16	7 a 17
Capim	5 a 18	4 a 18
Carrapateira	2 a 4	1 a 5
Casserengue	7 a 17	5 a 18
Catingueira	3 a 4	3 a 5
Catolé do Rocha	3 a 4	3 a 5
Conceição	3 a 4	2 a 5
Condado	3 a 4	3 a 4
Coremas	3 a 4	3 a 6
Cruz do Espírito Santo	4 a 18	3 a 18
Cuité de Mamanguape	6 a 18	4 a 18
Cuitegi	4 a 18	4 a 18
Curral de Cima	6 a 17	5 a 18
Curral Velho	3 a 5	2 a 7
Damião	12 a 14	11 a 16
Diamante	3 a 5	2 a 6
Dona Inês	7 a 17	6 a 18
Duas Estradas	7 a 17	5 a 18
Emas	3 a 4	3 a 5
Esperança	5 a 18	4 a 18
Fagundes	12 a 14	10 a 15
Gado Bravo	12 a 14	11 a 15
Guarabira	5 a 18	4 a 18
Gurinhém	4 a 18	3 a 18
Ibiara	3 a 5	2 a 6
Igaracy	3 a 4	3 a 5
Ingá	6 a 18	5 a 18
Itabaiana	6 a 17	5 a 18
Itaporanga	3 a 4	3 a 5
Itapororoca	6 a 17	5 a 18
Itatuba	9 a 17	8 a 18
Jacaraú	5 a 17	4 a 18
Jericó		3 a 4
Juarez Távora	5 a 18	4 a 18
Juripiranga	6 a 18	4 a 18
Juru	3 a 4	3 a 5
Lagoa		3 a 4
Lagoa de Dentro	8 a 17	6 a 18
Lagoa Seca	4 a 18	3 a 18
Lastro	3 a 4	3 a 5
Logradouro	9 a 16	7 a 17
Malta	3 a 4	3 a 4
Mamanguape	5 a 17	4 a 18
Manaíra	3 a 4	2 a 5
Mari	5 a 18	4 a 18
Marizópolis	1 a 4	1 a 5
Massaranduba	6 a 17	5 a 18
Matinhas	4 a 18	3 a 18
Mato Grosso		3 a 4
Mogeiro	6 a 17	5 a 18
Montadas	8 a 16	5 a 18
Monte Horebe	2 a 4	1 a 5
Mulungu	4 a 17	4 a 18
Natuba	11 a 16	9 a 17
Nazarezinho	1 a 4	1 a 5
Nova Olinda	3 a 4	2 a 5
Olho d'Água	3 a 4	3 a 6
Paulista	3 a 4	3 a 4
Pedra Branca	3 a 4	2 a 5
Pedras de Fogo	4 a 18	4 a 18
Pedro Régis	7 a 17	5 a 18
Piancó	3 a 4	3 a 6
Pilar	5 a 18	4 a 18
Pilões	4 a 18	3 a 18
Pilõezinhos	4 a 18	3 a 18
Pirpirituba	5 a 18	4 a 18
Poço Dantas	3 a 4	2 a 5
Poço de José de Moura	2 a 4	1 a 5
Pombal	3 a 4	3 a 5
Princesa Isabel	3 a 6	2 a 8
Puxinanã	8 a 16	7 a 17
Queimadas		10 a 12
Remígio	4 a 18	3 a 18
Riachão	7 a 16	6 a 17
Riachão do Bacamarte	6 a 18	5 a 18
Riachão do Poço	5 a 18	4 a 18
Riacho dos Cavalos	3 a 4	3 a 5
Salgado de São Félix	6 a 17	5 a 18
Santa Cecília		11 a 13
Santa Cruz		3 a 5
Santa Helena	2 a 4	1 a 6
Santa Inês	3 a 4	2 a 5
Santa Teresinha		3 a 4
Santana de Mangueira	3 a 4	2 a 5
Santana dos Garrotes	3 a 4	3 a 5
Santarém	3 a 4	3 a 5
São Bentinho	3 a 4	3 a 5
São Bento	3 a 4	3 a 5
São Domingos de Pombal	3 a 4	3 a 5
São Francisco		3 a 5
São João do Rio do Peixe	1 a 4	1 a 5
São José da Lagoa Tapada	3 a 4	2 a 5
São José de Caiana	3 a 5	3 a 6
São José de Espinharas		2 a 4
São José de Piranhas	1 a 4	1 a 5
São José de Princesa	3 a 6	2 a 8
São José do Brejo do Cruz	4 a 5	3 a 5
São José dos Ramos	6 a 18	5 a 18
São Mamede		3 a 4
São Miguel de Taipu	4 a 18	3 a 18
São Sebastião de Lagoa de Roça	4 a 18	3 a 18
Sapé	4 a 18	3 a 18
Serra da Raiz	7 a 17	6 a 18
Serra Grande	3 a 4	3 a 5
Serra Redonda	5 a 18	4 a 18
Serraria	4 a 18	3 a 18
Sertãozinho	7 a 17	5 a 18
Sobrado	4 a 18	3 a 18
Solânea	4 a 18	3 a 18
Sousa	2 a 4	1 a 5
Tavares	3 a 4	2 a 4
Triunfo	2 a 5	1 a 6
Uiraúna	3 a 4	3 a 5
Umbuzeiro	11 a 16	9 a 17
Vieirópolis	3 a 4	3 a 5
Vista Serrana	3 a 4	2 a 4

MUNICÍPIOS	**PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II**	
	SOLOS TIPO 2	**SOLOS TIPO 3**
Água Branca		2 a 3
Aguiar	2 a 3	1 a 4
Alagoa Grande	3 a 17	2 a 17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Alagoa Nova	3 a 17	2 a 17
Alagoinha	3 a 17	2 a 17
Alhandra	3 a 17	2 a 17
Aparecida	1 a 3	1 a 4
Araçagi	5 a 16	4 a 17
Arara	3 a 17	2 a 17
Araruna	5 a 16	4 a 17
Areia	3 a 17	2 a 17
Areial	6 a 16	4 a 17
Aroeiras	10 a 15	10 a 16
Bananeiras	4 a 16	3 a 17
Belém	3 a 16	3 a 17
Belém do Brejo do Cruz	3 a 5	2 a 5
Bernardino Batista	2 a 4	2 a 5
Boa Ventura	2 a 3	1 a 5
Bom Jesus	1 a 3	1 a 5
Bom Sucesso	3 a 4	3 a 4
Bonito de Santa Fé	1 a 4	1 a 5
Borborema	3 a 17	2 a 17
Brejo do Cruz	3 a 4	2 a 5
Brejo dos Santos	3 a 4	3 a 4
Caaporã	3 a 17	2 a 17
Cachoeira dos Índios	2 a 3	1 a 5
Cacimba de Dentro	10 a 15	7 a 16
Caiçara	7 a 15	6 a 16
Cajazeiras	1 a 3	1 a 5
Cajazeirinhas	3 a 4	2 a 5
Caldas Brandão	4 a 17	3 a 17
Campina Grande	10 a 12	8 a 13
Campo de Santana	7 a 15	6 a 16
Capim	4 a 17	3 a 17
Carrapateira	1 a 3	1 a 4
Casserengue	5 a 16	4 a 17
Catingueira	3 a 4	2 a 4
Catolé do Rocha	3 a 4	2 a 4
Conceição	2 a 3	1 a 4
Condado	2 a 3	2 a 3
Coremas	3 a 4	2 a 5
Cruz do Espírito Santo	3 a 17	2 a 17
Cuité de Mamanguape	5 a 17	3 a 17
Cuitegi	3 a 17	3 a 17
Curral de Cima	5 a 16	4 a 17
Curral Velho	2 a 4	1 a 6
Damião	10 a 13	10 a 15
Diamante	2 a 4	1 a 5
Dona Inês	6 a 16	5 a 17
Duas Estradas	6 a 16	4 a 17
Emas	3 a 4	2 a 4
Esperança	4 a 17	3 a 17
Fagundes	11 a 13	9 a 14
Gado Bravo	11 a 13	10 a 14
Guarabira	4 a 17	3 a 17
Gurinhém	3 a 17	2 a 17
Ibiara	2 a 4	1 a 5
Igaracy	3 a 4	2 a 4
Ingá	5 a 17	4 a 17
Itabaiana	5 a 16	4 a 17
Itaporanga	2 a 3	1 a 4
Itapororoca	5 a 16	4 a 17
Itatuba	8 a 16	6 a 17
Jacaraú	4 a 16	3 a 17
Jericó	3 a 4	3 a 4
Juarez Távora	4 a 17	3 a 17
Juripiranga	5 a 17	3 a 17
Juru	3 a 4	2 a 4
Lagoa	3 a 4	3 a 4
Lagoa de Dentro	7 a 16	5 a 17
Lagoa Seca	3 a 17	2 a 17
Lastro	3 a 4	2 a 4
Logradouro	7 a 15	6 a 16
Malta	2 a 3	2 a 3
Mamanguape	4 a 16	3 a 17
Manaíra	2 a 3	1 a 4
Mari	4 a 17	3 a 17
Marizópolis	1 a 3	1 a 4
Massaranduba	4 a 16	3 a 17
Matinhas	3 a 17	2 a 17
Mato Grosso	3 a 4	3 a 4
Mogeiro	4 a 16	4 a 17
Montadas	6 a 15	4 a 17
Monte Horebe	1 a 3	1 a 4
Mulungu	3 a 17	3 a 17
Natuba	10 a 15	8 a 16
Nazarezinho	1 a 3	1 a 4
Nova Olinda	2 a 3	1 a 4
Olho d'Água	3 a 4	2 a 5
Patos		2 a 3
Paulista	2 a 3	2 a 3
Pedra Branca	2 a 3	1 a 4
Pedras de Fogo	3 a 17	3 a 17
Pedro Régis	5 a 16	4 a 17
Piancó	3 a 4	2 a 5
Pilar	4 a 17	3 a 17
Pilões	3 a 17	2 a 17
Pilõezinhos	3 a 17	2 a 17
Pirpirituba	4 a 17	3 a 17
Poço Dantas	2 a 4	1 a 4
Poço de José de Moura	1 a 3	1 a 4
Pombal	3 a 4	2 a 4
Princesa Isabel	2 a 5	1 a 7
Puxinanã	7 a 15	5 a 16
Queimadas		9 a 11
Remígio	3 a 17	2 a 17
Riachão	6 a 15	5 a 16
Riachão do Bacamarte	5 a 17	4 a 17
Riachão do Poço	4 a 17	3 a 17
Riacho dos Cavalos	3 a 4	2 a 4
Salgado de São Félix	4 a 16	4 a 17
Santa Cecília	11 a 12	10 a 12
Santa Cruz	3 a 4	2 a 4
Santa Helena	1 a 3	1 a 5
Santa Inês	2 a 3	1 a 4
Santa Teresinha		2 a 3
Santana de Mangueira	2 a 3	1 a 4
Santana dos Garrotes	3 a 4	2 a 4
Santarém	3 a 4	2 a 4
São Bentinho	3 a 4	2 a 4
São Bento	3 a 4	2 a 4
São Domingos de Pombal	3 a 4	2 a 4
São Francisco	3 a 4	2 a 4
São João do Rio do Peixe	1 a 3	1 a 4
São José da Lagoa Tapada	2 a 3	1 a 4
São José de Caiana	2 a 4	1 a 5
São José de Espinharas		1 a 3
São José de Piranhas	1 a 3	1 a 4
São José de Princesa	2 a 5	1 a 7
São José do Brejo do Cruz	3 a 5	2 a 5
São José dos Ramos	5 a 17	4 a 17
São Mamede		2 a 3
São Miguel de Taipu	3 a 17	2 a 17
São Sebastião de Lagoa de Roça	3 a 17	2 a 17
Sapé	3 a 17	2 a 17
Serra da Raiz	6 a 16	5 a 17
Serra Grande	2 a 4	1 a 4
Serra Redonda	4 a 17	3 a 17
Serraria	3 a 17	2 a 17
Sertãozinho	5 a 16	4 a 17
Sobrado	3 a 17	2 a 17
Solânea	3 a 17	2 a 17
Sousa	1 a 4	1 a 4
Tavares	2 a 3	1 a 4
Triunfo	1 a 4	1 a 5
Uiraúna	3 a 4	2 a 4
Umbuzeiro	10 a 15	8 a 16
Vieirópolis	2 a 4	2 a 4
Vista Serrana	2 a 3	1 a 3

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	**SOLOS TIPO 3**
Água Branca		2 a 3
Aguiar	1 a 2	1 a 3
Alagoa Grande	2 a 16	2 a 16
Alagoa Nova	2 a 16	2 a 16
Alagoinha	2 a 16	2 a 16
Alhandra	2 a 16	2 a 16
Aparecida	1 a 2	1 a 3
Araçagi	4 a 15	3 a 16
Arara	2 a 16	2 a 17
Araruna	4 a 15	3 a 16
Areia	2 a 16	2 a 17
Areial	5 a 15	3 a 16
Aroeiras	9 a 14	9 a 15
Bananeiras	3 a 15	2 a 16
Belém	4 a 15	2 a 16

Belém do Brejo do Cruz	2 a 4	1 a 4
Bernardino Batista	1 a 3	1 a 4
Boa Ventura	1 a 2	1 a 4
Bom Jesus	1 a 3	1 a 4
Bom Sucesso	2 a 3	2 a 3
Bonito de Santa Fé	1 a 3	1 a 4
Borborema	2 a 16	2 a 16
Brejo do Cruz	2 a 3	1 a 4
Brejo dos Santos	2 a 3	1 a 3
Caaporã	2 a 16	2 a 16
Cachoeira dos Índios	1 a 3	1 a 4
Cacimba de Dentro	9 a 14	6 a 15
Caiçara	6 a 14	5 a 15
Cajazeiras	1 a 3	1 a 4
Cajazeirinhas	2 a 3	1 a 4
Caldas Brandão	3 a 16	2 a 16
Campina Grande	9 a 11	7 a 12
Campo de Santana	6 a 14	5 a 15
Capim	3 a 16	3 a 16
Carrapateira	1 a 2	1 a 3
Casserengue	4 a 15	3 a 16
Catingueira		1 a 3
Catolé do Rocha	2 a 3	1 a 3
Conceição	1 a 2	1 a 3
Condado		1 a 2
Coremas	2 a 3	1 a 4
Cruz do Espírito Santo	2 a 16	1 a 16
Cuité de Mamanguape	4 a 16	2 a 16
Cuitegi	2 a 16	2 a 16
Curral de Cima	4 a 15	3 a 16
Curral Velho	1 a 3	1 a 5
Damião	9 a 12	9 a 14
Diamante	1 a 3	1 a 4
Dona Inês	5 a 15	4 a 16
Duas Estradas	5 a 15	3 a 16
Emas	2 a 3	1 a 4
Esperança	3 a 16	2 a 16
Fagundes	10 a 12	8 a 13
Gado Bravo	10 a 12	9 a 13
Guarabira	3 a 16	2 a 16
Gurinhém	2 a 16	2 a 16
Ibiara	1 a 3	1 a 4
Igaracy	2 a 3	1 a 3
Ingá	4 a 16	3 a 16
Itabaiana	3 a 15	3 a 16
Itaporanga	1 a 2	1 a 3
Itapororoca	4 a 15	3 a 16
Itatuba	7 a 15	5 a 16
Jacaraú	3 a 15	2 a 16
Jericó	2 a 3	2 a 3
Juarez Távora	3 a 16	2 a 16
Juripiranga	3 a 16	2 a 16
Juru	2 a 3	1 a 3
Lagoa	2 a 3	2 a 3
Lagoa de Dentro	6 a 15	4 a 16
Lagoa Seca	2 a 16	2 a 16
Lastro	1 a 2	1 a 3
Logradouro	6 a 14	5 a 15
Malta	1 a 2	1 a 2
Mamanguape	3 a 15	2 a 16
Manaíra	1 a 2	1 a 3
Mari	3 a 16	2 a 16
Marizópolis	1 a 2	1 a 3
Massaranduba	3 a 15	3 a 16
Matinhas	2 a 16	2 a 16
Mato Grosso	2 a 3	2 a 3
Mogeiro	3 a 15	3 a 16
Montadas	5 a 14	3 a 16
Monte Horebe	1 a 2	1 a 3
Mulungu	3 a 16	3 a 16
Natuba	9 a 14	7 a 15
Nazarezinho	1 a 2	1 a 3
Nova Olinda	1 a 2	1 a 3
Olho d'Água	2 a 3	1 a 4
Patos		1 a 2
Paulista	2 a 3	1 a 3
Pedra Branca	1 a 2	1 a 3
Pedras de Fogo	2 a 16	2 a 16
Pedro Régis	4 a 15	3 a 16
Piancó	2 a 3	1 a 3
Pilar	3 a 16	2 a 16
Pilões	2 a 16	1 a 16
Pilõezinhos	2 a 16	1 a 16
Pirpirituba	3 a 16	2 a 16
Poço Dantas	1 a 3	1 a 3
Poço de José de Moura	1 a 2	1 a 3
Pombal	2 a 3	1 a 3
Princesa Isabel	1 a 4	1 a 6
Puxinanã	6 a 14	4 a 15
Queimadas		8 a 10
Remígio	2 a 16	2 a 16
Riachão	5 a 14	4 a 15
Riachão do Bacamarte	4 a 16	3 a 16
Riachão do Poço	3 a 16	2 a 16
Riacho dos Cavalos	2 a 3	2 a 3
Salgado de São Félix	3 a 15	3 a 16
Santa Cecília		9 a 11
Santa Cruz	2 a 3	2 a 3
Santa Helena	1 a 3	1 a 4
Santa Inês	1 a 2	1 a 4
Santa Teresinha		2 a 3
Santana de Mangueira	1 a 2	1 a 3
Santana dos Garrotes	2 a 3	1 a 3
Santarém	2 a 3	1 a 3
São Bentinho	2 a 3	1 a 3
São Bento	2 a 3	1 a 3
São Domingos de Pombal	2 a 3	1 a 3
São Francisco	2 a 3	1 a 3
São João do Rio do Peixe	1 a 2	1 a 3
São José da Lagoa Tapada	1 a 2	1 a 3
São José de Caiana	1 a 3	1 a 4
São José de Espinharas		1 a 3
São José de Piranhas	1 a 2	1 a 3
São José de Princesa	1 a 4	1 a 6
São José do Brejo do Cruz	2 a 4	1 a 4
São José dos Ramos	3 a 16	3 a 16
São Mamede		2 a 3
São Miguel de Taipu	2 a 16	1 a 16
São Sebastião de Lagoa de Roça	2 a 16	2 a 16
Sapé	2 a 16	1 a 16
Serra da Raiz	5 a 15	4 a 16
Serra Grande	1 a 3	1 a 3
Serra Redonda	3 a 16	2 a 16
Serraria	2 a 16	1 a 17
Sertãozinho	4 a 15	3 a 16
Sobrado	2 a 16	2 a 16
Solânea	2 a 16	2 a 16
Sousa	1 a 2	1 a 3
Tavares	1 a 3	1 a 3
Triunfo	1 a 3	1 a 4
Uiraúna	2 a 3	1 a 3
Umbuzeiro	9 a 14	7 a 15
Vieirópolis	1 a 2	1 a 3
Vista Serrana	2 a 3	1 a 3

PORTARIA Nº 180, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado de Pernambuco, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 483 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 7 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 75$ dias); Grupo II (75 dias $\leq n \geq 85$ dias); e Grupo III ($n > 85$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS PARAGUAÇU, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Juruá, BR 17-Gurguéia.

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206, Miranda IPA 207.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado de Pernambuco obteve enquadramento nos grupos II e II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Afrânio		1 a 3
Agrestina	7 a 13	7 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	7 a 12	7 a 12
Altinho	7 a 13	7 a 13
Angelim	6 a 13	6 a 13
Araripina	1 a 4	36 a 4
Arcoverde	5 a 9	5 a 9
Barra de Guabiraba	6 a 13	6 a 13
Belo Jardim	6 a 12	6 a 12
Betânia	2 a 4	2 a 6
Bezerros	9 a 12	6 a 12
Bodocó	1 a 4	36 a 4
Bom Conselho	7 a 12	7 a 12
Bom Jardim	6 a 13	6 a 13
Bonito	6 a 13	6 a 13
Brejão	5 a 13	5 a 13
Brejinho	1 a 6	1 a 6
Brejo da Madre de Deus		6 a 8
Buíque		4 a 9
Cachoeirinha	7 a 12	7 a 12
Caetés	7 a 13	7 a 13
Calçado	7 a 13	7 a 13
Calumbi	2 a 6	1 a 6
Camocim de São Félix	6 a 13	6 a 13
Canhotinho	6 a 13	6 a 13
Capoeiras	7 a 12	7 a 12
Carnaíba	2 a 6	1 a 6
Caruaru	10 a 12	7 a 12
Casinhas	7 a 13	7 a 13
Cedro	1 a 4	36 a 5
Correntes	6 a 12	5 a 12
Cumaru	7 a 13	7 a 13
Cupira	7 a 13	7 a 13
Custódia	3 a 4	2 a 6
Dormentes		1 a 3
Exu	1 a 4	36 a 4
Feira Nova	7 a 12	7 a 12
Flores	2 a 6	2 a 6
Frei Miguelinho	7 a 12	7 a 12
Garanhuns	6 a 13	6 a 13
Granito	1 a 4	36 a 4
Gravatá	7 a 12	7 a 12
Iati	7 a 12	7 a 12
Ibirajuba	7 a 13	7 a 13
Iguaraci	1 a 6	1 a 6
Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Ipubi	1 a 4	36 a 4
Itaíba	11 a 12	7 a 12
Itapetim	1 a 6	1 a 6
Jataúba		6 a 9
João Alfredo	7 a 13	7 a 13
Jucati	7 a 13	7 a 13
Jupi	7 a 13	7 a 13
Jurema	6 a 13	6 a 13
Lagoa do Ouro	7 a 12	7 a 12
Lagoa dos Gatos	6 a 13	6 a 13
Lajedo	7 a 13	7 a 13
Limoeiro	7 a 13	7 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Manari		11 a 12
Mirandiba	2 a 5	2 a 6
Moreilândia	1 a 4	36 a 4
Orobó	6 a 13	6 a 13
Ouricuri		1 a 3
Palmeirina	6 a 13	6 a 13
Panelas	7 a 13	7 a 13
Paranatama	7 a 13	7 a 13
Parnamirim		1 a 3
Passira	7 a 13	7 a 13
Pedra		5 a 10
Pesqueira	7 a 12	7 a 12
Poção	6 a 11	6 a 12
Quixaba	1 a 5	1 a 6
Riacho das Almas	7 a 12	7 a 13
Sairé	7 a 12	7 a 12
Salgadinho	7 a 13	7 a 13
Salgueiro	2 a 4	2 a 5
Saloá	7 a 13	6 a 13
Sanharó	7 a 11	7 a 12
Santa Cruz		1 a 3
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 6	1 a 6
Santa Cruz do Capibaribe		7 a 8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Filomena		1 a 3
Santa Maria do Cambucá	7 a 12	7 a 12
Santa Terezinha	1 a 6	1 a 6
São Bento do Una	5 a 11	5 a 12
São Caitano	9 a 11	7 a 12
São João	6 a 13	6 a 13
São Joaquim do Monte	6 a 13	6 a 13
São José do Belmonte	1 a 5	1 a 6
São José do Egito	1 a 6	1 a 6
São Vicente Ferrer	6 a 13	6 a 13
Serra Talhada	1 a 5	1 a 5
Serrita	1 a 4	1 a 5
Sertânia	3 a 4	1 a 5
Solidão	2 a 6	1 a 6
Surubim	7 a 12	7 a 12
Tabira	2 a 6	1 a 6
Tacaimbó	7 a 12	7 a 12
Taquaritinga do Norte	7 a 12	7 a 12
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Terra Nova		1 a 4
Toritama	10 a 11	10 a 11
Trindade	1 a 3	36 a 4
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante	1 a 4	1 a 6
Vertente do Lério	7 a 13	7 a 13
Vertentes	7 a 13	7 a 13

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Afrânio		1 a 3
Agrestina	7 a 13	7 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	7 a 12	7 a 12
Altinho	7 a 13	7 a 13
Angelim	6 a 13	6 a 13
Araripina	1 a 4	36 a 4
Arcoverde	5 a 9	5 a 9
Barra de Guabiraba	6 a 13	6 a 13
Belo Jardim	6 a 12	6 a 12
Betânia	2 a 4	2 a 6
Bezerros	9 a 12	6 a 12
Bodocó	1 a 4	36 a 4
Bom Conselho	7 a 12	7 a 12
Bom Jardim	6 a 13	6 a 13
Bonito	6 a 13	6 a 13
Brejão	5 a 13	5 a 13
Brejinho	1 a 6	1 a 6
Brejo da Madre de Deus		6 a 8
Buíque		4 a 9
Cachoeirinha	7 a 12	7 a 12
Caetés	7 a 13	7 a 13
Calçado	7 a 13	7 a 13
Calumbi	2 a 6	1 a 6
Camocim de São Félix	6 a 13	6 a 13
Canhotinho	6 a 13	6 a 13
Capoeiras	7 a 12	7 a 12
Carnaíba	2 a 6	1 a 6
Caruaru	10 a 12	7 a 12
Casinhas	7 a 13	7 a 13
Cedro	1 a 4	36 a 5
Correntes	6 a 12	5 a 12
Cumaru	7 a 13	7 a 13
Cupira	7 a 13	7 a 13
Custódia	3 a 4	2 a 6
Dormentes		1 a 3
Exu	1 a 4	36 a 4
Feira Nova	7 a 12	7 a 12
Flores	2 a 6	2 a 6
Frei Miguelinho	7 a 12	7 a 12
Garanhuns	6 a 13	6 a 13
Granito	1 a 4	36 a 4
Gravatá	7 a 12	7 a 12
Iati	7 a 12	7 a 12
Ibirajuba	7 a 13	7 a 13
Iguaraci	1 a 6	1 a 6
Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Ipubi	1 a 4	36 a 4
Itaíba	11 a 12	7 a 12
Itapetim	1 a 6	1 a 6
Jataúba		6 a 9
João Alfredo	7 a 13	7 a 13
Jucati	7 a 13	7 a 13
Jupi	7 a 13	7 a 13
Jurema	6 a 13	6 a 13
Lagoa do Ouro	7 a 12	7 a 12
Lagoa dos Gatos	6 a 13	6 a 13
Lajedo	7 a 13	7 a 13
Limoeiro	7 a 13	7 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Manari		11 a 12
Mirandiba	2 a 5	2 a 6
Moreilândia	1 a 4	36 a 4
Orobó	6 a 13	6 a 13
Ouricuri		1 a 3
Palmeirina	6 a 13	6 a 13
Panelas	7 a 13	7 a 13
Paranatama	7 a 13	7 a 13
Parnamirim		1 a 3
Passira	7 a 13	7 a 13
Pedra		5 a 10
Pesqueira	7 a 12	7 a 12
Poção	6 a 11	6 a 12
Quixaba	1 a 5	1 a 6
Riacho das Almas	7 a 12	7 a 13
Sairé	7 a 12	7 a 12
Salgadinho	7 a 13	7 a 13
Salgueiro	2 a 4	2 a 5
Saloá	7 a 13	6 a 13
Sanharó	7 a 11	7 a 12
Santa Cruz		1 a 3
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 6	1 a 6
Santa Cruz do Capibaribe		7 a 8
Santa Filomena		1 a 3
Santa Maria do Cambucá	7 a 12	7 a 12
Santa Terezinha	1 a 6	1 a 6
São Bento do Una	5 a 11	5 a 12
São Caitano	9 a 11	7 a 12
São João	6 a 13	6 a 13
São Joaquim do Monte	6 a 13	6 a 13
São José do Belmonte	1 a 5	1 a 6
São José do Egito	1 a 6	1 a 6
São Vicente Ferrer	6 a 13	6 a 13
Serra Talhada	1 a 5	1 a 5
Serrita	1 a 4	1 a 5
Sertânia	3 a 4	1 a 5
Solidão	2 a 6	1 a 6
Surubim	7 a 12	7 a 12
Tabira	2 a 6	1 a 6
Tacaimbó	7 a 12	7 a 12
Taquaritinga do Norte	7 a 12	7 a 12
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Terra Nova		1 a 4
Toritama		10 a 11
Trindade	1 a 3	36 a 4
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante	1 a 4	1 a 6
Vertente do Lério	7 a 13	7 a 13
Vertentes	7 a 13	7 a 13

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Afrânio		1 a 3
Agrestina	7 a 13	7 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	7 a 12	7 a 12
Altinho	7 a 13	7 a 13
Angelim	6 a 13	6 a 13
Araripina	1 a 4	36 a 4
Arcoverde	5 a 9	5 a 9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Barra de Guabiraba	6 a 13	6 a 13
Belo Jardim	6 a 12	6 a 12
Betânia	2 a 4	2 a 6
Bezerros	9 a 12	6 a 12
Bodocó	1 a 4	36 a 4
Bom Conselho	7 a 12	7 a 12
Bom Jardim	6 a 13	6 a 13
Bonito	6 a 13	6 a 13
Brejão	5 a 13	5 a 13
Brejinho	1 a 6	1 a 6
Brejo da Madre de Deus		6 a 8
Buíque		4 a 9
Cachoeirinha	7 a 12	7 a 12
Caetés	7 a 13	7 a 13
Calçado	7 a 13	7 a 13
Calumbi	2 a 6	1 a 6
Camocim de São Félix	6 a 13	6 a 13
Canhotinho	6 a 13	6 a 13
Capoeiras	7 a 12	7 a 12
Carnaíba	2 a 6	1 a 6
Caruaru	10 a 12	7 a 12
Casinhas	7 a 13	7 a 13
Cedro	1 a 4	36 a 5
Correntes	6 a 12	5 a 12
Cumaru	7 a 13	7 a 13
Cupira	7 a 13	7 a 13
Custódia	3 a 4	2 a 6
Dormentes		1 a 3
Exu	1 a 4	36 a 4
Feira Nova	7 a 12	7 a 12
Flores	2 a 6	2 a 6
Frei Miguelinho	7 a 12	7 a 12
Garanhuns	6 a 13	6 a 13
Granito	1 a 4	36 a 4
Gravatá	7 a 12	7 a 12
Iati	7 a 12	7 a 12
Ibirajuba	7 a 13	7 a 13
Iguaraci	1 a 6	1 a 6
Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Ipubi	1 a 4	36 a 4
Itaíba	11 a 12	7 a 12
Itapetim	1 a 6	1 a 6
Jataúba		6 a 9
João Alfredo	7 a 13	7 a 13
Jucati	7 a 13	7 a 13
Jupi	7 a 13	7 a 13
Jurema	6 a 13	6 a 13
Lagoa do Ouro	7 a 12	7 a 12
Lagoa dos Gatos	6 a 13	6 a 13
Lajedo	7 a 13	7 a 13
Limoeiro	7 a 13	7 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Manari		11 a 12
Mirandiba	2 a 5	2 a 6
Moreilândia	1 a 4	36 a 4
Orobó	6 a 13	6 a 13
Ouricuri		1 a 3
Palmeirina	6 a 13	6 a 13
Panelas	7 a 13	7 a 13
Paranatama	7 a 13	7 a 13
Parnamirim		1 a 3
Passira	7 a 13	7 a 13
Pedra		5 a 10
Pesqueira	7 a 12	7 a 12
Poção	6 a 11	6 a 12
Quixaba	1 a 5	1 a 6
Riacho das Almas	7 a 12	7 a 13
Sairé	7 a 12	7 a 12
Salgadinho	7 a 13	7 a 13
Salgueiro	2 a 4	2 a 5
Saloá	7 a 13	6 a 13
Sanharó	7 a 11	7 a 12
Santa Cruz		1 a 3
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 6	1 a 6
Santa Cruz do Capibaribe		7 a 8
Santa Filomena		1 a 3
Santa Maria do Cambucá	7 a 12	7 a 12
Santa Terezinha	1 a 6	1 a 6
São Bento do Una	5 a 11	5 a 12
São Caitano	9 a 11	7 a 12
São João	6 a 13	6 a 13
São Joaquim do Monte	6 a 13	6 a 13
São José do Belmonte	1 a 5	1 a 6
São José do Egito	1 a 6	1 a 6
São Vicente Ferrer	6 a 13	6 a 13
Serra Talhada	1 a 5	1 a 5
Serrita	1 a 4	1 a 5
Sertânia	3 a 4	1 a 5
Solidão	2 a 6	1 a 6
Surubim	7 a 12	7 a 12
Tabira	2 a 6	1 a 6
Tacaimbó	7 a 12	7 a 12
Taquaritinga do Norte	7 a 12	7 a 12
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Terra Nova		1 a 4
Toritama		10 a 11
Trindade	1 a 3	36 a 4
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante	1 a 4	1 a 6
Vertente do Lério	7 a 13	7 a 13
Vertentes	7 a 13	7 a 13

PORTARIA Nº 181, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado do Piauí, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 155 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteithnas, nas 6 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 75$ dias); Grupo II ($75 \text{ dias} \leq n \geq 85$ dias); e Grupo III ($n > 85$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenologica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS - Mazagão, BRS PARAGUAÇU, BRS Rouxinol, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BR 14-Mulato, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Itaim, BRS Juruá, BRS Imponente, BR 17-Gurguéia, MONTEIR, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206, Miranda IPA 207.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Agricolândia	35 a 5	34 a 6	33 a 6
Água Branca	35 a 5	34 a 6	33 a 6
Alto Longá	3 a 5	34 a 6	33 a 6
Altos	1 a 5	34 a 6	33 a 6
Alvorada do Gurguéia		35 a 2	35 a 3
Amarante	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Angical do Piauí	34 a 4	33 a 6	32 a 6
Antônio Almeida	34 a 3	29 a 6	28 a 6
Aroazes		3 a 4	35 a 4
Arraial		34 a 3	34 a 3
Avelino Lopes		28 a 1	28 a 3
Baixa Grande do Ribeiro	34 a 35	28 a 3	28 a 6
Barra d'Alcântara		34 a 1	34 a 3
Barras	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Barreiras do Piauí	34 a 35	28 a 3	28 a 5
Barro Duro	35 a 5	34 a 6	33 a 6
Batalha	1 a 6	35 a 6	35 a 6
Beneditinos	36 a 5	33 a 6	33 a 6
Bertolínia		34 a 2	30 a 3
Boa Hora	1 a 6	35 a 6	34 a 6
Bom Jesus			29 a 2
Bom Princípio do Piauí	3 a 4	1 a 6	1 a 6
Boqueirão do Piauí	1 a 4	34 a 6	34 a 6
Brasileira	2 a 4	1 a 6	35 a 6
Buriti dos Lopes	2 a 6	1 a 6	1 a 6
Buriti dos Montes			1 a 4
Cabeceiras do Piauí	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Cajazeiras do Piauí			34 a 3
Cajueiro da Praia	3 a 4	1 a 6	1 a 6
Campo Largo do Piauí	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Campo Maior	1 a 5	34 a 6	33 a 6
Canavieira	1 a 2	33 a 6	30 a 6
Capitão de Campos	2 a 3	1 a 6	36 a 6
Caraúbas do Piauí	1 a 6	35 a 6	35 a 6
Castelo do Piauí		3 a 5	1 a 5
Caxingó	1 a 6	1 a 6	36 a 6
Cocal	3 a 4	1 a 6	1 a 6
Cocal de Telha	2 a 3	1 a 6	35 a 6
Cocal dos Alves	3 a 4	1 a 6	1 a 6
Coivaras	1 a 5	34 a 6	33 a 6
Colônia do Gurguéia			35 a 36
Colônia do Piauí			1 a 2
Corrente		28 a 4	28 a 5
Cristalândia do Piauí		28 a 4	28 a 5
Cristino Castro			35 a 2
Curimatá		28 a 1	28 a 3
Currais		35 a 36	34 a 2
Curralinhos	35 a 5	33 a 6	33 a 6
Demerval Lobão	35 a 5	33 a 6	33 a 6
Dom Expedito Lopes			1 a 2
Domingos Mourão		1 a 4	1 a 6
Elesbão Veloso		34 a 5	34 a 6
Eliseu Martins			34 a 2
Esperantina	36 a 6	35 a 6	35 a 6
Floriano	35 a 3	32 a 6	32 a 6
Francinópolis		34 a 3	34 a 3
Francisco Ayres		34 a 3	34 a 3
Gilbués	34 a 35	28 a 3	28 a 5
Guadalupe	34 a 3	29 a 6	29 a 6
Guaribas			35 a 2
Hugo Napoleão	1 a 5	34 a 6	33 a 6
Ilha Grande	2 a 4	1 a 6	1 a 6
Inhuma			35 a 36
Ipiranga do Piauí			34 a 1
Itaueira		34 a 3	32 a 3
Jardim do Mulato	35 a 4	34 a 6	33 a 6
Jatobá do Piauí	2 a 3	36 a 6	34 a 6
Jerumenha	34 a 3	29 a 6	29 a 6
Joaquim Pires	1 a 6	35 a 6	35 a 6
Joca Marques	36 a 6	34 a 6	34 a 6
José de Freitas	36 a 6	34 a 6	33 a 6
Juazeiro do Piauí		2 a 3	36 a 6
Júlio Borges		28 a 1	28 a 4
Lagoa Alegre	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Lagoa de São Francisco	2 a 3	1 a 4	1 a 6
Lagoa do Piauí	35 a 5	34 a 6	33 a 6
Lagoa do Sítio			34 a 1
Lagoinha do Piauí	35 a 5	34 a 6	33 a 6
Landri Sales	34 a 3	29 a 6	28 a 6
Luís Correia	3 a 4	1 a 6	1 a 6
Luzilândia	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Madeiro	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Manoel Emídio		34 a 1	34 a 3
Marcos Parente	34 a 3	29 a 6	29 a 6
Matias Olímpio	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Miguel Alves	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Miguel Leão	35 a 5	34 a 6	33 a 6
Milton Brandão		1 a 3	1 a 6
Monsenhor Gil	35 a 5	34 a 6	33 a 6
Monte Alegre do Piauí		34 a 35	28 a 3
Morro Cabeça no Tempo			29 a 2
Morro do Chapéu do Piauí	36 a 6	35 a 6	34 a 6
Murici dos Portelas	1 a 6	36 a 6	35 a 6
Nazaré do Piauí		2 a 3	35 a 3
Nazária	35 a 6	33 a 6	33 a 6
Nossa Senhora de Nazaré	35 a 4	34 a 6	33 a 6
Nossa Senhora dos Remédios	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Novo Oriente do Piauí			34 a 3
Novo Santo Antônio		1 a 5	34 a 6
Oeiras			34 a 3
Olho d'Água do Piauí	35 a 5	34 a 6	33 a 6
Palmeira do Piauí		34 a 1	34 a 3
Palmeirais	35 a 6	33 a 6	32 a 6
Paquetá			1 a 2
Parnaguá		28 a 1	28 a 5
Parnaíba	2 a 4	1 a 6	1 a 6
Passagem Franca do Piauí	1 a 5	34 a 6	33 a 6
Pau d'Arco do Piauí	1 a 5	34 a 6	33 a 6
Pavussu			2 a 3
Pedro II		1 a 4	1 a 6
Picos			1 a 2
Pimenteiras			35 a 1
Piracuruca	2 a 4	1 a 6	36 a 6
Piripiri	2 a 4	1 a 6	35 a 6
Porto	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Porto Alegre do Piauí	34 a 3	29 a 6	28 a 6
Prata do Piauí	36 a 5	34 a 6	33 a 6
Redenção do Gurguéia			28 a 2
Regeneração	2 a 3	34 a 4	33 a 6
Riacho Frio		28 a 35	28 a 3
Ribeiro Gonçalves	34 a 3	28 a 6	28 a 6
Rio Grande do Piauí			1 a 2
Santa Cruz do Piauí			1 a 2
Santa Cruz dos Milagres		34 a 3	34 a 4
Santa Filomena	34 a 36	28 a 3	28 a 6
Santa Luz			35 a 2
Santa Rosa do Piauí			34 a 3
Santo Antônio dos Milagres	35 a 4	34 a 6	33 a 6
São Félix do Piauí		34 a 5	34 a 6
São Francisco do Piauí			34 a 2
São Gonçalo do Gurguéia		28 a 3	28 a 5
São Gonçalo do Piauí	35 a 4	34 a 6	33 a 6
São João da Canabrava			35 a 36
São João da Fronteira	2 a 3	1 a 6	1 a 6
São João da Serra			1 a 5
São João da Varjota			1 a 2
São João do Arraial	36 a 6	34 a 6	34 a 6
São José do Divino	1 a 6	35 a 6	35 a 6
São José do Peixe			1 a 2
São Miguel da Baixa Grande	1 a 5	34 a 6	33 a 6
São Miguel do Tapuio			1 a 3
São Pedro do Piauí	35 a 5	33 a 6	33 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sebastião Barros		28 a 3	28 a 5
Sebastião Leal	2 a 3	30 a 4	28 a 6
Sigefredo Pacheco		1 a 5	35 a 6
Tanque do Piauí		34 a 2	34 a 3
Teresina	35 a 6	33 a 6	33 a 6
União	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Uruçuí	34 a 3	28 a 6	28 a 6
Valença do Piauí			34 a 3
Várzea Grande		34 a 2	33 a 3
Wall Ferraz			1 a 2

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Agricolândia	34 a 4	34 a 6	32 a 6
Água Branca	36 a 3	34 a 6	32 a 6
Alto Longá	2 a 4	34 a 6	32 a 6
Altos	36 a 5	34 a 6	32 a 6
Alvorada do Gurguéia		36 a 1	34 a 2
Amarante	33 a 5	32 a 6	31 a 6
Angical do Piauí	33 a 3	32 a 6	31 a 6
Antônio Almeida	33 a 2	28 a 5	28 a 6
Aroazes		2 a 3	34 a 4
Arraial		34 a 2	33 a 3
Avelino Lopes		28 a 29 + 35 a 36	28 a 3
Baixa Grande do Ribeiro	34 a 35	28 a 4	28 a 5
Barra d'Alcântara		34 a 2	33 a 3
Barras	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Barreiras do Piauí	34 a 35	28 a 3	28 a 4
Barro Duro	35 a 4	34 a 6	32 a 6
Batalha	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Beneditinos	2 a 4	32 a 6	32 a 6
Bertolínia		34 a 1	29 a 2
Boa Hora	36 a 5	35 a 6	33 a 6
Bom Jesus			28 a 1
Bom Princípio do Piauí		1 a 6	36 a 6
Boqueirão do Piauí	36 a 5	34 a 6	33 a 6
Brasileira	1 a 3	36 a 6	35 a 6
Buriti dos Lopes	1 a 6	1 a 6	36 a 6
Buriti dos Montes			1 a 3
Cabeceiras do Piauí	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Cajazeiras do Piauí		1 a 2	33 a 2
Cajueiro da Praia		1 a 6	36 a 6
Campo Largo do Piauí	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Campo Maior	36 a 3	34 a 6	33 a 6
Canavieira	1 a 2	32 a 5	29 a 6
Capitão de Campos	1 a 3	1 a 6	35 a 6
Caraúbas do Piauí	1 a 5	34 a 6	34 a 6
Castelo do Piauí		3 a 4	35 a 5
Caxingó	1 a 6	36 a 6	35 a 6
Cocal	2 a 3	1 a 6	36 a 6
Cocal de Telha	1 a 3	35 a 6	34 a 6
Cocal dos Alves	2 a 3	1 a 6	36 a 6
Coivaras	1 a 4	34 a 6	32 a 6
Colônia do Gurguéia			1 a 2
Colônia do Piauí			36 a 1
Corrente	32 a 34	28 a 3	28 a 4
Cristalândia do Piauí	32 a 34	28 a 3	28 a 4
Cristino Castro			35 a 1
Curimatá		28 a 29 + 35 a 36	28 a 3
Currais		34 a 35	33 a 1
Curralinhos	33 a 4	32 a 6	32 a 6
Demerval Lobão	34 a 5	32 a 6	32 a 6
Domingos Mourão		1 a 3	36 a 6
Elesbão Veloso	2 a 3	34 a 5	33 a 6
Eliseu Martins			33 a 1
Esperantina	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Floriano	33 a 5	31 a 5	30 a 6
Francinópolis		34 a 2	33 a 3
Francisco Ayres		34 a 2	33 a 3
Gilbués	34 a 35	28 a 3	28 a 4
Guadalupe	33 a 2	29 a 6	28 a 6
Guaribas			35 a 36
Hugo Napoleão	36 a 3	34 a 5	32 a 6
Ilha Grande	2 a 6	1 a 6	36 a 6
Inhuma			34 a 35
Ipiranga do Piauí			33 a 35
Itaueira		34 a 2	31 a 3
Jardim do Mulato	34 a 3	34 a 5	32 a 6
Jatobá do Piauí	1 a 3	35 a 6	33 a 6
Jerumenha	33 a 5	28 a 6	28 a 6
Joaquim Pires	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Joca Marques	35 a 6	34 a 6	33 a 6
José de Freitas	34 a 6	34 a 6	32 a 6
Juazeiro do Piauí		1 a 3	35 a 5
Júlio Borges		28 a 36	28 a 4
Lagoa Alegre	34 a 6	34 a 6	32 a 6
Lagoa de São Francisco	1 a 2	1 a 3	36 a 6
Lagoa do Piauí	34 a 5	32 a 6	32 a 6
Lagoa do Sítio			34 a 36
Lagoinha do Piauí	34 a 4	34 a 6	32 a 6
Landri Sales	33 a 2	29 a 5	28 a 6
Luís Correia		1 a 6	36 a 6
Luzilândia	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Madeiro	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Manoel Emídio		1 a 2	33 a 2
Marcos Parente	33 a 2	28 a 6	28 a 6
Matias Olímpio	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Miguel Alves	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Miguel Leão	34 a 4	32 a 6	32 a 6
Milton Brandão		1 a 3	36 a 6
Monsenhor Gil	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Monte Alegre do Piauí		34 a 35	28 a 2
Morro Cabeça no Tempo		28 a 29	28 a 1
Morro do Chapéu do Piauí	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Murici dos Portelas	36 a 6	35 a 6	35 a 6
Nazaré do Piauí		1 a 2	34 a 2
Nazária	34 a 5	32 a 6	32 a 6
Nossa Senhora de Nazaré	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Nossa Senhora dos Remédios	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Novo Oriente do Piauí			34 a 2
Novo Santo Antônio		35 a 4	34 a 5
Oeiras			33 a 2
Olho d'Água do Piauí	34 a 4	34 a 6	32 a 6
Palmeira do Piauí		34 a 35	32 a 2
Palmeirais	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Parnaguá		28 a 36	28 a 5
Parnaíba	2 a 6	1 a 6	36 a 6
Passagem Franca do Piauí	35 a 4	34 a 6	32 a 6
Pau d'Arco do Piauí	1 a 4	34 a 6	32 a 6
Pavussu			34 a 1
Pedro II		1 a 3	36 a 6
Picos			2 a 3
Pimenteiras			34 a 36
Piracuruca	1 a 3	1 a 6	35 a 6
Piripiri	1 a 2	36 a 5	34 a 6
Porto	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Porto Alegre do Piauí	33 a 2	29 a 5	28 a 6
Prata do Piauí	1 a 4	32 a 5	32 a 6
Redenção do Gurguéia		28 a 29	28 a 1
Regeneração	1 a 2	34 a 5	32 a 6
Riacho Frio		28 a 29	28 a 3
Ribeiro Gonçalves	32 a 2	28 a 5	28 a 6
Rio Grande do Piauí			1 a 2
Santa Cruz dos Milagres		1 a 2	32 a 6
Santa Filomena	33 a 2	28 a 3	28 a 6
Santa Luz			35 a 1
Santa Rosa do Piauí			33 a 2
Santo Antônio dos Milagres	34 a 3	34 a 6	32 a 6
São Félix do Piauí	2 a 3	34 a 5	32 a 6
São Francisco do Piauí			33 a 1
São Gonçalo do Gurguéia		28 a 3	28 a 4
São Gonçalo do Piauí	34 a 3	34 a 5	32 a 6
São João da Canabrava			34 a 35
São João da Fronteira	2 a 3	1 a 6	36 a 6
São João da Serra			34 a 5
São João do Arraial	35 a 6	34 a 6	33 a 6
São José do Divino	36 a 6	34 a 6	34 a 6
São José do Peixe			34 a 36
São Miguel da Baixa Grande	1 a 4	32 a 5	32 a 6
São Miguel do Tapuio			1 a 3
São Pedro do Piauí	34 a 4	32 a 6	32 a 6
Sebastião Barros		28 a 3	28 a 4
Sebastião Leal	33 a 2	29 a 4	28 a 6
Sigefredo Pacheco		35 a 5	34 a 6
Tanque do Piauí		34 a 2	33 a 3
Teresina	34 a 5	32 a 6	32 a 6
União	34 a 6	34 a 6	32 a 6
Uruçuí	32 a 2	28 a 5	28 a 6
Valença do Piauí		2 a 3	33 a 3
Várzea Grande		34 a 2	32 a 3

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Agricolândia	33 a 4	32 a 5	31 a 6
Água Branca	35 a 3	32 a 5	31 a 5
Alto Longá	2 a 4	32 a 5	32 a 6
Altos	35 a 4	32 a 5	32 a 6
Alvorada do Gurguéia		34 a 35	33 a 1
Amarante	32 a 4	31 a 5	30 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Angical do Piauí	32 a 3	32 a 5	31 a 5
Antônio Almeida	32 a 1	29 a 4	28 a 5
Aroazes		1 a 2	34 a 2
Arraial		33 a 1	32 a 3
Avelino Lopes		34 a 35	28 a 2
Baixa Grande do Ribeiro	33 a 34	29 a 3	28 a 4
Barra d'Alcântara		33 a 1	32 a 2
Barras	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Barreiras do Piauí	33 a 34	28 a 2	28 a 3
Barro Duro	33 a 3	32 a 5	31 a 6
Batalha	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Beneditinos	1 a 4	32 a 6	31 a 6
Bertolínia		32 a 35	29 a 2
Boa Hora	35 a 4	34 a 6	33 a 6
Bom Jesus		33 a 34	31 a 1
Bom Princípio do Piauí		36 a 6	35 a 6
Boqueirão do Piauí	35 a 4	33 a 6	32 a 6
Brasileira	1 a 3	35 a 6	34 a 6
Buriti dos Lopes	1 a 6	36 a 6	35 a 6
Buriti dos Montes		2 a 3	36 a 4
Cabeceiras do Piauí	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Cajazeiras do Piauí			32 a 2
Cajueiro da Praia		36 a 6	35 a 6
Campo Largo do Piauí	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Campo Maior	35 a 4	32 a 6	32 a 6
Canavieira	1 a 2	29 a 4	28 a 5
Capitão de Campos	1 a 2	36 a 5	34 a 6
Caraúbas do Piauí	36 a 5	33 a 6	33 a 6
Castelo do Piauí		2 a 3	34 a 4
Caxingó	36 a 6	35 a 6	34 a 6
Cocal	2 a 3	36 a 6	35 a 6
Cocal de Telha	36 a 2	34 a 5	33 a 6
Cocal dos Alves	2 a 3	36 a 6	35 a 6
Coivaras	35 a 4	32 a 5	32 a 6
Colônia do Gurguéia			34 a 35
Colônia do Piauí			35 a 36
Corrente		28 a 3	28 a 3
Cristalândia do Piauí		28 a 3	28 a 3
Cristino Castro			34 a 1
Curimatá			28 a 3
Currais		33 a 34	32 a 1
Curralinhos	32 a 4	31 a 5	31 a 6
Demerval Lobão	33 a 4	32 a 6	31 a 6
Domingos Mourão		36 a 5	35 a 6
Elesbão Veloso	1 a 2	32 a 4	32 a 5
Eliseu Martins			32 a 34
Esperantina	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Floriano	31 a 2	29 a 5	29 a 6
Francinópolis		32 a 1	32 a 3
Francisco Ayres		33 a 1	32 a 3
Gilbués	33 a 34	28 a 2	28 a 3
Guadalupe	31 a 2	29 a 5	28 a 6
Guaribas			34 a 35
Hugo Napoleão	35 a 3	32 a 5	31 a 5
Ilha Grande	5 a 6	36 a 6	35 a 6
Inhuma			33 a 34
Ipiranga do Piauí			33 a 34
Itaueira		31 a 1	30 a 2
Jardim do Mulato	33 a 3	32 a 5	31 a 5
Jatobá do Piauí	36 a 2	34 a 5	33 a 6
Jerumenha	31 a 3	28 a 5	28 a 6
Joaquim Pires	35 a 6	34 a 6	33 a 6
Joca Marques	34 a 6	33 a 6	32 a 6
José de Freitas	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Juazeiro do Piauí		36 a 3	34 a 4
Júlio Borges		28 a 35	28 a 3
Lagoa Alegre	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Lagoa de São Francisco		36 a 5	34 a 6
Lagoa do Piauí	33 a 4	32 a 6	31 a 6
Lagoa do Sítio			33 a 36
Lagoinha do Piauí	33 a 3	32 a 5	31 a 6
Landri Sales	32 a 3	28 a 5	28 a 5
Luís Correia		36 a 6	35 a 6
Luzilândia	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Madeiro	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Manoel Emídio		34 a 35	32 a 1
Marcos Parente	32 a 1	29 a 5	28 a 6
Matias Olímpio	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Miguel Alves	34 a 6	32 a 6	32 a 6
Miguel Leão	33 a 4	32 a 5	31 a 6
Milton Brandão		36 a 3	35 a 5
Monsenhor Gil	33 a 5	32 a 6	31 a 6
Monte Alegre do Piauí		31 a 34	28 a 1
Morro Cabeça no Tempo			28 a 1
Morro do Chapéu do Piauí	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Murici dos Portelas	36 a 6	34 a 6	34 a 6
Nazaré do Piauí		36 a 1	32 a 1
Nazária	33 a 5	32 a 6	31 a 6
Nossa Senhora de Nazaré	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Nossa Senhora dos Remédios	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Novo Oriente do Piauí			33 a 2
Novo Santo Antônio		34 a 4	33 a 5
Oeiras			33 a 1
Olho d'Água do Piauí	33 a 3	32 a 5	31 a 6
Palmeira do Piauí		32 a 35	31 a 1
Palmeirais	32 a 4	31 a 5	31 a 6
Parnaguá		28 a 1	28 a 4
Parnaíba	5 a 6	36 a 6	35 a 6
Passagem Franca do Piauí	35 a 4	32 a 5	31 a 6
Pau d'Arco do Piauí	35 a 4	32 a 6	32 a 6
Pavussu			33 a 1
Pedro II		36 a 5	35 a 6
Picos			1 a 2
Pimenteiras			34 a 35
Piracuruca	1 a 4	36 a 6	34 a 6
Piripiri	1 a 2	35 a 5	34 a 6
Porto	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Porto Alegre do Piauí	32 a 1	29 a 5	28 a 6
Prata do Piauí	36 a 4	32 a 5	31 a 5
Redenção do Gurguéia			28 a 1
Regeneração	1 a 2	32 a 4	32 a 5
Riacho Frio		28 a 29	28 a 3
Ribeiro Gonçalves	31 a 1	28 a 4	28 a 5
Santa Cruz dos Milagres		33 a 34	32 a 4
Santa Filomena	32 a 34	28 a 2	28 a 5
Santa Luz			34 a 1
Santa Rosa do Piauí			33 a 1
Santo Antônio dos Milagres	33 a 3	32 a 5	31 a 5
São Félix do Piauí		33 a 4	32 a 5
São Francisco do Piauí			32 a 36
São Gonçalo do Gurguéia		28 a 2	28 a 3
São Gonçalo do Piauí	35 a 3	32 a 5	31 a 5
São João da Canabrava			34 a 35
São João da Fronteira	2 a 3	36 a 5	35 a 6
São João da Serra			34 a 4
São João do Arraial	34 a 6	33 a 6	32 a 6
São José do Divino	35 a 6	33 a 6	33 a 6
São José do Peixe			34 a 35
São Miguel da Baixa Grande	36 a 4	32 a 5	31 a 5
São Miguel do Tapuio			2 a 3
São Pedro do Piauí	33 a 4	32 a 5	31 a 6
Sebastião Barros		28 a 2	28 a 3
Sebastião Leal	32 a 1	29 a 3	28 a 5
Sigefredo Pacheco		34 a 4	33 a 5
Tanque do Piauí		32 a 1	32 a 2
Teresina	33 a 5	32 a 6	31 a 6
União	33 a 6	32 a 6	31 a 6
Uruçuí	31 a 1	28 a 4	28 a 5
Valença do Piauí			33 a 2
Várzea Grande		32 a 1	31 a 3

PORTARIA Nº 182, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado do Rio Grande do Norte, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 165 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 5 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≥ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS PARAGUAÇU, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Juruá, BR 17-Gurguéia;

EMPARN: BRS Potiguar, Riso do An, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206, Miranda IPA 207.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado do Rio Grande do Norte obteve enquadramento no grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu	3 a 7	2 a 8
Afonso Bezerra	3 a 4	2 a 8
Água Nova	2 a 8	1 a 9
Alexandria	3 a 7	2 a 8
Almino Afonso	2 a 8	1 a 9
Alto do Rodrigues	4 a 7	3 a 8
Antônio Martins	4 a 7	2 a 9
Apodi	4 a 5	4 a 9
Arês	6 a 14	5 a 15
Baía Formosa	6 a 14	5 a 15
Baraúna	5 a 6	4 a 8
Bodó		4 a 6
Bom Jesus	11 a 12	9 a 14
Brejinho	10 a 12	7 a 15
Campo Grande	4 a 7	3 a 9
Campo Redondo		4 a 8
Canguaretama	6 a 14	5 a 15
Caraúbas	4 a 7	3 a 9
Carnaubais	4 a 7	3 a 8
Ceará-Mirim	6 a 14	5 a 15
Cerro Corá		4 a 6
Coronel Ezequiel	7 a 8	7 a 13
Coronel João Pessoa	4 a 8	2 a 9
Doutor Severiano	4 a 8	2 a 9
Encanto	4 a 8	2 a 9
Espírito Santo	7 a 14	6 a 15
Extremoz	6 a 14	5 a 15
Felipe Guerra	3 a 4	3 a 8
Florânia		4 a 6
Francisco Dantas	3 a 7	2 a 9
Frutuoso Gomes	3 a 7	2 a 9
Goianinha	6 a 14	5 a 15
Governador Dix-Sept Rosado	4 a 5	3 a 8
Ielmo Marinho	8 a 14	7 a 15
Ipanguaçu	4 a 7	3 a 8
Itajá	4 a 7	3 a 8
Itaú	3 a 4	3 a 8
Jaçanã	7 a 8	7 a 13
Jandaíra	11 a 12	9 a 12
Janduís	4 a 7	3 a 9
Januário Cicco	11 a 12	7 a 14
Jardim de Piranhas		4 a 6
João Câmara	10 a 11	9 a 12
João Dias	4 a 7	3 a 9
José da Penha	2 a 7	1 a 9
Jundiá	7 a 14	6 a 15
Lagoa d'Anta		12 a 13
Lagoa de Pedras	9 a 13	8 a 15
Lagoa Nova		4 a 6
Lagoa Salgada	11 a 12	8 a 14
Lucrécia	4 a 8	3 a 9
Luís Gomes	2 a 8	1 a 9
Macaíba	6 a 14	5 a 15
Major Sales	2 a 7	1 a 9
Marcelino Vieira	4 a 7	2 a 9
Martins	4 a 7	2 a 9
Maxaranguape	6 a 14	5 a 15
Messias Targino	5 a 7	4 a 9
Montanhas	9 a 12	8 a 14
Monte Alegre	7 a 14	6 a 15
Mossoró	5 a 6	4 a 8
Nísia Floresta	6 a 14	5 a 15
Nova Cruz	11 a 12	8 a 14
Olho-d'Água do Borges	5 a 7	4 a 9
Paraná	2 a 7	1 a 9
Paraú		4 a 8
Parnamirim	6 a 14	5 a 15
Passa e Fica	11 a 12	8 a 14
Passagem	7 a 14	6 a 15
Patu	6 a 7	4 a 9
Pau dos Ferros	4 a 7	3 a 9
Pedra Grande		6 a 7
Pedro Velho	7 a 14	6 a 15
Pendências	4 a 7	3 a 8
Pilões	4 a 7	3 a 8
Poço Branco		7 a 8
Portalegre	3 a 7	2 a 9
Presidente Juscelino	11 a 12	7 a 14
Pureza	6 a 11	5 a 15
Rafael Fernandes	3 a 7	2 a 9
Rafael Godeiro	3 a 7	2 a 9
Riacho da Cruz	3 a 4	3 a 9
Riacho de Santana	2 a 8	1 a 9
Rio do Fogo	6 a 13	5 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rodolfo Fernandes	4 a 7	3 a 9
Santo Antônio	8 a 12	6 a 14
São Bento do Trairí	11 a 12	8 a 14
São Francisco do Oeste	4 a 7	3 a 9
São Gonçalo do Amarante	6 a 14	5 a 15
São José de Mipibu	6 a 14	5 a 15
São José do Campestre	11 a 12	7 a 14
São Miguel	3 a 8	2 a 9
São Miguel do Gostoso	7 a 11	6 a 14
São Paulo do Potengi	11 a 12	9 a 13
São Pedro	11 a 12	9 a 13
São Rafael	4 a 5	4 a 5
Senador Elói de Souza	11 a 12	9 a 14
Senador Georgino Avelino	6 a 12	5 a 13
Serra de São Bento	11 a 12	9 a 12
Serra do Mel		5 a 7
Serra Negra do Norte		4 a 6
Serrinha	11 a 12	8 a 13
Serrinha dos Pintos	3 a 7	2 a 9
Severiano Melo	4 a 7	3 a 9
Taboleiro Grande	4 a 7	3 a 9
Taipu	7 a 11	6 a 14
Tenente Ananias	4 a 7	3 a 9
Tibau do Sul	6 a 14	5 a 15
Timbaúba dos Batistas		5 a 7
Touros	6 a 13	5 a 15
Triunfo Potiguar	4 a 7	3 a 9
Umarizal	4 a 7	3 a 9
Upanema		4 a 9
Várzea	7 a 14	6 a 15
Venha-Ver	3 a 8	1 a 9
Vera Cruz	9 a 13	8 a 15
Viçosa	3 a 7	1 a 9
Vila Flor	4 a 14	3 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu	3 a 7	2 a 8
Afonso Bezerra	4 a 5	2 a 8
Água Nova	2 a 8	1 a 9
Alexandria	3 a 7	2 a 8
Almino Afonso	2 a 8	1 a 9
Alto do Rodrigues	4 a 7	3 a 8
Antônio Martins	4 a 7	2 a 9
Apodi	4 a 5	4 a 9
Arês	6 a 14	5 a 15
Baía Formosa	6 a 14	5 a 15
Baraúna	5 a 6	4 a 8
Bodó		4 a 6
Bom Jesus	11 a 12	9 a 14
Brejinho	10 a 12	7 a 15
Campo Grande	4 a 7	3 a 9
Campo Redondo		4 a 8
Canguaretama	6 a 14	5 a 15
Caraúbas	4 a 7	3 a 9
Carnaubais	4 a 7	3 a 8
Ceará-Mirim	6 a 14	5 a 15
Cerro Corá		4 a 6
Coronel Ezequiel	7 a 8	7 a 13
Coronel João Pessoa	4 a 8	2 a 9
Doutor Severiano	4 a 8	2 a 9
Encanto	4 a 8	2 a 9
Espírito Santo	7 a 14	6 a 15
Extremoz	6 a 14	5 a 15
Felipe Guerra	4 a 5	3 a 8
Florânia		4 a 6
Francisco Dantas	3 a 7	2 a 9
Frutuoso Gomes	3 a 7	2 a 9
Goianinha	6 a 14	5 a 15
Governador Dix-Sept Rosado	4 a 5	3 a 8
Ielmo Marinho	8 a 14	7 a 15
Ipanguaçu	4 a 7	3 a 8
Itajá	4 a 7	3 a 8
Itaú	4 a 5	3 a 8
Jaçanã	7 a 8	7 a 13
Janduís	4 a 7	3 a 9
Januário Cicco	11 a 12	7 a 14
Jardim de Piranhas		4 a 6
João Câmara	11 a 12	9 a 12
João Dias	4 a 7	3 a 9
José da Penha	2 a 7	1 a 9
Jundiá	7 a 14	6 a 15
Lagoa d'Anta		12 a 13
Lagoa de Pedras	9 a 13	8 a 15
Lagoa Nova		4 a 6
Lagoa Salgada	11 a 12	8 a 14
Lucrécia	4 a 8	3 a 9
Luís Gomes	2 a 8	1 a 9
Macaíba	6 a 14	5 a 15
Major Sales	2 a 7	1 a 9
Marcelino Vieira	4 a 7	2 a 9
Martins	4 a 7	2 a 9
Maxaranguape	6 a 14	5 a 15
Messias Targino	5 a 7	4 a 9
Montanhas	9 a 12	8 a 14
Monte Alegre	7 a 14	6 a 15
Mossoró	5 a 6	4 a 8
Nísia Floresta	6 a 14	5 a 15
Nova Cruz	11 a 12	8 a 14
Olho-d'Água do Borges	5 a 7	4 a 9
Paraná	2 a 7	1 a 9
Paraú		4 a 8
Parnamirim	6 a 14	5 a 15
Passa e Fica	11 a 12	8 a 14
Passagem	7 a 14	6 a 15
Patu	6 a 7	4 a 9
Pau dos Ferros	4 a 7	3 a 9
Pedra Grande		6 a 7
Pedro Velho	7 a 14	6 a 15
Pendências	4 a 7	3 a 8
Pilões	4 a 7	3 a 8
Poço Branco		7 a 8
Portalegre	3 a 7	2 a 9
Presidente Juscelino	11 a 12	7 a 14
Pureza	6 a 11	5 a 15
Rafael Fernandes	3 a 7	2 a 9
Rafael Godeiro	3 a 7	2 a 9
Riacho da Cruz	3 a 4	3 a 9
Riacho de Santana	2 a 8	1 a 9
Rio do Fogo	6 a 13	5 a 15
Rodolfo Fernandes	4 a 7	3 a 9
Santo Antônio	8 a 12	6 a 14
São Francisco do Oeste	4 a 7	3 a 9
São Gonçalo do Amarante	6 a 14	5 a 15
São José de Mipibu	6 a 14	5 a 15
São Miguel	3 a 8	2 a 9
São Miguel do Gostoso	7 a 11	6 a 14
São Rafael	4 a 5	4 a 5
Senador Elói de Souza	11 a 12	9 a 14
Senador Georgino Avelino	6 a 12	5 a 13
Serra de São Bento	11 a 12	9 a 12
Serra do Mel		5 a 7
Serra Negra do Norte		4 a 6
Serrinha	11 a 12	8 a 13
Serrinha dos Pintos	3 a 7	2 a 9
Severiano Melo	4 a 7	3 a 9
Taboleiro Grande	4 a 7	3 a 9
Taipu	7 a 11	6 a 14
Tenente Ananias	4 a 7	3 a 9
Tibau do Sul	6 a 14	5 a 15
Timbaúba dos Batistas		5 a 7
Touros	6 a 13	5 a 15
Triunfo Potiguar	4 a 7	3 a 9
Umarizal	4 a 7	3 a 9
Upanema		4 a 9
Várzea	7 a 14	6 a 15
Venha-Ver	3 a 8	1 a 9
Vera Cruz	9 a 13	8 a 15
Viçosa	3 a 7	1 a 9
Vila Flor	4 a 14	3 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu	3 a 7	2 a 8
Afonso Bezerra	4 a 5	2 a 8
Água Nova	2 a 8	1 a 9
Alexandria	3 a 7	2 a 8
Almino Afonso	2 a 8	1 a 9
Alto do Rodrigues	4 a 7	3 a 8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Antônio Martins	4 a 7	2 a 9
Apodi	4 a 5	4 a 9
Arês	6 a 14	5 a 15
Baía Formosa	6 a 14	5 a 15
Baraúna	5 a 6	4 a 8
Bodó		4 a 6
Bom Jesus	11 a 12	9 a 14
Brejinho	10 a 12	7 a 15
Campo Grande	4 a 7	3 a 9
Campo Redondo		4 a 8
Canguaretama	6 a 14	5 a 15
Caraúbas	4 a 7	3 a 9
Carnaubais	4 a 7	3 a 8
Ceará-Mirim	6 a 14	5 a 15
Cerro Corá		4 a 6
Coronel Ezequiel	7 a 8	7 a 13
Coronel João Pessoa	4 a 8	2 a 9
Doutor Severiano	4 a 8	2 a 9
Encanto	4 a 8	2 a 9
Espírito Santo	7 a 14	6 a 15
Extremoz	6 a 14	5 a 15
Felipe Guerra	4 a 5	3 a 8
Florânia		4 a 6
Francisco Dantas	3 a 7	2 a 9
Frutuoso Gomes	3 a 7	2 a 9
Goianinha	6 a 14	5 a 15
Governador Dix-Sept Rosado	4 a 5	3 a 8
Ielmo Marinho	8 a 14	7 a 15
Ipanguaçu	4 a 7	3 a 8
Itajá	4 a 7	3 a 8
Itaú	4 a 5	3 a 8
Jaçanã	7 a 8	7 a 13
Janduís	4 a 7	3 a 9
Januário Cicco	11 a 12	7 a 14
Jardim de Piranhas		4 a 6
João Câmara	11 a 12	9 a 12
João Dias	4 a 7	3 a 9
José da Penha	2 a 7	1 a 9
Jundiá	7 a 14	6 a 15
Lagoa d'Anta		12 a 13
Lagoa de Pedras	9 a 13	8 a 15
Lagoa Nova		4 a 6
Lagoa Salgada	11 a 12	8 a 14
Lucrécia	4 a 8	3 a 9
Luís Gomes	2 a 8	1 a 9
Macaíba	6 a 14	5 a 15
Major Sales	2 a 7	1 a 9
Marcelino Vieira	4 a 7	2 a 9
Martins	4 a 7	2 a 9
Maxaranguape	6 a 14	5 a 15
Messias Targino	5 a 7	4 a 9
Montanhas	9 a 12	8 a 14
Monte Alegre	7 a 14	6 a 15
Mossoró	5 a 6	4 a 8
Nísia Floresta	6 a 14	5 a 15
Nova Cruz	11 a 12	8 a 14
Olho-d'Água do Borges	5 a 7	4 a 9
Paraná	2 a 7	1 a 9
Paraú		4 a 8
Parnamirim	6 a 14	5 a 15
Passa e Fica	11 a 12	8 a 14
Passagem	7 a 14	6 a 15
Patu	6 a 7	4 a 9
Pau dos Ferros	4 a 7	3 a 9
Pedra Grande		6 a 7
Pedro Velho	7 a 14	6 a 15
Pendências	4 a 7	3 a 8
Pilões	4 a 7	3 a 8
Poço Branco		7 a 8
Portalegre	3 a 7	2 a 9
Presidente Juscelino	11 a 12	7 a 14
Pureza	6 a 11	5 a 15
Rafael Fernandes	3 a 7	2 a 9
Rafael Godeiro	3 a 7	2 a 9
Riacho da Cruz	3 a 4	3 a 9
Riacho de Santana	2 a 8	1 a 9
Rio do Fogo	6 a 13	5 a 15
Rodolfo Fernandes	4 a 7	3 a 9
Santo Antônio	8 a 12	6 a 14
São Francisco do Oeste	4 a 7	3 a 9
São Gonçalo do Amarante	6 a 14	5 a 15
São José de Mipibu	6 a 14	5 a 15
São Miguel	3 a 8	2 a 9
São Miguel do Gostoso	7 a 11	6 a 14
São Rafael	4 a 5	4 a 5
Senador Elói de Souza	11 a 12	9 a 14
Senador Georgino Avelino	6 a 12	5 a 13
Serra de São Bento	11 a 12	9 a 12
Serra do Mel		5 a 7
Serra Negra do Norte		4 a 6
Serrinha	11 a 12	8 a 13
Serrinha dos Pintos	3 a 7	2 a 9
Severiano Melo	4 a 7	3 a 9
Taboleiro Grande	4 a 7	3 a 9
Taipu	7 a 11	6 a 14
Tenente Ananias	4 a 7	3 a 9
Tibau do Sul	6 a 14	5 a 15
Timbaúba dos Batistas		5 a 7
Touros	6 a 13	5 a 15
Triunfo Potiguar	4 a 7	3 a 9
Umarizal	4 a 7	3 a 9
Upanema		4 a 9
Várzea	7 a 14	6 a 15
Venha-Ver	3 a 8	1 a 9
Vera Cruz	9 a 13	8 a 15
Viçosa	3 a 7	1 a 9
Vila Flor	4 a 14	3 a 15

PORTARIA Nº 183, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado de Sergipe, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro. No Brasil é cultivado, predominantemente, na Região semiárida do Nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo de feijão caupi, em condições de baixo risco climático no Estado.

A definição das áreas de risco climático foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de floração/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico

A análise hídrica foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fonológicas, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos.

Foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 75$ dias); Grupo II ($75 \text{ dias} \leq n \leq 85$ dias); e Grupo III ($n > 85$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram indicados os municípios que apresentaram valor de ISNA maior ou igual a 0,50 em, no mínimo, 20% de seu território, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS PARAGUAÇU, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Itaim, BRS Juruá, BR 17-Gurguéia, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206, Miranda IPA 207.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado, obteve enquadramento no grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.
2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Amparo de São Francisco	11 a 15	11 a 16
Aquidabã	11 a 15	10 a 17
Aracaju	10 a 16	10 a 17
Arauá	10 a 16	10 a 17
Areia Branca	11 a 16	10 a 17
Barra dos Coqueiros	11 a 16	10 a 17
Boquim	11 a 16	10 a 17
Brejo Grande	14 a 16	14 a 16
Campo do Brito	11 a 16	10 a 17
Canhoba	11 a 15	11 a 16
Canindé de São Francisco	10 a 15	10 a 15
Capela	10 a 16	10 a 17
Carira	10 a 17	10 a 17
Carmópolis	11 a 15	10 a 17
Cedro de São João	11 a 15	10 a 16
Cristinápolis	11 a 16	10 a 17
Cumbe	11 a 17	10 a 17
Divina Pastora	10 a 16	10 a 17
Estância	13 a 17	13 a 17
Feira Nova	10 a 17	10 a 18
Frei Paulo	10 a 16	10 a 18
Gararu	11 a 14	10 a 18
General Maynard	11 a 15	10 a 17
Gracho Cardoso	11 a 16	10 a 17
Ilha das Flores	12 a 16	11 a 16
Indiaroba	13 a 17	13 a 17
Itabaiana	10 a 16	10 a 17
Itabaianinha	11 a 16	10 a 17
Itabi	11 a 15	11 a 16
Itaporanga d'Ajuda	13 a 16	13 a 17
Japaratuba	10 a 15	10 a 17
Japoatã	11 a 15	10 a 17
Lagarto	11 a 16	10 a 17
Laranjeiras	11 a 16	10 a 17
Macambira	10 a 16	10 a 17
Malhada dos Bois	11 a 15	10 a 17
Malhador	11 a 16	10 a 17
Maruim	11 a 15	10 a 17
Moita Bonita	10 a 16	10 a 17
Monte Alegre de Sergipe	10 a 15	10 a 16
Muribeca	11 a 16	10 a 17
Neópolis	12 a 14	11 a 16
Nossa Senhora Aparecida	10 a 17	10 a 18
Nossa Senhora da Glória	10 a 17	10 a 18
Nossa Senhora das Dores	10 a 16	10 a 18
Nossa Senhora de Lourdes	11 a 15	11 a 16
Nossa Senhora do Socorro	10 a 16	10 a 17
Pacatuba	14 a 16	14 a 16
Pedra Mole	11 a 16	10 a 17
Pedrinhas	11 a 16	10 a 17
Pinhão	11 a 16	10 a 17
Pirambu	14 a 16	14 a 17
Poço Redondo	10 a 15	10 a 15
Poço Verde	12 a 15	11 a 16
Porto da Folha	10 a 14	10 a 15
Propriá	11 a 15	11 a 16
Riachão do Dantas	11 a 15	11 a 17
Riachuelo	11 a 16	10 a 17
Ribeirópolis	10 a 17	10 a 18
Rosário do Catete	11 a 15	10 a 17
Salgado	10 a 16	10 a 17
Santa Luzia do Itanhy	10 a 17	10 a 17
Santa Rosa de Lima	10 a 16	10 a 17
Santana do São Francisco	12 a 14	11 a 16
Santo Amaro das Brotas	11 a 15	10 a 17
São Cristóvão	10 a 16	10 a 17
São Domingos	11 a 16	10 a 17
São Francisco	11 a 15	10 a 17
São Miguel do Aleixo	10 a 17	10 a 18
Simão Dias	12 a 15	10 a 17
Siriri	10 a 16	10 a 17
Telha	11 a 15	11 a 16
Tobias Barreto	13 a 15	13 a 16
Tomar do Geru	12 a 16	10 a 17
Umbaúba	11 a 16	11 a 17

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Amparo de São Francisco	11 a 14	11 a 15
Aquidabã	11 a 14	10 a 16
Aracaju	10 a 15	10 a 16
Arauá	10 a 15	10 a 16
Areia Branca	11 a 15	10 a 16
Barra dos Coqueiros	11 a 15	10 a 16
Boquim	11 a 15	10 a 16
Brejo Grande	14 a 15	14 a 15
Campo do Brito	11 a 15	10 a 16
Canhoba	11 a 14	11 a 15
Canindé de São Francisco	11 a 14	10 a 15
Capela	10 a 15	10 a 16
Carira	10 a 16	10 a 16
Carmópolis	11 a 14	10 a 16
Cedro de São João	11 a 14	10 a 15
Cristinápolis	11 a 15	10 a 16
Cumbe	11 a 15	10 a 16
Divina Pastora	10 a 15	10 a 16
Estância	13 a 16	13 a 16
Feira Nova	10 a 16	10 a 17
Frei Paulo	10 a 16	10 a 17
Gararu	11 a 14	10 a 15
General Maynard	11 a 14	10 a 16
Gracho Cardoso	11 a 15	10 a 16
Ilha das Flores	12 a 15	11 a 15
Indiaroba	13 a 16	13 a 16
Itabaiana	10 a 15	10 a 16
Itabaianinha	11 a 15	10 a 16
Itabi	11 a 14	11 a 15
Itaporanga d'Ajuda	13 a 15	13 a 16
Japaratuba	10 a 14	10 a 16
Japoatã	11 a 14	10 a 16
Lagarto	11 a 15	10 a 16
Laranjeiras	11 a 15	10 a 16
Macambira	10 a 15	10 a 16
Malhada dos Bois	11 a 14	10 a 16
Malhador	11 a 15	10 a 16
Maruim	11 a 14	10 a 16
Moita Bonita	10 a 15	10 a 16
Monte Alegre de Sergipe	11 a 15	10 a 16
Muribeca	11 a 15	10 a 16
Neópolis	12 a 14	11 a 15
Nossa Senhora Aparecida	10 a 16	10 a 17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nossa Senhora da Glória	11 a 16	10 a 17
Nossa Senhora das Dores	10 a 15	10 a 17
Nossa Senhora de Lourdes	11 a 14	11 a 15
Nossa Senhora do Socorro	10 a 15	10 a 16
Pacatuba	14 a 15	14 a 15
Pedra Mole	11 a 15	10 a 16
Pedrinhas	11 a 15	10 a 16
Pinhão	11 a 15	10 a 16
Pirambu	14 a 15	14 a 16
Poço Redondo	11 a 14	10 a 15
Poço Verde	12 a 14	11 a 15
Porto da Folha	11 a 14	10 a 15
Propriá	11 a 14	11 a 15
Riachão do Dantas	11 a 14	11 a 16
Riachuelo	11 a 15	10 a 16
Ribeirópolis	10 a 16	10 a 17
Rosário do Catete	11 a 14	10 a 16
Salgado	10 a 15	10 a 16
Santa Luzia do Itanhy	10 a 16	10 a 16
Santa Rosa de Lima	10 a 15	10 a 16
Santana do São Francisco	12 a 14	11 a 15
Santo Amaro das Brotas	11 a 14	10 a 16
São Cristóvão	10 a 15	10 a 16
São Domingos	11 a 15	10 a 16
São Francisco	11 a 14	10 a 16
São Miguel do Aleixo	10 a 16	10 a 17
Simão Dias	12 a 14	10 a 16
Siriri	10 a 15	10 a 16
Telha	11 a 14	11 a 15
Tobias Barreto	12 a 14	11 a 15
Tomar do Geru	12 a 15	10 a 16
Umbaúba	11 a 15	10 a 16

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Amparo de São Francisco	11 a 14	11 a 15
Aquidabã	11 a 14	10 a 16
Aracaju	10 a 15	10 a 16
Arauá	10 a 15	10 a 16
Areia Branca	11 a 15	10 a 16
Barra dos Coqueiros	11 a 15	10 a 16
Boquim	11 a 15	10 a 16
Brejo Grande	14 a 15	14 a 15
Campo do Brito	11 a 15	10 a 16
Canhoba	11 a 14	11 a 15
Canindé de São Francisco	11 a 14	10 a 15
Capela	10 a 15	10 a 16
Carira	10 a 16	10 a 16
Carmópolis	11 a 14	10 a 16
Cedro de São João	11 a 14	10 a 15
Cristinápolis	11 a 15	10 a 16
Cumbe	11 a 16	10 a 16
Divina Pastora	10 a 15	10 a 16
Estância	13 a 16	13 a 16
Feira Nova	10 a 16	10 a 17
Frei Paulo	10 a 16	10 a 17
Gararu	11 a 14	11 a 15
General Maynard	11 a 14	10 a 16
Gracho Cardoso	11 a 15	10 a 16
Ilha das Flores	12 a 15	11 a 15
Indiaroba	13 a 16	13 a 16
Itabaiana	10 a 15	10 a 16
Itabaianinha	11 a 15	10 a 16
Itabi	11 a 14	11 a 15
Itaporanga d'Ajuda	13 a 15	13 a 16
Japaratuba	10 a 14	10 a 16
Japoatã	11 a 14	10 a 16
Lagarto	11 a 15	10 a 16
Laranjeiras	11 a 15	10 a 16
Macambira	10 a 15	10 a 16
Malhada dos Bois	11 a 14	10 a 16
Malhador	11 a 15	10 a 16
Maruim	11 a 14	10 a 16
Moita Bonita	10 a 15	10 a 16
Monte Alegre de Sergipe	11 a 15	10 a 16
Muribeca	11 a 15	10 a 16
Neópolis	12 a 14	11 a 15
Nossa Senhora Aparecida	10 a 16	10 a 17
Nossa Senhora da Glória	11 a 16	10 a 17
Nossa Senhora das Dores	10 a 15	10 a 17
Nossa Senhora de Lourdes	11 a 14	11 a 15
Nossa Senhora do Socorro	10 a 15	10 a 16
Pacatuba	14 a 15	14 a 15
Pedra Mole	11 a 15	10 a 16
Pedrinhas	11 a 15	10 a 16
Pinhão	11 a 15	10 a 16
Pirambu	14 a 15	14 a 16
Poço Redondo	11 a 14	10 a 15
Poço Verde	12 a 14	11 a 15
Porto da Folha	11 a 14	10 a 15
Propriá	11 a 14	11 a 15
Riachão do Dantas	11 a 14	11 a 16
Riachuelo	11 a 15	10 a 16
Ribeirópolis	10 a 16	10 a 17
Rosário do Catete	11 a 14	10 a 16
Salgado	10 a 15	10 a 16
Santa Luzia do Itanhy	10 a 16	10 a 16
Santa Rosa de Lima	10 a 15	10 a 16
Santana do São Francisco	12 a 14	11 a 15
Santo Amaro das Brotas	11 a 14	10 a 16
São Cristóvão	10 a 15	10 a 16
São Domingos	11 a 15	10 a 16
São Francisco	11 a 14	10 a 16
São Miguel do Aleixo	10 a 16	10 a 17
Simão Dias	12 a 14	10 a 16
Siriri	10 a 15	10 a 16
Telha	11 a 14	11 a 15
Tobias Barreto	12 a 14	11 a 15
Tomar do Geru	12 a 15	10 a 16
Umbaúba	11 a 15	10 a 16

PORTARIA Nº 184, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado de Tocantins, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região Norte e Nordeste do Brasil.

As temperaturas, ótimas para o bom desenvolvimento da cultura, estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando também o número de sementes por vagem.

O feijão caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do feijão caupi no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica se baseou em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluviométrica, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

As áreas de risco e definição dos períodos e respectivos níveis de risco para a semeadura do feijão caupi foi realizado para todo o Estado.

Parâmetros e variáveis incorporados ao balanço hídrico da cultura:

a) ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	≥ 0,60	≥ 0,50

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência (fase 1), crescimento/desenvolvimento (fase 2), floração/enchimento de grãos (fase 3) e maturação fisiológica (fase 4). As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 75 dias); Grupo II (76 dias ≤ n ≤ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de armazenamento de água dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1 e 2 com capacidade de água disponível de aproximadamente 31,5mm e 49,5mm, respectivamente.

e) Limite térmico:

a. Frequência de geada, estimada para temperatura < 2,0 ºC no abrigo;

b. Restrição para decêndios com temperatura mínima média inferior a 18ºC

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,60 e 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, respectivamente.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 1 e 2, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: Miranda IPA 20, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO TIPO1			SOLO TIPO 2			SOLO TIPO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abreulândia	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Aguiarnópolis	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Aliança Do Tocantins	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8		9
Almas	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Alvorada	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Ananás	4 a 9			5 a 9	10		5 a 10	11	
Angico	3 a 8	9		5 a 9		10	5 a 10		11
Aparecida Do Rio Negro	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 8	9	
Aragominas	4 a 9			5 a 9	10		5 a 10		11
Araguacema	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9	10	
Araguaçu	1 a 5	6	7	2 a 7		8	2 a 8		
Araguaína	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Araguanã	4 a 9			5 a 9	10		5 a 10		11
Araguatins	4 a 9		10	5 a 9	10	11	5 a 10	11	
Arapoema	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 9	10	
Arraias	1 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		
Augustinópolis	4 a 9			5 a 9	10	11	5 a 10	11	
Aurora Do Tocantins	1 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		
Axixá Do Tocantins	4 a 8	9		5 a 9	10	11	5 a 10	11	
Babaçulândia	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 9	10	
Bandeirantes Do Tocantins	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 9	10	
Barra Do Ouro	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9	10	
Barrolândia	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Bernardo Sayão	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 9	10	
Bom Jesus Do Tocantins	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 8	9	
Brasilândia Do Tocantins	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Brejinho De Nazaré	2 a 7	8		3 a 7	8	9	3 a 8	9	
Buriti Do Tocantins	4 a 9		10	5 a 9	10	11	5 a 10	11	
Cachoeirinha	4 a 8	9		5 a 9	10		5 a 10		11
Campos Lindos	3 a 7		8	3 a 8		9	3 a 9		
Cariri Do Tocantins	1 a 6	7		2 a 7		8	2 a 8		
Carmolândia	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Carrasco Bonito	4 a 9		10	5 a 9	10	11	5 a 10	11	
Caseara	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9	10	
Centenário	3 a 7		8	3 a 8		9	3 a 8	9	
Chapada Da Natividade	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8		9
Chapada De Areia	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Colinas Do Tocantins	3 a 8	9		4 a 8	9		4 a 9	10	
Colméia	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Combinado	1 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		
Conceição Do Tocantins	1 a 5	6	7	2 a 6	7	8	2 a 8		
Couto Magalhães	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9	10	
Cristalândia	2 a 7	8		3 a 7	8	9	3 a 8	9	
Crixás Do Tocantins	2 a 7		8	3 a 7	8		3 a 8	9	
Darcinópolis	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Dianópolis	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Divinópolis Do Tocantins	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Dois Irmãos Do Tocantins	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Dueré	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8	9	
Esperantina	5 a 9		10	5 a 10	11		5 a 11		
Fátima	2 a 7	8		3 a 7	8	9	3 a 8	9	
Figueirópolis	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Filadélfia	3 a 8		9	4 a 9			4 a 9	10	
Formoso Do Araguaia	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8		9
Fortaleza Do Taboção	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Goianorte	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Goiatins	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Guaraí	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Gurupi	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		
Ipueiras	2 a 7		8	3 a 7	8		3 a 8		9
Itacajá	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Itaguatins	4 a 8	9		5 a 9	10		5 a 10		11
Itapiratins	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Itaporã Do Tocantins	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9	10	
Jaú Do Tocantins	1 a 5	6		2 a 7			2 a 7	8	
Juarina	3 a 8	9		4 a 8	9	10	4 a 9	10	
Lagoa Da Confusão	2 a 7		8	3 a 7	8	9	3 a 8	9	
Lagoa Do Tocantins	2 a 6	7	8	3 a 7	8	9	3 a 8		9
Lajeado	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 8	9	
Lavandeira	1 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		
Lizarda	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 8	9	
Luzinópolis	4 a 8	9		5 a 9	10		5 a 10		11
Marianópolis Do Tocantins	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Mateiros	2 a 6	7		2 a 7	8		2 a 7	8	
Maurilândia Do Tocantins	3 a 8	9		5 a 9		10	5 a 10		11
Miracema Do Tocantins	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Miranorte	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Monte Do Carmo	2 a 7		8	3 a 7	8	9	3 a 8		9
Monte Santo Do Tocantins	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Muricilândia	4 a 9			5 a 9	10		5 a 10		11
Natividade	2 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Nazaré	3 a 8	9		5 a 9		10	5 a 10		11
Nova Olinda	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 9	10	
Nova Rosalândia	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 8	9	
Novo Acordo	2 a 6	7	8	3 a 8		9	3 a 8	9	
Novo Alegre	1 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		
Novo Jardim	1 a 5	6	7	2 a 7		8	2 a 7	8	
Oliveira De Fátima	2 a 7	8		3 a 7	8	9	3 a 8	9	
Palmas	2 a 7	8		3 a 8		9	3 a 8	9	
Palmeirante	3 a 8	9		4 a 9			4 a 9	10	
Palmeiras Do Tocantins	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Palmeirópolis	1 a 5	6		2 a 7			2 a 7	8	
Paraíso Do Tocantins	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Paranã	1 a 5	6		2 a 6	7		2 a 7	8	
Pau D'Arco	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Pedro Afonso	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 8	9	
Peixe	2 a 6	7		2 a 7		8	2 a 8		
Pequizeiro	3 a 8		9	4 a 8	9		4 a 9	10	
Pindorama Do Tocantins	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8		9
Piraquê	3 a 8	9		5 a 9		10	5 a 10		11
Pium	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		
Ponte Alta Do Bom Jesus	1 a 5	6	7	2 a 7			2 a 7	8	

Ponte Alta Do Tocantins	2 a 6	7	8	3 a 7	8	9	3 a 8		9
Porto Alegre Do Tocantins	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Porto Nacional	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 8	9	
Praia Norte	4 a 9			5 a 9	10	11	5 a 10	11	
Presidente Kennedy	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Pugmil	3 a 7	8		3 a 8	9		3 a 8	9	
Recursolândia	3 a 7		8	3 a 8		9	3 a 9		
Riachinho	4 a 8	9		5 a 9	10		5 a 10		11
Rio Da Conceição	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 7	8	
Rio Dos Bois	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Rio Sono	3 a 7		8	3 a 8		9	3 a 8	9	
Sampaio	4 a 9		10	5 a 9	10	11	5 a 10	11	
Sandolândia	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Santa Fé Do Araguaia	4 a 9			5 a 9	10		5 a 10	11	
Santa Maria Do Tocantins	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Santa Rita Do Tocantins	2 a 7		8	3 a 7	8	9	3 a 8	9	
Santa Rosa Do Tocantins	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8		9
Santa Tereza Do Tocantins	2 a 7		8	3 a 8		9	3 a 8		9
Santa Terezinha Do Tocantins	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
São Bento Do Tocantins	4 a 8	9		5 a 9	10		5 a 10	11	
São Félix Do Tocantins	2 a 6	7		3 a 7	8		3 a 8		9
São Miguel Do Tocantins	4 a 9			5 a 9	10	11	5 a 10	11	
São Salvador Do Tocantins	1 a 5	6		2 a 7			2 a 7	8	
São Sebastião Do Tocantins	5 a 9		10	5 a 10	11		5 a 11		
São Valério	2 a 6	7		2 a 7		8	2 a 8		
Silvanópolis	2 a 6	7	8	3 a 7	8		3 a 8		9
Sítio Novo Do Tocantins	4 a 8	9		5 a 9	10	11	5 a 10	11	
Sucupira	1 a 6		7	2 a 7		8	2 a 8		
Taguatinga	1 a 5	6	7	2 a 6	7		2 a 7	8	
Taipas Do Tocantins	1 a 5	6	7	2 a 6	7		2 a 7	8	
Talismã	1 a 5	6	7	2 a 7		8	2 a 7	8	
Tocantínia	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 8	9	
Tocantinópolis	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Tupirama	3 a 7	8		3 a 8		9	3 a 9		
Tupiratins	3 a 7	8	9	4 a 8	9		4 a 9		10
Wanderlândia	3 a 8	9		4 a 9		10	4 a 10		
Xambioá	4 a 9			5 a 9	10		5 a 10		11

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO TIPO 1			SOLO TIPO 2			SOLO TIPO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abreulândia	1 a 7			2 a 7	8		2 a 8	9	
Aguiarnópolis	1 a 7	8		2 a 8		9	2 a 9		
Aliança Do Tocantins	36 a 6		7	1 a 7			1 a 7		8
Almas	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Alvorada	35 a 5		6	36 a 6		7	36 a 7		
Ananás	2 a 8		9	3 a 8	9		3 a 9	10	
Angico	2 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Aparecida Do Rio Negro	1 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Aragominas	2 a 8		9	3 a 9			3 a 9		10
Araguacema	1 a 7		8	2 a 7	8	9	2 a 8	9	
Araguaçu	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Araguaína	2 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Araguanã	2 a 8			3 a 8	9		3 a 9		10
Araguatins	2 a 8		9	3 a 9		10	3 a 9	10	
Arapoema	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Arraias	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6		7
Augustinópolis	2 a 8		9	3 a 8	9	10	3 a 9	10	
Aurora Do Tocantins	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6		7
Axixá Do Tocantins	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9	10	
Babaçulândia	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Bandeirantes Do Tocantins	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Barra Do Ouro	1 a 6	7	8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Barrolândia	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Bernardo Sayão	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Bom Jesus Do Tocantins	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		9
Brasilândia Do Tocantins	1 a 7		8	2 a 7	8	9	2 a 8	9	
Brejinho De Nazaré	36 a 6	7		1 a 7		8	1 a 7	8	
Buriti Do Tocantins	3 a 8		9	3 a 9		10	3 a 9	10	
Cachoeirinha	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		10
Campos Lindos	1 a 6	7		1 a 7		8	1 a 7	8	
Cariri Do Tocantins	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Carmolândia	2 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Carrasco Bonito	2 a 8		9	3 a 9		10	3 a 9	10	
Caseara	1 a 7		8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Centenário	1 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Chapada Da Natividade	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Chapada De Areia	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Colinas Do Tocantins	1 a 7	8		2 a 8		9	2 a 9		
Colméia	1 a 7		8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Combinado	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6		7
Conceição Do Tocantins	35 a 5			36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Couto Magalhães	1 a 7	8		2 a 7	8	9	2 a 8	9	
Cristalândia	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 7	8	
Crixás Do Tocantins	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7		8
Darcinópolis	2 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Dianópolis	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Divinópolis Do Tocantins	1 a 7			2 a 7	8		2 a 8	9	
Dois Irmãos Do Tocantins	1 a 7			2 a 7	8		2 a 8	9	
Dueré	36 a 6		7	1 a 6	7		1 a 7		8
Esperantina	3 a 8	9		3 a 9	10		3 a 10		
Fátima	36 a 6	7		1 a 7	8		1 a 7	8	
Figueirópolis	35 a 5		6	36 a 6		7	36 a 7		
Filadélfia	1 a 7		8	2 a 7	8	9	2 a 8	9	
Formoso Do Araguaia	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Fortaleza Do Tabocão	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8	9	
Goianorte	1 a 7		8	2 a 7	8	9	2 a 8	9	
Goiatins	1 a 6	7	8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Guaraí	1 a 6	7	8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Gurupi	36 a 5	6	7	36 a 6	7		36 a 7		
Ipueiras	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Itacajá	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8	9	
Itaguatins	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		10
Itapiratins	1 a 6	7	8	2 a 7	8		2 a 8	9	
Itaporã Do Tocantins	1 a 7		8	2 a 7	8	9	2 a 8	9	
Jaú Do Tocantins	35 a 5			36 a 5	6		36 a 6	7	
Juarina	1 a 7	8		2 a 8		9	2 a 9		
Lagoa Da Confusão	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7		8
Lagoa Do Tocantins	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Lajeado	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Lavandeira	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6		7
Lizarda	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Luzinópolis	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		10
Marianópolis Do Tocantins	1 a 7			2 a 7	8		2 a 8	9	
Mateiros	36 a 5		6	36 a 6		7	36 a 7		
Maurilândia Do Tocantins	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		10
Miracema Do Tocantins	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Miranorte	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8	9	
Monte Do Carmo	36 a 6		7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Monte Santo Do Tocantins	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Muricilândia	2 a 8		9	3 a 9			3 a 9		10
Natividade	36 a 5		6	36 a 6	7		36 a 7		
Nazaré	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		10
Nova Olinda	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Nova Rosalândia	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 7	8	
Novo Acordo	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Novo Alegre	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6		7
Novo Jardim	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Oliveira De Fátima	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 7	8	
Palmas	1 a 6	7		1 a 7		8	1 a 7	8	
Palmeirante	1 a 7		8	2 a 8		9	2 a 8	9	
Palmeiras Do Tocantins	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Palmeirópolis	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6	7	
Paraíso Do Tocantins	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Paranã	35 a 4	5		36 a 5	6		36 a 6	7	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pau D'Arco	2 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Pedro Afonso	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		9
Peixe	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Pequizeiro	1 a 7	8		2 a 8		9	2 a 8	9	
Pindorama Do Tocantins	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Piraquê	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		10
Pium	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Ponte Alta Do Bom Jesus	35 a 4	5	6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Ponte Alta Do Tocantins	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Porto Alegre Do Tocantins	36 a 5		6	36 a 6	7		36 a 6	7	
Porto Nacional	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 7	8	
Praia Norte	2 a 8		9	3 a 8	9	10	3 a 9	10	
Presidente Kennedy	1 a 7		8	2 a 7	8	9	2 a 8	9	
Pugmil	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 7	8	
Recursolândia	1 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Riachinho	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9		10
Rio Da Conceição	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Rio Dos Bois	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		9
Rio Sono	36 a 6	7		1 a 7		8	1 a 8		
Sampaio	2 a 8		9	3 a 9		10	3 a 9	10	
Sandolândia	35 a 5		6	36 a 5	6	7	36 a 7		
Santa Fé Do Araguaia	2 a 8		9	3 a 9			3 a 9		10
Santa Maria Do Tocantins	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8		9
Santa Rita Do Tocantins	36 a 6	7		1 a 7		8	1 a 7	8	
Santa Rosa Do Tocantins	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Santa Tereza Do Tocantins	36 a 5	6	7	1 a 6	7		1 a 7	8	
Santa Terezinha Do Tocantins	2 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
São Bento Do Tocantins	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9	10	
São Félix Do Tocantins	36 a 5	6		1 a 6	7		1 a 7		8
São Miguel Do Tocantins	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9	10	
São Salvador Do Tocantins	35 a 5			36 a 5	6		36 a 6	7	
São Sebastião Do Tocantins	3 a 8	9		3 a 9	10		3 a 10		
São Valério	36 a 5	6		36 a 6	7		36 a 7		
Silvanópolis	36 a 5	6	7	1 a 7		8	1 a 7	8	
Sítio Novo Do Tocantins	2 a 7	8		3 a 8	9		3 a 9	10	
Sucupira	35 a 5		6	36 a 6		7	36 a 7		
Taguatinga	35 a 4	5		36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Taipas Do Tocantins	35 a 5			36 a 5	6	7	36 a 6	7	
Talismã	35 a 5			36 a 6			36 a 6	7	
Tocantínia	1 a 6	7		1 a 7	8		1 a 8		
Tocantinópolis	2 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Tupirama	1 a 6	7		2 a 7	8		2 a 8	9	
Tupiratins	1 a 6	7	8	2 a 7	8	9	2 a 8	9	
Wanderlândia	1 a 7	8		2 a 8	9		2 a 9		
Xambioá	2 a 8		9	3 a 9			3 a 9		10

PORTARIA Nº 185, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão caupi no Estado de Roraima, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macáçar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região Norte e Nordeste do Brasil.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O feijão caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do feijão caupi no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluviométrica, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

As áreas de risco e definição dos períodos e respectivos níveis de risco para a semeadura do feijão caupi foi realizado para todo o Estado.

Parâmetros e variáveis incorporados ao balanço hídrico da cultura:

a) ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	≥ 0,60	≥ 0,50

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência (fase 1), crescimento/desenvolvimento (fase 2), floração/enchimento de grãos (fase 3) e maturação fisiológica (fase 4). As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 75 dias); Grupo II (76 dias ≤ n ≤ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de armazenamento de água dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1 e 2 com capacidade de água disponível de aproximadamente 31,5mm e 49,5mm, respectivamente.

e) Limite térmico:

a. Frequência de geada, estimada para temperatura < 2,0 ºC no abrigo;

b. Restrição para decêndios com temperatura mínima média inferior a 18ºC.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,60 e 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, respectivamente.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado do Amapá os solos dos tipos 1 e 2, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificad, GRUPO I

EMBRAPA MEIO NORTE: BRS PARAGUAÇU, BRS Guariba, BRS-Marataoã, BRS Novaera, BRS Cauamé, BRS Tumucumaque, BRS Pajeu, BRS Potengi, BRS Xiquexique, BRS Aracê, BRS Itaim, BRS Juruá, BR 17-Gurguéia;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: Miranda IPA 20, GRUPO II

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 206.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo II, Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Amajari						17		17	18 a 19
Alto Alegre						17		17 a 18	18 a 19
Boa Vista						17		17	18
Bonfim						17		17	18
Cantá						17		17	18
Caracaraí			17	17	17 a 18	18 a 19	18	19	20 a 24 + 27 a 29
Caroebe								17	17 a 18 + 22 a 24 + 27 a 29
Iracema					17	17 a 18	17	18	19
Mucajaí					17	17 a 18	17	18	19
Normandia									17
Pacaraima						17		17	18 a 19

Rorainópolis						17	17	17 a 18 + 23 a 25 + 28 a 30	18 a 30
São João Da Baliza						17		17	18 + 22 a 24 + 27 a 29
São Luiz						17		17	18 + 23 a 25 + 27 a 29
Uiramutã									17

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos das Portarias de números 207, 209, 210, 211, 214, 215, 216 e 208, publicadas no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2017, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do milho 2ª safra, ano-safra 2017/2018, para os Estados do Acre, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia e o Distrito Federal, respectivamente, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, incluir cultivares, conforme abaixo especificado:

PORTARIA Nº 207 - ACR, GRUPO I

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 445 RL, Balu 490, Balu 785, Balu 787, Balu 787 RL, BALU 788, Balu 198, Balu198RL, Balu 293, Balu 297, Balu297RL, Balu 434, Balu434RL, Balu 445, Balu 460 e Balu460RL.

PORTARIA Nº 209 - GOIÁ, GRUPO I

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG9050PRO3 e DKB265PRO3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 787 RL, Balu445, Balu460RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu297RL, Balu 785, Balu 490 e BALU 788;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 VIP4, Syn455 VIP3, Syn488 VIP3 e Syn555 VIP3.

PORTARIA Nº 210 - MINAS GERAI, GRUPO I

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB265PRO3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 445 RL, Balu 787 RL, Balu460RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu297RL, Balu 785, Balu 490 e BALU 788;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 VIP4, Syn422 VIP3, Syn488 VIP3, Syn522 VIP3 e Syn555 VIP3.

PORTARIA Nº 211 - MATO GROSSO DO SU, GRUPO I

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG9050 PRO3 e DKB265PRO3;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 445 RL, Balu 787 RL, Balu297RL, Balu460RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu 785, Balu 490 e BALU 788;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Syn488 VIP3, Syn522 VIP3e Syn555 VIP3., GRUPO II

AGRIGENETICA LAND MELHORAMENTO: L225, L229, LAND 468 e LAND 544.

PORTARIA Nº 214 - PARAN, GRUPO I

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG9050 PRO3 e DKB265PRO3;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS70, NS77PRO2 e NS82;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 445 RL, Balu 787 RL, Balu297RL, Balu460RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu 785, Balu 490 e BALU 788;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331VIP4, Syn488 VIP3, Syn522 VIP3e Syn555 VIP3., GRUPO III

IAPAR: IPR 144, IPR 119, IPR 127 e IPR 164.

PORTARIA Nº 215 - RIO DE JANEIR, GRUPO I

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 445 RL, Balu 787 RL, Balu198, Balu293, Balu297, Balu434, Balu445, Balu460, Balu787, Balu460RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu297RL, Balu 785, Balu 490 e BALU 788;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Syn422 VIP3, Syn488 VIP3, Syn522 VIP3, Syn555 VIP3 e SYN5T78.

PORTARIA Nº 216 - RONDÔNI, GRUPO I

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 445 RL, Balu 787 RL, Balu460RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu297RL, Balu 785, Balu 490 e BALU 788;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331VIP4, Syn422 VIP3, Syn488 VIP3, Syn522 VIP3, Syn555 VIP3 e SYN7205.

PORTARIA Nº 208 - DISTRITO FEDERA, GRUPO I

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 445 RL, Balu 787 RL, Balu460RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu297RL, Balu 785, Balu 490 e BALU 78;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 VIP4, Syn422 VIP3 e Syn488 VIP3.

COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS
1ª TURMA DE JULGAMENTO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília/DF, ocorrida nos dias 07 de março, 19 março e 28 de maio de 2018, resolve:

acatar parcialmente, por unanimidade na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	41	2017	Ademir Antonio Fornaciari	151883789	Mais
2	565	2017	Herlan Ferreira Teles	160405550	Tradicional
3	826	2017	Adelson Ribeiro	150541791	Mais
4	950	2017	Tiago Ramos Dalvi	160836751	Mais
5	1045	2017	Nailir Fatima da Rosa	150392553	Mais
6	1065	2017	Roziene Moreira	160797244	Mais
7	1078	2017	Raul Marcal de Melo	160369516	Tradicional
8	1086	2017	Antonio N de Oliveira Porto	160780960	Tradicional
9	1088	2017	Angela Astori	161238931	Mais
10	1089	2017	Anisio Gomes dos Santos	160311215	Mais
11	1090	2017	Antonio Marcos Bianchi	161984134	Mais
12	1091	2017	Gilmar Antonio Cesconeto	151928520	Mais
13	1092	2017	Idemar Ferreira Atahyde	161390524	Mais
14	1094	2017	Rosineidy Pinheiro da Silva	160299520	Mais
15	1095	2017	Weslei Legora Dos Santos	160619872	Mais
16	1131	2017	Anderson W Guergel Santos	160994004	Mais
17	1132	2017	Candida de Araujo S Silva	161060612	Mais
18	1133	2017	Zacarias Reinaldo Fonseca	161048067	Mais
19	1134	2017	Ivanildo Eguinaldo de Azevedo	160592277	Mais
20	1204	2017	Amario Jesus Cypriano	161929739	Mais
21	1205	2017	Eliton Margoto	160730395	Mais
22	1206	2017	Estefania dos Santos	161861817	Mais
23	1271	2017	Pedro Jose Alves	160906029	Mais
24	1529	2017	Francisco Candido da Costa	160906344	Mais
25	1530	2017	Francisco Gurgel Maia	161061120	Tradicional
26	1604	2017	José Moabe Zacarias Soares	160554519	Mais
27	1605	2017	Manoel Nogueira de Lucena	160905820	Mais
28	1643	2017	Egildo Benigno de Moura	160876049	Tradicional
29	1667	2017	Rondineli Adami	161785200	Mais
30	1681	2017	Francisco Xavier de Medeiros	160970535	Mais
31	1778	2017	Alessandro de Araujo	161627561	Mais
32	1779	2017	Enita Vernek Belz Grulke	161439005	Mais
33	1780	2017	Ivan Hoffmann Raasch	160776081	Mais
34	1781	2017	Ival de Araujo	160836837	Mais
35	1782	2017	Joao Luiz Astore	161329768	Mais
36	1783	2017	Luciano Colombi	161410339	Mais
37	1784	2017	Luiz Antonio Valani	161627666	Mais
38	1785	2017	Weliton Pavani	161746283	Mais
39	1858	2017	Adilson Partelli	161066032	Tradicional
40	1859	2017	Cirineu Schvantz	161375055	Tradicional
41	1861	2017	Edimar Felberg Raasch	161717083	Tradicional
42	1862	2017	Elias Piske	161861231	Tradicional
43	1863	2017	Josias Pagung	162044850	Tradicional
44	1864	2017	Jose Ronconi	170029641	Tradicional
45	1865	2017	Katia Dos Santos Tamanini	161914583	Tradicional
46	1867	2017	Nilson Izoton de Almeida	161002295	Tradicional
47	1870	2017	Paulo Sergio Ronconi	170029637	Tradicional
48	1871	2017	Pascoal Romanha	162008474	Tradicional
49	3	2018	Alessandra C Glazar Cassani	161838432	Tradicional
50	6	2018	Edimar Felberg Raasch	161717083	Tradicional
51	13	2018	Mario Jose Penitente	161971377	Tradicional
52	15	2018	Vaniscleia Silva Neves	161102724	Tradicional
53	17	2018	Wesley Montovanelli	161412588	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da Turma

WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 13 DE AGOSTO 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília/DF, ocorrida nos dias 07 de março, 19 de março e 28 de maio de 2018, resolve: acatar parcialmente, por maioria na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	925	2017	Silvino Barbosa da Silva	160575270	Mais
2	1209	2017	Rafael Arcanjo Pagotto	161052724	Tradicional
3	1210	2017	Ricardo Alexandre Gonçalves	161942524	Mais
4	1211	2017	Sonia Arrivabene Tamanhoni	160774316	Mais
5	1212	2017	Vicente Lorenzoni	161218111	Mais
6	1528	2017	Valdinei Alves dos Santos	161018309	Tradicional
7	1	2018	Ademir Dalfior	161722688	Mais
8	2	2018	Alexandre Ribeiro Sian	161869059	Mais
9	4	2018	Carlos Augusto Colombi	161792439	Tradicional
10	5	2018	Eraldo Antonio Pancieri	162041710	Tradicional
11	7	2018	Erval Jose Pancieri	161174813	Tradicional
12	8	2018	Fabiola Alves Canal	170171635	Tradicional
13	9	2018	Genezio Mauri	161313681	Tradicional
14	10	2018	Jose Armando Mauri	161130465	Tradicional
15	16	2018	Wagner A. Da Silva Gotardo	170248346	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da Turma
WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília/DF, ocorrida nos dias 07 de março, 19 de março e 28 de maio de 2018, resolve: negar, por unanimidade na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	773	2017	Hilda Andrade de Jesus	160694907	Mais
2	774	2017	Jaidilson Santos Andrade	160594655	Mais
3	775	2017	Joana Dantas de Santana	160716447	Mais
4	776	2017	Jose A. Carvalho de Andrade	160689968	Mais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5	777	2017	José Santana Dias	160662085	Mais
6	778	2017	Jose Vieira de Andrade	160880496	Mais
7	779	2017	Simone Barbosa de Oliveira	160685175	Mais
8	825	2017	Ozias Clementino de Lima	152082060	Tradicional
9	827	2017	Eraldo Dos Santos Oliveira	160509143	Mais
10	834	2017	Aderaldo Rabelo dos Santos	160702862	Mais
11	835	2017	Antonio Alves dos Santos	160531385	Mais
12	836	2017	Edinalvo C. de Andrade	160725919	Mais
13	837	2017	Hilda Maria de Carvalho	160720701	Mais
14	838	2017	Jose Alves Nascimento	160554574	Mais
15	839	2017	Manoel A. Alves de Almeida	160671898	Mais
16	840	2017	Claudio Costa Barros	160302821	Mais
17	841	2017	Jose Luiz da Costa	160303631	Mais
18	842	2017	Leonardo Ferreira de Brito	160302545	Mais
19	874	2017	José Martins de Matos Junior	160746619	Mais
20	875	2017	Jose Isaias Modesto de Oliveira	160598408	Mais
21	876	2017	Raimunda Maria de Santana	160530353	Mais
22	877	2017	Flavio Mateus do S. Conceição	160665741	Mais
23	878	2017	Jose Trindade Ferreira	160239247	Tradicional
24	922	2017	Milton Pavan	160337083	Mais
25	923	2017	Paulo Erich Koch	160208114	Mais
26	924	2017	Tania Maria Menezes Bispo	160716863	Mais
27	937	2017	Turibio Coelho de Oliveira	151813065	Tradicional
28	957	2017	Ademar Pedro Zilio	160055193	Tradicional
29	958	2017	Expedito Matos Nascimento	160238985	Tradicional
30	959	2017	Rodrigo Jose Graton	161484430	Tradicional
31	968	2017	Marcos Aurelio Canario Reis	160510616	Mais
32	969	2017	Marivaldo Inacio da Silva	160714707	Mais
33	970	2017	Christian Adalbert Baumgarten	151892164	Tradicional
34	976	2017	Cremilson de Souza Ribeiro	160986366	Mais
35	977	2017	Joel Piana	161177351	Mais
36	983	2017	Monica Sandri da Silva	161102330	Tradicional
37	1021	2017	Gildasio Carvalho Silva	160496589	Mais
38	1022	2017	Giane Pezzin de Oliveira	162031723	Mais
39	1024	2017	Josefa Maria de Santana Reis	160672514	Mais
40	1025	2017	Jose Veronez	161518861	Mais
41	1027	2017	Marcos Antonio de Almeida	160173668	Mais
42	1028	2017	Marinalva Correia da Silva	160733419	Mais
43	1039	2017	Adriano Santos da Silva	160733432	Tradicional
44	1040	2017	Joao Carlos de Jesus	160800035	Mais
45	1041	2017	Jose C. Andrade de Santana	160492323	Tradicional
46	1042	2017	Jose Estevam de Souza	160626675	Mais
47	1043	2017	Paulo Cezar de Abreu	160654775	Tradicional
48	1044	2017	Tamires Carregosa da Silva	160782545	Tradicional
49	1046	2017	Natalicio Jose da Silva	160334088	Tradicional
50	1047	2017	Sebastiao Elias B. da Costa	160374230	Tradicional
51	1062	2017	Adalton Rabelo dos Santos	160720710	Mais
52	1063	2017	Evandro Silveira dos Santos	160812725	Tradicional
53	1064	2017	Rodrigo Almeida Santos	160812651	Mais
54	1076	2017	Karina Santos Silva	160531317	Tradicional
55	1077	2017	Rodolfo Massari	100356631	Tradicional
56	1087	2017	Nelson Pereira de Alvarenga	170112108	Tradicional
57	1093	2017	Josimar Nepel de Souza	161438888	Mais
58	1152	2017	Adelba da Cunha Macedo	161938584	Tradicional
59	1153	2017	Domingos Alves Meira Netto	160956964	Tradicional
60	1183	2017	Sueli Aparecida Lopes Renoste	160084931	Tradicional
61	1203	2017	Adalberto Pagoto Fardin	161648280	Mais
62	1207	2017	Joao Frigi	161021286	Mais
63	1208	2017	Junior Cezar Ferrão	161284034	Mais
64	1230	2017	José Humberto Santiago Vilela	162082208	Tradicional
65	1258	2017	Luiz Pedro Santos Oliveira	160711480	Mais
66	1266	2017	Elson Jose da Silva	170089962	Mais
67	1267	2017	Jose M. Fernandes Domarco	161646702	Mais
68	1515	2017	Edisio Zuqui Giuriato	170207689	Mais
69	1516	2017	Estefania Comerio	161066714	Mais
70	1536	2017	Odilo Jose Loro	152112514	Tradicional
71	1571	2017	Marcia Izabel F. dos Santos	141819625	Tradicional
72	1573	2017	Jose Souza Mascarenhas	150412884	Mais
73	1693	2017	Altair Ferreira da Fonseca	161275557	Tradicional
74	1694	2017	Jaeder Fiorentini	170202014	Tradicional
75	1695	2017	Laurindo Zeferino	161256306	Tradicional
76	1696	2017	Luiz Maria Colombi	161256364	Tradicional
77	1706	2017	Elmir Ton	161190297	Tradicional
78	1708	2017	Felisnandes Simão Bonizioli	161094989	Tradicional
79	1860	2017	Deloir Ton	161072631	Tradicional
80	1866	2017	Maria Ine Colombi Almeida	161135136	Tradicional
81	1868	2017	Oli Ton	161311351	Tradicional
82	1869	2017	Paulo Cezar Mauri	161449659	Tradicional
83	11	2018	Josileia Cassani Lacerda	161872874	Tradicional
84	12	2018	Joeni Pereira De Oliveira	170043238	Tradicional
85	14	2018	Nailza Vilela Andre	161225269	Tradicional
86	18	2018	William Bonella	161873167	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da Turma
WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília/DF, ocorrida nos dias 07 de março, 19 de março e 28 de maio de 2018, resolve: negar, por maioria na votação aos recursos abaixo relacionados:

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1135	2017	Rita Apolonia	161076691	Mais
2	1136	2017	Raimundo Nonato de Lacerda	161344065	Mais
3	1269	2017	Felicidade Linhares Dantas	161098597	Mais
4	1270	2017	Jose Airton da Silva	161364147	Mais
5	1272	2017	Pedro Rodrigues Paiva	161242455	Mais
6	1531	2017	Francisco Marcelo da Silva	161078296	Tradicional
7	1532	2017	Manoel Ramos Filho	161276443	Mais
8	1574	2017	Raimundo Francelino da Silva	161339400	Mais
9	1603	2017	Aluisio Placido de Azevedo	161375787	Tradicional
10	1680	2017	Everaldo Dantas Da Silva	161134710	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da Turma
WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília/DF, ocorrida nos dias 07 de março, 19 de março e 28 de maio de 2018, resolve: negar aos pedidos de revisão, por unanimidade na votação, aos recursos abaixo relacionados:

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	825	2016	Maria da Penha Alves Goldner	160127394	Mais
2	350	2017	Jackeline Silva Araujo	160655782	Mais
3	353	2017	Josino Teres de Santana	160558967	Mais
4	360	2017	Aldemir Conceição de Abreu	160360825	Mais
5	361	2017	Eliomar Andrade Santana	160299971	Mais
6	366	2017	Orlando Santos Oliveira	160411226	Mais
7	367	2017	Renivaldo Oliveira Santos	160259974	Mais
8	368	2017	Valdevino Bomfim dos Santos	160441621	Mais
9	373	2017	Bruno R. Matos de Santana	160782993	Mais
10	377	2017	Jose Ilton Dos dos Santos	160464489	Mais
11	378	2017	Neilson Conceição de Santana	160528306	Mais
12	381	2017	Pedro C. Andrade Santana	160251283	Tradicional
13	383	2017	Valdice Das Virgens Oliveira	160388977	Mais
14	466	2017	Antonio Soares de Souza	160439655	Mais
15	468	2017	Cleonides M. de Mendonça	160741077	Tradicional
16	469	2017	Danila Dantas Silva	160278988	Mais
17	473	2017	Iris Patricia Carregosa da Silva	160360233	Mais
18	475	2017	Jose Oliveira Filho	160496319	Mais
19	480	2017	Marcelo da Silva	160296767	Mais
20	486	2017	Terezinha de Messias Dantas	160278989	Mais
21	487	2017	Vilmarcio Jose Silva Rosario	160234109	Mais
22	531	2017	Elizeu Nogueira da Silva	160374964	Mais
23	534	2017	Gabrielle Andrade de Santana	160485298	Mais
24	537	2017	Hermenson Cleber C. Santos	160396827	Mais
25	539	2017	Josefa Das Virgens Cerregosa	160432835	Mais
26	540	2017	João Rabelo Santa Rosa	160286193	Tradicional
27	549	2017	Rosalvo Paulo dos Santos	160379686	Mais
28	550	2017	Valdivino Pereira da Silva	160288375	Tradicional
29	551	2017	Wilson R.g Nogueira Santo	160628488	Mais
30	562	2017	Francisco Carlos de Matos	160255759	Mais
31	568	2017	Lucas Gomes Nascimento	160312596	Tradicional
32	569	2017	Luiz Carlos Caliari	151859966	Mais
33	570	2017	Murilo Alencar Fraga Santos	160361345	Mais
34	575	2017	Paulo Roberto Santos	160420583	Mais
35	618	2017	Adailton Almeida	160534215	Tradicional
36	632	2017	Jose Everaldo de Souza	160568535	Mais
37	660	2017	Heraldo Rabelo de Carvalho	160524134	Tradicional
38	739	2017	Joelma Santos Fontes	160619656	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da Turma
WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília/DF, ocorrida nos dias 07 de março, 19 de março e 28 de maio de 2018, resolve: acatar aos pedidos de revisão, por unanimidade na votação, aos recursos abaixo relacionados:

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	348	2016	Marcos Fabiano Carvalho Cruz	150352376	Tradicional
2	658	2017	Andre de M. Barros Lamacchia	160331184	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da Turma
WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATA DA 1º REUNIÃO/2018

Ao sétimo dia do mês março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no 7º andar do prédio do Ministério da Agricultura, sito na Esplanada dos Ministérios, bloco D, sala 703, Brasília/DF, reuniu-se a Primeira Turma de Julgamento Regional - 1ª TJR-CER/PROAGRO, para dar início aos trabalhos de julgamento dos processos constantes da pauta de sua primeira reunião ordinária, sob a presidência de Gabriel Vinicius Lavagnini (Presidente da 1ª TJR/CER/PROAGRO). Presentes os representantes legais das instituições que compõem o colegiado, como segue: Luiz Felipe Rizzo Genestreti, do Banco Central do Brasil - BACEN; Liane Rucinski, do Ministério do Planejamento - MP; Rodrigo Machado de França e Maurilio Canut, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SEAD/MDA; Andréia Lucia Araújo da Cruz de Carvalho, do Ministério da Fazenda - MF; Décio Lauri Sieb e José Arnaldo Brito - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; José Alfredo Pinto, do Banco do Brasil S.A.; Fernanda Schwantes, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Ausentes os representantes das demais entidades que compõe o colegiado, a saber: da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e da Associação Brasileira das Empresas de Planejamento Agropecuário - ABEPA. Participaram também desta reunião a Senhora Alessandra Helena do Espírito Santo (MAPA), como secretária da reunião, a Senhora Gerlania R. de Moraes - MDA, Fábio Hiroyuki Shinozaki - Bacen, Angela Aparecida Silva de Paula - Bacen, Olívio Cavalcante - Bacen, Michel Militão Yamamoto e Jean Felipe Brandt Guedes - SICOOB, Marieli Coli, do Banco do Brasil S. A. e Sérgio Ferrão, do MPOG. Os trabalhos, no dia 07 de março, foram suspensos para análise de processos pelo Ministério da Fazenda, reiniciados os trabalhos no dia 19 de março, novamente suspensa para vista do SEAD/MDA e a reunião concluída no dia 28 de maio de 2018. Foram submetidos a julgamento 204 (duzentos e quatro) recursos administrativos dirigidos à CER, de mutuários de diversas Instituições Financeiras: 98 (noventa e oito) do Banco do Brasil, 30 (Trinta) do Banco do Nordeste do Brasil, 20 (Vinte) Cresol Baser, 55 (Cincoenta e cinco) do Sicoob e 1 (um) do SICREDI, autuados em processos, os quais estão discriminados no termo de convocação e pauta de julgamento, sendo que 70 (setenta) tiveram seus recursos acolhidos, 134 (Cento e trinta e quatro) negados. Os processos julgados são: 1 (um) da safra 2010/2011, 03 (três) da safra 2014/2015; 105 (cento e cinco) da safra 2015/2016, e 95 (Noventa e cinco) da safra 2016/2017, dos quais 127 (Cento e vinte sete) são PROAGRO "MAIS" e 77 (Sessenta e sete) PROAGRO "TRADICIONAL". Nada mais havendo a tratar, eu Alessandra Helena do Espírito Santo, na condição de secretária da reunião, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Brasília, 28 de maio de 2018.
ALESSANDRA HELENA DO ESPÍRITO SANTO
Secretário

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da Turma

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.006, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.066588/2017-31, de 30 de outubro de 2017, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Perkons S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 82.646.332/0001-02, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Aparelho para medição, registro e sinalização de velocidade de veículos automotores, em vias públicas, baseado em técnica digital.

Modelos: SMARTPK 1IS; SMARTPK 2IS; SMARTPK 3IS; SMARTPK 4IS; SMARTPK 1IN; SMARTPK 2IN; SMARTPK 3IN; SMARTPK 4IN; SMARTPK 1DS; SMARTPK 2DS; SMARTPK 3DS; SMARTPK 4DS; SMARTPK 1DN; SMARTPK 2DN; SMARTPK 3DN; SMARTPK 4DN.

Produto 2: Aparelho para medição e registro de velocidade de veículos automotores, em vias públicas, baseado em técnica digital.

Modelos: SMARTPK 0IS; SMARTPK 0IN; SMARTPK 0DN; SMARTPK 0DS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.092/2018/SEI-MCTIC, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto nos artigos 90, inciso I, e 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 01250.002556/2016-27, invocando as razões presentes nas Notas Técnica n.º 8057/2018/SEI-MCTIC e Informativa n.º 2.282/2018/SEI-MCTIC, chanceladas pelo Parecer Jurídico n.º 0840/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a transferência das concessões outorgadas à Fundação João Paulo II, por meio do Decreto de 03 de setembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 1999, deferidas originariamente à Rádio Cultura de Belo Horizonte Ltda., por meio da Portaria MJNI nº 190-B, de 13 de abril de 1962 e à Rádio City Ltda., por meio da Portaria MVOP nº 276, de 06 de abril de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, os serviços de radiodifusão sonora em onda média, de caráter nacional, nos municípios de Contagem e Belo Horizonte, ambos no estado de Minas Gerais, à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura (entidade privada inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 17.178.195/0001-67).

Art. 2º O quadro diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficará assim constituído:

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Nome	Cargo
Joaquim Giovani Mol Guimarães	Reitor

Art. 3º Enquanto não estiverem concluídos os processos de renovação de outorga de que tratam as Portarias MJNI nº 190-B, de 13 de abril de 1962 e MVOP nº 276, de 06 de abril de 1954, a execução dos serviços será mantida em caráter precário.

Art. 4º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Nº 6.038 - Processo nº 53516.005185/2018-32

Expede autorização à ABDALLA COMERCIO DE JOIAS E TAPETES LTDA, CNPJ nº 10.289.104/0001-11, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.040 - Processo 53516.003189/2018-86

Outorga autorização para uso de radiofrequência à MACPONTA - MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 00.702.079/0001-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 2 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.769 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 48.708.267/0134-95 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.774 - Expede autorização à ALCOESTE BIOENERGIA FERNANDÓPOLIS S/A, CNPJ nº 43.545.284/0001-04 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS

ATOS DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.812 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA, CNPJ nº 03.470.727/0001-20 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.825 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à GERDAU S/A, CNPJ nº 33.611.500/0177-80 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.862 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à GOL LINHAS AÉREAS S/A, CNPJ nº 07.575.651/0004-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.878 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à USINA VERTENTE LTDA, CNPJ nº 05.242.560/0001-76 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

DÉBORA YAMADA
Gerente
Substituta

ATOS DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.894 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.621.445/0001-38 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.918 - Expede autorização à MÓDULO RÁDIO COMUNICAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 22.885.791/0001-17 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

Nº 5.925 - Expede autorização à AGRÍCOLA PARAÍSO LTDA, CNPJ nº 29.823.825/0001-98 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

Nº 5.927 - Processo nº 53504.005312/2018-32. Expede autorização à BIRLA CARBON BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.634.915/0002-65, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.928 - Processo nº 53504.007254/2018-81. Expede autorização ao CONDOMÍNIO PROJETO BANDEIRANTES, CNPJ nº 54.283.478/0001-03, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.929 - Processo nº 53504.007255/2018-26. Expede autorização ao TCT - TERMINAL CIAPETRO TAURUS LTDA, CNPJ nº 24.742.812/0001-70, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.930 - Processo nº 53504.006774/2018-77. Expede autorização à SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA, CNPJ nº 10.559.279/0001-00, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.932 - Processo nº 53504.007256/2018-71. Expede autorização à ELI LILLY DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 43.940.618/0001-44, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

DÉBORA YAMADA
Gerente
Substituta

ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.987 - Expede autorização à ASSOCIAÇÃO DOS ADQUIRENTES DE LOTES EM ARUÃ, CNPJ nº 68.029.099/0001-98 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequências associada à autorização do serviço.

Nº 5.992 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à VERZANI & SANDRINI LTDA, CNPJ nº 57.559.387/0001-38 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

DÉBORA YAMADA
Gerente
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 5.850, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização à TELEVISAO DIAMANTE LTDA, CNPJ nº 01.770.707/0001-40 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

ATO Nº 5.921, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CELITO MISSIO, CPF nº 242.598.100-49 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATOS DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Nº 6.012 - Expede autorização à SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES - ITABAIANA / SE, CNPJ nº 07.734.057/0001-63, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.018 - Expede autorização à CENTRAIS EOLICAS PLANALTINA LTDA., CNPJ nº 11.363.327/0001-44 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 6.021 - Expede autorização à CONCESSIONARIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A., CNPJ nº 27.950.582/0001-23 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 6.008, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53548.000816/2018-50.

Expede autorização à PANTANAL ENERGETICA LTDA, CNPJ nº 03771820000760, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 5.823, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização à MARBORGES AGROINDUSTRIA SA, CNPJ nº 63.878.250/0001-49 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

ANDRE RODRIGUES PESSOA
Gerente

ATO Nº 5.896, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização à COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.928.273/0003-74 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 5.912, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à VALE S.A., CNPJ nº 33.592.510/0009-01 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 6.024, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à FERROVIA NORTE SUL S/A, CNPJ nº 09.257.877/0001-37 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 6.041, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53569.002129/2018-21.

Expede autorização à DUCILDE DE OLIVEIRA MIRANDA, CNPJ nº 21544603304, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 5.619, DE 27 DE JULHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PREMIUM COMERCIO E SERVICOS DE RADIOCOMUNICACAO LTDA.EPP, CNPJ nº 04.807.920/0001-77 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 5.863, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53508.003235/2018-46.

Expede autorização à SOCIEDADE DE BENEFICENCIA HUMBOLDT, CNPJ nº 33476276000280, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.030, DE 11 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Goiânia/GO, no período de 03/08/2018 a 05/08/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 6.061, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Autorizar a Embaixada da República de Singapura a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, durante visita do Senhor Tharman Shanmugaratman, Vice-Primeiro-Ministro da República de Singapura, na cidade de São Paulo/SP, no período de 12/08/2018 a 15/08/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 6.064, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV e de RTV. Proc. 53500.066182/2017-63. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal: http://www.anatel.gov.br

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

DESPACHO Nº 5/2018

Processo nº 53500.036179/2018-04
Interessado: Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda., HISPASAT S.A., Telefônica Brasil S.A.

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 156 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe,

CONSIDERANDO que a operação do satélite Telstar 19 Vantage (T19V) pela Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda. com os níveis máximos de potência permitidos na regulamentação nas faixas da banda Ku planejada do AP30B, deverá resultar em impactos na operação do Satélite AMAZONAS-2 da Hispasat S.A., especialmente no que se refere ao provimento do serviço de DTH prestado pela Telefônica Brasil S.A. no Brasil, podendo impactar milhares de consumidores do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC);

CONSIDERANDO que o art. 45 da Lei nº 9.784/99, determina que, em caso de risco iminente, a Administração Pública pode adotar providências cautelares no curso do processo;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 02 de maio de 2013, prevê, em seu art. 52, a possibilidade adoção de medidas cautelares para evitar dano grave e irreparável ou de difícil reparação;

CONSIDERANDO que estão presentes, no caso em análise, os requisitos necessários para a adoção de Medida Cautelar, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora;

CONSIDERANDO o disposto na regulamentação, em especial no art. 8º, § 1º, do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, nos arts. 3º, IV e VI, e 52 do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução nº 632, de 7 de março de 2014;

CONSIDERANDO os termos do Informe nº 121/2018/SEI/ORER/SOR, de 13 de agosto de 2018 (SEI nº 3043238), decide estabelecer as seguintes medidas cautelares:

1. a operação do satélite Telstar 19 Vantage (T19V) da Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda. nas faixas de frequências da banda Ku planejada do AP30B deverá ocorrer com nível máximo de densidade espectral de EIRP de -29 dBW/Hz no feixe nº 3 (São Paulo) e -35 dBW/Hz, nos demais feixes, por 60 (sessenta) dias após o início da operação desse satélite;

2. durante o período mencionado no item anterior, a Hispasat S.A. deve enviar à Anatel relatórios quinzenais contendo as medidas que vem tomando no sentido de adequar o sistema de recepção de DTH provido pelo satélite AMAZONAS-2;

3. após o prazo de 60 (sessenta) dias mencionado acima, o satélite T19V da Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda. poderá operar, nas faixas de frequências da banda Ku planejada do AP30B, no território brasileiro, com nível máximo de densidade espectral de EIRP de -25 dBW/Hz em todos os feixes, 3dB abaixo dos níveis máximos regulamentares;

4. fora do território brasileiro, o satélite T19V da Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda. deverá operar nas condições estabelecidas nos acordos de coordenação obtidos junto às demais administrações estrangeiras;

5. o satélite T19V da Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda. não poderá causar interferência prejudicial nos pontos de testes da rede de satélite EUTELSAT EXB-64W;

6. conceder prazo de 15 (quinze) dias para que as operadoras Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda. e Hispasat S.A. apresentem, isolada ou conjuntamente, proposta alternativa de acordo de operação que viabilize o funcionamento de ambos os satélites, T19V e AMAZONAS-2, na faixa Ku planejada do AP30B;

7. fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Telefônica Brasil S.A., apresente à Anatel as medidas que pretende adotar no que se refere às relações contratuais com os assinantes do SeAC, que utilizam o serviço DTH por meio do satélite AMAZONAS-2.

Comunique-se a Superintendência de Relações com Consumidores - SRC, para que adote as providências que entender cabíveis, relativamente aos direitos dos usuários potencialmente impactados pela operação dos satélites em questão.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 13 DE AGOSTO DE 2018

728ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC	900.0534/1993	72.060.999/0001-75
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB	900.1189/2013	10.783.898/0001-75

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 3.778/2018/SEI-MCTIC, 25 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.041250/2018-58, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL ARCANJO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de São Miguel Arcanjo/SP, o canal 22 (vinte e dois), correspondente à faixa de frequência de 518 a 524 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 3.812/2018/SEI-MCTIC, 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.029391/2018-01, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Matias Barbosa/MG, o canal 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 3.883/2018/SEI-MCTIC, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.027536/2018-21, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV SUL AMERICANA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Cuiabá/MT, o canal 39 (trinta e nove), correspondente à faixa de frequência de 620 a 626 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 545/2018/SEI-MCTIC, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.062204/2017-10, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 7138/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 09 de outubro de 2017, da frequência 1020 KHz, outorgada à Rádio Cultura de Uberlândia Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.092/2018/SEI-MCTIC, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.031939/2018-74, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 13334/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 07 de junho de 2018, da frequência 580 KHz, outorgada à Sobral Sociedade Brito de Radiodifusão Ltda, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Teixeira de Freitas, estado da Bahia.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.345/2018/SEI-MCTIC, DE 26 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.064861/2017-93, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da A.B.G. COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SÃO SEBASTIÃO, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 46 (quarenta e seis), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 16253/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.437/2018/SEI-MCTIC, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.040629/2018-41, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO AM CIDADE DE CASTELO LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de CASTELO DO PIAUÍ-PI, utilizando o canal n.º 278 (duzentos e setenta e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 17539/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 2.420-E, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0422 SENHORITAS
Processo: 01416.000150/2018-31
Proponente: VILAREJO FILMES LTDA ME.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 19.305.367/0001-41
Valor total aprovado: R$ 2.314.600,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 263.915,59
Banco: 001 - agência: 1509-1 conta corrente: 49387-2

18-0447 VERÃO VERMELHO
Processo: 01416.008247/2018-92
Proponente: NATION & NAÇÃO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA- ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.790.022/0001-04
Valor total aprovado: R$ 6.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.800.000,00
Banco: 001 - agência: 1817-1 conta corrente: 24512-7
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 640.000,00
Banco: 001 - agência: 1817-1 conta corrente: 24511-9

18-0464 AMANDA E CAIO
Processo: 01416.008498/2018-77
Proponente: LACUNA FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.677.301/0001-66
Valor total aprovado: R$ 3.118.500,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.962.575,00
Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25923-3

18-0487 UMA CARTA
Processo: 01416.008807/2018-17
Proponente: MARIA FARINHA FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.396.390/0001-40
Valor total aprovado: R$ 1.349.289,15
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.281.824,69
Banco: 001 - agência: 6806-3 conta corrente: 9958-9

18-0501 ALÉM DE NÓS
Processo: 01416.009003/2018-27
Proponente: ATAMA FILMES PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA ME.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 12.667.775/0001-02
Valor total aprovado: R$ 2.317.412,48
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 1249-1 conta corrente: 66665-3

18-0502 ONDE CAMINHAM FANTASMAS
Processo: 01416.008882/2018-70
Proponente: TOKYO FILMES LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 10.468.552/0001-82

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor total aprovado: R$ 4.900.700,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.655.665,00
Banco: 001 - agência: 1249-1 conta corrente: 66664-5
18-0504 NIIMA
Processo: 01416.009057/2018-92
Proponente: FLAVIA L. B. ABTIBOL CRIACOES - ME.
Cidade/UF: Manaus / AM
CNPJ: 27.793.941/0001-86
Valor total aprovado: R$ 1.160.569,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.102.540,55
Banco: 001 - agência: 1862-7 conta corrente: 58858-X
Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.
18-0325 TODO TIGRADO
Processo: 01416.005996/2018-68
Proponente: RAFAEL GEBER ANDREAZZA - ME.
Cidade/UF: Pelotas / RS
CNPJ: 03.793.040/0001-26
Valor total aprovado: R$ 1.564.400,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 590.900,00
Banco: 001 - agência: 2950-5 conta corrente: 26641-8
Art. 3º Aprovar a troca de titularidade de "CALABOUÇO PRODUÇÕES E FILMES LTDA." para "PUBLITYME COMUNICAÇÃO LTDA." do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.
17-0656 JERRY ADRIANI - O TREM DA VIDA
Processo: 01416.025667/2017-52
Proponente: PUBLITYME COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 27.052.323/0001-85
Valor total aprovado: R$ 1.840.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 40918-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 40917-0
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 40919-7
Prazo de captação até 31/12/2019
Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 529, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTIN

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182459 - 4ª ESPETACULAR - MOSTRA DE ARTES PARA CRIANÇAS 2019
PRO CULT PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 10.623.434/0001-00
Processo: 01400013431201823
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 289.664,75
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização da 4ª Edição da Mostra Espetacular, uma mostra de Artes para crianças de 02 a 10 anos, que contará com apresentações/atrações(teatro, circo, dança, artes visuais, música e literatura),em diversos espaços culturais. Todas as apresentações serão gratuitas.
182200 - ATIVIDADES CULTURAIS DA FESTA DO BISCOITO
CALDAS TENIS CLUBE
CNPJ/CPF: 19.057.082/0001-39
Processo: 01400012046201869
Cidade: Caldas - MG;
Valor Aprovado: R$ 317.441,50
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo, as apresentações culturais presentes na FESTA DO BISCOITO, a saber: Espetáculos de ArtesCênicas (Contação de Histórias, Teatro e Danças Folclóricas) e Apresentação Musical.
1511229 - I Festival de Artes
Brandt Patrima Campiom Izidoro
CNPJ/CPF: 333.230.748-74
Processo: 01400080012201554
Cidade: Ourinhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 398.273,20
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O I Festival de Artes se realizará na cidade de Ourinhos/ SP de 03 a 06 de Agosto de 2016 e será contemplado com cursos , workshops , apresentações culturais e intercambio cultural entre profissionais de 3 estados brasileiros, assim como um interessante debate sobre a situação cultural no Brasil com grandes nomes. Os espetáculos Korvatunturi , Belle Epoque , Noites de Walpurgirs , Sôta já são atrações consolidadas e com grande aclamação pelo publico pelo Brasil a fora e se apresentarão na cidade de Ourinhos.
182451 - PINOCCHIO
Branca e Branca produções Artisticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.560.238/0001-95
Processo: 01400013421201898
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 8.405.824,59
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a montagem e produção do espetáculo de teatro musical "PINOCCHIO" cuja história é adaptada do original da Broadway de mesmo título.
182295 - Tem Palhaço no Trânsito (título provisório)
OCHOA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 04.540.929/0001-64
Processo: 01400012792201852
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 277.968,00
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê de forma totalmente gratuita a realização de apresentações de peça teatral com linguagem circense, sobre o tema Trânsito.
182449 - Tem Palhaço Que Desperdiça Água (título provisório)
OCHOA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 04.540.929/0001-64
Processo: 01400013419201819
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 409.890,80
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a apresentação gratuita de peça teatral com linguagem circense sobre o tema Agua e Meio Ambiente.
182452 - Varanda Cultural itinerante - Teatro de Bonecos
Associação Jornal Varanda Cultural
CNPJ/CPF: 10.846.755/0001-65
Processo: 01400013422201832
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 109.318,00
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Apresentação gratuita do teatro de bonecos "Casal Blá - O Amor está no ar" e teatro lambe-lambe "Dragulengo" e "Cachorro Alado" em cidades do RS. Nestas, artistas bonequeiros serão anfitriões. Em 2012, a associação adquiriu veículo automotor pelo Edital Pontos de Cultura nº11/2012 para itinerar pelo interior. Mas na tempestade ocorrida em Porto Alegre em 2016, uma árvore o destruiu completamente (fotos em anexo), causando perda material e de autonomia, que trabalha há 11 anos em cidades de menor IDESE (2008-FEE) do Estado e bairros pobres da capital. Este projeto visa resgatar a autonomia perdida, percorrendo o RS com seu teatro e registrando em vídeo a arte bonequeira por meio de seus principais mestres e grupos, veiculando nas redes sociais. Exceto o pagamento de Contador, Advogado, Assessor Administrativo e recolhimentos tributários, todo o valor pago será revertido para a compra de seu veículo, continuando seu trabalho cultural e social, mesmo depois de encerrado o projeto.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182465 - FESTIVAL CULTURAL NATAL ENCANTADO
FERRAMENTA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA
CNPJ/CPF: 17.074.578/0001-95
Processo: 01400013438201845
Cidade: Maragogipe - BA;
Valor Aprovado: R$ 1.277.824,40
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Festival Natal Encantado objetiva fortalecer a diversidade cultural, utilizando-se de várias linguagens artísticas. Acontecerá durante seis dias do mês de dezembro, em espaços públicos de Feira de Santana-Bahia, com os seguntes produtos: Festival/Mostra - apresentação musical (orquestras e grupos de música instrumental, bandas filarmônicas,corais, grupos musicais de destaque regional e nacional); Festa Popular - desfile de cortejo da cultura popular (ternos de reis); Espetáculo de Artes Cênicas(apresentação de companhias de dança) e Festival/Mostra - audiovisual (projeções mapeadas). Propõe-se dar oportunidade à toda a população, de forma gratuita,àinteração com uma ampla diversidade de expressões artísticas, estimulando a formação de platéias, além de fomentar a economia e a difusão cultural, gerando renda para grupos e artistas de diversos perfis, sobretudo da região onde o evento será realizado.
182254 - Mostra de Música de Câmara e Sacra da Vindima Goethe 2019
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DA UVA E DO VINHO GOETHE
CNPJ/CPF: 07.634.915/0001-06
Processo: 01400012569201813
Cidade: Urussanga - SC;
Valor Aprovado: R$ 252.406,26
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Mostra de Música de Câmara e Sacra, com 6 concertos nas localidades do Vale da Uva Goethe, Santa Catarina.
182323 - ORQUESTRA FILARMÔNICA DA SCAR - CIRCULAÇÃO E MANUTENÇÃO 2019
Orquestra Filarmônica de Jaraguá do Sul
CNPJ/CPF: 09.265.469/0001-27
Processo: 01400012840201811
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 559.046,82
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto dará continuidade nos ensaios semanais e realizará 11 concertos da Orquestra Filarmônica SCAR Jaraguá do Sul. Além disto, também realizar-se-á 05 apresentações com quintetos pela região norte catarinense. Todos os eventos terão ENTRADA FRANCA.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
182460 - Mulheres Iluminadas - Laura Laurinda Gabriella
UAIART PROJETOS CULTURAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 29.513.602/0001-24
Processo: 01400013432201878
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 500.485,88
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Exposições de obras inéditas inspiradas nas vidas de Laurinda Santos Lobo, Gabriella Besanzoni e Laura Alvim: três figuras femininas que tiveram papel preponderante no desenvolvimento da vida cultural do Rio de Janeiro.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
182469 - Afroetnica FlinkSampa
Faculdade Zumbi dos Palmares
CNPJ/CPF: 14.050.274/0001-08
Processo: 01400013442201811
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 811.793,75
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a sexta edição da Festa do Conhecimento, Literatura e Cultura Negra, visando mobilizar escritores e amantes da literatura com raízes afrodescentes e, com eles, a mídia especializada, numa interlocução permanente entre as artes, propagando vivências focadas sobretudo na diversidade, de modo aser um espaço de reflexão e análise sobre a cultura negra. Inspirado no modelo dos grandes festivais nacionais e mundiais do livro que acontecem em diversos espaços no mundo, o evento contará com uma ampla e diversificada programação cultural, cujo foco central será a literatura, porém dialogando com outras manifestações artísticas, como música, teatro, dança, cinema e artes visuais.
182454 - Ciclo Voador: Bicicleta & Cultura
INSTITUTO AROMEIAZERO
CNPJ/CPF: 16.403.490/0001-07
Processo: 01400013425201876
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.665.945,23
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Ciclo Voador - Bicicleta & Cultura é composto por festivais a céu aberto que visam promover a arte urbana, que refere a manifestações artísticas heterogêneas e plurais desenvolvidas no espaço público, e as formas e usos da bicicleta em atividades culturais e artísticas. Os festivais serão realizados em cinco capitais do Brasil. Dentre as atividades previstas estão a apresentação de artistas locais e oficinas de arte urbana, nas diferentes linguagens artísticas, com a temática "bicicleta".
182443 - Feira do Livro de Dois Irmãos
Simples Assim Projetos e Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 23.342.548/0001-15
Processo: 01400013413201841
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado: R$ 110.651,40
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização da Feira do Livro de Dois Irmãos, que prevê a participação de escritores, saraus, espetáculos e outras atividades literárias em sua programação.
182456 - FOTOGRAFIA, MEMÓRIA, HISTÓRIA: ANTÔNIO PRADO-RS-BRASIL
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO PRADO
CNPJ/CPF: 08.728.291/0001-40
Processo: 01400013428201818
Cidade: Antônio Prado - RS;
Valor Aprovado: R$ 114.664,16
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Editar livro denominado Fotografia, Memória, História: Antônio Prado-RS-Brasil, cujo propósito é reconstituir a história do Município de Antônio Prado por meio da memória iconográfica.
182294 - LE PRA MIM 2018/2019
Associação Cultural Somar Idéias
CNPJ/CPF: 12.078.777/0001-58
Processo: 01400012791201816
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 558.688,00
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: LÊ PRA MIM? É um projeto de incentivo a leitura de livros infantis brasileiros onde personalidades da mídia leem livros infantis para crianças de 4 a 10 anos. Este projeto teve inicio em 2010 e já foram realizadas 29 edições ao longo dos 8 anos. Levamos alunos de escolas publicas municipais para participarem dos encontros literários junto com o publico espontaneo. Ao final de cada encontro as crianças ganham livros para levar para casa. Para a temporada 2018 e 2019 vamos percorrer as cidades de Cuiabá, Manaus, Fortaleza e Rio de Janeiro.
182445 - MARYSIA PORTINARI - UNIVERSO PRÉ-EXISTENTE
DE ARTE PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 01.742.102/0001-45
Processo: 01400013415201831
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 731.159,10
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Edição de um livro sobre a artista MARYSIA PORTINARI (produto principal) para difusão das obras e pensamento de artistas plásticos consagrados, a fim de promover o resgate cultural brasileiro, contribuindo para melhor acesso da sociedade aos bens artísticos. Além disso, o projeto contempla uma exposição com suas obras de arte (produto secundário). Haverá também, como medida de ampliação de acesso/formação de plateia, uma ação paralela, educativa, com capacitação de arte-educadores e oficinas de artes, com a presença da artista para pessoas com deficiência intelectual e para pessoas sem deficiência, mas em vulnerabilidade social.
182463 - Story Jam - Compartilhe a Sua História
FBF Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 02.632.558/0001-15
Processo: 01400013435201810
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.294.858,70
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Evento literário que reúne diferentes ações de incentivo à leitura, o Story Jam - Compartilhe a Sua História ocorre em 10 municípios, com 2 dias de duração em cada, em locais públicos como bibliotecas, centros culturais ou escolas. Na ação principal, no dia do evento, proporciona ao público a vivência da autoria e produção física de um livro, a partir da elaboração de textos e narrativas criadas por elas mesmas. Em ação complementar, o projeto doa um acervo de livros, para bibliotecas públicas de entidades, escolas e/ou centros culturais. As entidades recebem um workshop para agentes culturais em práticas promotoras de leitura e compartilham os aprendizados do workshop em ações de mediação, no dia do evento (Mostra).
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
182424 - CASA DE JUSCELINO
Nó de Rosa Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 06.216.994/0001-64
Processo: 01400013301201891
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.426.066,32
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a manutenção, a preservação do acervo, do mobiliário e do imóvel onde viveu o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em Diamantina - MG, denominado "CASA DE JUSCELINO" qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e declarada de utilidade pública com a finalidade de preservar e divulgar a memória e os ensinamentos de JK.
182420 - Exposição Jogoteca de todas as culturas
Passatempo Educativo
CNPJ/CPF: 07.734.376/0001-79
Processo: 01400013297201861
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 353.567,00
Prazo de Captação: 14/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A "Exposição Jogoteca de todas as culturas" proporciona ao visitante o contato com os mais variados jogos de tabuleiro do mundo inteiro, de antigas civilizações e dos cinco cantos do planeta. A exposição promove, desta maneira, o resgate do jogar e brincar , bem como a disseminação de culturas, como a popular brasileira, bastante descaracterizadas em meio a predominante cultura de massa. Oacervocom os jogos de tabuleiro do mundo inteiro damos uma volta ao planeta por mais de 100 jogos de todas as épocas da história e dos cinco continentes, passando por antigas civilizações como sumerianos, egípcios, romanos, chineses, passando pela Idade Média e Moderna. Os jogos representam a diversidade da riqueza cultural de cada país e épocas da nossa história, oferecendo as crianças, jovens e adultos a melhor forma de conduzi-los à atividade, à auto-expressão e a socialização, bem como à apropriação da cultura.

PORTARIA Nº 530, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTIN

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177833 - Arte Miúda - Atividades
SOLAR DE CULTURA ARTISTICA ARTE MIUDA S/C LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.307.653/0001-80
Cidade: Diamantina - MG;
Valor Complementado: R$ 2.032,02
Valor total atual: R$ 166.512,22

PORTARIA Nº 531, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTIN

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
160443 - "SERGIO REIS - CORAÇÃO ESTRADEIRO"
ROBERTA & DANIELA RITMOS DE DANÇA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.084.546/0001-42
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 03/08/2018 à 31/12/2018
177129 - 23ª Festa do Imigrante
Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração
CNPJ/CPF: 02.634.914/0002-10
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/08/2018
178999 - A PAZ PERPÉTUA - Temporada São Paulo
SOMART PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.684.879/0001-91
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/07/2018
170602 - BIOARTE - Etapa 2
Janaina Chelo Amaral Galdi
CNPJ/CPF: 222.442.418-31
Cidade: São Carlos - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
170191 - CULTURA PARA TODOS _ 3a edição
Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes
CNPJ/CPF: 82.653.403/0001-02
Cidade: Blumenau - SC;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
176481 - Dançando o Brasil
Tais Mello dos Santos Maia
CNPJ/CPF: 645.426.700-82
Cidade: Estrela - RS;
Prazo de Captação: 02/08/2018 à 31/12/2018
159328 - Depois da última página
Associação BR-116
CNPJ/CPF: 13.196.419/0001-02
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
159686 - Estréia e circulação Cia MN
Mário Márcio da Silva
CNPJ/CPF: 07.601.422/0001-61
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
17 8866 - The Soul Powe
ALEXEY RODRIGO FRANCA DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 221.543.608-58
SP - São Carlos
Período de captação: 01/01/2018 a 31/07/2018
163755 - Festival Cidade Azul
CafenaruaLTDA ME
CNPJ/CPF: 09.287.883/0001-37
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 02/08/2018 à 30/11/2018
170457 - Mãe Coragem
Associação BR-116
CNPJ/CPF: 13.196.419/0001-02
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
170929 - O HOMEM E A MAQUINA
GENERICKA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 06.889.843/0001-77
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 31/07/2018 à 31/12/2018
18 0466 - OLHAR CULTURAL
Firmato - Consultoria e projetos
CNPJ/CPF: 10.552.415/0001-21
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/08/2018 a 31/12/2018
160214 - Palhaços
FIORAVANTE C DE ALMEIDA PRODUÇÃO CULTURAL
CNPJ/CPF: 17.944.629/0001-92
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
1510004 - Personalíssima, Samba, Jazz e Bossa Nova
13TH PRODUCTIONS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 04.352.999/0001-99
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/07/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
170570 - Arte nas Escolas 2017
Julian Tainã Guimarães Vieira da Silva
CNPJ/CPF: 074.226.969-82
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
178620 - BOI-BUMBÁ ? Resgate Ensaios Manaus 2018
AMAZON FEIRAS, EVENTOS, PUBLICIDADES E PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 21.959.251/0001-78
Cidade: Manaus - AM;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
1510388 - CONCERTOS SINFÔNICOS ITINERANTES - ANO II
ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA MÚSICOS VOLUNTÁRIOS DE LAGES
CNPJ/CPF: 10.693.813/0001-68
Cidade: Lages - SC;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
163353 - VIII CIRCUITO MUSICA BRASILIS
Instituto Musica Brasilis
CNPJ/CPF: 11.024.672/0001-53
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
152170 - Exposição TRABALHADORES
Paulo Fridman
CNPJ/CPF: 010.727.218-05
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/07/2018
170056 - Mostra Retratos dos Grandes Patronos Cearenses
Academia Cearense de Literatura e Jornalismo
CNPJ/CPF: 21.063.253/0001-84
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
170956 - Retratos de Uma Intimidade ou A História que Queremos Contar (nomes provisórios)
arte3 assessoria produção e marketing cultural ltda.
CNPJ/CPF: 01.087.409/0001-50
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
172373 - Museu Cyrilla
EVOLUTION GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 04.224.923/0001-88
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177439 - 15ª FEIRA DO LIVRO DE JOINVILLE
INSTITUTO DA CULTURA E EDUCACAO
CNPJ/CPF: 07.229.473/0001-04
Cidade: Joinville - SC;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
179705 - A ARTE DE GUILHERME DE FARIA
CARLOS CAMILO ABUMRAD
CNPJ/CPF: 406.947.208-87
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 03/08/2018 à 31/12/2018
177501 - Aventuras no Espaço
RICARDO BARRERA
CNPJ/CPF: 118.191.758-12
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
154642 - Bahiano de Tênis - 1 Século de História
Editora Barro de Chão LTDA
CNPJ/CPF: 18.526.698/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/07/2018
161746 - FliJeri | I Feira Internacional do LIvro de Jericoacoara | Um Mar de Letras
Brazilbizz MPA Ltda ME
CNPJ/CPF: 05.382.018/0001-19
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
175967 - GRUPO DE CURITIBA - PROFISSIONAIS QUE TRANSFORMARAM O URBANISMO DA CIDADE
Centro de Design do Paraná
CNPJ/CPF: 03.119.126/0001-78
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 20/08/201, ANEXO II

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
178633 - Cine Theatro Apresenta...
LUIZ FERNANDO VIEIRA TROPIA
CNPJ/CPF: 175.794.306-49
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/07/2018
178296 - KUVITEIRAS 2018
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA AS KUVITEIRAS
CNPJ/CPF: 00.232.591/0001-22
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
179602 - ÓPERA COUNTRY
Geison Cezare Cardoso
CNPJ/CPF: 254.192.848-39
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
180125 - TRÊS LINDAS FLORES
VAMOS PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS E JORNALISMO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 22.918.589/0001-44
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
13 10856 - APRESENTAÇÃO CULTURAL SAMUEL E GREICE
SAMUEL & GREICE PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 14.658.142/0001-55
SC - Luzerna
Período de captação: 01/08/2018 a 31/12/2018
18 0711 - Circuito Carioca - Música Boa
VF PRODUCOES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.767.093/0001-96
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/08/2018 a 31/12/2018
164734 - Viva Baixada - Festival Cultural da Baixada Fluminense
Patricia de Paula Rocha
CNPJ/CPF: 083.366.467-01
Cidade: Belford Roxo - RJ;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
171271 - Caravana da Leitura
INSTITUTO ESTACAO DAS LETRAS
CNPJ/CPF: 27.000.039/0001-65
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/08/2018 à 31/12/2018

PORTARIA Nº 532, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTIN

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181153 - Capoeira é Cultura - Espaço Cultural Teleton
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA A CRIANÇA DEFICIENTE
CNPJ/CPF: 60.979.457/0001-11
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 12.000,00
Valor total atual: R$ 400.944,00
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
181162 - IV Nipofest Cultural
Associação Cultural Esportiva de Cascavel
CNPJ/CPF: 76.428.598/0001-86
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Reduzido: R$ 25.500,00
Valor total atual: R$ 591.269,75
179296 - Sinfonia das Águas 2018
RIBEIRO & MACHADO PRODUÇÃO, PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ESPETACULOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.480.400/0001-65
Cidade: São José do Rio Pardo - SP;
Valor Reduzido: R$ 30.978,77
Valor total atual: R$ 1.242.560,48
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
179010 - ATEMPORAL
INPULSO PROMOCOES E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 09.082.509/0001-03
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 64.188,00
Valor total atual: R$ 197.402,00
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
181289 - Doacão da serie As Mulheres de Tejucupapo de Tereza Costa Rego
Instituto Origami
CNPJ/CPF: 08.469.619/0001-51
Cidade: Recife - PE;
Valor Reduzido: R$ 10.000,00
Valor total atual: R$ 1.411.988,75
180908 - Inventário Municipal de Rio Grande
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 3.000,00
Valor total atual: R$ 1.225.404,80
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181930 - BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CLUBE LITERÁRIO TAMBORIL - MANUTENÇÃO
ASSOCIACAO CLUBE LITERARIO TAMBORIL
CNPJ/CPF: 23.171.985/0001-13
Cidade: Pirapora - MG;
Valor Reduzido: R$ 46.576,25
Valor total atual: R$ 181.643,00
181395 - CARLOS BEVILACQUA (título provisório)
EDITORA DE LIVROS COBOGO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.929.767/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 92.526,08
Valor total atual: R$ 344.879,06
179191 - Reluz Reinado
SIMONE CLEICE VIEIRA
CNPJ/CPF: 798.602.736-34
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 11.224,50
Valor total atual: R$ 83.974,50

PORTARIA N° 533, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do proponente do Banda dos Curumins in Concert - PRONAC 16-2612, publicado na Portaria n.º 73 de 03/02/2017, no D.O.U. de 06/02/2017:

Onde se lê: ASSOCIACAO CASA DOS CURUMINS
CNPJ/CPF: 07.883.701/0001-65
Leia-se: QUARTEIRAO DA MUSICA
CNPJ/CPF: 30.769.393/0001-63

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 534, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 201, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas, por determinação do Ministério da Cultura, conforme disposto no Art. 27, da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTIN

ANEXO I

CLAUDIA GRINSZTEIN DOTTORI	82509808753	Audiovisual	Produção Cinematográfica de curta metragem - Produção Cinematográfica de média metragem - Exibição Cinematográfica - Produção Videofonográfica de curta metragem - Produção Videofonográfica de média metragem - Formação Audiovisual - Pesquisa Audiovisual - Produção de obras seriadas - Distribuição Cinematográfica.	Nível II, ANEXO II

ELIANA MIYUKI TSURUGA HAMAOKA	07783547842	Artes Visuais	Gravura - Design - Artes Plásticas - Exposição de Artes - Projeto educativo de artes visuais	Nível II

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.200/GC3, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Extingue o Depósito Central de Intendência e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 67050.011247/2018-74, procedente do Estado-Maior da Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Extinguir o Depósito Central de Intendência (DCI).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias nº 197/GC3, de 18 de abril de 2012, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 80, de 25 de abril de 2012, e nº 22/GABINT, de 5 de dezembro de 2012, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 243, de 21 de dezembro de 2012.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.201/GC3, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

(*) Aprova a reedição da Instrução para a Admissão de Candidatos Civis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto nos art. 1º e 2º da Lei nº 2.165, de 5 de janeiro de 1954, no art. 20 da Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo 67750.002123/2018-19, procedente do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-24 "Admissão de Candidatos Civis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 150/GC3, de 16 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 17 de fevereiro de 2016.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

(*) A Instrução de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 256, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso MÁRCIO CÉSAR COSTA MAGALHÃES (CIR: 021P2001191441) e pelo Capitão de Cabotagem IVAN ANGUELOV IVANOV (CIR: 443P2001197091), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1a Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
BOS TURMALINA	3810515990	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1a Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria no 54, datada de 19 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 21 de fevereiro de 2018.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 257, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JOÃO ANTONIO MACHADO (CIR: 381P2001367436) e pelo Capitão de Cabotagem EWERTON DAS NEVES MATA (CIR: 021P2002002013), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1a Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
FAR STRIDER	381E009521	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1a Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem..

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria no 351, datada de 8 de dezembro de 2017, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2017.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 258, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso DANIELSON DA SILVA MONTEIRO (CIR: 021P2001168610) e pelo Capitão de Longo Curso GIBSON SILVA DE SANTANA (CIR: 381P2001324826), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1a Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
FAR SCOUT	381E004341	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1a Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIA Nº 975, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o disposto no item III, do artigo 37 da Constituição Federal e no Decreto Presidencial nº 6.944 de 21 de agosto de 2009, resolve:

PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, referentes ao Edital nº 200/2017 de 02/06/2017, publicado no DOU de 07/06/2017 e do Edital de homologação nº 246/2017 de 11/08/2017, publicado no DOU de 15/08/2017, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

MARCO ANTONIO FONTOURA HANSEN

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.037, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta nos autos do Processo n° 23113.015948/2018-25; os pareceres do Procurador Federal junto à UFS, folhas 37 e 44 do citado processo; resolve:

Art. 1º Aplicar, conforme previsto no Contrato 81/2012-UFS, a seguinte penalidade à RH RECURSOS HUMANOS LTDA, CNPJ 08.635.114/0001-10:

I - Advertência, nos termos do Art. 87, inciso I, da lei 8.666/93, bem como o estabelecido na Cláusula 7.5 do Contrato 81/2012-UFS, tendo em vista o descumprimento das obrigações estabelecidas no item 2.2.20 do referido contrato, por conta de atraso no cumprimento de obrigações trabalhistas;

Art. 2º Determinar o registro da penalidade no SICAF.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.038, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta nos autos do Processo n° 23113.021749/2018-56; o parecer do Procurador Federal junto à UFS, folha 128 do citado processo; resolve:

Art. 1º Aplicar, conforme previsto no Contrato 99/2012-UFS, a seguinte penalidade à CONFIANÇA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 10.633.938/0001-00:

I - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Sergipe, pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do Art. 87, inciso III, da lei 8.666/93, bem como o estabelecido na Cláusula 7.7 do Contrato 99/2012-UFS, tendo em vista o descumprimento das obrigações estabelecidas no item 2.2.20 do referido contrato, por conta de atraso no cumprimento de obrigações trabalhistas;

Art. 2º Determinar o registro da penalidade no SICAF.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

PORTARIA Nº 745, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A REITORA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1° HOMOLOGAR o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vagas da Carreira de Magistério Superior, com a denominação de PROFESSOR ADJUNTO A, CLASSE A, Nível 01; PROFESSOR ASSISTENTE A, CLASSE A, Nível 01; conforme Edital n° 11/2018, publicado no DOU de 11/04/2018 e suas retificações, para as áreas:

AREA: Artes Cênicas / Cenografia e/ou figurino e maquiagem / Práticas Artísticas / Campo das Artes / Criação Cênica
Vagas: 1 - DE
Ampla Concorrência

Classificação	Número de Inscrição	Candidato
1	201803002090	PÂMELA PEREGRINO DA CRUZ
2	201804002468	THALITA MOTTA MELO

Cotas para negros

Classificação	Número de Inscrição	Candidato
1	201803002090	PÂMELA PEREGRINO DA CRUZ

AREA: Formas de Solução de Conflitos, Processos Judiciais, e Prática Jurídica
Vagas: 1 - DE
Ampla Concorrência

Classificação	Número de Inscrição	Candidato
1	201804002704	Danilo Christiano Antunes Meira
2	201803002308	Tássio Tulio Braz Bezerra
3	201803002244	Tatiana Calandrino Maranhão

Art. 2º Mediante disponibilidade de vagas e interesse institucional, os candidatos poderão ser nomeados para vagas de campus distintos dos previstos em edital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIA Nº 906, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 282, de 06 de março de 2017, publicada no DOU de 07 de março de 2017, do Ministério da Educação, art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, Portarias MEC nº 404 e nº 430, de 23 de abril de 2019, publicadas no DOU de 7 de maio de 2019, Art. 31, inciso I e IV, do Estatuto da Unilab, aprovado pela Resolução 42/2016/CONSUNI, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria GR nº 885, de 03/08/2018, publicada no DOU de 07/08/2018, seção I, página 15, onde se lê: "designação e dispensa de substitutos eventuais", leia-se: "designação e dispensa de substitutos eventuais e por período". Onde se lê: "homologação de Progressões por Capacitação Profissional", leia-se: "homologação de Progressões por Capacitação e Mérito Profissional".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.897, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Divulga modelos de documentos necessários à instrução de processos de que trata a Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018, referentes a autorização para funcionamento, alteração de controle, reorganização societária, cancelamento da autorização para funcionamento, eleição de administradores de instituições de pagamento, bem como de prestação de serviços de pagamento por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 43 da Circular nº 3.885, de 26 de março de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam divulgados os modelos de documentos a seguir indicados, disponíveis no Manual de Organização do Sistema Financeiro (Sisorf), para fins de instrução dos processos de que trata a Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018:

I - modelos do requerimento referido no item 1 do Anexo II à Circular nº 3.885, de 2018:

a) autorização para funcionamento de instituições de pagamento, disponível para download no Sisorf 8.13.10.15;

b) autorização para prestação de serviços de pagamento por instituição financeira ou outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos do art. 34, §1º, da Circular nº 3.885, de 2018, disponível para download no Sisorf 8.1.10.60;

c) autorização para instituição de pagamento atuar em nova modalidade, disponível para download no Sisorf 8.13.10.16:

d) autorização para instituição financeira ou outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil atuar em nova modalidade de serviço de pagamento, disponível para download no Sisorf 8.1.10.61;

e) alteração de controle societário de instituição de pagamento:

1. alteração de controle societário em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.13.10.7;

2. alteração de controle societário em sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.8;

3. complementação de instrução de processo de alteração de controle societário - publicação de declaração de propósito, disponível para download no Sisorf 8.13.10.18;

f) aquisição de participação qualificada em instituição de pagamento:

1. aquisição de participação qualificada em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.13.10.22;

2. aquisição de participação qualificada em sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.23;

g) expansão de participação qualificada em instituição de pagamento:

1. expansão de participação qualificada em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.13.10.24;

2. expansão de participação qualificada em sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.25;

h) cancelamento da autorização para instituição de pagamento operar em modalidade autorizada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.17:

i) cancelamento da autorização para instituição financeira ou outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil operar em modalidade de serviço de pagamento autorizada, disponível para download no Sisorf 8.1.10.62;

j) fusão, cisão ou incorporação de instituição de pagamento, disponível para download no Sisorf 8.13.10.19;

k) transformação societária de instituição de pagamento:

1. transformação de sociedade limitada em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.13.10.20;

2. transformação de sociedade anônima em sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.21;

l) cancelamento da autorização para funcionamento de instituição de pagamento, a pedido:

1. cancelamento da autorização para funcionamento de sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.13.10.26;

2. cancelamento da autorização para funcionamento de sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.27;

3. complementação de instrução de processo de cancelamento da autorização para funcionamento - publicação de declaração de propósito, disponível para download no Sisorf 8.13.10.28;

m) alteração do valor do capital social de instituição de pagamento:

1. alteração de capital em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.13.10.5;

2. alteração de capital em sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.6;

n) reforma estatutária ou alteração contratual relativa à alteração da estrutura dos cargos de administração, transferência da sede social para outro município ou mudança de denominação social de instituição de pagamento:

1. reforma estatutária em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.13.10.3;

2. alteração contratual em sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.4;

o) eleição para cargos de administração em instituição de pagamento:

1. eleição em sociedade anônima, disponível para download no Sisorf 8.13.10.1;

2. eleição ou nomeação em sociedade limitada, disponível para download no Sisorf 8.13.10.2;

II - modelos de declarações de propósito referidas no art. 13, § 2º, no art. 17, incisos I e II, no art. 24 e no art. 49 da Circular nº 3.885, de 2018, mencionadas nos itens 3 e 13 do Anexo II à Circular nº 3.885, de 2018:

a) alteração de controle de instituição de pagamento, em nome dos novos integrantes do grupo de controle, disponível para download no Sisorf 8.13.30.7;

b) cancelamento da autorização para funcionamento de instituição de pagamento, a pedido, disponível para download no Sisorf 8.13.30.8;

c) eleição de administradores de instituição de pagamento, disponível para download no Sisorf 8.13.30.3;

III - modelo de declaração de atendimento aos requisitos legais e regulamentares de que trata o art. 22 da Circular nº 3.885, de 2018, referida no item 6 do Anexo II à mencionada Circular, em nome de integrantes do grupo de controle e de detentores de participação qualificada, disponível para download no Sisorf 8.13.30.4;

IV - modelo de declaração de atendimento aos requisitos legais e regulamentares e de autorização ao Banco Central do Brasil em nome dos administradores, referidas no art. 19, incisos IV e V, e no art. 22 da Circular nº 3.885, de 2018, disponível para download no Sisorf 8.13.30.2;

V - modelo de declaração de responsabilidade, referida no item 32 do Anexo II à Circular nº 3.885, de 2018, disponível para download no Sisorf 8.13.30.9;

VI - modelo de declaração de conferência do estatuto ou contrato social, disponível para download no Sisorf 8.13.30.6;

VII - modelo de autorização à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Banco Central do Brasil, em nome de integrantes de grupo de controle e de detentores de participação qualificada em instituição de pagamento, referidas nos itens 11 e 12 do Anexo II à Circular nº 3.885, de 2018, disponível para download no Sisorf 8.13.20.3;

VIII - modelo de autorização de instituição de pagamento, firmada por seu representante legal, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Banco Central do Brasil, referidas nos itens 11 e 12 do Anexo II à Circular nº 3.885, de 2018, disponível para download no Sisorf 8.13.20.5;

IX - modelo de mapa de composição de capital, mencionado no item 37 do Anexo II à Circular nº 3.885, disponível para download no Sisorf 8.10.20.1;

X - modelo de formulário cadastral - pessoa física, referido no item 5 do Anexo II à Circular nº 3.885, de 2018, disponível para download no Sisorf 8.10.20.2.

Art. 2º Os documentos para instrução dos processos de que trata a Circular nº 3.885, de 2018, devem ser protocolizados no Banco Central do Brasil, direcionados ao Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf).

Art. 3º A transmissão do texto da declaração de propósito ao Banco Central do Brasil, referida no art. 49, inciso III, da Circular nº 3.885, de 2018, deve ser feita com a utilização do padrão rich text format-rtf, via internet, para o endereço eletrônico digep.deorf@bcb.gov.br, imediatamente após a última publicação, com a indicação dos jornais e das datas de publicação. O documento deve ser enviado na forma de texto, sendo vedado o envio de arquivo compactado ou digitalizado na forma de imagem, bem como a utilização de colunas, itálico, negrito, sublinhado, marcadores automáticos de parágrafos, alinhamento por espaços ou marcas de tabulação ou, ainda, contendo imagens.

Art. 4º O Sisorf pode ser acessado na página do Banco Central do Brasil na internet (www.bcb.gov.br), escolhendo-se, na sequência, as opções: "Sistema Financeiro Nacional - Organização do Sistema Financeiro - Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf", ou diretamente no endereço eletrônico www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL.

Art. 5º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Carta Circular nº 3.657, de 2 de maio de 2014.

ADALBERTO GOMES DA ROCHA

CARTA-CIRCULAR Nº 3.898, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Divulga modelos de documentos necessários à instrução de processos de autorização para funcionamento, cancelamento da autorização para funcionamento, alteração de controle societário, mudança de objeto social e fusão, cisão ou incorporação das sociedades de crédito direto (SCD) e das sociedades de empréstimo entre pessoas (SEP), nos termos da Circular nº 3.898, de 17 de maio de 2018.

O Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf), no uso da atribuição que confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015; resolve:

Art. 1º Ficam divulgados os modelos de documentos a seguir indicados, disponíveis no Manual de Organização do Sistema Financeiro (Sisorf), para fins de instrução dos processos de interesse das sociedades de crédito direto (SCD) e de sociedades de empréstimo entre pessoas (SEP), de que trata a Circular nº 3.898, de 17 de maio de 2018:

I - modelos de requerimento referido no item 1 do Anexo I à Circular nº 3.898, de 2018:

a) autorização para funcionamento, disponível para download no Sisorf 8.1.10.66;

b) cancelamento da autorização para funcionamento, disponível para download no Sisorf 8.1.10.67;

c) alteração de controle societário, disponível para download no Sisorf 8.1.10.68;

d) mudança de objeto social, disponível para download no Sisorf 8.1.10.69;

e) fusão, cisão ou incorporação, disponível para download no Sisorf 8.1.10.70;

f) complementação de instrução de processo de cancelamento da autorização para funcionamento - publicação da declaração de propósito, disponível para download no Sisorf 8.1.10.71;

g) ingresso ou aumento de participação estrangeira, disponível para download no Sisorf 8.1.10.51;

II - modelo de declaração de propósito para cancelamento da autorização para funcionamento de sociedades de empréstimo entre pessoas, referida no art. 3º, inciso I, da Circular nº 3.898, de 2018, mencionada no item 2 do Anexo I à referida circular, disponível para download no Sisorf 8.1.30.9:

III - modelo da declaração de atendimento aos requisitos estabelecidos na regulamentação em vigor, em nome dos integrantes do grupo de controle e de detentores de participação qualificada, referida no art. 2º, inciso V, da Circular nº 3.898, de 2018, mencionada no item 6 do Anexo I à referida circular, disponível para download no Sisorf 8.1.30.18;

IV - modelo de declaração de responsabilidade, referida no art. 3º, inciso V, da Circular nº 3.898, de 2018, mencionada no item 26 do Anexo I à referida circular, disponível para download no Sisorf 8.1.30.10;

V - modelo de autorização à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em nome dos integrantes do grupo de controle e de detentores de participação qualificada, referida no art. 2º, inciso VIII, alínea "a", da Circular nº 3.898, de 2018, mencionada no item 9 do Anexo I à referida circular, disponível para download no Sisorf 8.1.20.3;

VI - modelo de autorização ao Banco Central do Brasil, em nome dos integrantes do grupo de controle e de detentores de participação qualificada, referida no art. 2º, inciso VIII, alínea "b", da Circular nº 3.898, de 2018, mencionada no item 10 do Anexo I à referida circular, disponível para download no Sisorf 8.1.20.4;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - modelo de mapa de composição de capital, referido no art. 6º, incisos I a III, da Circular nº 3.898, de 2018, mencionado no item 31 do Anexo I à referida circular, disponível para download no Sisorf 8.10.20.1.

VIII - modelo de formulário cadastral - pessoa física, mencionado no item 5 do Anexo I à Circular nº 3.898, de 2018, disponível para download no Sisorf 8.10.20.2.

Art. 2º Relativamente à instrução de processo de eleição para o exercício de cargos em órgãos estatutários, devem ser utilizados os modelos de documentos divulgados na Carta Circular nº 3.788, de 23 de novembro de 2016.

Art. 3º Os documentos para instrução dos processos referidos nesta carta circular devem ser protocolizados no Banco Central do Brasil, direcionados ao Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf).

Art. 4º A transmissão do texto da declaração de propósito ao Banco Central do Brasil, referida no art. 3º, §1º, da Circular nº 3.898, de 2018, deve ser feita com a utilização do padrão rich text format-rtf, via internet, para o endereço eletrônico digep.deorf@bcb.gov.br, imediatamente após a publicação, com a indicação do sítio eletrônico da instituição na internet ou do aplicativo em que a plataforma eletrônica da instituição é disponibilizada. O documento deve ser enviado na forma de texto, sendo vedado o envio de arquivo compactado ou digitalizado na forma de imagem, bem como a utilização de colunas, itálico, negrito, sublinhado, marcadores automáticos de parágrafos, alinhamento por espaços ou marcas de tabulação ou, ainda, contendo imagens.

Art. 5º O Sisorf pode ser acessado na página do Banco Central do Brasil na internet (www.bcb.gov.br), escolhendo-se, na sequência, as opções: "Sistema Financeiro Nacional - Organização do Sistema Financeiro - Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf", ou diretamente no endereço eletrônico www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL.

Art. 6º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ADALBERTO GOMES DA ROCHA

BANCO DO BRASIL S/A

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A

BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S/A

(SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE JANEIRO DE 2018

I. DATA, HORA, LOCAL: Em dois de janeiro de dois mil e dezoito, às dezesseis horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguros Participações S.A. (CNPJ 11.159.426/0001-09; NIRE: 5330001069-2), na sede social da Empresa, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Ed. Banco do Brasil - Brasília (DF). II. PRESENÇA: BB Seguridade Participações S.A., único acionista, representado pelo seu Diretor Sr. Werner Romera Süffert, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. III. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. IV. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Rugero Guibo, Diretor Vice-Presidente da BB Seguros Participações S.A. que, ao instalar a Assembleia, convidou o Sr. Rafael Alves Barbosa da Silva para atuar como Secretário. V. ORDEM DO DIA: Adesão da BB Seguros Participações S.A. ao Comitê de Auditoria único da BB Seguridade Participações S.A. VI. DELIBERAÇÕES: O acionista aprovou a adesão ao Comitê de Auditoria único da BB Seguridade Participações S.A. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguros Participações S.A., da qual eu, Rafael Alves Barbosa da Silva,secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Brasília (DF), 02 de janeiro de 2018. Ass.) Antonio Rugero Guibo, Diretor Vice-Presidente da BB Seguros Participações S.A., Presidente da Assembleia e Werner Romera Süffert, Representante da Acionista. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE N° 2 FOLHA 202. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 05.04.2018 sob o número 1028710 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 821, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Publica o Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada, como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e tendo em vista o disposto no artigo 7º, inciso II da Lei 8.036/1990, de 11.05.1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.684/1990, de 08.11.1990, dá conhecimento da publicação do Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada, que disciplina a movimentação das contas vinculadas do FGTS, pelos trabalhadores e seus dependentes, diretores não empregados e seus dependentes, e empregadores.

1. O Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx, FGTS Manuais Operacionais.

2. Fica revogada a Circular CAIXA nº 787, de 09/11/2017.

3. Esta circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER GONÇALVES NUNES
Vice-Presidente
Interino

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 10 DE AGOSTO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 08/2016
Objeto: Apuração de eventuais irregularidades relacionadas à possível inobservância de deveres fiduciários de administradores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - no que concerne à Contratação de construção dos Navios-Sonda Petrobras 10000, Vitória 10000 ePride DS-5..
Assunto: Pedido de Devolução de Prazo para Apresentação de Defesa.

Acusados	Advogados
Almir Guilherme Barbassa	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Guilherme de Oliveira Estrella	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Ildo Luís Sauer	Maria Lucia Cantidiano OAB/RJ 33.754
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	Carlos Roberto Siqueira Castro OAB/DF 20.015
Maria das Graças Silva Foster	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Nestor Cunat Cervero	Murilo Varasquim OAB/PR 41.918
Paulo Roberto Costa	João Mestieri OAB/RJ 13.645
Renato de Souza Duque	Márcio Gomes Leal OAB/RJ 84.801

Trata-se de pedido de devolução de prazo para apresentação de Defesas, formulado por Renato de Souza Duque, acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido de devolução e fixo nova data para apresentação de defesa em 17/09/2018.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº103, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas depositaram nesta Secretaria Executiva os laudos de análise funcional, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

I - Não constatado "não conformidade":

a) Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Silbeck Informatica Eireli Travessa Adolfo Konder, 53, Centro Braço do Norte/SC CEP: 88.750-000	00.204.957/0001-50	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0292018 Nome: PAF Hotel Versão: 2.0.1.8 Código MD5: 895e5c7bd4c7612ef496ce6cbecd7a9c PAFHotel Data do término da análise: 03/08/2018

b) Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Aethos Sistemas Ltda ME Rua 7 de Setembro, 659, Centro Içara/SC CEP: 88.820-000	10.428.002/0001-30	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: POL0482018 Nome: Aethos FCX Versão: 2.1.0.0 Código MD5: 0382D77905E7EA1AF48125ECC31E4C9A *FCXH Data do término da análise: 19/07/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Constatado "não conformidade":
a) Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
WBAGestão Tecnologia e Software Ltda Parque Domingos Luis, 690, Jardim São Paulo São Paulo/SP CEP: 02.043-080	08.754.527/0001-13	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: INA0112018 Nome: PDVWBA TS SW2000 Versão: 8.2.209.0 Código MD5: 80C7EC831A794D2E0E4E79124F105297 Data do término da análise: 03/08/2018

b) Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
AFL Servicos Eireli Rua Antero Ribeiro, 121, Vila Planalto Campo Grande/MS CEP: 79.009-210	07.620.257/0001-95	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UDB0012018 Nome: SCA PDV SETA Versão: 4.4 Código MD5: 4F7D46A92029597CE312EAD6973A68CE Data do término da análise: 27/07/2018

c) Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Pluggar Software Brasil Ltda EPP Rua 13 de Maio, 90, Centro Sorocaba/SP CEP: 18.035-150	15.519.365/0001-02	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: POL0502018 Nome: Pluggar PDV Versão: 2.0 Código MD5: 4CB8E32CA776ED6973DFDC8BF56CF405 *PLUGGARPDV Data do término da análise: 27/07/2018

BRUNO PESSANHA NEGRIS

PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 1, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303/2006.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 60, inciso II, e 79, inciso I, 'd', do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria n° 257, de 23 de junho de 2009, Seção I, página 33 e seguintes, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2009, e art. 6º da Portaria Conjunta PGFN / SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, tendo em vista o disposto no art. 7º, I, e §§ 2º e 4º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, declara:

Art. 1º Fica excluído do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303/2006, com fundamento no art7º, I, do referido diploma legal, das empresas constantes da relação do Anexo Único deste Ato declaratório, tendo em vista que consta a inadimplência por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Ato declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, ao Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em Minas Gerais, com endereço na Rua Carvalho de Almeida, nº 13 - Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.380-160. Havendo recurso o interessado deverá continuar recolhendo as parcelas devidas enquanto não houver decisão definitiva do recurso.

Art. 3º Este Ato declaratório entra em vigor na data da publicação.

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRÓ

ANEXO

Relação das pessoas jurídicas excluídas:

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Processo Administrativo
00.279742/0001-06	VIA COMERCIAL LTDA	10695.003390/2016-28
01.878707/0001-68	EDNO MOREIRA	10695.003390/2016-28
04.629324/0001-44	CIATEMP-COMPANHIA DOS TEMPEROS ESPECIAIS LTDA	10695.003390/2016-28
17.270448/0001-28	SPORT CAR LTDA	10695.003390/2016-28
19.524826/0001-88	HELENO FERREIRA DE OLIVEIRA	10695.003390/2016-28
25.884164/0001-50	PATO URBANO LANCHES LTDA	10695.003390/2016-28
66.309576/0001-43	RAVI COMERCIO LTDA	10695.003390/2016-28
66.451899/0001-77	AUTO PECAS DUTRA LTDA	10695.003390/2016-28
25.866.500/0001-31	FARMACIA DERMATOLOGICA GALENO LTDA	15368.001541/2010-43
71.071.575/0001-43	ORGANIZAÇÕES D´ROCHA LTDA	10695.003390/2016-28

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 2, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Exclui pessoas físicas e/ou jurídicas do Parcelamento Especial - PAES, de que trata o art. 1º da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 60, inciso II, e 79, inciso I, 'd', do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria n° 257, de 23 de junho de 2009, Seção I, página 33 e seguintes, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003, c/c o art. 7º, I, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica rescindido o Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684/2003, com fundamento no art. 7º, das pessoas físicas e/ou jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato declaratório, tendo em vista que foi constatada a inadimplência por 3 (três) meses consecutivos ou alternados, relativos às prestações mensais.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data da publicação deste Ato declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador Chefe da Fazenda Nacional em Minas Gerais, com endereço na Rua Carvalho de Almeida, nº 13 - Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.380-160.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRÓ

ANEXO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (PAES)

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Processo Administrativo
17.493.834/0001-89	TUMA ENGENHARIA TERMICA - EIRELI	10695.001904/2017-91
32.257.651/0001-58	KA ENGENHARIA LTDA	10695.001907/2017-25

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.823,DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Revoga a Instrução Normativa SRF nº 47, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prestação de informações econômico-fiscais pelos fabricantes de produtos do capítulo 33 da TIPI.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Instrução Normativa SRF nº 47, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prestação de informações econômico-fiscais pelos fabricantes de produtos do capítulo 33 da TIPI.

Art. 2º Os estabelecimentos industriais que não apresentaram as informações a que se refere o art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 47, de 2000, ficam dispensados de sua apresentação.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.824, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, que regulamenta o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 8º Poderá ser excluído do Pert o sujeito passivo que, depois da adesão ao Pert até a prestação das informações de que trata o § 3º deste artigo, deixar de recolher mensalmente as parcelas na forma prevista no art. 5º, bem como os débitos vencidos após 30 de abril de 2017.

§ 9º Na hipótese prevista no § 8º, com o objetivo de evitar a exclusão do Pert, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da comunicação a ser efetuada pela RFB no endereço eletrônico a que refere o inciso VI do § 5º deste artigo, para que o sujeito passivo, conforme o caso:

....." (NR)

"Art. 10. .....

§ 3º Nas hipóteses de indeferimento dos pedidos de adesão ou de exclusão do devedor do Pert, os parcelamentos rescindidos em razão da desistência a que se refere o § 1º não serão restabelecidos.

....." (NR)

"Art. 12. .....

§ 1º O sujeito passivo que aderir aos parcelamentos ou ao pagamento à vista de que trata esta Instrução Normativa e que não apresentar as informações necessárias à consolidação, no prazo estipulado no ato normativo a que se refere o § 3º do art. 4º, será excluído do Pert, sem o restabelecimento dos parcelamentos rescindidos em decorrência do requerimento efetuado.

....." (NR)

"Art. 14. .....

III - a inobservância do disposto nos incisos III e V do § 5º do art. 4º, por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados;

.....

VIII - o indeferimento da utilização dos créditos de que trata o art. 13, desde que não haja o pagamento em espécie dos débitos amortizados indevidamente a que se refere o § 11 do mesmo artigo.

....." (NR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 14-A. É facultado ao sujeito passivo apresentar manifestação de inconformidade contra a exclusão do Pert no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da exclusão.

§ 1º A manifestação de inconformidade a que se refere o caput deverá ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento.

§ 2º Deverão ser anexados à manifestação de inconformidade:

I - nas exclusões previstas nos incisos I a III do caput do art. 14, documentos que comprovem, conforme o caso:

a) o pagamento das parcelas ou das obrigações correntes;

b) a inexistência de débitos exigíveis vencidos após 30 de abril de 2017 ou a inexistência de parcelas devedoras; ou

c) não estar o sujeito passivo inadimplente perante o FGTS;

II - na exclusão prevista no inciso IV do caput do art. 14, documentos que comprovem que o sujeito passivo possui patrimônio suficiente para garantir a dívida objeto do parcelamento;

III - nas exclusões previstas nos incisos V e VI do caput do art. 14, documentos que comprovem que não houve decretação de falência ou extinção da pessoa jurídica por liquidação, determinada pelo juiz competente, ou que a medida cautelar foi suspensa, conforme o caso;

IV - na exclusão prevista no inciso VII do caput do art. 14, documentos que comprovem que a situação cadastral do sujeito passivo foi regularizada perante a RFB em momento anterior à exclusão; e

V - na exclusão prevista no inciso VIII do caput do art. 14, documentos que comprovem, conforme o caso:

a) a existência dos créditos indeferidos;

b) a apresentação de impugnação contra o indeferimento decorrente de glosa de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL;

c) a apresentação de manifestação de inconformidade contra o indeferimento do pedido de restituição; ou

d) o pagamento em espécie dos débitos na forma prevista no § 11 do art. 13.

§ 3º Antes do encaminhamento da manifestação de inconformidade à DRJ, a autoridade preparadora analisará os documentos a que se refere o § 2º e :

I - caso conclua pela procedência da documentação anexada, restabelecerá a opção do sujeito passivo pelo Pert e lhe dará ciência da decisão, por meio do endereço eletrônico a que se refere o inciso VI do § 5º do art. 4º;

II - caso conclua pela improcedência das provas, encaminhará o processo à DRJ para julgamento;

III - nas hipóteses previstas nas alíneas "b" e "c" do inciso V do § 2º, se o julgamento da impugnação ou da manifestação de inconformidade não tiver sido finalizado, encaminhará o processo à unidade julgadora responsável pela análise do indeferimento da utilização dos créditos para anexação dos processos e decisão.

§ 4º Não será analisada a manifestação de inconformidade que não for instruída com os documentos a que se refere o § 2º, hipótese em que a exclusão do sujeito passivo do Pert será considerada não contestada.

§ 5º A manifestação de inconformidade a que se refere o caput não terá efeito suspensivo, o que implica o prosseguimento da cobrança dos débitos do Pert."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.721484/2018-63, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL BLUE INTERNATIONAL BLEND	R$ 6,25 / vintena	644.000
WINSTON BLUE INTERNATIONAL	R$ 5,25 / vintena	3.755.000
WINSTON CLASSIC INTERNATIONAL	R$ 5,25 / vintena	1.600.000
WINSTON PURPLE MINT	R$ 5,25 / vintena	450.000
WINSTON EXOTIC MINT	R$ 5,25 / vintena	391.000
5) Cigarro	King Size 84mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO
CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.016, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de Ofício da Solução de Consulta SRRF/7ª RF/Diana nº 7, de 12 de fevereiro de 2010.

Código NCM 8517.62.77 Mercadoria: Transceptor digital para acesso à internet, por radiofrequência, baseado no padrão IEEE 802.11 (Wi-Fi) na faixa de frequências de 2,400 a 2,483 GHz, com taxa de transmissão de até 54 Mbit/s, denominado comercialmente "ponto de acesso sem fio para redes de computadores".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.17) e 6 (textos da subposição de 1º nível 8517.6 e de 2º nível 8517.62) e RGC no 1 (textos do item 8517.62.7 e do subitem 8517.62.77), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante na Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex no 125, de 2016, e na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto no 8.950, de 2016, e alterações posteriores, tendo por base os subsídios fornecidos para a interpretação da posição 85.17 pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB no 1.788, de 8 de fevereiro de 2018.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.182, DE 13 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Mercadoria: Licença para uso de programa de computador (software), bem intangível, própria para gerenciamento de projetos, transferida para os compradores por meio de download, não possui classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.183, DE 13 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8708.99.90 Mercadoria: Parte de veículos automóveis da posição 87.03, constituindo um corpo único, composta por motor de ignição por centelha (flex) de 1.595 cm³ de cilindrada, alternador, tensionador automático da correia, correia, radiador de água, bomba para circulação de água, compressor para o sistema de ar-condicionado, caixa de marcha automática, caixa de direção e os corner modules dianteiros (discos de freio, pinças de freio, pastilhas de freio e braços de suspensão), mesmo com amortecedores e molas, comercialmente denominada "Conjunto de trem de força".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 87.08), RGI 6 (textos das subposições 8708.9 e 8708.99) e RGC-1 (texto do item 8708.99.90) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.184, DE 26 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8302.41.00 Mercadoria: Fecho para janela ou porta de correr de construção civil, do tipo concha, sem chave, cuja estrutura é de alumínio, o mecanismo é de alumínio e elementos de plástico e a mola é de alumínio.

EMENTA: Código NCM: 8302.41.00 Mercadoria: Fecho para janela ou porta de fechamento central de construção civil, do tipo concha, sem chave, cujo cavalete é de alumínio, o acionador é de plástico e o suporte trava de Zamac (liga de zinco, alumínio, magnésio e cobre).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 e 3 b) (texto da posição 83.02), RGI/SH 6 (textos das subposições 8302.4 e 8302.41.00) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB n.º 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.185, DE 26 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3925.90.90 Mercadoria: Rodízios de plástico para portas e janelas de correr de construções, munidos ou não de rolamentos de aço, que se apresentam embutidos em caixa (estrutura/cavalete) de plástico e metal comum (um ou dois rodízios embutidos em cada caixa), comercialmente denominados "roldanas duplas ou simples de plástico para portas e janelas de correr".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 e 3 b) (textos da Nota 11 do Capítulo 39 e da posição 39.25) e RGI/SH 6 (texto da subposição 3925.90) e RGC/NCM 1 (texto do item 3925.90.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB n.º 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.186, DE 26 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.10.00 Mercadoria: Proteína concentrada, em pó, sabor baunilha, com aproximadamente 25 gramas de matéria proteica por 33 gramas do produto, contendo caseína micelar, óleo de girassol, maltodextrina, lecitina de soja, citrato de sódio, fosfato tricálcio, aroma natural e artificial de baunilha, entre outros ingredientes, apresentada em embalagem plástica de 907 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 21.06) e RGI 6 (texto da subposição 2106.10.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB n.º 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.187, DE 27 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3402.90.90 Mercadoria: Preparação desincrustante alcalina à base de hidróxido de sódio utilizada para limpeza industrial (principalmente laticínios) na remoção de resíduos orgânicos em tanques, tubulações, pasteurizadores, envasadoras e equipamentos em geral, apresentada em bombona plástica contendo 70 kg ou tambor metálico contendo 280 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 34.02), RGI/SH 6 (texto da subposição 3402.90) e RGC/NCM 1 (texto do item 3402.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.188, DE 27 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9106.10.00 Mercadoria: Controlador de ponto eletrônico, para motorista de veículos, provido de relógio de tempo real (RTC) com quartzo piezelétrico, leitor de impressões digitais, display OLED e antenas para comunicação, capaz de registrar data, hora, local, identificação do motorista e atividade, denominado comercialmente "dispositivo externo padrão".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 91.06) e RGI 6 (texto da subposição 9106.10), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.189, DE 27 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8302.50.00 Mercadoria: Peça de acabamento de zamac (liga de zinco), ferro e plástico, denominada "acabamento em zamac", própria para ser encaixada nas duas extremidades de suporte tubular (tipo barra) de aço, próprio para ser aparafusado em paredes ou móveis, para pendurar utensílios, principalmente em cozinhas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Notas 2, 3, 5 e 6 da Seção XV, Nota 1 do Capítulo 83 e texto da posição 83.02), RGI 3 "a" e "b" e RGI 6 (texto da subposição 8302.50), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.190, DE 27 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 7116.20.10 Mercadoria: Pastilhas de diamante policristalino (diamante policristalino em pó e cobalto), sinterizada em base cilíndrica de metal duro (carboneto de tungstênio), com dimensões variadas, próprias para serem fixadas em ferramentas para usinagem de metais não ferrosos, constituindo parte operante destas ferramentas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 e 3 "b" (texto da posição 71.16), 6 (texto da subposição 7116.20) e RGC/NCM 1 (texto do item 7116.20.10) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e Tipi aprovada pelo Decreto 8.950, de 2016, e subsídios das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435/92, atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFANDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O AUDITOR-FISCAL, CHEFE DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BELÉM, no uso das atribuições que lhe confere a Delegação de competência para o chefe do SEFIS- PORTARIA Nº 94 de 25/08/2017,com base no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11.10.2017, e com fundamento no inciso II do art. 40 e no inciso I do art. 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e considerando ainda o apurado no processo nº 10280.721529/2018-52, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 22.327.416/0001-51 do contribuinte VIDRO FINO INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA, desde a data de publicação deste Ato, em razão de não ter sido localizada no endereço constante do referido cadastro.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pelo contribuinte acima referido, a partir da data de publicação deste Ato, nos termos do art. 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016.

Art. 3° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO MARINALDO SOUZA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Outorga habilitação para aplicação do regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU (SE), no uso das atribuições previstas no art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 11 de outubro de 2017, com fundamento no art. 6º, caput, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, publicada no DOU em 2 de janeiro de 2018, e tendo em vista os termos do Despacho Decisório DRF/AJU nº 111, de 29 de maio de 2018, e as demais informações constantes do dossiê administrativo nº 10010.027408/1217-91, declara:

Art. 1º Fica HABILITADA a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica UP PETRÓLEO BRASIL LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 02.859.489/0001-87, para atuar como operadora, até o termo final, conforme dados consignados no quadro abaixo, observadas especialmente as previsões dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, da Instrução Normativa nº 1.781, de 2017.

Nº DO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
02.859.489/0001-87	SES-107D	48000.003835/97-35	31/12/2040

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARLTON CALDAS DE SOUZA

PORTARIA Nº 72, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Constitui Grupo de Trabalho de Cobrança Direta e delega competência aos seus integrantes, com o fim de realizar atividades específicas de cobrança visando o incremento da eficiência operacional no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju/SE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU/SE, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336 e 340, incisos I e V, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e o previsto pelo Decreto nº 88.354, de 6 de junho de 1983, e pelos artigos 11 a 15 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando ainda as previsões contidas no Mapa Estratégico da Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente ao período 2016-2019, em especial os objetivos estratégicos de aumentar a efetividade da cobrança e incentivar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho de Cobrança Direta, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju/SE (DRF/AJU), com o objetivo de realizar procedimentos de cobrança, garantia e lançamento de crédito tributário.

Art. 2º Compete ao referido Grupo de Trabalho a realização, na jurisdição da DRF/AJU, das seguintes atividades, relativamente aos sujeitos passivos selecionados para auditoria interna de declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), conforme previsto pelo art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, vide respectivas alterações, observadas as competências do cargo:

I- efetuar as auditorias internas de DCTF;

II- elaborar representação para a propositura de medida cautelar fiscal, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 1.565, de 11 de maio de 2015, e Representação Fiscal para Fins Penais, consoante previsões da Portaria RFB nº 2.439, de 21 de dezembro 2010, vide respectivas alterações, encaminhando-as diretamente aos órgãos competentes e cientificando o Titular da Unidade sobre o procedimento;

III- planejar e executar procedimentos fiscais, nos termos delineados pela Portaria RFB nº 6.478, de 29 de dezembro de 2017, envolvendo especificamente as seguintes ações:

a) diligências para garantia do crédito tributário;

b) verificação de obrigações acessórias e lançamentos das respectivas multas;

c) lançamentos por revisão de declaração;

d) lançamentos com base em documentos contábeis disponíveis no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);

e) lançamentos relativos à interposição de pessoas jurídicas.

IV- executar atividades relacionadas à preparação e ao encaminhamento de processos para inscrição de débitos em Dívida Ativa da União;

V- preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal, bem assim lavrar termo de revelia nos casos de falta de impugnação ou de sua apresentação extemporânea.

Art. 3º As atividades especificadas no artigo anterior poderão ser desenvolvidas pelo Grupo, naquilo que couber, no tocante aos procedimentos de revisão de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), das declarações geradas por meio do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - declaratório (PGDAS-D) e das declarações do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF).

Art. 4º O Grupo de Trabalho atuará com vinculação ao Gabinete desta Delegacia e será composto pelos seguintes servidores:

I - José Alberto Lima, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPE nº 0144433, lotado no Gabinete e com dedicação integral, como coordenador das atividades;

II - Eurico Bartolomeu Ribeiro Filho, Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPE nº 0147494, lotado no Gabinete.

Art. 5º A autoridade signatária, sempre que julgar conveniente e necessário, poderá distribuir a execução das atividades previstas na presente Portaria para as seções ou outros servidores da Delegacia, sem que isso implique revogação parcial ou total do presente ato administrativo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARLTON CALDAS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Exclui empresa do REFIS

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso XI do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social ou não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos -, a pessoa jurídica CALÇADOS DELMONTE LTDA, CNPJ 21.549.043/0001-09, com efeitos a partir de 1.º de março de 2017, conforme representação fundamentada exarada no processo administrativo n° 10640.722639/2018-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME FERNANDO SCANDELAI

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Atualiza marcas comerciais relativo aos Registros Especiais nº 06104/195 e 06104/196.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 10630.001621/2009-94, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art.1º.- O estabelecimento da empresa AGROINDÚSTRIA TOLEDO LTDA ME, CNPJ 10.325.672/0001-20, situada na Fazenda Santa Bárbara, s/nº, Zona Rural, Carangola, - MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/195 e 06104/196, como produtor e engarrafador, conforme Atos declaratórios Executivos nº 9 e 10, ambos de 2 de setembro de 2016, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º.- O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE (ml)
CHARMOSA DE MINAS PRATA	200, 700 e 800
CHARMOSA DE MINAS OURO (Tonéis de Cerejeira e Garapa Amarela)	200, 700 e 800
CHARMOSA SENSE	1000

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado o operador que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - EqOEA/ALF/VCP - CAMPINAS/SP, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10120.004780/0616-07, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 1, como DESPACHANTE ADUANEIRO, CESAR RODRIGO BARRETO, CPF nº 264.067.328-98.

Art. 2º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CESAR BUENO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - EqOEA/ALF/VCP - CAMPINAS/SP, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10100.015412/0317-15, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, como EXPORTADOR/IMPORTADOR, a empresa INDUSTRIAS ROMI S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 56.720.428/0001-63.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CESAR BUENO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - EqOEA/ALF/VCP - CAMPINAS/SP, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10100.015412/0317-15, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como EXPORTADOR/IMPORTADOR, a empresa INDUSTRIAS ROMI S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 56.720.428/0001-63.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CESAR BUENO FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e no cumprimento do disposto no art. 35, inciso I, e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13888.724463/2017-21, resolve:

Art. 1º - declarar nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) Nº 03.345.849/0001-95 da empresa FISCHER & CIA LTDA - ME, desde a data de sua abertura (06/08/1999), por ter sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VITÓRIO DE JESUS DE LUCA BRUNHEROTO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, matrícula SIAPECAD nº 1576176, no exercício da competência delegada pelo art. 8º, inciso III da Portaria DELEX/SPO nº 73, de 19 de abril de 2018, publicada no DOU de 23 de abril de 2018, que revogou a Portaria DELEX nº 5/2014, de 3 de fevereiro de 2014, bem como todas as suas alterações, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso II, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: P.R.S COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
CNPJ: 04.195.331/0001-85
Processo: 10314.720522/2018-89

declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE

PATRÍCIA BACHESCHI GOMEZ DE LAMADRID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Concede a Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pela Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL-PR, em exercício na Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort), no uso da atribuição que lhe confere o art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, c/c o art. 3º, III e IV, da Portaria DRF/CVL nº 36, de 23/03/2018 (DOU 26/03/2018), e tendo em vista o que consta do dossiê digital de atendimento nº 10010.043412/0718-48, resolve:

Art. 1º Conceder a Habiljtação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à empresa LATICINIO GOIOXIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.294.656/0001-31.

Art. 2º A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todas os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MILTON YOSHIAKI TAKANO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura - (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 27 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, e em consonância com o artigo 11 da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º - A empresa Integração Recuperadora de Rodovias Ltda., inscrita no CNPJ sob n° 02.526.512/0001-11, está co-habilitada para usufruir dos benefícios de incentivo fiscal que dispõe a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, que estabelecem o "Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura - (Reidi)", por haver atendido aos requisitos de implementação exigidos pela IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º - Dados para divulgação no sítio da RFB, conforme art. 19 da IN/RFB nº 758, de 25 de julho de 2007:

Habilitada	Autopista Régis Bittencourt S.A.
Nome Empresarial da Co-Habilitada	INTEGRACAO RECUPERADORA DE RODOVIAS LTDA
CNPJ	02.526.512/0001-11
Nome do Projeto	Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário. Consiste na recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR - Trecho São Paulo - Curitiba), com extensão de 401,6 km.
Portaria de Aprovação	Portaria n° 24, de 5 de fevereiro de 2014
Setor de Infraestrutura	Rodovia
Ato declaratório Executivo	ADE DRF/PTG nº 8/2018

Art.3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO LUIS HORN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

RETIFICAÇÃO

No ato declaratório executivo nº 5, publicado no DOU nº 155, em 13/08/2018, Seção 1, página 68:
Onde se lê: "DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE",
Leia-se: "DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO"

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS CORPORATIVOS

PORTARIA Nº 560, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Altera os Anexos da Portaria STN nº 481, de 18 de agosto de 2014, e revoga a Portaria STN nº 493, de 5 de junho de 2017.

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS CORPORATIVOS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada na Portaria STN nº 264, de 13 de maio de 2013, e tendo em vista o disposto no § 4º do art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, e no Decreto nº 9.058, de 25 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Os Anexos I, II e III da Portaria STN nº 481, de 18 de agosto de 2014, que dispõe sobre os macroprocessos e a distribuição dos quantitativos de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE para os órgãos do Sistema de Contabilidade Federal - SCF, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria STN nº 493, de 5 de junho de 2017.

LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO

ANEXO I

Distribuição do Quantitativo de GSISTE para os Órgãos do Sistema de Contabilidade Federal

ÓRGÃO		QUANTITATIVO DE GSISTE			
		NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL INTERMEDIÁRIO	NÍVEL AUXILIAR	TOTAL
Órgão Central[1]	STN/SUCON	21	9	0	30
	MF/GM e SE	16	11	0	27
Órgãos Setoriais		108	56	2	166
Órgãos Seccionais		95	7	1	103
TOTAL		240	83	3	326

Notas:

[1] Quantitativo máximo de servidores aos quais poderá ser concedida GSISTE no órgão central, incluídos servidores no Gabinete do Ministro e na Secretaria-Executiva do Ministério ao qual o órgão central esteja vinculado, de acordo com o Anexo III do Decreto nº 9.058/2017;

STN/SUCON - Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional;

MF/GM e SE - Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

ANEXO II

- Distribuição do Quantitativo de GSISTE por Órgão Setorial do Sistema de Contabilidade Federal

ÓRGÃO SETORIAL	MPAAC			MPANC			MPEOF			MPCON			MPCUST			QUANTITATIVO DE GSISTE			
	NS	NI	NA	NS	NI	NA	NS	NI	NA	NS	NI	NA	NS	NI	NA	NS	NI	NA	TOTAL
Presidência da República - PR	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Advocacia-Geral da União - AGU	4	1	-	1	-	-	-	2	-	-	1	-	3	-	-	8	4	-	12
Defensoria Pública da União - DPU	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	4	1	-	1	1	-	-	5	1	-	-	-	-	-	-	5	7	1	13
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC	4	2	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	7	3	-	10
Ministério da Cultura - MinC	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	3	2	-	5
Ministério da Defesa - MD	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Ministério da Educação - MEC	5	2	-	1	1	-	1	7	-	1	-	-	-	-	-	8	10	-	18
Ministério da Fazenda - MF	4	2	-	3	1	-	-	1	-	3	-	-	2	-	-	12	4	-	16
Ministério da Integração Nacional - MI	3	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	7	1	-	8
Ministério da Justiça - MJ	5	-	-	4	-	-	-	1	-	1	1	-	4	-	-	14	2	-	16
Ministério da Saúde - MS	2	1	-	1	-	-	2	1	1	1	-	-	2	-	-	8	2	1	11
Ministério das Cidades - MCid	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	3	2	-	5
Ministério das Relações Exteriores - MRE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Ministério de Minas e Energia - MME	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Ministério do Desenvolvimento Social - MDS	2	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4	1	-	5
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC	2	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-	5
Ministério do Esporte - ME	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2
Ministério do Meio Ambiente - MMA	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	3
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	2	-	3
Ministério do Trabalho - MTb	2	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	4	2	-	6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Turismo - MTur	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	3
Ministério dos Direitos Humanos - MDH	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA	3	1	-	2	1	-	-	5	-	1	-	-	-	-	-	6	7	-	13
TOTAL	52	20	-	23	6	-	4	25	2	12	5	-	17	-	-	108	56	2	166

Nota:
MPAAC - Macroprocesso de Acompanhamento e Avaliação Contábil;
MPANC - Macroprocesso de Análise e Integridade Contábil;
MPEOF - Macroprocesso de Orientação sobre a Execução Orçamentária e Financeira;
MPCON - Macroprocesso de Tomada e Prestação de Contas;
MPCUST - Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal;
NS - Nível Superior;
NI - Nível Intermediário;
NA - Nível Auxiliar.

ANEXO III

Distribuição do Quantitativo de GSISTE por Órgão Seccional do Sistema de Contabilidade Federal

ÓRGÃO SECCIONAL	MPAAC			MPEOF			MPCUST			QUANTITATIVO DE GSISTE			
	NS	NI	NA	NS	NI	NA	NS	NI	NA	NS	NI	NA	TOTAL
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD/CC-PR	4	-	-	-	2	-	1	-	-	5	2	-	7
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/CC-PR	7	1	-	1	-	-	-	-	-	8	1	-	9
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM/MinC	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/MinC	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Hospital das Forças Armadas - HFA/MD	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN/MF	4	1	-	1	-	-	-	-	-	5	1	-	6
Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB/MF	4	-	-	2	-	-	-	-	-	6	-	-	6
Secretaria de Previdência - SPREV/MF	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS/MI	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Fundação Nacional do Índio - FUNAI/MJ	6	-	-	1	-	-	-	-	-	7	-	-	7
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/MS	8	1	-	1	-	-	1	-	-	10	1	-	11
Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	7
Departamento de Polícia Federal - DPF/MSP	2	1	-	5	-	-	-	-	-	7	1	-	8
Departamento Penitenciário Federal - DEPEN/MSP	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM/MME	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/MDS	10	-	-	3	-	-	1	-	-	14	-	-	14
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA/MDIC	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/MMA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio/MMA	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ/MMA	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	2
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/MPDG	4	-	-	1	-	-	-	-	-	5	-	-	5
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT/MTPA	4	-	-	1	-	-	-	-	-	5	-	-	5
TOTAL	74	5	-	17	2	1	4	-	-	95	7	1	103

Nota:
MPAAC - Macroprocesso de Acompanhamento e Avaliação Contábil;
MPEOF - Macroprocesso de Orientação sobre a Execução Orçamentária e Financeira;
MPCUST - Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal;
NS - Nível Superior;
NI - Nível Intermediário;
NA - Nível Auxiliar.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 747, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000433/2018-49 e Documentos SEI 0099841 e SEI 0136440, resolve:

Art. 1º Certificar o Modelo de Regulamento do Plano de Benefícios, registrado sob o nº de Certificação 2018.13, requerido pela Fundação Cesp.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 7.170, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.621151/2018-49, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de dependências de KIRTON SEGUROS S.A., CNPJ n 76.538.446/0001-36, com sede na cidade de Curitiba - PR, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 28 de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA SUSEP Nº 7.171, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.621129/2018-07, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de dependência de KIRTON VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 05.607.427/0001-76, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 28 de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 7.172, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.622000/2018-16, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de dependências de BRADESCO SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.055.146/0001-93, com sede na cidade de Barueri - SP, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 10 de julho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES
Superintendente

PORTARIA Nº 7.173, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do processo Susep 15414.621998/2018-23, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de dependência de BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 33.010.851/0001-74, com sede na cidade de Barueri - SP, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 10 de julho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 7.174, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151 de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, com base no artigo 5º da Resolução CNSP n. 244, de 6 de dezembro de 2011 e o que consta do processo Susep 15414.620780/2018-51, resolve:

Art. 1º Autorizar GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.072.307/0001-57, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, a operar microsseguros de pessoas em todo o território nacional, na forma prevista no artigo 3º da Circular Susep n. 439, de 27 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 7.175, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.622251/2018-92, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento da dependência de SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ n. 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo - SP, localizada na Avenida dos Bandeirantes, 5.254, São Paulo - SP.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 1.026, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do processo Susep 15414.618920/2018-21, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de conselheiros fiscais de BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 15.138.043/0001-05, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 7 de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.027, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.618926/2018-07, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ARUANA SEGUROS S.A., CNPJ n. 07.017.295/0001-58, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 19 de junho de 2018:

I - Alteração da denominação social para ARUANA SEGURADORA S.A.; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.028, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Susep 15414.619932/2018-73, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de IRB BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ n. 33.376.989/0001-91, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 29 de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 340, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades para aprovação de projetos de investimentos e financiamentos a estudantes com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do § 6º do art. 10 da Lei Complementar n. 124, de 3 de janeiro de 2007, e na alínea "a" do inciso XIII do art. 4º do Anexo I ao Decreto n. 8.275, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades para aprovação de projetos de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas e financiamentos a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), para o exercício de 2019.

Art. 2º A elaboração das Diretrizes e Prioridades, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), deverá observar:

I - A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);

II - As políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal;

III - As potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada pela Lei Complementar n. 124, de 3 de janeiro de 2007;

IV - O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA);

V - As Diretrizes e Orientações Gerais expedidas pelo Ministério da Integração Nacional;

VI- Politica de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal - PDIAL.

Parágrafo único. As prioridades a que se refere o caput deste artigo deverão ser vinculadas às respectivas diretrizes, conforme modelo constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 3º As Diretrizes a serem observadas pela SUDAM quando da aprovação de projetos de investimentos e do financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, no âmbito do FDA, são as seguintes:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos financiamentos concedidos em localidade reconhecida como prioritária pela PNDR:

a) os municípios da Faixa de Fronteira;

b) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como baixa e média renda, independentemente do seu dinamismo; e

II - promoção do desenvolvimento includente e sustentável, com geração de emprego e incremento da renda;

III - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;

IV - expansão, modernização e diversificação da base econômica da Amazônia;

V - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas da Amazônia;

VI - fortalecimento e integração da base produtiva regional;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - apoio à implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - inserção da economia da Amazônia em mercados externos, em bases competitivas;

X - apoio à inovação, integração e complementaridade tecnológica;

XI - conservação e preservação do meio ambiente;

XII - atração e promoção de novos investimentos para a Região com alavancagem de recursos financeiros de outras fontes;

XIII - valorização das potencialidades turísticas como fator de desenvolvimento local;

XIV - indução e apoio às melhores práticas produtivas; e

XV - observância ao estudo técnico regional de que trata o inciso II do Parágrafo único do art. 15-J da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, para o financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, no âmbito do FDA.

Parágrafo único. Será concedido caráter prioritário para empreendimentos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água.

Art. 4º Fica vedada a concessão de crédito para aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização em valor inferior a 50% (cinquenta por cento), exceto nos casos em que, alternativamente:

I - não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

II - a fabricação da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

III - a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Parágrafo único. A SFRI/MI analisará a atualização do índice de que trata o caput deste artigo sempre que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revisar os parâmetros relativos aos índices mínimos de nacionalização definidos em seus normativos.

Art. 5º A SUDAM e os agentes operadores, ao promoverem qualquer propaganda ou publicidade de obra, ação ou projeto que envolva recursos do FDA, deverão informar, de maneira clara e precisa, que o empreendimento integra um conjunto de ações do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional.

Art. 6º A SUDAM poderá, a partir de 1º de novembro de 2019, realocar os recursos do FDA reservados para o financiamento aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, caso não empregado para esta finalidade, para o financiamento de projetos de investimentos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRAD

ANEXO I

	Diretriz 1	Diretriz 2	Diretriz (n)	Diretriz (n+1)
Prioridade 1		X		
Prioridade 2	X			X
Prioridade (n)				
Prioridade (n+1)	X	X		X

PORTARIA Nº 341, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades para aprovação de projetos de investimentos e financiamentos a estudantes com recursos do Fundo de Desenvolvimento do CentroOeste (FDCO).

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso XX do art. 4º da Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, e no inciso II do art. 6º do Anexo I ao Decreto n. 8.067, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades para aprovação de projetos de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas e financiamentos a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do CentroOeste (FDCO), para o exercício de 2019.

Art. 2º A elaboração das Diretrizes e Prioridades, pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), deverá observar:

I - A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);

II - As políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal;

III - As potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada pela Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009;

IV - O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2007- 2020 (PEDCO);

V - As Diretrizes e Orientações Gerais expedidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Parágrafo único. As prioridades a que se refere o caput deste artigo deverão ser vinculadas às respectivas diretrizes, conforme modelo constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 3º As Diretrizes a serem observadas pela SUDECO quando da aprovação de projetos de investimentos e do financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, no âmbito do FDCO, são as seguintes:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos financiamentos concedidos em localidade reconhecida como prioritária pela PNDR:

a) os municípios da Faixa de Fronteira;

b) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como média renda, independentemente do seu dinamismo; e

c) os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FDCO.

II - promoção do desenvolvimento includente e sustentável, com geração de emprego e incremento da renda;

III - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional; IV - expansão, modernização e diversificação da base econômica

IV - expansão, modernização e diversificação da base econômica do Centro-Oeste;

V - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas do CentroOeste;

VI - fortalecimento e integração da base produtiva regional;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - apoio à implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - inserção da economia do Centro-Oeste em mercados externos, em bases competitivas;

X - apoio à inovação, integração e complementaridade tecnológica;

XI - conservação e preservação do meio ambiente;

XII - atração e promoção de novos investimentos para a Região com alavancagem de recursos financeiros de outras fontes;

XIII - valorização das potencialidades turísticas como fator de desenvolvimento local;

XIV - indução e apoio às melhores práticas produtivas; e

XV - observância ao estudo técnico regional de que trata o inciso II do Parágrafo único do art. 15-J da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, para o financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, no âmbito do FDCO.

Parágrafo único. Será concedido caráter prioritário para empreendimentos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água.

Art. 4º Fica vedada a concessão de crédito para aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização em valor inferior a 50% (cinquenta por cento), exceto nos casos em que, alternativamente:

I - não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

II - a fabricação da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

III - a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Parágrafo único. A SFRI/MI analisará a atualização do índice de que trata o caput deste artigo sempre que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revisar os parâmetros relativos aos índices mínimos de nacionalização definidos em seus normativos.

Art. 5º A SUDECO e os agentes operadores, ao promoverem qualquer propaganda ou publicidade de obra, ação ou projeto que envolva recursos do FDCO, deverão informar, de maneira clara e precisa, que o empreendimento integra um conjunto de ações do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional.

Art. 6º A SUDECO poderá, a partir de 1º de novembro de 2019, realocar os recursos do FDCO reservados para o financiamento aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, caso não empregado para esta finalidade, para o financiamento de projetos de investimentos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRAD

ANEXO I

	Diretriz 1	Diretriz 2	Diretriz (n)	Diretriz (n+1)
Prioridade 1		X		
Prioridade 2	X			X
Prioridade (n)				
Prioridade (n+1)				

PORTARIA Nº 342, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades para aprovação de projetos de investimentos e financiamentos a estudantes com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do § 6º do art. 10 da Lei Complementar n. 125, de 3 de janeiro de 2007, e na alínea "a" do inciso XIII do art. 4º do Anexo I ao Decreto n. 8.276, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades para aprovação de projetos de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas e financiamentos a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), para o exercício de 2019.

Art. 2º A elaboração das Diretrizes e Prioridades, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), deverá observar:

I - A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);

II - As políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal;

III - As potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela Lei Complementar n. 125, de 3 de janeiro de 2007;

IV - O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE);

V - As Diretrizes e Orientações Gerais expedidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Parágrafo único. As prioridades a que se refere o caput deste artigo deverão ser vinculadas às respectivas diretrizes, conforme modelo constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 3º As Diretrizes a serem observadas pela SUDENE quando da aprovação de projetos de investimentos e do financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, no âmbito do FDNE, são as seguintes:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos financiamentos concedidos em localidade reconhecida como prioritária pela PNDR:

a) o Semiárido;

b) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como baixa e média renda, independentemente do seu dinamismo; e

c) os municípios das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE´s): do Polo de Juazeiro/BA e Petrolina/PE e da Grande Teresina.

II - promoção do desenvolvimento includente e sustentável, com geração de emprego e incremento da renda;

III - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;

IV - expansão, modernização e diversificação da base econômica do Nordeste;

V - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas do Nordeste;

VI - fortalecimento e integração da base produtiva regional;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - apoio à implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - apoio à inovação, integração e complementaridade tecnológica;

X - inserção da economia do Nordeste em mercados externos, em bases competitivas;

XI - conservação e preservação do meio ambiente;

XII - atração e promoção de novos investimentos para a Região com alavancagem de outras fontes de recursos;

XIII - valorização das potencialidades turísticas como fator de desenvolvimento local;

XIV - indução e apoio às melhores práticas produtivas; e

XV - observância ao estudo técnico regional de que trata o inciso II do Parágrafo único do art. 15-J da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, para o financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, no âmbito do FDNE.

Parágrafo único. Será concedido caráter prioritário para empreendimentos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água.

Art. 4º Fica vedada a concessão de crédito para aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização em valor inferior a 50% (cinquenta por cento), exceto nos casos em que, alternativamente:

I - não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

II - a fabricação da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

III - a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Parágrafo único. A SFRI/MI analisará a atualização do índice de que trata o caput deste artigo sempre que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e e Social (BNDES) revisar os parâmetros relativos aos índices mínimos de nacionalização definidos em seus normativos.

Art. 5º A SUDENE e os agentes operadores, ao promoverem qualquer propaganda ou publicidade de obra, ação ou projeto que envolva recursos do FDNE, deverão informar, de maneira clara e precisa, que o empreendimento integra um conjunto de ações do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional.

Art. 6º A SUDENE poderá, a partir de 1º de novembro de 2019, realocar os recursos do FDNE reservados para o financiamento aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, caso não empregado para esta finalidade, para o financiamento de projetos de investimentos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRAD

ANEXO I

	Diretriz 1	Diretriz 2	Diretriz (n)	Diretriz (n+1)
Prioridade 1		X		
Prioridade 2	X			X
Prioridade (n)				
Prioridade (n+1)	X	X		X

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

PORTARIA Nº 264, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Publiciza a pactuação das metas institucionais da Avaliação de Desempenho, no âmbito do DNOCS, para 9º Ciclo da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e 7º Ciclo da Gratificação de Desempenho dos Cargos Específicos - GDACE.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS, no exercício das suas atribuições legais e em consonância com o § 2º, Art. 5º do Decreto nº. 7.133, de 19 de março de 2010,, resolve:

Art. 1º Publicizar a pactuação das metas institucionais, no âmbito do DNOCS, para realização da Avaliação de Desempenho do Nono Ciclo GDPGPE e do Sétimo Ciclo GDACE, visando ao atendimento das disposições normativas que regulamentam as gratificações mencionadas, gerando efeitos imediatos retroativos a partir do dia 22 de fevereiro de 2018, e revogando todas as disposições em contrário.

Art. 2º As metas referidas no Art. 1º encontram-se devidamente estabelecidas no Anexo I desta Portaria, com fulcro nos Objetivos e Diretrizes Estratégicas apresentadas no Plano Estratégico Institucional (PEI).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

DIVULGAÇÃO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL
9º CICLO GDPGPE e 7º CICLO GDACE - 22/02/2018 a 21/02/2019

METAS GLOBAIS					
Nº	ÁREA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	INDICADOR	FÓRMULA
01	DA	Implementar um modelo de excelência de gestão	Reavaliar 15% dos Registros Imobiliários Patrimonial - RIPs	RIPs Reavaliados	(RIPS Reavaliados/Total de RIPs) x 100
02	DI	Impulsionar desenvolvimento socioeconômico	Implantar 70 km de adutoras	Km implantados	Somatório de quilômetros implantados
03	DI		Realizar 10% de execução física das obras de acumulação de água em andamento	Execução física realizada	[(obra executada)/(obra prevista)]*100
04	DI		Instruir 1 processo visando realizar a licitação para implantação de Barragem	Processo instruído	Somatório dos processos instruídos
05	DP		Distribuir 10 (dez) milhões de alevinos	Alevinos distribuídos	Somatório de alevinos distribuídos
06	DP		Titularizar 110 (cento e dez) lotes de irrigantes	Lotes titularizados	Somatório de CDRU e Escrituras Públicas
07	DP		Habilitar 4 Distritos Associações irrigantes para receber contrapartida financeira do Governo Federal	Distritos Associações de irrigantes habilitados	Somatório de Distritos ou Associações de irrigantes habilitados

METAS INTERMEDIÁRIAS					
Nº	ÁREA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	INDICADOR	FÓRMULA
01	DGP	Desenvolver competências Técnicas e Gerenciais	Realizar um levantamento de Necessidades de Treinamento - LNT	LNT realizado	Somatório de LNTs realizados
02	DRL	Implementar um modelo de excelência de gestão	Elaborar 01 (um) Manual de Patrimônio e Almoxarifado	Manual de Patrimônio e Almoxarifado Elaborado	Somatório de Manual Elaborado
03	DRF	Implementar monitoramento execução orçamentária e financeira	Fornecer 4 relatórios trimestrais de acompanhamento da execução orçamentária e financeira de restos a pagar	Relatórios fornecidos	Somatório de relatórios fornecidos
04	PF/DNOCS	Implementar um modelo de excelência de gestão	Atender, até 31/12/ 2018, 100% demandas que ingressarem PF/DNOCS até dia 15/12/2018.	Demandas atendidas	demandas atendidas demandas existentes na PF até 15/12/18
05	AUDI		Realizar 02 auditorias operacionais nas unidades administrativas do DNOCS	Auditorias operacionais realizada	Somatório das auditorias operacionais realizadas
06	DTO	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico	Instruir 140 processos para realizar a titularização dos lotes de irrigantes	Processos instruídos	Somatório de processos instruídos
07	DPA		Capacitar 450 pessoas (estudantes, produtores, profissionais afins)	Pessoas capacitadas	Somatório de pessoas capacitadas
08	DEP	Impulsionar desenvolvimento socioeconômico	Atender 80% demanda elaboração Termos Referência /Projetos Básicos de Licitação	Demanda atendida	Termos ou projetos básicos elaborados e solicitados
09	DOB	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico	Acompanhar 100% dos contratos administrados pela DI que estão em andamento	Contratos acompanhados	nº de processos acompanhados (nº processos andamento)]*100
10	DPO	Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira	Elaborar 02 relatórios da execução da LOA	Relatórios elaborados	Somatório de relatórios elaborados
11	DGE	Implementar um modelo de excelência de gestão	Executar 20% das ações do PDTI	Ações executadas	Somatório das Ações executadas
12	CEST/AL	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico	Distribuir 500.000 (quinhentos) mil de alevinos	Alevinos distribuídos	Somatório de alevinos distribuídos
13	CEST/BA		Perfurar e instalar 120 (cento e vinte) poços tubulares profundos	Poços perfurados e instalados	Somatório dos poços perfurados e instalados
14	CEST/CE		Distribuir 03(três) milhões de alevinos	Alevinos distribuídos	Somatório de Alevinos distribuídos
15	CEST/MG		Perfurar 20 poços tubulares	Poços perfurados.	Somatório de poços perfurados.
16	CEST/PB		Inspecionar 25 barragens	Barragens inspecionadas	Somatório das barragens inspecionadas
17	CEST/PE		Perfurar e Instalar 60 (sessenta) poços artesianos	Poços perfurados e instalados	Somatório de poços perfurados e instalados
18	CEST/PI		Distribuir 3.000.000 (três) milhões de alevinos	Alevinos distribuídos	Somatório de alevinos distribuídos
19	CEST/RN		Distribuir 2.000.000 milhões de alevinos	Alevinos distribuídos	Somatório de alevinos distribuídos
20	CEST/SE		Perfurar e instalar 04 poços artesianos	Poços perfurados e instalados	Somatório de poços perfurados e instalados

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 217, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria n. 299, publicada no DOU, de 19 de julho de 2017, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.602419/2015-41, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 82, de 23 de fevereiro de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de São Lourenço do Sul - RS, para ações de Defesa Civil, para até 20/12/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELCIO ALVES BARBOSA

PORTARIA Nº 218, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria n. 299, publicada no DOU, de 19 de julho de 2017, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000813/2014-61, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 173, de 07 de agosto de 2015, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Estado do Paraná - PR, para ações de Defesa Civil, para até 21/02/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELCIO ALVES BARBOSA

PORTARIA Nº 219, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria n. 299, publicada no DOU, de 19 de julho de 2017, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000146/2014-16, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 132, de 05 de maio de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Rio Bananal - ES, para ações de Defesa Civil, para até 27/02/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELCIO ALVES BARBOSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Justiça

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 19ª SESSÃO DE TURMA
A SER REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 21 de agosto de 2018, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala 304, do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
1.	2006.01.52740	A	ARNULF BANTEL	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	ADIADO
2.	2007.01.59139	A	AGENOR COSTA DO NASCIMENTO	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	ADIADO
3.	2007.01.59478	R A	JOANA DARC COELHO DE NORONHA AFRANIO MAGALHAES MAVIGNIER DE NORONHA *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	ADIADO
4.	2008.01.62718	R A	ZILAR ALVES DE OLIVEIRA NETTO MANOEL ALVES DE OLIVEIRA *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	ADIADO
5.	2008.01.63170	A	CANDIDO LUIZ SANTOS MALTA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	ADIADO
6.	2008.01.63286	A	ANTONIO ALVES QUEIROZ	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	ADIADO
7.	2010.01.66114	A	IVONE MARQUES DIAS	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	ADIADO
8.	2010.01.67732	A	HELIO JERONIMO DA SILVA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	ADIADO
9.	2011.01.68620	A	JOAO BATISTA DOMINGUES PEREIRA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	ADIADO
10.	2011.01.69132	A	RAIMUNDO UBIRAJARA DE MACEDO	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	ADIADO
11.	2011.01.69707	A	FERNANDO ANTONIO SOARES DOS SANTOS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	ADIADO
12.	2011.01.70067	A	WALDO MERMELSTEIN	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA VISTAS RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	ADIADO
13.	2011.01.70285	A	JOSE AILTON ALVES DOS SANTOS	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	ADIADO
N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
14.	2003.01.19838	A	CLAUDIO MAXIMO DE SANTIS	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
15.	2004.01.46013	A	ANTONIO JOAO OLIVAL MARTINS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
16.	2005.01.50586	A	PEDRO ALVES DE OLIVEIRA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
17.	2005.01.52005	R A	ROSELI APARECIDA HENRIQUE DE SOUZA ADELINO CAMPOS *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
18.	2006.01.52271	R A	SUEDA SUAID WMURAHY SUAID *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
19.	2006.01.53421	A	ANTONIO EVANGELISTA ROSA FILHO	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
20.	2006.01.53498	A	VALDIR DA SILVA DELGADO	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
21.	2006.01.54104	A	EDVALDO RODRIGUES DA CUNHA CAVALCANTI *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
22.	2007.01.58534	A	HUMBERTO ARAUJO	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
23.	2007.01.58703	A	JOSE ELIAS PINHO DE OLIVEIRA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
24.	2007.01.58712	A	JOÃO ALEIXO RODRIGUES DA SILVA *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
25.	2007.01.58839	A	CARLOS MOREIRA *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
26.	2007.01.59069	R A	ADRIANA CHAGAS GARCIA PEREIRA LOPES JONAS PEREIRA LOPES *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
27.	2007.01.59435	A	GENIVALDO PORFIRIO DA SILVA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
28.	2007.01.59454	A	CLAUDIA MARIA BANDEIRA DE MELO ROCHA HOSKEN *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
29.	2007.01.59476	A	ROMEU BOLETTI	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
30.	2007.01.59586	A	LINDOMAR DA ROCHA YTORIS	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
31.	2007.01.59997	A	AFRANIO SOARES RAMOS	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
32.	2007.01.60267	A	JOSE HAMILTON MACIEL SILVA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
33.	2007.01.60269	R A	LUIZ CARLOS DE FIGUEIREDO SA GUARACIABA DE BARROS SÁ *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
34.	2008.01.60470	A	ANTONIO MARTINS DE MELO *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
35.	2008.01.60558	A	MANOEL CARNEIRO	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
36.	2008.01.60592	R A	SEILA MARIA BERNARDO FRANCA RAPHAEL CARLOS FRANÇA *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
37.	2008.01.60632	R A	ANTONIA MARIA DA SILVA ANTONIO FIRMINO DA SILVA FILHO *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
38.	2008.01.60638	R A	MARCOS BAILONI GUIMARAES CARLOS GUIMARÃES *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
39.	2008.01.60662	R A	LUIZ CARLOS VICENTE LUIZ VICENTE *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
40.	2008.01.60690	R A	FATIMA RACHID VIEIRA MEÇANDO RACHID *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
41.	2008.01.61252	A	CLAUDIA DE ARRUDA CAMPOS	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
42.	2008.01.61379	A	ALAIR TEIXEIRA DE PAULA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
43.	2008.01.61480	A	JORGE BERNARDO MENDES	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
44.	2008.01.61523	A	MAURO GONCALVES VIEIRA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
45.	2008.01.61880	A	ORLANDO GOES FEDVYCZYK	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
46.	2004.01.42715	A	JOSE GOMES SANTANA	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO VEREADOR
47.	2004.01.43062	A	DIONISIO SCOPEL *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO VEREADOR
48.	2007.01.58115	R A	ANA MARIA MARQUES DE MOURA JOAQUIM MARQUES JUNIOR *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO VEREADOR
49.	2007.01.58251	R A	NILO BARBOSA DOS SANTOS ABELARDO PEREIRA DOS SANTOS *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO VEREADOR
50.	2007.01.58608	R	ANTONIO CARLOS MENDES BRITO	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO VEREADOR
51.	2007.01.58631	R A	ANTONIO DA COSTA BRITO FILHO ANTONIO DA COSTA BRITO *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO VEREADOR
52.	2007.01.59199	R A	IRACY LANDIM GONCALVES JOSÉ LANDIM DA SILVA *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO VEREADOR
53.	2007.01.59200	R A	MARIA APARECIDA PEREIRA MENDONCA JOÃO PEDRO *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO VEREADOR
54.	2007.01.59215	R A	LUZIA BERNADETE NUNES MEDEIROS BENEDITO DIAS DE MEDEIROS *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO VEREADOR
55.	2007.01.59559	A	GUIDO LAGE VIEIRA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO VEREADOR
56.	2007.01.59566	A	FRANCISCO DE PAULA GOMES *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO VEREADOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

57.	2007.01.59613	A	FRATERNO MARTINS DA CRUZ *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO VEREADOR
58.	2007.01.59615	R A	OLTACIR GRACAS OLIVEIRA AROLDO DE OLIVEIRA *POST MORTEM*	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO VEREADOR
59.	2007.01.59620	A	MARIA DE LOURDES GOMIDE *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO VEREADOR
60.	2007.01.59665	A	JOSE DE SOUZA MOREIRA	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO VEREADOR
N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
61.	2002.01.06283	A	ANTONIO MANOEL DO NASCIMENTO FILHO	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
62.	2002.01.08733	A	LINDEMBERG CASTORINO DA COSTA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
63.	2003.01.18552	A	JOSE MENDES FERREIRA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
64.	2006.01.53416	R A	ROSANGELA FERNANDES HEIDERICK ALEUDO HEIDERICK *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
65.	2008.01.60523	A	ADMILSON MARTINS DE SOUZA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
66.	2008.01.61486	A	CILAS DE MACEDO	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
67.	2008.01.62604	A	OTAVIO RODRIGUES	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
68.	2009.01.63686	A	CLAUDIO MARTINS PEREIRA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
69.	2009.01.63852	A	LENEN PICOLO DE LIMA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
70.	2009.01.63887	A	CREMILDO SILVA BATISTA	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
71.	2009.01.63914	A	CARLOS ALBERTO ARAUJO SILVA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
72.	2009.01.65131	A	PAULO AREAS DE MORAES	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
73.	2009.01.65880	A	LAURO GUILHERME GUIMARAES EVANOVICK DOS SANTOS	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
74.	2009.01.65883	R A	NELI DO CARMO MARINHO AMÉRICO MARINHO FILHO *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
75.	2010.01.66571	A	JOBERTO BARCELLOS MAIA	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
76.	2010.01.67268	A	RAIMUNDO PASTANA MONTEIRO	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
77.	2010.01.67878	A	VALMIR NAZARENO AMORIM CADETE	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
78.	2010.01.67891	A	MANOEL PIRES DAS CHAVES	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
79.	2010.01.67982	A	OSVALDO NICOLUSSI	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
80.	2010.01.68006	A	IONALDO MARCOS LOPES DE SOUZA	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
81.	2010.01.68039	A	JOSE VICENTE DA SILVA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
82.	2011.01.68521	A	WALTER JOSE SIQUEIRA	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
83.	2011.01.69484	A	MANOEL INALDO DE MEDEIROS	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
84.	2011.01.69881	A	JOSE FERNANDES NUNES	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
85.	2011.01.69956	A	NILSON MACEDO	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
86.	2011.01.70062	A	DAVI DE CARVALHO	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
87.	2012.01.70579	R A	NEUSA MARIA MARTINS DAMASCENO DELANE JANES DAMASCENO	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
88.	2012.01.70681	A	SILA NOGUEIRA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
89.	2012.01.71585	A	JOSUE JOSE DE ALMEIDA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
90.	2013.01.72684	R A	PAULA VIRGINIA DA CRUZ SILVA PAULO ALVES DA SILVA *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
91.	2014.01.74145	A	JACIR MACHADO	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
92.	08802.000618/2015-31(2015.01.74660)	R A	MARIA DA SALETE BARBOSA REBOUCAS EDMILSON REBOUÇAS *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

PAUTA DA 20ª SESSÃO DE TURMA DA COMISSÃO DE ANISTIA A SER REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 21 de agosto de 2018, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala 328, do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
1.	2002.01.11921	A	MARIA DE LOURDES CUNHA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	ADIADO
2.	2005.01.52259	A	RONALDO MOREIRA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER VISTAS WALTER BARBOSA VITOR	ADIADO
3.	2006.01.52988	R A	IRENE CAETANO DA SILVA RIBEIRO ALUISIO CAETANO DA SILVA *POST MORTEM*	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	ADIADO
4.	2006.01.53110	A	PAULO GUEDES MACHADO *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	ADIADO
5.	2006.01.53417	A	DANILO FRANCISCO DA SILVA ZIEGLER	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	ADIADO
6.	2006.01.55634	A	JOSE EDUARDO DA COSTA	WALTER BARBOSA VITOR VISTAS TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	ADIADO
7.	2008.01.60905	A	EDISON GOMES DA SILVA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	ADIADO
8.	2008.01.61223	A	ANA PRADO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN VISTAS MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	ADIADO
9.	2008.01.61806	R A	NILMA GONCALVES MADEIRA CHAVES JOÃO GONÇALVES FERNANDES *POST MORTEM*	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	ADIADO
10.	2010.01.67110	A	ADELSON GOMES DE OLIVEIRA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	ADIADO
11.	2011.01.69975	A	JOSE MAURICIO DOS SANTOS	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	ADIADO
N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
12.	2008.01.61475	A	GERSON CAETANO DE SOUZA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
13.	2008.01.62097	A	JULIO GOMES DA FONSECA	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	PROTOCOLO
14.	2008.01.62304	A	RUBENS NUNES	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	PROTOCOLO
15.	2008.01.62517	A	SAMUEL RODRIGUES *POST MORTEM*	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
16.	2008.01.62538	A	CLEODON MARTINIANO ALVES	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	PROTOCOLO
17.	2008.01.62683	A	FRANCISCO FAUSTO MATTO GROSSO PEREIRA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	PROTOCOLO
18.	2008.01.62900	R A	LILIA MARIA DE OLIVEIRA GODOY JOÃO ALBINO CABRAL FLECHA *POST MORTEM*	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	PROTOCOLO
19.	2008.01.62921	A	PAULO FREDERICO HALD MADSEN	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	PROTOCOLO
20.	2008.01.62989	A	AGEU PESSOA VIEIRA	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
21.	2008.01.63140	A	MARCELO HILTON DE FARIA	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
22.	2008.01.63141	A	FRANCISCO AIRTON FELIX	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	PROTOCOLO
23.	2009.01.63306	A	PEDRO ORLANDO DA SILVA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	PROTOCOLO
24.	2009.01.63328	A	HELVECIO JERONIMO DA SILVA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
25.	2009.01.63331	R A	ANA TAVARES PRAXEDES JUVENAL PRAXEDES FERREIRA *POST MORTEM*	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	PROTOCOLO
26.	2009.01.63341	A	ROSANGELA MACHADO SCHNEIDER	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	PROTOCOLO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

27.	2009.01.63426	A	ARI RIBEIRO	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
28.	2009.01.63478	A	GETULIO BENEDITO RUFINO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
29.	2009.01.63485	A	OSMAR BRUNO DA SILVA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
30.	2009.01.63530	A	JONAS DAS CHAGAS PEREIRA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
31.	2009.01.63573	R A	ROSEMARY CABRAL MOCO STENIO LOPES PINTO *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
32.	2009.01.63613	A	CARLOS ANTONIO LAMARCA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	PROTOCOLO
33.	2009.01.63654	A	ARNALDO SOUZA DE OLIVEIRA	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
34.	2009.01.63677	A	AUTEMIDIO ANSELMO JULIAO	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	PROTOCOLO
35.	2009.01.63679	A	JACIR MURAT	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	PROTOCOLO
36.	2009.01.63825	R A	GERALDA FERREIRA DE OLIVEIRA JOAO SANTANA DE OLIVEIRA *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
37.	2009.01.63837	A	APARECIDO GONCALVES	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	PROTOCOLO
38.	2009.01.63939	A	OSVALDO LOUREIRO BARROCA FILHO *POST MORTEM*	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	PROTOCOLO
39.	2009.01.64342	A	ULISSES PAULINO	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
40.	2009.01.64848	A	MARIA LUISA PENA DOS SANTOS RIOS	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
41.	2009.01.64852	A	ABDENAGO BRASILEIRO BEZERRA FILHO	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
42.	2009.01.65840	A	MANOEL FRANCISCO DO NASCIMENTO *POST MORTEM*	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	PROTOCOLO
43.	2011.01.68978	A	STEFAN GUARANI FAGUNDES JUCEWICZ	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
44.	2011.01.70380	A	VALDEMY DOMINGOS DOS SANTOS	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
45.	2004.01.44954	A	HELIO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
46.	2004.01.46452	A	JAIRO DA SILVA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO PRAÇAS DA FAB
47.	2005.01.50778	A	RUBENS VIEIRA DE MORAES	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
48.	2005.01.51846	A	PEDRO FRANCISCO JUNIOR	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
49.	2006.01.53195	R A	MARIA DIONEIA DOS SANTOS SOUZA EVANDRO JOSÉ DE SOUZA	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
50.	2006.01.54325	R A	SUNAMITA DE FARIAS ROSA WALDYR MACHADO ROSA *POST MORTEM*	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
51.	2006.01.54326	R A	CONCEICAO DAIZ DO NASCIMENTO GOMES UBIRAJARA FERNANDES GOMES *POST MORTEM*	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
52.	2006.01.55622	A	ANTONIO INACIO DE ABREU	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
53.	2007.01.56491	A	ROBERTO PINTO *POST MORTEM*	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
54.	2007.01.57421	A	DAMIAO BASILIO DE SOUZA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
55.	2007.01.57727	A	SANTO MONTAGNANI FILHO	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
56.	2007.01.58402	A	GETULIO DOS SANTOS BITENCOURT	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO PRAÇAS DA FAB
57.	2007.01.58535	R A	RITA TEIXEIRA SALES DE ABREU DJALMA DE ABREU ARAUJO	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
58.	2007.01.58723	A	JOAO BATISTA RODRIGUES	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO PRAÇAS DA FAB
59.	2007.01.58787	A	BENTO LUCIO GUERRA VICENTE	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
60.	2007.01.59999	R A	ROSICLER DE SOUSA CARREIRO HELIO ALVES CARREIRO *POST MORTEM*	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
61.	2007.01.60000	A	ARMANDO AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
62.	2007.01.60001	A	MANOEL PEREIRA NUNES SOBRINHO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO PRAÇAS DA FAB
63.	2007.01.60004	A	CLAUDIONOR GONCALVES COELHO	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
64.	2007.01.60330	A	ICARO ROBERTO PONTUAL *POST MORTEM*	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
65.	2007.01.60347	A	EDISON DA COSTA	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
66.	2007.01.60352	R A	FATIMA MAURA BARBOSA MATOS OSVALDO ANTONIO DE MATOS *POST MORTEM*	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
67.	2007.01.60361	A	GEORGE RODRIGUES DEFENSOR	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
68.	2007.01.60377	A	GONZALEZ GALVAO DA SILVA	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
69.	2007.01.60380	R A	ROSA MARIA DA CONCEICAO CELESTINO TARCISO CELESTINO *POST MORTEM*	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
70.	2007.01.60410	A	CARLOS HUMBERTO FAUAZE *POST MORTEM*	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
71.	2007.01.60435	R A	MARIA LIMA SEABRA ARMANDO PEREIRA SEABRA *POST MORTEM*	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
72.	2007.01.60443	A	HUMBERTO ISABEL	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
73.	2008.01.60767	A	JOAO CANUTO DE SOUZA FILHO	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
74.	2008.01.60780	A	WALTER JOAO FABBRI	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
75.	2008.01.60782	R A	NILMA LUIZA RAIMUNDO GUIMARAES JAIME GUIMARÃES *POST MORTEM*	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
76.	2008.01.60826	R A	LUCIANA DE SOUZA COSTA AMILTON DE SOUZA COSTA *POST MORTEM*	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
77.	2008.01.61524	A	IZOLETINA RAMOS DE OLIVEIRA RAULWYSON ALVES DE OLIVEIRA *POST MORTEM*	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
78.	2008.01.61944	A	FIRMINO SALES FURTADO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO PRAÇAS DA FAB
79.	2008.01.63037	A	CARLOS EDUARDO MOREIRA *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO PRAÇAS DA FAB
80.	2010.01.67654	A	JOSE ERIVAN MOREIRA SILVA	RICARDO SANTORO NOGUEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
81.	2014.01.74417	R A	SONIA MARIA DOS PASSOS ARAUJO ARIDALTON CORTES DE ARAUJO	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB

A - ANISTIANDO

R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PAUTA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA
A SER REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 22 de agosto de 2018, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala 304, do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

Nº	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
1.	2009.01.64807	A	EDISON ROBERTO GOMES DE MORAES	WALTER BARBOSA VITOR	DECISÃO JUDICIAL
2.	2010.01.67155	A	ANTONIO CARLOS SANTANNA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	DECISÃO JUDICIAL
3.	2011.01.70339	A	MAURICIO MATULEVICIUS	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	DECISÃO JUDICIAL
4.	2012.01.71054	A	FERNANDO ALVES BRIGIDO	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	DECISÃO JUDICIAL
5.	2012.01.71085	A	ANGELA MARIA DE SOUZA ALMEIDA	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	DECISÃO JUDICIAL
6.	2014.01.73660	A	JORGE AUGUSTO PEREIRA FRAGA	WALTER BARBOSA VITOR	DECISÃO JUDICIAL
7.	08000.044280/2016-45 (2016.01.76409)	A	MARIA JOSE MIRANDA REGO	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	DECISÃO JUDICIAL
Nº	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
8.	2002.01.05933	A	ADEMAR DUARTE PEREIRA	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
9.	2002.01.06223	R A	MARIA LUCIA DE LIMA DA SILVA JAIME FERREIRA DA SILVA *POST MORTEM*	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	PROTOCOLO
10.	2002.01.06577	R A	EXPEDITA PEREIRA DE BARBARA JOSE ALCANTARA EVANGELISTA *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
11.	2002.01.06606	A	ELIAS DA SILVA RAMOS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
12.	2002.01.06763	A	JOSE IRANI DA SILVA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
13.	2002.01.06989	A	PEDRO DIOGENES FERNANDES POST *MORTEM*	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
14.	2002.01.07348	A	JOAO SALVADOR	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	PROTOCOLO
15.	2002.01.08103	A	JOAO CRISOSTOMO MOREIRA DANTAS	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
16.	2002.01.08470	R A	ONEIDE GOMES DONADIO ENILDO CUEVAS DONADIO *POST MORTEM*	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
17.	2002.01.09194	R A	NEIDE GOMES DA SILVA ALMEIDA VALTAIR AUGUSTO ALMEIDA *POST MORTEM*	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PROTOCOLO
18.	2002.01.10250	A	VALDEMAR DOS ANJOS NEVES PAIVA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
19.	2002.01.10795	A	ANTONIO FERREIRA DA COSTA NETO	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
20.	2002.01.10905	A	LUIZ GONCALVES DA SILVA	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	PROTOCOLO
Nº	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
21.	2001.01.04801	A	ALFREDO CESAR DE ANDRADE	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
22.	2001.01.05034	A	BALTAZAR JOSE ROMAO FLORES	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
23.	2001.01.05439	A	ATAIDE DE MOURA LEMOS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
24.	2001.01.05651	A	JULIO VAGNER RIBEIRO DE VASCONCELOS	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
25.	2002.01.06245	A	SERGIO QUINTANILHA D AVILLA	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
26.	2002.01.06295	A	JOSE VALTER DE MATTOS	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
27.	2002.01.06978	A	LUIS BEZERRA DA SILVA	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
28.	2002.01.06993	A	JUAREZ FERREIRA DA SILVA *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
29.	2002.01.07054	A	RAIMUNDO NONATO DE JESUS PENHA	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
30.	2002.01.07071	A	AUZIER FARIAS MENDES	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
31.	2002.01.07877	A	EUCLIDES LIARTE DE MATOS	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
32.	2002.01.08184	A	DAILSON BORGES	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
33.	2002.01.08267	A	ELISEU ANTONIO MIRANDA	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
34.	2002.01.08854	A	SIDNEY NICOLAO MACHADO	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
35.	2002.01.09621	A	JOSE LUZ DO NASCIMENTO	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
36.	2002.01.09839	A	VALFREDO AGOSTINHO MARTINS	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
37.	2002.01.09912	A	FABIO JOSE DE ARAUJO SILVA	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
38.	2002.01.09969	A	ADELSON RIBEIRO DA SILVA	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
39.	2002.01.10447	A	BERNARDINO CARDOZO NETO	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
40.	2002.01.10460	A	GERSON DANTAS ARAUJO	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
41.	2002.01.10546	A	MANOEL DA PAIXAO NUNES	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
42.	2002.01.10556	A	ARISTIDES GOMES FILHO	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
43.	2002.01.11132	A	JOSE UBIRAJARA SANTOS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
44.	2002.01.11333	A	JOSE DE ARIMATEA MARINHO	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
45.	2002.01.11443	A	ADILSON FRANCISCO CALAZANS DA SILVA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
46.	2002.01.11635	A	JOAO PELOGIA FILHO	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
47.	2002.01.11885	A	WILSON LOPES NEVES	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
48.	2002.01.12089	A	JOSE GENTIL RAMOS DE OLIVEIRA	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
49.	2002.01.12335	A	JOAO BATISTA DO VALE PEREIRA	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
50.	2002.01.12674	A	DERIVALDO ABADE DE CARVALHO	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
51.	2002.01.12686	A	JOSE CRISOSTOMO RODRIGUES	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
52.	2002.01.12691	A	JOAO BOSCO ALVES LIMA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
53.	2002.01.12697	A	GILVAN BEZERRA DA SILVA	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
54.	2002.01.12698	A	CARLOS CONCEICAO DA SILVA	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
55.	2002.01.12699	A	ALEXANDRE SIMOES DE OLIVEIRA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
56.	2002.01.13915	A	VIRGILIO PEREIRA DE LIRA	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
57.	2002.01.13921	A	JUVENAL DE ALMEIDA FERNANDES	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
58.	2002.01.13933	A	PEDRO CAETANO LIMA SOUZA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
59.	2002.01.13941	A	AMARO BONFIM NUNES DE ASSIS	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
60.	2002.01.14105	A	SEVERINO GUILHERME RAMOS	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
61.	2003.01.14632	A	NORBERTO JOAO DE FARIAS	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
62.	2003.01.15248	A	RAIMUNDO LOPES PIRES	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
63.	2003.01.15284	A	WALTER PEREIRA DOS SANTOS	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
64.	2003.01.15616	A	NICOLA ANTONIO D OTTAVIANTONIO	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
65.	2003.01.15656	A	FRANCISCO ITAMAR GOMES SEGUNDO	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
66.	2003.01.15701	A	JAIME DE MOURA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
67.	2003.01.15787	A	ALBERTO DE CARVALHO	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
68.	2003.01.15868	A	JOSE EUSTAQUIO DE OLIVEIRA	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
69.	2003.01.15870	A	FRANCISCO PARENTE FILHO	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
70.	2003.01.15871	A	GILBERTO ANTONIO DO NASCIMENTO	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
71.	2003.01.17163	A	EDVALDO ALVES DE MEDEIROS	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
72.	2003.01.17202	R A	JOSIANE BERTOULUCCI REIS ARAÚJO MANOEL ARAUJO SANTOS *POST MORTEM*	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
73.	2003.01.17328	A	RAIMUNDO MOTA DE CARVALHO	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
74.	2003.01.17678	A	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

75.	2003.01.20718	A	FREDERICO BAPTISTA DO NASCIMENTO	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
76.	2003.01.20745 APENSO AO 2010.01.67234	A	CARLUCIO MONTEIRO	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
77.	2003.01.20749	A	AMARO CORREA DE ANDRADE FILHO	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
78.	2003.01.21122	A	TARCISIO MARQUES DE OLIVEIRA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
79.	2003.01.23189	A	CARLOS ALBERTO GOMES DE MOURA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
80.	2003.01.26752	A	ROBSON MARACAJA CAMPOS	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
81.	2006.01.55697	A	MARCO ANTONIO TORRES	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	BLOCO PRAÇAS DA FAB

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

PAUTA DA 8ª SESSÃO PLENÁRIA
A SER REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 23 de agosto de 2018, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala 304, do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

Nº	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
1.	2002.01.11589	R A	JANETE LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA JOSE AGATANGELO DE OLIVEIRA *POST MORTEM*	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
2.	2002.01.12215	A	MARIA JOSE GOMES BORGES	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
3.	2002.01.13073	A	FRANCISCO JOSE QUEIROZ FREIRE	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	PROTOCOLO
4.	2002.01.14186	A	JOAO PAULO DOS SANTOS	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
5.	2003.01.15136	A	JOAO BATISTA FELIS	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	PROTOCOLO
6.	2003.01.16409	A	EMILIO ALVES FILHO	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
7.	2003.01.16667	A	GILMARIO FERREIRA DE ARRUDA	MARIA VITÓRIA BARROS E SILVA SARAIVA	PROTOCOLO
8.	2003.01.17138	R A	MARCIA DRU LAVOISER DA SILVA FREITAS *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
9.	2003.01.17976	A	GILBERTO BARROS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
10.	2003.01.20902	R A	ELOA DE OLIVEIRA PINHEIRO MACHADO JOÃO LUIZ DE BARCELLOS PINHEIRO MACHADO *POST MORTEM*	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PROTOCOLO
11.	2003.01.20904	A	CESAR CRESQUI	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	PROTOCOLO
12.	2003.01.21416	A	JOSE HENRIQUE SOBRINHO	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	PROTOCOLO
13.	2003.01.21716	A	RUY RODRIGUES DA ROCHA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
14.	2003.01.23390	A	LUIZ FERNANDO TARANTO MARTINS	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
15.	2003.01.24470 APENSO AO 2003.21.28882	A	AUGUSTO VERNDL *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	PROTOCOLO
16.	2003.01.24515	A	RUTE SENRA CARAMEZ	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
17.	2003.02.24521	A	ANSELMO RENATO ALVES GAMA DE LIMA E OUTROS RUI GAMA DE LIMA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	PROTOCOLO
18.	2003.02.25295	A	JOSE ANTONIO TEBALDI CASTELLANO	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
19.	2003.01.26590	A	FRANCISCO ODER PINHEIRO BASTOS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
20.	2003.01.27714 APENSO AO 2003.02.28270	A	MARIA AMELIA CARVALHO SANTOS REGO	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
21.	2003.02.28255	A	NILSON DO PRADO	GUILHERME DE OLIVEIRA MENDES	PROTOCOLO
22.	2003.01.29070	A	ALUISIO ANDRADE LEMOS	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
23.	2003.01.29118	A	CICERO CARLOS SOARES DE LIRA	PAULO LOPO SARAIVA	PROTOCOLO
24.	2003.01.29393	A	MAURILIO JOSE GERMANIO	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	PROTOCOLO
25.	2003.01.32372	A	LUIZ SOARES DA CRUZ	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
Nº	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
26.	2002.01.06946	A	JOSEMAR RODRIGUES BANDEIRA DE MELO	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
27.	2002.01.06948	A	MARCELO PAULO DA SILVA	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
28.	2002.01.06949	A	EMERSON OLIVEIRA DOS SANTOS	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
29.	2002.01.10124	A	HELIO JOSE FERREIRA ROMA	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
30.	2002.01.10954	A	SEVERINO ROBERTO CLEMENTE LINS	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
31.	2002.01.12873	A	FRANCISCO BEZERRA DOS SANTOS	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
32.	2003.01.15313	A	ROSALVO CERQUEIRA DE ANDRADE	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
33.	2003.01.15664	A	FRANCISCO DE SALES DAS CHAGAS	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
34.	2003.01.15706	A	FRANCISCO GOMES DA SILVA	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
35.	2003.01.16949	A	REINALDO FRANCISCO DA COSTA NEVES	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
36.	2003.01.17171	A	MANOEL NICOLAU DA SILVA	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
37.	2003.01.17263	A	JOAO NELSON BARBOSA	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
38.	2003.01.17616	A	FRANCISCO ATALIBA DA SILVA	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
39.	2003.01.19035	A	WILSON MENDONCA DE ALMEIDA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
40.	2003.01.21077	A	ANTONIO URBANO MARTINS	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
41.	2003.01.21144	A	ODENILDE BRITO SILVA	DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
42.	2003.01.21299	A	LUIZ ONOFRE DE OLIVEIRA	MARIA VITÓRIA BARROS E SILVA SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
43.	2003.01.21508	A	ARISTEU PIMENTEL DOS SANTOS	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
44.	2003.01.21556	A	PRECIANO FERREIRA DOS REIS	MARIA VITÓRIA BARROS E SILVA SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
45.	2003.01.22437	A	JOSE NOBRE SOBRINHO	MARIA VITÓRIA BARROS E SILVA SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
46.	2003.01.23571	A	ARNALDO SOUZA DO NASCIMENTO	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
47.	2003.01.23578	A	FRANCISCO CANINDE DE FRANCA	JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	BLOCO PRAÇAS DA FAB
48.	2003.01.24601	A	JOAO BOSCO CAVALCANTE	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB

A - ANISTIANDO

R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Às 10:13h do dia 08 de agosto de 2018, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do Cade, João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira, Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Mauricio Oscar Bandeira Maia, Polyanna Ferreira Silva Vilanova e Paula Azevedo. Presentes o Procurador-chefe Adjunto da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior, o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Márcio Barra Lima, e a Secretária do Plenário Substituta, Keila de Sousa Ferreira.

O Presidente anunciou o lançamento para o público externo dos perfis oficiais do Cade nas redes sociais (twitter e youtube).

JULGAMENTOS

13. Embargos de declaração no Processo Administrativo nº 08012.004674/2006-50

Representante: Senador Eduardo Suplicy

Representados: Associação Brasileira de Embalagens Flexíveis (ABIEF), Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Laminadas (ABRAFLEX), Alberto Carlos da Silva Carvalheiro, Alcoa Alumínio S.A., Antônio Adão Scarfella Parra, Bafema S.A. Indústria e Comércio, Canguru Embalagens Ltda., Celocorte Embalagens Ltda., Converplast Embalagens Ltda., Eduardo Domingues de Oliveira Belleza, Embalagens Flexíveis Diadema S.A., Peeqflex Embalagens Ltda. (atual denominação de Empax Embalagens Ltda.), Hélio Robles de Oliveira, Inapel Embalagens Flexíveis Ltda., Itap Bemis Ltda., João Abatepietro, Márcio Luiz Viviani, Nelson Fazenda, Nicolau Baladi, Roberto Tubel, Rodrigo Amado Alvarez, Ronaldo Cappa Otero Mello, Santa Rosa Embalagens Flexíveis Ltda., Sérgio Haberfeld, Sérgio Hamilton Angelucci, Shellmar Embalagem Moderna Ltda., Synésio Batista da Costa, Tecnoval Laminados Plásticos Ltda., Victório Murer, Walter Schalka, Zaraplast S.A.

Advogados: Batuíra Rogério Menguesso Lino, Célio Benevides de Carvalho, Celso Cintra Mori, Celso Alves, Fábio de Campos Lilla, Fábio Eduardo Berti, Fábio Francisco Beraldi, Francisco Ribeiro Todorov, George Leo Grozmann, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Gustavo César Leal Farias, Heloisa Harari Mônaco, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Juliana Assolari, Marco Antônio Dias Gandelman, Maria Rita Ferragut, Maria Sylvia de Toledo Ridolfo, Paulo Haipek Filho, Pedro Sérgio Costa Zanotta, Pietro Ariboni, Renê Guilherme da Silva Medrado, Alessandro Pezzolo Giacaglia, Roberto Pádua Cosini, Tomás Filipi Schoeller Borges Ribeiro Paiva, Tito Amaral de Andrade, Túlio Freitas do Egito Coelho, José Antônio Miguel Neto, Rodrigo Orlandini, Guilherme Teno Castilho Missali, José Antônio Miguel Neto, Flávia Chiquito dos Santos, André Marques Gilberto, Ivo Teixeira Gico Júnior, Enrico Spini Romanielo e Lauro Celidonio Gomes dos Reis, Rodrigo Fernandes More, Alexandre Augusto Reis Bastos, Isabela Amorim Diniz Ferreira, Oreste Nestor de Souza Laspro, Jonatan Werb e outros

Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro Relator.

1. Processo Administrativo nº 08012.001518/2006-37

Representante: Marimex Despachos Transportes e Serviços Ltda.

Representado: Rodrimar S.A. Transportes, Equipamentos Industriais e Armazéns Gerais

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Celso Fernandes Campilongo e outros

Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

Voto-vista: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Na 88ª Sessão Ordinária de Julgamento manifestaram-se oralmente os advogados Francisco Ribeiro Todorov, pela Marimex Despachos Transportes e Serviços Ltda e Celso Fernandes Campilongo, pela Rodrimar S. A.. Após o voto do Conselheiro Relator pela condenação da Representada pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I, II, IV e artigo 21, incisos IV, V XII, XIV, ambos da Lei nº 8.884/1994 (com correspondência no artigo 37, incisos I, II, IV e §3º, incisos III, IV, X e XII da Lei nº 12.529/2011) com aplicação de multa no valor de R$ 972.961,17 (novecentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e dezessete centavos), e, adicionalmente a obrigação de abster-se da cobrança de liberação de contêineres dos recintos alfandegados independentes, sob pena de multa, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. Na 91ª Sessão Ordinária de Julgamento os Conselheiros Márcio de Oliveira Júnior e Alexandre Cordeiro proferiram voto aderindo ao voto do Conselheiro Relator. O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista da Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e foi adiado a pedido da Conselheira.

Impedida a Conselheira Paula Azevedo.

Na presente sessão a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt arguiu questão de ordem consistente na integração aos autos de fatos ou provas novos supervenientes aos votos já proferidos, nos termos do §5º do artigo 137 do Regimento Interno do Cade. Em razão da questão de ordem o Presidente do Cade oportunizou manifestação oral aos representantes das partes, bem como ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade e ao Representante do Ministério Público Federal. Fizeram uso da palavra o advogado Francisco Ribeiro Todorov, pela Representante Marimex Despachos Transportes e Serviços Ltda.; o advogado Celso Fernandes Campilongo, pela Representada Rodrimar S.A. Transportes, Equipamentos Industriais e Armazéns Gerais; o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade e o Representante do Ministério Público Federal. Após manifestação da Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt pela insubsistência dos votos anteriormente proferidos, o Presidente do Cade coletou os votos dos demais membros do plenário quanto a esse ponto. O Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia, a Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova, o Conselheiro João Paulo de Resende, o Conselheiro Paulo Burnier da Silveira e o Presidente do Cade se manifestaram pela não ocorrência da exceção prevista no §5º do artigo 137 do Regimento Interno. Em continuidade, a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt manifestou-se em voto-vista pelo arquivamento do presente processo em relação à Rodrimar. O Conselheiro João Paulo de Resende manifestou-se em voto-vogal pelo arquivamento do processo divergindo do voto do Conselheiro Relator. O Presidente do Cade acolheu integralmente o voto do Conselheiro Relator.

Decisão: O Plenário, por maioria, rejeitou a preliminar suscitada na questão de ordem arguida pela Conselheira Cristiane Alckmin no sentido de existirem fatos novos suficientes a tornarem insubsistentes os votos anteriormente proferidos. O Plenário, por maioria e nos termos do Voto do Conselheiro Relator, determinou a condenação da Representada pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I, II, IV e artigo 21, incisos IV, V XII, XIV, ambos da Lei nº 8.884/1994 (com correspondência no artigo 37, incisos I, II, IV e §3º, incisos III, IV, X e XII da Lei nº 12.529/2011), com aplicação de multa no valor de R$ 972.961,17 (novecentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e dezessete centavos) e ainda determinou à Representada que se abstenha de cobrar pela liberação de contêineres dos recintos alfandegados independentes, bem como pela aplicação, em caso de continuidade da cobrança após a decisão final do Tribunal, de multa diária no valor de R$ 20.000 (vinte mil reais) e pelo envio de cópia da decisão à Antaq. Vencidos a Conselheira Cristiane Alckmin e o Conselheiro João Paulo de Rezende. O Plenário, por unanimidade, ao acatar questão de ordem arguida pelo Procurador Regional da República Márcio Barra Lima, determinou o encaminhamento de cópia da decisão ao Ministério Público Federal em São Paulo.

Às 13h59 o Presidente do Cade suspendeu a sessão. Os trabalhos foram retomados às 15h03.

4. Processo Administrativo nº 08012.001376/2006-16

Representante: SDE ex officio

Representados: ABB Management Services Ltd, ABB Switzerland Ltd., ABB Ltda., Alstom Holdings S.A., Alstom Hydro Energia Brasil Ltda., Areva T&D S.A., Alstom Grid Energia Ltda., Japan AE Power Systems Corporation, Mitsubishi Eletric Corporation, Siemens AG, Siemens Ltda., Toshiba Corporation, VA Tech Transmission & Distribuition GmbH & Co, VA Tech Transmissão e Distribuição Ltda., Erik Mayr, Leonhard Widenhorn, Mats Persson, Michael Velte-Andrée, Georg Schett, Andres Isaza, Thomas Jauch, Göte Wallin, Bo Normark, Edgar Hummel, Rolf Nierbeck, Franz Keller, Bengt Ake Lennart Karlsson

Advogados: Rogério Domene, Marcelo Procópio Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Joana Temudo Cianfarani, Sérgio Varella Bruna, José Orlando de Almeida de Arrochela Lobo, Luiz Gustavo Mayrink Carvalho, Valdo Cestari de Rizzo, Ana Paula Hubinger Araujo,Cecília Vidigal Monteiro de Barros, Edson Takeshi Nakamura, Tulio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov, Alessandro Marius Oliveira Martins, José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio Martins Barbosa, Ubiratan Mattos, Marcelo Antonio Muriel, Alessandra Rodrigues Bernardes Oshiro e outros

Relatora: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova

Voto-Vista: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

Na 124ª SOJ a Conselheira Relatora manifestou-se pela declaração da extinção da ação punitiva da Administração Pública e da punibilidade dos crimes contra a ordem econômica tipificados na Lei nº 8.137/1990 com relação à ABB Management Services Ltd. (anteriormente denominada ABB Power Technologies Management Ltd.), ABB Switzerland Ltd. e ABB Ltda. e às pessoas naturais Erik Mayr, Leonhard Widenhorn, Mats Persson, Michael Velte-Andrée, Georg Schett, Andres Isaza, Thomas Jauch, Göte Wallin, Bo Normark, Edgar Hummel, Rolf Nierbeck, Franz Keller e Bengt Ake Lennart Karlsson, tendo em vista o cumprimento integral dos termos do Acordo de Leniência e da contribuição às investigações da Superintendência-Geral do Cade, nos termos do artigo 35-B, § 4º, inciso I e artigo 35-C, parágrafo único, da Lei nº 8.884/1994, bem como dos arts. 86, caput, e 87, parágrafo único, da Lei nº 12.529/2011; pelo arquivamento do processo em relação à Japan AE Power Systems Corporation, Alstom Holdings S.A., Alstom Hydro Energia Brasil Ltda., Areva T&D S.A. (sucedida por Alstom Holdings S.A), Alstom Grid Energia Ltda. (nova denominação de Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda.), Siemens AG, VA Tech T&D GMBH & Co., Siemens do Brasil Ltda. e VA Tech Transmissão e Distribuição Ltda., em razão do cumprimento das obrigações estabelecidas nos respectivos Termos de Compromisso de Cessação celebrados com o Cade; e pela condenação das Representadas Mitsubishi Eletric Corporation (Melco) e Toshiba Corporation, pela prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 20, incisos I, II e III c/c art. 21, incisos I, II, III, IV e X, da Lei nº 8.884/1994, correspondentes ao art. 36, incisos I, II e III c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Lei nº 12.529/2011, com aplicação de multas nos valores de R$ 4.667.293,83 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e sete mil duzentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos) e R$ 289.141,42 (duzentos e oitenta e nove mil cento e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos), respectivamente, a serem pagas no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da decisão e pelo envio de cópia da decisão ao Ministério Público Federal no Estado de São Paulo (PR/SP) e Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora; o Conselheiro João Paulo de Resende proferiu voto acompanhando a Conselheira Relatora, mas divergindo com relação a dosimetria das multas aplicadas às Representadas Mitsubishi Eletric Corporation (Melco) e Toshiba Corporation, pelo que propôs o valor de R$ 3.179.047,39 (três milhões, cento e setenta e nove mil quarenta e sete reais e trinta e nove centavos), para cada Representada. O julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia. Impedida a Conselheira Paula Azevedo. Na presente sessão o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia manifestou-se em voto-vista acompanhando o voto da Conselheira Relatora. A Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt manifestou-se pelo arquivamento do processo. O Conselheiro Paulo Burnier e o Presidente do Cade acompanharam integralmente o voto da Conselheira Relatora.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento em relação às representadas ABB Management Services Ltd. (anteriormente denominada ABB Power Technologies Management Ltd.), ABB Switzerland Ltd. e ABB Ltda., Erik Mayr, Leonhard Widenhorn, Mats Persson, Michael Velte-Andrée, Georg Schett, Andres Isaza, Thomas Jauch, Göte Wallin, Bo Normark, Edgar Hummel, Rolf Nierbeck, Franz Keller e Bengt Ake Lennart Karlsson, Japan AE Power Systems Corporation, Alstom Holdings S.A., Alstom Hydro Energia Brasil Ltda., Areva T&D S.A. (sucedida por Alstom Holdings S.A), Alstom Grid Energia Ltda. (nova denominação de Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda.), Siemens AG, VA Tech T&D GMBH & Co., Siemens do Brasil Ltda. e VA Tech Transmissão e Distribuição Ltda; e envio de cópia da decisão ao Ministério Público Federal no Estado de São Paulo (PR/SP) e Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora. O Plenário, por maioria, determinou condenação das Representadas Mitsubishi Eletric Corporation (Melco) e Toshiba Corporation, nos termos do voto da Conselheira Relatora Polyanna Ferreira Silva Vilanova. Vencidos a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e o Conselheiro João Paulo de Resende com relação a dosimetria das multas aplicadas às Representadas Mitsubishi Eletric Corporation (Melco) e Toshiba Corporation.

2. Processo Administrativo nº 08700.008464/2014-92

Representantes: Multi Armazéns Ltda. e Transportadora Simas Ltda.

Representado: Tecon Rio Grande S.A.

Advogados: Evandro Wilson Martins, Mônica de Melo Alves Ribeiro, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Pedro Gilberto Brand, Renato Vieira Caovilla e outros

Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro

Voto-Vista: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Na 95ª Sessão Ordinária de Julgamento manifestaram-se oralmente o advogado Pedro Gilberto Brand, pela Representante Transportadora Simas Ltda e o advogado Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, pela Representada Tecon Rio Grande S.A. Após o voto do Conselheiro Relator pela condenação da Representada Tecon Rio Grande S.A. pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I, II e IV, c/c artigo 21, incisos IV, V e XIV, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multa no valor de R$ 4.788.450,00 (quatro milhões setecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais) e à obrigação de publicação em meia página e a expensas da Representada, de extrato da decisão condenatória, por 2 (dois) dias seguidos, por duas semanas consecutivas, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. Os Conselheiros Paulo Burnier da Silveira, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo e Márcio de Oliveira Júnior anteciparam seus votos acompanhando integralmente o Conselheiro Relator. Aguarda o Conselheiro João Paulo de Resende. Na 96ª SOJ o processo foi retirado de pauta. Na presente sessão a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt manifestou-se pelo arquivamento do presente processo em relação à Tecon Rio Grande. O Conselheiro João Paulo de Resende também manifestou-se pelo arquivamento do processo. O Procurador do MPF sugeriu o encaminhamento de duas questões de ordem: i) pela expedição da decisão para a Procuradoria da República no Município de Rio Grande/RS para fins de tutela coletiva e criminais e ii) pela inclusão no dispositivo da decisão de obrigação de não fazer quanto a conduta condenada com imposição de astreintes. O advogado da Representada manifestou-se oralmente suscitando questão de ordem. O Presidente suspendeu o feito e solicitou pedido de vista em mesa. O Presidente manifestou-se pelo acolhimento da questão de ordem levantada pelo Procurador do Ministério Público e acompanhou integralmente o voto do Conselheiro Relator.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: O plenário, por maioria, determinou a condenação da Representada Tecon Rio Grande S.A. pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I, II e IV, c/c artigo 21, incisos IV, V e XIV, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multa no valor de R$ 4.788.450,00 (quatro milhões setecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais), bem como a obrigação de publicação em meia página e a expensas da Representada, de extrato da decisão condenatória, por 2 (dois) dias seguidos, por duas semanas consecutivas, e envio de cópia da decisão à Antaq, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencidos a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e o Conselheiro João Paulo de Resende. O Plenário por unanimidade, ao apreciar questão de ordem arguida pelo Procurador Regional da República Márcio Barra Lima, determinou o encaminhamento de cópia da decisão à Procuradoria da República no Município de Rio Grande/RS, bem como determinou à Representada que se abstenha de cobrar pela liberação de contêineres dos recintos alfandegados independentes, com aplicação de multa diária no valor de R$ 20.000 (vinte mil reais), em caso de continuidade da cobrança após a decisão final do Tribunal.

5. Processo Administrativo nº 08012.004422/2012-79

Representante: SDE ex officio

Representados: Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., Garage Inn Estacionamentos Ltda. - EPP, JLN - Estacionamento Ltda. (Multipark), Netpark Administração e Serviços de Estacionamento Ltda., Rod Estacionamento Ltda. - EPP; Zig Park Estacionamentos Ltda., Carlos Eduardo Soares Brandão, Emilio Sanches Salgado Júnior, Hélio Francisco Alves Cerqueira, João Batista Gonçalves Neto, Marcelo Alvim Gait, Marcelo Mansur Murad, Marcelo Oliveira Alves, Márcio Augusto Tabet, Marco Antônio de Oliveira Jorge, Marcos Iasi Brandão, Murillo Cozza Alves Cerqueira, Nilton Stellin Bagattini, Paulo Fernando Zillo, Ricardo Polacow Zylberman, Roberto Andrea Naman, Rogério Apovian e Sergio Morad.

Advogados: Barbara Rosenberg, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Priscila Brólio Gonçalves, Aurélio Marchini Santos, Jéssica de Pinho Affonso, Olavo Zago Chinaglia, Vicente Bagnoli, Alexandre Augusto Reis Bastos, Ricardo Lara Gaillard, Luciano Inácio de Souza, Fabio Francisco Beraldi, Flávia Chiquito dos Santos e outros

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Voto-Vista: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova

Na 124ª SOJ manifestaram-se oralmente Ricardo Lara Gaillard, pela Zig Park Estacionamentos Ltda. e Marcelo Alvim Gait; Priscila Brólio Gonçalves, pela Garage Inn Estacionamentos Ltda. - EPP e Marcelo Mansur Murad; Ricardo Franco Botelho, JLN - Estacionamento Ltda. (Multipark) e Sérgio Morad; Olavo Zago Chinaglia, pela Net Park e Vicente Bagnoli, pela Rod Estacionamento Ltda. - EPP. Fez uso para palavra o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior, esclarecendo acerca da individualização das condutas dos Representados e da valoração das provas constantes do processo. Os advogados Olavo Zago Chinaglia, Priscila Brólio Gonçalves e Ricardo Franco Botelho apresentaram questões de ordem ao Plenário. O representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Márcio Barra Lima, manifestou-se ratificando o parecer anteriormente emitido. Após o voto da Conselheira Relatora pelo arquivamento do processo em relação aos Representados Allpark Empreendimentos e Participações S.A., Murillo Cozza Alves Cerqueira, Rogério Apovian, João Batista Gonçalves Neto, Paulo Fernando Zillo, Emílio Sanches Salgado Júnior, Helio Francisco Alves Cerqueira, Nilton Stellin Bagattini e Marcos Iasi Brandão tendo em vista o cumprimento integral termos de compromisso de cessação de conduta celebrados com o Cade; bem como pelo arquivamento do processo em relação a Garage Inn Estacionamentos Ltda. - EPP, JLN-Estacionamento Ltda. (Multiplark), Netpark Administração e Serviços de Estacionamento Ltda., Rod Estacionamento, Zig Park Estacionamentos Ltda., Marcelo Alvim Gait, Marcelo Mansur Murad, Márcio Augusto Tabet, Roberto Andrea Naman, Sérgio Morad, Carlos Eduardo Soares Brandão, Marcelo Oliveira Alves, Marco Antônio de Oliveira Jorge e Ricardo Zylberman, diante da ausência de indícios de infrações à ordem econômica, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova. Na presente sessão a Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova manifestou-se pelo arquivamento em relação à Allpark, Emílio Sanches Salgado Junior, Helio Francisco Alves Cerqueira, João Batista Gonçalves Neto, Marcos Iasi Brandão, Murillo Cozza Alves Cerqueira, Nilton Stellin Bagattini, Paulo Fernando Zillo e Rogério Apovian, em razão do cumprimento das obrigações estabelecidas nos respectivos Termos de Compromisso de Cessação celebrados; pelo arquivamento em relação aos Representados Garage Inn, Multipark, Zig Park, Carlos Eduardo Soares Brandão, Marcelo Alvim Gait, Marcelo Mansur Murad, Marcelo Oliveira Alves, Marco Antônio de Oliveira Jorge, Ricardo Zylberman e Sérgio Murad, pela ausência de provas que demonstrem sua participação na conduta anticompetitiva relacionada à licitação privada do CENU; pela condenação dos Representados Netpark, Roberto Naman, Rod e Márcio Tabet, por entender que suas condutas configuram infração à ordem econômica, nos termos do art. 36, incisos I e III, c/c seu § 3º, inciso I, alíneas 'a' e 'd' da Lei nº 12.529/2011; pela imposição das seguintes sanções pecuniárias: Netpark, multa no valor de R$ 3.796.323,39; Roberto Naman, multa no valor de R$ 113.889,70; Rod, multa no valor de R$ 437.018,47; e Márcio Augusto Tabet, multa no valor R$ 52.442,22; as multas deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias da publicação desta decisão. O Conselheiro Mauricio Bandeira Maia e a Conselheira Paula Azevedo manifestaram-se pelo arquivamento do processo nos termos do voto da Conselheira Relatora. O Conselheiro João Paulo de Resende manifestou-se pela condenação dos representados Rod Estacionamento Ltda. - EPP e Márcio Tabet; com aplicação de multa no valor de R$ 181.402,00, Rod Estacionamento Ltda. - EPP; multa no valor de R$ 50 mil, Márcio Augusto Tabet. O Conselheiro Paulo Burnier acompanhou o voto-vista da Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova. O Presidente do Cade aderiu integralmente o voto da Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova. O Presidente do Cade fez uso do voto de qualidade previsto no artigo 60, inciso II c/c artigo 135 do Regimento Interno do Cade para a aplicação da dosimetria de multas proposta pela Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento em relação à Allpark, Emílio Sanches Salgado Junior, Helio Francisco Alves Cerqueira, João Batista Gonçalves Neto, Marcos Iasi Brandão, Murillo Cozza Alves Cerqueira, Nilton Stellin Bagattini, Paulo Fernando Zillo e Rogério Apovian, em razão do cumprimento das obrigações estabelecidas nos respectivos Termos de Compromisso de Cessação celebrados; arquivamento em relação aos Representados Garage Inn, Multipark, Zig Park, Carlos Eduardo Soares Brandão, Marcelo Alvim Gait, Marcelo Mansur Murad, Marcelo Oliveira Alves, Marco Antônio de Oliveira Jorge, Ricardo Zylberman e Sérgio Murad, pela ausência de provas que demonstrem sua participação na conduta anticompetitiva relacionada à licitação privada do CENU, nos termos do voto da Conselheira Relatora. O Plenário, por maioria, arquivou o processo em relação à Netpark Administração e Serviços de Estacionamento Ltda. e ao Roberto Andrea Naman. Vencidos a Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova, o Conselheiro Paulo Burnier e o Presidente Alexandre Barreto. O Plenário, por maioria, determinou a condenação em relação a Rod Estacionamento Ltda. - EPP e Márcio Augusto Tabet, nos termos do voto da Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova. Vencidos a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, o Conselheiro Mauricio Bandeira Maia e a Conselheira Paula Azevedo. O Conselheiro João Paulo de Resende restou vencido na dosimetria. O Plenário, por unanimidade, determinou o encaminhamento de cópia da decisão ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

3. Processo Administrativo nº 08700.001859/2010-31

Representante: Associação Rádio Táxi Alternativa

Representados: Associação das Centrais de Rádio Táxi de Curitiba - ACERT, Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Sereia, Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Curitiba, Associação Rádio Teletáxi (atual Rádio Táxi Brasil), Associação Rádio Táxi Paraná, Associação Rodo Rádio Táxi Capital, Associação Rádio Táxi Faixa Vermelha, Alexandre Ferreira, Joaquim Adir da Rocha, Sérgio Luiz de Araújo, Joil José Mores, Gilmar Abreu e Silva e Agostinho Ferreira

Advogados: Heitor Henrique Pedroso, Paulo Joaquim dos Santos, Flávia Iris Paião, Cláudio Adriano Santa Rosa, Edson Renato Almeida Fernandes, José Carlos Dizidel Machado, Caio Murilo Alves Teodoro e outros

Relatora: Conselheira Paula Azevedo

Voto-vista: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Na 126ª SOJ manifestou-se o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior, que fez uso da palavra para ratificar entendimento pela não cabimento da prescrição quinquenal para os casos de cartel. O representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Fernando Antônio Alencar Alves de Oliveira Júnior, manifestou-se oralmente reiterando entendimento anterior do Parquet no sentido da aplicação do prazo prescricional penal. A Conselheira Relatora apresentou voto reconhecendo a incidência de prescrição quinquenal como prejudicial de mérito, e propôs o arquivamento do processo em relação a todos os Representados. Os Conselheiros João Paulo de Resende e Paulo Burnier da Silveira e a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt não acolheram a prejudicial de prescrição. O Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia aderiu ao voto da Conselheira Relatora. O Presidente do Cade não acolheu a prejudicial. O Plenário, por maioria, rejeitou a prejudicial de mérito referente a prescrição quinquenal. Vencidos nesse ponto a Conselheira Relatora e o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia. Tendo sido vencida quanto a prejudicial de mérito a Conselheira Relatora propôs o arquivamento do processo em relação à Associação das Centrais de Rádio Táxi de Curitiba, diante da ocorrência de prescrição da pretensão punitiva e pela condenação dos seguintes Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, inciso I, e artigo 21, inciso I, da Lei nº 8.884/1994, com aplicação das respectivas multas: Associação Rodo Rádio Táxi Capital, multa de 150.000 (cento e cinquenta mil) UFIR, o que equivale a R$ 159.615,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e quinze reais); Alexandre Ferreira: multa de R$ 15.961,50 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos); Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Sereia: multa de 150.000 (cento e cinquenta mil) UFIR, o que equivale a R$ 159.615,00 (cento e cinquenta e nove mil, e seiscentos e quinze reais); Joaquim Adir da Rocha, multa de R$ 15.961,50 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos); Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Curitiba: 150.000 (cento e cinquenta mil) UFIR, o que equivale a R$ 159.615,00 (cento e cinquenta e nove mil, e seiscentos e quinze reais); Joil José Mores, multa de R$ 15.961,50 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos); Associação Rádio Teletáxi (atualmente Rádio Táxi Brasil): multa de 150.000 (cento e cinquenta mil) UFIR, o que equivale a R$ 159.615,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e quinze reais); Gilmar Abreu e Silva, multa de R$ 15.961,50 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos); Associação Rádio Táxi Paraná: multa de 150.000 (cento e cinquenta mil) UFIR, o que equivale a R$ 159.615,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e quinze reais); Sérgio Luiz de Araújo, multa de R$ 15.961,50 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos); Associação Rádio Táxi Faixa Vermelha: multa de 150.000 (cento e cinquenta mil) UFIR, o que equivale a R$ 159.615,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e quinze reais); Agostinho Ferreira, multa de R$ 15.961,50 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). O julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. Na presente sessão a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt manifestou-se pelo arquivamento do presente processo com relação à Associação das Centrais de Rádio Táxi de Curitiba, pela ocorrência de prescrição da pretensão punitiva com relação aos fatos imputados a ela; pela condenação dos Representados: Associação Rodo Rádio Táxi Capital; Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Sereia; Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Curitiba; Associação Rádio Teletáxi, atualmente Rádio Táxi Brasil; Associação Rádio Táxi Paraná; Associação Rádio Táxi Faixa Vermelha, Alexandre Ferreira, Joaquim Adir da Rocha, Joil José Mores, Gilmar Abreu e Silva, Sérgio Luiz de Araújo e Agostinho Ferreira, pela prática de infração à ordem econômica, preconizada no art. 20, inciso I, e no art. 21, inciso I, ambos da Lei 8.884/94 (com correspondência no art. 36 da Lei 12.529/11); pela imposição das seguintes sanções pecuniárias: Associação Rodo Rádio Táxi Capital, fixo a multa no valor de R$ 596.563,00; Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Sereia, fixo a multa no valor de R$ 536.532,00; Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Curitiba, fixo a multa no valor de R$ 501.323,00; Associação Rádio Teletáxi, hoje Rádio Táxi Brasil, fixo a multa no valor de R$ 59.618,00; Associação Rádio Táxi Paraná, fixo a multa no valor de R$ 596.563,00; Associação Rádio Táxi Faixa Vermelha, fixo a multa no valor de R$ 308.601,00; Alexandre Ferreira, fixo a multa no valor de R$ 29.828,00; Joaquim Adir da Rocha, fixo a multa no valor de R$ 26.827,00; Joil José Moraes, fixo a multa no valor de R$ 25.066,00; Sérgio Luiz de Araújo, fixo a multa no valor de R$ 29.828,00; Agostinho Ferreira, fixo a multa no valor de R$ 15.430,00; Gilmar Abreu e Silva, fixo a multa no valor de R$ 6.385,00, bem como pelo envio dos autos à Superintendência-Geral para, nos termos do art. 40 da Lei nº 12.529/11 e do art. 203 do RICADE, lavratura de auto de infração em face da Associação das Centrais de Rádio Táxi de Curitiba e da Associação Rádio Táxi Paraná, em razão da omissão injustificada de prestar informações solicitadas mediante ofício. O Conselheiro João Paulo de Resende acompanhou o voto vista da Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. O Conselheiro Paulo Burnier da Silveira, Conselheiro Mauricio Bandeira Maia e o Presidente do Cade acompanharam integralmente a Conselheira Relatora.

Decisão: O Plenário, por maioria, rejeitou a prejudicial de mérito referente a prescrição. Vencidos a Conselheira Relatora e o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia. O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação à Associação das Centrais de Rádio Táxi de Curitiba; determinou a condenação em relação à Associação Rodo Rádio Táxi Capital, Alexandre Ferreira, Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Sereia, Joaquim Adir da Rocha, Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Curitiba, Joil José Mores, Associação Rádio Teletáxi (atualmente Rádio Táxi Brasil), Gilmar Abreu e Silva, Associação Rádio Táxi Paraná, Sérgio Luiz de Araújo, Associação Rádio Táxi Faixa Vermelha e Agostinho Ferreira, nos termos do voto do Conselheiro Relator. O Plenário, por maioria, determinou a aplicação das multas, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Vencidos quanto dosimetria a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e o Conselheiro João Paulo de Resende. O Plenário, por unanimidade, determinou o encaminhamento de cópia da decisão à Procuradoria Federal no Estado do Paraná e à Prefeitura no Município de Curitiba.

6. Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.010394/2015-13

Representante: Renato Félix Pinto

Representadas: Supermercado BH Ltda. e Opção Comércio de Alimentos Ltda.

Advogados: Vicente Bagnoli e Rafael Lara Rabelo

Relator: Conselheiro João Paulo de Resende

Decisão: O Plenário, por unanimidade, reconheceu a ocorrência da infração prevista no artigo 88, §3º da Lei nº 12.529/2011 e homologou a proposta de Acordo em Controle de Concentrações, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

14. Embargos de declaração no Processo Administrativo nº 08012.005882/2008-38

Representante: SDE ex officio

Representados: Associação Brasileira de Extratores de Sal (Abersal); Sindicato da Indústria de Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte (Siesal); Sindicato da Indústria de Moagem e Refino de Sal do Estado do Rio Grande do Norte (Simorsal); F. Souto Indústria e Comércio de Sal S.A.; Ciasal - Comércio e Indústria Salineira Ltda.; Cimsal Com. e Ind. de Moagem e Refinação Santa Cecília Ltda.; Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A.; Indústria de Refinação de Sal Ltda. (atual Refinassal - Indústria de Refinação de Sal Ltda.); Indústria Salineira Salmar Agropecuária Ltda. - ME; Norte Salineira S.A. Ind. e Com. Norsal; Refimosal Refinação e Moagem de Sal Santa Helena Ltda.; Refinaria Nacional de Sal S.A. (Sal Cisne); Reprasal - Refinaria Praxedes de Sal (cujo nome empresarial é L. Praxedes Gomes); Romani S.A. Indústria e Comércio de Sal; Salina

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Diamante Branco Ltda. (Grupo SPL); Salina Soledade Ltda.; Salineira São Camilo Ltda.; Salinor - Salinas do Nordeste S.A. (Grupo Salinor); Serv Sal do Nordeste Comércio Representações e Transportes Ltda. (Grupo Serv Sal); Socel Sociedade Oeste Ltda. (Grupo Socel); Umari Salineira Ltda. (anteriormente denominada Souto, Irmão e Cia Ltda.); União Refinaria Nacional de Sal Ltda. (Grupo Maranata); Afrânio Manhães Barreto; Airton Paulo Torres; Alcides Figueiredo Mitidieri; Alessandro Zeni dos Santos; Ana Cecília Azevedo; André Diógenes de Carvalho Rosado; Antônio José da Silva Veras; Carlos Alberto Alves de Lima; Carlos Frederico Neves; Cristiane Fernandes Vieira de Souza; Duilo Cezar Pessoa de Oliveira; Eduardo Antônio Freitas de Medeiros; Edvaldo Fagundes de Albuquerque; Elfino Menezes dos Santos; Fernando Antonio Burlamaqui Rosado; Flávio Carvalho; Francisco Ferreira Souto Filho; Francisco Ferreira Souto Filho; Francisco Humberto Capparelli Virgilio; Frediano Jales Rosado; Gilberto Alves de Lima; Gilson Ramalho de Almeida Rodrigues; Gilton Cavalcanti Ribeiro; Gregório Jales Rosado; Guilherme Azevedo Soares Giorgi; Herbert de Souza Vieira; Herbert de Souza Vieira Júnior; Jerônimo Edmur de Góis Rosado Filho; José Joaquim dos Santos; Luciano Praxedes Fernandes Gomes; Lucivan Praxedes Gomes; Luiz Guilherme Santiago; Marcelo Roberto Giorgi Monteiro; Marco Antônio Soares Alves; Marcos Antônio de Almeida Rosado Costa; Marcos Roberto Alves; Mauro de Carvalho Calistrato; Narciso Francisco Ferreira Souto Filho; Pedro William Nepomuceno; Renato Fernandes da Silva; Rodrigo Fernandes Freire Mariz; Ronaldo dos Santos Silva e William Schwartz

Advogados: Ana Mallard Velloso, Ângelo Augusto Costa Delgado, Anne Caroline Gomes de Andrade, Barbara Rosemberg, Marcos Exposto, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Camila Castanho Girardi, Carlos Francisco de Magalhães, Daniel Victor da Silva Ferreira, Danúbia Souto Santos, José William Nepomuceno Fernandes de Almeida, Breno Alexandre Chaves Ferreira, Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Francisco Bartholomeo Tomás Lima de Freitas, Evans Carlos Fernandes de Araújo, Enrico Spini Romanielo, Fábio Nusdeo, Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros, Esequias Pegado Cortez Neto, Francisco Marcos de Araújo, Frederico Hipólito Rocha de Miranda, Gabriel Nogueira Dias, Gleydson Kleber Lopes de Oliveira, Cleverson Marinho Teixeira, Cleilton César Fernandes Nunes, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Karina Ferreira de Souza, Guilherme Forbes, Guilherme Tepedino Hernandez, Henrique Bonjardim Filizzola, Igor Oliveira Campos, Jefferson Freire de Lima, Jenise Castro de Carvalho, Jonas Modesto da Cruz, José de Oliveira Barreto Júnior, José de Ribamar de Aguiar, José Luiz Carlos de Lima, José Naerton Soares Neri, José Ribamar de Aguiar, José Ricardo Leite de Aguiar, José Tarcísio Jerônimo, Lailson Emanoel Ramalho de Figueiredo, Livio de Vivo, Marcelo Roberto Ribeiro de Carvalho, Marcelo de Souza Teixeira, Marcelo Rocha Cortez, Marcelo Scaff Padilha, Marcos Exposto, Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos, Maria Helena Bezerra Cortez, Patrícia de Andrade Atherino Veiga, Raquel Bezerra Cândido Amaral Leitão, Renato Parreira Stetner, Rodrigo Fonseca Alves de Andrade, Roger Alexandre Pereira de Lima, Samya Gabryella Lopes de Araújo, Tayana Santos Jerônimo, Telles Santos Jerônimo, Thomaz de Oliveira Pinheiro, Schermann Chrystie, Michell Franklin de Souza Figueredo, Luiz Carlos Batista Filho, Manoel Ivonilton de Paiva, Antonio Frederico Carlos, Gabriel Conrado Pereira, Symone Mendes de Araújo Alves, Ana Malard Velloso e outros

Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

O Representante do Ministério Público Federal Junto ao Cade Márcio Barra Lima esteve ausente na ocasião do voto.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, deu parcial provimento aos embargos de declaração opostos por Marco Antônio Soares Alves, Jerônimo Edmur Góis Rosado Filho, Refinaria Nacional do Sal, Norte Salineira S.A. Indústria e Comércio - NORSAL, Socel Sociedade Oeste Ltda., nos termos do voto do Conselheiro Relator. O Plenário, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e, no mérito, negou provimento aos recursos opostos por Servsal do Nordeste Comércio e Representações Ltda., Romani S/A Indústria e Comércio de Sal, Francisco Fereira Souto Filho, Guilherme Azevedo Soares Giorgi, Sindicato da Indústria da Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte, Pedro William Nepomuceno, Henrique Lage Salineira e Edvaldo Fagundes de Albuquerque, Refimosal - Refinação e Moagem de Sal Santa Helena Ltda, União Refinaria Nacional De Sal e Carlos Alberto Alves de Lima, Umari Salineira Ltda., André Diógenes de Carvalho Rosado e de Fernando Antônio Burlamaqui Rosado, Marcelo Roberto Giorgi Monteiro; Luiz Guilherme Santiago; William Schwartz; e Carlos Frederico Neves; em conjunto com Marcelo Monteiro, Luiz Santiago e William Schwart, F. Souto Indústria e Comércio de Sal S/A, Narciso Ferreira Souto Filho e Antônio José da Silva Veras, Gregório Jales Rosado, Frediano Jales Rosado, Simorsal, Ciasal, Reprasal, Francisco Humberto Capparelli Virgílio, Luciano Praxedes Fernandes Gomes, Lucivan Praxedes Gomes, Marcos Roberto Alves, Duilo Cezar Pessoa de Oliveira, Associação Brasileira de Extratores e Refinadores de Sal (ABERSAL), nos termos do voto do Conselheiro Relator.

7. Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.000631/2017-08

Representante: Cade ex officio

Representadas: Rede D'Or São Luiz S.A. e GGSH Participações S.A.

Advogados: Marcos Exposto, Isadora Postal Telli e outros

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Decisão: O Plenário, por unanimidade, reconheceu a ocorrência da infração prevista no artigo 88, §3º da Lei nº 12.529/2011 e homologou a proposta de Acordo em Controle de Concentrações, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

8. Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.003319/2018-49

Representante: Cade ex officio

Representadas: Expresso Guanabara S.A. e Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S.A.

Advogados: Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Victor Santos Rufino, Eduardo Molan Gaban e Natali de Vicente Santos.

Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, reconheceu a ocorrência da infração prevista no artigo 88, §3º da Lei nº 12.529/2011 e homologou a proposta de Acordo em Controle de Concentrações, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

9. Requerimento nº 08700.005193/2017-66

Requerente: Nakata Automotiva S.A. - Affinia Automotive Ltda

Advogado: Eduardo Caminati Anders, Gabriela Egreja Papa e outros

Decisão: O Plenário, por maioria, homologou a proposta de compromisso de cessação de conduta, nos termos do Despacho da Presidência nº 167/2018. Vencidos o Conselheiro João Paulo de Resende e a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt que votaram pela não homologação.

10. Requerimento nº 08700.005312/2017-81

Requerente: Sofape Fabricantes de Filtros Ltda. ("Sofape")

Advogado: Aurélio Marchini Santos, Patrícia Serson Deluca e outros

Decisão: O Plenário, por maioria, homologou a proposta de compromisso de cessação de conduta, nos termos do Despacho da Presidência nº 167/2018. Vencidos o Conselheiro João Paulo de Resende e a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt que votaram pela não homologação.

11. Requerimento nº 08700.005693/2017-06

Requerente: Robert Bosch Ltda. ("Bosch")

Advogado: José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello e Clarissa y Amoedo de Velloso Passarinho

Decisão: O Plenário, por maioria, homologou a proposta de compromisso de cessação de conduta, nos termos do Despacho da Presidência nº 167/2018. Vencidos o Conselheiro João Paulo de Resende e a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt que votaram pela não homologação.

12. Requerimento nº 08700.007604/2017-58

Requerente: Wagner Roberto Moreira de Brito

Advogado: Felipe Lima Marques e Rafael Alves Gomes de Brito

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Impedida a Conselheira Paula Azevedo.

Decisão: O Plenário, por maioria, homologou a proposta de compromisso de cessação de conduta, nos termos do voto vogal do Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia. Vencidos a Conselheira Relatora.

15. Embargos de declaração no Processo Administrativo nº 08012.009566/2010-50

Representante: Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos - CAP

Representados: Sindicon - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Contêineres do Litoral Paulista, Sindisan - Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga no Litoral Paulista, Sindicam - Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista, José Luiz Ribeiro Gonçalves, Davi Santos de Lima, Marcelo Marques da Rocha e José Nilton Lima de Oliveira

Advogados: Celestino Venâncio Ramos, Guilherme Sousa Bernardes, Luiz Eduardo Carvalho dos Anjos, Roberto Antonio Ferreira, Thassya Andressa Prado, Ana Cristina Vasconcelos Soares e Fabiano Fernandes Simões Pinto

Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e, no mérito, negou-lhes provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

REFERENDOS

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário:

Despachos PRES nºs 165/2018 (Processo nº 08700.000826/2018-21), 166/2018 (AC nº 08700.000166/2018-88) e 171/2018 (Processo nº 08700.002926/2018-91) apresentados pelo Presidente Alexandre Barreto de Souza. Impedida a Conselheira Paula Azevedo no processo 08700.002926/2018-91.

Ofício JPR nº 3618/2018 (acesso restrito) (AC nº 08700.002276/2018-84), apresentado pelo Conselheiro João Paulo de Resende.

Ofícios CAJS nºs 3206/2018, 3211/2018, 3212/2018 (PA nº 08700.001859/2010-31) e Despachos 13/2018 (PA nº 08012.000758/2003-71), 14/2018 (08700.001859/2010-31), 17/2018 (acesso restrito), 18/2018 (acesso restrito) e 19/2018 (acesso restrito), apresentados pela Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. Impedida a Conselheira Paula Azevedo nos Despachos 17/2018, 18/2018 e 19/2018.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 18:52h do dia 08 de agosto de 2018, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 144 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 e 15, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta na Coordenação Geral Processual.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Cade

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que a correta grafia do nome da genitora de AKRAM ALI HAMDALLAH DARWISH AHMAD, incluído na Portaria Naturalização nº 149, de 06 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2018, é Nahed Jamil Mohammad Abu Shamieh e não como constou. Processo nº 08505.046548/2017-83 declara que a correta grafia do nome da genitora de AYSHAH ABDULMAJED REBHI OTHMAN, incluída na Portaria Naturalização nº 16, de 09 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2018, é Eman Samih Jumah Abdelqader e não como constou. Processo nº 08441.002101/2017-94

CERTIFICA que, CONCEIÇÃO DA NATIVIDADE PONTES, incluída na Portaria n.º 239 GB, de 01 de setembro de 1971, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 1971, passou assinar CONCEIÇÃO DA NATIVIDADE PONTES FIGUEIREDO, por haver contraído matrimônio com ANTONIO CARDOSO FIGUEIREDO, em 15 de janeiro de 1972, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 36º Subdistrito Vila Maria, da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, livro B-0071, fls. 08, sob número 000027565. Processo nº 08000.025679/2018-99 declara que o nome exato da genitora de PAULA BERENICE BRANDAN, incluída na presente Portaria de Naturalização nº 1227, de 19 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2003, é MARIA JULIA RODRIGUEZ DE BRANDAN, e não conforme constou. Processo nº 08000.022691/2018-41

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DEFIRO o pedido de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9.199 de 20/11/2017. Processo nº 08387.001565/2014-32 - LUIS MARTINEZ ARPA e LUCCA KLEINERTZ

DEFIRO os pedidos de transformação da residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/ 2009, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.041588/2018-10 - JINGMIAO HU

Processo nº 08505.021778/2018-11 - ZAIFEI ZHANG

DEFIRO o presente pedido de renovação da autorização de residência, até 12/03/2019, nos termos do art. 146, § 3°, do Decreto 9.199/17 c/c o art. 9° da Portaria Interministerial n° 7, de 13 de março de 2018.

Processo nº 08460.017739/2017-00 - GIULIANA VIOLETA VASQUEZ VARAS

DEFIRO o presente pedido de concessão inicial de autorização de residência para fins de estudo, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17. Processo nº 08212.000920/2017-09 - DEEPAK SEHGAL

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 01/06/2018, Seção 1, pág. 78, e DEFERIR o pedido de autorização de residência, a título de reunião familiar, por prazo indeterminado, nos termos do art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 08460.014522/2017-30 - RUTH PATRICE SPROLES

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 06/05/2016, Seção 1, pág. 86, e DEFERIR o pedido de autorização de residência, a título de reunião familiar, por prazo indeterminado, nos termos do art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser notificado, considerando o disposto no art. 176, § 1º, do Decreto em referência.

Processo nº 08505.051128/2015-57 - CHRISTOPHER IZEBKHALE

À vista dos novos elementos constantes dos autos, e considerando ainda que o presente pedido foi protocolado sob a vigência da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, e que todos as condições ali previstas foram observadas, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 18/06/2018, Seção 1, pág. 74, e DEFERIR o pedido de autorização de residência, por prazo indeterminado, nos termos do art. 156, inciso III, § 2°, do Decreto 9.199/17. Processo nº 08107.001817/2017-75 - MURAD AL YOUNES

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumpriu a exigência formulada por esta Divisão.

Processo nº 08505.067270/2017-88 - FATIHA EL MOHAMMADI

Processo nº 08460.017841/2017-05 - CHRISTIAN BOMONO PEMBELE

Processo nº 08460.017799/2017-14 - LUZOLO RUTH AFONSECA DOS SANTOS

Processo nº 08505.066633/2017-68 - FESTUS CHINEDU EZEUNARA

Processo nº 08505.068709/2017-90 - KINFUTI NKUNKU PEDRO

Processo nº 08000.059017/2017-31 - THEO LEONARDO MULIKA

Processo nº 08354.001747/2017-33 - MARCO ANGELLO PERONA HERNANDEZ

Processo nº 08000.017308/2017-52 - PITSHOU TAZI DIABANZA

Processo nº 08460.022858/2014-23 - VICTOR WALTER TORRES

Processo nº 08460.023087/2014-91 - ADAM CHARLES RILEY

Processo nº 08505.033424/2017-38 - MOHAMMAD QASIM AFSHAR

Processo nº 08505.031019/2017-85 - MACLONE JOACHIM

Processo nº 08000.070483/2017-78 - AMIN MOUSAVI KHANEGHAH

Determino o arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei 9.784/99, tendo em vista que o estrangeiro é detentor do registro de autorização de residência, por prazo indeterminado, como refugiado, nos termos do art. 156, inciso III, § 2°, do Decreto 9.199/17, não sendo assim necessária a formulação de um novo pedido de regularização migratória com o mesmo fundamento.

Processo nº 08508.005831/2018-14 - BASHAR FRZLY

Tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial n° 3, de 27/02/2018, que trata sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, determino o ARQUIVAMENTO do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de regularização migratória, a título de Estudo, perante a Polícia Federal, devendo fazer prova da data do protocolo do requerimento inicial. Processo nº 08000.029891/2018-25 - JONATHAN MATIAS PALMA OLATE

Considerando o disposto no art. 127, §1°, inciso I, do Decreto 9.199/17, e considerando ainda a impossibilidade de remessa do presente requerimento, com fulcro no art. 5°, § 3°, do Decreto 9.094/15, DETERMINO o arquivamento do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de autorização de residência, a título de pesquisador, perante o Ministério do Trabalho, via sistema MIGRANTEWEB, devendo fazer prova da data do protocolo do requerimento inicial.

Processo nº 08000.028362/2018-12 - ANA RAQUEL DOS SANTOS FIGUEIREDO

Considerando o disposto no art. 127, §1°, inciso V, do Decreto 9.199/17, e considerando ainda a impossibilidade de remessa do presente requerimento, com fulcro no art. 5°, § 3°, do Decreto 9.094/15, DETERMINO o arquivamento do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de autorização de residência, a título de atividade religiosa, perante o Ministério do Trabalho, via sistema MIGRANTEWEB, devendo fazer prova da data do protocolo do requerimento inicial. Processo nº 08000.014730/2018-37 - MARIA GABRIELLA TURRIN

Tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial n° 3, de 27/02/2018, que trata sobre os procedimentos em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, determino o ARQUIVAMENTO do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de regularização migratória, a título de reunião familiar, perante a Polícia Federal, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no requerimento inicial.

Processo nº 08000.025653/2018-41 - MINGUANG QIU

Considerando que o interessado efetuou registro posterior ao presente pedido, com amparo nas Rns 20/17 E 24/18 do Cnig, conforme consulta realizada no Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros - SINCRE (6881053), o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional, determino o ARQUIVAMENTO do processo, nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99.

Processo nº 08000.000440/2018-14 - RIZIKI THOMAS MBWIGA

Considerando que o interessado efetuou registro posterior ao presente pedido com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional, determino o arquivamento do feito nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99.

Processo nº 08400.015200/2017-12 - JORGE LUIS RODAS ARAQUE

MARTHA PACHECO BRA
Chefe

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 12/07/2018, Seção 1, pág. 338.

Onde se lê - DEFIRO o presente pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017. Outrossim, encaminhem-se os autos a Polícia Federal para verificar a possibilidade de instauração de inquérito, tendo em vista a constatação de declaração falsa, assinada pelo interessado, referente aos seus antecedentes criminais. Processo nº 08420.007091/2017-21 - STEVEN SURIANI

Leia-se - DEFIRO o presente pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017. Processo nº 08420.007091/2017-21 - STEVEN SURIANI

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.267, DE 27 DE JULHO DE 2018

Autoriza o repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, referente ao incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde ao Hospital Federal que compõe a Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar de Interesse Nacional (REVEH), gerenciada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), constante do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);

Considerando o Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, que aprova o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de, repasse regular, e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria n° 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.074/GM/MS, de 17 de julho de 2018, que habilita os entes federativos ao recebimento de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, referente ao incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, constante do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde.

Art.1º Fica autorizado o repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, referente ao incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde ao Hospital Federal que compõe a Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar de Interesse Nacional (REVEH), gerenciada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), constante do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão destinados ao Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, disposto no Anexo a esta Portaria, os quais serão repassados mensalmente para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sede em Brasília, conforme os valores definidos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º As ações de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH) terão por objetivo detectar, de modo oportuno, as doenças transmissíveis e os agravos de importância nacional ou internacional, bem como a alteração do padrão epidemiológico em regiões estratégicas do país, desenvolvida em estabelecimentos de saúde hospitalares, que atuarão como unidades sentinelas para a Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar de Interesse Nacional (REVEH).

Art. 3º A definição dos critérios, financiamento, monitoramento e avaliação dos hospitais que compõem a REVEH estão estabelecidos nos arts. 520 a 526 da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para o hospital federal correspondente.

Art. 5º Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL.0001 - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2018.

GILBERTO OCCH, ANEXO

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	ENTIDADE	UNIDADE GESTORA	GESTÃO FAVORECIDA	DESTINATÁRIO	VALOR MENSAL (RS)
DF	BRASÍLIA	15.126.437/0001-43	EBSERH - BRASÍLIA	155007	26443	VEH - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN - HU	5.000,00
TOTAL							5.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.369, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Divulga o resultado da Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) de 2017 e os valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Programa.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 2.510/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2017, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas, resolve:

Art. 1º Fica divulgado o resultado da Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) de 2017 e os valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Programa.

Art. 2º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais aos Fundos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, em parcela única, relativo ao incentivo financeiro do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), no ano de 2018, totalizando o montante de R$ 204.647.661,97 (duzentos e quatro milhões, seiscentos e quarenta e sete mil seiscentos e sessenta e um reais e noventa e sete centavos) de acordo com os Anexos I, II e III.

Parágrafo único. Os valores destinados aos Fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios foram definidos em conformidade aos valores estabelecidos na Portaria nº 2.510/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º O Distrito Federal foi avaliado conforme o critério estabelecido no inciso V do artigo 478 da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e seu resultado está apresentado no Anexo II.

Art. 4º O ente federativo beneficiado, constante desta Portaria, que esteja com o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), não fará jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no § 2º do art. 453 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 6º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos relativos ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de vigilância em saúde.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO I

UF	Municípios Aderidos	Percentual de Municípios aderidos com metas alcançadas	Valor (R$)
AC	22	80% alcançaram 90% das metas	288.956,02
AL	102	90% alcançaram 50% das metas	338.070,24
AM	62	80% alcançaram 90% das metas	1.659.030,69
AP	16	90% alcançaram 50% das metas	102.608,67
BA	416	90% alcançaram 50% das metas	1.979.513,53
CE	184	80% alcançaram 90% das metas	1.870.221,08
ES	78	90% alcançaram 70% das metas	730.679,60
GO	246	80% alcançaram 90% das metas	1.074.196,57
MA	217	90% alcançaram 50% das metas	1.383.440,37
MG	853	80% alcançaram 90% das metas	5.536.239,49
MS	79	80% alcançaram 90% das metas	575.692,28
MT	141	80% alcançaram 90% das metas	1.236.307,93
PA	144	90% alcançaram 50% das metas	842.912,82
PB	223	90% alcançaram 50% das metas	739.779,58
PE	184	80% alcançaram 90% das metas	3.169.826,39
PI	217	90% alcançaram 50% das metas	377.169,60
PR	399	80% alcançaram 90% das metas	1.879.599,84
RJ	92	90% alcançaram 50% das metas	1.684.636,38
RN	167	90% alcançaram 30% das metas	228.839,48
RO	52	80% alcançaram 90% das metas	571.484,10
RR	15	90% alcançaram 50% das metas	58.845,67
RS	497	90% alcançaram 70% das metas	1.237.501,57
SC	281	80% alcançaram 90% das metas	939.765,31
SE	75	90% alcançaram 50% das metas	340.728,73
SP	645	90% alcançaram 70% das metas	4.895.240,73
TO	139	80% alcançaram 90% das metas	735.946,29
Total			34.477.232,9, ANEXO II

UF	IBGE	População 2017	Nº de Metas Alcançadas	Valor (R$)
DF	530000	3.039.444	4	986.465,0, ANEXO III

UF	IBGE	Município	População 2017	Nº de Metas Alcançadas	Valor (R$)
AC	120001	Acrelândia	14.366	8	25.887,53
AC	120005	Assis Brasil	6.986	7	13.273,40
AC	120010	Brasiléia	24.765	10	44.626,53
AC	120013	Bujari	9.664	7	19.579,26
AC	120017	Capixaba	11.136	6	18.060,36
AC	120020	Cruzeiro do Sul	82.622	9	158.138,51
AC	120025	Epitaciolândia	17.340	8	33.188,76
AC	120030	Feijó	32.360	8	62.319,84
AC	120032	Jordão	7.858	7	16.816,12
AC	120033	Mâncio Lima	17.910	8	38.327,40
AC	120034	Manoel Urbano	8.886	7	19.016,04
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	17.897	2	9.574,90
AC	120038	Plácido de Castro	18.510	8	37.501,26
AC	120039	Porto Walter	11.353	7	24.295,42

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AC	120040	Rio Branco	383.443	8	552.771,43
AC	120042	Rodrigues Alves	17.945	5	27.267,43
AC	120043	Santa Rosa do Purus	6.230	7	14.029,96
AC	120045	Senador Guiomard	21.552	6	37.125,48
AC	120050	Sena Madureira	43.139	9	82.568,05
AC	120060	Tarauacá	40.024	7	72.979,76
AC	120070	Xapuri	18.174	7	36.820,52
AC	120080	Porto Acre	17.459	10	31.461,12
AL	270010	Água Branca	20.467	6	20.257,04
AL	270020	Anadia	17.818	3	7.723,46
AL	270030	Arapiraca	234.185	7	183.478,46
AL	270040	Atalaia	47.744	7	44.804,59
AL	270050	Barra de Santo Antônio	16.064	5	16.512,81
AL	270060	Barra de São Miguel	8.401	8	11.652,86
AL	270070	Batalha	18.757	9	19.887,21
AL	270080	Belém	4.453	3	2.868,61
AL	270090	Belo Monte	6.797	3	3.956,92
AL	270100	Boca da Mata	27.590	6	26.396,51
AL	270110	Branquinha	10.675	5	9.217,01
AL	270120	Cacimbinhas	10.897	7	11.933,59
AL	270130	Cajueiro	21.526	9	22.438,41
AL	270135	Campestre	7.024	6	7.695,54
AL	270140	Campo Alegre	57.548	8	52.740,51
AL	270150	Campo Grande	9.692	3	5.363,09
AL	270160	Canapi	17.983	6	17.871,04
AL	270170	Capela	17.354	8	18.723,80
AL	270180	Carneiros	9.155	8	10.137,30
AL	270190	Chã Preta	7.427	8	8.262,70
AL	270200	Coité do Nóia	10.888	6	11.317,24
AL	270210	Colônia Leopoldina	21.926	8	22.862,85
AL	270220	Coqueiro Seco	5.918	8	8.599,13
AL	270230	Coruripe	57.498	10	61.789,54
AL	270235	Craíbas	24.510	6	23.760,90
AL	270240	Delmiro Gouveia	52.597	8	50.066,11
AL	270250	Dois Riachos	11.214	7	12.248,71
AL	270255	Estrela de Alagoas	18.435	5	15.221,83
AL	270260	Feira Grande	22.481	6	21.996,90
AL	270270	Feliz Deserto	4.806	5	4.920,90
AL	270280	Flexeiras	12.966	9	13.880,28
AL	270290	Girau do Ponciano	41.279	6	34.829,61
AL	270300	Ibateguara	15.840	7	16.970,94
AL	270310	Igaci	26.022	5	21.028,30
AL	270320	Igreja Nova	24.793	5	19.857,51
AL	270330	Inhapi	18.652	8	20.435,46
AL	270340	Jacaré dos Homens	5.356	5	5.828,38
AL	270350	Jacuípe	7.135	6	7.894,09
AL	270360	Japaratinga	8.453	7	10.456,63
AL	270370	Jaramataia	5.676	7	6.689,65
AL	270375	Jequiá da Praia	11.782	9	13.186,71
AL	270380	Joaquim Gomes	24.280	4	14.167,56
AL	270390	Jundiá	4.231	6	4.973,73
AL	270400	Junqueiro	25.093	9	27.460,74
AL	270410	Lagoa da Canoa	18.175	7	20.294,31
AL	270420	Limoeiro de Anadia	28.953	5	23.074,59
AL	270430	Maceió	1.029.129	3	402.398,71
AL	270440	Major Isidoro	20.200	8	21.861,51
AL	270450	Maragogi	32.940	7	37.207,38
AL	270460	Maravilha	9.418	5	12.699,92
AL	270470	Marechal Deodoro	52.260	7	48.592,26
AL	270480	Maribondo	13.514	3	6.118,88
AL	270490	Mar Vermelho	3.579	5	4.492,19
AL	270500	Mata Grande	25.589	9	27.776,36
AL	270510	Matriz de Camaragibe	25.012	7	25.862,55
AL	270520	Messias	17.988	7	25.116,82
AL	270530	Minador do Negrão	5.413	4	4.348,94
AL	270540	Monteirópolis	7.260	5	7.372,99
AL	270550	Murici	28.579	7	29.525,80
AL	270560	Novo Lino	12.821	5	10.367,84
AL	270570	Olho d'Água das Flores	21.767	5	17.160,79
AL	270580	Olho d'Água do Casado	9.459	5	9.481,29
AL	270590	Olho d'Água Grande	5.195	4	4.232,76
AL	270600	Olivença	11.772	8	12.922,23
AL	270610	Ouro Branco	11.635	6	11.359,07

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270620	Palestina	5.066	6	5.996,15
AL	270630	Palmeira dos Índios	74.208	5	39.848,81
AL	270640	Pão de Açúcar	24.792	8	26.782,93
AL	270642	Pariconha	10.684	6	11.524,37
AL	270644	Paripueira	13.252	9	19.187,28
AL	270650	Passo de Camaragibe	15.461	6	15.026,83
AL	270660	Paulo Jacinto	7.679	9	8.523,64
AL	270670	Penedo	64.497	8	62.522,92
AL	270680	Piaçabuçu	18.074	9	19.741,50
AL	270690	Pilar	35.552	10	47.587,04
AL	270700	Pindoba	2.953	6	3.623,90
AL	270710	Piranhas	25.298	9	26.810,35
AL	270720	Poço das Trincheiras	14.575	8	16.350,97
AL	270730	Porto Calvo	27.501	8	28.621,33
AL	270740	Porto de Pedras	7.965	7	10.697,63
AL	270750	Porto Real do Colégio	20.327	6	20.146,96
AL	270760	Quebrangulo	11.496	7	12.806,69
AL	270770	Rio Largo	76.019	6	61.022,37
AL	270780	Roteiro	6.774	5	6.815,06
AL	270790	Santa Luzia do Norte	7.386	7	11.078,61
AL	270800	Santana do Ipanema	48.232	11	52.681,81
AL	270810	Santana do Mundaú	10.899	6	11.062,12
AL	270820	São Brás	7.058	7	7.918,62
AL	270830	São José da Laje	24.226	9	25.253,36
AL	270840	São José da Tapera	32.626	10	34.889,39
AL	270850	São Luís do Quitunde	34.961	7	32.464,65
AL	270860	São Miguel dos Campos	61.827	9	63.997,49
AL	270870	São Miguel dos Milagres	8.022	6	9.939,66
AL	270880	São Sebastião	34.551	4	18.484,64
AL	270890	Satuba	13.949	9	22.695,91
AL	270895	Senador Rui Palmeira	14.036	8	15.540,68
AL	270900	Tanque d'Arca	6.270	3	3.628,48
AL	270910	Taquarana	20.205	8	21.995,69
AL	270915	Teotônio Vilela	44.666	12	48.509,96
AL	270920	Traipu	28.070	4	16.621,41
AL	270930	União dos Palmares	66.477	5	34.600,43
AL	270940	Viçosa	26.143	8	27.518,12
AM	130002	Alvarães	15.908	9	50.272,89
AM	130006	Amaturá	11.242	8	19.513,37
AM	130008	Anamã	12.978	5	15.369,63
AM	130010	Anori	20.196	7	28.153,22
AM	130014	Apuí	21.406	8	65.378,39
AM	130020	Atalaia do Norte	19.054	7	63.387,39
AM	130030	Autazes	38.454	9	81.263,17
AM	130040	Barcelos	27.743	8	86.582,43
AM	130050	Barreirinha	31.542	7	39.572,59
AM	130060	Benjamin Constant	41.329	6	46.090,10
AM	130063	Beruri	18.978	7	26.471,83
AM	130068	Boa Vista do Ramos	18.483	10	25.765,30
AM	130070	Boca do Acre	34.176	6	52.064,53
AM	130080	Borba	40.464	11	89.238,81
AM	130083	Caapiranga	12.820	8	19.281,60
AM	130090	Canutama	15.490	7	31.621,14
AM	130100	Carauari	28.337	6	35.551,60
AM	130110	Careiro	37.399	9	105.039,76
AM	130115	Careiro da Várzea	29.190	8	54.235,02
AM	130120	Coari	84.762	7	120.248,86
AM	130130	Codajás	27.817	7	38.776,90
AM	130140	Eirunepé	34.888	9	48.633,87
AM	130150	Envira	19.492	8	27.171,85
AM	130160	Fonte Boa	19.669	8	49.915,56
AM	130165	Guajará	16.339	7	22.776,57
AM	130170	Humaitá	53.383	9	163.058,39
AM	130180	Ipixuna	28.299	4	21.696,84
AM	130185	Iranduba	47.407	9	134.166,06
AM	130190	Itacoatiara	99.854	9	185.537,70
AM	130195	Itamarati	8.128	4	15.399,05
AM	130200	Itapiranga	9.125	6	18.582,29
AM	130210	Japurá	4.205	6	39.163,65
AM	130220	Juruá	13.956	8	24.634,82
AM	130230	Jutaí	15.824	6	50.132,49
AM	130240	Lábrea	44.861	9	64.836,56
AM	130250	Manacapuru	96.460	5	98.482,75

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	130255	Manaquiri	30.222	7	38.199,14
AM	130260	Manaus	2.130.264	8	3.166.424,41
AM	130270	Manicoré	54.708	6	45.757,77
AM	130280	Maraã	18.531	7	26.712,96
AM	130290	Maués	62.212	8	78.051,18
AM	130300	Nhamundá	20.902	6	26.223,65
AM	130310	Nova Olinda do Norte	36.431	10	50.784,81
AM	130320	Novo Airão	18.586	7	45.280,31
AM	130330	Novo Aripuanã	25.112	10	47.130,14
AM	130340	Parintins	113.832	7	111.077,27
AM	130350	Pauini	19.597	6	32.464,70
AM	130353	Presidente Figueiredo	34.574	9	115.657,34
AM	130356	Rio Preto da Eva	32.001	7	103.261,35
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	23.765	8	64.215,60
AM	130370	Santo Antônio do Içá	23.075	3	13.878,66
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	44.553	5	53.973,90
AM	130390	São Paulo de Olivença	38.047	7	47.733,77
AM	130395	São Sebastião do Uatumã	13.421	6	18.267,17
AM	130400	Silves	9.211	7	18.327,12
AM	130406	Tabatinga	63.635	8	79.836,47
AM	130410	Tapauá	17.930	8	46.659,48
AM	130420	Tefé	62.021	13	89.064,25
AM	130423	Tonantins	18.782	8	26.182,11
AM	130426	Uarini	13.428	7	18.805,17
AM	130430	Urucará	16.968	6	27.585,45
AM	130440	Urucurituba	22.148	9	30.874,31
AP	160005	Serra do Navio	5.111	7	32.099,67
AP	160010	Amapá	8.757	8	20.542,45
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	15.125	6	65.936,37
AP	160020	Calçoene	10.525	9	34.167,03
AP	160021	Cutias	5.637	10	12.590,76
AP	160023	Ferreira Gomes	7.270	3	8.050,19
AP	160025	Itaubal	5.172	7	13.333,29
AP	160027	Laranjal do Jari	47.554	10	98.255,01
AP	160030	Macapá	474.706	7	580.572,80
AP	160040	Mazagão	20.387	4	46.015,67
AP	160050	Oiapoque	25.514	5	88.207,26
AP	160053	Porto Grande	20.611	6	56.094,65
AP	160055	Pracuúba	4.779	3	6.882,39
AP	160060	Santana	115.471	7	142.596,87
AP	160070	Tartarugalzinho	16.112	9	52.476,58
AP	160080	Vitória do Jari	14.991	10	23.528,69
BA	290010	Abaíra	9.199	5	9.150,57
BA	290020	Abaré	20.189	8	22.207,90
BA	290030	Acajutiba	15.727	6	15.569,73
BA	290035	Adustina	17.349	5	14.312,93
BA	290040	Água Fria	17.508	6	17.332,92
BA	290050	Érico Cardoso	11.212	6	11.393,91
BA	290060	Aiquara	4.725	8	5.672,52
BA	290070	Alagoinhas	155.979	7	120.103,83
BA	290080	Alcobaça	23.376	6	23.142,24
BA	290090	Almadina	5.985	4	4.871,79
BA	290100	Amargosa	38.259	9	42.084,90
BA	290110	Amélia Rodrigues	26.409	6	26.212,23
BA	290115	América Dourada	16.798	8	18.615,30
BA	290120	Anagé	19.568	7	26.606,99
BA	290130	Andaraí	13.737	9	16.236,62
BA	290135	Andorinha	15.490	5	12.904,53
BA	290140	Angical	14.690	4	8.931,01
BA	290150	Anguera	11.481	6	11.366,19
BA	290160	Antas	19.569	5	16.144,43
BA	290170	Antônio Cardoso	12.208	8	13.447,50
BA	290180	Antônio Gonçalves	12.072	6	12.065,13
BA	290190	Aporá	18.334	6	18.954,54
BA	290195	Apuarema	7.730	7	8.574,50
BA	290200	Aracatu	13.962	6	14.089,68
BA	290205	Araças	12.608	7	13.868,80
BA	290210	Araci	55.935	7	43.404,90
BA	290220	Aramari	11.703	4	7.080,32
BA	290225	Arataca	11.661	5	9.753,15
BA	290230	Aratuípe	9.171	6	10.134,64
BA	290240	Aurelino Leal	12.706	7	14.877,50
BA	290250	Baianópolis	14.323	4	8.665,42
BA	290260	Baixa Grande	21.403	7	23.543,30
BA	290265	Banzaê	13.765	7	15.141,50
BA	290270	Barra	54.915	7	42.284,55
BA	290280	Barra da Estiva	22.082	6	22.340,34
BA	290290	Barra do Choça	34.121	9	39.123,70
BA	290300	Barra do Mendes	14.560	8	16.190,21
BA	290310	Barra do Rocha	6.258	5	6.452,82

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290320	Barreiras	157.638	8	138.721,44
BA	290323	Barro Alto	15.217	8	16.914,70
BA	290327	Barrocas	16.296	4	9.859,08
BA	290330	Barro Preto	6.251	7	7.443,70
BA	290340	Belmonte	24.013	7	26.414,30
BA	290350	Belo Campo	18.247	7	20.392,90
BA	290360	Biritinga	16.653	6	16.486,47
BA	290370	Boa Nova	14.069	6	14.989,59
BA	290380	Boa Vista do Tupim	19.502	6	19.544,98
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	70.618	7	54.375,86
BA	290395	Bom Jesus da Serra	10.477	9	11.708,40
BA	290400	Boninal	14.760	5	12.388,77
BA	290405	Bonito	17.131	8	18.844,10
BA	290410	Boquira	22.464	6	22.239,36
BA	290420	Botuporã	10.898	6	11.050,38
BA	290430	Brejões	15.122	7	16.791,50
BA	290440	Brejolândia	10.833	4	6.990,27
BA	290450	Brotas de Macaúbas	10.974	7	12.431,10
BA	290460	Brumado	69.677	9	76.644,70
BA	290470	Buerarema	19.256	6	19.578,33
BA	290475	Buritirama	21.786	8	23.964,60
BA	290480	Caatiba	7.841	4	8.337,56
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	19.312	3	8.497,28
BA	290490	Cachoeira	35.139	3	15.461,16
BA	290500	Caculé	23.817	5	19.649,03
BA	290510	Caém	10.058	6	10.324,71
BA	290515	Caetanos	16.106	3	7.086,64
BA	290520	Caetité	52.853	3	17.441,49
BA	290530	Cafarnaum	19.006	8	20.906,60
BA	290540	Cairu	18.224	7	20.046,40
BA	290550	Caldeirão Grande	13.713	8	15.215,35
BA	290560	Camacan	33.310	8	36.641,00
BA	290570	Camaçari	296.893	5	163.291,15
BA	290580	Camamu	36.644	6	33.033,33
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	30.048	5	21.484,32
BA	290600	Campo Formoso	73.448	6	48.475,68
BA	290610	Canápolis	10.151	5	9.042,12
BA	290620	Canarana	26.862	7	29.548,20
BA	290630	Canavieiras	33.002	5	25.386,17
BA	290640	Candeal	8.837	8	10.057,30
BA	290650	Candeias	89.707	5	49.959,58
BA	290660	Candiba	14.792	5	12.203,40
BA	290670	Cândido Sales	26.674	7	29.762,70
BA	290680	Cansanção	36.191	9	39.810,10
BA	290682	Canudos	17.316	7	19.047,60
BA	290685	Capela do Alto Alegre	12.199	9	13.659,74
BA	290687	Capim Grosso	31.392	8	34.531,20
BA	290689	Caraíbas	9.773	6	11.321,20
BA	290690	Caravelas	22.740	6	22.512,60
BA	290700	Cardeal da Silva	9.544	4	7.505,19
BA	290710	Carinhanha	30.118	10	33.129,80
BA	290720	Casa Nova	73.382	6	48.432,12
BA	290730	Castro Alves	27.238	7	30.014,60
BA	290740	Catolândia	3.669	4	3.276,56
BA	290750	Catu	56.459	7	43.473,43
BA	290755	Caturama	9.764	6	10.740,40
BA	290760	Central	17.969	6	17.958,60
BA	290770	Chorrochó	11.591	5	9.562,58
BA	290780	Cícero Dantas	34.676	5	24.837,92
BA	290790	Cipó	17.739	3	7.805,16
BA	290800	Coaraci	19.022	9	23.083,13
BA	290810	Cocos	19.498	2	5.361,95
BA	290820	Conceição da Feira	23.024	5	18.994,80
BA	290830	Conceição do Almeida	18.229	9	20.508,40
BA	290840	Conceição do Coité	68.303	11	75.133,30
BA	290850	Conceição do Jacuípe	33.876	7	33.537,24
BA	290870	Condeúba	18.191	7	20.194,90
BA	290880	Contendas do Sincorá	4.299	5	4.566,87
BA	290890	Coração de Maria	23.896	7	26.476,39
BA	290900	Cordeiros	8.904	8	9.794,40
BA	290910	Coribe	14.933	8	16.526,40
BA	290920	Coronel João Sá	16.814	5	14.749,32
BA	290930	Correntina	33.361	5	23.853,12
BA	290940	Cotegipe	14.414	6	14.269,86
BA	290950	Cravolândia	5.576	8	6.328,19
BA	290960	Crisópolis	21.835	7	24.018,50
BA	290970	Cristópolis	14.403	6	14.258,97
BA	290980	Cruz das Almas	64.932	6	42.855,12
BA	290990	Curaçá	35.524	7	35.168,76
BA	291000	Dário Meira	11.716	6	12.593,79
BA	291005	Dias d'Ávila	80.657	8	79.850,43
BA	291010	Dom Basílio	12.604	6	12.477,96
BA	291020	Dom Macedo Costa	4.212	7	4.633,20
BA	291030	Elísio Medrado	8.461	6	9.313,73
BA	291040	Encruzilhada	19.376	9	24.725,80
BA	291050	Entre Rios	43.223	7	42.790,77
BA	291060	Esplanada	37.845	7	37.466,55
BA	291070	Euclides da Cunha	61.924	7	47.890,55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291072	Eunápolis	115.290	9	114.137,10
BA	291075	Fátima	18.443	5	15.624,10
BA	291077	Feira da Mata	5.922	5	6.129,72
BA	291080	Feira de Santana	627.477	7	483.157,29
BA	291085	Filadélfia	17.176	9	19.363,30
BA	291090	Firmino Alves	5.822	3	3.202,10
BA	291100	Floresta Azul	11.244	6	11.278,08
BA	291110	Formosa do Rio Preto	25.912	8	28.503,20
BA	291120	Gandu	33.234	7	33.190,47
BA	291125	Gavião	4.725	9	5.236,11
BA	291130	Gentio do Ouro	11.639	5	9.841,06
BA	291140	Glória	15.840	6	15.911,28
BA	291150	Gongogi	7.848	5	8.241,75
BA	291160	Governador Mangabeira	21.495	6	21.280,05
BA	291165	Guajeru	8.081	8	10.666,88
BA	291170	Guanambi	86.808	9	95.488,80
BA	291180	Guaratinga	22.154	7	24.841,30
BA	291185	Heliópolis	13.718	6	13.990,39
BA	291190	Iaçu	25.884	9	30.099,01
BA	291200	Ibiassucê	10.183	4	6.573,93
BA	291210	Ibicaraí	23.529	5	20.290,88
BA	291220	Ibicoara	19.786	9	21.764,60
BA	291230	Ibicuí	16.796	4	10.161,58
BA	291240	Ibipeba	18.678	5	15.409,35
BA	291250	Ibipitanga	15.413	7	16.954,30
BA	291260	Ibiquera	4.214	2	1.705,11
BA	291270	Ibirapitanga	24.293	5	20.041,73
BA	291280	Ibirapuã	8.852	5	8.763,48
BA	291290	Ibirataia	17.221	9	25.396,92
BA	291300	Ibitiara	16.855	6	16.719,59
BA	291310	Ibititá	17.948	6	18.564,48
BA	291320	Ibotirama	27.862	8	30.648,20
BA	291330	Ichu	6.437	6	7.080,70
BA	291340	Igaporã	16.283	2	4.477,83
BA	291345	Igrapiúna	14.187	5	11.969,93
BA	291350	Iguaí	27.939	6	28.549,39
BA	291360	Ilhéus	176.341	4	88.628,33
BA	291370	Inhambupe	40.453	7	40.505,85
BA	291380	Ipecaetá	15.499	6	15.595,47
BA	291390	Ipiaú	47.704	6	41.979,52
BA	291400	Ipirá	62.631	6	41.441,64
BA	291410	Ipupiara	10.157	7	11.172,70
BA	291420	Irajuba	7.521	3	4.152,11
BA	291430	Iramaia	9.901	4	10.800,52
BA	291440	Iraquara	25.536	7	28.282,83
BA	291450	Irará	29.879	9	32.945,00
BA	291460	Irecê	74.483	9	81.931,30
BA	291465	Itabela	31.422	11	34.564,20
BA	291470	Itaberaba	66.806	7	51.440,62
BA	291480	Itabuna	221.046	7	170.205,42
BA	291490	Itacaré	28.382	2	7.805,05
BA	291500	Itaeté	16.586	4	10.034,53
BA	291510	Itagi	13.199	9	14.902,88
BA	291520	Itagibá	15.577	5	13.114,38
BA	291530	Itagimirim	7.291	5	7.345,80
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	14.718	4	8.904,39
BA	291540	Itaju do Colônia	7.218	5	7.431,93
BA	291550	Itajuípe	21.642	9	24.072,40
BA	291560	Itamaraju	67.356	5	37.045,80
BA	291570	Itamari	8.476	5	8.624,07
BA	291580	Itambé	24.901	7	39.783,42
BA	291590	Itanagra	6.730	4	6.186,18
BA	291600	Itanhém	20.501	7	22.808,50
BA	291610	Itaparica	22.866	4	14.859,94
BA	291620	Itapé	9.830	4	8.225,14
BA	291630	Itapebi	10.830	9	12.656,23
BA	291640	Itapetinga	77.533	6	51.171,78
BA	291650	Itapicuru	36.211	8	39.832,10
BA	291660	Itapitanga	10.799	6	10.692,00
BA	291670	Itaquara	8.592	4	6.615,84
BA	291680	Itarantim	20.314	6	20.110,86
BA	291685	Itatim	14.957	7	16.810,88
BA	291690	Itiruçu	13.254	4	9.823,62
BA	291700	Itiúba	37.567	8	42.341,20
BA	291710	Itororó	21.241	8	23.365,10
BA	291720	Ituaçu	19.577	6	19.381,23
BA	291730	Ituberá	29.428	8	32.370,80
BA	291733	Iuiú	11.399	6	11.372,46
BA	291735	Jaborandi	9.056	6	10.358,70
BA	291740	Jacaraci	15.459	8	17.004,90
BA	291750	Jacobina	83.635	7	65.304,47
BA	291760	Jaguaquara	56.033	11	61.636,30
BA	291770	Jaguarari	34.499	7	34.154,01
BA	291780	Jaguaripe	19.036	10	20.939,60
BA	291790	Jandaíra	11.120	7	12.232,00
BA	291800	Jequié	162.209	10	169.761,90
BA	291810	Jeremoabo	41.605	7	41.188,95
BA	291820	Jiquiriçá	15.106	6	14.954,94

BA	291830	Jitaúna	12.692	5	12.656,69
BA	291835	João Dourado	25.646	7	28.210,60
BA	291840	Juazeiro	221.773	8	217.130,30
BA	291845	Jucuruçu	9.924	5	10.298,97
BA	291850	Jussara	16.006	9	17.614,38
BA	291855	Jussari	6.275	9	7.142,30
BA	291860	Jussiape	7.066	8	8.515,10
BA	291870	Lafaiete Coutinho	3.975	7	4.450,60
BA	291875	Lagoa Real	16.029	6	15.868,71
BA	291880	Laje	24.306	8	27.329,31
BA	291890	Lajedão	4.068	9	4.474,80
BA	291900	Lajedinho	4.017	5	4.280,62
BA	291905	Lajedo do Tabocal	8.886	7	9.815,65
BA	291910	Lamarão	9.007	6	13.585,59
BA	291915	Lapão	28.244	8	31.068,40
BA	291920	Lauro de Freitas	197.636	6	130.439,76
BA	291930	Lençóis	11.636	8	12.799,60
BA	291940	Licínio de Almeida	12.969	2	3.566,48
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	46.739	5	33.418,39
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	83.557	3	27.573,81
BA	291960	Macajuba	11.879	5	9.800,18
BA	291970	Macarani	19.110	6	18.918,90
BA	291980	Macaúbas	50.987	6	33.651,42
BA	291990	Macururé	8.266	4	6.481,09
BA	291992	Madre de Deus	21.007	6	20.796,93
BA	291995	Maetinga	4.456	6	7.899,77
BA	292000	Maiquinique	10.274	8	11.301,40
BA	292010	Mairi	19.695	5	16.660,05
BA	292020	Malhada	17.526	7	19.278,60
BA	292030	Malhada de Pedras	8.856	4	6.885,34
BA	292040	Manoel Vitorino	14.251	7	16.079,80
BA	292045	Mansidão	13.959	3	6.141,96
BA	292050	Maracás	23.018	10	36.368,19
BA	292060	Maragogipe	46.260	6	40.708,80
BA	292070	Maraú	21.313	5	17.583,23
BA	292080	Marcionílio Souza	10.931	5	9.096,45
BA	292090	Mascote	14.728	3	7.098,87
BA	292100	Mata de São João	46.998	12	51.697,80
BA	292105	Matina	12.488	4	8.109,67
BA	292110	Medeiros Neto	23.586	9	25.944,60
BA	292120	Miguel Calmon	27.520	8	30.389,70
BA	292130	Milagres	11.585	4	7.608,61
BA	292140	Mirangaba	18.729	3	8.607,39
BA	292145	Mirante	9.578	5	10.167,30
BA	292150	Monte Santo	51.953	6	36.223,44
BA	292160	Morpará	8.950	5	8.897,13
BA	292170	Morro do Chapéu	36.856	9	41.299,52
BA	292180	Mortugaba	12.529	4	8.662,19
BA	292190	Mucugê	9.957	8	15.358,15
BA	292200	Mucuri	42.072	7	41.651,28
BA	292205	Mulungu do Morro	11.988	8	14.682,44
BA	292210	Mundo Novo	27.364	7	30.100,40
BA	292220	Muniz Ferreira	7.678	6	8.682,30
BA	292225	Muquém de São Francisco	11.644	7	12.871,91
BA	292230	Muritiba	30.631	9	33.817,30
BA	292240	Mutuípe	22.998	10	25.504,70
BA	292250	Nazaré	29.546	7	32.500,60
BA	292260	Nilo Peçanha	14.368	8	15.804,80
BA	292265	Nordestina	13.597	8	14.956,70
BA	292270	Nova Canaã	17.141	5	16.298,51
BA	292273	Nova Fátima	8.119	5	8.043,75
BA	292275	Nova Ibiá	6.986	6	7.769,30
BA	292280	Nova Itarana	8.428	5	8.343,72
BA	292285	Nova Redenção	9.500	8	11.027,99
BA	292290	Nova Soure	25.460	7	28.769,56
BA	292300	Nova Viçosa	44.052	5	31.497,18
BA	292303	Novo Horizonte	12.514	4	7.570,97
BA	292305	Novo Triunfo	16.037	5	13.230,53
BA	292310	Olindina	29.227	5	24.112,28
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	22.805	7	25.085,50
BA	292330	Ouriçangas	8.916	4	6.865,32
BA	292335	Ourolândia	18.025	7	19.827,50
BA	292340	Palmas de Monte Alto	22.553	4	13.644,57
BA	292350	Palmeiras	9.250	7	10.237,85
BA	292360	Paramirim	22.286	6	22.063,14
BA	292370	Paratinga	32.967	8	36.263,70
BA	292380	Paripiranga	30.075	7	29.774,25
BA	292390	Pau Brasil	10.673	11	13.177,44
BA	292400	Paulo Afonso	120.706	8	106.221,28
BA	292405	Pé de Serra	14.226	8	15.925,80
BA	292410	Pedrão	7.527	6	8.324,80
BA	292420	Pedro Alexandre	18.209	3	8.011,96
BA	292430	Piatã	18.267	6	18.398,16
BA	292440	Pilão Arcado	35.740	7	35.382,60
BA	292450	Pindaí	16.889	2	4.644,48
BA	292460	Pindobaçu	21.171	9	23.344,49

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292465	Pintadas	11.012	7	12.176,35
BA	292467	Piraí do Norte	10.411	6	10.979,47
BA	292470	Piripá	11.849	7	13.945,80
BA	292480	Piritiba	25.211	8	29.299,47
BA	292490	Planaltino	9.582	5	9.589,98
BA	292500	Planalto	26.915	4	16.283,58
BA	292510	Poções	48.861	10	53.747,10
BA	292520	Pojuca	39.718	8	43.689,80
BA	292525	Ponto Novo	15.830	7	17.953,10
BA	292530	Porto Seguro	149.324	7	114.979,48
BA	292540	Potiraguá	8.438	5	9.478,26
BA	292550	Prado	29.326	7	32.258,60
BA	292560	Presidente Dutra	15.734	7	17.307,40
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	13.334	5	11.301,10
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	28.082	8	30.890,20
BA	292580	Queimadas	26.552	6	27.961,31
BA	292590	Quijingue	28.632	8	31.996,80
BA	292593	Quixabeira	9.411	5	9.944,55
BA	292595	Rafael Jambeiro	23.562	10	26.783,90
BA	292600	Remanso	42.672	8	46.939,20
BA	292610	Retirolândia	14.730	5	12.152,25
BA	292620	Riachão das Neves	23.313	4	14.104,37
BA	292630	Riachão do Jacuípe	34.784	7	35.048,97
BA	292640	Riacho de Santana	36.439	3	16.033,16
BA	292650	Ribeira do Amparo	15.443	6	15.288,57
BA	292660	Ribeira do Pombal	54.965	7	42.323,05
BA	292665	Ribeirão do Largo	7.437	4	10.276,41
BA	292670	Rio de Contas	13.712	7	15.124,19
BA	292680	Rio do Antônio	15.804	5	13.038,30
BA	292690	Rio do Pires	12.130	5	10.007,25
BA	292700	Rio Real	41.767	3	18.377,48
BA	292710	Rodelas	9.405	9	10.345,50
BA	292720	Ruy Barbosa	32.009	7	31.707,85
BA	292730	Salinas da Margarida	15.772	5	13.011,90
BA	292740	Salvador	2.953.986	7	2.274.569,22
BA	292750	Santa Bárbara	21.415	7	23.556,50
BA	292760	Santa Brígida	14.976	4	9.305,51
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	28.552	5	23.555,40
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	6.698	7	7.488,80
BA	292790	Santa Inês	11.161	5	9.228,45
BA	292800	Santaluz	38.422	5	27.471,73
BA	292805	Santa Luzia	13.398	6	14.871,57
BA	292810	Santa Maria da Vitória	41.769	8	46.006,40
BA	292820	Santana	27.492	4	16.632,66
BA	292830	Santanópolis	9.263	10	10.386,20
BA	292840	Santa Rita de Cássia	29.146	5	24.045,45
BA	292850	Santa Teresinha	10.682	6	10.575,18
BA	292860	Santo Amaro	61.961	3	20.447,13
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	103.342	6	68.205,72
BA	292880	Santo Estêvão	53.898	7	41.501,46
BA	292890	São Desidério	33.661	5	24.067,62
BA	292895	São Domingos	9.404	4	7.605,29
BA	292900	São Félix	15.310	6	15.839,30
BA	292905	São Félix do Coribe	15.825	7	17.407,50
BA	292910	São Felipe	21.964	3	9.664,16
BA	292920	São Francisco do Conde	40.220	5	28.757,30
BA	292925	São Gabriel	19.613	8	21.574,30
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	38.018	8	41.819,80
BA	292935	São José da Vitória	6.045	5	6.252,07
BA	292937	São José do Jacuípe	10.784	3	4.866,84
BA	292940	São Miguel das Matas	12.092	5	9.975,90
BA	292950	São Sebastião do Passé	45.827	7	45.368,73
BA	292960	Sapeaçu	18.114	8	19.925,40
BA	292970	Sátiro Dias	20.429	7	22.471,90
BA	292975	Saubara	12.380	4	7.489,90
BA	292980	Saúde	13.385	6	13.251,15
BA	292990	Seabra	45.568	6	40.099,84
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	11.696	6	11.579,04
BA	293010	Senhor do Bonfim	81.218	7	62.624,10
BA	293015	Serra do Ramalho	32.991	6	29.069,92
BA	293020	Sento Sé	41.891	6	36.864,08
BA	293030	Serra Dourada	18.320	8	20.313,70
BA	293040	Serra Preta	16.036	7	18.008,46
BA	293050	Serrinha	83.088	8	82.442,25
BA	293060	Serrolândia	13.832	8	15.215,20
BA	293070	Simões Filho	136.050	7	104.758,50
BA	293075	Sítio do Mato	13.437	6	13.302,63
BA	293076	Sítio do Quinto	11.283	4	7.858,14
BA	293077	Sobradinho	23.713	5	19.563,23
BA	293080	Souto Soares	17.503	7	21.297,06
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	13.057	6	12.986,06
BA	293100	Tanhaçu	21.315	6	21.101,85
BA	293105	Tanque Novo	17.884	3	7.868,96
BA	293110	Tanquinho	8.232	7	9.408,30
BA	293120	Taperoá	21.462	5	17.706,15
BA	293130	Tapiramutá	17.845	6	17.681,78
BA	293135	Teixeira de Freitas	161.690	6	106.715,40
BA	293140	Teodoro Sampaio	7.936	8	8.937,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	293150	Teofilândia	23.378	8	25.715,80
BA	293160	Teolândia	15.357	9	16.892,70
BA	293170	Terra Nova	13.536	7	14.901,70
BA	293180	Tremedal	17.700	7	20.416,00
BA	293190	Tucano	52.540	6	37.046,46
BA	293200	Uauá	25.773	9	28.561,62
BA	293210	Ubaíra	20.800	3	9.648,60
BA	293220	Ubaitaba	20.489	7	23.301,30
BA	293230	Ubatã	27.527	7	30.873,15
BA	293240	Uibaí	14.474	10	15.931,30
BA	293245	Umburanas	19.522	5	16.105,65
BA	293250	Una	21.331	5	18.968,40
BA	293260	Urandi	17.356	4	10.500,38
BA	293270	Uruçuca	21.711	8	26.083,36
BA	293280	Utinga	19.780	7	22.214,92
BA	293290	Valença	98.749	9	108.623,90
BA	293300	Valente	28.743	9	31.617,30
BA	293305	Várzea da Roça	14.662	7	16.214,14
BA	293310	Várzea do Poço	9.449	4	7.275,73
BA	293315	Várzea Nova	13.454	7	15.141,84
BA	293317	Varzedo	9.375	4	7.285,05
BA	293320	Vera Cruz	43.640	5	33.110,56
BA	293325	Vereda	6.620	4	5.229,60
BA	293330	Vitória da Conquista	348.718	9	345.230,82
BA	293340	Wagner	9.753	4	7.509,81
BA	293345	Wanderley	12.935	5	10.798,43
BA	293350	Wenceslau Guimarães	22.365	8	26.140,12
BA	293360	Xique-Xique	48.365	6	42.561,20
CE	230010	Abaiara	11.605	5	9.155,66
CE	230015	Acarape	16.543	8	17.490,48
CE	230020	Acaraú	62.199	10	65.556,21
CE	230030	Acopiara	53.572	7	39.814,51
CE	230040	Aiuaba	17.194	8	18.153,91
CE	230050	Alcântaras	11.459	5	9.099,06
CE	230060	Altaneira	7.479	6	7.915,53
CE	230070	Alto Santo	16.976	6	16.155,87
CE	230075	Amontada	42.901	9	45.849,83
CE	230080	Antonina do Norte	7.278	8	7.760,45
CE	230090	Apuiarés	14.719	10	15.635,81
CE	230100	Aquiraz	79.128	8	93.439,10
CE	230110	Aracati	73.629	6	46.535,44
CE	230120	Aracoiaba	26.269	8	28.028,64
CE	230125	Ararendá	10.823	9	11.573,81
CE	230130	Araripe	21.398	7	22.822,59
CE	230140	Aratuba	11.244	7	12.438,69
CE	230150	Arneiroz	7.777	2	2.479,04
CE	230160	Assaré	23.254	8	24.518,48
CE	230170	Aurora	24.496	7	26.281,61
CE	230180	Baixio	6.228	6	6.654,84
CE	230185	Banabuiú	18.027	10	19.099,88
CE	230190	Barbalha	59.811	9	63.050,64
CE	230195	Barreira	20.978	8	22.165,65
CE	230200	Barro	22.440	6	21.367,02
CE	230205	Barroquinha	14.880	10	15.736,17
CE	230210	Baturité	35.351	8	37.806,65
CE	230220	Beberibe	53.110	8	50.129,21
CE	230230	Bela Cruz	32.378	10	34.253,60
CE	230240	Boa Viagem	54.049	7	40.362,02
CE	230250	Brejo Santo	48.830	9	51.196,19
CE	230260	Camocim	62.985	7	46.704,04
CE	230270	Campos Sales	27.209	7	28.847,46
CE	230280	Canindé	77.514	8	74.204,50
CE	230290	Capistrano	17.668	8	18.767,11
CE	230300	Caridade	22.320	6	21.288,14
CE	230310	Cariré	18.660	6	17.835,23
CE	230320	Caririaçu	26.892	8	28.658,36
CE	230330	Cariús	18.804	9	19.937,68
CE	230340	Carnaubal	17.631	9	18.730,30
CE	230350	Cascavel	71.079	12	74.586,26
CE	230360	Catarina	20.451	4	11.694,93
CE	230365	Catunda	10.365	4	6.092,89
CE	230370	Caucaia	362.223	8	379.525,72
CE	230380	Cedro	25.063	7	26.654,53
CE	230390	Chaval	12.952	7	13.667,29
CE	230393	Choró	13.384	9	14.286,40
CE	230395	Chorozinho	19.197	7	25.175,79
CE	230400	Coreaú	23.107	9	24.491,83
CE	230410	Crateús	74.426	7	55.417,59
CE	230420	Crato	130.604	7	96.326,50
CE	230423	Croatá	17.874	6	17.160,31
CE	230425	Cruz	23.983	14	25.459,23
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	9.521	6	10.142,54
CE	230427	Ererê	7.163	6	7.559,33
CE	230428	Eusébio	52.667	9	69.126,90
CE	230430	Farias Brito	18.720	7	20.317,63
CE	230435	Forquilha	24.047	7	25.542,57
CE	230440	Fortaleza	2.627.482	6	2.056.764,92
CE	230445	Fortim	16.272	8	17.079,55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230450	Frecheirinha	13.669	6	13.073,27
CE	230460	General Sampaio	6.922	9	7.349,65
CE	230465	Graça	15.307	5	12.312,33
CE	230470	Granja	54.365	9	58.049,97
CE	230480	Granjeiro	4.425	7	4.884,64
CE	230490	Groaíras	11.012	6	10.466,67
CE	230495	Guaiúba	26.331	8	34.563,24
CE	230500	Guaraciaba do Norte	39.445	7	38.247,45
CE	230510	Guaramiranga	3.547	9	4.327,03
CE	230520	Hidrolândia	20.215	5	16.188,78
CE	230523	Horizonte	65.928	8	77.676,60
CE	230526	Ibaretama	13.218	7	14.077,78
CE	230530	Ibiapina	24.825	8	26.847,06
CE	230533	Ibicuitinga	12.350	6	11.746,26
CE	230535	Icapuí	19.685	6	18.645,11
CE	230540	Icó	67.486	7	50.180,41
CE	230550	Iguatu	102.614	11	107.899,55
CE	230560	Independência	25.967	6	24.918,25
CE	230565	Ipaporanga	11.499	6	11.002,28
CE	230570	Ipaumirim	12.349	7	13.148,70
CE	230580	Ipu	41.576	4	22.105,63
CE	230590	Ipueiras	37.896	8	40.895,73
CE	230600	Iracema	14.125	7	15.068,91
CE	230610	Irauçuba	23.858	6	22.908,68
CE	230620	Itaiçaba	7.738	10	8.137,53
CE	230625	Itaitinga	39.310	6	41.215,61
CE	230630	Itapagé	51.945	10	54.667,74
CE	230640	Itapipoca	127.465	8	107.996,83
CE	230650	Itapiúna	20.014	6	19.109,22
CE	230655	Itarema	41.230	11	44.086,97
CE	230660	Itatira	20.675	7	21.941,46
CE	230670	Jaguaretama	17.958	8	19.222,54
CE	230680	Jaguaribara	11.295	7	11.961,89
CE	230690	Jaguaribe	34.448	12	36.805,86
CE	230700	Jaguaruana	33.740	7	32.063,73
CE	230710	Jardim	27.076	5	21.675,72
CE	230720	Jati	7.847	7	8.268,56
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	19.510	10	20.494,03
CE	230730	Juazeiro do Norte	270.383	7	199.388,12
CE	230740	Jucás	24.597	6	23.540,68
CE	230750	Lavras da Mangabeira	31.335	4	16.633,06
CE	230760	Limoeiro do Norte	58.915	9	62.084,08
CE	230763	Madalena	19.800	5	15.731,93
CE	230765	Maracanaú	224.804	8	237.790,90
CE	230770	Maranguape	126.486	10	157.141,43
CE	230780	Marco	26.981	11	28.715,19
CE	230790	Martinópole	11.082	9	11.834,20
CE	230800	Massapê	38.210	8	40.389,91
CE	230810	Mauriti	46.548	7	44.227,68
CE	230820	Meruoca	14.948	6	14.305,49
CE	230830	Milagres	28.231	8	30.177,07
CE	230835	Milhã	13.136	6	12.607,05
CE	230837	Miraíma	13.583	7	14.519,07
CE	230840	Missão Velha	35.409	9	37.495,70
CE	230850	Mombaça	43.735	7	41.874,83
CE	230860	Monsenhor Tabosa	17.038	7	18.555,17
CE	230870	Morada Nova	61.548	9	66.037,16
CE	230880	Moraújo	8.636	6	9.171,42
CE	230890	Morrinhos	22.222	8	23.489,14
CE	230900	Mucambo	14.377	5	11.479,47
CE	230910	Mulungu	12.831	6	12.233,78
CE	230920	Nova Olinda	15.433	7	16.325,48
CE	230930	Nova Russas	32.035	5	22.223,83
CE	230940	Novo Oriente	28.353	7	30.276,23
CE	230945	Ocara	25.394	11	26.759,68
CE	230950	Orós	21.292	7	22.809,09
CE	230960	Pacajus	70.911	7	64.870,53
CE	230970	Pacatuba	82.824	8	97.021,02
CE	230980	Pacoti	11.960	4	7.059,13
CE	230990	Pacujá	6.202	6	6.615,11
CE	231000	Palhano	9.285	7	9.868,58
CE	231010	Palmácia	13.145	8	13.838,21
CE	231020	Paracuru	33.894	8	35.785,56
CE	231025	Paraipaba	32.515	8	34.247,63
CE	231030	Parambu	31.137	9	33.480,11
CE	231040	Paramoti	11.578	4	6.738,71
CE	231050	Pedra Branca	42.841	8	45.458,32
CE	231060	Penaforte	8.956	8	9.480,84
CE	231070	Pentecoste	37.077	8	39.172,05
CE	231080	Pereiro	16.163	8	17.211,28
CE	231085	Pindoretama	20.644	6	19.636,86
CE	231090	Piquet Carneiro	16.731	11	17.636,00
CE	231095	Pires Ferreira	10.784	5	8.563,09
CE	231100	Poranga	12.243	7	13.202,98
CE	231110	Porteiras	14.921	7	16.046,31
CE	231120	Potengi	10.918	6	10.451,47
CE	231123	Potiretama	6.356	5	6.089,76
CE	231126	Quiterianópolis	20.860	8	22.260,75

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	231130	Quixadá	86.605	6	54.864,39
CE	231135	Quixelô	14.860	7	16.022,11
CE	231140	Quixeramobim	78.658	10	82.968,55
CE	231150	Quixeré	21.876	10	23.097,86
CE	231160	Redenção	27.441	8	29.357,18
CE	231170	Reriutaba	18.769	6	18.550,31
CE	231180	Russas	76.475	10	80.326,16
CE	231190	Saboeiro	15.678	6	15.303,04
CE	231195	Salitre	16.331	6	15.628,74
CE	231200	Santana do Acaraú	32.023	10	33.984,66
CE	231210	Santana do Cariri	17.489	9	18.634,10
CE	231220	Santa Quitéria	43.360	3	18.585,37
CE	231230	São Benedito	46.648	9	50.396,42
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	48.265	14	63.652,35
CE	231250	São João do Jaguaribe	7.621	6	8.323,44
CE	231260	São Luís do Curu	12.849	5	10.238,84
CE	231270	Senador Pompeu	26.447	7	28.370,44
CE	231280	Senador Sá	7.513	5	7.234,76
CE	231290	Sobral	205.529	9	195.045,34
CE	231300	Solonópole	18.158	11	19.200,50
CE	231310	Tabuleiro do Norte	30.489	10	32.200,57
CE	231320	Tamboril	25.525	7	27.367,25
CE	231325	Tarrafas	8.852	6	9.470,92
CE	231330	Tauá	58.119	11	61.645,48
CE	231335	Tejuçuoca	18.902	5	15.085,78
CE	231340	Tianguá	74.719	9	79.849,30
CE	231350	Trairi	55.207	8	52.549,76
CE	231355	Tururu	15.935	7	16.927,60
CE	231360	Ubajara	34.332	8	36.856,65
CE	231370	Umari	7.671	4	5.738,65
CE	231375	Umirim	19.679	5	15.680,54
CE	231380	Uruburetama	21.609	10	22.834,84
CE	231390	Uruoca	13.677	7	14.532,49
CE	231395	Varjota	18.239	9	19.474,73
CE	231400	Várzea Alegre	40.440	8	42.955,90
CE	231410	Viçosa do Ceará	60.030	9	65.117,23
ES	320010	Afonso Cláudio	32.361	8	31.899,98
ES	320013	Águia Branca	10.085	6	8.894,97
ES	320016	Água Doce do Norte	11.893	9	11.920,72
ES	320020	Alegre	32.146	8	31.621,66
ES	320030	Alfredo Chaves	15.082	8	14.780,36
ES	320035	Alto Rio Novo	8.022	7	7.861,56
ES	320040	Anchieta	28.546	11	27.975,08
ES	320050	Apiacá	7.932	7	7.773,36
ES	320060	Aracruz	98.393	6	57.855,08
ES	320070	Atilio Vivacqua	11.804	7	11.567,92
ES	320080	Baixo Guandu	31.794	7	28.042,31
ES	320090	Barra de São Francisco	45.283	8	44.377,34
ES	320100	Boa Esperança	15.460	7	15.150,80
ES	320110	Bom Jesus do Norte	10.254	9	10.048,92
ES	320115	Brejetuba	12.838	5	9.435,93
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	211.649	9	194.293,78
ES	320130	Cariacica	387.368	4	194.303,79
ES	320140	Castelo	38.304	6	30.030,34
ES	320150	Colatina	124.525	8	97.627,60
ES	320160	Conceição da Barra	31.574	6	24.754,02
ES	320170	Conceição do Castelo	12.944	5	9.513,84
ES	320180	Divino de São Lourenço	4.612	4	3.215,97
ES	320190	Domingos Martins	34.757	6	27.249,49
ES	320200	Dores do Rio Preto	6.949	8	6.810,02
ES	320210	Ecoporanga	24.217	6	21.456,41
ES	320220	Fundão	20.757	7	26.029,28
ES	320225	Governador Lindenberg	12.600	6	11.113,20
ES	320230	Guaçuí	31.201	8	30.576,98
ES	320240	Guarapari	123.166	8	138.537,12
ES	320245	Ibatiba	25.882	12	25.364,36
ES	320250	Ibiraçu	12.581	4	6.781,16
ES	320255	Ibitirama	9.373	5	8.290,80
ES	320260	Iconha	14.016	10	13.735,68
ES	320265	Irupi	13.380	6	11.801,16
ES	320270	Itaguaçu	14.815	7	14.547,12
ES	320280	Itapemirim	34.628	9	34.835,77
ES	320290	Itarana	11.231	8	11.122,02
ES	320300	Iúna	29.896	6	26.368,27
ES	320305	Jaguaré	29.642	7	29.049,16
ES	320310	Jerônimo Monteiro	12.036	10	11.795,28
ES	320313	João Neiva	17.168	5	12.618,48
ES	320316	Laranja da Terra	11.457	5	8.420,90
ES	320320	Linhares	169.048	6	99.400,22
ES	320330	Mantenópolis	15.419	5	11.332,97
ES	320332	Marataízes	38.670	9	54.834,06
ES	320334	Marechal Floriano	16.545	7	16.214,10
ES	320335	Marilândia	12.602	9	12.349,96
ES	320340	Mimoso do Sul	27.388	5	20.130,18
ES	320350	Montanha	19.391	6	17.102,86
ES	320360	Mucurici	5.861	5	5.211,74
ES	320370	Muniz Freire	18.745	8	18.699,38
ES	320380	Muqui	15.806	5	11.617,41

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	320390	Nova Venécia	50.991	7	34.979,83
ES	320400	Pancas	23.697	7	23.223,06
ES	320405	Pedro Canário	26.537	5	19.504,70
ES	320410	Pinheiros	27.130	7	26.587,40
ES	320420	Piúma	21.336	5	27.107,39
ES	320425	Ponto Belo	7.901	9	7.742,98
ES	320430	Presidente Kennedy	11.742	8	11.507,16
ES	320435	Rio Bananal	19.457	8	19.067,86
ES	320440	Rio Novo do Sul	12.095	5	8.889,83
ES	320450	Santa Leopoldina	12.889	3	5.052,49
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	39.928	9	39.129,44
ES	320460	Santa Teresa	24.025	2	5.886,13
ES	320465	São Domingos do Norte	8.818	7	8.641,64
ES	320470	São Gabriel da Palha	37.375	8	36.627,50
ES	320480	São José do Calçado	11.036	7	10.815,28
ES	320490	São Mateus	128.449	7	88.116,01
ES	320495	São Roque do Canaã	12.579	6	11.094,68
ES	320500	Serra	502.618	11	630.282,97
ES	320501	Sooretama	29.038	6	25.611,52
ES	320503	Vargem Alta	21.584	5	15.864,24
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	24.575	9	24.083,50
ES	320510	Viana	76.776	4	38.510,84
ES	320515	Vila Pavão	9.459	5	8.342,84
ES	320517	Vila Valério	14.697	11	14.403,06
ES	320520	Vila Velha	486.388	8	487.944,44
ES	320530	Vitória	363.140	12	455.377,56
GO	520005	Abadia de Goiás	8.207	7	16.808,16
GO	520010	Abadiânia	18.775	9	22.157,23
GO	520013	Acreúna	22.076	9	23.393,43
GO	520015	Adelândia	2.564	7	7.114,40
GO	520017	Água Fria de Goiás	5.613	6	17.942,89
GO	520020	Água Limpa	1.967	9	7.887,19
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	195.810	8	149.737,19
GO	520030	Alexânia	26.770	8	27.345,57
GO	520050	Aloândia	2.071	4	4.967,56
GO	520055	Alto Horizonte	5.784	9	10.921,35
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	7.514	10	17.180,13
GO	520080	Alvorada do Norte	8.645	10	14.169,31
GO	520082	Amaralina	3.754	6	11.650,84
GO	520085	Americano do Brasil	6.018	5	7.545,23
GO	520090	Amorinópolis	3.408	6	7.609,36
GO	520110	Anápolis	375.142	12	329.592,96
GO	520120	Anhanguera	1.126	5	6.668,38
GO	520130	Anicuns	21.746	10	20.721,48
GO	520140	Aparecida de Goiânia	542.090	4	238.519,60
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	2.517	6	8.464,59
GO	520150	Aporé	4.143	8	15.219,39
GO	520160	Araçu	3.731	7	7.528,42
GO	520170	Aragarças	19.884	7	21.041,36
GO	520180	Aragoiânia	9.765	10	17.870,92
GO	520215	Araguapaz	7.862	6	15.641,51
GO	520235	Arenópolis	2.957	9	9.165,13
GO	520250	Aruanã	9.138	6	18.906,45
GO	520260	Aurilândia	3.422	6	8.038,87
GO	520280	Avelinópolis	2.494	6	7.160,04
GO	520310	Baliza	4.677	7	14.370,95
GO	520320	Barro Alto	10.435	8	13.664,80
GO	520330	Bela Vista de Goiás	28.514	9	32.450,93
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	8.896	8	15.443,22
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	23.998	9	21.925,97
GO	520355	Bonfinópolis	9.052	5	11.760,69
GO	520357	Bonópolis	4.143	6	12.468,81
GO	520360	Brazabrantes	3.604	9	10.520,50
GO	520380	Britânia	5.817	10	12.173,67
GO	520390	Buriti Alegre	9.535	9	12.610,97
GO	520393	Buriti de Goiás	2.583	6	7.691,83
GO	520396	Buritinópolis	3.389	6	7.990,22
GO	520400	Cabeceiras	7.935	10	15.271,67
GO	520410	Cachoeira Alta	12.002	9	17.044,48
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1.414	6	8.117,20
GO	520425	Cachoeira Dourada	8.355	7	11.098,70
GO	520430	Caçu	15.287	8	20.084,01
GO	520440	Caiapônia	18.505	9	41.657,91
GO	520450	Caldas Novas	84.900	6	58.230,51
GO	520455	Caldazinha	3.703	9	11.143,77
GO	520460	Campestre de Goiás	3.622	9	8.703,05
GO	520465	Campinaçu	3.740	3	5.915,53
GO	520470	Campinorte	12.321	8	15.464,76
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	7.149	9	15.733,55
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	7.345	7	8.668,51
GO	520490	Campos Belos	19.786	10	19.691,94
GO	520495	Campos Verdes	3.399	6	8.232,53
GO	520500	Carmo do Rio Verde	9.862	9	10.957,01
GO	520505	Castelândia	3.610	10	7.592,86
GO	520510	Catalão	102.393	8	77.644,17
GO	520520	Caturaí	5.041	8	10.480,41
GO	520530	Cavalcante	9.829	8	31.067,97
GO	520540	Ceres	22.155	11	20.461,18
GO	520545	Cezarina	8.386	8	10.453,10
GO	520547	Chapadão do Céu	9.110	11	18.171,55
GO	520549	Cidade Ocidental	66.777	9	55.157,80
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	19.583	9	26.491,82
GO	520552	Colinas do Sul	3.529	8	11.818,18
GO	520570	Córrego do Ouro	2.514	7	7.628,04

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520580	Corumbá de Goiás	11.086	7	17.093,92
GO	520590	Corumbaíba	9.332	10	15.521,11
GO	520620	Cristalina	55.347	8	61.244,66
GO	520630	Cristianópolis	3.029	4	5.260,99
GO	520640	Crixás	16.893	5	19.828,81
GO	520650	Cromínia	3.606	5	6.935,76
GO	520660	Cumari	2.975	5	7.339,80
GO	520670	Damianópolis	3.389	3	4.193,84
GO	520680	Damolândia	2.935	8	6.944,62
GO	520690	Davinópolis	2.133	3	4.034,92
GO	520710	Diorama	2.547	6	8.553,53
GO	520725	Doverlândia	7.750	9	42.765,26
GO	520735	Edealina	3.809	8	8.320,25
GO	520740	Edéia	12.231	12	16.220,45
GO	520750	Estrela do Norte	3.379	5	6.768,80
GO	520753	Faina	6.947	9	13.998,36
GO	520760	Fazenda Nova	6.070	6	12.071,97
GO	520780	Firminópolis	12.923	9	12.943,89
GO	520790	Flores de Goiás	15.111	6	29.464,01
GO	520800	Formosa	115.789	11	114.452,75
GO	520810	Formoso	4.623	5	8.591,08
GO	520815	Gameleira de Goiás	3.777	7	9.300,31
GO	520830	Divinópolis de Goiás	4.995	3	5.609,56
GO	520840	Goianápolis	11.471	10	19.013,84
GO	520850	Goiandira	5.605	7	8.959,28
GO	520860	Goianésia	67.507	12	55.760,78
GO	520870	Goiânia	1.466.105	7	1.226.298,80
GO	520880	Goianira	41.169	12	45.285,90
GO	520890	Goiás	24.103	7	32.900,41
GO	520910	Goiatuba	34.312	8	32.160,38
GO	520915	Gouvelândia	5.656	10	9.921,47
GO	520920	Guapó	14.482	9	17.421,04
GO	520929	Guaraíta	2.206	6	9.496,48
GO	520940	Guarani de Goiás	4.145	7	11.065,35
GO	520945	Guarinos	2.052	6	7.720,97
GO	520960	Heitoraí	3.757	6	8.259,47
GO	520970	Hidrolândia	20.472	9	27.207,53
GO	520980	Hidrolina	3.852	6	8.168,14
GO	520990	Iaciara	13.675	7	17.912,80
GO	520993	Inaciolândia	6.148	8	9.878,53
GO	520995	Indiara	15.213	10	16.323,08
GO	521000	Inhumas	52.311	6	26.254,71
GO	521010	Ipameri	26.747	9	33.415,08
GO	521015	Ipiranga de Goiás	2.948	10	7.383,18
GO	521020	Iporá	32.242	12	27.265,49
GO	521030	Israelândia	2.910	3	4.017,57
GO	521040	Itaberaí	40.872	8	33.760,27
GO	521056	Itaguari	4.730	9	7.498,91
GO	521060	Itaguaru	5.456	8	7.970,08
GO	521080	Itajá	4.876	10	13.605,42
GO	521090	Itapaci	21.691	8	19.354,74
GO	521100	Itapirapuã	6.312	9	16.361,84
GO	521120	Itapuranga	26.586	9	23.947,94
GO	521130	Itarumã	6.998	8	18.808,78
GO	521140	Itauçu	9.019	8	10.518,62
GO	521150	Itumbiara	102.513	8	67.740,59
GO	521160	Ivolândia	2.554	7	9.566,84
GO	521170	Jandaia	6.254	8	10.472,70
GO	521180	Jaraguá	48.216	7	37.104,35
GO	521190	Jataí	98.128	11	99.638,57
GO	521200	Jaupaci	3.004	8	8.527,56
GO	521205	Jesúpolis	2.476	6	7.130,81
GO	521210	Joviânia	7.468	9	10.120,90
GO	521220	Jussara	19.239	11	27.502,42
GO	521225	Lagoa Santa	1.490	5	8.132,53
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	7.773	8	10.829,39
GO	521250	Luziânia	199.615	7	133.404,21
GO	521260	Mairipotaba	2.432	6	7.862,79
GO	521270	Mambaí	8.271	7	12.763,20
GO	521280	Mara Rosa	10.228	9	15.729,55
GO	521290	Marzagão	2.226	7	7.734,50
GO	521295	Matrinchã	4.490	6	10.390,53
GO	521300	Maurilândia	13.379	5	9.795,56
GO	521305	Mimoso de Goiás	2.702	5	11.268,92
GO	521308	Minaçu	30.696	10	34.871,95
GO	521310	Mineiros	62.750	12	75.956,56
GO	521340	Moiporá	1.666	5	6.889,72
GO	521350	Monte Alegre de Goiás	8.464	7	20.293,53
GO	521370	Montes Claros de Goiás	8.236	6	17.075,64
GO	521375	Montividiu	12.566	9	17.714,67
GO	521377	Montividiu do Norte	4.447	6	12.518,89
GO	521380	Morrinhos	45.382	8	39.987,58
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	2.351	7	7.672,12
GO	521390	Mossâmedes	4.700	4	6.240,68
GO	521400	Mozarlândia	15.125	8	18.163,91
GO	521405	Mundo Novo	5.661	6	16.346,96
GO	521410	Mutunópolis	3.906	5	8.153,93

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	521440	Nazário	8.850	7	10.225,61
GO	521450	Nerópolis	28.271	11	32.841,07
GO	521460	Niquelândia	45.913	12	60.015,48
GO	521470	Nova América	2.373	7	7.419,03
GO	521480	Nova Aurora	2.206	7	7.795,46
GO	521483	Nova Crixás	12.810	10	33.811,26
GO	521486	Nova Glória	8.521	7	10.882,55
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	2.961	6	8.400,08
GO	521490	Nova Roma	3.437	7	12.920,69
GO	521500	Nova Veneza	9.389	7	13.650,16
GO	521520	Novo Brasil	3.242	7	8.078,63
GO	521523	Novo Gama	110.096	7	64.943,33
GO	521525	Novo Planalto	4.387	5	9.861,55
GO	521530	Orizona	15.472	7	19.172,05
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	3.971	8	7.140,83
GO	521550	Ouvidor	6.340	5	8.349,31
GO	521560	Padre Bernardo	32.148	10	36.842,43
GO	521565	Palestina de Goiás	3.514	6	10.131,56
GO	521570	Palmeiras de Goiás	27.304	6	21.652,23
GO	521580	Palmelo	2.424	7	7.150,21
GO	521590	Palminópolis	3.667	5	7.156,77
GO	521600	Panamá	2.712	8	7.915,26
GO	521630	Paranaiguara	9.919	8	14.203,32
GO	521640	Paraúna	11.221	10	22.089,99
GO	521645	Perolândia	3.135	7	11.461,30
GO	521680	Petrolina de Goiás	10.548	9	13.025,29
GO	521690	Pilar de Goiás	2.529	7	8.419,83
GO	521710	Piracanjuba	24.885	8	26.329,02
GO	521720	Piranhas	11.022	5	12.869,80
GO	521730	Pirenópolis	24.761	6	25.757,60
GO	521740	Pires do Rio	31.151	9	26.860,88
GO	521760	Planaltina	88.863	9	92.115,44
GO	521770	Pontalina	17.991	5	14.588,74
GO	521800	Porangatu	45.305	7	46.607,48
GO	521805	Porteirão	3.758	8	9.312,18
GO	521810	Portelândia	4.044	6	9.340,79
GO	521830	Posse	35.574	7	30.856,28
GO	521839	Professor Jamil	3.360	8	7.718,90
GO	521850	Quirinópolis	48.508	4	24.636,70
GO	521860	Rialma	11.036	6	10.866,40
GO	521870	Rianápolis	4.828	6	7.617,72
GO	521878	Rio Quente	4.112	9	9.676,05
GO	521880	Rio Verde	217.048	8	147.203,58
GO	521890	Rubiataba	19.994	10	18.646,05
GO	521900	Sanclerlândia	7.798	9	10.340,10
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	6.393	9	8.650,50
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	3.048	8	9.956,41
GO	521925	Santa Fé de Goiás	5.309	8	11.078,32
GO	521930	Santa Helena de Goiás	38.743	10	32.001,72
GO	521935	Santa Isabel	3.857	5	8.118,23
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	8.218	7	13.414,05
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	3.359	8	9.642,22
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	2.626	5	6.246,29
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	3.710	5	7.922,91
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	9.622	7	13.111,34
GO	521971	Santo Antônio da Barra	4.780	10	8.619,00
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	5.787	6	16.599,16
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	71.887	7	55.195,89
GO	521980	São Domingos	12.585	7	24.019,95
GO	521990	São Francisco de Goiás	6.366	10	8.780,74
GO	522000	São João d'Aliança	12.643	8	15.612,32
GO	522005	São João da Paraúna	1.547	7	14.272,30
GO	522010	São Luís de Montes Belos	33.118	10	27.355,47
GO	522015	São Luíz do Norte	5.071	6	9.424,33
GO	522020	São Miguel do Araguaia	22.684	8	41.090,53
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	4.037	5	8.101,47
GO	522028	São Patrício	2.070	8	7.776,91
GO	522040	São Simão	19.697	10	22.622,37
GO	522045	Senador Canedo	105.459	9	104.404,41
GO	522050	Serranópolis	8.323	9	24.735,90
GO	522060	Silvânia	20.478	8	23.660,40
GO	522068	Simolândia	6.891	6	10.099,13
GO	522070	Sítio d'Abadia	2.998	6	11.709,35
GO	522100	Taquaral de Goiás	3.625	4	5.066,10
GO	522108	Teresina de Goiás	3.363	7	35.343,39
GO	522119	Terezópolis de Goiás	7.634	8	12.637,11
GO	522130	Três Ranchos	2.900	4	5.310,94
GO	522140	Trindade	121.266	7	93.374,82
GO	522145	Trombas	3.571	9	8.809,02
GO	522150	Turvânia	4.818	8	8.441,21
GO	522155	Turvelândia	5.050	9	10.728,09
GO	522157	Uirapuru	2.961	4	6.759,80
GO	522160	Uruaçu	40.082	10	38.201,42
GO	522170	Uruana	14.195	9	14.302,89
GO	522180	Urutaí	3.154	6	8.800,28
GO	522185	Valparaíso de Goiás	159.500	7	93.293,08
GO	522190	Varjão	3.856	5	7.551,71
GO	522200	Vianópolis	13.675	8	15.595,54

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	522205	Vicentinópolis	8.397	5	10.834,67
GO	522220	Vila Boa	5.731	5	14.537,82
GO	522230	Vila Propício	5.690	8	14.908,11
MA	210005	Açailândia	111.339	9	187.481,67
MA	210010	Afonso Cunha	6.486	11	10.190,89
MA	210015	Água Doce do Maranhão	12.457	6	15.921,04
MA	210020	Alcântara	21.673	6	35.056,73
MA	210030	Aldeias Altas	26.387	7	27.329,80
MA	210040	Altamira do Maranhão	8.070	5	16.328,21
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	26.872	5	28.134,02
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	31.312	9	46.580,31
MA	210050	Alto Parnaíba	11.001	7	24.100,43
MA	210055	Amapá do Maranhão	6.895	5	11.649,12
MA	210060	Amarante do Maranhão	41.106	13	60.630,35
MA	210070	Anajatuba	27.352	8	41.049,04
MA	210080	Anapurus	15.696	5	12.876,32
MA	210083	Apicum-Açu	18.374	6	26.314,84
MA	210087	Araguanã	15.332	5	19.388,05
MA	210090	Araioses	46.074	6	48.902,68
MA	210095	Arame	32.145	10	46.889,95
MA	210100	Arari	29.388	10	42.411,49
MA	210110	Axixá	11.975	6	18.328,98
MA	210120	Bacabal	103.359	7	114.450,23
MA	210125	Bacabeira	17.053	8	24.931,80
MA	210130	Bacuri	17.435	5	20.674,87
MA	210135	Bacurituba	5.574	7	10.180,89
MA	210140	Balsas	94.779	9	120.369,33
MA	210150	Barão de Grajaú	18.619	9	27.449,01
MA	210160	Barra do Corda	87.135	9	156.171,14
MA	210170	Barreirinhas	62.458	6	34.266,95
MA	210173	Belágua	7.422	8	11.036,31
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	11.103	11	20.368,64
MA	210180	Benedito Leite	5.528	6	11.040,90
MA	210190	Bequimão	20.881	7	30.531,31
MA	210193	Bernardo do Mearim	5.973	3	6.056,37
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	9.320	6	15.171,17
MA	210200	Bom Jardim	41.120	13	58.414,30
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	34.278	11	48.050,62
MA	210207	Bom Lugar	16.214	5	18.615,28
MA	210210	Brejo	36.102	8	38.283,26
MA	210215	Brejo de Areia	8.696	3	11.000,65
MA	210220	Buriti	28.306	6	28.863,30
MA	210230	Buriti Bravo	23.495	8	35.926,83
MA	210232	Buriticupu	71.979	7	66.960,37
MA	210235	Buritirana	15.180	7	24.356,25
MA	210237	Cachoeira Grande	8.930	5	15.806,42
MA	210240	Cajapió	11.019	7	13.994,13
MA	210250	Cajari	19.110	7	28.371,06
MA	210255	Campestre do Maranhão	14.219	5	15.883,29
MA	210260	Cândido Mendes	19.943	3	12.617,87
MA	210270	Cantanhede	21.759	7	42.215,29
MA	210275	Capinzal do Norte	10.713	10	17.624,15
MA	210280	Carolina	23.803	7	48.413,27
MA	210290	Carutapera	23.576	9	44.590,52
MA	210300	Caxias	162.657	11	206.574,39
MA	210310	Cedral	10.490	7	17.362,83
MA	210312	Central do Maranhão	8.615	3	7.590,72
MA	210315	Centro do Guilherme	13.555	7	21.735,68
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	21.565	8	36.027,84
MA	210320	Chapadinha	78.965	10	93.216,14
MA	210325	Cidelândia	14.539	6	20.361,34
MA	210330	Codó	120.810	7	164.180,31
MA	210340	Coelho Neto	48.756	11	50.749,57
MA	210350	Colinas	40.575	6	52.676,84
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	16.192	7	35.680,98
MA	210360	Coroatá	64.403	10	129.061,47
MA	210370	Cururupu	30.706	8	52.245,50
MA	210375	Davinópolis	12.659	8	20.082,63
MA	210380	Dom Pedro	22.912	5	21.823,68
MA	210390	Duque Bacelar	11.208	9	20.591,89
MA	210400	Esperantinópolis	16.653	10	32.490,96
MA	210405	Estreito	42.110	10	86.897,64
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	8.372	6	16.743,76
MA	210408	Fernando Falcão	10.326	6	15.677,61
MA	210409	Formosa da Serra Negra	18.997	10	32.681,10
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	12.403	7	20.786,26
MA	210420	Fortuna	15.262	6	22.870,29
MA	210430	Godofredo Viana	11.830	3	8.645,92
MA	210440	Gonçalves Dias	17.586	7	22.334,22
MA	210450	Governador Archer	10.700	6	15.568,71
MA	210455	Governador Edison Lobão	18.316	9	27.653,97
MA	210460	Governador Eugênio Barros	16.582	5	15.794,36
MA	210462	Governador Luiz Rocha	7.708	6	9.789,16
MA	210465	Governador Newton Bello	9.921	9	18.906,75
MA	210467	Governador Nunes Freire	24.991	9	46.150,08
MA	210470	Graça Aranha	6.134	4	5.468,24
MA	210480	Grajaú	69.232	6	69.480,05
MA	210490	Guimarães	11.728	6	19.108,25
MA	210500	Humberto de Campos	28.509	6	42.515,04
MA	210510	Icatu	26.835	9	38.246,69

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210515	Igarapé do Meio	14.147	8	22.296,61
MA	210520	Igarapé Grande	11.206	6	13.290,80
MA	210530	Imperatriz	254.569	10	419.339,22
MA	210535	Itaipava do Grajaú	16.009	9	33.753,10
MA	210540	Itapecuru Mirim	67.726	10	132.614,31
MA	210542	Itinga do Maranhão	25.589	10	40.635,53
MA	210545	Jatobá	10.221	2	4.938,05
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	16.321	9	31.094,87
MA	210550	João Lisboa	23.042	4	19.752,18
MA	210560	Joselândia	15.891	7	24.226,97
MA	210565	Junco do Maranhão	3.237	9	9.814,32
MA	210570	Lago da Pedra	49.856	10	90.703,32
MA	210580	Lago do Junco	10.672	8	19.234,25
MA	210590	Lago Verde	16.025	5	19.874,50
MA	210592	Lagoa do Mato	11.048	11	14.136,25
MA	210594	Lago dos Rodrigues	8.664	7	17.939,55
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	11.286	5	12.405,31
MA	210598	Lajeado Novo	7.489	6	9.511,03
MA	210600	Lima Campos	11.695	8	18.906,97
MA	210610	Loreto	12.009	7	23.530,83
MA	210620	Luís Domingues	6.867	5	11.575,76
MA	210630	Magalhães de Almeida	19.779	4	19.470,43
MA	210632	Maracaçumé	21.293	6	28.184,75
MA	210635	Marajá do Sena	7.604	4	7.761,26
MA	210637	Maranhãozinho	16.366	5	18.964,18
MA	210640	Mata Roma	16.745	8	29.214,99
MA	210650	Matinha	23.091	8	35.533,06
MA	210660	Matões	33.374	8	30.517,18
MA	210663	Matões do Norte	16.908	6	23.445,05
MA	210667	Milagres do Maranhão	8.326	9	11.677,23
MA	210670	Mirador	20.613	6	41.619,85
MA	210675	Miranda do Norte	28.456	8	53.856,64
MA	210680	Mirinzal	14.744	7	22.813,97
MA	210690	Monção	33.156	7	43.530,36
MA	210700	Montes Altos	8.889	6	21.771,73
MA	210710	Morros	19.282	6	33.433,73
MA	210720	Nina Rodrigues	14.489	7	17.674,55
MA	210725	Nova Colinas	5.350	7	11.043,45
MA	210730	Nova Iorque	4.586	4	6.887,83
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	20.768	6	29.434,97
MA	210740	Olho d'Água das Cunhãs	19.206	4	15.656,76
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	14.637	9	22.874,56
MA	210750	Paço do Lumiar	122.420	7	154.384,04
MA	210760	Palmeirândia	19.424	8	28.748,46
MA	210770	Paraibano	21.116	8	30.940,55
MA	210780	Parnarama	34.375	6	25.146,00
MA	210790	Passagem Franca	18.839	9	21.418,18
MA	210800	Pastos Bons	19.271	3	9.789,67
MA	210805	Paulino Neves	15.937	10	18.830,89
MA	210810	Paulo Ramos	20.657	6	21.544,54
MA	210820	Pedreiras	38.365	6	60.808,65
MA	210825	Pedro do Rosário	25.000	5	28.601,62
MA	210830	Penalva	38.144	10	48.442,88
MA	210840	Peri Mirim	14.074	3	8.767,60
MA	210845	Peritoró	23.019	9	46.131,23
MA	210850	Pindaré-Mirim	32.488	10	51.524,85
MA	210860	Pinheiro	82.374	7	104.369,69
MA	210870	Pio XII	20.861	7	35.560,48
MA	210880	Pirapemas	18.413	7	27.533,11
MA	210890	Poção de Pedras	17.023	5	30.248,91
MA	210900	Porto Franco	23.760	9	30.175,20
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	5.819	5	10.430,70
MA	210910	Presidente Dutra	47.239	6	72.861,98
MA	210920	Presidente Juscelino	12.656	7	16.073,12
MA	210923	Presidente Médici	6.968	5	11.783,48
MA	210927	Presidente Sarney	18.797	4	15.463,77
MA	210930	Presidente Vargas	11.474	7	18.753,45
MA	210940	Primeira Cruz	15.207	7	30.854,91
MA	210945	Raposa	30.863	5	41.195,39
MA	210950	Riachão	19.701	8	33.510,07
MA	210955	Ribamar Fiquene	7.691	5	12.507,49
MA	210960	Rosário	42.314	10	59.995,39
MA	210970	Sambaíba	5.568	7	13.119,11
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	7.708	7	11.303,23
MA	210980	Santa Helena	41.891	9	53.940,81
MA	210990	Santa Inês	88.013	11	111.776,51
MA	211000	Santa Luzia	71.576	10	127.421,42
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	24.946	8	44.666,97
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	25.334	10	33.263,52
MA	211020	Santa Rita	37.090	5	34.882,33
MA	211023	Santana do Maranhão	13.395	6	14.975,20
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	15.853	3	8.430,32
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	14.222	10	22.147,66
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	18.377	7	22.928,23
MA	211050	São Bento	46.039	9	65.015,14
MA	211060	São Bernardo	28.208	7	29.965,56
MA	211065	São Domingos do Azeitão	7.291	3	6.685,60
MA	211070	São Domingos do Maranhão	33.691	6	34.264,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	211080	São Félix de Balsas	4.453	6	11.885,87
MA	211085	São Francisco do Brejão	11.808	9	21.585,01
MA	211090	São Francisco do Maranhão	11.976	4	11.122,74
MA	211100	São João Batista	20.307	6	26.845,73
MA	211102	São João do Carú	15.450	6	21.460,61
MA	211105	São João do Paraíso	10.977	8	17.971,32
MA	211107	São João do Soter	18.345	9	29.544,07
MA	211110	São João dos Patos	25.520	9	47.779,93
MA	211120	São José de Ribamar	176.418	9	317.626,49
MA	211125	São José dos Basílios	7.484	5	9.778,44
MA	211130	São Luís	1.091.868	7	1.450.708,77
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	18.247	6	19.860,04
MA	211150	São Mateus do Maranhão	40.992	10	52.059,84
MA	211153	São Pedro da Água Branca	12.511	5	14.990,71
MA	211157	São Pedro dos Crentes	4.601	6	7.482,44
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	18.680	6	28.871,71
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	4.946	3	6.154,54
MA	211167	São Roberto	6.704	7	15.006,47
MA	211170	São Vicente Ferrer	20.913	7	31.836,74
MA	211172	Satubinha	13.949	5	15.773,13
MA	211174	Senador Alexandre Costa	11.042	2	4.555,25
MA	211176	Senador La Rocque	13.877	5	16.756,43
MA	211178	Serrano do Maranhão	11.040	6	16.383,73
MA	211180	Sítio Novo	17.851	8	26.793,89
MA	211190	Sucupira do Norte	10.416	3	6.908,96
MA	211195	Sucupira do Riachão	5.571	3	4.585,48
MA	211200	Tasso Fragoso	8.455	7	17.069,38
MA	211210	Timbiras	28.635	2	14.159,04
MA	211220	Timon	167.619	11	158.361,64
MA	211223	Trizidela do Vale	21.749	7	36.609,47
MA	211227	Tufilândia	5.746	6	15.429,61
MA	211230	Tuntum	41.342	12	52.504,34
MA	211240	Turiaçu	35.063	5	35.573,59
MA	211245	Turilândia	25.533	6	33.054,44
MA	211250	Tutóia	58.605	6	61.761,82
MA	211260	Urbano Santos	33.038	7	31.879,63
MA	211270	Vargem Grande	56.511	8	94.122,53
MA	211280	Viana	51.738	10	94.511,68
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	13.480	9	22.065,21
MA	211290	Vitória do Mearim	32.267	7	46.063,02
MA	211300	Vitorino Freire	30.879	8	50.257,75
MA	211400	Zé Doca	51.084	8	73.066,18
MG	310010	Abadia dos Dourados	7.059	5	6.098,98
MG	310020	Abaeté	23.611	8	22.666,56
MG	310030	Abre Campo	13.733	5	9.887,76
MG	310040	Acaiaca	4.065	8	3.902,40
MG	310050	Açucena	9.997	10	9.885,12
MG	310060	Água Boa	14.370	8	14.432,64
MG	310070	Água Comprida	2.058	7	1.987,20
MG	310080	Aguanil	4.440	7	4.262,40
MG	310090	Águas Formosas	19.416	10	18.639,36
MG	310100	Águas Vermelhas	13.576	8	13.032,96
MG	310110	Aimorés	25.711	9	24.682,56
MG	310120	Aiuruoca	6.209	9	6.023,04
MG	310130	Alagoa	2.752	5	2.391,55
MG	310140	Albertina	3.046	9	2.924,16
MG	310150	Além Paraíba	35.866	10	35.866,00
MG	310160	Alfenas	79.707	9	76.518,72
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	6.775	7	6.504,00
MG	310170	Almenara	41.794	8	40.122,24
MG	310180	Alpercata	7.515	7	7.214,40
MG	310190	Alpinópolis	19.846	7	19.052,16
MG	310200	Alterosa	14.551	5	10.476,72
MG	310205	Alto Caparaó	5.791	7	5.559,36
MG	310210	Alto Rio Doce	11.693	4	6.399,36
MG	310220	Alvarenga	4.199	8	4.219,20
MG	310230	Alvinópolis	15.599	6	13.514,69
MG	310240	Alvorada de Minas	3.673	5	3.173,47
MG	310250	Amparo do Serra	4.924	8	4.822,08
MG	310260	Andradas	40.706	9	39.077,76
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	9.479	6	9.099,84
MG	310280	Andrelândia	12.507	7	12.006,72
MG	310285	Angelândia	8.541	5	7.379,42
MG	310290	Antônio Carlos	11.608	8	11.143,68
MG	310300	Antônio Dias	9.637	6	9.348,48
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1.664	8	1.624,32
MG	310320	Araçaí	2.368	7	2.273,28
MG	310330	Aracitaba	2.111	7	2.028,48
MG	310340	Araçuaí	37.361	8	35.866,56
MG	310350	Araguari	117.445	9	114.156,54
MG	310360	Arantina	2.873	4	1.940,74
MG	310370	Araponga	8.544	7	8.202,24
MG	310375	Araporã	6.774	7	6.503,04
MG	310380	Arapuá	2.883	6	2.767,68
MG	310390	Araújos	8.996	6	8.636,16
MG	310400	Araxá	104.283	10	95.106,10
MG	310410	Arceburgo	10.578	6	9.139,39
MG	310420	Arcos	39.811	7	34.540,02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310430	Areado	14.956	5	10.768,32
MG	310440	Argirita	2.859	7	2.807,04
MG	310445	Aricanduva	5.192	5	4.485,89
MG	310450	Arinos	18.243	7	17.513,28
MG	310460	Astolfo Dutra	14.118	5	10.164,96
MG	310470	Ataléia	13.762	5	10.327,68
MG	310480	Augusto de Lima	5.023	7	4.859,52
MG	310490	Baependi	19.315	6	16.688,16
MG	310500	Baldim	8.051	5	8.157,74
MG	310510	Bambuí	24.018	8	23.057,28
MG	310520	Bandeira	4.984	8	4.856,64
MG	310530	Bandeira do Sul	5.739	7	5.509,44
MG	310540	Barão de Cocais	31.968	4	15.344,64
MG	310550	Barão de Monte Alto	5.648	6	5.539,20
MG	310560	Barbacena	136.689	10	140.242,91
MG	310570	Barra Longa	5.624	6	5.751,36
MG	310590	Barroso	20.882	6	18.042,05
MG	310600	Bela Vista de Minas	10.416	5	7.499,52
MG	310610	Belmiro Braga	3.503	5	3.026,59
MG	310620	Belo Horizonte	2.523.794	9	3.750.559,79
MG	310630	Belo Oriente	26.158	8	25.111,68
MG	310640	Belo Vale	7.841	6	7.527,36
MG	310650	Berilo	12.360	7	12.007,68
MG	310660	Bertópolis	4.678	3	2.245,44
MG	310665	Berizal	4.720	8	4.531,20
MG	310670	Betim	427.146	7	397.074,92
MG	310680	Bias Fortes	3.613	5	3.252,96
MG	310690	Bicas	14.545	6	12.566,88
MG	310700	Biquinhas	2.619	6	2.557,44
MG	310710	Boa Esperança	40.530	9	38.908,80
MG	310720	Bocaina de Minas	5.185	4	3.484,32
MG	310730	Bocaiúva	50.168	6	28.896,77
MG	310740	Bom Despacho	50.042	8	43.236,29
MG	310750	Bom Jardim de Minas	6.644	10	6.396,48
MG	310760	Bom Jesus da Penha	4.203	5	3.631,39
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	6.018	4	4.044,10
MG	310780	Bom Jesus do Galho	15.459	6	13.506,91
MG	310790	Bom Repouso	10.775	10	10.344,00
MG	310800	Bom Sucesso	17.907	7	17.190,72
MG	310810	Bonfim	7.020	6	7.862,40
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	5.764	2	1.700,35
MG	310825	Bonito de Minas	10.951	8	10.512,96
MG	310830	Borda da Mata	19.055	8	18.292,80
MG	310840	Botelhos	15.322	6	13.241,66
MG	310850	Botumirim	6.540	4	4.443,26
MG	310855	Brasilândia de Minas	16.105	8	15.460,80
MG	310860	Brasília de Minas	32.732	8	31.422,72
MG	310870	Brás Pires	4.550	5	4.029,70
MG	310880	Braúnas	5.003	7	4.887,36
MG	310890	Brazópolis	14.889	7	14.382,72
MG	310900	Brumadinho	38.863	6	34.821,25
MG	310910	Bueno Brandão	11.233	10	10.783,68
MG	310920	Buenópolis	10.594	7	10.170,24
MG	310925	Bugre	4.146	5	3.582,14
MG	310930	Buritis	24.689	8	23.701,44
MG	310940	Buritizeiro	28.335	9	27.201,60
MG	310945	Cabeceira Grande	6.940	7	6.662,40
MG	310950	Cabo Verde	14.330	9	13.756,80
MG	310960	Cachoeira da Prata	3.710	4	2.509,25
MG	310970	Cachoeira de Minas	11.646	4	6.149,09
MG	310980	Cachoeira Dourada	2.691	6	2.583,36
MG	310990	Caetanópolis	11.399	8	10.943,04
MG	311000	Caeté	44.377	5	32.306,46
MG	311010	Caiana	5.440	5	4.700,16
MG	311020	Cajuri	4.108	7	3.969,60
MG	311030	Caldas	14.529	5	10.460,88
MG	311040	Camacho	3.064	7	3.031,68
MG	311050	Camanducaia	22.057	10	21.174,72
MG	311060	Cambuí	29.165	7	27.998,40
MG	311070	Cambuquira	13.053	5	9.398,16
MG	311080	Campanário	3.757	6	3.606,72
MG	311090	Campanha	16.627	7	15.961,92
MG	311100	Campestre	21.440	7	20.582,40
MG	311110	Campina Verde	20.079	7	19.275,84
MG	311115	Campo Azul	3.863	6	3.708,48
MG	311120	Campo Belo	54.458	8	47.051,71
MG	311130	Campo do Meio	11.878	5	8.552,16
MG	311140	Campo Florido	7.886	9	7.570,56
MG	311150	Campos Altos	15.387	7	14.771,52
MG	311160	Campos Gerais	29.057	9	27.894,72
MG	311170	Canaã	4.699	9	4.539,84
MG	311180	Canápolis	12.117	7	11.632,32
MG	311190	Cana Verde	5.735	5	4.958,50
MG	311200	Candeias	15.147	7	14.541,12
MG	311205	Cantagalo	4.517	8	4.336,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311210	Caparaó	5.489	6	5.269,44
MG	311220	Capela Nova	4.805	3	2.327,04
MG	311230	Capelinha	37.867	9	36.352,32
MG	311240	Capetinga	7.152	6	6.933,12
MG	311250	Capim Branco	9.678	9	10.839,36
MG	311260	Capinópolis	16.250	9	15.600,00
MG	311265	Capitão Andrade	5.405	8	5.188,80
MG	311270	Capitão Enéas	15.237	10	14.627,52
MG	311280	Capitólio	8.682	7	8.334,72
MG	311290	Caputira	9.431	7	9.053,76
MG	311300	Caraí	23.781	8	22.829,76
MG	311310	Caranaíba	3.299	4	2.245,15
MG	311320	Carandaí	25.376	8	24.360,96
MG	311330	Carangola	33.559	6	25.773,31
MG	311340	Caratinga	91.841	10	88.167,36
MG	311350	Carbonita	9.544	9	9.162,24
MG	311360	Careaçu	6.757	3	3.243,36
MG	311370	Carlos Chagas	19.750	8	19.405,44
MG	311380	Carmésia	2.629	5	2.271,46
MG	311390	Carmo da Cachoeira	12.350	8	11.856,00
MG	311400	Carmo da Mata	11.559	6	9.986,98
MG	311410	Carmo de Minas	14.822	7	14.229,12
MG	311420	Carmo do Cajuru	22.136	8	21.250,56
MG	311430	Carmo do Paranaíba	30.861	10	29.626,56
MG	311440	Carmo do Rio Claro	21.458	5	15.449,76
MG	311450	Carmópolis de Minas	18.995	7	18.235,20
MG	311455	Carneirinho	10.072	6	8.702,21
MG	311460	Carrancas	4.110	7	3.945,60
MG	311470	Carvalhópolis	3.581	5	3.093,98
MG	311480	Carvalhos	4.617	9	4.464,96
MG	311490	Casa Grande	2.309	5	1.994,98
MG	311500	Cascalho Rico	3.071	8	2.948,16
MG	311510	Cássia	18.057	7	17.334,72
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	4.050	4	2.726,30
MG	311530	Cataguases	75.025	8	64.821,60
MG	311535	Catas Altas	5.316	5	4.593,02
MG	311540	Catas Altas da Noruega	3.666	5	3.167,42
MG	311545	Catuji	6.612	9	6.490,56
MG	311547	Catuti	5.151	8	4.992,00
MG	311550	Caxambu	22.208	6	19.230,05
MG	311560	Cedro do Abaeté	1.209	6	1.177,92
MG	311570	Central de Minas	7.112	8	6.827,52
MG	311580	Centralina	10.622	6	9.177,41
MG	311590	Chácara	3.101	7	2.976,96
MG	311600	Chalé	5.823	8	5.590,08
MG	311610	Chapada do Norte	15.675	5	11.286,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	12.971	6	11.206,94
MG	311620	Chiador	2.789	5	2.442,53
MG	311630	Cipotânea	6.868	4	4.615,30
MG	311640	Claraval	4.847	8	4.653,12
MG	311650	Claro dos Poções	7.819	6	7.592,64
MG	311660	Cláudio	28.287	6	24.439,97
MG	311670	Coimbra	7.559	5	6.530,98
MG	311680	Coluna	9.146	6	8.844,48
MG	311690	Comendador Gomes	3.138	8	3.012,48
MG	311700	Comercinho	7.599	4	5.439,17
MG	311710	Conceição da Aparecida	10.374	10	9.959,04
MG	311720	Conceição das Pedras	2.858	5	2.469,31
MG	311730	Conceição das Alagoas	26.818	8	25.745,28
MG	311740	Conceição de Ipanema	4.644	6	4.458,24
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	18.126	8	17.542,08
MG	311760	Conceição do Pará	5.515	6	5.294,40
MG	311770	Conceição do Rio Verde	13.724	6	11.857,54
MG	311780	Conceição dos Ouros	11.467	11	11.008,32
MG	311783	Cônego Marinho	7.624	7	7.319,04
MG	311787	Confins	6.608	7	7.400,96
MG	311790	Congonhal	11.706	8	11.237,76
MG	311800	Congonhas	53.843	10	51.689,28
MG	311810	Congonhas do Norte	5.134	4	3.450,05
MG	311820	Conquista	6.960	6	6.681,60
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	127.369	9	123.802,67
MG	311840	Conselheiro Pena	23.240	9	22.310,40
MG	311850	Consolação	1.810	7	1.737,60
MG	311860	Contagem	658.580	7	525.546,84
MG	311870	Coqueiral	9.432	9	9.112,32
MG	311880	Coração de Jesus	27.052	5	19.477,44
MG	311890	Cordisburgo	9.029	6	8.667,84
MG	311900	Cordislândia	3.587	7	3.443,52
MG	311910	Corinto	24.384	8	23.504,64
MG	311920	Coroaci	10.339	6	9.031,39
MG	311930	Coromandel	28.508	9	27.367,68
MG	311940	Coronel Fabriciano	110.326	9	117.960,56
MG	311950	Coronel Murta	9.411	4	6.324,19
MG	311960	Coronel Pacheco	3.125	5	2.700,00
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	3.471	7	3.332,16
MG	311980	Córrego Danta	3.359	5	2.960,06
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	3.804	9	3.666,24
MG	311995	Córrego Fundo	6.295	8	6.043,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312000	Córrego Novo	2.970	7	2.976,00
MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	4.444	8	4.266,24
MG	312015	Crisólita	6.631	6	6.365,76
MG	312020	Cristais	12.564	7	12.061,44
MG	312030	Cristália	6.042	6	5.800,32
MG	312040	Cristiano Otoni	5.225	6	5.016,00
MG	312050	Cristina	10.482	7	10.066,56
MG	312060	Crucilândia	5.057	4	3.398,30
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	4.174	7	4.007,04
MG	312080	Cruzília	15.497	10	14.877,12
MG	312083	Cuparaque	4.995	8	4.795,20
MG	312087	Curral de Dentro	7.623	7	7.318,08
MG	312090	Curvelo	79.878	8	69.014,59
MG	312100	Datas	5.471	8	5.252,16
MG	312110	Delfim Moreira	8.205	8	7.876,80
MG	312120	Delfinópolis	7.186	8	6.898,56
MG	312125	Delta	9.904	6	9.507,84
MG	312130	Descoberto	5.047	7	4.845,12
MG	312140	Desterro de Entre Rios	7.334	6	7.040,64
MG	312150	Desterro do Melo	3.015	8	2.937,60
MG	312160	Diamantina	48.230	6	37.040,64
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	3.913	4	2.644,32
MG	312180	Dionísio	8.287	4	5.817,50
MG	312190	Divinésia	3.455	9	3.316,80
MG	312200	Divino	20.133	7	19.327,68
MG	312210	Divino das Laranjeiras	5.086	6	4.882,56
MG	312220	Divinolândia de Minas	7.559	6	7.256,64
MG	312230	Divinópolis	234.937	10	241.045,36
MG	312235	Divisa Alegre	6.625	7	6.360,00
MG	312240	Divisa Nova	6.068	6	5.825,28
MG	312245	Divisópolis	10.547	7	10.125,12
MG	312247	Dom Bosco	3.818	5	3.345,41
MG	312250	Dom Cavati	5.247	6	5.090,88
MG	312260	Dom Joaquim	4.602	6	4.446,72
MG	312270	Dom Silvério	5.351	7	5.136,96
MG	312280	Dom Viçoso	3.072	4	2.065,73
MG	312290	Dona Eusébia	6.527	8	6.265,92
MG	312300	Dores de Campos	10.093	8	9.689,28
MG	312310	Dores de Guanhães	5.316	9	5.129,28
MG	312320	Dores do Indaiá	13.923	8	13.486,08
MG	312330	Dores do Turvo	4.437	6	4.335,36
MG	312340	Doresópolis	1.533	9	1.471,68
MG	312350	Douradoquara	1.930	6	1.852,80
MG	312352	Durandé	7.884	7	7.568,64
MG	312360	Elói Mendes	27.730	8	26.620,80
MG	312370	Engenheiro Caldas	11.098	6	9.588,67
MG	312380	Engenheiro Navarro	7.377	11	7.081,92
MG	312385	Entre Folhas	5.443	4	3.657,70
MG	312390	Entre Rios de Minas	15.292	8	14.680,32
MG	312400	Ervália	19.015	7	18.254,40
MG	312410	Esmeraldas	69.010	6	46.374,72
MG	312420	Espera Feliz	24.805	8	23.812,80
MG	312430	Espinosa	32.214	5	20.101,54
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	4.712	6	4.523,52
MG	312450	Estiva	11.449	2	2.747,76
MG	312460	Estrela Dalva	2.448	7	2.396,16
MG	312470	Estrela do Indaiá	3.590	7	3.457,92
MG	312480	Estrela do Sul	7.981	8	7.661,76
MG	312490	Eugenópolis	11.285	9	10.833,60
MG	312500	Ewbank da Câmara	3.952	6	3.793,92
MG	312510	Extrema	34.344	10	32.970,24
MG	312520	Fama	2.426	5	2.096,06
MG	312530	Faria Lemos	3.371	3	1.643,04
MG	312540	Felício dos Santos	5.012	7	4.950,72
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	3.205	8	3.076,80
MG	312560	Felisburgo	7.431	10	7.133,76
MG	312570	Felixlândia	15.273	5	10.996,56
MG	312580	Fernandes Tourinho	3.369	6	3.234,24
MG	312590	Ferros	10.432	9	10.374,72
MG	312595	Fervedouro	11.039	7	10.597,44
MG	312600	Florestal	7.343	4	5.756,91
MG	312610	Formiga	68.423	9	67.738,77
MG	312620	Formoso	9.294	7	8.922,24
MG	312630	Fortaleza de Minas	4.407	6	4.230,72
MG	312640	Fortuna de Minas	2.932	9	2.814,72
MG	312650	Francisco Badaró	10.557	6	9.121,25
MG	312660	Francisco Dumont	5.215	6	5.006,40
MG	312670	Francisco Sá	26.428	8	25.370,88
MG	312675	Franciscópolis	5.672	8	5.592,00
MG	312680	Frei Gaspar	6.024	8	5.791,68
MG	312690	Frei Inocêncio	9.597	7	9.213,12
MG	312695	Frei Lagonegro	3.510	6	3.369,60
MG	312700	Fronteira	17.072	7	16.389,12
MG	312705	Fronteira dos Vales	4.733	11	4.585,92
MG	312707	Fruta de Leite	5.709	7	5.682,24
MG	312710	Frutal	58.770	8	50.777,28
MG	312720	Funilândia	4.277	6	4.105,92
MG	312730	Galiléia	7.034	8	6.808,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312733	Gameleiras	5.246	8	5.053,44
MG	312735	Glaucilândia	3.160	5	2.730,24
MG	312737	Goiabeira	3.328	10	3.194,88
MG	312738	Goianá	3.952	4	2.655,74
MG	312740	Gonçalves	4.410	6	4.233,60
MG	312750	Gonzaga	6.223	5	5.376,67
MG	312760	Gouveia	12.064	7	11.581,44
MG	312770	Governador Valadares	280.901	9	273.035,77
MG	312780	Grão Mogol	15.931	6	13.764,38
MG	312790	Grupiara	1.418	6	1.361,28
MG	312800	Guanhães	34.054	10	32.691,84
MG	312810	Guapé	14.460	8	13.881,60
MG	312820	Guaraciaba	10.542	3	4.048,13
MG	312825	Guaraciama	5.001	7	4.800,96
MG	312830	Guaranésia	19.378	7	18.602,88
MG	312840	Guarani	9.047	9	8.685,12
MG	312850	Guarará	3.938	6	3.831,36
MG	312860	Guarda-Mor	6.736	6	6.471,36
MG	312870	Guaxupé	52.294	7	35.141,57
MG	312880	Guidoval	7.300	5	6.355,58
MG	312890	Guimarânia	7.956	12	7.637,76
MG	312900	Guiricema	8.714	5	7.636,03
MG	312910	Gurinhatã	5.959	8	5.898,24
MG	312920	Heliodora	6.561	5	5.668,70
MG	312930	Iapu	10.962	12	10.523,52
MG	312940	Ibertioga	5.150	6	4.956,48
MG	312950	Ibiá	25.100	9	24.096,00
MG	312960	Ibiaí	8.400	5	7.257,60
MG	312965	Ibiracatu	6.165	8	6.000,00
MG	312970	Ibiraci	13.575	5	9.774,00
MG	312980	Ibirité	177.475	6	134.171,10
MG	312990	Ibitiúra de Minas	3.536	7	3.394,56
MG	313000	Ibituruna	3.018	5	2.607,55
MG	313005	Icaraí de Minas	11.835	8	11.361,60
MG	313010	Igarapé	41.127	7	41.456,02
MG	313020	Igaratinga	10.547	8	10.125,12
MG	313030	Iguatama	8.172	3	3.942,24
MG	313040	Ijaci	6.460	7	6.201,60
MG	313050	Ilicínea	12.358	11	11.863,68
MG	313055	Imbé de Minas	6.899	8	6.623,04
MG	313060	Inconfidentes	7.356	7	7.061,76
MG	313065	Indaiabira	7.524	7	7.226,88
MG	313070	Indianópolis	6.806	10	6.533,76
MG	313080	Ingaí	2.785	5	2.406,24
MG	313090	Inhapim	24.792	12	23.886,72
MG	313100	Inhaúma	6.240	7	5.990,40
MG	313110	Inimutaba	7.489	8	7.189,44
MG	313115	Ipaba	18.375	4	9.702,00
MG	313120	Ipanema	19.736	11	18.946,56
MG	313130	Ipatinga	261.203	10	267.994,28
MG	313140	Ipiaçu	4.285	5	3.702,24
MG	313150	Ipuiúna	10.125	8	9.720,00
MG	313160	Iraí de Minas	6.969	8	6.690,24
MG	313170	Itabira	119.285	8	103.062,24
MG	313180	Itabirinha	11.498	10	11.038,08
MG	313190	Itabirito	50.816	8	43.905,02
MG	313200	Itacambira	5.374	6	5.159,04
MG	313210	Itacarambi	18.443	8	17.705,28
MG	313220	Itaguara	13.329	10	14.928,48
MG	313230	Itaipé	12.725	9	12.216,00
MG	313240	Itajubá	97.000	8	83.808,00
MG	313250	Itamarandiba	34.661	8	33.274,56
MG	313260	Itamarati de Minas	4.362	5	3.768,77
MG	313270	Itambacuri	23.637	8	22.691,52
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	2.207	4	1.532,83
MG	313290	Itamogi	10.501	7	10.149,12
MG	313300	Itamonte	15.391	9	14.775,36
MG	313310	Itanhandu	15.290	10	14.678,40
MG	313320	Itanhomi	12.394	8	11.898,24
MG	313330	Itaobim	21.559	8	20.706,24
MG	313340	Itapagipe	15.041	9	14.439,36
MG	313350	Itapecerica	22.158	9	21.271,68
MG	313360	Itapeva	9.618	9	9.233,28
MG	313370	Itatiaiuçu	10.979	8	12.296,48
MG	313375	Itaú de Minas	16.082	6	13.894,85
MG	313380	Itaúna	92.696	9	88.988,16
MG	313390	Itaverava	5.690	6	5.599,68
MG	313400	Itinga	15.147	7	14.541,12
MG	313410	Itueta	6.120	7	5.875,20
MG	313420	Ituiutaba	104.526	9	90.310,46
MG	313430	Itumirim	6.213	6	6.012,48
MG	313440	Iturama	38.484	9	36.944,64
MG	313450	Itutinga	3.926	6	3.816,96
MG	313460	Jaboticatubas	19.545	9	21.890,40
MG	313470	Jacinto	12.561	9	12.058,56
MG	313480	Jacuí	7.809	8	7.496,64
MG	313490	Jacutinga	25.453	7	24.434,88

MG	313500	Jaguaraçu	3.158	6	3.031,68
MG	313505	Jaíba	37.939	6	29.137,15
MG	313507	Jampruca	5.414	9	5.197,44
MG	313510	Janaúba	71.653	9	72.369,53
MG	313520	Januária	68.584	9	65.840,64
MG	313530	Japaraíba	4.308	6	4.135,68
MG	313535	Japonvar	8.683	10	8.335,68
MG	313540	Jeceaba	5.209	7	5.171,52
MG	313545	Jenipapo de Minas	7.672	7	7.365,12
MG	313550	Jequeri	12.859	6	11.267,42
MG	313560	Jequitaí	7.890	8	7.746,24
MG	313570	Jequitibá	5.319	8	5.106,24
MG	313580	Jequitinhonha	25.560	8	24.537,60
MG	313590	Jesuânia	4.898	10	4.703,04
MG	313600	Joaíma	15.634	7	15.008,64
MG	313610	Joanésia	4.996	5	4.583,52
MG	313620	João Monlevade	79.590	6	45.843,84
MG	313630	João Pinheiro	48.751	8	46.800,96
MG	313640	Joaquim Felício	4.669	9	4.482,24
MG	313650	Jordânia	10.901	6	9.418,46
MG	313652	José Gonçalves de Minas	4.631	7	4.469,76
MG	313655	José Raydan	4.894	7	4.698,24
MG	313657	Josenópolis	4.877	6	4.681,92
MG	313660	Nova União	5.804	7	6.500,48
MG	313665	Juatuba	25.874	5	21.734,16
MG	313670	Juiz de Fora	563.769	4	243.548,21
MG	313680	Juramento	4.358	7	4.183,68
MG	313690	Juruaia	10.341	9	9.927,36
MG	313695	Juvenília	5.860	4	3.939,94
MG	313700	Ladainha	18.152	9	17.425,92
MG	313710	Lagamar	7.795	7	7.489,92
MG	313720	Lagoa da Prata	51.204	10	49.155,84
MG	313730	Lagoa dos Patos	4.248	5	3.713,47
MG	313740	Lagoa Dourada	13.056	6	11.280,38
MG	313750	Lagoa Formosa	18.175	7	17.448,00
MG	313753	Lagoa Grande	9.440	10	9.062,40
MG	313760	Lagoa Santa	61.752	7	48.413,57
MG	313770	Lajinha	20.301	9	19.488,96
MG	313780	Lambari	20.870	8	20.035,20
MG	313790	Lamim	3.498	3	1.691,52
MG	313800	Laranjal	6.852	8	6.577,92
MG	313810	Lassance	6.664	9	6.397,44
MG	313820	Lavras	102.124	10	93.137,09
MG	313830	Leandro Ferreira	3.300	8	3.168,00
MG	313835	Leme do Prado	4.998	8	4.798,08
MG	313840	Leopoldina	53.354	8	46.097,86
MG	313850	Liberdade	5.296	5	4.666,46
MG	313860	Lima Duarte	16.910	8	16.233,60
MG	313862	Limeira do Oeste	7.487	8	7.187,52
MG	313865	Lontra	9.044	6	8.682,24
MG	313867	Luisburgo	6.409	9	6.152,64
MG	313868	Luislândia	6.756	6	6.485,76
MG	313870	Luminárias	5.572	4	3.744,38
MG	313880	Luz	18.400	9	17.664,00
MG	313890	Machacalis	7.237	9	6.947,52
MG	313900	Machado	41.920	8	40.243,20
MG	313910	Madre de Deus de Minas	5.153	5	4.452,19
MG	313920	Malacacheta	19.157	7	18.458,88
MG	313925	Mamonas	6.624	7	6.359,04
MG	313930	Manga	19.372	9	19.102,08
MG	313940	Manhuaçu	88.580	10	85.036,80
MG	313950	Manhumirim	22.784	6	19.685,38
MG	313960	Mantena	28.132	9	27.006,72
MG	313970	Maravilhas	7.876	4	5.292,67
MG	313980	Mar de Espanha	12.743	9	12.233,28
MG	313990	Maria da Fé	14.488	7	13.968,96
MG	314000	Mariana	59.857	8	51.716,45
MG	314010	Marilac	4.254	6	4.125,12
MG	314015	Mário Campos	14.988	3	6.714,62
MG	314020	Maripá de Minas	2.979	7	2.859,84
MG	314030	Marliéria	4.129	4	2.774,69
MG	314040	Marmelópolis	2.900	7	2.859,84
MG	314050	Martinho Campos	13.436	10	12.898,56
MG	314053	Martins Soares	8.172	6	7.845,12
MG	314055	Mata Verde	8.539	6	8.197,44
MG	314060	Materlândia	4.619	8	4.486,08
MG	314070	Mateus Leme	30.678	6	27.487,49
MG	314080	Matias Barbosa	14.449	4	7.629,07
MG	314085	Matias Cardoso	10.999	7	10.559,04
MG	314090	Matipó	18.914	7	18.157,44
MG	314100	Mato Verde	12.849	9	12.429,12
MG	314110	Matozinhos	37.344	7	37.642,75
MG	314120	Matutina	3.846	6	3.701,76
MG	314130	Medeiros	3.765	8	3.614,40
MG	314140	Medina	21.409	8	20.652,48
MG	314150	Mendes Pimentel	6.564	7	6.301,44
MG	314160	Mercês	10.868	6	9.389,95
MG	314170	Mesquita	5.911	7	5.840,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314180	Minas Novas	32.009	6	24.582,91
MG	314190	Minduri	3.970	5	3.430,08
MG	314200	Mirabela	13.726	7	13.176,96
MG	314210	Miradouro	10.837	7	10.403,52
MG	314220	Miraí	14.946	6	12.913,34
MG	314225	Miravânia	4.885	6	4.689,60
MG	314230	Moeda	4.957	7	4.758,72
MG	314240	Moema	7.525	6	7.224,00
MG	314250	Monjolos	2.327	7	2.283,84
MG	314260	Monsenhor Paulo	8.711	6	8.362,56
MG	314270	Montalvânia	15.603	9	15.335,04
MG	314280	Monte Alegre de Minas	21.095	7	20.251,20
MG	314290	Monte Azul	21.783	5	15.996,96
MG	314300	Monte Belo	13.453	5	9.686,16
MG	314310	Monte Carmelo	48.248	8	46.318,08
MG	314315	Monte Formoso	4.936	5	4.264,70
MG	314320	Monte Santo de Minas	21.949	11	21.071,04
MG	314330	Montes Claros	402.027	7	303.932,41
MG	314340	Monte Sião	23.444	7	22.506,24
MG	314345	Montezuma	8.168	9	7.841,28
MG	314350	Morada Nova de Minas	8.860	7	8.505,60
MG	314360	Morro da Garça	2.595	6	2.562,24
MG	314370	Morro do Pilar	3.339	4	2.298,91
MG	314380	Munhoz	6.261	6	6.096,96
MG	314390	Muriaé	108.537	6	70.331,98
MG	314400	Mutum	27.528	9	26.426,88
MG	314410	Muzambinho	21.026	6	18.166,46
MG	314420	Nacip Raydan	3.274	7	3.143,04
MG	314430	Nanuque	41.787	9	40.200,96
MG	314435	Naque	6.930	5	5.987,52
MG	314437	Natalândia	3.382	6	3.246,72
MG	314440	Natércia	4.820	7	4.627,20
MG	314450	Nazareno	8.583	7	8.239,68
MG	314460	Nepomuceno	27.053	8	25.970,88
MG	314465	Ninheira	10.375	6	8.964,00
MG	314467	Nova Belém	3.465	7	3.515,52
MG	314470	Nova Era	17.994	8	17.281,92
MG	314480	Nova Lima	92.178	8	92.915,42
MG	314490	Nova Módica	3.757	7	3.676,80
MG	314500	Nova Ponte	14.934	7	14.336,64
MG	314505	Nova Porteirinha	7.648	8	7.342,08
MG	314510	Nova Resende	16.645	6	14.381,28
MG	314520	Nova Serrana	94.681	9	90.893,76
MG	314530	Novo Cruzeiro	31.884	9	30.608,64
MG	314535	Novo Oriente de Minas	10.869	10	10.434,24
MG	314537	Novorizonte	5.308	8	5.095,68
MG	314540	Olaria	1.873	6	1.878,72
MG	314545	Olhos-d'Água	5.943	8	5.705,28
MG	314550	Olímpio Noronha	2.763	7	2.652,48
MG	314560	Oliveira	41.907	7	36.207,65
MG	314570	Oliveira Fortes	2.182	5	1.885,25
MG	314580	Onça de Pitangui	3.192	8	3.064,32
MG	314585	Oratórios	4.710	6	4.521,60
MG	314587	Orizânia	7.949	8	7.631,04
MG	314590	Ouro Branco	38.935	10	37.377,60
MG	314600	Ouro Fino	33.716	8	32.367,36
MG	314610	Ouro Preto	74.659	8	64.505,38
MG	314620	Ouro Verde de Minas	6.110	8	5.902,08
MG	314625	Padre Carvalho	6.338	5	5.476,03
MG	314630	Padre Paraíso	20.177	9	19.369,92
MG	314640	Paineiras	4.650	9	4.519,68
MG	314650	Pains	8.391	7	8.055,36
MG	314655	Pai Pedro	6.184	6	5.936,64
MG	314660	Paiva	1.577	4	1.068,48
MG	314670	Palma	6.753	7	6.482,88
MG	314675	Palmópolis	6.161	8	6.460,43
MG	314690	Papagaios	15.516	8	14.895,36
MG	314700	Paracatu	92.386	8	79.821,50
MG	314710	Pará de Minas	92.739	9	89.029,44
MG	314720	Paraguaçu	21.583	11	20.719,68
MG	314730	Paraisópolis	20.983	9	20.143,68
MG	314740	Paraopeba	24.427	6	21.104,93
MG	314750	Passabém	1.732	3	852,48
MG	314760	Passa Quatro	16.470	9	15.811,20
MG	314770	Passa Tempo	8.324	8	8.041,92
MG	314780	Passa-Vinte	2.104	7	2.036,16
MG	314790	Passos	114.458	7	86.530,25
MG	314795	Patis	5.976	6	5.736,96
MG	314800	Patos de Minas	150.893	11	162.964,44
MG	314810	Patrocínio	89.983	10	86.383,68
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	5.680	7	5.452,80
MG	314830	Paula Cândido	9.698	5	8.379,07
MG	314840	Paulistas	4.982	6	4.819,20
MG	314850	Pavão	8.709	8	8.420,16
MG	314860	Peçanha	17.871	6	15.440,54
MG	314870	Pedra Azul	24.748	7	23.758,08
MG	314875	Pedra Bonita	7.117	5	6.149,09
MG	314880	Pedra do Anta	3.270	9	3.277,44
MG	314890	Pedra do Indaiá	4.034	9	3.872,64
MG	314900	Pedra Dourada	2.452	5	2.118,53
MG	314910	Pedralva	11.570	5	8.411,76
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	11.396	4	6.017,09
MG	314920	Pedrinópolis	3.672	9	3.525,12
MG	314930	Pedro Leopoldo	63.837	8	74.114,76
MG	314940	Pedro Teixeira	1.843	5	1.592,35

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314950	Pequeri	3.347	3	1.606,56
MG	314960	Pequi	4.395	7	4.219,20
MG	314970	Perdigão	10.846	6	9.370,94
MG	314980	Perdizes	15.925	9	15.288,00
MG	314990	Perdões	21.444	7	20.586,24
MG	314995	Periquito	7.060	9	6.864,00
MG	315000	Pescador	4.311	8	4.138,56
MG	315010	Piau	2.850	4	1.940,06
MG	315015	Piedade de Caratinga	8.247	9	7.917,12
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	4.213	6	4.044,48
MG	315030	Piedade do Rio Grande	4.684	5	4.117,82
MG	315040	Piedade dos Gerais	4.981	7	4.781,76
MG	315050	Pimenta	8.720	6	8.371,20
MG	315053	Pingo-d'Água	4.873	11	4.678,08
MG	315057	Pintópolis	7.585	6	7.281,60
MG	315060	Piracema	6.566	8	6.312,00
MG	315070	Pirajuba	5.790	8	5.558,40
MG	315080	Piranga	17.918	4	9.460,70
MG	315090	Piranguçu	5.514	6	5.293,44
MG	315100	Piranguinho	8.597	7	8.253,12
MG	315110	Pirapetinga	10.876	7	10.440,96
MG	315120	Pirapora	56.706	8	48.993,98
MG	315130	Piraúba	11.080	7	10.678,08
MG	315140	Pitangui	27.706	8	26.597,76
MG	315150	Piumhi	34.525	11	33.144,00
MG	315160	Planura	11.796	5	8.493,12
MG	315170	Poço Fundo	16.903	7	16.226,88
MG	315180	Poços de Caldas	166.085	8	143.497,44
MG	315190	Pocrane	8.841	9	8.688,00
MG	315200	Pompéu	31.612	6	24.278,02
MG	315210	Ponte Nova	60.361	7	40.562,59
MG	315213	Ponto Chique	4.259	7	4.088,64
MG	315217	Ponto dos Volantes	12.138	7	11.652,48
MG	315220	Porteirinha	38.741	10	37.191,36
MG	315230	Porto Firme	11.245	5	8.096,40
MG	315240	Poté	16.641	7	15.975,36
MG	315250	Pouso Alegre	147.137	10	150.962,56
MG	315260	Pouso Alto	6.185	9	6.039,36
MG	315270	Prados	9.021	4	6.062,11
MG	315280	Prata	27.796	8	26.684,16
MG	315290	Pratápolis	8.890	3	4.308,00
MG	315300	Pratinha	3.569	8	3.426,24
MG	315310	Presidente Bernardes	5.562	8	5.404,80
MG	315320	Presidente Juscelino	3.827	6	3.770,88
MG	315330	Presidente Kubitschek	3.061	6	2.938,56
MG	315340	Presidente Olegário	19.599	7	18.815,04
MG	315350	Alto Jequitibá	8.522	8	8.193,60
MG	315360	Prudente de Morais	10.577	8	10.153,92
MG	315370	Quartel Geral	3.557	6	3.414,72
MG	315380	Queluzito	1.958	4	1.315,78
MG	315390	Raposos	16.390	3	7.342,72
MG	315400	Raul Soares	24.368	7	23.446,08
MG	315410	Recreio	10.697	7	10.269,12
MG	315415	Reduto	7.117	6	6.832,32
MG	315420	Resende Costa	11.569	6	9.995,62
MG	315430	Resplendor	17.715	9	17.006,40
MG	315440	Ressaquinha	4.861	5	4.260,03
MG	315445	Riachinho	8.290	7	7.958,40
MG	315450	Riacho dos Machados	9.672	6	9.285,12
MG	315460	Ribeirão das Neves	328.871	8	359.916,42
MG	315470	Ribeirão Vermelho	4.058	5	3.506,11
MG	315480	Rio Acima	10.123	9	11.337,76
MG	315490	Rio Casca	14.130	6	12.420,86
MG	315500	Rio Doce	2.623	5	2.266,27
MG	315510	Rio do Prado	5.302	8	5.119,68
MG	315520	Rio Espera	5.825	3	2.901,60
MG	315530	Rio Manso	5.774	6	6.466,88
MG	315540	Rio Novo	9.084	8	8.720,64
MG	315550	Rio Paranaíba	12.462	8	11.963,52
MG	315560	Rio Pardo de Minas	31.016	8	29.775,36
MG	315570	Rio Piracicaba	14.624	5	10.529,28
MG	315580	Rio Pomba	18.061	6	15.604,70
MG	315590	Rio Preto	5.544	6	5.322,24
MG	315600	Rio Vermelho	13.453	7	13.204,80
MG	315610	Ritápolis	4.834	5	4.281,12
MG	315620	Rochedo de Minas	2.293	6	2.201,28
MG	315630	Rodeiro	7.857	9	7.542,72
MG	315640	Romaria	3.644	5	3.171,74
MG	315645	Rosário da Limeira	4.580	4	3.077,76
MG	315650	Rubelita	6.789	5	6.417,79
MG	315660	Rubim	10.377	7	9.961,92
MG	315670	Sabará	135.968	10	157.586,91
MG	315680	Sabinópolis	15.936	7	15.400,32
MG	315690	Sacramento	25.998	11	24.958,08
MG	315700	Salinas	41.678	7	36.009,79
MG	315710	Salto da Divisa	7.127	7	6.841,92
MG	315720	Santa Bárbara	30.690	8	34.372,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315725	Santa Bárbara do Leste	8.180	5	7.067,52
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	3.096	5	2.674,94
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	4.590	5	4.014,14
MG	315733	Santa Cruz de Minas	8.547	7	8.205,12
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	4.337	6	4.256,64
MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	4.960	4	3.393,60
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	4.587	5	4.027,10
MG	315760	Santa Fé de Minas	3.985	4	2.710,85
MG	315765	Santa Helena de Minas	6.410	6	6.153,60
MG	315770	Santa Juliana	13.380	8	12.844,80
MG	315780	Santa Luzia	218.897	8	217.145,82
MG	315790	Santa Margarida	16.173	6	13.973,47
MG	315800	Santa Maria de Itabira	11.007	5	7.925,04
MG	315810	Santa Maria do Salto	5.381	10	5.189,76
MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	14.896	9	14.300,16
MG	315830	Santana da Vargem	7.322	6	7.083,84
MG	315840	Santana de Cataguases	3.876	5	3.348,86
MG	315850	Santana de Pirapama	7.965	6	7.781,76
MG	315860	Santana do Deserto	4.032	6	3.870,72
MG	315870	Santana do Garambéu	2.436	5	2.104,70
MG	315880	Santana do Jacaré	4.861	7	4.666,56
MG	315890	Santana do Manhuaçu	8.853	9	8.498,88
MG	315895	Santana do Paraíso	32.828	9	31.514,88
MG	315900	Santana do Riacho	4.301	4	2.890,27
MG	315910	Santana dos Montes	3.887	5	3.376,51
MG	315920	Santa Rita de Caldas	9.198	6	8.869,44
MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	5.043	6	4.886,40
MG	315935	Santa Rita de Minas	7.149	6	6.863,04
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	3.566	5	3.134,59
MG	315950	Santa Rita do Itueto	5.699	5	4.995,65
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	42.324	8	40.631,04
MG	315970	Santa Rosa da Serra	3.386	5	2.925,50
MG	315980	Santa Vitória	19.646	7	18.860,16
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	18.553	8	17.810,88
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	3.668	5	3.169,15
MG	316010	Santo Antônio do Grama	4.071	7	3.972,48
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	4.040	5	3.586,46
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	11.977	8	11.560,32
MG	316040	Santo Antônio do Monte	28.115	8	26.990,40
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	7.339	6	7.045,44
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	1.813	3	873,60
MG	316060	Santo Hipólito	3.218	5	2.830,46
MG	316070	Santos Dumont	47.561	7	41.092,70
MG	316080	São Bento Abade	5.159	5	4.457,38
MG	316090	São Brás do Suaçuí	3.747	6	3.597,12
MG	316095	São Domingos das Dores	5.697	8	5.469,12
MG	316100	São Domingos do Prata	17.787	5	12.823,92
MG	316105	São Félix de Minas	3.458	5	2.995,49
MG	316110	São Francisco	56.805	8	51.124,50
MG	316120	São Francisco de Paula	6.673	8	6.406,08
MG	316130	São Francisco de Sales	6.224	8	5.975,04
MG	316140	São Francisco do Glória	5.085	6	5.002,56
MG	316150	São Geraldo	11.905	5	8.571,60
MG	316160	São Geraldo da Piedade	4.214	9	4.197,12
MG	316165	São Geraldo do Baixio	3.920	9	3.763,20
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	6.898	5	5.959,87
MG	316180	São Gonçalo do Pará	11.985	5	8.629,20
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	10.773	8	10.342,08
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	25.517	6	22.046,69
MG	316210	São Gotardo	35.016	11	33.615,36
MG	316220	São João Batista do Glória	7.431	6	7.133,76
MG	316225	São João da Lagoa	4.942	6	4.744,32
MG	316230	São João da Mata	2.811	8	2.698,56
MG	316240	São João da Ponte	25.856	4	13.707,41
MG	316245	São João das Missões	12.862	8	12.347,52
MG	316250	São João del Rei	90.263	8	77.987,23
MG	316255	São João do Manhuaçu	11.367	8	10.912,32
MG	316257	São João do Manteninha	5.759	6	5.528,64
MG	316260	São João do Oriente	7.819	7	7.645,44
MG	316265	São João do Pacuí	4.396	6	4.220,16
MG	316270	São João do Paraíso	23.729	9	22.779,84
MG	316280	São João Evangelista	16.083	8	15.439,68
MG	316290	São João Nepomuceno	26.538	7	25.476,48
MG	316292	São Joaquim de Bicas	30.160	6	27.023,36
MG	316294	São José da Barra	7.374	7	7.079,04
MG	316295	São José da Lapa	22.910	7	25.659,20
MG	316300	São José da Safira	4.303	8	4.130,88
MG	316310	São José da Varginha	4.834	8	4.640,64
MG	316320	São José do Alegre	4.228	5	3.652,99
MG	316330	São José do Divino	3.946	7	3.788,16
MG	316340	São José do Goiabal	5.633	7	5.488,32
MG	316350	São José do Jacuri	6.650	9	6.426,24
MG	316360	São José do Mantimento	2.787	8	2.675,52
MG	316370	São Lourenço	45.457	9	43.638,72
MG	316380	São Miguel do Anta	7.045	4	4.734,24
MG	316390	São Pedro da União	4.911	9	4.851,84
MG	316400	São Pedro dos Ferros	8.181	8	8.061,12
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	5.494	5	4.852,22

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316420	São Romão	11.892	5	8.562,24
MG	316430	São Roque de Minas	7.092	6	6.808,32
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	5.438	6	5.220,48
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	3.006	6	2.885,76
MG	316447	São Sebastião do Anta	6.419	6	6.162,24
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	10.511	8	10.310,40
MG	316460	São Sebastião do Oeste	6.589	3	3.162,72
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	70.533	10	67.711,68
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	1.582	6	1.557,12
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	2.249	6	2.159,04
MG	316500	São Tiago	11.073	4	5.846,54
MG	316510	São Tomás de Aquino	7.222	7	6.966,72
MG	316520	São Thomé das Letras	7.106	7	6.821,76
MG	316530	São Vicente de Minas	7.672	5	6.628,61
MG	316540	Sapucaí-Mirim	6.850	6	6.576,00
MG	316550	Sardoá	6.198	6	5.950,08
MG	316553	Sarzedo	31.037	9	34.761,44
MG	316555	Setubinha	12.060	10	11.577,60
MG	316556	Sem-Peixe	2.776	6	2.741,76
MG	316557	Senador Amaral	5.439	9	5.221,44
MG	316560	Senador Cortes	2.049	3	983,52
MG	316570	Senador Firmino	7.792	5	6.732,29
MG	316580	Senador José Bento	1.672	4	1.212,29
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	4.410	6	4.381,44
MG	316600	Senhora de Oliveira	5.892	5	5.090,69
MG	316610	Senhora do Porto	3.602	7	3.457,92
MG	316620	Senhora dos Remédios	10.622	6	9.177,41
MG	316630	Sericita	7.434	9	7.136,64
MG	316640	Seritinga	1.874	7	1.799,04
MG	316650	Serra Azul de Minas	4.372	8	4.197,12
MG	316660	Serra da Saudade	812	4	554,40
MG	316670	Serra dos Aimorés	8.809	8	8.456,64
MG	316680	Serra do Salitre	11.491	8	11.031,36
MG	316690	Serrania	7.812	6	7.499,52
MG	316695	Serranópolis de Minas	4.769	7	4.578,24
MG	316700	Serranos	2.023	6	1.955,52
MG	316710	Serro	21.435	8	20.577,60
MG	316720	Sete Lagoas	236.228	11	255.126,24
MG	316730	Silveirânia	2.292	6	2.200,32
MG	316740	Silvianópolis	6.314	6	6.061,44
MG	316750	Simão Pereira	2.651	5	2.290,46
MG	316760	Simonésia	19.633	11	18.847,68
MG	316770	Sobrália	5.791	10	5.661,12
MG	316780	Soledade de Minas	6.131	7	5.885,76
MG	316790	Tabuleiro	3.963	4	2.745,12
MG	316800	Taiobeiras	33.824	9	32.471,04
MG	316805	Taparuba	3.196	5	2.773,44
MG	316810	Tapira	4.650	7	4.464,00
MG	316820	Tapiraí	1.921	8	1.846,08
MG	316830	Taquaraçu de Minas	4.075	4	3.194,80
MG	316840	Tarumirim	14.667	10	14.089,92
MG	316850	Teixeiras	11.836	6	10.226,30
MG	316860	Teófilo Otoni	141.934	7	107.302,10
MG	316870	Timóteo	88.931	8	82.439,04
MG	316880	Tiradentes	7.807	3	3.747,36
MG	316890	Tiros	6.795	7	6.676,80
MG	316900	Tocantins	16.766	9	16.095,36
MG	316905	Tocos do Moji	4.147	6	3.981,12
MG	316910	Toledo	6.232	8	5.982,72
MG	316920	Tombos	8.772	6	8.948,16
MG	316930	Três Corações	78.999	7	53.087,33
MG	316935	Três Marias	31.687	8	30.419,52
MG	316940	Três Pontas	57.097	8	49.331,81
MG	316950	Tumiritinga	6.739	10	6.469,44
MG	316960	Tupaciguara	25.538	11	24.516,48
MG	316970	Turmalina	19.762	8	18.971,52
MG	316980	Turvolândia	5.025	4	3.376,80
MG	316990	Ubá	113.300	7	85.654,80
MG	317000	Ubaí	12.531	8	12.029,76
MG	317005	Ubaporanga	12.622	9	12.117,12
MG	317010	Uberaba	328.272	9	319.080,38
MG	317020	Uberlândia	676.613	11	730.742,04
MG	317030	Umburatiba	2.709	6	2.636,16
MG	317040	Unaí	83.980	9	80.620,80
MG	317043	União de Minas	4.452	7	4.318,08
MG	317047	Uruana de Minas	3.338	7	3.204,48
MG	317050	Urucânia	10.589	7	10.165,44
MG	317052	Urucuia	16.095	7	15.451,20
MG	317057	Vargem Alegre	6.632	9	6.369,60
MG	317060	Vargem Bonita	2.209	6	2.127,36
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	5.032	6	4.830,72
MG	317070	Varginha	134.364	8	116.090,50
MG	317075	Varjão de Minas	6.947	7	6.669,12
MG	317080	Várzea da Palma	39.128	9	37.562,88
MG	317090	Varzelândia	19.723	9	18.934,08
MG	317100	Vazante	20.784	8	19.952,64
MG	317103	Verdelândia	9.220	6	8.851,20
MG	317107	Veredinha	5.798	5	5.009,47
MG	317110	Veríssimo	3.911	8	3.754,56
MG	317115	Vermelho Novo	4.905	5	4.237,92
MG	317120	Vespasiano	122.365	5	69.748,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	317130	Viçosa	78.381	7	52.672,03
MG	317140	Vieiras	3.741	4	2.546,88
MG	317150	Mathias Lobato	3.342	8	3.269,76
MG	317160	Virgem da Lapa	14.043	8	13.481,28
MG	317170	Virgínia	8.870	9	8.515,20
MG	317180	Virginópolis	10.793	8	10.396,80
MG	317190	Virgolândia	5.613	5	4.942,08
MG	317200	Visconde do Rio Branco	41.932	7	36.229,25
MG	317210	Volta Grande	5.315	7	5.102,40
MG	317220	Wenceslau Braz	2.615	6	2.514,24
MS	500020	Água Clara	14.992	9	22.606,65
MS	500025	Alcinópolis	5.188	10	4.150,40
MS	500060	Amambai	38.465	10	33.734,40
MS	500070	Anastácio	24.954	7	24.707,94
MS	500080	Anaurilândia	8.927	4	11.277,64
MS	500085	Angélica	10.458	6	7.529,76
MS	500090	Antônio João	8.808	7	7.046,40
MS	500100	Aparecida do Taboado	25.072	9	24.518,01
MS	500110	Aquidauana	47.482	11	52.850,01
MS	500124	Aral Moreira	11.771	8	9.416,80
MS	500150	Bandeirantes	6.795	8	6.349,96
MS	500190	Bataguassu	22.389	7	22.342,33
MS	500200	Batayporã	11.248	5	6.748,80
MS	500210	Bela Vista	24.331	8	19.464,80
MS	500215	Bodoquena	7.820	10	6.383,20
MS	500220	Bonito	21.483	7	31.815,30
MS	500230	Brasilândia	11.864	6	8.646,04
MS	500240	Caarapó	29.292	9	26.390,75
MS	500260	Camapuã	13.694	7	13.013,95
MS	500270	Campo Grande	874.210	7	883.502,56
MS	500280	Caracol	5.972	7	5.295,90
MS	500290	Cassilândia	21.748	9	31.339,54
MS	500295	Chapadão do Sul	23.940	11	19.152,00
MS	500310	Corguinho	5.730	6	5.973,02
MS	500315	Coronel Sapucaia	15.016	10	12.012,80
MS	500320	Corumbá	109.899	7	104.726,18
MS	500325	Costa Rica	20.159	9	16.127,20
MS	500330	Coxim	33.323	8	37.888,50
MS	500345	Deodápolis	12.773	8	10.218,40
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	11.132	10	8.905,60
MS	500350	Douradina	5.827	6	5.524,26
MS	500370	Dourados	218.069	9	176.515,12
MS	500375	Eldorado	12.224	5	7.334,40
MS	500380	Fátima do Sul	19.181	12	15.408,00
MS	500390	Figueirão	3.027	5	3.359,41
MS	500400	Glória de Dourados	9.960	3	4.010,00
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	9.991	7	8.372,71
MS	500430	Iguatemi	15.838	8	12.670,40
MS	500440	Inocência	7.618	8	6.997,27
MS	500450	Itaporã	23.539	8	18.831,20
MS	500460	Itaquiraí	20.637	8	22.883,91
MS	500470	Ivinhema	23.021	10	22.261,87
MS	500480	Japorã	8.836	5	6.361,92
MS	500490	Jaraguari	7.019	5	5.053,68
MS	500500	Jardim	25.758	11	24.828,40
MS	500510	Jateí	4.025	8	3.816,44
MS	500515	Juti	6.553	8	5.242,40
MS	500520	Ladário	22.590	10	18.072,00
MS	500525	Laguna Carapã	7.177	7	5.901,17
MS	500540	Maracaju	44.994	9	36.091,37
MS	500560	Miranda	27.525	9	23.017,80
MS	500568	Mundo Novo	18.103	7	14.482,40
MS	500570	Naviraí	53.188	11	42.550,40
MS	500580	Nioaque	14.092	9	12.043,94
MS	500600	Nova Alvorada do Sul	20.772	7	24.815,72
MS	500620	Nova Andradina	52.625	11	49.454,84
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	4.041	7	4.054,43
MS	500627	Paraíso das Águas	5.350	7	4.280,00
MS	500630	Paranaíba	41.755	10	43.989,64
MS	500635	Paranhos	13.852	7	11.081,60
MS	500640	Pedro Gomes	7.683	7	6.446,46
MS	500660	Ponta Porã	89.592	8	77.792,13
MS	500690	Porto Murtinho	16.879	8	13.503,20
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	23.881	10	19.104,80
MS	500720	Rio Brilhante	36.144	9	28.915,20
MS	500730	Rio Negro	4.834	11	3.991,20
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	19.569	8	30.637,61
MS	500750	Rochedo	5.346	7	4.288,04
MS	500755	Santa Rita do Pardo	7.732	5	6.882,57
MS	500769	São Gabriel do Oeste	25.898	10	23.484,40
MS	500770	Sete Quedas	10.790	7	8.700,80
MS	500780	Selvíria	6.482	6	5.269,61
MS	500790	Sidrolândia	54.575	11	43.660,00
MS	500793	Sonora	18.393	8	20.482,51
MS	500795	Tacuru	11.284	6	8.754,35
MS	500797	Taquarussu	3.570	7	3.915,73
MS	500800	Terenos	20.855	6	15.015,60
MS	500830	Três Lagoas	117.477	10	106.524,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500840	Vicentina	6.041	6	4.832,80
MT	510010	Acorizal	5.269	7	5.614,11
MT	510020	Água Boa	24.501	9	25.141,90
MT	510025	Alta Floresta	50.189	7	49.331,31
MT	510030	Alto Araguaia	18.164	7	18.639,13
MT	510035	Alto Boa Vista	6.466	7	9.079,29
MT	510040	Alto Garças	11.532	6	10.650,29
MT	510050	Alto Paraguai	10.921	5	8.405,00
MT	510060	Alto Taquari	10.246	7	10.514,02
MT	510080	Apiacás	9.694	10	15.644,31
MT	510100	Araguaiana	3.036	6	4.424,34
MT	510120	Araguainha	931	6	4.141,94
MT	510125	Araputanga	16.223	8	16.647,36
MT	510130	Arenápolis	9.455	9	10.386,77
MT	510140	Aripuanã	21.357	8	33.967,93
MT	510160	Barão de Melgaço	7.872	4	5.716,44
MT	510170	Barra do Bugres	33.644	8	34.581,53
MT	510180	Barra do Garças	58.974	10	60.516,66
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	6.266	5	7.918,61
MT	510190	Brasnorte	18.688	8	26.240,90
MT	510250	Cáceres	91.271	9	93.658,49
MT	510260	Campinápolis	15.386	6	14.209,62
MT	510263	Campo Novo do Parecis	33.551	11	34.428,63
MT	510267	Campo Verde	39.933	9	40.977,58
MT	510268	Campos de Júlio	6.512	10	9.159,70
MT	510269	Canabrava do Norte	4.630	6	9.001,58
MT	510270	Canarana	20.707	10	31.564,87
MT	510279	Carlinda	10.136	9	15.473,02
MT	510285	Castanheira	8.454	9	11.870,75
MT	510300	Chapada dos Guimarães	19.049	5	14.660,46
MT	510305	Cláudia	11.716	9	17.622,32
MT	510310	Cocalinho	5.535	6	10.256,31
MT	510320	Colíder	32.298	9	45.351,50
MT	510325	Colniza	36.161	8	54.736,05
MT	510330	Comodoro	19.932	7	32.533,36
MT	510335	Confresa	29.471	10	47.562,25
MT	510336	Conquista D'Oeste	3.860	5	4.429,55
MT	510337	Cotriguaçu	18.689	8	26.242,31
MT	510340	Cuiabá	590.118	5	475.174,81
MT	510343	Curvelândia	5.049	7	5.181,07
MT	510345	Denise	9.115	8	9.353,43
MT	510350	Diamantino	21.294	13	21.851,01
MT	510360	Dom Aquino	7.977	7	8.346,77
MT	510370	Feliz Natal	13.451	9	18.887,33
MT	510380	Figueirópolis D'Oeste	3.444	4	3.149,16
MT	510385	Gaúcha do Norte	7.296	4	8.640,85
MT	510390	General Carneiro	5.333	7	5.472,50
MT	510395	Glória D'Oeste	2.964	5	3.974,42
MT	510410	Guarantã do Norte	34.500	10	49.677,62
MT	510420	Guiratinga	14.615	3	5.998,92
MT	510450	Indiavaí	2.648	5	4.212,25
MT	510452	Ipiranga do Norte	7.171	7	7.358,58
MT	510454	Itanhangá	6.396	10	6.563,31
MT	510455	Itaúba	3.800	11	9.016,48
MT	510460	Itiquira	12.789	8	13.123,54
MT	510480	Jaciara	26.633	8	27.329,67
MT	510490	Jangada	7.996	8	8.205,16
MT	510500	Jauru	8.776	4	7.227,64
MT	510510	Juara	33.851	7	48.117,50
MT	510515	Juína	39.779	11	60.319,42
MT	510517	Juruena	14.913	7	20.940,21
MT	510520	Juscimeira	10.971	8	11.631,50
MT	510523	Lambari D'Oeste	5.887	7	6.040,99
MT	510525	Lucas do Rio Verde	61.515	12	86.376,80
MT	510530	Luciara	2.043	6	4.293,00
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	15.534	5	11.955,26
MT	510558	Marcelândia	10.422	8	25.583,39
MT	510560	Matupá	15.870	11	22.283,99
MT	510562	Mirassol d'Oeste	26.768	7	27.468,20
MT	510590	Nobres	14.917	3	6.158,59
MT	510600	Nortelândia	5.895	4	4.535,41
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	12.484	6	12.384,53
MT	510615	Nova Bandeirantes	14.473	10	21.762,80
MT	510617	Nova Nazaré	3.655	7	5.077,73
MT	510618	Nova Lacerda	6.338	7	6.503,79
MT	510619	Nova Santa Helena	3.596	5	4.127,65
MT	510620	Nova Brasilândia	3.827	4	3.213,77
MT	510621	Nova Canaã do Norte	12.388	5	13.268,58
MT	510622	Nova Mutum	42.607	12	43.721,52
MT	510623	Nova Olímpia	19.465	4	10.985,79
MT	510624	Nova Ubiratã	11.352	8	16.602,30
MT	510625	Nova Xavantina	20.639	10	21.178,88
MT	510626	Novo Mundo	8.730	9	12.258,30
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	3.876	7	5.442,52
MT	510628	Novo São Joaquim	5.066	10	6.731,90
MT	510629	Paranaíta	10.884	8	15.775,48
MT	510630	Paranatinga	21.612	9	32.737,83
MT	510631	Novo Santo Antônio	2.498	4	3.519,89

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510637	Pedra Preta	16.965	7	17.408,77
MT	510642	Peixoto de Azevedo	33.630	7	42.499,66
MT	510645	Planalto da Serra	2.604	7	4.362,63
MT	510650	Poconé	32.241	7	29.775,93
MT	510665	Pontal do Araguaia	6.387	9	6.554,07
MT	510670	Ponte Branca	1.560	7	4.230,75
MT	510675	Pontes e Lacerda	43.832	10	49.179,02
MT	510677	Porto Alegre do Norte	11.995	7	16.842,88
MT	510680	Porto dos Gaúchos	5.283	7	9.937,51
MT	510682	Porto Esperidião	11.603	6	10.715,86
MT	510685	Porto Estrela	2.973	2	1.340,46
MT	510700	Poxoréo	15.985	8	17.682,76
MT	510704	Primavera do Leste	59.293	12	60.844,00
MT	510706	Querência	16.512	8	23.455,67
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	18.452	5	14.541,18
MT	510715	Reserva do Cabaçal	2.646	4	3.103,51
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	9.796	7	14.131,22
MT	510719	Ribeirãozinho	2.320	11	4.467,09
MT	510720	Rio Branco	5.019	5	4.679,59
MT	510724	Santa Carmem	4.360	9	7.067,92
MT	510726	Santo Afonso	3.050	4	3.123,63
MT	510729	São José do Povo	3.908	5	4.302,19
MT	510730	São José do Rio Claro	19.728	7	20.244,05
MT	510735	São José do Xingu	5.416	7	12.031,38
MT	510740	São Pedro da Cipa	4.541	9	4.874,06
MT	510757	Rondolândia	3.854	2	2.524,07
MT	510760	Rondonópolis	222.316	9	205.318,27
MT	510770	Rosário Oeste	16.908	6	16.186,01
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	2.421	4	3.565,02
MT	510775	Salto do Céu	3.347	5	4.056,04
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	3.231	6	5.263,06
MT	510777	Santa Terezinha	8.049	4	8.168,59
MT	510779	Santo Antônio do Leste	4.875	6	5.483,14
MT	510780	Santo Antônio do Leverger	18.392	4	11.023,75
MT	510785	São Félix do Araguaia	11.290	9	17.205,38
MT	510787	Sapezal	24.305	10	34.128,06
MT	510788	Serra Nova Dourada	1.575	2	1.395,31
MT	510790	Sinop	135.874	8	171.501,02
MT	510792	Sorriso	85.223	10	119.666,58
MT	510794	Tabaporã	9.309	8	21.297,35
MT	510795	Tangará da Serra	98.828	11	101.413,17
MT	510800	Tapurah	12.967	10	18.207,72
MT	510805	Terra Nova do Norte	9.606	11	18.601,54
MT	510810	Tesouro	3.682	9	4.758,01
MT	510820	Torixoréu	3.576	10	4.530,86
MT	510830	União do Sul	3.468	7	7.946,64
MT	510835	Vale de São Domingos	3.041	6	4.410,90
MT	510840	Várzea Grande	274.013	4	112.472,29
MT	510850	Vera	10.901	8	17.705,85
MT	510860	Vila Rica	24.835	7	34.872,27
MT	510880	Nova Guarita	4.457	13	7.921,95
MT	510885	Nova Marilândia	3.159	6	4.626,00
MT	510890	Nova Maringá	8.182	5	10.623,04
MT	510895	Nova Monte Verde	8.822	7	13.910,54
PA	150010	Abaetetuba	153.380	3	87.629,06
PA	150013	Abel Figueiredo	7.231	7	13.770,71
PA	150020	Acará	54.096	6	61.812,25
PA	150030	Afuá	38.144	9	72.641,43
PA	150034	Água Azul do Norte	26.682	7	50.813,20
PA	150040	Alenquer	55.246	7	73.647,33
PA	150050	Almeirim	33.195	5	56.998,30
PA	150060	Altamira	111.435	8	169.773,45
PA	150070	Anajás	28.466	2	13.552,66
PA	150080	Ananindeua	516.057	4	393.111,58
PA	150085	Anapu	27.096	8	51.601,62
PA	150090	Augusto Corrêa	44.734	6	68.153,14
PA	150095	Aurora do Pará	30.471	5	37.718,83
PA	150100	Aveiro	15.947	7	30.392,32
PA	150110	Bagre	29.808	1	5.676,64
PA	150120	Baião	46.110	8	87.811,88
PA	150125	Bannach	3.200	8	6.434,97
PA	150130	Barcarena	121.190	7	161.555,96
PA	150140	Belém	1.452.275	3	829.713,75
PA	150145	Belterra	17.249	6	29.564,09
PA	150150	Benevides	60.990	6	69.689,61
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	16.517	7	31.454,97
PA	150160	Bonito	15.834	8	30.154,27
PA	150170	Bragança	124.184	6	141.897,60
PA	150172	Brasil Novo	14.689	9	34.203,02
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	7.182	6	13.892,60
PA	150178	Breu Branco	64.194	4	48.900,42
PA	150180	Breves	99.896	5	95.120,97
PA	150190	Bujaru	28.331	6	48.558,20
PA	150195	Cachoeira do Piriá	32.947	9	47.130,07

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150200	Cachoeira do Arari	23.110	4	32.225,28
PA	150210	Cametá	134.100	7	178.766,02
PA	150215	Canaã dos Carajás	36.027	7	61.748,83
PA	150220	Capanema	67.150	9	127.880,46
PA	150230	Capitão Poço	52.839	7	70.438,61
PA	150240	Castanhal	195.253	7	260.287,87
PA	150250	Chaves	23.066	5	32.945,16
PA	150260	Colares	11.759	5	16.795,38
PA	150270	Conceição do Araguaia	46.571	7	79.820,83
PA	150275	Concórdia do Pará	32.395	2	15.423,26
PA	150276	Cumaru do Norte	13.093	5	18.700,73
PA	150277	Curionópolis	17.453	6	31.036,39
PA	150280	Curralinho	33.490	4	31.889,18
PA	150285	Curuá	13.996	4	14.659,69
PA	150290	Curuçá	38.959	7	66.774,16
PA	150293	Dom Eliseu	58.071	5	55.295,20
PA	150295	Eldorado dos Carajás	32.892	5	40.715,69
PA	150300	Faro	7.009	4	19.825,95
PA	150304	Floresta do Araguaia	19.746	4	20.682,35
PA	150307	Garrafão do Norte	25.363	7	48.301,29
PA	150309	Goianésia do Pará	39.352	6	59.953,56
PA	150310	Gurupá	32.458	3	24.725,20
PA	150320	Igarapé-Açu	37.753	9	71.896,81
PA	150330	Igarapé-Miri	60.994	5	58.078,49
PA	150340	Inhangapi	11.388	9	21.687,30
PA	150345	Ipixuna do Pará	62.237	6	71.114,48
PA	150350	Irituia	31.673	7	54.286,25
PA	150360	Itaituba	98.523	9	187.627,20
PA	150370	Itupiranga	51.835	5	49.357,28
PA	150375	Jacareacanga	8.059	8	79.007,84
PA	150380	Jacundá	57.526	6	65.731,51
PA	150390	Juruti	56.325	10	107.265,33
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	28.138	4	29.472,30
PA	150405	Mãe do Rio	29.260	7	55.722,74
PA	150410	Magalhães Barata	8.316	10	15.836,99
PA	150420	Marabá	271.594	5	258.611,81
PA	150430	Maracanã	28.679	7	54.616,28
PA	150440	Marapanim	27.569	5	39.376,80
PA	150442	Marituba	127.858	3	73.047,83
PA	150445	Medicilândia	30.726	5	38.034,48
PA	150450	Melgaço	26.897	4	28.172,45
PA	150460	Mocajuba	30.277	6	46.127,61
PA	150470	Moju	79.825	8	136.816,85
PA	150475	Mojuí dos Campos	15.646	6	26.816,61
PA	150480	Monte Alegre	56.466	7	75.273,69
PA	150490	Muaná	39.231	3	29.884,60
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	20.789	5	29.692,93
PA	150497	Nova Ipixuna	16.221	5	23.168,45
PA	150500	Nova Timboteua	14.942	7	28.455,54
PA	150503	Novo Progresso	25.071	10	80.148,33
PA	150506	Novo Repartimento	73.802	5	70.274,26
PA	150510	Óbidos	50.727	10	96.604,50
PA	150520	Oeiras do Pará	31.619	6	48.172,17
PA	150530	Oriximiná	71.078	8	152.644,54
PA	150540	Ourém	17.356	6	29.747,49
PA	150543	Ourilândia do Norte	31.921	7	54.711,31
PA	150548	Pacajá	46.383	9	88.331,78
PA	150549	Palestina do Pará	7.386	3	7.108,17
PA	150550	Paragominas	110.026	12	209.533,51
PA	150553	Parauapebas	202.356	6	231.220,05
PA	150555	Pau D'Arco	5.341	4	7.823,85
PA	150560	Peixe-Boi	7.860	6	15.023,81
PA	150563	Piçarra	12.632	7	24.223,97
PA	150565	Placas	30.109	8	57.339,58
PA	150570	Ponta de Pedras	30.219	6	46.039,25
PA	150580	Portel	60.322	3	34.463,16
PA	150590	Porto de Moz	39.991	7	68.542,97
PA	150600	Prainha	29.067	8	55.878,90
PA	150610	Primavera	10.534	5	15.045,71
PA	150611	Quatipuru	13.237	6	22.687,68
PA	150613	Redenção	82.464	8	141.339,99
PA	150616	Rio Maria	17.705	5	25.386,60
PA	150618	Rondon do Pará	50.925	8	87.283,41
PA	150619	Rurópolis	49.093	7	84.143,43
PA	150620	Salinópolis	39.569	8	75.355,20
PA	150630	Salvaterra	23.096	5	32.988,01
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	20.492	7	39.024,96
PA	150640	Santa Cruz do Arari	9.845	4	13.124,17
PA	150650	Santa Izabel do Pará	68.836	6	78.654,76
PA	150655	Santa Luzia do Pará	19.316	5	27.787,58
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	20.849	7	39.704,83
PA	150660	Santa Maria do Pará	24.186	6	41.453,83
PA	150670	Santana do Araguaia	70.764	8	121.286,66
PA	150680	Santarém	296.302	6	338.566,51
PA	150690	Santarém Novo	6.526	6	12.428,11
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	30.611	5	37.892,13
PA	150710	São Caetano de Odivelas	17.563	4	18.395,83
PA	150715	São Domingos do Araguaia	24.859	3	18.936,59

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150720	São Domingos do Capim	31.123	10	59.270,64
PA	150730	São Félix do Xingu	124.806	7	166.376,38
PA	150740	São Francisco do Pará	15.454	9	29.430,59
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	24.188	5	36.103,14
PA	150746	São João da Ponta	5.970	6	11.369,26
PA	150747	São João de Pirabas	22.415	8	42.687,12
PA	150750	São João do Araguaia	13.616	4	14.261,67
PA	150760	São Miguel do Guamá	57.364	5	54.622,00
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	25.904	5	36.998,68
PA	150775	Sapucaia	5.766	7	10.980,76
PA	150780	Senador José Porfírio	11.357	9	24.073,52
PA	150790	Soure	24.682	6	42.303,95
PA	150795	Tailândia	103.321	7	137.735,15
PA	150796	Terra Alta	11.399	11	21.708,25
PA	150797	Terra Santa	18.257	4	19.122,74
PA	150800	Tomé-Açu	61.709	7	82.263,03
PA	150803	Tracuateua	30.108	5	37.269,48
PA	150805	Trairão	18.469	6	31.655,12
PA	150808	Tucumã	38.508	10	73.334,63
PA	150810	Tucuruí	110.516	9	189.420,00
PA	150812	Ulianópolis	57.525	8	98.595,54
PA	150815	Uruará	44.258	9	85.185,71
PA	150820	Vigia	52.216	6	59.664,09
PA	150830	Viseu	59.735	6	68.255,60
PA	150835	Vitória do Xingu	14.719	8	28.030,86
PA	150840	Xinguara	43.530	7	74.608,67
PB	250010	Água Branca	10.258	5	6.924,15
PB	250020	Aguiar	5.562	3	2.513,70
PB	250030	Alagoa Grande	28.565	9	25.859,70
PB	250040	Alagoa Nova	20.689	7	18.620,10
PB	250050	Alagoinha	14.464	4	7.159,68
PB	250053	Alcantil	5.499	6	4.949,10
PB	250057	Algodão de Jandaíra	2.501	7	2.250,90
PB	250060	Alhandra	19.579	8	23.494,80
PB	250070	São João do Rio do Peixe	17.940	3	6.458,40
PB	250073	Amparo	2.246	4	1.501,29
PB	250077	Aparecida	8.430	5	6.828,30
PB	250080	Araçagi	17.003	6	13.974,12
PB	250090	Arara	13.538	5	9.138,15
PB	250100	Araruna	20.418	6	16.538,58
PB	250110	Areia	22.776	8	21.124,80
PB	250115	Areia de Baraúnas	2.126	5	1.747,71
PB	250120	Areial	6.975	8	6.277,50
PB	250130	Aroeiras	19.154	3	6.933,24
PB	250135	Assunção	3.921	6	3.528,90
PB	250140	Baía da Traição	9.070	7	8.163,00
PB	250150	Bananeiras	21.156	6	17.829,72
PB	250153	Baraúna	4.925	6	4.432,50
PB	250157	Barra de Santana	8.241	8	7.474,50
PB	250160	Barra de Santa Rosa	15.421	6	12.491,01
PB	250170	Barra de São Miguel	5.979	5	4.842,99
PB	250180	Bayeux	97.010	8	110.655,60
PB	250190	Belém	17.685	8	15.916,50
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	7.347	3	3.306,15
PB	250205	Bernardino Batista	3.438	4	2.165,94
PB	250210	Boa Ventura	5.349	5	4.556,25
PB	250215	Boa Vista	7.083	6	6.374,70
PB	250220	Bom Jesus	2.567	7	2.310,30
PB	250230	Bom Sucesso	4.972	6	4.539,60
PB	250240	Bonito de Santa Fé	11.938	5	8.058,15
PB	250250	Boqueirão	17.842	5	12.043,35
PB	250260	Igaracy	6.173	4	3.912,30
PB	250270	Borborema	5.430	5	4.398,30
PB	250280	Brejo do Cruz	14.107	4	6.982,97
PB	250290	Brejo dos Santos	6.457	6	5.811,30
PB	250300	Caaporã	21.872	6	23.621,76
PB	250310	Cabaceiras	5.570	7	5.013,00
PB	250320	Cabedelo	68.033	7	57.147,72
PB	250330	Cachoeira dos Índios	10.265	7	9.238,50
PB	250340	Cacimba de Areia	3.749	5	3.036,69
PB	250350	Cacimba de Dentro	17.156	2	3.860,10
PB	250355	Cacimbas	7.183	6	6.464,70
PB	250360	Caiçara	7.283	4	4.601,52
PB	250370	Cajazeiras	62.187	4	22.387,32
PB	250375	Cajazeirinhas	3.197	4	2.014,11
PB	250380	Caldas Brandão	6.025	3	2.711,25
PB	250390	Camalaú	6.020	6	5.418,00
PB	250400	Campina Grande	410.332	7	258.509,16
PB	250403	Capim	6.552	6	5.896,80
PB	250407	Caraúbas	4.171	7	3.753,90
PB	250410	Carrapateira	2.667	4	1.680,21
PB	250415	Casserengue	7.476	5	6.055,56
PB	250420	Catingueira	4.934	4	3.108,42
PB	250430	Catolé do Rocha	30.534	9	27.480,60
PB	250435	Caturité	4.839	8	4.355,10
PB	250440	Conceição	18.944	6	15.344,64
PB	250450	Condado	6.753	8	6.077,70
PB	250460	Conde	24.769	8	29.722,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250470	Congo	4.789	4	3.017,07
PB	250480	Coremas	15.426	6	12.495,06
PB	250485	Coxixola	1.925	6	1.732,50
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	17.559	7	21.070,80
PB	250500	Cubati	7.274	6	6.546,60
PB	250510	Cuité	20.348	6	16.481,88
PB	250520	Cuitegi	6.790	6	6.205,50
PB	250523	Cuité de Mamanguape	6.358	6	5.722,20
PB	250527	Curral de Cima	5.232	8	4.733,10
PB	250530	Curral Velho	2.517	5	2.048,49
PB	250535	Damião	5.343	7	4.808,70
PB	250540	Desterro	8.306	5	6.727,86
PB	250550	Vista Serrana	3.808	6	3.427,20
PB	250560	Diamante	6.550	4	4.180,68
PB	250570	Dona Inês	10.383	3	3.792,60
PB	250580	Duas Estradas	3.594	6	3.280,50
PB	250590	Emas	3.528	4	2.222,64
PB	250600	Esperança	33.266	6	23.951,52
PB	250610	Fagundes	11.313	7	10.304,10
PB	250620	Frei Martinho	2.990	5	2.421,90
PB	250625	Gado Bravo	8.435	3	3.809,70
PB	250630	Guarabira	58.881	9	52.992,90
PB	250640	Gurinhém	14.134	7	12.720,60
PB	250650	Gurjão	3.436	9	3.092,40
PB	250660	Ibiara	5.925	4	3.797,01
PB	250670	Imaculada	11.833	6	9.584,73
PB	250680	Ingá	18.163	8	16.346,70
PB	250690	Itabaiana	24.475	7	22.196,70
PB	250700	Itaporanga	24.842	3	8.943,12
PB	250710	Itapororoca	18.715	9	16.843,50
PB	250720	Itatuba	10.876	4	5.383,62
PB	250730	Jacaraú	14.378	6	11.646,18
PB	250740	Jericó	7.742	9	6.967,80
PB	250750	João Pessoa	811.598	9	876.525,84
PB	250760	Juarez Távora	7.950	7	7.155,00
PB	250770	Juazeirinho	18.213	4	9.015,44
PB	250780	Junco do Seridó	7.165	4	4.513,95
PB	250790	Juripiranga	10.770	5	7.269,75
PB	250800	Juru	9.868	6	8.927,10
PB	250810	Lagoa	4.666	5	3.815,10
PB	250820	Lagoa de Dentro	7.670	6	6.903,00
PB	250830	Lagoa Seca	27.543	6	22.309,83
PB	250840	Lastro	2.725	6	2.528,10
PB	250850	Livramento	7.386	9	6.619,50
PB	250855	Logradouro	4.343	6	3.908,70
PB	250860	Lucena	13.121	10	15.745,20
PB	250870	Mãe d'Água	4.009	4	2.547,72
PB	250880	Malta	5.665	5	4.599,99
PB	250890	Mamanguape	45.005	8	54.006,00
PB	250900	Manaíra	11.120	5	7.506,00
PB	250905	Marcação	8.586	5	6.954,66
PB	250910	Mari	21.854	3	7.867,44
PB	250915	Marizópolis	6.614	5	5.357,34
PB	250920	Massaranduba	13.853	2	3.116,93
PB	250930	Mataraca	8.466	8	7.619,40
PB	250933	Matinhas	4.537	5	3.674,97
PB	250937	Mato Grosso	2.915	5	2.361,15
PB	250939	Maturéia	6.587	6	5.928,30
PB	250940	Mogeiro	13.286	4	6.607,76
PB	250950	Montadas	5.691	4	3.585,33
PB	250960	Monte Horebe	4.825	3	2.171,25
PB	250970	Monteiro	33.294	10	29.964,60
PB	250980	Mulungu	9.922	8	8.929,80
PB	250990	Natuba	10.460	4	5.177,70
PB	251000	Nazarezinho	7.296	4	4.625,46
PB	251010	Nova Floresta	10.639	6	8.635,41
PB	251020	Nova Olinda	5.944	6	5.452,20
PB	251030	Nova Palmeira	4.910	5	3.977,10
PB	251040	Olho d'Água	6.512	5	5.504,76
PB	251050	Olivedos	3.951	2	1.066,77
PB	251060	Ouro Velho	3.042	6	2.737,80
PB	251065	Parari	1.769	5	1.805,92
PB	251070	Passagem	2.424	5	1.963,44
PB	251080	Patos	107.790	8	77.608,80
PB	251090	Paulista	12.308	6	9.969,48
PB	251100	Pedra Branca	3.803	3	1.711,35
PB	251110	Pedra Lavrada	8.122	10	7.309,80
PB	251120	Pedras de Fogo	28.499	9	25.649,10
PB	251130	Piancó	16.091	7	14.481,90
PB	251140	Picuí	18.737	9	16.863,30
PB	251150	Pilar	11.938	6	9.669,78
PB	251160	Pilões	6.607	6	6.174,00
PB	251170	Pilõezinhos	5.080	8	4.643,10
PB	251180	Pirpirituba	10.585	7	9.526,50
PB	251190	Pitimbu	19.182	7	23.018,40
PB	251200	Pocinhos	18.622	6	15.083,82
PB	251203	Poço Dantas	3.770	4	2.386,44
PB	251207	Poço de José de Moura	4.318	3	1.943,10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251210	Pombal	32.766	9	29.489,40
PB	251220	Prata	4.179	5	3.384,99
PB	251230	Princesa Isabel	23.489	5	15.855,08
PB	251240	Puxinanã	13.715	5	9.257,63
PB	251250	Queimadas	44.214	7	35.813,34
PB	251260	Quixabá	1.964	6	2.598,20
PB	251270	Remígio	19.579	6	15.858,99
PB	251272	Pedro Régis	6.099	5	4.940,19
PB	251274	Riachão	3.607	4	2.272,41
PB	251275	Riachão do Bacamarte	4.529	5	3.668,49
PB	251276	Riachão do Poço	4.519	5	3.660,39
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	1.985	4	1.725,76
PB	251280	Riacho dos Cavalos	8.609	6	7.748,10
PB	251290	Rio Tinto	24.154	9	28.984,80
PB	251300	Salgadinho	3.980	4	2.507,40
PB	251310	Salgado de São Félix	12.145	7	10.930,50
PB	251315	Santa Cecília	6.557	7	5.949,00
PB	251320	Santa Cruz	6.585	5	5.333,85
PB	251330	Santa Helena	5.887	2	1.606,23
PB	251335	Santa Inês	3.596	4	2.265,48
PB	251340	Santa Luzia	15.401	7	13.860,90
PB	251350	Santana de Mangueira	5.159	3	2.381,40
PB	251360	Santana dos Garrotes	7.024	4	4.541,67
PB	251365	Joca Claudino	2.690	5	2.178,90
PB	251370	Santa Rita	136.851	5	82.110,60
PB	251380	Santa Teresinha	4.573	5	3.735,72
PB	251385	Santo André	2.519	6	2.308,50
PB	251390	São Bento	34.215	8	30.793,50
PB	251392	São Bentinho	4.540	4	2.860,20
PB	251394	São Domingos do Cariri	2.601	4	1.638,63
PB	251396	São Domingos	3.120	5	2.527,20
PB	251398	São Francisco	3.363	5	2.745,09
PB	251400	São João do Cariri	4.296	3	1.958,40
PB	251410	São João do Tigre	4.423	5	3.598,02
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	7.679	4	4.837,77
PB	251430	São José de Caiana	6.279	5	5.085,99
PB	251440	São José de Espinharas	4.635	9	4.264,20
PB	251445	São José dos Ramos	5.969	3	2.686,05
PB	251450	São José de Piranhas	20.163	6	16.332,03
PB	251455	São José de Princesa	3.842	4	2.586,78
PB	251460	São José do Bonfim	3.566	4	2.246,58
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	1.806	5	1.923,66
PB	251470	São José do Sabugi	4.145	4	2.611,35
PB	251480	São José dos Cordeiros	3.711	3	1.687,05
PB	251490	São Mamede	7.721	4	4.910,22
PB	251500	São Miguel de Taipu	7.180	3	3.231,00
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	11.845	7	10.660,50
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	3.496	7	3.146,40
PB	251530	Sapé	52.697	7	33.199,11
PB	251540	São Vicente do Seridó	11.084	2	2.493,90
PB	251550	Serra Branca	13.707	4	6.784,97
PB	251560	Serra da Raiz	3.121	4	2.009,70
PB	251570	Serra Grande	3.100	4	1.953,00
PB	251580	Serra Redonda	7.020	5	5.742,09
PB	251590	Serraria	6.093	5	5.036,58
PB	251593	Sertãozinho	5.044	5	4.085,64
PB	251597	Sobrado	7.795	8	7.015,50
PB	251600	Solânea	26.376	9	24.232,50
PB	251610	Soledade	14.987	4	7.418,57
PB	251615	Sossêgo	3.567	6	3.210,30
PB	251620	Sousa	69.554	6	37.559,16
PB	251630	Sumé	16.957	6	13.735,17
PB	251640	Tacima	10.967	8	9.870,30
PB	251650	Taperoá	15.276	5	10.395,00
PB	251660	Tavares	14.661	9	13.194,90
PB	251670	Teixeira	15.191	8	13.671,90
PB	251675	Tenório	3.066	6	2.759,40
PB	251680	Triunfo	9.482	6	8.533,80
PB	251690	Uiraúna	15.382	3	5.537,52
PB	251700	Umbuzeiro	9.913	6	8.921,70
PB	251710	Várzea	2.820	6	2.538,00
PB	251720	Vieirópolis	5.358	4	3.375,54
PB	251740	Zabelê	2.245	8	2.020,50
PE	260005	Abreu e Lima	99.364	6	65.580,24
PE	260010	Afogados da Ingazeira	37.017	8	40.718,70
PE	260020	Afrânio	19.411	8	16.033,49
PE	260030	Agrestina	24.644	7	20.355,94
PE	260040	Água Preta	36.371	9	30.042,45
PE	260050	Águas Belas	43.087	9	35.589,86
PE	260060	Alagoinha	14.517	11	11.991,04
PE	260070	Aliança	38.267	10	31.608,54
PE	260080	Altinho	22.896	8	18.912,10
PE	260090	Amaraji	22.726	5	14.078,76
PE	260100	Angelim	11.045	9	9.123,17
PE	260105	Araçoiaba	20.268	8	22.294,80
PE	260110	Araripina	83.757	10	80.741,75
PE	260120	Arcoverde	73.667	11	81.086,14
PE	260130	Barra de Guabiraba	14.224	8	11.749,02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260140	Barreiros	42.438	6	32.728,19
PE	260150	Belém de Maria	11.992	6	8.914,85
PE	260160	Belém de São Francisco	20.670	8	17.081,68
PE	260170	Belo Jardim	75.986	8	75.226,14
PE	260180	Betânia	12.637	9	10.438,16
PE	260190	Bezerros	60.549	9	66.603,90
PE	260200	Bodocó	37.816	13	41.597,60
PE	260210	Bom Conselho	48.214	12	46.478,30
PE	260220	Bom Jardim	39.025	10	32.234,65
PE	260230	Bonito	38.044	8	36.908,67
PE	260240	Brejão	8.973	7	7.438,96
PE	260250	Brejinho	7.465	8	6.166,09
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	50.138	8	49.636,62
PE	260270	Buenos Aires	13.085	9	10.808,21
PE	260280	Buíque	57.696	11	47.656,90
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	204.653	8	180.094,64
PE	260300	Cabrobó	33.856	9	27.965,06
PE	260310	Cachoeirinha	20.209	7	16.692,63
PE	260320	Caetés	28.500	9	27.474,00
PE	260330	Calçado	11.055	8	9.270,20
PE	260340	Calumbi	5.736	9	4.752,80
PE	260345	Camaragibe	156.361	5	85.998,55
PE	260350	Camocim de São Félix	18.583	9	15.349,56
PE	260360	Camutanga	8.493	9	7.015,22
PE	260370	Canhotinho	24.762	10	24.020,95
PE	260380	Capoeiras	19.991	7	16.523,30
PE	260390	Carnaíba	19.440	12	16.057,44
PE	260392	Carnaubeira da Penha	12.805	6	9.519,24
PE	260400	Carpina	82.685	12	68.297,81
PE	260410	Caruaru	356.128	9	352.566,72
PE	260415	Casinhas	14.274	8	11.790,32
PE	260420	Catende	42.343	11	34.975,32
PE	260430	Cedro	11.695	10	11.273,98
PE	260440	Chã de Alegria	13.396	7	11.065,10
PE	260450	Chã Grande	21.525	7	23.677,50
PE	260460	Condado	26.186	8	21.629,64
PE	260470	Correntes	18.098	4	8.221,92
PE	260480	Cortês	12.560	9	12.191,71
PE	260490	Cumaru	11.559	8	14.430,22
PE	260500	Cupira	23.977	7	19.805,00
PE	260510	Custódia	36.753	12	30.357,98
PE	260515	Dormentes	18.692	10	15.439,59
PE	260520	Escada	68.281	7	46.076,02
PE	260530	Exu	31.790	11	26.494,78
PE	260540	Feira Nova	21.958	10	18.137,31
PE	260550	Ferreiros	12.057	9	9.959,08
PE	260560	Flores	22.567	9	18.675,86
PE	260570	Floresta	32.483	10	31.313,61
PE	260580	Frei Miguelinho	15.328	6	11.394,84
PE	260590	Gameleira	30.709	9	29.603,48
PE	260600	Garanhuns	138.642	12	133.650,89
PE	260610	Glória do Goitá	30.425	5	16.335,18
PE	260620	Goiana	79.249	10	76.396,04
PE	260630	Granito	7.417	9	6.126,44
PE	260640	Gravatá	83.241	7	64.095,57
PE	260650	Iati	19.100	5	13.809,30
PE	260660	Ibimirim	28.985	10	23.941,61
PE	260670	Ibirajuba	7.735	4	4.472,38
PE	260680	Igarassu	115.398	5	63.468,90
PE	260690	Iguaracy	12.175	10	10.056,55
PE	260700	Inajá	22.801	9	18.833,63
PE	260710	Ingazeira	4.542	9	3.774,82
PE	260720	Ipojuca	94.533	8	93.587,67
PE	260730	Ipubi	30.447	9	25.748,42
PE	260740	Itacuruba	4.858	9	4.012,71
PE	260750	Itaíba	26.314	8	22.013,73
PE	260760	Ilha de Itamaracá	25.789	10	29.195,00
PE	260765	Itambé	36.320	10	35.012,48
PE	260770	Itapetim	13.638	10	11.507,83
PE	260775	Itapissuma	26.338	7	28.971,80
PE	260780	Itaquitinga	16.859	8	13.925,53
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	695.956	9	688.996,44
PE	260795	Jaqueira	11.634	8	9.660,90
PE	260800	Jataúba	17.026	8	14.063,48
PE	260805	Jatobá	14.703	4	7.795,53
PE	260810	João Alfredo	33.485	7	24.892,75
PE	260820	Joaquim Nabuco	15.989	6	11.936,03
PE	260825	Jucati	11.334	8	9.361,88
PE	260830	Jupi	14.712	6	12.764,13
PE	260840	Jurema	15.284	9	12.624,58
PE	260845	Lagoa do Carro	17.847	8	17.204,51
PE	260850	Lagoa de Itaenga	21.338	9	17.625,19
PE	260860	Lagoa do Ouro	13.033	12	10.765,26
PE	260870	Lagoa dos Gatos	16.218	8	13.396,07
PE	260875	Lagoa Grande	25.294	12	20.892,84
PE	260880	Lajedo	39.888	6	26.357,99
PE	260890	Limoeiro	56.140	8	48.938,71
PE	260900	Macaparana	25.214	11	20.826,76
PE	260910	Machados	15.820	9	13.067,32
PE	260915	Manari	21.047	12	17.384,82
PE	260920	Maraial	11.433	8	9.919,43
PE	260930	Mirandiba	15.270	8	12.613,02
PE	260940	Moreno	62.119	8	61.497,81
PE	260950	Nazaré da Mata	32.280	9	31.117,92

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260960	Olinda	390.771	7	300.893,67
PE	260970	Orobó	23.768	7	19.632,37
PE	260980	Orocó	14.794	7	12.219,84
PE	260990	Ouricuri	68.776	10	66.884,03
PE	261000	Palmares	62.832	9	60.570,05
PE	261010	Palmeirina	7.761	4	4.736,04
PE	261020	Panelas	26.417	8	21.901,39
PE	261030	Paranatama	11.449	10	9.533,48
PE	261040	Parnamirim	21.383	7	17.662,36
PE	261050	Passira	28.889	12	24.021,73
PE	261060	Paudalho	55.942	8	48.535,28
PE	261070	Paulista	328.353	6	216.712,98
PE	261080	Pedra	22.505	8	18.589,13
PE	261090	Pesqueira	66.881	9	64.473,28
PE	261100	Petrolândia	36.108	11	34.808,11
PE	261110	Petrolina	343.219	10	358.663,86
PE	261120	Poção	11.268	5	6.980,53
PE	261130	Pombos	26.960	10	29.656,00
PE	261140	Primavera	14.798	5	9.167,36
PE	261150	Quipapá	25.831	7	21.336,41
PE	261153	Quixaba	6.802	10	5.654,80
PE	261160	Recife	1.633.697	6	1.213.510,13
PE	261170	Riacho das Almas	20.392	9	22.431,20
PE	261180	Ribeirão	47.088	8	45.392,83
PE	261190	Rio Formoso	23.379	8	19.311,05
PE	261200	Sairé	10.065	3	3.593,76
PE	261210	Salgadinho	10.747	9	8.877,02
PE	261220	Salgueiro	60.453	12	58.276,69
PE	261230	Saloá	15.779	8	15.210,96
PE	261240	Sanharó	25.979	6	19.312,79
PE	261245	Santa Cruz	15.202	7	12.556,85
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	12.501	10	10.325,83
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	105.761	8	93.069,68
PE	261255	Santa Filomena	14.355	7	11.857,23
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	41.652	9	34.404,55
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	14.013	8	11.574,74
PE	261280	Santa Terezinha	11.734	10	9.692,28
PE	261290	São Benedito do Sul	15.683	8	12.954,16
PE	261300	São Bento do Una	58.824	6	29.153,17
PE	261310	São Caitano	37.023	9	30.581,00
PE	261320	São João	22.628	9	24.890,80
PE	261330	São Joaquim do Monte	21.257	10	17.558,28
PE	261340	São José da Coroa Grande	20.963	8	20.208,33
PE	261350	São José do Belmonte	33.804	9	27.922,10
PE	261360	São José do Egito	33.704	11	27.839,50
PE	261370	São Lourenço da Mata	112.099	6	73.985,34
PE	261380	São Vicente Ferrer	17.904	9	14.788,70
PE	261390	Serra Talhada	85.568	13	82.487,55
PE	261400	Serrita	19.080	10	15.760,08
PE	261410	Sertânia	35.670	8	29.463,42
PE	261420	Sirinhaém	45.263	8	37.387,24
PE	261430	Moreilândia	11.238	9	9.289,20
PE	261440	Solidão	5.978	9	4.937,83
PE	261450	Surubim	64.373	9	62.055,57
PE	261460	Tabira	28.301	9	23.376,63
PE	261470	Tacaimbó	12.853	6	9.613,65
PE	261480	Tacaratu	25.368	9	20.953,97
PE	261485	Tamandaré	23.100	8	22.268,40
PE	261500	Taquaritinga do Norte	28.358	7	23.423,71
PE	261510	Terezinha	7.120	10	5.881,12
PE	261520	Terra Nova	10.437	9	8.620,96
PE	261530	Timbaúba	53.083	10	52.166,86
PE	261540	Toritama	44.189	9	36.500,11
PE	261550	Tracunhaém	13.689	5	8.480,34
PE	261560	Trindade	30.155	11	24.908,03
PE	261570	Triunfo	15.221	7	12.621,28
PE	261580	Tupanatinga	26.990	9	22.293,74
PE	261590	Tuparetama	8.169	9	6.747,59
PE	261600	Venturosa	18.258	9	15.081,11
PE	261610	Verdejante	9.490	8	7.838,74
PE	261618	Vertente do Lério	7.641	9	6.491,53
PE	261620	Vertentes	20.460	10	22.506,00
PE	261630	Vicência	32.429	12	35.671,90
PE	261640	Vitória de Santo Antão	137.578	9	119.362,67
PE	261650	Xexéu	14.651	6	10.891,55
PI	220005	Acauã	6.966	4	4.752,73
PI	220010	Agricolândia	5.062	4	3.706,82
PI	220020	Água Branca	17.119	10	17.821,84
PI	220025	Alagoinha do Piauí	7.526	5	6.601,89
PI	220027	Alegrete do Piauí	4.838	5	4.580,34
PI	220030	Alto Longá	14.070	5	10.285,31
PI	220040	Altos	39.864	8	51.743,47
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	5.326	7	5.191,14
PI	220050	Amarante	17.322	7	16.883,40
PI	220060	Angical do Piauí	6.684	7	6.533,28
PI	220070	Anísio de Abreu	9.705	1	945,93
PI	220080	Antônio Almeida	3.114	5	2.731,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220090	Aroazes	5.748	6	5.637,55
PI	220095	Aroeiras do Itaim	2.511	4	1.713,19
PI	220100	Arraial	4.656	7	4.569,30
PI	220105	Assunção do Piauí	7.717	3	3.760,80
PI	220110	Avelino Lopes	11.503	5	8.408,81
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	11.375	7	11.086,98
PI	220117	Barra D'Alcântara	3.889	9	3.790,53
PI	220120	Barras	46.291	7	40.791,70
PI	220130	Barreiras do Piauí	3.294	4	2.247,41
PI	220140	Barro Duro	6.925	7	7.541,87
PI	220150	Batalha	26.421	7	25.752,02
PI	220155	Bela Vista do Piauí	3.947	4	2.692,94
PI	220157	Belém do Piauí	3.503	6	3.414,30
PI	220160	Beneditinos	10.037	5	9.771,02
PI	220170	Bertolínia	5.413	4	3.693,16
PI	220173	Betânia do Piauí	6.106	7	5.951,39
PI	220177	Boa Hora	6.663	5	5.844,86
PI	220180	Bocaina	4.428	2	1.297,10
PI	220190	Bom Jesus	24.711	8	24.085,31
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	5.535	4	3.776,39
PI	220192	Bonfim do Piauí	5.577	7	5.435,79
PI	220194	Boqueirão do Piauí	6.300	4	4.352,92
PI	220196	Brasileira	8.192	8	7.984,57
PI	220198	Brejo do Piauí	3.823	3	2.261,09
PI	220200	Buriti dos Lopes	19.464	2	4.742,79
PI	220202	Buriti dos Montes	8.108	3	3.990,34
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	10.406	3	4.057,01
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	3.497	4	2.385,92
PI	220208	Cajueiro da Praia	7.510	6	7.319,84
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	5.684	7	5.606,47
PI	220210	Campinas do Piauí	5.522	3	2.691,09
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	4.957	5	4.348,34
PI	220213	Campo Grande do Piauí	5.842	5	5.124,67
PI	220217	Campo Largo do Piauí	7.154	5	6.275,57
PI	220220	Campo Maior	46.082	8	49.626,29
PI	220225	Canavieira	3.892	6	3.820,74
PI	220230	Canto do Buriti	20.831	9	20.303,56
PI	220240	Capitão de Campos	11.229	8	10.954,42
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	4.033	4	2.751,62
PI	220250	Caracol	10.729	6	9.411,60
PI	220253	Caraúbas do Piauí	5.769	8	5.622,93
PI	220255	Caridade do Piauí	4.982	5	4.380,79
PI	220260	Castelo do Piauí	19.410	8	19.240,44
PI	220265	Caxingó	5.330	4	3.636,53
PI	220270	Cocal	27.338	6	24.079,22
PI	220271	Cocal de Telha	4.812	5	4.221,14
PI	220272	Cocal dos Alves	6.054	4	4.130,50
PI	220273	Coivaras	3.953	10	5.130,99
PI	220275	Colônia do Gurguéia	6.372	6	6.210,66
PI	220277	Colônia do Piauí	7.536	2	2.203,56
PI	220280	Conceição do Canindé	4.726	6	4.700,33
PI	220285	Coronel José Dias	4.608	5	4.042,19
PI	220290	Corrente	26.205	6	22.987,34
PI	220300	Cristalândia do Piauí	8.154	4	5.563,28
PI	220310	Cristino Castro	10.253	8	9.993,39
PI	220320	Curimatá	11.190	5	8.180,00
PI	220323	Currais	4.871	3	2.373,83
PI	220325	Curralinhos	4.367	5	5.101,53
PI	220327	Curral Novo do Piauí	5.251	5	4.606,24
PI	220330	Demerval Lobão	13.595	6	15.881,68
PI	220335	Dirceu Arcoverde	6.896	3	3.360,70
PI	220340	Dom Expedito Lopes	6.790	6	6.618,07
PI	220342	Domingos Mourão	4.287	6	4.183,33
PI	220345	Dom Inocêncio	9.404	5	8.249,30
PI	220350	Elesbão Veloso	14.383	6	12.716,06
PI	220360	Eliseu Martins	4.834	5	4.240,44
PI	220370	Esperantina	39.078	9	38.088,54
PI	220375	Fartura do Piauí	5.220	7	5.087,83
PI	220380	Flores do Piauí	4.393	7	4.284,69
PI	220385	Floresta do Piauí	2.518	5	2.208,82
PI	220390	Floriano	58.969	6	34.849,52
PI	220400	Francinópolis	5.264	5	4.622,91
PI	220410	Francisco Ayres	4.288	6	4.490,76
PI	220420	Francisco Santos	9.154	5	8.029,99
PI	220430	Fronteiras	11.432	4	6.149,41
PI	220435	Geminiano	5.352	6	5.216,49
PI	220440	Gilbués	10.522	6	9.230,02
PI	220450	Guadalupe	10.335	5	7.560,11
PI	220455	Guaribas	4.489	6	4.375,33
PI	220460	Hugo Napoleão	3.816	6	3.719,38
PI	220465	Ilha Grande	9.268	4	6.323,33
PI	220470	Inhuma	15.065	8	14.683,55
PI	220480	Ipiranga do Piauí	9.649	8	9.404,68
PI	220490	Isaías Coelho	8.428	5	7.393,14
PI	220500	Itainópolis	11.343	9	11.066,51
PI	220510	Itaueira	10.845	8	10.570,40
PI	220515	Jacobina do Piauí	5.656	3	2.782,71
PI	220520	Jaicós	18.782	5	13.729,83

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220525	Jardim do Mulato	4.430	5	3.886,05
PI	220527	Jatobá do Piauí	4.786	3	2.332,41
PI	220530	Jerumenha	4.384	6	4.291,51
PI	220535	João Costa	2.961	7	2.895,77
PI	220540	Joaquim Pires	14.123	9	13.765,40
PI	220545	Joca Marques	5.350	7	5.214,53
PI	220550	José de Freitas	38.550	8	50.037,90
PI	220551	Juazeiro do Piauí	5.391	3	2.627,25
PI	220552	Júlio Borges	5.534	6	5.393,87
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2.796	7	3.511,43
PI	220555	Lagoa Alegre	8.395	4	7.627,70
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	4.582	5	4.019,38
PI	220557	Lagoa de São Francisco	6.646	5	5.829,95
PI	220558	Lagoa do Piauí	3.996	4	3.630,77
PI	220559	Lagoa do Sítio	5.087	5	4.462,37
PI	220560	Landri Sales	5.217	5	4.619,40
PI	220570	Luís Correia	29.792	6	26.133,90
PI	220580	Luzilândia	25.082	9	24.446,92
PI	220585	Madeiro	8.170	4	5.574,19
PI	220590	Manoel Emídio	5.266	6	5.132,66
PI	220595	Marcolândia	8.342	8	8.130,78
PI	220600	Marcos Parente	4.478	7	4.370,46
PI	220605	Massapê do Piauí	6.338	4	4.324,26
PI	220610	Matias Olímpio	10.759	6	9.437,92
PI	220620	Miguel Alves	33.209	7	29.131,33
PI	220630	Miguel Leão	1.228	4	1.130,30
PI	220635	Milton Brandão	6.511	6	6.624,90
PI	220640	Monsenhor Gil	10.409	9	13.513,48
PI	220650	Monsenhor Hipólito	7.621	10	7.428,03
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	10.448	4	5.600,90
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	4.066	3	1.989,32
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	6.684	6	6.514,76
PI	220669	Murici dos Portelas	8.997	7	8.769,19
PI	220670	Nazaré do Piauí	7.231	5	6.403,65
PI	220672	Nazária	8.425	6	10.935,65
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	4.786	7	4.664,82
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	8.547	6	8.330,59
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	6.466	8	6.340,29
PI	220695	Novo Santo Antônio	2.940	6	3.301,24
PI	220700	Oeiras	36.432	11	35.509,54
PI	220710	Olho D'Água do Piauí	2.417	5	2.393,45
PI	220720	Padre Marcos	6.758	7	6.586,89
PI	220730	Paes Landim	4.065	6	3.973,77
PI	220735	Pajeú do Piauí	3.333	6	3.416,54
PI	220740	Palmeira do Piauí	4.967	4	3.409,33
PI	220755	Paquetá	3.886	6	3.819,77
PI	220760	Parnaguá	10.613	5	7.758,21
PI	220770	Parnaíba	150.547	3	47.388,74
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	4.500	3	2.193,03
PI	220777	Patos do Piauí	6.288	9	6.128,79
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	3.975	2	1.162,30
PI	220780	Paulistana	20.192	7	19.680,73
PI	220785	Pavussu	3.623	4	2.493,72
PI	220790	Pedro II	38.127	9	37.161,62
PI	220793	Pedro Laurentino	2.495	5	2.188,64
PI	220795	Nova Santa Rita	4.302	6	4.193,07
PI	220800	Picos	76.928	9	74.980,18
PI	220810	Pimenteiras	11.935	5	8.724,60
PI	220820	Pio IX	18.125	7	17.666,07
PI	220830	Piracuruca	28.312	11	27.706,24
PI	220840	Piripiri	62.733	11	65.669,96
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2.664	6	2.596,54
PI	220860	Prata do Piauí	3.103	6	3.030,28
PI	220865	Queimada Nova	8.842	7	8.618,12
PI	220870	Redenção do Gurguéia	8.634	6	8.415,38
PI	220880	Regeneração	17.698	9	17.249,88
PI	220885	Riacho Frio	4.246	3	2.075,58
PI	220887	Ribeira do Piauí	4.403	5	3.862,36
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	7.214	4	4.921,94
PI	220900	Rio Grande do Piauí	6.331	4	4.319,49
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	6.140	4	4.189,17
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	3.952	8	3.851,93
PI	220920	Santa Filomena	6.156	4	4.200,09
PI	220930	Santa Luz	5.761	3	2.807,56
PI	220935	Santana do Piauí	4.559	6	4.443,56
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	5.175	9	5.050,79
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	6.305	7	6.145,35
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	3.731	4	2.545,57
PI	220955	São Braz do Piauí	4.377	4	2.986,32
PI	220960	São Félix do Piauí	2.901	8	2.870,43
PI	220970	São Francisco do Piauí	6.324	4	4.322,22
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	2.988	4	2.038,64
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	4.931	4	3.364,30
PI	220985	São João da Canabrava	4.534	4	3.093,44
PI	220987	São João da Fronteira	5.938	5	5.208,88
PI	220990	São João da Serra	6.050	5	5.370,29
PI	220995	São João da Varjota	4.762	6	4.641,42
PI	220997	São João do Arraial	7.847	7	7.648,31
PI	221000	São João do Piauí	20.258	6	17.770,56

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	221005	São José do Divino	5.260	8	5.126,81
PI	221010	São José do Peixe	3.689	8	3.613,14
PI	221020	São José do Piauí	6.602	6	6.453,35
PI	221030	São Julião	6.261	4	4.271,73
PI	221037	São Luis do Piauí	2.602	4	1.775,28
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	2.413	4	1.646,33
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2.991	4	2.043,42
PI	221040	São Miguel do Tapuio	17.395	4	9.736,17
PI	221050	São Pedro do Piauí	14.056	8	14.575,61
PI	221060	São Raimundo Nonato	34.109	9	33.245,36
PI	221062	Sebastião Barros	3.421	4	2.831,45
PI	221063	Sebastião Leal	4.224	6	4.117,05
PI	221065	Sigefredo Pacheco	9.880	0	0,00
PI	221070	Simões	14.398	6	12.641,50
PI	221080	Simplício Mendes	12.488	8	12.171,80
PI	221090	Socorro do Piauí	4.500	3	2.206,19
PI	221093	Sussuapara	6.612	7	6.444,58
PI	221095	Tamboril do Piauí	2.870	4	1.958,13
PI	221097	Tanque do Piauí	2.719	5	2.385,14
PI	221100	Teresina	850.198	8	1.020.073,46
PI	221110	União	43.761	7	51.121,60
PI	221120	Uruçuí	21.188	8	20.651,52
PI	221130	Valença do Piauí	20.588	8	20.066,71
PI	221135	Várzea Branca	4.873	5	4.329,63
PI	221140	Várzea Grande	4.325	6	4.235,96
PI	221150	Vera Mendes	3.029	7	2.952,30
PI	221160	Vila Nova do Piauí	2.931	8	2.933,79
PI	221170	Wall Ferraz	4.390	3	2.139,42
PR	410010	Abatiá	7.768	7	4.288,25
PR	410020	Adrianópolis	6.254	5	4.145,19
PR	410030	Agudos do Sul	9.161	7	6.375,84
PR	410040	Almirante Tamandaré	115.364	7	51.449,97
PR	410045	Altamira do Paraná	2.948	10	3.450,71
PR	410050	Altônia	21.988	11	10.994,82
PR	410060	Alto Paraná	14.693	4	4.745,15
PR	410070	Alto Piquiri	10.222	8	5.458,95
PR	410080	Alvorada do Sul	11.237	6	5.316,14
PR	410090	Amaporã	6.084	6	3.740,16
PR	410100	Ampére	18.886	11	9.531,84
PR	410105	Anahy	2.901	9	3.509,12
PR	410110	Andirá	20.769	10	10.501,73
PR	410115	Ângulo	2.974	7	3.553,06
PR	410120	Antonina	19.420	6	8.882,24
PR	410130	Antônio Olinto	7.587	11	4.153,42
PR	410140	Apucarana	132.691	10	88.558,13
PR	410150	Arapongas	118.477	11	64.287,26
PR	410160	Arapoti	27.906	7	13.802,85
PR	410165	Arapuã	3.343	9	3.462,63
PR	410170	Araruna	14.098	7	7.246,81
PR	410180	Araucária	137.452	9	78.725,59
PR	410185	Ariranha do Ivaí	2.301	6	3.465,06
PR	410190	Assaí	15.999	8	8.341,21
PR	410200	Assis Chateaubriand	34.064	14	17.675,30
PR	410210	Astorga	26.196	10	12.985,17
PR	410220	Atalaia	3.999	8	3.517,51
PR	410230	Balsa Nova	12.602	6	7.698,06
PR	410240	Bandeirantes	32.486	8	16.100,79
PR	410250	Barbosa Ferraz	12.300	8	6.561,67
PR	410260	Barracão	10.314	10	5.456,61
PR	410270	Barra do Jacaré	2.828	5	3.190,14
PR	410275	Bela Vista da Caroba	3.774	6	3.476,82
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	15.656	10	7.980,54
PR	410290	Bituruna	16.627	11	8.625,68
PR	410300	Boa Esperança	4.392	8	3.480,33
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	2.671	5	3.134,05
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	6.665	9	3.740,63
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	7.911	9	4.357,89
PR	410310	Bocaiúva do Sul	12.477	7	8.481,95
PR	410315	Bom Jesus do Sul	3.733	9	3.494,19
PR	410320	Bom Sucesso	7.019	9	3.898,77
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	3.358	8	3.516,24
PR	410330	Borrazópolis	7.280	11	4.216,36
PR	410335	Braganey	5.687	5	3.149,02
PR	410337	Brasilândia do Sul	2.943	5	3.106,06
PR	410340	Cafeara	2.911	7	3.649,97
PR	410345	Cafelândia	17.175	9	8.750,52
PR	410347	Cafezal do Sul	4.245	8	3.498,37
PR	410350	Califórnia	8.583	10	4.637,72
PR	410360	Cambará	25.401	10	12.609,39
PR	410370	Cambé	105.347	10	71.532,01
PR	410380	Cambira	7.808	8	4.276,28
PR	410390	Campina da Lagoa	15.042	10	7.879,90
PR	410395	Campina do Simão	4.062	8	3.501,50
PR	410400	Campina Grande do Sul	42.547	7	24.724,78
PR	410405	Campo Bonito	4.162	6	3.468,57
PR	410410	Campo do Tenente	7.829	10	5.530,65
PR	410420	Campo Largo	127.309	7	56.738,17
PR	410425	Campo Magro	28.244	5	13.835,39

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410430	Campo Mourão	94.153	10	53.503,30
PR	410440	Cândido de Abreu	16.059	6	7.589,92
PR	410442	Candói	15.978	10	8.144,03
PR	410445	Cantagalo	13.505	9	6.962,70
PR	410450	Capanema	19.364	12	9.740,85
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	15.850	11	8.080,44
PR	410465	Carambeí	22.282	9	11.168,13
PR	410470	Carlópolis	14.431	7	7.405,56
PR	410480	Cascavel	319.608	10	211.742,47
PR	410490	Castro	71.501	9	34.461,74
PR	410500	Catanduvas	10.451	7	5.533,31
PR	410510	Centenário do Sul	11.246	8	5.948,23
PR	410520	Cerro Azul	17.885	8	11.869,75
PR	410530	Céu Azul	11.764	9	6.146,57
PR	410540	Chopinzinho	19.911	10	10.070,32
PR	410550	Cianorte	79.571	13	49.523,42
PR	410560	Cidade Gaúcha	12.326	7	6.431,06
PR	410570	Clevelândia	17.250	10	8.848,19
PR	410580	Colombo	237.402	8	120.501,46
PR	410590	Colorado	23.941	9	11.920,43
PR	410600	Congonhinhas	8.821	5	4.276,12
PR	410610	Conselheiro Mairinck	3.866	9	3.608,75
PR	410620	Contenda	17.961	8	11.945,85
PR	410630	Corbélia	17.193	8	8.715,20
PR	410640	Cornélio Procópio	48.677	8	23.632,12
PR	410645	Coronel Domingos Soares	7.547	12	4.327,87
PR	410650	Coronel Vivida	21.666	10	10.996,91
PR	410655	Corumbataí do Sul	3.617	10	3.443,18
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	4.369	8	3.517,16
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	21.237	6	9.563,81
PR	410670	Cruzeiro do Sul	4.619	3	1.755,63
PR	410680	Cruz Machado	18.907	9	9.525,31
PR	410685	Cruzmaltina	3.110	8	3.492,73
PR	410690	Curitiba	1.908.359	10	1.146.328,98
PR	410700	Curiúva	15.004	7	7.686,66
PR	410710	Diamante do Norte	5.389	9	4.234,17
PR	410712	Diamante do Sul	3.555	11	3.512,39
PR	410715	Diamante D'Oeste	5.294	8	3.885,55
PR	410720	Dois Vizinhos	39.856	13	19.475,58
PR	410725	Douradina	8.439	9	4.595,74
PR	410730	Doutor Camargo	6.069	8	3.555,77
PR	410740	Enéas Marques	6.168	8	3.510,65
PR	410750	Engenheiro Beltrão	14.314	8	7.340,96
PR	410752	Esperança Nova	1.852	5	3.120,63
PR	410753	Entre Rios do Oeste	4.406	11	3.750,37
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	4.447	8	3.473,13
PR	410755	Farol	3.323	5	3.129,86
PR	410760	Faxinal	17.306	6	7.894,23
PR	410765	Fazenda Rio Grande	95.225	10	60.789,80
PR	410770	Fênix	4.898	8	3.516,53
PR	410773	Fernandes Pinheiro	5.904	10	3.591,51
PR	410775	Figueira	8.177	11	4.515,86
PR	410780	Floraí	5.103	6	3.510,62
PR	410785	Flor da Serra do Sul	4.782	6	3.511,75
PR	410790	Floresta	6.603	10	4.759,85
PR	410800	Florestópolis	11.087	7	5.921,00
PR	410810	Flórida	2.697	8	3.602,24
PR	410820	Formosa do Oeste	7.133	8	4.087,15
PR	410830	Foz do Iguaçu	264.044	9	217.180,49
PR	410832	Francisco Alves	6.350	5	3.262,17
PR	410840	Francisco Beltrão	88.465	12	42.523,36
PR	410845	Foz do Jordão	5.079	7	3.464,63
PR	410850	General Carneiro	14.038	7	7.641,63
PR	410855	Godoy Moreira	3.178	8	3.474,82
PR	410860	Goioerê	29.664	10	14.653,02
PR	410865	Goioxim	7.448	11	4.448,01
PR	410870	Grandes Rios	6.167	10	3.904,42
PR	410880	Guaíra	32.974	8	19.000,83
PR	410890	Guairaçá	6.591	8	3.693,45
PR	410895	Guamiranga	8.619	10	4.665,23
PR	410900	Guapirama	3.934	7	3.510,38
PR	410910	Guaporema	2.292	8	3.525,39
PR	410920	Guaraci	5.492	5	3.262,06
PR	410930	Guaraniaçu	13.641	12	7.411,11
PR	410940	Guarapuava	180.364	11	86.067,20
PR	410950	Guaraqueçaba	7.923	9	4.851,91
PR	410960	Guaratuba	35.986	8	17.648,53
PR	410965	Honório Serpa	5.643	7	3.471,61
PR	410970	Ibaiti	31.095	10	15.315,28
PR	410975	Ibema	6.396	7	3.597,50
PR	410980	Ibiporã	53.356	11	33.565,23
PR	410990	Icaraíma	8.482	9	4.724,20
PR	411000	Iguaraçu	4.343	8	4.321,96
PR	411005	Iguatu	2.304	8	3.531,14
PR	411007	Imbaú	12.697	8	6.611,39
PR	411010	Imbituva	31.719	11	15.623,55
PR	411020	Inácio Martins	11.331	7	5.929,43
PR	411030	Inajá	3.137	8	3.575,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411040	Indianópolis	4.504	10	3.570,68
PR	411050	Ipiranga	15.139	5	5.810,75
PR	411060	Iporã	14.704	8	7.697,85
PR	411065	Iracema do Oeste	2.462	9	3.476,20
PR	411070	Irati	60.425	8	26.293,70
PR	411080	Iretama	10.608	9	5.658,89
PR	411090	Itaguajé	4.620	8	3.510,43
PR	411095	Itaipulândia	10.587	11	6.676,76
PR	411100	Itambaracá	6.819	10	3.817,92
PR	411110	Itambé	6.210	10	3.548,99
PR	411120	Itapejara d'Oeste	11.685	10	6.125,51
PR	411125	Itaperuçu	27.500	6	16.185,14
PR	411130	Itaúna do Sul	3.229	6	3.442,04
PR	411140	Ivaí	13.797	8	7.114,13
PR	411150	Ivaiporã	32.720	8	16.065,05
PR	411155	Ivaté	8.120	9	4.424,81
PR	411160	Ivatuba	3.240	9	3.640,62
PR	411170	Jaboti	5.255	9	3.629,94
PR	411180	Jacarezinho	40.263	10	19.640,74
PR	411190	Jaguapitã	13.398	7	6.932,33
PR	411200	Jaguariaíva	34.822	10	17.076,70
PR	411210	Jandaia do Sul	21.341	11	10.680,90
PR	411220	Janiópolis	5.897	8	3.569,31
PR	411230	Japira	5.084	7	3.544,76
PR	411240	Japurá	9.307	10	4.990,46
PR	411250	Jardim Alegre	12.019	9	6.690,69
PR	411260	Jardim Olinda	1.396	6	3.497,86
PR	411270	Jataizinho	12.615	9	7.697,73
PR	411275	Jesuítas	8.861	9	4.851,30
PR	411280	Joaquim Távora	11.731	8	6.140,92
PR	411290	Jundiaí do Sul	3.430	5	3.153,39
PR	411295	Juranda	7.650	9	4.228,53
PR	411300	Jussara	7.026	8	3.899,47
PR	411310	Kaloré	4.368	8	3.485,71
PR	411320	Lapa	48.067	8	30.950,11
PR	411325	Laranjal	6.205	8	3.798,25
PR	411330	Laranjeiras do Sul	32.379	12	17.068,11
PR	411340	Leópolis	4.131	5	3.151,62
PR	411342	Lidianópolis	3.662	6	3.454,78
PR	411345	Lindoeste	5.071	9	3.470,25
PR	411350	Loanda	22.903	8	11.431,78
PR	411360	Lobato	4.751	7	3.648,90
PR	411370	Londrina	558.439	8	351.899,41
PR	411373	Luiziana	7.455	8	4.103,28
PR	411375	Lunardelli	5.063	9	3.492,57
PR	411380	Lupionópolis	4.911	6	3.624,43
PR	411390	Mallet	13.738	11	7.080,37
PR	411400	Mamborê	13.798	10	7.232,58
PR	411410	Mandaguaçu	22.164	10	12.416,59
PR	411420	Mandaguari	34.559	7	17.869,76
PR	411430	Mandirituba	25.662	7	16.821,97
PR	411435	Manfrinópolis	2.861	9	3.449,77
PR	411440	Mangueirinha	17.269	7	8.802,48
PR	411450	Manoel Ribas	13.708	6	6.352,42
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	51.795	11	33.675,24
PR	411470	Maria Helena	5.932	6	3.501,67
PR	411480	Marialva	34.955	12	22.971,32
PR	411490	Marilândia do Sul	9.068	8	4.862,60
PR	411500	Marilena	7.166	9	3.958,85
PR	411510	Mariluz	10.555	7	5.560,33
PR	411520	Maringá	406.693	12	298.427,41
PR	411530	Mariópolis	6.638	9	3.714,06
PR	411535	Maripá	5.776	11	3.513,60
PR	411540	Marmeleiro	14.539	10	7.454,08
PR	411545	Marquinho	4.725	7	3.479,53
PR	411550	Marumbi	4.765	7	3.540,37
PR	411560	Matelândia	17.640	11	9.887,58
PR	411570	Matinhos	33.450	8	19.016,04
PR	411573	Mato Rico	3.576	9	3.464,35
PR	411575	Mauá da Serra	10.039	11	5.368,82
PR	411580	Medianeira	45.586	7	23.002,27
PR	411585	Mercedes	5.476	10	3.662,01
PR	411590	Mirador	2.314	10	3.499,50
PR	411600	Miraselva	1.875	4	2.455,65
PR	411605	Missal	10.879	8	6.631,23
PR	411610	Moreira Sales	12.621	12	6.619,98
PR	411620	Morretes	16.540	10	8.405,01
PR	411630	Munhoz de Melo	3.958	8	3.644,88
PR	411640	Nossa Senhora das Graças	4.075	10	3.545,42
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	1.536	5	3.268,87
PR	411660	Nova América da Colina	3.545	6	3.516,05
PR	411670	Nova Aurora	11.300	10	6.134,57
PR	411680	Nova Cantu	6.295	9	4.349,68
PR	411690	Nova Esperança	28.084	11	15.918,24
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	5.194	10	3.516,30
PR	411700	Nova Fátima	8.356	7	4.519,19
PR	411705	Nova Laranjeiras	11.927	10	7.758,39
PR	411710	Nova Londrina	13.486	7	8.160,95
PR	411720	Nova Olímpia	5.829	8	3.599,58
PR	411721	Nova Santa Bárbara	4.217	9	3.647,61
PR	411722	Nova Santa Rosa	8.186	9	4.453,31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	10.745	9	5.651,67
PR	411727	Nova Tebas	6.498	6	3.905,80
PR	411729	Novo Itacolomi	2.908	10	3.523,46
PR	411730	Ortigueira	23.200	10	12.221,56
PR	411740	Ourizona	3.494	7	3.536,68
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	6.023	10	3.596,61
PR	411750	Paiçandu	40.156	9	26.457,20
PR	411760	Palmas	48.990	11	23.820,22
PR	411770	Palmeira	34.023	11	16.694,47
PR	411780	Palmital	14.189	9	7.697,76
PR	411790	Palotina	31.366	13	15.448,28
PR	411800	Paraíso do Norte	13.345	7	6.921,31
PR	411810	Paranacity	11.265	8	5.922,43
PR	411820	Paranaguá	152.975	9	81.657,94
PR	411830	Paranapoema	3.117	5	3.363,27
PR	411840	Paranavaí	87.850	9	47.192,98
PR	411845	Pato Bragado	5.432	9	3.760,56
PR	411850	Pato Branco	80.710	10	38.845,48
PR	411860	Paula Freitas	5.842	9	3.637,83
PR	411870	Paulo Frontin	7.360	10	4.058,40
PR	411880	Peabiru	14.198	11	7.290,97
PR	411885	Perobal	6.105	11	3.657,07
PR	411890	Pérola	11.101	7	5.840,37
PR	411900	Pérola d'Oeste	6.674	9	3.785,01
PR	411910	Piên	12.455	7	8.457,95
PR	411915	Pinhais	129.445	10	78.274,27
PR	411920	Pinhalão	6.440	7	3.611,34
PR	411925	Pinhal de São Bento	2.757	5	3.219,81
PR	411930	Pinhão	32.322	9	15.892,48
PR	411940	Piraí do Sul	25.277	5	9.417,46
PR	411950	Piraquara	107.751	6	41.222,25
PR	411960	Pitanga	32.015	10	16.117,45
PR	411965	Pitangueiras	3.140	6	3.735,72
PR	411970	Planaltina do Paraná	4.303	8	3.578,95
PR	411980	Planalto	13.889	12	7.173,28
PR	411990	Ponta Grossa	344.332	8	131.038,80
PR	411995	Pontal do Paraná	25.393	9	12.661,07
PR	412000	Porecatu	13.754	11	7.281,89
PR	412010	Porto Amazonas	4.835	3	1.814,32
PR	412015	Porto Barreiro	3.491	9	3.474,63
PR	412020	Porto Rico	2.611	6	3.532,92
PR	412030	Porto Vitória	4.148	7	3.531,65
PR	412033	Prado Ferreira	3.718	4	2.559,38
PR	412035	Pranchita	5.477	9	3.487,24
PR	412040	Presidente Castelo Branco	5.227	8	3.679,73
PR	412050	Primeiro de Maio	11.286	5	4.432,95
PR	412060	Prudentópolis	52.125	10	25.279,15
PR	412065	Quarto Centenário	4.764	8	3.492,88
PR	412070	Quatiguá	7.472	8	4.109,96
PR	412080	Quatro Barras	22.651	6	13.422,54
PR	412085	Quatro Pontes	4.031	7	3.601,53
PR	412090	Quedas do Iguaçu	33.543	9	16.481,09
PR	412100	Querência do Norte	12.320	11	6.403,99
PR	412110	Quinta do Sol	4.897	6	3.480,97
PR	412120	Quitandinha	18.733	11	12.421,03
PR	412125	Ramilândia	4.435	7	3.632,19
PR	412130	Rancho Alegre	3.963	6	3.586,61
PR	412135	Rancho Alegre D'Oeste	2.800	8	3.493,57
PR	412140	Realeza	17.111	11	8.673,73
PR	412150	Rebouças	14.981	12	7.667,76
PR	412160	Renascença	6.979	10	3.867,85
PR	412170	Reserva	26.763	9	13.254,91
PR	412175	Reserva do Iguaçu	7.927	7	4.334,90
PR	412180	Ribeirão Claro	10.941	11	5.748,16
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	13.557	9	7.065,66
PR	412200	Rio Azul	15.125	12	7.741,42
PR	412210	Rio Bom	3.337	10	3.505,21
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	13.552	9	8.967,23
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	4.119	4	2.514,99
PR	412220	Rio Branco do Sul	32.504	7	18.999,66
PR	412230	Rio Negro	33.857	9	21.974,27
PR	412240	Rolândia	64.726	9	40.198,32
PR	412250	Roncador	10.779	9	5.933,19
PR	412260	Rondon	9.581	10	5.111,66
PR	412265	Rosário do Ivaí	5.231	6	3.463,90
PR	412270	Sabáudia	6.702	9	3.759,67
PR	412280	Salgado Filho	4.003	10	3.446,60
PR	412290	Salto do Itararé	5.158	5	3.151,83
PR	412300	Salto do Lontra	14.713	11	7.547,65
PR	412310	Santa Amélia	3.603	7	3.471,77
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	3.544	9	3.487,02
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	8.113	5	4.005,13
PR	412340	Santa Fé	11.691	8	6.505,04
PR	412350	Santa Helena	25.911	11	14.228,58
PR	412360	Santa Inês	1.727	7	3.473,17
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	8.858	5	4.310,06
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	14.411	10	7.413,06
PR	412382	Santa Lúcia	3.955	7	3.508,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412385	Santa Maria do Oeste	10.716	9	6.338,97
PR	412390	Santa Mariana	12.307	10	6.506,08
PR	412395	Santa Mônica	3.915	8	3.688,73
PR	412400	Santana do Itararé	5.222	7	3.500,94
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	10.471	11	6.809,28
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	22.992	11	13.705,69
PR	412410	Santo Antônio da Platina	45.819	10	22.291,15
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	2.741	5	3.155,83
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2.281	8	3.471,62
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	20.158	11	10.125,57
PR	412450	Santo Inácio	5.506	9	3.564,26
PR	412460	São Carlos do Ivaí	6.839	7	3.815,96
PR	412470	São Jerônimo da Serra	11.519	9	6.046,94
PR	412480	São João	10.644	9	5.661,36
PR	412490	São João do Caiuá	6.025	9	3.516,31
PR	412500	São João do Ivaí	11.005	6	5.382,69
PR	412510	São João do Triunfo	14.927	8	7.654,54
PR	412520	São Jorge d'Oeste	9.291	9	4.969,17
PR	412530	São Jorge do Ivaí	5.676	10	3.524,83
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	5.946	8	4.501,95
PR	412540	São José da Boa Vista	6.485	7	3.678,74
PR	412545	São José das Palmeiras	3.816	7	3.501,38
PR	412550	São José dos Pinhais	307.530	10	185.217,57
PR	412555	São Manoel do Paraná	2.189	8	3.560,78
PR	412560	São Mateus do Sul	45.398	11	22.102,02
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	27.461	10	16.507,04
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	6.286	9	3.628,21
PR	412580	São Pedro do Ivaí	10.928	8	5.753,57
PR	412590	São Pedro do Paraná	2.443	6	3.491,71
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	8.985	8	4.819,81
PR	412610	São Tomé	5.715	9	3.622,07
PR	412620	Sapopema	6.905	9	3.831,29
PR	412625	Sarandi	94.181	12	62.730,15
PR	412627	Saudade do Iguaçu	5.448	9	3.658,31
PR	412630	Sengés	19.443	9	9.782,39
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	4.637	5	3.161,33
PR	412640	Sertaneja	5.633	8	3.484,52
PR	412650	Sertanópolis	16.485	8	8.379,64
PR	412660	Siqueira Campos	20.508	10	10.308,26
PR	412665	Sulina	3.222	7	3.471,87
PR	412667	Tamarana	14.143	9	7.306,83
PR	412670	Tamboara	5.064	9	3.663,80
PR	412680	Tapejara	15.962	11	8.146,72
PR	412690	Tapira	5.798	8	3.500,46
PR	412700	Teixeira Soares	11.834	8	6.211,41
PR	412710	Telêmaco Borba	77.276	12	37.214,30
PR	412720	Terra Boa	16.991	12	8.628,26
PR	412730	Terra Rica	16.578	8	8.437,09
PR	412740	Terra Roxa	17.627	8	8.920,03
PR	412750	Tibagi	20.562	9	10.315,54
PR	412760	Tijucas do Sul	16.348	9	10.924,35
PR	412770	Toledo	135.538	12	75.172,67
PR	412780	Tomazina	8.470	4	3.296,24
PR	412785	Três Barras do Paraná	12.256	8	6.368,26
PR	412788	Tunas do Paraná	7.971	6	5.683,47
PR	412790	Tuneiras do Oeste	8.833	8	4.766,67
PR	412795	Tupãssi	8.277	9	4.481,65
PR	412796	Turvo	13.640	12	7.157,63
PR	412800	Ubiratã	21.762	13	10.967,85
PR	412810	Umuarama	109.955	9	56.783,59
PR	412820	União da Vitória	57.027	6	16.564,19
PR	412830	Uniflor	2.614	5	3.240,99
PR	412840	Uraí	11.662	6	5.502,45
PR	412850	Wenceslau Braz	19.856	9	9.967,72
PR	412853	Ventania	11.407	8	6.007,10
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	8.918	7	4.856,42
PR	412860	Verê	7.692	9	4.300,21
PR	412862	Alto Paraíso	2.998	7	3.463,11
PR	412863	Doutor Ulysses	5.781	5	3.818,31
PR	412865	Virmond	4.095	8	3.543,88
PR	412870	Vitorino	6.878	9	3.826,61
PR	412880	Xambrê	5.957	4	2.449,10
RJ	330010	Angra dos Reis	194.619	5	108.986,64
RJ	330015	Aperibé	11.292	7	12.647,04
RJ	330020	Araruama	126.742	8	113.560,83
RJ	330022	Areal	12.143	6	12.240,14
RJ	330023	Armação dos Búzios	32.260	7	32.518,08
RJ	330025	Arraial do Cabo	29.304	6	29.538,43
RJ	330030	Barra do Piraí	97.460	7	76.408,64
RJ	330040	Barra Mansa	179.451	10	191.429,56
RJ	330045	Belford Roxo	495.783	3	166.583,09
RJ	330050	Bom Jardim	26.566	5	22.315,44
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	36.068	8	40.396,16
RJ	330070	Cabo Frio	216.030	5	120.976,80
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	57.048	7	44.725,63
RJ	330090	Cambuci	15.124	7	16.968,56
RJ	330093	Carapebus	15.568	3	6.974,46
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	8.336	7	9.336,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330100	Campos dos Goytacazes	490.288	8	439.298,05
RJ	330110	Cantagalo	19.697	10	22.209,60
RJ	330115	Cardoso Moreira	12.519	3	5.645,25
RJ	330120	Carmo	18.264	8	20.455,68
RJ	330130	Casimiro de Abreu	41.999	8	47.038,88
RJ	330140	Conceição de Macabu	22.461	2	6.289,08
RJ	330150	Cordeiro	21.250	10	23.800,00
RJ	330160	Duas Barras	11.169	7	12.509,28
RJ	330170	Duque de Caxias	890.997	8	798.333,31
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	13.576	9	15.261,12
RJ	330185	Guapimirim	57.921	9	64.871,52
RJ	330187	Iguaba Grande	26.936	7	30.168,32
RJ	330190	Itaboraí	232.394	5	130.140,64
RJ	330200	Itaguaí	122.369	9	123.347,95
RJ	330205	Italva	14.723	6	14.840,78
RJ	330210	Itaocara	22.694	8	25.630,08
RJ	330220	Itaperuna	99.997	9	111.996,64
RJ	330225	Itatiaia	30.703	9	35.397,28
RJ	330227	Japeri	101.237	3	34.015,63
RJ	330230	Laje do Muriaé	7.217	4	5.820,42
RJ	330240	Macaé	244.139	8	218.748,54
RJ	330245	Macuco	5.434	9	6.086,08
RJ	330250	Magé	237.420	8	212.728,32
RJ	330260	Mangaratiba	42.415	9	47.504,80
RJ	330270	Maricá	153.008	8	137.095,17
RJ	330280	Mendes	18.123	2	5.074,44
RJ	330285	Mesquita	171.280	7	134.283,52
RJ	330290	Miguel Pereira	24.871	6	25.069,97
RJ	330300	Miracema	26.551	7	30.027,20
RJ	330310	Natividade	14.960	8	16.885,12
RJ	330320	Nilópolis	158.329	5	88.664,24
RJ	330330	Niterói	499.028	9	503.020,22
RJ	330340	Nova Friburgo	185.381	5	103.813,36
RJ	330350	Nova Iguaçu	798.647	9	813.951,94
RJ	330360	Paracambi	50.447	11	56.500,64
RJ	330370	Paraíba do Sul	42.922	8	48.072,64
RJ	330380	Paraty	41.454	8	46.428,48
RJ	330385	Paty do Alferes	26.991	7	30.229,92
RJ	330390	Petrópolis	298.235	9	300.620,88
RJ	330395	Pinheiral	24.282	12	27.195,84
RJ	330400	Piraí	28.222	13	31.608,64
RJ	330410	Porciúncula	18.248	6	18.632,32
RJ	330411	Porto Real	18.829	10	21.088,48
RJ	330412	Quatis	13.785	10	15.439,20
RJ	330414	Queimados	145.386	6	97.699,39
RJ	330415	Quissamã	23.535	8	26.359,20
RJ	330420	Resende	126.923	9	127.938,38
RJ	330430	Rio Bonito	58.272	5	32.632,32
RJ	330440	Rio Claro	17.988	7	20.146,56
RJ	330450	Rio das Flores	8.984	9	10.062,08
RJ	330452	Rio das Ostras	141.117	8	126.440,83
RJ	330455	Rio de Janeiro	6.520.266	10	6.937.563,02
RJ	330460	Santa Maria Madalena	10.172	6	10.380,38
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	41.312	8	46.269,44
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	41.191	6	40.523,16
RJ	330480	São Fidélis	37.689	5	30.065,43
RJ	330490	São Gonçalo	1.049.826	4	470.322,05
RJ	330500	São João da Barra	35.174	5	25.606,67
RJ	330510	São João de Meriti	460.461	7	361.266,42
RJ	330513	São José de Ubá	6.953	6	8.070,72
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	21.114	5	17.735,76
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	99.906	4	44.757,89
RJ	330530	São Sebastião do Alto	9.094	6	10.185,28
RJ	330540	Sapucaia	17.765	6	17.911,19
RJ	330550	Saquarema	85.175	7	66.777,20
RJ	330555	Seropédica	84.416	7	66.182,14
RJ	330560	Silva Jardim	21.253	8	23.929,92
RJ	330570	Sumidouro	15.191	4	9.357,66
RJ	330575	Tanguá	32.970	5	24.002,16
RJ	330580	Teresópolis	176.060	5	98.593,60
RJ	330590	Trajano de Moraes	10.352	6	10.434,82
RJ	330600	Três Rios	79.402	10	88.930,24
RJ	330610	Valença	74.237	8	74.830,90
RJ	330615	Varre-Sai	10.597	6	10.681,78
RJ	330620	Vassouras	35.768	5	26.039,10
RJ	330630	Volta Redonda	265.201	10	282.173,86
RN	240010	Acari	11.333	3	5.094,48
RN	240020	Açu	58.183	2	12.823,53
RN	240030	Afonso Bezerra	11.211	6	11.119,07
RN	240040	Água Nova	3.260	7	3.592,52
RN	240050	Alexandria	13.827	6	13.764,20
RN	240060	Almino Afonso	4.854	6	5.449,39
RN	240070	Alto do Rodrigues	14.365	4	8.706,63
RN	240080	Angicos	11.909	6	11.811,35

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240090	Antônio Martins	7.237	7	7.975,17
RN	240100	Apodi	36.323	3	16.011,18
RN	240110	Areia Branca	27.401	3	12.078,36
RN	240120	Arês	14.307	7	15.766,31
RN	240130	Augusto Severo	9.768	4	7.535,04
RN	240140	Baía Formosa	9.309	7	10.258,52
RN	240145	Baraúna	28.085	4	17.022,32
RN	240150	Barcelona	4.064	6	4.481,83
RN	240160	Bento Fernandes	5.527	4	4.263,53
RN	240165	Bodó	2.307	3	1.329,01
RN	240170	Bom Jesus	10.254	6	10.169,92
RN	240180	Brejinho	12.720	6	12.615,70
RN	240185	Caiçara do Norte	6.624	6	7.299,65
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	3.680	5	3.649,82
RN	240200	Caicó	68.222	9	75.180,64
RN	240210	Campo Redondo	11.244	2	3.097,72
RN	240220	Canguaretama	34.267	7	33.986,01
RN	240230	Caraúbas	20.707	3	9.654,07
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	8.188	4	6.316,22
RN	240250	Carnaubais	10.715	2	2.964,38
RN	240260	Ceará-Mirim	73.849	6	48.740,34
RN	240270	Cerro Corá	11.344	5	9.375,82
RN	240280	Coronel Ezequiel	5.593	2	1.849,05
RN	240290	Coronel João Pessoa	4.980	5	4.939,16
RN	240300	Cruzeta	8.147	9	9.016,56
RN	240310	Currais Novos	45.228	5	32.396,82
RN	240320	Doutor Severiano	7.190	6	7.923,38
RN	240325	Parnamirim	254.709	5	140.089,95
RN	240330	Encanto	5.666	5	5.619,54
RN	240340	Equador	6.119	6	6.743,14
RN	240350	Espírito Santo	10.702	2	2.962,45
RN	240360	Extremoz	28.331	3	12.465,64
RN	240370	Felipe Guerra	6.052	6	6.669,30
RN	240375	Fernando Pedroza	3.072	6	3.385,34
RN	240380	Florânia	9.262	6	10.206,72
RN	240390	Francisco Dantas	2.890	4	2.259,43
RN	240400	Frutuoso Gomes	4.180	7	4.716,56
RN	240410	Galinhos	2.715	4	2.094,35
RN	240420	Goianinha	26.068	9	28.726,94
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	13.157	0	0,00
RN	240440	Grossos	10.386	6	10.300,83
RN	240450	Guamaré	15.309	8	16.870,52
RN	240460	Ielmo Marinho	13.714	5	11.334,62
RN	240470	Ipanguaçu	15.464	3	6.816,53
RN	240480	Ipueira	2.251	7	2.480,60
RN	240485	Itajá	7.571	6	8.343,24
RN	240490	Itaú	5.930	7	6.534,86
RN	240500	Jaçanã	9.068	4	6.995,06
RN	240510	Jandaíra	6.942	4	5.519,41
RN	240520	Janduís	5.386	6	6.009,21
RN	240530	Januário Cicco	10.096	4	6.119,19
RN	240540	Japi	5.247	3	3.024,99
RN	240550	Jardim de Angicos	2.663	9	2.948,95
RN	240560	Jardim de Piranhas	14.858	6	14.736,16
RN	240570	Jardim do Seridó	12.579	4	7.624,13
RN	240580	João Câmara	35.087	5	25.132,82
RN	240590	João Dias	2.695	5	2.672,90
RN	240600	José da Penha	6.050	2	2.000,13
RN	240610	Jucurutu	18.530	5	15.315,05
RN	240615	Jundiá	3.910	4	3.016,17
RN	240620	Lagoa d'Anta	6.793	9	7.485,89
RN	240630	Lagoa de Pedras	7.579	7	8.352,06
RN	240640	Lagoa de Velhos	2.771	5	2.748,28
RN	240650	Lagoa Nova	15.590	6	15.462,16
RN	240660	Lagoa Salgada	8.269	4	6.378,71
RN	240670	Lajes	11.316	6	11.223,21
RN	240680	Lajes Pintadas	4.822	6	5.313,84
RN	240690	Lucrécia	4.002	7	4.410,20
RN	240700	Luís Gomes	10.211	4	6.188,89
RN	240710	Macaíba	80.031	6	52.820,46
RN	240720	Macau	31.859	3	14.043,45
RN	240725	Major Sales	4.002	6	4.410,20
RN	240730	Marcelino Vieira	8.492	5	8.436,25
RN	240740	Martins	8.793	1	968,99
RN	240750	Maxaranguape	12.223	2	3.367,44
RN	240760	Messias Targino	4.608	4	3.554,61
RN	240770	Montanhas	11.503	7	12.831,69
RN	240780	Monte Alegre	22.462	9	24.753,12
RN	240790	Monte das Gameleiras	2.178	7	2.491,62
RN	240800	Mossoró	295.619	4	130.308,86
RN	240810	Natal	885.180	6	584.218,80
RN	240820	Nísia Floresta	27.372	7	30.163,94
RN	240830	Nova Cruz	37.695	7	37.385,90
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	4.349	4	3.387,22
RN	240850	Ouro Branco	4.882	2	1.613,99
RN	240860	Paraná	4.276	4	3.298,51
RN	240870	Paraú	3.859	6	4.324,25
RN	240880	Parazinho	5.258	6	5.807,88

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240890	Parelhas	21.669	4	13.133,58
RN	240895	Rio do Fogo	10.901	4	6.607,10
RN	240910	Passa e Fica	13.099	7	14.435,10
RN	240920	Passagem	3.109	7	3.426,12
RN	240930	Patu	12.844	3	5.661,64
RN	240933	Santa Maria	5.500	3	3.030,50
RN	240940	Pau dos Ferros	30.452	6	26.846,48
RN	240950	Pedra Grande	3.356	4	2.703,76
RN	240960	Pedra Preta	2.532	4	2.011,04
RN	240970	Pedro Avelino	6.938	3	3.959,49
RN	240980	Pedro Velho	14.954	7	16.479,31
RN	240990	Pendências	15.083	6	14.959,32
RN	241000	Pilões	3.836	3	2.113,64
RN	241010	Poço Branco	15.418	4	9.344,85
RN	241020	Portalegre	7.909	6	8.715,72
RN	241025	Porto do Mangue	6.789	6	7.481,48
RN	241030	Serra Caiada	10.099	7	11.129,10
RN	241040	Pureza	9.568	4	7.380,76
RN	241050	Rafael Fernandes	5.115	6	5.636,73
RN	241060	Rafael Godeiro	3.234	5	3.207,48
RN	241070	Riacho da Cruz	3.566	5	3.536,76
RN	241080	Riacho de Santana	4.277	4	3.301,59
RN	241090	Riachuelo	8.075	3	4.449,33
RN	241100	Rodolfo Fernandes	4.545	7	5.013,00
RN	241105	Tibau	4.100	4	3.162,74
RN	241110	Ruy Barbosa	3.669	5	3.658,75
RN	241120	Santa Cruz	39.667	2	10.928,26
RN	241140	Santana do Matos	13.289	5	11.379,25
RN	241142	Santana do Seridó	2.701	7	2.976,50
RN	241150	Santo Antônio	24.220	4	14.679,74
RN	241160	São Bento do Norte	2.846	5	2.942,67
RN	241170	São Bento do Trairí	4.425	3	2.438,18
RN	241180	São Fernando	3.617	7	3.985,93
RN	241190	São Francisco do Oeste	4.238	4	3.269,19
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	101.492	7	78.148,84
RN	241210	São João do Sabugi	6.260	8	6.898,52
RN	241220	São José de Mipibu	43.995	8	48.482,49
RN	241230	São José do Campestre	13.007	6	12.900,34
RN	241240	São José do Seridó	4.643	7	5.116,59
RN	241250	São Miguel	23.610	5	19.513,67
RN	241255	São Miguel do Gostoso	9.606	5	9.527,23
RN	241260	São Paulo do Potengi	17.572	5	14.523,26
RN	241270	São Pedro	6.139	6	6.938,19
RN	241280	São Rafael	8.343	3	4.601,40
RN	241290	São Tomé	11.223	4	6.802,26
RN	241300	São Vicente	6.469	7	7.128,84
RN	241310	Senador Elói de Souza	6.188	6	6.819,18
RN	241320	Senador Georgino Avelino	4.423	6	4.874,15
RN	241330	Serra de São Bento	5.870	7	6.497,39
RN	241335	Serra do Mel	11.838	4	7.175,01
RN	241340	Serra Negra do Norte	8.175	7	9.008,85
RN	241350	Serrinha	6.422	5	6.565,72
RN	241355	Serrinha dos Pintos	4.841	8	5.334,78
RN	241360	Severiano Melo	3.150	5	6.518,04
RN	241370	Sítio Novo	5.528	3	3.045,93
RN	241380	Taboleiro Grande	2.566	7	2.827,73
RN	241390	Taipu	12.428	4	7.532,61
RN	241400	Tangará	15.866	5	13.113,25
RN	241410	Tenente Ananias	10.814	6	10.725,33
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	5.912	7	6.705,53
RN	241420	Tibau do Sul	13.895	6	13.781,06
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	2.437	5	2.417,02
RN	241440	Touros	34.043	3	15.006,15
RN	241445	Triunfo Potiguar	3.327	3	1.876,71
RN	241450	Umarizal	10.781	2	3.001,02
RN	241460	Upanema	14.609	3	6.983,76
RN	241470	Várzea	5.554	5	5.508,46
RN	241475	Venha-Ver	4.187	4	3.229,85
RN	241480	Vera Cruz	12.371	5	10.224,63
RN	241490	Viçosa	1.731	7	1.907,56
RN	241500	Vila Flor	3.173	5	3.146,98
RO	110001	Alta Floresta D'Oeste	25.437	7	36.019,20
RO	110002	Ariquemes	107.345	7	105.198,10
RO	110003	Cabixi	6.224	7	15.588,00
RO	110004	Cacoal	88.507	11	123.909,80
RO	110005	Cerejeiras	17.934	10	25.257,40
RO	110006	Colorado do Oeste	18.467	6	24.179,40
RO	110007	Corumbiara	8.659	5	19.517,76
RO	110008	Costa Marques	17.400	7	38.280,00
RO	110009	Espigão D'Oeste	33.030	11	46.242,00
RO	110010	Guajará-Mirim	47.451	7	90.365,68
RO	110011	Jaru	55.871	9	78.219,40
RO	110012	Ji-Paraná	132.667	11	185.733,80
RO	110013	Machadinho D'Oeste	38.609	7	73.526,98
RO	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	21.747	9	30.445,80
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	39.759	5	36.490,09
RO	110018	Pimenta Bueno	38.051	7	47.944,26
RO	110020	Porto Velho	519.436	7	670.062,53
RO	110025	Presidente Médici	22.124	8	32.223,80
RO	110026	Rio Crespo	3.829	6	10.894,60
RO	110028	Rolim de Moura	57.074	5	39.951,80
RO	110029	Santa Luzia D'Oeste	8.198	6	21.328,80
RO	110030	Vilhena	95.630	6	80.329,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	110032	São Miguel do Guaporé	24.181	8	33.853,40
RO	110033	Nova Mamoré	28.891	8	61.133,36
RO	110034	Alvorada D'Oeste	16.747	4	13.397,23
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	14.045	7	30.899,00
RO	110040	Alto Paraíso	20.916	8	44.258,26
RO	110045	Buritis	39.044	7	84.335,04
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	10.051	6	22.712,40
RO	110060	Cacaulândia	6.460	6	15.504,00
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	14.484	9	34.761,60
RO	110080	Candeias do Jamari	25.266	8	53.462,86
RO	110090	Castanheiras	3.550	7	10.179,48
RO	110092	Chupinguaia	10.593	6	22.880,88
RO	110094	Cujubim	22.443	6	42.740,45
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	9.745	6	25.281,60
RO	110110	Itapuã do Oeste	10.310	6	22.269,60
RO	110120	Ministro Andreazza	10.751	6	23.541,84
RO	110130	Mirante da Serra	12.258	9	29.925,60
RO	110140	Monte Negro	16.186	7	34.249,58
RO	110143	Nova União	7.769	8	18.919,20
RO	110145	Parecis	5.904	7	12.492,86
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	2.410	6	10.260,18
RO	110147	Primavera de Rondônia	3.411	10	10.138,34
RO	110148	São Felipe D'Oeste	5.994	8	14.925,60
RO	110149	São Francisco do Guaporé	19.694	10	47.265,60
RO	110150	Seringueiras	12.653	8	30.367,20
RO	110155	Teixeirópolis	4.931	6	10.749,28
RO	110160	Theobroma	11.350	8	27.240,00
RO	110170	Urupá	13.106	13	29.680,20
RO	110175	Vale do Anari	11.149	9	26.757,60
RO	110180	Vale do Paraíso	8.047	6	20.220,00
RR	140002	Amajari	11.560	6	27.986,76
RR	140005	Alto Alegre	15.933	6	48.732,02
RR	140010	Boa Vista	332.020	6	432.210,35
RR	140015	Bonfim	11.945	6	39.669,35
RR	140017	Cantá	16.877	7	40.504,80
RR	140020	Caracaraí	20.807	5	45.473,70
RR	140023	Caroebe	9.493	11	22.783,20
RR	140028	Iracema	10.859	5	27.266,95
RR	140030	Mucajaí	16.852	4	33.923,08
RR	140040	Normandia	10.527	5	18.948,60
RR	140045	Pacaraima	12.375	8	41.134,50
RR	140047	Rorainópolis	28.215	7	96.664,59
RR	140050	São João da Baliza	7.740	3	10.750,86
RR	140060	São Luiz	7.597	5	16.409,52
RR	140070	Uiramutã	9.836	6	23.606,40
RS	430003	Aceguá	4.759	7	6.357,05
RS	430005	Água Santa	3.841	7	3.619,20
RS	430010	Agudo	17.085	7	8.863,24
RS	430020	Ajuricaba	7.358	6	6.274,77
RS	430030	Alecrim	6.736	4	3.806,02
RS	430040	Alegrete	78.003	9	45.994,56
RS	430045	Alegria	4.037	8	3.494,08
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	2.079	7	3.514,88
RS	430050	Alpestre	7.433	7	4.550,35
RS	430055	Alto Alegre	1.803	4	2.451,85
RS	430057	Alto Feliz	3.040	10	3.563,39
RS	430060	Alvorada	208.177	8	125.240,04
RS	430063	Amaral Ferrador	6.854	4	2.682,31
RS	430064	Ametista do Sul	7.576	6	4.284,29
RS	430066	André da Rocha	1.306	5	3.270,02
RS	430070	Anta Gorda	6.210	7	3.635,93
RS	430080	Antônio Prado	13.306	7	7.701,56
RS	430085	Arambaré	3.748	5	3.164,60
RS	430087	Araricá	5.395	7	6.665,05
RS	430090	Aratiba	6.601	7	6.054,93
RS	430100	Arroio do Meio	20.272	8	10.184,46
RS	430105	Arroio do Sal	9.050	6	8.177,31
RS	430107	Arroio do Padre	2.906	6	3.607,89
RS	430110	Arroio dos Ratos	14.255	5	7.090,82
RS	430120	Arroio do Tigre	13.388	7	7.543,88
RS	430130	Arroio Grande	18.922	8	9.769,13
RS	430140	Arvorezinha	10.614	8	5.488,95
RS	430150	Augusto Pestana	7.091	8	3.832,34
RS	430155	Áurea	3.718	6	3.515,19
RS	430160	Bagé	122.209	9	60.049,50
RS	430163	Balneário Pinhal	12.671	5	6.483,38
RS	430165	Barão	6.109	6	3.594,78
RS	430170	Barão de Cotegipe	6.763	8	6.231,92
RS	430175	Barão do Triunfo	7.440	6	3.821,66
RS	430180	Barracão	5.474	8	3.523,92
RS	430185	Barra do Guarita	3.253	6	3.601,61
RS	430187	Barra do Quaraí	4.223	7	5.440,70
RS	430190	Barra do Ribeiro	13.365	10	7.930,85
RS	430192	Barra do Rio Azul	1.915	4	2.477,48
RS	430195	Barra Funda	2.516	8	3.604,67
RS	430200	Barros Cassal	11.486	5	4.641,92
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	2.227	9	3.723,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430210	Bento Gonçalves	115.069	9	54.258,82
RS	430215	Boa Vista das Missões	2.167	3	1.770,93
RS	430220	Boa Vista do Buricá	6.829	7	6.929,96
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	2.526	5	3.177,72
RS	430223	Boa Vista do Incra	2.579	6	3.605,48
RS	430225	Boa Vista do Sul	2.859	4	2.529,92
RS	430230	Bom Jesus	11.773	5	5.321,61
RS	430235	Bom Princípio	13.189	7	7.908,70
RS	430237	Bom Progresso	2.216	6	5.475,43
RS	430240	Bom Retiro do Sul	12.204	6	5.583,79
RS	430245	Boqueirão do Leão	7.914	4	2.960,52
RS	430250	Bossoroca	6.801	6	6.383,98
RS	430258	Bozano	2.228	9	3.514,27
RS	430260	Braga	3.647	6	3.506,86
RS	430265	Brochier	4.996	8	3.605,41
RS	430270	Butiá	21.247	5	8.052,75
RS	430280	Caçapava do Sul	34.634	9	17.608,57
RS	430290	Cacequi	13.552	8	7.424,63
RS	430300	Cachoeira do Sul	85.495	7	31.641,18
RS	430310	Cachoeirinha	127.318	7	56.428,24
RS	430320	Cacique Doble	5.100	5	3.284,88
RS	430330	Caibaté	5.042	7	5.901,59
RS	430340	Caiçara	5.064	6	3.516,67
RS	430350	Camaquã	66.215	5	16.630,29
RS	430355	Camargo	2.733	9	3.638,28
RS	430360	Cambará do Sul	6.680	6	3.779,94
RS	430367	Campestre da Serra	3.407	6	3.567,28
RS	430370	Campina das Missões	5.994	6	9.115,87
RS	430380	Campinas do Sul	5.641	7	6.054,76
RS	430390	Campo Bom	64.914	8	36.923,08
RS	430400	Campo Novo	5.161	4	4.057,90
RS	430410	Campos Borges	3.514	6	3.513,00
RS	430420	Candelária	31.603	10	16.085,81
RS	430430	Cândido Godói	6.567	7	3.615,67
RS	430435	Candiota	9.406	8	7.285,82
RS	430440	Canela	43.062	10	22.418,47
RS	430450	Canguçu	56.103	5	14.812,58
RS	430460	Canoas	343.853	8	207.767,97
RS	430461	Canudos do Vale	1.817	3	1.756,63
RS	430462	Capão Bonito do Sul	1.758	6	3.510,76
RS	430463	Capão da Canoa	48.401	8	24.019,95
RS	430465	Capão do Cipó	3.449	8	3.686,43
RS	430466	Capão do Leão	25.495	6	11.739,15
RS	430467	Capivari do Sul	4.362	9	7.128,05
RS	430468	Capela de Santana	11.455	3	3.186,75
RS	430469	Capitão	2.769	5	3.213,92
RS	430470	Carazinho	62.339	5	15.956,30
RS	430471	Caraá	7.971	10	4.138,07
RS	430480	Carlos Barbosa	28.091	12	14.186,01
RS	430485	Carlos Gomes	1.547	8	3.500,23
RS	430490	Casca	9.079	6	6.704,84
RS	430495	Caseiros	3.185	7	3.594,10
RS	430500	Catuípe	9.335	8	6.606,98
RS	430510	Caxias do Sul	483.377	6	148.480,18
RS	430511	Centenário	3.016	4	2.461,50
RS	430512	Cerrito	6.443	5	5.616,87
RS	430513	Cerro Branco	4.694	6	3.580,51
RS	430515	Cerro Grande	2.437	6	3.513,29
RS	430517	Cerro Grande do Sul	11.486	8	5.718,12
RS	430520	Cerro Largo	14.069	7	7.628,29
RS	430530	Chapada	9.597	10	6.658,68
RS	430535	Charqueadas	38.899	8	24.584,17
RS	430537	Charrua	3.482	6	3.643,30
RS	430540	Chiapetta	4.026	4	4.058,69
RS	430543	Chuí	6.456	3	2.686,93
RS	430544	Chuvisca	5.319	5	3.262,76
RS	430545	Cidreira	14.710	7	9.083,63
RS	430550	Ciríaco	4.983	7	3.516,94
RS	430558	Colinas	2.499	8	3.526,34
RS	430560	Colorado	3.478	9	3.504,51
RS	430570	Condor	6.836	7	6.392,62
RS	430580	Constantina	10.109	6	6.168,87
RS	430583	Coqueiro Baixo	1.559	4	2.461,45
RS	430585	Coqueiros do Sul	2.458	5	3.160,69
RS	430587	Coronel Barros	2.559	7	3.544,83
RS	430590	Coronel Bicaco	7.776	4	4.382,34
RS	430593	Coronel Pilar	1.728	4	2.569,82
RS	430595	Cotiporã	4.000	4	2.462,92
RS	430597	Coxilha	2.876	6	3.518,20
RS	430600	Crissiumal	14.195	6	7.244,77
RS	430605	Cristal	7.831	6	6.762,37
RS	430607	Cristal do Sul	2.918	5	3.173,42
RS	430610	Cruz Alta	63.463	6	20.159,71
RS	430613	Cruzaltense	2.059	7	3.498,11
RS	430620	Cruzeiro do Sul	12.258	6	6.039,07
RS	430630	David Canabarro	4.844	6	3.529,54
RS	430632	Derrubadas	3.102	8	5.151,30
RS	430635	Dezesseis de Novembro	2.744	5	3.147,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430637	Dilermando de Aguiar	3.130	6	3.518,30
RS	430640	Dois Irmãos	30.753	8	19.435,90
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	2.158	5	3.160,93
RS	430645	Dois Lajeados	3.430	7	3.559,69
RS	430650	Dom Feliciano	15.279	6	7.303,08
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	2.617	4	2.464,34
RS	430660	Dom Pedrito	39.822	6	16.629,61
RS	430670	Dona Francisca	3.331	6	3.503,70
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	5.110	10	5.173,99
RS	430675	Doutor Ricardo	2.071	6	3.517,92
RS	430676	Eldorado do Sul	38.581	8	24.383,19
RS	430680	Encantado	22.128	6	9.953,52
RS	430690	Encruzilhada do Sul	25.872	4	7.373,72
RS	430692	Engenho Velho	1.340	8	3.601,59
RS	430693	Entre-Ijuís	8.981	4	4.630,84
RS	430695	Entre Rios do Sul	3.035	7	3.507,98
RS	430697	Erebango	3.066	3	1.782,22
RS	430700	Erechim	103.437	9	47.235,88
RS	430705	Ernestina	3.215	5	3.190,74
RS	430710	Herval	6.980	7	5.299,91
RS	430720	Erval Grande	5.170	4	2.463,79
RS	430730	Erval Seco	7.660	6	6.253,57
RS	430740	Esmeralda	3.313	5	3.201,80
RS	430745	Esperança do Sul	3.204	6	5.152,06
RS	430750	Espumoso	15.843	7	8.108,82
RS	430755	Estação	6.161	6	6.279,88
RS	430760	Estância Velha	47.287	7	27.399,44
RS	430770	Esteio	84.237	8	48.696,46
RS	430780	Estrela	33.140	8	16.512,50
RS	430781	Estrela Velha	3.745	6	3.525,00
RS	430783	Eugênio de Castro	2.699	5	3.149,14
RS	430786	Fagundes Varela	2.724	6	3.586,09
RS	430790	Farroupilha	69.542	9	34.454,00
RS	430800	Faxinal do Soturno	6.867	7	6.440,51
RS	430805	Faxinalzinho	2.523	6	3.505,31
RS	430807	Fazenda Vilanova	4.194	5	3.416,18
RS	430810	Feliz	13.273	8	7.701,88
RS	430820	Flores da Cunha	29.603	8	14.663,67
RS	430825	Floriano Peixoto	1.958	8	3.499,91
RS	430830	Fontoura Xavier	10.836	4	3.222,13
RS	430840	Formigueiro	7.053	8	3.760,88
RS	430843	Forquetinha	2.519	4	2.461,12
RS	430845	Fortaleza dos Valos	4.588	5	3.161,54
RS	430850	Frederico Westphalen	30.832	6	12.759,87
RS	430860	Garibaldi	33.624	8	16.628,89
RS	430865	Garruchos	3.182	7	5.155,08
RS	430870	Gaurama	5.878	5	5.508,01
RS	430880	General Câmara	8.663	5	4.261,70
RS	430885	Gentil	1.705	8	3.733,64
RS	430890	Getúlio Vargas	16.648	7	8.475,88
RS	430900	Giruá	17.069	4	4.911,88
RS	430905	Glorinha	7.654	8	6.633,68
RS	430910	Gramado	35.047	8	18.205,06
RS	430912	Gramado dos Loureiros	2.247	3	1.754,42
RS	430915	Gramado Xavier	4.251	10	3.628,32
RS	430920	Gravataí	275.146	8	146.304,66
RS	430925	Guabiju	1.600	8	3.512,31
RS	430930	Guaíba	99.334	6	38.429,06
RS	430940	Guaporé	24.836	8	12.335,93
RS	430950	Guarani das Missões	8.080	8	9.536,19
RS	430955	Harmonia	4.664	7	3.657,33
RS	430957	Herveiras	3.070	4	2.478,11
RS	430960	Horizontina	19.338	7	10.113,45
RS	430965	Hulha Negra	6.561	6	3.687,95
RS	430970	Humaitá	4.988	2	1.730,16
RS	430975	Ibarama	4.519	7	3.526,43
RS	430980	Ibiaçá	4.846	3	1.762,56
RS	430990	Ibiraiaras	7.458	5	5.722,64
RS	430995	Ibirapuitã	4.155	8	3.518,62
RS	431000	Ibirubá	20.355	6	9.247,56
RS	431010	Igrejinha	34.903	9	18.294,95
RS	431020	Ijuí	83.330	9	42.239,38
RS	431030	Ilópolis	4.202	9	3.519,97
RS	431033	Imbé	20.578	6	9.186,15
RS	431036	Imigrante	3.157	5	3.198,29
RS	431040	Independência	6.598	6	6.159,30
RS	431041	Inhacorá	2.312	4	2.461,81
RS	431043	Ipê	6.482	5	3.378,47
RS	431046	Ipiranga do Sul	1.975	5	3.165,99
RS	431050	Iraí	7.921	4	4.441,88
RS	431053	Itaara	5.384	7	6.530,04
RS	431055	Itacurubi	3.552	7	3.525,50
RS	431057	Itapuca	2.295	7	3.504,49
RS	431060	Itaqui	39.012	9	23.005,36
RS	431065	Itati	2.583	6	3.512,10
RS	431070	Itatiba do Sul	3.896	6	3.489,69
RS	431075	Ivorá	2.104	5	3.154,60
RS	431080	Ivoti	22.514	9	14.228,85
RS	431085	Jaboticaba	4.082	6	3.511,16

RS	431087	Jacuizinho	2.666	5	3.230,56
RS	431090	Jacutinga	3.704	5	3.180,03
RS	431100	Jaguarão	28.156	8	16.588,17
RS	431110	Jaguari	11.514	5	5.275,68
RS	431112	Jaquirana	4.083	7	3.504,89
RS	431113	Jari	3.645	9	3.517,74
RS	431115	Jóia	8.679	4	3.147,57
RS	431120	Júlio de Castilhos	20.012	9	10.448,19
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	2.852	7	3.626,58
RS	431125	Lagoão	6.516	5	3.410,58
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	1.650	7	3.526,07
RS	431130	Lagoa Vermelha	28.454	8	14.839,42
RS	431140	Lajeado	79.819	8	35.919,29
RS	431142	Lajeado do Bugre	2.596	7	3.549,98
RS	431150	Lavras do Sul	7.807	8	4.360,18
RS	431160	Liberato Salzano	5.686	6	3.573,19
RS	431162	Lindolfo Collor	5.765	6	3.684,23
RS	431164	Linha Nova	1.712	9	3.819,41
RS	431170	Machadinho	5.640	6	3.537,86
RS	431171	Maçambará	4.804	7	3.790,57
RS	431173	Mampituba	3.079	8	3.553,81
RS	431175	Manoel Viana	7.383	7	6.640,56
RS	431177	Maquiné	7.016	4	2.768,36
RS	431179	Maratá	2.677	8	3.595,00
RS	431180	Marau	41.059	6	16.286,28
RS	431190	Marcelino Ramos	4.941	7	3.520,45
RS	431198	Mariana Pimentel	3.932	6	3.549,01
RS	431200	Mariano Moro	2.190	3	1.753,41
RS	431205	Marques de Souza	4.159	5	3.172,93
RS	431210	Mata	5.124	7	6.005,67
RS	431213	Mato Castelhano	2.574	5	3.193,39
RS	431215	Mato Leitão	4.276	5	3.379,45
RS	431217	Mato Queimado	1.780	7	3.508,63
RS	431220	Maximiliano de Almeida	4.804	7	3.509,54
RS	431225	Minas do Leão	8.059	6	4.295,47
RS	431230	Miraguaí	4.975	5	3.168,63
RS	431235	Montauri	1.545	8	3.511,66
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	3.249	6	3.561,75
RS	431238	Monte Belo do Sul	2.689	6	3.513,62
RS	431240	Montenegro	63.868	9	40.584,99
RS	431242	Mormaço	2.986	6	3.713,53
RS	431244	Morrinhos do Sul	3.166	6	3.510,91
RS	431245	Morro Redondo	6.566	8	6.365,46
RS	431247	Morro Reuter	6.183	6	3.643,27
RS	431250	Mostardas	12.794	9	7.599,13
RS	431260	Muçum	5.006	6	3.579,48
RS	431261	Muitos Capões	3.156	5	3.227,80
RS	431262	Muliterno	1.903	6	3.569,13
RS	431265	Não-Me-Toque	17.185	8	8.625,41
RS	431267	Nicolau Vergueiro	1.752	6	3.516,09
RS	431270	Nonoai	12.247	6	6.635,14
RS	431275	Nova Alvorada	3.481	6	3.687,53
RS	431280	Nova Araçá	4.471	8	3.750,64
RS	431290	Nova Bassano	9.599	9	7.174,65
RS	431295	Nova Boa Vista	1.932	7	3.507,47
RS	431300	Nova Bréscia	3.344	6	3.570,39
RS	431301	Nova Candelária	2.807	7	3.518,62
RS	431303	Nova Esperança do Sul	5.125	7	3.659,15
RS	431306	Nova Hartz	20.405	8	12.895,96
RS	431308	Nova Pádua	2.568	7	3.564,22
RS	431310	Nova Palma	6.605	6	3.725,84
RS	431320	Nova Petrópolis	20.675	8	10.338,60
RS	431330	Nova Prata	25.559	9	13.358,01
RS	431333	Nova Ramada	2.417	6	3.508,85
RS	431335	Nova Roma do Sul	3.603	7	3.644,89
RS	431337	Nova Santa Rita	26.450	6	15.044,76
RS	431339	Novo Cabrais	4.125	7	3.624,08
RS	431340	Novo Hamburgo	249.508	9	161.830,23
RS	431342	Novo Machado	3.757	4	3.599,78
RS	431344	Novo Tiradentes	2.312	6	3.516,57
RS	431346	Novo Xingu	1.790	5	3.165,96
RS	431349	Novo Barreiro	4.181	6	3.572,58
RS	431350	Osório	44.468	8	22.615,32
RS	431360	Paim Filho	4.172	9	5.702,28
RS	431365	Palmares do Sul	11.449	7	7.446,86
RS	431370	Palmeira das Missões	34.844	7	16.129,97
RS	431380	Palmitinho	7.184	6	3.790,50
RS	431390	Panambi	41.781	6	16.935,15
RS	431395	Pantano Grande	9.845	7	7.675,07
RS	431400	Paraí	7.404	9	3.986,70
RS	431402	Paraíso do Sul	7.677	3	2.007,06
RS	431403	Pareci Novo	3.760	6	3.920,91
RS	431405	Parobé	56.277	6	21.340,24
RS	431406	Passa Sete	5.554	6	3.643,54
RS	431407	Passo do Sobrado	6.430	5	3.395,22
RS	431410	Passo Fundo	198.799	8	83.270,76
RS	431413	Paulo Bento	2.308	7	3.645,06
RS	431415	Paverama	8.485	7	4.169,74

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431417	Pedras Altas	2.168	9	5.153,13
RS	431420	Pedro Osório	7.999	9	4.319,90
RS	431430	Pejuçara	4.043	6	3.540,56
RS	431440	Pelotas	344.385	6	112.163,70
RS	431442	Picada Café	5.595	6	3.806,57
RS	431445	Pinhal	2.616	6	3.700,15
RS	431446	Pinhal da Serra	2.104	6	3.683,84
RS	431447	Pinhal Grande	4.544	9	3.517,05
RS	431449	Pinheirinho do Vale	4.803	9	6.053,46
RS	431450	Pinheiro Machado	12.913	7	7.373,16
RS	431454	Pinto Bandeira	2.868	6	3.789,58
RS	431455	Pirapó	2.625	7	5.141,04
RS	431460	Piratini	20.799	8	11.200,71
RS	431470	Planalto	10.623	5	5.190,78
RS	431475	Poço das Antas	2.112	6	3.561,23
RS	431477	Pontão	3.990	4	2.471,18
RS	431478	Ponte Preta	1.706	8	3.502,07
RS	431480	Portão	34.692	6	17.540,28
RS	431490	Porto Alegre	1.484.941	8	779.416,46
RS	431500	Porto Lucena	5.227	6	5.834,81
RS	431505	Porto Mauá	2.536	4	3.613,20
RS	431507	Porto Vera Cruz	1.676	7	5.114,91
RS	431510	Porto Xavier	10.718	7	11.783,47
RS	431513	Pouso Novo	1.819	4	2.451,04
RS	431514	Presidente Lucena	2.752	9	3.680,57
RS	431515	Progresso	6.379	4	2.554,83
RS	431517	Protásio Alves	2.034	7	3.516,28
RS	431520	Putinga	4.159	5	3.161,78
RS	431530	Quaraí	23.532	7	13.464,51
RS	431531	Quatro Irmãos	1.856	6	3.557,60
RS	431532	Quevedos	2.824	9	3.548,23
RS	431535	Quinze de Novembro	3.826	3	1.778,50
RS	431540	Redentora	11.187	3	3.076,86
RS	431545	Relvado	2.187	5	3.164,79
RS	431550	Restinga Seca	16.315	9	8.286,88
RS	431555	Rio dos Índios	3.317	7	3.483,35
RS	431560	Rio Grande	209.378	6	64.857,40
RS	431570	Rio Pardo	39.000	6	16.307,53
RS	431575	Riozinho	4.607	8	3.606,75
RS	431580	Roca Sales	11.101	9	7.230,96
RS	431590	Rodeio Bonito	5.967	7	3.545,28
RS	431595	Rolador	2.515	6	3.507,31
RS	431600	Rolante	20.920	10	10.900,18
RS	431610	Ronda Alta	10.695	9	7.089,51
RS	431620	Rondinha	5.497	8	5.841,55
RS	431630	Roque Gonzales	7.245	10	6.163,88
RS	431640	Rosário do Sul	40.727	8	21.801,41
RS	431642	Sagrada Família	2.676	7	3.523,59
RS	431643	Saldanha Marinho	2.849	4	2.456,35
RS	431645	Salto do Jacuí	12.490	5	5.727,12
RS	431647	Salvador das Missões	2.776	8	3.542,87
RS	431650	Salvador do Sul	7.434	8	3.833,64
RS	431660	Sananduva	16.237	4	4.479,76
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	8.694	4	4.557,75
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1.695	6	3.518,15
RS	431675	Santa Clara do Sul	6.285	10	3.801,76
RS	431680	Santa Cruz do Sul	127.429	9	60.994,94
RS	431690	Santa Maria	278.445	9	133.027,54
RS	431695	Santa Maria do Herval	6.358	6	3.565,51
RS	431697	Santa Margarida do Sul	2.519	3	1.902,13
RS	431700	Santana da Boa Vista	8.414	4	4.671,22
RS	431710	Sant'Ana do Livramento	82.312	7	35.577,88
RS	431720	Santa Rosa	72.753	9	47.280,43
RS	431725	Santa Tereza	1.780	7	3.536,29
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	31.274	6	14.606,18
RS	431740	Santiago	50.658	9	26.674,96
RS	431750	Santo Ângelo	79.101	9	39.974,96
RS	431755	Santo Antônio do Palma	2.196	9	3.520,00
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	42.333	9	26.872,08
RS	431770	Santo Antônio das Missões	11.051	4	3.889,93
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	2.059	5	3.180,05
RS	431780	Santo Augusto	14.334	7	7.488,14
RS	431790	Santo Cristo	14.738	8	7.552,75
RS	431795	Santo Expedito do Sul	2.468	5	3.161,72
RS	431800	São Borja	62.808	7	25.034,70
RS	431805	São Domingos do Sul	3.080	6	3.576,57
RS	431810	São Francisco de Assis	19.382	7	10.290,37
RS	431820	São Francisco de Paula	21.679	5	8.959,41
RS	431830	São Gabriel	62.957	7	22.286,03
RS	431840	São Jerônimo	23.763	7	15.095,37
RS	431842	São João da Urtiga	4.831	5	3.171,19
RS	431843	São João do Polêsine	2.646	8	3.518,97
RS	431844	São Jorge	2.842	5	3.166,88
RS	431845	São José das Missões	2.714	9	3.511,97
RS	431846	São José do Herval	2.158	5	3.153,96
RS	431848	São José do Hortêncio	4.543	7	3.683,71
RS	431849	São José do Inhacorá	2.205	6	3.633,07
RS	431850	São José do Norte	27.206	8	13.903,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431860	São José do Ouro	7.117	5	5.690,50
RS	431861	São José do Sul	2.298	8	3.671,62
RS	431862	São José dos Ausentes	3.496	3	1.801,73
RS	431870	São Leopoldo	230.914	7	102.255,81
RS	431880	São Lourenço do Sul	44.580	7	20.415,69
RS	431890	São Luiz Gonzaga	35.057	8	18.233,19
RS	431900	São Marcos	21.364	7	10.881,68
RS	431910	São Martinho	5.779	8	5.872,70
RS	431912	São Martinho da Serra	3.309	5	3.175,15
RS	431915	São Miguel das Missões	7.754	2	1.968,39
RS	431920	São Nicolau	5.677	7	5.973,86
RS	431930	São Paulo das Missões	6.280	4	3.600,59
RS	431935	São Pedro da Serra	3.639	9	3.659,84
RS	431936	São Pedro das Missões	1.998	6	3.596,39
RS	431937	São Pedro do Butiá	2.991	6	3.629,55
RS	431940	São Pedro do Sul	16.763	3	3.560,05
RS	431950	São Sebastião do Caí	24.967	5	9.370,37
RS	431960	São Sepé	24.403	6	11.434,46
RS	431970	São Valentim	3.581	7	3.506,87
RS	431971	São Valentim do Sul	2.265	4	2.488,67
RS	431973	São Valério do Sul	2.760	7	3.597,19
RS	431975	São Vendelino	2.154	6	3.834,50
RS	431980	São Vicente do Sul	8.817	6	6.762,12
RS	431990	Sapiranga	80.311	9	52.760,32
RS	432000	Sapucaia do Sul	139.476	6	52.944,22
RS	432010	Sarandi	23.398	7	11.915,66
RS	432020	Seberi	11.144	8	6.841,93
RS	432023	Sede Nova	3.050	5	3.179,36
RS	432026	Segredo	7.428	10	3.862,99
RS	432030	Selbach	5.152	6	3.568,23
RS	432032	Senador Salgado Filho	2.880	6	3.519,66
RS	432035	Sentinela do Sul	5.528	4	2.517,67
RS	432040	Serafina Corrêa	16.184	12	8.579,56
RS	432045	Sério	2.198	8	3.498,59
RS	432050	Sertão	6.065	6	5.987,77
RS	432055	Sertão Santana	6.317	8	3.641,03
RS	432057	Sete de Setembro	2.114	5	3.159,68
RS	432060	Severiano de Almeida	3.868	6	3.513,19
RS	432065	Silveira Martins	2.481	5	3.166,01
RS	432067	Sinimbu	10.408	10	6.857,88
RS	432070	Sobradinho	15.018	7	7.821,35
RS	432080	Soledade	31.361	9	16.275,01
RS	432085	Tabaí	4.526	5	3.323,38
RS	432090	Tapejara	22.077	7	10.786,48
RS	432100	Tapera	10.814	6	6.330,35
RS	432110	Tapes	17.425	6	8.157,43
RS	432120	Taquara	57.544	7	26.002,51
RS	432130	Taquari	27.207	3	5.587,04
RS	432132	Taquaruçu do Sul	3.101	7	3.604,51
RS	432135	Tavares	5.567	8	6.188,57
RS	432140	Tenente Portela	14.008	7	7.674,08
RS	432143	Terra de Areia	10.783	7	7.383,09
RS	432145	Teutônia	30.846	10	15.207,34
RS	432146	Tio Hugo	2.946	7	3.654,33
RS	432147	Tiradentes do Sul	6.294	3	2.600,46
RS	432149	Toropi	2.970	9	3.512,70
RS	432150	Torres	37.564	10	20.037,88
RS	432160	Tramandaí	47.521	5	16.206,79
RS	432162	Travesseiro	2.391	7	3.527,37
RS	432163	Três Arroios	2.851	9	3.510,58
RS	432166	Três Cachoeiras	10.904	8	7.372,73
RS	432170	Três Coroas	26.589	9	13.645,42
RS	432180	Três de Maio	24.497	5	9.341,99
RS	432183	Três Forquilhas	2.898	6	3.511,03
RS	432185	Três Palmeiras	4.457	5	3.189,41
RS	432190	Três Passos	24.632	7	12.666,80
RS	432195	Trindade do Sul	5.961	4	4.167,05
RS	432200	Triunfo	28.289	9	17.926,09
RS	432210	Tucunduva	5.965	10	6.019,93
RS	432215	Tunas	4.604	8	3.563,19
RS	432218	Tupanci do Sul	1.573	4	2.458,32
RS	432220	Tupanciretã	23.705	2	3.169,10
RS	432225	Tupandi	4.472	7	3.742,85
RS	432230	Tuparendi	8.494	5	10.108,90
RS	432232	Turuçu	3.585	5	3.165,79
RS	432234	Ubiretama	2.232	5	3.152,02
RS	432235	União da Serra	1.374	5	3.136,81
RS	432237	Unistalda	2.467	6	3.513,33
RS	432240	Uruguaiana	129.784	11	72.869,01
RS	432250	Vacaria	65.397	9	35.091,79
RS	432252	Vale Verde	3.461	7	3.607,71
RS	432253	Vale do Sol	11.727	6	5.352,15
RS	432254	Vale Real	5.638	6	3.832,45
RS	432255	Vanini	2.101	10	3.593,79
RS	432260	Venâncio Aires	70.481	9	36.015,75
RS	432270	Vera Cruz	26.024	7	12.966,02
RS	432280	Veranópolis	25.073	9	14.100,19
RS	432285	Vespasiano Correa	1.956	8	3.508,29
RS	432290	Viadutos	5.205	6	3.527,59
RS	432300	Viamão	253.717	6	107.385,69
RS	432310	Vicente Dutra	5.152	7	3.517,99
RS	432320	Victor Graeff	3.051	3	1.756,03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	432330	Vila Flores	3.382	7	3.581,60
RS	432335	Vila Lângaro	2.185	6	3.514,94
RS	432340	Vila Maria	4.407	4	2.487,06
RS	432345	Vila Nova do Sul	4.370	6	3.531,66
RS	432350	Vista Alegre	2.877	7	3.516,79
RS	432360	Vista Alegre do Prata	1.611	7	3.660,69
RS	432370	Vista Gaúcha	2.882	5	3.198,75
RS	432375	Vitória das Missões	3.422	6	3.505,27
RS	432377	Westfalia	2.977	7	3.611,73
RS	432380	Xangri-lá	14.650	9	9.045,29
SC	420005	Abdon Batista	2.604	6	2.785,65
SC	420010	Abelardo Luz	17.847	8	10.922,36
SC	420020	Agrolândia	10.581	8	6.475,57
SC	420030	Agronômica	5.437	7	3.367,92
SC	420050	Águas de Chapecó	6.445	2	1.183,30
SC	420055	Águas Frias	2.387	6	2.756,26
SC	420060	Águas Mornas	6.298	7	4.849,46
SC	420070	Alfredo Wagner	9.960	8	6.095,52
SC	420075	Alto Bela Vista	1.967	4	1.887,38
SC	420080	Anchieta	5.832	9	3.777,26
SC	420090	Angelina	4.943	7	3.164,65
SC	420100	Anita Garibaldi	7.537	3	2.562,44
SC	420110	Anitápolis	3.248	4	2.019,93
SC	420120	Antônio Carlos	8.327	11	6.411,79
SC	420125	Apiúna	10.542	9	6.451,70
SC	420127	Arabutã	4.281	7	3.038,23
SC	420130	Araquari	35.268	9	21.584,02
SC	420140	Araranguá	67.110	7	28.749,92
SC	420150	Armazém	8.520	7	5.214,24
SC	420160	Arroio Trinta	3.564	8	2.932,93
SC	420165	Arvoredo	2.261	9	2.743,53
SC	420170	Ascurra	7.877	7	4.820,72
SC	420180	Atalanta	3.254	8	2.877,99
SC	420190	Aurora	5.688	4	2.436,74
SC	420195	Balneário Arroio do Silva	12.344	6	6.799,08
SC	420200	Balneário Camboriú	135.268	10	78.644,82
SC	420205	Balneário Barra do Sul	10.317	8	6.314,00
SC	420207	Balneário Gaivota	10.413	8	6.372,76
SC	420208	Bandeirante	2.751	7	2.795,51
SC	420209	Barra Bonita	1.739	10	2.655,71
SC	420210	Barra Velha	27.781	9	17.001,97
SC	420213	Bela Vista do Toldo	6.304	4	2.700,63
SC	420215	Belmonte	2.709	8	2.833,77
SC	420220	Benedito Novo	11.425	9	6.992,10
SC	420230	Biguaçu	66.558	8	46.124,69
SC	420240	Blumenau	348.513	13	213.289,96
SC	420243	Bocaina do Sul	3.456	6	2.979,76
SC	420245	Bombinhas	18.623	7	11.397,28
SC	420250	Bom Jardim da Serra	4.694	8	3.183,35
SC	420253	Bom Jesus	2.919	5	2.788,48
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	2.151	5	2.458,69
SC	420260	Bom Retiro	9.796	10	5.995,15
SC	420270	Botuverá	5.100	8	3.373,95
SC	420280	Braço do Norte	32.648	9	19.980,58
SC	420285	Braço do Trombudo	3.709	8	3.056,61
SC	420287	Brunópolis	2.539	7	2.783,36
SC	420290	Brusque	128.818	10	74.894,79
SC	420300	Caçador	77.323	10	47.321,68
SC	420310	Caibi	6.213	9	3.839,69
SC	420315	Calmon	3.380	6	2.900,56
SC	420320	Camboriú	78.731	8	43.365,03
SC	420325	Capão Alto	2.597	8	2.774,39
SC	420330	Campo Alegre	12.012	10	7.351,34
SC	420340	Campo Belo do Sul	7.177	6	4.540,43
SC	420350	Campo Erê	8.787	4	3.950,70
SC	420370	Canelinha	11.944	9	7.309,73
SC	420380	Canoinhas	54.403	9	33.294,64
SC	420395	Capivari de Baixo	24.298	8	14.870,38
SC	420400	Catanduvas	10.632	9	6.506,78
SC	420410	Caxambu do Sul	3.850	8	2.991,05
SC	420415	Celso Ramos	2.760	8	2.813,12
SC	420417	Cerro Negro	3.254	5	2.595,07
SC	420419	Chapadão do Lageado	2.953	7	2.945,00
SC	420420	Chapecó	213.279	11	130.526,75
SC	420425	Cocal do Sul	16.446	9	10.064,95
SC	420430	Concórdia	73.766	10	45.144,79
SC	420435	Cordilheira Alta	4.321	9	3.276,68
SC	420440	Coronel Freitas	10.130	10	6.286,46
SC	420445	Coronel Martins	2.548	8	2.828,41
SC	420450	Corupá	15.541	9	9.511,09
SC	420455	Correia Pinto	13.358	7	8.841,56
SC	420460	Criciúma	211.369	12	129.357,83
SC	420470	Cunha Porã	11.057	8	6.766,88
SC	420475	Cunhataí	1.955	4	1.924,79
SC	420480	Curitibanos	39.566	7	21.792,95
SC	420490	Descanso	8.399	10	5.270,54
SC	420500	Dionísio Cerqueira	15.450	4	5.200,47
SC	420510	Dona Emma	4.081	10	3.151,55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420515	Doutor Pedrinho	4.043	6	3.192,52
SC	420517	Entre Rios	3.183	10	2.949,67
SC	420519	Ermo	2.076	6	2.724,66
SC	420530	Faxinal dos Guedes	10.745	9	6.607,76
SC	420535	Flor do Sertão	1.594	8	2.651,77
SC	420540	Florianópolis	485.838	9	336.685,73
SC	420543	Formosa do Sul	2.549	8	2.777,80
SC	420545	Forquilhinha	25.988	9	15.904,66
SC	420550	Fraiburgo	36.261	11	22.191,73
SC	420555	Frei Rogério	2.146	9	2.731,06
SC	420560	Galvão	3.058	7	2.876,38
SC	420570	Garopaba	22.082	9	13.514,18
SC	420580	Garuva	17.479	9	10.697,15
SC	420590	Gaspar	67.392	11	41.243,90
SC	420600	Governador Celso Ramos	14.229	7	10.956,33
SC	420610	Grão Pará	6.537	6	4.000,64
SC	420620	Gravatal	11.394	9	6.973,13
SC	420630	Guabiruba	22.732	9	13.911,98
SC	420640	Guaraciaba	10.259	7	6.421,10
SC	420650	Guaramirim	42.872	9	26.237,66
SC	420660	Guarujá do Sul	5.139	11	3.205,35
SC	420665	Guatambú	4.733	6	3.090,88
SC	420670	Herval D'Oeste	22.443	9	13.735,12
SC	420675	Ibiam	1.967	8	2.708,08
SC	420690	Ibirama	18.721	8	11.457,25
SC	420700	Içara	54.845	11	33.565,14
SC	420710	Ilhota	13.857	6	7.632,44
SC	420720	Imaruí	10.571	7	6.983,53
SC	420730	Imbituba	44.076	10	26.974,51
SC	420740	Imbuia	6.133	5	3.378,06
SC	420750	Indaial	66.497	13	40.696,16
SC	420757	Iomerê	2.917	5	2.638,56
SC	420760	Ipira	4.562	9	3.057,54
SC	420765	Iporã do Oeste	8.930	10	5.465,16
SC	420768	Ipuaçu	7.400	6	4.528,80
SC	420770	Ipumirim	7.561	8	4.627,33
SC	420775	Iraceminha	4.067	7	2.986,97
SC	420780	Irani	10.285	9	6.294,42
SC	420785	Irati	1.984	5	2.416,72
SC	420790	Irineópolis	11.133	9	6.813,40
SC	420800	Itá	6.275	9	3.929,04
SC	420810	Itaiópolis	21.506	8	13.161,67
SC	420820	Itajaí	212.615	11	130.120,38
SC	420830	Itapema	61.187	7	26.212,51
SC	420840	Itapiranga	16.683	6	9.189,00
SC	420845	Itapoá	19.355	7	11.845,26
SC	420850	Ituporanga	24.622	10	15.068,66
SC	420860	Jaborá	3.990	8	2.983,16
SC	420870	Jacinto Machado	10.539	6	5.880,89
SC	420880	Jaguaruna	19.527	8	11.950,52
SC	420890	Jaraguá do Sul	170.835	9	94.095,92
SC	420895	Jardinópolis	1.625	6	2.639,02
SC	420910	Joinville	577.077	14	353.171,12
SC	420915	José Boiteux	4.887	6	3.148,31
SC	420917	Jupiá	2.127	6	2.720,25
SC	420920	Lacerdópolis	2.251	7	2.762,93
SC	420930	Lages	158.508	10	92.419,93
SC	420940	Laguna	45.311	10	27.730,33
SC	420945	Lajeado Grande	1.453	8	2.621,58
SC	420960	Lauro Muller	15.149	8	9.271,19
SC	420970	Lebon Régis	12.133	9	7.425,40
SC	420980	Leoberto Leal	3.140	5	2.570,98
SC	420985	Lindóia do Sul	4.615	8	3.072,01
SC	420990	Lontras	11.774	10	7.205,69
SC	421000	Luiz Alves	12.413	10	7.596,76
SC	421003	Luzerna	5.705	5	3.142,31
SC	421005	Macieira	1.799	6	2.673,83
SC	421010	Mafra	55.907	11	34.215,08
SC	421020	Major Gercino	3.429	4	2.076,91
SC	421030	Major Vieira	8.015	8	4.905,18
SC	421040	Maracajá	7.139	8	4.369,07
SC	421050	Maravilha	25.076	8	15.346,51
SC	421055	Marema	1.906	7	2.694,77
SC	421070	Matos Costa	2.614	8	2.784,19
SC	421080	Meleiro	7.047	8	4.336,02
SC	421085	Mirim Doce	2.374	6	2.741,83
SC	421090	Modelo	4.192	10	3.054,69
SC	421100	Mondaí	11.496	11	7.035,55
SC	421105	Monte Carlo	9.785	9	5.988,42
SC	421110	Monte Castelo	8.471	5	4.669,68
SC	421120	Morro da Fumaça	17.532	8	10.729,58
SC	421125	Morro Grande	2.915	6	2.838,99
SC	421130	Navegantes	77.137	8	42.487,06
SC	421140	Nova Erechim	4.879	8	3.343,07
SC	421145	Nova Itaberaba	4.339	6	3.038,13
SC	421150	Nova Trento	14.099	6	7.765,73
SC	421160	Nova Veneza	14.837	6	8.172,22
SC	421165	Novo Horizonte	2.532	8	2.772,19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421170	Orleans	22.723	9	13.906,48
SC	421175	Otacílio Costa	18.313	8	11.207,56
SC	421185	Ouro Verde	2.245	10	2.738,15
SC	421187	Paial	1.577	8	2.637,36
SC	421189	Painel	2.376	6	2.763,84
SC	421190	Palhoça	164.926	7	88.895,11
SC	421200	Palma Sola	7.558	7	4.741,16
SC	421205	Palmeira	2.586	5	2.638,92
SC	421210	Palmitos	16.253	8	9.957,24
SC	421220	Papanduva	19.015	11	11.637,18
SC	421223	Paraíso	3.613	9	2.948,14
SC	421225	Passo de Torres	8.370	6	5.122,44
SC	421227	Passos Maia	4.243	7	3.012,54
SC	421230	Paulo Lopes	7.360	7	4.504,32
SC	421250	Penha	31.025	11	21.032,00
SC	421260	Peritiba	2.855	6	2.813,08
SC	421265	Pescaria Brava	9.980	7	6.107,76
SC	421270	Petrolândia	6.021	10	3.757,68
SC	421280	Balneário Piçarras	21.884	10	13.393,01
SC	421290	Pinhalzinho	19.511	7	11.940,73
SC	421300	Pinheiro Preto	3.480	8	3.098,42
SC	421310	Piratuba	4.102	7	3.039,22
SC	421315	Planalto Alegre	2.844	6	2.934,59
SC	421320	Pomerode	32.334	10	19.788,41
SC	421330	Ponte Alta	4.767	3	1.544,98
SC	421335	Ponte Alta do Norte	3.413	10	2.941,20
SC	421340	Ponte Serrada	11.545	10	7.065,54
SC	421350	Porto Belo	20.294	10	12.419,93
SC	421360	Porto União	35.207	8	21.546,68
SC	421370	Pouso Redondo	16.957	8	10.377,68
SC	421380	Praia Grande	7.364	10	4.514,72
SC	421390	Presidente Castello Branco	1.610	6	2.634,19
SC	421400	Presidente Getúlio	16.996	8	10.401,55
SC	421410	Presidente Nereu	2.304	4	1.927,84
SC	421415	Princesa	2.906	9	2.909,80
SC	421420	Quilombo	10.044	7	6.276,06
SC	421430	Rancho Queimado	2.871	5	2.599,38
SC	421440	Rio das Antas	6.246	5	3.440,30
SC	421450	Rio do Campo	6.043	6	3.785,22
SC	421460	Rio do Oeste	7.463	9	4.567,36
SC	421470	Rio dos Cedros	11.431	7	6.995,77
SC	421480	Rio do Sul	69.188	11	42.343,06
SC	421490	Rio Fortuna	4.606	9	3.110,86
SC	421500	Rio Negrinho	42.029	11	25.721,75
SC	421505	Rio Rufino	2.489	4	1.954,17
SC	421507	Riqueza	4.670	9	3.074,30
SC	421510	Rodeio	11.488	11	7.030,66
SC	421520	Romelândia	5.022	9	3.362,33
SC	421530	Salete	7.634	7	4.672,01
SC	421535	Saltinho	3.847	6	2.958,27
SC	421540	Salto Veloso	4.655	9	3.204,18
SC	421545	Sangão	12.233	8	7.486,60
SC	421550	Santa Cecília	16.701	10	10.221,01
SC	421555	Santa Helena	2.266	9	2.727,91
SC	421560	Santa Rosa de Lima	2.139	7	2.770,39
SC	421565	Santa Rosa do Sul	8.356	3	2.556,94
SC	421567	Santa Terezinha	8.846	5	4.892,76
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	2.557	8	2.788,88
SC	421569	Santiago do Sul	1.317	6	2.597,48
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	22.609	6	15.668,04
SC	421575	São Bernardino	2.449	7	2.769,29
SC	421580	São Bento do Sul	82.842	11	50.699,30
SC	421590	São Bonifácio	2.899	7	2.822,16
SC	421600	São Carlos	11.132	7	6.812,78
SC	421605	São Cristovão do Sul	5.464	9	3.343,97
SC	421610	São Domingos	9.502	9	5.832,36
SC	421620	São Francisco do Sul	50.701	11	31.029,01
SC	421625	São João do Oeste	6.309	9	3.861,11
SC	421630	São João Batista	35.065	4	10.729,89
SC	421635	São João do Itaperiú	3.690	7	3.056,24
SC	421640	São João do Sul	7.268	8	4.448,02
SC	421650	São Joaquim	26.646	8	16.307,35
SC	421660	São José	239.718	9	166.124,57
SC	421670	São José do Cedro	13.897	9	8.509,25
SC	421680	São José do Cerrito	8.588	6	5.571,65
SC	421690	São Lourenço do Oeste	23.698	7	14.503,18
SC	421700	São Ludgero	12.934	11	7.915,61
SC	421710	São Martinho	3.210	7	2.876,23
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	1.848	8	2.674,50
SC	421720	São Miguel do Oeste	39.793	8	24.353,32
SC	421725	São Pedro de Alcântara	5.602	6	4.313,54
SC	421730	Saudades	9.664	9	5.914,37
SC	421740	Schroeder	20.095	11	12.298,14
SC	421750	Seara	17.526	8	10.725,91
SC	421755	Serra Alta	3.301	10	2.890,78
SC	421760	Siderópolis	13.870	8	8.488,44
SC	421770	Sombrio	29.710	7	18.182,52
SC	421775	Sul Brasil	2.551	8	2.774,53

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421780	Taió	18.261	8	11.175,73
SC	421795	Tigrinhos	1.695	9	2.650,61
SC	421800	Tijucas	36.931	9	22.601,77
SC	421820	Timbó	42.801	10	26.194,21
SC	421825	Timbó Grande	7.767	7	4.753,40
SC	421830	Três Barras	19.146	8	11.717,35
SC	421835	Treviso	3.863	11	3.119,20
SC	421840	Treze de Maio	7.098	7	4.343,98
SC	421850	Treze Tílias	7.545	8	4.617,54
SC	421860	Trombudo Central	7.211	7	4.413,13
SC	421870	Tubarão	104.457	10	60.731,30
SC	421875	Tunápolis	4.597	10	3.068,06
SC	421880	Turvo	12.746	7	7.800,55
SC	421885	União do Oeste	2.600	11	2.791,64
SC	421890	Urubici	11.191	6	6.164,00
SC	421895	Urupema	2.487	7	2.776,01
SC	421900	Urussanga	21.177	8	12.960,32
SC	421910	Vargeão	3.590	7	2.934,14
SC	421917	Vargem Bonita	4.597	7	3.062,87
SC	421920	Vidal Ramos	6.356	6	3.902,72
SC	421930	Videira	52.066	5	15.932,20
SC	421940	Witmarsum	3.912	6	3.110,01
SC	421950	Xanxerê	49.738	11	30.439,66
SC	421960	Xavantina	4.012	10	2.981,39
SC	421970	Xaxim	28.210	9	17.264,52
SC	421985	Zortéa	3.300	8	3.055,53
SC	422000	Balneário Rincão	12.403	9	7.590,64
SE	280010	Amparo de São Francisco	2.390	5	2.209,79
SE	280020	Aquidabã	21.589	5	16.603,84
SE	280030	Aracaju	650.106	10	721.235,76
SE	280040	Arauá	10.362	7	11.282,85
SE	280050	Areia Branca	18.489	5	14.148,18
SE	280060	Barra dos Coqueiros	29.807	6	27.189,70
SE	280067	Boquim	26.961	7	27.790,09
SE	280070	Brejo Grande	8.322	5	7.716,30
SE	280100	Campo do Brito	18.111	9	18.610,85
SE	280110	Canhoba	4.058	5	3.780,62
SE	280120	Canindé de São Francisco	29.372	9	30.116,37
SE	280130	Capela	34.050	5	22.672,96
SE	280140	Carira	21.842	6	20.097,92
SE	280150	Carmópolis	16.275	9	16.643,64
SE	280160	Cedro de São João	5.933	4	4.247,77
SE	280170	Cristinápolis	18.270	8	18.643,53
SE	280190	Cumbe	4.012	4	2.877,16
SE	280200	Divina Pastora	5.058	6	5.182,15
SE	280210	Estância	69.278	11	70.698,92
SE	280220	Feira Nova	5.616	5	5.202,37
SE	280230	Frei Paulo	15.349	4	8.628,37
SE	280240	Gararu	11.736	7	11.990,20
SE	280250	General Maynard	3.315	7	3.375,88
SE	280260	Gracho Cardoso	5.870	6	6.012,31
SE	280270	Ilha das Flores	8.611	6	8.826,96
SE	280280	Indiaroba	17.810	5	13.766,29
SE	280290	Itabaiana	95.196	7	67.995,32
SE	280300	Itabaianinha	41.961	7	38.517,50
SE	280310	Itabi	4.988	2	1.545,21
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	34.101	5	22.643,11
SE	280330	Japaratuba	18.656	6	17.149,76
SE	280340	Japoatã	13.238	6	12.231,19
SE	280350	Lagarto	104.099	10	100.616,43
SE	280360	Laranjeiras	29.700	6	27.324,19
SE	280370	Macambira	6.920	5	6.420,68
SE	280380	Malhada dos Bois	3.693	6	3.824,94
SE	280390	Malhador	12.691	4	7.177,09
SE	280400	Maruim	17.297	7	17.786,83
SE	280410	Moita Bonita	11.438	7	11.647,83
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	15.177	8	15.547,75
SE	280430	Muribeca	7.683	4	5.524,01
SE	280440	Neópolis	18.953	6	17.407,04
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	8.869	4	6.306,50
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	36.613	10	37.217,15
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	26.624	6	24.494,57
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	6.530	10	6.689,60
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	181.928	6	111.016,26
SE	280490	Pacatuba	14.420	6	13.231,11
SE	280500	Pedra Mole	3.254	5	2.988,22
SE	280510	Pedrinhas	9.594	7	9.836,92
SE	280520	Pinhão	6.556	4	4.676,80
SE	280530	Pirambu	9.241	7	9.486,04
SE	280540	Poço Redondo	34.529	7	31.788,47
SE	280550	Poço Verde	23.740	6	21.748,08
SE	280560	Porto da Folha	28.735	7	29.397,27
SE	280570	Propriá	29.834	12	30.430,80
SE	280580	Riachão do Dantas	20.014	5	15.312,34
SE	280590	Riachuelo	10.196	1	1.047,08
SE	280600	Ribeirópolis	18.641	6	17.072,70
SE	280610	Rosário do Catete	10.699	7	10.907,90
SE	280620	Salgado	20.168	6	18.505,06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	14.034	6	13.420,35
SE	280640	Santana do São Francisco	7.751	5	6.875,98
SE	280650	Santa Rosa de Lima	3.938	5	3.872,80
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	12.146	6	11.236,86
SE	280670	São Cristóvão	89.232	5	45.315,02
SE	280680	São Domingos	11.133	4	6.244,49
SE	280690	São Francisco	3.983	6	4.024,02
SE	280700	São Miguel do Aleixo	3.943	2	1.198,01
SE	280710	Simão Dias	40.838	8	41.547,34
SE	280720	Siriri	8.851	6	9.156,01
SE	280730	Telha	3.221	6	3.278,62
SE	280740	Tobias Barreto	52.156	7	37.221,61
SE	280750	Tomar do Geru	13.208	8	13.466,45
SE	280760	Umbaúba	25.114	6	23.150,53
SP	350010	Adamantina	35.139	10	20.468,93
SP	350020	Adolfo	3.609	7	4.937,03
SP	350030	Aguaí	35.508	10	16.688,76
SP	350040	Águas da Prata	8.104	9	5.082,87
SP	350050	Águas de Lindóia	18.509	7	11.105,40
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	6.009	5	4.587,99
SP	350060	Águas de São Pedro	3.268	7	5.538,98
SP	350070	Agudos	36.880	10	17.333,60
SP	350075	Alambari	5.754	4	3.812,55
SP	350080	Alfredo Marcondes	4.135	7	5.061,97
SP	350090	Altair	4.109	7	5.110,96
SP	350100	Altinópolis	16.219	6	6.860,64
SP	350110	Alto Alegre	4.154	8	4.935,36
SP	350115	Alumínio	18.324	8	8.612,28
SP	350120	Álvares Florence	3.795	8	4.901,41
SP	350130	Álvares Machado	24.813	9	12.793,83
SP	350140	Álvaro de Carvalho	5.119	5	4.673,30
SP	350150	Alvinlândia	3.196	5	4.564,20
SP	350160	Americana	233.868	5	73.200,68
SP	350170	Américo Brasiliense	39.189	9	18.418,83
SP	350180	Américo de Campos	5.967	9	5.004,65
SP	350190	Amparo	71.193	7	29.901,06
SP	350200	Analândia	4.845	8	5.284,25
SP	350210	Andradina	57.350	12	38.293,55
SP	350220	Angatuba	24.634	5	8.683,49
SP	350230	Anhembi	6.484	9	5.345,79
SP	350240	Anhumas	4.053	7	5.135,79
SP	350250	Aparecida	36.279	8	21.767,40
SP	350260	Aparecida d'Oeste	4.329	6	4.899,79
SP	350270	Apiaí	24.945	10	11.980,77
SP	350275	Araçariguama	21.038	5	7.415,90
SP	350280	Araçatuba	194.874	8	102.535,13
SP	350290	Araçoiaba da Serra	32.495	3	6.109,06
SP	350300	Aramina	5.552	7	5.114,10
SP	350310	Arandu	6.368	6	4.984,73
SP	350315	Arapeí	2.509	2	1.478,40
SP	350320	Araraquara	230.770	9	130.015,82
SP	350330	Araras	131.282	10	66.318,24
SP	350335	Arco-Íris	1.856	6	4.888,89
SP	350340	Arealva	8.452	5	4.603,20
SP	350350	Areias	3.879	5	4.515,57
SP	350360	Areiópolis	11.107	5	3.915,22
SP	350370	Ariranha	9.451	8	5.208,95
SP	350380	Artur Nogueira	51.986	6	18.714,96
SP	350390	Arujá	86.430	8	48.694,66
SP	350395	Aspásia	1.842	4	3.456,96
SP	350400	Assis	102.924	12	64.430,42
SP	350410	Atibaia	139.683	9	78.697,40
SP	350420	Auriflama	15.085	9	8.585,92
SP	350430	Avaí	5.337	3	2.554,61
SP	350440	Avanhandava	13.112	6	7.387,30
SP	350450	Avaré	89.479	6	33.608,31
SP	350460	Bady Bassitt	16.843	8	8.239,90
SP	350470	Balbinos	5.188	6	6.129,06
SP	350480	Bálsamo	8.908	10	5.161,56
SP	350490	Bananal	10.867	4	3.586,11
SP	350500	Barão de Antonina	3.406	6	5.165,49
SP	350510	Barbosa	7.251	7	5.188,55
SP	350520	Bariri	34.602	4	8.131,47
SP	350530	Barra Bonita	36.331	7	19.618,74
SP	350535	Barra do Chapéu	5.653	10	5.114,87
SP	350540	Barra do Turvo	7.781	6	4.928,88
SP	350550	Barretos	120.638	12	71.086,39
SP	350560	Barrinha	31.921	9	15.002,87
SP	350570	Barueri	267.534	8	133.981,03
SP	350580	Bastos	21.073	9	10.187,34
SP	350590	Batatais	61.480	9	36.888,00
SP	350600	Bauru	371.690	6	159.999,51
SP	350610	Bebedouro	77.761	11	45.831,40
SP	350620	Bento de Abreu	2.925	4	3.617,22
SP	350630	Bernardino de Campos	11.180	7	5.254,60
SP	350635	Bertioga	59.297	7	24.904,74
SP	350640	Bilac	7.837	6	5.229,75
SP	350650	Birigui	120.692	10	71.775,53
SP	350660	Biritiba-Mirim	31.793	6	15.921,93
SP	350670	Boa Esperança do Sul	14.727	7	7.352,00
SP	350680	Bocaina	12.040	5	4.244,10
SP	350690	Bofete	11.236	11	5.414,94
SP	350700	Boituva	57.910	7	19.052,39
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	24.023	4	6.209,95
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	3.888	6	5.151,09
SP	350720	Borá	839	4	3.493,23

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350730	Boracéia	4.717	5	4.686,62
SP	350740	Borborema	15.791	9	7.421,77
SP	350745	Borebi	2.577	5	4.741,33
SP	350750	Botucatu	142.546	10	71.842,20
SP	350760	Bragança Paulista	164.163	8	82.212,83
SP	350770	Braúna	5.557	8	5.211,72
SP	350775	Brejo Alegre	2.812	9	5.163,58
SP	350780	Brodowski	24.092	7	11.323,24
SP	350790	Brotas	23.858	8	11.213,26
SP	350800	Buri	19.737	9	9.276,39
SP	350810	Buritama	16.841	11	9.206,65
SP	350820	Buritizal	4.408	3	2.573,39
SP	350830	Cabrália Paulista	4.352	7	4.919,94
SP	350840	Cabreúva	47.877	7	20.251,97
SP	350850	Caçapava	92.587	8	49.996,98
SP	350860	Cachoeira Paulista	32.773	8	19.663,80
SP	350870	Caconde	19.025	7	11.415,00
SP	350880	Cafelândia	17.645	5	6.370,54
SP	350890	Caiabu	4.211	5	4.467,46
SP	350900	Caieiras	98.223	8	55.338,84
SP	350910	Caiuá	5.695	4	3.703,35
SP	350920	Cajamar	73.921	8	41.647,09
SP	350925	Cajati	28.870	9	13.657,73
SP	350930	Cajobi	10.444	4	2.796,93
SP	350940	Cajuru	25.655	8	12.139,63
SP	350945	Campina do Monte Alegre	5.963	4	3.563,80
SP	350950	Campinas	1.182.429	6	462.900,86
SP	350960	Campo Limpo Paulista	82.520	8	34.905,96
SP	350970	Campos do Jordão	51.454	10	30.872,40
SP	350980	Campos Novos Paulista	4.900	8	5.119,72
SP	350990	Cananéia	12.609	5	5.674,05
SP	350995	Canas	4.975	5	4.773,88
SP	351000	Cândido Mota	31.263	12	16.106,58
SP	351010	Cândido Rodrigues	2.792	4	3.504,34
SP	351015	Canitar	5.025	6	5.355,24
SP	351020	Capão Bonito	47.463	9	22.329,70
SP	351030	Capela do Alto	20.005	7	9.402,35
SP	351040	Capivari	54.298	10	25.520,06
SP	351050	Caraguatatuba	116.786	9	65.797,23
SP	351060	Carapicuíba	396.587	6	148.958,08
SP	351070	Cardoso	12.328	10	5.794,16
SP	351080	Casa Branca	30.144	9	18.870,14
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	2.591	4	3.434,98
SP	351100	Castilho	20.362	8	9.999,20
SP	351110	Catanduva	120.691	12	75.972,22
SP	351120	Catiguá	7.700	9	5.123,37
SP	351130	Cedral	8.971	7	5.273,82
SP	351140	Cerqueira César	19.495	7	9.162,65
SP	351150	Cerquilho	46.733	8	21.964,51
SP	351160	Cesário Lange	17.587	9	8.265,89
SP	351170	Charqueada	16.772	8	7.882,84
SP	351190	Clementina	8.254	7	5.415,41
SP	351200	Colina	18.376	7	9.081,10
SP	351210	Colômbia	6.225	5	4.481,25
SP	351220	Conchal	27.554	9	13.076,61
SP	351230	Conchas	17.638	9	8.289,86
SP	351240	Cordeirópolis	23.793	8	11.182,71
SP	351250	Coroados	5.885	10	5.268,18
SP	351260	Coronel Macedo	4.840	9	4.893,79
SP	351270	Corumbataí	4.054	8	5.006,22
SP	351280	Cosmópolis	69.086	8	37.306,44
SP	351290	Cosmorama	7.374	8	4.942,18
SP	351300	Cotia	237.750	7	104.182,05
SP	351310	Cravinhos	34.651	6	13.294,73
SP	351320	Cristais Paulista	8.424	6	5.223,51
SP	351330	Cruzália	2.161	7	4.877,70
SP	351340	Cruzeiro	81.724	7	34.324,08
SP	351350	Cubatão	128.748	7	89.702,53
SP	351360	Cunha	21.929	10	13.350,60
SP	351370	Descalvado	33.346	10	16.039,73
SP	351380	Diadema	417.869	8	209.268,80
SP	351385	Dirce Reis	1.785	3	2.521,48
SP	351390	Divinolândia	11.384	8	5.453,88
SP	351400	Dobrada	8.744	6	5.194,45
SP	351410	Dois Córregos	26.891	7	12.638,77
SP	351420	Dolcinópolis	2.136	6	4.937,93
SP	351430	Dourado	8.909	8	4.966,69
SP	351440	Dracena	46.324	8	28.998,82
SP	351450	Duartina	12.549	7	5.914,95
SP	351460	Dumont	9.468	6	5.396,79
SP	351470	Echaporã	6.247	6	4.913,04
SP	351480	Eldorado	15.436	7	9.261,60
SP	351490	Elias Fausto	17.393	8	8.174,71
SP	351492	Elisiário	3.537	6	5.302,18
SP	351495	Embaúba	2.476	6	4.941,12
SP	351500	Embu das Artes	267.054	7	117.023,06
SP	351510	Embu-Guaçu	68.270	7	29.915,91
SP	351512	Emilianópolis	3.197	4	3.533,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351515	Engenheiro Coelho	19.497	10	11.698,20
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	44.170	11	20.759,90
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	4.713	8	5.224,57
SP	351520	Estrela d'Oeste	8.466	7	4.955,10
SP	351530	Estrela do Norte	2.769	7	4.991,06
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	9.559	10	5.379,97
SP	351540	Fartura	16.028	7	7.533,16
SP	351550	Fernandópolis	68.670	11	37.662,55
SP	351560	Fernando Prestes	5.782	8	5.000,65
SP	351565	Fernão	1.691	8	5.127,48
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	188.868	9	106.408,23
SP	351580	Flora Rica	1.571	5	4.348,15
SP	351590	Floreal	2.982	6	4.916,36
SP	351600	Flórida Paulista	14.282	7	8.940,53
SP	351610	Florínia	2.758	8	4.899,96
SP	351620	Franca	347.237	7	152.159,25
SP	351630	Francisco Morato	171.602	8	85.938,28
SP	351640	Franco da Rocha	149.502	8	74.870,60
SP	351650	Gabriel Monteiro	2.791	5	4.455,70
SP	351660	Gália	6.776	9	4.894,13
SP	351670	Garça	44.582	9	21.952,35
SP	351680	Gastão Vidigal	4.683	6	5.245,83
SP	351685	Gavião Peixoto	4.739	7	5.095,70
SP	351690	General Salgado	10.951	8	5.594,06
SP	351700	Getulina	11.362	4	3.911,94
SP	351710	Glicério	4.800	5	4.521,58
SP	351720	Guaiçara	11.869	5	4.183,82
SP	351730	Guaimbê	5.737	6	5.045,36
SP	351740	Guaíra	40.287	8	19.570,21
SP	351750	Guapiaçu	20.637	9	9.699,39
SP	351760	Guapiara	17.640	9	8.520,63
SP	351770	Guará	21.081	5	7.774,15
SP	351780	Guaraçaí	8.466	7	5.473,46
SP	351790	Guaraci	10.964	8	5.186,47
SP	351800	Guarani d'Oeste	2.017	8	4.941,68
SP	351810	Guarantã	6.672	7	4.990,74
SP	351820	Guararapes	32.654	8	18.260,30
SP	351830	Guararema	28.978	8	18.140,23
SP	351840	Guaratinguetá	120.417	8	57.800,16
SP	351850	Guareí	17.551	6	9.888,23
SP	351860	Guariba	39.216	7	16.588,37
SP	351870	Guarujá	315.563	7	225.504,90
SP	351880	Guarulhos	1.349.113	6	506.726,84
SP	351885	Guatapará	7.546	6	5.133,33
SP	351890	Guzolândia	5.179	6	5.153,23
SP	351900	Herculândia	9.397	7	5.123,88
SP	351905	Holambra	14.012	6	7.566,48
SP	351907	Hortolândia	222.186	11	141.613,37
SP	351910	Iacanga	11.343	5	3.998,41
SP	351920	Iacri	6.434	5	4.431,99
SP	351925	Iaras	8.484	8	5.920,79
SP	351930	Ibaté	34.226	10	16.086,22
SP	351940	Ibirá	12.096	5	5.443,20
SP	351950	Ibirarema	7.540	7	5.260,46
SP	351960	Ibitinga	58.715	11	35.229,00
SP	351970	Ibiúna	77.566	6	27.923,76
SP	351980	Icém	8.112	10	5.145,71
SP	351990	Iepê	8.103	8	5.061,08
SP	352000	Igaraçu do Tietê	24.596	6	13.281,84
SP	352010	Igarapava	30.073	10	14.694,66
SP	352020	Igaratá	9.443	8	5.665,80
SP	352030	Iguape	30.644	8	18.386,40
SP	352040	Ilhabela	33.354	9	20.012,40
SP	352042	Ilha Comprida	10.656	10	6.393,60
SP	352044	Ilha Solteira	26.540	11	15.924,00
SP	352050	Indaiatuba	239.602	9	129.385,08
SP	352060	Indiana	4.931	5	4.447,56
SP	352070	Indiaporã	3.951	10	4.933,61
SP	352080	Inúbia Paulista	3.933	5	4.619,51
SP	352090	Ipaussu	14.766	8	6.940,02
SP	352100	Iperó	34.913	7	19.669,98
SP	352110	Ipeúna	7.177	5	4.944,92
SP	352115	Ipiguá	5.178	8	5.387,90
SP	352120	Iporanga	4.299	3	2.461,41
SP	352130	Ipuã	15.932	8	7.497,66
SP	352140	Iracemápolis	23.264	5	8.200,56
SP	352150	Irapuã	7.878	8	5.131,55
SP	352160	Irapuru	8.248	7	5.163,25
SP	352170	Itaberá	17.879	9	8.534,26
SP	352180	Itaí	26.526	6	14.944,75
SP	352190	Itajobi	15.246	12	7.583,95
SP	352200	Itaju	3.703	4	3.727,40
SP	352210	Itanhaém	98.629	8	58.082,57
SP	352215	Itaóca	3.341	7	4.966,49
SP	352220	Itapecerica da Serra	170.927	8	85.600,24
SP	352230	Itapetininga	160.070	7	70.142,67
SP	352240	Itapeva	93.570	8	39.580,11
SP	352250	Itapevi	229.502	7	115.544,70

SP	352260	Itapira	73.844	11	34.706,68
SP	352265	Itapirapuã Paulista	4.186	9	5.117,88
SP	352270	Itápolis	42.747	7	18.938,15
SP	352280	Itaporanga	15.165	11	7.127,55
SP	352290	Itapuí	13.618	8	6.400,46
SP	352300	Itapura	4.802	7	5.196,03
SP	352310	Itaquaquecetuba	360.657	8	180.617,03
SP	352320	Itararé	50.379	11	23.678,13
SP	352330	Itariri	17.062	6	7.217,23
SP	352340	Itatiba	116.503	6	41.941,08
SP	352350	Itatinga	20.158	9	9.474,26
SP	352360	Itirapina	17.589	9	11.010,71
SP	352370	Itirapuã	6.405	6	5.132,55
SP	352380	Itobi	7.853	9	4.986,69
SP	352390	Itu	170.157	9	91.884,78
SP	352400	Itupeva	57.031	9	26.804,57
SP	352410	Ituverava	41.414	11	20.148,37
SP	352420	Jaborandi	6.917	7	5.016,86
SP	352430	Jaboticabal	76.563	7	25.985,34
SP	352440	Jacareí	229.851	7	96.537,42
SP	352450	Jaci	6.728	10	5.482,92
SP	352460	Jacupiranga	17.900	9	8.413,00
SP	352470	Jaguariúna	54.204	9	32.522,40
SP	352480	Jales	49.110	11	29.522,53
SP	352490	Jambeiro	6.305	3	2.724,52
SP	352500	Jandira	121.492	8	73.790,10
SP	352510	Jardinópolis	42.904	6	16.131,90
SP	352520	Jarinu	28.540	5	10.060,35
SP	352530	Jaú	146.338	5	45.803,79
SP	352540	Jeriquara	3.202	4	3.454,11
SP	352550	Joanópolis	12.947	7	7.768,20
SP	352560	João Ramalho	4.468	6	5.109,93
SP	352570	José Bonifácio	36.198	9	17.098,83
SP	352580	Júlio Mesquita	4.733	6	5.082,41
SP	352585	Jumirim	3.237	6	5.378,19
SP	352590	Jundiaí	409.497	9	230.710,61
SP	352600	Junqueirópolis	20.353	10	12.740,98
SP	352610	Juquiá	19.192	8	9.181,45
SP	352620	Juquitiba	31.027	6	15.538,32
SP	352630	Lagoinha	4.943	8	4.941,29
SP	352640	Laranjal Paulista	27.890	7	13.108,30
SP	352650	Lavínia	11.156	7	6.983,66
SP	352660	Lavrinhas	7.150	4	3.597,48
SP	352670	Leme	101.184	9	42.800,83
SP	352680	Lençóis Paulista	67.185	10	32.341,89
SP	352690	Limeira	300.911	8	150.696,23
SP	352700	Lindóia	7.695	8	5.343,74
SP	352710	Lins	77.021	12	48.215,15
SP	352720	Lorena	87.980	8	47.509,20
SP	352725	Lourdes	2.270	5	4.567,49
SP	352730	Louveira	45.922	5	14.029,17
SP	352740	Lucélia	21.461	8	13.434,59
SP	352750	Lucianópolis	2.381	6	5.048,05
SP	352760	Luís Antônio	14.021	7	6.589,87
SP	352770	Luiziânia	5.633	6	5.255,27
SP	352780	Lupércio	4.573	6	5.020,67
SP	352790	Lutécia	2.705	7	4.919,69
SP	352800	Macatuba	17.111	8	8.042,17
SP	352810	Macaubal	8.086	7	5.037,35
SP	352820	Macedônia	3.736	9	4.939,40
SP	352830	Magda	3.185	6	4.919,73
SP	352840	Mairinque	46.567	8	21.886,49
SP	352850	Mairiporã	95.601	7	41.892,36
SP	352860	Manduri	9.714	8	5.123,30
SP	352870	Marabá Paulista	5.611	7	5.407,10
SP	352880	Maracaí	13.981	7	6.571,07
SP	352885	Marapoama	2.949	9	5.256,29
SP	352890	Mariápolis	4.087	8	4.996,84
SP	352900	Marília	235.234	11	154.080,07
SP	352910	Marinópolis	2.140	3	2.467,40
SP	352920	Martinópolis	26.123	8	16.353,00
SP	352930	Matão	82.307	9	46.611,47
SP	352940	Mauá	462.005	8	231.372,10
SP	352950	Mendonça	5.302	10	5.330,87
SP	352960	Meridiano	3.892	7	4.930,34
SP	352965	Mesópolis	1.926	8	4.940,42
SP	352970	Miguelópolis	21.973	7	10.592,30
SP	352980	Mineiros do Tietê	12.812	7	6.021,64
SP	352990	Miracatu	20.288	5	7.328,48
SP	353000	Mira Estrela	3.045	8	5.121,23
SP	353010	Mirandópolis	29.315	7	18.351,19
SP	353020	Mirante do Paranapanema	18.130	7	8.521,10
SP	353030	Mirassol	58.760	10	36.338,71
SP	353040	Mirassolândia	4.758	9	5.215,43
SP	353050	Mococa	68.994	11	43.190,24
SP	353060	Mogi das Cruzes	433.901	9	244.459,82
SP	353070	Mogi Guaçu	149.396	10	79.616,96
SP	353080	Mogi Mirim	92.365	10	57.820,49
SP	353090	Mombuca	3.470	7	5.061,07
SP	353100	Monções	2.249	9	5.035,07
SP	353110	Mongaguá	54.257	9	33.964,88
SP	353120	Monte Alegre do Sul	7.871	4	3.633,76

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	353130	Monte Alto	49.979	7	21.141,12
SP	353140	Monte Aprazível	24.393	8	11.464,71
SP	353150	Monte Azul Paulista	19.234	11	10.233,27
SP	353160	Monte Castelo	4.190	4	3.467,58
SP	353170	Monteiro Lobato	4.549	4	3.641,80
SP	353180	Monte Mor	57.240	7	24.040,80
SP	353190	Morro Agudo	32.220	9	15.143,40
SP	353200	Morungaba	13.232	5	5.954,40
SP	353205	Motuca	4.676	7	5.154,98
SP	353210	Murutinga do Sul	4.453	7	5.066,22
SP	353215	Nantes	3.049	6	5.275,84
SP	353220	Narandiba	4.746	7	5.211,80
SP	353230	Natividade da Serra	6.754	5	4.439,76
SP	353240	Nazaré Paulista	18.121	7	8.516,87
SP	353250	Neves Paulista	8.999	7	4.945,34
SP	353260	Nhandeara	11.398	5	4.038,41
SP	353270	Nipoã	4.994	6	5.414,77
SP	353280	Nova Aliança	6.733	8	5.332,19
SP	353282	Nova Campina	9.504	5	4.719,22
SP	353284	Nova Canaã Paulista	1.978	5	4.378,75
SP	353286	Nova Castilho	1.239	6	5.189,52
SP	353290	Nova Europa	10.755	7	5.376,93
SP	353300	Nova Granada	21.071	9	9.903,37
SP	353310	Nova Guataporanga	2.304	8	5.047,55
SP	353320	Nova Independência	3.745	9	5.582,60
SP	353325	Novais	5.527	6	5.528,15
SP	353330	Nova Luzitânia	3.953	3	2.675,46
SP	353340	Nova Odessa	58.227	9	34.936,20
SP	353350	Novo Horizonte	40.225	9	18.905,75
SP	353360	Nuporanga	7.341	5	4.600,10
SP	353370	Ocauçu	4.308	6	4.967,18
SP	353380	Óleo	2.583	6	4.893,26
SP	353390	Olímpia	54.037	12	29.565,12
SP	353400	Onda Verde	4.286	8	5.200,40
SP	353410	Oriente	6.473	5	4.553,55
SP	353420	Orindiúva	6.731	6	5.472,35
SP	353430	Orlândia	43.306	9	20.353,82
SP	353440	Osasco	697.886	5	218.438,32
SP	353450	Oscar Bressane	2.616	7	4.953,37
SP	353460	Osvaldo Cruz	32.709	9	20.475,83
SP	353470	Ourinhos	111.813	11	69.994,94
SP	353475	Ouroeste	9.897	9	5.444,76
SP	353480	Ouro Verde	8.440	5	4.615,87
SP	353490	Pacaembu	14.086	6	7.936,05
SP	353500	Palestina	12.542	8	5.894,74
SP	353510	Palmares Paulista	12.730	8	5.983,10
SP	353520	Palmeira d'Oeste	9.496	9	4.915,02
SP	353530	Palmital	22.196	7	10.432,12
SP	353540	Panorama	15.619	8	7.340,93
SP	353550	Paraguaçu Paulista	45.255	9	28.329,63
SP	353560	Paraibuna	18.206	4	6.007,98
SP	353570	Paraíso	6.369	9	5.121,66
SP	353580	Paranapanema	19.730	6	10.654,20
SP	353590	Paranapuã	4.051	7	5.059,79
SP	353600	Parapuã	11.073	8	5.706,95
SP	353610	Pardinho	6.259	9	5.260,58
SP	353620	Pariquera-Açu	19.537	8	9.182,39
SP	353625	Parisi	2.150	10	5.046,45
SP	353630	Patrocínio Paulista	14.351	6	6.070,47
SP	353640	Paulicéia	7.147	8	5.281,03
SP	353650	Paulínia	102.499	7	43.049,58
SP	353657	Paulistânia	1.841	5	4.470,56
SP	353660	Paulo de Faria	8.953	8	4.992,96
SP	353670	Pederneiras	45.708	5	13.963,79
SP	353680	Pedra Bela	6.078	5	4.522,38
SP	353690	Pedranópolis	2.547	4	3.443,60
SP	353700	Pedregulho	16.645	2	2.032,89
SP	353710	Pedreira	46.598	7	25.162,92
SP	353715	Pedrinhas Paulista	3.087	7	5.019,51
SP	353720	Pedro de Toledo	11.136	8	5.233,92
SP	353730	Penápolis	62.738	9	40.660,76
SP	353740	Pereira Barreto	25.790	8	15.474,00
SP	353750	Pereiras	8.410	7	5.283,76
SP	353760	Peruíbe	66.572	8	35.948,88
SP	353770	Piacatu	5.846	10	5.208,98
SP	353780	Piedade	55.092	7	18.125,27
SP	353790	Pilar do Sul	28.718	8	13.497,46
SP	353800	Pindamonhangaba	164.000	9	88.560,00
SP	353810	Pindorama	16.656	9	7.828,32
SP	353820	Pinhalzinho	14.763	4	3.816,24
SP	353830	Piquerobi	3.693	4	3.499,29
SP	353850	Piquete	13.976	6	7.710,12
SP	353860	Piracaia	26.991	6	11.417,19
SP	353870	Piracicaba	397.322	11	252.850,93
SP	353880	Piraju	29.790	9	17.874,00
SP	353890	Pirajuí	24.973	9	15.633,10
SP	353900	Pirangi	11.323	8	5.410,62
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	18.174	5	8.532,69

SP	353920	Pirapozinho	27.021	11	12.699,87
SP	353930	Pirassununga	75.474	11	36.235,68
SP	353940	Piratininga	13.335	6	5.640,71
SP	353950	Pitangueiras	38.889	10	18.277,83
SP	353960	Planalto	5.067	6	5.306,91
SP	353970	Platina	3.488	6	5.164,21
SP	353980	Poá	115.488	7	50.606,84
SP	353990	Poloni	5.935	7	5.190,01
SP	354000	Pompéia	21.674	7	10.186,78
SP	354010	Pongaí	3.480	5	4.430,22
SP	354020	Pontal	47.638	10	22.389,86
SP	354025	Pontalinda	4.519	6	5.220,50
SP	354030	Pontes Gestal	2.594	9	4.950,77
SP	354040	Populina	4.240	7	4.926,04
SP	354050	Porangaba	9.565	9	5.351,67
SP	354060	Porto Feliz	52.507	8	22.210,46
SP	354070	Porto Ferreira	55.432	6	16.310,79
SP	354075	Potim	23.360	9	14.623,36
SP	354080	Potirendaba	17.002	7	8.052,13
SP	354085	Pracinha	3.768	5	5.295,30
SP	354090	Pradópolis	20.516	8	9.642,52
SP	354100	Praia Grande	310.024	9	299.171,76
SP	354105	Pratânia	5.126	9	5.238,41
SP	354110	Presidente Alves	4.155	5	4.437,13
SP	354120	Presidente Bernardes	13.420	8	8.591,22
SP	354130	Presidente Epitácio	43.897	9	26.338,20
SP	354140	Presidente Prudente	225.271	10	133.968,66
SP	354150	Presidente Venceslau	39.544	11	24.754,54
SP	354160	Promissão	39.506	5	14.043,44
SP	354165	Quadra	3.680	6	5.312,48
SP	354170	Quatá	13.893	7	6.529,71
SP	354180	Queiroz	3.267	8	5.398,14
SP	354190	Queluz	12.949	6	6.992,46
SP	354200	Quintana	6.530	8	5.147,64
SP	354210	Rafard	9.054	6	5.023,60
SP	354220	Rancharia	29.821	11	15.089,72
SP	354230	Redenção da Serra	3.908	4	3.451,71
SP	354240	Regente Feijó	19.985	7	9.392,95
SP	354250	Reginópolis	9.042	5	5.094,26
SP	354260	Registro	56.430	10	26.522,10
SP	354270	Restinga	7.384	5	4.733,47
SP	354280	Ribeira	3.390	5	4.437,84
SP	354290	Ribeirão Bonito	13.060	7	6.181,81
SP	354300	Ribeirão Branco	17.220	7	8.503,71
SP	354310	Ribeirão Corrente	4.644	5	4.630,06
SP	354320	Ribeirão do Sul	4.571	7	4.947,06
SP	354323	Ribeirão dos Índios	2.243	5	4.450,67
SP	354325	Ribeirão Grande	7.697	4	3.482,15
SP	354330	Ribeirão Pires	121.848	6	45.766,11
SP	354340	Ribeirão Preto	682.302	8	341.696,84
SP	354350	Riversul	5.792	9	4.870,31
SP	354360	Rifaina	3.618	6	5.029,36
SP	354370	Rincão	10.823	9	5.086,81
SP	354380	Rinópolis	10.098	7	4.937,39
SP	354390	Rio Claro	202.952	7	88.933,57
SP	354400	Rio das Pedras	33.935	5	10.367,14
SP	354410	Rio Grande da Serra	49.408	4	15.464,70
SP	354420	Riolândia	12.086	9	7.565,84
SP	354425	Rosana	17.795	8	9.003,32
SP	354430	Roseira	10.512	6	5.676,48
SP	354440	Rubiácea	3.046	6	5.242,31
SP	354450	Rubinéia	3.102	4	3.594,04
SP	354460	Sabino	5.549	6	5.065,65
SP	354470	Sagres	2.453	6	4.942,65
SP	354480	Sales	6.144	7	5.279,48
SP	354490	Sales Oliveira	11.641	8	5.471,27
SP	354500	Salesópolis	16.903	7	10.581,28
SP	354510	Salmourão	5.222	7	5.135,34
SP	354515	Saltinho	8.019	7	5.309,13
SP	354520	Salto	116.191	9	62.743,14
SP	354530	Salto de Pirapora	44.397	9	20.866,59
SP	354540	Salto Grande	9.287	5	4.538,95
SP	354550	Sandovalina	4.174	6	5.283,54
SP	354560	Santa Adélia	15.331	9	7.205,57
SP	354570	Santa Albertina	5.999	8	5.013,09
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	191.889	12	127.106,83
SP	354600	Santa Branca	14.667	8	8.800,20
SP	354610	Santa Clara d'Oeste	2.134	4	3.460,20
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	4.409	7	5.194,69
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	2.110	4	3.586,04
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	33.455	9	15.723,85
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	47.148	8	22.526,99
SP	354650	Santa Ernestina	5.662	5	4.443,94
SP	354660	Santa Fé do Sul	31.802	7	17.173,08
SP	354670	Santa Gertrudes	25.637	10	12.049,39
SP	354680	Santa Isabel	56.014	6	21.038,86
SP	354690	Santa Lúcia	8.758	6	5.059,99
SP	354700	Santa Maria da Serra	6.021	4	3.661,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354710	Santa Mercedes	2.945	8	4.984,48
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	1.555	7	4.877,85
SP	354730	Santana de Parnaíba	131.887	7	57.792,88
SP	354740	Santa Rita d'Oeste	2.544	6	4.921,86
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	27.590	5	12.415,50
SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	26.067	4	6.738,32
SP	354765	Santa Salete	1.536	8	5.056,79
SP	354770	Santo Anastácio	21.030	8	10.810,14
SP	354780	Santo André	715.231	7	313.414,22
SP	354790	Santo Antônio da Alegria	6.829	8	5.132,97
SP	354800	Santo Antônio de Posse	22.801	5	10.260,45
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	8.285	7	5.143,30
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	6.029	9	4.934,78
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	6.800	9	5.013,82
SP	354830	Santo Expedito	3.057	5	4.641,91
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	4.687	8	5.175,43
SP	354850	Santos	434.742	5	219.699,08
SP	354860	São Bento do Sapucaí	10.895	4	3.595,35
SP	354870	São Bernardo do Campo	827.437	10	492.076,78
SP	354880	São Caetano do Sul	159.608	8	79.931,69
SP	354890	São Carlos	246.088	7	90.149,35
SP	354900	São Francisco	2.850	7	4.939,70
SP	354910	São João da Boa Vista	90.089	8	44.714,83
SP	354920	São João das Duas Pontes	2.601	8	4.935,42
SP	354925	São João de Iracema	1.904	6	5.085,81
SP	354930	São João do Pau d'Alho	2.132	5	4.439,77
SP	354940	São Joaquim da Barra	50.921	8	21.539,58
SP	354950	São José da Bela Vista	8.885	7	5.043,52
SP	354960	São José do Barreiro	4.181	7	4.943,95
SP	354970	São José do Rio Pardo	54.734	8	23.152,48
SP	354980	São José do Rio Preto	450.657	10	273.873,26
SP	354990	São José dos Campos	703.219	7	308.150,57
SP	354995	São Lourenço da Serra	15.465	7	9.681,09
SP	355000	São Luís do Paraitinga	10.740	7	6.444,00
SP	355010	São Manuel	40.692	10	19.125,24
SP	355020	São Miguel Arcanjo	32.910	9	15.467,70
SP	355030	São Paulo	12.106.920	7	5.305.252,34
SP	355040	São Pedro	34.898	11	20.938,80
SP	355050	São Pedro do Turvo	7.624	6	5.051,09
SP	355060	São Roque	88.473	5	26.541,90
SP	355070	São Sebastião	85.538	6	30.793,68
SP	355080	São Sebastião da Grama	12.317	9	5.825,18
SP	355090	São Simão	15.225	6	6.772,92
SP	355100	São Vicente	360.380	7	223.616,49
SP	355110	Sarapuí	10.034	7	5.228,31
SP	355120	Sarutaiá	3.681	8	4.935,81
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	3.411	7	5.273,04
SP	355140	Serra Azul	13.810	4	4.754,78
SP	355150	Serrana	43.790	6	16.882,52
SP	355160	Serra Negra	28.742	7	17.245,20
SP	355170	Sertãozinho	122.643	9	58.893,26
SP	355180	Sete Barras	13.053	7	6.222,33
SP	355190	Severínia	17.115	10	8.395,29
SP	355200	Silveiras	6.228	6	5.105,79
SP	355210	Socorro	40.220	10	24.132,00
SP	355220	Sorocaba	659.871	6	247.847,55
SP	355230	Sud Mennucci	7.733	9	4.985,01
SP	355240	Sumaré	273.007	7	119.631,67
SP	355250	Suzano	290.769	10	172.920,32
SP	355255	Suzanápolis	3.836	5	4.771,53
SP	355260	Tabapuã	12.251	7	5.924,71
SP	355270	Tabatinga	16.159	7	7.754,99
SP	355280	Taboão da Serra	279.634	6	105.030,53
SP	355290	Taciba	6.193	7	5.134,98
SP	355300	Taguaí	13.111	9	6.162,17
SP	355310	Taiaçu	6.255	7	5.057,95
SP	355320	Taiúva	5.603	6	4.947,38
SP	355330	Tambaú	23.267	11	12.189,12
SP	355340	Tanabi	25.723	9	12.350,40
SP	355350	Tapiraí	7.973	8	4.919,27
SP	355360	Tapiratiba	13.062	7	6.152,77
SP	355365	Taquaral	2.823	7	4.968,97
SP	355370	Taquaritinga	56.951	10	28.133,82
SP	355380	Taquarituba	23.240	11	10.922,80
SP	355385	Taquarivaí	5.715	8	5.221,16
SP	355390	Tarabai	7.302	6	5.207,19
SP	355395	Tarumã	14.547	9	6.837,09
SP	355400	Tatuí	118.939	7	39.130,93
SP	355410	Taubaté	307.953	11	192.778,58
SP	355420	Tejupá	4.677	7	4.899,45
SP	355430	Teodoro Sampaio	22.914	9	10.817,98
SP	355440	Terra Roxa	9.227	4	3.597,02
SP	355450	Tietê	41.022	6	15.424,27
SP	355460	Timburi	2.690	3	2.468,34
SP	355465	Torre de Pedra	2.395	8	5.062,08
SP	355470	Torrinha	9.934	6	5.069,98
SP	355475	Trabiju	1.691	7	5.173,23
SP	355480	Tremembé	45.904	7	25.862,31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	355490	Três Fronteiras	5.767	5	4.556,22
SP	355495	Tuiuti	6.689	3	2.641,26
SP	355500	Tupã	65.758	10	39.454,80
SP	355510	Tupi Paulista	15.321	10	9.590,95
SP	355520	Turiúba	2.016	7	4.998,34
SP	355530	Turmalina	1.827	8	4.855,00
SP	355535	Ubarana	6.080	8	5.353,88
SP	355540	Ubatuba	88.313	4	21.195,12
SP	355550	Ubirajara	4.734	7	5.085,76
SP	355560	Uchoa	10.047	8	5.056,68
SP	355570	União Paulista	1.793	7	5.260,63
SP	355580	Urânia	9.148	4	3.477,85
SP	355590	Uru	1.207	5	4.404,43
SP	355600	Urupês	13.655	8	6.417,85
SP	355610	Valentim Gentil	12.800	8	6.016,00
SP	355620	Valinhos	124.024	6	44.648,64
SP	355630	Valparaíso	25.632	10	16.045,63
SP	355635	Vargem	10.143	4	2.950,04
SP	355640	Vargem Grande do Sul	42.310	11	19.885,70
SP	355645	Vargem Grande Paulista	50.346	7	22.061,62
SP	355650	Várzea Paulista	118.917	5	27.945,50
SP	355660	Vera Cruz	10.963	5	4.079,88
SP	355670	Vinhedo	75.129	9	45.077,40
SP	355680	Viradouro	18.654	9	9.362,40
SP	355690	Vista Alegre do Alto	8.335	10	5.550,49
SP	355695	Vitória Brasil	1.833	6	5.036,29
SP	355700	Votorantim	119.898	6	33.811,24
SP	355710	Votuporanga	92.768	12	49.902,32
SP	355715	Zacarias	2.636	7	5.285,21
SP	355720	Chavantes	12.487	8	5.868,89
SP	355730	Estiva Gerbi	11.067	7	5.201,49
TO	170025	Abreulândia	2.571	4	3.566,70
TO	170030	Aguiarnópolis	6.460	6	9.823,87
TO	170035	Aliança do Tocantins	5.527	8	8.671,78
TO	170040	Almas	7.273	7	11.445,85
TO	170070	Alvorada	8.516	9	12.799,24
TO	170100	Ananás	9.749	8	15.175,78
TO	170105	Angico	3.423	9	5.494,02
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	4.726	9	7.338,59
TO	170130	Aragominas	5.865	9	10.956,33
TO	170190	Araguacema	7.003	11	10.651,31
TO	170200	Araguaçu	8.692	7	13.352,75
TO	170210	Araguaína	175.960	12	281.001,04
TO	170215	Araguanã	5.645	7	8.647,34
TO	170220	Araguatins	35.216	11	52.261,45
TO	170230	Arapoema	6.756	7	10.378,36
TO	170240	Arraias	10.727	6	15.085,25
TO	170255	Augustinópolis	18.089	10	27.199,56
TO	170270	Aurora do Tocantins	3.735	9	5.933,51
TO	170290	Axixá do Tocantins	9.776	6	14.942,01
TO	170300	Babaçulândia	10.752	7	16.309,38
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	3.500	6	5.621,87
TO	170307	Barra do Ouro	4.544	8	7.074,63
TO	170310	Barrolândia	5.643	5	7.750,90
TO	170320	Bernardo Sayão	4.518	10	7.041,40
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	4.700	5	6.622,22
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	2.199	8	5.060,01
TO	170370	Brejinho de Nazaré	5.499	8	8.413,30
TO	170380	Buriti do Tocantins	11.135	9	16.718,10
TO	170382	Cachoeirinha	2.276	5	4.537,29
TO	170384	Campos Lindos	9.795	5	13.356,04
TO	170386	Cariri do Tocantins	4.296	11	6.746,67
TO	170388	Carmolândia	2.555	9	5.190,01
TO	170389	Carrasco Bonito	4.055	9	6.388,97
TO	170390	Caseara	5.265	6	8.103,48
TO	170410	Centenário	2.866	7	5.236,69
TO	170460	Chapada de Areia	1.407	6	5.021,26
TO	170510	Chapada da Natividade	3.364	6	5.356,13
TO	170550	Colinas do Tocantins	34.839	8	51.854,29
TO	170555	Combinado	4.874	7	7.509,34
TO	170560	Conceição do Tocantins	4.179	8	6.609,83
TO	170600	Couto Magalhães	5.529	6	8.454,57
TO	170610	Cristalândia	7.374	7	11.260,17
TO	170625	Crixás do Tocantins	1.708	4	3.604,82
TO	170650	Darcinópolis	5.988	8	9.244,14
TO	170700	Dianópolis	21.738	10	32.643,58
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	6.868	11	10.402,91
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	7.286	9	11.066,08
TO	170730	Dueré	4.727	5	6.585,32
TO	170740	Esperantina	10.793	7	16.548,38
TO	170755	Fátima	3.879	6	6.124,96
TO	170765	Figueirópolis	5.352	7	8.304,44
TO	170770	Filadélfia	8.893	7	13.344,80
TO	170820	Formoso do Araguaia	18.684	8	28.168,23
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	2.584	7	5.070,80
TO	170830	Goianorte	5.153	8	7.939,39
TO	170900	Goiatins	12.973	11	19.860,79
TO	170930	Guaraí	25.642	7	38.064,41

TO	170950	Gurupi	85.523	9	126.811,46
TO	170980	Ipueiras	1.955	6	5.484,51
TO	171050	Itacajá	7.456	6	11.585,79
TO	171070	Itaguatins	5.980	4	6.483,94
TO	171090	Itapiratins	3.772	9	5.977,94
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2.465	7	4.906,49
TO	171150	Jaú do Tocantins	3.821	5	5.450,93
TO	171180	Juarina	2.229	6	4.899,64
TO	171190	Lagoa da Confusão	12.808	6	19.671,86
TO	171195	Lagoa do Tocantins	4.191	9	6.585,66
TO	171200	Lajeado	3.092	7	5.986,26
TO	171215	Lavandeira	1.875	6	5.405,40
TO	171240	Lizarda	3.787	5	5.403,95
TO	171245	Luzinópolis	3.038	4	3.762,50
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	5.054	7	7.815,70
TO	171270	Mateiros	2.614	4	4.946,15
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	3.409	6	5.518,31
TO	171320	Miracema do Tocantins	19.055	8	43.310,24
TO	171330	Miranorte	13.426	8	20.186,71
TO	171360	Monte do Carmo	7.770	8	11.705,78
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2.264	6	5.130,87
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	6.535	8	9.901,04
TO	171395	Muricilândia	3.507	6	5.627,73
TO	171420	Natividade	9.312	7	14.130,99
TO	171430	Nazaré	4.060	8	6.706,18
TO	171488	Nova Olinda	11.715	6	15.981,59
TO	171500	Nova Rosalândia	4.203	6	6.603,22
TO	171510	Novo Acordo	4.267	6	6.701,69
TO	171515	Novo Alegre	2.353	9	4.936,36
TO	171525	Novo Jardim	2.697	8	5.169,96
TO	171550	Oliveira de Fátima	1.110	4	3.555,38
TO	171570	Palmeirante	5.859	6	8.975,16
TO	171575	Palmeirópolis	7.687	9	11.553,41
TO	171610	Paraíso do Tocantins	50.360	10	74.584,05
TO	171620	Paranã	10.562	5	12.205,86
TO	171630	Pau D'Arco	4.853	6	7.486,43
TO	171650	Pedro Afonso	13.288	6	17.946,92
TO	171660	Peixe	11.591	7	17.317,90
TO	171665	Pequizeiro	5.453	8	8.357,86
TO	171670	Colméia	8.409	7	13.034,17
TO	171700	Pindorama do Tocantins	4.520	4	4.956,48
TO	171720	Piraquê	3.044	6	4.981,65
TO	171750	Pium	7.536	7	11.471,96
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	4.645	6	7.212,67
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	7.949	9	11.974,12
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	3.102	7	5.211,62
TO	171820	Porto Nacional	52.828	11	78.841,44
TO	171830	Praia Norte	8.365	6	12.720,12
TO	171840	Presidente Kennedy	3.733	7	5.933,86
TO	171845	Pugmil	2.650	5	4.716,93
TO	171850	Recursolândia	4.230	5	5.980,06
TO	171855	Riachinho	4.601	6	7.152,56
TO	171865	Rio da Conceição	2.061	7	5.514,38
TO	171870	Rio dos Bois	2.810	6	5.155,96
TO	171875	Rio Sono	6.512	8	9.987,97
TO	171880	Sampaio	4.579	5	6.445,29
TO	171884	Sandolândia	3.410	5	4.907,04
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	7.402	8	11.216,37
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	3.356	7	5.437,95
TO	171889	Santa Rita do Tocantins	2.343	8	5.182,67
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	4.833	8	7.479,55
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	2.825	8	5.245,64
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	2.550	5	4.447,31
TO	172010	São Bento do Tocantins	5.231	3	4.025,88
TO	172015	São Félix do Tocantins	1.571	8	5.154,34
TO	172020	São Miguel do Tocantins	11.906	9	17.794,62
TO	172025	São Salvador do Tocantins	3.084	5	4.537,76
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	4.749	7	7.364,85
TO	172049	São Valério	4.111	7	6.737,15
TO	172065	Silvanópolis	5.399	7	8.338,92
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	9.192	6	14.099,10
TO	172085	Sucupira	1.941	9	5.225,35
TO	172090	Taguatinga	16.530	9	24.715,67
TO	172093	Taipas do Tocantins	2.130	4	3.612,72
TO	172097	Talismã	2.777	10	5.324,03
TO	172100	Palmas	286.787	9	451.905,14
TO	172110	Tocantínia	7.460	8	11.962,02
TO	172120	Tocantinópolis	23.119	10	34.993,95
TO	172125	Tupirama	1.843	7	5.413,95
TO	172130	Tupiratins	2.574	4	3.916,96
TO	172208	Wanderlândia	11.677	4	9.570,50
TO	172210	Xambioá	11.683	8	17.864,37
Total					169.183.963,95

PORTARIA Nº 2.442, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCH, ANEXO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12457838000118010	30790008	20.000,00	20.000,00	10302201585350031
TOTAL			1 PROPOSTAS			20.000,00	

PORTARIA Nº 2.443, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	MULUNGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MULUNGU	36000189058201800	28.000,00	30590004	28.000,00	10122201545250023	6472001	28.000,00
CE	NOVA OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA OLINDA	36000179994201800	100.000,00	30590004	100.000,00	10122201545250023	6430287	100.000,00
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	36000206269201800	424.137,00	28260004	424.137,00	10122201545250053	6963447	424.137,00
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	36000205784201800	200.000,00	33120019	200.000,00	10122201545250032	2485729	200.000,00
GO	BOM JESUS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211672201800	300.000,00	28340002	300.000,00	10122201545250052	6625576	300.000,00
GO	POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172274201800	100.000,00	14780006	100.000,00	10122201545250052	6425631	100.000,00
MA	COLINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COLINAS	36000214429201800	200.000,00	30900001	200.000,00	10122201545250021	6575552	200.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000179091201800	200.000,00	29240018	200.000,00	10122201545257206	2122650	200.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000179123201800	8.000.000,00	29240012	8.000.000,00	10122201545257162	2195453	8.000.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000206244201800	250.000,00	29940006	250.000,00	10122201545250031	2775999	250.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000206071201800	400.000,00	14080001	400.000,00	10122201545250031	0027049	400.000,00
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000214769201800	36.000,00	30560001	36.000,00	10122201545250031	6534244	36.000,00
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000214872201800	300,00	30560001	300,00	10122201545250031	6534244	300,00
MS	IGUATEMI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGUATEMI	36000175677201800	91.675,00	14510001	91.675,00	10122201545250054	5521556	91.675,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	36000211353201800	500.000,00	29680008	500.000,00	10122201545255314	2393735	500.000,00
PB	PASSAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSAGEM PB	36000208716201800	52.000,00	37740018	52.000,00	10122201545250025	6431615	52.000,00
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213583201800	70.000,00	37020013	70.000,00	10122201545250041	3950204	70.000,00
RJ	CABO FRIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABO FRIO	36000206062201800	800.000,00	35510012	800.000,00	10122201545253285	7221673	800.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	36000205823201800	550.000,00	35510013	550.000,00	10122201545253298	5371120	550.000,00
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	36000213994201800	200.000,00	30420004	200.000,00	10122201545250033	6353797	200.000,00
RJ	SAO JOSE DE UBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOSE DE UBA	36000207065201800	341.754,00	27780004 30580009	141.754,00 200.000,00	10122201545250033 10122201545250033	9454756 9454756	141.754,00 200.000,00
RJ	TRES RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000205764201800	350.000,00	35510018	350.000,00	10122201545253361	6360823	350.000,00
RN	MONTANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213982201800	150.000,00	37840009	150.000,00	10122201545250024	6464971	150.000,00
RN	NATAL	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO RIO GRANDE DO NORTE	36000207041201800	100.000,00	21230003	100.000,00	10122201545257300	2409151	100.000,00
RN	SITIO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213584201800	46.873,00	37840009	46.873,00	10122201545250024	7187157	46.873,00
SE	ARACAJU	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000214476201800	100.000,00	31000003	100.000,00	10122201545250028	5589711	100.000,00
SP	ARARAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213523201800	300.000,00	31350010	300.000,00	10122201545250035	5747171	300.000,00
SP	JABOTICABAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JABOTICABAL	36000213922201800	80.000,00	31350010	80.000,00	10122201545250035	6338747	80.000,00
SP	MIGUELOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIGUELOPOLIS	36000214169201800	60.000,00	31350010 31350010	3.000,00 57.000,00	10122201545250035 10122201545250035	6343945 2088525	3.000,00 57.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000205682201800	100.000,00	29180001	100.000,00	10122201545250017	2089696	100.000,00
SP	UBATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBATUBA	36000213511201800	80.000,00	31350010	80.000,00	10122201545250035	2702193	80.000,00
TOTAL			31 PROPOSTAS	14.210.739,00					

PORTARIA Nº 2.444, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCH

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ACRELANDIA	1201FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACRELANDIA	36000211413201800	38480016	74.000,00	74.000,00	10122201545250012
BA	ITAGUACU DA BAHIA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000206104201800	28800010	500.000,00	500.000,00	10122201545250029
BA	ITAPITANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210627201800	28790019	200.000,00	200.000,00	10122201545250029
CE	TURURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURURU	36000176457201800	30590004	711.443,00	711.443,00	10122201545250023
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210971201800	33120019	400.000,00	400.000,00	10122201545250032
GO	MAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAMBAI - GO	36000205772201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
MA	DUQUE BACELAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE BACELAR	36000206128201800	23880002	200.000,00	200.000,00	10122201545250021
MA	ICATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ICATU	36000214593201800	30900001	300.000,00	300.000,00	10122201545250021
MA	MATA ROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATA ROMA	36000212098201800	22540001	150.000,00	150.000,00	10122201545250021
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MATEUS DO MARANHAO	36000214059201800	30900001	1.350.278,00	1.350.278,00	10122201545250021
MG	AIURUOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000205822201800	19280003	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	CANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAPOLIS MG	36000205806201800	37680019	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000206572201800	29940006	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	CONGONHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONGONHAL	36000205768201800	19280003	100.000,00	100.000,00	10122201545250031

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	ESTIVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211156201800	22150007	147.000,00	147.000,00	10122201545250031
MG	ITAU DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000205705201800	19280003	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LONTRA	36000206586201800	20750004	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	LUISLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUISLANDIA	36000206086201800	20750004	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	SILVIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211111201800	22150007	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
PB	ALAGOINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOINHA	36000205970201800	29460009	80.000,00	80.000,00	10122201545250025
PR	MARQUINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000205659201800	23990002	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	PARANAVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PARANAVAI	36000206010201800	28420006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
RJ	CONCEICAO DE MACABU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DE MACABU	36000208155201800	30420004	200.000,00	200.000,00	10122201545250033
RJ	CORDEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDEIRO	36000207642201800	30390007 37070007	186.604,00 250.000,00	436.604,00	10122201545253296 10122201545250033
RJ	PARAIBA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAIBA DO SUL - RJ	36000206416201800	35510006	800.000,00	800.000,00	10122201545250033
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000206301201800	35510016	350.000,00	350.000,00	10122201545253327
RN	BODO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213984201800	37840009	50.000,00	50.000,00	10122201545250024
RN	JANDAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDAIRA-RN	36000214038201800	37840009	100.357,00	100.357,00	10122201545250024
RN	PEDRA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000213983201800	30490005 37840009	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10122201545250024 10122201545250024
RN	PEDRA PRETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA PRETA/RN	36000214250201800	37840009	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	36000205799201800	34990003	350.000,00	350.000,00	10122201545250011
RS	SAO MARTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000205743201800	28640007	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	SAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000212191201800	25650006	300.000,00	300.000,00	10122201545250040
RS	VALE DO SOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DO SOL	36000206295201800	28640007	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
SC	JABORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JABORA	36000205730201800	28550018	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SP	BARRA DO CHAPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO CHAPEU	36000212252201800	25200010	200.000,00	200.000,00	10122201545250035
SP	DIRCE REIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIRCE REIS	36000214690201800	31340002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	MOGI GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOGI GUACU	36000211335201800	33600009	200.000,00	200.000,00	10122201545250035
SP	PIRAPORA DO BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAPORA DO BOM JESUS	36000211237201800	25200010	210.000,00	210.000,00	10122201545250035
TO	CRISTALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA	36000206493201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TOTAL			40 PROPOSTAS			9.809.682,00	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 486ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 25 de maio de 2018, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25783.018270/2016-11	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.004428/2016-97	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.019227/2017-46	Metlife Planos Odontológicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.032640/2016-15	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.065501/2014-56	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.003656/2016-30	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.003435/2015-61	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 37 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25772.017407/2015-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25785.010234/2012-58	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	Art. 57 e 59 RN 124/2006	147.997,89 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos)
25789.006349/2016-31	Associação Santa Casa Saúde de Araçatuba	Art. 84 RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
25783.004980/2015-75	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico		Arquivamento
25773.008868/2015-22	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 84 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25783.014111/2017-11	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.462578/2016-17	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.122829/2016-49	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 74 RN 124/2006	Advertência
33902.255435/2015-70	Plano de Autogestão em Saúde dos Servidores do Poder Judiciário	Art. 57 RN 124/2006	Advertência
25789.100659/2016-41	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 e 61-D RN 124/2006	94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)
25782.008026/2015-61	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.000623/2016-49	Notre Dame Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.000658/2016-88	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.020495/2015-63	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.002170/2015-07	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.000048/2015-01	E.X.M Brasil Saúde Ltda-Me	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25772.022118/2015-73	Plamed Plano de Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.017943/2015-57	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.330057/2013-59	Samp Espírito Santo Assistência Médica Ltda	Art. 35 RN 124/2006	Advertência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.330160/2013-07	Uniodonto de Campinas Cooperativa Odontológica	Art. 35 RN 124/2006	Advertência + 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.543471/2016-79	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.001231/2017-77	Bradesco Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.002139/2017-74	SMS - Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais)
33903.004352/2017-76	Multi Saúde - Assistência Médica E Hospitalar Ltda	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.042245/2017-71	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.002295/2017-76	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.002637/2017-38	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25785.003743/2017-39	Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25789.024969/2017-33	Unimed do Estado de Sp - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.004688/2017-39	Unimed Regional Maringá Coop. de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25783.003786/2017-34	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.003186/2017-35	Promed Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.090845/2016-40	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.090442/2016-09	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.004613/2016-81	Promédica - Proteção Médica a Empresas S.A.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.037162/2015-59	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25780.017917/2015-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.017675/2015-72	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.036305/2015-13	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33903.019785/2015-64	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.081437/2016-12	Biovida Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25789.041625/2016-16	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.010076/2016-07	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.021833/2016-18	Saúde Quality Ltda. - em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25782.008344/2016-11	Unimed Blumenau - Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.474175/2016-11	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.013660/2016-10	Unimed Norte do Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.494577/2016-31	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.004859/2016-34	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.013292/2016-46	Oral Brasil Planos Odontológicos Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.013943/2016-49	Agemed Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25782.009245/2016-49	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.444777/2016-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.004535/2017-36	SMS - Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25772.000893/2017-30	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.016636/2016-24	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.561117/2016-26	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.110894/2016-21	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.060492/2016-79	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.538469/2016-88	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.145400/2016-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.011936/2016-22	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25780.017635/2015-21	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.252522/2015-75	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.013018/2015-27	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.252101/2015-44	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.013832/2015-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.036926/2015-39	Unimed Seguros Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25780.008312/2016-28	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.029017/2017-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.003695/2017-18	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.002935/2017-15	Promed Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.056499/2016-96	Unimed Jundiaí - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
25782.010740/2016-09	Nossa Saude - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.054954/2016-19	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.013297/2016-79	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.444163/2016-61	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.061895/2016-35	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.028486/2017-16	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.001041/2017-11	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.015170/2016-25	Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Codevasf - Casec	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.010035/2016-11	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25782.005928/2016-05	Unimed - Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.477027/2014-96	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.012956/2015-18	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.253277/2015-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.609811/2014-70	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.561155/2013-36	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 37 RN 124/2006	9.000,00 (nove mil reais)
33903.002339/2016-00	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.023311/2015-17	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.073766/2014-28	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais
33902.027338/2016-70	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 37 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33903.002259/2016-46	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Art. 20-C RN 124/2006	144.989,47 (cento e quarenta e quatro mil novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos)
25772.018428/2015-93	Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.023759/2015-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.011735/2016-03	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.002661/2017-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25780.005559/2016-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.006079/2017-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.170215/2016-58	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.485972/2016-23	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25780.016446/2015-31	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.004850/2015-61	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 74 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25783.017146/2016-21	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)

25783.017380/2014-96	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.019484/2016-05	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.010450/2016-77	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25772.000921/2016-38	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.011901/2016-98	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25783.004462/2016-32	Bradesco Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.463913/2014-32	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 74 RN 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
25772.017330/2016-08	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.382863/2014-93	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 e 78 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25783.005366/2014-13	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.038300/2015-86	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.089464/2013-91	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33903.021765/2013-91	Quallity Assistência Médica Ambulatorial Ltda,	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.020801/2017-59	Associação Valeparaibana De Assistência Médica Policial	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33903.001359/2016-55	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 66 e 78 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25772.015996/2015-32	Nordeste Saúde Empresarial	Art. 79 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.003957/2015-92	Plamed Plano de Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.549503/2015-69	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 20 e 79 RN 124/2006	Advertência + 100.000,00 9cem mil)
25780.000133/2016-42	Saúde Sim Ltda.	Art. 20-D e 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.070856/2016-29	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
25780.016157/2015-32	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	Art. 80 RN 124/2006	16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais)
25783.027510/2014-07	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.005643/2016-09	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 61-A RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25772.002535/2015-08	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	160.00,00 (cento e sessenta mil reais)
25789.086026/2015-32	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.007729/2015-11	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 65-B RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
25783.009059/2014-38	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25772.017185/2015-76	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.009658/2016-13	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
25789.057904/2015-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 20 e 88 RN 124/2006	Advertência + 392.943,16 (trezentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos)
33903.001354/2017-11	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.003776/2016-28	Agemed Saúde S/A	Art. 71 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.014270/2014-97	Unimed Rondonópolis Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.044688/2016-16	Metrus Instituto de Seguridade Social	Art. 84 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25773.008945/2016-25	Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda	Art. 79 RN 124/2006	165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)
25779.008702/2017-18	Unimed Bh Belo Horizonte Coop. de Trab. Médico	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.017579/2014-39	Unimed de Dourados Coop. de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 e 78 RN 124/2006	84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)
33903.001617/2016-01	Unimed do Brasil - Conf. Nacional das Coop. Médicas	Art. 67-F RN 124/2006	6.000,00 (seis mil reais)
25772.011557/2015-51	Omint Serviços de Saúde Ltda	Art. 84 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25782.013922/2016-23	Atual Saúde Ltda - em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
33903.018771/2016-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.073808/2014-21	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25783.012246/2017-41	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 62-A RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33903.001551/2017-22	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.008596/2015-61	Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 74 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
25783.026660/2016-57	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25779.003307/2015-87	Samp Minas Assistência Médica Ltda	Art. 62-A RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.058627/2016-36	Biovida Saúde Ltda	Art. 62 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25779.029372/2016-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.488876/2015-56	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 20 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.051772/2015-13	Unimed de Santos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 62-A RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25782.000665/2017-41	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 62-F RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.019687/2014-46	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 85 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.471525/2016-97	SISDENTE - Sistema Integrado de Saúde Dental Ltda	Art. 35 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33902.472741/2016-50	Associação Policial de Assistência à Saúde de Itapetininga	Art. 74 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25772.009391/2012-60	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 43 RN 124/2006	70.000,00 (setenta mil reais)
25779.021140/2016-17	Vidaplan Saúde Ltda - Epp	Art. 19 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.102024/2016-89	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33902.263412/2015-39	AME- Assistência Médica a Empresas Ltda	Art. 45 RN 124/2006	Suspensão do exercício do cargo de administrador por 180 (cento e oitenta) dias

33903.027137/2012-39	USM Assessoria em Gestão Empresarial Ltda - Vida Card Fidelidade	Art. 18 RN 124/2006	900.000,00 (novecentos mil reais)
33903.002785/2017-97	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.001289/2016-11	All Care Administradora de Benefícios	Art. 61-B RN 124/2006	57.966,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais)
25785.003460/2016-14	Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 74 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.090839/2016-92	Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 20 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25773.016725/2013-22	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.006250/2016-30	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.013614/2016-98	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25772.016041/2016-83	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.026986/2014-62	Green Line Sistema de Saúde Ltda	Art. 58 RN 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25780.008059/2016-11	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 71 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25772.016972/2015-09	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 84 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25780.016690/2016-85	Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25782.007706/2013-04	GEAP Autogestão em Saúde	Art. 79 e 88 RN 124/2006	150.550,00 (cento e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta reais)
25780.018899/2015-01	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25779.002536/2017-43	Unimed Ponte Nova Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 82 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.073438/2016-93	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 68 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33903.017349/2016-31	Unimed Seguros Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	111.000,00 (cento e onze mil reais)
25789.039766/2017-41	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	Art. 79 RN 124/2006	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
25789.057951/2016-37	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 71 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25780.015859/2016-80	Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.013188/2017-13	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	Art. 82 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.029412/2017-99	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
25783.019775/2015-12	Unimed de Santos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.053554/2016-96	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.009270/2017-23	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.000266/2017-80	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 82-A RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.000051/2017-88	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.016059/2017-87	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.001573/2017-88	Agemed Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.122589/2016-82	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.014682/2016-84	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.035170/2016-91	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 e 78 RN 124/2006	Advertência + 60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.055027/2017-05	Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.005951/2017-01	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.030229/2017-36	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.005609/2017-10	Unimed - Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25773.006088/2017-18	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33903.014730/2017-20	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 62 e 66RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.043565/2015-04	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.052576/2017-02	Bradesco Saúde S/A	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
25789.067682/2017-06	Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25780.015864/2016-92	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	176.0000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25789.044942/2016-86	Associação Santa Casa de Saúde de Sorocaba	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.039730/2016-87	Bradesco Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.032801/2016-71	Unilife Saúde Ltda - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.007270/2016-98	G2C Administradora de Benefícios Ltda - ME	Art. 65-a, 66 e 78 RN 124/2006	95.000,00 (noventa e cinco mil reais)
25782.013833/2016-87	União Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.014162/2016-71	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25780.017221/2016-83	Unimed Nova Friburgo-Soc. Coop. Serv. Med. Hosp. Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25785.006842/2016-91	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.005414/2016-71	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.010829/2016-87	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 35 e 57RN 124/2006	70.000,00 (setenta mil reais)
25789.036303/2017-28	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.001716/2017-19	Promed Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33903.003576/2017-61	Caixa Econômica Federal	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.047801/2016-15	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.001557/2017-65	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.005924/2016-19	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.015716/2016-77	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.454929/2016-16	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)

25789.030987/2016-73	Biovida Saúde Ltda	Art. 82 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.034174/2016-71	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 62-A RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25785.007505/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	27.950,00 (vinte e sete mil e novecentos e cinquenta reais)
33903.001857/2017-89	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33902.407404/2014-20	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.029141/2016-75	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
33902.018841/2016-34	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 66 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33903.016936/2017-94	Saúde Goiânia Ltda	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais)
33902.065324/2017-35	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
25789.037785/2017-33	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.010283/2017-30	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.027324/2017-37	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.059189/2017-12	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.070581/2017-12	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.051218/2017-90	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Mauá	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.031320/2016-98	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
25785.005684/2017-33	Centro Clínico Gaúcho Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25785.003768/2017-32	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.032646/2016-92	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25773.006124/2017-35	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.006131/2017-37	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.031388/2017-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.010491/2017-33	Gamec - Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.009246/2017-94	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25782.003629/2017-39	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.012099/2015-98	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 57 e 61-A RN 124/2006	94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)
33903.004064/2017-11	ADM Administradora de benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.005978/2015-43	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 61-B RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
25780.004847/2015-49	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.002535/2015-30	PROMED Assistência Médica Ltda	Art. 74 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25782.006734/2016-49	União Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25773.009741/2016-10	Unimed do Rio Grande do Norte - Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.017633/2016-16	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25772.019043/2015-43	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.006259/2015-49	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.009197/2015-48	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.466567/2016-14	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.001120/2017-66	Cooperativa de Trabalho Médico de Araguaína - Unimed Araguaína	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.355459/2014-47	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	108.000,00 (cento e oito mil reais)
25783.005161/2015-45	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.026997/2015-42	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
25782.000901/2016-48	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.471560/2016-14	Saúde Sistema Assistencial Unificado de Empresas - Sociedade Simples	Art. 35 RN 124/2006	31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)
25782.011346/2014-37	Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.031625/2015-38	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25773.018505/2013-33	Massa Falida de Multiclínicas Assit. Med. Cirurg. e Hosp. Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25782.001546/2017-13	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25789.108888/2014-42	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.042782/2017-04	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.021147/2017-09	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.016707/2017-03	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.052713/2017-09	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc. Coop. Serv. Med. e Hosp. Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.025317/2017-09	Medical Rio Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.034900/2017-01	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.444768/2016-52	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.170173/2016-55	Operadora Unieste de Planos de Saúde Ltda.	Art. 66 RN 124/2006	28.009,26 (vinte e oito mil, nove reais e vinte e seis centavos)
25782.000298/2016-02	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.469915/2016-05	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.012728/2016-40	E.X.M Brasil Saúde Ltda-Me	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.096956/2016-85	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.012652/2016-42	Unimed Natal Soc. Coop. de Trab. Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.073437/2016-49	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.002553/2017-02	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25772.005977/2016-89	Plamed Plano de Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
25789.062301/2015-22	Unimed Patos de Minas Cooperativa Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
25779.021829/2016-41	Bradesco Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.103995/2016-46	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.012409/2016-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25785.006239/2017-91	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25773.011783/2017-93	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.109436/2016-40	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.698,00 (quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e oito reais)
33902.010420/2017-46	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.003594/2017-47	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25772.002296/2017-40	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.012794/2016-18	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.060951/2016-14	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.052696/2017-17	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.014289/2014-38	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33902.417588/2016-43	Confiança Assistência Médico Hospitalar Ltda	Art. 35 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25782.005526/2015-41	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.016091/2014-70	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
25772.015661/2015-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.025325/2017-47	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.000263/2017-46	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae - Cac	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.036536/2016-40	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.012770/2016-41	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 71 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.097489/2016-19	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
25779.003219/2017-47	SMS - Assistência Médica Ltda	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25780.011450/2015-11	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Mauá	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.278814/2015-38	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25772.013847/2015-39	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.000123/2014-15	Unimed Maceio Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.005202/2016-43	Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores	Art. 62-F RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33903.001740/2016-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.019036/2015-41	Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33902.407244/2014-19	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 20-D, 66 e 82 RN 124/2006	160.00,00 (cento e sessenta mil reais)
33902.074055/2016-17	Unimed de Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.020455/2015-47	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 69 RN 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25789.039490/2016-11	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.012760/2016-14	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25782.005331/2017-63	Unimed Porto Alegre Cooperativa Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.032684/2016-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.009530/2016-19	Vitallis Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.037657/2016-17	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.010401/2017-10	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.011872/2017-61	Saúde Santa Tereza Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.034248/2016-70	Saúde Sim Ltda	Art. 74 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33903.003590/2017-64	Multi Saúde - Assistência Médica e Hospitalar Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.073274/2015-13	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.017880/2015-39	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.013021/2015-41	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25789.105853/2015-32	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 74 RN 124/2006	Advertência
25773.000575/2017-69	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.012140/2015-45	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)

25783.012391/2016-41	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
33903.002019/2016-41	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.232212/2015-34	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta e mil reais)
25782.003197/2017-66	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.014037/2017-67	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.019215/2017-11	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.078568/2016-12	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.016656/2016-19	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 65-A e 78RN 124/2006	65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)
25772.006443/2015-99	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.521399/2016-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.001537/2017-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.007299/2016-18	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25772.008468/2014-46	Odonto System Planos Odontologicos Ltda	Art. 65 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
25783.017788/2013-87	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25773.004500/2016-76	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.012954/2015-11	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.026000/2015-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.022536/2012-99	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.007143/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.009116/2015-70	Unimed do Abc Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25772.019474/2015-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.474223/2016-71	SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
33903.023494/2015-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.005491/2017-22	Pasa Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.494586/2016-22	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25782.034056/2016-02	Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.000466/2017-32	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.017148/2016-10	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S/A	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.012120/2016-16	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.023443/2017-36	Caixa Econômica Federal	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.111400/2016-26	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 84 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.550986/2016-25	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 82 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.513995/2016-35	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.025514/2017-35	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.025585/2014-95	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.029839/2026-25	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.609705/2014-96	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.001674/2017-16	Good Life Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.002701/2017-21	Sompo Saúde Seguros S/A	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25773.003665/2016-21	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 20-C e 20-D RN 124/2006	167.473,68 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos)
25782.010918/2016-11	Agemed Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25782.002553/2017-24	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.036631/2017-24	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.011345/2015-74	Unimed de Belém Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 79 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25783.011470/2016-35	Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.016294/2016-28	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25773.012938/2016-28	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
25789.020067/2017-28	Odontoprev S/A	Art. 77 RN 124/2006	154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais)
33902.547699/2016-38	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.002431/2016-77	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.042836/2015-87	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25780.016171/2016-17	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25779.001492/2017-37	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.002569/2017-37	Unimed do Estado do Paraná Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.030580/2017-27	Associação Brasileira dos Empregados em Telecomunicações ABET	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.765194/2014-91	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.005355/2017-21	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.045031/2017-31	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.502568/2016-21	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 62-A RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.088071/2016-11	Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 67-A RN 124/2006	30.000,00 (trinta e mil reais)

33903.016756/2016-21	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33903.006022/2016-34	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.226801/2012-31	Instituto de Previdência e Assistência Odontológica Ltda	Art. 35 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25773.002331/2017-11	Ameno Assistência Médica S/S Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33903.004684/2017-51	Ameno Assistência Médica S/S Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.015244/2016-73	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.003801/2017-69	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.005757/2017-21	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33903.004640/2017-21	Ameno Assistência Médica S/S Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.030412/2016-05	Medgold Assistência Médica Ltda- ME	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25783.020994/2016-17	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33903.018808/2016-02	Saúde Sim Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.029882/2016-91	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25772.005873/2015-93	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33903.009576/2016-93	Unimed Norte do Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.016048/2013-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.004979/2016-46	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.017904/2016-30	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25782.004127/2017-25	Agemed Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.015085/2014-03	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25772.000361/2014-50	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.008352/2011-64	Clínica Odonto Lltda	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25780.017210/2016-01	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.108630/2016-16	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.030413/2016-03	Crusam Cruzeiro do Sul Serviço de Assistência Médica S.A.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25772.010991/2016-02	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.034063/2016-04	Unilife Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.016078/2016-05	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.017905/2014-12	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.846581/2013-47	Semeco Serviços de Assistência Odontológicas	Art. 35 RN 124/2006	Advertência + 50.000,00 (cinquenta mil reais)
25772.001722/2013-02	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.026769/2013-66	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.330512/2013-16	Associação Policial de Assistência à Saúde	Art. 35 RN 124/2006	Advertência
33903.015232/2014-51	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.016282/2016-01	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.010414/2017-99	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc. Coop. Serv. Med. e Hosp. Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)
25789.022618/2017-98	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.551944/2016-10	Multi Saúde - Assistência Médica E Hospitalar Ltda	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25780.011482/2016-90	Vale S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.020402/2017-98	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33903.002489/2017-96	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.001580/2017-94	Bradesco Saúde S.A.	Art. 81 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25772.000490/2017-91	Bradesco Saúde S.A.	Art. 57 RN 124/2006	45.225,00 (quarenta e cinco mil e duzentos e vinte e cinco reais)
25772.000901/2017-48	Plamed Plano de Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
25773.000480/2017-45	Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo.	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.004318/2017-46	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.031661/2017-44	Unimed das Estâncias Paulistas - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33903.002590/2017-47	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.000440/2017-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.026656/2016-99	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.006650/2017-45	Promed Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)
25779.001074/2017-40	Pasa Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25780.004247/2017-42	Unimed de Santos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.514811/2016-54	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.058456/2016-45	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.080371/2016-43	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.044347/2016-41	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

25789.017162/2016-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.055134/2016-44	Unimed Uberlandia Cooperativa Regional Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25780.010801/2016-40	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.055713/2016-97	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25772.009948/2016-96	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.041259/2016-97	Care Plus Medicina Assistencial Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.002786/2017-31	Unimed Cabo Frio Cooperativa Regional Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25772.027252/2015-61	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.061633/2017-51	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.062992/2017-26	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.015470/2017-35	Ecole Serviços Médicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.002150/2017-34	SMS - Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.007977/2017-34	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.000516/2017-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.021774/2017-31	W.S. Administradora de Planos de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.018383/2017-30	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.001574/2017-37	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	Art. 20 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25773.000524/2017-37	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.027198/2017-36	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.000348/2017-33	Gamec - Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará Ltda	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25779.000587/2017-33	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25773.007514/2017-22	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.489166/2016-24	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.110010/2015-58	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.043533/2017-28	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 80 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25785.000421/2017-38	Unimed - Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25779.006839/2017-38	Promed Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.000555/2017-38	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.004986/2017-29	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25782.001685/2017-39	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25782.001413/2017-39	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.063926/2016-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.111408/2016-92	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.002844/2017-32	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.019265/2016-32	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.030715/2016-92	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.079768/2016-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.029488/2016-33	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.017974/2016-83	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.017732/2016-34	Vitallis Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.096465/2016-34	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.107817/2016-94	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33902.043563/2017-34	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.544111/2016-94	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.080277/2016-94	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.098222/2016-31	Biovida Saúde Ltda	Art. 82 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.096793/2016-31	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33902.514613/2016-91	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.469629/2016-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.514830/2016-81	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.076582/2016-81	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.471653/2016-31	Unimed das Estâncias Paulistas - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa	Art. 35 RN 124/2006	76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais)
33902.467082/2016-30	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.466353/2016-30	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.018267/2016-90	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25773.006945/2016-91	Bradesco Saúde S.A.	Art. 79 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.122594/2016-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33903.017845/2016-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.013515/2016-35	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.036947/2016-35	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.104649/2016-85	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.535548/2016-37	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)

25783.032452/2016-97	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)
25789.111328/2016-37	Bradesco Saúde S.A.	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.017163/2016-98	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.110115/2016-98	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.023400/2016-99	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.072434/2016-98	Unimed de Araras Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
33903.015849/2016-39	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	200.000,00 (duzentos mil reais)
33903.018800/2016-38	Unix - Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais)
25789.110891/2016-98	Samed - Serviços de Assistência Médica Odontológica e Hospitalar S.A	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.062377/2016-39	Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.070905/2017-12	Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.017509/2017-33	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.008918/2017-39	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.016699/2016-95	Unix - Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais)
25789.065402/2017-17	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.060808/2017-11	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.060565/2017-11	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.057110/2017-19	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 57 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.036319/2017-31	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.034996/2017-14	Sepaco Autogestão	Art. 84 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.013681/2017-33	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	Art. 79 RN 124/2006	165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)
25789.007860/2017-31	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.022243/2017-16	Caixa de Assistência Oswaldo Cruz	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.019538/2017-13	Unimed Maceio Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
25782.006764/2017-36	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.020492/2015-13	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
25780.016557/2016-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.474166/2016-20	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.570980/2016-74	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.011773/2015-04	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.095333/2016-70	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.086440/2016-15	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.006926/2016-75	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.208879/2012-73	Plena Saúde Ltda	Art. 35 RN 124/2006	435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais)
25783.019739/2015-41	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.443432/2016-72	Eletrobrás Termonuclear S.A - Eletronuclear	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25780.016225/2015-63	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.010527/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.023049/2015-15	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.001358/2016-19	Unimed de Dourados Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.020581/2015-81	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.011472/2016-24	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.528567/2015-26	Medical Rio Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.043753/2017-77	Care Plus Medicina Assistencial Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.543454/2016-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.002366/2017-61	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.082002/2016-70	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.018703/2015-74	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.202870/2015-00	Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.022539/2014-17	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.253247/2015-15	Caixa de Assistência Oswaldo Cruz	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.030473/2016-37	Saúde Quality Ltda - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25772.012608/2016-42	Unimed do Sudoeste Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25782.003478/2016-38	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.012862/2016-36	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33903.016625/2016-44	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.034204/2015-40	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.008311/2016-83	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.005494/2017-66	Bradesco Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.022838/2016-31	Unimed de Santos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

25780.017955/2015-81	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.090855/2016-85	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.023485/2015-80	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.004874/2015-11	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25785.006064/2016-31	Unimed Porto Alegre Cooperativa Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.011749/2016-33	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.023440/2016-31	Massa Falida de Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.090654/2016-88	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.025355/2015-81	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25785.017484/2014-81	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.004467/2016-65	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.006879/2016-60	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.025475/2015-89	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.021152/2014-35	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.004662/2015-33	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.016172/2015-80	E.X.M Brasil Saúde Ltda-Me	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25782.008193/2017-74	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.016294/2016-42	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.002463/2017-52	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25772.003636/2016-79	E.X.M Brasil Saúde Ltda-Me	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25785.013342/2015-25	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.005332/2017-67	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.002455/2017-67	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.002597/2017-69	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.014319/2017-64	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.024970/2017-68	Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais)
25789.033033/2017-01	Unimed São José do Rio Preto - Cooperativa Odontológica	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25783.021648/2015-75	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
25783.020281/2015-72	Odontoprev s/a	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.019797/2015-74	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.025607/2015-72	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.090832/2016-71	Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25772.017044/2014-72	Plamed Plano de Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.000927/2016-13	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.011435/2015-65	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.465682/2013-11	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33903.019848/2015-82	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.004604/2016-61	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.026081/2015-52	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.018776/2015-56	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.047171/2016-89	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.444781/2016-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.013318/2016-10	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.107610/2016-10	Ecole Serviços Médicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25782.003602/2015-65	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.005264/2013-62	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.024311/2014-39	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.002118/2015-57	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.015472/2017-24	Companhia de Engenharia de Trafego - CET	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.002708/2017-42	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.008174/2016-57	Unilife Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.001050/2015-60	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.058821/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.016719/2017-20	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.016805/2016-31	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.017157/2016-31	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc. Coop. Serv. Med. e Hosp. Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25782.003112/2017-40	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.013193/2017-26	PORTOMED - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.033588/2017-45	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.061909/2016-11	Unimed das Estâncias Paulistas - Operadora de Planos de Saúde	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25779.007397/2017-47	Promed Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33903.000771/2017-39	Unimed Rio Verde Cooperativa Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.003410/2017-44	Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do SUL- CASSEMS	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.058319/2016-19	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.004697/2017-20	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.000457/2017-41	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.040276/2016-15	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.000464/2017-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.466983/2016-12	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.204315/2012-61	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 35 RN 124/2006	375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais)
25783.005087/2017-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.038742/2015-22	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
25782.002939/2017-36	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.652251/2013-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.494577/2012-16	Unimed Vitoria Cooperativa De Trabalho Medico	Art. 61-A e 61-C RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.099717/2012-53	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 79 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.023584/2012-12	Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Transportes de Valores, Segurança Orgânico e Escolta Armada de Cascavel e Região	Art. 18 RN 124/2006	900.000,00 (novecentos mil reais)
25783.017597/2014-04	Unimed Maceio Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25773.004821/2014-17	Unihosp - Serviços de Saúde Ltda.	Art. 62-A RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.368698/2014-67	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.714742/2014-15	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.035281/2016-06	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
33902.564921/2016-67	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.018199/2016-69	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.471610/2016-55	Unimed do ABC - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.017503/2017-66	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.471434/2016-51	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae - Cac	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
25773.008130/2013-01	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.521570/2016-08	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.006009/2017-61	Omint Serviços de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.007993/2017-27	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.005976/2014-68	Unimed do Estado de Santa Catarina Fed. Est. das Cooperativas Médicas	Art. 20 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25782.011980/2014-51	Nossa Saude - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.207745/2012-35	Clinipam Clinica Paranaense de Assistência Médica Ltda	Art. 35 RN 124/2006	Advertência
33902.561091/2016-16	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25772.001551/2016-56	Plamed Plano de Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.001167/2016-54	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.006699/2015-05	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25772.003640/2016-37	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.006977/2015-05	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.012236/2016-35	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 71 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25780.008131/2016-00	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
25789.096848/2016-11	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25779.021960/2016-17	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.014616/2016-02	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33903.018117/2016-09	Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.003919/2017-97	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	Art. 82 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.021328/2015-30	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 59 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33903.002540/2016-89	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A.	Art. 20 RN 124/2006	31.540,00 (trinta e um mil e quinhentos e quarenta reais)
33903.013295/2017-16	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25773.018516/2015-85	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25772.017149/2015-11	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.266498/2015-51	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 62-A RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33903.013594/2015-99	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.010459/2017-63	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25780.008145/2016-15	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.000143/2016-88	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.012251/2016-83	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33903.011117/2016-70	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.018507/2016-71	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.071412/2016-19	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)

25789.107802/2016-26	Santa Helena Assistência Médica S/A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.029420/2016-73	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.012691/2016-74	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 84 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25779.030989/2016-81	Unimed Divinópolis - Cooperativa de Trabalho Medico Ltda	Art. 20-D RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25783.032158/2016-85	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.009289/2016-83	Saúde Sim Ltda.	Art. 20 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25782.004860/2016-69	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.047409/2016-76	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25789.077974/2016-68	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.006815/2016-69	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.534669/2016-61	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.005381/2016-60	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 84 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33903.018509/2016-60	Unimed Grande Florianópolis-Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.016556/2016-84	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.099717/2016-87	Biovida Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.494781/2016-52	Asben Administradora de Benefícios -Eirele	Art. 57 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.407938/2014-56	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.002271/2016-66	Instituto de Previdência e Assistência Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.608628/2014-57	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.006555/2015-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.485762/2016-35	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25785.004347/2017-29	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.054252/2017-16	Unimed de Marília Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.031778/2016-21	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.026460/2017-25	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.255437/2015-69	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.014039/2017-21	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.005371/2017-24	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 84 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25772.000052/2017-22	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.002481/2017-24	Bradesco Saúde S/A	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
25780.004240/2017-21	Unimed São José do Rio Preto - Cooperativa Odontológica	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.014832/2017-21	Geap Auto Gestão em Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.016237/2015-98	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.005011/2015-61	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25780.018864/2015-63	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
25772.013417/2013-55	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 43-A RN 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25773.013403/2013-21	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 82 RN 124/2006	80.320,00 (oitenta e dois mil e trezentos e vinte reais)
25779.032436/2015-82	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.001403/2016-52	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.372048/2015-05	Odontoface Operadora de Planos de Saúde Odontológicos Ltda	Art. 36 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25779.002263/2015-78	Odontoprev S/A	Art. 71 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.371981/2015-57	Nucleobrás Equipamentos Pesados S/A-Núclep	Art. 36 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25782.006004/2015-67	Biovida Saúde Ltda.	Art. 66 e 58 RN 124/2006	Advertência + 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25772.019483/2015-09	Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.090712/2016-73	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.016262/2015-71	E.X.M Brasil Saúde Ltda-ME	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25782.005051/2017-55	Associação Santa Casa de Saúde de São José dos Campos	Art. 71 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33902.042963/2017-50	Geap Auto Gestão em Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.109427/2016-59	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
25789.033303/2015-12	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.006692/2015-84	Unix - Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.007678/2015-93	Odontoprev s/a	Art. 77 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25789.097240/2015-14	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.027589/2016-54	Medical Rio Assistência Médica Ltda	Art. 62-A RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25783.015709/2017-27	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25783.015843/2017-28	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25780.002279/2016-22	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 78 RN 124/2006	13.200,00 (treze mil e duzentos reais)
25772.003247/2017-24	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.072812/2016-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25779.021856/2014-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.057319/2016-78	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 59 e 74 RN 124/2006	70.000,00 (mil e quinhentos reais)
25783.039383/2015-61	Unimed Maceio Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.550260/2015-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	Advertência

25789.056639/2017-15	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.069750/2016-82	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25785.007830/2016-84	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.544106/2016-81	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.039113/2016-81	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.507568/2016-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.018801/2016-82	Bradesco Saúde S/A	Art. 79 RN 124/2006	247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais)
25789.056061/2016-16	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	Art. 82 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.029129/2016-86	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.010241/2016-01	AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25780.012133/2016-95	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.020984/2016-81	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
25780.005402/2016-67	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.072965/2016-81	Viacorp Administradora de Benefícios Ltda	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.008050/2016-00	Unimed Goiania Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.015894/2016-93	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.007281/2016-82	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.092808/2016-91	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.019459/2016-82	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.004982/2016-95	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)
25780.015770/2016-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
25789.017953/2016-93	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25789.082561/2016-03	Unimed de Santos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25782.002923/2017-23	Caixa Econômica Federal	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.008296/2016-73	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.004715/2013-35	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
33902.199053/2012-14	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25785.000830/2017-34	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.197955/2012-16	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 35 RN 124/2006	255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais)
25773.009880/2016-35	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 79 RN 124/2006	180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
33902.446014/2015-56	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 20 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25779.000548/2017-36	Unimed de Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 71 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25783.008723/2016-93	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.013117/2016-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25780.016691/2016-20	Uniodonto de Manaus Cooperativa Odontológica	Art. 82 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25789.075445/2016-20	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
25783.006170/2014-72	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.004826/2016-62	Centro Clínico Gaúcho	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.020428/2016-55	Santa Helena Assistência Médica S/A	Art. 82 RN 124/2006	72.000,00
25782.002629/2017-11	Clinipam Clinica Paranaense De Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.004129/2017-14	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.034185/2016-51	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.029110/2016-59	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.044377/2016-57	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.091101/2016-42	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33903.012814/2016-48	Bradesco Saúde S/A	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
25789.000159/2016-91	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.052049/2015-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 88 RN 124/2006	271.157,89 (duzentos e setenta e um mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos)
33902.031710/2016-42	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.052931/2015-99	Associação Policial de Assistência à Saúde da Baixada Santista.	Art. 57 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33902.210267/2012-41	Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.226292/2012-46	Care Plus Medicina Assistencial Ltda	Art. 35 RN 124/2006	135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)
25782.005245/2014-16	Itaipu Binacional	Art. 71 e 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.013761/2013-15	Esmale Assistência Médica Internacional de Saúde Ltda	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33902.233170/2012-14	Conmedh Saúde Assistência Integrada de Saúde Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 35 RN 124/2006	640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais)
25783.013183/2016-60	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.007645/2015-98	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 71 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente Substituto

SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 28 DE MAIO DE 2018

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste dar ciência da decisão proferida em processos administrativos às Operadoras relacionadas no anexo:

Nº do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Nº do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33910.002024/2018-27	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	41717-3	07.658.098/0001-18	Reconsideração total da decisão. Anulação ao Auto de Infração nº 33989/2018	Arquivamento

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA N° 1.024, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Altera a Portaria nº 2.222, de 7 de dezembro de 2016, que define os critérios e procedimentos para seleção, nomeação e exoneração de ocupantes de cargos comissionados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MS/GM nº 1.162, de 12 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 47, VI aliado ao art. 54, III, § 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria nº 2.222, de 2016, passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 3º. .....

Parágrafo único. A realização de processo seletivo poderá ser dispensada, excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada da Diretoria da área demandante, na qual seja apontada a compatibilidade entre o perfil do indicado e as competências requeridas para o cargo."

Art. 2º O art. 14 da Portaria nº 2.222, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. A solicitação de nomeação dos cargos comissionados deverá ser encaminhada à Gerência-Geral de Gestão de Pessoas - GGPES pelo gestor da área demandante, após a conclusão do processo seletivo, quando aplicável.

Parágrafo único. Nos casos em que não houver processo seletivo, as solicitações de nomeação poderão ser encaminhadas a qualquer tempo, e deverão ser acompanhadas de currículo do indicado, em que conste a formação acadêmica, experiência e perfil profissional." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

DESPACHO Nº 184, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MS/GM nº 1.162, de 12 de mio de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 37, § 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e no art. 10, § 5° da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, NÃO RECEBE NO EFEITO SUSPENSIVO o recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal.

Empresa: EXELTIS LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA.
CNPJ: 19.136.432/0001-52
Processo: 25351.139190/2018-32
Expediente do recurso: 0531343/18-1

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.168, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0003-82

25752.282429/2007-18 - AIS:363309/07-8 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 14/2018, DE 12/06/2018.

AUTUADO: ALCON LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 60.412.327/0001-00

25759.642684/2008-45 - AIS:828325/08-7 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: BRA - TRANSPORTE AÉREOS LTDA CNPJ/CPF: 03.411.928/0001-57

25759.521575/2007-12 - AIS:655530/07-6 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: EMS S/A CNPJ/CPF: 57.507.378/0001-01

25351.636979/2009-40 - AIS:828688/09-4 - GGFIS1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: GERMED FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 45.992.062/0001-65

25351.004053/2010-87 ais: 0595/2009/GGPRO/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), MANTENDO-SE A PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA CNPJ/CPF: 03.361.252/0001-34

25351.004116/2010-08 - AIS:005343/10-1 - GGFIS1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) E A PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: OTTOBONI COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 01.073.371/0001-66

25351.743039/2009-62 - AIS:909849/09-6 - GFIMP/ANVISA

NÃO CONHECER DO RECURSO, POR EXAURIMENTO DA ESFERA ADMINISTRATIVA, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: SUPERMERCADOS MUNDIAL LTDA CNPJ/CPF: 33.304.981/0001-10

25351.525255/2010-45 - AIS:690975/10-2 - GFIMP/ANVISA

NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: TECHMEDICAL IMPORTACOES E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 00.764.257/0001-10

25761.005003/2010-77 - AIS:065019/10-6 - CCASA/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: ACTS DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.534.176/0001-84

25759.135723/2008-52 - AIS:173044/08-4 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO TOTAL DETERMINANDO O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO POR INSUBSISTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: ASSOCIACAO BRASILEIRA DO COMERCIO FARMACEUTICO CNPJ/CPF: 53.375.317/0001-79

25351.387608/2009-73 - AIS:500646/09-5 - GGFIS1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: CEQNEP - CENTRAL DE MANIPULAÇÃO DE QUIMIOTERAPIA, NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL LTDA CNPJ/CPF: 00.083.227/0001-48

25743.551689/2011-55 - AIS:774332/11-7 - GGPAF1/ANVISA

NÃO CONHECER DO RECURSO, POR EXAURIMENTO DA ESFERA ADMINISTRATIVA, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: M. D. COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 04.261.720/0001-61

25351.609884/2009-43 - AIS:793134/09-4 - GGFIS1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 50.929.710/0001-79

25759.164473/2008-68 - AIS:208561/08-5 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: SABUGÍ LOGÍSTICA LTDA CNPJ/CPF: 44.804.185/0001-62

25759.439925/2006-17 - AIS:588467/06-5 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: SARSTEDT LTDA CNPJ/CPF: 02.661.790/0001-81

25767.193226/2011-81 - AIS:269471/11-9 - GGPAF1/ANVISA

NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.072.393/0039-06

25759.122948/2007-68 - AIS:156597/07-4 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0026-79

25759.630758/2009-61 - AIS:819963/09-9 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E ALTERAR DE OFÍCIO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 17/2018, DE 17/07/2018.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 182, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

A Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo:

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Pimodivir
25351.824996/2016-33
0461923/18-4 8/06/2018
5/12/2018

PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A - 02.501.297/0001-02
besilato de anlodipino
25351.596203/2015-24
0453913/18-3 6/6/2018
3/12/2018

MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA - 04.891.262/0001-44
RPH Osteo (ácido medrônico)
25351.659442/2014-70
322510/18-1 23/4/2018
20/10/2018

UNITED MEDICAL LTDA - 68.949.239/0001-46
Fycompa (perampanel)
25351.174150/2018-37
0476701/18-2 13/6/2018
10/12/2018

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - 60.665.981/0001-18
acetato de prednisolona
25351.183524/2011-77
0476851/18-5 13/6/2018
10/12/2018

LABORATÓRIO GLOBO LTDA - 17.115.437/0001-73
Hidrotiazida (hidroclorotiazida)
25351.669972/2012-31
0431023/18-3 28/5/2018
24/11/2018

TEVA FARMACÊUTICA LTDA. - 05.333.542/0001-08
Tevaoxali (oxaliplatina)
25351.103201/2007-93
0430995/18-2 28/5/2018
24/11/2018

LABORATÓRIO GLOBO LTDA - 17.115.437/0001-73
Hidrotiazida (hidroclorotiazida)
25351.677587/2012-46
0432455/18-2 29/5/2018
25/11/2018

ATIVUS FARMACÊUTICA LTDA - 64.088.172/0001-41
dprev gotas
25351.112520/2017-01
0440000/18-3 30/5/2018
26/11/2018

BELFAR LTDA - 18.324.343/0001-77
Belcomplex (cloridrato de tiamina + riboflavina + cloridrato de piridoxina + pantotenato de cálcio + nicotinamida)
25992.007356/76
0439972/18-2 30/5/2018
26/11/2018

ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA - 05.254.971/0001-81
mesalazina
25351.751155/2013-61
0442954/18-1 1/6/2018
28/11/2018

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
cloridrato de olopatadina
25351.689467/2014-40
0442524/18-3 4/6/2018
2/12/2018

MYLAN LABORATORIOS LTDA - 11.643.096/0001-22
brometo de rocurônio
25351.248517/2015-11
0453502/18-2 5/6/2018
2/11/2018

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
Conjuntinol (cloridrato de olopatadina)
25351.637282/2014-43
0450721/18-5 5/6/2018
2/12/2018

DIFFUCAP - CHEMOBRÁS QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA - 42.457.796/0001-56
cloridrato de venlafaxina
25351.479865/2012-17
0457079/18-1 6/6/2018
3/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATIVUS FARMACÊUTICA LTDA - 64.088.172/0001-41
Litane (pelargonium sidoides)
25351.326865/2015-77
0457063/18-4 6/6/2018
3/12/2018
LABORATÓRIOS PFIZER LTDA - 46.070.868/0036-99
Advil Noite (ibuprofeno + cloridrato de difenidramina)
25351.001092/2015-44
0457084/18-7 6/6/2018
3/12/2018
ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A - 55.980.684/0001-27
Fenazic (bromidrato de darifenacina)
25351.274473/2016-68
0453736/18-0 6/6/2018
3/12/2018
BLAU FARMACÊUTICA S.A. - 58.430.828/0001-60
Eritromax
25351.647830/2012-17
0477719/18-1 13/6/2018
10/12/2018
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Prezista (darunavir)
25351.686200/2015-61
0477513/18-9 13/6/2018
10/12/2018
BELFAR LTDA - 18.324.343/0001-77
Plabel (cloridrato de metoclopramida)
25000.005706/88-86
0460680/18-9 7/6/2018
4/12/2018
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Pimodivir
25351.114945/2018-96
0467266/18-6 11/6/2018
8/12/2018
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA - 73.856.593/0001-66
telmisartana
25351.294464/2013-43
0466907/18-0 11/6/2018
8/12/2018
ACTAVIS FARMACEUTICA LTDA - 33.150.764/0001-12
hemifumarato de quetiapina
25351.551901/2009-01
347254/18-0 27/4/2018
24/10/2018
QUIMICA HALLER LTDA - 33.036.815/0001-80
Tazoxil (piperacilina + tazobactam)
25351.030194/2018-56
0472786/18-0 12/6/2018
9/12/2018
BLAU FARMACÊUTICA S.A. - 58.430.828/0001-60
filgrastine
25351.003478/2013-81
0477574/18-1 13/6/2018
10/12/2018
BLAU FARMACÊUTICA S.A. - 58.430.828/0001-60
enoxaparina sódica
25351.177317/2012-91
0477758/18-1 13/6/2018
10/12/2018
EMS SIGMA PHARMA LTDA - 00.923.140/0001-31
Predlex (desloratadina + fosfato sódico de prednisolona)
25351.738533/2014-97
0476876/18-1 13/6/2018
10/12/2018
VIDFARMA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA - 03.993.167/0001-99
Dorsem (ibuprofeno)
25351.565169/2016-06
0476189/18-8 13/6/2018
10/12/2018
GERMED FARMACEUTICA LTDA - 45.992.062/0001-65
BNPEMS (Sulfato de neomicina + tartarato de bismuto + cloridrato de procaína)
25351.382555/2009-74
0482568/18-3 14/6/2018
11/12/2018
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A - 05.161.069/0001-10
valerato de betametasona + sulfato de gentamicina + tolnaftato + clioquinol
25351.034983/2003-80
0482596/18-9 14/6/2018
11/12/2018
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A - 05.161.069/0001-10
loratadina
25351.538561/2011-34
0482301/18-0 14/6/2018
11/12/2018
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A - 05.161.069/0001-10
acetato de ciproterona + atinilestradiol
25351.703022/2011-32
0482591/18-8 14/6/2018
11/12/2018
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.286.647/0001-16
Erelzi (etarnecepte)
25351.401559/2016-09
0480537/18-2 14/6/2018
11/12/2018
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA - 73.856.593/0001-66
cloridato de venlafaxina
25351.415662/2014-04
0484730/18-0 15/6/2018
12/12/2018
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 02.433.631/0001-20
Estefan C (ácido ascórbico + aspartato de arginina)
25351.303763/2017-59
0489905/18-9 18/6/2018
15/12/2018
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 02.433.631/0001-20
Efervit C (ácido ascórbico)
25351.303828/2017-21
0489899/18-1 18/6/2018
15/12/2018
MYLAN LABORATORIOS LTDA - 11.643.096/0001-22
piperacilina sódica + tazobactam sódico
25351.329836/2011-90
0489497/18-9 18/6/2018
15/12/2018
CELLERA FARMACÊUTICA S.A. - 33.173.097/0002-74
Tesadin (dipirona sódica + mucato de isometepteno + cafeína)
25000.019829/97-95
0489784/18-6 18/6/2018
15/12/2018
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA - 49.475.833/0001-06
bissulfato de clopidogrel
25351.114935/2018-51
0490748/18-5 19/6/2018
16/12/2018
FARMOQUÍMICA S/A - 33.349.473/0001-58
Dina (desloratadina)
25351.596152/2016-01
0497652/18-5 20/6/2018
17/12/2018
ACTAVIS FARMACEUTICA LTDA - 33.150.764/0001-12
hemifumarato de quetiapina
25351.551901/2009-01
0505150/18-9 22/6/2018
19/12/2018
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
bimatoprosta
25351.170442/2014-41
0505158/18-4 22/6/2018
19/12/2018
DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 03.978.166/0001-75
Clopivix (bissulfato de clopidogrel)
25351.509662/2006-95
0505154/18-1 22/6/2018
19/12/2018
CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA - 02.814.497/0001-07
domperidona
25351.794943/2016-14
0516561/18-0 26/6/2018
23/12/2018
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
Bimaftal (bimatoprosta)
25351.179890/2014-15
0519151/18-3 28/6/2018
25/12/2018
UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 05.399.786/0001-85
Amoxilina
25351.339344/2006-51
0520358/18-9 28/6/2018
25/12/2018
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
25351.059944/2018-71
0532812/18-8 4/7/2018
31/12/2018
CASULA & VASCONCELOS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E COMÉRCIO LTDA - 05.155.425/0001-93
Pirinutre (cloridrato de piridoxina)
25351.588863/2016-09
0538130/18-4 4/7/2018
31/12/2018
VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - 30.222.814/0001-31
Quadrineo (valerato de betametasona + sulfato de gentamicina)
25351.022747/01-32
0537936/18-9 4/7/2018
31/12/2018
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 02.433.631/0001-20
Eutropin (somatropina)
25351.727750/2011-81
0540513/18-1 5/7/201, 1/1/2019
AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA - 04.301.884/0001-75
ceftazidima pentaidratada
25351.050042/2015-14
0493852/18-6 19/6/2018
16/12/2018
HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA - 19.570.720/0001-10
fosfato de clindamicina
25351.574243/2015-49
0387128/18-2 14/5/2018
10/11/2018
MARJAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - 60.726.692/0001-81
Pasalix (extrato seco de passiflora + extrato de crataegus oxyacantha + salix alba l)
25001.007471/87
0548938/18-5 9/7/201, 5/1/2019
HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA - 17.174.657/0001-78
Hypoflox (ciprofloxacino)
25000.035895/97-21
0549428/18-1 9/7/201, 5/1/2019
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
Helmizol (metronidazol)
25000.013839/88
0549358/18-7 9/7/201, 5/1/2019
SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 05.035.244/0001-23
Fendrop (citrato de fentanila)
25351.760838/2010-75
0549639/18-0 9/7/201, 5/1/2019

ALESSANDRA BASTOS SOARES

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.150, DE 9 DE AGOSTO DE 2018
(Publicada no DOU de 13 de agosto de 2018)

ANEXO(*)

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
COMPLEMENTO DIFERENCIAL DA APRESENTAÇÃO

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 02433631000120
DECANOATO DE NANDROLONA
DECA-DURABOLIN 25351.243617/2017-49 07/2021
10151 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 0169852/18-4
1.3764.0166.001-4 60 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT AMP VD INC X 1 ML
1.3764.0166.002-2 60 Meses
25 MG/ML SOL INJ CT AMP VD INC X 1 ML

AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA 04301884000175
CITRATO DE SILDENAFILA 25351.061247/2013-23
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0086831/13-1
50 MG COM REV CT BL AL TRANS X 14
50 MG COM REV CT BL AL TRANS X 2
25 MG COM REV CT BL AL TRANS X 12
50 MG COM REV CT BL AL TRANS X 8
100 MG COM REV CT BL AL TRANS X 2
25 MG COM REV CT BL AL TRANS X 10
25 MG COM REV CT BL AL TRANS X 4
50 MG COM REV CT BL AL TRANS X 1
100 MG COM REV CT BL AL TRANS X 1
100 MG COM REV CT BL AL TRANS X 4
50 MG COM REV CT BL AL TRANS X 12
25 MG COM REV CT BL AL TRANS X 2
100 MG COM REV CT BL AL TRANS X 12
100 MG COM REV CT BL AL TRANS X 10
100 MG COM REV CT BL AL TRANS X 8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 MG COM REV CT BL AL TRANS X 1
25 MG COM REV CT BL AL TRANS X 8
50 MG COM REV CT BL AL TRANS X 4

BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
dipirona monoidratada + BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA HIOARISTON 25351.326373/2013-61 04/2023
10178 SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0872451/17-2
10202 SIMILAR - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0674169/12-0
1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0995820/15-7
1.1637.0095.001-1 36 Meses
4 MG/ML + 500 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 5 ML

FARMOQUÍMICA S/A 33349473000158
hemiFUMARATO DE BISOPROLOL
Corbis 25351.015289/2015-24
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0023627/15-6
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20

GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
LATANOPROSTA
DRENATAN 25351.129567/2008-73 06/2019
11039 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 0516808/18-2
1.0583.0654.004-2 24 Meses
0,05 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS TRANS GOT X 2,5 ML

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
TRIBENOSÍDEO + CLORIDRATO DE LIDOCAINA
PROCTO-GLYVENOL 25351.601681/2016-07 06/2021
1331 MEDICAMENTO NOVO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0307468/13-4
1.0107.0329.001-3 24 Meses
50 MG/G + 20 MG/G CREM CT BG AL X 15 G
1.0107.0329.003-1 24 Meses
50 MG/G + 20 MG/G CREM CT BG AL X 10 G
1.0107.0329.004-8 24 Meses
50 MG/G + 20 MG/G CREM CT BG AL X 10 G + 3 APLIC
1.0107.0329.005-6 24 Meses
50 MG/G + 20 MG/G CREM CT BG AL X 15 G + 5 APLIC
1.0107.0329.006-4 24 Meses
50 MG/G + 20 MG/G CREM CT BG AL X 30 G + 10 APLIC
1.0107.0329.008-0 24 Meses
50 MG/G + 20 MG/G CREM CT BG AL X 60 G + APLIC
1.0107.0329.009-9 24 Meses
50 MG/G + 20 MG/G CREM CT BG AL X 100 G + APLIC
1.0107.0329.010-2 24 Meses
50 MG/G + 20 MG/G CREM CT BG AL X 150 G + APLIC

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
acetato de abiraterona
ZYTIGA® 25351.325940/2016-73
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 2243181/16-1
500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 60

LEO PHARMA LTDA 11424477000110
ÁCIDO FUSÍDICO + ACETATO DE HIDROCORTISONA
Verutex H 25351.323982/2012-41 12/2018
10939 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 0498745/18-4
1.8569.0006.001-1 36 Meses
20 MG/G + 10 MG/G CREM DERM CT BG ALX 5 G
1.8569.0006.002-8 36 Meses
20 MG/G + 10 MG/G CREM DERM CT BG ALX 15 G
1.8569.0006.003-6 36 Meses
20 MG/G + 10 MG/G CREM DERM CT BG ALX 30 G
1.8569.0006.004-4 36 Meses
20 MG/G + 10 MG/G CREM DERM CT BG AL X 60 G

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
piperacilina sódica + tazobactam sódico 25351.329836/2011-90 05/2023
10944 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE PRODUÇÃO DO IFA 0538104/18-5
1.8830.0002.001-9 24 Meses
2 G + 250 MG PO SOL INJ IV CT FA VD TRANS X 30 ML
1.8830.0002.002-7 24 Meses
2 G + 250 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD TRANS X 30 ML
1.8830.0002.003-5 24 Meses
4 G + 500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD TRANS X 50 ML
1.8830.0002.004-3 24 Meses
4 G + 500 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD TRANS X 50 ML
1.8830.0002.005-1 24 Meses
2 G + 250 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD TRANS X 30 ML
1.8830.0002.006-1 24 Meses
4 G + 500 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD TRANS X 50 ML

ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA 05254971000181
Cloridrato de Metformina + Glibenclamida 25351.731059/2013-83
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1044525/13-1
500 MG + 2,5MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS PVC PVDC X 30
250 MG + 1,25MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS PVC PVDC X 30

NOME DA EMPRESA: MERCK S/A CNPJ: 33.069.212/0001-84
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL: Evobrutinibe
NUMERO DO PROCESSO DDCM: 25351. 062080/2017-06
EXPEDIENTE: 0391920/18-0
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação.

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 155, de 13 de agosto de 2018, Seção 1, pág. 75 e em suplemento pág. 36, com incorreções nos originais.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.238, DE 6 DE JULHO DE 2018

Concede classificação de acordo com a complexidade tecnológica aos estabelecimentos de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a seção IX - Do Incremento Financeiro para a Realização de Procedimentos de Transplantes e o Processo de Doação de Órgãos (IFTDO) - da Portaria de consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Transplantes em cujo âmbito de atuação se encontram os estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida classificação de acordo com a complexidade tecnológica, aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

ESPÍRITO SANTO
NÍVEL C: 24.28

I - denominação: HOSPITAL EVANGELICO DE VILA VELHA.
II - CNPJ: 28.127.926/0001-61
III - CNES: 2494442
IV - endereço: Rua Venus, S/N, Bairro: Alecrim. Vila Velha/ES. CEP: 29118-06, PARANÁ

NÍVEL C: 24.28

I - denominação: POLICLINICA PATO BRANCO.
II - CNPJ: 12.651.010/0001-76
III - CNES: 0017868
IV - endereço: Rua Pedro Ramires de Mello, 361, Bairro: Centro - Pato Branco/PR - CEP: 85501-250.

I - denominação: HOSPITAL SAO VICENTE.
II - CNPJ: 81.190.449/0002-42
III - CNES: 3075516
IV - endereço: Avenida Vicente Machado, 401, Bairro: Centro - Curitiba/PR - CEP: 80420-010.

RIO GRANDE DO SUL
NÍVEL A: 24.26

I - denominação: HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE.
II - CNPJ: 87.020.517/0001-20
III - CNES: 2237601
IV - endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº 2350, Bairro: Santana, Porto Alegre/RS. CEP: 90035-90, SÃO PAULO

NÍVEL A: 24.26

I - denominação: HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO.
II - CNPJ: 57.722.118/0001-40
III - CNES: 2082187
IV - endereço: Campus Universitário, S/N, Bairro: Monte Alegre. Ribeirão Preto/SP. CEP: 14048-900.

I - denominação: HOSPITAL GRAACC INSTITUTO DE ONCOLOGIA PEDIATRICA IOP.
II - CNPJ: 67.185.694/0001-50
III - CNES: 2089696
IV - endereço: Rua Botucatu, 743, Bairro: Vila Clementino. São Paulo/SP. CEP: 04023-062.

I - denominação: HOSPITAL AMARAL CARVALHO JAU.
II - CNPJ: 50.753.755/0001-35
III - CNES: 2083086
IV - endereço: Rua Dona Silvéria, 150, Bairro: Chácara Braz Miraglia. Jau/SP. CEP: 17210-080.

NÍVEL D: 24.29

I - denominação: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA IDPC SAO PAULO.
II - CNPJ: 53.725.560/0001-70
III - CNES: 2088495
IV - endereço: Av. Dr. Dante Pazzanese, 500. Bairro: Ibirapuera, São Paulo/SP. CEP: 04012-180.

Art. 2º As classificações concedidas para os estabelecimentos de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 228 da Portaria de consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão validade pelo período de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 229 da Portaria de consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.239, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da entidade Viração Educomunicação, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 657/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.054475/2018-84, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da entidade Viração Educomunicação, CNPJ nº 11.228.471/0001-78, com sede em São Paulo (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.240, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Iacanga, com sede em Iacanga (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 655/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.092258/2018-92, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Iacanga, CNPJ nº 49.223.159/0001-64, com sede em Iacanga (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de dezembro de 2018 à 27 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.241, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Beneficente Hospitalar São Camilo, com sede em Peritiba (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 656/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.130754/2018-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Hospitalar São Camilo, CNPJ nº 78.478.559/0001-19, com sede em Peritiba (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 07 de outubro de 2018 à 06 de outubro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.245, DE 7 DE JULHO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Rio Grande do Sul, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que ; consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº. 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, por meio do Ofício Gab nº. 353/2018, de 16 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de Média e Alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado do Rio Grande do Sul, com base nas Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/RS ns°. 196, 197, 198, 220 todas de 22 junho 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Rio Grande do Sul fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	R$ 818.710.347,81
Fundos Municipais de Saúde	R$ 1.815.094.777,06
TOTAL	R$ 2.633.805.124,87

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 9ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.247, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, com sede em Goiânia (GO).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 647/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.129914/2018-10, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Goiania, CNPJ nº 01.619.790/0001-50, com sede em Goiania (GO).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de dezembro de 2018 à 28 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.248, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação de Assistência Social de Anápolis, com sede em Anápolis (GO).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 352/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.016413/2018-74, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Assistência Social de Anápolis, CNPJ nº 01.038.751/0001-60, com sede em Anápolis (GO).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 814/SAS/MS, de 6 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 116, de 19 de junho de 2018, Seção 1, página 79.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.249, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Central Centro Regional de tratamento e Recuperação do Alcoolismo, com sede em Lajeado (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 347/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.448268/2017-14, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Central Centro Regional de Tratamento e Recuperação do Alcoolismo, CNPJ nº 88.664.131/0001-14, com sede em Lajeado (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de março de 2016 à 13 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 763/SAS/MS, de 29 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 103, de 30 de maio de 2018, seção 1, página 96.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.250, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Lar Francisco de Assis, com sede em Casa Branca (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 669/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.432710/2017-82, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Lar Francisco de Assis, CNPJ nº 51.892.016/0001-97, com sede em Casa Branca (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.251, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Beneficente Rio Doce, com sede em Linhares (ES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 646/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.129922/2018-66, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Beneficente Rio Doce, CNPJ nº 27.836.329/0001-43, com sede em Linhares (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de agosto de 2018 à 24 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.252, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Doutor Lauro Costa Falcão, com sede em Riachão do Jacuípe (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 652/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.413511/2017-75, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Doutor Lauro Costa Falcão, CNPJ nº 05.502.504/0001-23, com sede em Riachão do Jacuípe (BA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 238, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 92/SGTES/MS, de 1 de abril de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 92/SGTES/MS, de 1 de abril de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALL,

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.040436/2017-19	MARICED LISMAY FULGUEIRAS ALCANTARA	3502903	SP	OSASCO

PORTARIA Nº 240, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALL,

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.435751/2017-21	NEYLA PINHEIRO CAVALCANTE	5200626	GO	APARECIDA DE GOIÂNIA

PORTARIA Nº 241, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALL

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
IVONNE DE ELBA PARDO HERNANDEZ	V984356-Q	4300637	25000.081475/2014-23

PORTARIA Nº 242, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 35/SGTES/MS, de 8 de fevereiro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 35/SGTES/MS, de 8 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALL

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.006711/2017-75	LISANDRA JIMENEZ PEREZ	5000263	MS	CORONEL SAPUCAIA
25000.005792/2017-96	LOURDES ESTRELLA PELLICER COLAS	5000264	MS	DEODÁPOLIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 243, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 270/SGTES/MS, de 14 de setembro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 270/SGTES/MS, de 14 de setembro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALL

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.422991/2017-65	YANARA CUESTA PEREZ	2902267	BA	CURAÇÁ

PORTARIA Nº 244, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 26/SGTES/MS, de 31 de janeiro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 26/SGTES/MS, de 31 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALL

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.006052/2017-77	KIRENIA CAMPOS SAMADA	3503941	SP	ARTUR NOGUEIRAS

Ministério da Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 121, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (Força Nacional) na Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018, na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; nos Convênios de Cooperação Federativa; resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional, em caráter episódico e planejado, durante as manifestações previstas para o mês de agosto de 2018, na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, na defesa dos bens e dos próprios da União, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico dos órgãos apoiados.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá o planejamento definido pelo Ministério da Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 122, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Delega a responsabilidade pela realização do concurso público para o cargo de policial rodoviário federal ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e a Lei n º 13.690, de 10 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Delegar a responsabilidade pela realização do concurso público para o cargo de policial rodoviário federal, autorizado pela Portaria nº 236, de 25 de julho de 2018, pulicada no D.O.U. nº 144 de 27 de julho de 2018, Seção 1 página 142, ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, a quem caberá dar cumprimento, devendo editar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários, de acordo com a disposições do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 4.294, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/50161 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINQUEDOS BANDEIRANTE S.A., CNPJ nº 61.068.557/0005-82 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.340, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/48432 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VALID SOLUÇÕES E SERV. DE SEG. EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A., CNPJ nº 33.113.309/0001-47 para atuar no Rio de Janeiro.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.380, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54404 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HHR JW RIO DE JANEIRO INVESTIMENTOS HOTELEIROS LTDA, CNPJ nº 12.575.480/0001-06 para atuar no Rio de Janeiro.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.507, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52397 - DPF/SOD/SP, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASS DOS PROPRIETARIOS DE IMOVEIS DO COND PQ RES COLINA DAS ESTRELAS, CNPJ nº 06.351.117/0001-04 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.517, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/58038 - DPF/SNM/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa OFENSIVA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 30.432.909/0001-80, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.540, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/47306 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRIPAL - FRIGORÍFICO PARAIBANO LTDA - EPP, CNPJ nº 08.821.355/0002-34 para atuar na Paraíba.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.541, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/47309 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRIGORIFICO FRANGO DOURADO LTDA - ME, CNPJ nº 03.750.630/0001-71 para atuar em Pernambuco.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.564, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/59123 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa LC SEGURANCA EIRELI - ME, CNPJ nº 26.752.174/0001-02, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.572, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/32677 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0054-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Escolta Armada, para atuar no Acre com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1149/2018 (CNPJ nº 43.035.146/0054-97) e nº 1738/2018 (CNPJ nº 43.035.146/0055-78).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 4.602, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/49596 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ONE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 27.542.283/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1746/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.626, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/45659 - DPF/SJE/SP, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VH-VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL-EIRELI-EPP, CNPJ nº 21.737.152/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1543/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.628, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54741 - DPF/PCA/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa RAIZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0121-84, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.639, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/60795 - DPF/PCA/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ACADEMIA MONTE CASTELO CURSO DE FORMAÇÃO, EXTENSÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES EIRELI ME, CNPJ nº 19.534.769/0001-18, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20000 (vinte mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
2000 (dois mil) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 770, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 115ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições, após análise dos registros e mecanismos de controle interno, relativos às DECLARAÇÕES DE CUMPRIMENTO vigentes, reguladas pela Resolução CONPORTOS nº 26, de 08 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 subsequente, DELIBERARAM pela realização de Auditorias no exercício de 2018, nas instalações portuárias, sediadas no território brasileiro, que tenham Plano de Segurança Pública Portuária aprovados pela CONPORTOS, na forma do Anexo que integra esta deliberação.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Pelo Ministério da Defesa
Marinha do Brasil

ERIC DO VAL LACERDA SOGOCIO
Pelo Ministério das Relações Exteriores

RAFAELA DIAS PIRES
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

ANEXO

PERÍODO	UF	INSTALAÇÃO PORTUÁRIA
08/10 a 11/10/2018	RS	- Yara Brasil - TRANSPETRO (TERIG) - Bunge Alimentos S/A
		- Tecon Rio Grande S/A - Braskem S/A
15/10 a 19/10/2018	SC	- Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS - Terminal Portuário de Itajaí S/A - TEPORTI
		- Terminal Santa Catarina S/A - TESC APM Terminals Itajaí S/A - Superintendência do Porto de Itajaí
22/10 a 31/10/2018	ES	- Flexibrás Tubos Flexíveis Ltda. - Hiper Export Terminais Retroportuários S/A - PEIU Sociedade de Propósito Específico SPE S/A - Terminal de Vila Velha S/A - TVV
		- Terminal Marítimo Alfandegado Privativo e de uso misto de Praia Mole - TPS Arcelomital Tubarão Comercial S/A - Terminal Marítimo Especializado de Barra do Riacho S/A - Portocel - Samarco Mineração S/A - Terminal Marítimo Privativo de Uso Misto de Ponta Ubu (TPU)
12/11 a 14/11/2018	BA	- TMA - Terminal Marítimo de Amônia (TRANSPETRO) - TMU - Terminal Marítimo de Uréia (TRANSPETRO)
20/11 a 29/11/2018	PA	- Jari Celulose Papel e Embalagens S/A - Convicon - Contêineres de Vila do Conde S/A
		- Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A - TA Miramar (TRANSPETRO) - Mineração Rio do Norte - S/A
03/12 a 05/12/2018	RJ	- Terminal de Contêineres MultiRio - Terminal de Veículos Multi-Car - Libra Terminal Rio S/A
10 a 18/12/2018	SP	- Dubai Ports World - DP World Santos (atual denominação da EMBRAPORT) - Brasil Terminal Portuário - BTP - Terminal 12A S/A - ADM do Brasil Ltda - Armazéns 39, XLI e XLIII
		- Elevações Portuárias S/A (atual denominação da RUMO Logística) - NST Terminais e Logística S/A - TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda - TEG - TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda - Terminal XXXIX de Santos S/A

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.203, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.000822/1998-18. Interessado: Editora Globo S.A. Objeto: Transferir da Infoglobo Comunicação e Participações S.A. para a Editora Globo S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.067.191/0001-60, a autorização para explorar a Usina Termelétrica (UTE) Globo, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.GN.RJ.001033-2.01.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.204, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003527/2014-95. Interessados: Rafitec S.A. Indústria e Comércio de Sacarias e PCH Águas do Rio Irani Energética Ltda. Objeto: Transfere para a empresa PCH Águas do Rio Irani Energética Ltda. a autorização da PCH Barra das Águas, cadastrado sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.035155-5.01.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.207, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº: 48500.003428/2015-94. Interessado: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT. Objeto: revogar a Resolução Autorizativa nº 6.208, de 21 de fevereiro de 2017, que autoriza a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT a implantar reforços nas Linhas de Transmissão 230 kV Manaus - Lechuga C1 e C2, terminal da Subestação Manaus, estabelece as parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e o prazo de execução dos reforços.

A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.214, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003291/2018-11 Interessada: Celg Distribuição S/A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Pires do Rio - Paineiras.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.215, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006321/2017-60. Interessada: Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES. Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Subestação Verona - implantação do TR2; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.765, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004891/2015-53, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética de Alagoas - Ceal e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra, a multa de R$ 4.688.315,17 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e quinze reais e dezessete centavos), a serem recolhidos conforme a legislação, imposta pelo Auto de Infração nº 43/2016-SFF, por infração relacionada à inadimplência com as obrigações intrassetoriais.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.766, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.001428/2017-11, decide não conhecer, haja vista a intempestividade, do Recurso Administrativo interposto pela Força e Luz Coronel Vivida Ltda. - Forcel contra o Auto de Infração nº 13/2018-SFE, em 2 de abril de 2018, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa de R$ 68.318,55 (sessenta e oito mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 0,3293% do faturamento da Concessionária, entre dezembro de 2016 e novembro de 2017.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.767, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005589/2017-84, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética de Pernambuco - Celpe e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra, a multa de R$ 395.790,62 (trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa reais e sessenta e dois centavos), a serem recolhidos conforme a legislação vigente, imposta pelo Auto de Infração nº 4/2015-ARPE-SFE, por infração relacionada ao descumprimento aos índices de qualidade do teleatendimento em 2014.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.768, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002045/2017-61, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, contra o Despacho nº 1.424, de 2017, emitido pela Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - SPE e, no mérito, dar-lhe provimento, para a) reconhecer R$ 6.379.434,12 (seis milhões, trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e doze centavos), investidos pela CTEEP no Projeto PD-0068-0031/2011, desde que comprovada a doação do equipamento adquirido e do software desenvolvido pelo Projeto ao Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo - IEE USP; b) estabelecer que a doação seja comprovada por documento enviado à SPE, com a lista dos itens valorados e o recibo de entrega validado pelo IEE-USP em até 90 dias após a data de publicação desta decisão.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.772, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002455/2017-10, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - Cteep em face no Despacho nº 2.487, de 15 de agosto de 2017, e, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.773, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003185/2011-61, decide conhecer do Requerimento Administrativo interposto pela Energisa Sul Sudeste, para suspensão da exigibilidade da multa, decorrente do Auto de Infração nº 107/2017 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, ratificada pelo Despacho da ANEEL nº 3.372, de 3 de outubro de 2017, que nega provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Empresa e, no mérito, negar-lhe provimento, pois se tratou de decisão adotada em última instância administrativa e não foi demonstrado fato novo nem ilegalidade no Processo que motivassem a reforma da decisão da ANEEL.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.774, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 48500.002007/2006-11 e 48500.002719/2006-11, decide conhecer do Requerimento Administrativo interposto pela Santa Helena Energia S.A. em face do Despacho nº 1.224, de 5 de junho de 2018, que não conhece, por intempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela Requerente em face do Despacho nº 117, de 18 de janeiro de 2018, emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, e, no mérito, i) anular o Despacho nº 1.224, de 2018; ii) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Santa Helena Energia S.A. em face do Despacho nº 117, de 2018, emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, e, no mérito, negar-lhe provimento, e iii) manter o Despacho nº 117, de 2018, que ratifica o N.A máximo normal de montante da PCH Ypê e o N.A normal de jusante da PCH Verde 08, previstos nos Estudos de Inventário Hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio dos Bois, afluente pela margem direita do rio Paranaíba, assim como nos respectivos Projetos Básicos, que correspondem à cota 494,60 m.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.782, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 48500.004407/2013-24, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Usina Rio Vermelho de Energia Ltda. em face do Despacho n° 741, de 3 de abril de 2018, que indefere o Requerimento Administrativo interposto pela Recorrente, para alterar o cronograma de implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Rio Natal I, localizada no município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina, e, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.785, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 48500.000965/2017-44, decide i) conhecer do Pedido de Reconsideração, com pedido de medida cautelar, interposto pela Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em face do Despacho nº 690, de 2018, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento e alterar o valor a ser deduzido da Receita Anual Permitida - RAP estabelecida no Contrato da XRTE, constante do Despacho nº 690, de 2018, de R$ 4.507.191,10 (quatro milhões, quinhentos e sete mil, cento e noventa e um reais e dez centavos) para R$ 4.446.578,89 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos), a preço de março de 2015; ii) não conhecer, por perda de objeto, do Pedido de Reconsideração, quanto ao pleito de Declaração de Utilidade Pública - DUP relativa à faixa de servidão da Linha de Transmissão 500 kV Terminal Rio - Nova Iguaçu, circuito duplo em 500 kV, e iii) determinar à Xingu Rio Transmissora de Energia S.A., em até 30 dias contados da publicação dessa decisão, encaminhar à ANEEL o termo aditivo ao contrato de concessão assinado, sob pena de revogação da Declaração de Utilidade Pública estabelecida na Resolução Autorizativa nº 7.001, de 24 de abril de 2018, e da decisão constante do Despacho nº 690, de 27 de março de 2018.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.786, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 48500.006357/2017-43, decide não alterar o parâmetro de estrutura de capital considerado no Anexo VI do Contrato de Concessão de Transmissão nº 8/2009, estabelecido no Edital de Leilão de Transmissão nº 8/2008.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.787, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.002799/2018-00, decide: (i) suspender por 12 (doze) meses, a contar do término do prazo hoje estabelecido, o prazo de atendimento aos requisitos de assistência local ininterrupta para as instalações estratégicas E1, E2 e U3 e de redundância de equipamentos e canais de dados para as instalações E3 e E4 que são somente teleassistidas, estabelecidos nos itens 5.4 e 5.5 da revisão 2016.12 do Submódulo 10.14 dos Procedimentos de Rede; e (ii) estabelecer novo prazo de 6 (seis) meses após o término da suspensão proposta para que sejam realizadas as devidas adequações caso o processo nº 48500.003618/2017-73 não seja concluído dentro do período de suspensão

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.804, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.003628/2017-17, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo solicitado por Furnas Centrais Elétricas S.A., Consórcio Uirapuru, Consórcio Santa Rosa, Consórcio Ventos de Angelim, Consórcio Arara Azul, Consórcio Bentevi, Consórcio Ouro Verde I, Consórcio Ouro Verde II, Consórcio Ouro Verde III e Consórcio Serra do Mel aos Despachos nº 1.655, 1.656, 1.657, 1.658, 1.659, 1.660, 1.661, 1.662, 1.663, 1.664 e 1.665, todos de 24 de julho de 2018, que aplicaram a penalidade de multa de 1% do valor do investimentos à usinas eólicas dos consórcios e suspendeu, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A. de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.831, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processos nº 48500.005688/2017-66, 48500.005689/2017-19 e 48500.005989/2017-90, decide declarar extinto os Processos, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista exaurida suas finalidades.

TIAGO DE BARROS CORREIA

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos de nº 1.655, 1.656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664 e 1665, todos de 24 de julho de 2018, com resumos publicados no D.O. n. 144, de 27 de julho de 2018, Seção 1, v. 155, página 164, constantes dos Processos nº 48500.000483/2014-41, 48500.000486/2014-85, 48500.003994/2013-34, 48500.000303/2014-21, 48500.000302/2014-87, 48500.003200/2014-13, 48500.003199/2014-27, 48500.003198/2014-82, 48500.000484/2014-96, 48500.000480/2014-16 e 48500.000481/2014-52 retificar o item i), que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Onde se lê: "i) aplicar, decorrente do atraso na implantação, multa total..., Leia-se: "i) aplicar multa total..."

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.603, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.007091/2010-80. Interessado: Black Suffolk Participações e Assessoria Ltda. Decisão: (i) aprovar os Estudos de Inventário do rio Taquarizinho e do seu afluente, o córrego Taquari-Mirim, integrantes da sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, no estado de Mato Grosso Sul, apresentados pela Black Suffolk Participações e Assessoria Ltda., e (ii) observar que essa empresa poderá exercer o direito de preferência preconizado na Resolução ANEEL nº 672, de 4 de agosto de 2015, referente ao aproveitamento PCH Baru, observado o prazo de 60 dias da publicação deste Despacho para solicitação do DRI e demais condições especificadas na Resolução Normativa nº 673/2015.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DE 2 DE AGOSTO DE 2018

Nº 1.740 - Processos nº 48500.002734/2017-75. Interessada: Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A. Decisão: (i) transferir da Alba Energia Ltda., para a Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A., o registro do recebimento do requerimento de outorga para a implantação e a exploração da UFV São Gonçalo 7, localizada no município de São Gonçalo do Gurguéia, no estado do Piauí; e (ii) alterar as coordenadas geográficas e a potência instalada do registro de requerimento de outorga.

Nº 1.741 - Processos nº 48500.002733/2017-21. Interessada: Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A. Decisão: (i) transferir da Alba Energia Ltda., para a Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A., o registro do recebimento do requerimento de outorga para a implantação e a exploração da UFV São Gonçalo 8, localizada no município de São Gonçalo do Gurguéia, no estado do Piauí; e (ii) alterar as coordenadas geográficas e a potência instalada do registro de requerimento de outorga.

Nº 1.742 - Processos nº 48500.002725/2017-84. Interessada: Enel Green Power Projetos 44 S.A. Decisão: (i) transferir da Alba Energia Ltda., para a Enel Green Power Projetos 44 S.A, o registro do recebimento do requerimento de outorga para a implantação e a exploração da UFV São Gonçalo 11, localizada no município de São Gonçalo do Gurguéia, no estado do Piauí; e (ii) alterar as coordenadas geográficas e a potência instalada do registro de requerimento de outorga.

Nº 1.743 - Processos nº 48500.002726/2017-29. Interessada: Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A. Decisão: (i) transferir da Alba Energia Ltda., para a Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A., o registro do recebimento do requerimento de outorga para a implantação e a exploração da UFV São Gonçalo 12, localizada no município de São Gonçalo do Gurguéia, no estado do Piauí; e (ii) alterar as coordenadas geográficas e a potência instalada do registro de requerimento de outorga.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.751, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.001675/2018-07. Interessado: Candelária Serviços de Eletricidade Ltda. Decisão: indeferir a solicitação formulada pela Candelária Serviços de Eletricidade Ltda. para emissão do DRI-PCH referente à PCH Matilde, localizada no rio Benevente, no estado de Espírito Santo, tendo em vista que o interessado deixou de apresentar toda a documentação exigida no art. 4° da Resolução Normativa nº 673, de 4 de agosto de 2015.

A íntegra destes Despachos constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.776, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.005633/2014-11. Interessado: OPTIGERA S.A. e VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH COR 80, com 20.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.035606-9.01, localizada no rio Corumbá, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Ipameri, Pires do Rio e Urutaí, estado de Goiás.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.788, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Processos nº 48500.003409/2018-19. Interessado: Atlantic Energias Renováveis S.A. Decisão: Autorizar a Atlantic Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.489.312/0001-27, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.802, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Processos nº 48500.003353/2018-94. Interessado: ORV Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a ORV Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.813.116/0001-21, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.803, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Processos nº 48500.003179/2011-11. Interessado: RBE Gestão Estratégica de Energia Ltda.. Decisão: Registrar a alteração de endereço da RBE Gestão Estratégica de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.338.734/0001-27, autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.819, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Processos nº 48500.001431/2017-35, 48500.001432/2017-80, 48500.001461/2017-41, 48500.001435/2017-13, 48500.001436/2017-68, 48500.001437/2017-11, 48500.001438/2017-57, 48500.001439/2017-00, 48500.001440/2017-26, 48500.001442/2017-15, 48500.001443/2017-60, 48500.001444/2017-12, 48500.001445/2017-59, 48500.001446/2017-01, 48500.001447/2017-48, 48500.001448/2017-92, 48500.001449/2017-37, 48500.001450/2017-61, 48500.001451/2017-14, 48500.001452/2017-51, 48500.001453/2017-03, 48500.001454/2017-40, 48500.001455/2017-94, 48500.001456/2017-39, 48500.001457/2017-83, 48500.001458/2017-28, 48500.001459/2017-72 e 48500.001460/2017-05. Interessado: Futura Energia e Holding Ltda. Decisão: Alterar, de 30.000 para 31.250 kW, a potência instalada das Centrais Geradoras Fotovoltaicas (UFV) Futura 1, Futura 2, Futura 3, Futura 4, Futura 5, Futura 6, Futura 7, Futura 8, Futura 9, Futura 10, Futura 11, Futura 12, Futura 13, Futura 14, Futura 15, Futura 16, Futura 17, Futura 18, Futura 19, Futura 20, Futura 21, Futura 22, Futura 23, Futura 24, Futura 25, Futura 26, Futura 27 e Futura 28, com Registro de Requerimento de Outorga conferido a Futura Energia e Holding Ltda., por meio do Despacho nº 959, de 4 de abril de 2017, localizadas no município de Juazeiro, estado da Bahia.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

RETIFICAÇÕES

Na íntegra do Despacho nº 3.662, de 30 de outubro de 2017, constante do Processo nº 48500.003139/2015-95, publicado resumo no DOU de 1º de novembro de 2017, seção 1, p. 63, v. 154, n. 210, onde se lê: "resolve homologar, conforme características definidas nas Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, os novos parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da UHE Tibagi Montante, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.032923-1.01, outorgada à Tibagi Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 23.080.281/0001-35, situada no rio Tibagi, bacia hidrográfica do rio Paraná, município de Tibagi, Estado do Paraná", leia-se: "resolve: (i) alterar (i.a) a potência instalada de 32.000 kW para 36.000 kW; (i.b) o número de unidades geradoras de 2 para 3 e (i.c) a potência de cada unidade geradora de 16.000kW para 12.000 kW, da UHE Tibagi Montante, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UHE.PH.PR.032923-1.01, localizada no município de Tibagi, Estado do Paraná, outorgada por meio da Portaria nº 486, de 20 de outubro de 2015, à Tibagi Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 23.080.281/0001-35, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 874, 10º Andar, sala 1006, Savassi, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e (ii) homologar, conforme características definidas nas Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, os novos parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da UHE Tibagi Montante". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

No resumo do Despacho nº 3.662, de 30 de outubro de 2017, do Processo nº 48500.003139/2015-95, publicado no DOU, de 1º de novembro de 2017, seção 1, p. 63, v. 154, n. 210, onde se lê: "homologar os novos parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da UHE Tibagi Montante, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.032923-1.01, outorgada à Tibagi Energia SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 23.080.281/0001-35, situada no rio Tibagi, bacia hidrográfica do rio Paraná, município de Tibagi, Estado do Paraná", leia-se: "(i) alterar (i.a) a potência instalada de 32.000 kW para 36.000 kW; (i.b) o número de unidades geradoras de 2 para 3 e (i.c) a potência de cada unidade geradora de 16.000kW para 12.000 kW, da UHE Tibagi Montante, cadastrada sob o CEG n° UHE.PH.PR.032923-1.01, localizada no município de Tibagi, Estado do Paraná, em favor da empresa Tibagi Energia SPE S.A, e (ii) homologar os novos parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da UHE Tibagi Montante". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.747, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de setembro de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (Código CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativos aos meses de julho e agosto de 2018; (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores do CVU de julho de 2018 para os patamares 1, 2 e 3 e do valor do CVU de agosto de 2018 para o patamar 4 a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e (iii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina no respectivo mês.

CVU [R$/MWh]

Patamar da usina	Julho/2018	Agosto/2018
Norte Fluminense 1	67,02	-
Norte Fluminense 2	78,04	-
Norte Fluminense 3	148,12	-
Norte Fluminense 4	-	402,74

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

DESPACHO Nº 1.806, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.004592/2015-19, decide aprovar o Custo Variável Unitário - CVU no valor de R$ 1.027,12/MWh (mil e vinte e sete reais e doze centavos), para aplicação no processo de contabilização do mês de julho de 2018 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com vistas ao ressarcimento dos custos variáveis à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte pela geração da UTE Araguaia (Código CEG: UTE.PE.MT.035090-7.01).

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 158/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
declara o DECAIMENTO do Alvará de Pesquisa(2044)
880.246/2013-LUIZ FERNANDO LACERDA SILVA-Alvará N°11.857/2015

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 171/2018/DF

Fase de Requerimento de Lavra
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
833.256/1995-BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
864.067/1996-INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
864.068/1996-INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
821.419/1998-MINERAÇÃO 3 ESTADOS LTDA. EPP
826.329/1999-CERAMICA INAJÁ LTDA
826.331/1999-CERAMICA INAJÁ LTDA
826.485/1999-CERAMICA INAJÁ LTDA
826.199/2000-EXTRABEL EXTRATIVA DE AREIA BETEL LTDA
815.306/2002-R3 TEXTEIS E PLASTICOS EIRELI
826.527/2005-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP
860.598/2006-MINERAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MINERAIS CAIAPÓ LTDA
860.832/2006-DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMELEIRA LTDA
862.157/2007-ANTONIO MENDES FERREIRA JUNIOR F.I
890.209/2007-PEDREIRA DE SURUÍ EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
826.357/2010-TOCANTINS ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
848.081/2011-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
848.083/2011-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
860.021/2011-ANTÔNIO SEBASTIÃO MENDES

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

RETIFICAÇÃO

Publicado no DOU nº 155 de 13/08/2018, Seção 1, Página 102 - SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS - Onde se lê: Relação nº 038/2018/MT - Leia-se: Relação nº 038/2018/AM.

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 35/2018/AL

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

844.049/2014-COSTA COMERCIO LTDA ME-Registro de Licença N° 012/2018 - Vencimento em 02/01/2019
844.040/2016-MANDACARU EXTRAÇÃO DE AREIA E COM. DE MAT. DE CONST. EM GERAL LTDA EPP-Registro de Licença N° 010/2018 - Vencimento em 18/11/2025
844.035/2017-D. DE OLIVEIRA SILVA CONSTRUÇÕES-Registro de Licença N° 013/2018 - Vencimento em 16/03/2027
844.080/2017-M. J. DA SILVA SANTOS COMÉRCIO ME-Registro de Licença N° 009/2018 - Vencimento em 04/04/2026
844.003/2018-LPEREIRA & CIA LTDA-Registro de Licença N° 011/2018 - Vencimento em 20/12/2020

BRUNO FEIJÓ TEIXEIRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 141/2018/BA

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
870.405/2017-CONSORCIO TORC VIA ENECON- Registro de Licença N° 23/2018-Registro de Licença nº 23/2018
871.417/2017-PIRBAHIANO INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- Registro de Licença N° 57/2018-Registro de licença nº 57/2018
870.511/2018-ADRIANO SOUZA DE JESUS 03346090539-Registro de Licença N° 51/2018-Registro de Licença nº 51/2018

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 10/2018/PB

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
846.150/2011-MANOEL ABDIAS SOARES- AI N°681/2018
846.261/2011-CONSTRUTORA METROPOLITAN LTDA-AI N°687/2018
846.319/2011-ALCIDES TRENTIN- AI N°688/2018

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 94/18/RN

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: ej Indústria de Bebidas Ltda Cpf/cnpj :09.207.939/0001-04 - Processo minerário: 276/60 - Processo de cobrança: 948136/18 Valor: R$.215.567,35
Titular: Inamar Indústria de Água Mineral Ltda me Cpf/cnpj :05.413.415/0001-00 - Processo minerário: 848014/01 - Processo de cobrança: 948139/18 Valor: R$.36.702,26

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 96/2018/RN

CONCESSÃO DE LAVRA (código 5.49):
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 948.115/2018.
Notificado nº: Nordeste Industria e Comércio de Águas Minerais Ltda.
CNPJ/CPF: 70.313.127/0001-46.
NFLDP nº: 24/2018.
Valor: R$ 80.293,04.

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 19/2018/RR

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
884.156/2014-MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA ROCHA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
884.055/2011-ROBERTO FERNANDES DA SILVA-OF. N°094/2018
884.018/2015-JAIRO MESQUITA DE LIMA-OF. N°080/2018
884.059/2017-RPM EXTRAÇÃO DE GRANITO LTDA-OF. N°062/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
884.083/2008-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA-Alvará n°16.563/2008 - Cessionario:884.051/2018-TANCREDO DA SILVA SANTOS- CPF ou CNPJ 803.791.762-20
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
884.069/2009-VALMIR PEREIRA DE MELO- Área de 99,32 para 10,63-GRANITO (BRITA)
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
884.115/2012-AMAZON'S WATER IND COM IMP E EXPORTAÇÃO LTDA ME-ÁGUA MINERAL

EUGÊNIO PACELLI TAVARES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 56/2018/SE

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
878.011/2016-ELOISA MARIA LIMA PRADO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.164/2011-SABE ALIMENTOS LTDA-OF. N°245/2018
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
878.064/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA - AI N°82/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
878.044/2000-PRODUTORA E EXPORTADORA DE MINERAIS E ALIMENTOS NOSSA SENHORA LTDA-OF. N°251/2018
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.079/2016-ANINGAS COMERCIO TRNSPORTE E SERVIÇOS LTDA- Registro de Licença N° 108/2016 - Vencimento em 11/06/2019
878.116/2016-ANINGAS COMERCIO TRNSPORTE E SERVIÇOS LTDA- Registro de Licença N° 109/2016 - Vencimento em 11/07/2019
878.002/2017-COMERCIAL DANTAS IRMAOS & EXTRAÇÕES LTDA ME- Registro de Licença N° 115/2017 - Vencimento em 20/06/2019
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
878.155/2007-GENIVALDO SANTOS SOUZA
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
878.047/2014-ALMEIDA & GERALCINO SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
878.113/2014-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°183/2018
878.118/2014-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°185/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
878.034/2018-MM MINERAÇÃO LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
878.038/2018-ELOISA MARIA LIMA PRADO

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 57/2018/SE

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
878.113/2014-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°183/2018-DOU de 10/05/2018
878.118/2014-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°185/2018-DOU de 10/05/2018

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 60/2018/SE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Cbc Construtora Batista Cavalcante - 878038/17, 878035/17, 878034/17, 878036/17

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 61/2018/SE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda - 878131/15 - A.I. 54/18
Mineração Jundu LTDA. - 878093/17 - A.I. 55/18, 878095/17 - A.I. 56/18

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Superintendente

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.390, DE 27 DE JULHO DE 2018(*)

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal,
CONSIDERANDO o parágrafo único do artigo 20 do Decreto-Lei 200;
CONSIDERANDO a necessidade de permanente aprimoramento e integração dos processos, controles, ferramentas, técnicas e tecnologias que suportam e sustentam as atividades de operação dos programas e benefícios previdenciários, assistenciais e sociais, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização do conhecimento e das informações quanto aos processos de concessão, manutenção e pagamento dos benefícios administrados pelo INSS, que possibilitem o processo assertivo de tomada de decisão e que deem condições para que as funções de planejamento, organização, controle e direção sejam executadas de maneira eficaz; e
CONSIDERANDO os avanços obtidos na melhoria da gestão e governança de programas sociais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada- BPC e o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade - PRBI, resolve:
Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, de caráter consultivo, com a finalidade de desenvolver mecanismos de aperfeiçoamento dos processos de governança dos benefícios administrados pelo INSS.
Art. 2º O GTI será constituído por:
I - um membro titular e um suplente das seguintes unidades do MDS:
a) Secretaria-Executiva;
b) Secretaria Nacional de Assistência Social;
c) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;
d) Assessoria Especial de Controle Interno.
II - um membro titular e um suplente das seguintes unidades da Diretoria de Benefícios - DIRBEN, do INSS:
a) Coordenação-Geral de Administração e Informações de Segurados;
b) Coordenação-Geral de Reconhecimento de Direitos;
c) Coordenação-Geral de Gerenciamento e Pagamento de Benefícios;
d) Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios.
§ 1º Poderão ser convidados a participar do Grupo de Trabalho representantes dos seguintes órgãos e entidades:
I - Do Ministério do Desenvolvimento Social:
a) Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
b) Consultoria Jurídica;
c) Diretoria de Tecnologia da Informação.
II - Do Instituto Nacional do Seguro Social:
a) Diretoria de Atendimento;
b) Procuradoria Federal Especializada;
c) Auditoria-Geral:
1 . Coordenação de Inteligência e Suporte em Auditoria.
III - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG;
IV - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;
V - Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda;
VI - Casa Civil da Presidência da República;
VII - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU;
VIII - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev.
§ 2º O Grupo de Trabalho poderá convidar para participar de suas atividades representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, bem como especialistas em assuntos relacionados ao tema, que possam contribuir com o cumprimento do disposto nesta Portaria.
§ 3º Os membros titulares e suplentes do GTI serão indicados por seus órgãos por meio de comunicação formal à Secretaria-Executiva do MDS, quem os designará.
§ 4º O exercício das funções pelos representantes do Grupo de Trabalho será considerado prestação de serviço público relevante, sem remuneração.
§ 5º As atribuições dos membros e colaborações dos convidados serão definidas ao serem iniciados os trabalhos do GTI.
Art. 3º A coordenação do GTI será realizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS.
Art. 4º O Grupo de Trabalho reunir-se-á com frequência quinzenal, sem prejuízo da possibilidade de sua coordenação estabelecer outro cronograma.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º A participação dos membros e convidados do MDS e do INSS ou suplentes, quando for o caso, é obrigatória em todas as reuniões, salvo se estiverem legalmente afastados, ou por expressa indicação da Coordenação deste GTI.

§2º As reuniões serão realizadas desde que presente a metade mais um do total de membros deste GTI, ou suplentes, quando for o caso.

Art. 5º O prazo para conclusão dos estudos e avaliações é de 120 dias, contados da publicação desta Portaria.

§ 1º Findo o prazo estabelecido no caput, o Grupo de Trabalho deverá apresentar relatório final em até 20 (vinte) dias, que conterá conclusões e propostas de ações.

§ 2º Além do relatório referido no parágrafo primeiro, deverão ser produzidos relatórios parciais bimestrais.

§ 3º A apuração das possíveis inconsistências cadastrais e de indícios de irregularidades, encontrados nos cruzamentos de dados realizados no âmbito do GTI, será realizada pelo órgão competente em prazo a ser definido pela Secretaria Executiva, não limitado ao termo definido para conclusão dos estudos e avaliações pelo GTI.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 145, de 30.07.2018, Seção 1, págs. 139 e 140, com incorreção do original.

DESPACHOS DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ALIANÇA BAYEUX FRANCO-BRASILEIRA

CNPJ: 22.690.582/0001-18

Município: Bayeux/PB

Processo nº: 71000.053477/2017-92

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CNPJ: 08.043.056/0001-35

Município: Altamira do Paraná/PR

Processo nº: 71000.035135/2017-91

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 183, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 35000.018557/1990-67. INTERESSADA: Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário.
ASSUNTO: Alienação do imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social que compõe o Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, situado na SQN 309, Bloco P, Apartamento 306, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal. MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 13/2018. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 17, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990; Decreto nº 99.266, de 28 de maio de 1990, e alterações posteriores; e Capítulo II do Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, aprovado pela Resolução nº 244/PRES/INSS, de 16 de outubro de 2016, e atualizado pelo Despacho Decisório nº 47/DIROFL/INSS, de 5 de junho de 2014. DECISÃO: 1. Considerando a sentença proferida nos autos do processo judicial nº 2006.34.00.038202-5, que tramita na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, e o Parecer de Força Executória nº 00005/2017/CPDT/PRF1R/PGF/ AGU, emitido pela Procuradoria Federal da 1ª Região (fls. 185); o Despacho Decisório Conjunto nº 10/PRES/DIROFL/INSS, de 9 de dezembro de 2016, publicado no BS nº 236, de mesma data, por meio do qual o Presidente do INSS, em conjunto com o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, autoriza a alienação de imóveis funcionais residenciais situados no Distrito Federal; a Cota nº 00071/2017/DPIM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, de 15 de agosto de 2017 (fls. 187); os despachos da Divisão de Manutenção e Engenharia de Avaliação (fls. 224/227 e 281), da Divisão de Patrimônio Imobiliário (fls. 337/338), da Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio (fls. 228 e 339); e tendo em vista a competência delegada no artigo 12, inciso VI, do Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e no artigo 76, inciso XVI, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MDS nº 414, de 28 de setembro de 2017; o Ofício nº 264/2018 (fls. 334/335), bem como a notificação do ocupante pela Portaria n° 04, de 08/01/2018, expedida pela Diretoria de Orçamento Finanças e Logística, RESCINDO o Termo de Ocupação relativo ao imóvel residencial funcional em tela, com efeitos a partir de 27/2/2018, RECONHEÇO o direito de preferência ao ocupante, e AUTORIZO a presente alienação por meio de Dispensa de Licitação. Assim, CONVALIDO os procedimentos adotados até o momento, ficando adjudicado o imóvel situado na SQN 309, Bloco P, Apartamento 306, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, inscrito no SGPIweb sob o nº 10087-23, registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, sob a matrícula n º 33262, em favor de Paulo César Nascimento Costa, CPF nº 345.820.707-44, pelo valor de R$ 740.000,00 (Setecentos e quarenta mil reais) a prazo, sendo a título de início de pagamento o valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) e o restante, correspondente ao valor de R$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais, parcelado, através da Caixa Econômica Federal, na forma da Lei nº 8.025/1990, em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais; em consequência, HOMOLOGO os procedimentos de alienação. 2. Publique-se. 3. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, para as demais providências pertinentes.

SIDNEI CICERO COTTET
Diretor

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere, a Resolução ANA nº 1.942, de 30/10/2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 711ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de agosto de 2018, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.058 - SADI POZZOBON, rio Negro, Município de BAGÉ/RS, irrigação.

Nº 1.061 - ANTONIO FERNANDO JUNQUEIRA DELLA TORRE, rio Urucuia, Município de BURITIS/MG, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas e seus Anexos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATO Nº 1.059, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30/10/2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 711ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de agosto de 2018, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e na Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1.305, de 20/11/2015, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos à:

Copel Geração e Transmissão S.A., rio Capivari, Municípios de Antonina, Campina Grande do Sul e Bocaiuva do Sul/PR, aproveitamento hidrelétrico Governador Pedro Viriato Parigot de Souza.

O inteiro teor da Outorga e seus Anexos I e II, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATO Nº 1.060, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 1.942, de 30/10/2017, e conforme o Regimento Interno, Resolução ANA nº 32, de 23/04/2018, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 711ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de agosto de 2018, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 131, de 11/03/2003, e nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos à:

São Roque Energética S.A., rio Canoas, Municípios de Vargem e São José do Cerrito/SC, aproveitamento hidroelétrico.

O inteiro teor da Outorga e seu Anexo I, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 112, III, VI, IX e X do Regimento Interno aprovado pelo anexo I da Resolução nº 32, de 23 de abril de 2018, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 711ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2018, com fundamento no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, decidiu:

Art. 1º Delegar competência ao Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, e, nos seus afastamentos e impedimentos, e na vacância do cargo, ao Superintendente Adjunto, para:

I - autorizar a abertura, homologar, revogar, anular, adjudicar o objeto da licitação ao vencedor nos procedimentos licitatórios destinados à aquisição de bens ou contratação de serviços, cujo valor estimado não ultrapasse os valores estabelecidos na alínea "a" dos incisos I e II do caput do art. 23, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018;

II - dispensar licitação para a aquisição de bens ou contratação de serviços, com fundamento nos arts. 17, 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, cujo valor não ultrapasse aqueles do inciso I;

III - assinar a dispensa ou declaração de inexigibilidade de licitação quando o valor ultrapassar aqueles previstos no inciso I, desde que a contratação seja previamente aprovada pela Diretoria Colegiada;

IV - assinar os contratos administrativos no âmbito da Agência, decorrentes de quaisquer licitações realizadas ou resultantes de dispensa de licitação, com fundamento nos arts. 17, 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993;

V - aprovar e assinar termo aditivo contratual:

a)que não envolva o aporte de recursos financeiros adicionais;

b)em contratos administrativos cujo valor total não ultrapasse o estabelecido no inciso I;

c)em contratos administrativos decorrentes de dispensa de licitação, com fundamento nos arts. 17, 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, quando o valor total não ultrapasse o inciso I; e

d)previamente autorizado pela Diretoria Colegiada.

VI - efetuar apostilamento em contratos administrativos, com base no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993;

VII - designar pregoeiro e nomear membros da Comissão Permanente de Licitação;

VIII - decidir os recursos contra atos do pregoeiro e da Comissão Permanente de Licitação;

IX - inabilitar temporariamente fornecedor inadimplente, suspendendo a sua participação em licitação promovida pela Agência e impedindo a sua contratação enquanto subsistir a situação de irregularidade;

X - promover a articulação com os órgãos centrais e setoriais dos sistemas federais, no âmbito de sua atuação;

XI - designar membros de comissão de alienação de bens patrimoniais; e

XII - apresentar as justificativas de que trata o art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.450, de 2005, nos casos de não utilização do pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns.

Parágrafo único. A inexigibilidade e as dispensas de licitação, excetuadas aquelas do art. 24, I e II da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser submetidas, dentro de três dias, contados da assinatura, a apreciação da Diretora-Presidente, para ratificação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 72, de 14 de março de 2011.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Altera o § 1º do artigo 76 da Instrução Normativa n. º 6, de 15 de fevereiro de 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), nomeada pelo Decreto de 2 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V do artigo 23 do Anexo I do Decreto n.º 8.973, de 24 de janeiro de 2017, e o artigo 130 do Anexo I da Portaria IBAMA n.º 14, de 29 de junho de 2017, que aprova o Regimento Interno do Instituto, e considerando o que consta dos processos administrativos nº 02001.001149/2018-69 e nº 02001.007345/2018-477, resolve:

Art. 1º Alterar o § 1º do art. 76 da Instrução Normativa n. º 6, de 15 de fevereiro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76. .....

§ 1º O autuado deverá manifestar interesse pela conversão em até 240 (duzentos e quarenta) dias da data de publicação desta Instrução Normativa, indicando a opção pela modalidade direta ou indireta, independentemente da apresentação de projeto, em documento dirigido à autoridade competente para julgamento do auto de infração ou recurso hierárquico.

..... (NR).

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua aplicação.

SUELY ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL
CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - SISTEMA BNDES - 1º SEMESTRE DE 2018

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração do Sistema BNDES relativo ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o cenário internacional, que vinha mostrando um quadro bastante favorável para os países emergentes, apresentou sinais de reversão. Desde o final de abril, observou-se um movimento de aumento de risco e depreciação das moedas emergentes, com alguns casos mais extremos, destacando-se o da Argentina, mas também o da Turquia e o do Brasil. Um dos principais determinantes desse movimento é a evolução da política monetária norte-americana, que vem se tornando progressivamente mais restritiva. Já foram duas elevações da taxa básica neste primeiro semestre, com provavelmente mais duas no segundo semestre.

No Brasil, o cenário macroeconômico caracterizou-se, ao longo do primeiro semestre, pela perda de ritmo da recuperação da atividade econômica. Esse movimento, que já vinha ocorrendo nos primeiros meses do ano, foi potencializado pela greve dos caminhoneiros, ocorrida no final de maio, consistindo em um forte choque negativo em várias dimensões, como produção, expectativas, inflação e contas públicas. Nesse sentido, as expectativas para o PIB de 2018, que já vinham sendo revisadas para baixo, ganharam um novo impulso de queda, se aproximando de 1,5% e distantes dos 3,0% atingidos no início do ano.

A taxa de desemprego continuou em queda em relação ao mesmo período do ano anterior, mas ainda mostra um quadro bastante negativo. Segundo os dados de maio de 2018, a taxa de desemprego estava em 12,7%, ante 13,3% em maio de 2017. A maioria dos empregos gerados neste intervalo veio do setor informal. O aumento do rendimento real, que vinha elevando a massa salarial em 2017, continua ocorrendo, mas com perda de ritmo nos últimos meses. A recuperação do mercado de trabalho deverá continuar lenta, em linha com o que acontece com a atividade em geral.

A inflação corrente, cuja dinâmica vinha se destacando positivamente, foi bastante prejudicada pela greve dos caminhoneiros. Além disso, os efeitos da depreciação cambial também fizeram com que as expectativas de inflação subissem, principalmente para 2018. Assim, embora a inflação dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços) continue bem comportada, o Banco Central adotou uma postura mais cautelosa e interrompeu o ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016. Além disso, passou a atuar mais ativamente no mercado de câmbio, especialmente por meio de derivativos.

No cenário fiscal, a discussão da Reforma da Previdência saiu do centro das atenções e deverá ficar para 2019, elevando o risco de descumprimento do teto de gastos em um ou dois anos. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal continua a se recuperar, mas as despesas seguem pressionadas, sobretudo por gastos com aposentadorias. A dívida bruta do governo geral vem batendo sucessivos recordes históricos, tendo alcançado 77% do PIB em maio de 2018.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial. Ao fim de maio, o superávit se mantinha próximo a US$ 60 bilhões. Os investimentos diretos no país, apesar de redução recente, são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tornando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

Este contexto macroeconômico de lenta recuperação continua influenciando os indicadores de desempenho do BNDES. Os desembolsos do Banco acumularam R$ 27,8 bilhões no primeiro semestre de 2018, uma contração nominal de 17% frente ao mesmo período em 2017. O destaque positivo no semestre foram os desembolsos para infraestrutura, no valor de R$ 11,0 bilhões, 40% do total, e com queda nominal de apenas 9% em relação ao primeiro semestre de 2017.

2. DESTAQUES DO SEMESTRE

2.1.Prêmios

Troféu Brasil Expodireto

O BNDES recebeu o Troféu Brasil Expodireto na categoria "Instituição de Crédito" em reconhecimento de sua atuação no fortalecimento e desenvolvimento do agronegócio.

2.2. Memorandos, Acordos e Parcerias

Acordo de Cooperação com a Fecomércio-SP

Assinatura de acordo de cooperação entre o BNDES e a Fecomércio-SP para promoção do acesso das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) às linhas de financiamento do BNDES, onde as duas partes se comprometem a divulgar políticas e formas de atuação do BNDES, bem como compartilhar informações para aprimoramento das políticas operacionais e processos do Banco.

Acordo de Cooperação Técnica e Financeira sobre Gestão da Ética

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, com a interveniência da Comissão de Ética Pública (CEP) do Governo Federal. Para informações sobre o Acordo, vide a seção 8 – "Gestão de Ética".

Acordo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)

Assinatura de memorando de entendimento para promoção de estudos e mecanismos financeiros que contribuam para a melhora do setor de infraestrutura do Brasil. O acordo permite também a criação de linhas de crédito conjuntas e o intercâmbio constante de experiências entre as instituições.

Memorando de Entendimento com o *KfW Development Bank*

O memorando busca promover a cooperação entre as duas instituições no aprimoramento do software *TruBudget*, baseado na tecnologia *Blockchain* e desenvolvido pelo KfW para aprimorar a transparência e a eficiência no uso de recursos públicos.

Acordo BNDES-Sebrae

Celebração de parceria com ações de acesso a financiamento, de garantia de crédito e de orientação empresarial que visa beneficiar até 280 mil empresas de pequeno porte. Uma das principais ações é viabilizar parcerias com as *fintechs* com vistas a agilizar a concessão de empréstimos com recursos do BNDES.

2.3. Gestão

Aprovação do Plano de Implementação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA) para o triênio 2018-2020

Aprovação pelo Conselho de Administração da PRSA do BNDES para o triênio 2018-2020, que dá continuidade e amplia o trabalho iniciado em 2015, após a publicação da Resolução 4.327 do Conselho Monetário Nacional, que estabelece as diretrizes para a implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental das instituições financeiras. A nova pauta de trabalho prioriza o fortalecimento da gestão de riscos socioambientais no BNDES e a ampliação da transparência e do engajamento com a sociedade. Entre as novidades, destacam-se a incorporação de desafios e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Mudança na Presidência

Em abril de 2018, o economista Dyogo Oliveira assumiu a presidência do BNDES no lugar do economista Paulo Rabello de Castro.

Mudança na Diretoria

A partir de abril de 2018, o colegiado passou a ser composto por seis membros, dois a menos que no formato anterior.

Liquidação antecipada de dívida com o Tesouro Nacional

Em 29 de junho foram liquidados antecipadamente R$ 30 bilhões em contratos de dívida com o Tesouro Nacional. Para informações sobre a dívida com o Tesouro, vide a seção 5 – "Desempenho Econômico-Financeiro/Fontes de Recursos/Tesouro Nacional (Repasses e Instrumentos Elegíveis a Capital Principal").

BNDES recebeu nota 9,48 em Índice de Governança de Estatais

O BNDES manteve a nota 9,48 no Índice de Governança das Estatais (IG-Sest). Nesta segunda certificação do indicador, em maio de 2018, a média das empresas estatais federais foi de 6,93. O Banco atendeu a 98% dos requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade das Estatais e recebeu nota 10 em gestão, controle e auditoria. Conselhos, comitês e diretorias também levaram nota máxima.

Primeira Emissão de Letras Financeiras pelo BNDES

Emissão de R$ 1,7 bilhão em Letras Financeiras em maio de 2018, um novo instrumento de captação bancária na carteira da Instituição para gerenciamento de seu fluxo de caixa. Para informações sobre a emissão, vide seção 5 – "Desempenho Econômico-Financeiro/Fontes de Recursos/Letras Financeiras".

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Política Operacional

No primeiro semestre de 2018 deu-se continuidade à estruturação das Políticas Operacionais do Sistema BNDES à luz do cenário da recente introdução da Taxa de Longo Prazo (TLP) como taxa referencial para os financiamentos do BNDES, o que demandou uma reflexão mais ativa acerca do mercado de crédito no Brasil, das necessidades de desenvolvimento do País e do papel estratégico do BNDES.

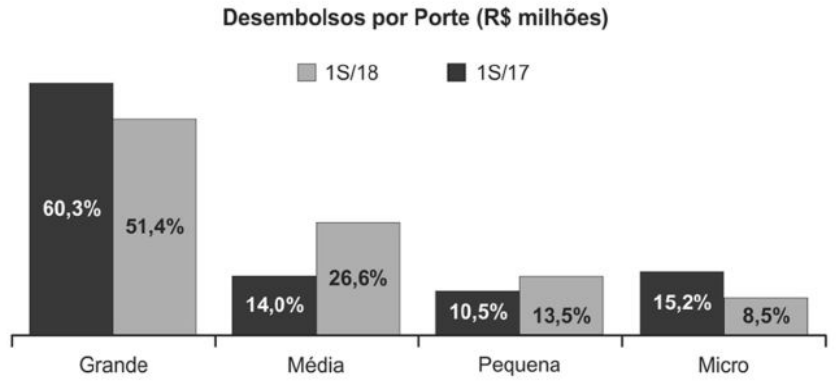
Nesse contexto, considerou-se como essencial para a atuação do BNDES a revisão do seu posicionamento de mercado. A partir da constatação de que clientes diferentes possuem necessidades diferentes, buscou-se listar elementos de diferenciação, dentre os quais, destacam-se: prazo total do financiamento, participação nos investimentos, taxa total de juros (*spread* básico e de risco), dentre outros.

Em relação a prazos, foram estabelecidos quatro limites máximos (34, 24, 20 e 5 anos), de acordo com as práticas e necessidades observadas no mercado. Projetos relacionados a saneamento, por exemplo, terão prazo máximo de 34 anos, enquanto projetos de geração de energia, 24 anos. No limite inferior de 5 anos, encontra-se o apoio a capital de giro.

No tocante à participação máxima do BNDES, para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), a participação é de até 100% em todas as linhas, enquanto para grandes empresas é de até 60% (Linha Padrão) e de até 80% (Linha Incentivada) do total do projeto.

A partir de análises de sensibilidade a juros e de impacto no desenvolvimento dos diferentes segmentos das Políticas Operacionais, foram estabelecidas quatro faixas de remuneração básica do BNDES (*spread* básico): 0,9%, 1,3%, 1,7% e 2,1% em que o menor *spread* refere-se a segmentos considerados com altas sensibilidade e impacto. Em um nível ligeiramente inferior, com 1,3% a.a. de *spread*, estão as operações com alta sensibilidade mas baixo impacto e baixa sensibilidade mas alto impacto. O *spread* de 1,7% ficou restrito a algumas linhas relacionadas a comércio e serviços. Aos demais casos, de operações com baixa sensibilidade e baixo impacto, é aplicado *spread* de 2,1% a.a.

3.2. Perfil dos Desembolsos



* O percentual alocado por porte foi calculado com base no volume de desembolsos realizados em R$ milhões.

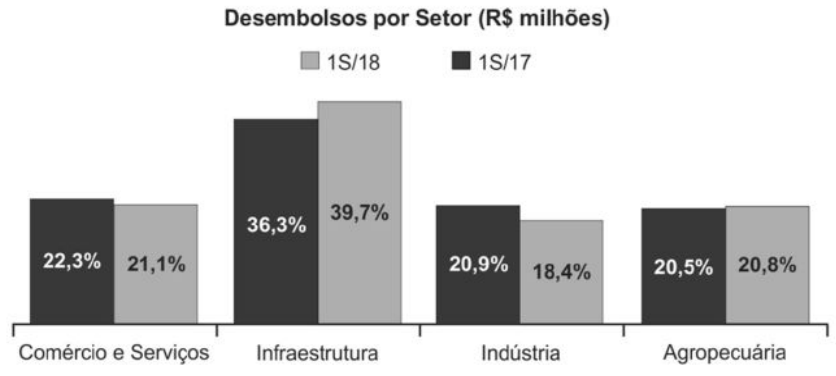
Classificação por porte*:
Micro: menor ou igual a R$ 360 mil
Pequena: maior que R$ 360 mil e menor ou igual a R$ 3,6 milhões
Média: maior que R$ 3,6 milhões e menor ou igual a R$ 300 milhões
Grande: maior que R$ 300 milhões
* Classificação conforme a receita operacional bruta anual de clientes pessoas jurídicas ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas.

Conforme mencionado no item 1, os desembolsos do Banco no primeiro semestre de 2018 acumularam R$ 27,8 bilhões.

A classificação de acordo com o porte do cliente permite ao BNDES uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, considerado prioritário pelo BNDES, oferece condições especiais para facilitar o acesso destas empresas a crédito.

O número de operações alcançou 133.965 no primeiro semestre de 2018, uma redução de 27,0% diante das 183.423 operações realizadas no primeiro semestre de 2017.

As operações com grandes empresas caíram 50,0% entre os semestres, seguidas das quedas de 44,6% das operações com micro empresas e de 4,6% das operações com pequenas empresas. Por outro lado, as operações com médias empresas apresentaram crescimento de 0,3%.

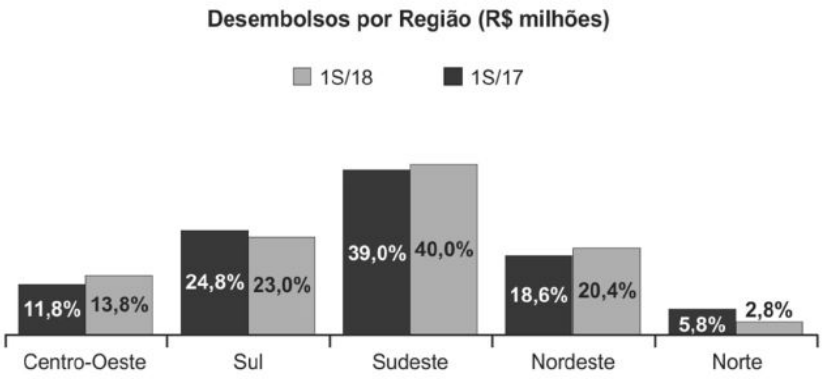


* O percentual alocado por setor foi calculado com base no volume de desembolsos realizados em R$ milhões.

No primeiro semestre de 2018, destacam-se, no setor industrial, os desembolsos aos segmentos de material de transporte (42,7%) e, no setor de infraestrutura os segmentos de transporte* (55,5%) e energia elétrica (37,0%).
*Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiro), aquaviário, aéreo, metroviário e ferroviário, e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

(continua)

(continuação)



* O percentual alocado por região foi calculado com base no volume de desembolsos realizados em R$ milhões.

No primeiro semestre de 2018, destaque, em suas respectivas regiões, para os Estados do Mato Grosso (36,1%), Paraná (38,8%), São Paulo (59,4%), Bahia (39,0%) e Pará (32,9%).

4. FINANCIAMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da Matriz Insumo-Produto de 2005 divulgados pelo IBGE. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e
- emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

Emprego Gerado ou Mantido na Implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES

(desembolsos e aumento de demanda final em R$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período [1]	Desembolso	Aumento de demanda final [2]	Emprego		
			Direto	Indireto	Total
1S17	33.515	26.806	309	228	537
1S18	27.757	22.510	252	192	444

Fontes: BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

[1] Os valores publicados no primeiro semestre de 2017 sofreram alterações ao longo do ano devido à atualização do índice de preços, que ocorre normalmente até o encerramento do exercício.

[2] Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

No primeiro semestre de 2018, os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R$ 27,7 bilhões e representaram cerca de R$ 22,5 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 444 mil. A queda de 17% desse indicador em relação ao resultado do primeiro semestre de 2017 (537 mil) reflete a queda de mesma proporção no volume desembolsado pelo BNDES no mesmo período de comparação (17% em termos nominais).

Em relação à composição por tipo de emprego, a primeira metade de 2018 apresentou resultados similares ao mesmo período de 2017, com 57% compostos por empregos diretos e 43% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia caiu ligeiramente, de 20 em 2017 para 19,7 em 2018, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas.

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: (i) construção civil; (ii) comércio; (iii) agricultura, silvicultura e exploração florestal; (iv) pecuária e pesca; (v) serviços prestados às empresas; (vi) máquinas e equipamentos; e (vii) transporte, armazenagem e correio. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, no primeiro semestre de 2018, a cerca de 74% do total estimado para os recursos do BNDES[1].

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Sistema BNDES registrou lucro líquido de R$ 4.760 milhões no primeiro semestre de 2018, o que representou um crescimento de R$ 3.415 milhões (253,9%) diante do mesmo semestre de 2017.

O crescimento do lucro líquido entre os semestres foi influenciado, principalmente, por: (i) redução de 98,3% da despesa com provisão para risco de crédito, que passou de R$ 4.769 milhões em 2017 para R$ 81 milhões em 2018; e (ii) crescimento de 189,3% do resultado com participações societárias, que passou de R$ 1.418 milhões em 2017 para R$ 4.102 milhões em 2018. Esses fatores atenuaram os efeitos negativos da queda de 21,6% do produto de intermediação financeira, que passou de R$ 8.338 milhões em 2017 para R$ 6.534 milhões em 2018.

O ativo total alcançou R$ 834.461 milhões em 30/6/18, uma redução de R$ 33.056 milhões (3,8%) no semestre, provocada principalmente pelo pagamento antecipado de R$ 60.135 milhões em dívida com o Tesouro Nacional. A carteira de crédito e repasses, que representa 62,2% dos ativos totais em 30/6/18, registrou declínio de R$ 29.107 milhões (5,3%) no semestre em razão do volume superior de liquidações de operações frente aos desembolsos.

Em relação às fontes de recursos, Tesouro Nacional e FAT/PIS-Pasep respondem por 44,1% e 33,7% do passivo total em 30/6/18, respectivamente. No semestre o BNDES captou R$ 1.700 milhões em Letras Financeiras na primeira emissão desse título em sua história.

O crescimento de R$ 8.651 milhões (13,8%) do patrimônio líquido no semestre decorreu, principalmente, do lucro líquido semestral (R$ 4.760 milhões) e do ajuste positivo de avaliação patrimonial, líquido de tributos, de R$ 3.891 milhões.

O capital social alcançou R$ 44.699 milhões em 30/6/18 com a incorporação integral (R$ 2.350 milhões) da reserva para aumento de capital.

O crescimento do lucro líquido impulsionou a melhora da rentabilidade dos ativos e do patrimônio líquido, sendo a rentabilidade dos ativos positivamente influenciada também pela redução dos ativos.

[1] Ao contrário do modelo anterior, onde os setores impactados pelos projetos eram estimados com base nos usos dos Quadros de Usos e Fontes para projetos de Finem e nos setores dos fabricantes de bens de capital, o modelo atual utiliza uma Matriz de Absorção de Investimentos, que distribui o investimento fixo setorial em demanda média por produtos da Formação Bruta de Capital Fixo.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001 1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

5.1 Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado (R$ milhões)	1S18	1S17	Δ (%)
Lucro Líquido	4.760	1.345	253,9
Produto da Intermediação Financeira	6.534	8.338	(21,6)
Provisão para Risco de Crédito	(81)	(4.769)	(98,3)
Participações Societárias	4.102	1.418	189,3
Despesas Tributárias [1]	(4.864)	(2.266)	114,7
Outras Despesas, líquidas	(931)	(1.376)	(32,3)

Posição Financeira (R$ milhões)	30/06/2018	31/12/2017	Δ (%)	30/06/2018	30/06/2017	Δ (%)
Ativo Total	834.461	867.517	(3,8)	834.461	883.640	(5,6)
Carteira de Crédito e Repasses, líquida	518.930	548.037	(5,3)	518.930	583.082	(11,0)
Títulos e Valores Mobiliários [2]	88.398	85.976	2,8	88.398	103.435	(14,5)
Participações Societária	85.501	81.672	4,7	85.501	70.070	22,0
Sociedades Não Coligadas	70.269	66.777	5,2	70.269	55.304	27,1
Sociedades Coligadas	13.491	13.244	1,9	13.491	13.166	2,5
Fundos de Investimentos em Participações	1.741	1.651	5,5	1.741	1.600	8,8
Créditos perante o Tesouro Nacional	3.334	4.027	(17,2)	3.334	4.713	(29,3)
Disponibilidades	103.602	112.549	(7,9)	103.602	86.669	19,5
Outros Ativos	34.696	35.257	(1,6)	34.696	35.670	(2,7)
Passivo Total	834.461	867.517	(3,8)	834.461	883.640	(5,6)
Recursos de Terceiros	762.974	804.681	(5,2)	762.974	833.470	(8,5)
Tesouro Nacional [3]	367.721	415.988	(11,6)	367.721	452.672	(18,8)
FAT/PIS-PASEP	281.514	277.949	1,3	281.514	276.792	1,7
Outras Fontes Governamentais	32.434	30.338	6,9	32.434	30.219	7,3
Captações Externas	42.708	39.857	7,2	42.708	41.994	1,7
Debêntures BNDESPAR	1.876	1.891	(0,8)	1.876	1.823	2,9
Letras Financeiras	1.711	–	–	1.711	–	–
Outras Obrigações	35.010	38.658	(9,4)	35.010	29.970	16,8
Patrimônio Líquido (PL)	71.487	62.836	13,8	71.487	50.170	42,5
PL/AT	8,57%	7,24%	18,3	8,57%	5,68%	50,9

Limites Prudenciais (%)	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Índice de Basileia	29,2%	27,5%	29,2%	22,7%
Índice de Capital Principal	19,4%	18,3%	19,4%	15,2%
Índice de Capital Nível [1]	19,4%	18,3%	19,4%	15,2%

Crédito (%)	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Índice de Inadimplência (30 dias) [4]	2,36%	2,12%	2,36%	2,45%
Índice de Inadimplência (90 dias) [4]	1,45%	2,08%	1,45%	2,15%
Provisão / Carteira de Créd e Repasses	2,43%	2,27%	2,43%	2,85%
Índice de Cobertura (30 dias) [5 6]	103,0%	107,0%	103,0%	116,6%
Índice de Cobertura (90 dias) [5 6]	167,0%	109,3%	167,0%	132,6%
Índice de Renegociação [7]	4,80%	3,62%	4,80%	5,78%

Rentabilidade (%) [8]	1S18	1S17
Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio)	1,15%	0,31%
Retorno s/ PL (LL / PLmédio)	18,27%	5,92%

[1] Inclui tributos sobre o lucro.

[2] Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".

[3] Inclui repasses e instrumentos elegíveis a capital principal.

[4] Créditos inadimplentes/carteira total

[5] Provisão/Créditos inadimplentes

[6] Ajuste dos índices de 30/06/2017 divulgados no Relatório semestral de 2017.

[7] Créditos renegociados nos últimos 12 meses / carteira total.

[8] O cálculo dos retornos considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos o ajustes a valor justos das participações em sociedades não coligadas, líquido de efeitos tributários no caso do retorno s/ PL.

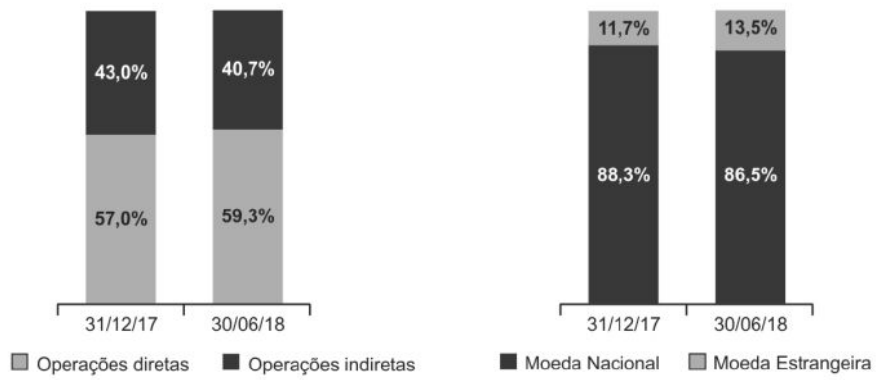
5.2. Posição Financeira

Operações de Crédito e Repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, designadas operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, designadas operações de repasses. A carteira de operações de crédito e repasses totalizou R$ 531.828 milhões em 30/6/18, que líquida de provisão para risco de crédito, no montante de R$ 12.898 milhões, respondeu por 62,2% do ativo total na mesma data.

A redução de R$ 29.107 milhões (5,3%) da carteira líquida no semestre foi influenciada pelas liquidações das operações, que superaram em R$ 56.671 milhões os desembolsos no semestre, parcialmente atenuada pelo crescimento da carteira em moeda estrangeira provocado pela valorização do Dólar.

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses



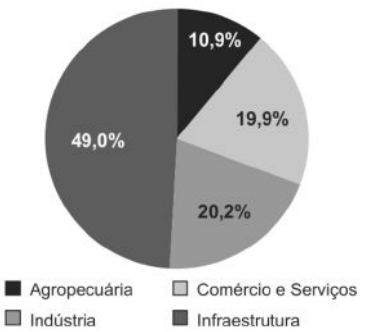
Sobre as operações de repasses não é cobrado *spread* de risco, mas sim uma taxa de intermediação financeira de 0,23%. Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.

TJLP e Dólar norte-americanos são os principais indexadores da carteira de crédito, respondendo, respectivamente, por 93,9% da carteira em moeda nacional* e 95,7% da carteira em moeda estrangeira em 30/06/18.

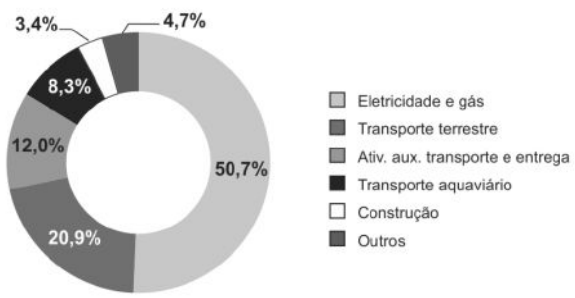
*Inclui operações equalizadas pelo TN.

Carteira Bruta de Crédito e Repasses por Setor

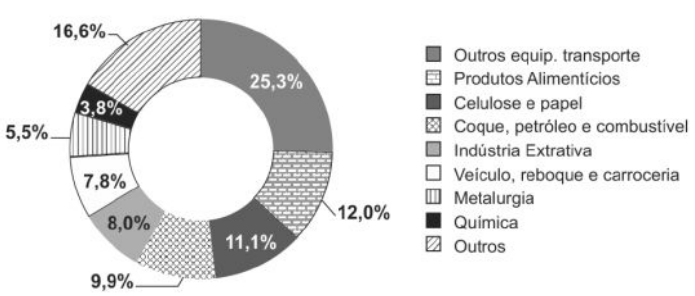
Distribuição por Setor



Infraestrutura

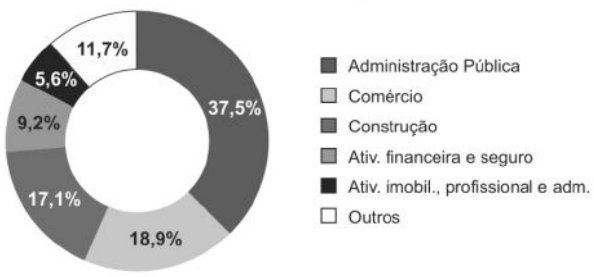


Indústria



(continua)

(continuação)



Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar sua gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível. Em 30/6/18, a provisão para risco de crédito atintigu R$ 12.898 milhões, mantendo-se no mesmo patamar de 31/12/17.

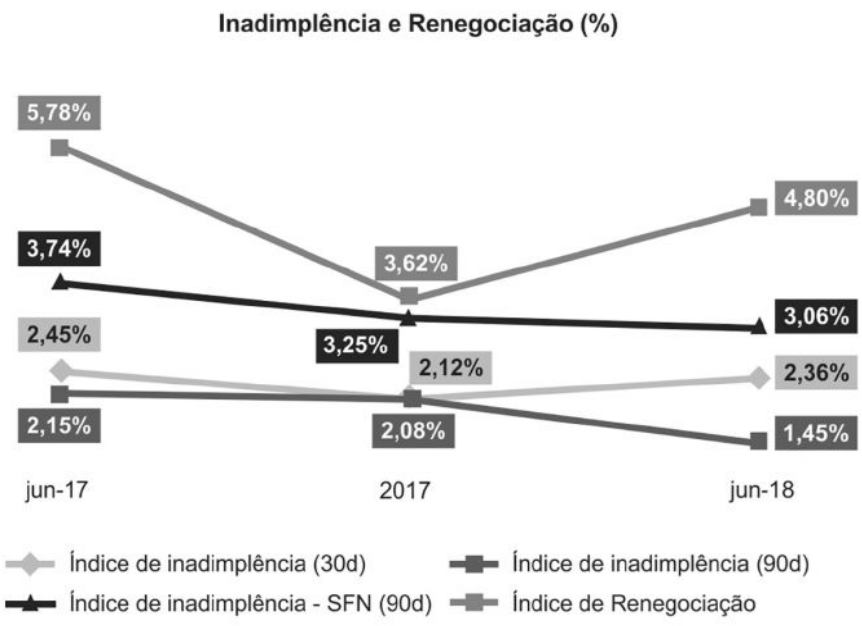
O índice de cobertura, "colchão" que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes (30 dias), atingiu 103,0% em 30/6/18, mantendo-se no mesmo patamar de 31/12/17 (107,0%).

Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses
30 de junho de 2018

Níveis de Risco	Sistema BNDES	SFN [1 2 3]	Instituições Financeiras Privadas [2 3]	Instituições Financeiras Públicas [2 3]
AA - C	95,7%	90,2%	89,4%	90,8%
D - G	3,9%	6,7%	6,8%	6,7%
H	0,4%	3,1%	3,8%	2,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

[1] Sistema Financeiro Nacional
[2] Fonte: BACEN
[3] Em 31 de março de 2018. Última informação disponivel.

Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 95,7% da carteira total em 30/6/18 (95,8% em 31/12/17), posição superior à média de 90,2% do SFN em 31/3/18.



O índice de inadimplência do BNDES mantém-se abaixo do índice do SFN, refletindo a gestão e a qualidade da carteira de crédito e repasses, a consistência das políticas operacionais e, sobretudo, o papel do BNDES como banco de desenvolvimento: a concessão de financiamento com taxas de juros e prazos compatíveis aos projetos de longa maturação. O índice de inadimplência do BNDES é inferior ao índice de inadimplência do SFN em todos os períodos apresentados no gráfico acima.

Desconsideradas as operações com garantia integral da União, o índice de inadimplência do BNDES passaria para 1,83% (30 dias) e 0,31% (90 dias) em 30/6/18.

O crescimento do índice de renegociação no semestre resultou, principalmente, das renegociações com os Estados realizadas no 1º trimestre em virtude da Lei Complementar 156/2016.

O índice de renegociação considera como operações renegociadas todas as operações de crédito e repasses renegociadas nos últimos 12 meses cujas alterações resultaram em modificações em seus fluxos de caixa, independente das motivações.

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Compreende, basicamente, debêntures e títulos públicos federais, que representavam 15,3% e 81,1%, respectivamente, da carteira de R$ 88.398 milhões em 30/6/18.

A carteira de debêntures apresentou um aumento de R$ 577 milhões no semestre influenciado principalmente por uma reestruturação realizada pela BNDESPAR de duas séries de debêntures em maio de 2018, que gerou os seguintes efeitos: (i) uma das séries, anteriormente classificadas como mensuradas ao custo amortizado, passou a ser classificada como disponível para venda e avaliada pelo valor justo em contrapartida de outros resultados abrangentes, pois com a reestruturação as debêntures passaram a ter um evento de liquidez associado com a inclusão no contrato de cláusula de previsão de amortização extraordinária obrigatória, que consiste na possibilidade de amortização antecipada dessas debêntures caso o emissor aliene determinadas participações societárias. Em função da alteração dessa classificação houve a reversão das provisões para perdas constituídas anteriormente sobre essas debêntures no montante de R$ 1.554 milhões; (ii) ajuste negativo no valor justo da série que anteriormente já era mensurada pelo valor justo e da parcela reclassificada no montante total de R$ 290 milhões, em contrapartida de outros resultados abrangentes; e (iii) transferência do montante de R$ 792 milhões para outros créditos a receber em função da assunção de parte da dívida.

Além da renegociação das debêntures, não ocorreram variações relevantes na carteira de TVM no semestre.

Participações Societárias

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados por meio de investimento direto no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou pela integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional no início dos anos 80 e em 2009, e fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos através de rigoroso processo de seleção.

Do total da carteira em 30/6/18, 82,2% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 15,8% em sociedades coligadas, e os 2,0% restantes investimentos em fundos mútuos de investimentos em participações.

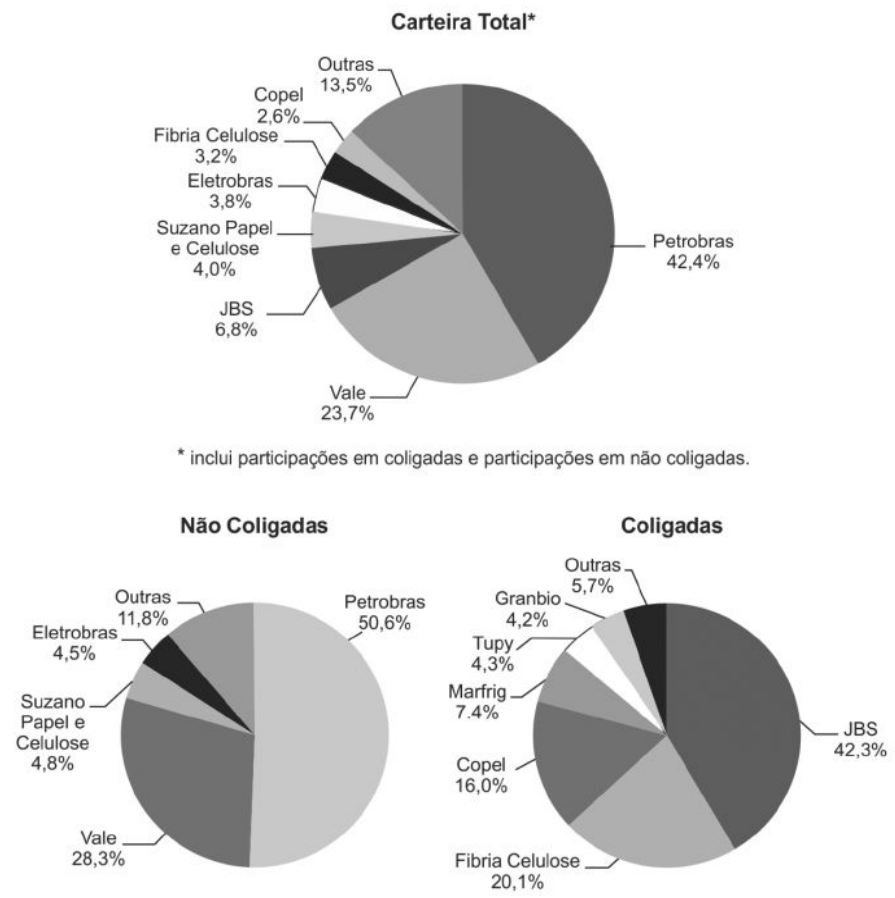
(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Carteira de Participações Societárias, Líquida de Provisão
30 de junho de 2018



A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R$ 85.501 milhões em 30/6/18, um crescimento de R$ 3.829 milhões (4,7%) no semestre devido à valorização, da ordem de R$ 8.109 milhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas, especialmente dos investimentos na Petrobras, Vale e Suzano Papel e Celulose, atenuada pelas baixas por alienações de participações em R$ 5.036 milhões, com destaque para a Petrobras e a Eletropaulo.

A carteira de participações em coligadas e os fundos de participações não apresentaram variação relevante no semestre.

Os fundos de investimentos nos quais o BNDES, através da BNDESPAR, detém participação são apresentados na Nota Explicativa nº 6.4 às Demonstrações Financeiras BNDES relativas ao 1º semestre de 2018.

Disponibilidades

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais representavam 97,3% das disponibilidades em 30/6/18.

A redução de R$ 8.947 milhões (7,9%) no semestre refletiu principalmente os pagamentos antecipados de dívida com o Tesouro Nacional (R$ 60.135 milhões) e com o Fundo PIS-PASEP (R$ 8.821 milhões), e a liquidação, no vencimento, dos *bonds* emitidos em 2008 (R$ 3.587 milhões). Os efeitos dessas saídas de recursos nas disponibilidades foram parcialmente compensados pelas liquidações de operações de crédito, superiores em R$ 56.671 milhões aos desembolsos, e pela alienação de participações societárias, que gerou ingresso de recursos da ordem de R$ 5.976 milhões.

Créditos perante o Tesouro Nacional (TN)

Referem-se basicamente a valores a receber do TN decorrentes da equalização da remuneração de programas incentivados pelo governo federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que foi encerrado em 31/12/15.

A redução de R$ 693 milhões (17,2%) no semestre reflete o pagamento de R$ 3.502 milhões pelo TN, atenuada pelo reconhecimento de créditos a receber de R$ 2.809 milhões.

Os pagamentos de direitos de equalização pelo TN ocorrem semestralmente, em julho e janeiro.

Do saldo remanescente de direitos de equalização a receber de R$ 3.238 milhões, 62,3% se referem a créditos de equalização de operações do PSI e 86,3%, a créditos de equalização de competência de 2018.

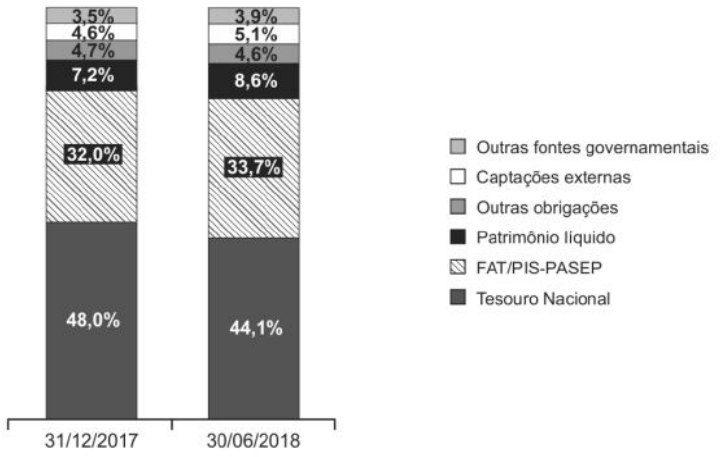
Outros Ativos

Compreendem, em 30/6/18, principalmente, créditos tributários (R$ 19.179 milhões) e direitos a receber Eletrobras/Itaipu (R$ 9.792 milhões).

Não houve variação relevante no semestre.

Fontes de Recursos

Na composição de suas fontes de recursos, o BNDES conta com 8,6% de recursos próprios e 91,4% de recursos de terceiros, com destaque para as fontes governamentais, que representam 81,7% do passivo total em 30/6/18.



Tesouro Nacional (Repasses e Instrumentos Elegíveis a Capital Principal)

Desde 2010, com o crescimento dos repasses de recursos, o Tesouro Nacional se tornou a principal fonte de recursos do BNDES, responsável por 44,1% do passivo total em 30/6/18.

Do passivo total com o TN em 30/6/18, R$ 35.539 milhões (9,7%) correspondem a instrumentos elegíveis a capital principal, que compõe o Patrimônio de Referência e cuja remuneração está atrelada a fatores como a existência de lucro contábil e o montante de dividendos pago ao acionista, e R$ 332.182 milhões (90,3%) correspondem a operações de repasses, sendo, desse total, 88,9% atreladas à TJLP.

A redução de R$ 48.267 milhões (11,6%) do passivo com o TN no semestre decorre do pagamento antecipado de dívida de R$ 60.135 milhões (R$ 30.102 milhões em março e R$ 30.033 milhões em junho), que foi parcialmente atenuada pela apropriação de juros e correção monetária a pagar no montante de R$ 11.918 milhões.

Não houve captação de recursos com o TN no semestre.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep

O saldo de recursos do FAT totalizou R$ 261.727 milhões em 30/6/18. Desse total, R$ 251.340 milhões constituíam saldo do FAT Constitucional e R$ 10.387 milhões, saldo do FAT Depósitos Especiais.

No semestre foram captados R$ 4.336 milhões de recursos do FAT, volume 43,6% inferior ao captado no mesmo semestre de 2017. Do total captado em 2018, R$ 4.008 milhões foram recursos do FAT Constitucional.

Em 30/6/18, o passivo com o Fundo PIS-Pasep totalizou R$ 19.787 milhões destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social. A redução de R$ 7.912 milhões (28,6%) no semestre decorreu da liquidação antecipada, no 2º trimestre, de R$ 8.821 milhões em dívidas com o fundo.

Desde a criação do FAT em 1988, o Fundo PIS-Pasep não recebe novos aportes de recursos.

Outras Fontes Governamentais

Compreendem recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e de outros fundos financeiros e de desenvolvimento.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001 4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O crescimento de R$ 2.096 milhões (6,9%) no semestre decorreu, basicamente, do aumento no saldo do FMM provocado, especialmente, pela valorização do Dólar. Em 30/6/18, o saldo com o FMM representava 69,1% do saldo total.

Captações Externas

Representadas por repasses de instituições multilaterais, empréstimos e emissão de *bonds*.

O crescimento de R$ 2.851 milhões (7,2%) das obrigações com captações externas no semestre decorreu, principalmente, do impacto da valorização do Dólar e da captação de R$ 523 milhões do New Development Bank (NDB) e de R$ 964 milhões do Inter-American Development Bank (IADB), que foram parcialmente atenuados pelo pagamento, no vencimento, de R$ 3.587 milhões (US$ 1.000 milhão) de principal e juros dos *bonds* emitidos em 2008.

Emissão de Letras Financeiras (BNDES)

Emissão privada de Letras Financeiras pelo BNDES como parte da estratégia de desenvolver novos instrumentos de captação de mercado, em complemento às fontes tradicionais de recursos para fazer frente às necessidades de seu orçamento de investimentos e desembolsos no futuro. A operação visa também diversificar a base de investidores e preparar progressivamente o Banco para atuar como emissor mais frequente no mercado local.

A demanda superou o valor emitido, com vários investidores institucionais participando do processo de formação de preço dos títulos. A frequência de acesso e o volume de recursos que o Banco poderá captar dependerão da necessidade futura de recursos para atendimento da demanda por investimentos apoiáveis pelo BNDES, nas condições previstas em suas Políticas Operacionais.

Foram emitidos R$ 1.700 milhões com prazo de vencimento de dois anos.

Emissão de Debêntures (BNDESPAR)

Referem-se a ofertas públicas de debêntures simples, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas e seis emissões.

Não houve variação relevante nos saldo de obrigações por emissões de debêntures no semestre.

Outras Obrigações

A redução de R$ 3.648 milhões das outras obrigações no semestre foi provocada, basicamente, pelo pagamento de juros sobre capital obrigatórios sobre o lucro de 2017, no valor de R$ 1.500 milhões, e pela redução de R$ 1.477 milhões (64,9%) das obrigações com LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio).

Patrimônio Líquido

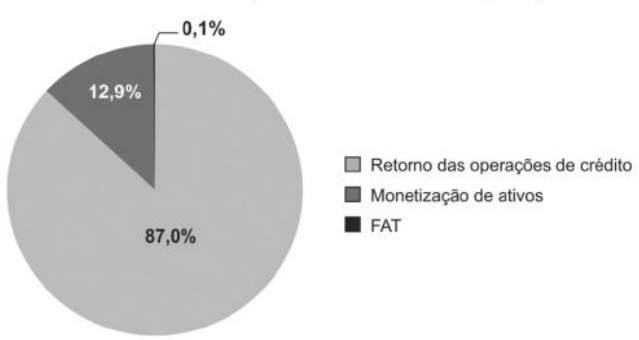
O crescimento de R$ 8.651 milhões (13,8%) do patrimônio líquido no semestre reflete os efeitos do ajuste de avaliação patrimonial positivo, líquido de tributos, de R$ 3.891 milhões, e do lucro líquido de R$ 4.760 milhões.

O capital social alcançou R$ 44.699 milhões em 30/6/18 com a incorporação integral (R$ 2.350 milhões) da reserva para aumento de capital.

Fluxo de Caixa por Fontes de Recursos

Pelas características de longuíssimo prazo das principais fontes de recursos do BNDES, expressivamente superior ao giro médio dos ativos da carteira de crédito, o retorno das operações de crédito (recebimento de principal e juros da carteira de crédito) representou o principal fluxo de entrada de recursos para o atendimento ao orçamento de desembolsos e de investimentos no 1º semestre de 2018 a exemplo do observado no mesmo semestre de 2017.

Fluxos de Caixa por Fontes de Recursos (1S18)



5.3. Resultado

Resultado da Intermediação Financeira

É o produto da intermediação financeira líquido da provisão para risco de crédito.

O crescimento de R$ 2.884 milhões (80,8%) do resultado da intermediação financeira entre os semestres decorreu da redução da despesa com provisão para risco de crédito, que atenuou os efeitos da queda do produto da intermediação financeira.

Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira alcançou R$ 6.534 milhões no semestre, uma queda de R$ 1.804 milhões (21,6%) em relação ao primeiro semestre de 2017 devido à redução do resultado em moeda nacional, provocada pela queda nas taxas de remuneração das aplicações em títulos e valores mobiliários e das operações de créditos e repasses, além do impacto da redução da carteira de operações de crédito e da redução do ajuste a valor de mercado dos títulos públicos federais em função da queda da taxa de juros no semestre.

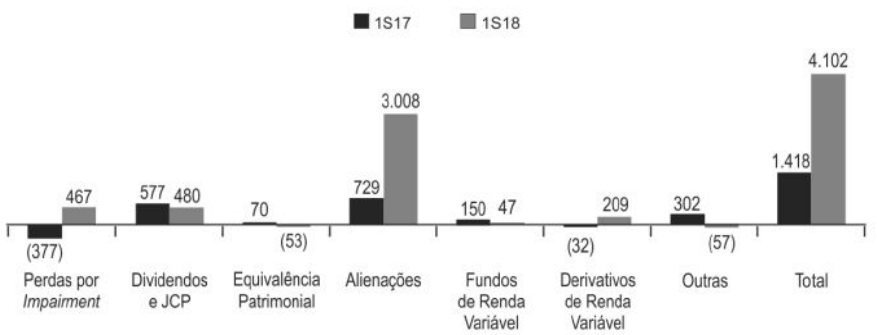
Provisão para Risco de Crédito

A queda de R$ 4.688 milhões (98,3%) da despesa com provisão para risco de crédito no semestre decorre, principalmente, da redução da provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, constituída visando à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico, que passou de uma despesa de R$ 1.408 milhões no primeiro semestre de 2017 para uma reversão de R$ 381 milhões no semestre atual. Somam-se a isso os efeitos positivos da reversão de R$ 1.554 milhões decorrente da reestruturação realizada pela BNDESPAR de debêntures em 2018 e o crescimento de R$ 809 milhões dos créditos recuperados entre os semestres.

O BNDES constitui provisão para risco de crédito segundo os critérios previstos na Resolução CMN 2.682/99. Quando identificada a necessidade de cobertura de riscos adicionais, constitui-se provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução.

Resultado com Participações Societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas em investimentos (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.



O crescimento de R$ 2.684 milhões (189,3%) do resultado com participações societárias entre os semestres foi provocado, principalmente, pelo aumento do resultado com alienações, pela reversão de perdas com *impairment* e pela melhora do resultado com derivativos. As demais rubricas não apresentaram variação significativa em 2018.

Despesa com provisão para perdas em investimentos (*impairment*)

O reconhecimento das perdas com *impairment* é realizado com base em modelo de avaliação econômico-financeira e motivado pelo fato das respectivas ações terem atingido parâmetros indicativos de perdas permanentes previstos na Política de Participações Societárias.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001 5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

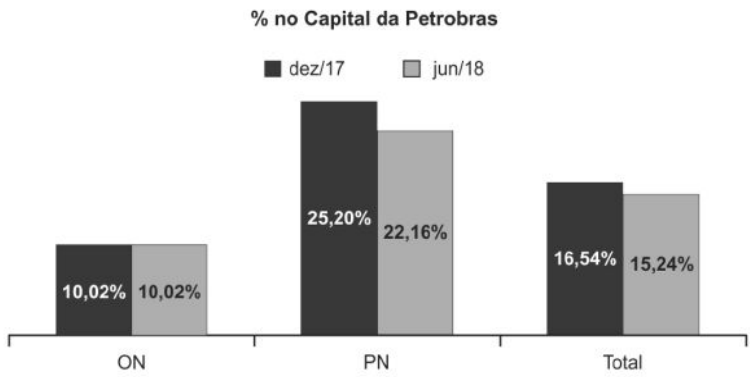
(continuação)

No primeiro semestre de 2018, foi reconhecida reversão da provisão para perdas de R$ 467 milhões, contra uma despesa de R$ 377 milhões reconhecida no mesmo semestre de 2017. Toda a reversão reconhecida em 2018 foi na carteira de participações em sociedades coligadas, assim como 94,2% da despesa reconhecida em 2017 também teve origem nessa carteira. Vide Notas Explicativas nº 7.1.1 e 7.2.5 às Demonstrações Financeiras BNDES relativas ao 1º semestre de 2018.

Alienação de investimentos

O resultado com alienações de investimentos alcançou R$ 3.008 milhões no primeiro semestre de 2018, um crescimento de R$ 2.279 milhões (312,6%) diante do mesmo semestre de 2017.

Os principais desinvestimentos realizados no primeiro semestre de 2018 foram de ações da Petrobras e da Eletropaulo, que geraram resultado de R$ 2.869 milhões, o equivalente a 95,4% do total. Em relação à participação no capital após essas alienações, o Sistema BNDES passou a não ser mais acionista da Eletropaulo (alienação integral da participação de 18,73% do capital votante) e alterou sua participação no capital da Petrobras conforme apresentado no gráfico abaixo.



As principais alienações realizadas no primeiro semestre de 2017 foram de ações da Petrobras e da Rumo, que responderam por 84,5% do resultado.

Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)

A queda de R$ 97 milhões (16,8%) da receita com dividendos e JCP entre os semestres é explicada principalmente pela redução na receita com a Vale/Valepar (R$ 375 milhões em 2017 para R$ 196 milhões em 2018), compensada pela receita de R$ 99 milhões com a Petrobras (sem receita em 2017).

Resultado com fundos de renda variável

O resultado com fundos de renda variável reflete as valorizações ou desvalorizações das cotas dos fundos. No primeiro semestre de 2018, o resultado foi um ganho de R$ 47 milhões contra um ganho de R$ 150 milhões no mesmo semestre de 2017, uma queda de 68,7% entre os semestres.

Os fundos de investimentos nos quais o BNDES, através da BNDESPAR, detém participação são apresentados na Nota Explicativa nº 6.4 às Demonstrações Financeiras BNDES relativas ao 1º semestre de 2018.

Resultado com derivativos de renda variável

O resultado com derivativos de renda variável reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos isolados vinculados a participações societárias e embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

O crescimento de R$ 241 milhões (753,1%) do resultado com derivativos de renda variável entre os semestres decorreu da melhora do resultado com derivativos embutidos em debêntures, que passou de um prejuízo de R$ 34 milhões no primeiro semestre de 2017 para um lucro de R$ 234 milhões em 2018.

Outras receitas/despesas com participações societárias

As outras receitas/despesas com participações societárias no primeiro semestre de 2017 foram impactadas pelo efeito do reconhecimento do ganho de R$ 308 milhões oriundo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações da Marfrig apurado na reclassificação do investimento de participações em sociedades não coligadas para sociedades coligadas, motivada pelo reconhecimento de influência significativa da BNDESPAR na Marfrig.

Despesas Tributárias

Representam, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social, inclusive tributos sobre o resultado ajustado antes dos impostos.

O crescimento de R$ 2.598 milhões (114,7%) das despesas tributárias no primeiro semestre de 2018 reflete o crescimento dos tributos sobre o lucro, tanto pelo crescimento de R$ 808 milhões das despesas correntes quanto da realização de tributos diferidos de R$ 1.075 milhões no semestre (constituição de R$ 678 milhões no mesmo semestre de 2017) como consequência da redução das provisões para perdas em investimentos e para risco de crédito em 2018.

Outras Despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outras.

A redução de R$ 445 milhões (32,3%) entre os semestres foi provocada por: (i) crescimento da receita com atualização monetária (SELIC) de dividendos/JCP a receber, que passou de R$ 255 milhões em 2017 para R$ 391 milhões em 2018; (ii) reversão de provisão do FINOR reconhecida em exercícios anteriores, de R$141 milhões; e (iii) redução de R$ 110 milhões (79,7%) na despesa com apoio financeiro não reembolsável, sobretudo Funtec.

5.4. Informação por Segmento

Em 2018, diante do novo cenário de *funding* institucional do BNDES (substituição da TJLP pela TLP) e da convergência entre as taxas de remuneração destes passivos e as taxas de mercado (notadamente SELIC), foi revisada a metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios, sobretudo os critérios de alocação do *funding*.

A nova abordagem passou a segregar o segmento que responde pela gestão integrada de ativos e passivos (*Asset Liability Management - ALM*), que é responsável pela gestão do *funding* e por sua alocação entre os segmentos de negócios.

Os segmentos de negócios do BNDES são classificados em:

(i) **"Renda Fixa" (financiamento de projetos)** - compreende basicamente as operações de financiamentos, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses e por operações de aquisição/subscrição de debêntures. O segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME;

(ii) **"Renda Variável" (mercado de capitais)** - engloba operações envolvendo participações societárias e derivativos embutidos em debêntures. O segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR; e

(iii) **"Tesouraria/*Asset Liability Management – ALM*" (gestão de recursos financeiros)** - representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio.

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

• **"Renda Fixa"**: financiado pelo *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP/TLP, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional;

• **"Renda Variável":** financiado pela gestão integrada de recursos ("ALM") com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e

• **"Tesouraria/ALM":** contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Renda Variável, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

Os ativos corporativos e os ativos e passivos tributários, assim como as despesas administrativas, de pessoal, e tributárias, não são alocados a nenhum dos segmentos reportados, sendo classificados como "Não Alocados".

Neste contexto, o BNDES apresenta a informação por segmento referente ao 1º semestre de 2018 de acordo com a nova metodologia e também de acordo com a metodologia anterior, de modo a possibilitar a comparabilidade e avaliação do desempenho dos segmentos nos períodos divulgados.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001 6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Resultado e Ativos por Segmento

Segmento	Metodologia Anterior								Metodologia Atual			
	1S17				1S18				1S18			
	Ativos		Resultado		Ativos		Resultado		Ativos		Resultado	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%	R$ milhões	%	R$ milhões	%	R$ milhões	%	R$ milhões	%
Renda Fixa 1/	610.070	70,9%	2.732	52,4%	544.350	66,9%	6.972	63,7%	544.350	66,9%	6.972	63,7%
Renda Variável 1/	71.675	8,3%	563	10,8%	87.004	10,7%	4.101	37,5%	87.004	10,7%	1.114	10,2%
Tesouraria/ALM 2/	178.409	20,8%	1.915	36,8%	181.880	22,4%	(128)	-1,2%	181.880	22,4%	2.859	26,1%
Alocado	860.154	100,0%	5.210	100,0%	813.234	100,0%	10.945	100,0%	813.234	100,0%	10.945	100,0%
Não alocado	23.486		(3.865)		21.227		(6.185)		21.227		(6.185)	
Total	883.640		1.345		834.461		4.760		834.461		4.760	

1/ Inclui provisão para perdas.

2/ ALM considerado apenas na metodologia atual.

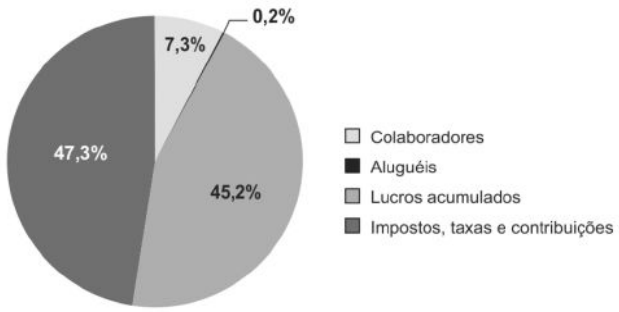
A comparação do resultado entre os semestres gerados com base na metodologia anterior revelam: (i) crescimento do segmento de renda fixa, que acompanhou, basicamente, a redução da provisão para risco de crédito; (ii) crescimento do resultado de renda variável, gerado pelo aumento do resultado com alienações e da redução da despesa com provisão para perdas; e (iii) queda no resultado de tesouraria decorrente da redução das taxas de remuneração das aplicações das disponibilidades e dos títulos, a despeito do crescimento da carteira.

5.5. Geração e Distribuição de Valor

Importante indicador de avaliação do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os agentes que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES no primeiro semestre de 2018 foi de R$ 10.523 milhões, superior aos R$ 4.531 milhões gerados e distribuídos no mesmo semestre de 2017 devido à redução nas despesas com perdas em investimentos e com provisão para risco de crédito e ao crescimento do resultado com alienações.

O gráfico demonstra a distribuição da riqueza gerada pelo BNDES no primeiro semestre de 2018. Desse total distribuído, 47,2% foram destinados à União, na forma de tributos federais.



6. *RATING*

Agência de *Rating*	Rating Escala Global	
	Longo Prazo	
	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional
Moody's	Ba2 (Negativa)	Ba2 (Negativa)
S&P	BB- (Estável)	BB- (Estável)

7. CIRCULAR BACEN 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento" em 30/6/18, no montante de R$ 1.300 milhões, o equivalente a 0,8% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários.

8. REMUNERAÇÃO AO TESOURO NACIONAL

A Política de Dividendos do BNDES limita o pagamento de remuneração (dividendos e juros sobre capital próprio - JSCP) ao Tesouro Nacional (TN) a 60% do lucro líquido ajustado, já contemplados os dividendos mínimos obrigatórios de 25% previstos pela Lei Societária.

A política determina ainda que o pagamento de dividendos/JSCP complementares, limitado a 35% do lucro líquido ajustado, está condicionado a projeções internas que atestem que o pagamento não afetará o cumprimento dos limites prudenciais aos quais o Banco está sujeito, trazendo maior segurança as suas operações.

No primeiro semestre de 2018, foram pagos juros sobre capital próprio obrigatórios relativos ao lucro de 2017 atualizados pela taxa SELIC, no total de R$ 1.500 milhões. Com esse pagamento, o BNDES atingiu o limite de pagamento de dividendos ao TN relativo ao lucro de 2017.

9. CONTROLES INTERNOS

O ambiente de controle da organização é pautado pelas disposições constantes na Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno do Sistema BNDES (PROCI), a qual estabelece o conjunto de princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades relativos ao tema. Esta Política, alinhada aos requerimentos legais e as boas práticas aplicáveis, estabelece, dentre outros dispositivos, a observância do conceito das três linhas de defesa ou camadas de controle. Neste sentido, a primeira camada é constituída pelos gestores dos processos que são responsáveis por gerir riscos e manter controles adequados. A Área de Integridade, Controladoria e Gestão de Riscos (AICR) atua como segunda camada, apoiando os gestores em suas atribuições relacionadas a riscos e controles. A terceira camada é formada pela Auditoria Interna que atua de forma independente, avaliando a efetividade deste processo e reportando-se ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Durante o ano de 2017 e início de 2018 destacou-se como atividade a avaliação da qualidade do Sistema de Controle Interno do BNDES com base nos requisitos definidos pela metodologia COSO, um referencial de mercado sobre boas práticas de controle interno. Em linhas gerais, o resultado permitiu verificar que o sistema de controle interno do BNDES é condizente com a complexidade dos processos da Instituição, contribuindo para a mitigação dos riscos mais relevantes e para a conformidade dos processos aos normativos internos e externos; e (ii) Avaliações de desenho dos controles associados às iniciativas de Avaliação de Riscos de Fraude e do Ciclo 2017 de Identificação e Avaliação de Risco Operacional e Controles. Para ambas atividades, as oportunidades de melhoria identificadas foram propostas na forma de Planos de Ação específicos, que vêm sendo conduzidos pelos gestores responsáveis e acompanhados pela AICR.

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

No âmbito das atividades de apoio ao aprimoramento do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES no primeiro semestre de 2018, destacaram-se:

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400l

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

10.1. Gestão Integrada

- Aprovação da Declaração de Apetite ao Risco do Sistema BNDES;
- Aprovação da Política de Monitoramento de Riscos Integrados (PMRI) com a definição dos limites integrados de riscos;
- Aprovação do Programa de Testes de Estresse individuais e integrados do Sistema BNDES;
- Elaboração do Relatório ICAAP, com o planejamento de capital para o período 2018-2020; e
- Elaboração do Teste de Estresse Bottom-Up (TEBU), com apresentação do impacto dos cenários-base e de estresse definidos pelo BACEN sobre os principais indicadores financeiros do BNDES.

10.2. *Compliance*

- Aprovação do Programa de Conformidade, que consolida as práticas de conformidade adotadas pelo Sistema BNDES;
- Aprovação da norma de procedimentos para identificação de situações suspeitas e para monitoramento contínuo reforçado relacionado à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT);
- Aprimoramento do Programa Agentes de Conformidade;
- Implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de *compliance*, com destaque para a atualização do Guia de PLD/CFT e para os treinamentos sobre procedimentos específicos de PLD/CFT;
- Obtenção do nível 1 de governança como resultado da avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), ligada ao Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, sobre a conformidade das estatais à Lei 13.303/16, denominado IG-SEST;
- Desenvolvimento de metodologia de diligência de integridade de clientes; e
- Aprimoramento das medidas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT).

10.3. Processos

A iniciativa de mapeamento dos macroprocessos da cadeia de valor do BNDES, cujo objetivo era identificar, de forma inequívoca para cada processo, responsabilidades e inter-relação, bem como normas, unidades organizacionais, sistemas de apoio, riscos e controles associados, foi concluída no início de 2018. Desde então o Escritório de Processos tem atuado nos Projetos de Transformação Estratégica onde a estruturação de novos processos e/ou melhoria de processos existentes são essenciais para atingir os objetivos traçados no âmbito da Reflexão Estratégica 2017 - Desenvolvendo Futuros.

10.4. Segurança da Informação

- Implantação de solução para detecção e bloqueio de intrusões de rede;
- Projeto piloto para assinatura digital de documentos de trâmite interno;
- Ampliação do sistema para monitoração de eventos de Segurança da Informação;
- Automação de rotinas para tratamento de incidentes, identificação de casos suspeitos e notificação;
- Campanhas de conscientização sobre segurança da informação para alta administração e conselhos; e
- Análises de riscos de segurança da informação em processos de negócio.

10.5. Risco Operacional e Controles Internos

- Consolidação dos resultados do Ciclo 2017 de identificação e avaliação dos riscos operacionais e controles internos e monitoramento dos planos de ação pactuados;
- Aplicação da metodologia de identificação e avaliação de riscos de fraude em processos priorizados;
- Realização de simulado de contingência nos processos financeiros críticos associados ao Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB);
- Coordenação das estratégias para mitigação de riscos associados à interrupção de processos críticos para continuidade de negócios;
- Início do monitoramento dos limites de apetite a risco operacional para 2018;
- Constituição de Grupo de Trabalho para proposição de metodologia para Análise de Cenários de risco operacional;
- Aprimoramento do teste de estresse de risco operacional no âmbito do relatório do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP);
- Implementação de Informes Trimestrais para colegiados e Informes Semestrais por Área para aprimoramento da comunicação sobre riscos operacionais e controles internos; e
- Desenvolvimento de metodologia para a identificação, avaliação e tratamento do risco reputacional.

10.6. Riscos de Mercado e de Liquidez

- Revisão dos limites gerenciais de risco de mercado;
- Aprimoramento das metodologias de marcação a mercado de operações financeiras;
- Implantação do cálculo de retorno ajustado pelo risco para as carteiras de tesouraria e de renda variável do Sistema BNDES;
- Elaboração de plano de contingência de liquidez;
- Desenvolvimento de novas rotinas de batimento entre as posições consideradas no sistema de risco e as posições contábeis;
- Apuração do horizonte temporal das medidas de risco em função da liquidez dos investimentos;
- Estudo sobre *hedge* de operações de renda fixa sob o ponto de vista de valor econômico vs. valor contábil; e
- Revisão das políticas de gestão de riscos e de classificação de operações na carteira de negociação.

10.7. Risco de Crédito

- Aprimoramento de metodologia para estimação de provisionamento de acordo com cenários macroeconômicos, para uso no Teste de Estresse Bottom-Up do BACEN e nas autoavaliações de necessidade de capital no âmbito do relatório ICAAP;
- Implementação dos critérios de identificação de ativos problemáticos e de créditos reestruturados, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17;
- Aprimoramento contínuo da série histórica usada para as estimativas dos parâmetros de risco estatísticos;
- Consolidação de metodologias de estimação de parâmetros de risco e de provisionamento em conformidade com os princípios do IFRS 9;
- Aprimoramento de metodologias adicional de capital econômico referente a risco de concentração individual;
- Aprimoramento de metodologia para acompanhamento das maiores exposições da carteira, visando antecipar possíveis problemas de risco de concentração;
- Implementação de melhorias na geração de informações para o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BACEN; e
- Aprimoramento da metodologia de estimação e monitoramento de limites por Unidade Operacional definidos no âmbito da estrutura de apetite a risco da Instituição, sob a ótica do capital regulatório.

Em 30/06/18, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia ficou em 29,00%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I, em 19,33%, acima dos valores mínimos exigidos pelo regulador.

Recursos próprios e Basileia	Basileia III				
	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	30/06/2018
Patrimônio de Referência - PR	**97.851**	**94.997**	**135.620**	**146.368**	**158.064**
= Capital Nível 1 (N1)	65.234	63.331	90.413	97.579	105.385
Capital Principal (CP)	65.234	63.331	90.413	97.579	105.385
(+) Capital Nível 2	32.617	31.666	45.207	48.789	52.679
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**615.706**	**644.332**	**624.850**	**532.011**	**544.968**
= Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	575.861	601.621	534.199	478.161	466.893
(+) Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	28.055	16.981	58.312	18.465	40.326
(+) Risco Operacional (RWA_{OPAD})	11.790	25.730	32.339	35.385	37.749
Risco de Juros da Carteira Bancária (R_{baa})	2.383	3.568	3.450	4.141	4.290
Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)	**15,89%**	**14,74%**	**21,70%**	**27,51%**	**29,00%**
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	**10,59%**	**9,83%**	**14,47%**	**18,34%**	**19,33%**
Índice de Capital Nível 1 (N1/RWA)	**10,59%**	**9,83%**	**14,47%**	**18,34%**	**19,33%**

O aumento do Índice de Basileia é explicado pelo aumento do Patrimônio de Referência (PR) de R$ 11.669 milhões (8,0%), quando comparado a dezembro de 2017.

(continua)

(continuação)

Informações adicionais são divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível na página de Relações com Investidores do BNDES.

11. GESTÃO DE ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e por sua Secretaria-Executiva (SECET/BNDES).

O Código de Ética do Sistema BNDES e o Regimento Interno da CET/BNDES, além de outros normativos internos e externos, orientam a gestão da ética por meio de ações de natureza educativa e preventiva, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Dentre as atividades conduzidas pela Comissão de Ética no primeiro semestre de 2018, destacamos a renovação do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. O Acordo busca promover o desenvolvimento e o fortalecimento dos princípios governamentais e empresariais de gestão da ética a fim de aprimorar o relacionamento com os seus diversos públicos e com a sociedade em geral, além de prever um plano de trabalho com calendário de seminários anuais até 2022, capacitação dos representantes, ações de comunicação e mídia, publicações de livros e artigos sobre ética, criação e manutenção de site, e contribuição financeira das participantes.

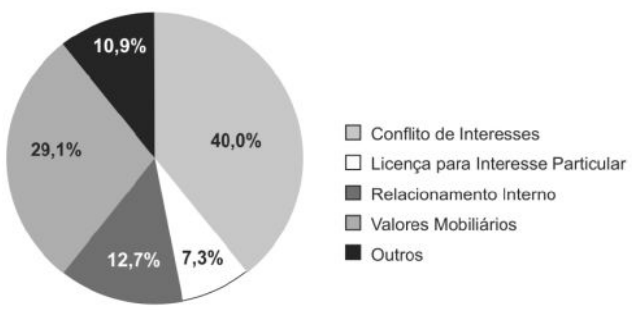
O Fórum Nacional tem coordenação do BNDES e da BR Distribuidora e reúne outras empresas estatais como BB, BNB, CEF, CHESF, Dataprev, ECT, Eletrobras, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Emgea, Furnas, INB, Infraero, Nuclep, Petrobras, Serpro e Valec.

A assunção da coordenação do Fórum, posição de relevo no Sistema da Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, fez parte do planejamento estratégico da CET/BNDES para que os temas que são relevantes e fazem parte da realidade da Instituição sejam inseridos na agenda das discussões perante a Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), fortalecendo a gestão da ética no BNDES e a segurança na atuação da CET/BNDES.

A CET/BNDES se empenhou, ainda, na modernização de seu Regimento Interno com o objetivo de dar maior efetividade a sua atuação, bem como para adequá-lo aos normativos externos, em especial à Resolução n.º 10/2008 da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A proposta de novo Regimento prevê novos mecanismos alternativos de solução de controvérsias, como a conciliação e a mediação, e busca também fortalecer a atuação da Secretaria-Executiva para dar maior agilidade ao processamento das demandas éticas.

No primeiro semestre de 2018, a CET/BNDES procedeu à abertura de 55 Procedimentos Preliminares, assim distribuídos:

Perfil dos Procedimentos Preliminares

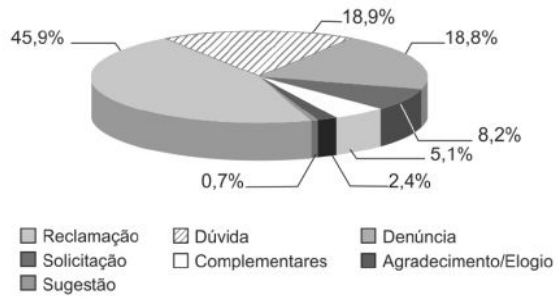


12. OUVIDORIA

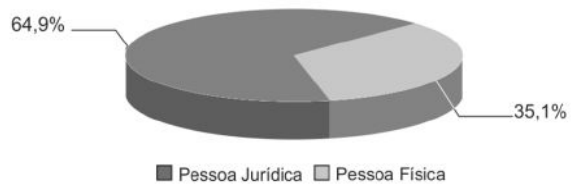
A Ouvidoria proporciona ao público do BNDES, e à sociedade em geral, um canal de comunicação ativo junto à Administração do Banco. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria analisa de forma quantitativa e qualitativa as manifestações que acolhe, provendo a mediação entre as partes e com vistas a sugerir medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação das empresas do Sistema BNDES.

No primeiro semestre de 2018, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento, em estreita colaboração com as diversas Áreas do Banco, a 778 manifestações, um decréscimo de 2,3% em relação ao primeiro semestre de 2017.

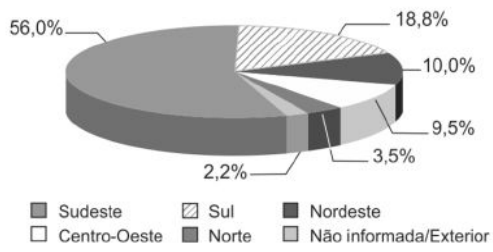
Tipo de Manifestação



Personalidade Jurídica



Região



13. BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

13.1. Canais de Atendimento

Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões sobre as atividades do Sistema BNDES pelos canais: 0800 702-6337, correspondência e formulário eletrônico disponível em www.bndes.gov.br\faleconosco.

No primeiro semestre de 2018 foram realizados cerca de 128.000 atendimentos, sendo 87% por meio telefônico. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 96% dos respondentes consideraram o atendimento EXCELENTE ou BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

(continua)

(continuação)

A Central também realizou cerca de 1.000 contatos ativos, apoiando processos de credenciamento, ativação de produtos e captura de pedidos no Cartão BNDES.

Atendimento Presencial

Canal de diálogo direto com clientes e público em geral, que presta orientação empresarial nos escritórios de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. No primeiro semestre de 2018 foram realizados 487 atendimentos presenciais.

A maioria dos atendimentos foi para micro, pequenas e médias empresas. Dentre as linhas de financiamento recomendadas, destacam-se o Cartão BNDES, o BNDES Giro e o BNDES Microcrédito, além do BNDES Automático e do BNDES Finame.

Ainda no primeiro semestre de 2018, o BNDES participou com estande próprio em 8 feiras de negócios, prestando 4.560 atendimentos ao público visitante. Destaque para a Feira do Empreendedor realizada na cidade de São Paulo, que atraiu 3.826 visitantes para as palestras realizadas pela equipe técnica do Banco.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos recebidos no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o SIC (www.bndes.gov.br/sic) oferece atendimento presencial, no escritório do Rio de Janeiro (Avenida República do Chile, 100, Centro), telefônico (0800-887-6000), por correspondência, via e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-SIC, da Controladoria Geral da União (CGU) no website www.acessoainformacao.gov.br/sistema/.

No 1º semestre de 2018, o SIC do BNDES recebeu 287 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, apenas 5,6% foram reapresentados como recursos em 1ª instância.

Sitio de Relações com Investidores

O BNDES disponibiliza ao público interessado o site http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/, onde são divulgadas informações financeiras, gerenciais, de risco, *rating*, entre outras, do Sistema BNDES, e o e-mail ri@bndes.gov.br para encaminhamento de dúvidas/sugestões sobre esses temas.

Também mantém um cadastro dos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. Ao final do primeiro semestre de 2018, o cadastro contava com 1.264 inscritos.

13.2. Palestras Institucionais

O BNDES recebe a visita de delegações e de grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras sobre a economia brasileira e sobre atuação do BNDES, o que evidencia a relevância do Banco como um dos principais atores no desenvolvimento nacional. No 1º semestre de 2018, foram realizadas 11 apresentações institucionais para um público de 329 visitantes.

13.3. Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

Realização de eventos em parceria com postos de informações e também com outras instituições, cujo objetivo é a divulgação das formas de financiamento do BNDES oferecidas ao segmento de micro, pequenas e médias empresas. O projeto teve início em 2005 e, desde então, mais de 35 mil pessoas já assistiram às palestras realizadas em dezenas de cidades de todas as regiões do País.

No primeiro semestre de 2018 foram realizadas 12 palestras, distribuídas em dez Estados, atingindo um público de 1.572 presentes. Uma pesquisa voluntária de avaliação da palestra questionou a probabilidade de recomendação da palestra para outra pessoa e o resultado, numa escala de 0 a 10, alcançou a média de 9,21, com 73% das notas médias concentradas nas gradações 9 e 10, representando um público essencialmente promotor do evento e comprovando o êxito da iniciativa.

13.4. Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

No primeiro semestre de 2018, o portal teve 2,2 milhões de visitas, número praticamente igual ao mesmo período em 2017. Já as visualizações de páginas do site caíram quase 8%, para 7,9 milhões (vale destacar, porém, que em março do ano anterior uma campanha publicitária trouxe uma visitação muito alta e fora da curva, favorecendo a diferença em favor de 2017). Porém, constata-se que o tempo de permanência em cada página foi 13% maior e a taxa de rejeição diminuiu de 29,46% para 21,04%.

Os números refletem o esforço de tornar o conteúdo mais objetivo, com menos níveis de navegação. Ou seja, o usuário encontra mais rapidamente o conteúdo que deseja, precisando navegar por menos páginas, e permanece mais tempo na página desejada.

Nos primeiros seis meses de 2018, a atuação do BNDES nas redes sociais combinou publicações orgânicas e pagas. A veiculação de posts patrocinados, também conhecidos como promovidos, deu-se no âmbito da campanha publicitária BNDES Giro e na ação de divulgação do Relatório de Efetividade do Banco.

Na publicação orgânica, ou seja, gratuita, o destaque foi para o post no *Facebook* sobre as mudanças no Fundo Clima, que passou a permitir o financiamento de aquisição de painéis solares por pessoas físicas. Com um alcance total recorde de 530.247 usuários, a postagem rendeu mais de 14 mil curtidas e 4 mil compartilhamentos, números sem precedentes desde que o perfil do Banco na plataforma foi lançado, em 2015. O desempenho da postagem ainda contribuiu para ampliar a base de seguidores no *Facebook*: a página teve um aumento de 2.100 fãs em seis dias, quando o normal é um incremento de aproximadamente 200 seguidores por semana.

Na comparação geral entre as redes sociais, observou-se um crescimento do número de seguidores no LinkedIn, ultrapassando a marca de 25 mil pessoas no primeiro ano de presença do BNDES nesta rede. Já no Facebook, o Banco chegou a 90 mil curtidas, um aumento de mais de 25% em relação ao semestre ano anterior. A base de seguidores também cresceu de 71.117 para 90.561, uma variação de 27,3%.

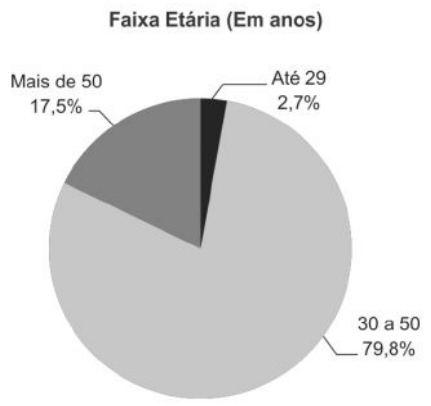
No *Twitter*, hoje já são 129 mil seguidores, um aumento de 4% em relação ao ano de 2017. Já no *YouTube*, alcançamos mais pessoas, com alta de 158,84% no número de inscritos no nosso canal e de 56,79% nos compartilhamentos de vídeos em comparação ao semestre anterior.

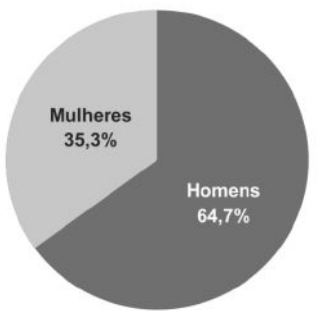
No primeiro semestre de 2018, a produção e a divulgação de conteúdo tiveram como um dos principais objetivos aumentar a visibilidade da marca BNDES nas redes sociais. Para tanto, diferentes formatos foram usados, tais como fotos, links, vídeos e transmissões ao vivo. Buscou-se investir em conteúdo audiovisual e na cobertura em tempo real de coletivas de imprensa e eventos relacionados ao Banco, seja na condição de realizador, patrocinador ou convidado. Alguns exemplos disso foram as ações referentes ao Dia Mundial da Água, Festival de Animação de Annecy, BNDES Pilotos IoT, iniciativa BNDES Segurança e Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais.

14. GESTÃO DE PESSOAS

O BNDES encerrou o 1º semestre de 2018 com 2.712 empregados e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Somente 2% dos empregados se desligaram no período.

14.1. Perfil do Corpo Funcional

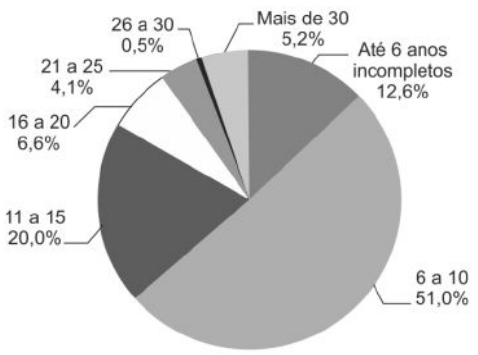




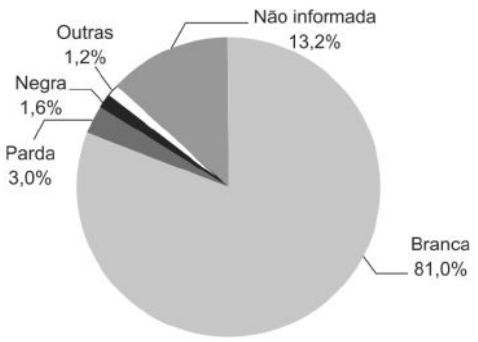
(continua)

(continuação)

Tempo de Serviço (Em anos)



Raça



14.2. Aprendizado e Conhecimento

No primeiro semestre de 2018, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Nesse período, diante da necessidade de promover o desenvolvimento de competências para atender as demandas da organização, o Banco investiu aproximadamente R$ 5,5 milhões em treinamentos de curta duração, programas de certificação e de idiomas, além de cursos de pós-graduação, totalizando 80.901 horas de treinamento, média de 30 horas de treinamento por empregado, com destaque para 48 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação.
No âmbito dos treinamentos internos customizados, foram ofertadas 47 turmas presenciais em 23 cursos diferentes. Ao todo, foram computadas nesse segmento 13.792 horas de treinamento, com 912 inscrições e uma média de 15,1 horas de treinamento por empregado. Destaca-se a ampliação dos treinamentos com instrutores internos e a oferta de novas capacitações, como o curso Blockchain e suas Aplicações.

Nesse período, o BNDES ampliou seu programa de ensino à distância (EAD) para capacitação de seus empregados. A produção de conteúdo próprio totaliza centenas de vídeos, contemplando nove cursos, 17 séries de vídeo-tutoriais e 50 eventos gravados. Além da redução de custo e da maior flexibilidade proporcionada pelas capacitações no formato EAD, destaca-se o avanço na captura e disseminação de conhecimentos fundamentais para a atuação do BNDES.

14.3. Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 368 estagiários.

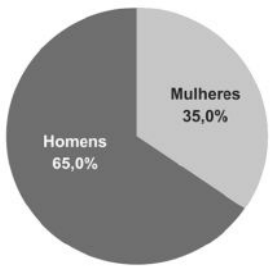
Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ser maiores de 14 e menores de 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental.

Atualmente o Programa conta com 23 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

14.4. Valorização da Diversidade

O Sistema BNDES possui uma política institucionalizada de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade que reafirma o seu compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em seu ambiente de trabalho e nas instituições de sua cadeia de relacionamento.

Ser reconhecido como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade bem como induzir práticas dos beneficiários de apoio financeiro para promover um ambiente livre de discriminação são algumas das diretrizes da referida política.



A distribuição das funções gratificadas entre os empregados do Sistema BNDES está em linha com o perfil de gênero de seu quadro de colaboradores, evidenciando tratamento equânime na distribuição dessas funções.

Como ações específicas desenvolvidas ao longo do 1º semestre de 2018, destacam-se:

- Promoção de campanha de conscientização sobre equidade de gênero em menção ao Dia Internacional da Mulher promovendo, no ambiente corporativo interno, a seguinte reflexão: *"Como você contribui, com o seu comportamento, para um mundo com mais equidade de gênero?"*;
- Divulgação, nas redes sociais, também em referência ao Dia Internacional da Mulher, de alguns programas apoiados e que contribuem para a temática da equidade de gênero como, por exemplo, o *Pronaf Mulher*, voltado para projetos de interesse da mulher produtora rural e o BNDES Microcrédito que apoia o empreendedorismo feminino;
- Participação de equipe do BNDES no *Fórum Trabalho e Deficiência Visual*: um outro olhar, promovido pelo Instituto Benjamin Constant, no relato de experiências do Banco na inclusão de profissionais com deficiência visual;
- Geração de informação analítica a respeito da ascensão profissional no BNDES utilizando o recorte gênero e raça que apontaram que as referidas dimensões não interferem significativamente na ascensão profissional de seu corpo funcional;
- Evento promovido pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) que ofereceu atendimentos e conversas sobre temas relacionados à gestão, parto, pós-parto e adoção para empregadas, terceirizadas ou companheiras de funcionários/terceirizados, assim como seus/suas acompanhantes;
- Reformulação do Portal BNDES na internet que tornou mais intuitivo para o usuário acessar as informações sobre a temática da equidade de gênero e valorização da diversidade bem como permitiu a ampla divulgação de materiais institucionais para download como: "Guia de orientações para uma gestão pautada na equidade de gênero - Retorno da licença maternidade"; "Guia sobre direitos das gestantes"; "Guia de práticas inclusivas no relacionamento com pessoas com deficiência" e "Cartilha gênero e raça: questões para pensar";
- Inclusão da temática de gênero como critério classificatório nas Chamadas Públicas do Fundo Amazônia;
- Contratação de consultoria para estudo sobre como o Fundo Amazônia pode melhorar a promoção da equidade de gênero nos projetos de arranjos produtivos sustentáveis; e
- Lançamento de Edital BNDES de Cinema 2018, que promove a inclusão de gênero, raça e identidade de gênero contemplando, no mínimo, um projeto cinematográfico dirigido por mulher cisgênero, mulher transgênero/travesti, pessoa negra (preta ou parda, conforme classificação do IBGE) ou indígena.

15. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
ATIVO CIRCULANTE		**201.285.213**	**229.947.859**	**233.298.671**	**267.377.778**
DISPONIBILIDADES		**293**	**1.436**	**346**	**26.429**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	**99.926.127**	**83.145.066**	**103.601.785**	**86.642.974**
Aplicações em moedas estrangeiras	4.1	2.571.958	507.157	2.831.890	940.294
Aplicações em operações compromissadas	4.1	97.354.169	82.637.909	100.769.895	85.702.680
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	**44.956.443**	**66.062.071**	**42.371.341**	**63.965.672**
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	3.597.295	3.298.989	–	–
Títulos públicos	6.1	38.856.738	61.935.562	38.890.264	61.965.204
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	1.299.854	6	1.447.078	179.108
Ações	6.1 e 7.1	–	–	200.700	296.697
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.5.1	937.290	726.651	1.052.137	1.266.937
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.5.2	13.827	2.383	72.586	3.425
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.5.2	(138)	(24)	(227)	(34)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.6	251.577	98.504	251.577	98.504
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.6	–	–	457.226	155.831
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	**16.014.436**	**25.319.179**	**43.282.076**	**57.783.348**
Repasses interfinanceiros	5	16.053.338	25.375.575	43.452.591	57.983.056
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(38.902)	(56.396)	(170.515)	(199.708)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	**36.478.427**	**51.916.474**	**38.420.742**	**53.772.299**
Operações de crédito	5	37.863.451	54.541.254	39.824.633	56.417.690
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.385.024)	(2.624.780)	(1.403.891)	(2.645.391)
OUTROS CRÉDITOS		**2.530.399**	**1.971.915**	**4.242.294**	**3.654.338**
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	–	–	27.508	29.246
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	–	–	(6.533)	(9.987)
Direitos recebíveis	5.9	1.660	1.439	45.697	1.666
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9	(43)	(41)	(35.072)	(268)
Créditos tributários	15.2	1.751.640	1.319.076	2.644.289	1.652.901
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	139	4.578	77.636	663.207
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		–	31.510	209.697	197.444
Devedores por depósito em garantia		116.069	101.649	127.753	113.043
Pagamentos a ressarcir		93.085	60.278	43.053	19.921
Operações da carteira de câmbio		–	82.597	–	82.597
Diversos		567.849	370.829	1.108.266	904.568
OUTROS VALORES E BENS	9	**1.379.088**	**1.531.718**	**1.380.087**	**1.532.718**
Despesas antecipadas		1.376.452	1.529.369	1.376.453	1.529.371
Outros valores e bens		2.636	2.349	3.634	3.347
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**634.920.716**	**646.882.911**	**601.162.461**	**616.262.245**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**533.865.523**	**560.888.138**	**587.402.361**	**602.824.311**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	**57.269.224**	**44.652.941**	**118.036.654**	**96.373.398**
Ações	6.1 e 7.1	18.254.062	13.167.465	70.067.891	55.007.099
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.5.1	3.627.134	3.832.673	7.045.444	6.443.870
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.5.2	2.266.954	2.725.964	5.396.862	7.941.660
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.5.2	(13.229)	(16.186)	(33.371)	(234.819)
Títulos públicos	6.1	32.770.691	24.633.244	32.770.691	24.633.244
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	354.174	309.781	354.174	309.781
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.6	–	–	694.058	672.763
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.4	9.438	–	1.740.905	1.599.800
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	**205.527.188**	**232.371.359**	**172.355.094**	**195.518.085**
Repasses interfinanceiros	5	206.011.431	232.888.941	173.121.605	196.352.757
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(484.243)	(517.582)	(766.511)	(834.672)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	**250.611.581**	**262.809.665**	**264.872.290**	**276.008.497**
Operações de crédito	5	261.028.703	276.096.731	275.429.338	289.442.147
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(10.417.122)	(13.287.066)	(10.557.048)	(13.433.650)
OUTROS CRÉDITOS		**20.457.530**	**21.054.173**	**32.138.323**	**34.924.331**
Créditos tributários	15.2	9.084.709	10.206.763	16.534.317	19.433.426
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	–	–	991.549	1.066.306
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	–	–	(254.293)	(364.137)
Direitos recebíveis	5.9	11.347	10.977	842.593	81.833
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9	(312)	(331)	(297.342)	(71.188)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	1.347.158	1.692.322	3.333.808	4.713.058
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	9.791.733	8.961.999	9.791.733	8.961.999
Incentivos fiscais		214.048	176.183	474.183	413.816
Devedores por depósitos em garantia		–	–	711.995	682.213
Diversos		8.757	6.260	9.780	7.005
INVESTIMENTOS	7	**100.928.300**	**85.865.926**	**13.633.207**	**13.308.077**
Participações em controladas e coligadas	7.2	100.786.154	85.723.780	13.491.061	13.165.931
Participações em outras empresas	7.3	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
IMOBILIZADO DE USO		**104.509**	**106.668**	**104.509**	**107.678**
INTANGÍVEL		**22.384**	**22.179**	**22.384**	**22.179**
TOTAL DO ATIVO		**836.205.929**	**876.830.770**	**834.461.132**	**883.640.023**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
PASSIVO CIRCULANTE		**68.575.646**	**44.182.214**	**53.353.503**	**38.750.393**
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		**1.378.066**	**1.539.686**	**1.378.066**	**1.539.686**
Depósitos especiais - FAT	11.2	1.377.603	1.539.361	1.377.603	1.539.361
Diversos		463	325	463	325
CAPTAÇÕES NO MERCADO		**24.955.923**	**7.652.785**	**4.821.000**	**768.466**
Obrigações por operações compromissadas	12	24.955.923	7.652.785	4.821.000	768.466
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES, LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO E LETRAS FINANCEIRAS	14	**1.348.628**	**4.130.890**	**3.224.653**	**4.143.403**
Debêntures	14.1	548.266	551.550	2.424.291	564.063
Letras de Crédito do Agronegócio	14.2	800.362	3.579.340	800.362	3.579.340
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	**14.930.883**	**12.479.466**	**14.930.883**	**12.479.466**
Empréstimos no país	10.1	428.391	423.075	428.391	423.075
Empréstimos no exterior	10.1	8.778.674	6.477.257	8.778.674	6.477.257
Bônus		8.778;674	6.477.257	8.778.674	6.477.257
Repasses no país		2.825.606	3.301.467	2.825.606	3.301.467
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	928.724	1.489.129	928.724	1.489.129
Fundo da Marinha Mercante	10.1	1.896.882	1.811.908	1.896.882	1.811.908
Outros		–	430	–	430
Repasses no exterior – Instituições multilaterais	10.1	2.898.212	2.277.667	2.898.212	2.277.667
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**20.146.564**	**18.379.387**	**23.183.319**	**19.819.372**
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	16.125.527	14.631.144	16.157.587	14.663.391
Fundo PIS/PASEP	13.1	8.981.924	8.455.343	8.981.924	8.455.343
Outros		7.141.603	6.175.801	7.175.663	6.208.048
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.1	1.578.117	1.187.395	2.305.250	1.601.870
Outros impostos e contribuições		202.011	140.921	271.415	161.783
Operações da carteira de câmbio		–	82.690	–	82.690
Provisões trabalhistas e cíveis	16	3	9.220	3	13.775
Passivo atuarial - FAPES	17	83.647	53.358	98.536	71.087
Vinculadas ao Tesouro Nacional		470	42	6.818	2.636
Impostos e contribuições diferidos	15.2	–	131.314	1.932.545	908.630
Passivo atuarial - FAMS	17	34.879	29.791	55.941	49.282
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6	778.352	785.587	778.352	785.587
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	119.231	174.466	170.923	258.779
Diversas		1.226.327	1.153.459	1.405.949	1.219.862
DÍVIDAS SUBORDINADAS		**5.815.582**	–	**5.815.582**	–
FAT constitucional	11.1	5.815.582	–	5.815.582	–
Outras dívidas subordinadas		5.815.582	–	5.815.582	–
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**696.143.073**	**782.478.914**	**709.620.419**	**794.719.988**
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		**9.009.472**	**10.695.973**	**9.009.472**	**10.695.973**
Depósitos especiais - FAT	11.2	9.009.472	10.695.973	9.009.472	10.695.973
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES, LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO E LETRAS FINANCEIRAS	14	**4.026.910**	**3.601.619**	**4.026.910**	**5.412.280**
Debêntures	14.1	2.315.803	2.854.733	2.315.803	4.665.394
Letras de Crédito do Agronegócio	14.2	–	746.886	–	746.886
Letras Financeiras	14.3	1.711.107	–	1.711.107	–
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	**386.382.145**	**470.949.715**	**386.382.145**	**470.949.715**
Empréstimos no país	10.1	3.566.079	3.871.941	3.566.079	3.871.941
Empréstimos no exterior	10.1	10.490.294	16.207.101	10.490.294	16.207.101
Bônus		10.490.294	16.207.101	10.490.294	16.207.101
Repasses no país		351.785.173	433.838.580	351.785.173	433.838.580
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	331.252.911	415.643.688	331.252.911	415.643.688
Fundo da Marinha Mercante	10.1	20.531.205	18.193.903	20.531.205	18.193.903
Outros		1.057	989	1.057	989
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	10.1	20.540.599	17.032.093	20.540.599	17.032.093
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**15.660.664**	**33.093.586**	**29.138.010**	**43.523.999**
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	10.961.173	27.664.685	10.961.173	27.664.685
Fundo PIS/PASEP	13.1	10.804.313	27.503.153	10.804.313	27.503.153
Outros		156.860	161.532	156.860	161.532
Passivo atuarial - FAPES	17	2.058.011	2.152.864	2.566.924	2.675.750
Provisões trabalhistas e cíveis	16	53.301	41.305	1.450.321	1.292.500
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6	117.038	526.199	117.038	526.199
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6	–	–	–	205.050
Passivo atuarial – FAMS	17	2.004.295	1.903.328	2.469.438	2.360.959
Impostos e contribuições diferidos	15.2	466.031	804.364	11.572.301	8.798.015
Diversas		815	841	815	841
DÍVIDAS SUBORDINADAS		**245.524.906**	**228.599.045**	**245.524.906**	**228.599.045**
FAT Constitucional	11.1	245.524.906	228.599.045	245.524.906	228.599.045
Outras dívidas subordinadas		192.127.461	185.829.129	192.845.923	186.401.094
Elegível a capital		53.397.445	42.769.916	52.678.983	42.197.951
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	19.2.3	**35.538.976**	**35.538.976**	**35.538.976**	**35.538.976**
Secretaria do Tesouro Nacional		35.538.976	35.538.976	35.538.976	35.538.976
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	**71.487.210**	**50.169.642**	**71.487.210**	**50.169.642**
Capital social		44.699.081	40.877.231	44.699.081	40.877.231
Reservas de lucros		5.852.169	4.959.161	5.852.169	4.959.161
Reserva legal		3.478.567	3.169.396	3.478.567	3.169.396
Reserva de incentivos fiscais		201.355	201.355	201.355	201.355
Reserva de equalização de dividendos		2.172.247	1.588.410	2.172.247	1.588.410
Ajustes de avaliação patrimonial		16.175.467	2.988.325	16.175.467	2.988.325
De ativos próprios		16.284.040	3.514.918	16.284.040	3.514.918
De ativos de coligadas e controladas		(108.573)	(526.593)	(108.573)	(526.593)
Lucros Acumulados		4.760.493	1.344.925	4.760.493	1.344.925
TOTAL DO PASSIVO		**836.205.929**	**876.830.770**	**834.461.132**	**883.640.023**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDES 30/06/2018	BNDES 30/06/2017	CONSOLIDADO 30/06/2018	CONSOLIDADO 30/06/2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**34.065.972**	**32.177.812**	**36.142.751**	**34.329.353**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
• Moeda nacional		16.447.072	19.972.822	16.178.717	18.727.790
• Moeda estrangeira		9.180.248	1.854.434	9.390.172	2.028.455
Resultado com títulos e valores mobiliários		6.762.235	8.435.872	7.213.806	8.939.569
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.124.786	1.471.196	2.808.425	4.190.051
Rendas com administração de fundos e programas		551.631	443.488	551.631	443.488
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(30.718.646)**	**(30.498.731)**	**(29.689.469)**	**(30.761.068)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
• Moeda nacional		(20.106.186)	(22.824.957)	(20.018.422)	(23.045.336)
• Moeda estrangeira		(12.315.877)	(2.625.926)	(12.315.877)	(2.626.137)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6.3	2.583.453	(132.694)	2.583.453	(132.694)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(481)	(1.774)	(30.364)	(3.477)
Resultado de provisão para risco de crédito	5.10	(1.062.066)	(4.726.798)	(81.176)	(4.769.408)
Reversão (constituição) de provisão		(2.087.375)	(4.966.729)	(1.108.341)	(5.064.367)
Recuperação de créditos baixados		1.025.309	239.931	1.027.165	294.959
Resultado da carteira de câmbio		182.511	(186.582)	172.917	(184.016)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	5.11	**3.347.326**	**1.679.081**	**6.453.282**	**3.568.285**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**3.146.562**	**390.113**	**2.672.932**	**(419.448)**
Resultado com equivalência patrimonial	7	3.910.495	1.789.240	(52.862)	69.877
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		403.275	264.854	391.444	254.693
Amortização de ágios		–	–	(58.377)	(3.603)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	7	–	–	467.339	(377.461)
Receita de dividendos	7	–	1.235	174.282	135.896
Receita de juros sobre o capital próprio	7	44.790	29.836	305.937	440.859
Resultado com alienações de títulos de renda variável	7	12.461	–	3.008.093	728.999
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6.3	–	–	209.084	(32.257)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		–	–	47.036	149.735
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		–	–	1.060	305.688
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	16	(10.216)	15.616	(110.600)	(39.521)
Despesas tributárias		(282.911)	(310.866)	(498.659)	(462.106)
Despesas com pessoal		(570.140)	(724.173)	(872.609)	(887.297)
Despesas administrativas		(144.980)	(172.553)	(205.735)	(215.344)
Outras receitas operacionais		173.551	16.002	290.731	81.471
Outras despesas operacionais		(389.863)	(519.078)	(423.232)	(569.077)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**6.493.888**	**2.069.194**	**9.126.214**	**3.148.837**
Imposto de renda	15	(1.098.096)	(958.481)	(1.951.605)	(1.416.590)
Contribuição social	15	(916.817)	(801.657)	(1.338.595)	(1.065.227)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	15	281.518	1.035.869	(1.075.521)	677.905
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		**4.760.493**	**1.344.925**	**4.760.493**	**1.344.925**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		**4.760.493**	**1.344.925**	**4.760.493**	**1.344.925**
Quantidade de ações		6.273.711.452	6.273.711.452		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		**0,758800**	**0,214375**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017	**36.340.506**	**3.169.396**	**201.355**	**3.018.705**	**5.231.655**	**–**	**7.470.520**	**(256.094)**	**–**	**55.176.043**
Aumento de capital	4.536.725	–	–	(4.536.725)	–	–	–	–	–	–
Reversão de reserva para margem operacional	–	–	–	1.518.020	(5.231.655)	3.713.635	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio complementar - 2016	–	–	–	–	–	(1.327.965)	–	–	–	(1.327.965)
Dividendos complementares - 2016	–	–	–	–	–	(797.260)	–	–	–	(797.260)
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota Explicativa nº 18)	–	–	–	–	–	–	(3.955.602)	(270.499)	–	(4.226.101)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	–	–	–	1.344.925	1.344.925
Em 30 de junho 2017	**40.877.231**	**3.169.396**	**201.355**	**–**	**–**	**1.588.410**	**3.514.918**	**(526.593)**	**1.344.925**	**50.169.642**
Mutações no semestre	4.536.725	–	–	(3.018.705)	(5.231.655)	1.588.410	(3.955.602)	(270.499)	1.344.925	(5.006.401)
Em 1º de janeiro de 2018	**42.349.381**	**3.478.567**	**201.355**	**2.349.700**	**–**	**2.172.247**	**12.587.528**	**(302.473)**	**–**	**62.836.305**
Aumento de capital (Nota Explicativa nº 18)	2.349.700	–	–	(2.349.700)	–	–	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota Explicativa nº 18)	–	–	–	–	–	–	3.696.512	193.900	–	–
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	–	–	–	4.760.493	4.760.493
Em 30 de junho 2018	**44.699.081**	**3.478.567**	**201.355**	**–**	**–**	**2.172.247**	**16.284.040**	**(108.573)**	**4.760.493**	**71.487.210**
Mutações no semestre	2.349.700	–	–	(2.349.700)	–	–	3.696.512	193.900	4.760.493	8.650.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	6.493.888	2.069.194	9.126.214	3.148.837
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(2.683.400)	3.341.863	(130.625)	5.350.892
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	1.062.066	4.726.798	81.176	4.769.408
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	10.216	(15.616)	110.600	39.521
Resultado de participações em coligadas	(3.910.495)	(1.789.240)	52.862	(69.877)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	–	–	–	(308.245)
Amortização de ágios	–	–	58.377	3.603
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	146.814	410.071	230.663	494.098
Depreciação	7.999	9.850	12.120	12.666
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	–	–	(467.339)	377.461
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	–	–	(209.084)	32.257
Variação de ativos e obrigações	**(24.259.535)**	**24.295.151**	**(28.843.667)**	**22.889.795**
• (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	25.815.969	27.820.059	29.056.501	23.425.362
• (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(3.680.153)	(11.821.198)	(1.714.224)	(10.394.408)
• (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(575.999)	(304.060)	(440.924)	347.200
• Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(49.177.091)	18.451.282	(49.176.431)	18.453.250
• Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	8.121.882	(1.311.498)	(475.589)	768.466
• Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(763.227)	(685.539)	(925.459)	(839.081)
• Juros pagos de empréstimos e repasses	(1.657.752)	(2.147.846)	(1.657.752)	(2.147.846)
• IR e CSLL pagos	(2.343.164)	(5.706.049)	(3.509.789)	(6.723.148)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	**(20.449.047)**	**29.706.208**	**(19.848.078)**	**31.389.524**
Atividades de investimentos				
• Adições ao imobilizado	(2.972)	(3.771)	(2.972)	(3.810)
• Adições ao intangível	(3.860)	(485)	(3.860)	(485)
• Compra de investimento	–	–	–	(4.948)
• Venda de investimentos	–	–	–	(41.988)
• Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	590.438	851.293	153.422	205.876
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**583.606**	**847.037**	**146.590**	**154.645**
Atividades de financiamentos				
• Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	12.538.435	8.948.943	12.538.435	8.948.943
• Dividendos pagos	(1.500.049)	(3.804.654)	(1.500.049)	(3.804.654)
• Captações por emissão de letras financeiras	1.700.000	–	1.700.000	–
• Amortização das obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	(1.527.417)	(3.477.746)	(1.527.417)	(3.477.746)
• Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(356.681)	(376.919)	(455.880)	(1.312.577)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**10.854.288**	**1.289.624**	**10.755.089**	**353.966**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(9.011.153)**	**31.842.869**	**(8.946.399)**	**31.898.135**
Início do semestre	**108.937.573**	**51.303.634**	**112.548.530**	**54.771.268**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	108.937.573	51.303.634	112.548.530	54.771.268
Final do semestre	**99.926.420**	**83.146.503**	**103.602.131**	**86.669.403**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	99.926.420	83.146.503	103.602.131	86.669.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES				CONSOLIDADO			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
RECEITAS	**33.593.293**		**27.731.870**		**39.950.649**		**31.070.263**	
Intermediação financeira	34.065.972		32.177.812		36.142.751		34.329.353	
Outras receitas	589.387		280.856		3.889.074		1.510.318	
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	(1.062.066)		(4.726.798)		(81.176)		(4.769.408)	
DESPESAS	**(30.056.661)**		**(26.275.394)**		**(30.142.126)**		**(26.625.848)**	
Intermediação financeira	(29.656.580)		(25.771.933)		(29.608.293)		(25.991.660)	
Outras despesas	(400.081)		(503.461)		(533.833)		(634.188)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(118.666)**		**(136.922)**		**299.586**		**(547.461)**	
Materiais, energia e outros	(18.096)		(20.054)		(24.721)		(24.246)	
Serviços de terceiros	(100.570)		(116.868)		(143.032)		(145.754)	
Perda de valores ativos	–		–		467.339		(377.461)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.417.966**		**1.319.554**		**10.108.109**		**3.896.954**	
RETENÇÕES	**(7.999)**		**(9.850)**		**(12.120)**		**(12.666)**	
Depreciação	(7.999)		(9.850)		(12,120)		(12.666)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**3.409.967**		**1.309.704**		**10.095.989**		**3.884.288**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**3.955.285**		**1.820.311**		**427.357**		**646.632**	
Resultado de equivalência patrimonial	3.910.495		1.789.240		(52.862)		69.877	
Dividendos e juros sobre capital próprio	44.790		31.071		480.219		576.755	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**7.365.252**		**3.130.015**		**10.523.346**		**4.530.920**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**7.365.252**	**100,0%**	**3.130.015**	**100,0%**	**10.523.346**	**100,0%**	**4.530.920.**	**100,0%**
Pessoal e encargos	501.635	6,8%	640.023	20,4%	766.931	7,3%	780.279	17,2%
- Remuneração direta	323.338		434.065		496.634		519.573	
- Benefícios	152.357		175.423		230.995		222.054	
- FGTS	25.837		30.474		39.147		38.574	
- Outros	103		61		155		78	
Impostos, taxas e contribuições	2.089.862	28,4%	1.123.853	35,9%	4.975.829	47,3%	2.378.319	52,5%
- Federais	2.079.482		1.112.020		4.962.378		2.364.575	
- Estaduais	10		–		15		–	
- Municipais	10.370		11.833		13.436		13.744	
Aluguéis	13.262	0,2%	21.214	0,7%	20.093	0,2%	27.397	0,6%
Lucros retidos	4.760.493	64.6%	1.344.925	43,0%	4.760.493	45,2%	1.344.925	29,7%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificados na Nota Explicativa n.º 24 ou por meio do site www.bndes.gov.br.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais do BNDES estão sendo apresentadas conjuntamente às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem suas subsidiárias integrais e os fundos de investimento financeiros sob controle do BNDES.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Demonstrações Financeiras") foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 31 de julho de 2018. O Conselho de Administração do BNDES manifesta-se posteriormente à emissão das demonstrações financeiras e possui o poder de alterá-las.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES é o Real (R$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e CMN, e, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para fins de consolidação, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

No âmbito do processo de convergência contábil internacional, iniciado no Brasil em 2007 com a publicação da Lei n.º 11.638/2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém a maioria ainda não foi homologada pelo CMN e não existe previsão de quando e como isso ocorrerá. Desta forma, na elaboração das demonstrações financeiras, foram adotados os seguintes pronunciamentos recepcionados pelo CMN:

a) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro;

b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;

d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;

e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível;

f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas;

g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações;

h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros;

i) CPC 24 - Eventos Subsequentes;

j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

k) CPC 27 - Ativo Imobilizado; e

l) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as demonstrações financeiras no semestre findo em 30 de junho de 2018

Variações patrimoniais relevantes no semestre

- redução das disponibilidades devido principalmente à liquidação antecipada de dívida com o Tesouro Nacional, parcialmente compensada pelas liquidações de operações de crédito superiores aos desembolsos;
- crescimento da carteira de ações disponíveis para venda decorrente da valorização do valor justo de algumas participações, em especial da Petrobras, Vale e Suzano, parcialmente impactado pelas alienações realizadas;
- redução da provisão para risco de crédito da carteira de debêntures decorrente da reversão de *impairment* como consequência da reclassificação de debêntures mantidas até o vencimento para debêntures disponíveis para venda;
- redução da carteira de crédito e repasses devido às liquidações de operações em volume superior às liberações em decorrência da manutenção do cenário de redução da demanda, parcialmente atenuada pelo efeito cambial.
- redução dos créditos perante o Tesouro Nacional relativos à equalização de programas incentivados pelo Governo Federal devido aos pagamentos realizados pelo TN, parcialmente atenuado pela apropriação de créditos a receber;
- redução dos repasses no país devido, principalmente, à liquidação antecipada de dívida com o TN;
- pagamento de juros sobre capital mínimos obrigatórios relativos ao lucro de 2017;
- crescimento dos recursos captados no exterior devido à valorização do Dólar norte-americano e à captação de recursos com organismos multilaterais, que foram parcialmente atenuadas pela liquidação dos *bonds* emitidos em 2008;
- redução do saldo de Fundos Financeiros de Desenvolvimento devido à liquidação antecipada de dívida com o Fundo PIS-PASEP;
- aumento do patrimônio líquido em função de ajuste de avaliação patrimonial positivo decorrente da valorização da carteira de participações em sociedades não coligadas, líquido de tributos, e do lucro líquido semestral; e
- crescimento do capital social com a incorporação integral da reserva para aumento de capital.

Variações relevantes do resultado no semestre

- crescimento do resultado bruto da intermediação financeira devido, basicamente, à queda da despesa com provisão para risco de crédito entre os semestres, parcialmente atenuado pela redução: (i) da rentabilidade da carteira de títulos e valores mobiliários; ii) do resultado com operações de crédito e repasses em função do declínio da carteira média no período; e (iii) da despesa com captação de recursos;
- aumento das outras receitas (despesas) operacionais devido principalmente ao crescimento do resultado com participações societárias provocado pelo: i) aumento do resultado com alienações de participações societárias em não coligadas, em especial Petrobras; ii) reversão de perdas com *impairment*; e iii) melhora do resultado com derivativos embutidos em debêntures; e

(continua)

(continuação)

– crescimento da despesa com tributos sobre o lucro entre os semestres decorrente da realização de créditos tributários em função da redução de provisão para risco de crédito e do aumento das despesas correntes devido ao crescimento do lucro tributável entre os semestres.

Para outras informações, consultar o Relatório da Administração do BNDES.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas demonstrações financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

– O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das demonstrações financeiras;

– É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou

– Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas do BNDES, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado - CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das práticas contábeis e estimativas gerais significativas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26 deste relatório.

3. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os critérios de consolidação estão listados na Nota Explicativa n.º 25.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

• BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;

• Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME;

• BNDES Limited - BNDES Ltd.;

• Fundo BB Juno - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;

• Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento de Renda Fixa; e

• Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades	293	1.436	346	26.429
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	99.926.127	83.145.066	103.601.785	86.642.974
Total	**99.926.420**	**83.146.502**	**103.602.131**	**86.669.403**

(*) Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins da demonstração do fluxo de caixa.

4.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

4.1.1. Aplicações em moedas estrangeiras

O saldo dessas operações no circulante totaliza R$ 2.571.958 e R$ 2.831.890 no BNDES e Consolidado, respectivamente (R$ 507.157 e R$ 940.294 no BNDES e Consolidado, respectivamente, em 30 de junho de 2017).

4.1.2. Aplicações em operações compromissadas

O BNDES realizou operações de compra de títulos com compromisso de revenda (mercado de balcão), lastreadas em títulos públicos federais. O saldo dessas operações no circulante totaliza R$ 97.354.169 e R$ 100.769.895 no BNDES e Consolidado, respectivamente (R$ 82.637.909 e R$ 85.702.680 no BNDES e Consolidado, respectivamente, em 30 de junho de 2017).

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 26.5.

A partir de setembro de 2016, conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN n.º 2.682/1999, a Administração do BNDES passou a constituir provisão complementar ao mínimo requerido pela referida Resolução. A provisão complementar visa cobrir riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, entendidas pela Administração como necessárias.

5.1. Composição das operações

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Operações de crédito	**298.892.154**	**330.637.985**	**315.253.971**	**345.859.837**
Circulante	37.863.451	54.541.254	39.824.633	56.417.690
Não circulante	261.028.703	276.096.731	275.429.338	289.442.147
Repasses Interfinanceiros	**222.064.769**	**258.264.516**	**216.574.196**	**254.335.813**
Circulante	16.053.338	25.375.575	43.452.591	57.983.056
Não circulante	206.011.431	232.888.941	173.121.605	196.352.757
Total	**520.956.923**	**588.902.501**	**531.828.167**	**600.195.650**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Operações de crédito	**(11.802.146)**	**(15.911.846)**	**(11.960.939)**	**(16.079.041)**
Circulante	(1.385.024)	(2.624.780)	(1.403.891)	(2.645.391)
Não circulante	(10.417.122)	(13.287.066)	(10.557.048)	(13.433.650)
Repasses interfinanceiros	**(523.145)**	**(573.978)**	**(937.026)**	**(1.034.380)**
Circulante	(38.902)	(56.396)	(170.515)	(199.708)
Não circulante	(484.243)	(517.582)	(766.511)	(834.672)
Total	**(12.325.291)**	**(16.485.824)**	**(12.897.965)**	**(17.113.421)**

5.2. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas

	BNDES					
	30/06/2018			30/06/2017		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	80.918.284	16.355.993	97.274.277	98.895.986	15.193.650	114.089.636
Outras	368.170.840	55.511.806	423.682.646	417.840.312	56.972.553	474.812.865
Total	**449.089.124**	**71.867.799**	**520.956.923**	**516.736.298**	**72.166.203**	**588.902.501**

	Consolidado					
	30/06/2018			30/06/2017		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	–	–	–	–	–	–
Outras	459.842.849	71.985.318	531.828.167	527.851.298	72.344.352	600.195.650
Total	**459.842.849**	**71.985.318**	**531.828.167**	**527.851.298**	**72.344.352**	**600.195.650**

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

5.3. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Setor público				
Administração pública	60.050.811	62.968.811	60.054.412	62.971.677
Atividades empresariais				
Indústria	20.222.128	28.502.611	20.222.128	28.502.611
Intermediação financeira	169.700.087	192.107.284	96.325.236	108.717.999
Outros serviços	3.271.484	5.006.348	3.271.531	5.006.394
	253.244.510	**288.585.054**	**179.873.307**	**205.198.681**
Setor privado				
Rural	3.444.327	3.362.925	3.444.327	3.362.925
Indústria	106.452.467	119.909.905	106.452.467	119.909.905
Comércio	3.415.390	3.210.230	3.415.390	3.210.230
Intermediação financeira	46.635.663	59.118.652	114.519.894	138.579.188
Outros serviços	107.764.566	114.715.735	124.122.782	129.934.721
	267.712.413	**300.317.447**	**351.954.860**	**394.996.969**
Total	**520.956.923**	**588.902.501**	**531.828.167**	**600.195.650**

5.4. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento

BNDES				Consolidado			
30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
Vencido:	864.282	Vencido:	3.228.202	Vencido:	865.131	Vencido:	3.324.841
A vencer:		A vencer:		A vencer:		A vencer:	
2018	29.279.471	2017	40.130.951	2018	44.655.677	2017	57.347.999
2019	43.775.703	2018	66.546.404	2019	68.703.471	2018	96.658.086
2020	39.078.936	2019	55.890.663	2020	57.462.291	2019	77.887.765
2021	33.969.024	2020	49.783.248	2021	47.848.430	2020	59.941.185
2022	29.888.460	2021	42.801.082	2022	40.312.376	2021	48.421.986
Após 2022	344.101.047	Após 2021	330.521.951	Após 2022	271.980.791	Após 2021	256.613.788
Total	**520.956.923**	**Total**	**588.902.501**	**Total**	**531.828.167**	**Total**	**600.195.650**

5.5. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES							
	30/06/2018				30/06/2017			
	Operações de crédito	%	Repasses Inter-financeiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Inter-financeiros	%
Maior cliente	16.159.125	5,4%	97.274.279	43,8%	15.656.203	4,7%	114.089.637	44,2%
10 seguintes maiores clientes	56.751.352	19,0%	108.220.597	48,7%	69.545.618	21,0%	123.811.288	47,9%
20 seguintes maiores clientes	53.129.723	17,8%	15.306.356	6,9%	56.128.005	17,0%	18.829.003	7,3%
50 seguintes maiores clientes	59.184.273	19,8%	1.263.308	0,6%	62.562.516	18,9%	1.532.385	0,6%
100 seguintes maiores clientes	50.890.167	17,0%	229	0,0%	59.045.162	17,9%	2.203	0,0%
Demais clientes	62.777.514	21,0%	–	–	67.700.481	20,5%	–	–
Total	**298.892.154**	**100,0%**	**222.064.769**	**100,0%**	**330.637.985**	**100,0%**	**258.264.516**	**100,0%**

	Consolidado							
	30/06/2018				30/06/2017			
	Operações de crédito	%	Repasses Inter-financeiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Inter-financeiros	%
Maior cliente	16.159.125	5,1%	29.877.166	13,8%	15.656.203	4,5%	52.595.411	20,7%
10 seguintes maiores clientes	62.489.813	19,8%	138.304.372	63,9%	72.533.941	21,1%	149.201.847	58,7%
20 seguintes maiores clientes	56.564.812	17,9%	42.530.701	19,6%	60.630.259	17,5%	46.103.242	18,1%
50 seguintes maiores clientes	62.792.282	19,9%	5.841.407	2,7%	66.082.543	19,1%	6.395.647	2,5%
100 seguintes maiores clientes	52.990.046	16,8%	20.550	0,0%	61.340.772	17,7%	39.666	0,0%
Demais clientes	64.257.893	20,5%	–	–	69.616.119	20,1%	–	–
Total	**315.253.971**	**100,0%**	**216.574.196**	**100,0%**	**345.859.837**	**100,0%**	**254.335.813**	**100,0%**

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

De acordo com a Resolução CMN n.º 2.844/2001, o limite máximo de exposição por cliente foi fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio de Referência, sendo este apurado conforme metodologia consolidada na Resolução CMN nº 4.192/2013. Após a emissão da Resolução CMN n.º 4.430/2015, a partir de 1º de julho de 2015 o BNDES passou a reconhecer, para fins do cálculo do limite de exposição por cliente, as ações por ele adquiridas, de forma direta ou indireta, de empresas dos setores petrolífero, elétrico e de mineração, em decorrência de (i) medidas ou programas instituídos por lei federal, (ii) execução de garantias de operações de crédito ou (iii) investimentos compatíveis com o objeto social da instituição.

Dada a carteira de empréstimos e também de ações detidas de determinado cliente, em 1º de julho de 2015 o BNDES encontrava-se acima do limite de 25% do Patrimônio de Referência para fins de apuração do limite de exposição por cliente, devendo, a partir daquela data, reduzir gradualmente o excesso apurado, conforme o seguinte cronograma:

- redução de 20% (vinte por cento), no mínimo, do excesso apurado em 1º de julho de 2015, até 30 de junho de 2018;
- redução de 35% (trinta e cinco por cento), no mínimo, do excesso apurado em 1º de julho de 2018, até 30 de junho de 2021; e
- eliminação total do excesso remanescente em 1º de julho de 2021, até 30 de junho de 2024.

Até que este calendário tenha sido cumprido, o BNDES é considerado como enquadrado para fins de limites prudenciais.

Em 30 de junho de 2018 o BNDES cumpriu a meta de eliminação de 20% do excesso de exposição por cliente, conforme previsto no cronograma acima.

5.6. Composição da carteira e da provisão para crédito de liquidação por nível de risco

A Administração do BNDES constituiu provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, visando à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, entendidas pela Administração como necessárias.

(continua)

(continuação)

Apresentamos a seguir as provisões constituídas para as operações de crédito e repasses interfinanceiros:

a) Operações de crédito

			BNDES							
			30/06/2018				30/06/2017			
				Provisão				Provisão		
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Requerida	Complementar	Total	Carteira Bruta	Requerida	Complementar	Total
AA	0,0	Adimplente	33.473.735	–	(6.099)	(6.099)	45.194.172	–	–	–
AA	0,0	Inadimplente	6.757.930	–	–	–	6.973.598	–	–	–
A	0,5	Adimplente	94.873.437	(474.367)	(132.518)	(606.885)	87.328.962	(436.645)	(223.797)	(660.442)
B	1,0	Adimplente	111.632.972	(1.116.330)	–	(1.116.330)	125.589.052	(1.255.891)	–	(1.255.891)
C	3,0	Adimplente	27.122.760	(813.683)	(320.865)	(1.134.548)	42.917.163	(1.287.515)	(1.354.737)	(2.642.252)
C	3,0	Inadimplente	2.372.805	(71.184)	–	(71.184)	–	–	–	–
D	10,0	Adimplente	5.449.328	(544.933)	(401.025)	(945.958)	3.390.164	(339.016)	–	(339.016)
D	10,0	Inadimplente	142.358	(14.236)	–	(14.236)	1.751.768	(175.177)	(554.674)	(729.851)
E	30,0	Adimplente	11.621.033	(3.486.308)	(102.957)	(3.589.265)	10.777.048	(3.233.114)	(632.560)	(3.865.674)
E	30,0	Inadimplente	–	–	–	–	32.027	(9.608)	–	(9.608)
F	50,0	Adimplente	70.767	(35.383)	–	(35.383)	163.477	(81.738)	–	(81.738)
F	50,0	Inadimplente	233.363	(116.681)	–	(116.681)	318.882	(159.441)	–	(159.441)
G	70,0	Adimplente	971.716	(680.201)	–	(680.201)	112.465	(78.726)	–	(78.726)
G	70,0	Inadimplente	2.281.915	(1.597.341)	–	(1.597.341)	–	–	–	–
H	100,0	Adimplente	1.149.482	(1.149.482)	–	(1.149.482)	489.368	(489.368)	–	(489.368)
H	100,0	Inadimplente	738.553	(738.553)	–	(738.553)	5.599.839	(5.599.839)	–	(5.599.839)
Total			**298.892.154**	**(10.838.682)**	**(963.464)**	**(11.802.146)**	**330.637.985**	**(13.146.078)**	**(2.765.768)**	**(15.911.846)**
Circulante			37.863.451			(1.385.024)	54.541.254			(2.624.780)
Não circulante			261.028.703			(10.417.122)	276.096.731			(13.287.066)

			Consolidado							
			30/06/2018				30/06/2017			
				Provisão				Provisão		
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Requerida	Complementar	Total	Carteira Bruta	Requerida	Complementar	Total
AA	0,0	Adimplente	33.473.735	–	(6.099)	(6.099)	45.214.385	–	–	–
AA	0,0	Inadimplente	6.757.930	–	–	–	6.973.598	–	–	–
A	0,5	Adimplente	97.916.769	(489.585)	(132.518)	(622.103)	88.134.752	(440.674)	(223.797)	(664.471)
B	1,0	Adimplente	124.610.407	(1.246.105)	–	(1.246.105)	139.187.681	(1.391.877)	–	(1.391.877)
C	3,0	Adimplente	27.460.130	(823.804)	(320.865)	(1.144.669)	43.711.019	(1.311.331)	(1.354.737)	(2.666.068)
C	3,0	Inadimplente	2.372.805	(71.184)	–	(71.184)	–	–	–	–
D	10,0	Adimplente	5.449.328	(544.933)	(401.025)	(945.958)	3.390.164	(339.016)	–	(339.016)
D	10,0	Inadimplente	142.358	(14.236)	–	(14.236)	1.751.768	(175.177)	(554.674)	(729.851)
E	30,0	Adimplente	11.621.033	(3.486.307)	(102.957)	(3.589.264)	10.777.048	(3.233.114)	(632.560)	(3.865.674)
E	30,0	Inadimplente	–	–	–	–	32.027	(9.608)	–	(9.608)
F	50,0	Adimplente	70.767	(35.383)	–	(35.383)	163.477	(81.738)	–	(81.738)
F	50,0	Inadimplente	233.363	(116.681)	–	(116.681)	318.882	(159.441)	–	(159.441)
G	70,0	Adimplente	971.716	(680.201)	–	(680.201)	112.465	(78.726)	–	(78.726)
G	70,0	Inadimplente	2.281.915	(1.597.341)	–	(1.597.341)	–	–	–	–
H	100,0	Adimplente	1.153.162	(1.153.162)	–	(1.153.162)	492.732	(492.732)	–	(492.732)
H	100,0	Inadimplente	738.553	(738.553)	–	(738.553)	5.599.839	(5.599.839)	–	(5.599.839)
Total			**315.253.971**	**(10.997.475)**	**(963.464)**	**(11.960.939)**	**345.859.837**	**(13.313.273)**	**(2.765.768)**	**(16.079.041)**
Circulante			39.824.633			(1.403.891)	56.417.690			(2.645.391)
Não circulante			275.429.338			(10.557.048)	289.442.147			(13.433.650)

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001 0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

b) Repasses interfinanceiros

			BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
AA	0,0	Adimplente	165.535.103	193.089.508	–	–	97.530.528	117.883.129	–	–
A	0,5	Adimplente	43.752.850	51.782.054	(218.763)	(258.911)	101.275.466	109.728.517	(506.376)	(548.644)
B	1,0	Adimplente	8.602.845	8.325.552	(86.028)	(83.255)	11.126.327	20.041.977	(111.263)	(200.418)
C	3,0	Adimplente	3.976.023	4.917.726	(119.281)	(147.531)	6.327.592	6.513.757	(189.828)	(195.413)
D	10,0	Adimplente	14.596	25.788	(1.460)	(2.579)	36.671	25.800	(3.668)	(2.580)
E	30,0	Adimplente	122.485	60.266	(36.746)	(18.080)	216.745	79.011	(65.024)	(23.703)
H	100,0	Adimplente	60.867	63.622	(60.867)	(63.622)	60.867	63.622	(60.867)	(63.622)
Total			**222.064.769**	**258.264.516**	**(523.145)**	**(573.978)**	**216.574.196**	**254.335.813**	**(937.026)**	**(1.034.380)**
Circulante			16.053.338	25.375.575	(38.902)	(56.396)	43.452.591	57.983.056	(170.515)	(199.708)
Não circulante			206.011.431	232.888.941	(484.243)	(517.582)	173.121.605	196.352.757	(766.511)	(834.672)

5.7. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Operações de crédito

	BNDES					
	30/06/2018			30/06/2017		
	Requerida	Complementar	Total	Requerida	Complementar	Total
Saldo no início do semestre	(10.100.356)	(1.337.217)	(11.437.573)	(10.403.103)	(1.305.653)	(11.708.756)
(Constituição) reversão líquida	(2.603.003)	373.753	(2.229.250)	(2.898.449)	(1.460.115)	(4.358.564)
Baixas contra provisão	1.864.677	–	1.864.677	155.474	–	155.474
Saldo no final do semestre	**(10.838.682)**	**(963.464)**	**(11.802.146)**	**(13.146.078)**	**(2.765.768)**	**(15.911.846)**

	Consolidado					
	30/06/2018			30/06/2017		
	Requerida	Complementar	Total	Requerida	Complementar	Total
Saldo no início do semestre	(10.247.125)	(1.337.217)	(11.584.342)	(10.547.980)	(1.305.653)	(11.853.633)
(Constituição) reversão líquida	(2.615.036)	373.753	(2.241.283)	(2.920.771)	(1.460.115)	(4.380.886)
Baixas contra provisão	1.864.686	–	1.864.686	155.478	–	155.478
Saldo no final do semestre	**(10.997.475)**	**(963.464)**	**(11.960.939)**	**(13.313.273)**	**(2.765.768)**	**(16.079.041)**

b) Repasses interfinanceiros

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	(662.928)	(580.925)	(1.142.935)	(1.095.529)
(Constituição) reversão líquida	139.783	(608.986)	205.909	(554.784)
Baixas contra provisão	–	615.933	–	615.933
Saldo no final do semestre	**(523.145)**	**(573.978)**	**(937.026)**	**(1.034.380)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

5.8. Movimentação e renegociação na carteira de crédito

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Créditos transferidos para prejuízo	1.864.677	771.407	1.864.696	867.115
Créditos recuperados	1.025.309	239.931	1.027.165	294.959
Créditos renegociados	15.960.923	11.520.440	15.960.923	11.520.440

A movimentação no quadro acima segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

5.9. Outros créditos - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Venda a prazo de TVM	–	–	1.019.057	1.095.552
Provisão	–	–	(260.826)	(374.124)
	–	–	**758.231**	**721.428**
Direitos Recebíveis	13.097	12.416	888.290	83.499
Provisão	(355)	(372)	(332.414)	(71.456)
	12.742	**12.044**	**555.876**	**12.043**
Total	**12.742**	**12.044**	**1.314.107**	**733.471**
Circulante	1.617	1.398	31.600	20.657
Não circulante	11.125	10.646	1.282.507	712.814

5.9.1. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Setor público	13.097	12.416	11.479	12.416
Setor privado				
Indústria	–	–	875.297	940.457
Rural	–	–	1.363	–
Outros serviços	–	–	1.019.208	226.178
	–	–	1.895.868	1.166.635
Total	**13.097**	**12.416**	**1.907.347**	**1.179.051**

5.9.2. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES				Consolidado			
30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
A vencer:		A vencer:		A vencer:		A vencer:	
2018	856	2017	695	2018	70.569	2017	18.203
2019	1.608	2018	1.391	2019	61.281	2018	54.522
2020	–	2019	1.391	2020	18.365	2019	59.353
2021	1.608	2020	–	2021	19.802	2020	19.470
2022	1.608	2021	1.391	2022	809.597	2021	20.273
Após 2022	7.417	Após 2021	7.548	Após 2022	927.733	Após 2021	1.007.230
Total	**13.097**	**Total**	**12.416**	**Total**	**1.907.347**	**Total**	**1.179.051**

(continua)

(continuação)

5.9.3. Composição da carteira bruta por nível de risco e provisão para crédito de liquidação duvidosa

a) Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários

			Consolidado (*)							
			30/06/2018				30/06/2017			
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Requerida	Complementar	Total	Carteira Bruta	Requerida	Complementar	Total
A	0,5	Adimplente	185.963	(930)	–	(930)	173.555	(868)	–	(868)
C	3,0	Adimplente	30.004	(900)	–	(900)	6.661	(200)	–	(200)
D	10,0	Adimplente	–	–	–	–	46.462	(4.646)	–	(4.646)
E	30,0	Adimplente	803.090	(240.927)	(18.069)	(258.996)	868.710	(260.613)	(107.633)	(368.246)
H	100,0	Adimplente	–	–	–	–	164	(164)	–	(164)
Total			**1.019.057**	**(242.757)**	**(18.069)**	**(260.826)**	**1.095.552**	**(266.491)**	**(107.633)**	**(374.124)**
Circulante			27.508			(6.533)	29.246			(9.987)
Não circulante			991.549			(254.293)	1.066.306			(364.137)

(*) O BNDES não possui operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos semestres apresentados.

b) Direitos Recebíveis

			BNDES			
			30/06/2018		30/06/2017	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
A	0,5	Adimplente	1.155	(6)	–	–
B	1,0	Adimplente	462	(5)	–	–
C	3,0	Adimplente	11.480	(344)	12.416	(372)
Total			**13.097**	**(355)**	**12.416**	**(372)**
Circulante			1.660	(43)	1.439	(41)
Não circulante			11.437	(312)	10.977	(331)

			Consolidado					
			30/06/2018				30/06/2017	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Requerida	Complementar	Total	Carteira Bruta	Provisão
A	0,5	Adimplente	1.155	(6)	–	(6)	–	–
B	1,0	Adimplente	462	(5)	–	(5)	–	–
C	3,0	Adimplente	11.480	(344)	–	(344)	12.416	(373)
E	30,0	Adimplente	801.673	(240.501)	(18.038)	(258.539)	–	–
H	100,0	Adimplente	73.520	(73.520)	–	(73.520)	71.083	(71.083)
Total			**888.290**	**(314.376)**	**(18.038)**	**(332.414)**	**83.499**	**(71.456)**
Circulante			45.697			(35.072)	1.666	(268)
Não circulante			842.593			(297.342)	81.833	(71.188)

5.9.4. Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

	Consolidado (*)					
	30/06/2018			30/06/2017		
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	Requerida	Complementar	Total	Requerida	Complementar	Total
Saldo no início do semestre	(273.080)	(43.478)	(316.558)	(94.691)	(159.754)	(254.445)
(Constituição) reversão líquida	30.323	25.409	55.732	(171.800)	52.121	(119.679)
Saldo no final do semestre	**(242.757)**	**(18.069)**	**(260.826)**	**(266.491)**	**(107.633)**	**(374.124)**

(*) O BNDES não possui operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos semestres apresentados.

	BNDES	
	30/06/2018	30/06/2017
Direitos recebíveis	Provisão	Provisão
Saldo no início do semestre	(370)	(386)
(Constituição) reversão líquida	15	14
Saldo no final do semestre	**(355)**	**(372)**

	Consolidado			
	30/06/2018			30/06/2017
Direitos recebíveis	Requerida	Complementar	Total	Provisão
Saldo no início do semestre	(72.013)	–	(72.013)	(166.591)
(Constituição) reversão líquida	(242.373)	(18.038)	(260.411)	(1.245)
Baixas contra provisão	10	–	10	96.380
Saldo no final do semestre	**(314.376)**	**(18.038)**	**(332.414)**	**(71.456)**

(continua)

(continuação)

5.10. Composição do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Reversão (constituição) líquida sobre:				
Operações de crédito	(2.229.249)	(4.358.564)	(2.241.283)	(4.380.886)
Operações de repasses interfinanceiros	139.783	(608.986)	205.909	(554.784)
Debêntures	2.076	807	1.131.712	(8.449)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários			55.732	(119.679)
Direitos recebíveis	15	14	(260.411)	(569)
Recuperação de créditos baixados do ativo	1.025.309	239.931	1.027.165	294.959
Receita (despesa) líquida apropriada	**(1.062.066)**	**(4.726.798)**	**(81.176)**	**(4.769.408)**

5.11. Resultado da intermediação financeira

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas da intermediação financeira	**34.065.972**	**32.177.812**	**36.142.751**	**34.329.353**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	25.627.320	21.827.256	25.568.889	20.756.245
• Moeda nacional	16.447.072	19.972.822	16.178.717	18.727.790
Juros/comissões	15.766.109	18.743.534	15.690.691	17.972.782
Atualização monetária	680.963	1.229.288	488.026	755.008
• Moeda estrangeira	9.180.248	1.854.434	9.390.172	2.028.455
Juros/comissões	1.019.063	1.156.621	1.188.292	1.332.979
Variação cambial	8.161.185	697.813	8.201.880	695.476
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	6.762.235	8.435.872	7.213.806	8.939.569
• Moeda nacional	6.676.186	8.415.544	7.100.880	8.914.161
Juros/comissões	3.023.059	3.817.941	3.251.582	4.049.773
Atualização monetária	4.181.764	3.737.761	4.378.581	4.001.414
Resultados na alienação	269.110	299.663	269.110	299.663
Ajustes ao valor de mercado	(797.747)	560.179	(798.393)	563.311
• Moeda estrangeira	86.049	20.328	112.926	25.408
Juros/comissões	5.478	6.275	9.545	11.315
Variação cambial	41.832	14.053	64.642	14.093
Ajustes ao valor de mercado	38.739	–	38.739	–
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.124.786	1.471.196	2.808.425	4.190.051
Juros/comissões	1.124.138	1.470.182	2.807.958	4.187.216
Atualização monetária	648	1.014	467	2.835
Rendas com administração de fundos e programas	551.631	443.488	551.631	443.488
Despesas da intermediação financeira	**(30.718.646)**	**(30.498.731)**	**(29.689.469)**	**(30.761.068)**
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(32.422.063)	(25.450.883)	(32.334.299)	(25.671.473)
• Moeda nacional	(20.106.186)	(22.824.957)	(20.018.422)	(23.045.336)
Juros/comissões	(20.106.132)	(22.790.877)	(19.952.144)	(22.886.587)
Atualização monetária	(54)	(34.080)	(66.278)	(158.749)
• Moeda estrangeira	(12.315.877)	(2.625.926)	(12.315.877)	(2.626.137)
Juros/comissões	(1.283.193)	(1.105.110)	(1.283.193)	(1.105.321)
Variação cambial	(11.032.684)	(1.520.816)	(11.032.684)	(1.520.816)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	2.583.453	(132.694)	2.583.453	(132.694)
Receitas	3.386.690	1.363.608	3.386.690	1.363.608
Despesas	(803.237)	(1.496.302)	(803.237)	(1.496.302)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(481)	(1.774)	(30.364)	(3.477)
Resultado de provisão para risco de crédito	(1.062.066)	(4.726.798)	(81.176)	(4.769.408)
Reversão (constituição) de provisão	(2.087.375)	(4.966.729)	(1.108.341)	(5.064.367)
Recuperação de créditos baixados	1.025.309	239.931	1.027.165	294.959
Resultado da carteira de câmbio	182.511	(186.582)	172.917	(184.016)
Operações de câmbio	253.212	(165.363)	253.212	(165.362)
Variação cambial	(70.701)	(21.219)	(80.295)	(18.654)
Resultado bruto da intermediação financeira	**3.347.326**	**1.679.081**	**6.453.282**	**3.568.285**

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES. O detalhamento de sua classificação e tratamento contábil pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 26.6.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Títulos para negociação:				
Cotas de fundos de investimento	3.225.116	2.966.093	–	–
Títulos públicos	33.764.634	60.753.789	33.798.160	60.783.431
Títulos de renda fixa no exterior	7	6	147.231	179.108
	36.989.757	**63.719.888**	**33.945.391**	**60.962.539**
Títulos disponíveis para venda:				
Cotas de fundos de investimento	372.179	332.896	–	–
Debêntures	4.564.424	4.559.324	8.097.581	7.710.807
Ações	18.254.062	13.167.465	70.268.591	55.303.796
Títulos públicos	37.862.795	25.815.017	37.862.795	25.815.017
Títulos de renda fixa no exterior	354.174	309.781	354.174	309.781
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	9.438	–	1.740.905	1.599.800
	61.417.072	**44.184.483**	**118.324.046**	**90.739.201**
Títulos mantidos até o vencimento:				
Títulos de renda fixa no exterior	1.299.847	–	1.299.847	–
Debêntures	2.280.781	2.728.347	5.469.448	7.945.085
	3.580.628	**2.728.347**	**6.769.295**	**7.945.085**
Instrumentos financeiros derivativos (Privados) (Nota Explicativa n.º 6.6)	251.577	98.504	1.402.861	927.098
Total Títulos e Valores Mobiliários	**102.239.034**	**110.731.222**	**160.441.593**	**160.573.923**
(–) Provisão para risco de crédito – Debêntures	(13.367)	(16.210)	(33.598)	(234.853)
Total	**102.225.667**	**110.715.012**	**160.407.995**	**160.339.070**

Em 30 de junho de 2018 a subsidiária BNDESPAR alterou a classificação contábil de debêntures classificadas na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para "Títulos Disponíveis para Venda". O saldo transferido para a nova categoria foi de R$ 1.251.767.

Tal alteração foi motivada por uma ampla reestruturação da dívida do emissor, que teve como um de seus resultados a inclusão no contrato de cláusula de "Amortização Extraordinária Obrigatória". Essa cláusula consiste na amortização antecipada das debêntures caso o emissor aliene determinadas participações societárias. A Administração considera que essa nova cláusula modifica as características iniciais do ativo de tal forma que o mesmo não mais se qualifica para a categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento", e portanto, alterou sua classificação para "Títulos Disponíveis para Venda".

Como consequência da mudança de categoria, foi reconhecida receita de reversão de provisão para risco de crédito no valor de R$ 1.554.358 no resultado do período, dado que na categoria anterior tais debêntures possuíam provisão para risco de crédito; e ainda ajuste a valor de mercado negativo no valor de R$ 145.000 em Outros Resultados Abrangentes, decorrente da mensuração ao valor justo na nova categoria.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001 4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

6.1. Composição por natureza e prazo de vencimento

	BNDES								
	30/06/2018								30/06/2017
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
Livres:									
Títulos para negociação:									
Público:									
Cotas de fundos de investimento	3.225.116	–	–	–	–	–	–	3.225.116	2.966.093
Títulos públicos									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	11.008.337	–	–	–	–	–	11.008.337	51.004.124
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	2.241.025	–	–	–	–	–	2.241.025	4.582.387
Notas do Tesouro Nacional - Série B– NTN-B	–	4.643.993	–	–	–	–	–	4.643.993	917.555
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	101.478	–	–	–	–	–	101.478	105.367
Títulos de renda fixa no exterior	–	7	–	–	–	–	–	7	6
	3.225.116	**17.994.840**	–	–	–	–	–	**21.219.956**	**59.575.532**
Títulos disponíveis para venda:									
Público:									
Cotas de fundos de investimento	372.179	–	–	–	–	–	–	372.179	332.896
Debêntures	–	–	33.548	279.010	158.081	229.861	–	700.500	736.825
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	18.112.633	–	–	–	–	–	–	18.112.633	13.005.587
Títulos públicos									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	1.029.649	1.259.988	214.154	–	–	2.503.791	1.857.551
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	3.594.530	4.432.055	2.521.282	3.237.685	4.712.099	18.497.651	10.884.370
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	–	–	425.791	1.669.556	4.636.470	–	6.731.817	3.625.225
Título da Dívida Agrária - TDA	–	–	–	–	–	–	–	–	1.814
Privado:									
Títulos de renda fixa no exterior	–	–	–	–	276.953	77.221	–	354.174	309.781
Debêntures	–	872.014	31.728	553.210	78.071	2.328.901	–	3.863.924	3.822.499
Cotas de fundos de investimento	9.438	–	–	–	–	–	–	9.438	–
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	141.429	–	–	–	–	–	–	141.429	161.878
	18.635.679	**872.014**	**4.689.455**	**6.950.054**	**4.918.097**	**10.510.138**	**4.712.099**	**51.287.536**	**34.738.426**
Títulos mantidos até o vencimento:									
Público:									
Debêntures	–	13.827	–	194.133	408.850	755.810	–	1.372.620	1.678.346
Privado:									
Títulos de renda fixa no exterior	–	–	1.299.847	–	–	–	–	1.299.847	–
Debêntures	–	–	–	908.161	–	–	–	908.161	1.050.001
	–	**13.827**	**1.299.847**	**1.102.294**	**408.850**	**755.810**	–	**3.580.628**	**2.728.347**
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos para negociação (Títulos públicos)									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	14.523.312	–	–	–	–	–	14.523.312	4.144.356
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	1.378	–	–	–	–	–	1.378	–
Títulos disponíveis para venda (Títulos públicos)									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	464.163	1.294.016	–	–	–	1.758.179	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	3.762	1.164.185	476.474	76.353	365.542	2.086.316	2.904.236
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	–	–	958.029	1.158.985	147.656	–	2.264.670	–
Vinculados à prestação de garantias:									
Títulos para negociação (Títulos públicos)									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	1.245.111	–	–	–	–	–	1.245.111	–
Títulos disponíveis para venda (Títulos públicos)									
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	–	97.392	–	3.922.979	4.020.371	6.541.821
Instrumentos financeiros derivativos	**–**	**246.244**	**5.333**	**–**	**–**	**–**	**–**	**251.577**	**98.504**
TOTAL	**21.860.795**	**34.896.726**	**6.462.560**	**11.468.578**	**7.059.798**	**11.489.957**	**9.000.620**	**102.239.034**	**110.731.222**
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Público								(8.826)	(10.960)
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Privado								(4.541)	(5.250)
								(13.367)	**(16.210)**
Total								**102.225.667**	**110.715.012**
Circulante								44.956.443	66.062.071
Não circulante								57.269.224	44.652.941

(continua)

(continuação)

	Consolidado								
	30/06/2018								30/06/2017
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
Livres:									
Títulos para negociação:									
Público:									
Títulos públicos									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	25.531.649	–	–	–	–	–	25.531.649	51.004.124
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	2.274.551	–	–	–	–	–	2.274.551	4.612.029
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	4.643.993	–	–	–	–	–	4.643.993	917.555
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	102.856	–	–	–	–	–	102.856	105.367
Títulos de renda fixa no exterior	–	147.231	–	–	–	–	–	147.231	179.108
	–	**32.700.280**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**32.700.280**	**56.818.183**
Títulos disponíveis para venda:									
Público:									
Debêntures	–	–	33.548	279.010	158.081	229.861	–	700.500	736.825
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	39.440.017	–	–	–	–	–	–	39.440.017	31.453.045
Títulos públicos									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	1.124.954	2.554.004	214.154	–	–	3.893.112	1.857.551
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	3.598.292	5.596.240	2.997.756	3.314.038	5.077.641	20.583.967	10.884.370
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	–	–	1.383.820	2.828.541	4.784.126	–	8.996.487	3.625.225
Título da Dívida Agrária - TDA	–	–	–	–	–	–	–	–	1.814
Privado:									
Títulos de renda fixa no exterior	–	–	–	–	276.953	77.221	–	354.174	309.781
Debêntures	–	986.861	31.728	3.481.870	471.977	2.328.901	95.744	7.397.081	6.973.982
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	1.740.905	–	–	–	–	–	–	1.740.905	1.599.800
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	30.828.574	–	–	–	–	–	–	30.828.574	23.850.751
	72.009.496	**986.861**	**4.788.522**	**13.294.944**	**6.947.462**	**10.734.147**	**5.173.385**	**113.934.817**	**81.293.144**
Títulos mantidos até o vencimento:									
Público:									
Debêntures	–	13.827	13.673	300.412	876.227	1.291.316	–	2.495.455	2.964.140
Privado:									
Títulos de renda fixa no exterior	–	–	1.299.847	–	–	–	–	1.299.847	–
Debêntures	–	–	45.086	1.350.993	397.421	1.180.493	–	2.973.993	4.980.945
	–	**13.827**	**1.358.606**	**1.651.405**	**1.273.648**	**2.471.809**	**–**	**6.769.295**	**7.945.085**
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos para negociação (Títulos públicos)									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	–	–	–	–	–	4.144.356
Títulos disponíveis para venda (Títulos públicos)									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	368.858	–	–	–	–	368.858	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	–	–	–	–	–	2.904.236
Vinculados à prestação de garantias:									
Títulos para negociação (Títulos públicos)									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	1.245.111	–	–	–	–	–	1.245.111	–
Títulos disponíveis para venda (Títulos públicos)									
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	–	97.392	–	3.922.979	4.020.371	6.541.821
Instrumentos financeiros derivativos	**–**	**332.274**	**376.529**	**694.058**	**–**	**–**	**–**	**1.402.861**	**927.098**
TOTAL	**72.009.496**	**35.278.353**	**6.892.515**	**15.640.407**	**8.318.502**	**13.205.956**	**9.096.364**	**160.441.593**	**160.573.923**
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Público								(15.972)	(18.418)
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Privado								(17.626)	(216.435)
								(33.598)	**(234.853)**
Total								**160.407.995**	**160.339.070**
Circulante								42.371.341	63.965.672
Não circulante								118.036.654	96.373.398

(continua)

(continuação)

6.2. Valores de custo e mercado e composição por emissor

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Livres	**76.628.675**	**76.074.753**	**100.981.370**	**97.026.095**	**126.193.860**	**153.370.794**	**137.068.880**	**145.821.559**
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos de investimento	3.225.116	3.225.116	2.966.093	2.966.093	–	–	–	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.942.403	11.008.337	49.672.549	51.004.124	25.058.188	25.531.649	49.672.549	51.004.124
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.241.594	2.241.025	4.582.611	4.582.387	2.275.120	2.274.551	4.612.253	4.612.029
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	4.639.027	4.643.993	918.587	917.555	4.639.027	4.643.993	918.587	917.555
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	105.497	101.478	103.506	105.367	106.930	102.856	103.506	105.367
Títulos de renda fixa no exterior	7	7	6	6	147.231	147.231	179.108	179.108
	21.153.644	**21.219.956**	**58.243.352**	**59.575.532**	**32.226.496**	**32.700.280**	**55.486.003**	**56.818.183**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Cotas de fundos de investimento	372.179	372.179	332.896	332.896	–	–	–	–
Debêntures	739.589	700.500	840.954	736.825	739.589	700.500	840.954	736.825
Ações	18.895.871	18.112.633	19.047.664	13.005.587	35.043.254	39.440.017	37.099.047	31.453.045
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.503.044	2.503.791	1.836.137	1.857.551	3.894.785	3.893.112	1.836.137	1.857.551
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	18.685.961	18.497.651	10.810.631	10.884.370	20.843.801	20.583.967	10.810.631	10.884.370
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	7.001.182	6.731.817	3.431.493	3.625.225	9.281.604	8.996.487	3.431.493	3.625.225
Título da Dívida Agrária - TDA	–	–	1.814	1.814	–	–	1.814	1.814
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	346.740	354.174	301.191	309.781	346.740	354.174	301.191	309.781
Debêntures	3.185.273	3.863.924	3.276.712	3.822.499	6.718.430	7.397.081	6.280.046	6.973.982
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	9.438	9.438	–	–	1.740.905	1.740.905	1.599.800	1.599.800
Ações	168.493	141.429	146.389	161.878	8.622.560	30.828.574	11.671.532	23.850.751
	51.907.770	**51.287.536**	**40.025.881**	**34.738.426**	**87.231.668**	**113.934.817**	**73.872.645**	**81.293.144**
Títulos mantidos até o vencimento: (1)								
Público:								
Debêntures	1.372.620	1.372.620	1.678.346	1.678.346	2.495.454	2.495.455	2.964.140	2.964.140
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	1.299.847	1.299.847	–	–	1.299.847	1.299.847	–	–
Debêntures	908.161	908.161	1.050.001	1.050.001	2.973.993	2.973.993	4.980.945	4.980.945
	3.580.628	**3.580.628**	**2.728.347**	**2.728.347**	**6.769.294**	**6.769.295**	**7.945.085**	**7.945.085**
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor público	(8.826)	(8.826)	(10.960)	(10.960)	(15.972)	(15.972)	(18.418)	(18.418)
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor privado	(4.541)	(4.541)	(5.250)	(5.250)	(17.626)	(17.626)	(216.435)	(216.435)
Total Provisão para risco de crédito - Debêntures	**(13.367)**	**(13.367)**	**(16.210)**	**(16.210)**	**(33.598)**	**(33.598)**	**(234.853)**	**(234.853)**
Instrumentos financeiros derivativos (Privados) (Nota Explicativa n.º 6.6)	**250.918**	**251.577**	**96.884**	**98.504**	**250.918**	**1.402.861**	**96.884**	**927.098**
Não Livres	**26.320.416**	**25.899.337**	**14.573.231**	**13.590.413**	**6.373.195**	**5.634.340**	**14.573.231**	**13.590.413**
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos para negociação (Público):								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.115.785	14.523.312	3.992.021	4.144.356	–	–	3.992.021	4.144.356
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1.433	1.378	–	–	–	–	–	–
Títulos disponíveis para venda (Público):								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.760.598	1.758.179	–	–	368.857	368.858	–	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	2.157.840	2.086.316	3.045.514	2.904.236	–	–	3.045.514	2.904.236
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	2.280.422	2.264.670	–	–	–	–	–	–
Vinculados à Prestação de Garantias								
Títulos disponíveis para negociação (Públicos):								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.245.330	1.245.111	–	–	1.245.330	1.245.111	–	–
Títulos disponíveis para venda (Públicos):								
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	4.759.008	4.020.371	7.535.696	6.541.821	4.759.008	4.020.371	7.535.696	6.541.821
Total	**103.200.009**	**102.225.667**	**115.651.485**	**110.715.012**	**132.817.973**	**160.407.995**	**151.738.995**	**160.339.070**

(1) Os títulos mantidos até o vencimento estão registrados contabilmente por seu valor de custo, acrescido dos rendimentos. Relativamente aos valores de mercado divulgados, as debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 26.6, por esta razão seu valor de mercado é igual ao seu custo corrigido.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Resumo por emissor (líquido de provisão):	BNDES 30/06/2018 Custo	BNDES 30/06/2018 Mercado	BNDES 30/06/2017 Custo	BNDES 30/06/2017 Mercado	Consolidado 30/06/2018 Custo	Consolidado 30/06/2018 Mercado	Consolidado 30/06/2017 Custo	Consolidado 30/06/2017 Mercado
Público	97.035.680	95.401.658	110.785.558	105.277.599	110.882.206	114.428.186	127.025.032	121.913.148
Privado	6.164.329	6.824.009	4.865.927	5.437.413	21.935.767	45.979.809	24.713.963	38.425.922
Total	**103.200.009**	**102.225.667**	**115.651.485**	**110.715.012**	**132.817.973**	**160.407.995**	**151.738.995**	**160.339.070**

6.3. Cotas de fundos de investimentos

	BNDES 30/06/2018	BNDES 30/06/2017	Consolidado 30/06/2018	Consolidado 30/06/2017
Fundos exclusivos (Circulante)	3.597.295	3.298.989	–	–
Fundos mútuos de investimento e de participações (Não circulante)	9.438	–	1.740.905	1.599.800
Total	**3.606.733**	**3.298.989**	**1.740.905**	**1.599.800**

6.3.1. Fundos Exclusivos

O BNDES e suas controladas possuem investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil que estão classificados como títulos para negociação e disponíveis para venda, de acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001. Os fundos de investimento exclusivos são apresentados de forma consolidada.

As carteiras dos fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC.

6.4. Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Consolidado (*)			
Fundo	**Administrador**	**30/06/2018**	**30/06/2017**
- Fundo de Invest Em Part Brasil Energia	Banco Bradesco S.A.	349.992	377.021
- Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	Banco Bradesco S.A.	148.875	145.683
- FIP Brasil Sustentabilidade	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	123.814	101.993
- Pátria Infraestrutura III - FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	147.401	97.473
-Brasil Agronegócio - Fd de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	102.350	77.759
- FIP Performa Key de Inovação em Meio Ambiente	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.	97.591	67.374
- Capital Tech II - Fundo de Investimento em Participações	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	91.703	46.491
- Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	90.297	108.779
- Fd Infra Brasil Fundo de Investimentos em Participações	Mantiq Investimentos Ltda.	64.993	82.930
- Fundo BBI Financial I - FMIEE	BBI Financial Gestão de Recursos S.A.	75.071	60.743
Outros		448.818	433.555
Total		**1.740.905**	**1.599.800**
Circulante		–	–
Não circulante		1.740.905	1.599.800

(*) Em 30/06/2018, o BNDES possuia cotas de participações no valor de R$ 9.438, apresentados na linha de "Outros". Em 30/06/2017 a empresa não possuía saldo para esse tipo de investimento.

6.5. Debêntures

6.5.1. Debêntures disponíveis para venda

As características e o tratamento contábil das debêntures disponíveis para venda estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.6.

	30/06/2018	30/06/2017
Saldos do BNDES	4.564.424	4.559.324
Saldos da BNDESPAR	3.533.157	3.151.483
Total	**8.097.581**	**7.710.807**

6.5.2. Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com a Resolução CMN n.º 2.682, conforme política estabelecida na Nota Explicativa n.º 26.5.

6.5.2.1. Composição das debêntures mantidas até o vencimento

	BNDES 30/06/2018	BNDES 30/06/2017	Consolidado 30/06/2018	Consolidado 30/06/2017
Valor bruto	2.280.781	2.728.347	5.469.448	7.945.085
Provisão para risco de crédito	(13.367)	(16.210)	(33.598)	(234.853)
Valor líquido	**2.267.414**	**2.712.137**	**5.435.850**	**7.710.232**
Circulante	13.689	2.359	72.359	3.391
Não circulante	2.253.725	2.709.778	5.363.491	7.706.841

6.5.2.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES 30/06/2018	BNDES 30/06/2017	Consolidado 30/06/2018	Consolidado 30/06/2017
Setor público	1.372.620	1.678.345	2.519.968	2.964.139
Setor privado				
Indústria	–	–	1.424.616	1.599.028
Outros serviços (*)	908.161	1.050.002	1.549.377	3.381.918
	908.161	**1.050.002**	**2.973.993**	**4.980.946**
Total	**2.280.781**	**2.728.347**	**5.493.961**	**7.945.085**

(*) Inclui mineração e telecomunicações

6.5.2.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES 30/06/2018		BNDES 30/06/2017		Consolidado 30/06/2018		Consolidado 30/06/2017	
2018	13.827	2017	2.383	2018	72.586	2017	3.425
2019	73.872	2018	68.564	2019	73.872	2018	246.225
2020	88.678	2019	122.110	2020	597.047	2019	122.110
2021	1.003.614	2020	128.196	2021	1.281.503	2020	2.242.014
2022	344.981	2021	1.171.114	2022	972.632	2021	1.550.765
Após 2022	755.809	Após 2021	1.235.980	Após 2022	2.471.808	Após 2021	3.780.546
Total	**2.280.781**	**Total**	**2.728.347**	**Total**	**5.469.448**	**Total**	**7.945.085**

(continua)

(continuação)

6.5.2.4. Composição da carteira bruta e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

			BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
Nível de risco	% Provisão	Situação	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
AA	0,0	Adimplente	–	–	–	–	45.085	135.141	–	–
A	0,5	Adimplente	2.146.493	2.507.463	10.734	12.537	4.494.789	5.309.142	22.475	26.545
B	1,0	Adimplente	69.708	147.685	697	1.477	838.173	778.698	8.382	7.787
C	3,0	Adimplente	64.580	73.199	1.936	2.196	91.401	103.883	2.741	3.117
D	10,0	Adimplente	–	–	–	–	–	1.529.266	–	152.927
F	50,0	Adimplente	–	–	–	–	–	88.955	–	44.477
Total			**2.280.781**	**2.728.347**	**13.367**	**16.210**	**5.469.448**	**7.945.085**	**33.598**	**234.853**
Circulante			13.827	2.383	138	24	72.586	3.425	227	34
Não circulante			2.266.954	2.725.964	13.229	16.186	5.396.862	7.941.660	33.371	234.819

6.5.2.5. Movimentação da provisão sobre debêntures

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	(15.443)	(17.017)	(1.165.310)	(226.404)
(Constituição) reversão líquida	2.076	807	1.131.712	(8.449)
Saldo no final do semestre	**(13.367)**	**(16.210)**	**(33.598)**	**(234.853)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

6.6. Instrumentos Financeiros Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com os objetivos de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.10.

6.6.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

		BNDES				
		30/06/2018			30/06/2017	
			Valor de mercado		Valor de mercado	
	Vencimentos	Valor de referência	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos *swap*						
Cambiais:						
Euro x USD	jan/19	(504.364)	–	(469.415)	–	(1.060.360)
R$ x USD	jul/19	(25.654)	–	(33.878)	–	(56.561)
R$ x Libra esterlina	set/18 a dez/20	(57.114)	5.496	(117.567)	5.462	(55.015)
USD x Euro	jun/22	(18.833)	–	(8.818)	–	(3.972)
Taxas de juros em US$:						
Flutuante x Fixa	set/20 a ago/21	(4.828)	–	(19.570)	–	(42.870)
Subtotal		**(610.793)**	**5.496**	**(649.248)**	**5.462**	**(1.218.778)**
Contratos futuro (*)						
DI (posição comprada)	jan/19 a jan/27	3.239.788	–	–	–	–
DI (posição vendida)	jul/18 a jan/25	(27.385.900)	–	–	–	–
USD (posição comprada)	jul/18 a ago/18	426.447	–	–	–	–
DDI (posição comprada)	ago/18 a abr/20	20.972.444	–	–	–	–
DDI (posição vendida)	jul/18	(246.711)	–	–	–	–
DAP (posição vendida)	ago/18	(125.214)	–	–	–	–
Subtotal		**(3.119.146)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Contratos a termo						
Título	jul/18	557.637	246.081	(246.142)	93.042	(93.008)
Subtotal		**557.637**	**246.081**	**(246.142)**	**93.042**	**(93.008)**
Total			**251.577**	**(895.390)**	**98.504**	**(1.311.786)**

(continua)

(continuação)

		Consolidado				
		30/06/2018			30/06/2017	
			Valor de mercado		Valor de mercado	
	Vencimentos	Valor de referência	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos *swap*						
Cambiais:						
Euro x USD	jan/19	(504.364)	–	(469.415)	–	(1.060.360)
R$ x USD	jul/19	(25.654)	–	(33.878)	–	(56.561)
R$ x Libra esterlina	set/18 a dez/20	(57.114)	5.496	(117.567)	5.462	(55.015)
USD x Euro	jun/22	(18.833)	–	(8.818)	–	(3.972)
Taxas de juros em US$:						
Flutuante x Fixa	set/20 a ago/21	(4.828)	–	(19.570)	–	(42.870)
Subtotal		**(610.793)**	**5.496**	**(649.248)**	**5.462**	**(1.218.778)**
Contratos futuro (*)						
DI (posição comprada)	jan/19 a jan/27	3.239.788	–	–	–	–
DI (posição vendida)	jul/18 a jan/25	(27.385.900)	–	–	–	–
USD (posição comprada)	jul/18 a ago/18	426.447	–	–	–	–
DDI (posição comprada)	ago/18 a abr/20	20.972.444	–	–	–	–
DDI (posição vendida)	jul/18	(246.711)	–	–	–	–
DAP (posição vendida)	ago/18	(125.214)	–	–	–	–
Subtotal		**(3.119.146)**	–	–	–	–
Contratos a termo						
Título	jul/18	557.637	246.081	(246.142)	93.042	(93.008)
Subtotal		**557.637**	**246.081**	**(246.142)**	**93.042**	**(93.008)**
Opções	**Tipo**					
Opções de venda de ações (ativo)	Simulação de Monte Carlo		371.195	–	303.829	–
Opções de compra e subscrição de ações (ativo)	Árvore Binomial		3.526	–	20.796	–
Subtotal			**374.721**	–	**324.625**	–
Derivativos embutidos						
Título			776.563	–	503.969	(205.050)
Subtotal			**776.563**	–	**503.969**	**(205.050)**
Total			**1.402.861**	**(895.390)**	**927.098**	**(1.516.836)**

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos - diversos".

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

6.6.2. Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Contratos de *swaps*	5.496	–	5.461	–	5.496	–	5.461	–
Contratos a termo	246.081	–	93.043	–	246.081	–	93.043	–
Contratos de opções	–	–	–	–	371.195	3.526	1.739	322.886
Derivativos embutidos	–	–	–	–	86.031	690.532	154.092	349.877
Total	**251.577**	**–**	**98.504**	**–**	**708.803**	**694.058**	**254.335**	**672.763**
Passivo								
Contratos de *swaps*	(532.210)	(117.038)	(692.579)	(526.199)	(532.210)	(117.038)	(692.579)	(526.199)
Contratos a termo	(246.142)	–	(93.008)	–	(246.142)	–	(93.008)	–
Derivativos embutidos	–	–	–	–	–	–	–	(205.050)
Total	**(778.352)**	**(117.038)**	**(785.587)**	**(526.199)**	**(778.352)**	**(117.038)**	**(785.587)**	**(731.249)**

6.6.3. Resultado com derivativos

Receitas (despesas):	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	31/03/2017	30/06/2018	31/03/2017
Contratos de *swaps*	(212.331)	325.330	(212.331)	325.330
Contratos de futuro	2.795.827	(458.058)	2.795.827	(458.058)
Contratos a termo	(43)	34	(43)	34
Contratos de opções	–	–	(25.146)	2.259
Derivativos embutidos	–	–	234.230	(34.516)
Total	**2.583.453**	**(132.694)**	**2.792.537**	**(164.951)**
Câmbio e taxa de juros	2.583.453	(132.694)	2.583.453	(132.694)
Renda variável	–	–	209.084	(32.257)

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

6.6.4. Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

Os quadros seguintes descrevem as operações ativas realizadas no mercado de balcão em 30 de junho de 2018. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nocional	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
EURO 650 milhões [1]	Euro - USD	jan/2019	Santander e Bank of America Merrill Lynch
US$ 66,6 milhões [1]	USD - Euro	jun/2022	Santander
R$ 24,8 milhões [1]	R$ - USD	jul/2019	Santander e Deutsche Bank
US$ 164,6 milhões	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	entre set/2020 e ago/2021	Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Bradesco
R$ 364,9 milhões	R$ - GBP	entre set/2018 e dez/2020	Bradesco e Santander

[1] Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 30 de junho de 2018, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R$ 708.987 e não houve recebimento de títulos recebidos em garantia.

7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais o BNDES e suas controladas, BNDESPAR e FINAME, não exercem influência significativa, avaliadas pelo valor justo. Também é composta por investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Para detalhes sobre a política contábil dessas categorias de ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em "Instrumentos Financeiros: "Ações Disponíveis para Venda" e "Investimentos Permanentes". Nessa última categoria também estão incluídas as participações detidas pelo BNDES no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI.

	BNDES		Consolidado	
Balanço patrimonial	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Títulos e Valores Mobiliários - Ações - Circulante	–	–	200.700	296.697
Títulos e Valores Mobiliários - Ações - Não circulante	18.254.062	13.167.465	70.067.891	55.007.099
Investimentos - Participações em Controladas	100.786.154	85.723.780	–	–
Investimentos - Participações em Coligadas	–	–	13.491.061	13.165.931
Investimentos - Outras participações societárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Investimentos - Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Total	**119.182.362**	**99.033.391**	**83.901.798**	**68.611.873**

	BNDES		Consolidado	
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1.1)	–	–	–	(21.628)
Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	–	–	467.339	(355.833)
Total	**–**	**–**	**467.339**	**(377.461)**

(continua)

(continuação)

7.1. Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Esta categoria de ativos está contabilizada a valor justo, sendo a contrapartida deste registro reconhecida no Patrimônio Líquido.

Para detalhes sobre sua contabilização, vide Nota Explicativa n.º 26.7.2.

	30/06/2018			Valor contábil			
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação	BNDES		Consolidado	
Empresas investidas	Ordinárias	Preferenciais	no capital social	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
NÍVEL 1 - Empresas Listadas							
PETROBRAS [a]	745.903	1.241.650	15,24	16.940.902	11.675.008	35.538.781	27.229.995
VALE	401.458	–	7,60	–	–	19.884.203	7.753.651
SUZANO	75.910	–	6,86	–	–	3.374.958	1.074.126
ELETROBRÁS [b]	216.303	36.954	18,72	1.171.731	1.217.768	3.178.774	3.272.583
KLABIN	56.260	225.039	5,20	–	–	1.097.067	690.536
AES TIETÊ ENERGIA	111.478	445.910	28,33	–	–	1.083.562	1.526.128
EMBRAER	39.762	–	5,37	–	–	963.047	600.016
CEMIG	54.343	26.221	5,52	–	–	542.263	659.651
GERDAU	–	24.926	1,45	–	–	346.468	254.896
LIGHT	19.141	–	9,39	–	–	215.143	427.606
ENGIE BRASIL ENERGIA	6.225	–	0,95	–	–	213.336	211.966
TOTVS	7.445	–	4,49	–	–	204.439	224.169
COPASA	4.387	–	3,46	–	–	180.198	178.005
LINX	9.675	–	5,82	–	–	172.305	170.273
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.614	–	12,26	–	–	131.684	208.137
OI	38.255	–	4,63	–	–	130.448	153.019
ECORODOVIAS	13.195	–	2,36	–	–	95.795	218.190
MRV	6.907	–	1,56	–	–	83.163	92.487
AES ELETROPAULO [c]	–	–	–	–	–	–	236.803
CPFL [d]	–	–	–	–	–	–	1.818.376
RUMO [d]	–	–	–	–	–	–	459.340
EQUATORIAL [d]	–	–	–	–	–	–	176.254
BRASKEN [d]	–	–	–	–	–	–	113.754
Subtotal Nível 1				**18.112.633**	**12.892.776**	**67.435.634**	**47.749.961**
Outras empresas - Nível 1				–	–	482.762	657.426
Total Nível 1				**18.112.633**	**12.892.776**	**67.918.396**	**48.407.387**
NÍVEL 2 - Empresas listadas, mas com cotação ajustada e empresas *holdings* não listadas				**–**	**36.049**	**1.421.569**	**5.903.147**
NÍVEL 3 - Empresas não listadas (Valor Justo)				**141.429**	**238.640**	**928.626**	**993.262**
TOTAL				**18.254.062**	**13.167.465**	**70.268.591**	**55.303.796**
Circulante				–	–	200.700	296.697
Não circulante				18.254.062	13.167.465	70.067.891	55.007.099

[a] Do total da participação de 15,24%, 6,87% são detidas diretamente pelo BNDES (com 734.203 mil ações ordinárias e 161.597 mil preferenciais) e 8,37% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 11.700 mil ações ordinárias e 1.080.053 mil preferenciais).

[b] Do total da participação de 18,72%, 6,86% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 11,86% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 141.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

[c] Ações alienadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2018.

[d] Ações alienadas no segundo semestre de 2017.

No semestre findo em 30 junho de 2017, as empresas do Sistema BNDES efetuaram reclassificações do Nível 2 para o Nível 1 referente a investimento em ações de empresa listada em função do aumento de liquidez do ativo. O saldo do referido investimento totalizava R$ 18.020. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 não houve reclassificação de valores entre os Níveis 1 e 2.

A movimentação do saldo do investimento em ações no consolidado, classificadas no Nível 3 de valor justo, é apresentada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldos no início do semestre	261.123	1.812	1.036.145	637.499
Aquisições	22.104	–	64.474	–
Vendas	(151.793)	–	(151.793)	–
Transferência do "Custo" para Nível 3, líquido de provisão para redução ao valor recuperável	–	236.888	–	428.818
Transferência de investimento classificado anteriormente como Coligada	–	–	8.911	–
Impairment	–	–	–	(6.339)
Ajuste ao valor justo	9.995	(60)	(29.111)	(66.716)
Saldo no final do semestre	**141.429**	**238.640**	**928.626**	**993.262**

(continua)

(continuação)

7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 a Administração realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, nas características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

Com base nessa avaliação, no semestre findo em 30 de junho de 2017 a Administração identificou que alguns investimentos em ações classificados como disponíveis para venda passaram a apresentar declínio significativo ou prolongado em relação ao seu custo de aquisição, configurando assim uma evidência objetiva de perda. Combinada com uma análise qualitativa desses ativos, ajustes negativos até então registrados diretamente no Patrimônio Líquido como outros resultados abrangentes (ORA), foram reconhecidos no resultado como ajuste de reclassificação por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável para determinado investimento apuradas após tal reclassificação foram reconhecidas diretamente no resultado.

No semestre findo em 30 de junho de 2018 não houve constituição de provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda.

Os efeitos no resultado do semestre, reconhecidos na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos", estão demonstrados na tabela a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
• Ajuste de reclassificação de ORA para resultado	–	(6.339)
• Perda reconhecida diretamente no resultado	–	(15.289)
Total de provisão para perdas com ações classificadas como disponível para venda	**–**	**(21.628)**

7.1.2. Efeito da Resolução CMN n.º 4.175/2012

A Resolução CMN n.º 4.175/2012 estabelece que o ajuste a valor de mercado de certas ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "disponível para venda" deve ser apresentado em conta destacada no patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, e transitarem pelo resultado apenas quando da venda ou transferência.

Em 30 de junho de 2018 e em 30 de junho de 2017 parte dessas ações da Petrobras, Vale e Eletrobrás detidas pelas empresas do Sistema BNDES estavam enquadradas pela Resolução n.º 4.175/2012. O efeito da aplicação desta Resolução é o seguinte:

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Valores Brutos - antes de tributos:		
Efeito no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial acumulado	12.360.490	12.523.033
Valores Líquidos de Tributos:		
Efeito no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial acumulado	7.233.220	7.340.498

(*) Sem efeito no resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017.

7.1.3. Resultado com alienação de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas deduzida de custos e despesas incorridas. No semestre findo em 30 de junho de 2018 foi apurado no Consolidado o resultado no valor de R$ 3.008.093, integralmente referente à venda de ações Disponíveis para Venda (R$ 728.999 no semestre findo em 30 de junho de 2017, sendo 93% referente a alienação de ações Disponíveis para Venda).

7.1.4. Receita de Dividendos e JSCP de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

A seguir estão demonstrados os proventos de Juros sobre o capital próprio e Dividendos referentes a empresas listadas em bolsa evidenciados na Demonstração do Resultado:

	Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017	
	Dividendos	JSCP	Dividendos	JSCP
AES TIETE ENERGIA	33.000	–	46.015	–
CEG	49.983	–	–	–
CEMIG	14.779	–	6.386	–
COPASA	9.717	6.045	–	3.668
CPFL ENERGIA	–	–	14.945	–
ELETROBRAS	–	–	–	60.371
KLABIN	13.073	–	11.074	–
PETROBRAS	–	99.378	–	–
SUZANO	14.592	–	26.585	–
VALE	–	196.117	–	246.826
Subtotal	**135.144**	**301.540**	**105.005**	**310.865**
Outras empresas	39.138	4.397	30.891	129.994
Em 30 de junho	**174.282**	**305.937**	**135.896**	**440.859**

7.2. Investimentos Permanentes

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Em controladas				
- Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	100.786.154	85.723.780	–	–
Em coligadas				
- Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	–	–	13.491.061	13.165.931
Outras participações societárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Total	**100.928.300**	**85.865.926**	**13.633.207**	**13.308.077**

7.2.1. Controladas - BNDES

Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial 30/06/2018	Resultado de equivalência patrimonial 30/06/2017	Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas [a]	Valor contábil do investimento 30/06/2018	Valor contábil do investimento 30/06/2017
• Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME	30/06/2018	14.613.957	625.154	625.154	528.603	(103.818)	14.613.957	14.067.083
• BNDES Participações S.A. - BNDESPAR [b]	30/06/2018	85.913.760	3.282.720	3.282.720	1.244.423	17.281.614	85.913.760	71.226.727
• BNDES Ltd [c]	30/06/2018	258.437	2.621	2.621	16.214	48.573	258.437	429.970
Total				**3.910.495**	**1.789.240**	**17.226.369**	**100.786.154**	**85.723.780**

[a] Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial em 30 de junho de 2018, vide Nota Explicativa n.º 18.

[b] O patrimônio líquido, o resultado e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis adotadas pelo BACEN, conforme demonstrado no quadro a seguir.

[c] Subsidiária constituída sob as leis do Reino Unido como uma sociedade limitada, com capital de £50.000.000,00 (cinquenta milhões de libras esterlinas), totalmente integralizado.

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100%.

(continua)

(continuação)

Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES nesta subsidiária:

	30/06/2018			30/06/2017
	Resultado	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Resultado / ORA / Patrimônio líquido divulgados pela BNDESPAR	1.232.143	24.544.326	87.333.925	72.539.430
Ajustes de práticas contábeis:				
• Ganho na compra vantajosa [1]	–	–	(2.266.004)	(2.143.975)
• Adoção do CPC 48 - alienação de ações [2]	2.576.503	–	–	-
• Adoção do CPC 48 - outros efeitos	40.262	(107.509)	45.957	-
• Perda por redução do valor recuperável de ações disponíveis para venda [3]	(725.934)	(7.255.337)	–	-
• Outros	159.746	100.134	799.882	831.272
Resultado / ORA / Patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial	**3.282.720**	**17.281.614**	**85.913.760**	**71.226.727**

[1] A BNDESPAR, seguindo o CPC 15 - Combinação de Negócios reconhece o "ganho por compra vantajosa" na aquisição de coligadas no resultado do período em que a operação ocorre. Para fins de consolidação e apuração do resultado de equivalência patrimonial do BNDES, tal ganho é mantido no ativo como "deságio" reduzindo o valor do investimento, sendo realizado por alienação.

[2] A partir de 1º de janeiro de 2018 a BNDESPAR adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, pronunciamento esse que não foi referendado pelo Banco Central do Brasil. Um dos principais efeitos nas ações na BNDESPAR é que o ganho na alienação de ações avaliadas ao "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" não mais transita pelo resultado do semestre, sendo reconhecido diretamente em lucros acumulados.

Resolução CMN n.º 4.175, emitida pelo BACEN em 27 de dezembro de 2012 e diferença entre a Circular BACEN n.º 3.068/2001 (Perdas de caráter permanente) e

[3] CPC 38 (Perdas com declínio significativo ou prolongado, contabilizados até 31/12/2017). No semestre findo em 30 de junho o movimento no resultado do período refere-se à realização de efeito da diferença entre Circular n.º 3.068/2001 e CPC 38 pela venda parcial de ações preferenciais da Petrobras e ações ordinárias da Vale. Para efeito da aplicação desta Resolução, vide Nota Explicativa n.º 7.1.2.

7.2.2. Participações em coligadas - consolidado

Para detalhes sobre a classificação e o tratamento contábil destes ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.1.

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR, quando necessário.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro abaixo, já contemplam esses efeitos.

	Valor Contábil-Data base: 30/06/2018										30/06/2018
Coligadas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado [2]
COPEL [1]	1.515.111	17.360.883	1.110.812	2.192.051	15.573.131	709.493	454.457	–	(75.452)	379.005	1.330.362
Fibria	7.740.869	30.997.363	4.670.092	19.009.017	15.059.123	6.644.967	880.830	–	15.440	896.270	11.659.164
Granbio	2.539	780.866	33.621	113.298	636.486	31.575	(13.607)	–	9.640	(3.967)	
JBS	5.586.535	47.475.755	11.152.151	17.516.977	24.393.162	15.751.751	(176.512)	–	698.638	522.126	5.345.466
Marfrig	5.465.974	14.855.234	3.320.444	14.045.474	2.955.290	6.295.523	(260.073)	51.866	(298.557)	(506.764)	1.689.766
Tupy [1]	978.809	3.121.216	674.922	1.370.855	2.054.248	859.914	77.909	–	40.824	118.733	724.707
Subtotal	**21.289.837**	**114.591.317**	**20.962.042**	**54.247.672**	**60.671.440**	**30.293.223**	**963.004**	**51.866**	**390.533**	**1.405.403**	
Outras coligadas	1.831.995	7.335.131	2.538.085	2.372.189	4.256.851	851.015	(200.399)	–	6.094	(194.305)	
Total	**23.121.832**	**121.926.448**	**23.500.127**	**56.619.861**	**64.928.291**	**31.144.238**	**762.605**	**51.866**	**396.627**	**1.211.098**	

[1] Os Lucros e Prejuízos foram ajustados para refletir a parcela da realização dos Outros Resultados Abrangentes (Adoção Inicial CPC) reconhecidos pela coligada em Lucros Acumulados.

[2] Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

O quadro abaixo apresenta informações detalhadas das participações que individualmente representam cerca de 93% da carteira de investimentos em coligadas da BNDESPAR em 30/06/2018:

	30/06/2018 [1]									30/06/2017	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação sobre o capital [3]								
Coligadas [2]	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	(Provisão) /Reversão perdas	Deságio	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
COPEL	38.299	27.282	23,96	26,41	3.732.057	–	(1.256.023)	(313.525)	2.162.509	1.870.951	Apoio financeiro ao setor elétrico
Fibria	161.083	–	29,12	29,12	4.384.959	–	–	(1.677.736)	2.707.223	2.395.134	Apoio financeiro ao setor de papel e celulose
Granbio	15.094	–	15,00	15,00	95.473	469.806	–	–	565.279	523.039	Apoio financeiro ao setor de energia (etanol e química verde)
JBS	581.661	–	21,44	21,44	5.231.027	479.821	–	–	5.710.848	5.596.973	Apoio financeiro ao setor de alimentos
Marfrig	209.648	–	33,78	33,78	998.294	–	–	(122.029)	876.265	1.235.850	Apoio financeiro ao setor de alimentos
Tupy	40.645	–	28,19	28,19	579.116	–	–	–	579.116	560.876	Apoio financeiro ao setor de metalurgia e siderurgia
Subtotal					**15.020.926**	**949.627**	**(1.256.023)**	**(2.113.290)**	**12.601.240**	**12.182.823**	
Outras coligadas					1.038.463	383.208	(379.136)	(152.714)	889.821	983.108	
Total					**16.059.389**	**1.332.835**	**(1.635.159)**	**(2.266.004)**	**13.491.061**	**13.165.931**	

[1] Data-base de 30/04/2018 do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

[2] Empresas com sede no Brasil.

[3] % de participação sobre o capital - ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Reapresentação das Demonstrações Financeiras da JBS

Em junho de 2017, a J&F controladora da JBS celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal no qual se compromete, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados. Nesse contexto, a Administração da JBS divulgou em 28/03/2018, nas respectivas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017, que determinadas despesas pagas nos exercícios de 2012 a 2017, sem a efetiva prestação de serviços, entrega de insumos e doações a partidos políticos, haviam sido reconhecidos como parte de suas despesas dentro de cada exercício de competência, e que com exceção das doações oficiais, foram consideradas dedutíveis para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL). Diante do exposto, a Administração da JBS determinou que as despesas pagas sem a efetiva prestação de serviços, entrega de insumos e doações a partidos políticos, fossem imediatamente excluídas de forma permanente da base de cálculo do IR e da CSLL dos respectivos exercícios em que foram consideradas como dedutíveis. Para estas despesas, também foram considerados os eventuais efeitos relacionados ao IRRF, bem como de outros eventuais tributos a que tais pagamentos estejam sujeitos, incluindo eventuais multas e juros.

Como resultado dessas análises internas, a JBS identificou a necessidade de ajuste no montante de R$ 1.496.960, em suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2012 a 2017, sendo: i) R$ 246.137 referente ao exercício de 2012; ii) R$ 27.330 referente ao exercício de 2013; iii) R$ 775.279 referente ao exercício de 2014; iv) R$ 268.107 referente ao exercício de 2015; v) R$ 145.555 referente ao exercício de 2016 e vi) R$ 34.552 referente ao exercício de 2017, registrado como provisão para contingências fiscais. Assim, as demonstrações contábeis da JBS de 2016, bem como as demonstrações intermediárias do primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2017, foram reapresentadas pela Coligada.

O respectivo impacto nas demonstrações contábeis consolidadas do BNDES dos ajustes efetuados pela JBS referentes aos exercícios de 2012 a 2017 foi reconhecido como resultado negativo de equivalência patrimonial de aproximadamente R$ 321.339 no primeiro semestre de 2018.

7.2.3. Movimentação dos investimentos em coligadas

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017:

Coligadas	Saldo em 01/01/2018	Aquisições	Dividendos/JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de/para TVM	Saldo em 30/06/2018
COPEL	1.917.029	–	(5.585)	70.086	–	(18.083)	199.062	–	2.162.509
Fibria	2.519.230	–	(75.053)	258.436	113	4.497	–	–	2.707.223
Granbio	509.164	–	–	(75)	–	1.447	54.743	–	565.279
JBS (3)	5.714.119	–	(27.208)	(344.441)	663	149.929	217.786	–	5.710.848
Marfrig	1.049.905	–	–	(51.043)	(21.730)	(100.867)	–	–	876.265
Tupy	567.433	–	(24.668)	24.979	(137)	11.509	–	–	579.116
Subtotal	**12.276.880**	**–**	**(132.514)**	**(42.058)**	**(21.091)**	**48.432**	**471.591**	**–**	**12.601.240**
Outras coligadas (2)	966.894	–	(20.909)	(10.804)	(36.640)	4.443	(4.252)	(8.911)	889.821
Total	**13.243.774**	**–**	**(153.423)**	**(52.862)**	**(57.731)**	**52.875**	**467.339**	**(8.911)**	**13.491.061**

Coligadas	Saldo em 01/01/2017	Aquisições	Dividendos/JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos da transferência de/para TVM	Saldo em 30/06/2017
COPEL	1.960.495	–	(50.411)	101.036	–	(22.582)	(117.587)	–	1.870.951
Fibria	2.508.837	–	(114.423)	6.395	2.049	(7.724)	–	–	2.395.134
Granbio	570.273	–	–	6.976	–	533	(54.743)	–	523.039
JBS (3)	5.695.291	–	(19.182)	44.603	16.120	(139.859)	–	–	5.596.973
Marfrig	–	–	–	(99.631)	–	(25.138)	–	1.360.619	1.235.850
Tupy	637.270	–	(14.096)	(60.998)	–	(1.300)	–	–	560.876
Subtotal	**11.372.166**	**–**	**(198.112)**	**(1.619)**	**18.169**	**(196.070)**	**(172.330)**	**1.360.619**	**12.182.823**
Outras coligadas (2)	1.093.102	4.948	(7.765)	71.496	(387)	5.217	(183.503)	–	983.108
Total	**12.465.268**	**4.948**	**(205.877)**	**69.877**	**17.782**	**(190.853)**	**(355.833)**	**1.360.619**	**13.165.931**

(1) Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

(2) No semestre findo em 30 de junho de 2017 ocorreu realização por venda de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido de R$ 41.989, referente a alienação de uma coligada 100% provisionada, sem efeito na movimentação do ativo, cujo investimento se encontrava na linha de Outras coligadas. No semestre findo em 30 de junho de 2018 não houve realização por venda do Ajuste de Avaliação Patrimonial.

(3) O resultado de equivalência patrimonial da JBS inclui a movimentação da reserva de capital reconhecida pela coligada em decorrência de transações de capital.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

7.2.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	30/06/2018	30/06/2017
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR	250.472	403.214
Perdas não reconhecidas no resultado	**45.110**	**160.281**

7.2.5. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os efeitos desse procedimento foram reconhecidos na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" na demonstração do resultado e estão demonstrados nos quadros da Nota Explicativa n.º 7.2.3.

O quadro a seguir demonstra os valores de provisão constituídos e revertidos no semestre para os principais ativos individuais:

	30/06/2018	30/06/2017
Principais reversões da perda por redução ao valor recuperável para um ativo individual no trimestre:		
Ativo 1		
Valor contábil do investimento (líquido de provisão de R$ 1.455.084 em 30/06/2018 e R$ 1.319.440 em 30/06/2017)	1.963.447	1.988.538
Valor recuperável apurado	2.162.509	1.870.951
Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável	199.062	(117.587)
Ativo 2		
Valor contábil do investimento (líquido de provisão de R$ 217.786 em 30/06/2018)	5.493.062	5.596.973
Valor recuperável apurado [1]	6.584.404	6.653.538
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	217.786	–

[1] Em 30/06/2017 corresponde ao valor apurado em 31 de dezembro de 2016. Veja item "Ativo 2" a seguir.

Ativo 1

A subsidiária BNDESPAR reconheceu perda por redução ao valor recuperável do Ativo 1 pela primeira vez em 30 de junho de 2016, tendo sido complementada nos períodos subsequentes.

Em 30 de junho de 2017 o cálculo do valor recuperável foi apurado com base no valor em uso, obtido através do fluxo de caixa descontado construído pela projeção do fluxo de caixa livre da firma ("FCFF"), através da consolidação dos fluxos projetados de diferentes segmentos de negócio. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em dados observáveis no mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras.

Neste modelo de avaliação do *equity* utilizou-se como base o valor presente dos FCFF, descontados para junho de 2017, subtraída a dívida líquida total consolidada e ajustada, e acrescentando-se o valor estimado dos ativos e passivos não operacionais e as participações. Os FCFF foram descontados com base no custo médio ponderado de capital estimado em 11,39%. Para a unidade de negócio de Distribuição, foi calculada a elasticidade-renda do consumo do setor no período de 2004 a 2016 e a partir desta elasticidade, aplicou-se a variação esperada do PIB pelo BNDES (Área de Pesquisa Econômica). Na unidade de negócio de Geração, a projeção dos fluxos de caixa observou a garantia física de cada ativo até a data de vencimento de cada concessão, obtendo-se, assim, a energia disponível para comercialização no período projetado, considerando-se um índice de perdas técnicas para cada unidade geradora. Para a unidade de negócio Transmissão, a receita foi construída a partir da Receita Anual Permitida corrigida anualmente pelo IPCA ou IGP-M até o final da concessão.

Em 30 de junho de 2018 uma nova avaliação apurou o aumento do valor recuperável do Ativo 1 no montante de R$ 291.558, gerando a reversão de parte da provisão para redução ao valor recuperável anteriormente constituída.

O modelo de precificação utilizado foi semelhante ao de 30 de junho de 2017, sendo o cálculo do valor em uso também obtido através dos FCFF, consolidados de diferentes segmentos de negócio. O FCFF projetado a partir do segundo trimestre de 2018 foi descontado utilizando-se o custo médio ponderado de capital estimado em 10,86% ao ano.

As principais modificações introduzidas no modelo de precificação realizado em 30 de junho de 2018, quando comparado com a última avaliação realizada em 30 de junho de 2017, podem ser resumidas da seguinte forma: (i) conclusão de projetos antes em andamento; (ii) reconhecimento de sobrecustos; (iii) início do recebimento da RBSE, reduzindo as incertezas sobre esse ativo; (iv) retomada do crescimento do mercado de distribuição; (v) melhoria operacional do segmento de distribuição; (vi) retorno da inadimplência aos níveis históricos; e (vii) reajuste tarifário concedido pelo órgão regulador em 2018 de 15,99%.

Ativo 2

Em 30 de junho de 2017 a BNDESPAR não realizou teste de *impairment* para o Ativo 2, devido ao elevado grau de incertezas significativas correlacionadas com as premissas que seriam utilizadas quando da elaboração da avaliação econômico-financeira deste investimento, tais como (i) volatilidade recente de suas ações, (ii) incertezas sobre a demanda de seus produtos, (iii) incertezas sobre o preço dos insumos utilizados, (iv) incertezas sobre *funding*, (v) incertezas sobre sua gestão e governança, (vi) incertezas sobre futuras contingências, (vii) incertezas sobre plano de desinvestimentos e (viii) possíveis questões judiciais. A Administração decidiu adiar a realização do teste de *impairment* para o segundo semestre de 2017, quando entendeu que haveria base para uma estimativa confiável do valor recuperável do investimento. Em 30 de setembro de 2017 foi então reconhecido o *impairment* de R$ 217.786 para esse ativo.

Em 30 de junho de 2018 uma nova avaliação apurou o aumento do valor recuperável do Ativo 2 no montante de R$ 604.928 (em relação a última avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2017), gerando a reversão da provisão para redução ao valor recuperável anteriormente constituída.

O valor recuperável foi apurado com base no valor em uso do ativo, calculado através do método de fluxo de caixa descontado para a firma, baseando-se nas demonstrações financeiras auditadas de 31 de março de 2018, cujo parecer foi emitido com ressalvas.

Para descontar o fluxo de caixa da firma, estimou-se o custo médio ponderado de capital ("WACC") em Reais e Dólares, em uma média de 13,1% e 6,6%, respectivamente. A estrutura de capital utilizada no modelo foi a referência de estrutura de capital da Companhia, variável conforme as mudanças no seu grau de alavancagem.

As projeções de receita foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em previsões de variação de volume dos produtos elaborados por instituições de mercado, tais como a "*Food and Agriculture Organization*", além da utilização de premissas macroeconômicas. Foram realizados ajustes de curto prazo nas projeções de receita levando em consideração os efeitos adversos de mercado ocorridos. A projeção dos custos e despesas se baseou em uma análise vertical histórica por unidades de negócios, considerou-se ainda uma convergência a partir das margens atuais para as médias históricas. O investimento em capital de giro se baseou em uma análise dos prazos médios operacionais.

7.3. Outras participações societárias

	Quantidade (mil) de ações possuídas			Valor Contábil [1]			
				BNDES		Consolidado	
Empresas investidas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**% de participação no capital**	**30/06/2018**	**30/06/2017**	**30/06/2018**	**30/06/2017**
FGI [1]	84.344	–	14,90	100.000	100.000	100.000	100.000
Total				**100.000**	**100.000**	**100.000**	**100.000**

[1] Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

7.4. Outros investimentos

	Valor contábil [1]			
	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	**30/06/2017**	**30/06/2018**	**30/06/2017**
Títulos patrimoniais	296	296	296	296
Obras de arte	244	244	244	244
Participação Empreendimentos - VALE: Projeto 118	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	**42.146**	**42.146**	**42.146**	**42.146**

[1] Valor contábil líquido de provisões no valor de R$ 3.502.

(continua)

(continuação)

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Direitos a receber - Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, da mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março/2020 e fev/2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno é de 9,34%. Esses créditos, atualizados para o trimestre findo em 30 de junho de 2018 correspondem a R$ 9.791.733 (R$ 8.961.999 em 30 de junho de 2017).

9. OUTROS VALORES E BENS

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Despesas antecipadas				
Prêmio de seguro	481.634	693.489	481.635	693.491
Comissão de agente	21.647	24.541	21.647	24.541
Prêmio de seguro financiado	873.171	811.339	873.171	811.339
Subtotal de despesas antecipadas	**1.376.452**	**1.529.369**	**1.376.453**	**1.529.371**
Bens não de Uso Próprio				
Imóveis	479	479	479	479
Outros	2.957	2.957	3.955	3.955
Provisão para desvalorizações	(2.385)	(2.385)	(2.385)	(2.385)
Subtotal de bens não de Uso Próprio	**1.051**	**1.051**	**2.049**	**2.049**
Material em estoque	**1.585**	**1.298**	**1.585**	**1.298**
Subtotal de outros valores e bens	**2.636**	**2.349**	**3.634**	**3.347**
Total de outros valores e bens	**1.379.088**	**1.531.718**	**1.380.087**	**1.532.718**

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as demonstrações financeiras do BNDES.

10.1. Composição

a) Empréstimos no país

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por aquisição de títulos federais	3.116.273	3.478.866
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE	878.197	816.150
Total	**3.994.470**	**4.295.016**
Circulante	428.391	423.075
Não circulante	3.566.079	3.871.941

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES, para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no ano de 2008, referentes aos exercícios de 2006 e 2007 para seu acionista único, adquiriu, mediante financiamento, títulos públicos federais junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R$ 3.116.273 em 30 de junho de 2018 - R$ 377.349 no circulante e R$ 2.738.924 no não circulante - (R$ 3.478.866, sendo R$ 378.342 no circulante e R$ 3.100.524 no não circulante em 30 de junho de 2017) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior - Bônus

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	BNDES e Consolidado 30/06/2018	BNDES e Consolidado 30/06/2017
USD 1 bilhão	16/06/2018	6,369%	Bank of New York	–	3.308.200
USD 1 bilhão	10/06/2019 (3)	6,500%	Bank of New York	3.104.709	2.663.779
USD 1 bilhão	12/07/2020 (2) (3)	5,500%	Bank of New York	2.461.014	2.111.502
USD 1,75 bilhão (1)	26/09/2023 (2) (3)	5,750%	Bank of New York	4.229.937	3.630.784
EUR 750 milhões	15/09/2017	4,125%	Bank of New York	–	2.788.373
EUR 650 milhões	21/01/2019	3,625%	Bank of New York	2.881.332	2.415.400
USD 1 bilhão	14/04/2019 (2) (3)	4,000%	Bank of New York	2.481.253	2.127.785
USD 1 bilhão	09/05/2024	4,750%	Bank of New York	3.846.091	3.298.664
Juros provisionados				264.632	339.871
Total				**19.268.968**	**22.684.358**
Circulante				8.778.674	6.477.257
Não circulante				10.490.294	16.207.101

(1) Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

(2) Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública os seguintes valores de face: USD 158,2 milhões do título com vencimento em 14/04/2019, USD 165,6 milhões do título com vencimento em 12/07/2020 e USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

(3) Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 356,2 milhões do título com vencimento em 14/04/2019, USD 161,6 milhões do título com vencimento em 10/06/2019, USD 305,1 milhões do título com vencimento em 12/07/2020 e USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023. Em outubro de 2016 foram cancelados USD 33,2 milhões do título com vencimento em 10/06/2019, USD 56,6 milhões do título com vencimento em 12/07/2020.

c) Repasses no país - Tesouro Nacional

Vide Nota Explicativa n.º 19.2.2.

d) Repasses no Exterior - Instituições Multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado 30/06/2018	BNDES e Consolidado 30/06/2017
Japan Bank for International Cooperation - JBIC	YEN/US$	6,76	2.836.374	2.852.834
Inter-American Development Bank - BID	US$	12,81	13.784.485	10.586.240
Nordic Investment Bank - NIB	US$	3,34	412.621	476.080
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	US$	11,22	2.612.490	2.401.145
China Development Bank - CDB	US$	4,54	1.084.444	1.137.194
Ab Svensk Exportkredit	US$	1,31	385.580	330.820
Agence Française de Développement	US$	8,50	750.167	681.489
El Instituto de Crédito Oficial - ICO	US$	11,88	879.277	754.402
New Development Bank - NDB	US$	10,91	554.705	–
Juros provisionados			138.668	89.556
Total			**23.438.811**	**19.309.760**
Circulante			2.898.212	2.277.667
Não circulante			20.540.599	17.032.093

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 1,65 e 5,39 % a.a. em 30 de junho de 2018 (1,65 e 5,44% a.a. em 30 de junho de 2017). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Taxas de captação:		
Até 3%	1.674.814	11.646.029
De 3,1 a 5%	20.492.688	6.188.866
De 5,1 a 7%	1.132.641	1.385.309
Juros provisionados	138.668	89.556
Total	**23.438.811**	**19.309.760**

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado - empréstimos bancários e emissão de eurobônus - como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e ao *Nordic Investment Bank* - NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Japan Bank for International Cooperation* - JBIC, *Kreditanstalt für Wiederaufbau* - KfW, *China Development Bank* - CDB, *Agence Française de Développement* - AFD, *Swedish Export Credit Corporation* - SEK, *El Instituto de Crédito Oficial* - ICO, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral *New Development Bank* - NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

e) Fundo da Marinha Mercante - FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 30 de junho de 2018, o montante de recursos do FMM disponíveis junto ao BNDES e de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R$ 22.428.087 (R$ 20.687.629 em 30 de junho de 2017).

10.2. As obrigações por empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir

	30/06/2018					
	BNDES			Consolidado		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
A vencer:						
2018	1.778.598	1.327.494	3.106.092	1.778.598	1.327.494	3.106.092
2019	2.423.363	10.279.678	12.703.041	2.423.363	10.279.678	12.703.041
2020	2.531.527	1.465.352	3.996.879	2.531.527	1.465.352	3.996.879
2021	2.096.854	1.653.460	3.750.314	2.096.854	1.653.460	3.750.314
2022	2.076.478	1.647.670	3.724.148	2.076.478	1.647.670	3.724.148
Após 2022	347.698.429	26.334.125	374.032.554	347.698.429	26.334.125	374.032.554
Total	**358.605.249**	**42.707.779**	**401.313.028**	**358.605.249**	**42.707.779**	**401.313.028**

	30/06/2017					
	BNDES			Consolidado		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
A vencer:						
2017	2.214.758	4.333.738	6.548.496	2.214.758	4.333.738	6.548.496
2018	2.563.434	5.604.530	8.167.964	2.563.434	5.604.530	8.167.964
2019	2.145.487	9.831.063	11.976.550	2.145.487	9.831.063	11.976.550
2020	2.578.402	4.219.358	6.797.760	2.578.402	4.219.358	6.797.760
2021	2.115.740	1.945.458	4.061.198	2.115.740	1.945.458	4.061.198
Após 2021	429.817.240	16.059.973	445.877.213	429.817.240	16.059.973	445.877.213
Total	**441.435.061**	**41.994.120**	**483.429.181**	**441.435.061**	**41.994.120**	**483.429.181**

11. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, constituído basicamente pelo produto da arrecadação da Contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 40% daquela arrecadação.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa n.º 26.16.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

11.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerados: i) pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT - TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP) e pelas taxas de juros do mercado internacional (FAT--Cambial), quando aplicados em operações de financiamento; e ii) pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, descontado o percentual máximo 0,09% a.a. (SELIC REDUZIDA), quando os recursos estiverem disponíveis para aplicação.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica "Dívidas Subordinadas" e tem a seguinte composição:

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
FAT - TJLP - Principal	217.320.758	196.475.004
FAT - Cambial - US$ (1)	28.204.148	26.263.999
	245.524.906	222.739.003
Juros provisionados	5.815.582	5.860.042
Total	**251.340.488**	**228.599.045**
Circulante	5.815.582	–
Não circulante	245.524.906	228.599.045

(1) até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003).

Com relação à contabilização do FAT como dívida subordinada, a Resolução CMN n.º 4.192/2013, que revogou a Resolução CMN n.º 3.444/2007, em seu Art. 23, parágrafo 2º, menciona os recursos autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) das Instituições Financeiras, com destaque para a Lei n.º 7.998/1990, que regula o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Para efeitos de utilização como Capital de Nível II, em qualquer data-base, a partir de outubro de 2013, é adotado como base 50% do Nível I do Patrimônio de Referência, equivalente a R$ 53.397.445 e R$ 52.678.983 em 30 de junho de 2018 (R$ 42.769.916 e R$ 42.197.951 em 30 de junho de 2017) no BNDES Individual e no Consolidado, respectivamente.

11.2. FAT - Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os depósitos especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

O saldo devedor do FAT - Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica "Depósitos especiais - FAT" pelos seguintes programas:

FAT - Depósitos especiais	BNDES e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Fomentar	4.060.533	5.210.807
Pronaf	2.992.294	2.569.890
Infraestrutura	3.325.117	4.440.099
Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	9.131	14.538
Total	**10.387.075**	**12.235.334**
Circulante	1.377.603	1.539.361
Não circulante	9.009.472	10.695.973

(continua)

(continuação)

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

	30/06/2018												
		Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
Programa/Linha de Crédito Especial/ Destaque da Programação de Depósitos Especiais	Entradas [1]	SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	**–**	**2.972**	**115.501**	**–**	**118.473**	**3.491**	**120.631**	**–**	**120.631**	**244.753**	**991**	**3.324.126**	**3.325.117**
Econômica-TADE n.º 06/2005	–	2.972	115.501	–	118.473	3.491	120.631	–	120.631	244.753	991	3.324.126	3.325.117
PRONAF:	**553.000**	**717**	**82.945**	**4.546**	**88.208**	**882**	**84.848**	**1.825**	**84.848**	**172.403**	**2.325**	**2.989.969**	**2.992.294**
Investimento-TADE n.º 19/2005	553.000	717	82.945	4.546	88.208	882	84.848	1.825	84.848	172.403	2.325	2.989.969	2.992.294
FAT FOMENTAR:	**–**	**23.703**	**114.496**	**2.525**	**140.724**	**22.983**	**122.608**	**937**	**122.609**	**269.137**	**676.719**	**3.383.814**	**4.060.533**
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	–	22.113	105.383	2.525	130.021	21.585	112.964	937	112.965	248.451	638.006	3.100.864	3.738.870
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	–	1.590	9.113	–	10.703	1.398	9.644	–	9.644	20.686	38.713	282.950	321.663
FAT PNMPO:	**–**	**56**	**276**	**–**	**332**	**57**	**294**	**–**	**294**	**645**	**1.807**	**7.324**	**9.131**
PNMPO-TADE n.º 01/2013	–	56	276	–	332	57	294	–	294	645	1.807	7.324	9.131
Total	**553.000**	**27.448**	**313.218**	**7.071**	**347.737**	**27.413**	**328.381**	**2.762**	**328.382**	**686.938**	**681.842**	**9.705.233**	**10.387.075**

[1] Os remanejamentos entre programas autorizados pelo CODEFAT para execução da Programação de Depósitos Especiais 2016, foram realizados do programa FAT INFRAESTRUTURA para os programas FAT FOMENTAR MEPE e PRONAF INVESTIMENTO, não havendo, portanto, ingresso de novos recursos.

A movimentação do saldo do FAT Constitucional e do FAT - Depósitos Especiais durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi a seguinte:

	Constitucional		Depósitos	
	TJLP	Cambial	Especiais	Total
Saldo em 01/01/2018	**214.698.093**	**24.103.960**	**11.447.995**	**250.250.048**
. Ingresso de Recursos [1]	8.470.094	–	553.000	9.023.094
. Variação Cambial	–	3.904.075	–	3.904.075
. Provisão de Juros	6.308.663	218.351	–	6.527.014
. Juros s/ Depósitos Especiais	–	–	347.738	347.738
. Capitalização de Juros	590.602	–	–	590.602
. Amortizações de Depósitos Especiais	–	–	(1.603.100)	(1.603.100)
. Pagamento de Juros	(6.751.379)	(201.971)	(358.558)	(7.311.908)
. Transferência de Juros do Cambial	(201.971)	201.971	–	–
. Transferência p/ Cambial	(1.995.618)	1.995.618	–	–
. Retorno do Cambial	1.799.505	(1.799.505)	–	–
30/06/2018	**222.917.989**	**28.422.499**	**10.387.075**	**261.727.563**

[1] Os remanejamentos entre programas autorizados pelo CODEFAT para execução da Programação de Depósitos Especiais 2018, foram realizados do programa FAT INFRAESTRUTURA para os programas FAT FOMENTAR MEPE e PRONAF INVESTIMENTO, não havendo, portanto, ingresso de novos recursos.

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

	BNDES		Consolidado	
Títulos	**30/06/2018**	**30/06/2017**	**30/06/2018**	**30/06/2017**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.227.336	4.005.058	465.857	61.573
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	6.546.192	3.647.727	4.355.143	706.893
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-F	2.182.395	–	–	–
Total	**24.955.923**	**7.652.785**	**4.821.000**	**768.466**
Circulante	24.955.923	7.652.785	4.821.000	768.466
Não circulante	–	–	–	–

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. Fundos Financeiros e de Desenvolvimento - Fundo de Participação PIS/PASEP

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	**30/06/2017**	**30/06/2018**	**30/06/2017**
Fundo de Participação PIS/PASEP	19.786.237	35.958.496	19.786.237	35.958.496
Outros	7.298.463	6.337.333	7.332.523	6.369.580
Total	**27.084.700**	**42.295.829**	**27.118.760**	**42.328.076**

O risco das operações contratadas até 31 de dezembro de 1982 é do Fundo PIS-PASEP. Sobre esta parcela da carteira, da ordem de 0,05% do total em 30 de junho 2018, o BNDES recebe comissão de administração de 0,5% ao ano, paga pelo Fundo. Nas operações contratadas após aquela data, o risco é do BNDES, que está autorizado a cobrar do mutuário comissão de administração de até 0,5% ao ano e comissão de risco de até 1,5% ao ano.

Os saldos dos recursos do Fundo PIS-PASEP que geram risco e são administrados pelo BNDES são:

	30/06/2018	30/06/2017
PIS-PASEP	19.776.145	35.948.118
Fundo de Participação Social - FPS	10.092	10.378
Total	**19.786.237**	**35.958.496**
Circulante	8.981.924	8.455.343
Não circulante	10.804.313	27.503.153

Movimentação das operações de crédito do Fundo PIS-PASEP:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total	Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do semestre	27.686.466	9.114	27.695.580	34.942.248	3.157	34.945.405
Resultado	890.879	10	890.889	1.346.870	5.942	1.352.812
Devoluções	(8.806.000)	–	(8.806.000)	(360.000)	–	(360.000)
Transferências do FPS	4.800	–	4.800	19.000	–	19.000
Saldo no final do semestre	**19.776.145**	**9.124**	**19.785.269**	**35.948.118**	**9.099**	**35.957.217**

13.2. Outras obrigações - depósitos a apropriar

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	**30/06/2017**	**30/06/2018**	**30/06/2017**
Depósitos para liquidação de operações de crédito	60.275	129.829	111.967	180.878
Depósitos do AFRMM - conta especial	54.678	52.068	54.678	52.068
Outros	4.278	4.278	4.278	4.278
Total	**119.231**	**186.175**	**170.923**	**237.224**
Circulante	119.231	186.175	170.923	237.224
Não circulante	–	–	–	–

(continua)

(continuação)

13.3. Outras obrigações - Diversas

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Circulante				
Provisão de desembolso - Fundo Social	466.815	438.143	466.815	438.143
Provisão de desembolso - FUNTEC	216.515	320.371	216.515	320.371
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	28.301	29.244	28.301	29.244
Operações financeiras a liquidar	10.894	48.266	10.894	48.266
Participação Resultado - dirigentes	1.134	841	1.134	841
Fornecedores	141.494	–	300.813	13.680
Obrigações trabalhistas (pessoal)	273.662	247.484	287.295	262.703
Outras	87.512	69.110	94.182	106.614
	1.226.327	**1.153.459**	**1.405.949**	**1.219.862**
Não circulante				
Participação Resultado - dirigentes	815	841	815	841
	815	**841**	**815**	**841**
Total	**1.227.142**	**1.154.300**	**1.406.764**	**1.220.703**

14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES, DE LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO E LETRAS FINANCEIRAS

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Debêntures	2.864.069	3.406.283	4.740.094	5.229.457
Letras de Crédito do Agronegócio	800.362	4.326.226	800.362	4.326.226
Letras Financeiras	1.711.107	–	1.711.107	–
Total	**5.375.538**	**7.732.509**	**7.251.563**	**9.555.683**
Circulante	1.348.628	4.130.890	3.224.653	4.143.403
Não circulante	4.026.910	3.601.619	4.026.910	5.412.280

14.1. Emissões de debêntures

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Emissão Privada (BNDES)	2.864.069	3.406.283	2.864.069	3.406.283
Emissão Pública (BNDESPAR)	–	–	1.876.025	1.823.174
Total	**2.864.069**	**3.406.283**	**4.740.094**	**5.229.457**
Circulante	548.266	551.550	2.424.291	564.063
Não circulante	2.315.803	2.854.733	2.315.803	4.665.394

14.1.1. Emissão privada - BNDES

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal - CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial - TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

Montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES:

	30/06/2018	30/06/2017
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	612.170	728.232
Juros provisionados (6% a.a.)	1.559	1.686
2ª série		
Principal corrigido (TR)	612.170	728.232
Juros provisionados (6% a.a.)	1.559	1.686
3ª série		
Principal corrigido (TR)	612.170	728.232
Juros provisionados (6% a.a.)	1.559	1.686
4ª série		
Principal corrigido (TR)	612.170	728.232
Juros provisionados (6% a.a.)	1.559	1.686
5ª série		
Principal corrigido (TR)	408.113	485.488
Juros provisionados (6% a.a.)	1.040	1.123
Total	**2.864.069**	**3.406.283**
Circulante	548.266	551.550
Não circulante	2.315.803	2.854.733

14.1.2. Emissão pública - BNDESPAR

O quadro abaixo apresenta as emissões públicas de debêntures realizadas pela BNDESPAR com saldos a vencer:

Ano	Programa	Oferta	Série	Remuneração	Valor unitário	Valor principal	Vencimento	Atualização monetária e juros	Datas de pagamento dos juros
2012	Terceiro	Sexta	Terceira	Indexada ao IPCA	1	1.289.000	15/05/2019	IPCA + 5,3999%	15/05/2014; 15/05/2015; 15/05/2016; 15/05/2017; 15/05/2018; e 15/05/2019

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	30/06/2018	30/06/2017
2ª distribuição - Terceiro Programa			
3ª série	15.05.2019		
Principal corrigido (IPCA)		1.863.149	1.810.661
Juros provisionados (5,3999% a.a)		12.876	12.513
Total		**1.876.025**	**1.823.174**
Circulante		1.876.025	12.513
Não circulante		–	1.810.661

14.2. Letras de crédito do agronegócio

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	BNDES e Consolidado		
	Vencimentos	30/06/2018	30/06/2017
Valores de emissão (Principal)	2017	–	1.765.363
	2018	137.527	1.378.799
	2019	498.548	497.583
Juros provisionados		164.287	684.481
Total		**800.362**	**4.326.226**
Circulante		800.362	3.579.340
Não circulante		–	746.886

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

14.3. Letras Financeiras

Em maio de 2018, o BNDES emitiu Letras Financeiras pela primeira vez.

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	BNDES e Consolidado		
	Vencimentos	30/06/2018	30/06/2017
Valores de emissão (Principal)	2020	1.700.000	
Juros provisionados		11.107	–
Total		**1.711.107**	**–**
Circulante		–	–
Não circulante		1.711.107	–

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitas às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
Contribuição para o PIS/PASEP (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às instituições financeiras, desde 01.09.2015 (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.
(2) Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do semestre.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 26.17.

15.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**6.493.888**	**2.069.194**	**9.126.214**	**3.148.837**
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(2.922.250)	(931.137)	(4.106.796)	(1.416.977)
	1.188.855	**206.868**	**(258.925)**	**(386.935)**
Ajustes				
• Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos (1)	(609.357)	(1.127.868)	(668.779)	(1.200.300)
• Majoração da alíquota da CSLL	(28.981)	(46.565)	(30.106)	(48.673)
• Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	1.759.723	805.158	(215.851)	96.440
• Diferença de alíquota da CSLL (Não-Financeiras)	–	–	595.189	203.535
• Juros sobre o capital próprio	–	597.585	–	597.585
• Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	31.062	–	31.204	(30.106)
• Outras diferenças permanentes	36.408	(21.442)	29.418	(5.416)
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	**(1.733.395)**	**(724.269)**	**(4.365.721)**	**(1.803.912)**
• Tributos Correntes	(2.014.913)	(1.760.138)	(3.290.200)	(2.481.817)
• Tributos Diferidos	281.518	1.035.869	(1.075.521)	677.905
Alíquota Efetiva	**26,7%**	**35,0%**	**47,8%**	**57,3%**

(1) Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.
(2) Refere-se, principalmente, a outras diferenças permanentes.

15.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	BNDES		Consolidado		Fundamento para realização
Ativo	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	
Contrapartida no resultado:					
•Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.705.173	6.583.146	8.053.444	7.035.412	Recebimento ou efetivação da perda
• Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	2.327.678	2.305.663	5.977.016	6.700.001	Alienação de títulos
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	310	12.629	310	12.629	Alienação de títulos
• Provisão para ações trabalhistas e cíveis	21.322	–	496.475	448.354	Decisão judicial definitiva
• Ágio amortizado	–	–	64.164	56.518	Alienação de títulos
• Outros	119.906	117.338	166.593	136.270	
Subtotal	**10.174.389**	**9.018.776**	**14.758.002**	**14.389.184**	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	655.977	2.492.210	4.393.572	6.659.037	Alienação de títulos
• Perda atuarial - FAMS	5.983	14.853	27.032	38.106	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	**661.960**	**2.507.063**	**4.420.604**	**6.697.143**	
Total dos créditos tributários diferidos	**10.836.349**	**11.525.839**	**19.178.606**	**21.086.327**	
• Circulante	1.751.640	1.319.076	2.644.289	1.652.901	
• Não circulante	9.084.709	10.206.763	16.534.317	19.433.426	

	BNDES		Consolidado		Fundamento para realização
Passivo	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	
Contrapartida no resultado:					
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(207.232)	(733.495)	(1.032.673)	(1.023.094)	Alienação de títulos
• Outros	–	–	(9.116)	(9.155)	
Subtotal	**(207.232)**	**(733.495)**	**(1.041.789)**	**(1.032.249)**	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	(258.799)	(202.183)	(12.463.057)	(8.674.396)	Alienação de títulos
Subtotal	**(258.799)**	**(202.183)**	**(12.463.057)**	**(8.674.396)**	
Total dos débitos tributários diferidos	**(466.031)**	**(935.678)**	**(13.504.846)**	**(9.706.645)**	
• Circulante	–	(131.314)	(1.932.545)	(908.630)	
• Não circulante	(466.031)	(804.364)	(11.572.301)	(8.798.015)	

(continua)

(continuação)

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	BNDES			
Ativo	**31/12/2017**	**Constituição**	**Realização**	**30/06/2018**
Contrapartida no resultado:				
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.695.331	3.586.551	(3.576.709)	7.705.173
• Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	2.327.678	–	–	2.327.678
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	4.981	1.179	(5.850)	310
• Provisão para ações trabalhistas e cíveis	20.722	888	(288)	21.322
• Participação dos empregados no lucro	118.425	–	(118.425)	–
• Outros	123.062	60.859	(64.015)	119.906
Subtotal	**10.290.199**	**3.649.477**	**(3.765.287)**	**10.174.389**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
• Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	812.260	–	(156.283)	655.977
• Perda atuarial - FAMS	22.782	–	(16.799)	5.983
Subtotal	**835.042**	**–**	**(173.082)**	**661.960**
Total dos créditos tributários diferidos	**11.125.241**	**3.649.477**	**(3.938.369)**	**10.836.349**

	BNDES			
Passivo	**31/12/2017**	**Constituição**	**Realização**	**30/06/2018**
Contrapartida no resultado:				
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(604.560)	(23.168)	420.496	(207.232)
Subtotal	**(604.560)**	**(23.168)**	**420.496**	**(207.232)**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
• Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(192.748)	(66.051)	–	(258.799)
Subtotal	**(192.748)**	**(66.051)**	**–**	**(258.799)**
Total dos débitos tributários diferidos	**(797.308)**	**(89.219)**	**420.496**	**(466.031)**

	Consolidado			
Ativo	**31/12/2017**	**Constituição**	**Realização**	**30/06/2018**
Contrapartida no resultado:				
• Provisão para risco de crédito	8.467.232	3.727.086	(4.140.874)	8.053.444
• Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	6.572.031	95.360	(690.375)	5.977.016
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	4.981	1.179	(5.850)	310
• Provisão para ações trabalhistas e cíveis	461.743	35.261	(529)	496.475
• Participação dos empregados no lucro	145.875	–	(145.875)	–
• Ágio amortizado	47.589	19.884	(3.309)	64.164
• Outros	171.553	67.454	(72.414)	166.593
Subtotal	**15.871.004**	**3.946.224**	**(5.059.226)**	**14.758.002**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	4.923.822	–	(530.250)	4.393.572
• Perda atuarial - FAMS	51.221	258	(24.447)	27.032
Subtotal	**4.975.043**	**258**	**(554.697)**	**4.420.604**
Total dos créditos tributários diferidos	**20.846.047**	**3.946.482**	**(5.613.923)**	**19.178.606**

	Consolidado			
Passivo	**31/12/2017**	**Constituição**	**Realização**	**30/06/2018**
Contrapartida no resultado:				
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(1.070.154)	(503.294)	540.775	(1.032.673)
• Outros	(9.116)	–	–	(9.116)
Subtotal	**(1.079.270)**	**(503.294)**	**540.775**	**(1.041.789)**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
• Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(11.765.660)	(751.522)	54.125	(12.463.057)
Subtotal	**(11.765.660)**	**(751.522)**	**54.125**	**(12.463.057)**
Total dos débitos tributários diferidos	**(12.844.930)**	**(1.254.816)**	**594.900**	**(13.504.846)**

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos:

	BNDES			
	31/12/2016	**Efeito no Resultado**	**Efeito no PL**	**31/12/2017**
Créditos tributários diferidos	8.783.228	2.487.377	(145.364)	11.125.241
Débitos tributários diferidos	(553.962)	(51.151)	(192.195)	(797.308)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**8.229.266**	**2.436.226**	**(337.559)**	**10.327.933**

	BNDES			
	31/12/2017	**Efeito no Resultado**	**Efeito no PL**	**30/06/2018**
Créditos tributários diferidos	11.125.241	(115.810)	(173.082)	10.836.349
Débitos tributários diferidos	(797.308)	397.328	(66.051)	(466.031)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**10.327.933**	**281.518**	**(239.133)**	**10.370.318**

	Consolidado			
	31/12/2016	**Efeito no Resultado**	**Efeito no PL**	**31/12/2017**
Créditos tributários diferidos	18.820.724	2.389.281	(363.958)	20.846.047
Débitos tributários diferidos	(10.558.388)	(285.455)	(2.001.087)	(12.844.930)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**8.262.336**	**2.103.826**	**(2.365.045)**	**8.001.117**

	Consolidado			
	31/12/2017	**Efeito no Resultado**	**Efeito no PL**	**30/06/2018**
Créditos tributários diferidos	20.846.047	(1.113.002)	(554.439)	19.178.606
Débitos tributários diferidos	(12.844.930)	37.481	(697.397)	(13.504.846)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**8.001.117**	**(1.075.521)**	**(1.251.836)**	**5.673.760**

(d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos:

Em 30 de junho de 2018 não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R$ 2.919.340 (R$ 2.312.214 em 31 de dezembro de 2017) e no Consolidado R$ 3.600.060 (R$ 2.884.799 em 31 de dezembro de 2017), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

(e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos:

	BNDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	**%**	**Débitos Tributários**	**%**	**Líquido**	**Créditos Tributários**	**%**	**Débitos Tributários**	**%**	**Líquido**
2017	1.751.641	16,2%	–	–	1.751.641	2.644.289	13,8%	(1.929.810)	14,3%	714.479
2018	995.023	9,2%	(258.379)	55,5%	736.644	1.973.149	10,3%	(1.785.480)	13,2%	187.669
2019	906.505	8,4%	(204.678)	43,9%	701.827	1.777.433	9,2%	(1.639.170)	12,1%	138.263
2020	1.103.921	10,2%	–	–	1.103.921	1.916.245	10,0%	(1.140.489)	8,4%	775.756
2021	1.823.531	16,8%	–	–	1.823.531	3.134.564	16,3%	(1.237.892)	9,2%	1.896.672
2022 a 2026	4.255.728	39,2%	–	–	4.255.728	7.724.521	40,3%	(5.379.528)	39,9%	2.344.993
Após 2026 [3]	–	–	(2.974)	0,6%	(2.974)	8.405	0,1%	(392.477)	2,9%	(384.072)
Total	**10.836.349**	**100,0%**	**(466.031)**	**100,0%**	**10.370.318**	**19.178.606**	**100,0%**	**(13.504.846)**	**100,0%**	**5.673.760**
Valor Presente	**7.914.425**		**(412.799)**		**7.501.626**	**14.058.590**		**(9.893.699)**		**4.164.891**

[3] Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

(continua)

(continuação)

15.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
IRPJ/CSLL a compensar	–	–	13.633	610.127
Imposto de renda retido na fonte	8	4.452	60.632	47.949
Outros	131	126	3.371	5.131
Total no Ativo Circulante	**139**	**4.578**	**77.636**	**663.207**

16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.18.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas, conforme abaixo:

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Processos trabalhistas	40.343	38.113	50.583	47.773
Processos cíveis	12.961	12.412	1.399.741	1.258.503
Total	**53.304**	**50.525**	**1.450.324**	**1.306.276**
Circulante	3	–	3	–
Não circulante	53.301	50.525	1.450.321	1.306.276

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	30/06/2018			
	Processos trabalhistas		Processos cíveis	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
2018	3	3	–	–
2019	22.541	32.047	24	24
2020	4.778	5.237	2.566	5.132
2021	4.874	5.108	–	29
2022	7.034	7.075	9.228	1.393.413
2023	448	448	1.143	1.143
2024	665	665	–	–
Total	**40.343**	**50.583**	**12.961**	**1.399.741**

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 112 processos judiciais em andamento (129 no consolidado) referentes, principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária e complementação de aposentadoria.

Movimentação da provisão trabalhista no semestre:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	39.147	45.356	49.626	65.792
Pagamentos	(5.393)	–	(5.393)	(3.171)
Constituições	6.589	7.370	6.350	9.076
Reversões	–	(14.613)	–	(23.924)
Saldo no final do semestre	**40.343**	**38.113**	**50.583**	**47.773**

Em 30 de junho de 2018 havia 36 processos judiciais em andamento (56 no Consolidado), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 5.670 (R$ 8.418 no Consolidado).

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 12 processos (18 no Consolidado), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização - PND, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

Movimentação das provisões cíveis no semestre:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	12.658	12.353	1.298.826	1.204.258
Pagamentos	–	(124)	(11)	(124)
Constituições	303	549	100.926	54.735
Reversões	–	(366)	–	(366)
Saldo no final do semestre	**12.961**	**12.412**	**1.399.741**	**1.258.503**

Em 30 de Junho de 2018 havia 32 processos judiciais em andamento (51 no Consolidado) classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R$ 94.912 (R$ 1.456.147 no Consolidado).

17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 26.14.

17.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Passivo atuarial - FAPES	2.141.658	2.206.222	2.665.460	2.746.837
Passivo atuarial - FAMS	2.039.174	1.933.119	2.525.379	2.410.241
	4.180.832	**4.139.341**	**5.190.839**	**5.157.078**
Circulante				
FAPES	83.647	53.358	98.536	71.087
FAMS	34.879	29.791	55.941	49.282
	118.526	**83.149**	**154.477**	**120.369**
Não circulante				
FAPES	2.058.011	2.152.864	2.566.924	2.675.750
FAMS	2.004.295	1.903.328	2.469.438	2.360.959
	4.062.306	**4.056.192**	**5.036.362**	**5.036.709**

17.1.1. Plano Básico de Benefícios - PBB (FAPES)

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, com base nos dados de maio de 2018 e atualizada até 30 de junho de 2018:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Valor presente da obrigação atuarial	10.675.273	10.559.553	13.153.901	13.082.272
Valor justo dos ativos do plano	(8.533.615)	(8.353.331)	(10.488.441)	(10.335.435)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	**2.141.658**	**2.206.222**	**2.665.460**	**2.746.837**

Em 29 de dezembro de 2016 foi validado pelo Conselho Deliberativo da Fapes, após aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o Plano de Equacionamento do Déficit do PBB. O valor equacionado foi de R$ 953.523 e serão pagos 50% pelos Patrocinadores e 50% pelos participantes ativos e assistidos. O pagamento será através de contribuição extraordinária, que teve o seu início a partir de março de 2017 e duração prevista de 25 anos.

(continua)

(continuação)

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Valor presente no início do semestre	11.184.161	10.252.163	13.784.822	12.741.775
Custo do serviço corrente	196.177	181.728	199.124	184.586
Custo de juros	555.736	533.383	684.960	662.908
Contribuição dos participantes do plano	38.426	40.360	39.656	41.771
Perdas (ganhos) atuariais	(1.027.277)	(186.507)	(1.203.113)	(210.275)
Mudança de premissas (Cresc. salarial)	(49.641)	7.234	(20.979)	6.283
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(670.034)	475.786	(748.603)	562.231
Ajuste de experiência	(307.602)	(669.527)	(433.531)	(778.789)
Benefícios pagos	(271.950)	(261.574)	(351.548)	(338.493)
Valor presente no fim do semestre	**10.675.273**	**10.559.553**	**13.153.901**	**13.082.272**

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Valor justo no início do semestre	8.720.573	7.784.157	10.747.736	9.748.170
Receita de juros	433.321	404.982	534.049	507.162
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(485.021)	285.900	(595.740)	261.933
Contribuições recebidas do empregador (*)	98.266	99.506	114.288	114.892
Contribuições recebidas dos participantes	38.426	40.360	39.656	41.771
Benefícios pagos	(271.950)	(261.574)	(351.548)	(338.493)
Valor justo no fim do semestre	**8.533.615**	**8.353.331**	**10.488.441**	**10.335.435**

(*) Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar para o próximo ano é de aproximadamente R$ 204.393 (R$ 237.720 para o consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 17,06 anos em 30 de junho de 2018 (17,73 anos em 30 de junho de 2017).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 30 de junho de 2018 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES	611.716	628.057	1.943.902	56.678.812	59.862.487
Consolidado	796.051	815.387	2.510.713	61.064.144	65.186.295

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e taxa de crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

	BNDES		Consolidado	
Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(1.252.076)	(11,73%)	(1.473.045)	(11,20%)
Redução de 1% a.a.	1.573.633	14,74%	1.835.091	13,95%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	171.744	1,61%	211.584	1,61%
Redução de 1 ano na idade	(176.670)	(1,65%)	(217.904)	(1,66%)
Taxa de crescimento salarial				
Aumento de 1% a.a.	422.131	3,95%	426.453	3,24%
Redução de 1% a.a.	(360.737)	(3,38%)	(364.878)	(2,77%)

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Custo do serviço corrente	196.177	181.728	199.124	184.586
Custo dos juros da obrigação	555.736	533.383	684.960	662.908
Receita de juros dos ativos	(433.321)	(404.981)	(534.049)	(507.162)
Total	**318.592**	**310.130**	**350.035**	**340.332**

Os valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo do início do semestre	451.743	935.834	752.571	1.216.768
Perdas (Ganhos) atuariais	(1.027.277)	(186.507)	(1.203.113)	(210.275)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	485.021	(285.900)	595.740	(261.933)
Saldo no final do semestre	**(90.513)**	**463.427**	**145.198**	**744.560**

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

	BNDES							
	30/06/2018				30/06/2017			
Ativos por categoria	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	1.991.444	2.940.622	2.830.242	7.762.308	1.771.800	2.962.858	2.749.845	7.484.503
Renda fixa	1	–	–	1	1	–	–	1
Ações	1.661.123	–	–	1.661.123	1.322.374	–	–	1.322.374
Multimercado	330.320	2.940.622	2.512.022	5.782.964	197.210	2.962.858	2.749.845	5.909.913
Empresas emergentes	–	–	15.591	15.591	17.417	–	–	17.417
Participações	–	–	302.629	302.629	234.798	–	–	234.798
Imóveis [1]	–	655.991	–	655.991	638.340	–	–	638.340
Locados a terceiros	–	601.037	–	601.037	603.368	–	–	603.368
Locados aos patrocinadores	–	54.954	–	54.954	34.972	–	–	34.972
Empréstimos e financiamentos	–	–	297.491	297.491	–	–	289.819	289.819
Subtotal	**1.991.444**	**3.596.613**	**3.127.733**	**8.715.790**	**2.410.140**	**2.962.858**	**3.039.664**	**8.412.662**
Outros ativos não avaliados a valor justo [2]				59.024				49.182
Outras deduções [3]				(211.557)				(150.132)
Total 31/05/2018 e 30/11/2017				**8.563.257**				**8.311.712**
Atualização de data-base [4]				(29.642)				41.618
Total 30/06/2018 e 31/12/2017				**8.533.615**				**8.353.330**

[1] O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 31.408 em 30 de junho de 2018 (R$ 21.752 em 30 de junho de 2017).

[2] Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

[3] Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

[4] Projeção do valor justo dos ativos do plano para 30/06/2018. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Taxa Selic vigente em 29/06/2018.

(continua)

(continuação)

	Consolidado							
	30/06/2018				30/06/2017			
Ativos por categoria	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Fundos de investimento	2.446.296	3.612.270	3.476.679	9.535.245	2.193.256	3.667.629	3.403.948	9.264.833
Renda fixa	2	–	–	2	1	–	–	1
Ações	2.040.528	–	–	2.040.528	1.636.926	–	–	1.636.926
Multimercado	405.766	3.612.270	3.085.777	7.103.813	244.120	3.667.629	3.403.948	7.315.697
Empresas emergentes	–	–	19.152	19.152	21.560	–	–	21.560
Participações	–	–	371.750	371.750	290.649	–	–	290.649
Imóveis [1]	–	805.822	–	805.822	790.180	–	–	790.180
Locados a terceiros	–	738.316	–	738.316	746.890	–	–	746.890
Locados aos patrocinadores	–	67.506	–	67.506	43.290	–	–	43.290
Empréstimos e financiamentos	–	–	365.439	365.439	–	–	358.757	358.757
Subtotal	**2.446.296**	**4.418.092**	**3.842.118**	**10.706.506**	**2.983.436**	**3.667.629**	**3.762.705**	**10.413.770**
Outros ativos não avaliados a valor justo [2]				72.505				60.881
Outras deduções [3]				(259.877)				(185.842)
Total 31/05/2018 e 30/11/2017				**10.519.134**				**10.288.809**
Atualização de data-base [4]				(30.693)				46.626
Total 30/06/2018 e 31/12/2017				**10.488.441**				**10.335.435**

[1] O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 38.583 em 30 de junho de 2018 (R$ 26.926 em 30 de junho de 2017).

[2] Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

[3] Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

[4] Projeção do valor justo dos ativos do plano para 30 de junho de 2018. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Taxa Selic vigente em 29 de junho de 2018.

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Contratos de 2002 [a]	642.826	585.159	821.539	747.841
Contratos de 2004 [b]	44.694	38.027	61.598	52.409
Total	**687.520**	**623.186**	**883.137**	**800.250**

[a] Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

[b] Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do Tribunal de Contas da União - TCU (TC-029.845/2016-5), de 18 de julho de 2017, encontram-se suspensos, junto à FAPES, os pagamentos das contribuições correspondentes aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU no processo TC-029.845/2016-5, o qual foi denegado em decisão monocrática ainda não transitada em julgado. A FAPES também iniciou a cobrança judicial dos contratos, mas não obteve, até o presente momento, decisão favorável. O Sistema BNDES aguarda o julgamento definitivo do referido processo pelo TCU.

A FAPES solicitou ainda aos patrocinadores do PBB o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes em função de interpretação e reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano. Em 30 de dezembro de 2014, a Administração manifestou-se em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Em 21 de julho de 2016, a FAPES ingressou, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, com ação de cobrança. Em 26 de julho de 2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES. O BNDES classificou o risco de perda como remota, e nesse sentido o valor em litígio não foi provisionado.

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28 de outubro de 2015, que no prazo de noventa dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias indevidamente repassadas à Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R$ 395,2 milhões em junho de 2009, R$ 11,5 milhões em julho de 2010 e R$ 40,9 milhões em agosto de 2010, em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi ao final mantida pelo TCU. Em 07 de junho de 2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU. O BNDES aguarda o julgamento definitivo do plano de ação referido pelo TCU.

17.1.2. Plano de Assistência e Saúde - PAS (FAMS)

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Valor presente das obrigações	2.039.174	1.933.119	2.525.379	2.410.241
Passivo líquido	2.039.174	1.933.119	2.525.379	2.410.241

A movimentação no saldo da obrigação durante o semestre é demonstrada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	2.135.492	1.628.772	2.638.757	2.051.510
Custo do serviço corrente	58.435	60.501	60.086	62.266
Custo de juros da obrigação	106.111	83.687	131.118	105.408
Perdas (Ganhos) atuariais	(234.365)	186.797	(269.188)	227.149
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(171.149)	77.758	(197.717)	90.906
Ajuste de experiência	(63.216)	109.039	(71.471)	136.243
Benefícios pagos	(26.499)	(26.638)	(35.394)	(36.092)
Saldo no final do semestre	**2.039.174**	**1.933.119**	**2.525.379**	**2.410.241**

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Custo do serviço corrente	58.435	60.501	60.086	62.266
Custo dos juros da obrigação	106.111	83.687	131.118	105.408
Total	**164.546**	**144.188**	**191.204**	**167.674**

(continua)

(continuação)

Os valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo do início do semestre	330.372	69.383	516.265	204.688
Perdas (Ganhos) atuariais	(234.365)	186.797	(269.188)	227.149
Saldo no final do semestre	**96.007**	**256.180**	**247.077**	**431.837**

O BNDES espera contribuir com a concessão de benefício pós-emprego de assistência e saúde para o próximo ano, em aproximadamente R$ 64.462 (R$ 89.850 no Consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 23,44 anos em 30 de junho de 2018 (24,72 anos em 30 de junho de 2017).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base em 30 de junho de 2018 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES	64.462	69.053	229.502	19.625.660	19.988.677
Consolidado	89.850	96.258	319.613	20.891.923	21.397.644

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

	BNDES		Consolidado	
Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(326.036)	-15,99%	(379.489)	-15,03%
Redução de 1% a.a.	434.298	21,30%	500.061	19,80%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	72.590	3,56%	89.393	3,54%
Redução de 1 ano na idade	(72.068)	-3,53%	(88.708)	-3,51%
Taxa aumento dos custos médicos				
Aumento de 1% a.a.	433.682	21,27%	499.355	19,77%
Redução de 1% a.a.	(331.121)	-16,24%	(385.440)	-15,26%

17.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	30/06/2018	30/06/2017
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas desagravada em 30%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,34% a.a	3,36% a.a
Grupo Apoio	3,47% a.a.	3,34% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	7,47% a.a	8,01% a.a
Grupo Apoio	7,61% a.a.	7,99% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,10% a.a	10,31% a.a
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,10% a.a	10,31% a.a
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

17.4. Processos Judiciais e Contingências

		PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	20.731	–
	Quantidade	10	–
Classificação: Possível	Valor	75.455	–
	Quantidade	94	–

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R$ 20.731 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis a Fapes não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R$ 75.455 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria relacionados ao Regulamento do Plano Básico de Benefícios, especialmente interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria.

17.5. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Vale-transporte	2.408	1.401	3.028	1.773
Vale-refeição	38.666	23.468	48.625	29.707
Assistência Educacional	14.913	8.408	18.754	10.643
Total	**55.987**	**33.277**	**70.407**	**42.123**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O tratamento contábil dos itens componentes do patrimônio líquido estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.19.

Capital social

Em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

Em abril de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado um aumento do capital social do BNDES, no valor de R$ 2.349.700, conforme autorizado pelo Estatuto Social, sem emissão de ações, por meio da incorporação da Reserva para Futuro Aumento de Capital, passando de R$ 42.349.381 para R$ 44.699.081.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R$ 100.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

Ajustes de avaliação patrimonial

	30/06/2018	30/06/2017
Ajuste - acumulado de conversão - reflexo de coligada	48.573	(211.712)
Ajuste - outros resultados abrangentes - reflexo de coligada	441.492	(344.143)
Ajuste - outros resultados abrangentes - próprios	(594.598)	(704.753)
Ajuste - outros resultados abrangentes - próprios	488	–
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda [1]	16.279.512	4.248.933
De títulos próprios	16.283.552	4.219.671
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR)	(4.040)	29.262
Total	**16.175.467**	**2.988.325**

[1] Para efeito da Resolução CMN n.º 4.175, vide Nota Explicativa n.º 7.1.2.

(continua)

(continuação)

Pagamento de juros sobre o capital próprio

Em maio de 2018 o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio, conforme descrito a seguir.

		30/06/2018		
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago (*)	Meio de pagamento
JSCP	2017	1.468.563	1.500.049	Dinheiro
Total		**1.468.563**	**1.500.049**	

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

19. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.750/2009.

19.1. Transações com controladas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e foram as seguintes

	30/06/2018				30/06/2017			
	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total
Ativo								
Operações de repasses	97.274.279	–	–	97.274.279	114.089.637	–	–	114.089.637
Passivo								
Operações compromissadas	2.982.626	17.152.299	–	20.134.925	903.119	5.981.201	–	6.884.320

	30/06/2018				30/06/2017			
	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total
Receitas:								
Operações de repasses	4.698.696	–	–	4.698.696	3.691.013	17.477	–	3.708.490
Despesas:								
Operações compromissadas	(79.866)	(420.782)	–	(500.648)	(171.065)	(277.643)	–	(448.708)

19.2. Transações com o Tesouro Nacional - acionista único do BNDES

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Ativo				
Títulos públicos federais (Nota Explicativa n.º 6)	71.627.429	86.568.806	71.660.955	86.598.448
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa n.º 19.2.1)	1.347.158	1.692.322	3.333.808	4.713.058
Passivo				
Operações de repasses	332.181.635	417.132.817	332.181.635	417.132.817
Outras obrigações com STN	470	42	6.818	2.636
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa n.º 19.2.3)	35.538.976	35.538.976	35.538.976	35.538.976

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado:				
Resultado com títulos públicos federais	2.396.155	4.761.321	2.392.360	4.765.577
Receitas com outros créditos - equalização	1.124.786	1.471.196	2.808.425	4.190.051
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(12.669.803)	(14.587.207)	(12.669.803)	(14.587.207)
Despesas com outras obrigações - equalização	(481)	(1.774)	(30.364)	(3.477)

19.2.1. Créditos Específicos - Vinculados ao Tesouro Nacional

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento - PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Para detalhes sobre estes créditos, vide Nota Explicativa n.º 26.20.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	1.251.610	1.605.681	3.238.260	4.626.417
Outros créditos	95.548	86.641	95.548	86.641
Total	**1.347.158**	**1.692.322**	**3.333.808**	**4.713.058**

Em 30 de junho de 2018 e em 30 de junho de 2017 a composição dos saldos é a seguinte:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Valores Apurados em:				
2018	1.109.153	–	2.792.948	–
2017	535	1.463.750	745	4.181.545
2016	536	518	749	789
2015	535	534	746	762
2014	551	562	763	776
2013	720	722	932	942
Anteriores a 2013	139.580	139.595	441.377	441.603
Total	**1.251.610**	**1.605.681**	**3.238.260**	**4.626.417**

As movimentações desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 foram as seguintes:

	BNDES					
	30/06/2018			30/06/2017		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldos no início do semestre	681.957	765.397	1.447.354	975.753	819.924	1.795.677
• Valores apurados no semestre	549.400	570.236	1.119.636	826.915	638.885	1.465.800
• Atualização Monetária	–	649	649	–	1.015	1.015
• Recebimentos	(692.440)	(623.589)	(1.316.029)	(977.698)	(679.113)	(1.656.811)
Saldos no fim do semestre	**538.917**	**712.693**	**1.251.610**	**824.970**	**780.711**	**1.605.681**

(continua)

(continuação)

	Consolidado					
	30/06/2018			30/06/2017		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldos no início do semestre	2.662.546	1.273.602	3.936.148	4.184.810	1.292.991	5.477.801
• Valores apurados no semestre	2.028.513	774.942	2.803.455	3.351.865	830.970	4.182.835
• Atualização Monetária	–	468	468	–	1.120	1.120
• Recebimentos	(2.673.028)	(828.771)	(3.501.799)	(4.186.754)	(848.585)	(5.035.339)
• Outras	–	(12)	(12)	–	–	–
Saldos no fim do semestre	**2.018.031**	**1.220.229**	**3.238.260**	**3.349.921**	**1.276.496**	**4.626.417**

19.2.2. Repasses no país - Tesouro Nacional

O quadro a seguir apresenta o passivo com repasses do Tesouro Nacional.

		BNDES e Consolidado	
Moeda / Taxas de Captação	Vencimento médio (em anos)	30/06/2018	30/06/2017
US$	19,11	777.913	738.493
US$ + 2,32%	20,89	4.296.749	3.861.993
TJLP (*)	40,97	326.275.348	411.346.539
Reais	–	1.642	1.642
Juros provisionados		829.983	1.184.150
Total		**332.181.635**	**417.132.817**
Circulante		928.724	1.489.129
Não circulante		331.252.911	415.643.688

O BNDES liquidou antecipadamente os contratos n.º 755 (vencimento em novembro de 2052), n.º 807 (vencimento em janeiro de 2053) e n.º 904/PGFN/CAF (vencimento em dezembro de 2053) integralmente e o contrato n.º 962/PGFN/CAF (vencimento em junho de 2054) parcialmente, totalizando o montante de R$ 60 bilhões durante o primeiro semestre de 2018. Adicionalmente, o BNDES está em acordo para liquidação antecipada e alteração do perfil da dívida de outros contratos, vide Nota Explicativa n.º 23.

19.2.3. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 30 de junho de 2018 existem quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal:

(i) Contrato n.º 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna.

(ii) Contratos n.º 963 e 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, nos valores de R$ 8.731.760 e R$ 6.807.216, respectivamente.

(iii) Contrato n.º 1.018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

A partir de 30 de junho de 2013 (Contrato n.º 867/PGFN/CAF), de 30 de junho de 2014 (Contratos n.º 963 e n.º 964/PGFN/CAF) e de 31 de dezembro de 2014 (Contrato n.º 1.018/PGFN/CAF), estes instrumentos foram considerados como elegíveis ao Capital Principal pelo BACEN e passaram a compor o PR do BNDES, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	31/12/2017	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	30/06/2018
Variável, limitada à TJLP	867/PGFN/CAF	15.241.266	5.841	(247.107)	15.000.000
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	8.872.204	3.400	(143.844)	8.731.760
Variável, limitada à TJLP	964/PGFN/CAF	6.916.706	2.651	(112.141)	6.807.216
Variável, limitada à TJLP	1.018/PGFN/CAF	5.080.422	1.947	(82.369)	5.000.000
Total		**36.110.598**	**13.839**	**(585.461)**	**35.538.976**
Circulante		–	–	–	–
Não circulante		36.110.598			35.538.976

19.2.4. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

19.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Petrobras, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fundo de Participação PIS/PASEP, Fundo da Marinha Mercante - FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Ativos				
Fundos, debêntures, operações de crédito e repasses, dividendos e JSCP e outros créditos a receber	97.298.765	105.529.373	113.037.710	133.522.722
Provisão para risco de crédito	(363.633)	(399.101)	(365.542)	(401.645)
Passivos				
Depósitos e Repasses	656.783.730	331.457.060	656.817.790	331.489.307

19.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

As transações com o plano básico de benefício de assistência médica, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota Explicativa n.º 17:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Passivo				
Contas a pagar - FAPES - Previdência	2.141.658	2.206.222	2.665.460	2.746.837
Passivo atuarial - FAMS - Assistência	2.039.174	1.933.119	2.525.379	2.410.241
Patrimônio líquido				
Ajuste de avaliação patrimonial - FAPES - Previdência	90.513	(463.427)	90.513	(463.427)
Ajuste de avaliação patrimonial - FAMS - Assistência	(96.008)	(256.180)	(96.008)	(256.180)

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Despesas				
Plano de Previdência	(220.325)	(254.178)	(235.747)	(282.649)
Plano de Assistência	(138.047)	(117.549)	(155.810)	(131.582)

19.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 7.2.2. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Ativos				
Direitos recebíveis	2.998.154	3.440.698	3.086.835	3.440.698
Provisão	(16.085)	(99.572)	(16.972)	(99.572)
Dividendos a receber de coligadas	–	–	90.137	84.982

(continua)

(continuação)

19.6. Remuneração de empregados e dirigentes

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Sistema BNDES: membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria e dos Conselhos Fiscais:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Benefícios de curto prazo:				
Honorários, benefícios e encargos	6.916	7.405	7.673	8.263
RVA (Parcela à vista)	1.663	1.566	1.663	1.566
Benefícios pós emprego:				
Remuneração compensatória - quarentena	433	(547)	433	(547)
Benefícios de Longo Prazo:				
RVA (Parcelas diferidas)	626	638	626	638
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:				
Férias proporcionais e indenizadas	102	52	102	52

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados do Sistema BNDES no período:

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	87,39	69,07	87,39	70,02	87,39	69,07	87,39	70,02
Menor Salário	8,09	3,43	8,01	3,33	8,09	3,43	8,01	3,33
Salário Médio	34,11	26,64	36,56	25,00	23,49	26,83	25,46	25,25

19.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados (membros da Diretoria e empregados), decorrentes de pagamentos, ajustes contábeis e novos provisionamentos:

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2018		31/12/2017		30/06/2018		31/12/2017	
	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados
Saldo no início do semestre	4.320	318.588	3.825	221.424	4.320	333.123	3.825	232.081
Ajustes (valor provisão/exercícios anteriores)	(81)	(40.918)	61	8.879	(81)	(42.626)	61	9.315
Pagamentos realizados	(2.289)	(277.670)	(2.204)	(230.303)	(2.289)	(290.497)	(2.204)	(241.396)
Ajuste provisão RVAs - diferidas (*)	–	–	(389)	–	–	–	(389)	–
Provisão do exercício	–	–	3.027	318.588	–	–	3.027	333.123
Saldo no fim do semestre	**1.950**	**–**	**4.320**	**318.588**	**1.950**	**–**	**4.320**	**333.123**

(*) O ajuste dos valores diferidos decorre de três motivos: i) reajustamento dos honorários dos Dirigentes; ii) diferença na apuração do resultado dos indicadores apurados pela auditoria interna; e iii) redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	BNDES e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
2018	–	2.268
2019	1.134	1.185
2020	538	564
2021	277	303
Total	**1.950**	**4.320**

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores participações nos lucros e resultados pagas a empregados e membros da Diretoria (RVA*) do Sistema BNDES no semestre:

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados
Maior Participação nos Lucros	234,21	288,81	158,26	288,72	234,21	288,81	158,26	288,72
Menor Participação nos Lucros	1,30	1,02	3,90	4,35	1,30	1,02	3,90	4,35
Participação nos Lucros Média	95,39	102,31	104,97	83,36	95,39	103,23	104,97	84,23

(*) O quadro acima não contempla valores referentes ao provisionamento de parcelas diferidas de RVA.

20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 26.15, a metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios foi revisada em 2018, sobretudo no que tange à alocação dos custos de captação baseada na gestão integrada de recursos (*Asset Liability Management* - ALM).

Neste contexto, o BNDES apresenta a informação por segmento referente ao 1º semestre de 2018 de acordo com a nova metodologia e também de acordo com a metodologia anterior, de modo a possibilitar a comparabilidade e avaliação do desempenho dos segmentos nos semestres divulgados.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Informação por segmento de acordo com a metodologia atual:

	Consolidado				
	30/06/2018				
	Renda Fixa (financiamento a empresas)	Renda Variável (mercado de capitais)	Tesouraria/ALM (gestão de recursos financeiros)	Não alocado	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**29.607.534**	**–**	**6.535.217**	**–**	**36.142.751**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
• Moeda nacional	16.178.717	–	–	–	16.178.717
. Moeda estrangeira	9.390.172	–	–	–	9.390.172
Resultado com títulos e valores mobiliários	678.589	–	6.535.217	–	7.213.806
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	2.808.425	–	–	–	2.808.425
Rendas com administração de fundos e programas	551.631	–	–	–	551.631
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(23.025.801)**	**(2.987.504)**	**(3.676.164)**	**–**	**(29.689.469)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
• Moeda nacional	(14.891.752)	(2.987.504)	(2.139.166)	–	(20.018.422)
• Moeda estrangeira	(8.195.426)	–	(4.120.451)	–	(12.315.877)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	–	–	2.583.453	–	2.583.453
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(30.364)	–	–	–	(30.364)
Resultado de provisão para risco de crédito	(81.176)	–	–	–	(81.176)
Resultado da carteira de câmbio	172.917	–	–	–	172.917
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**6.581.733**	**(2.987.504)**	**2.859.053**	**–**	**6.453.282**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**390.207**	**4.101.592**	**–**	**(1.818.867)**	**2.672.932**
Resultado com equivalência patrimonial	–	(52.862)	–	–	(52.862)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	390.207	–	–	1.237	391.444
Amortização de ágios	–	(58.377)	–	–	(58.377)
Reversão (constituição) provisões para perdas em investimentos	–	467.339	–	–	467.339
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	480.219	–	–	480.219
Resultado com alienação de títulos de renda variável	–	3.008.093	–	–	3.008.093
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	–	209.084	–	–	209.084
Resultado com fundos de investimento em participações societárias	–	47.036	–	–	47.036
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	–	1.060	–	–	1.060
Reversão (constituição) provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	(110.600)	(110.600)
Despesas tributárias	–	–	–	(498.659)	(498.659)
Despesas pessoal e administrativas	–	–	–	(1.078.344)	(1.078.344)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	–	(132.501)	(132.501)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**6.971.940**	**1.114.088**	**2.859.053**	**(1.818.867)**	**9.126.214**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	–	–	–	(4.365.721)	(4.365.721)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	**6.971.940**	**1.114.088**	**2.859.053**	**(6.184.588)**	**4.760.493**
ATIVOS	**544.349.604**	**87.003.684**	**181.880.339**	**21.227.505**	**834.461.132**
Investimentos em coligadas (MEP)		13.491.061			13.491.061

(continua)

(continuação)

Informação por segmento de acordo com a metodologia anterior:

	Consolidado 30/06/2018				
	Renda Fixa (financiamento a empresas)	Renda Variável (mercado de capitais)	Tesouraria (gestão das disponibilidades financeiras)	Não alocado	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**29.607.534**	**–**	**6.535.217**	**–**	**36.142.751**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
• Moeda nacional	16.178.717	–	–	–	16.178.717
• Moeda estrangeira	9.390.172	–	–	–	9.390.172
Resultado com títulos e valores mobiliários	678.589	–	6.535.217	–	7.213.806
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	2.808.425	–	–	–	2.808.425
Rendas com administração de fundos e programas	551.631	–	–	–	551.631
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(23.025.801)**	**(14)**	**(6.663.654)**	**–**	**(29.689.469)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
• Moeda nacional	(14.891.752)	(14)	(5.126.656)	–	(20.018.422)
• Moeda estrangeira	(8.195.426)	–	(4.120.451)	–	(12.315.877)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	–	–	2.583.453	–	2.583.453
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(30.364)	–	–	–	(30.364)
Resultado de provisão para risco de crédito	(81.176)	–	–	–	(81.176)
Resultado da carteira de câmbio	172.917	–	–	–	172.917
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**6.581.733**	**(14)**	**(128.437)**	**–**	**6.453.282**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**390.207**	**4.101.592**	**–**	**(1.818.867)**	**2.672.932**
Resultado com equivalência patrimonial	–	(52.862)	–	–	(52.862)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	390.207	–	–	1.237	391.444
Amortização de ágios	–	(58.377)	–	–	(58.377)
Reversão (constituição) provisões para perdas em investimentos	–	467.339	–	–	467.339
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	480.219	–	–	480.219
Resultado com alienação de títulos de renda variável	–	3.008.093	–	–	3.008.093
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	–	209.084	–	–	209.084
Resultado com fundos de investimento em participações societárias	–	47.036	–	–	47.036
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	–	1.060	–	–	1.060
Reversão (constituição) provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	(110.600)	(110.600)
Despesas tributárias	–	–	–	(498.659)	(498.659)
Despesas pessoal e administrativas	–	–	–	(1.078.344)	(1.078.344)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	–	(132.501)	(132.501)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**6.971.940**	**4.101.578**	**(128.437)**	**(1.818.867)**	**9.126.214**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	–	–	–	(4.365.721)	(4.365.721)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	**6.971.940**	**4.101.578**	**(128.437)**	**(6.184.588)**	**4.760.493**
ATIVOS	**544.349.604**	**87.003.684**	**181.880.339**	**21.227.505**	**834.461.132**
Investimentos em coligadas (MEP)		13.491.061			13.491.061

(continua)

(continuação)

	Consolidado 30/06/2017				
	Renda Fixa (financiamento a empresas)	Renda Variável (mercado de capitais)	Tesouraria (gestão das disponibilidades financeiras)	Não alocado	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**26.029.691**	**–**	**8.299.663**	**–**	**34.329.354**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
• Moeda nacional	18.727.790	–	–	–	18.727.790
• Moeda estrangeira	2.028.456	–	–	–	2.028.456
Resultado com títulos e valores mobiliários	639.906	–	8.299.663	–	8.939.569
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	4.190.051	–	–	–	4.190.051
Rendas com administração de fundos e programas	443.488	–	–	–	443.488
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(23.521.742)**	**(854.661)**	**(6.384.668)**	**–**	**(30.761.071)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
• Moeda nacional	(16.568.829)	(854.661)	(5.621.846)	–	(23.045.336)
• Moeda estrangeira	(2.626.138)	–	–	–	(2.626.138)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	630.127	–	(762.822)	–	(132.695)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(3.478)	–	–	–	(3.478)
Resultado de provisão para risco de crédito	(4.769.408)	–	–	–	(4.769.408)
Resultado da carteira de câmbio	(184.016)	–	–	–	(184.016)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**2.507.949**	**(854.661)**	**1.914.995**	**–**	**3.568.283**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**224.020**	**1.417.733**	**–**	**(2.061.199)**	**(419.446)**
Resultado com equivalência patrimonial	–	69.877	–	–	69.877
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	224.020	–	–	30.673	254.693
Amortização de ágios	–	(3.603)	–	–	(3.603)
Reversão (constituição) provisões para perdas em investimentos	–	(377.461)	–	–	(377.461)
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	576.755	–	–	576.755
Resultado com alienação de títulos de renda variável	–	728.999	–	–	728.999
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	–	(32.257)	–	–	(32.257)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias	–	149.735	–	–	149.735
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	–	305.688	–	–	305.688
Reversão (constituição) provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	(39.521)	(39.521)
Despesas tributárias	–	–	–	(462.106)	(462.106)
Despesas pessoal e administrativas	–	–	–	(1.102.641)	(1.102.641)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	–	(487.604)	(487.604)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**2.731.969**	**563.072**	**1.914.995**	**(2.061.199)**	**3.148.837**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	–	–	–	(1.803.912)	(1.803.912)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	**2.731.969**	**563.072**	**1.914.995**	**(3.865.111)**	**1.344.925**
ATIVOS	**610.069.904**	**71.675.349**	**178.409.106**	**23.485.664**	**883.640.023**
Investimentos em coligadas (MEP)		13.165.931			13.165.931

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL E CONTROLE INTERNO

21.1. Gerenciamento de Riscos e Controle Interno

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controle interno do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Gestão de Risco de Crédito e de Gestão de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade; e unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

Nos tópicos a seguir é apresentada a variação observada nas informações quantitativas relativas à gestão dos riscos de crédito, mercado e operacional entre 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2018.

• Risco Operacional e Controle Interno

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por outros profissionais da Instituição, desenvolvido para mitigar os riscos.

Mensuração do Risco Operacional

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWAOPAD), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.640/13.

A parcela dos ativos ponderados para o risco operacional passou de R$ 35.416.564, em 30 de junho de 2017, para R$ 37.748.803, em 30 de junho de 2018. O aumento da parcela ocorreu principalmente pela alteração do Fator F de 9,25%, em junho/2017, para 8,625%, em junho/2018. Esta alteração foi efetivada de acordo com o Artigo 4º da Resolução CMN n.º 4.193/2013.

• Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação. As técnicas de gerenciamento de riscos podem variar conforme essa classificação de risco.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). O valor do risco de taxa de juros da carteira de não negociação para fins regulatórios, obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular BACEN n.º 3.365/2007 e suas alterações posteriores, é resultado de uma ponderação entre os valores apurados pelo EVE e pelo NII. Por fim, as medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Em 30 de junho de 2018, o montante dos ativos ponderados pelo risco referente à parcela do risco de mercado (RWA_{MPAD}) totalizou R$ 40.326.416, frente ao montante de R$ 17.040.736 apurado em 30 de junho de 2017. No que se refere ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (RBAN), observou-se aumento ante o valor de 30 de junho de 2017, passando de R$ 3.449.838 para R$ 4.289.555 em 30 de junho de 2018. Os componentes da parcela de risco de mercado e os valores da RBAN são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWAMPAD	30/06/2018	30/06/2017
RWAJUR1	2.288.090	521.987
RWAJUR2	1.542.360	1.831.203
RWAJUR3	6.719.263	2.566.294
RWACAM	29.776.703	12.121.252
Total parcela RWAMPAD	**40.326.416**	**17.040.736**
RBAN	**4.289.555**	**3.449.838**

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de *commodities* (RWA_{COM}) foram nulos ao final dos trimestres analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

• Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro *buffer* de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa em um cenário de estresse de 30 dias corridos. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o LCR3, estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 3 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Indicadores de Risco de Liquidez	30/06/2018	30/06/2017
Liquidity Coverage Ratio (LCR)	42,0	44,6
Liquidity Coverage Ratio 3 months (LCR3)	2,1	9,6
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	1,4	1,4

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

• Risco de Crédito

Em 30 de junho de 2018, o valor da parcela RWA_{CPAD} foi calculado com base no Conglomerado Prudencial do BNDES. A parcela apresentou um valor de R$ 466.892.616, impactado, principalmente, pela redução de R$ 17.915.597 nas Operações Indiretas e de R$ 21.567.202 nas Operações de Crédito.

Detalhamento do RWACPAD	30/06/2018	30/06/2017
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	87.101.819	73.141.522
Relações Interfinanceiras	101.816.417	119.732.014
Operações de Crédito	223.474.205	245.041.407
Investimento e Imobilizado de Uso	12.561.724	12.494.029
Compromissos de Crédito	12.444.732	13.078.114
Saldos a Liberar	15.536.950	18.128.602
Demais Direitos	3.078.013	2.363.273
Créditos Tributários	8.053.444	17.896.078
Outros	2.825.312	2.154.240
TOTAL Parcela RWACPAD	**466.892.616**	**504.029.279**

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores, conforme discriminado a seguir:

	Posição Mitigada	
Descrição do Mitigador	**30/06/2018**	**30/06/2017**
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN	54.841.153	59.785.785
Garantia prestada pelo Fundo de Garantia a Exportação - FGE	25.845.030	28.122.217
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM)	12.996.135	13.847.891
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	19.966.045	19.791.402
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	903.601	833.985
Total	**114.551.964**	**122.381.280**

Exposição ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R$ 866.650.695 em 30 de junho de 2017, para R$ 785.719.830 em 30 de junho de 2018, observando-se no período reduções nas exposições em ativos financeiros mantidos para negociação, operações de crédito, operações de repasse Interfinanceiro e compromissos a liberar.

	30/06/2018	30/06/2017
Itens On Balance		
Ativos financeiros mantidos para negociação	33.945.390	60.962.538
Ativos financeiros disponíveis para venda	114.014.328	87.617.345
Ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado	4.309.719	3.121.856
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.435.850	7.710.231
Operações de crédito	315.253.971	345.859.837
Operações de repasse interfinanceiro	216.574.196	254.335.813
Outros Créditos	1.907.347	1.179.053
Itens Off Balance		
Compromissos a Liberar	94.279.029	105.864.022
Total	**785.719.830**	**866.650.695**

21.2. Gestão de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	30/06/2018	30/06/2017
I - Fator "F" do PR	**PR / RWA**	**8,625%**	**9,250%**
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II - Adicional de Capital Principal (ACP)	**ACP / RWA**	**1,875%**	**1,250%**
Conservação	ACP Conservação / RWA	1,875%	1,250%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	**(PR + ACP) / RWA**	**10,5%**	**10,5%**
Capital Principal + ACP	**(Capital Principal + ACP) / RWA**	**6,375%**	**5,750%**
Nível I + ACP	**(Nível I + ACP) / RWA**	**7,875%**	**7,250%**

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial apurado em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 é apresentado a seguir:

	BNDES		Consolidado	
CAPITAL REGULAMENTAR (1)	**30/06/2018**	**30/06/2017**	**30/06/2018**	**30/06/2017**
Patrimônio de Referência (PR = Nível I + Nível II)	**160.192.335**	**128.309.748**	**158.036.950**	**126.593.854**
Patrimônio de Referência Nível I (PR_I = CP + CC)	**106.794.890**	**85.539.832**	**105.357.967**	**84.395.903**
Capital Principal - CP	**106.794.890**	**85.539.832**	**105.357.967**	**84.395.903**
Capital Social	44.699.081	40.877.231	44.699.081	40.877.231
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	5.852.169	4.959.160	5.852.169	4.959.160
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de *Hedge* de Fluxo de Caixa	16.286.811	3.085.779	16.286.811	3.085.779
Sobras ou Lucros Acumulados	4.760.493	1.344.925	4.760.493	1.344.925
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	35.538.976	35.538.976	35.538.976	35.538.976
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	111.344	97.454	111.344	97.454
Ajustes Negativos ao Valor de Mercado de Derivativos	111.344	97.454	111.344	97.454
Ajustes Prudenciais Exceto Part Não Consolidadas e Crédito Tributário	231.296	168.786	1.668.220	1.312.714
Ajuste Prudencial I - Ágios Pagos	–	–	1.179.662	931.182
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	22.384	16.391	22.384	16.391
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução nº 4.277/13	208.912	152.394	466.173	365.141
Total de Investimentos Inferiores em Assemelhadas	–	868	–	868
Total de Investimentos Superiores	2.446	2.446	2.446	2.447
Total de Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias Líquidos de Obrigações Fiscais	2.665.145	4.007.015	–	4.344.264
Total de Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias	3.131.176	4.942.693	11.125.162	14.050.910
Obrigações Fiscais Diferidas Passíveis de Compensação	466.031	935.677	13.504.845	9.706.646
Participações Superiores e Créditos Tributários de Diferença Temporária não Deduzidos	2.667.591	4.009.462	2.446	4.346.711
Participações Superiores não Deduzidas	2.446	2.446	2.446	2.447
Créditos Tributários de Diferença Temporária não Deduzidos	2.665.145	4.007.015	–	4.344.264
Patrimônio de referência Nivel II	**53.397.445**	**42.769.916**	**52.678.983**	**42.197.951**

(continua)

(continuação)

	30/06/2018	30/06/2017
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (2)		
Risco de crédito (RWACPAD)	466.892.616	504.029.279
Risco de mercado (RWAMPAD)	40.326.415	17.040.736
Risco operacional (RWAOPAD)	37.748.803	35.416.564
Risco Bancário (Rban)	4.289.555	4.166.451
Total	**549.257.389**	**560.653.030**

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) (3)	**47.003.476**	**51.475.009**
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - Rban)	**106.743.919**	**70.952.394**
Adicional de Capital Principal (ACP)	10.218.147	6.956.082
ACP Conservação (4)	10.218.147	6.956.082

Índices	30/06/2018	30/06/2017
Basileia (IB)	29,00%	22,75%
Capital Nível 1 (IN1)	19,33%	15,17%
Capital Principal (ICP)	19,33%	15,17%
Razão de Alavancagem (RA)	11,19%	9,81%

(1) Apuração conforme Circular CMN n.º 4.192/2013 e alterações posteriores.
(2) Apuração conforme Circular CMN n.º 4.193/2013, exceto índice.
(3) O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação dos seguintes fatores ao montante RWA: 9,25% (de 1º de janeiro a dezembro de 2017) e 8,625% (a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2018).
(4) Instituído pela Resolução CMN n.º 4.443/2015 e alterações posteriores. Resulta da aplicação de 1,25% (de 1º de janeiro a dezembro de 2017) e de 1,875% (a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2018) ao montante RWA.
(5) Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado aos percentuais máximos de 1,25% (de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017) e de 1,875% (a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2018) em relação ao montante RWA. Conforme Comunicado BACEN n.º 32.139/2018, o ACCPBrasil continua fixado em 0%.

A fim de demonstrar de forma mais clara o cálculo do Capital Regulamentar e dos Índices Regulatórios do Conglomerado Prudencial, foram feitas algumas alterações na estrutura dos quadros acima.

No período compreendido entre 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2018, o Patrimônio de Referência do Conglomerado aumentou em R$ 31.443.096. Esse aumento se deve principalmente ao efeito dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e ao resultado do exercício.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), apresentaram uma redução de R$ 11.518.746 (2,1%), principalmente devido à redução do RWA_{CPAD}.

Atendendo às diretrizes dispostas na Circular BACEN n.º 3.678/13 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir:

http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/relatorios-de-gestao-de-riscos/relatorio-gestao-riscos.

As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Gestão de programas

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES n.º 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto n.º 6.527, de 1º de agosto de 2008.

Os saldos dos recursos oriundos de doações ao Fundo Amazônia, administrados pelo BNDES em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017:

	30/06/2018	30/06/2017
Doações recebidas (*)	3.225.116	2.966.093
Aplicação em operações não reembolsáveis (**)	956.198	727.810
Ressarcimento de despesas administrativas (**)	14.292	13.082

(*) inclui os rendimentos auferidos pela aplicação dos saldos disponíveis
(**) Total desembolsado desde a criação do fundo

Fundo de Garantia à Exportação - FGE

Através da Lei n.º 9.818/1999, foi criado o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda e administrado pelo BNDES, destinado a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação.

O BNDES atua como gestor, observando as determinações da CAMEX - Câmara de Comércio Exterior, sendo responsável por efetuar os pagamentos de cobertura de garantias, aplicar as disponibilidades financeiras, solicitar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda o resgate antecipado de títulos públicos federais para honrar as garantias prestadas e proceder à alienação das ações que constituam patrimônio do FGE, desde que expressamente autorizada pela CAMEX.

Em 30 de junho de 2018, os valores das garantias prestadas totalizavam R$ 34.210.805.

22.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações *"Greenfield"*, "Sépsis", "Cui Bono" (Lava Jato) e "Carne Fraca", e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos, o total de R$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades lesadas, o montante de R$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como "ativo contingente", nos termos do CPC 25. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem a título de multa.

Conforme previsto no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, os "ativos contingentes" não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

22.3. Apuração relacionada a operações realizadas com a empresa JBS S.A.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal deflagraram, em 12 de maio de 2017, a denominada Operação Bullish, destinada a dar andamento a investigação relacionada à suposta ocorrência de ilícitos penais no relacionamento da JBS S.A. e seus administradores e empregados com a BNDESPAR, subsidiária do BNDES. Em razão disso, a então Presidente do BNDES determinou a abertura de Comissão de Apuração Interna - CAI - destinada a apurar atos e fatos relacionados ao Sistema BNDES envolvendo as operações realizadas com a Empresa JBS, tendo em vista o inquérito policial em andamento pela Polícia Federal. A CAI foi concluída em 05 de junho de 2018 sem identificar qualquer fato relevante. A Diretoria e o Conselho de Administração do BNDES também decidiram, respectivamente em 06 de novembro de 2017 e 07 de novembro de 2017, pela realização de procedimento de investigação independente das operações com o Grupo J&F, conduzido por escritório de advocacia, para realizar inspeção de operações específicas realizadas pelo BNDES com a companhia supracitada, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis, normas e regulamentos em prejuízo do BNDES.

Os trabalhos de apuração externa estão em andamento e, até a presente data, não foi reportado à Administração pela contratada nenhum fato específico eventualmente encontrado, sendo assim, não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações financeiras do BNDES.

22.4. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Obrigações por repasses com o Tesouro Nacional

O Conselho de Administração do BNDES, em julho de 2018, decidiu pela realização de liquidação antecipada, no montante de R$ 70.000.000, em cronograma a ser acordado com o Tesouro Nacional, a ser realizada durante o 2º semestre de 2018, das obrigações por repasse com o Tesouro Nacional. Aprovou também a alteração do perfil dessas obrigações, com a renegociação de contratos para redução do prazo médio de seus vencimentos.

24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

24.1. Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, voltada para promoção do desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o (a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas três subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de venture capital e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos; e
- BNDES *Limited* - BNDES *Ltd*, empresa sediada em Londres, Inglaterra, como *investment holding company*. A Diretoria do BNDES determinou, em agosto de 2016, o início dos procedimentos para a dissolução da BNDES *Limited*. O Conselho de Administração, em novembro de 2016, manifestou-se favoravelmente à decisão da diretoria do BNDES pela dissolução da BNDES Limited. Em 08 de junho de 2017, a subsidiária BNDES *Public Limited Company* (Plc) foi transformada em BNDES *Limited*.

25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

(i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;

(ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;

(iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e

(iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

26. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDES:

26.1. Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

26.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

26.3. Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do período.

26.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do BNDES para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Títulos e valores mobiliários e participações societárias	n.º 6 e 7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	n.º 5 e 6
Provisão para perdas em investimentos	n.º 7
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 15
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 16
Benefícios a empregados	n.º 17

26.5. Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para créditos de liquidação

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, com a definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. Historicamente, a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída pelo BNDES tem se mostrado suficiente para cobrir as perdas esperadas com a carteira de crédito.

26.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e contabilizados de acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068/2001 e pela Lei n.º 11.638/2007. As classificações são em três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Os critérios de reconhecimento de perda permanente previstas no artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001 não se aplicam a algumas ações recebidas pelo BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria de "títulos disponíveis para venda", conforme determinado pela Resolução CMN n.º 4.175/2012.

Na análise de perda permanente em ações classificadas na categoria "títulos disponíveis para venda", o BNDES avalia o declínio significativo ou prolongado no valor justo dos instrumentos por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos. Os parâmetros quantitativos levam em consideração as características de atuação do BNDES e principalmente o perfil da carteira de participações societárias da BNDESPAR, compatíveis com o papel institucional do Banco. Adicionalmente, a avaliação de declínio no valor de mercado abaixo do custo é realizada individualmente, permitindo a análise minuciosa do percentual e do período da queda, das características de cada instrumento patrimonial, tais como risco do ativo, volatilidade da ação, estimativa de prêmio de controle quando aplicável, segmento de atuação, situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes.

Neste sentido, não obstante o atingimento dos parâmetros quantitativos, a Administração do BNDES verifica, na etapa conclusiva da análise, a existência de outros fatores que possam afetar o julgamento sobre a definição de declínio significativo ou prolongado, para fins de reconhecimento de perda permanente nos termos do artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001.

As aplicações em fundos de investimentos são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação do valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

A avaliação e a classificação dos instrumentos financeiros derivativos seguem os critérios da Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Debêntures disponíveis para venda

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
  - investimentos fixos;
  - capital de giro;
  - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
  - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
  - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures com derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR, foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular BACEN n.º 3.082/2002, que requer a separação dos derivativos do instrumento principal. O instrumento principal é designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

26.7. Investimentos

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo. A maior parte destes investimentos está registrada nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 são preparadas de acordo com as interpretações e orientações do CPC aprovados pela CVM. Para a aplicação do método de equivalência patrimonial e para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, as demonstrações financeiras da BNDESPAR foram ajustadas considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e excluindo os efeitos de orientações dos seguintes CPCs ainda não referendadas pelo BACEN.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e outros investimentos, encontram-se descritos na Nota Explicativa n.º 7.2.1.

26.7.1. Investimentos em coligadas e controladas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR, que representam mais de 20% do capital votante da investida, não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Nos termos da Lei n.º 11.941/2009, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e do Sistema BNDES nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data-base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de 60 dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data-base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, é avaliada a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo ou pelo custo de aquisição são creditados diretamente no resultado do exercício.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição. O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Os ágios, cujos fundamentos econômicos não são identificados, são amortizados integralmente. Os ágios decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade conforme a Resolução CMN n.º 3.566/2008.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) são baixados quando ocorrem as alienações dos investimentos.

26.7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da B3, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos dividendos e juros sobre o capital próprio esperados, acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada.

Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que na essência constituam parte do investimento na coligada, não são reconhecidas perdas adicionais, a menos que existam obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta da coligada.

26.7.2. Investimentos em ações disponíveis para venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como "Disponível para Venda" pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;
- Nível 2: aplicado para (a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e (b) empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado.

26.7.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

Ao final de cada semestre, a Administração realiza a análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

A participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está apresentada no subgrupo de "Títulos e Valores Mobiliários", na rubrica "Ações", na categoria "Disponível para Venda" e a participação societária em empresas coligadas da carteira da BNDESPAR está apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica "Participação em Coligadas".

Para detalhamento desta carteira, vide Nota Explicativa n.º 7.1.

26.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

As operações de curto prazo são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

26.9. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

26.10. Instrumentos Financeiros Derivativos

26.10.1. Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para gerenciamento da exposição a riscos de mercado de ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos.

26.10.1.1. Operações de bolsa

Dentro de limites aprovados por sua governança interna de gestão de riscos, o BNDES realiza operações com os seguintes contratos futuros negociados na B3: i) Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial; ii) Futuro de Cupom Cambial de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; iii) Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; e iv) Futuro de Cupom IPCA.

26.10.1.2. Operações de balcão

Assim como nas operações de bolsa, as operações de balcão também são contratadas pelo BNDES com o objetivo de gerenciar os descasamentos cambiais e de taxas de juros. Além disso, também são realizadas para gerenciar a composição do produto "cesta de moedas", objeto de repasse aos clientes. Dessa forma, as perdas potenciais nesses instrumentos causadas por variação dos fatores de risco tendem a ser compensadas por ganhos em ativos ou reduções de passivos associados a cada operação.

Nas operações de balcão de taxas de juros e câmbio, o BNDES recebe integralmente o montante a ser pago no ativo-objeto protegido. Assim, o grau de proteção é próximo a 100%.

O gerenciamento da composição do produto "cesta de moedas", têm por objetivo tornar o produto de crédito, que é representativo da composição da exposição cambial externa do BNDES, mais atrativo aos tomadores de recursos. Por orientação de sua política financeira, o BNDES busca transferir a seus tomadores de recursos os riscos de natureza cambial e de taxa de juros, inclusive aqueles decorrentes de operações de derivativos.

Por meio das operações de derivativos cambiais e de taxa de juros, busca-se aumentar o peso do dólar na cesta de moedas e minimizar o impacto desfavorável que a volatilidade das outras moedas fortes possa causar aos tomadores de recursos na unidade monetária vinculada à "cesta de moedas" do BNDES, bem como reduzir o risco associado a um eventual descasamento de moedas no balanço do BNDES.

Todas as operações de proteção financeira realizadas no mercado doméstico de balcão são registradas na B3. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

26.10.2. Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos com características de renda variável que resultam na geração de derivativos isolados ou derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos geralmente são opções de compra, de venda, de conversão de debêntures (em ações da emissora) ou de permuta de debêntures (em ações de outra empresa), não tendo, como finalidade, proteção patrimonial (*hedge*). A mensuração e o registro desses derivativos são feitos a valor justo.

26.11. Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, representados, principalmente, por imóveis os quais são ajustados pela constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

26.12. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

26.13. Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

26.14. Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar - Plano Básico de Benefícios - PBB

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar financiado por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos a um fundo fiduciário. Em maio de 2017 foi iniciado o processo de fechamento do Plano a novas adesões.

A Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, instituída em 1975, é uma entidade fechada de previdência complementar. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

Entre os riscos relevantes associados ao plano, têm-se:

- a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 30 de junho de 2018 era de R$ 5.645,80 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano; e
- a possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido.

É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

a) complementação de aposentadoria;

b) complementação de pensão;

c) complementação de auxílio-reclusão;

d) complementação de abono anual (13º salário);

e) complementação de auxílio-doença; e

f) pecúlio por morte.

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC n.º 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- Emenda Constitucional n.º 20/1998, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- Lei Complementar n.º 108/2001, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- Lei Complementar n.º 109/2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- Resolução CGPAR n.º 9/2016, que estabelece as diretrizes e estratégias relacionadas à atuação de estatais patrocinadoras de planos de benefícios; e
- Resolução CGPC nº 26/2008, e suas alterações, que dispõem sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPCs na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-á de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente pelo Regime de Capitalização. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 29 de junho de 2018, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,87% ao ano.

A Resolução MPS/CNPC n.º 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados por atuário externo, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente por atuários externo, usando o Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

b) Plano de assistência médica - PAS (FAMS)

O BNDES e suas subsidiárias oferecem benefícios de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado até a idade de aposentadoria e/ou conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o tempo de serviço, seguindo a mesma metodologia contábil usada para o plano de pensão de benefício definido.

O PAS é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e tem como beneficiários empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do beneficiário titular, direito ao Plano por um período de até 25 meses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 30 de junho de 2018, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de maio 2018 e atualizada até 30 de junho de 2018, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro são reconhecidos no resultado do período.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O Plano de Assistência e Saúde - PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social - FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo Sistema BNDES com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde - RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

c) Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

d) Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

26.15. Informações por Segmento

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de renda fixa, por meio do financiamento de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Em 2018, diante do novo cenário de *funding* institucional do BNDES (substituição da TJLP pela TLP) e da convergência entre as taxas de remuneração destes passivos e as taxas de mercado (notadamente SELIC), foi revisada a metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios, sobretudo os critérios de alocação do *funding*.

A nova abordagem passou a segregar o segmento que responde pela gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que é responsável pela gestão do *funding* e por sua alocação entre os segmentos de negócios.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) "Renda Fixa" (financiamento de projetos); (ii) "Renda Variável" (mercado de capitais); e (iii) "Tesouraria / ALM" (gestão de recursos financeiros).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento "Renda Fixa": financiado pelo *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP/TLP, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional.
- Segmento "Renda Variável": financiado pela gestão integrada de recursos ("ALM") com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento "Tesouraria / ALM": contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Renda Variável, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa compreende basicamente as operações de financiamentos, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses e por operações de aquisição/subscrição de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de instrumentos de renda variável engloba operações envolvendo participações societárias, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa), e derivativos embutidos em debêntures. Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

Os ativos corporativos e os ativos e passivos tributários, assim como as despesas administrativas, de pessoal e tributárias, não são alocados a nenhum dos segmentos reportados, sendo classificados como "Não Alocados".

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

26.16. FAT - Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, constituído basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 40% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes: a primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação, e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

26.16.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT - TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT - Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres - LIBOR - ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América - *"Treasury Bonds"*; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro - *"euro area yield curve"*.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a variação da TJLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA será recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814002 0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

26.16.2. FAT - Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP ou pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

26.17. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 20 no mês (R$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 20% a partir de 1º de setembro de 2015 e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando às alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN n.º 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização acima de 10 anos.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa determinados pela Resolução CMN n.º 3.059/2002.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Em função da majoração da alíquota da CSLL, para as instituições financeiras e equiparadas, a partir de setembro/2015, vigente até dezembro de 2018, o BNDES registrou esse acréscimo nos seus ativos e passivos fiscais diferidos, considerando as diferenças temporárias realizáveis no período de vigência da alíquota majorada.

26.18. Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo CPC.

Assessores jurídicos internos e externos avaliam a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável, fase processual, e a possibilidade de ocorrência de perdas para a classificação dos processos em três categorias de risco:

Risco Mínimo - são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e aquelas que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, obtiveram decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo BNDES com as normas descritas anteriormente, tem-se:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	Sem exigência de divulgação e provisionamento
Risco médio	Possível	Divulgação
Risco máximo	Provável	Provisionamento e divulgação

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do BNDES, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

26.19. Patrimônio Líquido

Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

Reservas de Lucros

O estatuto social do BNDES contempla a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares corresponde à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, e é constituída no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros - de incentivos fiscais.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

26.20. Créditos Específicos - Vinculados ao Tesouro Nacional

Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento - PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários). Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria nº 950, de 24 de dezembro de 2015 os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

(continua)

(continuação)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

CARLOS ANTÔNIO ROCCA

DANIEL SIGELMANN

JORGE SABA ARBACHE FILHO

JUAN PEDRO JENSEN PERDOMO

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA

WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO

WILLIAM GEORGE LOPES SAAB

CONSELHO FISCAL:

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

CLÁUDIO DE AZEVEDO COSTA

VINÍCIUS MENDONÇA NEIVA

ANDRE PROITE - SUPLENTE

FRANCISCO ARRUDA VIEIRA DE MELO FILHO - SUPLENTE

COMITÊ DE AUDITORIA:

LUCIANA PIRES DIAS

OTHO CEZAR MIRANDA DE CARVALHO

PAULO MARCELO DE MIRANDA SERRANO

DIRETORIA:

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - PRESIDENTE

CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES

CLÁUDIA PIMENTEL TRINDADE PRATES

ELIANE ALEIXO LUSTOSA DE ANDRADE

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI

RICARDO LUIZ DE SOUZA RAMOS

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE INTEGRIDADE, CONTROLADORIA E GESTÃO DE RISCOS

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

ALEXANDRE CORDEIRO DE ANDRADE - CRC-RJ 080694/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do BNDES em 30 de junho de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigações de autoridades públicas

Chamamos a atenção para a nota explicativa no 22.3 às demonstrações financeiras que descreve que encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a JBS S.A. e seus executivos e ex-executivos, na qual o BNDES mantém operações financeiras e participação indireta por meio de uma das suas companhias controladas.

Como parte do processo de governança do BNDES, está em curso um processo de investigação independente, conduzido por assessores jurídicos externos, para realizar inspeção de operações específicas realizadas pelo BNDES com a companhia supracitada, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis, normas e regulamentos em prejuízo do BNDES.

No estágio atual dos trabalhos, não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações financeiras do BNDES. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do BNDES, e apresentadas como

(continua)

(continuação)

informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do BNDES. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do BNDES é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Vergasta de Oliveira

Contador CRC RJ-093416/O-0 T-SP

(continua)

(continuação)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria realizou 12 encontros no semestre, além de participar de reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscais das três companhias que compõem o Sistema BNDES e cumprir jornadas extraordinárias individuais, período em que desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração no que se refere à avaliação do sistema de controles internos, gestão de riscos, auditorias, demonstrações contábeis e o acompanhamento da implementação de ações de aperfeiçoamento dos processos corporativos e de correção de fragilidades em processos e de falhas pontuais detectadas.

Ao emitir o relatório semestral, o Comitê de Auditoria considerou, em consonância com as normas aplicáveis, que compete aos auditores externos auditar e emitir opinião independente sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela Diretoria do Banco, sustentada em procedimentos legais e nas normas geralmente aceitas de contabilidade e auditoria e, à auditoria interna, monitorar, avaliar e aferir, de forma independente dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos do BNDES e das auditorias interna e externas e revisou as demonstrações contábeis, nos limites de sua competência legal, concluindo que:

a) O sistema de controles internos do BNDES mostra-se capaz de identificar fatores adversos relevantes e permitir ações corretivas pela Administração. As falhas e fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira do Banco no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. O Comitê entende que a Administração deve continuar aprimorando os processos corporativos e investindo na atualização tecnológica;

b) A Auditoria Interna é independente, atua com apoio do Conselho de Administração e possui estrutura e recursos adequados para o desempenho da função. No período em pauta, concentrou esforços na realização de trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades – PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria-Geral da União, e os decorrentes de demandas legais;

c) Não foram encontradas evidências que pudessem comprometer a independência e efetividade da atuação da KMPG Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria contratados para o BNDES, FINAME e Fundos Administrados; e, da Grant Thornton Auditores Independentes, para a BNDES Participações S.A.;

d) As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis estão em conformidade com a legislação aplicável e estas refletem a situação patrimonial e financeira da instituição em todos os aspectos relevantes; e

e) Não há situações relevantes nas quais existe divergência significativa entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do Sistema BNDES.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2018

Luciana Pires Dias

Otho Cezar Miranda de Carvalho

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

PARECER DO CONSELHO FISCAL (Nº 06/2018)

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 25, inciso III do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, incisos II, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre encerrado em 30/06/18, as quais incluem o Relatório da Administração, e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 03/08/18, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 30/06/18, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao semestre encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de agosto de 2018

Christianne Dias Ferreira

Cláudio de Azevedo Costa

Vinícius Mendonça Neiva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180814002 4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

PORTARIA Nº 8.073, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de janeiro de 1999, que regula processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considerando o disposto no art. 30 do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental deste Ministério, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Folha de Pagamento do Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento da Secretaria de Gestão de Pessoas, e, em sua ausência e impedimentos, ao seu substituto eventual, para:

§ 1º Autorizar os pagamentos de ações judiciais em sistema especifico, observadas as orientações do órgão central do SIPEC;

§ 2º Promover as orientações relacionadas à competência institucional de órgão setorial do SIPEC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDNEY VIANA RODRIGUES

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 8.089, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 8º, §3º, da Instrução Normativa SPU n° 22, de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 01 de março de 2017, na Seção 1, páginas 94/113, e os elementos que integram o Processo nº 62164.000168/2018-37, resolve:

Art. 1º Fica a Marinha do Brasil/Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear autorizado a praticar os procedimentos de aquisição por compra necessários à incorporação de imóveis ao patrimônio da União, com a finalidade de servir como moradias funcionais, 92 (noventa e dois) próprios nacionais residenciais, para os militares/servidores que comporão as organizações militares que estão sendo construídos no Complexo Naval de Itaguaí.

§ 1º Caberá ao órgão autorizado, sem prejuízo de outros procedimentos decorrentes do processo de aquisição por compra arcar com as despesas decorrentes do levantamento e regularização do imóvel a ser adquirido, incluindo o pagamento do valor de compra na forma ajustada no respectivo contrato de aquisição, bem como publicar atos necessários, entre eles o extrato de homologação da avaliação.

Art. 2° O órgão autorizado já promoveu:

I. a execução do procedimento de inexigibilidade de licitação;

II. a avaliação dos imóveis, de acordo às normas técnicas aplicáveis e discriminando o valor do terreno e da área construída separadamente;

III. a publicação do extrato de inexigibilidade de licitação;

IV. obtenção de aprovação da minuta do contrato de compra e venda junto ao órgão de assessoramento jurídico, aproveitando-se do modelo fornecido pela SPU;

V. verificação de que o vendedor é parte legalmente capaz ou está devidamente representado para a assinatura do contrato de compra e venda;

VI. encaminhamento da minuta do contrato de compra e venda pelo órgão de assessoramento jurídico, acompanhada dos seguintes documentos: parecer jurídico de aprovação da minuta contratual; planta e memorial descritivo dos imóveis; certidão cartorial de inteiro teor da matrícula de cada um dos imóveis objeto do contrato; e outros dados e documentos necessários ao cadastro dos imóveis no sistema corporativo da SPU e ao registro do título aquisitivo perante o cartório de registro de imóveis competente.

Art. 3º Os atos e procedimentos tratados nesta Portaria poderão ser processados na forma eletrônica, conforme regulamento específico expedido pela SPU.

Art. 4º A presente autorização opera-se retroativamente à data de instauração do respectivo processo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO DA SILVA MORAIS



Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0317/2018 de 20/07/2018, 0346/2018 de 08/08/2018, 0347/2018 de 08/08/2018, 0348/2018 de 09/08/2018, 0349/2018 de 09/08/2018, 0351/2018 de 10/08/2018 e 0352/2018 de 10/08/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039006351201898 Requerente: SIRMAX DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrea Pitton Data Nascimento: 13/02/1982 Passaporte: YB2286781 País: ITÁLIA Mãe: Celestina Colussi Pai: Alessio Pitton; Processo: 47039011189201820 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MEGAN CONLON MC CULLOCH Data Nascimento: 07/01/1978 Passaporte: 458799967 País: EUA Mãe: MARGARET ROSE MACLEOD CLARK Pai: DAVID CRAIG CONLON; Processo: 47039011213201821 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: Federico Boccaccini Data Nascimento: 05/03/1976 Passaporte: YA9094201 País: ITÁLIA Mãe: Anna Maria Limani Pai: Luciano Boccaccini; Processo: 47039011491201888 Requerente: VILA GALE BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROGÉRIO DA LUZ AMARAL Data Nascimento: 02/08/1969 Passaporte: N185415 País: PORTUGAL Mãe: ISABEL ROSA DA LUZ AMARAL Pai: AMÉRICO AUGUSTO AMARAL; Processo: 47039011636201841 Requerente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tommaso Stefano Marilli Data Nascimento: 13/12/1979 Passaporte: YA7219017 País: ITÁLIA Mãe: Carla Gabriella Fornasiero Pai: Giuseppe Marilli; Processo: 47039011935201885 Requerente: SKADDEN, ARPS, SLATE, MEAGHER & FLOM CONSULTORIA REQUERENTERIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CARLO RUDOLF VON HANSTEIN Data Nascimento: 06/01/1991 Passaporte: C5J8XC945 País: ALEMANHA Mãe: SABINE MARIA VON HANSTEIN GEB MULLER Pai: KARL LUDWIG VON HANSTEIN; Processo: 47039011945201811 Requerente: MCCAIN DO BRASIL ALIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SANDRA IVETTE PEREIRA DIAZ Data Nascimento: 01/10/1980 Passaporte: 508936693 País: EUA Mãe: SONIA IVETTE DIAZ Pai: RUBEN PEREIRA; Processo: 47039011982201829 Requerente: TOYOTA MATERIAL HANDLING MERCOSUR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHIGENARI ARAKAWA Data Nascimento: 17/10/1971 Passaporte: TK7318242 País: JAPÃO Mãe: KIRIKA ARAKAWA Pai: AKIRA ARAKAWA; Processo: 47039011979201813 Requerente: STEP ENERGY DO BRASIL INDUSTRIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CÉSAR MANUEL SERRA DO CARMO FERREIRA Data Nascimento: 20/11/1968 Passaporte: N126317 País: PORTUGAL Mãe: MARIA RICARDINA DO CARMO FERREIRA Pai: ANTÓNIO FERREIRA; Processo: 47039012140201894 Requerente: DURAWELL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHIYAN WANG Data Nascimento: 26/03/1982 Passaporte: EC7865665 País: CHINA Mãe: XIEWEN FANG Pai: CHENGLIN WANG; Processo: 47039011989201841 Requerente: OMPI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS FARMACEUTICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANTONIO DE VINCENZO Data Nascimento: 15/09/1990 Passaporte: YA8339584 País: ITÁLIA Mãe: ORSOLA REGA Pai: LUIGI DE VINCENZO; Processo: 47039011992201864 Requerente: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHLOÉ BARBERET Data Nascimento: 16/11/1990 Passaporte: 12AP74859 País: FRANÇA Mãe: NADINE HENRIETTE MARIANNE HELIOT Pai: PATRICK JACKY DENIS BARBERET; Processo: 47039011993201817 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NELSON ANDRES GIL GONZALEZ Data Nascimento: 05/12/1985 Passaporte: 128596261 País: VENEZUELA Mãe: SAIDA MERCEDES GONZALEZ DE GIL Pai: NELSON DEL VALLE GIL RODRIGUEZ; Processo: 47039011994201853 Requerente: HT CABOS E TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MING ZHU Data Nascimento: 04/04/1988 Passaporte: E42074428 País: CHINA Mãe: KEMIN SUN Pai: GUANGLIN ZHU; Processo: 47039012069201840 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: Sebastian Ignacio Paravic Montero Data Nascimento: 30/05/1985 Passaporte: 87100400 País: SUÉCIA Mãe: Carmen Gloria Montero Barros Pai: Ivan Paravic Espic.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039013058201887 Requerente: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: SAMUEL JAMES DANIEL Data Nascimento: 06/01/1996 Passaporte: 533485437 País: EUA Mãe: CAROLYN DANIEL Pai: SAM DANIEL JR; Processo: 47039013192201888 Requerente: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: DOMINIQUE A COLEMAN Data Nascimento: 26/11/1988 Passaporte: 493399815 País: EUA Mãe: SONDA WARD Pai: AVERELL COLEMAN; Processo: 47039013208201852 Requerente: PLANALTINA ESPORTE CLUBE Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: ODILON BERTIN ESSAMA AWONO Data Nascimento: 30/01/1999 Passaporte: 0822972 País: CAMARÕES Mãe: NGOH ESSONGO Pai: AWONO ONGOLO CHARLOT; Processo: 47039013211201876 Requerente: RIO CLARO FUTEBOL CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: STEFANO FAGNANI Data Nascimento: 11/07/1997 Passaporte: 40276740N País: ARGENTINA Mãe: NORA SANDRA ARGUTTI Pai: FABIAN RAUL FAGNANI.

Residência Prévia - RN 26 - Resolução Normativa, de 02/04/2018 (Artigo 2º):

Processo: 47039011696201863 Requerente: ASSOCIACAO DAVID ROCKEFELLER CENTER DA UNIVERSIDADE DE HARVARD Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alan Castro Data Nascimento: 13/11/1995 Passaporte: 502548517 País: EUA Mãe: Veneranda Garcia Pai: Rene Espinoza Castro; Processo: 47039011808201886 Requerente: ASSOCIACAO DAVID ROCKEFELLER CENTER DA UNIVERSIDADE DE HARVARD Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: Andrew John Wilcox Data Nascimento: 22/11/1995 Passaporte: 563377600 País: EUA Mãe: Mary Wilcox Pai: David Lawrence Wilcox.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039008166201838 Requerente: DYNAMIS WORLD SERVICE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jeyhun Bocharov Data Nascimento: 30/09/1981 Passaporte: C00959470 País: AZERBAIJÃO; Processo: 47039009229201873 Requerente: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: até 06/11/2018 Imigrante: SEJONG KIM Data Nascimento: 12/08/1970 Passaporte: M85514345 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039011332201883 Requerente: GDBR INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES QUIMICOS E DE BORRACHA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: KOICHIRO NISHI Data Nascimento: 30/12/1968 Passaporte: TK2024875 País: JAPÃO; Processo: 47039011414201828 Requerente: ANOTECH ENERGY DO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LIONEL LOUIS PASCAL STORAI Data Nascimento: 09/08/1969 Passaporte: 15FV16837 País: FRANÇA; Processo: 47039011571201833 Requerente: REPACK IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: CATALIN RADU Data Nascimento: 27/10/1974 Passaporte: 088003349 País: ROMÊNIA Imigrante: MARIAN ZAHARIA Data Nascimento: 22/05/1978 Passaporte: 055244656 País: ROMÊNIA Imigrante: PAOLO LEONELLO FABRIZIO CRESCINI Data Nascimento: 05/06/1948 Passaporte: YA2619511 País: ITÁLIA Imigrante: VIOREL DRAGU Data Nascimento: 27/04/1968 Passaporte: 055246632 País: ROMÊNIA; Processo: 47039011756201848 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANGKUN XU Data Nascimento: 15/07/1989 Passaporte: EB8783412 País: CHINA; Processo: 47039011789201898 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TENG, XIBO Data Nascimento: 30/05/1996 Passaporte: E60151129 País: CHINA; Processo: 47039011790201812 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZENG, WENGUI Data Nascimento: 19/09/1962 Passaporte: ED0615901 País: CHINA; Processo: 47039011791201867 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHENG, HONG Data Nascimento: 19/11/1992 Passaporte: EC5386080 País: CHINA; Processo: 47039011824201879 Requerente: ACURATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CARMEN MARGARITA QUIJANO GONZALEZ Data Nascimento: 30/11/1982 Passaporte: 468451663 País: EUA; Processo: 47039011837201848 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHAO WANG Data Nascimento: 28/09/1984 Passaporte: PE0461406 País: CHINA; Processo: 47039011843201803 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIQIANG LI Data Nascimento: 17/09/1984 Passaporte: PE0847052 País: CHINA; Processo: 47039011854201885 Requerente: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSÉ FERNANDO QUINTAS DE PINHO Data Nascimento: 26/04/1975 Passaporte: N942968 País: PORTUGAL; Processo: 47039011855201820 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUASHAN ZHAO Data Nascimento: 28/01/1983 Passaporte: E45113198 País: CHINA; Processo: 47039011856201874 Requerente: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALBERTO TAVARES DA SILVA Data Nascimento: 13/09/1978 Passaporte: P502601 País: PORTUGAL; Processo: 47039011860201832 Requerente: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FERNANDO JORGE TAVARES DE SOUSA Data Nascimento: 02/09/1972 Passaporte: N899219 País: PORTUGAL; Processo: 47039011863201876 Requerente: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOÃO PAULO JESUS PEREIRA Data Nascimento: 20/10/1990 Passaporte: P017570 País: PORTUGAL; Processo: 47039011866201818 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BRADLEY THOMAS BENOIT Data Nascimento: 27/02/1976 Passaporte: 453823035 País: EUA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039010850201880 Requerente: MAQUINAS SANMARTIN LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EMANUEL EMILIO GUILLERMO BOETA Data Nascimento: 25/04/1990 Passaporte: G29637504 País: MÉXICO; Processo: 47039010915201897 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: Francesco Carlo Bergisch Data Nascimento: 11/06/1993 Passaporte: NN4DPP283 País: HOLANDA; Processo: 47039011407201826 Requerente: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YASSER M ELDEBEISI Data Nascimento: 18/10/1977 Passaporte: 506263836 País: EUA; Processo: 47039011430201811 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEPHEN GEORGE YANIEC Data Nascimento: 11/07/1984 Passaporte: 557493710 País: EUA; Processo: 47039011484201886 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: KENTARO SHIBATA Data Nascimento: 21/01/1976 Passaporte: TK8014974 País: JAPÃO; Processo: 47039011489201817 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: YUSUKE ODA Data Nascimento: 21/12/1985 Passaporte: TS0577140 País: JAPÃO; Processo: 47039011504201819 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: QINGGANG QI Data Nascimento: 17/04/1983 Passaporte: E98896491 País: CHINA Imigrante: YOUPENG GU Data Nascimento: 19/04/1985 Passaporte: E98891631 País: CHINA; Processo: 47039011515201807 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JINCHAO XU Data Nascimento: 08/04/1972 Passaporte: E77169764 País: CHINA Imigrante: LEI LIU Data Nascimento: 03/03/1973 Passaporte: G38842241 País: CHINA Imigrante: LIANG QIU Data Nascimento: 05/11/1977 Passaporte: G38842249 País: CHINA Imigrante: QIANG GUO Data Nascimento: 14/02/1990 Passaporte: E47473459 País: CHINA Imigrante: RONGAN LI Data Nascimento: 05/10/1969 Passaporte: E58962255 País: CHINA Imigrante: WEI ZHANG Data Nascimento: 02/06/1984 Passaporte: E51321984 País: CHINA Imigrante: ZHONGXIU ZHANG Data Nascimento: 03/08/1978 Passaporte: G48929943 País: CHINA; Processo: 47039011565201886 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHANGJUN HUA Data Nascimento: 17/02/1969 Passaporte: E94900380 País: CHINA Imigrante: CUNLIANG ZHANG Data Nascimento: 11/12/1974 Passaporte: G51919226 País: CHINA Imigrante: DEXIN YAN Data Nascimento: 15/06/1967 Passaporte: E71187906 País: CHINA Imigrante: GUANGYIN WANG Data Nascimento: 21/02/1962 Passaporte: EB7343932 País: CHINA Imigrante: GUODE ZHANG Data Nascimento: 12/10/1971 Passaporte: E81322871 País: CHINA Imigrante: HAIJUN GE Data Nascimento: 06/12/1967 Passaporte: E44692254 País: CHINA Imigrante: HAIQING GE Data Nascimento: 03/10/1965 Passaporte: E95667441 País: CHINA Imigrante: HELIANG ZHENG Data Nascimento: 02/04/1966 Passaporte: EB6535998 País: CHINA Imigrante: JIANLIN SI Data Nascimento: 29/01/1970 Passaporte: E50286347 País: CHINA Imigrante: JINBAO LIU Data Nascimento: 15/12/1975 Passaporte: EC2066250 País: CHINA; Processo: 47039011568201810 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JINGRONG TIAN Data Nascimento: 13/09/1965 Passaporte: E70427856 País: CHINA Imigrante: TONGMING YU Data Nascimento: 27/08/1981 Passaporte: G33076292 País: CHINA Imigrante: XINMING GE Data Nascimento: 28/08/1969 Passaporte: E96589553 País: CHINA Imigrante: YIGEN WAN Data Nascimento: 25/03/1977 Passaporte: EB6669068 País: CHINA Imigrante: YOUZHI LU Data Nascimento: 26/01/1970 Passaporte: E96562693 País: CHINA Imigrante: YUMING HUA Data Nascimento: 21/06/1968 Passaporte: E18044843 País: CHINA Imigrante: YUQI JIANG Data Nascimento: 04/06/1966 Passaporte: E07179421 País: CHINA; Processo: 47039011728201821 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AIDONG QI Data Nascimento: 22/07/1971 Passaporte: E40113446 País: CHINA Imigrante: GUOJUN WEN Data Nascimento: 26/02/1978 Passaporte: E98823361 País: CHINA Imigrante: JUN LI Data Nascimento: 03/09/1972 Passaporte: E84495963 País: CHINA Imigrante: JUN QIN Data Nascimento: 06/12/1975 Passaporte: E15007124 País: CHINA Imigrante: JUNQIANG GU Data Nascimento: 16/02/1988 Passaporte: EA4209252 País: CHINA Imigrante: LEI ZHANG Data Nascimento: 02/03/1987 Passaporte: E61597977 País: CHINA Imigrante: MINGYOU GUO Data Nascimento: 05/07/1971 Passaporte: EC7534534 País: CHINA Imigrante: SHIHUI LYU Data Nascimento: 07/05/1972 Passaporte: E67456328 País: CHINA Imigrante: TIANYU LIU Data Nascimento: 03/12/1986 Passaporte: EC5308108 País: CHINA Imigrante: XULI SHANG Data Nascimento: 16/12/1971 Passaporte: E00823256 País: CHINA; Processo: 47039011738201866 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BAOSHAN SHI Data Nascimento: 13/10/1974 Passaporte: E97205711 País: CHINA Imigrante: JUNLI ZHU Data Nascimento: 24/06/1975 Passaporte: E97249902 País: CHINA Imigrante: KUIGUO ZHANG Data Nascimento: 05/04/1971 Passaporte: ED2441493 País: CHINA Imigrante: LITING ZHANG Data Nascimento: 08/02/1970 Passaporte: EC0414472 País: CHINA Imigrante: LIZHANG JIA Data Nascimento: 15/04/1973 Passaporte: E79731516 País: CHINA Imigrante: QINGFENG ZHANG Data Nascimento: 25/03/1979 Passaporte: EA8503863 País: CHINA; Processo: 47039011742201824 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BIN GUO Data Nascimento: 23/12/1989 Passaporte: E62251053 País: CHINA Imigrante: HUIFENG WU Data Nascimento: 19/01/1979 Passaporte: E61084298 País: CHINA Imigrante: JINGGANG ZHANG Data Nascimento: 21/01/1988 Passaporte: E68278076 País: CHINA Imigrante: MINGQUAN DUAN Data

Nascimento: 24/11/1969 Passaporte: E47286330 País: CHINA Imigrante: WEI CHEN Data Nascimento: 18/09/1982 Passaporte: E20818883 País: CHINA Imigrante: XIAOFENG WANG Data Nascimento: 18/04/1971 Passaporte: E61597976 País: CHINA Imigrante: XINMING GAO Data Nascimento: 24/06/1974 Passaporte: E90876554 País: CHINA Imigrante: YANXIN DONG Data Nascimento: 19/11/1980 Passaporte: EC0089816 País: CHINA Imigrante: YUANZHONG QIN Data Nascimento: 08/11/1970 Passaporte: EB2747855 País: CHINA Imigrante: ZHUTIAN WANG Data Nascimento: 16/04/1971 Passaporte: E37200318 País: CHINA; Processo: 47039011880201811 Requerente: RIG & SHIP SERVICES BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAYMOND HUBERTUS MARIA GERARDUS ABRAAS Data Nascimento: 02/01/1966 Passaporte: BN518DC67 País: HOLANDA; Processo: 47039011885201836 Requerente: RIG & SHIP SERVICES BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JACQUES THOMAS TOMASELLI Data Nascimento: 17/09/1961 Passaporte: YA3869589 País: ITÁLIA; Processo: 47039011892201838 Requerente: HANSEATIC SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RICARDO CASALLAS MILLAN Data Nascimento: 16/11/1980 Passaporte: AO426906 País: COLÔMBIA; Processo: 47039011899201850 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUANGTAO CHU Data Nascimento: 21/06/1986 Passaporte: G35046502 País: CHINA Imigrante: NAN WANG Data Nascimento: 05/01/1988 Passaporte: G41876480 País: CHINA Imigrante: SHENGRUI YANG Data Nascimento: 18/08/1986 Passaporte: E94548271 País: CHINA Imigrante: WANTONG ZHAO Data Nascimento: 04/11/1989 Passaporte: G35042406 País: CHINA Imigrante: XINGHUA GENG Data Nascimento: 20/08/1987 Passaporte: E10548398 País: CHINA; Processo: 47039011914201860 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BAOFENG LI Data Nascimento: 04/03/1987 Passaporte: G35032457 País: CHINA Imigrante: CHUANHE LI Data Nascimento: 13/03/1978 Passaporte: G33635375 País: CHINA Imigrante: DONGHUA ZHU Data Nascimento: 14/07/1979 Passaporte: ED5166191 País: CHINA Imigrante: MINGJIAN ZHU Data Nascimento: 01/01/1988 Passaporte: EA9511402 País: CHINA Imigrante: QINGLONG HOU Data Nascimento: 26/04/1987 Passaporte: G42647534 País: CHINA; Processo: 47039011938201819 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAYONG YANG Data Nascimento: 20/01/1979 Passaporte: ED3163432 País: CHINA Imigrante: JIANJIANG WANG Data Nascimento: 05/05/1993 Passaporte: ED5143289 País: CHINA Imigrante: QUANLONG WANG Data Nascimento: 21/09/1984 Passaporte: ED5158927 País: CHINA Imigrante: TAIDONG HUO Data Nascimento: 15/10/1988 Passaporte: ED4499748 País: CHINA Imigrante: ZONGQIANG XUAN Data Nascimento: 29/03/1995 Passaporte: ED5143292 País: CHINA; Processo: 47039011939201863 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAOHAI GU Data Nascimento: 20/05/1964 Passaporte: EC8274419 País: CHINA; Processo: 47039011941201832 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MINGKUN LI Data Nascimento: 27/07/1971 Passaporte: E63886656 País: CHINA Imigrante: XINFENG YAO Data Nascimento: 02/01/1990 Passaporte: ED5143298 País: CHINA Imigrante: YUCHENG LIU Data Nascimento: 18/10/1973 Passaporte: G38842250 País: CHINA Imigrante: ZHANBO YANG Data Nascimento: 21/04/1977 Passaporte: EC2733449 País: CHINA; Processo: 47039011962201858 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BRADLY MARK LOGAN MUNSIL Data Nascimento: 13/06/1985 Passaporte: 507170448 País: EUA; Processo: 47039011973201838 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HONGTAO LI Data Nascimento: 18/03/1984 Passaporte: E53696883 País: CHINA Imigrante: SHUQUAN LIU Data Nascimento: 19/12/1988 Passaporte: EC046025 País: CHINA Imigrante: ZHIPENG LI Data Nascimento: 15/04/1987 Passaporte: E62102521 País: CHINA; Processo: 47039012012201841 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUNGHOON PARK Data Nascimento: 29/10/1986 Passaporte: M70838222 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039012033201866 Requerente: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: JAN ROSENBERGER Data Nascimento: 07/08/1992 Passaporte: CG792P1GT País: ALEMANHA; Processo: 47039012034201819 Requerente: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: ANDREAS MOGEL Data Nascimento: 23/11/1994 Passaporte: C8LXTWL8R País: ALEMANHA; Processo: 47039012035201855 Requerente: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: DOMINIK SCHWARZ Data Nascimento: 01/06/1995 Passaporte: C8MVXX1JZ País: ALEMANHA; Processo: 47039012077201896 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Armin Di Paier Data Nascimento: 04/08/1971 Passaporte: P4200839 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039012326201843 Requerente: INDUSTRIAS ALIMENTICIAS MARATA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: MARC HOHENSCHLÄGER Data Nascimento: 05/02/1958 Passaporte: C8HL48X76 País: ALEMANHA Imigrante: REINHARD HORST WOIDSCHÜTZKE Data Nascimento: 05/03/1959 Passaporte: C8HX8X3F7 País: ALEMANHA Imigrante: STEFAN ALFRED KLEINMAIER Data Nascimento: 12/02/1956 Passaporte: C86HNZXF1 País: ALEMANHA Imigrante: ZACHARIAS KURT WELLER Data Nascimento: 30/09/1989 Passaporte: C8J0KK8W7 País: ALEMANHA; Processo: 47039012413201809 Requerente: SCHATTDECOR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NIWAT BALTRUSCHAT Data Nascimento: 01/04/1990 Passaporte: CGWCVJV4J País: ALEMANHA; Processo: 47039012420201801 Requerente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DIETMAR OTTO WILLI METZ Data Nascimento: 03/05/1957 Passaporte: C1KGKT6Z5 País: ALEMANHA; Processo: 47039012425201825 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Francisco Manuel Ferreira Alves Almeida Data Nascimento: 10/08/1977 Passaporte: C808625 País: PORTUGAL; Processo: 47039012426201870 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Miguel Manuel Martins Murteira Data Nascimento: 10/03/1972 Passaporte: N116779 País: PORTUGAL; Processo: 47039012428201869 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Patrique Pereira Pinheiro Data Nascimento: 28/12/1986 Passaporte: CA021498 País: PORTUGAL; Processo: 47039012432201827 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Rui Manuel Vieira da Silva Espanhol Data Nascimento: 02/01/1968 Passaporte: C542710 País: PORTUGAL; Processo: 47039012436201813 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL DELFS Data Nascimento: 01/10/1978 Passaporte: C1C2M6139 País: ALEMANHA; Processo: 47039012449201884 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 15 Dia(s) Imigrante: Gaetan Rapnouil Data Nascimento: 28/07/1967 Passaporte: 14DR26603 País: FRANÇA; Processo: 47039012450201817 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 15 Dia(s) Imigrante: Olivier Joseph Maurice Benard Data Nascimento: 20/02/1962 Passaporte: 09AX37943 País: FRANÇA; Processo: 47039012438201802 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Juan Manuel Hermo Bareiro Data Nascimento: 26/08/1965 Passaporte: PAA593796 País: ESPANHA; Processo: 47039012441201818 Requerente: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KLAAS ANNE TERPSTRA Data Nascimento: 13/07/1971 Passaporte: BWD7H1955 País: HOLANDA; Processo: 47039012447201895 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARKUS MOELDERS Data Nascimento: 09/01/1988 Passaporte: C6Z1FX5R8 País: ALEMANHA; Processo: 47039012944201893 Requerente: ZAHORANSKY DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA Prazo: 10 Dia(s) Imigrante: Patrick Steffen Stich Data Nascimento: 24/01/1992 Passaporte: C9H896670 País: ALEMANHA; Processo: 47039012452201806 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKUMA KONISHI Data Nascimento: 29/06/1989 Passaporte: TK4140053 País: JAPÃO; Processo: 47039012460201844 Requerente: HUISMAN LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Joost de Klepper Data Nascimento: 06/08/1979 Passaporte: NN0P990D0 País: HOLANDA Imigrante: Kevin Ian Charles van Osnabrugge Data Nascimento: 05/07/1984 Passaporte: NU68F3P35 País: HOLANDA; Processo: 47039012459201810 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKESHI KITADA Data Nascimento: 09/01/1976 Passaporte: TR7240359 País: JAPÃO; Processo: 47039012468201819 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WEI KANG Data Nascimento: 25/12/1981 Passaporte: E80567503 País: CHINA; Processo: 47039012473201813 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XUELI ZHANG Data Nascimento: 02/01/1979 Passaporte: E85031797 País: CHINA; Processo: 47039012481201860 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YUKI ISHIDA Data Nascimento: 27/12/1985 Passaporte: TK 1.063.555 País: JAPÃO; Processo: 47039012485201848 Requerente: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MATTEO CARLO ALESSI Data Nascimento: 19/10/1984 Passaporte: YA6964505 País: ITÁLIA; Processo: 47039012490201851 Requerente: BVP GERADORA DE ENERGIA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MATTHEW VINCENT BARTLETT Data Nascimento: 31/05/1982 Passaporte: 472710601 País: EUA; Processo: 47039012504201836 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: TAKAHIKO BANNO Data Nascimento: 28/02/1964 Passaporte: TH8985640 País: JAPÃO; Processo: 47039012507201870 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VICTOR SALVADOR GUTIERREZ JR Data Nascimento: 13/11/1975 Passaporte: 495893957 País: EUA; Processo: 47039012519201802 Requerente: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARINUS VELLEKOOP Data Nascimento: 23/06/1968 Passaporte: BY160D429 País: HOLANDA; Processo: 47039012521201873 Requerente: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WOLF TEJA WITTKE Data Nascimento: 24/08/1965 Passaporte: C8T8T0KGM País: ALEMANHA; Processo: 47039012524201815 Requerente: MAHR DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NILS HEISE Data Nascimento: 21/12/1992 Passaporte: C1Y5NNZRL País: ALEMANHA; Processo: 47039012541201844 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDRES ISMAEL PAULINO SR Data Nascimento: 21/08/1974 Passaporte: 549869989 País: EUA; Processo: 47039012544201888 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAN LU Data Nascimento: 20/01/1993 Passaporte: EC6230386 País: CHINA Imigrante: KUANXIN JI Data Nascimento: 25/08/1987 Passaporte: EC1347809 País: CHINA Imigrante: PENG GAO Data Nascimento: 08/02/1990 Passaporte: E35859690 País: CHINA Imigrante: WENJIE CHEN Data Nascimento: 31/03/1993 Passaporte: EC1351150 País: CHINA Imigrante: YUPENG WANG Data Nascimento: 02/01/1988 Passaporte: E50689607 País: CHINA Imigrante: ZONGXIANG ZHANG Data Nascimento: 19/04/1991 Passaporte: EC4280204 País: CHINA; Processo: 47039012545201822 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAILIANG WU Data Nascimento: 26/08/1994 Passaporte: EC9485189 País: CHINA Imigrante: KAI WANG Data Nascimento: 22/12/1995 Passaporte: EC3984314 País: CHINA Imigrante: SHAOCAI LUO Data Nascimento: 08/02/1990 Passaporte: E33090124 País: CHINA Imigrante: XU ZUO Data Nascimento: 21/04/1994 Passaporte: EC4818991 País: CHINA; Processo: 47039012550201835 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHAOHUA HUANG Data Nascimento: 18/05/1977 Passaporte: EC9495551 País: CHINA Imigrante: XINCHEN WAN Data Nascimento: 18/02/1993 Passaporte: E62795769 País: CHINA Imigrante: XINJIAN LIU Data Nascimento: 25/07/1986 Passaporte: EC0012053 País: CHINA Imigrante: ZITAI CHEN Data Nascimento: 11/07/1986 Passaporte: G42462957 País: CHINA; Processo: 47039012551201880 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WEIWEI JI Data Nascimento: 24/12/1983 Passaporte: PE0817670 País: CHINA; Processo: 47039012553201879 Requerente: POWER SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS DE AUTOMACAO E POTENCIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Nuno Calheiros Cruz Vidigal Data Nascimento: 05/11/1994 Passaporte: CA042935 País: PORTUGAL; Processo: 47039012599201898 Requerente: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LAE WON KIM Data Nascimento: 13/03/1976 Passaporte: M85730022 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039012617201831 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTIAN MAXIMILIAN JANKER Data Nascimento: 28/05/1987 Passaporte: CFXJVPGM5 País: ALEMANHA; Processo: 47039012623201899 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DENNIS SAUER Data Nascimento: 10/03/1990 Passaporte: C8WZRHHZF País: ALEMANHA; Processo: 47039012625201888 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HOWARD LEE KING Data Nascimento: 11/07/1968 Passaporte: 488664950 País: EUA; Processo: 47039012626201822 Requerente: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PINGUI ZHOU Data Nascimento: 13/01/1990 Passaporte: E64398852 País: CHINA; Processo: 47039012627201877 Requerente: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SIMON PETER MACDONALD Data Nascimento: 27/11/1968 Passaporte: 525641265 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039012634201879 Requerente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DOMENICO PRESTIPINO Data Nascimento: 26/04/1974 Passaporte: YA4098157 País: ITÁLIA Imigrante: MASSIMO PIGNALOSA Data Nascimento: 09/09/1967 Passaporte: YA7624376 País: ITÁLIA; Processo: 47039012637201811 Requerente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GIUSEPPE FONTANESI Data Nascimento: 04/02/1962 Passaporte: YA8672354 País: ITÁLIA; Processo: 47039012638201857 Requerente: ROCKWELL COLLINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KIRK ANDREW KOLEK Data Nascimento: 16/07/1979 Passaporte: 513518719 País: EUA; Processo: 47039012639201800 Requerente: ROCKWELL COLLINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MATTHEW MILTON MYERS Data Nascimento: 20/01/1975 Passaporte: 473140177 País: EUA; Processo: 47039012644201812 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YOSHIO MATSUMURA Data Nascimento: 29/07/1988 Passaporte: TS 1.291.393 País: JAPÃO; Processo: 47039012645201859 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKUYA MOCHIZUKI Data Nascimento: 16/04/1973 Passaporte: TK 2.941.659 País: JAPÃO; Processo: 47039012655201894 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JANNIK WEIS Data Nascimento: 18/03/1989 Passaporte: C6Z1M6FC8 País: ALEMANHA; Processo: 47039012675201865 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SAZALI BIN ABDUL AZIZ Data Nascimento: 18/09/1967 Passaporte: E6730212C País: SINGAPURA; Processo: 47039012690201811 Requerente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MATEJ MACAK Data Nascimento: 27/12/1985 Passaporte: BI0231561 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039012691201858 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIO BREKALO Data Nascimento: 22/06/1988 Passaporte: 183898609 País: CROÁCIA; Processo: 47039012708201877 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANZ XAVER KLOSTERMEIER Data Nascimento: 08/12/1972 Passaporte: CFR8K5R2G País: ALEMANHA; Processo: 47039012713201880 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EVGENII PUTILOV Data Nascimento: 18/08/1987 Passaporte: 757188085 País: POLÔNIA; Processo: 47039012715201879 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAO HUANG Data Nascimento: 16/11/1988 Passaporte: G57198642 País: CHINA; Processo: 47039012716201813 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MING SONG Data Nascimento: 10/08/1978 Passaporte: G55457429 País: CHINA; Processo: 47039012725201812 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PHILIPPE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LAURENT RICHARD Data Nascimento: 02/04/1959 Passaporte: 11CE97115 País: FRANÇA; Processo: 47039012726201859 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PATRICE RAPHAEL AUBRUCHET Data Nascimento: 27/01/1965 Passaporte: 15AV62283 País: FRANÇA; Processo: 47039012727201801 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAVEL NAUMOV Data Nascimento: 12/09/1983 Passaporte: 712847853 País: RÚSSIA; Processo: 47039012728201848 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WEI WANG Data Nascimento: 29/06/1985 Passaporte: EB2497252 País: CHINA; Processo: 47039012729201892 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOMAS KNAP Data Nascimento: 04/06/1975 Passaporte: 43691554 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039012730201817 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIASHAN LI Data Nascimento: 13/03/1992 Passaporte: E94214286 País: CHINA; Processo: 47039012732201814 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JINHONG HAN Data Nascimento: 10/03/1977 Passaporte: E48169765 País: CHINA; Processo: 47039012739201828 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREAS KRITZL Data Nascimento: 26/10/1977 Passaporte: U1742474 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039012738201883 Requerente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS PIETER HUIJSKENS Data Nascimento: 30/06/1992 Passaporte: 530795129 País: EUA; Processo: 47039012741201805 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROMAN DENISOV Data Nascimento: 07/10/1979 Passaporte: 756499010 País: RÚSSIA; Processo: 47039012800201837 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YIXIN CAO Data Nascimento: 14/11/1976 Passaporte: G32769993 País: CHINA; Processo: 47039012801201881 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YANLONG SHI Data Nascimento: 08/07/1984 Passaporte: G57869573 País: CHINA; Processo: 47039012802201826 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIANJUN HE Data Nascimento: 26/03/1984 Passaporte: ED4004561 País: CHINA; Processo: 47039012803201871 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: QINGHUAN ZHAO Data Nascimento: 13/08/1981 Passaporte: ED6143670 País: CHINA; Processo: 47039012804201815 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WENZHONG ZHAO Data Nascimento: 02/03/1991 Passaporte: EC1638361 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039012045201891 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: ROBERT RADOSLAW CWIKLINSKI Data Nascimento: 06/06/1991 Passaporte: EL6869615 País: POLÔNIA; Processo: 47039012149201803 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 12 Dia(s) Imigrante: ROBIN ROY LOUIS RUDY OTTEN Data Nascimento: 24/06/1970 Passaporte: BF3CR95R5 País: HOLANDA; Processo: 47039012978201888 Requerente: ENERFLEX ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSHUA ROBERT COLLINS Data Nascimento: 05/10/1986 Passaporte: 561735008 País: EUA; Processo: 47039012993201826 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: CEZARY PAWEL GRUSZECKI Data Nascimento: 22/08/1984 Passaporte: EM4595227 País: POLÔNIA; Processo: 47039013002201822 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: RADOSLAW ANTONI SZULIK Data Nascimento: 23/03/1983 Passaporte: EL5606550 País: POLÔNIA; Processo: 47039013004201811 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: GRZEGORZ PIOTR BIELASZKA Data Nascimento: 13/05/1985 Passaporte: EM8720713 País: POLÔNIA; Processo: 47039013009201844 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: DANIEL JAN GLOD Data Nascimento: 22/12/1997 Passaporte: EJ7815314 País: POLÔNIA; Processo: 47039013014201857 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/01/2019 Imigrante: RACHID SLIHI Data Nascimento: 13/05/1980 Passaporte: AX8581395 País: MARROCOS; Processo: 47039013238201869 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JANUSZ WROTNY Data Nascimento: 12/01/1974 Passaporte: EL4196328 País: POLÔNIA; Processo: 47039013239201811 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARCIN HENRYK ZUCHOWSKI Data Nascimento: 30/08/1974 Passaporte: EL2290552 País: POLÔNIA; Processo: 47039013242201827 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAREK KRZYSZTOF KULWINSKI Data Nascimento: 30/09/1970 Passaporte: EB5099226 País: POLÔNIA; Processo: 47039013244201816 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PIOTR KOZIOL Data Nascimento: 09/11/1994 Passaporte: EJ7358837 País: POLÔNIA; Processo: 47039013302201810 Requerente: QGI BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CRISTIAN VALBONESI Data Nascimento: 13/09/1969 Passaporte: YA7035642 País: ITÁLIA; Processo: 47039013305201845 Requerente: QGI BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: QIAN YUAN LIM Data Nascimento: 30/10/1992 Passaporte: E6296055F País: SINGAPURA; Processo: 47039013344201842 Requerente: VEBRATEC REPRESENTACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASSIMO COMINO Data Nascimento: 23/12/1964 Passaporte: YB2375961 País: ITÁLIA; Processo: 47039013378201837 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FABIO GIL DOMINGOS BENTO Data Nascimento: 04/06/1987 Passaporte: P078683 País: PORTUGAL Imigrante: NUNO AUGUSTO BATISTA RODRIGUES Data Nascimento: 13/07/1974 Passaporte: CA018169 País: PORTUGAL Imigrante: PAULO JORGE CORREIA FELICIANO ALMEIDA Data Nascimento: 05/03/1980 Passaporte: C524583 País: PORTUGAL.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004497201850 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Steven QUELENNEC Data Nascimento: 12/11/1983 Passaporte: 16CE56431 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001908201802 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUANCHENG FU Data Nascimento: 20/04/1988 Passaporte: E70538693 País: CHINA; Processo: 47039001909201849 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHUNYU LI Data Nascimento: 08/04/1991 Passaporte: EA8505197 País: CHINA; Processo: 47039001911201818 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAILIANG TANG Data Nascimento: 14/06/1986 Passaporte: PE0895013 País: CHINA; Processo: 47039001913201815 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUOQIANG ZHANG Data Nascimento: 26/06/1990 Passaporte: EB1520888 País: CHINA; Processo: 47039011275201832 Requerente: ULMA HANDLING SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE ARMAZENAMENTO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FELIX BIAIN PEÑA Data Nascimento: 09/08/1958 Passaporte: PAD549964 País: ESPANHA; Processo: 47039011287201867 Requerente: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: até 01/12/2018 Imigrante: JÖRN TIEFENSEE Data Nascimento: 29/08/1981 Passaporte: C2F3R3Y5Y País: ALEMANHA; Processo: 47039011657201866 Requerente: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEVEN ADAM MAXWELL Data Nascimento: 05/03/1979 Passaporte: N1351023 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039011709201802 Requerente: CONSORCIO TECHINT - TECHINT OLEO E GAS Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: XIAOHONG CHEN Data Nascimento: 27/02/1977 Passaporte: E58944912 País: CHINA; Processo: 47039011713201862 Requerente: CONSORCIO TECHINT - TECHINT OLEO E GAS Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: LIANGZHAO YE Data Nascimento: 25/12/1974 Passaporte: E81429416 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004535201874 Requerente: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADRIAN MIHAI BARZAN Data Nascimento: 12/11/1996 Passaporte: 055181837 País: ROMÊNIA Imigrante: ALCIDES IVAN PONTE VARA Data Nascimento: 21/07/1974 Passaporte: 116793697 País: PERU Imigrante: ALVARO GARRIDO GUTIERREZ Data Nascimento: 19/10/1992 Passaporte: PAF875145 País: ESPANHA Imigrante: ALVIN ROBERT TEMPLE BROWN Data Nascimento: 16/03/1972 Passaporte: C01978601 País: NICARÁGUA Imigrante: ANIRUDHA MONDAL Data Nascimento: 26/12/1980 Passaporte: M7817758 País: ÍNDIA Imigrante: ASHOK BABU KASTURI Data Nascimento: 19/01/1981 Passaporte: Z4046929 País: ÍNDIA Imigrante: BENY ALATAS Data Nascimento: 08/06/1983 Passaporte: C0295354 País: INDONÉSIA Imigrante: BERNARDO NEIL LOCKE BRITTON Data Nascimento: 10/09/1984 Passaporte: C1004840 País: NICARÁGUA Imigrante: BHANUDAS RAMESH NAIK Data Nascimento: 09/03/1991 Passaporte: M4475933 País: ÍNDIA Imigrante: CESAR AUGUSTO MIRANDA PIMINCHUMO Data Nascimento: 26/12/1973 Passaporte: 116923385 País: PERU Imigrante: CITRA ARSANA EKA PRIHATMANA Data Nascimento: 05/09/1985 Passaporte: B 2268785 País: INDONÉSIA Imigrante: CLITTUS YESUDHASAN Data Nascimento: 13/05/1987 Passaporte: K6273164 País: ÍNDIA Imigrante: CRISTINA MONICA NOUR Data Nascimento: 24/04/1976 Passaporte: 053447127 País: ROMÊNIA Imigrante: DAN DICA Data Nascimento: 04/10/1984 Passaporte: 054686263 País: ROMÊNIA Imigrante: DIANA ANGELICA HERRERA WALTERS Data Nascimento: 26/04/1991 Passaporte: 116734812 País: PERU Imigrante: ELIAS LOPEZ BACA Data Nascimento: 22/05/1980 Passaporte: 6805677 País: PERU Imigrante: ERIC RIOJA ESTRADA Data Nascimento: 28/04/1987 Passaporte: P4024159A País: FILIPINAS Imigrante: FERNANDO FABIAN DOMINGUEZ VELASCO Data Nascimento: 12/07/1988 Passaporte: G18374879 País: MÉXICO Imigrante: GULLIT ERWIN Data Nascimento: 29/09/1993 Passaporte: B 2853570 País: INDONÉSIA Imigrante: HARSHAD PRAMOD JADHAV Data Nascimento: 05/04/1991 Passaporte: N3386670 País: ÍNDIA Imigrante: IDA BAGUS PUTU OKA PUTRA Data Nascimento: 11/07/1980 Passaporte: B 1247592 País: INDONÉSIA Imigrante: JAIYESH JANU SAWANT Data Nascimento: 11/08/1986 Passaporte: P5602340 País: ÍNDIA Imigrante: JAVIER EMMANUEL VELAZQUEZ GOMEZ Data Nascimento: 09/10/1986 Passaporte: G27583051 País: MÉXICO Imigrante: JINSON JOSEPH Data Nascimento: 01/01/1990 Passaporte: H5690196 País: ÍNDIA Imigrante: JOHN JAIRO ZAMORA BEDOYA Data Nascimento: 16/05/1973 Passaporte: AO503216 País: COLÔMBIA Imigrante: JUAN LUIS DELGADO FRISANCHO Data Nascimento: 06/05/1994 Passaporte: 117153681 País: PERU Imigrante: KALIYAPERUMAL KALIYAMOORTHY Data Nascimento: 25/04/1990 Passaporte: K2727106 País: ÍNDIA Imigrante: LAURA SANLES MIRON Data Nascimento: 21/10/1994 Passaporte: PAB504305 País: ESPANHA Imigrante: LIJO SAMUEL Data Nascimento: 30/05/1988 Passaporte: H5624762 País: ÍNDIA Imigrante: LINDA KAREN ORTEGA GONZALEZ Data Nascimento: 30/12/1990 Passaporte: AS138766 País: COLÔMBIA Imigrante: LUZ NAIRA RAMOS PILLCO Data Nascimento: 31/07/1990 Passaporte: 116108497 País: PERU Imigrante: MANDAR RATNADEEP KINALEKAR Data Nascimento: 26/03/1986 Passaporte: M7464867 País: ÍNDIA Imigrante: MARIAN MANSON GOMES Data Nascimento: 24/02/1995 Passaporte: L5422121 País: ÍNDIA Imigrante: MARIUS MIHAI Data Nascimento: 24/02/1988 Passaporte: 054391688 País: ROMÊNIA Imigrante: MAURICIO ANDRES O'KUINGHTTONS MUNOZ Data Nascimento: 13/01/1976 Passaporte: P07177382 País: CHILE Imigrante: MOHAMED BEJAOUI Data Nascimento: 03/05/1989 Passaporte: F189055 País: TUNÍSIA Imigrante: MUHAMMED MUNEER POOKKODAN Data Nascimento: 24/09/1989 Passaporte: K3086320 País: ÍNDIA Imigrante: OSCAR ARNALDO CRUZ CUSIQUISPE Data Nascimento: 06/11/1979 Passaporte: 116108856 País: PERU Imigrante: PASCOAL REBELLO Data Nascimento: 01/11/1981 Passaporte: Z4349826 País: ÍNDIA Imigrante: RAKESH REMIS COLLACO Data Nascimento: 09/12/1979 Passaporte: S4093792 País: ÍNDIA Imigrante: RAQUEL MARGARITA VALLE GUERRA Data Nascimento: 04/12/1996 Passaporte: PAD524962 País: ESPANHA Imigrante: SAJEED MADHAVAN RAJU Data Nascimento: 08/02/1987 Passaporte: P5594680 País: ÍNDIA Imigrante: SAMPAT GOVIND PUJARI Data Nascimento: 09/11/1992 Passaporte: J9746261 País: ÍNDIA Imigrante: SELENE LOPEZ GONZALEZ Data Nascimento: 24/07/1990 Passaporte: G18584339 País: MÉXICO Imigrante: SERGIO ORTEGA GOMEZ Data Nascimento: 14/08/1989 Passaporte: AAJ844739 País: ESPANHA Imigrante: SIVA NAGESWARAN Data Nascimento: 18/05/1988 Passaporte: R6335224 País: ÍNDIA Imigrante: SUNIL FURTADO Data Nascimento: 05/07/1987 Passaporte: L7171036 País: ÍNDIA Imigrante: TEJPAL RAMA RATHOD Data Nascimento: 01/05/1982 Passaporte: M0263296 País: ÍNDIA Imigrante: VICTORIA STANISCI Data Nascimento: 20/09/1983 Passaporte: YA9117792 País: ITÁLIA Imigrante: XAVIER VARGAS DIAZ Data Nascimento: 05/09/1982 Passaporte: 116911919 País: PERU; Processo: 47041004537201863 Requerente: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AKASH HELA Data Nascimento: 29/08/1995 Passaporte: R4903584 País: ÍNDIA Imigrante: AMRUN MASSOYYANG Data Nascimento: 07/10/1982 Passaporte: B7683872 País: INDONÉSIA Imigrante: HAERUDIN Data Nascimento: 02/05/1967 Passaporte: B5562644 País: INDONÉSIA Imigrante: HAERUL ANAM Data Nascimento: 19/11/1976 Passaporte: B7683881 País: INDONÉSIA Imigrante: I NENGAH BUDIARTA Data Nascimento: 04/08/1993 Passaporte: A8481698 País: INDONÉSIA Imigrante: ILHAM SAHPUTRA Data Nascimento: 30/08/1983 Passaporte: B4201495 País: INDONÉSIA Imigrante: JOHN JASON MANUEL YANEZ Data Nascimento: 04/12/1980 Passaporte: P4364807A País: FILIPINAS Imigrante: JOHNVER VIDALLON BELANIO Data Nascimento: 22/06/1987 Passaporte: P7189204A País: FILIPINAS Imigrante: MARIA MAGDALENA LOPEZ CALIDONIO Data Nascimento: 19/03/1974 Passaporte: E466431 País: HONDURAS Imigrante: MARIO ALEXANDER QUIROGA BARRERA Data Nascimento: 19/06/1979 Passaporte: AP143886 País: COLÔMBIA Imigrante: NOEL TOMO TONDO Data Nascimento: 30/01/1965 Passaporte: EC7712665 País: FILIPINAS Imigrante: NUNO MIGUEL ANDRADE VIANA Data Nascimento: 08/09/1993 Passaporte: P543092 País: PORTUGAL Imigrante: SANTOSH AMBADAS GHADAGE Data Nascimento: 22/06/1974 Passaporte: R8642197 País: ÍNDIA Imigrante: SARVENDRA SUDHAKAR GAONKAR Data Nascimento: 02/06/1991 Passaporte: K5438866 País: ÍNDIA Imigrante: TORRES TORRES SILVESTRE Data Nascimento: 23/07/1958 Passaporte: P7267248A País: FILIPINAS; Processo: 47041004568201814 Requerente: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AIZA HONGAYO MICULOB Data Nascimento: 25/04/1989 Passaporte: EC8214637 País: FILIPINAS Imigrante: BAYRON FABRICIO SANCHEZ CHAVER Data Nascimento: 14/12/1992 Passaporte: F118946 País: HONDURAS Imigrante: DENNIS ABIGANIA CABREROS Data Nascimento: 02/10/1981 Passaporte: EC7582973 País: FILIPINAS Imigrante: DIANA YOVANNA QUIJANO CUBILLOS Data Nascimento: 15/09/1980 Passaporte: AO744875 País: COLÔMBIA Imigrante: DUBIS ZOE ERAZO GARCIA Data Nascimento: 03/03/1997 Passaporte: F554055 País: HONDURAS Imigrante: FERNAND MARI VILLANOS CATA Data Nascimento: 31/12/1990 Passaporte: P4071319A País: FILIPINAS Imigrante: FERRY CATRA PRAYOGI Data Nascimento: 25/04/1996 Passaporte: B5280166 País: INDONÉSIA Imigrante: I KOMANG AGUS JAYA PUTRA Data Nascimento: 01/01/1995 Passaporte: B7511013 País: INDONÉSIA Imigrante: I MADE MURDITA Data Nascimento: 30/12/1974 Passaporte: B8823572 País: INDONÉSIA Imigrante: I NENGAH SUANTARA JAYA Data Nascimento: 21/01/1982 Passaporte: B4603068 País: INDONÉSIA Imigrante: JEROME LOZADA ESTELLA Data Nascimento: 17/08/1982 Passaporte: P5847731A País: FILIPINAS Imigrante: JUNRIEL CONSTANTINO CUIZON Data Nascimento: 05/06/1987 Passaporte: EC2014326 País: FILIPINAS Imigrante: KAREN ALEJANDRA SILVA ARANDA Data Nascimento: 19/05/1979 Passaporte: P00169397 País: CHILE Imigrante: LAURENCE FADUL GALABOC Data Nascimento: 14/11/1970 Passaporte: P2892811A

País: FILIPINAS Imigrante: LAURENCE RAMOS SAN JUAN Data Nascimento: 09/12/1989 Passaporte: EC8371052 País: FILIPINAS Imigrante: MARCO ANTONIO HUACCHA RUIZ Data Nascimento: 16/03/1978 Passaporte: 6410070 País: PERU Imigrante: MARGIANTO Data Nascimento: 16/04/1993 Passaporte: B6249042 País: INDONÉSIA Imigrante: MIGUEL ANGEL CONDO BAUTISTA Data Nascimento: 11/08/1986 Passaporte: 5545749 País: PERU Imigrante: MUSTADIR Data Nascimento: 14/04/1967 Passaporte: B6168019 País: INDONÉSIA Imigrante: PAVEL NOVÁK Data Nascimento: 18/03/1987 Passaporte: 41388141 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: RENANTE KAGALINGAN LOMERIO Data Nascimento: 14/04/1977 Passaporte: EC1531292 País: FILIPINAS Imigrante: RICHARD ISRAEL BEO Data Nascimento: 25/07/1982 Passaporte: P3428428A País: FILIPINAS Imigrante: ROLANDO JR. ESCONDE LEONES Data Nascimento: 28/02/1974 Passaporte: EC7554617 País: FILIPINAS Imigrante: SABIR KADDA Data Nascimento: 30/12/1966 Passaporte: X206210 País: INDONÉSIA Imigrante: SNOWIL GREGORY COLASO Data Nascimento: 14/10/1986 Passaporte: M7607499 País: ÍNDIA Imigrante: SUNARTO Data Nascimento: 09/06/1962 Passaporte: B 4325544 País: INDONÉSIA Imigrante: SUPARMAN Data Nascimento: 13/06/1983 Passaporte: B4515875 País: INDONÉSIA Imigrante: SURENDRA SHREENAND GAWAS Data Nascimento: 16/06/1990 Passaporte: K5377378 País: ÍNDIA Imigrante: SYAMSUDDIN JUHE Data Nascimento: 07/08/1973 Passaporte: B5929170 País: INDONÉSIA Imigrante: TAMSIL Data Nascimento: 15/08/1973 Passaporte: C0207683 País: INDONÉSIA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003749201823 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Imigrante: Vyacheslav Yakymenko Data Nascimento: 03/06/1970 Passaporte: FG696059 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004124201889 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Dimitrios Vythoulkas Data Nascimento: 28/07/1991 Passaporte: AM0172152 País: GRÉCIA; Processo: 47041004158201873 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 18/01/2020 Imigrante: Jezreel Alvarez Saluta Data Nascimento: 25/06/1978 Passaporte: EC8285875 País: FILIPINAS; Processo: 47041004160201842 Requerente: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 14/07/2020 Imigrante: Binggen Zhu Data Nascimento: 02/08/1969 Passaporte: EC4985002 País: CHINA Imigrante: Feng Zhang Data Nascimento: 08/06/1987 Passaporte: ED4061241 País: CHINA Imigrante: Shuai Wang Data Nascimento: 08/11/1987 Passaporte: E05600349 País: CHINA Imigrante: Wenhe Song Data Nascimento: 21/01/1985 Passaporte: ED2424599 País: CHINA Imigrante: Yue Zong Data Nascimento: 16/12/1983 Passaporte: ED3067466 País: CHINA Imigrante: Yupei Zhang Data Nascimento: 28/04/1988 Passaporte: E15445205 País: CHINA; Processo: 47041004159201818 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Nikolaos Kamarados Data Nascimento: 18/06/1976 Passaporte: AN3204665 País: GRÉCIA; Processo: 47041004163201886 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2018 Imigrante: Francisco Nieto Torres Data Nascimento: 18/02/1963 Passaporte: P5228162A País: FILIPINAS; Processo: 47041004169201853 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Danilo Belante Flores Data Nascimento: 29/05/1969 Passaporte: EC2280364 País: FILIPINAS; Processo: 47041004170201888 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 06/04/2020 Imigrante: Zeljko Tijan Data Nascimento: 23/05/1977 Passaporte: 059970295 País: CROÁCIA; Processo: 47041004203201890 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 01/02/2019 Imigrante: DAN SJOSTEIN Data Nascimento: 09/03/1973 Passaporte: 208984082 País: DINAMARCA; Processo: 47041004234201841 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: CHANGFU CHENG Data Nascimento: 21/11/1969 Passaporte: PE1546866 País: CHINA Imigrante: CHANGLIN CHEN Data Nascimento: 10/12/1976 Passaporte: PE0792831 País: CHINA Imigrante: CHAO FANG Data Nascimento: 18/06/1990 Passaporte: PE0845382 País: CHINA Imigrante: CHAO WU Data Nascimento: 12/10/1984 Passaporte: PE1177926 País: CHINA Imigrante: CHENGCAI LI Data Nascimento: 03/03/1987 Passaporte: PE0845387 País: CHINA Imigrante: CHENGLI LIU Data Nascimento: 05/05/1985 Passaporte: PE0707972 País: CHINA; Processo: 47041004236201830 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: HAIBIN LI Data Nascimento: 11/11/1975 Passaporte: PE0845365 País: CHINA Imigrante: HAICHAO ZHAN Data Nascimento: 13/06/1984 Passaporte: PE0845360 País: CHINA Imigrante: HAILIANG CUI Data Nascimento: 08/07/1978 Passaporte: PE1089155 País: CHINA Imigrante: HAIQIANG ZHU Data Nascimento: 25/06/1989 Passaporte: PE0845373 País: CHINA Imigrante: HAIYANG ZHOU Data Nascimento: 09/01/1988 Passaporte: PE1059047 País: CHINA Imigrante: HAO CHEN Data Nascimento: 03/04/1985 Passaporte: PE1059033 País: CHINA; Processo: 47041004237201884 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: AIXIN LIU Data Nascimento: 01/02/1986 Passaporte: PE1089156 País: CHINA Imigrante: ANJIAN CHEN Data Nascimento: 22/08/1992 Passaporte: PE0845357 País: CHINA Imigrante: ANZHOU WU Data Nascimento: 08/09/1978 Passaporte: PE0845332 País: CHINA Imigrante: AO ZHANG Data Nascimento: 19/06/1995 Passaporte: PE1129044 País: CHINA Imigrante: BAOGUO CHEN Data Nascimento: 30/08/1977 Passaporte: PE0845333 País: CHINA Imigrante: BING ZHANG Data Nascimento: 13/01/1987 Passaporte: PE0663845 País: CHINA; Processo: 47041004238201829 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/03/2019 Imigrante: Marlo Hernandez Dimaano Data Nascimento: 14/10/1974 Passaporte: P3808175A País: FILIPINAS Imigrante: Mihai Acatrinei Data Nascimento: 22/09/1970 Passaporte: 053804736 País: ROMÊNIA; Processo: 47041004239201873 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/11/2018 Imigrante: Charlie Bucasas Badua Data Nascimento: 27/04/1991 Passaporte: P5821348A País: FILIPINAS Imigrante: Cromwell Joseph Castaneda Ganzon Data Nascimento: 13/09/1978 Passaporte: P6549219A País: FILIPINAS Imigrante: Edgar Sodsod Mirandilla Data Nascimento: 15/03/1968 Passaporte: P4224951A País: FILIPINAS Imigrante: Ireneo Manalo Suarez Data Nascimento: 03/06/1957 Passaporte: P7361899A País: FILIPINAS Imigrante: Noel Peñas Plofino Data Nascimento: 06/01/1969 Passaporte: P1517660A País: FILIPINAS Imigrante: Sherwin Jagupit Tabernero Data Nascimento: 27/02/1972 Passaporte: P2462073A País: FILIPINAS Imigrante: Virgilio Villaflores Venturero Data Nascimento: 20/12/1960 Passaporte: P7703218A País: FILIPINAS; Processo: 47041004245201821 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Efren Jr. Provendido Aljo Data Nascimento: 21/11/1987 Passaporte: EC6869723 País: FILIPINAS; Processo: 47041004248201864 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Mark Anthony Orillo Cabansag Data Nascimento: 25/10/1990 Passaporte: EC7237803 País: FILIPINAS; Processo: 47041004255201866 Requerente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 03/07/2020 Imigrante: David Alan Wukasch Jr Data Nascimento: 23/10/1992 Passaporte: 566784364 País: EUA; Processo: 47041004257201855 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RONNAKORN PROMDEN Data Nascimento: 09/11/1969 Passaporte: AA6458784 País: TAILÂNDIA; Processo: 47041004258201808 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: BENJAMIN VELASQUEZ SIBUG Data Nascimento: 23/02/1988 Passaporte: EC8449005 País: FILIPINAS; Processo: 47041004259201844 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 01/02/2019 Imigrante: CHARLES EDWARD JOHNSON Data Nascimento: 15/06/1960 Passaporte: 536914885 País: INGLATERRA; Processo: 47041004260201879 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: MICHAEL QUESTA Data Nascimento: 19/06/1956 Passaporte: 538803375 País: INGLATERRA; Processo: 47041004261201813 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: JOHN ELIAS JAKOBSEN Data Nascimento: 19/11/1975 Passaporte: 210733649 País: DINAMARCA; Processo: 47041004263201811 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/11/2018 Imigrante: Aldin Salengua Data Nascimento: 14/02/1977 Passaporte: P5356227A País: FILIPINAS Imigrante: Jeron Inocencio Sicat Data Nascimento: 10/06/1996 Passaporte: EC2030536 País: FILIPINAS Imigrante: Joel Quemado Caballero Data Nascimento: 20/07/1985 Passaporte: P1100619A País: FILIPINAS Imigrante: John Michael Cayetano Aguilar Data Nascimento: 20/06/1995 Passaporte: P5410376A País: FILIPINAS Imigrante: Joseph Baking Pacheco Data Nascimento: 19/05/1973 Passaporte: P7515198A País: FILIPINAS Imigrante: Nepthalie Rafael Somido Data Nascimento: 23/01/1981 Passaporte: P0982066A País: FILIPINAS Imigrante: Salvador Estonilo Carino Data Nascimento: 26/06/1976 Passaporte: P0659554A País: FILIPINAS Imigrante: Vicente Ysulan Batain Data Nascimento: 11/09/1973 Passaporte: P5446416A País: FILIPINAS; Processo: 47041004262201868 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: HELGI WACHER Data Nascimento: 11/10/1970 Passaporte: 210648610 País: DINAMARCA; Processo: 47041004265201800 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Imigrante: Zeus Glen Jardio Cagalawan Data Nascimento: 06/06/1985 Passaporte: EC6866031 País: FILIPINAS; Processo: 47041004267201891 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2018 Imigrante: Faruk Alemdar Data Nascimento: 10/10/1977 Passaporte: U04778716 País: TURQUIA; Processo: 47041004277201826 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Asimis Ilias Data Nascimento: 19/02/1954 Passaporte: AN2699585 País: GRÉCIA Imigrante: Christos Savvidis Data Nascimento: 03/11/1957 Passaporte: AN0030779 País: GRÉCIA Imigrante: Gerasimos Aravantinos Data Nascimento: 09/08/1954 Passaporte: AM1723932 País: GRÉCIA Imigrante: Grigorios Lekatsas Data Nascimento: 02/01/1958 Passaporte: AN1067876 País: GRÉCIA Imigrante: Konstantinos Nikiteas Data Nascimento: 08/08/1979 Passaporte: AN0481877 País: GRÉCIA Imigrante: Michail Galanos Data Nascimento: 21/08/1985 Passaporte: AN0536255 País: GRÉCIA Imigrante: Nikolaos Spertos Data Nascimento: 07/04/1944 Passaporte: AN2892905 País: GRÉCIA Imigrante: Pavlos Bikouvaris Data Nascimento: 18/03/1983 Passaporte: AN1155743 País: GRÉCIA Imigrante: Stamatios Tryfonas Data Nascimento: 08/01/1964 Passaporte: AN1325087 País: GRÉCIA Imigrante: Valsamos Koutsofios Data Nascimento: 16/01/1942 Passaporte: AN5167871 País: GRÉCIA; Processo: 47041004268201835 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dmitry Shilchikov Data Nascimento: 13/11/1971 Passaporte: 530286088 País: RÚSSIA; Processo: 47041004270201812 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fadzil Bin Ahmad Data Nascimento: 28/10/1974 Passaporte: A50094039 País: MALÁSIA; Processo: 47041004272201801 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alain Barrera Simon Data Nascimento: 18/07/1979 Passaporte: P2304283A País: FILIPINAS; Processo: 47041004271201859 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Imigrante: Bradley Savio Pereira Data Nascimento: 21/01/1985 Passaporte: Z4647008 País: ÍNDIA; Processo: 47041004273201848 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Imigrante: Sandeep Maan Data Nascimento: 13/07/1991 Passaporte: K2931794 País: ÍNDIA; Processo: 47041004274201892 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Abd Quddus Bin Che Kamil Data Nascimento: 02/08/1990 Passaporte: A51332300 País: MALÁSIA; Processo: 47041004275201837 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Tomasz Stankiewicz Data Nascimento: 28/08/1985 Passaporte: EL2277184 País: POLÔNIA; Processo: 47041004276201881 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Imigrante: Ramesh Bitra Data Nascimento: 11/10/1976 Passaporte: R7197460 País: ÍNDIA; Processo: 47041004278201871 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2019 Imigrante: Natiq Shuaib Data Nascimento: 02/11/1990 Passaporte: Z4055702 País: ÍNDIA; Processo: 47041004279201815 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/03/2019 Imigrante: Abhinav Mehra Data Nascimento: 29/10/1981 Passaporte: P6032719 País: ÍNDIA Imigrante: Anil Kumar Yadav Data Nascimento: 01/05/1986 Passaporte: L9363019 País: ÍNDIA; Processo: 47041004280201840 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/11/2018 Imigrante: Sotero Jr. Tupas Sabordo Data Nascimento: 14/02/1965 Passaporte: P7776514A País: FILIPINAS; Processo: 47041004281201894 Requerente: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 20/09/2019 Imigrante: Ronald Cala Data Nascimento: 25/07/1969 Passaporte: 297160748 País: CROÁCIA; Processo: 47041004282201839 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Eric Mendones Jao Data Nascimento: 31/03/1980 Passaporte: EC5230864 País: FILIPINAS Imigrante: Ioan-Cristian Mosneagu Data Nascimento: 03/02/1971 Passaporte: 053652962 País: ROMÊNIA Imigrante: Ronnie Madridano Briones Data Nascimento: 01/01/1979 Passaporte: P3209061A País: FILIPINAS; Processo: 47041004283201883 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Mario Eguico Escaba Data Nascimento: 15/09/1956 Passaporte: P5413715A País: FILIPINAS; Processo: 47041004285201872 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/05/2020 Imigrante: Pavan Kumar Tikkada Data Nascimento: 26/05/1993 Passaporte: K2213577 País: ÍNDIA Imigrante: Ronny Steven Henry Saldanha Data Nascimento: 01/11/1972 Passaporte: Z2025977 País: ÍNDIA; Processo: 47041004284201828 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: Aldene Galanida Alpeche Data Nascimento: 15/07/1987 Passaporte: EC0846412 País: FILIPINAS Imigrante: John Vallan Cu Data Nascimento: 06/08/1958 Passaporte: EC3580473 País: FILIPINAS; Processo: 47041004286201817 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/11/2018 Imigrante: Nino Javier Cadiente Data Nascimento: 28/05/1977 Passaporte: EC3200571 País: FILIPINAS; Processo: 47041004287201861 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Mark Obrador Etcubañas Data Nascimento: 05/06/1993 Passaporte: P4234838A País: FILIPINAS; Processo: 47041004288201814 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Imigrante: Karamjit Singh Data Nascimento: 20/11/1969 Passaporte: S6695369 País: ÍNDIA; Processo: 47041004289201851 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Imigrante: Kalyan Bhattacharya Data Nascimento: 23/11/1967 Passaporte: R6907387 País: ÍNDIA; Processo: 47041004290201885 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Imigrante: Pawan Duhan Data Nascimento: 22/12/1990 Passaporte: L5041043 País: ÍNDIA; Processo: 47041004291201820 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: KUN LIU Data Nascimento: 26/08/1985 Passaporte: PE0845370 País: CHINA Imigrante: LEI AN Data Nascimento: 28/02/1982 Passaporte: PE0948387 País: CHINA Imigrante: LENGLENG FENG Data Nascimento: 03/07/1989 Passaporte: PE0948390 País: CHINA Imigrante: LI LIU Data Nascimento: 10/06/1989 Passaporte: PE0845380 País: CHINA Imigrante: LIANGMIN ZHENG Data Nascimento: 30/08/1984 Passaporte: PE1425784 País: CHINA Imigrante: LIHUA YANG Data Nascimento: 19/07/1973 Passaporte: PE1059030 País: CHINA; Processo: 47041004292201874 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: LINSHAN CUI Data Nascimento: 23/07/1992 Passaporte: PE1129037 País: CHINA Imigrante: LUONAN KANG Data Nascimento: 24/04/1990 Passaporte: PE0845368 País: CHINA Imigrante: MANYI SU Data Nascimento: 01/06/1988 Passaporte: PE1059035 País: CHINA Imigrante: MENGJIA WU Data Nascimento: 30/05/1988 Passaporte: PE0937892 País: CHINA Imigrante: MING ZHAO Data Nascimento: 03/10/1982 Passaporte: PE1059036 País: CHINA Imigrante: MINGGUO GAO Data Nascimento: 12/07/1972 Passaporte: PE0845408 País: CHINA; Processo: 47041004294201863 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: MINGZHAN LI Data Nascimento: 23/09/1988 Passaporte: PE0845363 País: CHINA Imigrante: NING KANG Data Nascimento: 28/11/1984 Passaporte: PE0845351 País: CHINA Imigrante: PEIFANG LI Data Nascimento: 09/01/0977 Passaporte: PE1089250 País: CHINA Imigrante: PENG HAN Data Nascimento:

03/02/1984 Passaporte: P01755718 País: CHINA Imigrante: QI WANG Data Nascimento: 03/08/1986 Passaporte: PE1089172 País: CHINA Imigrante: QIANG LYU Data Nascimento: 25/05/1979 Passaporte: PE1129054 País: CHINA; Processo: 47041004295201816 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: QIANLI YIN Data Nascimento: 07/08/1986 Passaporte: PE0578038 País: CHINA Imigrante: QINGRONG REN Data Nascimento: 18/06/1981 Passaporte: PE0845358 País: CHINA Imigrante: QIONG WU Data Nascimento: 20/05/1989 Passaporte: PE0845391 País: CHINA Imigrante: RAN XU Data Nascimento: 10/10/1987 Passaporte: PE0663859 País: CHINA Imigrante: RENJIAN ZOU Data Nascimento: 26/08/1982 Passaporte: PE0845349 País: CHINA Imigrante: RONGSHENG PAN Data Nascimento: 30/09/1970 Passaporte: PE0525466 País: CHINA; Processo: 47041004296201852 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: SHILIN SUN Data Nascimento: 13/01/1982 Passaporte: PE1059046 País: CHINA Imigrante: SHIQIANG WANG Data Nascimento: 16/04/1975 Passaporte: PE0845404 País: CHINA Imigrante: SHIYONG WU Data Nascimento: 08/09/1970 Passaporte: PE1294298 País: CHINA Imigrante: SHOUJUN GUAN Data Nascimento: 28/02/1985 Passaporte: PE1129034 País: CHINA Imigrante: SHUANG WANG Data Nascimento: 01/09/1988 Passaporte: PE0525452 País: CHINA Imigrante: SHUANGJIAN HU Data Nascimento: 01/09/1988 Passaporte: PE1129055 País: CHINA; Processo: 47041004297201805 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: SHUANGLI ZHANG Data Nascimento: 15/08/1983 Passaporte: PE1129045 País: CHINA Imigrante: SHUCHENG ZHENG Data Nascimento: 25/01/1969 Passaporte: PE0845393 País: CHINA Imigrante: SHUSEN ZHANG Data Nascimento: 09/06/1985 Passaporte: PE0845372 País: CHINA Imigrante: SHUYUAN PAN Data Nascimento: 16/02/1985 Passaporte: PE1294274 País: CHINA Imigrante: TAIPING ZHANG Data Nascimento: 09/03/1987 Passaporte: PE1177939 País: CHINA Imigrante: WANCHAO YU Data Nascimento: 15/02/1982 Passaporte: PE1177925 País: CHINA; Processo: 47041004298201841 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: WANZE FENG Data Nascimento: 19/02/1989 Passaporte: PE0525462 País: CHINA Imigrante: WEI CHU Data Nascimento: 14/11/1991 Passaporte: PE0924303 País: CHINA Imigrante: WEI DONG Data Nascimento: 04/12/1983 Passaporte: PE0772285 País: CHINA Imigrante: WEI LI Data Nascimento: 16/06/1983 Passaporte: PE0845394 País: CHINA Imigrante: WEI ZHANG Data Nascimento: 22/12/1984 Passaporte: PE0845366 País: CHINA Imigrante: WEIDONG XI Data Nascimento: 13/03/1986 Passaporte: PE0845367 País: CHINA; Processo: 47041004301201827 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 18/01/2020 Imigrante: Johannes Frederik Gotlieb Groot Enzerink Data Nascimento: 05/08/1983 Passaporte: NR0K668L5 País: HOLANDA; Processo: 47041004302201871 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: John Nikko Narisma Bulac Data Nascimento: 08/03/1997 Passaporte: P5675907A País: FILIPINAS; Processo: 47041004303201816 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/03/2019 Imigrante: Kerti Singh Data Nascimento: 20/08/1979 Passaporte: Z3970238 País: ÍNDIA; Processo: 47041004304201861 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: WEIGANG HAN Data Nascimento: 11/01/1988 Passaporte: PE0845343 País: CHINA Imigrante: WENCHAO YU Data Nascimento: 01/12/1988 Passaporte: PE1177924 País: CHINA Imigrante: WENJU GU Data Nascimento: 08/11/1979 Passaporte: PE1294273 País: CHINA Imigrante: WENYU GUO Data Nascimento: 11/07/1987 Passaporte: PE0845342 País: CHINA Imigrante: XIAOBO LIU Data Nascimento: 11/09/1976 Passaporte: PE1546853 País: CHINA Imigrante: XIAODONG LI Data Nascimento: 29/12/1982 Passaporte: PE0663853 País: CHINA; Processo: 47041004306201850 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: XIAOLONG WU Data Nascimento: 27/04/1990 Passaporte: PE0845398 País: CHINA Imigrante: XIAOWEN YU Data Nascimento: 31/10/1987 Passaporte: PE0845341 País: CHINA Imigrante: XIN YOU Data Nascimento: 03/01/1979 Passaporte: PE0845340 País: CHINA Imigrante: XINGHUA WANG Data Nascimento: 24/01/1982 Passaporte: PE1212643 País: CHINA Imigrante: XINGYU LIU Data Nascimento: 03/10/1989 Passaporte: PE0525460 País: CHINA Imigrante: XINHUI XU Data Nascimento: 16/04/1982 Passaporte: PE0525413 País: CHINA; Processo: 47041004308201849 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: ALEKSANDR GLADYSHEVSKII Data Nascimento: 12/11/1982 Passaporte: 721649096 País: RÚSSIA Imigrante: BORIS UMITBAEV Data Nascimento: 14/05/1969 Passaporte: 751662086 País: RÚSSIA Imigrante: DMITRII DRONOV Data Nascimento: 29/10/1976 Passaporte: 736416175 País: RÚSSIA Imigrante: MAKSIM POBEREZHNYI Data Nascimento: 27/02/1970 Passaporte: 757745254 País: RÚSSIA; Processo: 47041004310201818 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 01/02/2020 Imigrante: Nazrul Islam Data Nascimento: 01/01/1962 Passaporte: BK0671239 País: BANGLADESH; Processo: 47041004309201893 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 01/02/2020 Imigrante: Maksym Muraylov Data Nascimento: 20/10/1989 Passaporte: ER530394 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004311201862 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2019 Imigrante: John Olayao Libed Data Nascimento: 24/10/1974 Passaporte: P3887722A País: FILIPINAS Imigrante: Noel Alexis Sobrevega Tiangson Data Nascimento: 19/12/1980 Passaporte: EC8494324 País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039.010886/2018-63 Requerente: CIPLA BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GAURAV YESHWANT DATAY Data Nascimento: 03/07/1980 Passaporte: Z4901394 País: ÍNDIA; Processo: 47039008776201831 Requerente: CSN MINERACAO S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: DAISUKE HORI Data Nascimento: 07/02/1973 Passaporte: TR1849119 País: JAPÃO; Processo: 47039009284201863 Requerente: POJUCA S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOÃO FREIRE DOS SANTOS CORTE-REAL Data Nascimento: 02/10/1971 Passaporte: N668029 País: PORTUGAL; Processo: 47039011217201817 Requerente: KEPPEL FELS BRASIL S.A. Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: YEE KIM FOH Data Nascimento: 05/01/1966 Passaporte: H35085604 País: MALÁSIA; Processo: 47039011323201892 Requerente: PIXIDA DO BRASIL CONSULTORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ALEXANDER ERICH ZANNER Data Nascimento: 03/10/1985 Passaporte: CH1H5LP9R País: ALEMANHA; Processo: 47039011554201804 Requerente: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: SUET LIN WAN Data Nascimento: 26/07/1979 Passaporte: K04630762 País: CHINA; Processo: 47039011567201875 Requerente: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: XIAOJUN CAO Data Nascimento: 26/07/1965 Passaporte: PE1282398 País: CHINA; Processo: 47039011936201820 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MARGARETH OEVRUM Data Nascimento: 19/09/1958 Passaporte: 29180283 País: NORUEGA; Processo: 47039012042201857 Requerente: REBECCA IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS DE CABELO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Peiwen Zheng Data Nascimento: 15/03/1993 Passaporte: E06158424 País: CHINA; Processo: 47039012207201891 Requerente: KOREA TABACOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: CHONGHOON CHO Data Nascimento: 23/05/1981 Passaporte: M25318264 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039012355201813 Requerente: ROHTO DO BRASIL PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAKATA KAGAWA Data Nascimento: 10/02/1972 Passaporte: TR5204255 País: JAPÃO; Processo: 47039012516201861 Requerente: SATAKE AMERICA LATINA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKESHI ISHII Data Nascimento: 29/07/1954 Passaporte: TS0987300 País: JAPÃO; Processo: 47039012522201818 Requerente: SEIREN PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUJI KODERA Data Nascimento: 21/07/1963 Passaporte: TR3535906 País: JAPÃO; Processo: 47039012595201818 Requerente: INPEX PETROLEO SANTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KEIJI MIYAKE Data Nascimento: 19/05/1960 Passaporte: TR8610352 País: JAPÃO; Processo: 47039012631201835 Requerente: DEKRA VISTORIAS E SERVICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: GIJSBERTUS JOHANNES ZOETBROOD Data Nascimento: 04/03/1961 Passaporte: BWB46KLF2 País: HOLANDA; Processo: 47039012703201844 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: HOKWON KOO Data Nascimento: 26/08/1972 Passaporte: M77901456 País: CORÉIA DO SUL.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039009712201858 Requerente: PHILIPS CLINICAL INFORMATICS - SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHILPA NAGRAJ MASHALE Data Nascimento: 26/04/1987 Passaporte: L8003533 País: ÍNDIA; Processo: 47039009731201884 Requerente: PHILIPS CLINICAL INFORMATICS - SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROSHNI THACKER Data Nascimento: 07/09/1987 Passaporte: H7632555 País: ÍNDIA; Processo: 47039009734201818 Requerente: PHILIPS CLINICAL INFORMATICS - SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PRAVEEN CHAKRI CHINNI Data Nascimento: 19/08/1991 Passaporte: Z4187234 País: ÍNDIA; Processo: 47039011627201850 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIANA BEATRIZ CHAVES FLECHA Data Nascimento: 19/07/1987 Passaporte: N404855 País: PARAGUAI.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039007760201810 Requerente: DETRIEUX SERVICOS DE OSTEOPATIA EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: Yannick Detrieux Data Nascimento: 13/09/1964 Passaporte: 11AK72136 País: FRANÇA; Processo: 47039011663201813 Requerente: GAUDIR COMERCIO DE ALIMENTOS, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CARLES MONSÓ LAMARCA Data Nascimento: 06/10/1955 Passaporte: XDC894550 País: ESPANHA; Processo: 47039011800201810 Requerente: COSTA INCORPORADORA E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO GIOBERTI Data Nascimento: 08/05/1987 Passaporte: YA7957938 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 16 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041004434201801 Requerente: ASSOCIACAO DESPORTIVA BRUMADINHO TEMPLARS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DARRYL RASHAD GAMBLE Data Nascimento: 17/11/1987 Passaporte: 509297149 País: EUA.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039004694201818 Requerente: DELAGE CONSULTORIA & SISTEMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALEJANDRO MUSTELIER MENES Data Nascimento: 25/03/1988 Passaporte: I196990 País: CUBA Mãe: ANA MARIA MENES DURAN Pai: MIGUEL ANTONIO MUSTELIER VILTRES; Processo: 47039006878201812 Requerente: EFM AMERICA LATINA CONSULTORIAS E GESTOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CRISTINA FILIPA TEIXEIRA DA CAL Data Nascimento: 03/07/1984 Passaporte: N980448 País: PORTUGAL Mãe: Isabel Pinto Teixeira Cal Pai: Ernesto Rodrigues da Cal; Processo: 47039007556201891 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YINCHENG BAI Data Nascimento: 19/08/1960 Passaporte: E93163132 País: CHINA Mãe: SHANE SUN Pai: XIECHANG BAI; Processo: 47039007560201859 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHAODE WAN Data Nascimento: 29/05/1970 Passaporte: G35036682 País: CHINA Mãe: ZILAN CHEN Pai: JIPU WAN; Processo: 47039007561201801 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUNLIANG XU Data Nascimento: 02/04/1989 Passaporte: E86782639 País: CHINA Mãe: HUANMEI YAN Pai: QICHUN XU; Processo: 47039007746201816 Requerente: SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GUILLEMETTE HONORINE MARIE JOUBERT Data Nascimento: 25/05/1990 Passaporte: 10CL34390 País: FRANÇA Mãe: PASCALE MARIE GACHOT Pai: BERTRAND FRANCOIS PAUL MARIE JOSEPH JOUBERT; Processo: 47039007815201883 Requerente: GREENPEACE BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PABLO JOSE CARRIZALEZ NAVA Data Nascimento: 20/02/1988 Passaporte: 141161268 País: VENEZUELA Mãe: NEUDI NAVAS NIEVES Pai: NESTOR JOSE CARRIZALEZ NAVA; Processo: 47039008297201815 Requerente: ERNST & YOUNG ASSESSORIA REQUERENTERIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GIUSEPPE ROCCO GRIMALDI Data Nascimento: 14/04/1974 Passaporte: YA5019914 País: ITÁLIA Mãe: MARIA DALENO Pai: LUIGI GRIMALDI; Processo: 47039008990201898 Requerente: QUINTAL ESTELITA EP COMERCIO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUSTINA CEBATAVICIUTE Data Nascimento: 22/02/1990 Passaporte: 23967258 País: LITUÂNIA Mãe: ILONA CEBATAVICIENE Pai: VIDAS CEBATAVICIUS; Processo: 47039009118201867 Requerente: MAXX CLEAN LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE MANUEL FERREIRA PEREIRA Data Nascimento: 21/08/1963 Passaporte: 9131813 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ANGELA FERREIRA BERNARDES Pai: Não informado; Processo: 47039010037201818 Requerente: WAY BRASIL ENSINO AMERICANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHADWICK ALAN FETTERS Data Nascimento: 21/11/1981 Passaporte: 489612617 País: EUA Mãe: JENNIFER BUSH Pai: ROBERT FETTERS; Processo: 47039010943201812 Requerente: ASSUKAR DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Maria Luisa Espinoza Torres Data Nascimento: 21/08/1987 Passaporte: G12650556 País: MÉXICO Mãe: Maria Elena Torres Gaytan Pai: Luis Carlos Espinoza Vazquez; Processo: 47039010948201837 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JINGXIAN HE Data Nascimento: 05/06/1985 Passaporte: E60827615 País: CHINA Mãe: XIANGCHUN SUN Pai: ZHAOSEN HE; Processo: 47039011014201812 Requerente: LUCAS DANIEL OLIVEIRA ASSIS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AJEET BHAGWANDAS JHAMNANI Data Nascimento: 05/07/1975 Passaporte: Z4206367 País: ÍNDIA Mãe: SITA BHAGWANDAS JHAMNANI Pai: BHAGWANDAS KESHARAM JHAMNANI; Processo: 47039011234201846 Requerente: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Venancio Callejas Viciana Data Nascimento: 05/06/1965 Passaporte: PAC560687 País: ESPANHA Mãe: Ana Viciana Vera Pai: Venancio Callejas Ramirez; Processo: 47039011258201803 Requerente: INSTITUTO EDUCACIONAL SOKA DO BRASIL - IESB Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SCOTT JAMES BOWER Data Nascimento: 15/04/1993 Passaporte: 484486228 País: EUA Mãe: BETH CHONG BOON BOWER Pai: DAVID LAWRENCE BOWER; Processo: 47039011474201841 Requerente: KEYRUS BRASIL SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: EMMA HIEU MARIE ELISABETH HOANG Data Nascimento: 08/05/1988 Passaporte: EP695795 País: BÉLGICA Mãe: VERONIQUE MARIE MARGUERITE DEWEZ Pai: DUNG HOANG; Processo: 47039011628201802 Requerente: QUINTA DO RIO ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Nuno Frederico Rocha Martins Data Nascimento: 04/09/1978 Passaporte: P743794 País: PORTUGAL Mãe: Maria Elvira Nogueira Rocha Martins Pai: António Frederico Martins; Processo: 47039011798201889 Requerente: BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHENG SUN Data Nascimento: 17/04/1982 Passaporte: PE1206928 País: CHINA Mãe: QIUSHA LIU Pai: CHAO SUN; Processo: 47039011832201815 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Qijian Sun Data Nascimento: 15/04/1982 Passaporte: E43229264 País: CHINA Mãe: LIANE DU Pai: ZHONGMING SUN; Processo: 47039011835201859 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHENGLAI CAO Data Nascimento: 04/03/1980 Passaporte:

E12154051 País: CHINA Mãe: GUILAN YAN Pai: GUANGCAI CAO; Processo: 47039011850201805 Requerente: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CATARINA ISABEL SIMÕES CRAVEIRO Data Nascimento: 02/03/1981 Passaporte: N631463 País: PORTUGAL Mãe: GRAÇA MARIA SALGADO LOPES SIMÕES CRAVEIRO Pai: EVARISTO MATIAS GIRÃO CRAVEIRO; Processo: 47039011853201831 Requerente: HINGE TECH FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, MONTAGEM, REPARACAO E MANUTENCAO DE GUINDASTES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MUN JOO KIM Data Nascimento: 30/12/1979 Passaporte: M67054161 País: CORÉIA DO SUL Mãe: HYANG SUN KIM Pai: DAE GU KIM; Processo: 47039011864201811 Requerente: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LARS IDELER Data Nascimento: 30/11/1980 Passaporte: C4CW1ZWVR País: ALEMANHA Mãe: DAGMAR IDELER Pai: JOACHIM VOLLRATH IDELER; Processo: 47039011876201845 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gavin Christopher Hornbuckle Data Nascimento: 27/09/1968 Passaporte: 465013877 País: EUA Mãe: Jean Ludwig Fenchel Pai: Glen Conrad Hornbuckle; Processo: 47039011912201871 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TIANSHUI LIN Data Nascimento: 11/09/1987 Passaporte: E31919629 País: CHINA Mãe: XINJIAO XU Pai: MUQIU LIN; Processo: 47039011913201815 Requerente: XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YUN LIU Data Nascimento: 01/09/1974 Passaporte: PE0820354 País: CHINA Mãe: WENYING GAO Pai: SHAOJUN LIU; Processo: 47039011985201862 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SREEJITH MULLAZHIPARA Data Nascimento: 30/05/1988 Passaporte: H6111002 País: ÍNDIA Mãe: Vanaja Pai: Sreeraman; Processo: 47039011995201806 Requerente: QCONSULTING SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDRÉ FRANÇOIS PIERRE ANSALDI Data Nascimento: 19/06/1988 Passaporte: 11AV98091 País: FRANÇA Mãe: DOMINIQUE PATRICIA THÉRÈSE AUBOURG Pai: ALAIN ANSALDI; Processo: 47039012089201811 Requerente: PANTOS DO BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SOMIN JI Data Nascimento: 19/05/1989 Passaporte: M4 7.479.556 País: CORÉIA DO SUL Mãe: AI RAN LEE Pai: SANG JIN JEE; Processo: 47039012096201812 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Keiji Isa Data Nascimento: 12/04/1965 Passaporte: TK0131933 País: JAPÃO Mãe: Mitsuko Isa Pai: Tadao Isa; Processo: 47039012137201871 Requerente: TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bruno Miguel Damas Bernardino Data Nascimento: 06/04/1977 Passaporte: P276326 País: PORTUGAL Mãe: Maria Isabel dos Santos Damas Bernardino Pai: João Bernardino; Processo: 47039012177201812 Requerente: ITF CHEMICAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Domenico Gurrado Data Nascimento: 08/01/1971 Passaporte: YA8398167 País: ITÁLIA Mãe: Marianna Boffilo Pai: Giovanni Gurrado; Processo: 47039012185201869 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AITOR JAUREGUI HERCE Data Nascimento: 14/03/1989 Passaporte: AAI389684 País: ESPANHA Mãe: MARIA BELEN HERCE ESPINA Pai: GENARO JAUREGUI ALDASORO.

Residência - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039009855201860 Requerente: ATLANTIS BRASIL PERFURACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BOTHATA ALFRED MAQALA Data Nascimento: 08/08/1984 Passaporte: A05897973 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039009860201872 Requerente: ATLANTIS BRASIL PERFURACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WAYNE GROENEWALD Data Nascimento: 17/11/1974 Passaporte: A05898125 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003089201881 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/10/2018 Imigrante: Jan Tantala Data Nascimento: 06/11/1961 Passaporte: AU9639050 País: POLÔNIA; Processo: 47041003091201850 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/10/2018 Imigrante: Stefan Rosu Data Nascimento: 01/05/1966 Passaporte: 053776203 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003090201813 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/10/2018 Imigrante: Laurentiu Mihai Sabangeanu Data Nascimento: 12/04/1989 Passaporte: 053338611 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003124201861 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/09/2018 Imigrante: Rodrigo Jr Junio Mangabay Data Nascimento: 19/09/1978 Passaporte: EC7248258 País: FILIPINAS; Processo: 47041003193201875 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mohammed Tayeb Quettawala Data Nascimento: 07/06/1981 Passaporte: Z3101016 País: ÍNDIA; Processo: 47041003402201881 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Brian Bernard Davidson Data Nascimento: 31/08/1972 Passaporte: LT1151752 País: IRLANDA; Processo: 47041003799201819 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/11/2018 Imigrante: Sokratis Nikolaou Data Nascimento: 08/08/1966 Passaporte: AN1310561 País: GRÉCIA; Processo: 47041003852201873 Requerente: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: até 25/12/2019 Imigrante: Dariusz Józef Labiak Data Nascimento: 23/02/1961 Passaporte: EH4699966 País: POLÔNIA; Processo: 47041004165201875 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HJALMAR EMANUEL FLEMK Data Nascimento: 22/10/1980 Passaporte: 91024989 País: SUÉCIA; Processo: 47041004352201859 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2019 Imigrante: Karl Whestley Miclat Balatbat Data Nascimento: 20/01/1994 Passaporte: P2422072A País: FILIPINAS; Processo: 47041004398201878 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 27/09/2020 Imigrante: Arockia Micheal Siluvai Michael Data Nascimento: 10/05/1974 Passaporte: Z2133628 País: ÍNDIA; Processo: 47041004402201806 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Graeme Harry Wileman Data Nascimento: 23/02/1970 Passaporte: A05343385 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041004411201899 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: ARIE LAWRENCE MEIJER Data Nascimento: 17/08/1977 Passaporte: NS88K8CK1 País: HOLANDA; Processo: 47041004418201819 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Robbert Quaak Data Nascimento: 29/07/1972 Passaporte: NR6LP4897 País: HOLANDA; Processo: 47041004558201889 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: até 14/08/2020 Imigrante: HUNG TIEN NGUYEN Data Nascimento: 05/10/1958 Passaporte: 548644049 País: EUA; Processo: 47041004586201804 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jacobus Gideon Coetzee Data Nascimento: 21/02/1980 Passaporte: M00172040 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041004587201841 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/08/2020 Imigrante: Michael Vinoth Stephen Data Nascimento: 03/04/1978 Passaporte: Z2656358 País: ÍNDIA.

Residência - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039009977201856 Requerente: DRYLOCK TECHNOLOGIES PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alvaro Alcubilla Marquez Data Nascimento: 05/12/1965 Passaporte: PAG379807 País: ESPANHA; Processo: 47039011415201872 Requerente: JCB INTERNATIONAL DO BRASIL ADMINISTRADORA DE CARTOES DE PAGAMENTO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAYASU OKADA Data Nascimento: 17/01/1980 Passaporte: TK8963631 País: JAPÃO; Processo: 47039011652201833 Requerente: INDORAMA VENTURES POLIMEROS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANJEEV KUMAR VERMA Data Nascimento: 17/06/1979 Passaporte: R8330350 País: ÍNDIA; Processo: 47039011689201861 Requerente: QUI! BUSINESS BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: STEFANO FILIPPONE Data Nascimento: 23/07/1985 Passaporte: YA8181008 País: ITÁLIA; Processo: 47039011786201854 Requerente: MAGNETI MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FABRIZIO RIGHETTI Data Nascimento: 15/07/1959 Passaporte: YA7123019 País: ITÁLIA; Processo: 47039012245201843 Requerente: GLOBE CHEMICALS DO BRASIL REPRESENTACAO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JAN PHILIPP REISSMANN Data Nascimento: 27/09/1985 Passaporte: C1TYXX8HL País: ALEMANHA; Processo: 47039012351201827 Requerente: ZENSHO DO BRASIL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YOSHIAKI FUJIWARA Data Nascimento: 15/10/1981 Passaporte: TK7429666 País: JAPÃO; Processo: 47039012358201849 Requerente: ROHTO DO BRASIL PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YASURO TANIYAMA Data Nascimento: 23/06/1947 Passaporte: TZ0729762 País: JAPÃO.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039004304201818 Requerente: VECO BR - COMERCIO INDUSTRIA EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PARQUES INFANTIS E MOBILIARIOS URBANOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PEDRO DAVID VIRGÍLIO SANTIAGO Data Nascimento: 08/04/1985 Passaporte: N858980 País: PORTUGAL; Processo: 47039012293201831 Requerente: TESCO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CHAOGUO NI Data Nascimento: 07/04/1973 Passaporte: EB0574372 País: CHINA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041003553201839 Instituição: ASSOCIACAO EDUCACIONAL LECRISTO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ELIZABETH MONTOYA ORTIZ Data Nascimento: 16/02/1967 Passaporte: AR586450 País: COLÔMBIA; Processo: 47041003897201848 Instituição: CONGREGACAO RELIGIOSAS PIAS DISCIPULAS DO DIVINO MESTRE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sara Bonaccini Data Nascimento: 04/02/1983 Passaporte: YA6017287 País: ITÁLIA; Processo: 47041004147201893 Instituição: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE SAO FRANCISCO DE SALES Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Nixon Jean Data Nascimento: 07/03/1987 Passaporte: PP3416048 País: REPÚBLICA DO HAITI; Processo: 47041004149201882 Instituição: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE SAO FRANCISCO DE SALES Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WILLIO SAINVIL Data Nascimento: 22/03/1986 Passaporte: BR4252907 País: REPÚBLICA DO HAITI; Processo: 47041004151201851 Instituição: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE SAO FRANCISCO DE SALES Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Claudener Sainvil Data Nascimento: 28/10/1974 Passaporte: PP3419833 País: REPÚBLICA DO HAITI; Processo: 47041004363201839 Instituição: SOCIEDADE BENEFICENTE DOS MISSIONARIOS DE N.S.DA AFRICA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HADO MATHIEU OUEDRAOGO Data Nascimento: 14/04/1991 Passaporte: A2286319 País: BURKINA FASSO; Processo: 47041004365201828 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ryan kirk olsen Data Nascimento: 20/01/2000 Passaporte: 539714340 País: EUA; Processo: 47041004410201844 Instituição: MISSAO BATISTA DO SUL DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AARON JUSTIN STORMER Data Nascimento: 11/01/1981 Passaporte: 506440262 País: EUA; Processo: 47041004437201837 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: gladys mariana aguirre gallego Data Nascimento: 21/06/1998 Passaporte: G24570713 País: MÉXICO; Processo: 47041004442201840 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANDRA LIZET AVILA HERNANDEZ Data Nascimento: 08/08/1998 Passaporte: G25086228 País: MÉXICO; Processo: 47041004518201837 Instituição: PROVINCIA DOS MISSIONARIOS COMBONIANOS DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID ODUOR OCHIENG Data Nascimento: 03/07/1991 Passaporte: A2324758 País: QUÊNIA; Processo: 47041004527201828 Instituição: RICHARD ALFONSO GOMEZ OCON Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Thomas Marie Xavier Guist'hau Data Nascimento: 25/06/1977 Passaporte: 16FV15816 País: FRANÇA.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041003345201830 Requerente: JOVENS COM UMA MISSAO - CAMARAGIBE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LIAINA AIGAMAUA Data Nascimento: 19/01/1993 Passaporte: T270652 País: SAMOA OCIDENTAL; Processo: 47041003761201838 Requerente: COMUNIDADE HORIZONTE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HANNAH DAWN CRAWFORD Data Nascimento: 27/07/1993 Passaporte: 500898327 País: EUA.

Residência - RN 17 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041004155201830 Requerente: ROCCO VINCENZO COTRONEO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROCCO VINCENZO COTRONEO Data Nascimento: 01/04/1960 Passaporte: YA6390835 País: ITÁLIA.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JULIAN JOSE NEBREDA MARQUEZ exercer concomitantemente o cargo de Conselheiro de Administração na Requerente AES TIETE ENERGIA S.A., Processo: 47039.006460/2018-13, anteriormente autorizado através do Processo : 47039.004360/2016-82.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LAURENT PIERRE JEAN FRANÇOIS JUMELLE exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Requerente ODONTO REQUERENTES CONVÊNIOS DENTARIOS LTDA., Processo: 47039.010932/2018-24, anteriormente autorizado através do Processo : 47039.008451/2017-78.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JUAN RODOLFO MARQUEZ BLYDE exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Requerente NOVAFORMA DISTRIBUIDORA DE FIBERGLAS LTDA., Processo: 47039.011009/2018-18, anteriormente autorizado através do Processo : 47039.009448/2018-52.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JUAN RODOLFO MARQUEZ BLYDE exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Requerente O-TEK SERVICOS BRASIL LTDA., Processo: 47039.011772/2018-31, anteriormente autorizado através do Processo : 47039.009448/2018-52.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JUAN RODOLFO MARQUEZ BLYDE exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Requerente O-TEK TUBOS BRASIL LTDA.. Processo: 47039.011773/2018-85, anteriormente autorizado através do Processo : 47039.009448/2018-52.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039010770201824 Requerente: EMUSA DO BRASIL-INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIGUEL ANGEL LAVADO MORE Passaporte: 117144191; Processo: 47039010359201859 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FEIFEI XU Passaporte: G 55184074; Processo: 47039011498201808 Requerente: POWER SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS DE AUTOMACAO E POTENCIA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Pedro Nuno Carvalho da Silva Passaporte: P685477; Processo: 47039010546201832 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE LUIS RANGEL ZAVALA Passaporte: 488805245; Processo: 47041004575201816 Requerente: MARIA ASSUNTA LONGO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LONGO MARIA ASSUNTA Passaporte: YB1748370; Processo: 47041003521201833 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARCIN TOMASZ RUTKOWSKI Passaporte: EF3333803; Processo: 47039005071201862 Requerente: KWEWATUDILA KIANDU JIGAINS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KWEWATUDILA KIANDU JIGAINS Passaporte: 2213548; Processo: 47039008390201820 Requerente: VALTER ROUX COMERCIO DE REVISTAS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANTONIO LA ROCCA Passaporte: YA7686274; Processo: 47039008762201818 Requerente: EXITO'X CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRACAO LTDA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIE CARINE N'VELIN Passaporte: B0547148; Processo: 47039004811201843 Requerente: RICE ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DAVID PAUL RICE Passaporte: 458072461; Processo: 47039004813201832 Requerente: RICE ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GLENDA ANN RICE Passaporte: 462329097; Processo: 47039008984201831 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: até 21/07/2019 Imigrante: IOAN HOMEI Passaporte: 054721971; Processo: 47041003611201824 Requerente: PROVINCIA SANTISSIMA TRINDADE DAS IRMAS DA DIVINA PROVIDENCIA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARGARETT STELLA MABVUTO Passaporte: MA040369; Processo: 47041003702201860 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Heidi Bonkemeyer Passaporte: 554064296; Processo: 47041003703201812 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: cameron eric vail Passaporte: 565250800.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 103 de 30/05/2018, Seção 1, p. 110, Processo: 47039.005928/2018-44, onde se lê: Data Nascimento: 10/11/1984, leia-se: Data Nascimento: 10/09/1984.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 121 de 26/06/2018, Seção 1, p. 54, Processo: 47039.007793/2018-51, onde se lê: Data Nascimento: 13/12/1969, leia-se: Data Nascimento: 31/12/1969.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Em cumprimento a Decisão Judicial, Processo 0000045-47.2017.5.10.0020, procedente da 20ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10° Região, o Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 670/2018/CGRS/SRT/MTb resolve, nos termos do Art. 27, I da Portaria 326/2013, ARQUIVAR o processo de pedido de Registro Sindical 46223.003539/2015-91, de interesse do Sindicato dos Práticos dos Estado do Maranhão, CNPJ 21.552.486/0001-40.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA
Secretário

Ministério dos Di reitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 287, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a inclusão da Assessoria Especial de Controle Interno no Comitê de Convênios e Contratos Administrativos no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, o Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017, e o disposto na Portaria MDH nº 210, de 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º A Assessoria Especial de Controle Interno passa a integrar o Comitê de Convênios e Contratos Administrativos, instituído por meio da Portaria MDH nº 210, de 29 de maio de 2018.

Art. 2º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelo dirigente da Assessoria Especial de Controle Interno no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

PORTARIA Nº 288, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos para a assinatura de Termo de Compromisso com sociedades empresárias no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos - PPDDH.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, Constituição Federal, e tendo em vista o Decreto n. 8.724, de 27 de abril de 2016, que institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) e considerando os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em 2011, resolve:

Art. 1º A Secretaria Nacional de Cidadania, de ofício ou por solicitação do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, poderá contatar diretamente e estabelecer tratativas com as sociedades empresárias mencionadas como possíveis ofensoras de direitos humanos no âmbito do Programa.

Art. 2º A decisão de implementar a hipótese do artigo anterior deverá considerar o porte da sociedade e as circunstâncias narradas, como indicativos da conveniência e oportunidade das tratativas, a fim de preservar a identidade e incolumidade dos denunciantes.

Art. 3º As tratativas com as sociedades empresárias buscarão a prevenção e a imediata cessação de condutas ou práticas potencialmente lesivas a direitos humanos, devendo as mesmas serem registradas em cadastro próprio e serão implementadas por meio de:

I - contato telefônico;

II - correspondência eletrônica;

III - reuniões presenciais; e

IV - assinatura de Termo de Compromisso.

Parágrafo único. As reuniões presenciais contarão com a participação de representantes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, da Consultoria Jurídica, da Assessoria Especial do Ministro de Estado e da respectiva área temática do Ministério dos Direitos Humanos com atribuições na respectiva matéria objeto da denúncia em composição.

Art. 4º O entendimento entre a sociedade empresária e o Ministério dos Direitos Humanos deverá ser veiculado em Termo de Compromisso, a ser assinado pelos representantes legais da sociedade e pelo Ministro de Estado.

§ 1º O Termo de Compromisso veiculará uma descrição sucinta das condutas potencialmente ofensivas atribuídas a colaboradores, empregados ou pessoas vinculadas à sociedade empresária.

§ 2º O Termo de Compromisso mencionará as medidas acordadas com a sociedade empresária necessárias à imediata cessação de práticas ofensivas aos Direitos Humanos, que poderão consistir, de forma isolada ou cumulativa, na obrigação de:

I - implementar atividades educativas em Direitos Humanos para seus funcionários, em especial para o setor imediatamente relacionado à denúncia;

II - emitir comunicado com ampla divulgação interna desautorizando colaboradores a adotarem as práticas ora reprovadas, sob pena de sanções internas;

III - o representante máximo da empresa na localidade deverá estabelecer diálogo com representantes da comunidade, informando desautorizar as condutas ofensivas e oferecendo contato direto para eventuais descumprimentos;

IV - orientar os colaboradores, empregados ou pessoas vinculadas à sociedade empresária a adotarem postura respeitosa, amistosa, de observância aos Direitos Humanos, em especial ao direito de reunião e ao direito de locomoção;

V - instituir mecanismos de escuta e denúncia de nível operacional (acessíveis a colaboradores, fornecedores, parceiros e comunidade entorno), promovendo ampla divulgação corporativa e no território de atuação;

VI - promover ampla divulgação, tanto corporativa quanto no território de atuação, dos canais públicos de denúncias de violação de direitos humanos (Disque 100, Ligue 180 e aplicativo Proteja Brasil);

VI - produzir, publicar e manter atualizado, com destaque, em todas as intranets da empresa, na língua local, Código de Conduta contendo descrição detalhada das condutas recomendadas e vedadas no relacionamento com a sociedade civil;

VII - constituir autoridade para fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta e aplicar advertência ou censura ética;

VIII - adotar política/programa de Direitos Humanos e integrá-los em todas as áreas da empresa;

IX - promover ações de valorização do trabalho de defensores de Direitos Humanos, tais como pronunciamentos públicos ou cartas de declaração de respeito aos Direitos Humanos e à atuação de defensores de direitos; e/ou

X - realizar auditorias (due diligence) em matéria de Direitos Humanos, aferindo o impacto real e potencial de suas atividades, prestando contas sobre tais impactos por meio, por exemplo, de publicação de relatórios.

Art. 5º O cumprimento das medidas previstas no parágrafo 2º do artigo anterior será acompanhado diretamente pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, com o apoio da Secretaria Nacional de Cidadania, quando couber.

§ 1º A Ouvidoria submeterá opinião técnica acerca do cumprimento das medidas ao Ministro de Estado.

§ 2º A Ouvidoria informará ao Conselho Deliberativo do Programa sobre o cumprimento das medidas pactuadas.

§ 3º Cabe ao Conselho avaliar os riscos e as medidas protetivas nos casos concretos sob sua atribuição.

Art. 6º A recusa da sociedade empresária à pactuação do Termo de Compromisso poderá sujeitar a sociedade empresária:

I - às punições já previstas em normas protetivas de Direitos Humanos, sem prejuízo da intensificação de ações protetivas previstas no âmbito do Programa;

II - à notificação formal do Ministério dos Direitos Humanos à sede da empresa e à respectiva embaixada, quando se tratar de empresa transnacional, da ofensas denunciadas no âmbito do Programa;

III - à notificação formal do Ministério dos Direitos Humanos a instituições financeiras oficiais ou de fomento, para aplicação de políticas internas de concessão e renovação de crédito;

IV - à vedação de acesso a quaisquer parcerias, premiações, programas de reconhecimento como "empresa amiga" dos Direitos Humanos no âmbito do MDH;

V - a exclusão ou revogação de parcerias, premiações, programas de reconhecimento e títulos semelhantes, caso a sociedade já os tenha obtido.

Parágrafo único. O descumprimento das medidas reparatórias pactuadas poderá sujeitar a sociedade empresária a indenizar o Estado nos custos para o acompanhamento do cumprimento do Termo de Compromisso, bem como para a proteção dos defensores de direitos humanos que atuam no território respectivo.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em sua data de publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

PORTARIA Nº 289, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Instituir, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, o Comitê Empresas e Direitos Humanos - CEDH.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, Constituição Federal, e a Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, o Comitê Empresas e Direitos Humanos - CEDH.

Art. 2º São finalidades do Comitê:

I - buscar meios de implementação dos princípios orientadores da Organização das Nações Unidas (ONU) referentes às empresas e negócios jurídicos;

II - propor parâmetros comuns aplicáveis à atuação das empresas privadas, empresas de economia mista ou empresas estatais, no que pertine o respeito aos direitos humanos;

III - analisar as questões apontadas pela sociedade civil, pelos centros de pesquisa, pelos órgãos de controle, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, e propor encaminhamentos;

IV- solicitar informações, bem como monitorar ações de empresas, no pertinente aos direitos humanos;

V- estimular que as empresas privadas comuniquem e reportem suas ações estratégicas para o pleno respeito dos direitos humanos e indiquem os impactos de suas atuações;

VI - realizar diagnósticos e elaborar estudos sobre a temática;

VII- fazer propostas de atos normativos ou de ações específicas sobre o tema;

IX- articular ações intersetoriais, interistitucionais e interfederativas para o fortalecimento do respeito dos direitos humanos pelas empresas.

X- apresentar relatórios de suas atividades e avanços.

Art. 3º O Comitê será composto por representante dos seguintes setores e unidades do Ministério:

I - Secretaria Executiva;

II - Secretaria Nacional de Cidadania;

III - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

IV - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

V - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;

VI -Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;

VIII - Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; e

IX - Consultoria Jurídica.

§ 1º A coordenação do Comitê ficará sob a responsabilidade da Consultoria Jurídica.

§ 2° O representante será indicado pelo dirigente do respectivo setor ou unidade.

§ 3º O Comitê poderá convidar qualquer servidor do Ministério, bem como profissionais, pesquisadores, órgãos ou associações do setor público ou privado que atuem em atividades relacionadas à temática objeto de sua finalidade, quando entender necessário para o pleno alcance dos seus objetivos.

Art. 4º A Secretaria Executiva e a Secretaria Nacional de Cidadania prestarão apoio técnico e administrativo para a execução das atividades do Comitê.

Art. 5° As reuniões presenciais ocorrerão bimestralmente, ou extraordinariamente, sempre por convocação do Coordenador.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 475, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Subsecretário de Assuntos Administrativos, a competência para designação de representantes para compor a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAAD, criada pelo art. 36 da Portaria GM/MT nº145, de 22 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2011, Seção I, páginas 110 a 118.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 2.461, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso XII, da Portaria nº 1.751/SIA, de 06 de julho de 2015, alterada pela Portaria nº 1.944, de 22 de junho de 2018, com fundamento nos arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00065.094578/2015-59, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Senador Petrônio Portella/Teresina, PI (SBTE), apresentadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBTE, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161), Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.467, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso XII, da Portaria nº 1.751/SIA, de 06 de julho de 2015, alterada pela Portaria nº 1.944, de 22 de junho de 2018, com fundamento nos arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00058.008455/2018-45, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Brigadeiro Protásio de Oliveira / Belém, PA (SBJC), apresentadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBJC, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161), Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.468, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso XII, da Portaria nº 1.751/SIA, de 06 de julho de 2015, alterada pela Portaria nº 1.944, de 22 de junho de 2018, com fundamento nos arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00065.506544/2016-00, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Carlos Prates / Belo Horizonte, MG (SBPR), apresentadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBPR, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161), Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA-GERAL DE OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO

GERÊNCIA TÉCNICA DE ARTIGOS PERIGOSOS

PORTARIA Nº 2.463, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE ARTIGOS PERIGOSOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.2.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Seção 175.29 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175) e na Instrução Suplementar nº 175-002 (IS nº 175-002), e considerando o que consta do processo nº 00065.010854/2018-87, resolve :

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento como entidade de ensino de artigos perigosos da AIRPORT SERVICE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA, CNPJ nº 18.985.999/0001-30, com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Parágrafo único. As categorias homologadas e os instrutores credenciados para ministrar os cursos de artigos perigosos em nome da entidade de ensino estão especificados no respectivo Certificado de Credenciamentos e Homologações de Entidade de Ensino - CHE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO MACEDO RODRIGUES CASCARDO

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 2.471, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo o art. 32, inciso XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº. 00066.018337/2018-46, resolve:

Art. 1º Alocar, nos termos dos entendimentos em vigor, 2 (duas) frequências semanais para a empresa TAM Linhas Aéreas S.A., para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e a África do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

PORTARIA Nº 2.473, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.019606/2018-91, resolve:

Art. 1º Alocar, nos termos dos entendimentos em vigor, 06 (seis) frequências semanais para a empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.273, DE 11 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000446/2015-12 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa CRUZ TAVARES TRANSPORTADORA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.730.556/0001-97, domiciliada na Rodovia Transamazônica, km 02, nº 50, Andar 1, Sala A, Florestinha - Itaituba/PA, em consonância com o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.278, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004632/2017-92 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Convalidar o Auto de Infração nº 2751-0, lavrado em 21/07/2017 pela Unidade Regional de Porto Velho - UREPV, desta Agência, relativamente à infração descrita no Fato Infracional nº 01 e anular a infração descrita no Fato Infracional nº 02,

Art. 2º declarar subsistente o Auto de Infração nº 2751-0, ante a constatação de autoria e materialidade das infrações tipificadas nos incisos XXIII e XXXIII do art. 20 da Resolução nº 912-ANTAQ.

Art. 3º Aplicar a penalidade de advertência, na forma do inciso I do art. 78-A da Lei nº 10.233, de 2001, à empresa LAIRANA & CARVAJAL - NAVEGAÇÃO E TURISMO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.701.445/0001-00, pela prática da infração capitulada no inciso XXIII do art. 20 da Resolução nº 912-ANTAQ, descrita no Fato nº 01.

Art. 4º Aplicar a penalidade de multa pecuniária à empresa LAIRANA & CARVAJAL - NAVEGAÇÃO E TURISMO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.701.445/0001-00, na forma do inciso II do art. 78-A da Lei nº 10.233, de 2001, no valor de R$ 612,50 (seiscentos e doze reais e cinquenta centavos), pela prática da infração capitulada inciso XXXIII do art. 20 da Resolução nº 912-ANTAQ, descrita no Fato nº 03.

Art. 5º Afastar a aplicação da penalidade de cassação da outorga, ante à ausência da prévia e necessária intimação da empresa autuada para exercer seu direito ao contraditório e ampla defesa.

Art. 6º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.279, DE 11 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006327/2018-16 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa ZPORT APOIO PORTUÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.567.030/0001-54, com sede na Rua Roberto A. H. Robaina, nº 180, Sala 5, Rocio Grande - São Francisco do Sul/SC, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de Apoio Marítimo, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.565-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.280, DE 11 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.005701/2018-66 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor do microempreendedor individual JOSÉ CARLOS PEREIRA DE VASCONCELOS 46171339253, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.069.413/0001-04, domiciliado na Av. Marechal Rondon, nº 109, Centro - Rodrigues Alves/AC, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros e veículos na navegação interior de travessia, sobre o Rio Juruá, em diretriz da Rodovia Federal BR-364, entre Cruzeiro do Sul/AC e Rodrigues Alves/AC, na forma e condições estabelecidas no Termo de Autorização nº 1.566-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.281, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002397/2017-14 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro de instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa G. C. RODRIGUES - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº

02.987.718/0001-49, com sede na Av. Bernardo Sayão, nº 3704, Condor - Belém/PA, em consonância com o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Determinar à empresa G. C. RODRIGUES - EPP a realização das adequações necessárias ao atendimento das condições operacionais básicas, em cronograma a ser firmado com a Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.282, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004796/2018-09 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da Microempreendedora Individual - MEI, REGINA COSTA SILVEIRA 77411471372, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.877.356/0001-90, domiciliada na Rua Principal, s/nº, Ilha das Canárias - Araioses/MA, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica Nordeste Ocidental, sobre o Rio Parnaíba, entre os municípios de Araioses/MA (localidade Ilha das Canárias) e Ilha Grande/PI (localidade Porto dos Tatus), na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.567-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.283, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008125/2018-17 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa TAXIBOAT.SANTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.048.076/0001-39, domiciliada na Av. Dr. Bernardino de Campos, nº 297, apto. 24 - Santos/SP, de que trata o Termo de Autorização nº 1.179-ANTAQ e a Resolução nº 4.053-ANTAQ, ambos de 17/04/2015, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções oriundas de irregularidades praticadas durante a vigência da autorização, neste caso, a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.284, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008804/2018-88 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa VISION SHOW LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.615.051/0001-00, com sede na Rua Alexsandro Virgílio Raupp, nº 370, Areias - Paulo Lopes/SC, de que trata o Termo de Autorização nº 830-ANTAQ e a Resolução nº 2.393-ANTAQ, ambos de 16/02/2012, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções oriundas de irregularidades praticadas durante a vigência da autorização, neste caso, a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º declarar que eventual operação de navegação aquaviária desprovida de outorga de autorização estará sujeita a sanções, assegurado o devido processo legal, ficando a cargo da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, a instauração de processo fiscalizatório para apurar se a operação de apoio à realização de obras de engenharia civil deve ser classificada como atividade passível de outorga.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.286, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010258/2018-45 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter especial, a empresa Porto Sudeste do Brasil S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.310.839/0001-38, com sede à Rua Félix Lopes Coelho, nº 222, Ilha da Madeira - Itaguaí/RJ, a realizar operação, em regime spot, de descarga de barrilha densa natural (granel sólido), em fluxo de importação, com previsão de chegada de 1 (um) navio teste previsto para o dia 05/10/2018, no Terminal de Uso Privado - TUP de sua titularidade, objeto do Contrato de Adesão nº 52/2014-ANTAQ, nos termos do que dispõe o art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa requerente do atendimento às exigências junto à Receita Federal do Brasil - RFB, assim como aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, o acompanhamento da operação ora autorizada.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.287, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010930/2017-11 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Extinguir o Processo Administrativo nº 50300.010930/2017-11, por perda superveniente de seu objeto, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.288, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004533/2018-91 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da Microempreendedora Individual - MEI, JANES RIBEIRO DE ARAÚJO LIRA ARRUDA 79165923120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.606.708/0001-72, domiciliada na Av. Beira Rio, 00, Cais, Beira Rio - Filadélfia/TO, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia, sobre o Rio Tocantins, entre os municípios de Filadélfia/TO e Carolina/MA, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.569-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.289, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010812/2017-11 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro de instalação portuária de titularidade da empresa VARD PROMAR S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.084.194/0001-77, com sede na Ilha de Tatuoca, s/nº, Zona Industrial Portuária, Complexo Industrial Portuário SUAPE - Ipojuca/PE, em consonância com o disposto no inciso II do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.290, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011747/2016-52 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito formulado pela empresa Marfort Serviços Marítimos LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.360.819/0001-83, visando a obtenção de autorização para construção e exploração de instalação portuária na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizada no município de Guarujá/SP, com área total de 8.979,91m², para movimentação e/ou armazenagem de granel sólido, líquido e gasoso, carga geral e carga contêinerizada, em razão da instalação pretendida estar inserida dentro da poligonal do porto organizado de Santos, em desconformidade com o disposto no art. 8º da Lei nº 12.815, de 2013.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.291, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006710/2018-74 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Conhecer da informação apresentada pela empresa Mac Laren Oil Estaleiros LTDA, titular do Contrato de Adesão (Adaptação) nº 010/2014-ANTAQ, que apresentou sua transformação social de sociedade empresarial limitada (LTDA) para empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), bem como aprovar a minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Adesão (SEI nº 0500673).

Art. 2º Determinar o envio dos autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para adoção dos procedimentos subsequentes na qualidade de Poder Concedente.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.292, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.003379/2018-31 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Conhecer da consulta formulada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para prestar-lhe a seguinte manifestação inequívoca e conclusiva:

"Com base no Parecer Técnico nº 000015-2014-GPP/SPO/ANTAQ/HCP, que analisou o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, relativo à prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento PRES 41.97, no âmbito do Processo nº 50300.002744/2013-85, culminando na publicação da Resolução nº 3.596-ANTAQ, conclui-se que os valores a título de sítio padrão cessam ao findar o primeiro período contratual, não sendo considerados como obrigação da empresa arrendatária após iniciado o segundo período contratual."

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.293, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010651/2018-39 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa P DA E MEDEIROS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.410.044/0001-50, com sede na Rua Maravilha, nº 68, Sala 02, Gilberto Mestrinho - Manaus/AM, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de carga geral, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União e nas rotas internacionais de Manaus/AM a Iquitos/Peru, em portos habilitados ao tráfego internacional, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.570-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.294, DE 11 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006002/2016-71 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa GERALDO SALES COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.556.287/0001-72, com sede na Rua Rotary, nº 38A, Centro - Manaus/AM, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de carga geral, granéis sólidos, granéis líquidos e contêineres, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União e na rota internacional de Manaus/AM a Iquitos/Peru, nos portos habilitados ao tráfego internacional, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.571-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.295, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007335/2018-80 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa TOPA TUDO TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.645.342/0001-40, com sede na Rua Cabuga, nº 212, Loja 00B1, Santo Amaro - Recife/PE, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de cabotagem, exclusivamente com embarcações de porte bruto inferior a 5.000 TPB, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.568-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.298, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001893/2009-41 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de aditamento ao Contrato de Adesão (Adaptação) nº 113/2016-ANTAQ, celebrado com o Estado do Ceará, com interveniência da Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁPORTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.256.678/0001-00, com sede na Esplanada do Pecém, s/nº, Distrito do Pecém - São Gonçalo do Amarante/CE, abrangendo a ampliação das instalações integrantes do Terminal de Uso Privado - TUP em 168.069,82m², passando de 886.651,72m² para um total de 1.054.721,54 m², consoante minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Adesão (SEI nº 0560441).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.299, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 00045.003939/2015-02 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, data-base junho de 2016, com as premissas e parâmetros adotados pela área técnica desta Agência, constantes do Parecer Técnico nº 13/2017/GPO/SOG, que apresentou como resultado Valor Presente Líquido - VPL total positivo de R$ 3.935.555,10 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), no âmbito da prorrogação ordinária do Contrato de Arrendamento nº 14/2001, celebrado originalmente entre a empresa Sociedade Fogás LTDA e a Companhia Docas do Pará - CDP, cujo objeto é a exploração de terminal localizado no porto organizado de Santarém.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.300, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000648/2015-64 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º declarar que o Acordo de Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, estabelecido pelo Decreto nº 99.040, de 1990, protege o serviço de transporte entre os dois países, não se limitando ao comércio bilateral de mercadorias, mas alcançando também as cargas de baldeação e transbordo oriundas dos portos correspondentes, independentemente de serem ou não produzidas pelo Brasil, pela Argentina ou qualquer outro País.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.301, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 08490.009622/2013-63 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 447ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2018, resolve:

Art. 1º Esclarecer junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF, da Advocacia Geral da União - AGU, em resposta à solicitação de manifestação objeto do Ofício nº 00683/2017/CCAF/CGU/AGU, que falece competência legal à ANTAQ para deliberar acerca da proposta no âmbito do procedimento de conciliação, colocando-se a Agência à disposição para subsidiar tecnicamente a CCAF para a composição do conflito existente entre a Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina - SR/PF/SC e a Superintendência do Porto de Itajaí - SPI.

Art. 2º Encaminhar àquela Câmara, a título de fornecimento de subsídios, cópia integral dos autos dos Processos nº 50300.008086/2017-69 e 50303.002485/2015-24.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.306, DE 11 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012623/2018-56 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.222-ANTAQ, de 14 de agosto de 2015, de titularidade da empresa F E TRANSPORTE E NAVEGAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.493.824/0001-15, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 6º Termo Aditivo, em virtude da substituição de embarcações no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 36, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 50300.009450/2016-27. Fiscalizada: LOG IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A, CNPJ nº 42.278.291/0001-24. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, uma vez que tempestivo, para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 6.643,35 (seis mil seiscentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos), pela prática da infração prevista no art. 21, inciso IV, da norma aprovada pela Resolução nº 2.510/2012-ANTAQ.

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Superintendente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 35, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 50300.005645/2017-89. Fiscalizada: MAJONAV TRANSPORTE FLUVIAL DA BACIA AMAZÔNICA LTDA, CNPJ nº 04.199.014/0001-37. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o Recurso interposto, dada a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.887,50 (dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais, e cinquenta centavos), pelo cometimento da infração tipificada no inciso VI do artigo 24 da Resolução nº 1.558/2009-ANTAQ

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Deliberação nº 519, de 08.08.18, publizada NO DOU nº 155, seção 1, de 13.08.18, pág. 118, onde se lê: "... CNPJ nº 27.428.590/0001-04, à prestação do serviço regular..."; leia-se: "...CNPJ nº 27.428.590/0001-04, TAR 240, à prestação do serviço regular..."

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº: 50600.020348/2016-06 - INTERESSADO: Francisco Carlos Estrela, inscrito no CPF/MF sob o nº 467.468.114-68. ASSUNTO: Recurso Administrativo. DECISÃO: Conheço e nego provimento ao Recurso Administrativo (fls. 140/209 - 1110863), acolhendo, como razão de decidir, os fundamentos de fato e direito exarados no Despacho nº 00594/2018/PFE-DNIT/PGF/AGU (fls. 221/222) da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT, e no Despacho da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária (fls. 223/224), reconhecendo não ser mais possível o deferimento de requerimento de perícia técnica, em razão do exaurimento no âmbito judicial.

HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA
Diretor-Geral
Interino

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 196ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2018

Hora: 10 horas.

Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor de Autarquia Norte - SAUN, Quadra 05, Lote "C", Torre "A", Centro Empresarial CNC, 17º andar, Asa Norte - Brasília-DF.

Ordem do Dia.

I - Procedimento (s) disciplinar (es).

01 - Inquérito Administrativo Disciplinar nº 000127.2018.99.900/2.

Indiciado(a): Membro do Ministério Público do Trabalho.

Advogados: Aracéli Alves Rodrigues, OAB/DF 26.720 e OAB/RJ 169.971; Jean Paulo Ruzzarin, OAB/DF 21.006; Marcos Joel dos Santos, OAB/DF 21.203, e; Rudi Meira Cassel, OAB/DF 22.256 e OAB/RJ 170.271.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

II - Processos com vistas regimentais.

02 - PGEA nº 002479.2017.00.900/8.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Consultas, pedidos de esclarecimentos e de revisão da Resolução CSMPT nº 132/2016 e apresentação de consultas.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a Resolução CSMPT nº 132/2016, pediram vistas regimentais sucessivas os Conselheiros Edelamare Barbosa Melo, Ronaldo Curado Fleury e Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão anterior: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro vistor do feito, Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro vistor do feito, Luiz Eduardo Guimarães Bojart. CSMPT, 221ª Sessão Ordinária, 22/03/2018.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira relatora do feito. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, renovou pedido de vista regimental o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ausentes, momentaneamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, e, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente). CSMPT, 223ª Sessão Ordinária, 24/05/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, adiou-se a apreciação do feito, com prorrogação da vista regimental do Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 224ª Sessão Ordinária, 28/06/2018.

03 - PGEA nº 004087.2018.00.900/2.

Proponente: Sandra Lia Simón - Conselheira do CSMPT.

Assunto: Proposta de Alteração da Resolução CSMPT nº 106/2012, que disciplina o curso de ingresso e vitaliciamente de Procurador do Trabalho.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a Resolução CSMPT nº 106/2012, na forma do texto apresentado, pediu vista regimental o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 224ª Sessão Ordinária, 28/06/2018.

III - Outros processos desta Sessão.

04 - PGEA n° 000187.2017.98.900/2 - (Processo físico: 2.00.000.002070/2015-86).

Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Assunto: Proposta de resolução que institui o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPIA e define diretrizes para a implementação da Política Nacional de Autocomposição no MPT.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Revisor: Conselheiro André Luís Spies.

05 - PGEA 000054.2018.05.907/4

Interessada: Juliana Carreiro Corbal Oitaven - Procuradora do Trabalho

Assunto: Requerimento de afastamento para, no período de 1º.8.2018 a 31.10.2018, para elaboração da dissertação de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília. (Ad referendum do CSMPT - Portaria nº 1170, de 03/07/2018).

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

06 - PGEA nº 000405.2018.16.900/2.

Interessado: Maurel Mamede Selares - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação no Curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília.

Relator: Conselheiro André Luís Spies.

07 - PGEA nº 000008.2018.15.908/1 - (Anexo: PGEA nº 000018.2018.06.902/2).

Interessado: Procurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPT nº 137/2016.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

08 - PGEA nº 007189.2018.00.900/5.

Interessado: Procurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Propostas de alteração das Resoluções do CSMPT nºs 121/2015 - (RI do CSMPT), 142/2017 - (RI da CCR) e 144/2017 - (RI da CMPT).

Relator: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

09 - PGEA nº 000277.2018.22.900/5.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região.

Assunto: Normatização da área de abrangência das Unidades da PRT/22ª Região.

Relator: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

10 - PGEA nº 007964.2018.00.900/3

Interessados: Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva e Fábio Leal Cardoso.

Assunto: Designação para exercer as funções de Subprocurador-Geral do Trabalho em Ofício vago em razão das aposentadorias dos Drs. Otavio Brito Lopes e Antonio Luiz Teixeira Mendes - (Ad referendum do CSMPT - Portarias nºs 1.274, de 24/07/2028, e 1.286, de 26/07/2018.

11 - PGEA 007932.2018.00.900/3

Assunto: Formação de lista sêxtupla para seleção de membro para participar do Programa de Intercâmbio entre o Ministério Público do Trabalho e a Secretaria-Geral da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O(s) processo(s) constante(s) desta pauta que não for(em) julgado(s) nesta Sessão fica(m) automaticamente adiado(s) para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 218, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, bem como altera a Portaria-TCU nº 10, de 15 de janeiro de 2018, que aprova o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, nos termos do art. 55 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 28, incisos XXXIV e XXXIX do Regimento Interno, e tendo em vista o art. 45, § 1º, inciso I e art. 55 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO), o art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item "1"da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA), o art. 8º, da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000 (LRF) e as disposições contidas na Portaria SOF nº 487, de 15 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aberto, ao Orçamento Fiscal, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para atender à programação exposta no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Ficam alterados os Anexos I e II da Portaria-TCU nº 10, de 15 de janeiro de 2018, em decorrência da abertura do crédito adicional suplementar referido no art. 1º desta Portaria, que passam a vigorar conforme especificado nos Anexos III e IV deste ato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

ANEXOS

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0550		Controle Externo							12.000.000
		Atividades							
01 032	0550 4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais							12.000.000
01 032	0550 4018 0001	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional							12.000.000
			F	4	2	90	0	100	12.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0550		Controle Externo							12.000.000
		Atividades							
01 032	0550 4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais							12.000.000
01 032	0550 4018 0001	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional							12.000.000
			F	3	2	90	0	100	12.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III
"Anexo I da Portaria-TCU nº 10, de 15 de janeiro de 2018.
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Outras Despesas Correntes.
Em Reais

	Fonte 0100			
Mês	Outras Despesas Correntes ODC	ODC-Benefícios	ODC - Benefícios Auxílio Funeral	Outras Despesas Correntes ODC (Discricionárias da Folha de Pessoal)
Janeiro	15.688.410,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Fevereiro	15.688.410,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Março	15.688.410,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Abril	15.688.410,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Maio	15.688.410,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Junho	15.688.410,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Julho	15.688.410,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Agosto	13.288.409,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Setembro	13.288.409,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Outubro	13.288.409,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Novembro	13.288.409,00	6.135.004,00	73.506,00	366.667,00
Dezembro	13.288.408,00	6.135.000,00	73.498,00	366.663,00
Total	176.260.914,00	73.620.044,00	882.064,00	4.400.000,00

ANEXO IV
"Anexo II da Portaria-TCU nº 10, de 15 de janeiro de 2018.
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Investimentos

Em Reais

Mês	Investimentos
Janeiro	1.870.394,00
Fevereiro	1.870.394,00
Março	1.870.394,00
Abril	1.870.394,00
Maio	1.870.394,00
Junho	1.870.394,00
Julho	1.870.394,00
Agosto	4.270.393,00
Setembro	4.270.393,00
Outubro	4.270.393,00
Novembro	4.270.393,00
Dezembro	4.270.393,00
Total	34.444.723,00

1ª CÂMARA

ATA Nº 26, DE 31 DE JULHO DE 2018
(Sessão Ordinária da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Bruno Dantas; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro Vital do Rêgo, em razão de licença para tratamento de saúde.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 25, referente à Sessão realizada em 24 de julho de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 020.718/2015-2, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 028.432/2011-8 cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- 011.600/2009-5, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro;

- 004.786/2006-0, 028.215/2017-6 e 041.796/2012-8, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas; e

- 003.238/2015-6, 003.526/2018-6, 012.304/2018-2, 012.731/2007-5, 014.341/2018-2, 015.239/2016-0, 020.595/2015-8, 021.572/2018-6, 021.575/2018-5, 021.775/2018-4, 021.780/2018-8, 021.851/2008-0, 021.967/2018-0, 022.162/2018-6, 022.457/2018-6, 022.461/2018-3, 022.466/2018-5, 022.471/2018-9, 022.477/2018-7, 022.482/2018-0, 022.485/2018-0, 022.490/2018-3, 022.495/2018-5, 022.497/2018-8, 022.504/2018-4, 022.509/2018-6, 022.511/2018-0, 022.514/2018-0, 022.519/2018-1, 022.654/2018-6, 030.214/2016-5 e 044.452/2012-8, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo.

NÚMEROS DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADOS

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 8119, em razão da exclusão de pauta do processo 020.718/2015-2.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 7976 a 8118 e 8120 a 8197.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 7976/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.378/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marilaine Bittencourt Mendes (960.276.307-87); Pedro Antonio Theobald (476.959.517-49); Raimundo Nonato Figueredo Salazar (148.955.877-20); Sandra Regina da Silva Souza (594.567.607-15); Sergio Gonçalves Nascimento (168.924.960-91); Sílvia Lúcia Maximiano Muniz de Souza (815.038.577-00); Tânia Márcia de Moura Fé Saione (013.633.277-39); Tânia de Oliveira Panaro do Nascimento (463.316.977-72); Tereza Cristina de Paiva (692.142.557-68)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7977/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.422/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andrea Caetano da Silva (568.483.406-00); Cleodetes Pereira Santos (497.585.001-04); Dayse Maria Pires (167.470.111-04); Ofir Bergemann de Aguiar (146.341.121-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7978/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.156/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Adelaide Jordão Santiago (454.595.841-91)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7979/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.159/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcelo Henrique de Garcia Maia (206.552.747-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7980/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-022.172/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Geraldo da Silva Paiva (068.199.822-91); Manoel Alves de Oliveira (095.887.522-72); Simplício Soares da Silva (028.405.962-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7981/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.174/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lylia da Silva Guedes Galetti (255.989.107-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7982/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.180/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Romeu Pereira (240.560.066-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7983/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.182/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adão João Basílio (135.273.046-49); Almiro Lopes de Freitas (136.960.766-00); Antonio Alves de Freitas (073.243.836-53); Antonio Lopes Rosado (116.431.966-34); Antonio Mariano (166.930.276-87); Antonio Rafael Arcanjo de Freitas (064.462.806-53); Antonio Rodrigues (113.530.076-34); Antonio de Pádua Clemente Ramos (064.478.726-00); Antonio de Pádua Fialho Medina (124.574.346-53); Ary Teixeira de Oliveira (004.212.946-04); Augusto Ferreira Marota (096.097.336-20); Avelino Mantovani Barbosa (004.281.836-20); Camilo Raimundo da Silva (284.297.376-34); Cid Martins (284.306.036-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7984/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.187/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jota Brasileiro (089.982.806-04); Juarez Aquino da Silva (197.387.066-53); Leanil Aloísio (284.302.986-49); Lindor José Dias (194.991.836-04); Luzia Maria Bernardes Brustolini (209.703.076-91); Manoel Araujo Alves (064.526.556-04); Márcio Geraldo da Silva (044.918.236-34); Marcos Barbosa Neto (068.378.836-15); Maria Barduni (010.244.696-20); Maria Elisa Rocha de Campos Machado (062.402.756-20); Maria Eugênia Maffia (064.494.416-15); Maria Helena Pedrosa de Oliveira (960.940.286-00); Maria Pompeia Jannuzzi de Oliveira (134.050.716-15); Maria do Carmo Leandro Leite (057.505.986-91); Marília Cláudia Romeiro (281.460.266-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7985/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.222/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nelson Gama Vieira (002.928.344-20); Paulo Carneiro de Moura (026.272.304-25); Petrúcio Galdino da Silva (033.254.824-49); Saul Hernan Risco Briceno (111.495.664-34); Sinai Alves de Oliveira (079.012.324-04); Thaumaturgo Roque Silva (031.831.304-91); Valéria Hora de Albuquerque Melo (164.416.134-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7986/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.225/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Agostinho Gosson (656.080.208-63); Amaurício Pereira Cortez (024.790.603-49); Ana Marta Morais Costa (072.601.723-04); Ana Paula de Sousa (460.233.641-87); Antonio Carneiro da Silva (114.052.103-97); Antonio Ribeiro da Silva Filho (093.383.063-72); Antônio Silva de Oliveira (032.819.303-87); Antônio Tarso Campos Colares (378.250.623-53); Antônio Valdinar de Carvalho Custódio (013.601.753-34); Arnaldo Vasconcelos (000.365.363-34); Artur Eduardo Benevides (000.035.573-91); Edilson Soares dos Santos (026.573.763-04); Eliane de Lima Marcelino (074.215.833-00); Erivaldo Moreira Gadelha (046.898.363-53); Etevaldo José de Jesus Pereira (002.432.053-68); Francisca Neuza Vieira Lopes (171.180.933-00); Francisco Apolônio de Souza (107.941.153-49); Francisco Audísio Dias (023.359.053-68); Francisco das Chagas Rodrigues Santos (063.115.474-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7987/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.281/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Dulce de Oliveira (056.156.744-15); Maria Evany de Lima Nascimento (242.519.684-68); Maria Ivonete Silva de Paula (182.602.414-04); Maria Nazaré da Costa (737.656.354-72); Maria Sales de Oliveira (074.151.844-91); Maria do Socorro Nascimento da Silva (150.824.404-97); Maria do Socorro Paiva da Silva (413.040.554-34); Marlene Lurdes da Silva (057.746.594-53); Maurício Pedro de Amorim (012.562.204-00); Milton Ribeiro Dantas (002.866.214-87); Omiro Batista da Silva (189.087.134-68); Oscar Nogueira Fernandes (015.846.694-20); Osvaldo Damore (191.136.844-34); Paulo Rodrigues Costa (056.024.834-20); Raimundo Camilo do Nascimento (041.289.074-72); Raimundo Pedro da Silva (057.465.584-00); Renato da Costa Alves (282.235.944-04); Sebastião Francisco da Silva (130.868.984-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7988/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.285/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Cristina Maria Gomes do Monte (047.794.364-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7989/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.290/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alba Maria da Silveira (005.480.659-34); Carlos Clarimundo Dorneles Schoeller (375.232.959-91); Davi Silva (018.280.029-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7990/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.683/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cláudio Dantas Frota (070.473.802-30)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 7991/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.686/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Arlete Maria Monte Camargo (069.459.962-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 7992/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.698/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Neusa Sampaio Batalha (430.635.607-82)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7993/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.699/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rita de Cássia Codá dos Santos (382.146.367-87); Sônia Maria Coquillard Ayres Homena (383.420.907-44); Terezinha Serafim Araujo Fernandes (840.555.297-91); Wanderley Maria de Jesus (289.236.777-87)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7994/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.727/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Oliveira dos Santos (250.823.530-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7995/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.517/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denizete Lima de Mesquita (640.905.073-91); Deymes Silva de Aguiar (003.629.533-76); Dieyme de Souza Silva (828.721.393-20); Edinalva Silva dos Anjos (466.537.673-53); Franceli Mariano de Moura (025.786.873-90); Francisca das Chagas Viana (733.367.003-10); Francisco Daniel Pereira da Silva (013.148.773-64); Francisco das Chagas Rodrigues Teixeira (643.049.903-06); Israeliton Guilherme Barbosa (988.553.013-49); Jakelinne Lopes de Sousa Miranda (017.497.413-26)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - Mec
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7996/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.652/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Yana Stein de Barros (029.394.881-00); Ygor Flávio de Moraes Santos (016.610.163-08); Yuit Distefano Odaguiri Enes Oliveira (035.982.661-03); Yuri Nakakura Palmeira (720.801.911-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7997/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.697/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vanessa Bolze Kloeckner (020.883.290-48); Vanessa Dorneles Charao (827.244.660-04); Vanessa Hax (009.582.610-67); Vanessa Martins Pires (007.753.160-40); Vanessa de Souza Valim (005.445.910-97); Vania Aparecida da Silva Rodrigues (007.842.190-01); Vinicius Toledo da Costa (017.214.870-77); Viviane Pereira Prusch Martins (836.882.500-87)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7998/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.826/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Medeiros Costa (023.677.734-32); Antonnyo Palmielly Diogenes Lima (062.080.904-31); Aysla Monique Fernandes Ferreira dos Santos (082.524.264-92); Barbara Raquel Coutinho Toscano Azevedo (093.462.914-51); Bruno Erick de Barros Lucena (010.238.164-07); Bruno Erick de Barros Lucena (010.238.164-07); Bruno Ricardo de Souto Leite (043.419.314-31); Cecilia Nogueira Valença (061.397.784-09); Claudiane dos Santos Vasconcelos (065.601.504-70); Flávio Hildemberg da Silva Gameleira (027.107.924-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7999/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.080/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Emilia Gonzaga de Souza (086.234.248-16); Maria Eugênia Diniz Figueiredo Cireno (036.790.794-19); Maria Fatima de Sousa (238.187.354-68); Maria Francisca Pinheiro Coelho (146.773.261-34); Maria Luisa Ferreira Andrade (018.257.941-70)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8000/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.472/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciana Graziela de Oliveira Boiça (655.215.441-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8001/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.474/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ligia Alencar Pacifico Barreto (019.216.083-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8002/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.478/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Diogo Araujo de Sousa (838.930.835-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8003/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.487/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alan Santos dos Santos (808.509.525-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8004/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.605/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Maria da Mota Moura (097.468.067-26); Ana Paula da Graça Souza Blengini (108.644.947-93); Ana Paula da Silva Lopes (071.227.947-41); Anderson Flores Polonine (117.718.647-02); Anderson Fratejane Borchio Fonseca (115.960.437-17); André Luiz Henriques de Carvalho (075.109.727-60); André da Silva Barcelos (102.959.457-02); Angela Cristina Pereira Di Gianni (066.039.188-03); Angela Maciel Puglia (698.388.287-34); Anna Karina Vieira de Azevedo Y

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Oviedo (007.103.807-80); Antonia Ribeiro (265.002.306-63); Antonio José Placido (469.617.044-68); Arialdo Ribeiro Viana Filho (086.442.367-50); Aryvaldo da Silva Machado (424.008.057-68); Beatriz Gomes Reis (655.782.107-59); Bernardo Vieira Pinto (087.968.807-67); Bianca Isabela Acampora e Silva Ferreira (013.794.157-99); Carine Beatriz da Cruz Correa Nascimento (017.713.147-02); Carla Marisa Ribeiro de Oliveira (745.301.277-53)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8005/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.609/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Giovana Christiano Medeiros de Freitas (041.883.357-50); Gleiciane Rocha Ferreira (128.829.107-89); Graziella Penha Claudino (075.674.327-30); Guilherme Inocencio Matos (091.105.897-40); Guilherme Quintanilha Fernandes (030.571.417-14); Guilherme Raymundo Sá (129.946.057-75); Guilherme de Almeida Souza (094.788.387-84); Gustavo Machado Vilaça (125.338.397-95); Guylerme Velasco de Souza Figueiredo (101.857.777-75); Henry Costa Lubanco (041.921.247-77); Heraldo dos Santos (463.442.257-34); Herivelton Pinto de Oliveira (078.905.737-90); Huslayne da Silva Carvalho (030.524.827-85); Ilton de Azevedo Peixoto Junior (057.000.807-70); Isabella de Oliveira Concebida (070.117.007-73); Isadora Lopes Barbosa Vasconcellos (133.230.797-36); Israel Andrade Esquef (030.766.147-46); Ivan Mello Pisani (126.880.457-68); Jamile Maureen de Sousa Oliveira (028.271.257-73); Jaqueline Lobato de Oliveira (041.971.907-51)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8006/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.612/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana Alves Carvalho (057.571.257-05); Juliana Lourenço Madureira da Silva (055.583.217-17); Juliana Macedo Delarmelina (127.415.697-11); Juliana de Souza Azevedo (080.826.487-75); Julio Cezar Negri Ramos (078.317.837-92); Jusselem Ferreira Sampaio (655.180.987-15); Karla Cynthia Quintanilha da Costa Peixoto (057.143.187-90)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8007/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.619/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sidney Pinto Pereira da Rosa (888.521.057-00); Silvana Monteiro de Castro Carneiro (887.161.397-04); Silvia Gonsalves de Carvalho Matta (030.728.017-97); Solange da Silva Figueiredo (664.972.217-00); Suelly Lima dos Santos (094.076.047-99); Tadeu Santos de Souza Reis (102.180.137-28); Thaís Duarte Bifano (078.026.917-96); Thatiane de Souza Medeiros (091.493.457-02); Thiago Miranda Paravidino da Silva (077.039.227-06); Thiago Muniz Barbosa (112.865.027-48); Tiago Paiva Toledo Bellotti (088.807.997-46); Tiago de Azevedo Santos (110.965.017-59); Veronica Cristina Coco do Santos (074.872.597-06); Veronica Rangel Barreto (017.806.607-90); Vinicius Barcelos da Silva (112.766.187-60); Vivian Vasques de Oliveira Leite (093.378.437-65); Viviane de Andrade Queiroz Alexandre (102.004.197-81); Waldirio Manhaes Pinheiro (074.432.367-35); Willames de Andrade Graça (680.667.757-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8008/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.625/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nadielan da Silva Lima (055.051.694-81); Niraldo Riann de Melo (068.073.324-83); Ramon Batista Ramos (039.701.705-75); Ricardo Farias de Almeida (024.832.313-06); Rogério Tiburcio da Silva (767.236.314-04); Valentina Nascimento e Melo de Oliveira (074.602.764-80); Vinicius Araújo Bezerra (058.926.384-64)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8009/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.631/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberta Lindolfo da Costa (101.095.397-45); Rodrigo dos Santos Almeida (074.052.917-08); Rosana Duarte Grasse (084.177.457-93); Rurik Galimberti Peixoto de Abreu (055.072.397-89); Samanta Vieira Pereira (821.186.800-82); Samantha Grisol da Cruz Nobre (110.024.107-89); Sebastião Tadeu de Oliveira Almeida (068.952.196-09); Simone Xavier Pontes (073.815.267-60); Sérgio Dias da Silva (382.524.146-72); Thaís Alves Gallo Andrade (056.021.057-43); Tiago Pereira Dourado (013.872.465-26); Vanessa Alves de Sousa Lesser (069.543.097-10); Vanessa Reccioppo de Moraes (105.482.877-67); Vanessa das Neves Pimentel (111.379.877-74); Victor Gomes Pereira (124.332.047-80); Vitor Hugo dos Santos Teixeira (100.637.237-78); Vivian Martins Lopes de Souza (110.396.067-92); Weslei da Silva Rocha (096.306.807-50); Willian Hermogenes Ferreira (117.705.927-41); Zaira Batista Pinto Mahmud (091.192.587-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8010/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.632/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Leiliane Cristina Cardoso Araujo (005.244.362-07)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8011/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.714/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcia dos Santos da Sila (417.194.922-04); Marcos Galvão Marinho (684.174.202-82)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8012/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.721/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mediã Barbosa Figueiredo (197.342.472-04); Miguel Antonio Felix de Andrade (095.869.702-72); Milyene de Brito Amorim (729.812.022-00); Mirla Regina da Silva Lopes (307.944.122-20); Monica de Oliveira Machado (831.210.132-20); Nadine Michaelle da Silva Derze (895.059.132-49); Natasha Varjão Volpati (026.319.441-86); Nathassia Maria de Faria Guedes (047.493.524-89); Nayara Dorigon Rodrigues (838.524.332-15); Necila Fernandes de Souza (460.241.904-68); Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque (604.053.092-87); Neyarla de Souza Pereira Barros (528.430.172-20); Océlio Lima de Oliveira (508.650.642-53); Oscar Nestor Condo Maqui (541.275.642-53); Ozias da Silva Lima (848.547.822-34); Patricia Satrapa Silva (018.113.119-62); Patrícia Carvalho Redigulo (773.796.911-04); Patrícia Nunes Miranda Mendonça (792.284.452-20); Paulo Antônio Mariano (165.540.861-53); Paôla Fortunato Cardoso (002.953.902-12)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8013/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.731/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Kamilla Mesquita Oliveira (055.395.986-79)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8014/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.732/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lara Fabiana Morais Borges (085.473.116-45); Lara Reis Gomes (076.577.036-95)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8015/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.754/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Bouth Pinto (090.183.457-25); Fernanda Izidro Monteiro (120.816.727-82); Flavia de Abreu Marques (073.122.307-17); Gabrielle Macedo da Fonseca (129.867.197-32); Glaucia dos Santos Vianna (014.641.607-40); Helen Pereira Ferreira (079.246.687-05); Hugo Carvalho Villa Maior (087.114.607-09); Isabel Regina Alves de Carvalho (775.943.987-34); Isabella Queiroz Welmowicki (363.698.368-77); Ivan Finamore Araujo (113.972.967-55); Janaina de Assis Matos (102.118.737-21); José Augusto Ortiz Alexandre (399.419.497-00); Juliana Zarur de Andrade Silva (079.008.657-30); Katia Cristina Vanffossen (928.991.537-49); Katia de Souza e Almeida Bizzo (071.207.407-41); Keila Ferreira da Silva (079.257.107-05); Laila Maria Cardoso Zalfa (011.084.307-08); Larissa Santiago de Souza (029.513.087-36); Leandro Martins Turano (107.377.247-06); Leonardo Carmo Santos (058.063.917-79)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8016/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.792/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Givanya Bezerra de Melo (056.508.974-92); Graciele Oliveira Faustino (038.840.644-52); Greciene Lopes dos Santos Maciel (792.168.036-49); Gustavo Camelo Neto (799.606.934-49); Gustavo Campos Lima (861.378.084-91); Gustavo Henrique de Souza Leão (074.996.564-97); Helcio Beserra do Nascimento Junior (039.695.224-04); Helder Marx Almeida de Moura Lima (065.314.624-85); Heloisa Oliveira Fonseca (071.827.624-80); Hemilis Joyse Barbosa Rocha (062.618.344-82); Henrique Pereira Barros (932.182.574-68); Hilca Mariana Costa Gomes (034.823.684-06); Hugo Franklin Lima de Oliveira (047.600.444-69); Hugo Henrique Costa do Nascimento (045.243.774-17); Hugo José de Franca Clemente (059.344.034-00); Humberto Meira de Araujo Neto (059.357.514-88); Ines Maria Gonzales Vidal (710.869.834-08); Islania Lima da Rocha (008.822.984-02); Israel Silva e Macedo (026.222.584-02); Ithallo Sathio Bessoni Tanabe (055.140.734-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8017/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.797/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiza Soares Vieira da Silva (050.217.424-26); Majores de Omena Tenorio (071.531.324-06); Manoel Valquer Oliveira Melo (677.627.434-72); Manuella Aragão Pinheiro (050.156.814-02); Marcel Vidal de Albuquerque (122.104.067-73); Marcilio de Souza Silva (041.146.694-18); Marcio Silva Santos (059.254.594-66); Marco Barone (060.452.637-74); Marcos Antonio Rocha Tenorio (353.967.174-91); Marcos José Batista dos Santos (039.917.834-10); Marcos Paulo José de Melo Silva (080.787.844-81); Marcus Antonio Breda Junior (010.594.774-16); Maria Alcina Terto Lins (048.302.644-11); Maria Betania Gomes da Silva Brito (022.063.834-97); Maria Elizabeth da Costa Marques (021.037.263-08); Maria Fernanda da Silva (053.080.794-71); Maria Jeane Bomfim da Silva (383.368.394-53); Maria Lenilda Caetano Franca (038.558.504-70); Maria Patricia Pereira Melo (010.703.705-09); Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli (090.297.338-02)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8018/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.803/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tulio Henrique Ferreira da Silva (064.759.564-81); Ueslen Rocha Silva (019.230.345-70); Uilder do Espirito Santo Celestino (835.373.765-53); Vagner Gomes Bijago (059.254.804-06); Valdevan Rosendo dos Santos (870.212.854-34); Valeria Nunes de Souza (058.526.204-75); Valquiria Bezerra Nascimento (118.490.128-73); Valéria Maria de Melo Lima (925.769.744-49); Vicente José Barreto Guimarães (469.884.324-34); Victor Fentanes Guimarães Santos (051.843.384-62); Victor José Bastos da Silva (076.896.464-41); Victor Ranieri Bomfim Sampaio de Araujo (074.604.154-30); Vivaldo Ferreira Chagas Junior (022.930.854-65); Viviane Cavalcante Tavares Monteiro (035.708.904-90); Vivianne Maria Padilha Barbosa (077.288.694-69); Vladimir José Dantas (501.928.334-72); Walkiria Rejane de Almeida (033.835.324-02); Wandearley da Silva Dias (826.503.815-15); Wanubya Maria Menezes da Silva (016.089.864-11)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8019/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.811/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Lucia de Pinna Mendes (788.409.887-34); Ana Luisa Soares da Silva (786.537.207-82); Ana Luiza Valadão Freitas Geremias (096.863.037-58); Ana Maria de Lima Barros (463.503.067-91); Ana Paula Grillo El Jaick (036.795.367-63); Ana Paula Loureiro de Almeida (056.411.387-54); Analy Machado de Oliveira Leite (085.174.977-16); Anderson Sant anna da Rocha (087.910.027-37); Anderson Santos do Valle (074.462.837-77); André Domingos dos Santos Alonso (018.903.147-65); André Ferreira Nunes da Silva (796.562.267-04); André Lucio de Oliveira (053.383.077-07); André Luis Souza de Lima (042.572.057-84); André Luis Vargas Cabral (073.991.587-89); André Luiz Ferreira (086.640.877-09); André Luiz Gomes da Silva (019.464.117-10); André Luiz Morgado Pellerano (018.796.057-75); Andrea Aparecida Campbell Cunha (078.501.137-48); André Boziki Xavier do Carmo (072.095.827-03); André Saddy (076.814.917-75)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8020/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.816/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carolina Freire Pinto (100.157.827-94); Carolina Souza da Silva (096.971.037-20); Caroline Arante da Silva (090.771.307-64); Caroline Catanhede Lopes (099.699.517-00); Cecilia Fernanda Saraiva de Oliveira (225.770.918-77); Cecilia Maculan Adum (004.248.797-86); Cecilia Vianna de Andrade (037.359.457-75); Cesar Augusto Ferreira de Carvalho (795.820.287-34); Charles Oliveira Magalhães (053.726.006-40); Charlles da Fonseca Lucas (072.239.317-28); Christian Edward Cyril Lynch (052.440.187-01); Christian Sade Vasconcelos (082.808.977-98); Christopher Gaffiney (060.984.467-92); Cintia Fernandes do Couto (085.041.517-94); Clara de Oliveira Renno (107.155.837-43); Clarissa Rodrigues Gonzales (073.112.127-90); Claudia dos Reis Ferreira (106.651.347-38); Cláudia Adam Ramos (950.392.280-15); Cláudia Leite Amaral Fontoura (715.478.437-72); Cláudia Maria de Viveiros Cabeceiras (013.834.477-99)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8021/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.821/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elias Pereira da Silva (802.227.907-25); Eliezer Pires da Silva (053.041.387-67); Elisa Fruhauf Garcia (945.674.760-34); Elisabete Gonçalves de Souza (766.776.137-04); Elize Ayumi Hayashi (083.152.867-22); Eloisa da Silva Periera (071.746.817-86); Elvino de Carvalho Mendonça (016.195.917-23); Emerson Portilho Huguenin (078.668.697-90); Emillia Conceição dos Santos (070.719.247-16); Emmanoel de Oliveira Boff (020.824.457-39); Epaminondas Moraes de Souza (023.134.678-64); Eric Nelson Santiago Gonçalves (018.442.527-10); Erica Maia Campelo Arruda (079.853.797-38); Erica Souza Guimarães (090.674.567-56); Erica Torres (105.295.557-60); Erineudo de Lima Canuto (740.472.643-34); Erlange Andrade Borges (745.218.297-91); Erwan Plouguemé (060.735.867-01); Estefania de Oliveira Cherem (073.334.776-22); Estela Maris de Souza (068.761.407-41)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8022/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.859/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Goretti Andrade Rodrigues (889.746.697-49); Maria Luisa Furlin Bampi (277.086.590-00); Maria Odete de Oliveira Carvalho (440.248.947-49); Maria Regina de Souza Gonçalves (051.742.127-50); Maria Rosangela da Cunha (280.241.331-72); Maria Tereza Albuquerque Pereira (010.526.527-60); Maria de Fatima Valentim Pessanha (570.824.057-15); Mariana Baltar Freire (904.999.054-15); Mariana Cabral da Rocha (126.124.477-09); Mariana Calhau Martins (054.863.157-32); Mariana Costa dos Santos (105.625.657-52); Mariana Tavares Ferreira (079.609.467-52); Mariana de Araujo Aguiar (121.860.887-03); Mariangela Rangel Pereira (104.998.397-14); Marianne de Medeiros Tabalipa (082.303.617-03); Marilene Santos de Azevedo (109.790.287-01); Marina Caminha Ferreira Gomes (023.081.654-13); Marina de Carvalho Alecrim Alves (115.435.197-17); Marina de Carvalho Cordeiro (094.427.597-44)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8023/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.865/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Phillipe Bauer de Araújo Dória (081.277.647-01); Pierre Guedes Brendel (032.143.296-77); Polyana Bastos de Oliveira (058.117.227-29); Princya dos Santos Nascimento Silva (111.967.017-92); Priscila Leal Seifert (078.921.027-44); Priscila Seixas da Costa (055.317.757-50); Priscila da Silva Castilho (092.567.427-30); Priscilla Ferreira da Silva Franco (088.016.667-30); Priscilla Grezzi Pinto Teixeira (081.498.377-44); Priscilla Rodrigues Camara (140.262.507-33); Rachel Fatima dos Santos Nunes (883.307.297-53); Rachel Nicolau Santos (023.572.857-88); Rachel Nunes Ornellas (125.705.907-62); Rafael Bastos Thomas (083.079.487-54); Rafael Brito da Silva (108.357.457-40); Rafael Monteiro dos Santos (098.757.387-00); Rafael Moreira Carvalho (102.021.767-70); Rafael Nacif de Toledo Piza (080.858.197-08); Rafael Senos dos Santos (057.144.937-96); Ralph Santos Oliveira (076.894.927-03)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8024/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.887/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Roberto Rodrigues Xavier (769.531.906-63); Pedro Henrique Faria Silva Trocoli Couto (061.936.156-52); Pedro Henrique Fulgencio Michel (109.156.466-33); Priscila Aparecida Gontijo Ferreira (075.349.756-54); Priscila Lara Vieira Bonisson (064.578.046-40); Regina Celia Lopes Valadares (512.249.766-49); Renata Magalhães Cyrino (004.856.726-42); Renata Viegas Vieira (081.101.186-07); Rita de Cassia Duarte Leite (427.651.611-00); Rodrigo Augusto Ferreira (015.262.146-60); Rodrigo Carlos Pinheiro (104.010.986-13); Rodrigo Cesar de Miranda (014.256.696-97); Rodrigo Otavio Silveira Silva (072.191.816-63); Rubens Rangel Silva (043.208.706-03); Samyra Maria dos Santos Nassif Lacerda (059.400.136-60); Sandra Ludwig (056.231.809-73); Sandro Elisson da Silveira (032.570.526-77); Sergio Diniz Ferreira (038.242.646-09); Siane Paula de Araujo (062.900.546-00); Silvia Fernandes Mauricio (088.004.436-56)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8025/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.892/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adauri Silva Bastos (214.728.404-10); Adriana Ferreira de Souza (015.806.067-92); Adriana Rezende Perisse (033.428.827-43); Adriana Sansão Fontes (069.086.577-52); Adriana Schneider Alcure (043.045.387-64); Adriane Figueirola Martins (905.176.520-72); Adrianne Ogeda Guedes (990.322.017-00); Adriano Marins da Costa (014.692.987-08); Adriano Mauricio de Almeida Côrtes (090.521.667-90); Adriano Saldanha Gomes de Oliveira (004.894.147-61); Adriany Ferreira de Mendonça (029.265.117-10); Agada Raffaela Meliande (043.051.287-21); Albert Savino Khattar (304.702.848-62); Alberto Antonio Taveira (672.765.637-15); Alberto Dias Mendes (009.404.197-00); Albino Lopes D Almeida (608.367.847-15); Alda Maria de Jesus de Almeida (691.536.807-82); Alejandro José Manzano Gomez (734.217.237-53); Aleksandra Menezes de Oliveira (072.720.097-64); Alessandra Filomena Mourthe Barbosa (072.637.397-47)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8026/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.898/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bianca Gonzales Henriques (098.881.457-97); Bruno Correia de Figueiredo (025.954.977-07); Bruno Luis Santiago Cruz (069.584.037-11); Caio Amitrano de Alencar Imbassahy (086.648.807-35); Camila Monteiro Siqueira (082.333.507-02); Camila Nagem Marques (116.309.827-25); Candida Luiza Borges da Silva (078.657.297-31); Carla Duby Coscio Cuellar (053.240.167-05); Carla Reis de Araujo (016.681.947-67); Carla Vianna Lima Meriguetti (029.449.897-40); Carla da Silva Nunes (099.624.637-18); Carla de Jesus Jorge (929.759.847-15); Carlomagno Pacheco Bahia (571.341.202-44); Carlos Alberto Linhares da Silva (000.288.367-82); Carlos Alberto Macedo Pinto Filho (068.759.347-60); Carlos Alberto Marquesa Soares (550.651.717-34); Carlos Alberto Meirelles de Abreu Filho (078.570.587-26); Carlos Alberto Peres Krykhtine (038.811.167-45); Carlos Alberto dos Santos (098.854.475-04); Carlos André Weidt Mendes (852.082.216-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8027/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.906/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dayse Carla Gênero Serra (949.385.477-91); Deborah Moraes Gonçalves de Oliveira (021.631.917-02); Deisiane Rodrigues dos Santos (102.072.357-24); Delfina Renck Reis (430.188.230-87); Denilson Botelho de Deus (884.839.247-49); Denise Lucia de Menezes (628.326.207-44); Denise Pinheiro da Costa Monteiro (000.232.957-32); Denise de Alcantara Pereira (671.111.067-68); Diana Araujo Pereira (057.131.717-01); Diana Berman Correa Pinto (078.664.407-94); Diana Sayao Vieira (090.667.637-10)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8028/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.911/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eduardo de Barros Manhães (088.878.857-61)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8029/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.916/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elizabete Rodrigues dos Reis (770.501.007-06)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8030/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.923/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fabio da Silva Vieira (103.289.867-47)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8031/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.930/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe José da Costa Padilha (079.388.847-66); Fernanda Alt Froes Garcia (095.152.767-30)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8032/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que o efeito financeiro do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.935/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fernanda Hamann de Oliveira (077.578.037-56)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8033/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.940/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Lucio Pereira Alves (003.616.267-11); José Ricardo de Freitas Guimarães (041.433.527-96); José Roberto Moncada Geraldo (509.587.557-87); José Sergio Duarte da Fonseca (906.961.587-87); José Teixeira D Assumpção Junior (012.207.637-05); José Roberto da Silva (043.928.677-81); Joy Helena Worms Till (705.354.507-53); Juliana Miguel Moura Neves (094.405.247-90); Juliana Pereira Pedroza (082.464.777-73); Juliana Rangel do Nascimento (071.581.267-06); Juliana Rezende Montenegro Medeiros de Moraes (052.055.077-30); Juliana Silva Pontes (093.904.547-86); Julio Cesar Gomes Leal (100.263.917-40); Julio Cesar Lessa Barreto (079.926.607-81); Karina Amendola da Silva Guimarães (025.864.027-82); Karlyson de Castro Tavares (854.304.716-15); Katia Carneiro de Paula (076.953.407-40); Katia Correa Gorini (003.328.077-03); Katia Leite Mansur (677.253.847-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8034/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.970/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Claudio Maciel Freire (104.554.344-68); José Abdon Luna Accioly (021.301.824-10); José Candido de Souza Ferraz Júnior (735.794.754-87); José Carlos Gomes da Silva (084.395.594-53); José Nunes da Silva (851.071.074-00); José Roberto Wanderley de Castro (022.467.464-18); José Rodrigues de Lucena Neto (683.436.984-87); João Alexandre de Almeida Pimentel (186.916.254-49); João Carlos dos Santos (179.872.614-91); João Ferreira da Silva Júnior (032.373.484-73); João Manoel de Freitas Mota (664.925.564-53); João Marcos Leitão Santos (446.741.204-20); João Paullo Sousa Aragão (073.759.154-40); João Roberto Ratis Tenório da Silva (057.894.644-08); Juliana Alves de Andrade (038.449.804-31); Juliana Ferreira Gomes da Silva (049.492.234-61); Juliana Maria Quaresma Johner (044.821.864-06); Juliana Nunes Carvalho (069.992.744-79); Juliana Regueira Basto Diniz (896.283.494-49); Júlio César Damasceno (836.514.703-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8035/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.165/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Aline Coelho (065.334.259-43)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 9/12/2015.

ACÓRDÃO Nº 8036/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.638/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Cristiano de Castro Burgos (858.604.255-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8037/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.660/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan Espinosa Maica (971.619.690-34); João Assis Dulci (105.394.727-51)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8038/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.666/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gustavo Bezerra Paz Leitão (050.697.104-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8039/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.065/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Alice Alves da Silva (031.688.061-29)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8040/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.524/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Cláudia Colaço (009.292.839-02); Cláudio Alvarenga Campos Mayrink (075.928.676-05); Danniele Cristine Medeiros da Costa Dantas (009.765.234-26); Deise Maria Novaski Biscouto (752.461.209-53); Laís Mota dos Santos (043.650.355-76); Lilian Cordeiro Lisboa (045.230.859-35); Paulo Antonio Gori de Oliveira (390.588.086-53); Sabrina Ribas Freitas (961.915.700-15); Samara Rafaele de Medeiros Pereira (047.299.484-08); Sueli Aparecida Cabral (585.035.109-44)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8041/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.528/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Batiane Aparecida Pereira Vieira (089.120.076-29); Carla Patrícia dos Reis (012.307.620-00); Elder Morais Fontes (035.256.224-22); Elson Paixão Silva Leite (781.549.605-91); Esmeraldino Pereira Almeida (054.377.476-75); Jéssica Rocha Fernandes (035.928.511-28); Liliane Bellenzier (010.741.470-81); Maria da Guia Clementino Ferraz (053.073.463-01); Mateus Palmeira Pereira (030.683.420-07); Roberto Augusto Silva Molina (318.195.298-27)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8042/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.605/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Farnese Rezende (063.767.456-10); Carolina Teixeira Cunha (014.964.606-26); Frederico Rodrigues da Cunha Pereira (620.508.266-72); Gabriela Dornfeld (002.734.456-85); Gláucia de Araujo Luz (001.895.673-41); Janaína Martins Rodrigues Assis (062.199.246-14); Janna Talita Araujo Souza (987.886.713-72); Janon Mazeti Moreira (065.079.736-10); Jorge Henrique Fernandes de Lima (058.410.686-60); Joseane Lopes Batista (073.499.546-62)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8043/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.606/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Gama de Sousa (007.206.843-40); André Cançado Frois (074.245.926-88); Carolina Passos de Rezende Martins (037.196.446-69); Grazielle Riceto Dias Silva (081.157.726-07); Igor Rafael Silva e Fritz (047.267.186-30); Ilana Rafaela da Silva Pereira (101.911.824-51); Isaac Azevedo Silva (030.588.156-62); Isabella Fernandes Ferreira (036.575.111-13); Jaqueline Martins Nunes do Nascimento Monteiro (021.367.691-54); Rodrigo Santos Aguilar (061.926.306-74)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8044/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.611/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carolina Ramos Cobucci (070.902.666-80); Cássio Vilela Komatsu (224.157.628-06); Jaisson Gustavo da Fonseca (045.852.496-48); Jaqueline Caldas Brasil (831.848.725-72); Jenaíne Oliveira Paixão (055.019.286-71); Joana Luíza de Lima Silva (034.578.286-01); João Valle Maurício Neto (030.926.436-74); Jonathan Cramer Soares (091.629.856-63); Jordânia Kelly Pereira Souto (774.807.322-87); Juliana de Oliveira Silva Santiago (034.418.996-10)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8045/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.664/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Algemiro Rieth (023.511.721-83); Ana Paula Lopes Brandão Oliveira Mercês (077.300.956-61); Erika Camilla Monteiro (024.196.409-18); Juviliana Pereira Correa (099.123.246-17); Luciene Martins dos Santos Silva (040.505.471-80); Lucila Isabel Schwertner Sprandel Kutter (000.953.550-06); Luiz Augusto Lobo Bandeira (421.279.040-87); Maria Divina dos Santos Borges Farias (002.045.823-18); Patrícia Silva Aires (986.752.900-63); Viviane Saraiva de Mello Lourenço (014.972.155-28)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8046/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.672/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriella Bárbara Feliciano (072.651.866-21); Guilherme Teixeira Pereira (095.268.426-85); Juliane Mendes de Oliveira (009.483.729-58); Júlio Cesar Martins Aquino (988.293.781-00); Leidiana Braga Rodrigues (024.103.323-31); Luccas Melo Chagas (838.342.815-49); Monique Benn Gomes (839.028.135-04); Nilton Oliveira de Souza (010.337.034-00); Ronaldo Shigueo Omoto (074.112.956-63); Thiago Lima Ferreira (008.728.845-11)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8047/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.677/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Rogério Kobayashi (905.886.304-20); Clarissa Ferreira Cunha (091.245.256-00); Clayton Miranda Silva (004.196.506-01); Fábio Ramos Teixeira (824.638.085-00); Giseli Venturini (031.582.887-02); Lorena Gonzales Siqueira (881.471.855-53); Luciana Gontijo (012.550.241-94); Luciana Miwa Nita Watanabe (255.631.588-10); Nágila Ferreira Azambuja (017.872.541-27); Scilla Lazzarotto Correia Lima (959.284.050-49)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8048/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.751/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ducileni Mazocco Ardisson (099.994.707-93); Fernanda Coutinho Andrade (081.887.636-08); Joice Guimarães Brinkerhoff (011.419.380-06); Julio Cesar Luz Santos (325.641.798-19); Liziane Soares Ferreira (014.200.370-05); Maurício Pedrini Junior (038.010.276-51); Paula Roberta Monteiro Machado (004.708.603-32); Priscila Caetano de Oliveira Souza (003.915.501-36); Tasso Hamm Lucas (039.928.996-83); Tatiana Azambuja Alves (044.428.936-40)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8049/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.754/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abimael Torcate de Souza 12970628718 (945.013.433-20); Everton José de Paula (003.280.191-27); Gislane Sousa Baliza 13893130313 (032.737.521-30); Hevyla Sandy Costa Lima (040.937.143-20); Joelma Souza Pereira (839.470.513-87); Renata Bernardon (884.450.381-68); Sidney Gomes Pereira (881.168.591-53); Vanuza da Silva Barboza (012.657.640-85); Vivian Maria Marques (993.189.111-49); Weverton César Siqueira (016.031.976-56)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8050/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.759/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre de Abreu Gastaud (018.346.020-09); Andreia Tomazoni (066.302.839-61); Chaline Stankowski Michelotti (018.477.690-20); Cláudio José Merlo Esperon (471.943.400-20); Laura Souza Pinto (938.452.780-72); Maria Soraia Samhan Hassan (431.533.720-04); Paula Ruiz Trevisol (024.363.780-29); Renato Di Paula Gomes Cruz 13859581456 (041.972.704-37); Sabrina de Souza (079.637.659-02); Solino de Matos Neto (003.996.732-88)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8051/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.770/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Oliveira Troccoli (065.848.234-31); Ana Carolina de Oliveira e Silva Montandon (601.351.661-87); Deborah Arraes Castelo Branco (011.247.603-18); José Carvalho Lopes Junior (891.968.215-15); Karine Rossato (016.030.970-07); Maria Amélia Gonçalves Carreiro (004.134.125-20); Mario Santos Aguiar (550.737.511-91); Michele Mamede de Oliveira (068.421.386-98); Patrícia Lorraine Silva (714.014.581-49)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8052/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.774/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Teixeira Machado (312.765.318-26); Francisca Vieira Alonso Loli (666.549.801-82); Franklin Nascimento de Andrade (320.693.672-15); Gabriela Rodrigues de Rodrigues (000.482.350-83); Gilvan da Cruz Barbosa Araújo (840.682.724-68); Jussara de Oliveira Pinheiro Duarte (924.125.995-72); Lucas de Mello Ferreira (630.416.345-20); Renata Mesquita Gomes (083.704.844-33); Vanessa Costa dos Santos Damascena (073.173.984-11); Wanderson Guarino (982.366.796-91)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8053/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.782/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Luíza Resende de Melo Freitas (002.217.651-90); Bruno Fajardo do Nascimento (035.252.986-50); Carlos Cesar Silva Alves (022.170.944-40); Luís Eduardo Rias Cardoso (066.344.256-71); Rodrigo Tobias Giffoni (073.701.586-16); Samara Cebalho Sales (014.748.381-62); Susan Louise Kakitani Takata (052.740.869-77); Thiago Santos Rosa (047.208.919-69); Victor Cardoso Vasques (510.500.562-72); Yara Mariana Alvim Santos (060.530.456-40)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8054/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.787/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna Medeiros de Moraes Brasileiro (039.482.904-23); Christyann Lima Campos Batista (007.892.903-24); Dulce Amorim Argolo Peres Moreira (049.649.959-92); João Ângelo Oselame Hoffmann (724.046.201-34); Juliana Brandão Pinto Carneiro (863.893.942-68); Juliana Cavalcanti de Siqueira Charamba (068.947.954-95); Manoel Juvenal da Costa Neto (004.131.765-33); Pablo Tiago Rodrigues Gonçalves (008.002.390-83); Raquel Fernandes dos Santos Dias (064.360.276-37); Samila Andrade Vasconcelos (002.864.393-36)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8055/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.946/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Figueiredo de Araujo Franco (601.288.011-15); Alexandre José dos Santos Silva (962.057.411-72); Bruno Anderson Araujo da Mota (028.974.695-79); Jerusa Cristina da Silva (081.342.456-92); Lediane Moraes Storck (077.451.627-50); Leia Cristine Balduino (051.706.529-09); Marcelo Zanolli Medeiros (974.511.341-72); Matheus Assunção Sousa (998.475.901-68); Patrícia Amaral Bicalho (018.438.731-09); Romenique Barbosa Freitas (009.089.861-30)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8056/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.948/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna Bertolini (384.402.158-27); Claudineia da Silva (029.680.116-00); Eveline Medeiros Nóbrega (012.164.183-06); Hudson Lacerda da Silva (124.584.927-11); Juliana Hiromi Vatanabe (090.818.317-80); Leonardo Aparecido Lima da Silva (056.257.156-61); Lúcia Regina Ramires de Freitas (369.774.200-06); Luciana Leitão Justino (098.523.426-14); Valéria dos Santos Serra Silva (779.812.356-34); Welton Dias de Souza (851.786.596-00)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8057/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.964/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Florenice Alves Cardoso (441.115.501-00); Francisca Cleide Gomes Diniz (863.329.296-34); Janaina Inácio Pires (061.376.856-67); Jander Paulo Batista (048.731.336-45); Jéssica Mariana Rosa (103.648.526-90); Jorge Augusto Osório (301.124.298-40); José do Socorro Almeida (040.993.436-42); Josianne Cristina da Cruz Reis (076.780.216-07); Julio Beserra Evaristo (728.013.361-49); Osvaldo Rui Dias Martins Filho (057.504.544-28)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8058/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.967/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joana Starling de Carvalho (080.303.726-04); João Vicente Moreira Almeida (967.447.313-00); Joicy Aline Alencar de Oliveira (026.642.553-47); Jonatan de Moura Bacelar (006.520.263-54); Jouselane Saara Gomes de Sousa (813.242.603-78); Joyce Araujo de Miranda (573.828.166-72); Juciara Alves da Silva (021.661.063-07); Juliana Burlamaqui Carvalho (804.102.943-49); Juliana Francisca de Sousa (026.198.433-08); Julio Cesar Azevedo Facchini (090.075.546-62)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8059/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.975/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francileide de Paula Avelino (029.063.156-48); Francisco de Araujo Costa Neto (029.342.623-67); Jaqueline Soares da Silva Lara Molina (065.068.406-09); Jeamile Lima Bezerra (688.443.013-34); Jean Xavier de Souza Clemente (897.013.211-20); Jéssica Moreira Silva (103.924.076-39); José Francisco Junior (012.767.294-05); José dos Santos Teixeira (010.964.554-55); Júlia Santos Costa Chiossi (409.610.058-74); Juliana dos Santos Souza (041.432.876-09)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8060/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.978/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Franciluz Morais Bispo (940.463.363-15); Francioneide Patrícia de Sousa (554.538.803-68); Francisca Maria Ferreira de Sousa Carvalho (846.827.283-34); Graziella Paula de Oliveira Neri (045.013.476-86); Guilhermo Justino Mundim (999.008.156-53); Ianessa Arantes Valle (057.061.526-75); Ide de Assis Sousa de Farias (715.442.751-53); Igor Andrade Reis Haddad (088.623.176-03); Janaína Costa Cavalcanti (956.339.283-34); José Vicente de Castro Silva (012.399.573-60)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8061/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.987/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Geraldo Costa Junior (113.697.057-60); José Ishac Brandão El Khouri (021.406.651-71)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8062/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.993/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anamaria Araujo e Silva Barbosa (044.151.653-03); Elisafran de Menezes Lemos (662.301.603-15); Rômulo Farias Carneiro (036.256.633-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8063/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.000/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Lemos Nunes (656.126.800-82); Deyse Borges (000.792.260-43); Ivana Russi Gomes (963.685.270-72); Karine da Rosa Pereira (008.220.260-58); Letícia Silva Ribeiro (955.919.310-49); Luana Cristina Berwig (009.554.490-90); Renata Heidrich Guimarães (810.108.690-00); Roberto Bairros dos Santos (565.359.960-34); Rosane Vandam de Souza da Silva (479.144.400-00); Virgínia Andelieri da Silva (980.982.840-34)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8064/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.005/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Maria dos Santos Caixeta Xavier (053.817.056-54); Francisco das Chagas Eulálio Martins Junior (028.695.614-40); Gláucia Michelle de Oliveira Gomes Silveira (007.660.374-10); Greice Roberta de Carvalho (085.027.376-51); Isabela Nascimento Borges (070.647.296-95); Jaqueline Pires Rocha Silva (650.641.513-49); Jéssica Karolyne de Sousa Passos (018.892.843-00); Juliano Aparecido de Jesus (088.229.206-43); Letice Maria Barboza de Deus Hardman (009.222.885-26); Márcio Andrade Santos (663.698.605-06)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8065/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.096/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Maia Teodoro Pereira (919.453.214-15); Arline Alexandre de Souza (063.483.624-26); Dilson Ruben de Macedo Filho (010.015.543-02); José Tadeu Tramontini Filho (804.694.185-91); Neuma Pinheiro de Carvalho (436.118.695-20); Paloma Cheab Ribeiro Moura Costa (007.965.765-64); Paola Ribeiro da Luz Silva (086.200.184-69); Patrícia Guedes de Souza (286.369.885-00); Paulo Hiroshi Shibasaki Fujita (781.995.905-30); Paulo Marcelo Pires Bastos (650.122.325-34)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8066/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.100/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Telma Ribeiro de Sousa (923.692.435-20); André Dutra (022.987.930-69); Jemima Silva Inocêncio (017.996.535-28); João Victor Duarte Lobo (976.179.035-53); José Maria Moraes de Souza Junior (267.621.138-26); Maira Machado da Silva (829.235.660-68); Maria Aparecida de Sousa (459.645.136-20); Nathalia Azevedo Sposito (016.838.840-51); Roberta Pricila Costa Dantas Céu (812.766.995-49); Valmir Amarante Mendonça (455.127.365-15)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8067/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.109/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adaucto Wanderley da Nóbrega Junior (035.922.719-89); Ana Paula Pereira Neto Barbosa (902.659.800-97); Carolina Telo Gehlen Branco (995.670.590-04); Flávio Nunes da Silva (888.476.081-04); Gicelda Mara Ferreira da Silva (295.279.100-72); Hebe Flávia Pereira Lopes (013.560.786-80); Leandro Rocha Messias (079.258.307-86); Luís Flávio França Vinhosa Muniz (070.459.697-08); Luís Guilherme Teixeira dos Santos (077.234.727-14); Renatha Dagnaisser Cavalcanti Colaço (030.760.094-78)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8068/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.110/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Camila Souza dos Anjos Lacerda (295.317.068-59)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8069/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.112/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Masashi Guimarães Kato (516.602.102-91); Amanda da Rocha Oliveira Cardoso (977.494.001-68); Cica Teixeira Penedo (745.059.802-78); Eduardo Ravásio Machado (003.624.770-78); Juliana Elmor Mainczyk (096.323.397-11); Karina Hatchwell Gerhardt (684.013.882-87); Reginaldo Paula Pessoa de Azevedo Filho (878.548.803-87); Thuila Kelly Silva de Moura (057.025.494-90); Tiago Nobre Morais (657.126.843-49); Tiago de Assis Quitério (311.134.508-43)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8070/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.116/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cláudia Ottaiano Rodrigues Frota (704.139.591-04); Daniel Teixeira da Costa Araujo (051.826.996-54); Danilo dos Santos Oliveira (015.264.281-13); Gabriela Cristina Cândido da Silva (034.868.021-00); Gilmário Guerreiro da Costa (494.663.641-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8071/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.121/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tiago Costa Góes (014.912.495-36)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8072/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.126/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Juliana Rosito Pinto Kruel (010.687.110-27)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8073/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.142/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Gabriela de Figueiredo Araujo (077.001.944-75); André Luiz dos Santos Paiva (083.447.484-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8074/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.383/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Keila Kleveston Schneider (004.669.930-99)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8075/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.388/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Iracilda Luíza Tavares (704.647.071-53); Jair Oliveira Ramos (971.277.951-34); Jardeane Reis de Araújo (054.168.753-05); Jeová Correia Miranda (965.674.143-91); Joan Alessandro Barros Silva (043.366.061-96); Jonatas Aparecido Guimarães (065.548.666-63); Joscelyn Antonio Alves da Costa Junior (021.043.581-08); Josivaldo Alves da Silva (288.848.842-68); Keila Ribeiro Vieira (019.700.181-51); Layssa de Jesus Alves Duarte (045.776.561-59); Lina Maria Viezzer Grondin (280.248.548-21); Luana Priscilla Rodrigues Macêdo (034.943.523-56); Lívia Santos Brandão (013.172.481-98)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8076/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.393/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Olívia Tozzi Bittencourt (012.817.361-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8077/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.555/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lilian Maria dos Santos Silva Lacerda (094.175.377-84)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8078/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.561/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Gomes Granja (060.948.529-66); Marcelo Santos Silva D'Oliveira (059.340.637-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8079/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.563/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Felipe de Brum Lopes (110.959.737-11); Marcos Pereira Leite Lima (096.003.997-00); Marcos Vinícius dos Santos (014.368.687-93)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8080/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.568/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Maria da Penha Araujo Murta (078.384.667-33); Maria do Carmo Alves da Silva (012.227.207-28)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8081/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.572/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Mariana Figueiredo de Castro Pereira (057.344.407-28); Mariana Marinho da Costa Lima Peixoto (113.613.517-05); Mariana Moraes Paes (133.466.187-14); Mayla Kezy Silva Teixeira (120.899.397-61)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8082/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.628/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rafaela Elói de Almeida Alves (056.399.397-96)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8083/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.630/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raul Sena Ferreira (073.486.056-05); Rita Gabriela Araujo Carvalho (011.675.683-70); Rodrigo Barreto Alves (126.081.647-81); Simone Pontes Xavier (038.680.157-60); Suelen Oliveira de Souza Leira (115.997.677-59); Tatiana Fernandes Dias da Silva (013.455.727-19); Tatiana Galdino da Silva (071.135.847-80); Tânia Aparecida Gomes Paes (321.253.068-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8084/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.641/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jarmonielle de Oliveira Pereira (703.706.482-34); Renato Jefferson Bezerra Leão (083.789.694-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8085/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.736/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Fidelis da Silva (023.652.721-50); José Reinaldo Maracaípe Costa (860.035.931-72); Maísa Nonato Chagas (022.782.051-70); Rodrigo Mendes Espíndola (064.393.171-64); Rosiane de Souza Silva (037.161.401-55); Talitha Bueno Embersics (367.995.738-63); Wellington Rodrigues da Silva (031.369.641-10); Willian Alves Pagnocelli (730.662.651-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8086/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.767/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Renata Sathler de Queiroz (042.532.847-36); Alexsandra Ferreira da Silva (092.662.767-82); Ana Carolina de Azevedo Carvalho (080.339.677-57); Ana Maria Quintela Maia (063.366.976-81); André Vinícius Dias Senra (072.814.067-54)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8087/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.773/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Márcio Leichsenring (013.032.667-41); Maria Lúcia Teixeira Guerra de Mendonça (601.325.317-04); Mariana Magalhães Marques (119.432.227-11); Mariana Paranhos Stelling (099.473.577-40); Marlon Tomazella Baptista (007.872.279-94)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8088/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.777/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Viudes Garcia da Silva (351.004.568-84); Bárbara Cristina Mendanha Reis (095.208.596-83); Caroline Gonçalves (329.148.608-03); Daniel Scaramella Moreira (037.111.199-48); Dayanne Sarah Lima Borges (002.695.032-42)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8089/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.783/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiano Rodrigues Peixoto (079.243.156-16); José Elias Ferreira da Silva (096.847.846-86); Kevin Reiny Rocha Mota (017.948.756-62); Laura Cristina Tibiletti Balieiro (081.801.956-51); Maria Carolina Rodrigues Boaventura (065.551.066-46)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8090/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.787/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francine Nascimento Silva (013.841.822-50); Gláucia Amaral Braga (689.482.392-87); Jardilene da Silva Moura (745.807.872-34); Josué Leonardo Santos de Souza Lisboa (887.521.272-49); Kelvin Alves Pinheiro (013.214.172-84)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8091/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.791/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Ricardo Zílio Abdala (554.647.340-15); Rafael de Freitas Valle Dresch (898.387.340-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8092/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.797/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jeter Bochnia Ribeiro (082.622.497-04); José Augusto Martins da Costa (105.432.187-67); José Elabras Filho (900.348.217-91); Lara Soares Morales Bittencourt Emmanuel (108.985.807-81); Laura Zaiden e Ferreira Pinto (052.460.526-21)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8093/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.799/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marc André Michael Thorsten Sammeth (061.108.447-30); Marcella Costa Brajão (343.335.008-69); Marcelo Chaves de Azevedo (005.958.357-67); Marcelo Duarte Magalhães (488.596.136-04); Marcelo dos Santos Magalhães (028.459.827-55)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8094/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.070/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafaela Bezerra Facanha Correia (001.887.493-22); Raimundo Nonato Junior (816.000.893-72); Rute Regis de Oliveira da Silva (875.055.174-49); Tatiane Kelly Barbosa de Azevedo Carnaval (059.060.984-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8095/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-012.808/2007-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Maria Ferreira Rios (274.957.873-68); Elsinda Carvalho de Sousa (353.752.053-00); Lúcia Maria Cunha Freires (273.480.403-49); Maria da Conceição da Silva (099.076.883-04); Rosa Mendes do Amaral Siqueira (454.249.263-04); Teresinha de Jesus Soares Nascimento (306.584.033-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Piauí - DNIT/MT

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Piauí - DNIT/PI que esclareça a que se referem as parcelas judiciais incluídas nos benefícios instituídos por Francisco das Chagas Siqueira e José Osmar Rios, anexando a correspondente documentação comprobatória.

ACÓRDÃO Nº 8096/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.572/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Denise Mitie Fukuda (044.450.277-74); Guiomar Gonçalves de Medeiros (098.818.187-88); Lucas Paes Martins de Albuquerque (124.024.287-59); Maria da Conceição Di Tomaso Bastos Barroso (290.137.477-87); Paulo Cesar Costa de Albuquerque (434.963.697-87); Pedro Henrique Fukuda de Oliveira (158.463.867-25); Rita de Cassia Braga Lentini (629.001.297-53); Vasti Oliveira Santos (515.341.777-87)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8097/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.587/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: André Luís Ribeiro Pinto (122.720.476-02); Dalva Ribeiro do Amaral Pinto (546.548.236-20); Gabriel Luis Ribeiro Pinto (131.766.366-79)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8098/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.948/2018-TCU-1ªCâmara, para onde se lê : *"... e considerar prejudicados por perda de objeto os demais atos de admissão constantes do item 1.2 .."*, leia-se: *"... e considerar prejudicados por perda de objeto os demais atos de pensão civil constantes do item 1.2 .."*, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com o parecer do Ministério Público.

1. Processo TC-016.643/2010-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adelina Beserra da Silva (647.918.661-34); Flora Maria de Mattos Fernandes (244.402.991-72); Joselita Gonçalves de Almeida (803.683.871-00); Laura Gonçalves dos Santos (183.642.411-68); Leda Maria Guimaraes Cavalcanti (115.787.931-49); Marina Gonçalves de Almeida (691.780.701-04); Maristela Gonçalves de Almeida (691.780.971-34); Salomão Gonçalves de Almeida (691.780.891-15); Vanderley Gonçalves de Almeida (691.780.621-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8099/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.540/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Kaira Fernanda Cardoso (103.426.959-32)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8100/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.542/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Olinda Bastião de Oliveira Brambilla (600.656.800-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8101/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.552/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alexia Eisfeld Leite de Assumpção Magalhães (053.650.247-10); Andressa Merath Teixeira (057.488.557-98); Antonio José Merath Teixeira (057.605.157-80); Diogo Merath Teixeira (058.033.757-05); Eleonora Soares da Silva (331.378.117-91); Enéas Guedes Pinto da Costa (023.915.467-34); Ernande Camillo da Silva Filho (435.864.817-72); Fernando Augusto Marques (026.990.607-04); Fernando Correa Marques (037.634.987-53); Helber Penha Valle (012.054.717-15); Hélio Vecchio Alves Maurício (010.325.777-20); Hilda Soares de Abreu (104.010.697-88); Isaura Fernandes Ângelo (640.825.987-15); João Augusto Novaes Thomaz Netto (597.687.897-00); Marília e Silva Peixoto (075.706.217-27); Marly Gomes de Moraes (739.976.257-00); Mônica Helena Ângelo de Souza (006.672.767-77); Nelson de Freitas (108.721.327-49); Neyde Simões Costa (004.003.947-15); Rafael Gomes Pereira (140.486.057-63); Rodrigo Thomaz Pereira (060.634.777-13); Sônia Fagundes da Silva (495.711.417-04); Tamara Merath Teixeira (117.276.067-52); Yedda Araújo da Silva (111.747.507-74)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8102/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.747/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ícaro Cardoso Costa (056.033.161-44); Lenomar Alves Cardoso (342.754.281-53)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8103/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.755/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Itamar Gamba de Souza (056.746.777-51); Josieli Andrade Gonçalves (053.338.137-10); Julieta Batista Dario (577.950.967-00); Maria Adelaide Marco Peres de Souza (830.800.237-49); Maria da Penha Oliveira Cabral (395.130.927-04); Mateus Oliveira Cabral (054.773.737-84); Rosa Sacalhuca dos Santos (526.450.707-44); Ruth Gambá de Souza (074.681.667-73); Tatiane de Oliveira Cabral (054.773.767-08)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Alegre - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8104/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.759/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Angelita Barbosa da Costa (121.248.343-04); Gerarda Teixeira Braga (849.019.003-82)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Crato - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8105/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.764/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Cristina Rodrigues Santos Pinheiro (271.653.617-15); Anna Paraventi (216.666.418-04); Bruno Rana (587.160.768-34); Joseph Johnson (096.229.944-82); Samuel Morais da Silva (099.081.378-91); Takashi Yoneda (048.174.608-06); Zélia Livramento de Marco Ferreira Silva (070.285.638-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8106/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.768/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Irene Filuszteck Notari (022.202.604-96); Larissa Maria Gomes dos Santos (115.159.164-56)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8107/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.772/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria de Moraes Ribeiro (927.201.536-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8108/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.785/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Edith Maciel de Almeida (152.598.542-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8109/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.879/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Adalgiza da Silva Lima (748.545.500-15); Beatriz Maria Azambuja Bastos Guimarães (316.072.250-34); Maria Miguelina Sampaio Pereira (292.512.220-53); Maria da Silva Machado (012.070.990-23); Seri da Silva Fraga (005.042.610-96)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8110/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.887/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Mariana Ferreira Nunes (162.600.247-97)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8111/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.889/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alexandre Nepomuceno (109.208.207-78); Alexandre Rocha Cunha (149.977.947-08); Anna da Cruz Ribeiro (329.539.767-87); Antonio Pinho dos Santos Filho (004.961.897-00); Celidônio José Luiz (608.758.017-49); Christoper White Sabatino (639.208.833-49); David Libânio Corbo (053.091.497-24); Jandyra Carvalho Moreira (389.754.757-00); Jayme Leal (045.259.577-00); José Ferreira da Silva (069.490.707-30); Luís Vieira Dutra Nicácio (005.507.527-49); Luiz Felipe Mesquita Baptista (106.773.947-56); Nadyr Nascimento Pimenta (092.524.207-11); Renilda Brust da Silva (118.318.077-26); Rosalvo do Valle (006.701.117-91); Sônia Maria Fonseca Alvarenga (974.290.317-49); Vera Lúcia Gonçalves Lima (032.692.117-67); Walter Ayres (028.689.897-72); Wanderval Ferreira da Silva (612.442.957-87); Zenaide da Silva Fonseca (011.512.367-99)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8112/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.891/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Anna Maria Kos Amarante (047.552.197-87); Douglas Idomeu Pontes (206.935.597-72); Eduardo Expedito de Aragão Araújo (030.023.523-22); Isaac Eduardo Hazan (001.876.407-00); Luiz da Silva Torreão (179.828.807-97); Maria da Guia Pereira (612.680.707-34); Maria de Lourdes Machado Rodrigues (506.303.427-68); Maria do Carmo dos Santos Marinho (023.952.787-93); Ormezinda Silva Soares (024.885.077-68); Paulo Rogério Teixeira da Silva (014.469.267-88); Pedro de Albuquerque Bezerra (058.088.787-13); Rita Lacerda de Lima (004.209.137-34); Roberto Luiz Gomes Miranda (137.698.547-05); Rosa Serafim de Araujo (070.350.647-10); Rosana Serafim de Araujo (084.751.777-27); Rubens Luís Miranda (914.807.287-72); Salete Miguel da Silva (113.371.487-09); Vera Lúcia Cyrillo Vieira (014.469.267-88); Wilma Barbosa Lima (014.816.387-42); Yolanda Gonçalves Fernandes (572.815.727-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8113/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.894/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Luzinete Moura da Silva (409.256.924-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8114/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, incisos I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, e o art. 47, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014, em retirar a chancela de sobrestamento do processo, julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados no item 1.2 deste acórdão, expedindo-lhes quitação plena, e cientificar a Caixa Econômica Federal desta deliberação, encaminhando-lhe cópia dos pareceres de peças 11/14:

1. Processo TC-010.039/2001-7 (PROCESSO DE CONTAS - Exercício: 2000)

1.1. Apensos: 926.196/1998-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Amaury Guilherme Bier (013.102.298-99); Andrea Sandro Calabi (002.107.148-91); Anecir Scherre (311.551.037-34); Aser Cortines Peixoto Filho (290.965.967-49); Emilio Humberto Carazzai Sobrinho (037.321.504-53); Fabio de Oliveira Barbosa (359.558.996-34); Fernando Manuel Teixeira Carneiro (824.903.177-68); Guilherme Gomes Dias (735.482.357-00); Henrique Costabile (378.352.468-72); Isabel Pereira de Souza (039.675.065-68); Isaltino Alves da Cruz (068.048.611-91); Jorge Luiz Avila da Silva (264.122.257-49); Jose Joaquim de Santana (564.601.718-15); Jose Luiz Rosenberis Cunha (858.829.768-04); Jose Maria Nardeli Pinto (183.002.781-68); Jose Renato Correa de Lima (225.992.151-53); João Aldemir Dornelles (148.914.410-20); Leopoldo Silveira Furtado (462.890.626-20); Luiz Frederico de Bessa Fleury (310.857.501-59); Luiz Nelson Guedes de Carvalho (027.891.838-72); Maria do Socorro Almeida Araujo (036.488.693-53); Norival da Silva (003.527.309-78); Paulo Patay (107.788.961-53); Paulo Roberto Haddad (000.631.186-53); Raphael Rezende Neto (318.777.021-53); Telma de Castro (125.658.811-34); Valdery Frota de Albuquerque (309.825.371-15); Waldemir Messias de Araújo (027.723.377-15); Wilson Risolia Rodrigues (001.384.978-69)

1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.7. Representação legal: Guilherme Lopes Mair, OAB-DF 32.261; Murilo Fracari Roberto, OAB-DF 22.934; Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi, OAB-DF 40.915.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8115/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos responsáveis a seguir relacionadas, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.415/2005-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2004)

1.1. Responsáveis: Ademirson Ariovaldo da Silva (742.669.428-34); Arno Hugo Augustin Filho (389.327.680-72); Aser Cortines Peixoto Filho (290.965.967-49); Bernardo Gouthier Macedo (508.238.506-25); Carlos Augusto Borges (124.632.643-49); Clarice Coppetti (354.995.240-68); Élvio Lima Gaspar (626.107.917-04); Fernando Nogueira da Costa (144.145.466-72); Francisco Egídio Pelúcio Martins (241.383.473-72); Francisco Tadeu Barbosa de Alencar (352.844.204-20); Fábio Lenza (238.544.131-49); Hélcio Tokeshi (077.656.978-38); Isaltino Alves da Cruz (068.048.611-91); Joaquim Vieira Ferreira Levy (727.920.007-91); Jorge Eduardo Levi Mattoso (010.118.868-47); João Aldemir Dornelles (148.914.410-20); João Carlos Garcia (042.386.698-27); Lucio da Silva Santos (180.671.827-87); Luiz Antonio de Castro (084.491.391-04); Luiz Frederico de Bessa Fleury (310.857.501-59); Manoel Felipe Rego Brandao (231.507.183-68); Marcos José Rodrigues Torres (168.206.222-87); Maria do Socorro Almeida Araújo (036.488.693-53); Norival da Silva (003.527.309-78); Paulo Roberto Paixão Bretas (295.086.226-87); Telmo Marques Costa (071.158.733-72); Wilson Risólia Rodrigues (001.384.978-69)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica:Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8116/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas de Jorge Eduardo Levi Mattoso e Telmo Marques Costa, dando-lhes quitação, bem como julgar regulares as contas dos demais responsáveis a seguir relacionadas, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.865/2006-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2005)

1.1. Responsáveis: Ademirson Ariovaldo da Silva (742.669.428-34); Alexandra Reschke (066.195.378-55); Aser Cortines Peixoto Filho (290.965.967-49); Bolivar Tarrago Moura Neto (543.836.500-82); Carlos Alberto Cotta (004.185.446-20); Carlos Augusto Borges (124.632.643-49); Clarice Coppetti (354.995.240-68); Elvio Lima Gaspar (626.107.917-04); Fernando Nogueira da Costa (144.145.466-72); Francisco Egídio Pelúcio Martins (241.383.473-72); Fábio Lenza (238.544.131-49); Gustavo Caldas Guimaraes de Campos (081.027.937-16); Hélcio Tokeshi (077.656.978-38); Isaltino Alves da Cruz (068.048.611-91); Joaquim Vieira Ferreira Levy (727.920.007-91); Jorge Eduardo Levi Mattoso (010.118.868-47); Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00); João Aldemir Dornelles (148.914.410-20); João Carlos Garcia (042.386.698-27); Lucio da Silva Santos (180.671.827-87); Luiz Antonio de Castro (084.491.391-04); Luiz Frederico de Bessa Fleury (310.857.501-59); Manoel Felipe Rego Brandao (231.507.183-68); Maria do Socorro Almeida Araújo (036.488.693-53); Norival da Silva (003.527.309-78); Paulo Roberto Paixão Bretas (295.086.226-87); Ricardo Soriano de Alencar (606.468.451-

87); Telmo Marques Costa (071.158.733-72); Wilson Risólia Rodrigues (001.384.978-69)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8117/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Maria Lucia de Pontes (CPF 962.264.047-87), no período de 8/1 a 8/6/2016, e Carlos Castilho do Nascimento (CPF 893.815.567-68), no período de 14/7 a 31/12/2016, dando-lhes quitação, em razão das seguintes ressalvas:

a.1)falta de apresentação de todas as informações que deveriam constar no rol de responsáveis, o que afronta o disposto no art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010

a.2) ausência de planejamento para execução da atividade de supervisão ocupacional para o exercício de 2016;

a.3) fragilidade da gestão das informações obtidas durante as atividades de supervisão ocupacional, não sendo os dados consolidados de forma adequada para concluir sobre a sua efetividade;

a.4) gestão ineficiente do responsável em dar andamento às atividades disciplinares da autarquia, em virtude da omissão na apuração de denúncias e na instauração de procedimentos administrativos disciplinares, com possibilidade de ocasionar a prescrição da pretensão punitiva da Administração;

b)dar ciência à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre a falta de apresentação de todas as informações que deveriam constar no rol de responsáveis, o que afronta o disposto no art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes;

c) julgadas regulares as contas dos responsáveis José Luis Moura de Azevedo (CPF 802.864.537-20), Cassius Rodrigo de Almeida Silva (CPF 033.213.657-40) Fernando Augusto da Cunha Oliveira (CPF 245.635.367-68), Aselio Vieira Passos (CPF 982.527.477-87), Maria Mota Pires (CPF 149.547.371-68), João Carlos Ferreira Marinho de Carvalho (CPF 712.867.647-34), Alessandro Rosendo de Oliveira (CPF 556.794.041-68), Rodrigo Fernandes Gomes Bomfim (CPF 070.468.337-70), Luiz Felício Palermo (CPF 017.934.907-40), Anida Claudia Dominici Soares (CPF 476.138.743-20), Antonio Augusto Goncalves Carocha (CPF 103.178.577-97), Newson Reis Monteiro (CPF 033.431.117-91), Carlos Alberto da Silva Souza (CPF 408.855.187-72), Paulo César Paz de Mello (CPF 518.171.797-72), Sergio Mendes Costa Filho (CPF 069.527.167-93) e Pablo Alves de Souza Pontes (CPF 010.834.757-54), dando-lhes quitação plena;

d) excluir da relação processual Fabiana Martinelli Santana de Barros (CPF 045.120.044-67), Titular da Procuradoria Federal Especializada, no período de 6/1 a 31/12/16, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa 63/2010;

e) dar ciência do acórdão à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, encaminhando-lhe cópia dos pareceres às peças 10 a 12, nos termos do inciso III do art. 169 do RI/TCU, arquivando-se os autos.

1. Processo TC-023.371/2017-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Alessandro Rosendo de Oliveira (556.794.041-68); Anida Claudia Dominici Soares (476.138.743-20); Antonio Augusto Goncalves Carocha (103.178.577-97); Aselio Vieira Passos (982.527.477-87); Carlos Alberto da Silva Souza (408.855.187-72); Carlos Castilho do Nascimento (893.815.567-68); Cassius Rodrigo de Almeida Silva (033.213.657-40); Fabiana Martinelli Santana de Barros (045.120.044-67); Fernando Augusto da Cunha Oliveira (245.635.367-68); Joao Carlos Ferreira Marinho de Carvalho (712.867.647-34); Jose Luis Moura de Azevedo (802.864.537-20); Luiz Felicio Palermo (017.934.907-40); Maria Lucia de Pontes (962.264.047-87); Maria Mota Pires (149.547.371-68); Newson Reis Monteiro (033.431.117-91); Pablo Alves de Souza Pontes (010.834.757-54); Paulo César Paz de Mello (518.171.797-72); Rodrigo Fernandes Gomes Bomfim (070.468.337-70); Sergio Mendes Costa Filho (069.527.167-93)

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/recomendações/orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8118/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis a seguir relacionados e dar-lhes quitação plena, fazer a seguinte determinação e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.725/2017-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Alexandre Xavier Ywata de Carvalho (459.065.645-00); Alice Pessoa de Abreu (096.807.801-04); Andre Bojikian Calixtre (310.896.868-89); Antônio Ernesto Lassance de Albuquerque Junior (373.406.541-00); Brand Arenari (094.926.737-62); Carlos Roberto Paiva da Silva (027.748.282-87); Claudio Hamilton Matos dos Santos (025.324.237-14); Daniel Ferreira Pereira Goncalves da Mata (042.772.244-66); Ernesto Lozardo (232.398.838-72); Fernanda de Negri (840.008.569-87); Flavia de Holanda Schmidt Squeff (213.706.818-44); Guilherme Mendes Resende (043.851.776-86); Jessé José Freire de Souza (225.126.591-00); Jose Aparecido Carlos Ribeiro (034.078.567-50); João Alberto de Negri (620.169.979-15); Juliano Cardoso Eleuterio (028.330.706-40); Lenita Maria Turchi (042.284.561-20); Manoel Carlos de Castro Pires (079.012.567-61); Marco Antonio Freitas de Hollanda Cavalcanti (016.369.967-44); Marco Aurelio Costa (729.080.506-25); Mathias Jourdain de Alencastro (705.737.911-04); Roberto Dutra Torres Junior (099.352.387-09); Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho (028.031.947-91)

1.2. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as conclusões da Comissão de Processo Administrativo instituída pela Portaria Ipea 394/2016.

ACÓRDÃO Nº 8120/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em acolher as alegações de defesa dos responsáveis, julgar regulares as contas dos responsáveis a seguir relacionados, com as ressalvas descritas no item 1.7, dar-lhes quitação, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.021/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ação Faça Uma Família Sorrir (05.784.211/0001-86); David Carlos de Oliveira (497.358.376-68); Waldir Gomes da Silva (518.156.136-53)

1.2. Entidade: Ação Faça Uma Família Sorrir (AFFAS)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: Ana Carolina Diniz de Matos (135.963/OAB-MG), representando Ação Faça Uma Família Sorrir, Waldir Gomes da Silva e David Carlos de Oliveira.

1.7. Ressalvas:

1.7.1. despesas não previstas no plano de trabalho aprovado no montante de R$ 750,00;

1.7.2. pagamento de tarifas bancárias no montante de R$ 952,42;

1.7.3. pagamento de multas por meio de guias de recolhimento de tributos/encargos sociais no montante de R$ 337,21.

ACÓRDÃO Nº 8121/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso III, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da inicial como representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência deste acórdão e da instrução precedente à representante e ao representado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.316/2018-6 (DENÚNCIA)

1.1. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG

1.2. Interessado: Primeiro Time Informática Ltda. (CNPJ 06.012.469/0001-27)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8122/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos responsáveis a seguir relacionados e dar-lhes quitação plena, considerá-la prejudicada ante as providências já adotadas pela unidade jurisdicionada, e determinar o arquivamento do processo, dando-se ciência deste acórdão e da instrução precedente ao representante e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, este para adoção das medidas que entender cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 3 a 6):

1. Processo TC-015.241/2018-1 (Representação)

1.1. Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (10.877.412/0001-68)

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8123/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e determinar o arquivamento, dando-se ciência ao representante e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.622/2017-2 (Representação)

1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: encaminhar cópia deste acórdão e da instrução precedente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e ao representante.

ACÓRDÃO Nº 8124/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, Reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno do TCU, em conhecer a representação formulada sobre supostas irregularidades cometidas pela empresa J Marinho da Silva Restaurantes - ME, detentora do Contrato 029/2015, mantido com a Universidade Federal da Paraíba, para considerá-la improcedente; dar ciência desta deliberação ao representante e à Universidade Federal da Paraíba; e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos pela Secex-PB (peças 24-25):

1. Processo TC-024.960/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado da Paraíba (37.115.367/0023-76)

1.2. Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8125/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em considerar cumprida a determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 2070/2016 - TCU - 1ª Câmara; encaminhar cópia desta deliberação ao representante e arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos pela Secex-MA (peças 27-29):

1. Processo TC-031.040/2015-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

1.2. Entidade: Município de Governador Edison Lobão/MA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 20/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 8126/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-006.368/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliane Pirolo (025.529.568-58); Francisco Fiorelli (837.360.508-87); Jose Pereira Alvim Filho (016.302.898-25); Solange de Souza (948.578.738-34)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8127/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.761/2008-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Fatima Ferreira (008.079.317-72)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8128/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em:

a) considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ressaltando, quanto à aposentadoria do Sr. ROLDAO LUCAS ANDRADE, a retificação, pelo órgão de origem, do valor dos proventos atualmente pagos ao interessado, em particular no tocante ao percentual de anuênios a que faz jus o inativo;

a)b) mandar fazer a determinação adiante especificada.
b)

1. Processo TC-017.932/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Onildo da Silva Botelho (000.345.409-62); Roldao Lucas Andrade (099.639.792-20)
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, providencie a correção, no sistema Sisac, do percentual de anuênios atribuído ao inativo ROLDAO LUCAS ANDRADE (ato número de controle 10802541-04-2013-000034-3), utilizando, para tanto, as informações atualmente cadastradas no sistema Siape.

ACÓRDÃO Nº 8129/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.136/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Silva e Sousa (004.419.293-20)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8130/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-022.141/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Pereira de Oliveira (345.217.208-20)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que, valendo-se da faculdade prevista no art. 260, § 3º, do Regimento Interno do Tribunal, proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato de pensão civil de Carmélia de Sá Pereira (número 18831/2018), qualificada como viúva do ex-servidor Raimundo Pereira de Oliveira, aferindo, em particular, à vista das informações constantes deste processo e do TC-006.262/2007-9, a correção dos fundamentos legais e da proporcionalidade da aposentadoria do instituidor.

ACÓRDÃO Nº 8131/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-027.393/2015-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Carlos Costa (085.652.015-20)
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato de pensão civil de Maria Hortência Costa (número de controle 10483608-05-2015-598186-3), qualificada como viúva do ex-servidor José Carlos Costa, aferindo, em particular, a regularidade da inclusão nos proventos, em parcela destacada, da vantagem denominada "*Decisão Judicial Tran Jug At*", no valor de R$ 667,20.

ACÓRDÃO Nº 8132/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.650/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriano Ramire Canella (054.585.387-73); Aida Batista Moreno (645.585.767-49); Cristal da Costa Thompson (051.809.547-97); Dalila Jordão (361.828.697-04); Jefferson Azevedo Ribeiro (054.030.587-10); Joao Luiz Moura Filho (079.102.667-15); Lenira Lopes de Nonno (106.743.927-79); Leny da Franca Bastos (018.844.647-85); Lira Gomes Netto (393.180.447-04); Luiz Carlos Telles (356.852.987-49); Maria Alice Macedo (977.440.777-68); Maria Delmira Figueiredo Leite (057.866.277-99); Marly Rodrigues de Oliveira (056.179.707-20); Nhandeyaro Homem dos Santos (508.812.307-82); Nivalda de Oliveira Silva (433.862.887-15); Odette Leite Barroso (006.732.917-90); Ruth Barreto Amaral (029.201.437-60); Ruth Moreira de Moraes (641.214.297-53); Teresa Bruno da Silva Cardoso (001.203.547-56); Zulmira Wilken (118.039.827-05)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 15/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 8133/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.308/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vicente Lobo Furtado (184.442.881-87)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8134/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em arquivar os presentes autos, nos termos do Acórdão 2.363/2014-TCU-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.646/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jaime Bau (179.818.160-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8135/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.321/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernando Carneiro (030.648.677-68); Francisco George Nogueira Josino (091.932.783-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que providencie a alteração no ato Sisac de Francisco George Nogueira Josino, CPF 091.932.783-49, no campo "SERVIDOR ACUMULA OUTRA APOSENTADORIA?", de "1-Sim" para "2-Nao"

ACÓRDÃO Nº 8136/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.867/2013-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Porfirio de Andrade Neto (043.395.174-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8137/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.094/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Yone Bastos Azevedo (012.242.633-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8138/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-018.484/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Juarez Manoel Dorneles Przybylski (014.738.320-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8139/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.989/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Martins Duarte (014.111.011-20); Joao Antonio da Silva (061.608.166-91); Miguel Ribeiro da Silva (176.735.857-15); Nilo de Souza Filgueiras (091.726.886-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8140/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.991/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gervasio Marcinichen (194.657.349-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Santa Catarina - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8141/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.999/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Diogo Lustosa Filho (081.798.753-34); Antônio Câncio de Oliveira Filho (031.737.713-20); Antônio de Sousa Matos Neto (046.765.723-87); Arnor Pereira da Silva (101.734.204-00); Benedito Torquato de Oliveira (020.364.603-72); Eliezer Nogueira Maia (049.601.903-10); Raimundo Ângelo da Rocha (050.601.922-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Ceará - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8142/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.001/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonimar Martins de Araujo (185.574.734-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado da Paraíba - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8143/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.002/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Benedito Jovenal Martins (056.474.792-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8144/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.003/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfredo Luiz Moreira Campos (073.455.506-72); Altamiro Soares Filho (012.140.636-91); Carlos Rogerio Caldeira de Lima (229.990.946-04); Celso Machado (064.048.716-53); Edson Carneiro (042.239.771-72); Genair Fernandes de Oliveira (239.272.756-20); Joao Nery de Lima (100.256.426-34); Osmar do Carmo (009.246.286-34); Roberto Elias Azzi (369.125.737-20); Ronald Barbosa de Oliveira (016.111.006-15); Vicente Paulo Alves Gonçalves (238.379.266-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8145/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.020/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Augusto de Araújo Coutinho (035.203.233-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Maranhão - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8146/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.021/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Lima (100.732.483-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Maranhão - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8147/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.022/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Ribamar Tavares (037.885.043-15); Rivo Sergio de Brito (022.210.553-49); Rivo Sergio de Brito (022.210.553-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Maranhão - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8148/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.023/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Francisco Godoy de Godoy (175.523.970-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio Grande do Sul - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8149/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.025/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Dias da Silva (054.682.642-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Tocantins - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8150/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.026/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcio Lanzuerksy Brandao Barros (003.593.514-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Alagoas - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8151/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.215/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Juarez de Oliveira (391.598.176-15)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8152/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.694/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Denise Lisboa Batista (661.570.727-68)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8153/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.149/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Laercio Martins de Oliveira e Silva (018.748.801-07); Lilian Alves Pires (880.970.721-49); Luciana Rangel da Silva (071.268.607-06); Luis Felipe de Oliveira Nabuco de Araujo (035.915.821-82); Mariana Valentim de Moraes Silva (026.671.951-16); Nayá Neves de Miranda (620.277.601-30); Pedro Arthur Braune Guedes (104.531.076-05); Polyanne Torquato de Queiroz (024.527.921-01); Ricardo Aguiar dos Prazeres (034.013.631-66); Roseane Murcelle Cirilo (016.889.201-45)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Portos (extinta)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8154/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.594/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Cavalcante Medeiros Neves (018.069.951-23); Fabio Cardoso (342.513.558-90); Juliana Moreira Passos de Sousa (614.637.523-34); Leonardo Di Praga Nunes de Oliveira (035.210.786-39); Leonardo Jose Lopes (084.785.096-07); Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha (044.245.556-90); Otavio do Nascimento Manei (938.107.412-72); Rafael Resende Stival (005.645.851-73); Ralyse Christine Antunes Madureira Riera (994.805.901-82); Rejane Ennes Cicerelli (311.813.518-20); Rone Alves Ribeiro Lima (006.659.531-27); Samuel Quintino Dutra (593.277.402-97); Thays Cristina de Araujo Tschiedel (012.378.061-60); Victor Cabral Dutra (014.448.305-03)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8155/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.003/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Matheus Oliveira Dias (027.844.061-48)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8156/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.063/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dalton da Silva Neiva (852.199.241-68); Daniele Nunes de Castro (067.900.226-00); Isabel Dolabela de Lima Lopes (730.032.121-68); Jose Eduardo Canavezes Souza (021.300.821-14); Julio Cesar Katekawa (297.267.528-25); Kaue Lunard Kawashita (017.959.651-93)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8157/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.155/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabela Soares Machado e Silva (028.004.301-50); Larissa Wendling (061.038.619-00)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8158/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.549/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Franz Hadman Jasper (702.265.471-91)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8159/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.926/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dionnathan Gomes Pinheiro (118.628.197-93); Elline Alves Rodrigues (064.788.964-12); Esmeralda Marques dos Santos Acioly (010.317.034-03)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8160/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.051/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Pereira de Sousa Rocha (001.272.951-51); Karina Gomes de Sena Sella (988.071.961-15)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8161/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.092/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jairo Sardeiro Bezerra (019.023.945-00)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8162/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.143/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angelo Moraes de Senna (721.568.486-53); Cassio Felipe Bueno (645.898.541-04); Flavio Silveira Fraga (121.632.687-80); Ricardo O Reilly Cabral Posada (694.314.691-20)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8163/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.636/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camilo Silva de Oliveira Coelho (339.621.058-16); Erni Paulo Giotto (303.823.860-00); Gabriela dos Reis Wane (011.254.921-71)
1.2. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8164/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.513/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cilenio Peres Barga (035.375.787-09); Dalvirene Pinheiro Ciriaco (133.339.487-02); Jandira de Lourdes dos Santos (604.313.779-87); Juvina Maria de Jesus Baracho (014.368.367-51); Luceny Peres Barga (061.581.057-83); Maria da Gloria Moura (029.331.168-47); Rosa Cristina Adriano Peres Barga (684.075.217-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8165/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.535/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marilene Costa Botelho (387.192.156-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais - Dnit/MT

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8166/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.548/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eron Bonfim Firmino (111.029.747-57); Larissa Bonfim Firmino (111.029.737-85); Renan Bonfim Firmino (129.834.727-01)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8167/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.549/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dagmar Paulina de Barros (839.062.747-72); Fernanda Cristina de Barros (029.272.211-70)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso do Sul - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8168/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis indicados no item 1.1, dando-lhes quitação, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 10), à Funasa/PB, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em razão das seguintes impropriedades detectadas em suas gestões:

a.fragilidades quanto ao controle de informações sobre providências adotadas em relação aos convênios e termos de compromisso que se encontram cadastrados nas situações de inadimplência ou inadimplência suspensa;

b.convênios expirados, sem liberação de recursos, encontram-se cadastrados no Siconv na situação de aguardando prestação de contas;

c.convênios e termos de compromisso com vigências expiradas, sem apresentação das respectivas prestações de contas nos prazos estabelecidos, não tiveram a inadimplência registrada;

d.inconsistências em situações cadastrais de instrumentos que se encontram registrados na situação de aguardando prestação de contas, mesmo possuindo saldos integralmente registrados na conta contábil de inadimplência efetiva;

e.inconsistências em situações cadastrais de instrumentos que se encontram registrados na situação de prestação de contas em análise, mesmo possuindo saldos integralmente registrados em conta contábil de convênios aprovados ou de inadimplência efetiva;

f.atraso na análise de prestações de contas de convênios.

1. Processo TC-000.199/2018-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)
1.1. Responsáveis: Ana Claudia Oliveira da Nóbrega Vital do Rêgo (854.366.404-78); Jackson de Araújo Lucena (141.322.304-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Ministro que se declarou impedido na sessão: Vital do Rêgo;
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Dar ciência à Secex-MT:
1.8.1. sobre a questão levantada pela Funasa/PB acerca de possível superavaliação do Ativo Circulante nos demonstrativos contábeis da unidade (tópico IX do Exame Técnico).
1.8.2. sobre a recorrente incapacidade operacional da Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba para gerir o volume de ajustes assumido, a fim de subsidiar discussões, entre aquela Secretaria e a Fundação Nacional de Saúde, acerca de soluções para a incapacidade operacional das unidades regionais da Funasa.

ACÓRDÃO Nº 8169/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a)com fundamento no art. 10, da Instrução Normativa - TCU 63/2010 e no art. 1º, § 1º, da Decisão Normativa - TCU 154/2016, em inserir Odete Soares de Oliveira Souza (113.224.032-87) no rol de responsáveis, em razão de haver exercido a função de Chefe Substituta da Seção de Fomento e Cooperação Técnica em Informática (SFCT/RO), entre 1/1/2016 e 31/12/2016;

b)com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva, em face das falhas apontadas, dando-lhes quitação, as contas de:

b.1)Ruyvaldo Correia Sales (115.089.812-72), Chefe da Divisão de Convênios e Gestão, entre 1/1/2016 e 31/12/2016, e Zeneide dos Santos Souza Carneiro (162.949.802-59), Chefe Substituta da Divisão de Convênios e Gestão, entre 18/1/2016 e 31/12/2016, em razão das incompatibilidades entre as informações do sistema Siconv e às dos processos físicos dos convênios; da inconsistência cronológica dos documentos anexos aos processos; das prorrogações irregulares dos prazos de vigências e dos ajustes nos planos de trabalho; da ausência de documentação obrigatório à época da assinatura dos convênios; e das prorrogações dos prazos de vigência dos convênios sem amparo legal;

b.2)Ivan Freitas de Oliveira Filho (085.262.302-04), Chefe Interino do Serviço de Gestão Administrativa, entre 29/6/2016 e 6/9/2016, e Maria de Lourdes da Silva (289.920.082- 87), Chefe do Serviço de Gestão Administrativa, entre 1/1/2016 e 6/9/2016, em razão da manutenção da precariedade das condições estruturais do imóvel no qual funciona a sede do Nems/RO e permanência da interrupção de devolução por servidores de parcelas ao erário.

c)com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas de Elio Ebert de Oliveira (149.329.032-00); Elizabeth Tominaga Boero (136.999.112-68); Helena da Silva Rocha Sete (264.107.452-49); Jair Sezário Luz (386.083.592-00); Odete Soares de Oliveira Souza (113.224.032-87); Osvaldo Veiga (040.383.982-34), dando-lhes quitação plena;

d)dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 10), ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Rondônia (Nems/RO).

1. Processo TC-033.984/2017-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Responsáveis: Elio Ebert de Oliveira (149.329.032-00); Elizabeth Tominaga Boero (136.999.112-68); Helena da Silva Rocha Sete (264.107.452-49); Ivan Freitas de Oliveira Filho (085.262.302-04); Jair Sezário Luz (386.083.592-00); Maria de Lourdes da Silva (289.920.082-87); Odete Soares de Oliveira Souza (113.224.032-87); Osvaldo Veiga (040.383.982-34); Ruyvaldo Correia Sales (115.089.812-72); Zeneide dos Santos Souza Carneiro (162.949.802-59)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex-RO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8170/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 e no art. 213 do RI/TCU, combinados com o art. 6º, inciso I, e art. 19, ambos da IN TCU 71/2012, com a redação atualizada pela IN TCU 76/2016, em excluir José Jaime Bezerra Rodrigues Júnior do rol de responsáveis e em encerrar o presente processo.

1. Processo TC-004.359/2017-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Francisco Antônio Cardoso Mota (206.090.194-49); Jose Jaime Bezerra Rodrigues Júnior (213.683.763-04)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Icó - CE
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.6. Representação legal: Rafael Mota Reis (27985/OAB-CE) e outros, representando Jose Jaime Bezerra Rodrigues Júnior.
1.7. Dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 29) e com a manifestação do *Parquet* de Contas (peça 36), à unidade jurisdicionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

ACÓRDÃO Nº 8171/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula-TCU 145, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, os seguintes Acórdãos e na forma a seguir:

a)Retificar o item 8 do Acórdão 1.534/2012-TCU-Plenário, de forma que, onde se lê "Advogado constituído nos autos: Marcelo Tostes de Castro Maia, OAB/MG 63.440; Alexandre Aroeira Salles, OAB/DF 29.108, ; Leonardo Gomes Bressane, OAB/MT 10.102; Daniela Juliano Silva, OAB/SP 243.103; Tatiana Barbosa Farias Machado, OAB/MT 11.120 e outros", leia-se "Advogado constituído nos autos: Marcelo Tostes de Castro Maia, OAB/MG 63.440; Alexandre Aroeira Salles, OAB/DF 29.108, Patrícia Guercio Teixeira OAB/MG 90.459; Leonardo Gomes Bressane, OAB/MT 10.102; Daniela Juliano Silva, OAB/SP 243.103; Bárbara Queiroz Borges Testa, OAB 83492/MG; Tatiana Barbosa Farias Machado, OAB/MT 11.120 e outros";

b)Retificar o item 8 do Acórdão 1.128/2017-TCU-Plenário, de forma que, onde se lê "Advogado constituído nos autos: Tatiana Barbosa Farias Machado (OAB/MT 11.120) representando Amauri Sousa Lima e Rui Barbosa Egual; Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Marina Hermeto Correa (OAB/MG 75.173), e outros representando Tamasa Engenharia S/A; Leonardo Gomes Bressane (OAB/MT 10.102) e outros representando Agrimat Engenharia Indústria e Comércio Ltda.; Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782), Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63.440) e outros representando Construtora Sercel Ltda.; Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372), João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB/RS 67.637) e outros representando Enpa Engenharia e Parceria Eireli"; leia-se "Advogados constituídos nos autos: Tatiana Barbosa Farias Machado (OAB/MT 11.120) representando Amauri Sousa Lima e Rui Barbosa Egual; Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Marina Hermeto Correa (OAB/MG 75.173), Patrícia Guercio Teixeira OAB/MG 90.459 e outros representando Tamasa Engenharia S/A; Leonardo Gomes Bressane (OAB/MT 10.102) e outros representando Agrimat Engenharia Indústria e Comércio Ltda.; Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782), Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63.440) e outros representando Construtora Sercel Ltda.; Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372), João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB/RS 67.637); Bárbara Queiroz Borges Testa, OAB 83492/MG, e outros representando Enpa Engenharia e Parceria Eireli";

c)Incluir no Acórdão 1.174/2014-TCU-Plenário, os responsáveis arrolados no presente processo: Amauri Sousa Lima (239.914.026-53), Antonio Carlos de Melo Victório (127.025.361-15), Construtora Sercel Ltda. (17.197.237/0001-07), Enpa - Engenharia e Parceria Eireli (00.818.517/0001-92), Rui Barbosa Egual (361.213.046-34); e Tamasa Engenharia (18.823.724/0007-09);

d)Retificar o item 8 do Acórdão 1.174/2014-TCU-Plenário, de forma que, onde se lê "Advogado constituído nos autos: não há", leia-se "Advogado constituído nos autos: Marcelo Tostes de Castro Maia, OAB/MG 63.440; Alexandre Aroeira Salles, OAB/DF 29.108, Patrícia Guercio Teixeira OAB/MG 90.459; Leonardo Gomes Bressane, OAB/MT 10.102; Daniela Juliano Silva, OAB/SP 243.103; Bárbara Queiroz Borges Testa, OAB 83492/MG; Tatiana Barbosa Farias Machado, OAB/MT 11.120 e outros;

e)Retificar o Acórdão 1.534/2012-TCU-Plenário, itens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.9.1, 9.9.2, 9.9.6, e Acórdão 1.174/2014-TCU-Plenário, de forma que, onde se lê "Rui Barbosa Egual (361.213.049-34), leia-se "Rui Barbosa Egual (361.213.046-34)";

f)Retificar o item 3 do Acórdão 1.534/2012-TCU-Plenário, de forma que, onde se lê "Antônio Carlos de Melo Vitório", leia-se Antônio Carlos de Melo Victório;

g)Retificar o item 3 dos Acórdãos 1534/2012, 1128/2017, e item 1.3 do Acórdão 3.062/2015, todos do Plenário, de forma que, onde se lê "Tamasa Engenharia S/A (18.823.724/0007-96)", leia-se Tamasa Engenharia S/A (18.823.724/0001-09);

h)Alterar o CNPJ 18.823.724/0007-96 da Construtora Tamasa Engenharia S/A, no cadastro como responsável do presente processo, para CNPJ 18.823.724/0001-09.

1. Processo TC-031.760/2008-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 027.349/2016-0 (SOLICITAÇÃO); 010.246/2015-0 (SOLICITAÇÃO); 001.511/2007-3 (MONITORAMENTO)
1.2. Responsáveis: Amauri Sousa Lima (239.914.026-53); Antônio Carlos de Melo Victório (127.025.361-15); Construtora Sercel Ltda (17.197.237/0001-07); Enpa Engenharia e Parceria Ltda (00.818.517/0001-92); Rui Barbosa Egual (361.213.046-34); Tamasa Engenharia Sa (18.823.724/0007-96)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.6. Representação legal: Bárbara Queiroz Borges Testa (83.492/OAB-MG) e outros, representando Enpa Engenharia e Parceria Ltda; Guilherme Antonio Brito Gonçalves Barbosa (45.197/OAB-DF) e outros, representando Construtora Sercel Ltda; Tatiana Barbosa Farias Machado (11120/OAB-MT), representando Antônio Carlos de Melo Victório, Amauri Sousa Lima e Rui Barbosa Egual; Marina Hermeto Correa (75.173/OAB-MG) e outros, representando Tamasa Engenharia Sa; Leonardo Gomes Bressane (10102/OAB-MT) e outros, representando Agrimat Engenharia Industria e Comercio Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8172/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, em adotar as medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.596/2016-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Anselmo Nobumassa Ono (124.435.608-56); Antonio Carlos Fernandes Pacheco (952.683.088-15); Deise Lopes Pires (003.716.548-82); Helio de Carvalho Pinto (158.667.696-20); Summer Cool Projeto, Instalação e Manutenção de Sistemas Ltda (05.035.409/0001-67); Thermon Ar Condicionado Ltda. (62.082.821/0001-71)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Daniel Manoel Palma, representando Summer Cool Projeto, Instalação e Manutenção de Sistemas Ltda; Rafael Ramos Leoni (287214/OAB-SP), representando Anselmo Nobumassa Ono.

1.7. deferir os pedidos de parcelamento da dívida encaminhados pelas empresas Summer Cool Projeto Instalação e Manutenção de Sistemas Ltda. e Thermon Ar Condicionado Ltda., em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar do pagamento anterior, para que comprove o recolhimento das demais parcelas, estando o saldo devedor sujeito à devida atualização monetária;

1.8. alertar às empresas solicitantes que, a teor do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

1.9. sobrestar os presentes autos até: (i) a quitação da última parcela; ou (ii) o vencimento antecipado do saldo devedor em razão da inadimplência do responsável, nos termos do art. 10, § 1º, da Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 8173/2018 - TCU - 1ª Câmara

Cuidam os presentes autos de recurso de reconsideração (peça 65) interposto contra o Acórdão 2.179/2018-1ª Câmara (peça 50) por José Farias de Castro, CPF 160.776.953-00.

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;

Considerando que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido, cujas razões discorridas se limitam a demonstrar a discordância com as conclusões deste Tribunal e o simples interesse na rediscussão do mérito;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto, dando-se ciência deste acórdão ao recorrente, juntamente com a instrução (peça 68), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.643/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José Farias de Castro (160.776.953-00); Omar de Caldas Furtado Filho (100.663.903-97); Planmetas Construções e Servicos Ltda - Me (07.594.706/0001-78); Prefeitura Municipal de Brejo - MA (06.116.743/0001-08)

1.2. Recorrente: José Farias de Castro (160.776.953-00)

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.8. Representação legal: Álvaro Valadão Borges Neto (5509/OAB-MA) e outros, representando Omar de Caldas Furtado Filho; Walter de Sousa Barros, representando José Farias de Castro.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8174/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o art. 235 do Regimento Interno do TCU estatui que denúncia/representação sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada;

Considerando que o Processo 25511/12, do extinto TCM-CE, encaminhado ao TCU, não apresenta relato de irregularidade ou ilegalidade cometidas pela Prefeitura de Tauá/CE na gestão dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado, conforme depreende-se da leitura do relatório de auditoria e do Acórdão 6.259/2016 (peças 2 e 3);

Considerando que, com as informações do relatório de auditoria em comento, foram constatados no município alguns resultados discrepantes de indicadores referentes a número de alfabetizandos, a evasão escolar, a seleção de alfabetizador, dentre outros, para os quais a equipe técnica do TCM/CE propôs recomendações à secretaria municipal de educação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, arquivar e em dar ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada de cópia da instrução (peça 4), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.232/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tauá - CE

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Encaminhar cópia de toda a documentação enviada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará à SecexEducação, para adoção das providências que entender pertinentes.

ACÓRDÃO Nº 8175/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, e em adotar as medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a)determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego que, se ainda não o fez, verifique junto à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT/SP) a situação das prestações de contas, das instaurações de TCE e dos processos de cobrança de débitos decorrentes de irregularidades constatadas nos convênios relacionados ao Termo Aditivo 4/2002 do convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 4/1999/SERT/SP, com vistas à possível adoção de medidas semelhantes às levadas a efeito pela Secretaria de Políticas Públicas (SPPE/MTE) por meio do Grupo Executivo de Tomadas de Contas Especiais (GETCE) em relação aos recursos repassados nos exercícios anteriores a 2002 do referido convênio, observadas as disposições da Instrução Normativa TCU 71/2012, com redação dada pela Instrução Normativa TCU 76/2016;

b)comunicar o órgão de Controle Interno da determinação expressa no item precedente, determinando-lhe que verifique, por ocasião da auditoria de gestão nas contas de 2018 do Ministério do Trabalho e Emprego, o seu cumprimento;

c)dar ciência desta deliberação, juntamente com a instrução (peça 24), à representante;

d)arquivar o presente processo.

1. Processo TC-020.364/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8176/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o Ministério Público Estadual não se encontra no rol de legitimados para solicitar fiscalizações a esta Corte, que, nos termos do art. 71, IV, da Constituição e o art. 38, I, da Lei 8.443/1992, são privativas do Congresso Nacional, de suas casas e de suas respectivas comissões, razão pela qual o Ofício 505/2017/1ª PJI, do Promotor de Justiça Flávio Costa Pinheiro de Souza, foi recebido pelo TCU como representação;

Considerando que o art. 235 do RI/TCU estabelece que a denúncia/representação sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada;

Considerando que o parágrafo único daquele artigo, por sua vez, estatui que: "O relator ou o Tribunal não conhecerá de denúncia que não observe os requisitos e formalidades prescritos no caput, devendo o respectivo processo ser arquivado após comunicação ao denunciante";

Considerando que, na peça examinada, o Promotor de Justiça Flávio Corte Pinheiro de Sousa apenas menciona não conformidades constatadas na clínica Centro de Nefrologia do Iguatu, sem, no entanto, se fazer acompanhar de indícios concernentes às irregularidades ou ilegalidades denunciadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, arquivar e em dar ciência desta deliberação ao Promotor de Justiça Flávio Corte Pinheiro de Sousa, acompanhada de cópia da instrução (peça 2), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.761/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8177/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o art. 235 do RI/TCU estabelece que a denúncia/representação sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada;

Considerando que o parágrafo único daquele artigo, por sua vez, estatui que: "O relator ou o Tribunal não conhecerá de denúncia que não observe os requisitos e formalidades prescritos no caput, devendo o respectivo processo ser arquivado após comunicação ao denunciante".

Considerando que o Processo 09666/2011-2 do TCE/CE, ora encaminhado ao TCU, apenas menciona as supostas irregularidades referentes a "possibilidade de que os mesmos documentos [apresentados na Prestação de Contas do Convênio 11/2006 celebrado entre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE e a Associação Ação Novo Centro] tenham sido utilizados para comprovar a execução dos recursos repassados por meio do Convênio 78/2006, firmado entre o SEBRAE/CE e a Ação Novo Centro";

Considerando que não houve a efetiva constatação da suposta irregularidade naquela Corte de Contas, tampouco encaminhamento de documentos concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, e em arquivar os presentes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.898/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Dar ciência desta deliberação, juntamente com a instrução (peça 3) ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE e ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal- Sebrae/CE, considerando a sua competência primária para análise da prestação de contas de convênios celebrados e para decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

ACÓRDÃO Nº 8178/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que se trata de representação formulada pelo atual Prefeito Municipal de Jaguaretama/CE acerca de possíveis irregularidades praticadas pela ex-gestora Ila Maria Pinheiro Nogueira Saraiva (2013-2016), relacionadas à execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício financeiro 2015;

Considerando a competência primária da entidade repassadora, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos;

Considerando que o FNDE está em fase de esgotamento de todas as providências cabíveis com vistas à regularização das pendências verificadas;

Considerando os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerar prejudicada a análise, e em dar ciência desta deliberação ao FNDE e ao representante, juntamente com a instrução (peça 9), de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-032.352/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Ila Maria Pinheiro Nogueira Saraiva (360.662.573-15)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jaguaretama - CE

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8179/2018 - TCU - 1ª Câmara

Cuidam os presentes autos de representação formulada pela Prefeita do Município de Granja-CE sobre possíveis irregularidades relacionadas à aplicação dos recursos do convênio 0112/1996,

firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a municipalidade, praticadas pelo ex-gestor Eliezer Oliveira de Arruda Coelho Filho (242.038.823-20).

Considerando que, diante dos elementos trazidos aos autos, não restam presentes os critérios de risco, relevância e materialidade;

Considerando a competência primária da entidade repassadora para decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos;

Considerando que, conforme demonstrado nos autos, a Funasa está em fase de esgotamento de todas as providências cabíveis com vistas à regularização das pendências verificadas;

Considerando os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerar prejudicada a análise, e em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-035.247/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Eliezer Oliveira de Arruda Coelho Filho (242.038.823-20)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Granja - CE

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência, com fundamento no art. 7° da Resolução TCU 265, de 9 de dezembro de 2014, à Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual do Ceará sobre o atraso na adoção de medidas com vista ao ressarcimento aos cofres da União, ante os danos causados na execução do convênio 112/1996 (Siafi 306777), ocorrência que afronta o disposto no art. 8º da Lei 8.443/92 e art. 4º da IN-TCU 71/2012;

1.8. Dar ciência desta deliberação à representante e à Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual do Ceará, juntamente com a instrução (peça 3), de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e em arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8180/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de autuação como representação de documentação encaminhada pela justiça trabalhista, em que noticia a condenação da unidade jurisdicionada em embargos de declaração manifestamente protelatórios;

Considerando a classificação dos fatos como de baixo risco, materialidade e relevância;

Considerando as disposições da Portaria-Segecex 12/2016, com intuito de uniformizar procedimentos atinentes à autuação, instrução e exame das denúncias e representações à luz da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que a peça inicial não noticia fatos que demandem a pronta atuação fiscalizatória do TCU;

Considerando que os documentos que não comuniquem indícios de irregularidades ou ilegalidade, nem demandem ação fiscalizatória, devem ser mantidos com a unidade instrutiva para servir de subsídio para o planejamento ou a proposição de fiscalizações, ou para outros fins gerenciais e de inteligência, ou, ainda, para amparar processos de produção de conhecimento, quando oportunos;

Considerando a desnecessidade de autuação da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher os requisitos cabíveis, e em adotar a medida a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.276/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.5. Representação legal: Gustavo Esperança Vieira (212756/OAB-SP) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.6. determinar à unidade instrutiva que, em casos futuros e similares, observe as disposições da Portaria-Segecex 12/2016, que tem o intuito de uniformizar procedimentos atinentes à autuação, instrução e exame das denúncias e representações à luz da Resolução-TCU 259/2014, autuando como representação apenas quando comunicados indícios de irregularidades ou ilegalidade, ou se o documento demandar ação fiscalizatória.

RELAÇÃO Nº 21/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 8181/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à comunicação (Ofício 185/2018/3º OTC/LNT) de Procuradora da República no Estado de Sergipe, Sra. Lívia Nascimento Tinôco, autuada como representação nesta Corte, a respeito de ocorrência de possíveis irregularidades em concurso público (Edital 1/2017) realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea/SE).

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 235 e 237, inciso I e parágrafo único, do RI/TCU e no artigo 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, podendo ser conhecida;

Considerando que a documentação encaminhada trata da apuração de ocorrência de irregularidades, apuradas no âmbito do Inquérito Civil 1.35.000.001261/2017-22, que acometeram a realização de concurso público (Edital 1/2017) realizado pelo Crea/SE, como: (i) o descumprimento de regras do respectivo edital, referente à alteração da forma de envio/interposição de recursos; (ii) falhas na divulgação dos gabaritos e do resultado preliminar das provas objetivas do concurso; e (iii) ofensa ao edital quando da convocação para o exame de títulos;

Considerando que a própria Procuradoria da República considerou, posteriormente, que as falhas foram sanadas com a anulação das fases do concurso eivadas de vício e que os argumentos e documentos apresentados pelo Crea/SE restaram suficientes para atestar a regularidade do certame (peça 3, p. 12), não se vislumbrando óbice ao seu prosseguimento, fato que permitiu a homologação do concurso em 4/6/2018 (peça 3, p. 1);

Considerando a existência nesta casa de processo (TC 021.472/2018-1), pendente de análise de mérito, que trata de possíveis irregularidades na gestão do Crea/SE, como a expedição, pelo presidente do conselho, de ato administrativo referente à alteração da quantidade de vagas, da nomenclatura e do regime de contratação, do referido concurso público, sem o aval e referendo do colegiado daquela entidade;

Considerando, ainda, os pronunciamentos uníssonos da unidade técnica (peças 4-6).

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c artigos 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, e 237, inciso I e parágrafo único, todos do Regimento Interno, além do art. 103, §1°, da Resolução TCU 259/2014, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência desta deliberação à representante e ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea/SE), encaminhando-lhes cópia da instrução constante à peça 4; e

c) arquivar os presentes autos sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto caso presentes elementos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-015.345/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria da República no Estado de Sergipe - MPF/MPU.

1.2. Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe (Crea/SE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8182/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de pedido de acesso à informação (PAI), registrado na Ouvidoria desta Corte (Manifestação 306654) com fundamento na Lei 12.527/2011, e recepcionada como solicitação de informações nos termos do artigo 94 da Resolução TCU 259/2014, no qual a Sr. Brunella Fonseca Moraes requer cópia integral do processo TC 023.280/2018-2.

Considerando que a solicitação foi formulada por pessoa não qualificada como parte ou representante legal no âmbito do processo TC 023.280/2018-2, classificado como "*Restrito (Reservado)*";

Considerando que o processo objeto da demanda trata de representação, pendente de apreciação de mérito, tratando de possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Presencial 02/2018 pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj);

Considerando que, nos termos do artigo 94 da Resolução TCU 259/2014, a solicitação de acesso aos autos formulada por pessoa não qualificada como parte ou como representante legal de parte será recebida e tratada como solicitação de acesso a informações para esclarecimento de interesse particular, coletivo ou geral;

Considerando que, nos termos do artigo 7º, § 3º, da Lei 12.527/2011, o direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizadas como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo "*será assegurado com a edição do ato decisório respectivo*" que, no âmbito desta Corte de Contas, constitui-se do "*acordão do TCU ou despacho do relator com decisão de mérito*", conforme disposto no artigo 6º, § 1º, da Portaria TCU 242/2013;

Considerando que, ao dispor sobre a classificação da informação quanto à confidencialidade no âmbito do TCU, o artigo 4º da Resolução 294/2018 estabelece a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção;

Considerando, ainda, a proposta de encaminhamento da unidade técnica (peça 3).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU c/c o artigo 94 da Resolução TCU 259/2014, em:

a) conhecer do presente pedido como solicitação de acesso a informações para, no mérito, indeferir o pedido de envio de cópia do TC 023.280/2018-2;

b) apensar a presente solicitação ao TC 023.280/2018-2; e

c) dar ciência desta deliberação à solicitante.

1. Processo TC-024.090/2018-2 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Solicitante: Brunella Fonseca Moraes (CPF 084.121.787-42).

1.2. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 8183/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-005.746/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Giuseppa Socorro Teixeira Zanchi (109.794.502-25).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8184/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-006.342/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Deoli dos Anjos Deserto (286.695.411-49).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8185/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-022.139/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maurilia Pacheco da Silva (485.354.947-15).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8186/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-022.200/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Romulo de Freitas (591.849.658-00).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8187/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.134/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Kanazokemaece (021.372.051-57); Airton Dias (946.187.551-72); Airton Porrete Konozokaye (865.015.691-68); Alan Dias da Silva Apinage (030.173.851-32); Alberto Carlos Alves dos Santos (425.237.535-53); Alcidia Cesario de Torres (094.362.176-33); Aldir Barbosa Brito (663.375.003-00); Alex Alves Zomaizokiece (062.900.641-50); Ana Paula Gottardi Barbosa Maia dos Santos (102.671.628-47); Diogo Alexandre Arantes (003.489.381-44).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8188/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência da exclusão de todos os beneficiários no Siape.

1. Processo TC-021.733/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Abygail Baptista de Souza (130.108.567-76); Ailton Ferreira da Silva (060.080.317-17); Anna Paranhos de Campos (630.475.607-06); Delva Gouveia Correia (108.469.527-85); Deneide Andrade Santos Veiga Lopes (530.212.077-15); Ednar Dias dos Santos (101.922.957-80); Emilse Cardoso de Souza (855.950.807-44); Gilda da Conceicao Josetti de Oliveira (028.243.827-08); Grinaura Maia Mayerhoffer (073.240.107-09); Helena da Conceicao Costa (087.522.567-58); Helena de Souza Goncalves (119.450.347-00); Ivete Ferreira Carneiro (054.662.207-01); Maria Aparecida Vitor da Silva (893.658.107-44); Maria Braga da Silva (762.687.057-34); Maria Dalva Beliago dos Santos (026.728.097-12); Maria Estelita de Aguiar Lopes (962.103.547-34); Maria Leopoldina de Souza (054.183.467-33); Maria da Silva Almeida Santos (157.859.557-68); Paulina Coutinho de Moraes (318.756.707-00); Rosa Souto (106.935.677-83); Ruth Velloso de Freitas Castro (572.341.407-00).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8189/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência da exclusão de todos os beneficiários no Siape.

1. Processo TC-021.740/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adayr dos Santos Neves (130.579.957-72); Aldecyra Carvalho de Almeida (073.305.117-06); Almerinda Beatriz Honorato (992.593.387-00); Angela Duarte Braga (025.581.557-33); Edith Peixoto Lima Alonso (018.544.457-15); Ely de Jesus Teixeira da Costa (733.647.547-72); Emilia Cruz Mendes (053.501.597-63); Floria Fragoso dos Santos (286.147.477-72); Geralda Elias Lopes1 (055.943.637-85); Helena Maria Honorato de Assis (106.735.537-52); Isau Aires da Cruz (091.160.017-53); Jurema Ribeiro Moreira Sampaio (070.844.707-43); Laura Rosa Marcal (922.193.147-15); Lucia Barbosa Pinto (023.970.267-08); Maria Gomes de Assumpção (376.029.007-82); Mariana Nogueira de Almeida (413.937.837-91); Nancy Falcao Junqueira (021.000.967-53); Nilda Rangel dos Santos (059.494.567-42); Rosa Silva Franca Leite (056.448.517-96); Walter Faria Pacheco (015.958.737-91).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8190/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência da exclusão de todos os beneficiários no Siape.

1. Processo TC-021.746/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cecilia Simão do Nascimento (061.150.524-08); Jose Vanildo Cordeiro da Silva (045.396.624-14); Maria Cordeiro da Silva (013.192.284-02).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8191/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência da exclusão de todos os beneficiários no Siape.

1. Processo TC-021.837/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Celia Maria Ferreira Freitas (072.631.907-45); Esther Rubim dos Santos (009.662.717-42); Hayde Tatagiba de Souza Durão (027.838.527-30); Maria Elizanete Laurentino Santos (003.286.437-00); Marly de Souza Costa (068.438.297-08).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8192/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 6361/2018-TCU-1ª Câmara, de modo que: i) onde se lê, no item 9.1, "9.1. considerar revéis (...) e a empresa CCS - Central de Construções Ltda. (...)", leia-se: "9.1. considerar revéis (...) e a empresa CCS - Central de Construções & Serviços Ltda. (...)"; ii) onde se lê, no item 9.2, "9.2. julgar irregulares (...) e condená-la, em solidariedade com a empresa CCS - Central de Construções Ltda. (CNPJ: 03.731.915/0001-65) (...)", leia-se: "9.2. julgar irregulares (...) e condená-la, em solidariedade com a empresa CCS - Central de Construções & Serviços Ltda. (CNPJ: 03.731.915/0001-65) (...)"; e, iii) onde se lê, no item 9.3, "9.3. aplicar individualmente à Sra. Iara Soares Costa e à empresa CCS - Central de Construções Ltda. a multa (...)", leia-se: "9.3. aplicar individualmente à Sra. Iara Soares Costa e à empresa CCS - Central de Construções & Serviços Ltda. a multa (...)"; mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-031.787/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: CCS - Central de Construções & Serviços Ltda. (03.731.915/0001-65); Iara Soares Costa (310.966.115-20).

1.2. Entidade: Município de Tomar do Geru/SE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará (Secex-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8193/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 21), ao representante e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.331/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Winpress Comércio e Serviço de Equipamentos de Escritório EIRELI - ME (21.923.224/0001-45).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no pregão eletrônico 6/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.7.1.1. o requisito de habilitação constante do item 8.7.1.4 do edital do pregão eletrônico 6/2018 está em desacordo com a relação taxativa dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993.

1.7.2. indeferir o pedido do representante de ser considerada como parte interessada, mas lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos após a prolação da deliberação de mérito dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8194/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 7), ao representante.

1. Processo TC-023.880/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Alforge Segurança Patrimonial Ltda. (13.343.833/0001-05).

1.2. Entidade: Embrapa/UEP/Recife.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8195/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 21), ao representante e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

1. Processo TC-025.876/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Amazonas.

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amazonas

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8196/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 11), ao representante e ao Conselho Federal de Farmácia, fazendo-se as determinações constantes no parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-033.585/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: 008.961/2016-6 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Representante: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia (22.829.881/0001-90).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Entidade: Conselho Federal de Farmácia.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. determinar ao Conselho Federal de Farmácia, com fundamento no art. art. 8º, §1º, da Lei 8.443/1992, e no art. 197, §1º, do RI/TCU, que adote, no prazo de 90 (noventa) dias, providências com vistas à apuração das ocorrências descritas a seguir e a identificação dos responsáveis, alertando para o fato de que diante de fatos ensejadores de tomada de contas especial, a autoridade competente deve adotar, previamente à instauração do processo, medidas administrativas para a caracterização ou elisão do dano:
1.8.1.1. pagamento irregular de diárias e verbas de representação, inclusive a pessoal extraquadro para participar de evento na própria capital (Porto Velho/RO) no exercício de 2012, notadamente relacionado à Sra. Francielli Aparecida Stodulski, esposa do Sr. João Dias de Oliveira Júnior, vice-presidente do CRF/RO à época;
1.8.1.2. aquisição de bem imóvel (terreno) sem o devido processo licitatório, no valor de R$ 475.000,00, com área total de 1026 m², situado na Rua Almirante Barroso, 3554, Porto Velho/RO;
1.8.1.3. oferecimento de curso de pós-graduação *lato sensu* (Farmacologia Clínica, Citologia Clínica, entre outros) sem autorização do Ministério da Educação ou de outras instâncias de controle acadêmico;
1.8.1.4. irregularidades no concurso público 1/2011 para fiscal-farmacêutico;
1.8.2. encaminhar cópia integral dos presentes autos ao Conselho Federal de Farmácia para adoção das medidas necessárias.

ACÓRDÃO Nº 8197/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 36), ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis e ao Ministério Público Federal, em atenção à solicitação de informações realizada no âmbito do TC 006.411/2017-1, que está apensando a estes autos.

1. Processo TC-034.685/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 006.411/2017-7 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Entidade: Conselho Federal de Corretores de Imóveis; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.6. Representação legal: Samuel França Torres dos Santos e outros, representando Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 8198 a 8223, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 8198/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.947/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Leocádio Olímpio Rodrigues (134.282.683-34); Rosângela Alves de Azevedo (288.680.133-04).
4. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Serrano do Maranhão/MA por força do Convênio 3764/2005,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o sr. Leocádio Olímpio Rodrigues e a sra. Rosângela Alves de Azevedo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Leocádio Olímpio Rodrigues e da sra. Rosângela Alves de Azevedo e condená-los, em solidariedade, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
161.748,00	18/12/2006

9.3. aplicar ao sr. Leocádio Olímpio Rodrigues e à sra. Rosângela Alves de Azevedo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, caso requerido, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8198-26/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8199/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.100/2010-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Almir Nadim Raslan (022.546.201-00); Aparecida Eliza Ferreira (142.471.941-00); Arnaldo Santos Gasparini (046.765.057-87); Aurea Machado Vidal (164.571.881-68); Beatris Pereira da Costa (866.309.118-49); Denise Tibau de Vasconcelos Dias (040.433.671-04); Eurdes Carlos Garcia (065.559.341-15); Hélio Alfredo Godoy (002.590.041-20); Isolete Lins Campestrini (104.799.701-06); João Batista Campagnani Ferreira (134.141.608-97); Lauro Joppert Swensson (039.082.679-00).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Rejane Ribeiro Fava Geabra (6966/OAB-MS) e outros, representando Eurdes Carlos Garcia.
8.2. Walfrido Ferreira de Azambuja Junior (4.088/OAB-MS) e outros, representando Joao Batista Campagnani Ferreira.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 70, incisos III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1, inciso V, e 39, inciso II, e no Regimento Interno, art. 260, em:

9.1. considerar legais e determinar o registro dos atos de aposentadoria relativos aos servidores Almir Nadim Raslan, Beatris Pereira da Costa, Hélio Alfredo Godoy, Eurdes Carlos Garcia, Isolete Lins Campestrini e Lauro Joppert Swensson;

9.2. considerar prejudicado o exame do ato de aposentadoria da servidora Aparecida Eliza Ferreira, em razão de seu falecimento;

9.3. considerar ilegais as concessões relativas ao servidor João Batista Campagnani Ferreira e negar registro aos respectivos atos;

9.4. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos pelos servidores mencionados no subitem anterior, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.5. determinar à Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.5.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos Srs. Eurdes Carlos Garcia e João Batista Campagnani Ferreira no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.5.2. suspenda os pagamentos dos proventos efetuados com base nos atos ora impugnados ao Sr. João Batista Campagnani Ferreira;

9.5.3. suspenda o pagamento da rubrica relativa ao percentual de 28,86% ao servidor Eurdes Carlos Garcia;

9.6. orientar a Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que o tempo de magistério do Sr. João Batista Campagnani Ferreira poderá ser computado de forma majorada até o advento da emenda constitucional 18/1981 para fins de concessão de aposentadoria voluntária com proventos integrais (Constituição Federal, art. 40, III, "a", em sua redação original);

9.7. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.7.1. promova o destaque do ato relativo à servidora Áurea Machado Vidal para examinar a legalidade do pagamento da rubrica relativa a decisão judicial para a inativa Áurea Machado Vidal;

9.7.2. promova o destaque do ato relativo à servidora Denise Tibau de Vasconcelos Dias para reexaminá-lo, notadamente as informações concernentes ao tempo de serviço/contribuição da interessada, tendo em vista constar do Siape a informação de que a interessada teria retornado à atividade no ano de 2007, e aos valores pagos a título de decisão judicial e da vantagem "opção";

9.7.3. examine a legalidade do pagamento da vantagem "opção" com base no cargo CD 3 para o servidor João Batista Campagnani Ferreira, na hipótese de vir a ser emitido novo ato de concessão de aposentadoria ao interessado.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8199-26/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8200/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.663/2016-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Representação)
3. Responsável/Recorrente: Município de Rio Piracicaba - MG (18.400.945/0001-66).
4. Entidade: Município de Rio Piracicaba - MG.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
8. Representação legal: Débora Magalhães Almeida (130.991/OAB-MG) e outros, representando o Município de Rio Piracicaba - MG.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Município de Rio Piracicaba - MG contra o Acórdão 4.897/2017-TCU-Primeira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara, por meio do qual o Tribunal apreciou representação acerca de possíveis irregularidades no processo seletivo para a contratação de servidores do Programa Saúde na Família (PSF);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e conceder provimento parcial ao presente pedido de reexame, a fim de alterar o item 1.7 do Acórdão 4.897/2017-TCU-Primeira Câmara, que passa a ter a seguinte redação:

"1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: Determinar ao Município de Rio Piracicaba/MG que adote providências com vistas a realizar concurso público, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do recebimento deste Acórdão, para a contratação com recursos federais dos profissionais das equipes do Programa Saúde da Família, com vistas a substituir todos os profissionais contratados de forma irregular, caso ainda não o tenha feito, observando-se os pré-requisitos previstos na Portaria/MS n. 2.488, de 24 de outubro de 2011, no Decreto n. 3.189, de 4 de dezembro de 1999, e na Lei n. 10.507, de 10 de julho de 2002, estando autorizada a realização de processo seletivo público de provas ou provas e títulos para contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, preservados os liames previstos nos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 198 da Constituição Federal, incluídos ou alterados pelas Emendas Constitucionais 51/2006 e 63/2010, bem como o disposto no regulamento constante da Lei 11.350/2006;"

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8200-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8201/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.083/2008-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Monique Nogueira Galvão, Chefe da Seção Operacional de Gestão de Pessoas/ INSS/GEXCPG.

3.1. Interessada: Maria Ely Costa de Oliveira (133.090.724-87)

4. Órgão: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este pedido de reexame interposto por Monique Nogueira Galvão, chefe da Seção Operacional de Gestão de Pessoas/ INSS/GEXCPG, contra o Acórdão 3.901/2016-TCU-1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal, dentre outras medidas, considerou ilegais os atos de inativação de Maria Ely Costa de Oliveira,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, conhecer e dar provimento ao presente pedido de reexame;

9.2. reformar o Acórdão 3.901/2016-TCU-1ª Câmara a fim de considerar legais os atos inicial e de alteração de aposentadoria de Maria Ely Costa de Oliveira (133.090.724-87), concedendo-lhes o registro;

9.3. dar ciência deste acórdão à recorrente e à Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8201-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8202/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.164/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades (05.465.986/0001-99)

3.2. Responsáveis: Dagmauro Sousa Moreira (445.240.053-15); João Ribeiro Barroso (119.655.413-72).

4. Órgão/Entidade: Município de Itapipoca/CE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: Maria de Lourdes Pinto Martins (11.663/OAB-CE) e outros, representando o Município de Itapipoca/CE e João Ribeiro Barroso.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor dos ex-prefeitos de Itapipoca/CE, Dagmauro Sousa Moreira (gestão 2013-2016) e João Ribeiro Barroso (gestão 2009-2012), em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 233.300-49/2007, celebrado entre o Ministério das Cidades e o município para execução de produção habitacional,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas de João Ribeiro Barroso, dando-lhe quitação plena;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, combinado com os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas de Dagmauro Sousa Moreira;

9.3. condenar Dagmauro Sousa Moreira ao pagamento da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da respectiva dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida mencionada no subitem anterior, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso requerido, o pagamento da dívida em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovação dos recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério das Cidades.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8202-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8203/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.365/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Euridice Josefina Bazo Tôrres (192.116.510-34); Gilberto José Prestes da Silva (273.576.350-15); Primavera Cozubek Mallet (122.719.260-68); Sueli Carmo Pollo Minello (253.125.370-04); Sueli Carmo Pollo Minello (253.125.370-04)

3.2. Recorrente: Gilberto José Prestes da Silva (273.576.350-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Antonio Muller Marques e outros, representando Sueli Carmo Pollo Minello.

8.2. Rafael da Cás Maffini (44.404/OAB-RS) e outros, representando Euridice Josefina Bazo Tôrres.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Gilberto José Prestes da Silva contra o Acórdão 1.141/2017-TCU-1ª Câmara, por intermédio do qual este Tribunal, dentre outras medidas, considerou ilegal seu ato de aposentadoria;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente pedido de reexame, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.141/2017-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8203-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8204/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.447/2017-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão civil.

3. Interessada: Palmira Ferreira Alves (030.217.854-68), pensionista de Severino Cordeiro de Souza (080.193.204-15).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legal a pensão civil instituída por Severino Cordeiro de Souza (080.193.204-15) em favor de Palmira Ferreira Alves (030.217.854-68), concedendo o registro ao ato correspondente;

9.2. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8204-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8205/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.796/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão civil.

3. Interessada: Cristiane Januária Salustiano Gonçalves (039.268.394-65), pensionista de Sebastião Gonçalves (453.556.658-53).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 260, § 1º, 261, *caput*, e 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, e ainda com a Instrução Normativa-TCU 71/2012 em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída por Sebastião Gonçalves (453.556.658-53) em favor de Cristiane Januária Salustiano Gonçalves (039.268.394-65), negando o registro ao ato correspondente;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.2.2. providencie o levantamento das quantias pagas indevidamente desde a instituição do benefício ora considerado ilegal e adote todas as medidas administrativas necessárias para recomposição desses valores, após as quais, não havendo a elisão do dano e subsistindo os pressupostos a que se refere o art. 5º da Instrução Normativa-TCU 71/2012, a autoridade competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

9.2.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à interessada cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do São Paulo, à Procuradoria Regional da União da 3ª Região, à Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo e à Superintendência Regional - Sudeste I do INSS, para as providências que entenderem cabíveis;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8205-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8206/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.449/2015-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde - Funsaúde (37.159.720/0001-04); José Garrofe Dórea (770.435.458-20); Mourad Ibrahim Belaciano (337.474.907-00).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Representação legal :

8.1. Rodrigo Ladislau Batista (27.727/OAB-DF), representando Mourad Ibrahim Belaciano.

8.2. Guilherme Navarro e Melo (15.640/OAB-DF) e outros, representando José Garrofe Dórea.

8.3. Julio Otsuschi (13301/OAB-DF), representando Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde - Funsaúde.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) contra a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde - Funsaúde -, seu diretor-presidente, José Garrofe Dórea, e Mourad Ibrahim Belaciano, executor do convênio, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas no âmbito do Convênio 45/2000, cujo objeto era a implantação de uma central de biodisponibilidade e bioequivalência na Faculdade de Ciências da Saúde na Universidade de Brasília, visando dar apoio às ações de vigilância sanitária e suporte técnico-científico à política de medicamentos genéricos, no valor de R$ 998.670,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º e 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 18, *caput*, e 23, inciso II, da mesma Lei, julgar regulares com ressalvas as contas da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde - Funsaúde, de José Garrofe Dórea e de Mourad Ibrahim Belaciano, dando-lhes quitação;

9.2. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e à Anvisa.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8206-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8207/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.197/2017-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Francisco Luciano Souza da Silva (378.120.923-72); Unidade Executora Heráclito de Castro e Silva.

4. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão da omissão no dever de prestar contas e falta da comprovação da regular aplicação dos recursos públicos transferidos à Unidade Executora Heráclito de Castro e Silva, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola, nos exercícios de 2012 e 2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Francisco Luciano Souza da Silva (378.120.923-72) revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Francisco Luciano Souza da Silva (378.120.923-72), condenando-o ao pagamento do débito composto pelos valores abaixo listados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados desde as datas de ocorrência indicadas até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
3.246,00	31/5/2012
10.564,60	31/5/2012
70.000,00	5/7/2012
27.180,00	26/4/2013

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Francisco Luciano Souza da Silva (378.120.923-72) multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao responsável e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8207-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8208/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.921/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Renato Teixeira Pinto (342.804.218-20).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Esporte.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos à Fundação Atapesp de Tecnologia Avançada de Estivagem por meio do Termo de Compromisso (TC) SLIE/ME 070030-84, cujo objeto era o custeio a Equipe Nacional Permanente de Canoagem Velocidade Masculina com o objetivo de conquistar vaga para os Jogos Olímpicos de Pequim;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar o espólio de Renato Teixeira Pinto revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas de Renato Teixeira Pinto, ex-presidente da Fundação Atapesp de Tecnologia Avançada de Estivagem;

9.3. condenar o espólio de Renato Teixeira Pinto, ou seus herdeiros, caso já concluído o inventário, até o limite do patrimônio transferido, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas a seguir discriminadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Data	Valor (R$)
28/8/2008	157.589,99

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar cópia da deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao espólio do responsável.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8208-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8209/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.249/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrentes: Sônia Maria Diogo (213.963.883-20) e Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Odasir Piacini Neto (OAB-DF 35.273) e outros, representando Sônia Maria Diogo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedidos de reexame interpostos por Sônia Maria Diogo e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES contra o Acórdão 1.618/2017-TCU-1ª Câmara, por intermédio do qual este Tribunal, dentre outras medidas, considerou ilegal o ato de aposentadoria de Sônia Maria Diogo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento aos presentes pedidos de reexame, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.618/2017-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8209-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8210/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.231/2016-9.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Edval Luz Silva (365.314.725-53)

3.2. Recorrente: Edval Luz Silva (365.314.725-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Abaíra - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: Lindolfo Antonio Nascimento Rebouças (OAB/BA 16.374)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, de embargos de declaração em tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Senhor Edval Luz Silva, ex-Prefeito de Abaíra-BA, decorrente de irregularidades na execução físico-financeira do Convênio 328/2006 (Siafi 565584), tendo por objeto a "Festa de São Pedro",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de declaração opostos pelo Sr. Edval Luz Silva em face do Acórdão 2143/2018-1ª Câmara, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência do presente Acórdão ao Embargante.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8210-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8211/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-014.833/2015-8.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Município de Ilhéus/BA (CNPJ 13.672.597/0001-62), Jabes Sousa Ribeiro (CPF 036.789.465-34) e Newton Lima Silva (CPF 034.413.425-34).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ilhéus/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA.

8. Representação legal: Otávio Augustus Carmo (OAB/BA 8.783); Marco Aurélio Lélis de Souza (OAB/BA 17.875); Alcksander Alves e Souza (OAB/BA 18.632); Mesáque Barbosa Soares (OAB/BA 40.608); Thiago Nogueira Lino (OAB/BA 32.312); Ítalo Assunção Cavalcante (OAB/BA 32.693); Silvana Vieira Lins (OAB/BA 19.957); Maria Stela Menezes Carillo Silva (OAB/BA 19.868); Eileen Maria Tavares Lacerda (OAB/BA 6.259); Aloysio da Silva Santos Filho (OAB/BA 8.324); Célia Maria Costa Passos (OAB/BA 7.744); Fabiano Almeida Resende (OAB/BA 18.942 e OAB/DF 20.541); Sinésio Bomfim Souza Terceiro (OAB/BA 36.034); Higor Costa Pinto (OAB/BA 41.861); Márcio Cunha Rafael dos Santos (OAB/BA 19.012).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio CV-666/2010, celebrado com o Município de Ilhéus/BA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. afastar a responsabilidade do Sr. Jabes Sousa Ribeiro (CPF 036.789.465-34);

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Newton Lima Silva (CPF 034.413.425-34) e do Município de Ilhéus/BA (CNPJ 13.672.597/0001-62), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/92;

9.3. condenar o Município de Ilhéus/BA (CNPJ 13.672.597/0001-62), com fulcro nos arts. 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92 c/c o art. 3º da Decisão Normativa TCU 57/2004, ao pagamento da quantia a seguir discriminada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 534.000,00	4/1/2011

9.4. aplicar ao Sr. Newton Lima Silva (CPF 034.413.425-34), a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal de Contas da União (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8211-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8212/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-018.128/2016-5.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde - BA (26.989.350/0017-83)

3.2. Responsáveis: Genilson Barbosa da Silva (160.353.055-04); WTM - construções e Transportes Ltda. (13.582.689/0001-51).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sobradinho/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em razão da não execução do objeto pactuado referente ao Termo de Compromisso TC/PAC 377/2007 (Siafi 632960), celebrado em 31/12/2007, com o Município de Sobradinho/BA (peça 1, p. 45-47), tendo por objeto "a execução da ação Melhorias Sanitárias Domiciliares", no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, visando à construção de 288 módulos sanitários em residências da Vila São Joaquim,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Genilson Barbosa da Silva (CPF 160.353.055-04), Prefeito Municipal de Sobradinho/BA à época dos fatos, com fulcro no art. 12, § 3º da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela empresa WTM Construções e Transportes Ltda. (CNPJ 13.582.689/0001-51);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Genilson Barbosa da Silva (CPF 160.353.055-04), Prefeito Municipal de Sobradinho/BA à época dos fatos, e da empresa WTM Construções e Transportes Ltda. (CNPJ 13.582.689/0001-51), e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1. em solidariedade, Genilson Barbosa da Silva, ex-Prefeito, e WTM - Construções e Transportes Ltda. (CNPJ 13.582.689/0001-51):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
309.543,75 (D)	23/8/2011

9.3.2. Genilson Barbosa da Silva, ex-Prefeito (CPF 160.353.055-04), individualmente, em relação à diferença entre o valor repassado ao município e o valor pago à empresa WTM Construções e Transportes Ltda.:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
10.456,25 (D)	11/3/2011

9.4. aplicar ao Sr. Genilson Barbosa da Silva (CPF 160.353.055-04) e à empresa WTM Construções e Transportes Ltda. (CNPJ 13.582.689/0001-51), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8212-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8213/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-018.508/2013-8

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: José Amauri dos Santos, ex-Prefeito (CPF 256.492.215-53); Roberto Emanuel Ferreira, ex-Secretário Municipal de Saúde (CPF 207.513.621-15); Município de Jaru/RO (CNPJ 04.279.238/0001-59)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jaru/RO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex/RO).

8. Representação legal: Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Marcelo Andre Azevedo Veras (OAB/RO 7768), Rodrigo Venturelle de Brito (OAB/RO 7031), Henrik França Lopes (OAB/RO 7795), Nayberth Henrique Alcuri Aquinio Bandeira (OAB/RO 2854) e Hudson da Costa Pereira (OAB/RO 6084), representando o Município de Jaru/RO.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor dos Srs. José Amauri dos Santos, ex-Prefeito do Município de Jaru/RO, e Roberto Emanuel Ferreira, ex-Secretário Municipal de Saúde, em decorrência da realização de pagamentos irregulares com recursos do SIA/SUS, transferidos fundo a fundo, no exercício de 2003,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. José Amauri dos Santos e Roberto Emanuel Ferreira, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
4337,12	23/1/2003
960,00	29/1/2003
480,00	29/1/2003
1969,00	3/2/2003
960,00	12/2/2003
500,00	12/2/2003
2200,00	28/2/2003
2990,40	15/4/2003
153,80	23/4/2003
1160,00	24/4/2003
440,00	24/4/2003
330,00	14/5/2003
1120,00	26/5/2003
1360,00	27/5/2003
1390,75	11/8/2003
2840,25	11/8/2003
330,00	13/8/2003
1760,00	10/11/2003

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.3. autorizar, em caráter excepcional, o pagamento da dívida do Município de Jaru/RO em até 40 (quarenta) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para que comprove o recolhimento das demais parcelas, aos cofres do Fundo Municipal de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas na tabela a seguir até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
11.699,08	14/1/2003
3.280,35	30/1/2003
2.705,49	31/1/2003
12.451,24	10/2/2003
2.200,00	26/2/2003
1.100,00	27/2/2003
280,00	18/3/2003
240,00	18/3/2003
240,00	19/3/2003
240,00	19/3/2003
240,00	28/3/2003
1.840,90	31/3/2003
1.942,99	31/3/2003
1.200,00	31/3/2003
3.000,00	4/4/2003
2.410,00	7/4/2003
4.000,00	22/4/2003
2.049,50	24/4/2003
18.820,80	24/4/2003
2.458,17	5/5/2003
440,00	8/5/2003
13.481,87	9/5/2003
80,00	23/5/2003
80,00	26/5/2003
3.274,70	27/5/2003
80,00	28/5/2003
330,00	3/6/2003
7.976,50	4/6/2003
4.057,98	16/6/2003
1.007,00	16/6/2003
4.962,30	16/6/2003
330,00	16/6/2003
800,00	23/6/2003
4.000,00	2/7/2003
11.490,96	23/7/2003
1.986,30	3/8/2003
2.040,00	5/8/2003
3.333,40	5/8/2003
3.279,60	8/8/2003
550,00	8/8/2003
320,00	14/8/2003
320,00	14/8/2003
1.058,60	27/8/2003
4.000,00	1/9/2003
220,00	12/9/2003
220,00	12/9/2003
770,00	22/9/2003
770,00	22/9/2003
1.825,38	30/9/2003
1.195,23	30/9/2003
2.067,82	30/9/2003
2.376,35	2/10/2003
1.540,00	6/10/2003
440,00	8/10/2003
2.100,00	17/10/2003
1.760,00	20/10/2003
29.800,20	10/11/2003
17.519,40	11/11/2003
200,00	11/11/2003
330,00	12/11/2003
3.612,18	26/11/2003
440,00	5/12/2003
3.100,02	8/12/2003
3.877,20	8/12/2003
330,00	16/12/2003
1.920,00	24/12/2003
2.360,00	24/12/2003
1.560,00	24/12/2003
9.880,00	26/12/2003
2.613,00	26/12/2003
9.430,52	9/1/2004

9.4. alertar o Município de Jaru/RO de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, observadas a forma e condições regimentais;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República em Rondônia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis, ao Município de Jaru/RO e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8213-26/18-1.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8214/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.242/2017-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Omar Sousa Barbosa (434.380.755-04).

4. Entidade: Município de Caatiba/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal : não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. Omar Sousa Barbosa, em razão da omissão da prestação de contas dos recursos repassados ao município de Caatiba/BA por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no exercício de 2011.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Omar Sousa Barbosa;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, 209, I e III, e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Omar Sousa Barbosa e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
12.582,00	15/3/2011
12.582,00	31/3/2011
2.082,00	2/5/2011
10.500,00	3/5/2011
62.910,00	30/9/2011
12.582,00	31/10/2011
12.582,00	30/11/2011

9.3. aplicar ao Sr. Omar Sousa Barbosa a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8214-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8215/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.210/2010-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Maria Orfiria Ribeiro da Silva (194.867.150-68); Walfrido de Mendonça (001.650.699-53).

4. Órgão: Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná (Incra-SR/PR).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de aposentadoria inicial de Maria Orfiria Ribeiro da Silva e de alteração de aposentadoria de Walfrido de Mendonça, servidores inativos da Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná (Incra/PR).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria inicial de Maria Orfiria Ribeiro da Silva e de alteração de aposentadoria de Walfrido de Mendonça, negando os seus registros, nos termos do artigo 260, §1º, do Regimento Interno/TCU;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná (Incra-SR/PR) que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 262, caput, do RI/TCU e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. cadastre novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8215-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8216/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.387/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsável: Domingos Sávio Fonseca Silva (620.938.193-68).

4. Entidade: Município de Turilândia/MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra Domingos Sávio Fonseca Silva, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de parcela dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, a título de cofinanciamento federal das ações continuadas da assistência social, ao Município de Turilândia/MA no exercício de 2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. considerar revel Domingos Sávio Fonseca Silva para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Domingos Sávio Fonseca Silva, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Débito (R$)	Data da ocorrência
5.467,75	24/2/2006
5.467,75	21/3/2006
5.467,75	5/4/2006
5.467,75	11/5/2006
5.467,75	5/6/2006
5.467,75	5/7/2006
27,00	19/7/2006
37.030,92	19/7/2006
5.467,75	9/8/2006
5.467,75	6/9/2006
445,45	22/9/2006
5.467,75	6/10/2006
5.467,75	8/11/2006
5.467,75	15/12/2006

9.3. aplicar a multa de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a Domingos Sávio Fonseca Silva, com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que oriente as unidades técnicas a juntarem aos autos os resultados de consultas feitas para fins de citação dos responsáveis, em observância ao previsto no art. 6º, inciso II, alínea "a", da Resolução TCU 170/2004.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8216-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8217/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.872/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão (26.989.350/0007-01)

3.2. Responsável: Raimundo Nonato Costa Neto (696.982.603-15).

4. Entidade: Município de Turiaçu/MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão contra Raimundo Nonato Costa Neto, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 13/2006 (Siafi 615533), cujo objeto era a execução de sistema de abastecimento de água no Município de Turiaçu/MA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. considerar revel Raimundo Nonato Costa Neto para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Raimundo Nonato Costa Neto, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a" e "d", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
72.000,00	1/1/2009
108.000,00	20/11/2012

9.3. aplicar a multa de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) a Raimundo Nonato Costa Neto, com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8217-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8218/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.062/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão de pessoal

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ariele Souza de Andrade (125.782.207-19); Bruna Ferreira Antunes (062.849.936-17); Cristiane de Lima Campos Oliveira (088.932.597-96); Debora Tavares Grizendi (036.738.246-60); Elizangela de Sousa Silva (071.246.407-76); Isabela Barboza da Silva Tavares Amaral (124.286.537-33); Jessica Conceicao Santos Freitas (058.596.147-64); Jose Ricardo Paganelli David (063.136.538-90); Pablo Maicon Marostica (053.700.249-95); Valeria Cavalcante da Silva (091.184.147-45).

4. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão de pessoal expedidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92 e 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 261, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais e ordenar o registro dos atos de Ariele Souza de Andrade (125.782.207-19); Bruna Ferreira Antunes (062.849.936-17); Cristiane de Lima Campos Oliveira (088.932.597-96); Debora Tavares Grizendi (036.738.246-60); Elizangela de Sousa Silva (071.246.407-76); Jessica Conceicao Santos Freitas (058.596.147-64); Jose Ricardo Paganelli David (063.136.538-90); Pablo Maicon Marostica (053.700.249-95); Valeria Cavalcante da Silva (091.184.147-45);

9.2. considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão de Isabela Barboza da Silva Tavares Amaral (124.286.537-33);

9.3. determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que:

9.3.1. adote, no prazo de quinze dias, contados da ciência desta deliberação, as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade omissa, que ficará sujeita a multa e ao ressarcimento das quantias pagas após essa data;

9.3.2. dê ciência desta deliberação a Isabela Barboza da Silva Tavares Amaral (124.286.537-33), a fim de:

9.3.2.1. facultar-lhe a opção pelo exercício de dois cargos públicos remunerados, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/1990, desde que haja compatibilidade de horários e esteja caracterizada a hipótese contida no art. 37, inciso XVI, alínea 'c', da Constituição Federal;

9.3.2.2. alertá-la de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso contra deliberação do TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, a comprovação de que a interessada teve conhecimento da presente deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, à Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e à Polícia Militar do Rio de Janeiro, haja vista a acumulação indevida de cargos públicos identificada nestes autos.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8218-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8219/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.143/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão de pessoal

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Eduardo Vieira Braga Espindola (013.340.376-98); Erico de Pinho Menezes (818.859.705-87); Genildo Ribeiro de Melo (969.880.535-49); Johnnata dos Santos Silva (056.044.344-77); Katarine Carvalho Caetano (027.831.175-09); Marcel Machado da Motta (023.899.925-44); Nair Cristina Leite Nunes (017.746.965-09).

4. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão de pessoal expedidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92 e 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 261, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais e ordenar o registro dos atos de Eduardo Vieira Braga Espindola (013.340.376-98); Genildo Ribeiro de Melo (969.880.535-49); Johnnata dos Santos Silva (056.044.344-77); Katarine Carvalho Caetano (027.831.175-09); Marcel Machado da Motta (023.899.925-44); Nair Cristina Leite Nunes (017.746.965-09);

9.2. considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão de Erico de Pinho Menezes (818.859.705-87);

9.3. determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que:

9.3.1. adote, no prazo de quinze dias, contados da ciência desta deliberação, as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade omissa, que ficará sujeita a multa e ao ressarcimento das quantias pagas após essa data;

9.3.2. dê ciência desta deliberação a Erico de Pinho Menezes (818.859.705-87), a fim de:

9.3.2.1. facultar-lhe a opção pelo exercício de dois cargos públicos remunerados, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/1990, desde que haja compatibilidade de horários e esteja caracterizada a hipótese contida no art. 37, inciso XVI, alínea 'c', da Constituição Federal;

9.3.2.2. alertá-lo de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso contra deliberação do TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, a comprovação de que o interessado teve conhecimento da presente deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia e ao Município de Adustina/BA, haja vista a acumulação indevida de cargos públicos identificada nestes autos.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8219-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8220/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.397/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16); Onilza Simone Albuquerque Vaz (035.811.076-94)

3.2. Responsável: Espólio de Geraldo Simão Vaz (009.330.156-15).

4. Entidade: Município de Bom Despacho/MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: Carlos Magno Vaz Gontijo (OAB/MG 38.676)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Geraldo Simão Vaz, em razão da execução parcial do Convênio 3.130/2001 (Siafi 445284), cujo objeto era a construção de sistema de abastecimento de água no Município de Bom Despacho/MG;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. considerar revel o espólio de Geraldo Simão Vaz para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Geraldo Simão Vaz, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condenar o seu espólio ou seus herdeiros, caso já tenha ocorrido a partilha, até o limite do patrimônio transferido, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor (R$)	Tipo de lançamento	Data da ocorrência
69.880,00	Débito	30/12/2002
451,88	Crédito	11/3/2005
11.239,53	Crédito	2/9/2010

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República em Minas Gerais, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8220-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8221/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.006/2018-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tiago Engel Knevitz (021.881.360-04).

4. Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de admissão de pessoal expedido pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92 e 1º, inciso VIII, 259, inciso I, 260, § 5º, e 261, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Tiago Engel Knevitz, haja vista que os correspondentes efeitos financeiros exauriram-se antes do seu processamento neste Tribunal.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8221-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8222/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.561/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Francisco SE Sousa Santos (012.477.936-05); Organização da Educação Indígena Xacriaba (05.491.500/0001-97).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor de Francisco de Sousa Santos e da Organização da Educação Indígena Xacriabá - OEIX/MG, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 087/2006 (Siafi 575.617);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, Francisco de Sousa Santos e Organização da Educação Indígena Xacriabá (OEIX/MG), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Francisco de Sousa Santos e da Organização da Educação Indígena Xacriabá, condenando-os, solidariamente, ao pagamento de R$ 49.976,00 (quarenta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 5/1/2007, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar, a Francisco de Sousa Santos e à Organização da Educação Indígena Xacriabá, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8222-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8223/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.298/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Urbano Souza da Silva (179.289.743-04).

4. Órgão/Entidade: Município de Primeira Cruz - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Urbano Souza da Silva, ex-prefeito do Município de Primeira Cruz/MA (gestão 2005-2008), em razão de irregularidades na comprovação dos recursos repassados àquele município à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no exercício de 2006, irregularidades na execução e comprovação dos recursos repassados ao Município à conta do PNAE no exercício de 2007 e omissão na prestação de contas dos recursos repassados ao Município à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no exercício de 2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 8º, art. 202, do RI/TCU, considerar revel Urbano Souza da Silva para todos os efeitos;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I, II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Urbano Souza da Silva e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
6/11/2006	3.878,20
5/12/2006	12.526,80
4/6/2007	1.548,40
3/7/2007	1.601,60
2/8/2007	1.601,60
4/9/2007	1.601,60
4/10/2007	1.601,60
5/11/2007	1.601,60
7/12/2007	1.601,60
9/1/2008	18.837,10
9/1/2008	1.669,30
15/8/2008	19.325,90
15/8/2008	41.776,00
17/11/2008	1.438,60
17/11/2008	719,30

9.3. aplicar a Urbano Souza da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no estado do Maranhão/MA, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 26/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8223-26/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 34 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 3 de agosto de 2018.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATA Nº 27, DE 7 DE AGOSTO DE 2018
(Sessão Ordinária da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo, Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas) e Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente, em licença médica, o Ministro Bruno Dantas.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 26 referente à Sessão Ordinária realizada em 31 de julho de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-004.786/2006-0, TC-010.832/2018-1, TC-017.052/2005-3, TC-018.322/2013-1, TC-021.534/2018-7, TC-024.529/2016-8, TC-024.553/2013-1, TC-025.125/2017-6, TC-027.913/2013-9, TC-028.215/2017-6, TC-031.873/2016-2, TC-034.736/2017-4 e TC-041.796/2012-8, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas; e

TC-020.202/2018-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-000.069/2013-2, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 8224 a 8590:

RELAÇÃO Nº 23/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 8224/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.868/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elcy Pereira (350.983.176-49); Sandra Figueiredo Santiago Sinohara (230.052.891-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8225/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.313/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilson de Souza Cerqueira (593.402.077-34); Fátima Ivone de Oliveira Ferreira (551.295.527-68); Fernanda Maria da Silva Peixoto (461.695.807-63); Gilda Leventhal (428.265.867-34); Índio Brasil Porto (348.279.787-00); Jacqueline Faria Vasconcellos (773.533.907-00); Jane Ferreira Quelhas (909.045.597-34); Márcia Nascimento de Araujo (663.819.757-68); Neide Freitas de Moura (660.003.197-20); Nelson de Mello Rezende (310.726.157-20)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8226/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.557/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Eustáquio Venuto Borel (011.178.236-87)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8227/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.381/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vladimir Freitas Paixão e Silva (018.000.862-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8228/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.384/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Honogardes Guimarães Rodrigues (079.330.613-20); Malaquias Bispo Barros (126.119.133-15); Periguari Luís Holanda de Lucena (205.875.624-04); Simião Ferreira Araujo (067.243.373-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8229/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.391/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cátia Cristina de Santana Vieira (235.426.595-68); Manoel Missias dos Santos Filho (120.266.385-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8230/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.462/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amazilio Eurico Moreira Lara (044.798.900-68); Luiz Barbosa Pereira (063.945.660-04); Norma Rodrigues da Silva (090.290.600-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8231/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.522/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Leilane da Costa Machado (064.832.672-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 8232/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.385/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Roberto Silveira de Pontes Medeiros (021.828.233-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Servidor Acumula Outra Aposentadoria?", de "1- Sim" para "2-Nao".

ACÓRDÃO Nº 8233/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.056/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Gonçalves Rodrigues (066.439.573-20); Francisco Ferreira da Silva Filho (030.205.503-78)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8234/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.185/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nicolas Nassim Nader (084.117.005-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8235/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.211/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Munaro de Albuquerque (905.174.907-49); Antonio Pinheiro dos Santos (387.608.007-04); Berenice Massiere de Castro Silva (848.989.257-15); Carlos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Alberto Correia (691.739.237-53); Celso Henrique Diniz Valente de Figueiredo (298.242.817-20); Claudia Regina Amaral Affonso (869.047.957-00); Claudio Cezar Henriques (288.253.227-04); Dilza Valerio e Souza (807.695.007-49); Eduardo de Mendonça e Silva (019.397.267-00); Eliane Ferreira Martins Lima (597.830.287-15)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8236/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.266/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Carmen das Graças de Abreu (380.969.436-34); Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo (606.664.047-04); Maristela Nascimento Duarte (331.016.716-04); Nilton do Nascimento (331.294.526-72); Odilon Afonso Leite (284.537.516-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8237/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.331/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Harendra Singh Teotia (287.833.444-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8238/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.335/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marcos Antonio Nascimento Medeiros da Silva (039.071.554-91); Maria do Carmo Salomé (173.612.064-68); Olivia Lira Germano (043.083.874-34); Paulo Valença de Lima (103.470.624-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8239/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.523/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Silvia Perobelli (730.861.500-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8240/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.553/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Fonseca (172.883.716-20); Georgina Ferreira da Gloria Bernardes (536.961.236-68); Maura Pereira Jordão (342.133.766-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8241/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.554/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mauro Abi Haidar (663.090.428-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8242/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.015/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Trajano Dantas Neto (203.325.998-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8243/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.037/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benjamim Marcos Emiliano do Lago (226.181.397-04); Clarita Quintairos Jorge (025.706.617-91)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8244/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.040/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Joaquim Ribeiro (022.438.577-15)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8245/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.044/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vicente Lorena Cardoso (053.031.687-00)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8246/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.145/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alencar de Oliveira Vasconcelos (184.250.626-91)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8247/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.149/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Volmir Riva (167.051.810-87)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Sertão - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8248/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.155/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jonas Miguel do Nascimento (049.640.394-04); José Buarque do Nascimento (020.815.124-91); Maria do Carmo Brandão Lima (006.027.444-15); Osvaldo Leite Silva (007.581.594-04); Ronaldo Aranda de Mello (020.978.264-15)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8249/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.161/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Newton Damásio de Paula Santos (119.796.406-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8250/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.171/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Augusto Coimbra Garcia (034.993.402-91); Luiz Aurélio Castro Costa (001.464.202-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8251/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.173/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Amadeu Custódio Lelis (085.926.241-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8252/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.175/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Roberto Caetano Chaves (150.970.056-00); Raimundo de Paula Dias (373.868.836-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8253/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.177/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hélio Cortinhas Soldera (091.166.050-04); Luiz Carlos Clain Monteiro (146.403.330-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8254/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.179/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldo Luís Bellagamba Colesanti (743.204.328-00); Cláudio José de Oliveira (287.504.116-91); Fernando Moreira de Novais (204.612.408-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8255/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.181/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Gonçalves Cardoso (511.435.506-68); Mário Paulino da Silveira (036.965.026-34); Marlene Pereira Borges (190.983.836-53); Nelson Moreira Filho (052.047.041-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8256/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.183/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Egydio dos Santos (332.920.276-91); Elisa Barros Cabral Monteiro (343.676.246-68); Evonir Batista de Oliveira (009.196.836-49); Francisco Barbosa da Silva (073.245.106-04); Francisco Liberato (057.545.696-53); Francisco Raimundo da Costa (240.387.506-63); Francisco Rodrigues de Oliveira (113.544.536-20); Geraldo Carneiro Vidigal (012.448.846-34); Geraldo Donato Ramos (135.255.736-34); Geraldo Rocha Carvalho (057.542.086-34); Geraldo Valentim Dinis (283.033.856-15); Hotthorgamim Petterman (033.063.567-00); Jerônimo Ferreira (279.700.276-87); Jesus Messias de Souza (077.880.376-72); Jesus Rodrigues de Oliveira (057.513.736-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8257/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.185/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Fernando de Resende (209.692.956-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8258/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.186/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Fortes de Oliveira (064.533.686-68); Jose Gomes da Silva (057.521.676-04); José Gonçalves de Faria (109.283.756-68); José Lopes (277.250.736-04); José Lopes de Faria Filho (209.912.406-00); José Lourenço Lopes Rosado (057.523.966-20); José Marciano Peixoto (057.521.166-00); José Mário Braga (022.718.936-15); José Mendes (057.532.286-15); José Reginaldo Figueiredo Reis (010.427.506-53); José Silvério Horta Couto (194.438.706-49); José Silvério de Carvalho (064.534.816-34); José Soares Valente (057.530.746-34); José Teixeira Lopes (064.531.986-49); José Francisco Ramos (064.496.706-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8259/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.220/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alba Almeida Vasconcelos (087.931.154-15); Ângela Maria dos Santos Maia (087.564.494-53); Antonio Pedro Salvador (133.503.154-53); Audite Rozendo de Almeida (088.203.504-59); Carlos Pacheco Coelho (136.135.614-68); Cecílio José Corato (068.026.054-49); Creusa de Castro Almeida (209.616.854-68); Deusa Lins dos Santos (088.299.344-53); Domingos Macedo Neto (066.909.637-72); Eduardo Benedito dos Santos (061.487.944-20); Eliseu Diógenes Martins (007.683.164-72); Eraldo Morais Sarmento (007.494.514-91); Feliciano de Lima Maciel (177.963.184-72); Geraldina Balbina da Costa (508.626.424-34); Gerson Omena Bezerra (003.508.694-72); Gilberto José dos Santos (087.985.674-20); Humberto Vieira Gomes (133.618.484-15); Ilma de Oliveira Ramos (087.752.734-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8260/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.223/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria de Andrade Neves (329.274.365-68); Antero Macário dos Santos (026.804.245-49); Antonio Floquet Carreiro (094.793.415-49); Antonio Santana da Conceição (027.058.855-87); Antônio Fernando do Sacramento (058.226.705-63); Carlos Alfredo Marcílio de Souza (001.097.205-63); Carlos Henrique Souza Moreira (004.404.345-72); Clarice Oliveira (002.122.375-00); Direynia Bispo da Costa (056.176.775-00); Elio Gualberto Cardoso (039.106.795-87); Fernando Rocha (002.666.985-49); Fernando Spinola Palma (002.238.165-15); Florisvaldo Henrique Falk (023.965.805-15); Francisca das Chagas Fonseca da Ponte (385.712.503-91); Francisco Horácio da Fonseca (048.553.705-25); Jaime dos Santos Madureira (027.051.925-49); Jairo Diniz (000.369.435-68); Édio Ferreira de Almeida (049.941.245-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8261/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.224/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Francisco de Oliveira (024.342.295-49); José Kleber Cirne Dantas (006.374.405-87); José Pedro de Lima (054.702.425-87); Joselito de Pinho (055.939.215-04); João de Souza Pondé Neto (001.073.955-68); Junita França da Cruz (093.366.995-04); Lídia Bispo dos Santos (079.802.725-87); Luís Marques de Azevedo (296.740.857-34); Luiz Fernando Matos Pinto (000.351.305-04); Maria Augusta Motta da Silva (072.459.635-68); Maria Constança Santos Anunciação (055.799.295-87); Milton Matos (326.242.555-91); Mizael Santana Cabral (039.317.225-20); Neide Ferreira Cardoso (173.829.205-34); Nilson Humberto dos Santos (045.646.935-49); Renan Rodrigues Baleeiro (000.272.435-91); Sílvio Souza Brandão (048.808.205-63); Sylvio de Queiros Mattoso (000.217.845-15); Washington Luiz da Trindade (000.160.555-00); Wilson de Deus (054.431.565-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8262/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.227/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Arnoud Guedes (136.081.933-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8263/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.228/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Artur dos Santos (171.158.173-91); José Fernandes da Silva (041.516.663-20); José Itamar Viana (068.394.103-82); José Jarbas Studart Gurgel (002.482.233-72); José Machado de Brito (117.642.603-68); José Vieira Nóbrega Junior (296.732.753-00); José da Rocha Veras (034.350.833-87); Josué Mendes Filho (002.153.503-59); José Artur dos Santos (171.158.173-91); José Gilberto Vieira Façanha (072.924.733-34); José Gilberto Vieira Façanha (072.924.733-34); José Orismar da Silva (186.742.913-68); Luciano Pereira Barbosa (002.227.553-34); Luís Antonio da Silva (036.768.703-87); Luiz Edivaldo Ferreira Diógenes (061.063.663-49); Manoel Vieira Monte (324.445.163-20); Maria Auxiliadora Pereira Abreu (061.094.463-00); Maria Braga de Sousa (051.284.633-20); Maria das Graças Muniz Farias (232.458.323-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8264/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.232/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Celeste Yeda Schwan Valentim (525.763.537-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8265/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.234/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celeste Yeda Schwan Valentim (525.763.537-20); Clara Maria Moraes Braga (574.779.307-15); Claudionor Rodrigues Filho (559.878.427-00); Conceição Aparecida Rosa e Silva (658.757.707-59); Edileuza Lacerda Morais (698.159.847-72); Elda Coelho de Azevedo Bussinger (578.744.097-87); Eliésio Vieira Gomes (456.871.707-82); Eliezer Batista da Silva (607.460.507-63); Elizabete Lúcia Stein (574.473.497-04); Eny Elidia Pereira (623.072.157-00); Erildo Martins (014.662.757-15); Erly Rodrigues da Silva (487.919.037-34); Fátima Gladir Kretli da Silva (674.647.937-49); Francisco Muniz (527.228.057-15); Geraldo Gonzaga (201.734.317-04); Gustavo Roberto da Silva (365.358.228-85)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8266/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.238/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Liliane Batista de Deus (022.695.727-69); Manoel Janeiro (096.671.647-72); Manoel das Neves Loyola (125.415.167-20); Márcio Somamem Alves (003.719.787-85); Maria Helena de Mattos (817.773.027-49); Maria José Gomes dos Santos (481.088.127-04); Maria Sagramon de Lima (653.677.157-53); Maria da Penha Andrade (687.041.007-00); Maria de Fátima Cassaro Gurgel (763.671.427-20); Maria de Lourdes Bertollo Soares (802.825.477-20); Maria de Lourdes Freire Barreto (449.924.837-04); Miguel Arcanjo do Nascimento (707.544.897-87); Neila Pereira Carvalho (789.574.607-30); Nelton Martins Yin (249.621.047-72); Nilo Martins da Cunha (014.735.497-87); Olegária Machado dos Santos (557.858.407-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8267/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.245/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alba Heloísa Lopes (133.715.256-00); Alencar Alves Rocha (068.407.606-34); Antonio Bertoldo Neto (319.638.466-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8268/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.246/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Geraldo da Conceição (149.587.326-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8269/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.247/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Artur Alexandre Maia (044.882.536-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8270/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.250/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Daisy Varandas Lima (494.501.077-34); Diva Conrado (103.342.206-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8271/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.252/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Efigênia Marquezini Andrade (133.739.356-87); Eliana Maria Labarrere (250.559.336-15); Elza Arlete de Faria Silva (372.679.306-20); Francisca Oliveira da Silva (104.189.546-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8272/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400279

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.253/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Bastos Gil (024.509.096-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8273/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.254/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helena Ribeiro de Castro (155.557.806-30); Helvécio Leandro Batista da Silva (374.506.466-68); Joaquim Nogueira da Rocha (402.659.436-04); Jorge Rubinich (011.396.496-04); José Barbosa Mascarenhas (000.861.346-04); João Carlos Pires Bauer (006.355.536-00); Linda Nemer (007.062.996-04); Liu Wen Yu (277.447.876-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8274/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.258/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mário Antônio da Silva Santos (107.471.508-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8275/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.260/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Raimunda Lacerda Alves (203.071.016-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8276/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.265/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo Grigório de Lacerda (109.500.444-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8277/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.269/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marinete Madalena de Oliveira (040.035.354-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8278/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.282/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Valdemar Antonio de Barros (106.305.624-15); Vivaldo Jurandy de Assunção (056.769.084-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8279/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.287/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adolpho Krutman (009.784.424-15); Antonio Justino dos Santos (070.053.004-59); Arlindo Félix da Silva Filho (391.179.874-15); Carlos Alberto Torreão de Almeida (072.582.755-68); Clayton Anderson de Azevedo (022.080.244-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8280/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.293/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jorge Muniz Barreto (196.622.387-00); Jurandi Acélio Miranda (298.570.669-68); Leonel Teixeira Pinto (126.318.509-63); Leonel Teixeira Pinto (126.318.509-63)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8281/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.294/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rainoldo Uessler (047.543.109-00); Selvino José Assman (289.163.609-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8282/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.670/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alena Salgado de Sá (868.623.597-20); Ana Beatriz Frazão Ribeiro (869.826.997-49); Ana Celi Pimentel de Souza (739.323.297-91); Ana Cristina Coutinho Viegas (694.153.667-53); Angélica Cardoso Gueiros (890.724.807-91); Angélica Moreira Duque (872.220.607-82); Aurea Denaja Vieira do Nascimento (869.129.507-44); Carlos Alberto Correia (691.739.237-53); Cláudia Regina Machado dos Santos (830.126.137-49); Cristina Corcao Bittencourt Moraes (886.026.057-49)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 8283/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.242/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Keila Ferreira Gomes (052.029.475-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Universidade Federal do Oeste da Bahia que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 8284/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.247/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Valeria Cantidio Oliveira Gregory de Andrade (564.484.576-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao órgão/entidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 8285/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.253/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julie Anne Holanda Azevedo (035.862.243-38); Lia Dias Laranjeira (010.152.565-62)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 8286/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.265/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cintia Vivas Martins (074.031.846-29); Eliézia Aparecida Cesário Tiago (063.679.756-24)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de São João Del Rei que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 8287/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.277/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna Vieira de Lima Costa (044.687.646-19); Carlo Sandro de Oliveira Campos (979.687.146-72); Felipe Nunes dos Santos (061.301.076-09); Janice Simpson de Paula (064.362.416-39)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 8288/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.293/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ariane Lima Xavier (003.107.185-62); Camila Magalhães Góes (034.438.825-52); Caroline de Assis Lima (000.209.735-43); José Virolli Chaves (404.134.545-68); Marcel Renan Mendes de Carvalho (040.217.665-02); Thaline Texeira Novaes Carneiro (908.758.855-00); Vilza Marques de Souza (457.854.495-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", para que passe a constar no ato de Camila Magalhães Góes, Caroline de Assis Lima, Marcel Renan Mendes de Carvalho, Thaline Texeira Novaes Carneiro e Vilza Marques de Souza, a data de 31/8/2011; no ato de Ariane Lima Xavier, a data de 2/6/2012, e no ato de José Virolli Chaves, a data de 24/6/2012.

ACÓRDÃO Nº 8289/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.592/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudilena Corrêa Araújo (504.965.813-68); Cleuma Maria Chaves de Almeida (644.050.873-34); Danielle Vanessa Costa Sousa (842.958.133-20); Edleuza Nere Brito de Souza (225.074.933-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", para que passe a constar no ato de Claudilena Corrêa Araújo e de Cleuma Maria Chaves de Almeida, a data de 30/6/2012; no ato de Danielle Vanessa Costa Sousa, a data de 13/11/2011, e no ato de Edleuza Nere Brito de Souza,a data de 18/5/2011.

ACÓRDÃO Nº 8290/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.227/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rita Tereza Cunha Paes (983.686.486-53); Rita de Cassia Neta (965.519.764-68); Rita de Cassia Niepsui (090.147.439-80); Rita de Cassia Pinheiro Alves (026.930.163-12); Rita de Cassia da Cruz de Oliveira (066.292.218-26); Rita de Kacia de Sousa (777.420.953-00); Rivelino Gomes Marinho (060.351.576-29); Robert Ribeiro dos Santos (023.929.183-25); Roberta Barrozo Pinto Silva (102.278.317-30); Roberta Borges Gomes Kauark (015.217.345-50)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8291/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.232/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosangela Cavalcanti Camargo Tingo (861.803.471-15); Rosangela Coqueiro Claro (067.486.698-39); Rosangela Macimo Gonçalves (678.000.926-15); Rosangela Magda de Carvalho Morais (251.511.128-99); Rosangela Maria da Costa Emergencio (394.704.076-87); Rosangela da Paixão Santos (377.434.225-34); Rosangela de Jesus Azevedo Ribeiro (642.557.003-20); Rosangela de Matos Pereira (019.693.881-37); Rosangela do Carmo Franco Nascimento (087.011.678-98); Rosangela dos Santos Tavares (008.231.515-90)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8292/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.238/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosiane Costa Vale (088.228.464-94); Rosiane Ferreira da Luz (013.552.063-08); Rosiane Oliveira Ribeiro (090.625.317-92); Rosiane da Costa Gomes (016.094.043-51); Rosiane de Lima Macedo (083.669.664-61); Rosicleide Jesuino Pereira Lima (077.276.084-59); Rosicleide Paulino Lopes de Araujo (728.332.971-49); Rosilaine Rodrigues (225.725.668-93); Rosilandia Araujo Correia (813.119.581-34); Rosileia de Sousa Viana (000.029.753-43)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8293/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.246/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sabrine Andressa Vieira Neves (082.078.337-42); Sabrynne Raphaella Martins Soares Batista (955.814.133-04); Saionara Rodrigues da Rocha (056.139.447-41); Salazar Carmona de Andrade (585.640.802-06); Salete Vedana Marsilio (612.393.050-87); Salvina Cardozo de Sá (475.687.041-49); Samanntha Lara da Silva Torres Anaisse (027.637.043-01); Samanta Belo da Silva Melo (021.514.963-76); Samanta Samara Bicharra dos Santos (027.385.124-10); Samantha Castro dos Santos (085.003.707-77)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8294/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.319/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniela Santos de Queiroz Granhen (860.820.002-34); Danuzia Lima Rodrigues (820.852.932-04); Diorge de Souza Lima (009.595.272-14); Eduardo Sylvestre Lopes de Oliveira (014.713.491-95); Elaine Ferreira Dias (058.541.826-88); Emerson Paulinho Boscheto (042.525.779-77); Erico Raimundo Pereira de Novais (004.745.325-77); Fabiano Campelo Bechelany (050.586.766-48); Fabio Alessandro Rolemberg Silva (588.296.795-34); Francisco de Fatima da Silva (684.675.916-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8295/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.344/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danilo Pereira Barbosa (003.780.991-16); Diego Pereira André de Lima (026.723.455-46); Diego Pereira da Conceição (033.443.745-83); Edimiria Góes Cesar Santos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400281

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(897.225.905-53); Edvanio Campos Macedo (070.137.355-58); Elia Karina de Carvalho Costa (050.552.125-35); Elizabete Soares Cotrim (040.646.595-97); Elton Linton Oliveira Magalhães (018.866.895-04); Emile Suze da Paz Santos (904.196.775-34); Estefania Prates Rodrigues (057.883.245-30)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8296/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.350/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tadeu Nogueira Costa de Andrade (006.555.245-84); Taissa de Souza Canaes (216.525.518-08); Thaionara Carvalho Matos (027.471.745-06); Tharcilla Braz Alves Pessoa (021.532.445-52); Thecia Alfenas Silva Valente Paes (080.197.486-01); Thiago Felipe Gomes Lima do Nascimento (079.240.096-80); Thiago Luis Silva de Oliveira (014.118.045-54); Thon Jovita Farias (023.541.975-35); Valter Carlos dos Santos Silva (028.184.555-70); Vanessa Gentil de Oliveira Almeida (013.248.745-46)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8297/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.355/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abraão Tiago Batista Guimarães (935.993.741-04); Adriene Trindade Alves (024.624.691-09); Caroline Ribeiro Tunes (038.972.861-65); Cecilia Frutuoso de Araujo (034.909.011-42); Cristiano Oliveira de Souza (053.170.217-07); Eloisa Aparecida da Silva Avila (813.289.401-44); Laiane Fernandes Jeronimo (020.927.371-20); Letícia Ferreira Vieira (035.896.371-02); Maria Eugenia de Oliveira Ferreira (038.875.501-61); Marliane Dias Silva (993.324.341-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8298/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.371/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Geruza Aline Erig (700.207.281-15); Gleiciane Pereira Ribamar (697.560.742-72); Igor Bittencourt Loureiro (691.483.172-68); Igor de Albuquerque Cieslak (017.285.011-80); Joana Patricia Lira de Sousa (731.687.691-34); Joelma Carvalho Pereira (980.708.782-15); João Fernandes da Silva Junior (680.324.712-00); Kadja Janaina Pereira Vieira (859.071.032-72); Mabia Aline Freitas Sales (872.705.012-20); Marco Antonio Barbosa de Oliveira (508.490.502-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8299/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.376/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alvaro Gomes de Lima Ribeiro (017.446.351-02); André Suehiro Matsumoto (015.884.761-03); Donizete Rocha de Brittes (025.233.151-65); Eduardo Garcia Valle (062.928.216-17); Esdras Henrique Regatti Motinaga (341.878.188-80); Fernando Boze dos Santos (004.296.249-80); Flavio Becker (902.505.751-91); Guilherme Botega Torsoni (326.247.938-10); Hudson Alves Martins (005.359.881-41); Jeferson de Arruda (926.676.601-10)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8300/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.381/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Marcia dos Santos Morandi Lepaus (073.038.737-24); Bruno Fazolo Repossi (136.426.627-06); Bruno Santos Conde (101.632.907-50); Camila Dalfior Gomes (102.025.087-90); Erika Sabino de Macedo (001.358.707-20); Fabiana Chagas de Andrade (106.700.537-40); Glaucia Queiroz dos Santos (110.197.707-83); Iasmyn Santos Ferreira (121.830.537-12); Ivan Almeida Rozario Junior (088.405.437-32); Ângela Penha Ferreira Casagrande (884.002.127-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8301/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.386/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dimas Catai Santos Junior (041.915.145-12); Edilania Assis da Silva (058.581.223-37); Edina Maria Araujo de Vasconcelos (543.119.183-72); Eluziane Gonzaga Mendes (629.050.823-72); Emanoel Rodrigues Almeida (426.766.303-34); Emias Oliveira da Costa (018.831.853-43); Eugeniano Brito Martins (299.122.533-53); Fabio Rodrigo Bezerra de Lima (015.844.883-95); Francisca Nimara Inacio da Cruz (053.135.723-69); Francisca Portela da Cunha (961.750.523-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8302/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.396/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Rufino Benayhun Junior (837.137.862-91); Quelem Suelem Pinheiro da Silva (003.472.712-43); Railan Andreison Amoras de Freitas (865.670.982-87); Rita de Cassia Chaves (586.128.159-91); Roberto Ricardo Holzschuh dos Santos (595.503.090-53); Rosiani Salviano Barros (899.274.602-44); Ruane Laiany Lima Almeida (983.971.842-87); Rutiane Garrido Cunha (002.969.922-32); Sabrina Gama dos Santos (015.482.522-04); Samia da Silva Cardeal (047.714.924-33)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8303/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.401/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Darkson Kleber Alves da Silva (039.060.045-89); Dayane Batista dos Santos (045.812.665-99); Deivson Luiz Matos da Silva (048.880.295-47); Diana Ingrid Porto Fontes (843.366.685-15); Diego Ramos Feitosa (015.843.735-71); Débora Faustino dos Santos (805.015.405-04); Eduardo Carpejani (652.570.815-04); Elizabete de Cássia Santana Nascimento (719.218.505-15); Erika Ramos de Lima Aureliano (059.328.244-25); Flávio da Paixão de Carvalho (044.866.755-09)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8304/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.406/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno da Silva Rossi (123.734.477-89); Deborah Maria de Castro Motta (091.332.216-42); Edson Batista de Sena (048.848.046-94); Marcelo Augusto dos Anjos Lima Martins (050.641.616-03); Pollyanna Junia Fernandes Maia Reis (073.114.616-69); Renato José Ferreira (000.561.596-84); Simone Magela Moreira (026.178.276-23)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8305/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.411/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lubia Gonzaga Dutra (011.124.391-29); Lucelia Cristina Alves (086.445.456-20); Ludimila Duque de Castro (981.990.211-87); Makleyne de Melo Sousa (039.503.881-25); Marcos Venicius de Oliveira Silva (042.783.851-70); Marcos Vitor Dumont Junior (004.115.921-73); Marcus Vinicius Santana (011.593.441-32); Maria Adriana Ramos de Melo (028.362.173-75); Moises Sousa Oliveira (857.872.641-34); Monica Cristina Pimenta Loureiro (471.375.411-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8306/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.515/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marta Priscilla Vasconcelos de Almeida (042.634.184-84); Milenne Jessica Soares Pereira (082.675.874-62); Raiza Maciel de Melo (093.292.804-80); Ricson José de Santana (041.326.054-26); Rodrigo Barbosa Folha (057.100.634-52); Sandra Ferreira da Silva Luppi (089.920.368-09); Sávio Pedro de Lima (033.353.924-93); Tainara Alves de Vasconcelos (066.590.184-41); Vassili Furtado Nepomuceno (652.041.234-15); Vinicius Braga de Andrade (016.055.805-03)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400282

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8307/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.586/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cecilia Katarina Gomes Araujo (021.603.021-80); Cecília Braz Arcanjo (003.100.613-26); Celso Cesar Cima (427.917.409-10); Celso Gustavo Cavalcante Ribeiro (025.569.311-75); Cesar de Lima Borges Leão (036.614.561-48); Christiane Miranda Fontes de Almeida (703.313.751-68); Cibele Maria Pinto Pereira Menezes de Oliveira (022.678.201-88); Cintia Luciana da Silva Costa (696.957.841-00); Clarisse Regina Soares de Assis (730.787.001-00); Claudia Barbosa Dias (994.943.611-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8308/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.593/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Djane Oliveira Ferreira (300.161.343-20); Douglas Moraes Azeredo (083.900.417-66); Douglas de Sá Martins (041.390.823-21); Edenilson Lopes Carvalho (335.196.331-91); Eder de Sousa Vasconcelos (008.803.241-80); Edicarlos Gomes de Sousa (723.046.691-15); Edinei Carvalho dos Santos (033.436.455-83); Edmilson Cosme da Silva (428.267.051-72); Eduardo Bezerra de Melo Silva (071.762.384-05); Eduardo Henrique Ferreira Mendes Teixeira (689.762.321-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8309/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.599/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Enrico Kill Aguiar (024.941.901-77); Fernando Mignot Grave (463.895.127-91); Fernando Souza Abreu Júnior (022.524.585-00); Fernando da Silva Mello Dockhorn (802.095.050-87); Flavia da Cruz Santos (898.888.551-15); Flavio Henrique Freitas e Silva (421.404.396-00); Flávia Geordana Damasceno Araújo (046.761.781-31); Flávia Silveira Amaral (990.641.461-87); Flávia da Silva Abreu (008.996.141-24); Francine Maulepes Santos Barbosa (037.526.501-50)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8310/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.603/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Henrique de Lima (042.763.181-57); Gustavo de Oliveira Costa (009.869.611-40); Guy Fillipe Neri Souza dos Reis (010.614.191-00); Hamilton Sergio de Paiva (605.819.051-72); Harianna Gonçalves Lacerda (939.838.673-91); Hayanna Maria Boaventura da Costa (033.562.621-14); Heidi Esteves Staben (048.106.234-32); Heitor Bernardino de Oliveira (352.365.398-38); Helen Carolina Cordeiro (033.925.836-50); Helena Harumi Tominaga da Silva (013.278.841-19)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8311/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.609/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Paulo Fernandes da Silva (708.365.901-04); João Victor Aragão Ramalho (990.224.601-00); João Victor Cavalcante Barros (004.192.843-11); John Lenon da Silva Rodrigues (023.775.711-74); Jonatas de Carvalho Santiago (047.330.131-83); Jonathan Gomes Pereira dos Santos (014.116.391-70); Jorge de Almeida Gil (748.730.677-15); João Paulo Parker de Alencar Pinto (008.196.931-70); João Paulo Santiago de Assis Silva (944.613.331-91); João Rezende da Costa Abreu (952.299.731-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8312/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.616/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leandro Faleiros Garcia (888.800.601-04); Leandro Gonçalves Gomes (117.663.817-31); Leandro Silva do Nascimento (038.413.191-30); Lemoell Tayano das Chagas Galdino (038.105.481-03); Lenilton Pereira de Holanda (167.294.712-04); Lenner Macedo Mariano (005.002.611-99); Lennine Rodrigues de Melo (028.830.291-56); Leonard Oliveira Muller (881.824.601-15); Leonardo de Oliveira Souza (010.981.541-69); Leonardo de Sena Monteiro (044.353.061-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8313/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.622/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luis Carlos Rodrigues da Costa Filho (036.958.611-50); Luis Carlos de Carvalho Junior (037.182.601-23); Luis Claudio Machado Junior (019.546.071-56); Luis Fernando Ferreira da Silva (999.287.361-20); Luis Gustavo do Prado e Silva (828.866.521-72); Luis Henrique da Silva Menezes (036.458.141-75); Luise Gomes Vieira (032.313.461-00); Luiz Fernando Santiago de Sousa (035.816.031-60); Luiz Henrique Peixoto (443.409.741-53); Luís Miguel Antonio Gomes (025.734.061-05)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8314/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.626/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marina Tucunduva Pinto (120.816.217-97); Mario Henrique Moreno dos Santos (019.126.291-94); Marley de Lima Matos (730.668.261-04); Marlos Campos Aquino (863.960.131-34); Mateus Manuel Rodrigues Bezerra (052.871.771-51); Matheus Gregorio Kaminski (036.982.791-00); Matheus Luis Teixeira Rosa (037.156.671-17); Matheus Maramaldo Andrade Silva (035.818.791-58); Matheus de Siqueira Xavier (043.145.591-01); Mauricio de Lima Santos (356.708.938-24)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8315/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.678/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elisangela Ribeiro dos Santos (826.950.830-68); Elisangela Souza (007.142.480-61); Elizandra Franca dos Santos (812.260.550-87); Elizangela Bonifacio (004.643.080-62); Eliziane Ferranti (969.397.530-87); Erica Batassini (015.082.140-93); Everson Passoni (457.457.650-20); Everson da Rosa Borges (593.292.620-15); Everton Duarte Costa (500.760.350-34); Everton Luis de Souza (900.796.200-00)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8316/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.084/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marta Adriana Bustos Romero (939.808.688-34); Martino Garonzi (070.682.681-70); Martino Giorgioni (236.833.958-26); Maryene Alves Camargo (669.801.941-00); Massimo Matteini (741.120.311-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8317/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.086/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mauricio Serrano (293.370.088-31); Mauro Dias Silva Junior (842.354.202-59); Mauro Francisco Pinheiro da Silva (179.592.748-86); Mauro Vicentini Correia (286.844.668-02); Maysa Luchesi Cera (339.648.778-83)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8318/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.094/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pablo Holmes Chaves (039.021.844-85); Paola Ferreira Barbosa (005.842.561-67); Patricia Albuquerque de Andrade Nicola (690.091.711-91); Patricia Guarnieri dos Santos (020.559.229-55); Patricia de Souza Rezende (317.893.348-45)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8319/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.153/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leticia de Souza Gonçalves (302.596.138-43); Luana Miranda Esper Kallas (786.891.633-87); Luciano Ferreira Pontes (727.811.141-20); Marta Antunes de Souza (371.318.261-20); Nilza Nascimento Guimarães (626.325.741-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8320/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.156/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Suzete Almeida de Bessa (961.224.631-91); Symone Gomes Soares (022.918.361-10); Talita Tatiana Dias Rampin (312.146.358-65); Tania Ludmila Dias Tosta (636.231.101-91); Thiago Carvalho da Silva (018.853.815-14)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8321/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.162/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evaldo José Ferreira Ribeiro Junior (708.622.732-34); Eveline Stella de Araujo (829.215.989-49); Geovana Gentili Santos (298.450.298-17); German Marcelo Martins Vinueza Freire (401.089.291-91); Gilson Martins (017.905.659-01)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8322/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.165/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Lobo Juca (062.763.094-43); Alessandra Simone do Prado Siqueira (772.234.384-87); Ana Carolina de Souza Pieretti (051.566.914-80); Analice França Lima Amorim (026.920.284-65); Anderson Douglas Pereira Rodrigues da Silva (077.962.744-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8323/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.169/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Karla da Silva Freire (059.865.204-32); Ana Patrícia Souza de Lima (031.610.254-74); Arthur Diego de Godoy Barbosa (091.672.244-90); Catarina Rosa e Silva de Albuquerque (021.570.674-93); Ciani Sueli das Neves (034.064.944-55)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8324/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.174/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christian Klaus Muller (011.560.349-22); Clarice Genoefa Bacca (730.351.069-91); Deizi Antunes Martins (000.941.250-66); Ivela Pereira (065.991.389-50); Julita Hoffmann (550.592.879-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8325/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.717/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elésio Brasileiro Duarte (013.870.311-63); Elvio de Carvalho (938.806.001-63); Eriane de Araujo Dantas (014.176.231-44); Fabiana Espírito Santo Barbosa Nunes (017.003.391-09); Fábio Soares Schult (014.235.311-67); Fabrício Gonçalves Caldas Britto (004.855.301-80); Felipe Neves de Carvalho (007.596.691-39); Fellipe Callebe Barbosa Lima (024.563.471-10); Fernanda Teixeira Reis (008.626.525-37); Filipe Israel Azevedo (012.946.701-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8326/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.721/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Correa de Sousa (024.811.841-22); Juliana Isabelli Miguel Coelho (109.612.067-48); Juliana Nogueira de Oliveira (017.696.891-17); Juliana Santos Fabrício (010.837.291-01); Karine Formiga Queiroga (058.093.764-01); Laisa Gomes de Sousa José (025.674.851-98); Lana Karla da Silva Neves (021.034.401-61); Lara Dantas Medeiros (005.135.431-47); Larissa Mayara Almeida Rocha (035.397.061-19); Leandro de Castro (984.139.371-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8327/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.228/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clara Machado da Silva (037.043.281-97); Daniel Jailson Sousa de Oliveira (942.492.371-68); Davi Contente Toledo (013.022.701-33); Denise Reis Costa (006.978.611-98); Dionisio Antonio de Souza Teixeira (872.870.131-34); Edison Flavio Fernandes (260.572.928-12); Edivan Moreira Aredes (003.332.786-66); Elenita Gonçalves Rodrigues (834.144.011-34); Elizabette Caldas Ferreira (726.653.601-44); Ellen Cristina Maciel Campelo Moreira (024.849.343-43)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8328/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.231/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ian Lopes Abou Ibrahim (736.603.701-00); Irapua Pereira da Costa Junior (287.393.938-95); Janaina Ferreira MA (925.604.235-53); Jansen Carlos de Oliveira (716.775.691-15); João Antonio Bevilaqua de Sales Carneiro (004.771.541-31); João Rufino da Costa Neto (073.899.634-33); Jordan Denis Branchi (339.977.480-04); José Roberto de Souza Santos (994.156.905-34); Julio Cesar Marques (722.775.991-15); Julio Cesar de Lima Filgueiras (086.327.437-40)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8329/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.235/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nildete dos Passos Oliveira (718.608.601-25); Nivea Costa Araujo (799.205.431-87); Oliverio Costa Fernandes (658.209.163-87); Paola Matos da Hora (708.995.411-00); Patricia Franca Canella (011.157.951-12); Paulo Sergio da Silva Caetano (022.800.571-07); Polyana Costa Resende (999.652.831-68); Priscila Assis de Abreu (147.689.678-09); Priscila Pereira Santos (058.649.156-29); Rafaela Campos Sardinha (123.298.367-59)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8330/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.239/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wallace Nascimento Pinto Junior (080.972.946-64); Walvernor Beserra (999.972.901-00); Wanderson Cleuber da Silva (734.923.101-68); Wilkson Oliveira Aguiar (713.300.621-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400284

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8331/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.252/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo do Egito Araujo (574.146.881-00); Caroline Anielle Souza Batista Pires de Oliveira (019.341.001-02); Claudio Umberto Soares (731.681.576-00); Daniel Kraucher Vieira Ferreira (026.103.067-17); Daniela Custódio da Silva (026.744.611-01); Erica Paula Silva Barbosa (009.421.021-77); Hellen Maria Helrighel Ricardo (999.856.831-53); Janaína Alves da Cruz (014.501.651-09); Jessica Vitorino Martins (047.347.521-92); Juliana Flávia Ferreira e Silva Paranaiba (034.156.251-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8332/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.257/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Tavares Cardoso (009.521.752-58); Eliene do Socorro dos Santos Silva (004.621.162-47); Fabio Geovani da Luz Barbosa (793.784.392-68); Fabricio de Sousa Rodrigues (680.291.792-00); Fagner Santos da Silva (965.665.232-00); Fernanda Gabrielle Cavalcante dos Santos (005.810.012-14); Francisco Valdinei dos Santos Anjos (620.970.832-34); Gabriel Silva Pinto (009.770.362-19); Gilcimary Rejane da Silva Oliveira (702.613.342-04); Gildeone da Silva Farias (906.645.582-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8333/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.263/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana Ines dos Santos Carneiro (068.291.174-70); Alexandre Cesar e Silva (064.441.294-19); Alexandre Valdevino da Silva (616.716.654-49); Elisane de Lima Serafim (830.205.860-20); Henrique José Batista Janô (077.047.944-85); Thiago Bruno Barbosa da Paz (086.894.344-45); Victor Gomes Cardoso (100.890.944-09); Wagner Soares de Lima (036.148.444-55); Wellington José de Melo (846.640.704-97); Wellinson Vaz Braz de Melo (097.261.184-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8334/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.266/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Aquino da Silva (082.795.497-22); Adriana dos Santos Neves (078.107.167-43); Adriano Borges Cavalcanti (095.647.737-25); Alessandro Eronides de Lima Silva (123.735.127-85); Alessandro do Casal Azevedo da Silva (096.340.087-80); Alexandre de Carvalho Garcia (102.027.377-13); Aline de Luna Marques (057.769.167-80); Ana Elisa Maria Siqueira Campos Lisboa Telhado (052.805.237-39); Ana Luiza Castro do Amaral (228.970.778-32); Anderson de Oliveira Lauro (028.263.377-42)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8335/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.280/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Amorim Ramos (025.522.675-64); Angevaldo Góes Lima (442.670.965-20); Fabiana Cristina Ribeiro Zschaber Pires (039.064.256-81); Gustavo Rodrigues da Cunha (017.441.051-46); Gustavo Xavier Antunes Petronilo (038.827.933-84)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8336/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.283/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Geovani Bresolin (007.222.480-08); Igor Corazza Pereira (045.051.009-36); José Carlos de Lima Júnior (084.928.049-47); Thalyta Zuchinalli (068.863.349-80)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8337/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.344/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mariana Souza de Lima (977.237.382-34); Marilea Gomes dos Santos Ribeiro (007.330.567-76); Marilia Pinheiro de Carvalho (307.484.688-70); Mayara Neves Santos Guedes (065.868.816-25); Michele Borges de Souza (756.021.132-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8338/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.350/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata Souza da Costa (803.127.302-25); Renato Gil de Sousa Piedade (599.134.792-15); Ricardo Evandro Santos Martins (946.444.892-04); Ritermayer Monteiro Teixeira (776.318.542-20); Roberta Murriel Manhattan Samercovisck Sousa Barbosa (019.658.332-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8339/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.727/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Ceccatto (041.080.779-62); Camila da Silva Bicalho (298.304.958-25); Caroline Cunha Bernardi (048.014.699-30); Elza Maria Panka Oliveti (403.613.909-63); Hamylla Haianny Araujo Silva (060.561.464-48); Jovenilia Coelho Gomes (658.704.843-91); Leticia Cristina Percicote (047.276.799-22); Lucas Borges de Oliveira (042.188.745-14); Luis Henrique Gil Franca (018.065.789-56); Newton Carvalhal Santos Junior (680.324.399-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8340/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.760/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Cruz de Freitas (024.465.245-75); Camila de Freitas Fernandes (042.492.541-94); João Vital de Araujo Santos (011.900.181-01); Joelci Mora Silva (436.511.781-53); Larissa Avila Santana (351.127.318-85); Roberto Cicero de Oliveira (702.600.601-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8341/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.765/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Luft (018.042.680-03); Francisleth Pereira Battisti (325.910.568-97); Luciana Patricia Rosa Dias (014.504.059-32); Mirelly Medeiros Coelho (068.028.249-14); Nilton Manoel Lacerda Adão (909.882.139-15); Simão Alberto (692.348.681-53); Vanessa Kist (050.601.319-71)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8342/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.768/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Cesar Scandar Melo (079.940.156-03); Christineide Ferreira Lemos Nakagawa (282.607.588-81)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8343/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.780/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariel Teixeira (069.371.779-33); Elizabeth Cristine Adam Trindade (051.954.619-96); Gregory Chagas da Costa Gomes (073.008.969-01); Renato Barbosa Sampaio (077.228.524-16)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400285

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8344/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.786/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gabrielli Lima Araujo Silva (120.550.107-00)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8345/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.796/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jenny Paola Bravo Castrillon (016.589.264-12)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8346/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.800/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Mireli da Rosa (052.731.769-13); Deisi Beatriz Barcik (030.301.479-24); Edson Leonardo dos Santos (010.417.439-04); Eduardo Matheus Pinto de Oliveira (006.065.930-04); Fernanda Maria Marins Ocampos (052.552.749-41); Luani Griggio Langwinski (038.064.759-11); Luciana Lomando Canete (027.139.019-01); Marcio Aparecido Rinaldo (006.361.619-00); Maria Julia Fonseca Furtado (020.186.869-50); Silvia Cristina Limberger (046.839.739-60)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8347/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.810/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Henrique Nazareth Souto (053.214.776-63); Monise Ramos da Silva (312.211.448-80)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8348/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.816/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jesu Angelo Gonçalves Bispo (962.670.037-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8349/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.826/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arquimedes Rafael Karam Hernandez (089.887.351-70); Gustavo Davi Rabelo (064.748.796-96); Paula Maria Guerra Tavares (091.050.661-23); Raquel Fernandes Mendonça (067.504.776-58); Santiago Tavares Paes (075.781.516-22)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8350/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.851/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Jone Santos de Freitas (011.203.625-20); Anatalia Soares Barreto Filha (033.922.375-82); Carlos André Cirqueira Queiroz (025.309.395-35); Haudrey Germiniani Calvelli (927.392.706-82); Paula Nubia Soares Dalto Motta (691.179.695-49); Rebeca Melo Magalhães (822.971.005-82)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8351/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.988/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Vilela Andrade (089.402.606-27); Ananda Deva Assis Trivelato (064.353.466-07); Anderson Correa Porto (097.638.416-74); Eduardo Andrade Gomes (089.177.206-50); Juliano Bertelli Benati (045.805.976-56); Leisa Pires Lima (114.369.736-78); Luan Peroni Venancio (124.520.197-20); Mayara Carvalho Martins (106.162.626-12); Reginaldo Miranda de Oliveira (097.402.587-94); Zeonyr Barbosa Conrado (077.099.326-57)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8352/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.003/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Eugenia de Avila Ferreira (102.934.356-00); Roberto Carlos dos Santos (536.040.916-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8353/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.009/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adeildes Pereira dos Santos (433.529.875-72); Amanda Karine dos Santos (825.449.725-72); Ana Rita dos Reis Muniz (419.406.285-04); Arilson Reis Santos (014.788.385-74); Arlete da Silva de Carvalho (968.436.405-91); Bernardo Pedreira Coelho (631.370.895-49); Elaine Santos Guabiraba (831.686.725-72); Juliana Marques Dourado Viena (000.084.525-63); Juliana Silva Menezes (056.586.355-00); Juliana Vieira Ramalho (924.582.465-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8354/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.045/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Carla Inada (712.765.721-15); Cristiane Gomes de Assis (955.481.061-04); Giovana Zorge Pontes (286.769.928-27); Ingrid Sivieri Marques Alves de Padua (408.752.468-00); Katicilayne Roberta de Alcantara (030.037.541-73); Luis Gustavo Freitas Gelati (035.302.081-83); Matheus do Carmo Costa (042.564.281-00); Raphael Antonio de Oliveira Silva (301.668.688-09); Samuel Marcondes Puker de Sousa (044.984.721-79); Willyan Candido Silva (015.380.761-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8355/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.054/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Michele Lopes Diniz (009.048.253-02); Vivian Coutinho Galeski (024.634.031-28)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8356/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.060/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lana Lisier de Lima Palmeira (035.693.644-96); Poliana Lopes de Oliveira (089.383.804-75)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400286

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8357/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.064/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Djones Aldivo Boni (071.239.699-36); Tatiany Mottin Dartora (055.357.129-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8358/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.070/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Fluck (007.068.560-66); Flavia Regina Oliveira de Barros (301.968.868-05); Simone de Sousa Borges (493.341.401-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8359/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.132/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Ernani Mendonça Peixoto (102.048.887-51); Carolina Tatagiba da Rocha (114.304.477-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8360/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.134/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Salich Bruggemann (027.174.519-35); Fransueli Bahr da Silva de Góes (074.059.389-73); Guilherme Moura Miranda Filmiano (083.367.936-82); Lilian Lidia Wojcikiewicz Duarte Silva (582.045.559-20); Lucas Silva Yoshida (074.089.909-09); Mariana Lima Terres (011.609.870-84); Natalia Madalena Boelter (024.401.400-07); Raidel Baez Prieto (874.570.080-04); Saulo dos Santos Henrique (078.609.239-47); Virginia Angelica Reck (068.816.019-05)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8361/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.140/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abrahao Alves Santos Bezerra Ferreira (070.762.064-39); Andreza Bezerra da Silva (035.417.744-36); Jonas José dos Santos Neto (828.259.395-87); Jonas Prata Estevão dos Santos (012.749.525-81)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8362/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.143/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Soares de Lima Centuriao (007.506.910-50); Debora Martins Martinez (013.866.420-02); Eduardo Valmir de Souza (046.996.679-37); Jeferson Engelmann (064.160.549-81); Jessica Ulbricht (078.982.789-17); Kajiana Nuernberg Sartor Vidotto (017.657.319-41); Luciana da Cruz Moraes Magarao Alves (122.520.877-73)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8363/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.151/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Clara Lazzari Franco (051.481.169-27); Fernanda Nascimento da Silva (015.011.770-10); Gean Jacques Maia de Sousa (020.158.613-43); Gianni Mancini (292.781.758-89); Guilherme Grams (018.066.150-70); Lucas Trentin Rech (019.255.370-48); Maria Tereza Ferrabule Ribeiro (075.348.078-67); Pablo Cardellino Soto (012.483.316-05); Renata Guimarães Reynaldo (037.419.659-10); Samuel Sembalista Haurelhuk (070.769.459-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8364/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.153/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carmen Cecilia Rodriguez Almonacid (215.224.768-06); Clarissa Debiazi Zomer (008.387.779-70); Cristiane Rezende Mochny (277.173.498-25); Elena Santi (707.553.671-03); Estevan Hideki Murai (049.016.409-92); Renan Presa Januario (077.701.489-01); Saulo Popov Zambiasi (018.904.489-66)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8365/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.160/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Sergio Franklin Farias Gomes (058.223.874-97); Floriano Medeiros de Andrade Lima (876.490.634-53); Heleno Alves de Carvalho (649.726.404-30); Keyla Mafalda de Oliveira Amorim (010.746.684-80); Laercio Almeida de Melo (095.976.434-80); Ledja Lorena Ferreira da Cruz Madeiro (063.793.934-47); Renata Alves de Albuquerque Othon (083.876.324-30); Sandra Priscila Alves (063.682.924-31); Sofia Porto Bauchwitz (083.669.494-51); Ygor Felipe Pinto (053.275.499-92)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8366/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.166/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Claudia Silva Cavalcante (509.320.125-15); Augusta Coelho Santana (025.477.874-74); Danilo Fraga Dantas (006.852.465-07); Elisabeth Freitas de Araujo (014.154.385-01); Genivalda Candido da Silva (884.027.035-34); José Carlos Ferreira Rego (113.184.918-35); Marcial Humberto Saavedra Castro (531.539.955-91); Morjane Armstrong Santos de Miranda (014.101.555-10); Priscilla Cordolino Sobral (025.836.255-35); Rafaela Souza Alcantara (021.545.535-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8367/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.500/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Deivson Alves Portela (822.915.605-06); Daniel Giordani Vasques (003.589.190-45); Daniela Fachine (007.411.619-31); Daniele de Vasconcellos Santos Batista (020.107.695-03); Danilo Oliveira Almeida (036.409.075-82); Danívio Batista Carvalho de Vasconcelos (816.293.975-04); Dannubia Santana Barbosa (020.337.595-55); Dario Ribeiro de Sales Junior (018.873.535-69); Débora Lima de Souza (014.551.315-71); Débora Passos Hinojosa Schaffer (014.897.095-84); Dhanyane Alves Castro (060.452.106-54); Diana Chiara Oliveira Rocha (047.301.525-06); Diego Carneiro Ramos (025.716.275-54); Diego Oliveira de Souza (815.096.855-53); Diogo Ferreira de Almeida Rego (010.756.725-38); Diogo Franco Rios (987.518.675-91); Edilberto Andrade Silva (339.214.405-30); Edmilson Pereira de Almeida (913.479.635-53); Eliabe Nascimento Silva (049.394.295-55); Eliana Maria Rocha Sousa (028.500.135-36)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8368/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.502/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Filipe Pereira Paes (047.568.675-61); Flavônia Reis Castelo Branco (160.407.082-04); Francine Feltrin de Oliveira (029.490.379-84); Gabriel Carvalho Simões (017.611.165-41); Gabriela Santana Bastos (016.986.895-86); Glauco Correia Sales Esteves (010.323.875-13); Henrique Luís da Silva Oliveira (781.165.465-20); Hermes Pedreira da Silva Filho (580.124.605-30); Hugo Leonardo Coelho Ribeiro (013.708.135-97); Igor

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400287

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Loureiro de Matos (798.525.485-49); Ione Barbosa de Oliveira (007.645.035-02); Iraci das Mercês Moreira (627.424.345-34); Irlene Silva de Almeida (032.480.335-41); Isaac Figueredo de Freitas (023.492.715-10); Jamile dos Santos Ferreira (022.381.265-03); Jaqueline Bitencourt Moreira (029.130.245-99); Jaqueline Braga Morais (019.032.905-03); Jaqueline Cardoso da Silveira (018.987.995-55); Jarbas Alves Fernandes (752.565.095-00); Jasilaine Andrade Passos (019.376.525-05)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8369/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.531/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Henrique Castro Mendes (706.289.983-68); Eduardo Henrique de Carvalho Moura (017.501.293-88); Elaine Nascimento Raulino (339.480.893-53); Elane Rocha da Silva Ferraz (988.558.403-04); Elenice Janau Ferreira (886.456.732-15); Eliana Vitérbia Mota de Sousa (003.077.043-27); Elias de Almeida Marques (044.981.433-53); Eliezer Silva Pereira (915.249.383-00); Elijames Moraes dos Santos (768.427.623-91); Elisângela Alves de Sousa (613.021.333-65); Eluilma Castro de Souza Cavalcanti (803.585.603-06); Elvis Amsterdã do Nascimento Pacheco (961.724.283-49); Elynne Raphaella de Sousa Gonzaga (983.240.473-87); Elys Correia Cunha (035.216.613-42); Emilly Barros Barbosa Rios (027.512.543-22); Enildo Barbosa das Chagas Silva (006.755.093-27); Erick Correa da Silva (931.894.193-53); Evanete Pereira de Sousa (960.552.603-44); Érica Pontes Moreira (602.523.723-95); Érika Lima de Jesus (686.967.363-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8370/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.536/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kleuton Antunes Lopes Lima (008.618.573-05); Laize de Jesus Silva (026.953.143-29); Leandro Leocádio Coelho de Souza (632.309.333-20); Leandro Souza Batista (928.121.633-72); Letícia Chagas da Silva (006.580.463-57); Leudilene de Jesus Ribeiro Costa (002.660.813-80); Leydiane Mateus Bastos (004.622.993-09); Lígia Gabriela Braga Sousa (017.360.813-22); Lilian Kelly Ferreira Leite (002.302.563-84); Lisandra Maria da Silva Carvalho (954.465.593-04); Lizandro Pereira de Abreu (027.717.693-01); Lorena Mendes Carreiro (032.870.293-55); Lorenni Evren Matias Barros (011.381.590-50); Luan Henrique Varão Silva (622.858.743-91); Luciano Lima Maquine Santiago (417.360.792-04); Lucilene Rodrigues da Silva (875.610.183-04); Lucélio Lopes Silva Souza (028.455.305-01); Luís Alberto Caldas Gonçalves (059.214.492-53); Lídia Bruna Teles Gonzaga (000.073.842-54); Lúcio Pádua Reis (956.634.363-91)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8371/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.915/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Eliza Teles dos Santos Pereira (053.786.117-33)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8372/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.921/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ewerton Emmanuel da Silva Calixto (053.427.744-62)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8373/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.934/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Fernanda Garcia Bezerra Góes (084.035.057-01)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8374/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.981/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Juliana Nascimento da Silva (113.110.697-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8375/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.982/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliano Bahiense Stafanato (055.555.517-89); Kacia Castelo Branco Chaves (719.175.007-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8376/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.572/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto (888.754.829-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 28/6/2011.

ACÓRDÃO Nº 8377/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.576/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Bárbara Segal Ramos (258.783.398-11)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 5/12/2010.

ACÓRDÃO Nº 8378/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.628/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Anderson Minosso (028.237.510-41)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8379/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.634/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Maria dos Remedios Nascimento Saboia Ferro (837.279.903-25)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8380/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.648/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Vettoretti Nicoladeli (008.077.099-13); Ieda Marizete Rodrigues Machado (892.167.410-15); Jaqueline dos Passos Schunemann (824.350.140-15); Jussara Comaru Cabral Farias (635.564.300-10); Maicon dos Santos da Silva (018.692.600-66); Marcos da Silva (833.260.730-20); Moacir José de Vargas Junior (027.004.040-41); Nair Rodrigues Teixeira (003.773.280-30); Ruth Manczenko (826.505.940-04); Tuianio Gomes dos Santos Pereira (021.536.320-56)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8381/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.652/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Schneider Costa (443.548.510-91); Eros Augusto Ely (856.562.160-04); Fabiana Eunice Lopes Consiglio (012.768.470-09); Fernanda Pereira Martins (022.155.560-99); Francine Souza Nizo (993.177.700-10); Jari Roberto Lopes Silveira (950.850.920-15); Joice Lucas dos Santos (011.447.720-52); Juliana Ferreira Miot (825.872.130-53); Paola Francesca Tisian Grattagliano (019.156.340-40); Thiago Almeida Sosa (999.104.890-15)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8382/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.657/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Aline de Assis Rodrigues do Amaral Muniz (001.559.441-69)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8383/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.661/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Mara Ribeiro da Silva Vieira (608.677.796-91); Debora Ferreira Leite de Moraes (292.307.668-01); Iraci Pereira da Silva (707.268.251-15); Javier Andres Forero Valencia (060.972.717-60); Leticia Maria Vieira de Souza Goellner (268.311.118-58); Naara Caroline Oliveira de Souza (025.287.721-73); Olavo Pereira Gomes (206.400.306-10); Pedro Mendes de Oliveira Filho (725.955.821-00); Simone Nardin Weis (005.302.320-06); Tatiana Regina Gomes de Amorim (929.244.761-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8384/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.667/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Daniel de Oliveira Furtado (039.433.623-29)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8385/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.668/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ricardo Drews (018.396.170-63)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8386/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.739/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Antonio Morais (043.711.756-19)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8387/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.749/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: André Keiji Kunigami (106.556.087-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8388/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.755/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Priscila Ferreira Batista (024.796.161-26)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8389/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.848/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Enio Queijada de Souza (317.237.211-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8390/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.939/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marieta Marks Low (934.117.900-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8391/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.979/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wendel de Oliveira (045.315.197-36)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8392/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.994/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elisabete Andrade (939.952.450-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8393/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.004/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Ricardo Gonçalves Becari (214.903.358-54); Vandernisia Tiane Nery de Oliveira (010.666.792-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8394/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.005/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tatiane Michele Popiolski (004.706.170-71)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400289

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8395/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.009/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alailson Santos Vieira (045.862.955-38); Ana Paula dos Santos Oliveira (054.271.565-18); Elina Rodrigues de Oliveira (836.786.700-91); Erica Ingrid de Franca Gomes (031.779.215-63); Henrique Soares Silva (973.781.355-34); José Marcio Martiliano (999.737.315-49); Juliana Souza de Andrade (039.928.215-79); Luzinete Borges Rodrigues (539.769.085-68); Nicole Garcia Aragão da Rocha Oliveira (033.500.235-84); Wilma Alves Silva (912.912.245-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8396/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.010/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Silva Costa (036.882.823-96); Ana Cristina Holzschuh Machado (658.667.200-78); Ariane Barbosa Silva (026.219.040-09); Claudia Marcela Santos de Araujo (606.638.804-59); Filipe Bandeira Valerão (008.499.510-62); Gerusa dos Santos Machado (939.066.680-53); João Luis Caldas Lima (540.248.110-53); Magali Janaina Souza Garcia (990.771.750-91); Matheus Islabão Martins (017.046.810-06); Rogerio de Castro Marques (462.595.620-04)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8397/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.014/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Esteves Gomes (003.840.841-41); Anna Gabriela Barbosa dos Santos Ribeiro (405.302.328-98); Damaris Silva dos Santos (037.676.915-74); Elba Taina Lima Araujo Marques (021.645.533-22); Joelia Resende Pereira da Silva (947.463.973-68); Klaus Nobre Stigger (007.921.040-64); Maria Helena Alencar Trigo (039.025.903-94); Paula Taciana Soares da Rocha (049.211.884-16); Robspierry de Oliveira Fernandes (030.910.143-39); Romildo Felix dos Santos Junior (013.799.873-26)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8398/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.018/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alisson Geraldo Carvalho (920.199.006-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8399/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.019/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Denise Sena Veloso (040.111.706-58)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8400/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.023/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Maura Araujo Rocha (112.423.658-93); Elton Destro (775.687.966-04); Karina Barbosa de Queiroz (059.967.216-19); Livia Cristina Pinto Dias (086.521.426-37); Ludmila Olandim de Souza (038.084.306-48)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8401/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.028/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luana Maria Alves da Silva (019.794.983-50)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8402/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.058/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Barbosa Lima (107.372.406-95); Leticia Guedes Ferreira Lopes (079.086.056-21); Rodiney Oliveira de Jesus (110.968.346-42); Tarcisio Pereira Pinto (064.685.636-74)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8403/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.061/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Antunizia Gomes (013.403.173-38)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8404/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.066/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rosinei da Silva Canteli (871.698.279-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 10/6/2011.

ACÓRDÃO Nº 8405/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.447/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cássio Mori da Silva (021.665.970-17); Danieli Franco de Souza Lopes (023.685.090-38); Fátima Valadão da Silva (018.236.400-36); Heglisson Santana Lacerda (666.436.511-15); Joelson dos Santos Corteze (004.868.160-10); José Paulo de Oliveira Madruga Junior (023.537.900-03); Laila Fernanda de Souza Avelar (023.120.593-71); Letícia Moraes Toledo (023.194.010-67); Valéria Fátima Rampelotto (944.737.900-10); Wellington Antonio Alves (033.943.934-33)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8406/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.454/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Noronha de Paula (040.988.913-01); Camila Maia Santos (120.668.067-90); Jaciara Santos de Carvalho (006.655.425-00); Jaques Vagner Soares Boeno (968.884.310-53); Josiele Oliveira dos Reis (005.789.470-13); Juliane Tatsch (011.012.490-13); Karina Rosado dos Santos (986.498.090-49); Paula Regina Yuri Fukusawa (116.679.737-62); Suzanna Araujo Tavares Barbosa (000.243.743-00); Vilma Alves da Silva (034.459.587-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8407/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400290

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-020.460/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juscelene Barros Araujo (647.337.341-15); Kamila Oliveira de Souza (028.930.681-70); Kamilla Ribeiro Lopes (034.965.431-08); Karen Bento Ribeiro (057.042.016-44); Kariza Aiko Frantz (003.963.875-86); Karla Mirella de Almeida (039.429.366-58); Leia Márcia Sousa Santos dos Reis (759.112.561-34); Luiz Flávio Galvão Gonçalves (945.383.105-06); Rafaela Pereira Guimarães Cotias (013.460.135-19); Taís Dias Murta (077.415.586-84)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8408/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.461/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciene Rocha Martins (037.282.993-75); Ludmila Barbosa Ferreira (022.050.223-42); Luíza Maria Campos Moura (046.144.783-52); Márcia Solange dos Santos de Araujo (747.010.103-91); Maria Giudelândia de Sousa (956.121.493-87); Maria Helena Santos Silva (395.146.683-91); Maria Iraíde Mendonça do Nascimento (819.737.643-34); Maria do Carmo Lira de Sousa (026.102.263-65); Maria do Livramento Lopes Santos (664.987.911-87); Moisés José dos Santos Freitas (026.985.003-10)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8409/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.473/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Francieli Cembranel (999.649.610-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8410/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.479/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edivan do Nascimento (064.345.604-00); Kariny Kelly de Oliveira Maia (082.073.424-12); Monique Macedo Freire Lima (014.523.503-37)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8411/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.504/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lauriana Rodrigues de Oliveira (100.019.246-64); Leandro Gonçalves Soares (015.754.556-33); Leida Aparecida de Oliveira (517.641.306-00); Leonardo Neves Gomes (921.093.656-68); Letícia Lambrini Caixeta Santos (014.068.426-30); Letícia de Oliveira Gabriel Ferreira (055.031.196-30); Liana Maria Cardoso do Nascimento Delgado (878.715.484-68); Lúcio de Oliveira Quites (327.916.156-87); Maria Monique Silva Oliveira (101.795.047-46); Mariana Antunes Faria Lima (014.571.176-57)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8412/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.506/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Laryssa Santana Menezes (035.320.775-66); Lidiane Simonetti Bitencourt Bayer (815.348.500-82); Lívia Mara Tannus Freitas (039.514.396-96); Lohaine Fernandes Costa (919.080.432-53); Luísa Campos Caldeira Brant (012.979.796-05); Luiz Guilherme Passaglia (032.541.986-89); Maria Célia de França (790.570.634-68); Mariana Affonso Vasconcelos Campovila (013.442.886-26); Mariana Benevides Paiva Machado (053.961.296-03); Mariana Moreira de Castro Denaro (047.106.976-04)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8413/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.511/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Gustavo Alves Moreira (061.378.876-18); Marcia Castro Silva (386.456.291-00); Marcia Goncalves Alvim (032.084.316-51); Marcia Rosalia de Souza (573.149.506-87); Maria Antonia Silva (560.465.376-49); Maria Ines Santos Rossi (079.808.726-90); Maria Leni Pereira de Jesus (493.118.591-68); Maria Lucia de Lima Araujo (321.022.751-91); Maria da Gloria Lima Martins (085.919.996-73); Miriam Kelly Lacerda Feitosa (030.537.243-24)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8414/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.518/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jacqueline Santos Miranda e Lima (033.896.634-01); Laiana Lopes da Silva (045.898.163-00); Luciane Românio (006.128.299-52); Maria Elisângela da Silva Barroso (708.646.592-53); Michael de Matos Mendes (005.987.599-21); Renata Lopes Lúcio (082.898.229-52); Roseli Grabas Garcia Trindade (997.118.349-87); Serineu Pinto (062.784.419-77); Tereza Santos de Camargo (903.759.209-00); Thayse Gisele Sgoda de Magalhães (079.826.299-03)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8415/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.522/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cláudia Koproski (035.915.789-08); Cláudia Schmidmeier Joly (752.823.809-00); Kassia Kristina de Souza (024.265.439-81); Luana Fabíola Martins (056.521.989-82); Maria Lígia da Silva Marta (091.818.537-85); Nathalia Ribeiro da Silva (639.715.503-04); Tiago Rodrigues de Souza (070.233.939-35); Ubirajara Silva Melo (165.007.198-16); Victor Augusto Meneses de Carvalho (108.131.996-89); Wanessa Apolinário Martins (014.670.661-76)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8416/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.526/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Albert Nuann Santos de Oliveira (036.075.965-30); David Oliveira Lopes (009.114.073-08); Denise Maria Trinca Alessio (066.036.418-28); Erika Fabíola Neves Pinto Gonçalves (677.393.182-72); Fabiano da Silva Ferreira (047.824.149-60); Gilson Carlos Cescato (021.314.879-08); Ivone Lima da Silva (022.557.549-32); Marisa Arakaki (856.749.909-72); Patrícia Parente Lemos dos Santos (008.329.541-01); Solange de Fátima Cararo (748.062.389-53)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8417/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.543/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Raquel Carneiro Barreto (040.591.175-01); Cindi Guimarães Marinho Coutinho (021.608.095-94)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8418/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.554/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flávia Danielle Sordi Silva Miranda (366.526.398-07); Germana de Villa Camargos (088.388.476-30); Johnatan Augusto da Costa Alves (067.303.726-64); Raquel Maria Ferreira de Sousa (225.806.538-05)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8419/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.662/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana Zafaneli Machado (022.363.280-52); Anne Caroline de Souza Leite (087.901.126-28); Bruno Teixeira Santos (105.707.536-19); Christiana Alves Batista (804.270.813-00); Ilda da Costa Silva (023.485.314-02); Jefferson de Araujo Abreu (919.979.330-04); José Domingos Rodrigues dos Santos (003.456.301-65); Ricardo Daltrozo de Freitas (913.651.390-34); Simone Faria Silveira (756.457.260-49); Tatiana da Silva Wives (990.538.020-53)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8420/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.667/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ane Rose Gomes dos Santos (014.750.505-42); David Ruthmir Miranda Junior (034.154.041-29); Gustavo Campagnoli Mancinelli (227.471.378-21); Joice Gomide Nolasco de Assis (688.595.461-68); Lucas Lisboa Peths (066.558.286-27); Márcia Rosa Sampaio (705.971.549-53); Mariana de Oliveira Graziel (127.960.907-95); Monira Roberta de Mesquita (322.214.828-75); Renato Druciak Regis (009.114.154-08); Valéria Ferreira Gil (033.501.555-70)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8421/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.669/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Correa dos Santos Casagrande (004.245.479-45); Carlos Kleber Santos Bittencourt (001.480.775-01); Carolina de Souza Vasconcelos (060.615.384-56); Cicília Fraga Rocha Pontes (041.731.404-36); Cristiane Simas Moreira (017.134.175-96); Leandro Lopes Fiuza Santos (031.271.365-79); Maria Samila Machado (028.833.079-03); Regina Plocharski Willock (028.912.609-61); Sidnei Ferreira dos Santos (026.890.179-11); Walyssa Cheiza Fernandes Santos (077.173.164-71)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8422/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.882/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Pretto Bao (000.982.670-00); Diego Lisboa dos Santos (016.301.270-94); Katiane Panta Pinheiro (016.534.600-08); Márcio Rodrigo Martins (285.472.208-60)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8423/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.907/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana de Alcântara Brito (025.211.373-08); Alexsander da Silva Gonzaga (075.498.076-63); Erina Clara Vallandro (031.776.265-61); Gianamaria Fernandes Pastor (553.957.086-34); Rodrigo Santos Araujo (922.548.883-15); Wenya Spindola de Moura Soares (025.655.391-26)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8424/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.954/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Moreira de Paoli (101.188.486-07); Ana Cláudia Rodrigues de Castro (010.810.745-07); André Yassuhiro Uehara (061.317.664-28); Cleiton Carmo dos Santos (041.971.325-57); Jofrancis Santos Arcieri (004.527.655-28); Maria Carolina Carneiro Parente (629.339.493-34); Raquel da Silveira Kataoka de Paula (006.385.393-07); Renata Campos Simões Cabral (013.477.435-37); Tainá dos Santos Pereira (035.688.875-41); Tatiana da Silva Carneiro (790.530.845-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8425/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.958/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cláudia Helena Carvalho de Sampaio (915.194.707-20); Domingas Santos da Silva (030.050.331-80); Gláucia Fernanda Placidônio dos Santos Carvalho (971.562.306-97); Guilherme Martins de Macedo (688.733.361-91); Ícaro Tyego Araujo Nogueira (041.951.963-70); Irene de Paiva Câmara (473.485.931-00); Isabella Camargo de Oliveira (036.095.861-33); Josineide Montenegro da Costa (054.319.284-90); Lia Beatriz de Azevedo Souza Karbage (012.745.873-52); Rosana Maria de Sousa (027.846.626-59)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8426/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.966/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Camila Leite Santos (068.164.193-24)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8427/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.974/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sergio Inácio Gomes (390.262.729-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8428/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.981/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ielris José Dornelas (014.605.806-21)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8429/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.984/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Felipe Santos Deveza (865.969.187-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8430/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.006/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eldon Bezerra da Silva Junior (009.383.765-86); Icemaria Felipe Silva (010.552.224-48); Igor Denizarde Bacelar Marques (664.014.883-87); Igor Prado Oliveira (020.020.725-31); Joanes José Junior (077.272.276-50); João Daniel de Sousa Moreira (085.484.306-05); Juliana Cristina Castanheira Guarato (049.856.696-01); Juliana Lemos Rabelo (065.130.216-18); Juliana Lima Campanha (084.536.857-54); Vivianne de Sousa Cabral (872.099.425-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8431/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.018/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane Medeiros da Silveira (011.110.910-80); Francisca Josefa da Silva Lima (018.787.793-97); Francisca Rosângela Borges da Cunha (951.101.603-25); Joana Gomes da Silva Neta (001.449.383-75); João Batista da Silva Filho (028.372.573-70); Jonas Fernandes de Oliveira (693.342.933-49); Jorio Neiva de Moura Santos Cordeiro (867.604.833-91); José Carlos de Lima Junior (044.086.153-58); José Costa Couto Neto (006.823.313-25); Juliana Soares do Nascimento (891.128.733-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400292

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8432/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.043/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sabrina Silva Zacaron (039.632.056-28); Samara Patrizia Corcino Galvão de Sa Leitão (048.734.334-44); Samira Alves Barbosa Gonçalves (083.369.516-95); Valéria Xavier do Nascimento (053.707.114-88); Vanessa Prisco Chicarini (036.676.966-98); Vinícius Martins Machado (047.803.096-70); Viviana Gonçalves Silva (032.349.626-18); Viviane Cristina Soares Silva Costa (050.328.246-40); Viviane Oliveira Santana de Queiroz (003.959.716-40); Wagner Gouveia Barreto (061.368.294-79)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8433/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.047/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosemary Fernandes Correa Alencar (471.400.203-10); Rosilane de Araujo Morim (044.162.716-11); Sandra Carolina Peret Ramires (038.423.026-14); Valdenor Santiago de Castro (024.649.123-01); Valéria Cássia Nunes da Silva Mortimer (732.792.506-68); Valéria Cristina de Sousa (053.367.176-06); Vivakanand Satram (810.053.340-72); Viviane Gomes de Oliveira (053.986.286-07); Viviany Cristina Evangelista dos Santos (001.462.846-58); Wilma Jaques da Silva Nascimento (967.479.006-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8434/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.053/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Isaac Danilo Santos Batista (068.097.454-75)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8435/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.062/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ester Azevedo Razzolini de Almeida (009.740.980-43); Evelyze dos Santos Alves (700.747.471-34); Gabriela Rocha Cavalcanti (077.194.624-40); Giovana Schmidt (008.305.689-05); Janaína Cruciani Soldateli (319.586.668-40); Mariana Alves da Silva (319.173.328-07); Nya dos Santos Lhullier (010.308.079-14); Sheila Godinho da Rocha Trombini (955.145.110-49); Talyta Mecenas Galvão Arcanjo (000.339.475-11); Vander Clemente da Silva (079.901.416-80)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8436/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.071/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mayara Goulart de Camargos (063.359.986-70); Mayara Simões (099.612.346-69); Nicoly Rodrigues dos Santos (648.492.873-87); Patrícia Carvalho Fontenele (912.190.003-53); Patrícia Moreira Melo (918.470.013-00); Tarcianny Barbosa Alencar Pinheiro (026.973.423-62); Taritha Nasser Marçal (255.378.298-51); Tatiane Fernandes Cesário (044.058.816-26); Thais Oliveira Amâncio (095.269.796-30); Thais Reis Oliveira (083.795.526-28)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8437/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.073/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Constantino (073.668.409-39); Gustavo de Brito dos Santos (342.129.008-31)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8438/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.077/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Massae Fujii (856.304.706-04); Mauro Tavares Paes (030.175.207-90); Melina Tertulino de Lima Medeiros (009.222.825-95); Micaele Cardoso Tavares (997.512.403-87); Osanan Amorim Leite Filho (770.326.833-04); Tamiris Fernandes de Sousa (005.451.521-19); Tânia Cristina Almendra Braga (699.388.491-72); Tatiana Aparecida Rodrigues (013.625.036-06); Thais Alfaia de Santana Pardo (805.462.775-00); Thais Dantas da Silva Lopes (699.888.891-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8439/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.080/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleuzieli Moraes dos Santos (012.335.851-50); Elcy Borges Antunes Effgen (558.327.417-49); Elemar da Silva Resch (001.218.480-27); Naiane Naira Nogueira dos Anjos (006.982.393-69); Natália Carolina Mendes Cesário (072.574.386-76); Natália Jéssica de Moura Silva (042.862.573-80); Patrícia Gírio Matos (361.653.013-04); Tarcila Mendes Martins (004.993.423-64); Tathyane Faria de Moraes (082.943.936-65); Waldyr Davi de Oliveira Moreira (578.326.411-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8440/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.083/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Delana de Souza Canto (011.955.452-66); Hellenn Thallyta Alves e Mendes (073.254.416-57)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8441/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.085/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Henrique Balzi Gonçalves (826.115.211-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8442/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.097/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Maia Baptista (007.881.525-80); Caroline Brandão de Almeida Figueiredo (812.218.945-87); Getúlio França Sampaio (514.679.255-00); Herbert Ives Barretto Almeida (822.050.005-00); Pedro Sacramento Villar Rodrigues (877.983.015-34); Sammuel Cavalcante de Carvalho Pinheiro (891.363.813-49); Sara Cristina Batista de Lima Rodrigues (004.765.393-07); Vivian Medeiros de Moura Santos Melo (638.279.563-15); Yascara Pinheiro Lages Pinto (287.557.903-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8443/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.102/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosivana de Almeida Santos Bispo (934.314.305-20); Rozinete de Oliveira Tavares Fortes (039.426.413-48); Salomão Mascarenhas Cavalcante Junior (026.484.423-83); Samuel Saulo Vasconcelos e Silva (004.920.373-88); Valquíria de Almeida dos Santos Costa (764.208.413-72); Vanessa Alexandra Gonçalves Vasconcelos Castelo Branco (624.969.643-15); Verônica Conceição Ferreira Batista Assunção (045.727.243-00); Verônica Rodrigues Sátiro Soares (037.401.933-95); Willane Maria de Resende Feitosa (042.408.083-40); Ysa Paula Purificação Nepomuceno (899.810.225-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400293

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8444/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.104/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thaise Cristina Gomes da Silva (016.390.411-17); Thania Ribeiro Marajó Fernandes Correa (012.004.216-98); Thatiane Guedes de Oliveira Machado (008.443.854-17); Thayna Pequeno Nogueira Florêncio (086.397.866-58); Thiago Delduque de Sousa Faria (016.204.376-78); Thiago da Costa Lago Alves (786.022.114-49); Thobias Nóbrega de Oliveira (045.102.764-78); Tiago Fortunato de Oliveira (126.610.186-11); Tiago Viana e Sousa (063.016.413-45); Úrsula Kelly Silveira Nunes (044.269.886-08)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8445/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.108/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Vanessa Souza Ribeiro (074.318.014-32)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8446/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.111/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Deborah Franscielle da Fonseca (109.918.896-22)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8447/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.113/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Isaac Brito Roque (021.222.463-83)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8448/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.118/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Julião França Graeff (938.297.601-91); Elisandra de Sousa Alves (050.077.374-29); Fernanda Alves Barbosa Pagio (112.865.137-82); Jannayna Hammoud Brandão (956.868.941-91); Kamylla Schmalfuss Schaidhauer (004.654.250-70); Larissa Simões Menezes (032.464.125-70); Liana de Oliveira Araujo (024.359.563-80); Miriam Suzane Holanda de Almeida (013.068.904-11); Sigrid Fontes (039.978.791-76); Verônica Rosa de Carvalho (001.364.541-27)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8449/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.119/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cláudia Bierhals Viegas (914.475.000-59); Camila Madruga Oliveira (041.313.959-08); Claudete Afonso Oliveira (301.698.600-00); Felipe Adams Wille (018.153.970-55); Geisa Chaves Pereira Marchiori (011.831.570-61); Hugo Bellotti Lopes (012.781.736-09); Jéssica da Silva Gomes (020.339.963-36); Mara Racnele Alves de Sousa (640.673.783-00); Thuany Barbosa de Souza (001.116.301-18); Ubiratan Luís dos Santos Medeiros (697.028.963-04)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8450/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.128/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lilian Karine Cardoso Guimarães de Carvalho (937.062.865-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8451/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.129/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Álvaro Afonso Oliveira Souto (702.731.111-91); Luiz Artur Laviaguerre da Silva (136.035.400-00); Marcus Vinícius de Araujo Chagas (020.485.087-82)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8452/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.392/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Olavo da Costa Leite (021.064.531-83)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8453/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.396/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raissa Alves Gomes (038.689.851-07); Ricardo Bruno Cunha Campos (008.536.424-00); Rosângila Domingos Gualberto (026.253.821-04); Sirlaine Paiva Fonseca (057.592.906-57); Suiara Patrícia Luz Costa Rodrigues Portilho (723.860.371-34); Tarliane Martins Tavares Terra (881.707.051-34); Thiago Castilho Clemente (287.705.038-69); Tiago Costa Rodrigues (997.598.371-53); Whelton Correa do Nascimento (810.856.641-04); Wilson Santos de Oliveira (833.593.031-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8454/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.398/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ramón Ferreira de Jesus (021.561.185-31)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8455/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.399/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leonardo Damin (886.365.770-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8456/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.401/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Alves Ribeiro (092.059.487-56); Bruno Costa Ramos (073.889.237-80); Gisele da Cruz Gomes (126.501.557-01)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400294

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8457/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.405/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Natália Mafra Lessa Eloy (128.897.137-09)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8458/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.406/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Vanessa Martins Oliveira (136.792.847-80)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8459/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.410/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ailson das Dores (939.576.107-53); Alba Gomes Alves Rosa (949.868.277-15); Alessandro de Miranda Oliveira (029.122.937-90); Aliny Terra Pessanha de Aguiar (105.905.837-51); Amaro José de Abreu Mota Junior (137.552.557-31); Anderson Felicori Fernandes (036.096.106-11); Alanda Gomes Nogueira (122.627.517-65); Beatriz Araujo de Resende Neves (108.440.337-40); Bruna Nogueira Simões Cobuci (101.827.707-29); Carla Simone Ferreira Machado Lombardi (969.258.337-68); Carlos Márcio da Silva Freitas (057.634.597-09); Daiana de Azeredo Falcão (111.710.187-89); Danilo Boechat Seufitelli (059.264.067-14); Débora do Rosário Porto (039.532.157-36); Diego Cardoso Siqueira (104.743.337-01); Domênio de Souza Faria (129.621.447-80); Evanice Pereira da Costa (733.221.647-72); Fábio Guilherme Bissaro (096.522.167-98); Felipe Dias Barreto Martins (102.571.907-75); Felipe Giraud Moraes (078.000.177-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8460/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.414/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lidiane Silva (099.403.347-88); Luana Cardoso da Costa (019.369.571-59)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8461/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.416/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Michelle Leal de Faria (074.660.456-42)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8462/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.417/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nathalia Pereira Lima (135.047.197-61); Neiva Verdan da Silva Ramos (110.290.767-74); Nicolas da Silva Mota (132.101.927-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8463/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.418/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Oniram Atila dos Santos de Souza (022.493.935-16); Paolla dos Santos Souza (137.521.947-23)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8464/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.420/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulus Ralf Neves Soares (100.982.857-69)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8465/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.422/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ricardo Bruno da Silva Ferreira (111.013.537-83)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8466/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.424/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosane Candelária da Silva Rosa (327.102.917-20); Ruth Evelyn Rocha de Souza Lourenço (124.249.577-03); Sebastião Roberto Gomes (896.282.687-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8467/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.428/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Franco Vieira Sampaio (001.463.260-83)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8468/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.430/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Igor Macedo de Lima (111.679.237-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8469/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400295

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-022.433/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Jucilene Braga Alves Maurício Nogueira (078.628.967-85)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8470/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.434/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciano Teixeira dos Santos (057.048.627-05); Marcela Tamiasso Vieira (126.831.447-17); Marcos Gustavo Araujo Schwarz (058.114.987-48); Monique Opuszcka Campos (093.178.547-29)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8471/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.435/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rafaela Reis Azevedo de Oliveira (060.577.446-32)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8472/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.439/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vítor Manuel Nogueira do Rosário Lemos (133.583.387-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8473/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.440/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Patrícia Fernanda Andrade (936.243.795-34)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8474/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.523/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Gamino da Costa (014.814.170-61); Charlene Brum Del Puerto (002.952.190-41); Cristiano Rafael Steffens (017.989.660-18); Gabrielito Rauter Menezes (000.261.960-18)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8475/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.524/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rosiane Carvalho de Jesus (757.856.172-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8476/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.526/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Michelle da Costa Pereira Carneiro (106.909.147-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8477/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.528/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Henrique Silva de Oliveira (016.260.736-94)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8478/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.529/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata da Costa Nogueira (051.824.377-06); Roberta Soares Casaes (114.781.657-31); Rodrigo Pereira dos Santos (067.462.006-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8479/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.530/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago de Abreu e Lima Florêncio (082.511.157-95)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8480/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.542/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anabel Medeiros Azevedo de Paula (104.738.477-95); Anderson Paulino da Silva (069.308.707-22); André Henrique Souza Barros (125.047.157-57); Andrea Ferreira Gonçalves do Nascimento (145.169.328-14); Andree Teixeira Meirelles (015.863.707-07); Ângela da Silva Oliveira Alves (894.393.767-91); Anniele Sarah Ferreira de Freitas (126.821.667-41); Antonio Carlos de Queiros (080.345.787-11); Antonio José Bittencourt da Rosa (110.816.387-45); Antonio da Silva Castro Sobrinho (709.875.567-20); Asy Pepe Sanches Neto (135.110.857-30); Bárbara Nogueira Nunes (091.447.427-89); Beatriz Gonçalves de Oliveira (038.280.597-67); Beatriz Peres Silva (116.474.027-00); Beraldo Ribeiro da Silva (124.413.387-65); Bianca Leite Dramali (073.110.057-36); Bruna Nunes Magesti (135.125.727-74); Bruna Roberta Siqueira Moreira (117.515.307-95); Bruna da Silva Nascimento (130.928.647-78); Bruno Henrique Lanzellotti Sampaio (110.956.937-86)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8481/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.544/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristina Maria Pereira dos Santos (678.078.107-00); Cyntia Pinto Sussekind Rocha (037.354.237-28); Daniel Carvalho Ribeiro (090.664.507-70); Daniel Fernandes Castanheira (072.247.217-00); Daniela Pfeiffer Fernandes (096.260.467-40); Danielle Barros da Silva (102.002.287-65); Danielle Sampaio Albuquerque (828.711.673-20); Débora da Silva Rodrigues de Oliveira (057.702.917-70); Débora da Silva Santos (125.247.287-06); Denise Lima Martins (859.669.597-49); Denise de Almeida Guimarães (872.202.457-34); Denize Valentim da Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400296

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(814.150.797-49); Dibe Salua Ayoub (041.400.479-50); Diego Silveira Pacheco de Oliveira (126.067.437-17); Diego dos Santos Tartari (116.021.027-67); Dilma Gonçalves da Silva (930.436.865-00); Edmilson Francisco de Souza (011.448.137-78); Eduardo Cardoso Daflon (141.598.287-28); Eduardo Tomazine Teixeira (055.469.627-47); Elaine Alvarenga de Souza (096.054.577-84)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8482/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.546/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisca Selma Vasconcelos da Silva (071.962.217-45); Francisco Santoro (234.640.618-09); Gabriel Siqueira Matos (142.920.407-96); Gabriela Costa Maia Pinto (114.091.117-17); Gabriela Rocha Rodrigues (803.393.950-87); Genaldo Maquinez da Costa (020.867.407-19); Geordélia Teixeira Cardoso (004.829.527-25); Geraldo Costa Junior (113.697.057-60); Giovana Fagundes Luczinski (011.661.896-51); Glauber Rabelo Matias (099.637.787-55); Guilherme Augusto Souza Prado (013.896.066-60); Guilherme Celestino Souza Santos (099.561.577-24); Guilherme Fonseca Mendes (092.916.687-61); Guilherme Francisco Jenichen de Oliveira (132.649.787-17); Guilherme de Gonçais Lopes Almeida (107.226.667-99); Hélcio Ferreira de Frias Junior (124.620.137-25); Horrana Campos Ferreira (117.529.657-01); Igor José de Jesus Garcez (094.942.307-60); Ildelyr dos Santos Tatagiba (055.279.927-09); Irene Martins Neves (071.256.767-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8483/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.548/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Karla Lima de Farias (033.538.307-66); Kassia Valária Gomes Coelho da Silva (095.181.887-26); Keila Angel Lopes Barreto (080.849.957-23); Kissila da Silva Rangel (099.462.747-52); Laís de Siqueira Prata Neves (123.237.687-60)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8484/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.551/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Letícia Faria de Lima (103.996.427-30)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8485/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.553/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Lidiane Roberto de Souza (058.715.327-05)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8486/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.558/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lindsey dos Santos Delgado Magalhães (098.083.087-75); Lívia Batista Lopes Escobar (069.392.946-43); Lívia Cavalcanti Figueiredo (631.148.957-00); Lívia Pitelli Zamarian (042.657.019-73); Lorena Esteves de Oliveira (108.537.167-06); Lucas Leal (065.260.924-46); Lúcia Maria da Silva (114.183.397-25); Luciana Cerqueira Rego Giro (091.865.527-75); Luciana Fernandes Portela (074.863.477-09); Lucília Esteves Alves (784.167.527-53); Luís Felipe Oliveira Alves da Silva (134.160.267-21); Luísa Aguirre Buexm (115.846.867-90); Luiz Augusto Sampaio (023.071.687-37)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8487/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.565/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcus Vinícius Ferreira Crespo (107.344.637-90)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8488/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.576/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Mirian de Freitas da Silva (130.630.467-95); Nalita Maria Hall Brum de Barros Mugayar (024.494.487-30); Nathalia Bento Teixeira (130.882.887-09); Nathalia Carlos da Silva (125.862.907-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8489/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.581/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paschoal Baltazar Baltar da Silva (530.692.427-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8490/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.583/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Patrícia da Cruz Pereira (054.302.797-06)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8491/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.589/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Priscila Marques Mendes (123.316.187-39); Priscila Vianna da Anunciação (092.567.557-18); Rachel Aguiar Estevam do Carmo (056.959.477-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8492/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.590/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Rachel Gouveia Passos (098.665.807-33)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8493/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.594/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Regis Eduardo Coelho Arguelles da Costa (028.936.127-33)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400297

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8494/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.596/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Poubel Vieira de Rezende (055.410.947-63)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8495/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.599/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ruyguara Alcântara Meyberg (118.313.777-05); Samanta Guimarães Natalino Castro (042.567.307-37); Sandra Lúcia Filgueiras (360.291.739-87); Sandra Souza da Conceição (010.595.497-78); Sandro Coutinho da Silva (080.954.737-66)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8496/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.601/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Shandra de Souza Miranda Correa (093.082.877-10); Sharon Varjão Will (038.818.167-20); Simone Evangelista Cunha (108.727.747-75); Simone Marques (047.893.627-36); Simônia Gomes Calvi (089.186.887-92); Solange Maria da Silva Farias (048.138.007-85); Solange Motta de Lima (034.451.307-60); Stela Tannure Leal (116.299.517-30); Stelleo Sardou Sathler (939.452.807-53); Taciano Magela de Souza Monteiro de Barros (057.912.717-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8497/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.603/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Talita de Oliveira Baltar (098.838.207-55)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8498/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.605/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tatiana Acar (124.748.827-66); Tatiana Caetano Ramos (093.566.897-76); Tatiana Jorge Rodrigues (120.453.987-14); Tatiana Sá Gille Rissin (084.764.137-69); Tatiane Alves de Moura (092.509.897-33); Tayra Dall Oglio Hoffmann Gomes Ferreira (047.744.449-01); Thaina Miranda da Costa (116.107.857-62); Thais Helena Marsicano Trizotto (812.826.727-20); Thais Letícia Pinto Vieira (822.435.737-68); Thais Mesquita Muros (122.354.717-57); Thais Piazza de Melo (134.072.087-66); Thalita Cruz Bastos (073.904.846-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8499/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.606/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tharlles Lopes Gervásio (133.769.827-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8500/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.607/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Theresa Christina Barbosa de Medeiros (010.680.414-63); Thiago Alvarenga de Oliveira (116.530.137-70); Thiago Grisólia Fernandes (129.264.367-69); Thiago Nascimento Rodrigues (129.154.927-78); Thiago Nascimento de Castro (052.832.147-10); Thiago Pavoni Gomes Chagas (125.898.767-85); Thiago Pereira da Silva Magela (130.172.077-14); Thiago Roberto Pagot (108.985.897-38); Thiago de Oliveira Machado (119.242.217-13); Tiago Binoti Simas (054.574.447-40); Tiago Brandão Costa (054.351.827-27); Troy Costa Kohwlter (129.920.887-81); Valdecir Batista dos Santos Gonçalves (919.915.287-87); Valquíria Miranda Vargas (099.535.567-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8501/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.608/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Vanessa dos Santos Rezende (093.114.787-50)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8502/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.611/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Virgínia Gontijo Abreu da Rosa (104.719.047-83); Vítor Luiz Medeiros Barros Junior (102.077.467-37)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8503/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.614/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Pereira de Paula Freitas (088.098.587-94); Fernando Cesar Negrini Minto (282.520.198-70); Fernando Chagas Patrão Neto (090.679.397-14); Fernando Sales Filho (029.504.037-86); Flávia Fasciotti Macedo Azevedo (041.199.697-54); Flávia Matilde Seidel Osório (088.662.267-00); Flávia Neves Maia (030.061.473-08); Flávia Pinheiro Meireles (023.428.057-30); Flávia Roberta Chaves Soares (016.113.176-06); Flávia Vernin de Oliveira Terzi (035.180.577-07); Flávio Goulart dos Reis Martins (130.467.357-07); Frederico Sobrinho da Silva (068.832.517-31); Gabriel Bie Alves (119.500.767-17); Gabriella Pinto Belfort (128.793.757-89); Gilberto Vieira Garcia (075.767.467-42); Gisele dos Santos (004.066.527-59); Gleison Lima de Souza (119.044.727-45); Gustavo Emmanuel Alves Vianna de Lyra (101.129.027-82); Helen Vieira de Oliveira (105.565.977-37); Henrique Paiva Nascimento da Silva (086.155.497-37)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8504/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.615/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Houda Blum Bakour (025.398.237-50); Humberto Torres Reis (612.084.697-20); Igor Mastrianni de Albuquerque (106.217.357-01); Isa Ferreira Martins (038.763.517-31); Isabela Habib Canaan da Silva (108.099.727-00); Isabella Venceslau Fortunato (000.074.505-75); Ivan Ducatti (022.650.178-76); Ivan Gomes Doro Filho (123.243.607-05); Ivan José Varzinczak (025.130.079-05); Ivan Linhares Ribeiro (107.075.477-33); Jaqueline Fendler de Amorim Martins (091.454.917-04); Jeiveison Gobério Soares Santos Maia (024.435.065-50); Jeniffer Moreira Damazio (100.309.287-02); Joana Angélica Lavalle de Mendonça Silva (042.934.037-01); João Carlos Castellar Pinto (548.482.297-15); João Regis Ivar Carneiro (021.781.547-27); João Valdecir Batistiolle (553.349.708-00); José Roberto Pereira Peres (108.860.727-60); Joseli Martins de Barros Class (120.917.507-00); Juan Pablo Sierra Tapiro (061.093.327-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8505/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.617/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agnaldo da Conceição Esquincalha (087.432.147-62); Alfredo Assunção Matos (051.441.576-29); Aline Cavalcante de Souza (105.851.357-54); Aline de Alvernaz Branco Ferraz (098.849.577-54); Ana Carolina Correa de Sousa (117.868.777-59); Andreia Alves Monteiro de Castro (088.817.557-42); Andres Calderin Garcia (061.145.927-27); Cândido Sousa da Silva (052.783.007-01); Cesar Nascimento Francischetti (002.297.797-00); Cyro Pereira de Magalhães Gomes (035.617.116-77); Célia Cristina Pereira da Silva Veiga (072.733.447-61); Daiane Rodrigues dos Santos (106.590.887-38); Daniel Bastos Chalita (048.008.057-75); Daniel Camilo de Oliveira Duarte (071.114.406-09); Daniele Monteiro Ferreira (086.499.137-17); Darlan Miranda Nunes (102.018.966-56); Débora Mesquita Pimentel (105.226.717-30); Diego Silveira Pacheco de Oliveira (126.067.437-17); Eliane Almeida de Souza e Cruz (914.936.687-49); Felipe Charbel Teixeira (052.925.367-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8506/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.619/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luiz Pedro da Silva (499.134.097-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8507/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.622/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Márcio Gonçalves Nunes (054.405.737-63)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8508/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.624/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Marilha Gabriela Reverendo Garau (143.307.617-93); Mônica Sales Moffati Xavier (022.991.967-73)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8509/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.627/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael dos Santos Lázaro (095.376.987-93)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8510/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.629/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Raphaela Pereira Rangel (130.665.887-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8511/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.634/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wellington Ferreira Chagas (330.494.597-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8512/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.750/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele de Sousa Barbosa (116.313.497-08); Giselle Barbosa Godinho (052.906.746-32); Glauber Neves Rosa (124.281.397-70); Hemily Gleise de Queiroz Silva (132.509.967-85); Henrique Fragoso da Silva (145.944.087-02); Humberto Rodrigues Torres (061.751.836-06); Ivonete Alves da Silva (103.473.817-82); Jamila Monteiro dos Santos (058.690.577-44); Janderson Roque de Souza (054.617.647-03); João Carlos Silva de Almeida (052.181.077-94)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8513/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.780/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciana Virgínia de Paula e Silva Santana (068.985.424-27); Luciara Mary da Silva Pinho Firmino (379.044.341-72); Marcel dos Santos Cabral (958.213.331-72); Marcelo Wilson Furlan Matos Alves (359.823.568-24); Monalisa de Fátima Freitas Carneiro Leão (075.325.386-05)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8514/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.786/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline de Cássia Sousa Castelo (947.411.582-68); Edgar de Brito Sobrinho (823.135.392-53); Edna de Nazaré Ribeiro Cardozo (878.812.413-49); Erick Melo Rocha (936.000.702-15); Erika de Souza Ferreira (751.623.422-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8515/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.792/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Cristina Álvares Oliveira (638.495.507-53); Diego Bruno Velasco (110.454.387-74); Dinah de Oliveira (740.070.417-68); Edison Renato Pereira da Silva (114.748.007-93); Eduardo Antonio Pereira Peixoto (053.591.417-27)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8516/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.796/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ivair Junior Reinaldim (031.761.499-13); Ivan Abdalla Teixeira (116.013.777-38); Ivan Bursztyn (052.966.167-58); Janine Maria Mendonça Pimentel (705.123.281-96); Jéssica Fernanda Silva de Melo (139.021.517-22)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8517/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.801/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Comes Muanis (079.643.287-27); Mariana Boechat de Abreu (088.437.007-07); Mariana Franco Mitidieri (105.337.037-78); Mário Leandro Aolita (059.446.707-11); Maurício Aguilar Nepomuceno de Oliveira (095.461.197-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400299

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8518/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.803/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Milton Nunes Campos (006.433.488-08); Miriam Bianchi de Frontin Werneck (082.488.717-46); Moisés Dias da Silva (096.479.207-92); Niuxa Dias Drago (079.019.277-20); Núbia de Oliveira Santos (886.048.375-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8519/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento por esta Corte, em razão da maioridade civil do beneficiário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º, inciso I, da Resolução-TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.343/2012-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Fabiano Eustáquio Tamborini da Silva (120.788.616-50)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8520/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.666/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Edna Catharina Perri Ricci (173.363.171-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8521/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.692/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Terezinha Rita Sousa (191.586.101-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8522/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.698/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Renato Severo Ribeiro (831.129.950-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8523/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.593/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cilene Tocantins Cerqueira (879.763.901-04); Giovanna Catti Barcelo (056.608.671-97); Marcia Volpato Catti (032.872.069-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8524/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.606/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Hosana da Silva Bizerra (131.863.704-00); Ione Gomes de Carvalho (112.289.034-68); Maria Ana da Silva Gomes (918.224.404-91); Maria Santana da Silva (250.666.684-20); Maria da Silva Negreiro Pessoa (037.346.524-64); Tolstoi da Silva Brandão (144.270.284-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8525/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.546/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Valter Balduino (587.429.806-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8526/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.555/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Judith da Rocha de Melo (268.416.494-00)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8527/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.757/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alda Cândida Nascimento Valadares (840.946.057-20); Úrsula Ferrari Damazio (086.891.017-13); Vera Eliza Ferrari Damazio (195.305.527-34); Vera Eliza Ferrari Damazio (195.305.527-34)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8528/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.762/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lela Maluli Sadi (298.558.668-27); Nilton Rodrigues (368.315.228-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8529/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.766/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Débora Bastos e Barbosa (055.482.267-97); Dulcinea Júlia do Nascimento (104.257.097-36); Elza Gomes Motta (026.978.617-18); Eulíria Gama Tavares (502.022.947-49); Guilherme Bastos e Barbosa (091.565.887-98); Helena Vasconcellos Silva (007.023.147-81); Isaac Rodrigo do Nascimento Paes (101.150.117-14); Lauro Gomes Bahiense (119.370.687-49); Lila Ribeiro de Souza (122.698.727-38); Maria José da Silva (039.483.857-26)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8530/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.771/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Fábio Ricardo de Almeida (040.350.226-83)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8531/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de

seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.787/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Cristina Batista da Silva (854.663.362-20); Bárbara Borges Gadelha (006.927.722-27); Carminha Batista da Silva (853.834.902-30); Edmir Borges Gadelha (001.123.052-53); Edmir Borges Gadelha Neto (004.104.992-69); Eva Batista de Macêdo (484.541.092-34); Layla Renata Batista da Silva (530.415.502-53); Raymunda Mendes de Souza (051.662.842-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8532/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.788/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Eder Carneiro Jansen de Mello (064.030.853-87); Lívia Maria Mendonça Jansen de Mello (965.830.703-59); Marcelo José Mendonça Jansen de Mello (965.830.613-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8533/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.792/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Carmen Soeiro Tricate (057.188.130-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8534/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.793/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Otília dos Reis Mello (341.155.888-10)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8535/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.799/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Severina da Silva Costa (068.362.487-38)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8536/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.808/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Abigail Nogueira da Silva (813.729.737-53); Adriana Borges Silvino (103.903.737-29); Arnóbio Cabral (023.798.807-00); Dalva da Conceição Nunes (110.943.587-89); Esmeralda Maria de Oliveira Lofrano (023.614.407-33); Ezi Santos da Silva (002.037.517-44); Fernando Vasques Bernardo (335.004.877-34); Jarvina Cattar Kamel (183.691.037-15); Josilene Santos da Silva (103.470.217-35); Letícia Helena França de Almeida (109.149.487-84); Lybia Flores de Faria (103.177.837-34); Margarida Ávila Gil Pereira (984.835.367-49); Maria Aparecida Moreira da Silva (610.260.187-49); Maria Sylvia Diniz Nogueira (026.057.247-00); Maria das Graça Campos Rigo (409.957.557-87); Ney Monteiro Correa (069.114.477-04); Paulina da Conceição (108.547.377-58); Robson Jorge Borges Silvino (103.903.747-09); Sosse da Motta Brasil Barreto (553.275.247-87); Valdívia de Lima Leal (434.917.157-68); Valeska Ferreira Fraga (020.933.377-46); Waldir Celeste (125.782.667-00); Zenis Lourdes Outeiro (059.758.187-88)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8537/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.844/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amidonzele Bastos Sales Falcão (117.063.763-91); Ana Camila Ferreira (026.532.983-33); Douglas Bezerra Linhares (026.356.883-03); Francisca da Rocha Pereira (713.130.953-20); Francisco Mateus Bastos de Mesquita (047.565.223-19); Izaura Soares Feitosa Lima (033.979.473-91); Joana Freire da Silva Bastos (549.042.773-68); José Lúcio da Rocha Pereira (905.162.148-53); Leandro Bastos de Souza (043.496.023-30); Margarida Farias da Silva (444.014.423-34); Maria Bastos Carneiro (501.652.323-15); Maria Cláudia Távora Cavalcante (208.411.753-49); Maria Hermosa Girão de Araújo (427.216.283-72); Maria Lúcia Fernandes Martins (000.904.683-68); Maria Lucimar Maurício Ferreira (097.704.963-91); Maria Rodrigues Monteiro (873.260.863-20); Maria Salete de Oliveira Lima (298.500.963-49); Maria de Freitas Cabral (501.636.203-34); Paulo Cezar Bastos de Souza (047.565.243-62); Rafaela Barros Dias (036.637.643-89); Regina Alves Mesquita (293.332.293-53); Terezinha de Sousa Ribeiro (480.792.863-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8538/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.846/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Ivonete da Silva (259.572.103-82)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8539/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.851/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Maria Peçanha D'Ávila (008.917.247-70); Ana Rosa Fernandes (679.003.727-68); Antonio Alves Correa (222.187.007-78); Arianna Antônia da Costa (135.483.037-73); Bertha Martinez Gonçalves (377.728.137-91); Chirley Fernandes Zebral (699.099.977-20); Diva Rosa Gomes Barbosa (035.762.647-87); Elisabeth Fernandes Lopes Domingues (531.439.577-00); Elza Carvalho Scisinio (572.789.117-53); Erinéa Barreto (112.195.737-44); Florisbela de Souza Vianna (013.961.027-87); Gleice Buriche Coutinho (022.209.337-41); Ilse Konstanze Doerzapff (371.563.307-72); Inez da Silva Carvalho (100.337.177-96); Iremita Sebastiana Siqueira (678.239.637-87); Libânia Rocha Petroceli (226.744.117-91); Maria Engrácia da Conceição Souza (109.343.217-95); Sandra Machado de Jesus (366.597.207-82); Vilma Lemos Cunha Maurício (237.454.607-15); Zenir Gonçalves de Souza (129.055.047-65)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8540/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.852/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Carolina da Costa Nogueira Baptista (052.556.507-81); André Luiz Libório Tavares (056.369.957-41); Flora Gabriela Jacques Ingrid Marinho Boxus (031.613.325-63); Gilceia da Silva Freitas (999.152.277-87); João Renato Rocco Filho (000.753.887-15); Juliana Paiva Nogueira (052.556.487-01); Lea Paulo Baptista (070.143.277-20); Leda Maria Braz Gonçalves (072.298.167-85); Luíza Rocha da Silva (894.729.937-53); Maria Elena Libório Tavares (503.974.357-20); Maria Helena Miguel Braga (622.237.637-15); Maria Helena Teixeira Neves (162.037.476-53); Maria José Dias do Rego (088.887.627-01); Maria José Videira Garcia (037.823.877-91); Maria da Glória Gonçalves Francisco (023.647.997-08); Maria do Carmo de Oliveira (866.669.917-53); Marieta Marins Almeida (072.833.357-06); Marilena da Cruz Martins (208.499.587-68); Mariza Vaz Santos Esberard (538.977.147-87); Odete Martins Guimarães (133.811.017-90); Pollyana Porto (130.613.937-65); Ricardo Anne Robson Marinho Boxus (031.613.435-06); Sergio Luiz Libório (093.745.227-05); Verônica Libório Tavares (056.327.237-63); Walter dos Santos Azevedo (076.848.517-72); Zaly Costa da Silva (005.623.887-88)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8541/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.856/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Acrísio Ramos Scorzelli (014.110.717-00); Allan Kardec da Silveira (035.747.767-72); Ana Maria de Jesus Peres (057.625.017-10); Antonio Agra Lopes (031.907.067-00); Antonio Furtado de Sousa (029.264.827-87); Bernardo Moreira Mendonça (112.053.207-84); Euclydes Ignácio Pereira (082.766.687-04); Guilherme Moreira Mendonça (058.803.497-56); Helena Marques da Paz (458.182.157-68); Juliana Viterbino (137.843.997-03); Karina Rodrigues (079.315.517-70); Leanir Barbosa de Azevedo (077.623.217-72); Luiz Felipe Carvalho Silveira dos

Santos (144.691.907-21); Mabelle Fernanda de Jesus Perez (106.989.347-17); Manoel de Oliveira Perez (290.228.787-91); Marcos Chico Teixeira (678.286.637-49); Maria Carolina Freire Cerveira Rattes (135.590.297-59); Nathalia Mourão Ilário (132.171.227-80); Rosângela Martins Moreira (004.280.467-11); Sônia Maria Licciardi Martins (085.994.097-78); Stella Vivacqua de Carvalho (130.292.587-34); Sylvio Junger (092.005.337-87); Yuri Regis Guia Veríssimo (147.056.557-96)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8542/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.861/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ignez Barbosa Pinto (284.906.146-87); Lylia Arantes Queiroz (280.731.856-87); Maria Apparecida de Carvalho (047.191.376-60); Maria Helena Tavares Barbosa (502.520.706-15); Maria Therezinha Belgo (048.910.596-30); Maria da Apparecida Barros Nery (167.198.326-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8543/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.863/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Paula Herculano Santos (106.039.916-45); Anderson Herculano dos Santos (015.539.906-33); Catarina Maria de Pádua (118.104.406-53); Edda Teixeira Loureiro (874.388.366-49); Geraldo de Sousa Aguiar (079.617.906-91); Inez de Jesus Ribeiro Gomes (070.997.206-78); Ivone Santos Santiago (029.358.556-39); Juventina Maria da Costa (791.965.606-06); Marco Antonio Pinheiro Costa (064.008.086-39); Maria Apparecida de Almeida Monteiro (763.886.706-87); Maria Beatriz Christo Aleixo (032.955.036-56); Maria Eleonora Drummond de Oliveira (976.598.786-20); Maria Geralda Saraiva (737.724.106-34); Maria Helena Moura de Araújo (103.716.896-86); Maria Regina de Carvalho (102.878.006-01); Maria de Lurdes Dias Moutinho (047.858.256-00); Nyisa Marques Azevedo (056.060.166-21); Ruth Inácio Vianna (745.742.136-04); Sônia Margarida de Andrade Pena (744.245.726-68); Talitha Paloma Cordeiro Lima (099.713.956-06); Therezinha Grossi dos Santos (229.973.936-04); Wagner Herculano dos Santos (106.547.286-23)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8544/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.865/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Virgínia Maria Aparecida Duval (009.719.486-74)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8545/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.872/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Esther Zulmira Schutz Cruzeiro (147.336.689-53); Maria da Luz Camargo Vieira Cavalcanti (049.014.659-70)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8546/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.886/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Celina Manhães de Andrade (196.823.527-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8547/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.222/2016-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Anderson Souza Faria (031.928.416-64); Eduardo Garretto Cerqueira (379.344.496-15); Usina Digital Distribuidora de Filmes Ltda. - ME (04.236.555/0001-98)

1.2. Entidade: Agência Nacional do Cinema (Ancine) - Ministério da Cultura.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: Thatiana Gomes Pereira Rocha (105.455/OAB-MG) e outros, representando Anderson Souza Faria; Marcos Leonardo Rocha Filho (90.841/OAB-MG), representando Anderson Souza Faria e Usina Digital Distribuidora de Filmes Ltda. - ME; Ivan Luis Rosa Teixeira Gomes (140.397/OAB-MG) e outros, representando Eduardo Garretto Cerqueira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8548/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 122/2005 (Siafi 540842), cujo objeto era a reconstrução de 85 unidades habitacionais no Município de Pitimbu/PB;

Considerando que o Acórdão 3.624/2015-1ª Câmara julgou irregulares as contas da JSM Construções e Comércio Ltda. e a condenou em débito e ao pagamento de multa;

Considerando que, na atual fase processual, a JSM Construções e Comércio Ltda. interpõe peça recursal intitulada pedido de reexame;

Considerando que pedido de reexame não é o recurso adequado ao caso tratado nestes autos, porquanto somente é cabível em processos concernentes a atos sujeitos a registro e a fiscalização de atos e contratos (art. 286 do RI/TCU);

Considerando que a JSM Construções e Comércio Ltda. já interpôs nestes autos recurso de reconsideração, que foi julgado e desprovido mediante o Acórdão 1.530/2018-1ª Câmara;

Considerando que, por força do disposto no art. 33 da Lei 8.443/92, o recurso de reconsideração pode ser formulado pelo responsável uma única vez;

Considerando que não é possível conhecer do apelo como recurso de revisão porquanto a análise do recurso demonstrou que ele não atende os requisitos estipulados no art. 35 da Lei 8.443/92;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos, no sentido do não conhecimento do expediente como recurso;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 32, incisos I e III, 33, 35 e 48 da Lei 8.443/1992, no § 2º do art. 285, 286 e 288 do Regimento Interno e no art. 52 da Resolução-TCU 259/2014, em não conhecer do expediente autuado à peça 94 destes autos como recurso;

1. Processo TC-006.402/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Hercules Antônio Pessoa Ribeiro (401.724.494-72); JSM Construções e Comércio Ltda. (04.447.353/0001-95)

1.2. Recorrente: JSM Construções e Comércio Ltda. (04.447.353/0001-95)

1.3. Entidade: Município de Pitimbu/PB

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.8. Representação legal: Ana Luise Vilarim Pimentel Nobre Alencar (13101/OAB-PB) e outros, representando JSM Construções e Comércio Ltda.; Maria Ivonete da Silva, representando Hercules Antônio Pessoa Ribeiro.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 21/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 8549/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.196/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alguerdas Zizas (275.535.908-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8550/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.217/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Romana Bezerra da Silva (091.078.352-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Acre

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8551/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.044/2013-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Inalda de Jesus Silva (038.105.933-20)

1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400302

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8552/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o 143, inciso II, do Regimento Interno e 6º e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar prejudicado por perda de objeto o exame do ato inicial de pensão emitido em favor de Alci Dias de Lima (349.157.020-49), cujo nº de controle é o 10162127-05-2011-000001-2, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em decorrência do óbito da beneficiária da pensão;

b) considerar legal para fins de registro o ato cujo nº de controle é o 10162127-05-2007-000002-5, com fundamento no art. 6º, §§ 1º e 3º, da Resolução TCU nº 206/2007, ressalvando-se que a parcela judicial referente aos 3,17% (URV) foi excluída dos proventos de pensão da interessada; e

c) considerar legal para fins de registro o ato de alteração de pensão cujo nº de controle é o 10162127-05-2011-000002-0.

1. Processo TC-012.701/2012-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alci Dias de Lima (349.157.020-49); Alci Dias de Lima (349.157.020-49); Alci Dias de Lima (349.157.020-49); Maria Lucia Santos Alves (844.000.640-34); Maria Lúcia Santos Alves (844.000.640-34)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Passo Fundo/RS - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Endrigo Durgante Oliveira Biscaino Nunes (73.436/OAB-RS) e outros, representando Maria Lúcia Santos Alves.
1.7. Determinações: à Sefip, para que promova a alteração do ato de pensão cujo nº de controle é o 10162127-05-2007-000002-5, fazendo constar no campo "Tipo de Registro" a palavra "inicial", devendo, ainda, proceder às anotações devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 8553/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.649/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Achiles Amaral (075.595.857-87); Alcino da Cruz Alcantara (199.678.377-72); Ana Gabriela Pereira e Souza (107.597.717-74); Anna da Silva Martins (016.686.387-46); Ary Fiel Neuman (153.869.027-68); Cecilia Heilborn (352.815.377-68); Dulcea Costa Varella (353.059.247-15); Dulcinea Jose Alves Costa (024.702.417-15); Durvalina Maria Pereira (022.081.757-00); Edith Rangel Vieira (680.893.687-00); Elisa Clara Mendes dos Reis (289.758.807-10); Ieda de Souza Oliveira (051.389.967-70); Jessica Pecene de Oliveira (123.934.157-18); Marco Antonio de Assis Vasconcelos (109.100.507-91); Margarida Torralba Maldonado (065.068.607-15); Maria Felix da Silva Costa (853.972.967-91); Maria Helena de Santa Hora Bastos (055.466.037-71); Pamela Karollyne de Almeida Monteiro (127.853.997-22); Rachel Proenca Doyle (058.293.487-72); Roberto Augusto Pereira e Souza (107.574.687-64); Rubenita Alves Nobre (411.325.807-49); Sylvio Theodoro (219.103.407-15); Vanda Castro Rocha (070.399.307-06)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8554/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, V, "a" e 169, V, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar cumpridas as determinações contidas no Acórdão nº 4.395/2015 - 1ª Câmara;

b) determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC nº 026.745/2011-9; e

c) dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Paraná e à Controladoria Regional da União no Paraná.

1. Processo TC nº 028.634/2015-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessados: Controladoria Geral da União (CNPJ nº 05.914.685/0002-86); Denasus (CNPJ nº 07.690.241/0001-59) e Procuradoria da República/PR - MPF/MPU (CNPJ nº 26.989.715/0023-18)
1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande - PR.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 8555/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.372/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Feliciana Maria dos Santos (069.418.932-49); Jose Ferreira Costa (038.472.172-91).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8556/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.341/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cristina de Oliveira Freire (540.909.625-87); Celina Pastorello Gauer (066.479.010-00); Gramisson Machado Cavalcante (917.418.821-68); Luiz Paulo Ribeiro de Andrade (065.833.638-01); Marcelo Sampaio Moura (505.464.141-68); Mirian Helena Hoeschl Abreu (364.435.491-04); Priscila Gradvohl de Assis (830.058.115-49); Tauli Stein de Barros (008.251.681-20); Vicente de Paulo Castro Teixeira (090.135.553-49).
1.2. Órgão: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8557/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.162/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Telles de Vasconcelos (014.442.980-20); Domingos Dalla Costa Diderot (223.701.291-15).
1.2. Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8558/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.526/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mayara Evelyn Gomes Lopes (052.864.345-25); Natalie Suzuki (334.659.228-67); Pedro Henrique Cunha Soares (072.913.426-19); Pedro Henrique Ramalho Dias (352.107.468-44); Renata Nascimento Paschoal Sampaio (103.618.136-78); Sabrina Leonzi D'alessandro (442.173.368-70); Saylon Alves Pereira (338.036.708-70); Tami Maekawa (251.535.768-76); Viktor Aschermann (369.505.628-29); Vitor Felipe e Silva de Oliveira Nery (014.822.525-03); Vitor Júnio Dias (119.355.946-48).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8559/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.457/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edcarlos Batista dos Santos (043.905.485-06); Edenize Vigilato da Paixao (069.562.189-09); Eder Bernardes da Silva (071.765.226-26); Eder Ferreira Bispo da Cunha (016.791.275-51); Edilia Benka (832.018.310-34); Edimar de Souza de Jesus (000.379.625-66); Edimax Lima dos Santos (049.323.455-18); Edinalva Aparecida Palma (132.723.648-62); Edinei de Matos Sousa (148.872.478-42); Edison Radesca (056.676.498-96); Edivaldo Ferreira Barbosa (883.054.498-15); Edlene Dias do Nascimento Silva (046.862.638-75); Edmundo Henrique Vasques Moreira (353.843.578-27); Ednaldo Calahani Felicio (075.025.998-19); Eduardo Coelho Marubayashi (149.234.018-93); Eduardo Eugenio Inacio (020.825.139-12); Eduardo Felix da Silva (083.008.188-71); Eduardo Perez Goncalves (166.516.448-40); Eduilza Rodrigues de Sousa Reges (883.175.951-53); Edvaldo Amaro dos Santos (061.749.194-12).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8560/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.461/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabricio Barroso Soares (021.190.521-66); Fabricio Gabriel Lopes Bezerra (042.227.581-67); Fabricio Renno Bueno da Cunha (368.825.908-42); Fabrizio Pereira Franco (329.053.538-05); Fagner Monteiro Nascimento (354.566.798-76); Fagner de Lima Gusmao Solano (322.873.848-55); Falber Goes do Espirito Santo (054.918.365-59); Fatima Torres Portugal (162.285.883-20); Felipe Antonio do Nascimento Moura (841.657.745-53); Felipe Augusto Casagrande Bortolozo (392.399.638-12); Felipe Campos (013.448.725-73); Felipe Carvalho Goulart (411.985.728-09); Felipe Fantacussi de Oliveira (404.409.958-84); Felipe Ferreira de Lima (333.659.848-60); Felipe Machado de Cristo (078.073.969-89); Felipe Martins Moraes Daher (352.012.978-70); Felipe Sampaio de Aguiar Magalhaes (430.418.778-30); Felipe Santiago Bisulli (315.327.228-00); Felipe Vinicius da Silva Rodrigues (348.003.078-56); Felipe de Faro dos Xavier de Almeida (039.464.195-77).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8561/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.466/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Geraldo Donizeti Silvino de Oliveira (037.232.458-46); Geraldo Joaquim de Oliveira Junior (304.171.768-99); Geraldo Tadeu Nunes dos Santos de Oliveira

(260.941.098-05); Gerson Altoe (143.067.748-13); Gerson Martins (752.215.518-53); Geyza Santana Barbosa (428.792.918-79); Gilson Celso Rodrigues Filho (661.462.834-87); Gilvan Dias de Carvalho Junior (054.344.515-11); Giovana Aparecida Pardial de Oliveira (213.165.658-07); Giovana Bedin Pereira (077.413.309-00); Giovana David Gomes (414.679.508-74); Giovana Fernandes Prates (372.815.418-05); Giovanna Rezende Nunes (122.984.166-05); Giovanna Silva Zanella (368.634.268-54); Girlene de Sousa Goncalves (867.059.701-20); Gisele Cristina Dedemo (286.945.448-14); Giselle Cordeiro (007.264.919-42); Gislaine Rafaela Pereira da Silva (031.405.811-73); Gislandio Lacerda da Silva (050.377.334-48); Gislane Tavares de Souza (131.202.007-51).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8562/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.471/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ismael Ferreira da Silva (324.437.656-87); Israel Monteiro Rocha Magalhaes (415.139.538-50); Ivan Mazzutti (000.112.670-97); Ivani Rocha (295.941.128-59); Ivany Cristina de Oliveira Santos (082.290.388-13); Izabel Cristina Lopes dos Santos (016.987.485-07); Izorlei Nordio (032.641.929-26); Jacimara Marsura Abel (064.139.448-97); Jackson Candido da Silva (377.266.388-50); Jackson Feitosa Castelo Branco (054.048.023-16); Jaderson da Silva Souza (341.558.888-23); Jailson de Assis dos Santos (033.427.954-25); Jailton Lopes de Farias (101.421.888-83); Jaime Procopio da Silva (368.473.238-92); Jaine Schuhmacher (074.980.039-96); Jaini Candido (101.198.639-60); Jairo Ary de Freitas (797.447.888-87); Jairo Correa de Lacerda Junior (445.959.328-98); James Milani Wanderbroock (021.780.459-44); Janaina de Medeiros (043.965.039-97).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8563/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.477/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jucilene Gomes da Silva (320.162.328-89); Julia Andriani dos Santos (348.977.418-31); Juliana Alessandra Silli Seidler (006.774.300-51); Juliana Alves Silva (356.050.028-13); Juliana Matos Oliveira (021.789.265-50); Juliana Pamela Giacobelli (368.451.548-56); Juliana Sousa Pereira (025.887.193-84); Juliana Vieira dos Santos (351.677.148-85); Juliana da Silva (406.298.118-14); Juliana da Silva Dagnino (120.494.247-10); Juliano Goncalves (055.717.689-16); Juliano dos Santos (003.473.929-70); Julio Cesar Baldo Vanzella (029.408.370-74); Julio Cesar Donadel (377.500.698-28); Julio Cesar Negherbon (902.856.979-00); Julio Cesar dos Reis Piau (257.459.638-24); Julio Fumio Futaba (027.467.428-96); Julio Santos Silva (401.790.718-07); Jumma Severo Silva Costa (368.166.498-69); Jusinete Oliveira Rocha (330.185.778-76).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8564/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.482/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Leticia Brites da Silva (117.145.117-23).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8565/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.485/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciano Gabriel Francisco (389.783.808-75); Luciano Jose dos Santos (033.437.855-98); Luciano Rosseto dos Santos (023.144.049-98); Luciene dos Santos Espindola (005.567.891-21); Lucilene Cage de Souza (010.483.885-06); Lucimara Batista de Souza (354.228.598-63); Lucimara Cristina Pereira Silva (324.837.458-65); Lucinara de Cassia Alves (200.463.428-69); Lucitania Ferreira Veloso Medeiros (264.095.934-49); Luis Fernando Guilherme Lemos (037.620.461-31); Luis Gabriel Mietto Romao (345.938.308-93); Luis Henrique Couto Paixao (038.643.965-65); Luis Matheus Cunha Ferreira (003.258.091-60); Luiz Alfredo Vieira (056.341.448-09); Luiz Antonio de Chiara (290.110.998-50); Luiz Carlos Campion (722.991.268-72); Luiz Carlos Pereira (673.948.258-68); Luiz Carlos Terra (429.744.458-53); Luiz Felipe Martins (043.392.226-58); Luiz Gonzaga de Souza (024.250.428-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8566/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.490/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Donizete Rodrigues (164.152.818-44); Maria Edivania Braz (260.801.458-55); Maria Fernanda Goncalves Pinto (339.402.358-06); Maria Gerdalucia Fideles (107.625.368-70); Maria Isabella Santana Furtuoso (054.018.705-40); Maria Julia dos Santos Izidoro (086.925.434-03); Maria Luciene Alves Araujo Ximenes (018.414.353-50); Maria Lucy dos Santos (064.617.188-77); Maria Luisa Oliveira Cardoso (530.720.220-20); Maria Luiza Greco Copriva (281.169.858-25); Maria Marilany Maia (024.751.611-24); Maria Oliva Guimaraes Serafim (936.818.018-00); Maria Paula Ferreira Gomes (633.391.027-91); Maria Regina Ferreira Pinto Lima (006.462.408-03); Maria Regina dos Santos (885.503.978-49); Maria de Fatima Moreira de Mattos (382.340.849-68); Maria de Lourdes de Souza Carvalho Russo (081.984.878-67); Maria do Carmo Arruda Leite (117.527.238-80); Maria do Carmo Santana Matos (029.609.295-94); Maria do Perpetuo Socorro Verissimo Pereira (083.170.948-04).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8567/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.495/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maycon Ramos de Melo (084.846.314-51); Mayla Ferreira Estevam (108.022.596-00); Mayra Ferreira de Souza (055.863.983-62); Meire Satie Kiyama (135.531.058-01); Melissa Eliane Ferreira de Paula (392.194.678-60); Melissa Thomazini Sabino (299.364.028-39); Mhaido Lucas Martins Soares (028.695.561-01); Micheli Dias da Silva (406.894.228-57); Michelle Oliveira Silva (227.723.568-76); Michelly Vicente Cabo Winter Quintiliano (397.499.218-95); Mieko Leticia Sakuma (406.856.218-04); Miguel Roncada Haddad (368.199.468-48); Milena Morita Mantovani (405.923.818-03); Milene Mariane dos Santos (410.714.298-17); Milenna Wild Guimaraes (062.513.005-74); Milton Fraga Leitao Filho (634.189.323-04); Milton Massanao Nakamura (452.327.848-20); Milton Ramos de Camargo Junior (367.852.418-47); Mirian Amalia Mercado (144.085.198-04); Mitchel de Souza David (309.683.128-96).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8568/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.497/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Murillo Sousa Ribeiro (046.379.783-35).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8569/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.504/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Lima da Silva (801.349.715-15); Rafael Littig Santana (985.180.702-87); Rafael Lourenco (417.086.378-00); Rafael Sanches Schumaher (394.490.428-10); Rafael Santos de Medeiros (035.157.175-28); Rafael Simões Roedel (058.652.166-60); Rafael Viana Mendes (039.930.733-80); Raiany Cristine Cruz da Silva (024.983.781-11); Raimunda Nadia Rabelo Freires (036.069.923-51); Raimundo Jose de Santana (504.658.213-91); Raisa Yasmin Ranzani Gaspar (374.892.518-26); Raissa Ana de Carvalho (104.722.616-22); Ramon Luiz Refosco (548.521.619-68); Randerson Santos de Figueiredo (084.465.244-06); Raphael Martini Vicente (369.863.958-09); Raphael Vieira dos Santos Goncalves (337.295.948-50); Raphaela Eugenia Noronha Dias (105.439.056-83); Raquel Avila (022.127.999-77); Raquel Eliane de Matos Rasquinha (066.176.676-46); Raquel Fiuza Casses (343.348.928-92).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400304

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8570/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.509/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Romario da Silva Santos (055.954.215-17); Romulo Araujo Lemos (042.812.553-03); Romulo Jose Ribeiro Tostes (137.409.717-97); Ronaldo Lofiego Pereira de Souza (369.347.098-70); Ronaldo Mendes Sampaio Junior (000.526.902-45); Ronaldo Silva Junior (461.272.249-34); Ronan Rocha de Souza (388.477.898-69); Ronie Fernandes (148.994.878-35); Rosana Gottmann (300.819.928-31); Rosana Peixoto Vieira (048.123.853-00); Rosane Nascimento de Almeida (025.367.561-81); Rosemary Candido Bonifacio (058.914.028-07); Rosiana Leticia Bispo Guimaraes (030.761.201-58); Rosilaine Sitta Lenzi de Oliveira (015.385.391-36); Rossana Danielle de Fatima Martins (374.688.978-24); Rozenilde Francisco dos Santos (021.308.795-27); Ruan Ricardo de Araujo Castro Lages (049.734.924-85); Rubens Basso (698.892.608-91); Rubens Guilherme Toscan (044.719.239-60); Rubens Lopes Fernandes (568.932.800-68).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8571/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.511/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Samuel Desiderio Braquehais (056.640.383-81).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8572/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.514/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Suele Cristina de Souza (005.302.221-16); Suelen Cristina Batista da Silva (399.873.398-16); Suelen Furhmann (089.495.889-51); Sueli Aparecida Venancio (100.540.328-73); Sueli Conceicao dos Santos (515.488.365-91); Sueli Pereira Costa (245.488.778-94); Sueli Rafael (876.461.888-91); Sueni Moreira (419.935.199-04); Suerda Lima Cortez dos Santos (099.953.274-06); Sylas Penna Abraham (111.687.447-41); Tadeu Zomer Locatelli (066.324.469-22); Taina Potiguara Pereira de Franca (041.609.795-21); Taiz Ferreira de Oliveira (029.876.701-50); Talita Aparecida Simao Carvalho (370.138.248-44); Talita Taines Almeida Santos (013.740.485-93); Talita Vieira Kawagoe (369.926.328-25); Tallyta Camargo Santos (037.893.281-03); Tamie Oliveira Iwanaga (105.381.137-31); Tamires Buzetti Picco (046.383.255-80); Tamires Santos Leite (048.797.885-46).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8573/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.519/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vinicius Valadares (430.548.828-02); Virginia Machado da Silva (331.676.938-27); Vitor Augusto Cardoso Brusth (153.435.637-16); Vitor Ribeiro dos Santos (056.524.744-16); Viviane Ferreira dos Santos (341.599.648-42); Viviane Roseno Michail (281.636.028-80); Viviane de Almeida Marques (318.259.208-42); Wagner Marconi Passamai (109.020.997-52); Wainer Ribeiro (607.794.388-68); Waldemir de Andrade Santos (144.809.995-15); Walkiria de Cassia Nogueira (022.092.868-16); Wallacy Batista Cavalcante (040.792.041-24); Walter Rodrigo Barbosa de Souza (327.874.338-55); Washington Luis Fontes Santana (832.547.305-34); Washington Maniero (095.999.458-08); Weberton Antonio dos Santos (089.254.904-12); Welington Cardoso Barbosa (323.584.468-66); Wellington Junio Pereira Furlan (391.770.618-02); Wellington Silva Mendes Rios (356.729.268-43); Wellington de Carvalho Pereira (336.999.218-32).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8574/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.572/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alda Olimpia Falcao (091.439.202-68); Berenice Rocha da Silva (070.135.582-49); Coralia Barros da Silva (145.758.922-20); Daniely Lopes da Silva (851.458.742-00); Dany Lopes da Silva (761.287.092-49); Edimar Oliveira Albuquerque (055.851.257-70); Marfisa Nunes de Mello Maia (515.451.012-72); Otilia Paiva Passos (138.492.392-68); Ozaira Lima do Nascimento (196.792.382-53).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Acre.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8575/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.575/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Rames José Ganum Silva (079.345.722-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão No Acre.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8576/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.775/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Carvalho da Silva (075.582.817-84); Anisisa Leopoldina e Silva (038.293.551-90); Balbina Cavalcante Pinheiro (652.834.653-49); Carmem de Castro Tapias (013.543.667-27); Carmem de Castro Tápias (013.543.667-27); Doralice Regina D'emery Peixoto (758.738.344-15); Edson Rodrigues Lira (001.018.343-49); Felipe da Silva Rosa (106.991.757-55); Felipe da Silva Rosa (106.991.757-55); Felipe da Silva Rosa (106.991.757-55); Fátima de Souza da Silva (012.237.747-83); Guilherme Gomes Imbelloni (046.490.146-46); Iracema Batista dos Santos (095.821.587-19); Lenita Coelho Prestes (002.049.220-03); Leonidas Tápias (091.433.246-57); Liete Lemos Imbelloni (112.171.706-34); Maria Hilmar Viana de Lima (005.099.263-55); Maria Lucia Santiago Bello Rosa (366.356.187-91); Maria da Paz Medeiros de Araújo (393.185.834-00); Maria de Lourde Cerqueira (415.567.475-00); Marilia Cambraia de Albuquerque (551.489.306-59); Marlem Haddad Rocha (144.250.761-68); Priscilla de Souza Gomes (034.574.011-44); Ricardo Cardoso Simões (700.063.857-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8577/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.780/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Anna Carolina Lopes Cosenza (120.325.987-52); Aristéia Ferreira Pinto (679.773.404-53); Aurora Slanma Villa Nova (676.498.747-53); Barbara Cristina Silva Ramos (139.918.797-00); Barbara Cristina Silva Ramos (139.918.797-00); Dulce Lopes Paradela (537.312.395-15); Erothides de Oliveira Antunes (060.331.803-72); Geralda Gonçalves da Silva (275.896.501-10); Geralda Gonçalves da Silva (275.896.501-10); Irma Francecshi Monteiro (016.081.448-01); Jandira Claudiano dos Santos Rodrigues (044.501.057-61); Jorge Barbosa (461.387.227-87); Luana Karla dos Santos Rodrigues (159.271.267-31); Margarida Maria Sampaio Cavalcante (134.419.903-82); Maria da Penha Ribeiro dos Santos (438.444.217-34); Maria do Céu Barreto Fixina (262.327.404-59); Marilia de Salles Venuto (259.049.576-53); Nely da Fonseca Sarquis (031.719.067-91); Nilson Pinheiro Ramos (100.760.347-04); Rafael Dantas Freitas (059.092.487-74); Rosangela Maria da Silva (068.760.211-49); Salmon Quintas Ramos (001.663.212-57); Severina Camara Leão (011.165.994-90); Vanda de Oliveira Soares (731.265.006-68).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8578/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.967/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Crusius Netto (250.437.060-15); Joana Amaral Lopes (741.198.420-53); Maria Ledi Hanauer (567.362.310-00); Matheus de Moraes Grinchpum (006.849.550-16); Rubem Pereira dos Santos (007.414.490-13).

1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400305

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8579/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-044.452/2012-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Eliana Maria Carvalho Romeiro (116.397.256-87).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do processo judicial 0056577-59.2012.4.01.3800, o qual tramita no TRF-1ª Região.

ACÓRDÃO Nº 8580/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão militar constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-022.654/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Maria Beatriz da Silva Amorim (411.879.382-20).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Acre.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8581/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal.

1. Processo TC-012.304/2018-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Alberto Ramos de Faria (814.625.146-34) e Evandro Nery (529.973.756-49).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 8582/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.948/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carmelito de Melo (010.989.429-49); Marcos Borges Duprat Ribeiro (042.532.641-15); Maria Leonor Ramos Bates (063.425.318-20)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8583/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.195/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Messias da Silva (055.315.781-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8584/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.216/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elizeu de Andrade Silva (021.772.692-53); Francisco Celmo Ferreira Alencar (033.352.402-00); Gabriel Ramos de Souza (187.545.542-68); Luis Alejandro Ponce Aramburu (202.759.002-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8585/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.534/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Alessandra Petterle Rosa (812.459.397-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8586/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 9 a 12), em:

a) julgar regulares, com ressalva, as contas dos Srs. Luiz Gugé Santos Fernandes (CPF 333.610.025-91), Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana (CPF 272.750.865-49) e Helder Almeida de Souza (CPF 123.825.745-34), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ante os fundamentos apresentados na instrução e pareceres de peças 9 a 12, dando-lhes quitação;

b) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-032.769/2017-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Helder Almeida de Souza (123.825.745-34); Luiz Gugé Santos Fernandes (333.610.025-91); Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana (272.750.865-49).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra No Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. recomendar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado da Bahia - SR 05 (BA) que, em consonância com as constatações efetuadas pelo órgão de controle interno (relatório de auditoria constante da peça 4 destes autos):

1.7.1.1. observe as orientações preconizadas no Manual Técnico Orçamentário e na LOA;

1.7.1.2. realize planejamento adequado para que o orçamento seja executado, procedendo aos ajustes necessários, ao longo do exercício, nos planos orçamentários;

1.7.1.3. defina critérios objetivos para o planejamento anual das ações de Supervisão Ocupacional, considerando aspectos logísticos, custos e capacidade operacional, de forma a otimizar a definição das metas junto ao Incra/Sede;

1.7.1.4. implemente e acompanhe programação operacional anual (plano de ação) para Supervisão Ocupacional, que poderá ser revista periodicamente ou sempre que houver demanda extraordinária, com as devidas atualizações e comunicação para as equipes envolvidas, estabelecendo o quantitativo de visitas, assentamentos, período, escopo e equipe;

1.7.1.5. padronize os relatórios técnicos das equipes que trabalham com ações de Supervisão Ocupacional, de forma que os dados constantes dos respectivos instrumentos possam subsidiar a tomada de decisões dos gestores quanto à regular operacionalização do Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado da Bahia, considerando o preenchimento das seguintes informações, no mínimo: relação nominal dos assentados, situação do lote (se produtivo ou não), situação de créditos (recebidos e em que fase de quitação), data da visita, equipe, síntese das atividades desenvolvidas pela equipe na visita, dados da produção realizada na área, registros fotográficos e conclusão com proposta de encaminhamento diante das situações encontradas;

1.7.1.6. institua rotina de controle para que os autos dos processos contenham todas as informações das famílias beneficiadas pelo Programa de Reforma Agrária, informações que devem ser dispostas em ordem cronológica, estar devidamente suportadas e ter consonância com os dados do Sistema Sipra e dos produtos das Supervisões Ocupacionais realizadas;

1.7.1.7. consolide e gerencie as informações obtidas durante os trabalhos de Supervisão Ocupacional, de forma a efetivamente acompanhar o desenvolvimento dos projetos de assentamentos e a solução dos problemas identificados pelas equipes em campo, produzindo informações confiáveis e tempestivas sobre a efetividade do Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado da Bahia;

1.7.1.8. institua fluxo para novos cadastramentos e exclusões de usuários no Sistema Sipra, promovendo a divulgação da orientação aos servidores;

1.7.1.9. realize um levantamento dos usuários que efetivamente devem ter acesso ao Sistema Sipra, excluindo todos os demais cadastrados indevidamente, inclusive empregados terceirizados e pessoas que já saíram do quadro da UJ;

1.7.1.10. solicite a senha para acesso ao Sistema Monitor, com vistas à implementação de providências para atendimento às recomendações constantes do Plano de Providências Permanentes pendentes de atendimento;

1.7.1.11. atualize os indicadores vinculados às políticas institucionais vigentes, atentando para a metodologia e às variáveis a serem utilizadas em seus cálculos, de forma que sejam ferramentas efetivas de auxílio à gestão;

1.7.1.12. adeque a estrutura de controle da área correcional, contemplando espaço físico para guarda dos processos, ferramentas e pessoal necessários ao desempenho das atividades do setor de correição;

1.7.1.13. institua programa de capacitação em matéria disciplinar para seus servidores, de modo a melhorar a efetividade dos trabalhos disciplinares;

1.7.1.14. designe servidores capacitados para o desempenho das atividades correcionais;

1.7.1.15. monitore as atividades por meio do Gabinete, evitando a morosidade na conclusão dos procedimentos disciplinares e a consequente prescrição disciplinar;

1.7.1.16. justifique, no âmbito dos Processos Administrativo Disciplinares 54160.002897/2011-63 e 54160.002896/2011-19, a não conclusão das Sindicâncias Investigativas, que por consequência foram alcançadas pelo advento da prescrição disciplinar; e

1.7.2. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8587/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes do pronunciamento da Secex/MS (peça 5), em:

a) conceder ao Conselho Regional de Química da 20ª Região prorrogação de prazo para apresentação do Relatório de Gestão de 2017 por mais 30 dias, contados a partir do término do prazo anteriormente concedido, nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, findando-se o prazo, portanto, em 31/7/2018, com a consequente reabertura, até essa data, do sistema e-Contas;

b) dar conhecimento deste acórdão ao solicitante; e

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no artigo 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-024.145/2018-1 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Química 20ª Região

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.5. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400306

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 23/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 8588/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-008.590/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tereza de Castro Guinart (303.296.987-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8589/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-021.839/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Darcy Leonarda Coelho Araujo (085.951.002-68).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8590/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, I, 'a', do RI/TCU, com fundamento no art. 212 do RI/TCU, no art. 6º, II, c/c o art. 19 da IN/TCU 71/2012, em razão do transcurso de mais de dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a tomada de contas especial, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e aos responsáveis.

1. Processo TC-018.664/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ivo Narciso Cassol (304.766.409-97); Jacques da Silva Albagli (696.938.625-20); José de Abreu Bianco (136.097.269-20); Renato Antonio de Souza Lima (325.118.176-91).
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. excluir a responsabilidade do Sr. José de Abreu Bianco e do Sr. Ivo Narciso Cassol para com o débito apontado neste processo.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 8591 a 8619, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 8591/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.526/2016-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Antônio Milanezi (250.440.791-20) e Maximus Construtora Ltda. - Me (05.870.164/0001-93) e Tatiane Elias de Assis (839.186.631-91).
4. Entidades: Município de Rio Branco - MT e Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em virtude da execução parcial do objeto do Convênio 2411/2006 (Siafi 573667), firmado com a Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, cujo objeto era a execução de Sistema de Abastecimento de Água no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Antônio Milanezi (250.440.791-20), dando-lhe quitação, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do RI/TCU

9.2. dar ciência deste acórdão à Prefeitura Municipal de Rio Branco/MT, à Fundação Nacional de Saúde e ao responsável indicado no subitem anterior;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8591-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8592/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.338/2017-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: José Rômulo Carneiro de Albuquerque Neto (021.352.054-00).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pitimbu - PB.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Pitimbu/PB, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em 2011,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Sr. José Rômulo Carneiro de Albuquerque Neto (CPF 021.352.054-00), ex-prefeito do Município de Pitimbu/PB (gestão 2009-2012), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
20.244,00	15/3/2011
20.244,00	31/3/2011
20.244,00	2/5/2011
20.244,00	1/6/2011
20.244,00	4/7/2011
20.244,00	29/7/2011
20.244,00	1/9/2011
20.244,00	30/9/2011
20.244,00	31/10/2011
20.244,00	2/12/2011

9.2. aplicar ao Sr. José Rômulo Carneiro de Albuquerque Neto, CPF 021.352.054-00, multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde que solicitado pelo responsável, o pagamento das dívidas acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5 dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para as providências que considerar cabíveis.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8592-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8593/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.522/2010-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (monitoramento)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ailton João da Silva (029.820.489-49); Maria da Graça Martins Cordeiro (533.077.639-20); Vanda Aparecida Daquino Rosa (748.079.438-04); Vera Lucia Bosco (245.949.039-91); Vera de Fátima Graneman Joenk (294.991.949-91)
3.2. Responsável: Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87).
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Guilherme Belém Querne (12.605/OAB-SC) e outros, representando Vera de Fátima Graneman Joenk.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Universidade Federal de Santa Catarina, objeto, anteriormente, dos Acórdãos 11.927/2011-2ª Câmara, 4.462/2013-2ª Câmara, 5.223/2015-1ª Câmara e 5.256/2016-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aplicar à sra. Rita de Cássia Knabben, em face do descumprimento da determinação inserta no subitem 1.7.1 do Acórdão 5.223/2015-1ª Câmara, a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que a responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que:

9.3.1. promova, caso não comprovado o tempestivo recolhimento, o desconto integral ou parcelado da multa estipulada no subitem 9.1 deste Acórdão sobre os vencimentos da responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. quantifique, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, os valores pagos aos inativos Ailton João da Silva, Vanda Aparecida Daquino Rosa e Vera Lucia Bosco, a título de diferença de 3,17%, desde sua notificação do Acórdão 5.223/2015-1ª Câmara, e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a correspondente reposição ao erário;

9.3.3. na hipótese de desconstituição das decisões judiciais ora favoráveis às inativas, adote a mesma medida indicada no subitem anterior em relação às sras. Maria da Graça Martins Cordeiro e Vera de Fátima Graneman Joenk;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da multa referida no subitem 9.1, caso não recolhida tempestivamente pela responsável e inviabilizado o desconto em folha da dívida;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento desta deliberação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400307

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8593-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8594/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.238/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74).

3.2. Responsável: Celso Luiz da Silva Vargas (519.587.401-87).

4. Entidade: Município de Maracaju/MS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

8. Representação legal: Erimar Hildebrando (OAB/MS 9.393).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Celso Luiz da Silva Vargas (519.587.401-87), ex-prefeito de Maracaju/MS (gestão 2009-2012), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no âmbito do Convênio Siconv 732847/2010, cujo objeto era o apoio à realização da "16ª Festa da Linguiça de Maracaju";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Celso Luiz da Silva Vargas (CPF 519.587.401-87), ex-prefeito de Maracaju/MS (gestão 2009-2012), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I e 209, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento da importância de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir de 24/6/2010 até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos;

9.3. aplicar ao Sr. Celso Luiz da Silva Vargas (CPF 519.587.401-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta decisão ao responsável; e

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8594-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8595/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.731/2007-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Fabiana Alves Pereira (018.191.371-20); Valdinei da Silva Passos (896.572.331-00).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: João Batista dos Anjos (OAB/MT 6.658) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão civil, emitidos pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso em favor dos beneficiários Fabiana Alves Pereira (designando menor de 21 anos) e Valdinei da Silva Passos (designando menor de 21 anos inválido);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º e 5º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais e recusar registro aos atos de pensão civil instituídos pelo ex-servidores José Vieira dos Passos (138.098.491-20) em favor do Sr. Valdinei da Silva Passos (896.572.331-00) e Fabio Alves Mota (142.426.801-04) em favor da Sra. Fabiana Alves Pereira (018.191.371-20);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique aos interessados do teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados foram informados do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8595-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8596/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.239/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Gilson Geraldo de Oliveira (406.691.814-04).

4. Entidade: Município de Santo Antônio/RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Douglas de Melo Oliveira (OAB/RN 14.579) e Rafael Paulo Azevêdo Gomes (OAB/RN 10.265).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em tomada de contas especial opostos pelo Sr. Gilson Geral de Oliveira contra o Acórdão 3.111/2018-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos previstos nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do RI/TCU, para, no mérito, rejeitá-los.

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8596-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8597/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.595/2015-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Vicente de Paula Faleiros (013.136.998-96) e Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes - Cecria (73.662.520/0001-33).

4. Órgão: Secretaria de Direitos Humanos.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Arthur Simas Pinheiro (OAB/DF 48.314), Ivan Luz Carvalho (OAB/CE 19.364) e Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recursos de reconsideração interpostos pelo Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) e por seu dirigente, Sr.Vicente de Paula Faleiros, contra o Acórdão 1.491/2017, mantido pelo Acórdão 2.825/2017, ambos da 1ª Câmara do TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/92, dos recursos de reconsideração interpostos pelo Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) e por seu dirigente, Sr. Vicente de Paula Faleiros, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, de forma a alterar os subitens 9.3 e 9.4 do Acórdão 1.491/2017-TCU-1ª Câmara que passam a ter a seguinte redação:

"9.3. condenar o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - Cecria (CNPJ 73.662.520/0001-33) e o Sr. Vicente de Paula Faleiros (CPF 013.136.998-96), nos termos do art. 19, art. 23, inciso III e 16, § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os art. 209, § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, solidariamente, ao pagamento do débito abaixo, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da União, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das data discriminada, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Débito (R$)
20/05/2014	2.950,00
07/07/2012	5.500,00

03/08/2012	6.450,00
04/10/2012	5.500,00
07/11/2012	3.500,00
05/12/2012	3.800,00
08/08/2013	11.700,00
21/12/2012	26.600,00
01/04/2013	26.600,00

9.4. aplicar ao Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - Cecria (CNPJ 73.662.520/0001-33) e ao Sr. Vicente de Paula Faleiros (CPF 013.136.998-96), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8597-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8598/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.851/2008-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessadas: Maria Luiza de Jesus (488.922.707-53); Natália Coelho (000.407.217-01).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão civil, emitidos pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo e instituídos pelo ex-servidor Pedro Cardoso de Lima em favor das beneficiárias Maria Luiza de Jesus (companheira) e Natália Coelho (companheira falecida);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º e 5º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicado, em razão da perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil cadastrado sob o número Sisac 10154639-05-2001-000037-0, instituído pelo Sr. Pedro Cardoso de Lima (035.926.007-10) em favor de Natália Coelho (000.407.217-01) em razão do falecimento da referida beneficiária, ocorrido em 14/2/2014;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato de pensão civil cadastrado no sob o número Sisac 10154639-05-2001-000038-8, instituído pelo Sr. Pedro Cardoso de Lima (035.926.007-10), em favor de Maria Luiza de Jesus (488.922.707-53), em razão da decisão judicial proferida pelo TRF da 2ª Região nos autos do processo 2001.50.01.008370-4, no qual a condição de companheira do instituidor não foi reconhecida;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato de pensão considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique à beneficiária Maria Luiza de Jesus (488.922.707-53) do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada foi informada do julgamento do TCU.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8598-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8599/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.214/2016-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (05.526.783/0001-65).

3.2. Responsável: Geraldo de Assunção Pereira (785.925.264-34).

4. Entidade: Município de São Bento do Norte/RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social - Fnas em desfavor do Sr. Geraldo de Assunção Pereira, ex-prefeito de São Bento do Norte/RN, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados na modalidade fundo a fundo para execução do Programa de Proteção Básica e do Programa de Proteção Social Especial;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Geraldo de Assunção Pereira (CPF 785.925.264-34), ex-prefeito de São Bento do Norte/RN, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I e 209, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
7/2/2007	9.000,00
16/2/2007	9.000,00
7/3/2007	9.000,00
5/4/2007	9.000,00
8/5/2007	9.000,00
18/6/2007	9.000,00
10/7/2007	9.000,00
15/8/2007	9.000,00
25/9/2007	9.000,00
23/11/2007	9.000,00
23/11/2007	9.000,00
17/12/2007	9.000,00
28/12/2007	9.000,00
7/2/2007	2.978,50
22/2/2007	2.978,50
7/3/2007	2.978,50
9/4/2007	2.978,50
9/5/2007	2.978,50
14/6/2007	2.978,50
10/7/2007	2.978,50
14/8/2007	2.978,50
1/10/2007	2.978,50
18/10/2007	2.978,50
5/11/2007	2.978,50
18/12/2007	2.978,50
20/12/2007	2.978,50
15/1/2007	458,33
12/2/2007	458,33
8/3/2007	458,33
5/4/2007	458,33
4/5/2007	458,33
8/6/2007	458,33
10/7/2007	458,33
14/8/2007	458,33
28/9/2007	458,33
17/10/2007	458,33
4/12/2007	458,33
18/12/2007	458,33
18/12/2007	458,33
15/1/2007	1.625,00
12/2/2007	1.625,00
12/3/2007	1.625,00
5/4/2007	1.625,00
8/5/2007	1.625,00
18/6/2007	1.625,00
10/7/2007	1.625,00
14/8/2007	1.625,00
28/9/2007	1.625,00
17/10/2007	1.625,00
6/11/2007	1.625,00
10/12/2007	1.625,00
21/12/2007	1.625,00
2/4/2007	350,00
29/3/2007	325,00
29/1/2007	50,00
19/4/2007	75,00
17/5/2007	125,00
15/6/2007	125,00
9/7/2007	125,00
13/8/2007	150,00
10/10/2007	25,00
29/3/2007	1.950,00
29/3/2007	2.300,00
19/4/2007	550,00
17/5/2007	675,00
15/6/2007	600,00
9/7/2007	675,00
13/8/2007	700,00
14/9/2007	325,00
10/10/2007	325,00
4/4/2007	280,00
4/4/2007	280,00
16/1/2007	1.840,00
12/2/2007	1.840,00
19/3/2007	1.840,00
19/4/2007	1.900,00
14/5/2007	1.940,00
14/6/2007	1.920,00
9/7/2007	1.900,00
13/8/2007	1.900,00
12/9/2007	1.900,00
10/10/2007	1.860,00
6/11/2007	1.860,00
18/12/2007	1.780,00
4/4/2007	1.840,00
4/4/2007	1.840,00
16/1/2007	2.220,00
12/2/2007	2.220,00
19/3/2007	2.220,00
19/4/2007	2.360,00
14/5/2007	2.460,00
14/6/2007	2.380,00
9/7/2007	2.380,00
13/8/2007	2.360,00
12/9/2007	2.340,00
10/10/2007	2.300,00
6/11/2007	2.300,00
18/12/2007	2.260,00
a)Total	b)246.773,79

9.3. aplicar ao Sr. Geraldo de Assunção Pereira (CPF 785.925.264-34) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400309

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta decisão ao responsável; e

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no estado do Rio Grande do Norte/RN, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8599-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8600/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.531/2016-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho.

3.2. Responsáveis: Centro Educacional Dom Bosco (12.978.003/0001-83); Diego Vanzetta (559.781.694-20); Ezequiel Sousa do Nascimento (339.653.821-87); Luciana Tannus da Silva (254.035.085-20); Renato Ludwig de Souza (080.859.067-75).

4. Entidade: Entidade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

8. Representação legal:

8.1. Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB/CE 3.625) e outros, representando Ezequiel Sousa do Nascimento;

8.2. Henrique Alves de Melo (OAB/PE 40.642) e outros, representando Centro Educacional Dom Bosco.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, em desfavor do Sr. Diego Vanzetta, ex-diretor-presidente do Centro Educacional Dom Bosco (CEDB), e do próprio CEDB, em razão da impugnação de despesas realizadas no âmbito do Convênio MTE 58/2007 (Siafi 599229);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do Centro Educacional Dom Bosco (12.978.003/0001-83) e do Sr. Diego Vanzetta (CPF 559.781.694-20), dando-se-lhes quitação, no termos do art. 12, § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Renato Ludwig de Souza (CPF 080.859.067-75),do Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento (CPF 339.653.821-87) e da Sra. Luciana Tannus da Silva (CPF 254.035.085-20, falecida), dando-se-lhes quitação, no termos dos arts. 1º, inciso I, 16, incisos II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.3. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Ministério do Trabalho e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, em vista do Inquérito Civil 1.28.000.000706/2006-39 (peça 5, p. 4), nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e ao juiz da 1ª Vara Federal de Natal/RN, Exmo. Sr. Magnus Augusto Costa Delgado, responsável pela Ação Cautelar Inominada 0800976-90.2015.4.05.8400 (peça 47), para adoção das medidas que entenderem cabíveis.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8600-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8601/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.339/2015-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Antônio Sebastião Agonilha (336.643.409-06); Bruno Ramos Saenger (345.095.000-25); Derli Antonio Zanatta (389.049.690-34); Francelino da Silva Rosa (058.277.369-53); Joelci Pedro Zanatta (298.787.211-91); José Francisco Hoffman (462.457.239-49); Leonel Wohlfahrt (309.742.240-49); Rommel Pretto (240.240.400-06).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal:

8.1. Alexandre de Souza Figueiredo (4487/OAB-MT), representando Bruno Ramos Saenger e Francelino da Silva Rosa;

8.2. Isabelle Andreetta (45941/OAB-DF), representando José Francisco Hoffman, Derli Antonio Zanatta e Joelci Pedro Zanatta;

8.3. Rafael Sbrissia (38236/OAB-PR), representando Rommel Pretto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em observância ao comando dos Acórdãos 11.914/2011 e 3.333/2013, ambos da 2ª Câmara do TCU, em face de dano ao erário decorrente da alienação de terras públicas por valores inferiores ao parâmetro fixado pela própria autarquia no âmbito da superintendência regional no estado de Mato Grosso (SR/13) durante a gestão do ex-superintendente Sr. Leonel Wohlfahrt,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Srs. Leonel Wohlfahrt, ex-superintendente da Superintendência Regional do Incra no estado de Mato Grosso, e Antônio Sebastião Agonilha, beneficiário da regularização fundiária promovida pelo Incra, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa dos Srs. Joelci Pedro Zanatta, Derli Antônio Zanatta, Bruno Ramos Saenger, Rommel Pretto, Francelino da Silva Rosa, e José Francisco Hoffman, beneficiários de regularização fundiária promovida pelo Incra e excluir esses responsáveis, bem como o responsável Antônio Sebastião Agonilha, da relação processual;

9.3. julgar irregulares as contas do responsável Sr. Leonel Wohlfahrt, ex-superintendente da Superintendência Regional do Incra no estado de Mato Grosso, com fundamento no arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Débito original (R$)
8/9/2005	206.208,96
9/9/2005	196.795,53
12/7/2005	487.073,83
9/9/2005	116.586,57
9/9/2005	383.974,55
30/6/2005	178.956,86
13/2/2006	82.048,19

9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia deste acordão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso para adoção das medidas cabíveis, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8601-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8602/2018 - TCU - 1ª Câmara

I.

1. Processo nº TC 014.155/2017-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsável: Vicente de Paula Pedrosa da Silva (144.002.001-91).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Igarapé - Açu/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (peça 2) instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, em desfavor do ex-Prefeito Municipal de Igarapé-Açu/PA, Sr. Vicente de Paula Pedrosa da Silva, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados àquele município, à conta dos programas Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE, vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no exercício de 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Vicente de Paula Pedrosa da Silva (CPF 144.002.001-91), ex-Prefeito Municipal de Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu/PA (Gestão 2005-2008), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, irregulares as contas do Sr. Vicente de Paula Pedrosa da Silva e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400310

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

calculados a partir das respectivas datas, até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor R$
21/02/2008	1.980,00
25/02/2008	1.860,00
25/02/2008	120,00
07/03/2008	4.404,70
20/03/2008	1.980,00
01/04/2008	4.404,70
18/04/2008	1.960,00
22/04/2008	4.404,70
09/05/2008	4.404,70
15/05/2008	1.840,00
11/06/2008	1.860,00
24/06/2008	4.404,70
01/07/2008	6.300,00
01/07/2008	1.920,00
02/07/2008	4.404,70
08/08/2008	4.404,70
12/08/2008	6.300,00
15/08/2008	1.980,00
04/09/2008	6.300,00
04/09/2008	4.404,70
10/09/2008	1.980,00
13/10/2008	2.060,00
12/11/2008	2.020,00
03/12/2008	4.404,70
22/12/2008	2.500,00
23/12/2008	4.404,70
30/12/2008	4.404,70

9.3 aplicar ao Sr. Vicente de Paula Pedrosa da Silva (CPF 144.002.001-91), ex-Prefeito Municipal de Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu/PA (Gestão 2005-2008), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da importância ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5 encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do artigo 16 da Lei 8.443, de 1992, c/c o §7º do artigo 209 do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6 remeter cópia desta deliberação ao responsável e ao Ministério do Desenvolvimento Social.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8602-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8603/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-015.515/2016-8.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Paulo Roberto de Castro Beckenkamp (CPF 408.881.260-34) e Associação dos Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos - Ecomar (CNPJ 07.162.493/0001-05).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Associação dos Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos - Ecomar.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura/MAPA, em decorrência do não encaminhamento de documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 45/2007, celebrado com a Associação dos Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos - Ecomar, cujo objeto consistia no apoio ao projeto "Caracterização da Atividade Pesqueira no Entorno das Ilhas Cagarras, Rio de Janeiro, com fins de levantamento de informações de conservações",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Paulo Roberto de Castro Beckenkamp (CPF 408.881.260-34) e a Associação dos Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos - Ecomar (CNPJ 07.162.493/0001-05), dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Roberto de Castro Beckenkamp (CPF 408.881.260-34) e da Associação dos Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos - Ecomar (CNPJ 07.162.493/0001-05), condenando-os, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.410,00	24/12/2008
750,00	14/01/2008
51,00	14/03/2008
528,00	22/03/2008
1.800,00	22/03/2008
1.800,00	22/03/2008
1.800,00	14/04/2008
1.800,00	14/04/2008
880,00	02/05/2008
880,00	05/05/2008
1.800,00	05/05/2008
1.800,00	05/05/2008
1.800,00	06/06/2008
1.800,00	06/06/2008
1.800,00	06/06/2008
1.800,00	08/07/2008
1.800,00	08/07/2008
1.800,00	08/07/2008
1.800,0	08/07/2008
352,00	22/08/2008
1.800,00	10/09/2008
1.800,00	10/09/2008
1.800,00	10/09/2008
1.800,00	10/02/2009
1.800,00	10/02/2009
1.800,00	20/02/2009
1.800,00	02/03/2009
1.800,00	02/03/2009
1.800,00	02/03/2009
118,15	03/03/2009
178,62	12/03/2009
167,42	12/03/2009
1.200,00	16/03/2009
1.800,00	30/03/2009
431,30	31/03/2009
1.800,00	10/09/2008
1.800,00	10/09/2008
1.800,00	10/09/2008
1.684,00	17/02/2009
40,00	17/02/2009
90,00	17/02/2009
34,00	17/02/2009
133,60	17/02/2009
798,00	18/03/2009
1056,00	18/03/2009
230,00	02/03/2009
230,00	02/03/2009
1.800,00	11/08/2008
1.800,00	11/08/2008
1.800,00	11/08/2008
1.320,00	31/03/2009
525,00	31/03/2009

9.3. aplicar ao Sr. Paulo Roberto de Castro Beckenkamp (CPF 408.881.260-34) e à Associação dos Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos - Ecomar (CNPJ 07.162.493/0001-05), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.5. dar ciência da presente deliberação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para as providências que considerem cabíveis.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8603-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8604/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.303/2017-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS.

3.2. Responsáveis: João Teixeira Noronha (021.889.963-72); Arioston Soares Oliveira (129.768.303-04); Juracy Sousa de Mesquita (777.025.063-34).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paulo Ramos/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor do Sr. João Teixeira Noronha, ex-prefeito municipal, e dos Srs. Ariston Soares Oliveira e Juracy Sousa de Mesquita, ex-secretários municipais de saúde, em razão de não comprovação das despesas realizadas com recursos do FNS, transferidos ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) do município de Paulo Ramos/MA, na modalidade fundo a fundo, referentes ao Piso da Atenção Básica Fixo (PAB Fixo), ao Piso da Atenção Básica Variável (PAB Variável) e à Assistência Farmacêutica Básica, nos anos de 2007 e 2008,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400311

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis os Srs. Arioston Soares Oliveira e Juracy Sousa de Mesquita;

9.2. considerar revel o Sr. João Teixeira Noronha, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. João Teixeira Noronha, ex-prefeito de Paulo Ramos/MA, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)		DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
12/1/2007	24.088,75		20/12/2007	25.536,00
15/1/2007	2.641,10		24/12/2007	5.993,05
16/1/2007	47.000,00		2/1/2008	82.943,46
22/1/2007	1.516,36		3/1/2008	1.835,59
23/1/2007	1.835,59		14/1/2008	24.051,25
16/2/2007	71.088,75		19/2/2008	24.051,25
2/3/2007	2.641,10		22/2/2008	21.812,00
7/3/2007	3.351,95		27/2/2008	42.600,00
12/3/2007	2.641,10		25/3/2008	60.455,67
13/3/2007	2.400,00		31/3/2008	53.250,00
26/3/2007	40.888,75		8/4/2008	5.434,21
29/3/2007	12.750,00		23/4/2008	66.036,00
3/4/2007	40.500,00		24/4/2008	12.750,00
12/4/2007	3.351,95		25/4/2008	24.051,25
18/4/2007	2.641,10		19/5/2008	5.434,21
20/4/2007	16.800,00		26/5/2008	102.837,25
23/4/2007	24.088,75		18/6/2008	24.051,25
2/5/2007	53.250,00		19/6/2008	5.434,21
17/5/2007	9.345,00		24/6/2008	78.786,00
25/5/2007	24.088,75		21/7/2008	24.051,25
28/5/2007	53.250,00		22/7/2008	5.434,21
30/5/2007	18.240,00		24/7/2008	26.600,00
13/6/2007	24.088,75		28/7/2008	53.250,00
18/6/2007	18.240,00		6/8/2008	5.434,21
22/6/2007	40.500,00		18/8/2008	24.051,25
25/6/2007	12.750,00		19/8/2008	31.374,00
4/7/2007	2.641,10		26/8/2008	53.250,00
5/7/2007	23.050,00		9/9/2008	14.374,00
9/7/2007	3.351,95		18/9/2008	31.374,00
16/7/2007	5.993,05		19/9/2008	24.051,25
17/7/2007	24.051,25		23/9/2008	5.434,21
23/7/2007	42.291,25		2/10/2008	53.250,00
27/7/2007	53.250,00		15/10/2008	31.374,00
14/8/2007	28.208,71		17/10/2008	70.061,99
16/8/2007	20.075,59		3/11/2008	14.250,00
24/8/2007	53.250,00		13/11/2008	5.510,74
20/9/2007	24.051,25		20/11/2008	31.374,00
25/9/2007	5.993,05		21/11/2008	25.654,67
16/10/2007	5.993,05		1/12/2008	14.250,00
21/11/2007	157.572,00		2/12/2008	51.103,42
23/11/2007	24.051,25		19/12/2008	25.654,67
27/11/2007	31.529,05		22/12/2008	31.374,00
30/11/2007	53.250,00		29/12/2008	96.134,74
18/12/2007	102.837,25			

9.4. aplicar ao Sr. João Teixeira Noronha a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8604-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8605/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.245/2015-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Construtora Montanha Rica Ltda - Me (04.361.032/0001-73); Fernando Lima Costa (116.698.105-34).

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

4. Entidade: Município de Nossa Senhora das Dores/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especiais instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Sergipe (Funasa/SE), em face de inexecução parcial do objeto do convênio 460/2004 celebrado com o município de Nossa Senhora das Dores/SE, cujo objeto era a execução de melhorias sanitárias domiciliares.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Fernando Lima Costa, ex-prefeito do município de Nossa Senhora das Dores/SE (gestões 2001-2004, 2005-2008 e 2013-2016), bem como a empresa Construtora Montanha Rica Ltda. e dar prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "b" e "c", c/c art. 23, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, I, e 209, II e III, do RI/TCU, as contas do Sr. Fernando Lima Costa, e condená-lo em débito, solidariamente com a empresa Construtora Montanha Rica Ltda, ao pagamento dos débitos (dívidas) a seguir especificados, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos respectivos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
3/10/2007	10.074,70
17/10/2007	22.666,15
25/10/2007	23.313,60
6/11/2007	22.666,15
16/11/2007	7.579,58

9.3. aplicar ao Sr. Fernando Lima Costa a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar à empresa Construtora Montanha Rica Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. dar ciência à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) desta decisão;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Seripe, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8605-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8606/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.526/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Representação (Monitoramento).

3. Responsável: Gilson da Costa Mascarenhas

4. Entidade: Conselho Regional de Química da XIV Região (AM, AC, RO e RR).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

8. Representação legal: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB/AM 5.373), representando Conselho Regional de Química XIV Região (AM, AC, RO e RR).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento, pelo Conselho Regional de Química da XIV Região, das determinações constantes do item 9.2 do acórdão 5389/2016-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar não cumpridas as determinações constantes do subitem 9.2 do acórdão 5389/2016-TCU-1ª Câmara;

9.2. fixar o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para que o Conselho Regional de Química da XIV Região dê cumprimento à determinação contida no item 9.2 do acórdão 5389/2016-TCU-1ª Câmara, no sentido de concluir os procedimentos relativos à tomada de contas especial instaurada em razão dos desfalques de recursos depositados em conta bancária do CRQ XIV praticados por funcionária responsável pelo setor financeiro, nos exercícios de 2009 a 2013;

9.3. aplicar ao Sr. Gilson da Costa Mascarenhas, presidente da CRQ XIV, a multa prevista no art. 58, IV e § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, VII, do RI/TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400312

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.4 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação; e

9.5. enviar cópia desta deliberação ao Conselho Regional de Química da XIV Região e ao Conselho Federal de Química.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8606-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8607/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.098/2015-3.

1.1. Apensos: 021.083/2017-7; 016.540/2015-8; 011.127/2011-2; 027.808/2015-7; 023.717/2015-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Américo Raymundo Pocai Mendes (243.133.789-87); Coenco Construções Empreendimentos e Comercio Ltda. (00.431.864/0001-68); Célio Renato da Silveira (130.634.721-15); Elisabete Balbinot (598.636.332-91); Mickey Yuji Katsuragawa (984.220.818-49).

4. Órgãos/Entidades: Município de Espigão D'oeste - RO; Superintendência Estadual da Funasa Em Rondônia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

8. Representação legal:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por determinação do Acórdão 1.183/2015-TCU-1ª Câmara, em desfavor de Célio Renato da Silveira, Mickey Yuji Katsuragawa, Elisabete Balbinot, Américo Raymundo Pocai Mendes, e da empresa Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda., em decorrência de irregularidades verificadas na execução do Termo de Compromisso TC/PAC 1.004/2009, celebrado entre o Município de Espigão D'Oeste/RO e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), cujo objeto consistia na implantação de sistema de esgotamento sanitário naquela localidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa de Célio Renato da Silveira, de Mickey Yuji Katsuragawa e da empresa Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda.;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Célio Renato da Silveira, Mickey Yuji Katsuragawa, e da empresa Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda.;

9.3. condenar solidariamente Célio Renato da Silveira, Mickey Yuji Katsuragawa e a empresa Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda. ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA
90.397,42	16/5/2011
131.059,01	11/4/2012

9.4. condenar solidariamente Célio Renato da Silveira e a empresa Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda. ao pagamento de R$ 43.069,79 (quarenta e três mil e sessenta e nove reais e setenta e nove centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 16/5/2011, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. aplicar a Célio Renato da Silveira, Mickey Yuji Katsuragawa e à empresa Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores especificados a seguir, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.5.1. Célio Renato da Silveira, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

9.5.2. Mickey Yuji Katsuragawa, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e

9.5.3. Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda., no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

9.6. rejeitar as razões de justificativa de Célio Renato da Silveira, de Américo Raymundo Pocai Mendes e de Elisabete Balbinot;

9.7. aplicar a Célio Renato da Silveira, a Américo Raymundo Pocai Mendes e a Elisabete Balbinot, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, nos valores respectivos de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.9. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Rondônia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8607-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8608/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.728/2015-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Ageu Barbosa Gomes (237.022.493-20); Antônio Marcos Bezerra Miranda (569.642.423-68); Landry Lacerda Júnior (550.556.563-87)

3.3. Recorrentes: Landry Lacerda Júnior (550.556.563-87); Antônio Marcos Bezerra Miranda (569.642.423-68).

4. Órgão/Entidade: Município de Bom Lugar - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: Daniele das Graças Sousa e Silva (16570/OAB-MA); Edilson Costa Véras (6894/OAB-MA); Lidiane Ramos (14300/OAB-MA); Marcos Aurélio Barros Serra.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos embargos de declaração interpostos por Antônio Marcos Bezerra Miranda e Landry Lacerda Júnior, em face do Acórdão 4565/2018-TCU-1ª Câmara, em razão de alegada presença de omissões, obscuridades e contradições;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência aos embargantes.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8608-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8609/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.199/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Carlos Jansen Mota Sousa (587.415.692-53); Clidenor Simões Plácido Filho (064.589.553-91); Maxplan Incorporações e Construções Ltda. (07.084.925/0001-07).

4. Órgão/Entidade: Município de Sítio Novo - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal :

8.1. Priscila Ferraz Martins (10.531/OAB-MA) e outros, representando Carlos Jansen Mota Sousa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Estado do Maranhão, em desfavor de Clidenor Simões Plácido Filho e Carlos Jansen Mota Sousa, ex-Prefeitos Municipais de Sítio Novo/MA, respectivamente nos períodos de 2001 a 2008 e de 2009 a 2012, bem como da empresa Maxplan Incorporações e Construções Ltda, em razão da inexecução parcial do Convênio nº 344/2003 (Siafi 490140), cujo objeto era a execução de sistema de esgotamento sanitário naquela localidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Carlos Jansen Mota Sousa e a empresa Maxplan Incorporações e Construções Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Clidenor Simões Plácido Filho;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, *c*, c/c os arts. 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, I, 209, III, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Clidenor Simões Plácido Filho, de Carlos Jansen Mota Sousa e da empresa Maxplan Incorporações e Construções Ltda.;

9.4. condenar Clidenor Simões Plácido Filho e a empresa Maxplan Incorporações e Construções Ltda. ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data Ocorrência	Valor Histórico (R$)
11/01/2008	367,82
13/12/2007	11.702,95
20/11/2007	464,99

26/10/2007	30.534,91
20/09/2007	24.153,52
09/08/2007	20.007,81

9.5. condenar Clidenor Simões Plácido Filho ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data Ocorrência	Valor Histórico (R$)
09/08/2007	27.072,59
04/07/2007	53.585,28
11/04/2007	55.610,00

9.6. condenar Carlos Jansen Mota Sousa e a empresa Maxplan Incorporações e Construções Ltda. ao pagamento de R$ 23.414,07 (vinte e três mil, quatrocentos e catorze reais e sete centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir 08/06/2011, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. condenar Carlos Jansen Mota Sousa ao pagamento de R$ 36.575,86 (trinta e seis mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir 08/06/2011, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.8. aplicar a Clidenor Simões Plácido Filho, Carlos Jansen Mota Sousa e à empresa Maxplan Incorporações e Construções Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores especificados a seguir, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.8.1. Clidenor Simões Plácido Filho, no valor de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

9.8.2. Carlos Jansen Mota Sousa, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); e

9.8.3. Maxplan Incorporações e Construções Ltda., no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais);

9.9. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.10. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8609-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8610/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.766/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Osmar de Jesus da Costa Leal (133.543.703-78); Sebastião Araujo Moreira (012.044.673-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Santa Quitéria do Maranhão - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Funasa - Fundação Nacional de Saúde, em desfavor de Osmar de Jesus da Costa Leal e de Sebastião Araujo Moreira, ex-Prefeitos Municipais de Santa Quitéria do Maranhão/MA, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos por meio do Convênio 0213/2009, cujo objeto era a construção de melhorias sanitárias domiciliares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 8º, art. 202, do RI/TCU, considerar revel Sebastião Araujo Moreira para todos os efeitos;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Osmar de Jesus da Costa Leal, e condená-lo ao pagamento do débito de R$ 145.964,78, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", RITCU), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 13/12/2012 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Sebastião Araujo Moreira, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", RITCU), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
1/1/2013	5.872,76
8/8/2013	150.000,00

9.4. aplicar a Osmar de Jesus da Costa Leal e a Sebastião Araujo Moreira, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) e de R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais) respectivamente, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6 encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8610-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8611/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.492/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsável: Osman Fonseca dos Santos (158.229.153-53).

4. Órgão/Entidade: Município de Lagoa Grande do Maranhão - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em razão da não aprovação da prestação de contas final do Convênio 1637/2004 (Siafi 525651), celebrado com o Município de Lagoa Grande/MA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Osman Fonseca dos Santos revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Osman Fonseca dos Santos, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, e 18, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8611-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8612/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.922/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros (04.534.444/0001-68); Luiz Donizete Sifoleli (110.935.791-53)

3.2. Recorrente: Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros (04.534.444/0001-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interpostos pela Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros, contra o Acórdão 6869/2016-1ª Câmara, retificado por inexatidão material pelo Acórdão 657/2017-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da decisão à recorrente, ao Ministério do Turismo e ao Ministério Público Federal do Município de Presidente Prudente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400314

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8612-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8613/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.801/2016-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social (01.002.940/0001-82)

3.2. Responsável: Raimundo Soares do Nascimento (054.832.473-53)

3.3. Recorrente: Raimundo Soares do Nascimento (054.832.473-53).

4. Entidade: Município de Alcântara/MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

8. Representação legal: Sâmara Santos Noleto (OAB/MA 12.996).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Raimundo Soares do Nascimento contra o Acórdão 4.465/2018-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Fundo Nacional de Assistência Social e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8613-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8614/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.054/2014-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: David Zaia (819.440.558-00); Federação dos Empregados Em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul (62.655.253/0001-50); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Walter Barelli (008.056.888-20)

3.2. Recorrente: David Zaia (819.440.558-00).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal : Nayane Ferreira Gomes Dias; Júnia de Abreu Guimarães Souto (10778/OAB-DF); Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos embargos de declaração interpostos pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul e pelo seu então presidente, David Zaia, contra o Acórdão 5.268/2018 - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. alertar os recorrentes que a oposição de novos embargos com fins protelatórios será conhecida como mera petição e poderá ensejar a cominação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente à legislação interna desta Corte de Contas, conforme precedentes acolhidos pelo Plenário do Tribunal nos Acórdãos 593/2017 e 525/2018;

9.3. dar ciência aos embargantes.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8614-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8615/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.311/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Regina Lúcia Barrozo (119.273.211-15).

3.2. Recorrente: Regina Lúcia Barrozo (119.273.211-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação Legal: Ibaneis Rocha Barros Junior (11555/OAB-DF)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Regina Lúcia Barrozo contra o Acórdão 2.188/2017-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8615-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8616/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.046/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsáveis: Agroleite Comercial de Alimentos Eireli - EPP (09.612.676/0001-00); Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68)

3.3. Recorrentes: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Agroleite - Comercial de Alimentos Ltda. (09.612.676/0001-00).

4. Entidade: Fundação de Ação Comunitária (FAC).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal: 8.1. Fabio Andrade Medeiros (10810/OAB-PB); John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1663/OAB-PB)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Antônia Lúcia Navarro Braga e pela Agroleite Comercial de Alimentos Eireli - EPP contra o Acórdão 1.861/2017-TCU-Primeira Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Antônia Lúcia Navarro Braga e pela Agroleite Comercial de Alimentos Eireli - EPP, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao Ministério do Desenvolvimento Social e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8616-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8617/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.464/2017-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ana Elisabeth Cavalcanti Santa Rita (777.233.764-72); Maria de Fatima Paixão Feitosa (550.053.304-53).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão emitidos no âmbito da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão de Maria de Fátima Paixão Feitosa, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta decisão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal do Vale do São Francisco que:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400315

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 261, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dentro do mesmo prazo fixado do item anterior, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, franqueando à servidora o direito à opção pela manutenção de um dos cargos aos quais se encontra vinculada, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/ 1990;

9.3.3. caso a interessada opte pelo cargo tratado no presente processo, cadastre novo ato de admissão no sistema Sisac; ou emita o respectivo ato de desligamento, caso a opção recaia sobre o cargo estadual;

9.3.4. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso tais recursos não sejam providos;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação:

9.3.5.1. comprovação de que a interessada teve conhecimento do presente acórdão;

9.3.5.2. comprovação do eventual exercício pela interessada do direito de opção previsto no art. 133 da Lei 8.112/1990;

9.4. considerar legal o ato de admissão de Ana Elisabeth Cavalcanti Santa Rita, determinando o respectivo registro.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8617-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8618/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.710/2017-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Amanda Suélen Ferreira Bastos (830.488.555-72); Anderson Cajazeira Figueiredo (901.801.275-00); Fábio Isaac Machado de Faria (052.374.786-11).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul da Bahia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão emitidos no âmbito da Universidade Federal do Sul do Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão de Fábio Isaac Machado de Faria, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta decisão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal do Sul da Bahia que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 261, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dentro do mesmo prazo fixado do item anterior, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, franqueando ao servidor o direito à opção pela manutenção de um dos cargos aos quais se encontra vinculado, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/1990;

9.3.3. caso o interessado opte pelo cargo tratado no presente processo, cadastre novo ato de admissão no sistema Sisac; ou emita o respectivo ato de desligamento, caso a opção recaia sobre o cargo estadual;

9.3.4. alerte o interessado de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso tais recursos não sejam providos;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação:

9.3.5.1. comprovação de que o interessado teve conhecimento do presente acórdão;

9.3.5.2. comprovação do eventual exercício pelo interessado do direito de opção previsto no art. 133 da Lei 8.112/1990;

9.4. considerar legais os atos de admissão de Amanda Suélen Ferreira Bastos e Anderson Cajazeira Figueiredo, determinando os respectivos registros.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8618-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8619/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.393/2017-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Atila Magalhaes Victoria (082.538.406-08); Aurélia Jandira de Souza Melo Verçosa (029.726.514-80); Aurilene da Silva Sousa (063.471.114-89); (811.192.833-53); Avelino Maciel Alves de Aguiar (959.681.054-53); Barbara Welkovic (048.531.634-09); Beatriz Silva Vilela Ribeiro (052.203.816-60); Beatriz Stela Gomes de Souza Pitombeira Araújo (629.799.573-72); Bernardes Leite de Oliveira (346.516.752-04); Bety Sandra Tenório Lisboa (047.760.104-96).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão emitidos no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-Ebserh.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão de Auzirene Dourado Carvalho Castro, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta decisão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-Ebserh que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 261, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dentro do mesmo prazo fixado do item anterior, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, franqueando à servidora o direito à opção pela manutenção de um dos cargos aos quais se encontra vinculada, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/ 1990;

9.3.3. caso a interessada opte pelo cargo tratado no presente processo, cadastre novo ato de admissão no sistema Sisac; ou emita o respectivo ato de desligamento, caso a opção recaia sobre os cargos estaduais;

9.3.4. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso tais recursos não sejam providos;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação:

9.3.5.1. comprovação de que a interessada teve conhecimento do presente acórdão;

9.3.5.2. comprovação do eventual exercício pela interessada do direito de opção previsto no art. 133 da Lei 8.112/1990;

9.4. considerar legais e determinar os respectivos registros dos atos de admissão de Atila Magalhaes Victoria, Aurélia Jandira de Souza Melo Vercosa, Aurilene da Silva Sousa, Avelino Maciel Alves de Aguiar, Barbara Welkovic, Beatriz Silva Vilela Ribeiro, Beatriz Stela Gomes de Souza Pitombeira Araújo, Bernardes Leite de Oliveira, Bety Sandra Tenório Lisboa.

10. Ata n° 27/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8619-27/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 25 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 10 de agosto de 2018.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 477, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Dá publicidade externa à Instrução Eleitoral do Conselho Regional de Biologia da 8ª Região - CRBio-08 (BA, AL, SE), para o mandato de janeiro de 2019 a janeiro de 2023.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 337ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de agosto de 2018; resolve:

Art. 1º É dada publicidade externa à Instrução Eleitoral que regulamenta o processo para eleição e posse dos Conselheiros do Conselho Regional de Biologia da 8ª Região - CRBio-08 (BA, AL, SE), para o mandato de janeiro de 2019 a janeiro de 2023.

Parágrafo único. Cópia da íntegra da Instrução Eleitoral encontra-se na sede do Conselho Regional de Biologia da 8ª Região - CRBio-08, e no site do CRBio-08: www.crbio08.gov.br, à disposição dos interessados.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFC n.º 1.541/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 4/6/2018, Seção 1, Página 109, no Art. 1º, onde se lê: "Resolução CFC n.º 1.432/2013." leia-se: "Resolução CFC n.º 1.434/2013."

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 44, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Processo Administrativo Cofen nº 380/2018
Parecer de Relator nº 219/2018
Conselheira Relatora: Dra. Márcia Anésia Coelho Marques dos Santos
Denunciante: Célia Mária dos Santos Rezende, Coren-MA nº 48.547-ENF
Denunciado: Patrick Jonatha Costa Gomes, Coren-MA nº 122.493-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 380/2018. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Arquivamento de denúncia.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 380/2018, originário do COFEN.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 502ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 20 de junho de 2018, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por arquivar a denúncia contra o Enfermeiro Dr. Patrick Jonatha Costa Gomes, Coren-MA nº 122.493-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

MÁRCIA ANÉSIA COELHO MARQUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400316

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2850/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 006/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de maio de 2018. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5498/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 167/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu o apelado, para lhe aplicar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de maio de 2018. (data do julgamento) ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6280/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.306-206/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 57, 59 e 62 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32, 34 e 37 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de maio de 2018. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9513/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11.420-630/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 30, 33, 37, 61 e 116 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 5º, 9º, 36 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de maio de 2018. (data do julgamento) ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9964/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11.285-495/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 18, 51, 58, 59, 68, 75 e 118 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de maio de 2018. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; ABDON JOSÉ MURAD NETO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8153/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí (Sindicância nº 37/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 28 de março de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator ad hoc.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10324/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 9810/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 542/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 48/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LEA ROSANA VIANA DE ARAUJO E ARAUJO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2287/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 207.919/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3763/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 114868/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10535/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 82/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator ad hoc.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10633/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (Sindicância nº 26/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de maio de 2018. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11199/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 15.288/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator ad hoc.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11269/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 21/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUÍS HENRIQUE MASCARENHAS MOREIRA, Relator ad hoc.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13180/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 10.867/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13187/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 93.790/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13295/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 14/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de maio de 2018. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 23/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 356/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 23 de maio de 2018. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400317

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 63.002.141.0001/63

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em Reais

ATIVO	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	**58.240.292,95**	**42.727.858,25**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**10.524.364,03**	**13.047.609,47**
DISPONÍVEL	**43.166.955,57**	**29.948.939,27**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIA**	**596.342,83**	**571.861,89**
Bancos Conta Movimento	583.921,94	599.771,26	Pessoal a Pagar	-	-
Bancos Conta Arrecadação	-	-	Encargos Sociais a Pagar	596.342,83	571.861,89
Bancos Aplicação Financeira	40.057.084,13	27.053.719,23	**OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**	**1.746.139,12**	**1.712.875,30**
Disponível para Aplicação Vinculada	2.525.949,50	2.295.448,78	Obrigações Fiscais de Curto Prazo	53.380,76	47.603,27
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	**14.026.068,99**	**11.867.008,14**	Depósitos Consignáveis	608.205,33	734.231,84
Créditos do Exercício	13.355.049,10	12.281.975,39	Fornecedores	1.084.553,03	931.040,19
Créditos de Exercícios Anteriores	7.871,01	4.699,05	**CONTAS A PAGAR**	**1.500,00**	**482,00**
Parcelamento de Curto Prazo	3.923.187,27	3.279.219,26	Contas a Pagar	1.500,00	482,00
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa CP	(3.260.038,39)	(3.698.885,56)	**TRANSFERÊNCIAS LEGAIS**	**44.838,18**	**8.260,09**
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	**860.485,11**	**689.397,69**	Transferências Legais	44.838,18	8.260,09
Adiantamentos a Pessoal	298.919,76	297.545,71	**OUTRAS OBRIGAÇÕES**	**133.300,52**	**125.225,03**
Adiantamentos a Pessoal com Vinculação Orçamentária	253.925,96	226.058,94	Outras Obrigações	133.300,52	125.225,03
Tributos e Contribuições a Recuperar	145.239,76	10.721,77			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	86.520,82	67.642,82	**PROVISÕES TRABALHISTAS**	**3.210.492,83**	**3.163.091,15**
Créditos Diversos	59.630,75	55.730,30	Provisões Trabalhistas	3.210.492,83	3.163.091,15
Outros Créditos e Valores de CP	16.248,06	31.698,15	**PROVISÃO PARA RISCOS TRAB. E CÍVEIS**	**15.600,00**	-
ESTOQUES	**178.710,64**	**205.358,21**	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	15.600,00	-
Almoxarifado	178.710,64	205.358,21	**PROVISÃO DA COTA PARTE**	**4.740.985,68**	**7.435.148,48**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**8.072,64**	**17.154,94**	Provisão da Cota Parte	4.740.985,68	7.435.148,48
Seguros a Apropriar	6.765,02	10.892,66	**CAUÇÕES**	**4.455,01**	**4.177,16**
Publicações	1.307,62	6.262,28	Cauções	4.455,01	4.177,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**126.525.756,35**	**147.527.740,81**	**HONORÁRIOS DE SUCUMBENCIA**	**30.709,86**	**26.488,37**
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**9.678.859,44**	**25.308.734,28**	Honorários de Sucumbência	30.709,86	26.488,37
Parcelamento de Débitos	4.566,90	456,59			
Créditos de Exercícios Anteriores não Executados	28.109.484,44	17.740.196,56	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**10.183.575,46**	**4.898.554,14**
Dívida Ativa Executada	96.646.091,46	95.278.023,72	**PROVISÕES DE LONGO PRAZO**	**10.183.575,46**	**4.898.554,14**
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa LP	(115.081.283,36)	(87.709.942,59)	**PROVISÃO PARA RISCOS TRAB. E CÍVEIS**	**10.183.575,46**	**4.898.554,14**
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**33.473,15**	**33.473,15**	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	10.183.575,46	4.898.554,14
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	33.473,15	33.473,15			
IMOBILIZADO	**116.427.473,90**	**121.832.023,99**			
Bens Móveis	12.188.880,72	11.948.090,39			
Bens Imóveis	111.279.297,40	124.550.929,57	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**164.058.109,81**	**172.309.435,45**
Depreciação Acumulada (-)	(7.040.704,22)	(14.666.995,97)	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**164.058.109,81**	**172.309.435,45**
INTANGIVEL	**385.949,86**	**353.509,39**	Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.368,22)	2.994,09
Intangível	683.997,86	469.042,72	Resultado do Exercício	(8.247.957,42)	13.293.756,05
Amortização Acumulada (-)	(298.048,00)	(115.533,33)	Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	172.309.435,45	159.012.685,31
TOTAL DO ATIVO	**184.766.049,30**	**190.255.599,06**	**TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**174.582.473,84**	**185.357.044,92**
ATIVO FINANCEIRO	44.035.513,32	30.655.491,90	**PASSIVO FINANCEIRO**	5.783.378,35	5.612.460,99
ATIVO PERMANENTE	140.730.535,98	159.600.107,16	**PASSIVO PERMANENTE**	14.924.561,14	12.333.702,62
			SALDO PATRIMONIAL	164.058.109,81	172.309.435,45
TOTAL	**184.766.049,30**	**190.255.599,06**	**TOTAL**	**184.766.049,30**	**190.255.599,06**
SUPERÁVIT FINANCEIRO	**38.252.134,97**	**25.043.030,91**			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RECEITAS	2017	2016
Receitas Correntes	**78.879.987,69**	**74.377.909,30**
Contribuições	67.671.798,22	62.210.389,05
Exploração de Serviços	1.169.004,59	1.124.259,41
Financeiras	9.115.311,23	9.362.160,68
Transferências	96.817,67	68.135,84
Outras Receitas Correntes	827.055,98	1.612.964,32
Receitas de Capital	-	-
TOTAL	**78.879.987,69**	**74.377.909,30**
DESPESAS		
Despesas Correntes	**65.189.568,84**	**64.597.443,42**
Pessoal e Encargos	33.305.933,91	31.912.137,32
Benefícios Assistenciais	157.191,19	154.759,06
Uso de Bens e Serviços	15.497.362,74	17.315.061,85
Financeiras	612.191,65	667.485,80
Tributárias e Contributivas	15.510.090,87	14.523.927,36
Outras Despesas Correntes	106.798,48	24.072,03
Despesas de Capital	**460.532,94**	**1.639.734,80**
TOTAL	**65.650.101,78**	**66.237.178,22**
Superávit Orçamentário do Exercício	**13.229.885,91**	**8.140.731,08**

BALANÇO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RECEITAS	2017	2016
ORÇAMENTÁRIA	**78.879.987,69**	**74.377.909,30**
Receitas Correntes	78.879.987,69	74.377.909,30
Receitas de Capital	-	-
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**80.481.268,76**	**78.028.599,65**
Saldo do Exercício Anterior	**29.948.939,27**	**22.680.359,88**
TOTAL	**189.310.195,72**	**175.086.868,83**
DESPESA		
ORÇAMENTÁRIA	**65.650.101,78**	**66.237.178,22**
Despesas Correntes	65.189.568,84	64.597.443,42
Despesas de Capital	460.532,94	1.639.734,80
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**80.493.138,37**	**78.900.751,34**
Saldo para o Exercício Seguinte	**43.166.955,57**	**29.948.939,27**
TOTAL	**189.310.195,72**	**175.086.868,83**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**118.953.974,04**	**119.820.050,88**
Contribuições	81.026.659,51	75.355.253,86
Exploração de Bens e Serviços	1.169.004,59	1.124.259,41
Financeiras	20.177.312,50	25.015.185,82
Transferências	96.817,67	68.135,84
Valorização e Ganhos com Ativos	3.900,45	4.293,84
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	16.480.279,32	18.252.922,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**127.201.931,46**	**106.526.294,83**
Pessoal e Encargos	38.744.184,32	32.407.628,54
Benefícios Assistenciais	157.191,19	154.759,06
Uso de Bens e Serviços	18.861.268,24	20.578.315,13
Financeiras	4.900.139,85	5.143.176,15
Tributarias e Contributivas	16.125.811,44	16.043.913,30
Desvalorização e Perda de Ativos	41.423.161,65	28.012.084,58
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.990.174,77	4.186.418,07
Resultado Patrimonial do Exercício	**(8.247.957,42)**	**13.293.756,05**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**460.532,94**	**1.639.734,80**
Equipamentos e Materiais Permanentes	245.577,80	1.170.692,08
Intangivel	214.955,14	469.042,72
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	-
Alienação de Bens	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2017	2016
INGRESSOS	**159.361.256,45**	**152.406.508,95**
RECEITAS	**78.879.987,69**	**74.377.909,30**
Receita de Contribuições	67.671.798,22	62.210.389,05
Exploração de Bens e Serviços	1.169.004,59	1.124.259,41
Receitas Financeiras	9.115.311,23	9.362.160,68
Transferências (subvenções)	96.817,67	68.135,84
Outras Receitas	827.055,98	1.612.964,32
Recebimentos Extra Orçamentários	**80.481.268,76**	**78.028.599,65**
DESEMBOLSOS	**145.682.707,21**	**143.498.194,76**
DESPESAS	**65.189.568,84**	**64.597.443,42**
Pessoal e Benefícios	33.463.125,10	32.066.896,38
Uso de Bens e Serviços	15.497.362,74	17.315.061,85
Despesas Financeiras	612.191,65	667.485,80
Despesas Tributárias e Contributivas	15.510.090,87	14.523.927,36
Outras Despesas Correntes	106.798,48	24.072,03
Pagamentos Extra Orçamentários	**80.493.138,37**	**78.900.751,34**
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**13.678.549,24**	**8.908.314,19**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
DESEMBOLSOS	**(460.532,94)**	**(1.639.734,80)**
Aquisição de Ativo Não Circulante	(460.532,94)	(1.639.734,80)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(460.532,94)**	**(1.639.734,80)**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**13.218.016,30**	**7.268.579,39**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**29.948.939,27**	**22.680.359,88**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**43.166.955,57**	**29.948.939,27**

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2017	2016
Saldo Patrimonial do Exercício Anterior	**172.309.435,45**	**159.012.685,31**
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.368,22)	2.994,09
Variações Patrimoniais Diminutivas	(127.201.931,46)	(106.526.294,83)
Variações Patrimoniais Aumentativas	118.953.974,04	119.820.050,88
Saldo Patrimonial	**164.058.109,81**	**172.309.435,45**

São Paulo 31 de dezembro de 2017

GILDO FREIRE DE ARAUJO
Presidente

WILSON ROBERTO PEDRO
Chefe do Depto. de Contabilidade
CTCRC 1SP153.400/O-0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400 18

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade, criado pelo Decreto-Lei nº. 9295 de 27 de Maio de 1946, alterado pela Lei 12249/10, é uma Autarquia Federal da Administração Indireta, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, que tem como finalidade registrar os profissionais da contabilidade e escritórios contábeis, fiscalizar o exercício profissional, e mantera educação continuada resultando em serviços profissionais adequados à sociedade, executados em obediência aos princípios éticos e técnicos da profissão.

A estrutura, organização e funcionamento, foram estabelecidos pela Resolução CFC nº. 1370/2011 alterada pelas Resoluções n.º 1430 e 1459/2013, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos.

Sua constituição, sede e foro estão regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC SP nº. 1093/2011 e alterações.

2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis apresentadas são de responsabilidade da Administração, onde a responsabilidade final pela aprovação das Demonstrações Contábeis desde a elaboração da Proposta Orçamentária até a Prestação de Contas cabe ao Plenário do CRCSP.

Foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a Lei nº 4320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e sua nova harmonização internacional.

Foram observadas ainda a Resolução CFC nº 1161/09 que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, e as orientações emitidas pelo CFC.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 foram disponibilizadas para serem auditadas em 08/02/2018. Estas demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em observância as Normas Contábeis homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes.

2.2 – Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

2.2.1 – Ativo Circulante

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial.

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB Flex e Cadernetas de Poupança foram efetuadas junto à Caixa Econômica Federal.

Disponível	**2017**	**2016**
Bancos Conta Movimento	583.921,94	599.771,26
Aplicações Financeiras – Banco do Brasil	131.900,19	65.262,10
Aplicações Financeiras - CEF – CDB	39.903.132,18	26.967.847,78
Aplicações Financeiras - CEF – POUP	22.051,76	20.609,35
Bancos Conta Vinculada	2.525.949,50	2.295.448,78
Total	**43.166.955,57**	**29.948.939,27**

As contas do grupo Bancos Conta Vinculada registram valores com destinação específica como a caução do contrato de prestação do serviço odontológico (R$ 4.455,01), e o fundo para contingências trabalhistas (R$ 2.521.494,49).

b) Créditos a Receber

Os Créditos a Receber se referem a valores de anuidades, multas de infrações e de eleições que se encontram em aberto até o exercício de 2017 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa e Dívida Ativa.

Créditos de Curto Prazo

Estão representados pelos saldos a receber dos valores de anuidades, multas de infrações e de eleições, acrescidos de Juros, Atualização Monetária e Multa do exercício de 2017 que se encontram em cobrança Administrativa.

Créditos do Exercício	**2017**	**2016**
Anuidades	12.942.075,90	11.822.986,58
Multas por Ausência às Eleições	-	275.800,56
Multas por Infrações de Profissionais/Organizações	412.973,20	183.188,25
Total	**13.355.049,10**	**12.281.975,39**
Créditos de Exercícios Anteriores	**2017**	**2016**
Anuidades	6.471,59	4.699,05
Multas por Infrações de Profissionais/Organizações	1.399,42	-
Total	**7.871,01**	**4.699,05**
Parcelamento de Débitos em Curto Prazo	**2017**	**2016**
Anuidades	3.809.658,96	3.165.811,26
Multas por Ausência às Eleições	-	48.686,02
Multas por Infrações de Profissionais/Organizações	113.528,31	64.721,98
Total	**3.923.187,27**	**3.279.219,26**
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	**2017**	**2016**
Valor Bruto dos Créditos de Curto Prazo	17.286.107,38	15.565.893,70
Estimativa de Perdas de Créditos – 18,8593%	(3.260.038,39)	(3.698.885,56)
Valor Líquido dos Créditos de Curto Prazo	**14.026.068,99**	**11.867.008,14**

O valor da estimativa de perda de créditos é calculado aplicando-se o percentual da média histórica de inadimplência com créditos de curto prazo dos três últimos exercícios, sobre o valor bruto a receber, em 2017 a média desse percentual foi de 18,8593%.

As atualizações dos créditos e das estimativas de perdas de créditos foram contabilizadas em contrapartida com as contas de Variações Patrimoniais Aumentativas ou Diminutivas dependendo o caso, conforme Pronunciamento CFC - VPCI nº 85/2012, para posterior apuração do resultado do exercício.

c) Demais Créditos e Valores a Receber

Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos ao adiantamento de férias e benefícios sociais que serão utilizados em janeiro de 2018.

	2017	**2016**
Adiantamento a pessoal	298.919,76	297.545,71
Adiantamento de benefícios sociais	253.925,96	226.058,94
Total	**552.845,72**	**523.604,65**

2.2.2 – Ativo Não Circulante

a) Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações e de eleições, que se encontram em aberto até o exercício de 2017 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, inscritos em Dívida Ativa, subdivididos em Não Executados e Executados.

Divida Ativa Não Executada

Parcelamento de Débitos	**2017**	**2016**
Anuidades	476,52	0
Multas por Infrações de Profissionais/Organizações	4.090,38	456,59
Total	**4.566,90**	**456,59**
Créditos de Exercícios Anteriores	**2017**	**2016**
Anuidades	26.994.334,47	16.883.801,73
Multas por Ausência as Eleições	403.101,85	212.284,26
Multas por Infrações de Profissionais/Organizações	712.048,12	644.110,57
Total	**28.109.484,44**	**17.740.196,56**
Divida Ativa Executada	**2017**	**2016**
Anuidades	83.705.192,61	82.180.853,71
Multas por Ausência às Eleições	6.147.764,59	6.426.123,56
Multas por Infrações de Profissionais/Organizações	6.793.134,26	6.671.046,45
Total	**96.646.091,46**	**95.278.023,72**
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	**2017**	**2016**
Valor Bruto dos Créditos de Longo Prazo	124.760.142,80	113.018.676,87
Estimativa de Perdas de Créditos – 92,2420%	(115.081.283,36)	(87.709.942,59)
Valor Líquido dos Créditos de Longo Prazo	**9.678.859,44**	**25.308.734,28**

O valor da estimativa de perda de créditos é calculado aplicando-se o percentual da média histórica de inadimplência com créditos de longo prazo dos três últimos exercícios, sobre o valor bruto a receber, em 2017 a média desse percentual foi de 92,2420%.

As atualizações dos créditos e das estimativas de perdas de créditos foram contabilizadas em contrapartida com as contas de Variações Patrimoniais Aumentativas ou Diminutivas dependendo o caso, conforme Pronunciamento CFC - VPCI nº 85/2012, para posterior apuração do resultado do exercício.

Em 2017 a metodologia para apuração das estimativas de perdas de créditos de curto e de longo prazo, foi alterada atendendo a orientação do CFC conforme Instrução de Trabalho CFC - VPCI nº 017/2017.

b) Imobilizado

Os bens móveis e imóveis estão demonstrados ao custo reavaliado em 01/01/2012 atendendo a NBC T SP 16.9 e 10.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	AQUISIÇÕES		BAIXA	SALDO EM 31/12/2017	Depreciação	Saldo Liquido
		Aquisições	Incorporações	Desincorporações			
Móveis e Utensilios	2.246.237,24	4.515,00	1.800,00		2.252.552,24	1.382.424,83	870.127,41
Máquinas e Equipamentos	4.738.658,90		15.750,00	20.460,00	4.733.948,90	2.258.873,98	2.475.074,92
Instalações	910.469,16				910.469,16	545.583,44	364.885,72
Utensilios de Copa e Cozinha	15.915,69				15.915,69	11.161,90	4.753,79
Equipamentos de Processamento de Dados	3.570.141,79	240.807,80			3.810.949,59	2.449.868,73	1.361.080,86
Sist. de Proc. de Dados	12.774,75			1.214,75	11.560,00		11.560,00
Biblioteca	188.046,38	255,00	2.187,28		190.488,66	93.471,32	97.017,34
Obras de Arte	244.200,00		14.700,00		258.900,00		258.900,00
Outros Bens Patrimoniais	21.646,48			17.550,00	4.096,48	473,76	3.622,72
Sede	93.960.929,57			13.271.632,17	80.689.297,40	298.846,26	80.390.451,14
Terrenos	30.590.000,00				30.590.000,00		30.590.000,00
Total	136.499.019,96	245.577,80	34.437,28	13.310.856,92	123.468.178,12	7.040.704,22	116.427.473,90

Os Bens Móveis e Imóveis estão segurados nas seguintes modalidades: Responsabilidade Civil, Roubo, Incêndio, em quantia considerada suficiente no caso de eventual sinistro.

c) Intangivel

Os ativos intangíveis do CRCSP são referentes a licenças de softwares classificados com vida útil definida pelo prazo de validade de cada assinatura.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	AQUISIÇÕES		BAIXA	SALDO EM 31/12/2017	Amortização	Saldo Liquido
		Aquisições	Incorporações	Desincorporações			
Licenças de Software	469.042,72	214.955,14			683.997,86	298.048,00	385.949,86

d) Imobilizado, Intangivel, Depreciação e Amortização.

Os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2011, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

A depreciação dos bens móveis e imóveis foi iniciada no exercício de 2011, e a determinação da vida útil e do valor residual de bens novos foi estipulada com base no Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Unisis.

Os bens móveis adquiridos a partir de 01/01/2012 estão sendo depreciados com base na estimativa de vida útil estabelecida na Instrução de Trabalho do CFC nº 004/2012, conforme segue: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha 10 anos; Equipamentos Processamento de Dados 5 anos, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item anterior.

Atendendo à NBCT SP 16.10, em 2017 o Imóvel Sede do CRCSP foi reavaliado com base no Laudo Técnico elaborado pelos técnicos do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, resultando em um ajuste para baixo no valor de R$ 2.519.171,51.

2.2.3 – Passivo Circulante

É registrado pelo valor de liquidação em ordem decrescente de exigibilidade representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratações junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2017; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros, de acordo com a legislação vigente.

a) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Encargos Sociais a Pagar	**2017**	**2016**
INSS - Instituto Nacional Seg. Social.	374.622,03	357.039,93
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	190.570,86	184.476,24
PASEP/PIS – Caixa Econômica Federal	31.149,94	30.345,72
Total	**596.342,83**	**571.861,89**

b) Obrigações de Curto Prazo

Depósitos Consignáveis	**2017**	**2016**
INSS	94.891,51	93.201,50
IRRF	476.673,21	524.026,07
Empréstimo Consignado	-	79.164,92
Outros	36.640,61	37.839,35
Total	**608.205,33**	**734.231,84**
Fornecedores	**2017**	**2016**
Produtos e Serviços	1.084.553,03	931.040,19

As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência.

c) Férias a Pagar

	2017	**2016**
Férias	2.424.382,18	2.388.149,04
Encargos sobre Férias (INSS/FGTS/PIS)	786.110,65	774.942,11
Total	**3.210.492,83**	**3.163.091,15**

Esse valor é constituído mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do CRCSP, bem como os respectivos encargos.

d) Provisão da Cota Parte do CFC

	Créditos Liquidos	**Provisão de cota**
Créditos a Receber de Curto Prazo	14.026.068,99	2.805.213,80
Créditos a Receber de Longo Prazo	9.678.859,44	1.935.771,88
Total da Carteira	**23.704.928,43**	**4.740.985,68**

A provisão da Cota Parte do CFC é calculada de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/46 onde determina que pertence ao CFC 20% dos créditos a receber. É calculada aplicando-se 20% sobre o total dos créditos a receber de curto e de longo prazo, deduzindo-se as respectivas estimativas de perdas de créditos.

O crescimento no saldo em relação à 2016 se deve à mudança na metodologia das provisões de perdas de créditos de curto e longo prazo.

2.2.4 – Passivo Não Circulante

Provisões para Riscos Trabalhistas e Civeis

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso de suas atividades. Na constituição das provisões judiciais, o Conselho leva em conta o grau de risco de perda desses processos, com base no posicionamento dos assessores jurídicos internos e externos.

Os processos trabalhistas e cíveis com grau de risco de perda classificados como provável estão reconhecidos no Balanço Patrimonial. Os processos de contingências com grau de risco de perda classificados como possível e remota não são reconhecidos no Balanço, apenas demonstrados em notas explicativas.

Em atenção ao regime de competência, foi constituída a provisão com base na expectativa de desfecho dos processos, impetrados na justiça até 31 de dezembro de 2017 em montante suficiente para cobertura de eventuais perdas.

Provisão para Riscos Civeis e Trabalhistas (Reconhecido)	**2017**	**2016**
Provável	10.183.575,46	4.898.554,14
	10.183.575,46	**4.898.554,14**
Provisão para Riscos Civeis e Trabalhistas (Não reconhecido)	**2017**	**2016**
Possível	1.140.978,05	3.300.000,00
Remota	198.639,98	-
Total	**1.339.618,03**	**3.300.000,00**

O aumento no valor da provisão classificada como provável se deve a atualização dos valores dos processos e o reconhecimento dos processos referente à conversão do regime de contratação de pessoal de CLT para o Regime Jurídico Único, que em 2016 foram classificados com grau de risco de perda possível e em 2017 passaram à classificação de provável perda.

2.2.5 – Contingências Passivas

Por determinação do Conselho Federal de Contabilidade e baseado na Resolução no. 1.507, de 20/05/2016, fica vedada a inscrição, a cobrança administrativa ou judicial, o recebimento ou parcelamento de créditos devidos a título de anuidades de escritórios individuais do exercício de 2014 e anteriores pelos Conselhos Regionais de Contabilidade. Assim, o Conselho Regional de Contabilidade com base no parecer da sua Assessoria Jurídica, entende ser possível o risco de contingência, estimada pela Administração em R$ 3.149.004,35

2.2.6 - Apuração do Resultado

a) Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, atendendo à NBC TSP 16.5, a Resolução CFC nº. 1.111/2007 item 16.1, e a Resolução CFC nº. 1367/2011.

Demonstração das Variações Patrimoniais	**2017**	**2016**
Variações Aumentativas	118.953.974,04	119.820.050,88
Variações Diminutivas	(127.201.931,46)	(106.526.294,83)
Resultado Patrimonial do Exercício	**(8.247.957,42)**	**13.293.756,05**

O Déficit Patrimonial ocorrido no exercício de 2017, no valor de R$ 8.247.957,42, foi resultado da mudança no critério de apuração das provisões de perdas de créditos, na reavaliação negativa do Imóvel Sede e no aumento da provisão de contingências trabalhistas.

b) Resultado Orçamentário

As receitas de contribuições do orçamento do CRCSP são estimadas com base na média de pagantes dos últimos três exercícios, as receitas de aplicações financeiras são estimadas com base no saldo da disponibilidade mensal durante o exercício e as demais receitas são estimadas no histórico de recebimento do último exercício.

As despesas são fixadas com base no ajuste das despesas de pessoal, encargos e benefícios assistenciais, na aquisição de materiais de consumo, na manutenção e reajustes dos contratos de prestação de serviços, no valor do repasse ao CFC e nas despesas com investimentos.

O orçamento do CRCSP para o exercício de 2017 foi estimado em R$ 74.200.000,00, aprovado conforme a Resolução CRC SP n.º 1.218/2016, de 07 de novembro de 2016, e alterações de acordo com a legislação vigente. Nele, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, conforme disciplina o regime orçamentário, de acordo com a Lei 4.320/64.

As receitas correntes estão representadas por anuidades (receita de contribuições), emolumentos recebidos com inscrições, certidões e publicidade (receitas de exploração de serviços), atualização monetária, multa e juros sobre os créditos e rendimentos de aplicações financeiras (receitas financeiras), multa de eleições e por infrações (outras receitas).

As receitas de capital estão representadas pela alienação de bens do imobilizado.

As despesas correntes estão representadas por pessoal e encargos, benefícios assistenciais, uso de bens e serviços, despesas financeiras tributárias e contributivas (tributos, cota parte do CFC e FIDES).

As despesas de capital estão representadas por obras de ampliação do imóvel e aquisição de bens do imobilizado.

A Cota parte do CFC corresponde a 20% da receita bruta das arrecadações, excluindo-se as Receitas Diversas, a Remuneração de Aplicações Financeiras, as Subvenções e as Receitas por Alienação de Bens (Receita de Capital), de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/46.

A Cota parte é remetida diariamente ao CFC por meio da arrecadação compartilhada onde o banco arrecadador, Caixa Econômica Federal, credita 80% ao CRCSP e 20% ao CFC.

Em 2017 o montante repassado ao CFC referente à Cota Parte foi de R$ 14.817.486,95 e em 2016 foi de R$ 13.810.109,89.

O Fides – Fundo de Integração de Desenvolvimento da Profissão Contábil – A contribuição ao FIDES é calculada sobre 1% da receita de anuidades, deduzindo-se a Cota parte sobre a mesma, repassada ao Conselho Federal de Contabilidade de acordo com a Resolução CFC nº 968/03.

Em 2017 o montante repassado ao FIDES foi de R$ 541.374,39 e em 2016 foi de R$ 497.683,11.

Receitas Correntes	**2017**	**2016**
Contribuições	67.671.798,22	62.210.389,05
Exploração de Serviços	1.169.004,59	1.124.259,41
Financeiras	9.115.311,23	9.362.160,68
Transferências e Subvenções (CFC)	96.817,67	68.135,84
Multas	636.713,82	1.453.452,54
Indenizações e Restituições	8.689,06	1.149,74
Receitas/Depósitos não Identificadas	181.653,10	158.362,04
	78.879.987,69	**74.377.909,30**
Despesas Correntes		
Pessoal e Encargos	33.305.933,91	31.912.137,32
Benefícios Assistenciais	157.191,19	154.759,06
Uso de Bens e Serviços	15.497.362,74	17.315.061,85
Financeiras	612.191,65	667.485,80
Tributárias e Contributivas	15.510.090,87	14.523.927,36
Outras Despesas Correntes	106.798,48	24.072,03
Despesas de Capital		
Equipamentos e Materiais Permanentes	245.577,80	1.170.692,08
Intangível	214.955,14	469.042,72
	65.650.101,78	**66.237.178,22**
Superávit	**13.229.885,91**	**8.140.731,08**

c) Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, alinhado às orientações do CFC.

No exercício de 2017 o superávit financeiro acumulado ficou em R$ 38.252.134,97

2.2.7 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do CRCSP é composto de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente assim constituídos:

Patrimônio Líquido	**2017**	**2016**
Patrimônio Social	**164.058.109,81**	**172.309.435,45**
Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.368,22)	2.994,09
Resultado do Exercício	(8.247.957,42)	13.293.756,05
Resultados Acumulados de Exercício Anteriores	172.309.435,45	159.012.685,31

Informações complementares e mais detalhes institucionais do CRCSP, o quadro de profissionais e organizações inscritos, bem como as campanhas realizadas para obtenção de novos registros e a redução da inadimplência, os trabalhos realizados pela fiscalização no combate aos maus profissionais, aos leigos e não registrados, as atividades do desenvolvimento profissional relativas a Educação Profissional Continuada, a execução dos projetos que fazem parte do plano de trabalho de 2017, estão disponíveis no relatório de gestão disponibilizado no portal da transparência do CRCSP. www.crcsp.org.br

HOMOLOGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2017 e a prestação de contas do exercício de 2017 foram aprovadas pelo Colendo Plenário do CRCSP conforme Deliberação CRC SP nº. 07/2018 de 09/03/2018, e enviadas ao CFC para homologação.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs.

Diretores e Conselheiros do

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRCSP

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRCSP, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial, financeiro, orçamentário e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC SP, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 e em observância às normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao CRCSP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do CRCSP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão, porém em razão da não exigência por parte do órgão regulamentador do CRCSP o Relatório de Gestão não acompanha as demonstrações contábeis. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do CRCSP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o CRCSP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do CRCSP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do CRCSP.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do CRCSP. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o CRCSP a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.

MARCELO MACHADO DE ANDRADE
CRC – 1SP 223.997/O-8

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8

HOMOLOGAÇÃO DO CFC
CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

DELIBERAÇÃO Nº. 057/2018
PROCESSO Nº.: 2018/000192
INTERESSADO: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017
DELIBERA: Aprovar a Prestação de Contas do exercício de 2017 do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, concluindo pela Regularidade, conforme decisão da Câmara de Controle Interno
RELATOR: Contador João Altair Caetano dos Santos
ATA CCI Nº.: 302
Brasília-DF, 16 de maio de 2018.
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Vice-Presidente de Controle Interno
HOMOLOGAÇÃO: Decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC.
ATA Nº.: 1041
Brasília-DF, 18 de maio de 2018
Contador Zulmir Ivânio Breda
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400 20

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DELIBERAÇÃO Nº 13, DE 08 DE MAIO DE 2018

Regulamenta a aplicação da multa prevista no artigo 30, inciso II, da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960

O Plenário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, autarquia Federal criada pela Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o item 5.8 da 6ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de julho de 2018,

Considerando o artigo 30, inciso II, da Lei n.º 3.820/60 e o artigo 20 da Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014, do Conselho Federal de Farmácia;

Considerando o entendimento uníssono do E. Superior Tribunal de Justiça de que "a proibição legal de considerar valores monetários em salários mínimos não alcança as multas de caráter administrativo, uma vez que constituem sanção pecuniária, e não fator inflacionário" (Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 670540/PR - Relator Ministro Humberto Martins; Agravo Regimental no Recurso Especial nº 975172/SP - Relator Ministro Luiz Fux);

Considerando que o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente o pedido formulado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.568/DF declarando a constitucionalidade do art. 3º da Lei 12.382/11, que dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e os parâmetros para a valorização nos anos subsequentes, por meio de decreto.

Considerando a fixação do valor do Salário Mínimo Regional para o Estado de São Paulo em R$ 1.108,38 (um mil e cento e oito reais e trinta e oito centavos) pela Lei Estadual nº 16.665, de 18 de janeiro de 2018;

Considerando o Código de Ética Farmacêutica, decide:

Artigo 1º - O valor da penalidade por infração ética utilizará como base o menor salário mínimo regional, portanto, a multa será fixada neste mínimo e no máximo equivalentes a 03 (três) salários mínimos, elevada ao dobro na hipótese de reincidência.

Artigo 2º. As multas serão atualizadas automaticamente a partir da data de publicação das leis estaduais que atualizarem o salário mínimo regional, sempre no inciso de menor valor.

Artigo 3º - Determinar ao Departamento de Tecnologia da Informação que viabilize a alteração no sistema de lavratura de multas para o cumprimento da presente Deliberação.

Artigo 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARCOS MACHADO FERREIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 87, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Determinar o procedimento digital de gravação de mídia para realização das audiências de instrução nos termos da resolução 423/2013 do COFFITO.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 15ª REGIÃO - CREFITO 15 no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei 5.316 de 17 de dezembro de 1975 e Resolução COFFITO 59/85 e conforme deliberado em reunião extraordinária de Diretoria do dia 09/08/2018, ATA n. 09/2018.

CONSIDERANDO o teor do caput do artigo 37 inserto na carta Magna no tocante aos princípios que devem nortear os atos administração pública, notadamente os da modalidade, eficiência, publicidade, razoabilidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público.

CONSIDERANDO a necessidade de determinar maior celeridade as audiências de instrução éticas regulamentadas pela resolução 423/2013 do COFFIT, resolve:

Artigo 1º Determinar que as audiências de instrução regulamentadas pela resolução 423/13, do COFFITO sejam captadas em gravação (DVD-R) em meio digital de depoimentos e demais atos processuais praticados oralmente nas audiências;

Artigo 2º Havendo dificuldade de expressão da parte, testemunha, advogados ou demais intervenientes no processo, poderá utilizar o método tradicional de coleta de prova, fazendo constar as razões no termo de audiências;

Artigo 3º Se qualquer causa impeditiva da gravação ocorrer no curso da audiência, os depoimentos serão colhidos pelo sistema de digitação;

Artigo 4º A utilização do registro audiovisual será documentada por termo de audiência, devidamente assinado pelo instrutor e pelos presentes à audiência, a ser juntado aos autos, onde constarão os seguintes dados:

I - data da audiência;

II - nome do instrutor que a preside;

III - local do ato;

IV - identificação das partes e seus representantes ou advogados, bem como a presença ou ausência para o ato;

V - a presença dos representantes do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou defensores dativos, nos feitos em que intervirem;

VI - ciência das partes sobre a utilização do registro audiovisual, com a advertência acerca da vedação de divulgação não autorizada dos registros audiovisual a pessoas estranhas ao processo;

VII - breve resumo dos fatos ocorridos na audiência, com suas principais ocorrências, a ordem de produção da prova oral colhida e as decisões proferidas.

Parágrafo único As testemunhas ou informantes, peritos e assistentes técnicos assinarão termo de comparecimento.

Artigo 5º As declarações colhidas mediante utilização do sistema de gravação audiovisual digitais devem ser registradas, de forma padronizada e sequencial, em DVD-R, que acompanhará os respectivos autos, devendo ser organizados da seguinte forma:

a) para cada depoimento corresponderá um arquivo distinto, identificado pelo nome da pessoa ouvida e data da audiência;

b) o DVD-R será identificado pelo instrutor com a numeração dos autos, através de etiqueta apropriada, devendo ser assinado, ainda pelo instrutor, pelos advogados ou pelas partes;

c) a recusa da parte ou de seu advogado em apor assinatura no DVD-R deve ser registrada no termo de assentada, sem, no entanto, invalidar os atos digitais;

d) o DVD-R gravado será juntado aos autos, na sequência, imediatamente após o termo de audiência, armazenado em invólucro apropriado.

Artigo 6º Para segurança dos dados, a secretaria do CREFITO 15 promoverá cópia das gravações que serão armazenadas por no mínimo de 15 (quinze) dias corridos, após o dia do julgamento de primeira instância da Plenária do CREFITO 15.

Artigo 7º É facultado às partes requerer, a qualquer momento, que a secretaria do CREFITO 15 faça cópia digital dos registros audiovisuais de audiências, apresentando o indispensável DVD-R junto com o requerimento, respeitada a vedação de divulgação.

Artigo 8º Os depoimentos documentados por meio audiovisual não precisam de transcrição.

Artigo 9º A transcrição da gravação da audiência configura faculdade, e não dever do CREFITO 15, devendo ser custeado em sua totalidade pela parte interessada, que deverá promover sua execução e o pagamento de toda e qualquer despesa.

Artigo 10º Aplica-se o disposto nesta Portaria aos processos: civil, penal e administrativo.

Artigo 11º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação no DOU, revogando as disposições em contrário.

EUNICE SILVA E SOUSA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

3ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2018.000845-2/TCA. Recte: Jadyael Rodrigues de Albuquerque OAB/SP 301486. (Adv: Jadyael Rodrigues de Albuquerque OAB/SP 301486). Recdo: Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP. Repte Legal: Braz Martins Neto OAB/SP 32583. (Adv: André Aranha Rossignoli OAB/SP 125739). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA N. 050/2018/TCA. Pedido de assistência temporária. Auxílio pecuniário mensal via CAASP. Não comprovação da necessidade real de ser contemplado com tal benefício. Servidor público que percebe salário da administração pública estadual e exerce a advocacia como profissão paralela. Necessidade do benefício não comprovada. Decisão unânime da Seccional da OAB/São Paulo, que não contraria o EAOAB, nem decisão deste CFOAB ou de outro Conselho Seccional. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 16 de abril de 2018. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.009829-8/TCA. Recte: Bothomé Advogados Associados. Repte Legal: Fabrício Zir Bothomé OAB/RS 44277. (Advs: Giovana Michelin Letti OAB/SC 21422-A, João Carlos Silva dos Anjos OAB/RS 21979 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Fabrício de Castro Oliveira (BA). EMENTA N. 051/2018/TCA. Recurso. Sociedade de Advogados. Filial. Estatuto do Advogado (art. 15, §5º), Provimento 112/2006 (art. 7º, §1º). Necessidade de inscrição suplementar de todos os sócios. Provimento parcial. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 25 de junho de 2018. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Fabrício de Castro Oliveira, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2017.006607-7/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Exercício: 2016. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. (Gestão: 2016/2018. Presidente: Ronnie Preuss Duarte OAB/PE 16528; Vice-Presidente: Leonardo Accioly da Silva OAB/PE 17265; Secretário-Geral: Fernando Jardim Ribeiro Lins OAB/PE 16788; Secretária-Geral Adjunta: Ana Luiza Mousinho da Motta e Silva OAB/PE 26090 e Diretora-Tesoureira: Silvia Márcia Nogueira OAB/PE 8779. Exercício 2016: Ronnie Preuss Duarte OAB/PE 16528; Leonardo Accioly da Silva OAB/PE 17265; Fernando Jardim Ribeiro Lins OAB/PE 16788; Luciana da Fonseca Lima Brasileiro OAB/PE 23628 e Silvia Márcia Nogueira OAB/PE 8779). Relator: Conselheiro Federal Jarbas Vasconcelos do Carmo (PA). EMENTA N. 052/2018/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento n. 101/03, e alterações, totalmente atendidos. Constatada a aplicação correta, nas circunstâncias enfrentadas, dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2016, do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco, relativa ao exercício 2016, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 06 de agosto de 2018. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Jarbas Vasconcelos do Carmo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.002227-2/TCA. Recte: Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais - CAA/MG. Repte Legal: Sérgio Murilo Diniz Braga OAB/MG 47969. (Advs: Mariana de Carvalho Pires Mansur OAB/MG 133247 e outra). Recdo: Espólio de Ignos Aurélio Villaça de Almeida. Repte Legal: Lindalva Queiroz de Almeida. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Diego D'Avilla Cavalcante (AM). EMENTA N. 053/2018/TCA. Auxílio especial de viuvez. Requisito para concessão. Parecer social. Não cumpridas as condições específicas de carência, conforme manifestação do serviço social. Impossibilidade de alteração ou desconsideração da conclusão da profissional de serviço social, conforme especificamente estabelecido no RI da CAA, arts. 18 e 19. Recurso conhecido e provido. Reestabelecida a decisão da CAA/MG que negou o benefício. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 06 de agosto de 2018. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Diego D'Avilla Cavalcante, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2018.002415-0/TCA. Recte: Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais - CAA/MG. Repte Legal: Sérgio Murilo Diniz Braga OAB/MG 135482 e outra). Recda: Andreza Cândida de Oliveira OAB/MG 126774. (Adv: Andreza Cândida de Oliveira OAB/MG 126774). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira (RN). EMENTA N. 054/2018/TCA. Auxílio extraordinário. Deferimento. Previsão regimental. Comprovação dos requisitos. Incabível a alegação da CAA/MG da ausência de repasses. Responsabilidade incabível de ser transferida ao advogado beneficiário. Mantida a decisão proferida pelo Órgão Especial da Seccional Mineira. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 06 de agosto de 2018. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2018.003336-1/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Bahia. Exercício: 2017. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Bahia. (Gestão: 2016/2018. Presidente: Luiz Viana Queiroz OAB/BA 8487, Vice-Presidente: Ana Patrícia Dantas Leão OAB/BA 17920, Secretário-Geral: Carlos Alberto Medauar Reis OAB/BA 5670, Secretário-Geral Adjunto: Pedro Nizan Gurgel de Oliveira OAB/BA 6390 e Diretora-Tesoureira: Daniela Lima de Andrade Borges OAB/BA 27283). Relator: Conselheiro Federal Solano Donato Carnot Damacena (TO). EMENTA N. 055/2018/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento n. 101/03, e alterações, totalmente atendidos. Constatada a aplicação correta, nas circunstâncias enfrentadas, dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2017, do Conselho Seccional da OAB/Bahia. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Bahia, relativa ao exercício 2017, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Representante da OAB/Bahia. Brasília, 06 de agosto de 2018. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Solano Donato Carnot Damacena, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2018.003980-1/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Exercício: 2017. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Alagoas. (Gestão: 2016/2018. Presidente: Fernanda Marinela de Sousa Santos OAB/AL 6086-B; Vice-Presidente: Ednaldo Maiorano de Lima OAB/AL 5081; Secretário-Geral: Davi Antônio Lima Rocha OAB/AL 6640; Secretário-Geral Adjunto: Rubens Marcelo Pereira da Silva OAB/AL 6638 e Diretora-Tesoureira: Maria Thaisa Gameleira dos Santos Barbosa OAB/AL 5901). Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 056/2018/TCA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400321

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento nº 101/03, e alterações. Atendimento. Constatada a aplicação correta dos recursos arrecadados, conforme análise técnica do CFOAB, aprova-se a prestação de contas referente ao exercício de 2017, do Conselho Seccional da OAB/Alagoas. As boas práticas, eficiência na gestão, superávit orçamentário, nas contas do exercício de 2017 da OAB/Alagoas, impõe uma moção de louvor. Contas aprovadas. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Alagoas, relativa ao exercício 2017, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 06 de agosto de 2018. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Elton José Assis, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.004551-0/TCA. Recte: Fernando Camargo Soares Filho OAB/RJ 162831. (Adv: Fernando Camargo Soares Filho OAB/RJ 162831). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Severino Cajazeiras de Sousa Oliveira (DF). EMENTA N. 057/2018/TCA. Requerimento de isenção de pagamento da anuidade. Interpretação extensiva do inciso III do art. 2º do Provimento n. 111/2006-CFOAB. Perícia médica. Comparecimento necessário. Indeferimento do pedido. Recurso desprovido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 06 de agosto de 2018. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Severino Cajazeiras de Sousa Oliveira, Relator.

Brasília, 13 de agosto de 2018.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara

DESPACHO

RECURSO N. 49.0000.2017.007384-7/TCA. Recte: Lucinéia Moreira Machado OAB/PR 19960. (Adv: Lucinéia Moreira Machado OAB/PR 19960). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP). DESPACHO: "Verifico que a decisão da Terceira Câmara transitou em julgado na data de 26 de junho do ano em curso (fls. 39). O documento remetido pela OAB/Paraná (fls. 41/53), refere-se a um atestado médico e a memoriais apresentados pela apelante e que deveriam subsidiar o relato do Conselheiro Relator. Embora intempestiva sua remessa a este Conselho Federal, a interessada juntou os documentos em tempo hábil, antes do julgamento na Terceira Câmara. Ainda assim, tais documentos, entendo que não seriam suficientes para alterar o entendimento deste Relator quanto ao mérito. (...). Comunique-se, mediante publicação, à Seccional da OAB/Paraná e à interessada, quanto ao presente despacho".

Brasília, 7 de agosto de 2018.
HELDER JOSÉ FREITAS DE LIMA FERREIR
Relator

ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

CONSULTA N. 49.0000.2013.012282-1/OEP. Assunto: Consulta. Interpretação do art. 38 do CED. Cláusula "em pecúnia". Contrato de honorários advocatícios. Início do cômputo dos prazos de prescrição e decadência. Revisão. Consulente: Adriane Santana da Costa Júlio OAB/SC 12837. Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 116/2018/OEP. Consulta. 1) Cláusula Quota Litis. Possibilidade. Representação por pecúnia. Satisfeita pela indicação de percentual futuro. Precedentes. O "percentual de êxito" é admitido excepcionalmente por este Conselho Federal, desde que previsto expressamente em contrato, fixado em valor moderado e expresso em valor pecuniário. Por valor pecuniário entende-se que tenha expressão monetária, e não se traduza em bens do representado. 2) Prazo para revisão judicial de contrato de honorários. Necessidade de exame de legislação federal. Matéria que extrapola o escopo de consulta a este órgão. Consulta não conhecida nesse ponto. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, responder à consulta, nos termos do voto Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2013.012357-5/OEP. Assunto: Licenciamento por incompatibilidade. Dispensa do pagamento de anuidades. Consulente: Presidente da OAB/Goiás - Gestão 2013/2016, Henrique Tibúrcio Peña. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA N. 117/2018/OEP. Consulta. Licenciamento por incompatibilidade. Anuidades. De acordo com a Súmula 03/2012/COP, o advogado licenciado não está sujeito ao pagamento das anuidades, desde que se manifeste expressamente. Valores recolhidos a título de anuidade não devem ser restituídos, de forma integral ou parcelada, em razão de licenciamento ou cancelamento de inscrição na OAB. Caráter anual das contribuições. Deixando de existir o impedimento, restaurada a inscrição, o pagamento da anuidade deve ser integral. Caráter anual das contribuições. Consulta respondida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, por unanimidade, em responder à consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 5 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2014.003443-5/OEP. Assunto: Consulta. Diretor de Subseção. Possibilidade de reassumir o cargo após pedido de desincompatibilização. Consulente: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Interessado: Ronivan Peixoto de Morais Júnior OAB/GO 17752. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA N. 118/2018/OEP. Consulta. Licenciamento. Existência de processo disciplinar. Consulta n. 49.0000.2014.011176-6/OEP. A Ordem dos Advogados do Brasil detém o poder disciplinar para impor ao advogado condenação, ainda que requerido o cancelamento da inscrição ou licenciamento no curso de processo ético-disciplinar, com a ressalva de que a condenação limitar-se-á ao registro interno nos assentamentos do advogado. Consulta respondida nos termos de decisão já proferida pelo Órgão Especial. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2014.012948-1/OEP. Assunto: Consulta. Incompatibilidade. Funcionários de instituições financeiras. Consulente: Vice-Presidente do Conselho Seccional da OAB/Pará - Gestão 2013/2015. Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 119/2018/OEP. Consulta. 1) A função de Dirigente Sindical, ainda que referente a Sindicato dos Bancários, não enseja incompatibilidade. Contudo, é possível que o técnico bancário conte com impedimento ou incompatibilidade em função do cargo de origem, os quais a ele se mantêm aplicáveis por se tratar de mero afastamento temporário (art. 28, §1º, do EAOAB). 2) Os critérios determinantes para a configuração de "funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas" são: (i) o envolvimento em atividade de natureza bancária, (ii) o poder decisório para autorizar e efetuar operações financeiras e (iii) a interferência sobre direitos de terceiros. Tais critérios não podem ser analisados fora do contexto, devendo ser avaliados caso a caso. 3) Consulta respondida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, responder à consulta, nos termos do voto Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2014.014332-3/OEP. Assunto: Consulta. Impedimentos do artigo 30 da Lei 8906/94. Consulente: Lazaro Adelmo Mendonça OAB/GP 30463. Relator: Conselheiro Federal Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves (PE). EMENTA N. 120/2018/OEP. CONSULTA - IMPEDIMENTOS DO ART.30, INCISO I DO EAOAB E SUA APLICAÇÃO A EMPREGADOS CELETISTAS DE EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA. O conceito de "servidor público" seja na jurisprudência da OAB como dos Tribunais pátrios, para fins de limitação ética do exercício de seus misteres (inclusive cumulação de cargos etc.), é considerado em seu sentido lato, englobando os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que de regime celetista. Limitação ao exercício da advocacia que se impõe não apenas em relação à empresa empregadora mas também em relação à Fazenda Pública a qual esteja vinculada, aí consideradas todas as entidades da administração direta, indireta e fundacional do respectivo ente federativo, não importando se a prática da advocacia se dá em jurisdição voluntária ou contenciosa. Exclui-se de tal restrição ao exercício da advocacia a empresa cujo ente público mantenha mera participação acionária sem papel de gestão e/ou controle. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, responder à consulta, nos termos do voto Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator ad hoc. CONSULTA N. 49.0000.2015.006270-3/OEP. Assunto: Competência da OAB para instauração e apuração de processo disciplinar contra advogado da carreira de Procurador Federal, como integrante da Advocacia Geral da União. Consulente: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Pará - Gestão 2013/2015 - Jarbas Vasconcelos do Carmo (Advs: Bruna Lorena Coelho Nunes OAB/PA 18821 e Emile Kazue Maruoka Nunes OAB/PA 19256). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA N. 121/2018/OEP. Consulta. Apuração de condutas infracionais. Advogados públicos (art. 3º, § 1º, do EAOAB). Competência concorrente da Ordem dos Advogados do Brasil e do órgão da administração pública para instauração de processo disciplinar. Competência da OAB limitada aos atos praticados fora do exercício do cargo, mas que estejam vinculados ao exercício da advocacia ou à condição de advogado, e que violem as normas ético-disciplinares da advocacia. Competência do órgão da administração pública ao qual está vinculado o advogado público para apuração dos atos praticados no exercício do cargo e que violem os deveres funcionais e a probidade administrativa. Consulta respondida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à consulta, nos termos do voto do Relator. Registrado o impedimento do Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). Brasília, 5 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2015.008482-7/OEP. Assunto: Provimento n. 135/2009. Marca oficial e os símbolos da Ordem dos Advogados do Brasil, Caixas de Assistência dos Advogados, ENA, Escolas Superiores da Advocacia e Fundo de integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados. Consulente: Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe - Gestão 2013/2015 - Inácio José Krauss de Menezes. Relatora: Conselheira Federal Valentina Jungmann Cintra (GO). EMENTA N. 122/2018/OEP. CONSULTA. Não se reveste de natureza geral. Situação concreta. Previsão do art. 85, inciso IV, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, estabelece que as consultas devem ser formuladas em tese. Inconformismo com decisão proferida por dirigente da Ordem dos Advogados do Brasil, aplicação do art. 70 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. Consulta que não se conhece, arquivando-se os autos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer da consulta, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 5 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Valentina Jungmann Cintra, Relatora. CONSULTA N. 49.0000.2016.003438-2/OEP. Assunto: Razoabilidade. Deferimento de Certificado de Aprovação no Exame de Ordem para estudantes não matriculados nos últimos dois semestres ou no último ano da graduação em direito. Consulente: Presidente - OAB/Piauí -2016/2018 - Francisco Lucas da Costa Veloso. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA N. 123/2018/OEP. Consulta. Exame de Ordem. Participação de candidato que não atenda a um dos requisitos do § 3º, do art. 7º do Provimento 144/2011, com a redação do Provimento n. 156/2013. Estudante de Direito que não esteja matriculado em um dos últimos dois semestres ou no último ano do curso de graduação em Direito. Impossibilidade de certificação de aprovação, como garantia para futura inscrição nos quadros da OAB. Desvirtuamento da finalidade deste procedimento de apuração da habilitação profissional do bacharel em Direito para o exercício da advocacia. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Claudio da Silva Chaves, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2016.010147-2/OEP. Assunto: Cargo de Conselheiro ou de membro de diretoria da OAB. Aposentadoria. Consulente: Presidente da 160ª Subseção da OAB de Rio Pomba/MG - Jair Ramos Barra. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). EMENTA N. 124/2018/OEP. Consulta. O período de exercício, na qualidade Membro de Diretoria de Órgão da OAB, é contado para os fins de aposentadoria, nos termos do art. 48 do Estatuto da Advocacia e da OAB. A aposentadoria concretizar-se-á perante o órgão previdenciário competente (Regime Próprio de Previdência Social - RPPS ou Regime Geral de Previdência Social - RGPS). Cabe ao Sistema OAB fornecer apenas a certidão sobre a contagem de tempo de serviço público para efeito de aposentadoria, sem a incumbência de efetuar eventuais recolhimentos, a título de contribuição previdenciária. A verificação de valores a serem pagos eventualmente perante o órgão previdenciário constitui tema que não atende ao escopo do inciso IV do art. 85 do Regulamento Geral, tratando-se de matéria específica a ser enfrentada diretamente no órgão competente. Consulta respondida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 5 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2017.000442-7/OEP. Assunto: Consulta. Possibilidade de advogado sócio de um escritório atuar como advogado associado de outro escritório, ambos na mesma circunscrição. Consulente: Antonio Carlos Costa Silva OAB/AL 6581. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 125/2018/OEP. Somente os advogados associados poderão integrar mais de uma sociedade na mesma base territorial (art. 5º, Provimento 169/2015). É vedado ao sócio cotista ou de serviço de uma sociedade de advogados se associar, seja como for, a outra sociedade de advogados, com sede na mesma seccional (art.15, § 4º do Estatuto). Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à Consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Sérgio Eduardo Fisher, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2017.005055-7/OEP. Assunto: Exercício da advocacia por Conselheiro Tutelar. Possibilidade. Impedimento. Consulente: Gustavo Henrique de Brito Alves Freire OAB/PE 17244 - Conselheiro Seccional da OAB/PE - Gestão 2016/2018. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). EMENTA N. 126/2018/OEP. Exercício profissional. Membro do Conselho Tutelar. Incompatibilidade. Inteligência do artigo 28, II e IV, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Vedação expressa (art. 37 da Resolução CONANDA 137/2010 - alterada pela Resolução n. 170 de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400322

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10.12.2014). Consulta respondida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à Consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Luiz Saraiva Correia, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2017.007823-7/OEP. Assunto: Consulta. Art. 4º do Provimento n. 111/2006. Competência do CFOAB para legislar sobre as hipóteses de exceção à concessão de remissão ou isenção de anuidades. Autonomia das Seccionais e Subseções. Consulente: Gustavo Henrique de Brito Alves Freire OAB/PE 17244 - Conselheiro Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). EMENTA N. 127/2018/OEP. Consulta. Caso concreto. Pretensão à manifestação deste Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB sobre matéria de exclusivo interesse exclusivo da parte consulente. Impossibilidade. Ausência veiculação de matéria em tese, relativa às competências das Câmaras especializadas deste Conselho Federal da OAB ou à interpretação do Estatuto da Advocacia e da OAB, do Regulamento Geral, do Código de Ética e Disciplina e dos Provimentos. Arquivamento. Ausência do requisito do art. 85, inciso IV, do Regulamento Geral do EAOAB. Consulta arquivada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em arquivar a consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Luiz Saraiva Correia, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2018.001124-0/OEP. Assunto: Consulta. Alcance do artigo 7º do Código de Ética e Disciplina da OAB em contextos que envolvem sindicato profissional e assistência judiciária. Consulente: André Vinicius Melatti - Procurador do Trabalho do Município de Umuarama/PR. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 128/2018/OEP. Consulta. Captação de clientela ou causa. Apreciação caso a caso. Ausência de requisito disposto no art. 85, IV, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Consulta não conhecida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, não conhecer da consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 05 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Sergio Eduardo Fisher, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2018.002165-7/OEP. Assunto: Consulta. Possibilidade ou não da Súmula 02/2009/OEP retroagir. Artigo 86 do Regulamento Geral da OAB. Efeito vinculante das consultas dirigidas ao Órgão Especial do CFOAB ou apenas quando o entendimento é consolidado em súmula. Consulentes: Gustavo Henrique de Brito Alves Freire OAB/PE 17244 - Conselheiro Seccional da OAB/Pernambuco e José Nelson Vilela Barbosa Filho OAB/PE 16302 - Conselheiro Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA N. 129/2018/OEP. Consulta. Reafirmação do conteúdo e do alcance da Súmula Vinculante n. 02/2009-OEP, cuja observância se impõe a todos os órgãos do sistema OAB. Incompatibilidade do art. 28, II, do Estatuto em relação a todos os membros de órgãos do Ministério Público, sejam eles seus representantes, sejam integrantes do quadro administrativo da instituição, mesmo sem caráter de representação do órgão, mesmo aqueles que tenham logrado inscrição antes da data de publicação da Súmula. Perda de requisito de inscrição, por exercício de atividade incompatível com a advocacia. Cancelamento que se opera de ofício, por iniciativa de cada Seccional, nos termos do art. 11, IV, do Estatuto. Resposta à consulta, nestes precisos termos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à Consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 5 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Fernando Santana, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2018.004790-1/OEP. Assunto: Consulta. Utilização da terminologia estatutária "Diretoria Jurídica" por associação civil estudantil. (I)Legalidade. Consulente: Lúcio de Souza Cruz Neto. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). EMENTA N. 130/2018/OEP. Consulta. Caso concreto. Direção jurídica. Atividade privativa de advocacia. Inteligência do art. 1º, II, do EAOAB. Pretensão à manifestação deste Órgão Especial sobre matéria de interesse exclusivo da parte que formalizou a consulta. Impossibilidade. Ausência veiculação de matéria em tese, relativa às competências das Câmaras especializadas deste Conselho Federal da OAB ou à interpretação do Estatuto da Advocacia e da OAB, do Regulamento Geral, do Código de Ética e Disciplina e dos Provimentos. Arquivamento. Ausência do requisito do art. 85, inciso IV, do Regulamento Geral do EAOAB. Consulta não conhecida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer da consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 5 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2018.005320-6/OEP. Assunto: Consulta. Exercício da advocacia por ocupante de cargos de Vereador e Procurador Municipal. Consulente: Emerson Juliano da Silva OAB/SP 343287. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). EMENTA N. 131/2018/OEP. Exercício da advocacia concomitantemente com o cargo de vereador. Possibilidade - Impedimento apenas em relação às hipóteses do art. 30, incisos I e II do Estatuto da Advocacia e da OAB. Consulta respondida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à Consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 5 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Luiz Saraiva Correia, Relator. RECURSO N. 12.0000.2013.014343-3/OEP. Recte: M.M.P. (Advs: Elaine Riverete Monteiro Padial OAB/MS 18630 e Erick Gustavo Rocha Terán OAB/MS 12828). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT). EMENTA N. 132/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Reiteração da tese de prescrição da pretensão punitiva, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido, no sentido de afastá-la, com fundamento no art. 43 do EAOAB e na Súmula 01/2011-COP. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou teriam divergido de outros julgados da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 06 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Duilio Piato Junior, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.001516-3/OEP - ED. Embgte: Cristiano Bonfim da Cruz (Adv: Mariana Saraiva Sabbatini Vicente OAB/SP 384226). Embgdo: Acórdão de fls. 344/347. Recte: Cristiano Bonfim da Cruz (Advs: Dean Carlos Borges OAB/SP 132309, Diana Cristina Borges OAB/SP 188447 e Marcelo Jose Correia OAB/SP 157489). Recdo: Despacho de fls. 259/262, do Presidente do Órgão Especial. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Junior (MT). EMENTA N. 133/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Duilio Piato Junior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2015.001169-1/OEP - ED. Embgte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384). Embgdo: Acórdão de fls. 916/920. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215076). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP). EMENTA N. 134/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Helder José Freitas de Lima Ferreira, Relator. RECURSO N. 49.0000.2015.001176-2/OEP - ED. Embgte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384). Embgdo: Acórdão de fls. 592/597. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215076). Recdo: Dimas da Silva Moreli. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal André Luiz Pinheiro Saraiva (RN). EMENTA N. 135/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Sergio Eduardo da Costa Freire, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2015.008751-6/OEP - ED. Embgte: L.M.S.N. (Adv: Lourival de Melo Santos Neto OAB/SP 176914). Embgdo: Acórdão de fls. 229/233. Recte: L.M.S.N. (Adv: Lourival de Melo Santos Neto OAB/SP 176914). Recdo: José Vieira Santiago Neto. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Solano Donato Carnot Damacena (TO). EMENTA N. 136/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada, por meio de embargos de declaração. Impossibilidade, dada à natureza integrativa dos embargos. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Solano Donato Carnot Damacena, Relator. RECURSO N. 49.0000.2015.012524-5/OEP - ED. Embgte: F.A.M. (Adv: Wendel Araujo de Oliveira OAB/PI 5844). Embgdo: Acórdão de fls. 2.119/2.122, 2.126/2.128 e 2.136/2.151. Recte: S.L.C.S. DPVAT S/A (Reptes legais: J.M.B.N. e M.D.L.) (Advs: Gilberto Antonio Fernandes Pinheiro Junior OAB/CE 27722, José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque OAB/CE 4040, Raphael Ayres De Moura Chaves OAB/CE 16077 e outros). Recdo: F.A.M. (Adv: Wendel Araujo de Oliveira OAB/PI 5844). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Piauí. Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). EMENTA N. 137/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão embargado. O julgado embargado deu provimento ao recurso interposto pela representante, enfrentando devidamente a tese de prescrição, afastando-a e determinando a remessa dos autos à Segunda Turma da Segunda Câmara deste Conselho Federal, para apreciação do mérito recursal. Mera pretensão de alteração do acórdão embargado, por meio de embargos de declaração. Impossibilidade. A ementa do julgado restou publicada, de acordo com o artigo 61, do Código de Ética e Disciplina, contendo a essência da decisão. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Piauí. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Tullo Cavallazzi Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.000158-3/OEP - ED. Embgte: E.E.D. (Adv: Edervek Eduardo Delalibera OAB/SP 125035). Embgdo: Acórdão de fls. 369/372. Recte: E.E.D. (Adv: Edervek Eduardo Delalibera OAB/SP 125035 e Jose Antonio Carvalho OAB/SP 53981). Recdo: F.S.N. (Repte legal: O.C.S.) (Adv: Danilo Eduardo Melotti OAB/SP 200329 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 138/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Acórdão que apresenta a devida fundamentação e se mostra plenamente compreensível, buscando o advogado, por meio de embargos de declaração, devolver a matéria para novo julgamento, pelo mesmo órgão julgador, circunstância essa que não se adequa à natureza integrativa dos embargos. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 5 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Sergio Eduardo Fisher, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.003351-3/OEP. Recte: E.P. (Advs: Antonio Valença da Silva OAB/DF 47571, Edgard Antonio dos Santos OAB/SP 45142 e Teresa Cristina Soares Barros OAB/SP 363863). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). EMENTA N. 139/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Câmara. Preliminares de nulidade processual. Improcedência. Exclusão dos quadros da OAB. Prática de crime infamante. Infração disciplinar configurada. Recurso não provido. 1) No processo administrativo-disciplinar, o representado se defende de fatos que lhe são imputados, cabendo ao órgão julgador atribuir enquadramento legal próprio a esses fatos. Pelo princípio da correlação entre a imputação e a sentença, se veda que o acusado seja condenado por fato alheio àquele objeto da instrução processual, porquanto não pode restar condenado por fato do qual não teve oportunidade de se defender. No caso dos autos, o advogado produziu amplamente sua defesa, não havendo qualquer nulidade processual. 2) O marco inicial para o prazo prescricional (art. 43 do EAOAB) é a constatação oficial dos fatos pela OAB. Sendo o advogado condenado, definitivamente, por crime infamante, somente a partir da data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória é que se pode cogitar de constatação oficial dos fatos, pois, antes, por óbvio, não existia crime, e, por consequência, não havia a existência de fato a ser apurado na esfera disciplinar. O fato de o advogado, ao tempo de sua prisão em flagrante, ter solicitado auxílio da OAB, também por óbvio, não pode ser considerado marco inicial do prazo prescricional, visto que ali não houve nenhuma comunicação oficial a respeito da prática de qualquer infração disciplinar, mas sim de auxílio da OAB ao advogado, circunstâncias diametralmente opostas. 3) No âmbito do Conselho Federal da OAB não há previsão do recurso de embargos infringentes, mas apenas a previsão de recurso ao Plenário da Segunda Câmara (art.89-A, § 3º, RG/EAOAB), em face de acórdãos não unânimes proferidos por suas Turmas, situação dos autos. Assim, o envio dos autos ao

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400323

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Plenário da Segunda Câmara, nestas circunstâncias, não configura supressão de instância. Assim, nenhuma das preliminares arguidas pelo advogado prosperam. 4) Mérito recursal não analisado, porquanto não impugnados os fundamentos dos acórdãos proferidos por este Conselho Federal, pretendendo o advogado o mero reexame de questões já analisadas, resultando violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente cabe impugnar especificamente os fundamentos da decisão recorrida, demonstrando em que ponto destoa das normas de regência ou de precedentes de outros órgãos julgadores da OAB. Não o fazendo, o recurso não atende ao que exige o artigo 85 do Regulamento Geral do EAOAB. 5) Recurso parcialmente provido, e, nesse ponto, improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso e, nesse ponto, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Tullo Cavallazzi Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.003708-8/OEP. Recte: L.C.F. (Adv: Luiz Carlos Ferreira OAB/SP 157626). Recdo: W.F.G.S. (Adv: Wagner Frumento Galvão da Silva Júnior OAB/SP 328825 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 140/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Reiteração de teses recursais, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou teriam divergido de outros julgados da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.004901-7/OEP. Recte: C.T.M. (Adv: Claudio Tadeu Muniz OAB/SP 78619). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Henrique Cabanellos Schuh (RS). EMENTA N. 141/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Cerceamento de defesa. Indeferimento de pedido de adiamento devidamente justificado. Recurso provido. 1) O indeferimento de pedido de adiamento de julgamento de recurso, devidamente motivado por atestado médico, comprovado a impossibilidade de o advogado comparecer à sessão de julgamento, enseja a nulidade do julgado, por cerceamento de defesa. 2) Em que pese ter-se tratado do terceiro pedido de adiamento formalizado pelo advogado, em todos eles restou comprovada sua impossibilidade, em decorrência de problemas de saúde, não havendo fundamento para indeferir o pedido. E mais, é certo que o Conselho Seccional somente decidiu o último pedido de adiamento no dia da sessão de julgamento, impedindo o advogado de tomar prévia ciência, para, em último caso, constituir patrono para lhe defender, cerceando, certamente, seu direito de defesa. 3) Recurso provido para anular o processo desde o julgamento pelo Conselho Seccional, e, consequentemente, declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, visto que, anulado o julgado da Seccional, a última condenação válida é a do Tribunal de Ética e Disciplina, proferida há mais de cinco anos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Luiz Henrique Cabanellos Schuh, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.004932-7/OEP - ED. Embtes: L.F.C.M. e L.A.O.M. (Adv: Luiz Antonio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Embgdo: Acórdão de fls. 386/388. Rectes: L.F.C.M. e L.A.O.M. (Adv: Luiz Antonio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Recdos: C.L.A.M. e P.A.M. (Adv: Wolney Marinho Junior OAB/SP 213493). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Junior (MT). EMENTA N. 142/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Duilio Piato Junior, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2016.004935-0/OEP. Recte: L.M.S.N. (Adv: Lourival de Melo Santos Neto OAB/SP 176914). Recdo: M.A.R.F. (Adv: Eli Alves Nunes OAB/SP 154226 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). EMENTA N. 143/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Inovação de teses recursais de nulidade processual. Impossibilidade. Violação ao princípio da dialeticidade. Teses de nulidade que não foram arguidas no momento oportuno e não se tratam de matérias de ordem pública. Recurso não conhecido. 1) A jurisprudência deste Conselho Federal tem evoluído no sentido de não admitir às partes a utilização dos meios processuais como instrumentos difusores de estratégias, de chicanas processuais. A parte tem o ônus de arguir a nulidade processual na primeira oportunidade em que lhe tocar falar nos autos, não se admitindo que o faça no momento em que lhe for mais oportuno, haja vista que a famigerada nulidade de algibeira, ou de bolso, não encontra amparo em nosso ordenamento jurídico. No caso dos autos, as nulidades que o advogado alega teriam todas ocorrido ainda na fase inicial do processo, sendo que, em nenhuma de suas manifestações anteriores, insurgiu-se contra o procedimento. Somente depois que suas teses não foram acolhidas, optou por inovar, a este Órgão Especial, trazendo temas que não foram submetidos à análise das instâncias anteriores, em nítida violação ao princípio da dialeticidade. 2) De qualquer sorte, é certo que o tema envolvendo a participação de assessores auxiliando membros julgadores da OAB, inclusive proferindo pareceres para posterior acolhimento, é tema já vencido em nossa jurisprudência, havendo, inclusive, Consulta respondida pelo Plenário deste Conselho Federal sobre o tema. 3) Igualmente, sabe-se que, pelo princípio tempus regit actum, a legislação processual aplicável é aquela vigente ao tempo da prática dos atos processuais, não podendo se aplicar as disposições do Novo Código de Ética e Disciplina a atos processuais praticados anteriormente à sua vigência. 4) Recurso não conhecido, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.004936-8/OEP - ED. Embgte: M.F.B. (Adv: Maurício Fernandes Barbosa OAB/SP 231517). Embgdo: Acórdão de fls. 407/410. Recte: M.F.B. (Adv: Maurício Fernandes Barbosa OAB/SP 231517). Recdo: Aparecido Donizete dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 144/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Acórdão que apresenta a devida fundamentação e se mostra plenamente compreensível, buscando o advogado, por meio de embargos de declaração, devolver a matéria para novo julgamento, pelo mesmo órgão julgador, circunstância essa que não se adequa à natureza integrativa dos embargos. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Sergio Eduardo Fisher, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.004941-4/OEP - ED. Embgte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Embgdo: Acórdão de fls. 258/260. Recte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Recdo: Anderson Valério Teixeira Leandro. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA N. 145/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.004951-1/OEP. Recte: R.M. (Adv: Roberto Mafulde OAB/SP 54892). Recdo: O.S. (Adv: Oziar de Souza OAB/SP 137432). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ricardo Bacelar Paiva (CE). EMENTA N. 146/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Reiteração das teses do recurso ao Conselho Federal, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou teriam divergido de outros julgados da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Ricardo Bacelar Paiva, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005035-3/OEP - ED. Embgte: R.C.O.A. (Adv: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981). Embgdo: Acórdão de fls. 303/306. Recte: R.C.O.A. (Adv: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 147/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de omissão ou qualquer vício que não permita a exata compreensão do julgado. Pretensão de postergar o trânsito em julgado da decisão proferida pela Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Nítido caráter protelatório. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Sergio Eduardo Fisher, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005070-0/OEP - ED. Embgte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384). Embgdo: Acórdão de fls. 422/425. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215076). Recdo: Joseane Barbosa da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). EMENTA N. 148/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada, por meio de embargos de declaração. Impossibilidade, dada à natureza integrativa dos embargos. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005078-3/OEP - ED. Embgte: A.C.C. (Adv: Amando Camargo Cunha OAB/SP 100360). Embgdo: Acórdão de fls. 348/351. Recte: A.C.C. (Adv: Amando Camargo Cunha OAB/SP 100360). Recdo: Rosângela de Jesus Miranda. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Maurício Silva Pereira (AP). EMENTA N. 149/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Acórdão que apresenta a devida fundamentação e se mostra plenamente compreensível, buscando o advogado, por meio de embargos de declaração, devolver a matéria para novo julgamento, circunstância essa que não se adequa à natureza integrativa dos embargos. Inovação de tese recursal em sede de embargos de declaração. Impossibilidade. Inviabilidade de análise em sede de embargos de declaração, sob pena de violação ao brocardo latino "tantum devolutum quantum appellatum", segundo o qual o recurso transfere ao conhecimento do órgão julgador superior apenas a matéria impugnada, nos limites dessa impugnação. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Helder José Freitas de Lima Ferreira, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2016.005103-3/OEP. Recte: M.E.F. (Adv: Maria Elisabete de Faria OAB/SP 96132). Recdos: João Antônio Maximiano, João Silva dos Reis, Jorge Luis da Cruz, José Ailton Presotto, José Benedito de Aguiar, José Luiz de Souza, José Luis Vieira da Cruz e José Rubens dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Celso Barros Coelho Neto (PI). EMENTA N. 150/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Reiteração das teses do recurso ao Conselho Federal, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Acórdão que já considera a prestação de contas para afastar a prorrogação da suspensão do exercício profissional. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou divergido de julgados de outros órgãos julgadores da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400324

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

85 do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Celso Barros Coelho Neto, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005134-3/OEP - ED. Embgte: A.L.E. (Adv: André Luis Evangelista OAB/SP 268581). Embgdo: Acórdão de fls. 425/428. Recte: A.L.E. (Adv: André Luis Evangelista OAB/SP 268581). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Henrique Cabanellos Schuh (RS). EMENTA N. 151/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada, por meio de embargos de declaração. Impossibilidade, dada à natureza integrativa dos embargos. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Luiz Henrique Cabanellos Schuh, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005141-4/OEP. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215076). Recdo: Fernando Di Tomazzo Ribeiro Órfão. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Solano Donato Carnot Damacena (TO). EMENTA N. 152/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Mera reiteração das teses do recurso ao Conselho Federal, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou divergido de julgados de outros órgãos julgadores da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85 do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Solano Donato Carnot Damacena, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005588-9/OEP. Recte: R.C.L.D. (Adv: Roberto Carlos Liberator Duarte OAB/SP 146965). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Celso Barros Coelho Neto (PI). EMENTA N. 153/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal. Locupletamento e recusa à prestação de contas. Prescrição. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 anos de tramitação do feito entre as causas interruptivas de prescrição, ou paralisação do feito por mais de 03 (três) anos. Inteligência do artigo 43 da Lei n. 8.906/94 e da Súmula 01/2011-COP. Mérito recursal não analisado, face à nítida pretensão ao reexame de questões fáticas e probatórias, circunstância que não se adequa à presente via recursal, nos termos do artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral. Recurso parcialmente conhecido, no que toca à prescrição arguida e, nesse ponto, improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Celso Barros Coelho Neto, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005886-0/OEP - ED. Embgte: F.C.M. (Adv: Fernando Cavalheiro Martins OAB/SP 191972). Embgdo: Acórdão de fls. 340/343. Rectes: F.C.M. (Adv: Ferdinand Georges de Borba e D'alençon OAB/RS 100800, Fernando Cavalheiro Martins OAB/SP 191972 e Rodrigo Espindola Pinto OAB/RS 87877). Recdo: L.T.M.P.F. (Adv: Aline de Fátima Alves Ghiraldeli OAB/SP 290996). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). EMENTA N. 154/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de omissão ou qualquer vício que não permita a exata compreensão do julgado. Pretensão de postergar o trânsito em julgado da decisão proferida pela Primeira Turma da Segunda Câmara deste Conselho Federal. Nítido caráter protelatório. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Tullo Cavallazzi Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005968-0/OEP. Recte: F.C.M. (Advs: Ferdinand Georges de Borba e D'Alençon OAB/RS 100800, Fernando Cavalheiro Martins OAB/SP 191972 e outros). Recdo: I-V.T.P.LTDA. (Repte legal: B.M.G.F.) (Advs: Priscila Medeiros Lopes Pinheiro Soruco OAB/SP 165727 e Ronaldo Stange OAB/SP 184486). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 155/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Preliminares de nulidade processual. Improcedência. Dosimetria. Alteração. Recurso parcialmente provido. 1) O art. 108, § 1º, do Regulamento Geral, regulamenta as sessões de julgamento dos Conselhos Seccionais, e não dos Tribunais de Ética e Disciplina, que possuem regramento próprio, em seus regimentos internos (art. 114 do RG). Assim, havendo norma específica que regulamente a composição do colegiado e o quórum para instalação das sessões de julgamento, deve prevalecer em face da norma geral. 2) Por sua vez, o art. 138, § 4º, também do Regulamento Geral, estabelece que se o Relator admitir os embargos de declaração, colocará em mesa para julgamento, independentemente de inclusão em pauta ou publicação, na primeira sessão seguinte, salvo justificado impedimento. Daí resulta que a ausência de notificação das partes não configura nulidade processual. 3) A ausência de condenação anterior, com o trânsito em julgado, é circunstância que impede a majoração da reprimenda com fundamento em reincidência. Se o advogado responde a outros processos disciplinares, mas em nenhum deles havia condenação final ao tempo da prática da nova infração disciplinar, não podem ser considerados para fins de majoração da reprimenda. 4) Recurso parcialmente provido, para reduzir o prazo de suspensão do exercício profissional para 30 (trinta) dias e, face à gravidade dos fatos, manter a multa, reduzindo-a para 02 (duas) anuidades. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.005970-1/OEP - ED. Embgte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Embgdo: Acórdão de fls. 300/303. Recte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Recdo: José Carlos Fermino de Oliveira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA N. 156/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada por meio de embargos de declaração. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.006042-0/OEP. Recte: A.F.A.R.N. (Adv: Armando Francisco Alves dos Reis Neto OAB/SP 116249). Recdo: N.J.C.A. (Advs: Adriana de Carvalho Nader OAB/MG 56013 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Jose Lucio Glomb (PR). EMENTA N. 157/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Reiteração das teses do recurso ao Conselho Federal, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou teriam divergido de outros julgados da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. José Lúcio Glomb, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.006692-9/OEP - ED. Embgte: C.T.B.J.M. (Adv: Joaquim Henrique Aparecido da Costa Fernandes OAB/SP 142187). Embgdo: Acórdão de fls. 355/360. Recte: C.T.B.J.M. (Adv: Joaquim Henrique Aparecido da Costa Fernandes OAB/SP 142187). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). EMENTA N. 158/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reforma da decisão embargada, por meio de embargos de declaração. Impossibilidade, dada à natureza integrativa dos embargos. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 06 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2016.007302-5/OEP - ED. Embgte: L.A.R. (Adv: Luiz Alberto Roussenq OAB/SC 66570). Embgdo: Acórdão de fls. 380/383. Recte: L.A.R. (Adv: Luiz Alberto Roussenq OAB/SC 66570. Recdo: M.C.S. (Repte Legal: M.A.S.O.) (Adv: Anilso Cavalli Junior OAB/SC 20963). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 159/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão à reanálise de matérias já enfrentadas pela Segunda Turma da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB. Impossibilidade, dada à natureza integrativa dos embargos. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.007495-6/OEP. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul-Gestão 2016/2019 - Ricardo Breier. Recdo: M.D.F.C. (Adv: Luiz Felipe Mallmann de Magalhaes OAB/RS 63192). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). EMENTA N. 160/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Notificação no processo disciplinar da OAB. Situação em que o advogado representado constitui patrono para defender seus interesses. Desnecessidade de notificação na pessoa do advogado representado. Recurso provido. 1) O artigo 73, § 1º, do EAOAB, estabelece que ao representado deve ser assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por intermédio de procurador, ou seja, ou o advogado patrocina, pessoalmente, sua defesa, ou constitui colega de profissão para fazê-lo, não havendo a previsão de patrocínio da defesa concomitantemente. Dessa forma, optando o advogado representado por constituir patrono nos autos, torna-se desnecessária sua notificação para os atos do processo, as quais dar-se-ão na pessoa de seu patrono, não resultando, por isso, violação aos postulados da ampla defesa e contraditório. 2) Recurso provido, para determinar o retorno dos autos ao Conselho Seccional, para análise do mérito do recurso interposto contra acórdão do Tribunal de Ética e Disciplina. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Luiz Saraiva Correia, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.007772-6/OEP. Recte: J.C.F. (Adv: José Carlos Farias OAB/PR 26298). Recdo: Artur dos Santos Pereira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT). EMENTA N. 161/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Reiteração das teses do recurso ao Conselho Federal, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou teriam divergido de outros julgados da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 06 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Duilio Piato Junior, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2016.009305-7/OEP. Recte: D.Z.A. (Adv: Daniel Zenito de Almeida OAB/SP 172407). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ricardo Bacelar Paiva (CE). EMENTA N. 162/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Reiteração das teses do recurso ao Conselho Federal, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou teriam divergido de outros julgados da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081400325

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Ricardo Bacelar Paiva, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.010245-2/OEP. Recte: C.Z.S. (Adv: Cirleme Zubcov Santos OAB/SP 306734). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP). EMENTA N. 163/2018/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Reiteração das teses do recurso ao Conselho Federal, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou teriam divergido de outros julgados da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Nítida pretensão ao reexame de questões já analisadas pela instância recorrida, sem a apresentação de qualquer impugnação aos fundamentos adotados. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Helder José Freitas de Lima Ferreira, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2017.003498-3/OEP. Assunto: Consulta. Bacharel que teve inscrição nos quadros da OAB negada por inidoneidade moral. Limitação temporal para requerer nova inscrição. Consulente: Gustavo Henrique de Brito Alves Freire OAB/PE 17.244 - Conselheiro Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal José Lucio Glomb (PR). EMENTA N. 164/2018/OEP. Consulta. Bacharel que teve inscrição nos quadros da OAB negada por inidoneidade moral. Limitação temporal para requerer nova inscrição. Precedente. CONSULTA N. 49.0000.2016.010466-6/OEP. Possibilidade de reexame do pedido de inscrição, a qualquer tempo, face ao surgimento de novas provas ou fatos novos, que demonstrem não mais subsistir a inidoneidade moral para o exercício da profissão, hipótese que caberá ao Conselho Seccional, em cada caso, reexaminar o pedido. Consulta arquivada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em arquivar a consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 06 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. José Lucio Glomb, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2017.008386-5/OEP - ED. Assunto: Consulta. Interpretação do §4º, artigo 137-D do Regulamento Geral do Estatuto da OAB. Notificações. Embargos de declaração. Embgte: Procurador-Geral da OAB/Goiás - José Carlos Ribeiro Issy. Embgdo: Acórdão de fls. 17/25. Consulente: Procurador-Geral da OAB/Goiás - José Carlos Ribeiro Issy. Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). EMENTA N. 165/2018/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Publicação de decisões da OAB na imprensa oficial. Art. 137-D do Regulamento Geral. Conceito de imprensa oficial que deve ser complementado pelas normas estaduais que regulamentam a publicação dos atos veiculados pela Ordem dos Advogados do Brasil. Publicação da Lei n. 13.688/2018. Diário Eletrônico da OAB. Publicação na internet. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Brasília, 06 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2018.005273-9/OEP. Assunto: Proposta de edição de Súmula. Orientação interpretativa do art. 141 do Regulamento Geral do EAOAB. Consulente: Presidente da Segunda Câmara - Ibaneis Rocha Barros Júnior. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octavio Batochio (SP). EMENTA N. 166/2018/OEP. Proposição de edição de súmula. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso em face de decisão monocrática de presente de órgão julgador, que indefere liminarmente recurso anterior. Competência do Relator que proferiu despacho indicando ao Presidente do órgão julgador o indeferimento liminar, por prevenção. Matéria relevante. Necessidade de firmar entendimento dominante da matéria, por meio de súmula. Proposição acolhida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher a proposição, nos termos do voto do Relator. Brasília, 06 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Guilherme Octavio Batochio, Relator.

Brasília, 13 de agosto de 2018.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

DESPACHO

RECURSO N. 07.0000.2014.018462-5/OEP. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal - Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto - Gestão 2016/2019 (Advs: Raquel Fonseca da Costa OAB/DF 23480 e Luiz Ricardo Ferreira Lima OAB/DF 43325). Recdo: P.A.A. (Adv: Marco Antonio Meneghetti OAB/DF 03373 e OAB/SP 387459 e Priscilla de Almeida Antunes OAB/DF 15238). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relatora: Conselheira Federal Valentina Jungmann Cintra (GO). DESPACHO: Em respeito ao devido processo legal e ao contraditório, notifique-se o Recorrente, Presidente do Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal, para ciência da apresentação de documentos pela Recorrida, P.A.A., às fls. 1338/1496, facultando-lhe o direito de manifestar sobre os mesmos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, inclua-se na pauta de julgamentos do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB.

Brasília, 6 de agosto de 2018.
VALENTINA JUNGMANN CINTR
Relatora

DESPACHOS

CONSULTA N. 49.0000.2014.011497-6/OEP. Assunto: Consulta. Membro efetivo do Poder Judiciário não-eleitoral. Quarentena. Consulente: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rondônia - Andrey Cavalcante. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: Considerando a certidão de fls. 14, acolho o pedido de desistência apresentado pelo consulente, Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rondônia - Andrey Cavalcante, encaminhando o processo ao Presidente deste Órgão Especial, para decisão, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 6º do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. Brasília, 05 de agosto de 2018. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. DESPACHO: Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM), à fl. 15, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves Presidente do Órgão Especial. RECURSO N. 49.0000.2015.007521-0/OEP - E.D. Embte: A.B.F. (Adv: Antonio Borges Filho OAB/SP 91292). Embdo: Acórdão de fls. 702/705. Recte: A.B.F. (Adv: Antonio Borges Filho OAB/SP 91292). Recdo: Alcides Ribeiro de Lima. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). DESPACHO: O advogado A.B.F. opõe novos embargos de declaração, agora em face do acórdão de fls. 702/705, pelo qual este Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, rejeitou os embargos anteriores. (...). Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, não conheço dos presentes embargos de declaração, por serem manifestamente protelatórios, e determino à Secretaria deste Órgão Especial que certifique o trânsito em julgado da decisão de fls. 702/705, que julgou os embargos de declaração anteriores, decorrido o prazo legal a contar da publicação de fl. 687. Destaco, ainda, por força do artigo 138, §§ 3º e 5º, do Regulamento Geral do EAOAB, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios, hipótese dos autos. Assim, concomitante à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo advogado embargante, sejam os autos remetidos ao Conselho Seccional de origem, para a imediata execução da decisão proferida às fls. 562/569. Determino, ainda nesse sentido, que qualquer manifestação recebida posteriormente à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo advogado, referente ao presente processo, seja remetida diretamente à origem, para que analise sua pertinência, já em sede de execução do julgado, sem a necessidade de nova manifestação desta Relatoria ou retorno dos autos a este Conselho Federal da OAB. Brasília, 06 de agosto de 2018. Tullo Cavallazzi Filho, Relator. DESPACHO: Acolho o r. Despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC), às fls. 725/727, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente do Órgão Especial.

Brasília, 13 de agosto de 2018.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br